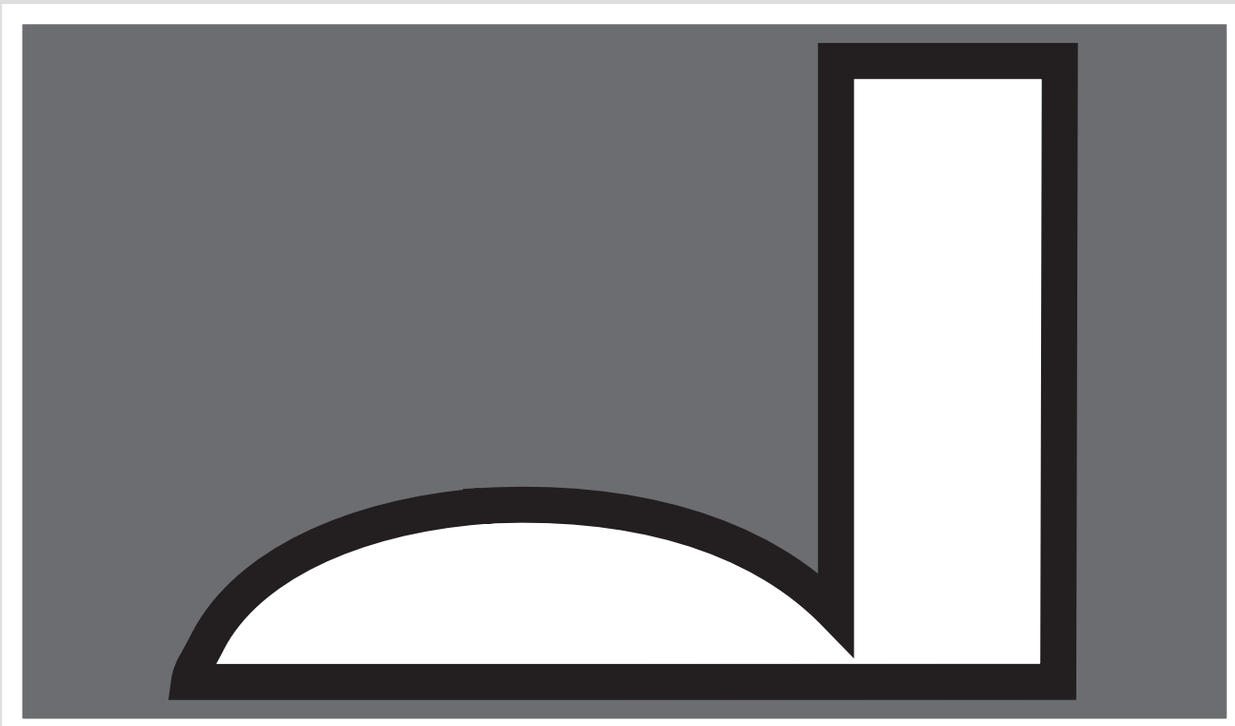
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 112, DE 2008-CN

(Mensagem nº634/2008, na origem)

Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2004/2007

VOLUME I/II
TOMO II/II

Avaliação dos Programas por Órgão Governamental (Cadernos Setoriais)

Parte 1/2

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Ministério da Ciência e Tecnologia
Ministério da Cultura
Ministério da Defesa
Ministério da Educação
Ministério da Fazenda
Ministério da Integração Nacional
Ministério da Justiça
Ministério da Previdência Social
Ministério da Saúde
Ministério das Cidades

ANO LXIII – SUP. "A" AO Nº 130 – QUINTA-FEIRA, 28 DE AGOSTO DE 2008 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2)
1º VICE-PRESIDENTE
Tião Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Alvaro Dias - (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO
Efraim Morais - (DEM-PB)
2º SECRETÁRIO
Gerson Camata - (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO
César Borges - (PR-BA) (1)
4º SECRETÁRIO
Magno Malta - (PR-ES)

Suplentes de Secretário
1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP)
2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)
3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS

Maioria
(PMDB) - 21

Líder
Valdir Raupp - PMDB

.....

Líder do PMDB - 21

Valdir Raupp

Vice-Líderes do PMDB
Almeida Lima
Valter Pereira
Gilvam Borges (1)
Leomar Quintanilha
Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira

Bloco de Apoio ao Governo
(PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21

Líder
Ideli Salvatti - PT

Vice-Líderes
João Ribeiro
Renato Casagrande
Inácio Arruda
Marcelo Crivella
Francisco Dornelles

.....

Líder do PT - 12

Ideli Salvatti

Vice-Líderes do PT
Eduardo Suplicy
Fátima Cleide
Flávio Arns

Líder do PR - 4

João Ribeiro

Vice-Líder do PR
Expedito Júnior

Líder do PSB - 2

Renato Casagrande

Vice-Líder do PSB
Antonio Carlos Valadares

Líder do PC DO B - 1

Inácio Arruda

Líder do PP - 1

Francisco Dornelles

Líder do PRB - 1

Marcelo Crivella

Bloco Parlamentar da Minoria
(DEM/PSDB) - 24

Líder
Mário Couto - PSDB

Vice-Líderes
Heráclito Fortes
Flexa Ribeiro
Demóstenes Torres
Eduardo Azeredo
Adelmir Santana
João Tenório
Kátia Abreu (2)
Papaléo Paes

.....

Líder do DEM - 12

José Agripino

Vice-Líder do DEM
Kátia Abreu (2)
Jayme Campos
Antonio Carlos Júnior(3,4)
Maria do Carmo Alves (5)

Líder do PSDB - 12

Arthur Virgílio

Vice-Líderes do PSDB
Marconi Perillo
Alvaro Dias
Marisa Serrano
Cícero Lucena

PTB - 8

Líder
Epitácio Cafeteira - PTB

Vice-Líder
Sérgio Zambiasi

PDT - 5

Líder
Osmar Dias - PDT

Vice-Líder
Patrícia Saboya

PSOL - 1

Líder
José Nery - PSOL

Governo

Líder
Romero Jucá - PMDB

Vice-Líderes
Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares
João Pedro
Gim Argello

1. O Senador Gilvam Borges encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008.
2. A Senadora Kátia Abreu encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008.
3. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Em 07.07.2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Vice-Líder do DEM, em substituição ao Senador Raimuno Colombo (OF Nº 068/08-GLDEM).
5. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008.

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia
Diretor-Geral do Senado Federal
Júlio Werner Pedrosa
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Cláudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Ata
Denise Ortega de Baere
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2004-2007

VOLUME I - TOMO II - PARTE 1

AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

PLANO PLURIANUAL 2004-2007

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Volume I - Tomo II

EXERCÍCIO 2008

ANO BASE 2007

Brasília
2008

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva
Vice-Presidência da República
José Alencar Gomes da Silva
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República
Dilma Rousseff
Ministro de Estado da Justiça
Tarso Genro
Ministro de Estado da Defesa
Nelson Jobim
Ministro de Estado das Relações Exteriores
Celso Luiz Nunes Amorim
Ministro de Estado da Fazenda
Guido Mantega
Ministro de Estado dos Transportes
Alfredo Pereira do Nascimento
Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Reinhold Stephanes
Ministro de Estado da Educação
Fernando Haddad
Ministro de Estado da Cultura
Juca Ferreira
Ministro de Estado do Trabalho e Emprego
Carlos Lupi
Ministro de Estado da Previdência Social
José Barroso Pimentel
Ministro de Estado da Saúde
José Gomes Temporão
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Miguel Jorge
Ministro de Estado de Minas e Energia
Edison Lobão
Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
Paulo Bernardo Silva
Ministro de Estado das Comunicações
Hélio Costa
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia
Sergio Machado Rezende
Ministro de Estado do Meio Ambiente
Carlos Minc Baumfeld
Ministro de Estado do Esporte
Orlando Silva Junior
Ministro de Estado do Turismo
Luiz Barretto
Ministro de Estado da Integração Nacional
Geddel Vieira Lima
Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário
Guilherme Cassel
Ministro de Estado das Cidades
Márcio Fortes de Almeida
Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Patrus Ananias
Ministro de Estado Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República
Luiz Soares Dulci
Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
Jorge Armando Felix
Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social
Franklin Martins
Advogado-Geral da União
José Antônio Dias Toffoli
Ministro de Estado do Controle e da Transparência
Jorge Hage Sobrinho
Secretário Especial de Direitos Humanos
Paulo de Tarso Vannuchi
Secretária Especial de Políticas para as Mulheres
Nilcéa Freire
Secretário Especial de Aqüicultura e Pesca
Altemir Gregolin
Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República
José Múcio Monteiro Filho
Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Edson Santos
Ministro de Estado Chefe do Núcleo de Assuntos Estratégicos
Roberto Mangabeira Unger
Secretário Especial de Portos
Pedro Brito do Nascimento

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

PLANO PLURIANUAL 2004-2007

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Volume I - Tomo II

EXERCÍCIO 2008

ANO BASE 2007

Brasília
2008

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO K
FONE: 55 (61) 3429.4080
FAX: 55 (61) 3226.8122
Site: www.planejamento.gov.br
CEP: 70040-906 – Brasília – DF

© 2008, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Normalização Bibliográfica: DIBIB/CODIN/SPOA

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI.
Relatório de avaliação do Plano Plurianual 2004-2007: exercício 2008: ano base 2007 / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Brasília: MP, 2008.

2 v em 4. : il

Conteúdo: V.1. t. 1 Avaliação do Plano Plurianual – V.1.t.2 Avaliação dos Programas – V.2 t.1 Anexo : primeira parte – V.2 t.2 Anexo I : segunda parte – anexo II

1. Planejamento governamental. 2. Orçamento público
I. Título

CDU 338.26 “2008”(047)

ÍNDICE

VOLUME I - TOMO II

Apresentação 303
Avaliação dos Programas 305
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 307
Ministério da Ciência e Tecnologia 445
Ministério da Cultura 497
Ministério da Defesa 557
Ministério da Educação 687
Ministério da Fazenda 761
Ministério da Integração Nacional 827
Ministério da Justiça 889
Ministério da Previdência Social 953
Ministério da Saúde 981
Ministério das Cidades 1103
Ministério das Comunicações 1191
Ministério das Relações Exteriores 1211
Ministério de Minas e Energia 1249
Ministério do Desenvolvimento Agrário 1361
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate À Fome 1403
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior 1443
Ministério do Esporte 1511
Ministério do Meio Ambiente 1551
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 1665
Ministério do Trabalho e Emprego 1713
Ministério do Turismo 1783
Ministério dos Transportes 1797
Presidência da República 1869
Advocacia-Geral da União 1871
Controladoria-Geral da União 1885
Presidência da República 1905
Secretarias Especiais 1945
Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca 1947
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial 1963
Secretaria Especial de Políticas Para as Mulheres 1975
Secretaria Especial dos Direitos Humanos 1993

Ministério Público da União, Poderes Legislativo e Judiciário 2035
Ministério Público da União 2037
Câmara dos Deputados 2043
Senado Federal 2049
Tribunal de Contas da União. 2055
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios 2063
Justiça do Trabalho 2071
Justiça Eleitoral 2081
Justiça Federal 2087
Justiça Militar da União 2091
Superior Tribunal de Justiça. 2097
Supremo Tribunal Federal 2103

ÍNDICE GERAL POR ÓRGÃO

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.....307

Abastecimento Agroalimentar 323
Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário 329
Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico 334
Desenvolvimento da Avicultura. 343
Desenvolvimento da Bovideocultura 347
Desenvolvimento da Caprinocultura, da Eqüideocultura e da Ovinocultura 353
Desenvolvimento da Economia Cafeeira 359
Desenvolvimento da Fruticultura (Profruta) 366
Desenvolvimento da Horticultura 371
Desenvolvimento da Suideocultura 376
Desenvolvimento das Culturas de Cereais, Raízes e Outras Espécies Vegetais 380
Desenvolvimento das Culturas de Oleaginosas e Plantas Fibrosas 384
Desenvolvimento do Complexo Agroindustrial Sucroalcooleiro 388
Desenvolvimento do Cooperativismo e do Associativismo Rural 394
Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau 398
Manejo e Conservação de Solos na Agricultura 406
Minimização de Riscos no Agronegócio 413
Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial para a Inserção Social 419
Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio 425
Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários 432
Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas 436
Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários 440

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA 445

Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão e o Desenvolvimento Social. 457
Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) 462
Ciência, Tecnologia e Inovação para Natureza e Clima 468
Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa 477

Nacional de Atividades Espaciais - PNAE 483
Nacional de Atividades Nucleares 487
Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico . . . 492

MINISTÉRIO DA CULTURA 497
Brasil Patrimônio Cultural. 505
Brasil, Som e Imagem 511
Cultura Afro-Brasileira 516
Cultura, Educação e Cidadania 520
Desenvolvimento da Economia da Cultura (Prodec) 527
Engenho das Artes. 531
Identidade e Diversidade Cultural - Brasil Plural 537
Livro Aberto 542
Monumenta 548
Museu Memória e Cidadania 552

MINISTÉRIO DA DEFESA 557
Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade. 577
Calha Norte 583
Comunicações, Comando, Controle e Inteligência
nas Forças Armadas 587
Controle de Armamentos, Munições e Explosivos 591
Desenvolvimento da Aviação Civil 595
Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária 599
Ensino Profissional da Aeronáutica 606
Ensino Profissional da Marinha 609
Ensino Profissional do Exército 613
Mobilização para Defesa Nacional. 617
Preparo e Emprego Combinado das Forças Armadas 620
Preparo e Emprego da Força Aérea 624
Preparo e Emprego da Força Terrestre 628
Preparo e Emprego do Poder Naval 631
Proantar 637
Produção de Material Bélico 641
Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira 643
Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil 646
Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro 650
Recursos do Mar 652

Segurança da Navegação Aquaviária 656
Serviço de Saúde das Forças Armadas 660
Segurança de Vôo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro. 665
Tecnologia de Uso Aeroespacial. 673
Tecnologia de Uso Naval 679
Tecnologia de Uso Terrestre. 682

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.....687
Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos 697
Brasil Escolarizado. 706
Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica 714
Desenvolvimento do Ensino Médio. 717
Desenvolvimento da Educação Especial. 721
Desenvolvimento da Educação Infantil 727
Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação
e da Pesquisa Científica 731
Desenvolvimento do Ensino Fundamental 738
Educação para a Diversidade e Cidadania 742
Universidade do Século XXI 748
Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores
da Educação Básica 755

MINISTÉRIO DA FAZENDA 761
Administração Tributária e Aduaneira 780
Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais 783
Arrecadação de Receitas Previdenciárias. 786
Banco para Todos 789
Capacitação de Servidores Públicos em Finanças Públicas
e Áreas Afins 792
Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários 794
Desenvolvimento dos Mercados de Seguros, Previdência
Complementar Aberta e Capitalização. 799
Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional 806
Educação Fiscal 812
Fortalecimento da Gestão Administrativa e Fiscal
dos Municípios - PNAFM. 815
Gerenciamento de Risco e Prevenção de Perdas e Acidentes. 819
Produção de Moeda e Documentos de Segurança 821
Recuperação de Créditos e Defesa da Fazenda Nacional 824

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL 827
Desenvolvimento da Agricultura Irrigada 834
Desenvolvimento da Faixa de Fronteira 838
Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido (Conviver) 844
Drenagem Urbana Sustentável. 849
Eficiência na Agricultura Irrigada 852
Integração de Bacias Hidrográficas 854
Organização Produtiva de Comunidades (Produzir) 858
Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres 862
Proágua Infra-estrutura 866
Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (Promeso) 871
Promoção e Inserção Econômica de Sub-regiões (Promover) 878
Resposta aos Desastres. 881
Transferência da Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação 885

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA 889
Aprimoramento da Execução Penal 897
Assistência Jurídica Integral e Gratuita. 901
Combate à Criminalidade 905
Combate ao Crime Transnacional 909
Defesa do Consumidor 913
Defesa Econômica e da Concorrência 917
Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal 922
Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas 925
Migração e Acordos Internacionais 930
Modernização da Polícia Federal 933
Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial
e Etnodesenvolvimento 936
Reforma do Judiciário 941
Segurança Pública nas Rodovias Federais 945
Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) 949

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL 953
Educação Previdenciária 960
Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União 963
Previdência Complementar 965
Previdência de Inativos e Pensionistas da União. 968
Previdência Social Básica 970

Qualidade dos Serviços Previdenciários 974
Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal 978

MINISTÉRIO DA SAÚDE 981
Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos 998
Alimentação Saudável 1003
Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos 1008
Assistência Suplementar à Saúde 1014
Atenção Básica em Saúde 1020
Atenção à Saúde da População em Situações de Urgências, Violências e outras Causas Externas. 1026
Atenção Especializada em Saúde 1030
Atenção Hospitalar e Ambulatorial no Sistema Único de Saúde (SUS) . . 1034
Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde 1039
Controle da Tuberculose e Eliminação da Hanseníase 1045
Educação Permanente e Qualificação Profissional no Sistema Único de Saúde (SUS). 1052
Investimento para Humanização e Ampliação do Acesso à Atenção à Saúde 1056
Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis 1062
Saneamento Rural 1066
Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue 1072
Vigilância Ambiental em Saúde. 1077
Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças Transmissíveis 1081
Vigilância e Prevenção de Doenças e Agravos Não-Transmissíveis 1085
Vigilância, Prevenção e Atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis 1088
Vigilância, Prevenção e Controle da Malária e da Dengue 1093
Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes 1097

MINISTÉRIO DAS CIDADES 1103
Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Pequeno Porte 1112
Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Médio e Grande Porte 1116
Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário

Urbano de Passageiros 1120
Financiamento Imobiliário Habitacional 1129
Fortalecimento da Gestão Urbana 1133
Habitação de Interesse Social. 1143
Mobilidade Urbana 1147
Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H) 1152
Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais 1160
Segurança e Educação de Trânsito: Direito e
Responsabilidade de Todos 1168
Serviços Urbanos de Água e Esgoto 1173
Urbanização, Regularização Fundiária e Integração
de Assentamentos Precários 1182

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES 1191
Aprimoramento dos Serviços Postais 1197
Inovação Tecnológica em Telecomunicações 1201
Oferta dos Serviços de Telecomunicações 1204
Universalização dos Serviços de Comunicações 1208

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES.....1211
Análise e Difusão da Política Externa Brasileira 1222
Assistência a Cidadãos Brasileiros no Exterior e
Atendimento Consular 1225
Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica Internacional 1227
Difusão da Cultura e da Imagem do Brasil no Exterior 1230
Ensino Profissional Diplomático 1235
Promoção das Exportações 1239
Relações do Brasil com Estados Estrangeiros 1243
Relações e Negociações do Brasil no Âmbito dos
Organismos Internacionais 1247

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA 1249
Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural
e Biocombustíveis 1257
Atuação Internacional na Área de Petróleo. 1260
Brasil com Todo Gás 1263
Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia 1266
Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Álcool
e Outros Combustíveis 1269

Eficiência Energética 1274
Energia Alternativa Renovável 1278
Energia na Região Nordeste. 1282
Energia na Região Norte 1287
Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste 1292
Energia na Região Sul 1298
Energia nos Sistemas Isolados 1303
Geologia do Brasil 1309
Indústria Petroquímica 1314
Luz para Todos 1316
Mineração e Desenvolvimento Sustentável 1323
Oferta de Petróleo e Gás Natural 1329
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural 1333
Qualidade do Serviço de Energia Elétrica 1336
Qualidade dos Derivados do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 1347
Refino de Petróleo 1350
Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados 1353
Transporte Marítimo de Petróleo e Derivados 1357

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO 1361
Agricultura Familiar (Pronaf) 1368
Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais 1373
Crédito Fundiário 1380
Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária 1383
Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais 1388
Educação do Campo (Pronera) 1392
Paz no Campo. 1396
Regularização e Gerenciamento da Estrutura Fundiária 1399

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME 1403
Acesso à Alimentação 1413
Erradicação do Trabalho Infantil 1418
Proteção Social Básica 1423
Proteção Social Especial 1430
Transferência de Renda com Condicionalidades - Bolsa Família 1436

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR 1443
Artesanato Brasileiro 1463
Competitividade das Cadeias Produtivas 1468
Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte 1478
Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora 1484
Interiorização do Desenvolvimento da Amazônia Ocidental 1490
Metrologia e Qualidade Industrial. 1494
Pólo Industrial de Manaus. 1500
Propriedade Intelectual 1504

MINISTÉRIO DO ESPORTE 1511
Brasil no Esporte de Alto Rendimento 1522
Esporte e Lazer da Cidade 1528
Inserção Social pela Produção de Material Esportivo 1533
Rumo ao Pan 2007 1537
Segundo Tempo 1543

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE 1551
Amazônia Sustentável 1565
Áreas Protegidas do Brasil 1571
Combate à Desertificação 1575
Comunidades Tradicionais 1582
Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros 1589
Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos. 1595
Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis. 1599
Nacional de Florestas. 1605
Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais (Florescer) 1616
Proambiente 1620
Probacias - Conservação de Bacias Hidrográficas 1624
Qualidade Ambiental 1630
Recursos Pesqueiros Sustentáveis 1636
Resíduos Sólidos Urbanos 1645
Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental 1649
Zoneamento Ecológico-Econômico. 1658

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO 1665
Desenvolvimento de Competências em Gestão Pública 1677
Gestão do Patrimônio Imobiliário da União 1682
Governo Eletrônico 1686
Inclusão Digital 1690
Informações Estatísticas e Geocientíficas 1695
Prospecção e Avaliação de Políticas Públicas 1700
Recenseamentos Gerais 1709

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO 1713
Democratização das Relações de Trabalho 1723
Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda 1729
Economia Solidária em Desenvolvimento 1735
Erradicação do Trabalho Escravo 1743
Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda 1746
Microcrédito Produtivo Orientado 1754
Primeiro Emprego 1759
Qualificação Social e Profissional 1764
Rede de Proteção ao Trabalho 1772
Segurança e Saúde no Trabalho 1777

MINISTÉRIO DO TURISMO 1783
Brasil: Destino Turístico Internacional 1788
Turismo no Brasil: Uma Viagem para Todos 1793

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES 1797
Corredor Araguaia-Tocantins 1811
Corredor Fronteira Norte 1814
Corredor Leste 1817
Corredor Mercosul 1821
Corredor Nordeste ..... ‘1825
Corredor Oeste-Norte 1828
Corredor São Francisco 1832
Corredor Sudoeste 1836
Corredor Transmetropolitano 1839
Exploração da Infra-Estrutura de Transporte Rodoviário e Ferroviário ... 1843

Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante
e da Indústria Naval 1847
Infra-estrutura de Transportes 1851
Manutenção da Malha Rodoviária Federal. 1853
Manutenção de Hidrovias 1857
Serviços de Transporte Aquaviário 1860
Serviços de Transporte Rodoviário. 1864

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.....1869
Defesa Jurídica da União 1880
Controle Interno, Prevenção e Combate à Corrupção 1895
Certificação Digital 1908
Democratização do Acesso à Informação Arquivística Governamental. . . 1912
Democratização do Acesso à Informação Jornalística,
Educacional e Cultural 1916
Divulgação dos Atos Oficiais e Produção Gráfica. 1919
Informações Integradas para Proteção da Amazônia. 1924
Inteligência Federal 1931
Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) 1935
Promoção da Ética Pública 1941

SECRETARIA ESPECIAL DE AQÜICULTURA E PESCA 1947
Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura 1954
Desenvolvimento Sustentável da Pesca 1958

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL.....1963
Brasil Quilombola. 1969

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES 1975
Incentivo à Autonomia Econômica das Mulheres
no Mundo do Trabalho 1982
Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres 1987

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS.....1993
Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas 2000
Atendimento Sócio-educativo do Adolescente em Conflito com a Lei . . . 2005
Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes . . . 2010
Direitos Humanos, Direitos de Todos 2013
Nacional de Acessibilidade 2017
Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente 2021
Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência 2025
Proteção da Adoção e Combate ao Seqüestro Internacional 2031

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, PODERES LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO.....2035
Defesa da Ordem Jurídica 2039
Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados 2045
Atuação Legislativa do Senado Federal. 2051
Controle Externo 2057
Prestação Jurisdicional no Distrito Federal. 2065
Prestação Jurisdicional Trabalhista 2073
Gestão do Processo Eleitoral 2083
Prestação Jurisdicional na Justiça Federal (não avaliado) 2089
Prestação Jurisdicional Militar 2093
Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça 2099
Controle da Gestão Administrativa e Financeira no Poder Judiciário 2105
Prestação Jurisdicional no Supremo Tribunal Federal. 2109

ÍNDICE EM ORDEM ALFABÉTICA DE PROGRAMAS

Abastecimento Agroalimentar 323
Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis 1257
Acesso à Alimentação 1413
Administração Tributária e Aduaneira 780
Agricultura Familiar (Pronaf) 1368
Alimentação Saudável 1003
Amazônia Sustentável 1565
Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais 783
Análise e Difusão da Política Externa Brasileira 1222
Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário 329
Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Médio e Grande Porte 1116
Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Pequeno Porte 1112
Aprimoramento da Execução Penal 897
Aprimoramento dos Serviços Postais 1197
Áreas Protegidas do Brasil 1571
Arrecadação de Receitas Previdenciárias. 786
Artesanato Brasileiro 1463
Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais 1373
Assistência a Cidadãos Brasileiros no Exterior e Atendimento Consular 1225
Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas 2000
Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade. 577
Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos 1008
Assistência Jurídica Integral e Gratuita. 901
Assistência Suplementar à Saúde 1014
Atenção à Saúde da População em Situações de Urgências, Violências e outras Causas Externas. 1026
Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos. 998
Atenção Básica em Saúde 1020
Atenção Especializada em Saúde 1030
Atenção Hospitalar e Ambulatorial no Sistema Único de Saúde (SUS) . . 1034
Atendimento Sócio-educativo do Adolescente em Conflito com a Lei . . . 2005

Atuação Internacional na Área de Petróleo. 1260
Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados 2045
Atuação Legislativa do Senado Federal. 2051
Banco para Todos 789
Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos 697
Brasil com Todo Gás 1263
Brasil: Destino Turístico Internacional. 1788
Brasil Escolarizado. 706
Brasil no Esporte de Alto Rendimento 1522
Brasil Patrimônio Cultural. 505
Brasil Quilombola 1969
Brasil, Som e Imagem 511
Calha Norte 583
Capacitação de Servidores Públicos em Finanças Públicas
e Áreas Afins 792
Certificação Digital 1908
Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde 1039
Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão
e o Desenvolvimento Social. 457
Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial,
Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) 462
Ciência, Tecnologia e Inovação para Natureza e Clima 468
Combate à Criminalidade 905
Combate à Desertificação 1575
Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças
e Adolescentes 2010
Combate ao Crime Transnacional 909
Competitividade das Cadeias Produtivas 1468
Comunicações, Comando, Controle e Inteligência
nas Forças Armadas 587
Comunidades Tradicionais 1582
Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros 1589
Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade
e dos Recursos Genéticos. 1595
Controle da Gestão Administrativa e Financeira
no Poder Judiciário 2105
Controle da Tuberculose e Eliminação da Hanseníase 1045
Controle de Armamentos, Munições e Explosivos 591
Controle Externo 2057

Controle Interno, Prevenção e Combate à Corrupção 1895
Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica Internacional 1227
Corredor Araguaia-Tocantins 1811
Corredor Fronteira Norte 1814
Corredor Leste 1817
Corredor Mercosul 1821
Corredor Nordeste . . . . . ‘1825
Corredor Oeste-Norte 1828
Corredor São Francisco 1832
Corredor Sudoeste. 1836
Corredor Transmetropolitano 1839
Crédito Fundiário 1380
Cultura Afro-Brasileira 516
Cultura, Educação e Cidadania 520
Defesa da Ordem Jurídica 2039
Defesa do Consumidor 913
Defesa Econômica e da Concorrência 917
Defesa Jurídica da União 1880
Democratização das Relações de Trabalho 1723
Democratização do Acesso à Informação Arquivística Governamental . . . 1912
Democratização do Acesso à Informação Jornalística,
Educacional e Cultural 1916
Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário
Urbano de Passageiros 1120
Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego,
Trabalho e Renda 1729
Desenvolvimento da Agricultura Irrigada 834
Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico 334
Desenvolvimento da Aviação Civil 595
Desenvolvimento da Avicultura. 343
Desenvolvimento da Bovideocultura 347
Desenvolvimento da Caprinocultura, da Eqüideocultura
e da Ovinocultura 353
Desenvolvimento da Economia Cafeeira 359
Desenvolvimento da Economia da Cultura (Prodec) 527
Desenvolvimento da Educação Especial. 721
Desenvolvimento da Educação Infantil 727
Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica 714
Desenvolvimento da Faixa de Fronteira 838

Desenvolvimento da Fruticultura (Profruta) 366
Desenvolvimento da Horticultura 371
Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária 599
Desenvolvimento das Culturas de Cereais, Raízes e
Outras Espécies Vegetais 380
Desenvolvimento das Culturas de Oleaginosas e Plantas Fibrosas 384
Desenvolvimento da Suideocultura 376
Desenvolvimento de Competências em Gestão Pública 1677
Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno
e Médio Porte 1478
Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora 1484
Desenvolvimento do Complexo Agroindustrial Sucroalcooleiro 388
Desenvolvimento do Cooperativismo e do Associativismo Rural 394
Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação
e da Pesquisa Científica 731
Desenvolvimento do Ensino Fundamental 738
Desenvolvimento do Ensino Médio. 717
Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários 794
Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional 806
Desenvolvimento dos Mercados de Seguros, Previdência
Complementar Aberta e Capitalização. 799
Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal 922
Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido (Conviver) 844
Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura 1954
Desenvolvimento Sustentável da Pesca 1958
Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau 398
Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais 1388
Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária 1383
Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia 1266
Difusão da Cultura e da Imagem do Brasil no Exterior 1230
Direitos Humanos, Direitos de Todos 2013
Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Álcool
e Outros Combustíveis 1269
Divulgação dos Atos Oficiais e Produção Gráfica. 1919
Drenagem Urbana Sustentável. 849
Economia Solidária em Desenvolvimento 1735
Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis. 1599
Educação do Campo (Pronera) 1392

Educação Fiscal 812
Educação para a Diversidade e Cidadania 742
Educação Permanente e Qualificação Profissional
no Sistema Único de Saúde (SUS) 1052
Educação Previdenciária 960
Eficiência Energética 1274
Eficiência na Agricultura Irrigada 852
Energia Alternativa Renovável 1278
Energia na Região Nordeste. 1282
Energia na Região Norte 1287
Energia na Região Sul 1298
Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste 1292
Energia nos Sistemas Isolados 1303
Engenho das Artes. 531
Ensino Profissional da Aeronáutica 606
Ensino Profissional da Marinha 609
Ensino Profissional Diplomático 1235
Ensino Profissional do Exército 613
Erradicação do Trabalho Escravo 1743
Erradicação do Trabalho Infantil 1418
Esporte e Lazer da Cidade 1528
Exploração da Infra-Estrutura de Transporte Rodoviário
e Ferroviário 1843
Financiamento Imobiliário Habitacional 1129
Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante
e da Indústria Naval 1847
Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa 477
Fortalecimento da Gestão Administrativa e Fiscal
dos Municípios - PNAFM. 815
Fortalecimento da Gestão Urbana 1133
Geologia do Brasil 1309
Gerenciamento de Risco e Prevenção de Perdas e Acidentes. 819
Gestão do Patrimônio Imobiliário da União 1682
Gestão do Processo Eleitoral 2083
Governo Eletrônico 1686
Habitação de Interesse Social. 1143
Identidade e Diversidade Cultural - Brasil Plural 537
Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas 925

Incentivo à Autonomia Econômica das Mulheres
no Mundo do Trabalho 1982
Inclusão Digital. 1690
Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União 963
Indústria Petroquímica 1314
Informações Estatísticas e Geocientíficas 1695
Informações Integradas para Proteção da Amazônia. 1924
Infra-estrutura de Transportes 1851
Inovação Tecnológica em Telecomunicações 1201
Inserção Social pela Produção de Material Esportivo 1533
Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda 1746
Integração de Bacias Hidrográficas 854
Inteligência Federal 1931
Interiorização do Desenvolvimento da Amazônia Ocidental 1490
Investimento para Humanização e Ampliação do Acesso
à Atenção à Saúde 1056
Livro Aberto 542
Luz para Todos 1316
Manejo e Conservação de Solos na Agricultura 406
Manutenção da Malha Rodoviária Federal. 1853
Manutenção de Hidrovias 1857
Metrologia e Qualidade Industrial. 1494
Microcrédito Produtivo Orientado 1754
Migração e Acordos Internacionais 930
Mineração e Desenvolvimento Sustentável 1323
Minimização de Riscos no Agronegócio 413
Mobilidade Urbana 1147
Mobilização para Defesa Nacional. 617
Modernização da Polícia Federal 933
Monumenta 548
Museu Memória e Cidadania 552
Nacional de Acessibilidade 2017
Nacional de Atividades Espaciais - PNAE 483
Nacional de Atividades Nucleares 487
Nacional de Florestas. 1605
Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) 1935
Oferta de Petróleo e Gás Natural. 1329
Oferta dos Serviços de Telecomunicações 1204
Organização Produtiva de Comunidades (Produzir) 858

Paz no Campo 1396
Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial para a Inserção Social 419
Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio 425
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural 1333
Pólo Industrial de Manaus 1500
Preparo e Emprego Combinado das Forças Armadas 620
Preparo e Emprego da Força Aérea 624
Preparo e Emprego da Força Terrestre 628
Preparo e Emprego do Poder Naval 631
Prestação Jurisdicional Militar 2093
Prestação Jurisdicional na Justiça Federal (não avaliado) 2089
Prestação Jurisdicional no Distrito Federal 2065
Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça 2099
Prestação Jurisdicional no Supremo Tribunal Federal 2109
Prestação Jurisdicional Trabalhista 2073
Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais (Florescer) 1616
Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres 1987
Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis 1062
Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres 862
Previdência Complementar 965
Previdência de Inativos e Pensionistas da União 968
Previdência Social Básica 970
Primeiro Emprego 1759
Proágua Infra-estrutura 866
Proambiente 1620
Proantar 637
Probacias - Conservação de Bacias Hidrográficas 1624
Produção de Material Bélico 641
Produção de Moeda e Documentos de Segurança 821
Promoção da Ética Pública 1941
Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico 492
Promoção das Exportações 1239
Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (Promeso) 871
Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente 2021

Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência 2025
Promoção e Inserção Econômica de Sub-regiões (Promover) 878
Propriedade Intelectual 1504
Prospecção e Avaliação de Políticas Públicas 1700
Proteção da Adoção e Combate ao Seqüestro Internacional 2031
Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial
e Etnodesenvolvimento 936
Proteção Social Básica 1423
Proteção Social Especial 1430
Qualidade Ambiental 1630
Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários 432
Qualidade do Serviço de Energia Elétrica 1336
Qualidade dos Derivados do Petróleo, Gás Natural
e Biocombustíveis 1347
Qualidade dos Serviços Previdenciários 974
Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H) 1152
Qualificação Social e Profissional 1764
Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais 1160
Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira 643
Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil 646
Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro 650
Recenseamentos Gerais 1709
Recuperação de Créditos e Defesa da Fazenda Nacional 824
Recursos do Mar 652
Recursos Pesqueiros Sustentáveis 1636
Rede de Proteção ao Trabalho 1772
Refino de Petróleo 1350
Reforma do Judiciário 941
Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União,
Estados, Municípios e Distrito Federal 978
Regularização e Gerenciamento da Estrutura Fundiária 1399
Relações do Brasil com Estados Estrangeiros 1243
Relações e Negociações do Brasil no âmbito dos
Organismos Internacionais 1247
Resíduos Sólidos Urbanos 1645
Resposta aos Desastres 881
Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação
de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental 1649
Rumo ao Pan 2007 1537

Saneamento Rural 1066
Segundo Tempo 1543
Segurança da Navegação Aquaviária 656
Segurança de Vôo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro. 665
Segurança e Educação de Trânsito: Direito
e Responsabilidade de Todos 1168
Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas 436
Segurança e Saúde no Trabalho 1777
Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários 440
Segurança Pública nas Rodovias Federais 945
Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue 1072
Serviço de Saúde das Forças Armadas 660
Serviços de Transporte Aquaviário 1860
Serviços de Transporte Rodoviário 1864
Serviços Urbanos de Água e Esgoto 1173
Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) 949
Tecnologia de Uso Aeroespacial 673
Tecnologia de Uso Naval 679
Tecnologia de Uso Terrestre 682
Transferência da Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação 885
Transferência de Renda com Condicionalidades - Bolsa Família 1436
Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados 1353
Transporte Marítimo de Petróleo e Derivados 1357
Turismo no Brasil: Uma Viagem para Todos 1793
Universalização dos Serviços de Comunicações 1208
Universidade do Século XXI 748
Urbanização, Regularização Fundiária e Integração
de Assentamentos Precários 1182
Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores
da Educação Básica 755
Vigilância Ambiental em Saúde 1077
Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças Transmissíveis 1081
Vigilância e Prevenção de Doenças e Agravos Não-Transmissíveis 1085
Vigilância, Prevenção e Atenção em HIV/AIDS
e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis 1088
Vigilância, Prevenção e Controle da Malária e da Dengue 1093
Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes 1097
Zoneamento Ecológico-Econômico. 1658

APRESENTAÇÃO

A participação democrática levada aos mais diversos setores da vida social coloca-se como um desafio permanente do Governo Federal na formulação e implementação das políticas nacionais. Esse princípio eleva os desafios para a gestão pública e ressalta a importância da divulgação da avaliação dos resultados da ação de governo para a sociedade. Nesse sentido, os resultados apresentados no Relatório de Avaliação do PPA 2004-2007 devem, também, ser discutidos pelos órgãos do Poder Executivo, pelo Congresso Nacional e pelo conjunto da sociedade, de forma crítica e ativa, de modo a permitir o avanço da democracia na relação entre o Estado e a sociedade.

O Relatório busca analisar os resultados consolidados do PPA 2004-2007 abrangendo a Estratégia de Desenvolvimento, o Cenário de Crescimento, as Metas Prioritárias, os Megaobjetivos (3) e Desafios (30) anunciados para o período, por ocasião do envio da Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional. Abrange, também, os cerca de 350 programas e 5.000 ações que fizeram parte do esforço de execução da União na condução das políticas públicas delineadas nesse período.

A fim de cumprir o disposto no art. 9º da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004 e suas alterações, o Relatório está estruturado em 27 cadernos, distribuídos da seguinte forma:

a) caderno 1 – compreende a avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano Plurianual;

b) cadernos 2 a 27 – compreendem as avaliações de programas do tipo finalístico e serviço ao Estado, agrupadas por órgão setorial, obtidas a partir da percepção dos gerentes de programas e suas equipes, com a coleta de informações na ótica de auto-avaliação, por meio de roteiros de questões respondidas no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

O produto do trabalho é resultado das atividades realizadas em conjunto com os atores diretamente envolvidos no processo de avaliação, representados pelos gerentes dos programas e pelas equipes técnicas no âmbito dos órgãos responsáveis por programas de Governo, que são integrantes das Subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Gestão (SPOA), das Unidades de Monitoramento e Avaliação (UMAs) e das Secretarias Executivas. E, no âmbito do órgão central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal, com participação das equipes técnicas do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST), da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) e da Secretaria de Orçamento Federal (SOF).

Os cadernos incluem demonstrativos dos valores referentes às ações desenvolvidas, tanto no âmbito do próprio órgão responsável quanto em outros Ministérios, no caso dos programas multissetoriais. As avaliações dos programas de cada Ministério e das Secretarias

Especiais são precedidas de um Sumário Executivo que contém informações sintéticas dos resultados e dos principais aspectos da avaliação da concepção e da implementação do conjunto de programas.

A publicação do Relatório de Avaliação do PPA 2004-2007 por meio de cadernos específicos, por órgão, confere maior transparência em relação aos resultados da aplicação dos recursos públicos federais. Além disso, facilita a compreensão e a prestação de contas à sociedade, gerando assim informações para os debates necessários à promoção da melhoria da qualidade da ação pública e de seus resultados para a sociedade brasileira.

AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Abastecimento Agroalimentar

Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário

Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico

Desenvolvimento da Avicultura

Desenvolvimento da Bovideocultura

Desenvolvimento da Caprinocultura, da Eqüideocultura e da Ovinocultura

Desenvolvimento da Economia Cafeeira

Desenvolvimento da Fruticultura (Profruta)

Desenvolvimento da Horticultura

Desenvolvimento da suideocultura

Desenvolvimento das Culturas de Cereais, Raízes e Outras Espécies Vegetais

Desenvolvimento das Culturas de Oleaginosas e Plantas Fibrosas

Desenvolvimento do Complexo Agroindustrial Sucroalcooleiro

Desenvolvimento do Cooperativismo e do Associativismo Rural

Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau

Manejo e Conservação de Solos na Agricultura

Minimização de Riscos no Agronegócio

Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial para a Inserção Social

Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio

Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

Segurança fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), foram utilizados **R$ 4.685.250.186,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 6.723.210.391,00	Realizado orçamentário:	R$ 4.685.250.186,00
Recursos não-orçamentários previstos:	-	Realizado não-orçamentário:	-
Total previsto:	**R$ 6.723.210.391,00**	**Total realizado:**	**R$ 4.685.250.186,00**

Além disso, do total de **R$ 405.312.447,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram executados **R$ 354.349.585,00**

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do MAPA, no período do PPA 2004-2007, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Finalístico	0352 Abastecimento Agroalimentar	47,96%	63,30%	65,46%	64,60%	61,97%
	6003 Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário	1,88%	3,14%	3,26%	4,56%	3,44%
	1225 Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico	0,01%	0,02%	0,03%	0,03%	0,02%
	0371 Desenvolvimento da Avicultura	0,15%	0,04%	0,42%	0,08%	0,19%
	0359 Desenvolvimento da Bovideocultura	1,17%	1,52%	1,29%	1,12%	1,27%
	0377 Desenvolvimento da Caprinocultura, da Eqüideocultura e da Ovinocultura	0,05%	0,05%	0,01%	0,02%	0,03%
	0350 Desenvolvimento da Economia Cafeeira	24,11%	25,05%	24,04%	22,14%	23,67%
	0354 Desenvolvimento da Fruticultura – Profruta	0,41%	0,16%	0,15%	0,17%	0,20%
	0353 Desenvolvimento da Heveicultura	0,02%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	0369 Desenvolvimento da Horticultura	0,05%	0,03%	0,02%	0,03%	0,03%
	0367 Desenvolvimento da Suideocultura	0,04%	0,03%	0,01%	0,03%	0,02%
	0361 Desenvolvimento das Culturas de Cereais, Raízes e Outras Espécies Vegetais	0,15%	0,13%	0,08%	0,07%	0,10%
	0363 Desenvolvimento das Culturas de Oleaginosas e Plantas Fibrosas	0,18%	0,13%	0,10%	0,11%	0,12%
	5005 Desenvolvimento do Complexo Agroindustrial Sucroalcooleiro	14,51%	0,41%	0,02%	0,03%	2,36%
	1169 Desenvolvimento do Cooperativismo e do Associativismo Rural	0,53%	0,18%	0,10%	0,07%	0,18%
	0362 Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau	0,42%	0,35%	0,27%	0,23%	0,30%
	0368 Manejo e Conservação de Solos na Agricultura	0,09%	0,04%	0,03%	0,02%	0,04%
	0365 Minimização de Riscos no Agronegócio	2,25%	0,93%	1,03%	1,64%	1,39%

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Finalístico	1161 Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial para a Inserção Social	0,38%	0,26%	0,20%	0,19%	0,24%
	1156 Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio	3,59%	2,39%	2,32%	2,76%	2,68%
	0375 Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários	0,27%	0,11%	0,07%	0,13%	0,13%
	0356 Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas	0,79%	0,61%	0,34%	0,79%	0,61%
	0357 Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários	0,28%	0,26%	0,13%	0,24%	0,22%
Finalístico Soma		**99,3%**	**99,1%**	**99,4%**	**99,1%**	**99,2%**
Gestão de Políticas Públicas	0360 Gestão da Política Agropecuária	0,72%	0,85%	0,61%	0,93%	0,78%
Gestão de Políticas Públicas Soma		**0,7%**	**0,9%**	**0,6%**	**0,9%**	**0,8%**
Total Global		**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

AVALIAÇÃO SETORIAL

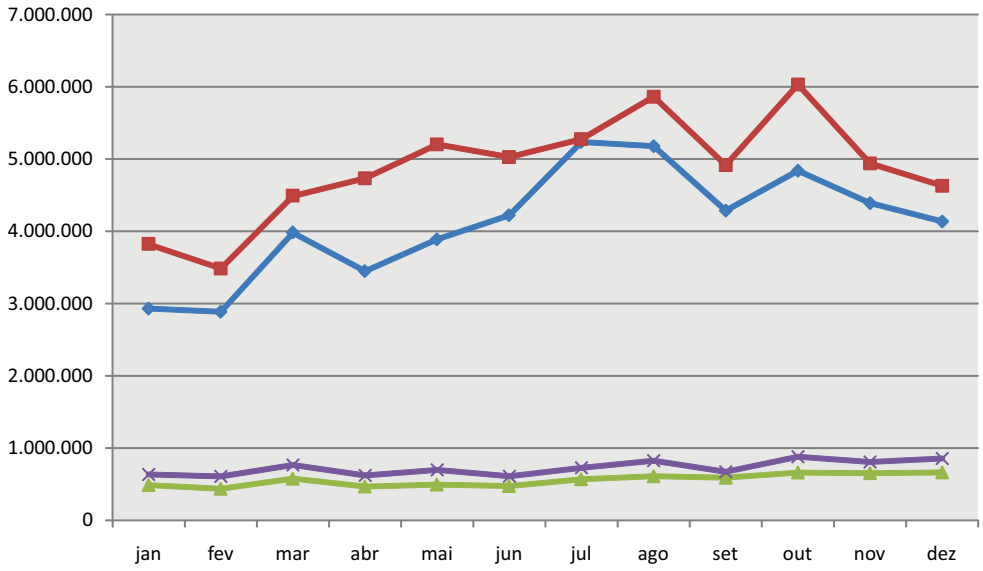
O agronegócio responde por 25% do produto da economia e, nos últimos cinco anos, a agricultura foi o setor que mais evoluiu em exportações no País, com uma taxa anual de crescimento de 16,3%.

A safra de grãos para o ano agrícola 2007-2008 deverá bater novo recorde, segundo estimativa da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) vinculada ao MAPA. A previsão é de serem colhidas 134,8 milhões de toneladas (t), com elevação de 2,3%, sobre a safra anterior, de 131,8 milhões t.

O agronegócio brasileiro vem cumprindo, eficientemente, o papel de abastecer a população, em termos de quantidade, qualidade e preços. O aumento da eficiência produtiva dos produtores rurais permitiu que os preços dos alimentos permanecessem em níveis baixos, ou sofressem aumentos amenizados, favorecendo o consumo das camadas mais pobres da população brasileira. Os excedentes de produção têm revelado a capacidade de competição do País, primeiro exportador mundial de carne bovina e de frango, açúcar, café e suco de laranja e o segundo maior exportador em grãos.

As exportações do agronegócio, entre janeiro e novembro de 2007, totalizaram US$ 53,781 bilhões, um recorde histórico para o setor. Em relação ao mesmo período de 2006, as exportações apresentaram um crescimento de 18,76%. Com isso, as exportações

do agronegócio corresponderam a 36,7% das exportações totais brasileiras no período, que foram de US$ 146,419 bilhões.



As importações do agronegócio, no período de janeiro a novembro de 2007, totalizaram US$ 7,861 bilhões, superando em 30,3% igual período de 2006. Como conseqüência, registrou-se um *superavit* da balança comercial do agronegócio de US$ 45,920 bilhões, também um recorde histórico.

Considerando o desempenho por setores, a maior contribuição para a expansão das exportações foi dada pelas carnes, cujas vendas cresceram 29,7%, passando de US$ 7,9 bilhões para US$ 10,2 bilhões em 11 meses de 2007. Ainda em termos de contribuição para o aumento das exportações em 2007, destacaram-se os acréscimos das vendas externas dos seguintes setores:

a) complexo soja (22,3%; de US$ 8,8 bilhões para US$ 10,8 bilhões);

b) produtos florestais (11,6%; de US$ 7,2 bilhões para US$ 8,0 bilhões);

c) café (16,9%; de US$ 3,0 bilhões para US$ 3,5 bilhões); e

d) sucos de frutas (55,1%; de US$ 1,4 bilhão para US$ 2,2 bilhões).

Quanto às importações, houve um crescimento de 30,3% nas compras externas, passando de US$ 6,031 bilhões para US$ 7,861 bilhões. O trigo liderou o *ranking* de produtos importados com aquisições de US$ 1,268 bilhão (quase 16,1% do valor das importações totais), o que representou incremento de 44% em relação ao valor importado nos primeiros 11 meses de 2006, que foi de US$ 880,6 milhões. A quantidade importada aumentou 4,4% e os preços foram 37,9% maiores.

Tabela 1 - Exportações, importações e saldos: Janeiro-Novembro/2007 e Janeiro-Novembro/2006 (em US$ mil)

Setores	Janeiro-Novembro/2007			Janeiro-Novembro/2006			Var.%	
	Exp	Imp	Saldo	Exp	Imp	Saldo	Exp	Imp
COMPLEXO SOJA	10.811.796	57.577	10.754.218	8.840.720	40.079	8.800.641	22,30	43,66
CARNES	10.239.019	160.547	10.078.471	7.893.424	114.599	7.778.826	29,72	40,09
PRODUTOS FLORESTAIS	8.039.294	1.783.200	6.256.094	7.202.022	1.506.174	5.695.848	11,63	18,39
COMPLEXO SUCROALCOOLEIRO	6.139.925	2.106	6.137.819	6.921.467	280	6.921.187	-11,29	653,14
CAFÉ	3.546.232	2.404	3.543.828	3.032.533	1.745	3.030.788	16,94	37,77
COUROS, PRODUTOS DE COURO E PELETEIRA	3.235.464	220.836	3.014.629	3.150.601	190.293	2.960.308	2,69	16,05
SUCOS DE FRUTA	2.197.190	9.363	2.187.827	1.416.318	1.339	1.408.979	55,13	27,58
FUMO E SEUS PRODUTOS	2.111.765	41.668	2.070.097	1.639.174	28.4114	1.610.759	28,83	46,65
CEREAIS, FARINHAS E PREPARAÇÕES	1.988.053	2.108.494	-120.442	669.880	1.450.414	-780.534	196,78	45,37
FIBRAS E PRODUTOS TÊXTEIS	1.379.696	547.918	831.777	1.260.736	411.244	849.491	9,44	33,23
FRUTAS (INCLUI NOZES E CASTANHAS)	894.487	328.673	565.813	667.193	276.472	390.721	34,07	18,88
DEMAIS PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	604.874	287.936	316.939	509.971	236.535	273.436	18,61	21,73
DEMAIS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	381.932	98.190	283.742	288.514	78.048	210.466	32,38	25,81
CACAU E SEUS PRODUTOS	337.428	168.154	169.274	337.816	110.047	227.769	-0,11	52,80
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS	317.755	152.646	164.110	274.821	128.235	146.586	12,62	19,04
PESCADOS	288.471	498.680	-210.209	340.209	394.476	-54.267	-15,21	26,42
LÁCTEOS	252.467	141.596	110.871	155.554	139.732	15.822	62,30	1,33
ANIMAIS VIVOS	249.609	7.542	242.066	83.151	3.314	79.837	200,19	127,62
BEBIDAS	236.792	283.727	-46.935	188.401	229.402	-41.001	25,69	23,68
CHÁ, MATE E ESPECIARIAS	184.713	32.655	152.058	157.656	20.306	137.351	17,16	60,82
PRODUTOS HORTÓCOLAS, LEGUMINOSAS, RAÍZES E TUE	96.850	407.772	-310.922	47.941	307.872	-259.931	102,02	32,45
RAÇÕES PARA ANIMAIS	96.358	136.275	-39.917	65.220	99.720	-34.500	47,74	36,66
PRODUTOS OLEAGINOSOS (EXCLUI SOJA)	95.058	373.498	-278.440	89.382	249.019	-159.636	6,35	49,99
PLANTAS VIVAS E PROTUDOS DE FLORICULTURA	32.840	9.619	23.221	27.446	7.731	19.715	19,65	24,42
PRODUTOS APÍCOLAS	23.035	41	22.994	26.301	57	26.244	-12,42	-27,94
TOTAL	**53.781.104**	**7.861.120**	**45.919.984**	**45.286.452**	**6.031.549**	**39.254.903**	**18,76**	**30,33**

Fonte: AgroStat Brasil a partir de dados da SECEX/MDIC
Elaboração: MAPA/SRI/DPI/CGOE

A análise dos destinos das exportações demonstra o crescimento das vendas para os seguintes blocos econômicos ou regiões geográficas no período de janeiro a novembro de 2007: - União Européia com 30,9%); - Ásia (exceto Oriente Médio) com 20,7%; - Oriente Médio com 17,8%; - Aladi (exceto Mercosul) com 30,7%; e - África (exceto Oriente Médio) com 10,9%.

Destaca-se o aumento da participação da União Européia no total das exportações, que passou de 32,2% do total das aquisições para 35,5%.

Os principais países compradores de produtos do agronegócio brasileiro entre janeiro e novembro de 2007 foram: Estados Unidos com US$ 5,9 bilhões; Países Baixos com US$ 4,9 bilhões; China com US$ 4,5 bilhões; Federação Russa com US$ 3,0 bilhões; Itália com US$ 2,3 bilhões; Alemanha com US$ 2,1 bilhões.

Deve-se destacar o elevado crescimento das exportações do agronegócio para os seguintes países: Espanha com 79,8%; Venezuela com 61,2%; Portugal com 57,1%; França com 42,8%; Hong Kong com 38,4%; Bélgica com 37,6%; Países Baixos com 35,1%.

Tabela 2 - Exportações do Agronegócios por Blocos Econômicos/Regiões: Janeiro-Novembro/2007 e Janeiro-Novembro/2006 (em US$ mil)

Blocos	Janeiro-Novembro		Var % 2007/2006	Participação	
	2007	2006		2007	2006
UE 27	19.093.340	14.585.304	30,91	35,50	32,21
ÁSIA (EXCL. ORIENTE MÉDIO)	10.574.697	8.763.485	20,67	19,66	19,35
NAFTA	6.836.080	7.378.560	-7,35	12,71	16,29
ORIENTE MÉDIO	4.391.201	3.726.945	17,82	8,16	8,23
EUROPA ORIENTAL	3.897.587	3.666.221	6,31	7,25	8,10
ÁFRICA (EXCL. ORIENTE MÉDIO)	3.472.238	3.129.763	10,94	6,46	6,91
ALADI (EXCL. MERCOSUL)	2.416.789	1.849.697	30,66	4,49	4,08
MERCOSUL	1.605.495	1.333.893	20,36	2,99	2,95
DEMAIS DA EUROPA OCIDENTAL	574.417	474.091	21,16	1,07	1,05
OCEANIA	237.044	198.291	19,54	0,44	0,44
DEMAIS DA AMÉRICA	125.620	79.745	57,53	0,23	0,18

Fonte: AgroStat Brasil a partir de dados da SECEX/MDIC
Elaboração: MAPA/SRI/DPI/CGOE

Tabela 3 - Exportações do Agronegócios por Países: Janeiro-Novembro/2007 e Janeiro-Novembro/2006 (em US$ mil)

Blocos	Janeiro-Novembro		Var % 2007/2006	Participação	
	2007	2006		2007	2006
ESTADOS UNIDOS	5.933.863	6.499.041	-8,70	11,03	14,35
PAISES BAIXOS	4.988.293	3.691.025	35,15	9,28	8,15
CHINA	4.505.775	3.634.726	23,96	8,38	8,03
RUSSIA, FED. DA	3.064.173	2.784.984	10,02	5,70	6,15
ITÁLIA	2.370.635	1.893.798	25,18	4,41	4,18
ALEMANHA	2.160.683	1.880.266	14,91	4,02	4,15
BÉLGICA	2.067.134	1.501.884	37,64	3,84	3,32
ESPANHA	1.966.791	1.063.549	79,85	3,66	2,41
FRANÇA	1.646.770	1.152.672	42.87	3,06	2,55
JAPÃO	1.597.937	1.346.664	18,66	2,97	2,97
REINO UNIDO	1.583.496	1.406.906	12,31	2,94	3,11
IRÃ REP. ISL. DO	1.519.021	1.256.057	20,94	2,82	2,77
ARGENTINA	1.112.996	923.344	20,54	2,07	2,04
HONG KONG	1.094.836	790.573	38,49	2,04	1,75
VENEZUELA	1.012.377	627.998	61,21	1,88	1,39
ARABIA SAUDITA	884.695	783.297	12,95	1,64	1,73
COREIA, REP. SUL	805.467	613.447	31,30	1,50	1,35
EMIR. ARABES UN.	753.174	654.964	14,99	1,40	1,,45
PORTUGAL	654.409	416.557	57,10	1,22	0,92
EGITO	615.483	730.170	-15,71	1,14	1,61
DEMAIS PAÍSES	13.443.067	11.601.529	15,87	25,00	25,62
TOTAL	**53.781.104**	**45.286.452**	**18,76**	**100,00**	**100,00**

Fonte: AgroStat Brasil a partir dos dados da SECREX/MDIC
Elaboração: MAPA/SRI/DPI/CGOE

Aumentar a oferta e diminuir os custos do crédito para a produção foi o grande diferencial da Política Agrícola em 2007. O Plano Agrícola e Pecuário 2007-2008 elevou a oferta de crédito oficial para R$ 70 bilhões, dos quais R$ 58 bilhões destinados à agricultura empresarial, com um acréscimo de 16% em relação aos ofertados na safra 2006-2007. A agricultura familiar foi contemplada com R$ 12 bilhões, representando um incremento da ordem de 20% em relação à safra anterior. Os créditos foram ofertados com juros reduzidos em dois pontos percentuais, (de 8,75% para 6,75% ao ano). A política governamental de apoio à comercialização, com os instrumentos de intervenção no mercado, vem proporcionando maior eficiência na aplicação dos recursos públicos e permitindo maior atração dos recursos privados. Nesse sentido, a antecipação dos leilões (antes da colheita) feita na safra 2006-2007 ainda de forma experimental por meio do Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (Pepro), tem se consolidado como política eficaz. O ano de 2007 se encerra com operações, por meio do Pepro, da ordem de R$ 1,2 bilhão, referentes à negociação de 8.563 mil t de algodão, café, milho, feijão e soja.

O Governo desembolsou mais de R$ 718,3 milhões no apoio direto à comercialização de algodão, arroz, feijão, milho, café, soja e sisal. Os desembolsos incluíram R$ 516,0 milhões em aquisições do Governo Federal (AGF) e manutenção de estoques, R$ 37,0 milhões por meio do Prêmio ao Escoamento de Produto (PEP), R$ 4,0 milhões em Prêmios de Risco para o Lançamento de Opções Privadas (Prop), R$ 161,3 milhões em equalização paga ao produtor (Pepro). A atuação do Governo no apoio à comercialização contribuiu para minimizar a queda de renda resultante dos baixos preços dos produtos agrícolas.

No que se refere aos estoques públicos, foram estocados 1.200 mil toneladas de produtos agrícolas, com desembolso da ordem de R$ 560 milhões. No que tange à venda dos produtos vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), foram colocadas no mercado 2.500 mil toneladas de produtos agrícolas, por meio de leilão eletrônico, arrecadando R$ 803 milhões.

Na função de agente operacional do Programa Fome Zero, a Conab vem atuando decisivamente em ações de combate à insegurança alimentar e nutricional nos mais diversos segmentos. Dentre essas atividades desenvolvidas em 2007, merecem destaques:

a) distribuição de mais de 1,7 milhões de cestas de produtos, equivalentes a 40,7 mil toneladas de alimentos básicos, atendendo comunidades indígenas, remanescentes de quilombos, comunidades terreiros, atingidos por barragens, famílias acampadas, populações vitimadas por calamidades públicas, incluindo ajuda humanitária internacional;

b) doação de 35,4 mil toneladas de produtos básicos, originários de aquisições da agricultura familiar, para suprimento de programas e ações de suplementação alimentar desenvolvidas por 2.882 agentes públicos, entidades assistenciais, prefeituras municipais e bancos de alimentos.

A Conab, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), aplicou R$ 95,19 milhões na aquisição de 79,538 mil toneladas de produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, beneficiando 35 mil agricultores familiares e 926 Municípios. As ações de gestão e minimização de riscos rurais foram fortalecidas mediante o incremento tecnológico e desenvolvimento de novos produtos voltados ao monitoramento dos riscos climáticos.

A necessidade de melhorar o índice de acerto da previsão do tempo e clima levou o Governo a implementar medidas vinculadas à coleta e à transmissão dos dados por meio da modernização da Rede Meteorológica Nacional com 460 novas estações meteorológicas automáticas. Dessa forma passará a operar, a partir de julho de 2008, com 540 estações meteorológicas automáticas, além das 400 estações convencionais, e as 12 estações de radiossondagens.

Em relação ao zoneamento agrícola de risco climático, que visa indicar a melhor época de plantio das culturas para cada Município, ampliaram-se os estudos, tendo sido concluídos 261 zoneamentos. Tais estudos contemplaram 22 Unidades da Federação e 23 culturas, que contribuíram significativamente para minimizar as perdas de safras agrícolas por eventos climáticos adversos.

Na previsão e monitoramento de safras agrícolas, a Conab vem utilizando metodologia de eficiência comprovada, denominada Projeto Geosafras. O Projeto Geosafras tem por finalidade aprimorar o sistema de estimativas das safras agrícolas brasileiras, com o apoio de uma rede multiinstitucional e uso de geotecnologias, como o sensoriamento remoto, GPS (*Global Positioning System*) e Sistemas de Informações Geográficas no mapeamento e monitoramento das culturas.

A Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural foi ampliada com a elevação dos percentuais de subvenção de várias culturas. Na modalidade de seguro rural agrícola, o percentual mínimo de subvenção subiu de 30% para 40%. A ação contou com recursos orçamentários de R$ 99,5 milhões, representando incremento de 63% se comparado com o exercício de 2006.

Enquanto os produtores respondem com aumento de safra e de produtividade, o Governo Federal busca soluções definitivas para antigas pendências, como equacionar a questão do endividamento rural e a criação do fundo contra catástrofe para resolver a questão do seguro agrícola, sendo que este constará de projeto de lei a ser encaminhado ao Congresso Nacional em 2008. Também quanto ao seguro rural, há previsão de se alocar em 2008, recursos da ordem de R$ 200 milhões para a Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural, com o incremento da ordem de 100%.

A crescente participação brasileira no agronegócio internacional deve-se, em parte, à ação governamental em acordos e disputas comerciais. O País participou ativamente nas sessões especiais do Comitê de Agricultura (CoA) da Organização Mundial do Comércio (OMC), no âmbito do processo de revisão do acordo sobre Agricultura.

No âmbito multilateral, notificações agrícolas à OMC sobre medidas de apoio doméstico do Brasil no ano-safra 2003-2004 demonstraram, mais uma vez, o baixo nível de subsídios aplicados pelo Brasil, dando coerência à atuação do País nas negociações agrícolas da OMC. O Governo participou ativamente das negociações do contencioso Brasil–União Européia sobre a reconsolidação das tarifas de carne de frango e de peru. Com relação a acordos comerciais bilaterais, destacam-se os avanços nas negociações Mercosul - União Aduaneira Sul-Africana (Sacu) e o Acordo de Livre Comércio com Israel. Ressaltam-se também, as negociações com a República da Coréia e o Conselho de Cooperação do Golfo (CGG), bem como o aprofundamento dos Acordos de Complementação Econômica com o Chile, Bolívia, México e Peru. Ainda no âmbito da integração regional, fortaleceu-se o monitoramento de comércio bilateral do Brasil com Argentina, Paraguai, Uruguai, e México, o que têm contribuído para solucionar problemas que limitam o fluxo de comércio.

Foram superadas barreiras de natureza sanitária obtendo-se acesso a diversos mercados e produtos, dentre os quais:

a) carne suína com osso de Santa Catarina para Argentina;

b) ajustes aos certificados sanitários internacionais para exportações de carne bovina e suína, gelatina e farelo de soja para Ucrânia;

c) liberação das exportações de carne suína e bovina dos Estados de AM, PA, GO, MS, MG, PR e SC para a Federação Russa;

d) abertura do mercado chinês à carne bovina procedente dos Estados do AC, RO, e RS;

e) autorização para exportação de carne de aves dos Estados do AM, MS, e RS para o mercado chinês;

f) abertura do mercado filipino à carne suína brasileira.

Na realização de eventos no exterior, cabe citar:

a) missão de divulgação no Japão, Indonésia e Cingapura, por ocasião da Feira Foodex;

b) missão de aproximação comercial ao México;

c) missão com atividades na Alemanha, Holanda e Bélgica, por ocasião da Feira Anuga, maior feira agroalimentar mundial;

d) participação nas discussões sobre biocombustíveis na Feira Semana Verde, na Alemanha;

e) participação na Feira de Orgânicos Biofach, principal evento internacional do setor, com vistas a registrar tendências e inovações do setor e identificar oportunidades de mercado para os produtos brasileiros, tendo em vista a regulamentação oficial de produtos orgânicos. Também foi realizado trabalho de recepção de missões de diversos países ao Brasil.

Com o aumento da participação do Brasil no agronegócio internacional, as questões sanitárias e fitossanitárias adquirem um papel de fundamental importância, em face dos níveis de exigência cada vez mais rigorosos. Tal tendência se reflete no crescimento do número de missões estrangeiras nas áreas de inspeção de produtos de origem animal e vegetal no Brasil. As ações de sanidade vegetal garantiram a manutenção e ampliação das exportações de vários produtos agrícolas para diversos países. O Brasil é responsável por 39% da soja, 82% do suco de laranja, 29% do açúcar, 28% do café em grãos, 44% do café solúvel e 23% do tabaco, comercializados internacionalmente.

Ampliaram-se as ações para controle e erradicação de pragas dos vegetais, destacando-se:

a) mosca das frutas, possibilitando a abertura do mercado da manga para o Japão, expansão da área de exportação de mamão para os Estados Unidos com aumento da receita do setor produtivo em 80%;

b) mosca da carambola – controle da mosca da carambola, restrita ao Estado do Amapá. O estabelecimento da praga no Brasil poderia levar a perdas diretas e indiretas de aproximadamente US$ 150 milhões anuais;

c) cancro cítrico: apoio à campanha de erradicação do cancro cítrico, resultando na diminuição do nível de contaminação nas áreas com ocorrência da doença, aumento de produção e propiciando a continuidade da exportação de frutas frescas para a União Européia e outras áreas;

d) lagarta da macieira *Cydia pomonella*: ações de erradicação da praga de áreas urbanas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, preservando o agronegócio de maçã que envolve cerca de 50.000 mil empregos diretos;

e) *sigatoka negra:* oficialização do sistema de manejo de risco, propiciando o acesso de quatorze Estados brasileiros ao mercado interno e externo da banana. Caracterização do território de dez Estados como área livre de *sigatoka negra* (BA, CE, ES, GO, MA, PA, PE, RJ, RN, MG);

f) *anastrepha grandis*: reconhecimento de áreas livres nos Estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, possibilitando a exportação de melão e melancia para os Estados Unidos e Argentina;

g) vassoura-de-bruxa *crinipellis perniciosa*: tem-se buscado desenvolver novas tecnologias que permitam a convivência do cacaueiro com a vassoura-de-bruxa,

mediante cruzamentos genéticos para obtenção de plantas de alta produtividade e resistência à doença. Foi disponibilizada, para os produtores, uma seleção de 31 progênies de cacau resistentes à vassoura-de-bruxa. Outras medidas, que visam fortalecer o setor, serão o refinanciamento das dívidas dos produtores e a busca de novos créditos para custeio da lavoura e diversificação da produção agrícola.

O combate à febre aftosa contribui para a manutenção de mercados internacionais de carnes bovina e suína e animais vivos. Atualmente 16 Unidades da Federação e parte de outras duas são consideradas como áreas que se encontram com a febre aftosa erradicada. Para fins de sanidade, são reconhecidos como livres de febre aftosa com vacinação os Estados do AC, BA, DF, ES, GO, MT, MS, MG, PR, RJ, RS, RO, SC, SP, SE e TO, além da região Centro-Sul do Estado do Pará e os Municípios de Boca do Acre e Guajará, no Amazonas. O Estado de Santa Catarina é internacionalmente reconhecido como livre de febre aftosa sem vacinação. A área livre de febre aftosa corresponde a 5 milhões de quilômetros quadrados (km^2) com população bovina aproximada a 178 milhões de cabeças.

Para ampliar o controle de doenças na produção avícola, foram adotados novos critérios que identificam os Estados e regiões, de acordo com a capacidade de gerenciamento de riscos de contaminação pelo vírus da gripe aviária e da doença de *Newcastle*. Foram auditados 21 Estados pelas equipes do Programa Nacional de Sanidade Avícola. Incrementaram-se as ações de fiscalização dos insumos pecuários – produtos destinados à alimentação animal, medicamentos e vacinas de uso veterinário e material genético animal, assegurando a conformidade e inocuidade dos insumos pecuários. Destaca-se ainda o monitoramento de ingredientes de origem animal em produtos destinados à alimentação de ruminantes, parte importante do Programa de prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina (BSE), além do monitoramento de substâncias potencialmente perigosas que podem ser incluídas na cadeia alimentar.

Multiplicaram-se esforços para ampliar a segurança dos alimentos frente a resíduos de medicamentos veterinários e contaminantes em produtos de origem animal e de agrotóxicos em produtos de origem vegetal, fortalecendo as garantias de inocuidade dos produtos disponibilizados à sociedade brasileira, bem como para todos os parceiros comerciais. Houve fortalecimento dos serviços de fiscalização e de inspeção do trânsito internacional nos portos, aeroportos, locais de fronteira e aduanas especiais para evitar a entrada de doenças animais e pragas vegetais exóticas no País, de importância para a economia e para a saúde pública. Destaca-se melhoria da infra-estrutura de 113 Unidades de Vigilância Agropecuária Internacional, com aquisição de veículos automotores, equipamentos de fiscalização, informática e comunicação.

O sistema laboratorial de apoio às ações sanitárias e fitossanitárias, incluindo a rede de laboratórios do MAPA e a rede credenciada oficial e privada, conta com equipes especializadas, com treinamentos periódicos em laboratórios de referência internacional e oferece suporte às ações de saúde animal, de sanidade vegetal e de garantia da qualidade dos insumos agropecuários e dos alimentos que chegam à mesa de milhões de consumidores no Brasil e em mais de 160 países.

A pesquisa agropecuária manteve carteira de 789 projetos de pesquisa e desenvolvimento em temas estratégicos e inovadores. Por meio de parcerias, obteve resultados em áreas como sistemas de produção sustentáveis, uso da terra e zoneamento agroecológico, análise e mitigação de riscos na importação e exportação, sistemas integrados lavoura-pecuária, utilização da biodiversidade, agricultura de precisão, qualidade sanitária animal e vegetal, melhoramento genético, capacitação de produtores e multiplicadores, agregação de valor e aspectos nutricionais, entre outras. Na busca de competitividade inserem-se as pesquisas para a geração de novas tecnologias nas áreas de alimentos funcionais, nutracêuticos, sanidade, certificação, rastreabilidade, biotecnologia, modelagem de sistemas agrícolas, dentre outros. Isto significa que novas soluções tecnológicas deverão ser disponibilizadas para que os produtores e as empresas nacionais possam atingir este novo patamar de qualidade e de produtividade exigidos pelo mercado.

O fomento à pesquisa, à produção e à geração de novas tecnologias voltadas à agroenergia foram áreas priorizadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em conjunto com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Foram desenvolvidos esforços buscando a formação de rede para integração de instituições do setor sucroalcooleiro, visando o levantamento de indicadores técnicos para ampliar o conhecimento deste mercado; promoveu-se a integração com especialistas em estudos econômicos do setor de etanol; criou-se a Embrapa Agroenergia, atualmente em fase de organização institucional e implantação de infra-estrutura; e constituiu-se parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV- SP) e Escola Superior Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (USP) para a institucionalização do mestrado profissional na área, além da realização de estudos sobre a cadeia produtiva para biodiesel. Ainda no desenvolvimento da agroenergia, houve a formulação do Plano Nacional de Pesquisa do Etanol, bem como a criação da Empresa de Propósito Específico na área de etanol, para integração de esforços tanto na pesquisa pública quanto para o setor empresarial.

A expansão da cooperação internacional tem ampliado a atuação da Embrapa, dada a liderança que a empresa exerce na área de agricultura tropical. Para potencializar o trabalho de transferência de tecnologia tropical para países da África, estabeleceu-se a Embrapa África, e atualmente, as ações em transferência de tecnologia e de difusão estão sendo sistematizadas a partir das necessidades específicas de cada País e em função do estoque de tecnologia e conhecimentos da Empresa. A área de relações internacionais vem fortalecendo os seus mecanismos de comunicação em parceria com os escritórios na África e dos Labex Europa na França e Holanda. Atualmente, estão ocorrendo negociações governamentais para que a Embrapa instale um escritório em um país da América Latina e Caribe, assim como está sendo estudada abertura de escritório em um país da Ásia.

O Programa de Desenvolvimento da Fruticultura - Profruta, que representa importante instrumento para promoção da competitividade, objetiva elevar os padrões de qualidade das frutas ao patamar requerido pelos mercados, tais como: sustentabilidade econômica, social e ambiental, rastreabilidade, racionalização do uso de agroquímicos, água e combustível. No contexto desse Programa, foram institucionalizadas 14 Normas Técnicas Específicas

de Produção Integrada (PIF) para maçã, manga, uva, melão, citros, mamão, banana, caju, maracujá, figo, goiaba, coco, pêssego e caqui. Além dos projetos de PIF estão implantados e em andamento projetos de Produção Integrada de Soja; Arroz Irrigado; Café Arábica; Amendoim; Tomate Indústria; Tomate Mesa e Batata.

A implantação do Sistema Agropecuário de Produção Integrada (Sapi) reflete a preocupação do Brasil em ofertar alimentos seguros, produzidos de acordo com parâmetros e sistemas de produção sustentável. Também, busca-se agregar valor à produção agropecuária por meio da conferência de atributos de sustentabilidade ambiental, social e de outras características que atendam às necessidades e às exigências dos consumidores. Nessa direção, destacam-se a certificação e a rastreabilidade de produtos agropecuários, indicação geográfica, produção orgânica e produção integrada.

A agricultura orgânica, apesar de responder apenas por 3% da área agricultada no mundo, possui potencial para disputar a liderança nesse mercado. O País conta hoje, com mais de 15 mil produtores agropecuários numa área aproximada de 800.000 hectares (ha) em manejo orgânico.

O Programa de Desenvolvimento da Economia Cafeeira, objetiva estimular políticas públicas e privadas, que propiciem geração de renda e desenvolvimento harmônico em todos os elos da cadeia agroindustrial do café, promovendo geração de divisas, emprego, inserção social e sustentabilidade ambiental. Para buscar garantir a sustentabilidade da cafeicultura brasileira, foram implementadas medidas de apoio à liberação de linhas de crédito para financiamento de colheita, estocagem e custeio com alocação de maior volume de recursos, de forma que a linha de colheita seja convertida integralmente em estocagem, no intuito de consolidar política anticíclica em face do efeito da bianualidade do café e, ainda, estabelecer um fluxo regular da oferta. Os volumes disponibilizados alcançaram R$ 450 milhões para colheita; R$ 850 milhões para estocagem; R$ 300 milhões para Financiamento da Aquisição de Café (FAC) (destinado às indústrias torrefadoras); e R$ 426 milhões para custeio, totalizando R$ 2,026 bilhões.

Em que pese a sistemática de liberação dos limites orçamentários (quadrimestrais), com maior incidência nos últimos dois meses do exercício, o desempenho das diversas ações que integram os programas do PPA sob gestão do MAPA pode ser considerado compatível com as metas previstas quando da revisão do PPA. Há de se considerar que o Plano Safra (julho a junho), não guarda correlação com o exercício fiscal (janeiro a dezembro), entretanto é possível conciliar a divergência de datas mediante elaboração de cronograma programático pelos gestores. Destaca-se também a sazonalidade da safra agrícola, se comparada com o período de liberação dos recursos orçamentários e financeiros.

No que se refere à participação social no processo de gestão dos programas, pode-se afirmar que ela existe normalmente e que os coordenadores de ação usam comitês gestores em todos os projetos de organização e capacitação, com agentes atuantes nas cadeias produtivas. A participação e inter-relação com as Câmaras Setoriais também podem ser constatadas, a exemplo dos Programas de Fruticultura e do Programa de Apoio ao Desenvolvimento

Agropecuário. A estrutura programática do PPA tem aderência com a metodologia de inserção dos programas nas diversas cadeias produtivas do agronegócio brasileiro, com o direcionamento de políticas públicas para o setor.

A implementação dos programas integrantes do PPA, sob responsabilidade do MAPA, tem sido submetida aos fóruns das Câmaras Setoriais, bem como os atos normativos decorrentes têm sido submetidos a consultas públicas. As Câmaras Setoriais são compostas por representantes de entidades empresariais e trabalhadores, de organizações não-governamentais e órgãos públicos relacionados aos diferentes segmentos das cadeias produtivas do agronegócio.

Há de se inferir a existência de algumas imperfeições quanto ao alinhamento das estruturas do PPA e do MAPA, no que se refere às suas competências e responsabilidades, dentre as quais se destacam:

a) a concepção dos programas, levando em consideração as cadeias produtivas, sobrecarrega algumas áreas do órgão que têm a responsabilidade por determinados assuntos e que estão contidos, sob a forma de ação de governo, em todos esses programas, como por exemplo, as ações de prevenção e controle de pragas dos vegetais;

b) na estrutura funcional do MAPA, onde foi criada uma área específica para tratar os assuntos relativos à negociação internacional voltada ao agronegócio, considera-se que a atual estrutura gerencial (quantidade de ações) é insuficiente face à importância do tema para a agricultura brasileira;

c) no MAPA, algumas questões não foram devidamente solucionadas no que concerne à delimitação da atuação do MAPA, referendada no atual regimento interno, em comparação com algumas responsabilidades delineadas nos regimentos internos de algumas das empresas vinculadas;

d) o fato de não se ter algumas funções importantes da agricultura atreladas especificamente aos programas de desenvolvimento das cadeias produtivas, traz, como conseqüência, dificuldades na execução de ações e no gerenciamento desses programas;

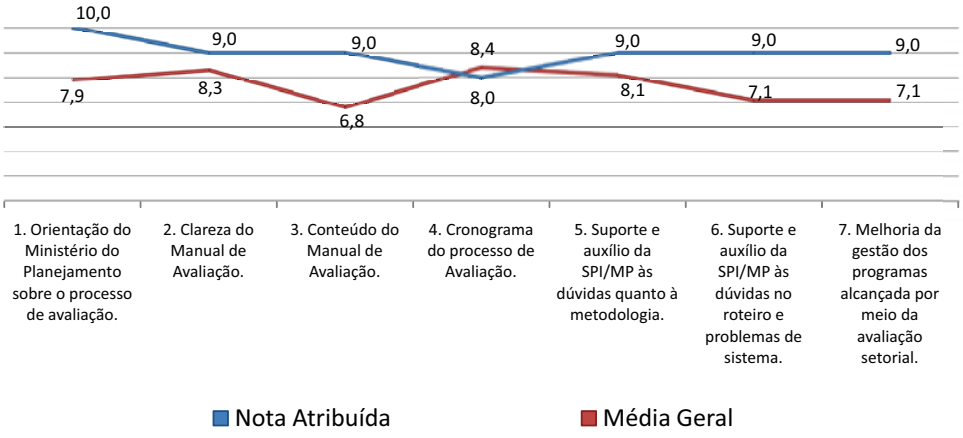
e) a distribuição de limites orçamentários levando em consideração a estrutura funcional do órgão, sem que se tenha a visão gerencial da alocação e aplicação dos recursos, é incompatível, na maioria dos casos, com a gestão dos programas para o alcance dos resultados esperados;

f) na estrutura organizacional, cabe ao Secretário Nacional gerenciar as ações sob a responsabilidade da sua Secretaria, bem como articular-se com unidades externas com as quais a Secretaria mantém relações programáticas, embora não tenha gerência sobre os recursos referentes a essas ações. Na estrutura gerencial do PPA, no entanto, o gerente do programa é o responsável por todas as ações do

programa, independentemente das unidades organizacionais onde as ações estão localizadas. Um Secretário Nacional que também é gerente de programa do PPA não pode ter autoridade para gerenciar os recursos das ações do programa que estão sob a execução de unidades externas à sua Secretaria e, essas unidades, em alguns casos, pertencem à estrutura de outro Ministério, dificultando sobremaneira sua gestão.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pelo MAPA mediante a atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, pelo MAPA e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR

GERENTE DO PROGRAMA

Wagner Gonçalves Rossi

OBJETIVO

Contribuir para a expansão sustentável da atividade agropecuária, pela implementação de políticas e mecanismos de apoio à produção, à comercialização, ao armazenamento e ao consumo. Formar e manter estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno e da segurança alimentar e nutricional da população brasileira.

PÚBLICO-ALVO

Segmentos produtivos das cadeias do agronegócio, agricultores familiares, assentados da reforma agrária e famílias em situação de risco nutricional, comunidades tradicionais e do setor varejista

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 7.707.802.123,00	Empenho Liquidado:	R$ 4.657.680.173,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 4.657.680.173,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 16.904.829.000,00	R$ 18.842.838.209,15	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Margem de Disponibilidade de Algodão em Pluma – Porcentagem	-	32,00	43,00	39,90	16,00	249,38%
2. Margem de Disponibilidade de Arroz em Casca – Porcentagem	-	17,00	9,00	13,70	9,00	152,22%
3. Margem de Disponibilidade de Milho – Porcentagem	-	8,00	12,00	16,30	10,00	163%
4. Margem de Disponibilidade de Trigo - Porcentagem	-	12,00	4,00	1,40	3,00	46,67%
5. Produção Nacional de Grãos - Milhão de Tonelada (t)	119,10	113,50	119,90	131,73	126,80	103,89%
6. Taxa de Participação dos Produtos da Agricultura Familiar nas Aquisições do Governo Federal – Porcentagem	3,30	11,00	3,79	8,67	9,00	96,33%
7. Taxa de Variação da Renda dos Produtores Agropecuários - Porcentagem	17,30	-4,00	-3,00	17,07	1,00	1.707%

1. MARGEM DE DISPONIBILIDADE DE ALGODÃO EM PLUMA
Valor do índice alcançados ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice de 39,9 corresponde ao alcance de 249,38% do previsto. O índice de 16, estimado para o final do PPA 2007 foi superado de forma inconteste, em face do aumento continuado da produção nos últimos anos, de 79,8% em relação à safra 2002-2003, principalmente, em função dos incentivos concedidos pelo governo Federal e Estadual.

2. MARGEM DE DISPONIBILIDADE DE ARROZ EM CASCA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O alcance do índice de 13,7 correspondeu à realização de 152,22% do índice de 9,0 previsto para o final do PPA 2007. A superação de 52,2% do índice previsto decorreu do contínuo aumento da produção, notadamente nas safras 2003-2004 e 2004-2005, e dos preços remuneradores obtidos pelos produtores na comercialização da safra 2002-2003. Também, contribuiu o apoio do Governo Federal via aquisição dos excedentes por meio das aquisições do Governo Federal (AGFs) e do lançamento de contratos públicos de opção de venda, bem com a utilização dos instrumentos de apoio ao escoamento. O aumento da produção tem superado o crescimento do consumo interno e das exportações, resultando em aumento dos estoques de passagem em quantidades superiores à previsão inicial.

3. MARGEM DE DISPONIBILIDADE DE MILHO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

O percentual de alcance do índice, correspondente a 163,00%, indica superação do índice de 10 previsto ao final do PPA 2007. A variação a maior, de 63% sobre o índice previsto, se deu em função do forte crescimento da produção nacional a partir da safra 2005-2006 em face do aumento da demanda mundial provocado pelo uso do milho na produção de álcool combustível com o conseqüente aumento dos preços nos mercados internacional e nacional. O volume produzido em 2006 foi de 42,5 milhões de toneladas (t), com variação de 21,44% em relação à produção anterior de 35,0 milhões de t e em 2007, com 51,4 milhões de t colhidas, registrou crescimento de 20,82% sobre a produção de 2006. Além do aumento da demanda e dos preços de comercialização, o apoio do Governo Federal, via aquisição dos excedentes (AGF e contratos públicos de opção de venda) e a utilização dos instrumentos de apoio ao escoamento, foram de fundamental importância para o atendimento das necessidades dos produtores e manutenção da tendência de crescimento da produção.

4. MARGEM DE DISPONIBILIDADE DE TRIGO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O percentual de realização do índice correspondente, 46,67%, indica não ter sido alcançado o índice 3,0 previsto para o final do PPA 2007. A variação a menor, de 53,33% na margem de disponibilidade de trigo, derivou da queda na produção por desestímulo do triticultor em face da dificuldade na comercialização do produto. Moinhos e indústria não adquirem o produto após a colheita, mas apenas ao longo do ano-safra, deixando que os produtores arquem com os custos de carregamento do produto, baixos preços do produto no mercado interno por problemas climáticos e aumento das exportações nos anos de 2004 e 2006, resultando em menores estoques de passagem.

5. PRODUÇÃO NACIONAL DE GRÃOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O percentual de alcance do índice correspondeu a 103,89%, portanto, acima do índice de 126,8 previsto para o final do PPA 2007. Isso, em função do incremento da área cultivada, da produtividade e das condições climáticas favoráveis.

6. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NAS AQUISIÇÕES DO GOVERNO FEDERAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice de 8,67 acusou percentual de alcance de 96,33%, comportando-se dentro da expectativa do índice 9,0 previsto para o final do PPA 2007.

7. TAXA DE VARIAÇÃO DA RENDA DOS PRODUTORES AGROPECUÁRIOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O percentual de alcance do índice, correspondente a 1.707%, ficou muito acima do índice 1,00 previsto para o final do PPA 2007, em razão do aumento do Produto Interno Bruto (PIB) Agropecuário calculado com base na nova metodologia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

CONTEXTUALIZAÇÃO

A agropecuária é uma atividade de risco, sujeita a indefinições climáticas. Além do risco na produção, há também incertezas quanto à comercialização, atingindo mais de perto os segmentos que produzem em menor escala e de forma menos organizada, face à concorrência dos grandes produtores e criadores e do mercado externo. A presença do Governo é fundamental para garantir a permanência do homem no campo, reduzindo o êxodo rural e as tensões sociais, além de disponibilizar maior quantidade de alimentos para suprir carência alimentar. Contribuir para a estabilidade do sistema econômico e a oferta de alimentos para a população, além de assegurar aos produtores rurais preços mínimos de comercialização.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Formação de estoques públicos com a aquisição de 876.500 t de algodão, arroz, feijão, milho, sisal e sorgo, sendo 386.355 t via AGF e de 490.145 t via contratos públicos de opção de venda.

• Formação de estoques públicos com a venda de produtos vinculados ao Programa de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) com colocação no mercado 1.573.035 t de diversos produtos agrícolas.

• Formação de estoques públicos com a comercialização de 1.433.586 t, por meio de leilão eletrônico, com a arrecadação de R$ 484,7 milhões, e de 523,5 t de arroz e 213.150,4 t de milho, com a arrecadação de R$ 78,1 milhões, beneficiando diretamente 41.773 pequenos produtores rurais e agroindústrias de pequeno porte pelo Programa de Vendas em Balcão.

• Garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários com a operacionalização dos instrumentos PEP, PROP e Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO). Negociadas 11.693.174 t com prêmio estimado de R$ 1.438.853,9 mil (algodão, arroz, café, feijão, milho e soja). Foram realizados R$ 1.624.592,4 mil, incluindo operações de 2006.

• Aquisição de 83.269 t de alimentos da agricultura familiar a um custo de R$ 64.926.547,00, beneficiando 21.281 agricultores familiares, com 614.728 contratos de concessão de crédito rural do Banco do Brasil (BB) e do Banco do Nordeste (BNB) no valor de R$13,6 bilhões.

• Operações com Cédula do Produtor Rural do Banco do Brasil (BB) no montante de R$ 1.414.887,2 mil envolvendo a comercialização de 20.151 contratos.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa utilizou R$ 24,4 bilhões, 94,6% dos R$ 25,8 bilhões previstos. Os recursos orçamentários foram suficientes embora o fluxo tenha sofrido descontinuidade, em que dos R$ 7,7 bilhões autorizados na Lei do Orçamento Anual (LOA) 2007, foram realizados R$ 4,7 bilhões correspondente a 60,4%, do resto a pagar previsto de R$1,2 bilhão foram realizados R$ 871 milhões correspondente a 75,0%. Dos recursos não-orçamentários previstos, R$ 16,9 bilhões, foram realizados R$ 18,8 bilhões, correspondente a 111,5%.

A execução das metas físicas do Programa alcançou 92,93%, considerando-se a inconsistência da meta inicial de 317.208.000 contratos em lugar de 317.208 contratos, referentes à Ação Concessão de Crédito Rural.

Através da Ação Formação de Estoques Públicos foram adquiridas 876.500 t de algodão, arroz, feijão, milho, sisal e sorgo, sendo 386.355 t via AGF e 490.145 t via contratos públicos de opção de venda, ao custo total de aquisição e manutenção de R$ 655,3 milhões. A venda de produtos vinculados ao Programa de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) colocou no mercado 1.573.035 t de diversos produtos agrícolas e comercializou 1.433.586 t, por meio de leilão eletrônico, com arrecadação de R$ 484,7 milhões. Pelo Programa de Vendas em Balcão, foram comercializadas 523,5 t de arroz e 213.150,4 t de milho, com arrecadação de R$ 78,1 milhões, beneficiando diretamente 41.773 pequenos produtores rurais e agroindústrias de pequeno porte. Durante o exercício, os preços de alguns produtos agrícolas praticados no mercado estiveram abaixo do mínimo fixado, o que exigiu a intervenção do Governo para garantir a renda dos produtores, mediante a aquisição por meio de AGF e contratos públicos de opção de venda.

A garantia e a sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários tiveram operacionalização dos instrumentos PEP, PROP e PEPRO. Durante o exercício de 2007, a situação conjuntural de alguns produtos exigiu a utilização de instrumentos da política agrícola com vistas à garantia do escoamento e da comercialização da produção, sendo negociadas 11.693.174 t, com prêmio estimado de R$ 1.438.853,9 mil (algodão, arroz, café, feijão, milho e soja). Foram realizados R$ 1.624.592,4 mil, incluindo operações de 2006.

Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) - 83.269 t - R$ 64.926,5 mil. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), em convênio com o MDA, realizou Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF) e Contas a Pagar e a Receber (CPR), para formação de estoque estratégico, beneficiando 21.281 agricultores familiares.

Concessão de Crédito Rural (BB/BNB) - 614.728 contratos - R$ 13.641.727,0 mil - Ação não-orçamentária diretamente vinculada ao desenvolvimento e à comercialização da produção agrícola. O BB firmou 257.785 contratos correspondendo a R$ 11,5 bilhões. O BNB efetivou 356.945 contratos, correspondendo a R$ 2,1 bilhões.

Operações com Cédula do Produtor Rural (BB) - R$ 1.414.887,2 mil - Ação não-orçamentária diretamente vinculada ao desenvolvimento e à comercialização da produção agrícola. O BB realizou Operações com Cédula do Produtor Rural envolvendo a comercialização de 20.151 contratos.

Principais restrições detectadas na execução do programa:

a) necessidade de redimensionamento, recomposição do Quadro de Pessoal da Conab e revisão do plano de cargos, carreiras e salários (PCCS), em vista do elevado número de aposentadorias, demissões voluntárias e cumprimento de determinação do Tribunal de Contas da União (TCU), nos termos do Acórdão 2.170, de 2007. Do total de 3.339 empregados, a Conab conta com apenas 748 técnicos de nível superior;

b) necessidade de aprimoramento técnico-operacional em face da movimentação e renovação do quadro de pessoal;

c) demora dos órgãos descentralizadores na transferência do crédito orçamentário para a realização das aquisições de alimentos e operacionalizações da agricultura familiar;

d) necessidade de maior interação entre o gerente do Programa e os coordenadores de ações, principalmente os de outros órgãos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui os seguintes mecanismos que promovem a participação social:

a) reuniões com grupos de interesse no segmento do agronegócio e cadeias produtivas, cooperativas e associações de produtores familiares;

b) discussão em conselho setorial; e - atividades e ações do PAA são discutidas no grupo gestor e também no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).

Contribuições da participação social para os resultados do Programa são ajustes e revisões nos instrumentos e normativos do PAA, orientações para elaboração do planejamento de ações e priorização de alocação de recursos.

APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO

GERENTE DO PROGRAMA

Marcio Antonio Portocarrero

OBJETIVO

Apoiar projetos que dêem suporte a ganhos de competitividade e melhoria do bem-estar social dos envolvidos em todos os estágios da cadeia produtiva do agronegócio. Permitir o atendimento de demandas direcionadas a resolver problemas emergentes de amplo efeito sócio-econômico como a construção e modernização de instalações físicas para beneficiamento de produtos agrícolas, agregação de valor, infra-estrutura rural, escoamento da produção e promoção da atividade produtiva.

PÚBLICO-ALVO

Produtores, agroindústrias e demais agentes da cadeia produtiva do agronegócio

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 437.419.057,00	Empenho Liquidado:	R$ 328.976.010,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 328.976.010,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Custo Médio do Transporte de Grãos – Custo por Tonelada (R$/t)	-	-	-	160,00	145,04	-
2. Volume de Produtos Agrícolas Exportados pelos Portos Brasileiros - Milhão de toneladas (t)	-	-	-	49,51	48,83	101,39%

1. CUSTO MÉDIO DO TRANSPORTE DE GRÃOS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e justificativa:

O índice apurado de R$ 160,00 por tonelada para 2007 foi superior ao custo médio projetado para o mesmo ano, de R$ 145,04 por tonelada, em razão da elevação dos preços dos combustíveis e da produção de grãos o que resultou em elevação da demanda por transportes. Observa-se que a expectativa é a tendência decrescente do índice do indicador ao longo do tempo.

2. VOLUME DE PRODUTOS AGRÍCOLAS EXPORTADOS PELOS PORTOS BRASILEIROS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

Quanto ao volume de produtos agrícolas exportados pelos portos brasileiros, o índice em 2007 alcançou 49,51 milhões de toneladas (t), frente à expectativa de 48,83 milhões para o mesmo ano. O efetivado ficou, portanto, 1,39% acima do previsto.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Brasil é um dos poucos países do mundo com possibilidades de responder à demanda mundial por alimentos. Com clima diversificado que vai do temperado ao tropical, chuvas regulares, energia solar abundante e quase 13% de toda a água doce disponível no planeta, o País dispõe de 388 milhões de hectares (ha) de terras agricultáveis. Desse número, cerca de 100 milhões ainda não explorados. Em que pese o bom desempenho da produção agropecuária brasileira nos últimos 10 anos, o baixo nível de investimento em infra-estrutura e logística já interfere de forma negativa na competitividade e no crescimento do setor.

As condições precárias das rodovias e a utilização inadequada dos modais de transporte dificultam o escoamento das safras, com impactos significativos nos custos dos fretes das regiões produtoras até os portos, ao tempo em que, alguns portos brasileiros, apresentam prêmio negativo na exportação de produtos agrícolas, significando um menor preço final para o produtor rural. Da mesma forma, a defasagem da capacidade estática de armazenagem, o alto percentual de perdas pós-colheita e a não garantia da qualidade dos produtos, comprometem a competitividade do agronegócio.

Nesse contexto, infra-estrutura e logística da produção surgem como insumos indispensáveis para o desenvolvimento rural, oferecendo condições imprescindíveis para o aumento da produção e produtividade, implantação das cadeias produtivas, geração de empregos, melhoria do bem-estar das populações rurais e viabilização do escoamento das safras. Portanto, torna-se necessário processo articulado do governo e da sociedade civil, direcionando as suas ações políticas, programas e projetos para o espaço rural, no sentido de ampliar a competitividade do setor agropecuário, viabilizando opções duradouras de progresso e desenvolvimento sustentável visando utilizar eficientemente as potencialidades existentes na sua dimensão econômica, social, política, espacial, cultural, ambiental e institucional.

Preocupações do Programa se referem também ao desenvolvimento sustentável dos corredores de exportação com agregação de valor ao produto agropecuário. Ou seja, o desenvolvimento de alternativas com base nos potenciais produtivos de cada região a partir de ações integradas no âmbito do MAPA e de ações transversais com outros órgãos do Governo Federal, quais sejam, ações de cooperativismo, energia elétrica, mecanização, agroindustrialização e armazenagem que podem ampliar as alternativas de produção das regiões, em especial, para os pequenos e médios produtores rurais. O

sucesso do agronegócio é estratégico para o Brasil, uma vez que, além de grande gerador e absorvedor de mão-de-obra, viabiliza a economia da maioria dos Municípios, permitindo o abastecimento alimentar do País e gerando excedentes para a exportação.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Foram realizados 1.192 contratos de repasse e convênios. Atenderam-se projetos de extrema importância nos Estados do Rio Grande do Sul, Maranhão, São Paulo e Paraná.

• Realizaram-se 752 contratos de repasse, atendendo a projetos para estruturar apoio ao pequeno e médio produtor.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A meta física estabelecida não foi alcançada. O número proposto foi fixado acima da realidade de capacidade de atendimento da ação. Com a liberação de aproximadamente 75% da dotação prevista na Lei Oçamentária Anual (LOA) 2007, foi atendido aproximadamente 18% do previsto. Os valores dos contratos e convênios celebrados variaram entre R$ 15.000,00 a R$ 4.290.000,00 e, para se atingir a meta proposta, teria sido necessário celebrar parcerias por valor aproximado a R$ 40.000,00. O valor médio do atendimento, entretanto, foi R$ 170.000,00, correspondendo melhor à realidade de custos de obras com relação ao mercado do produtor, agroindústrias, frigoríficos e matadouros municipais, bem como nas patrulhas de tratores, retroescavadeiras, pás-carregadeiras e patrol de esteira.

Em 2007, realizou-se fórum com as Superintendências Federais da Agricultura (SFAs) para discutir a operacionalização do Programa, principalmente com relação aos contratos de repasse, executados por meio da Caixa Econômica Federal (CEF). Foram também realizadas reuniões diversas entre a Coordenação-Geral de Parcerias, e demais departamentos da secretaria, SFAs e CEF para aprimorar e acompanhar a execução do Programa.

Em 2006, foi criado o PI Fiscontrato com finalidade exclusiva de propiciar o acompanhamento de contratos, estabelecendo-se rotina de acompanhamento por amostragem do Programa. Em todos os convênios celebrados, existem técnicos das SFAs nomeados por Portaria para realizar o acompanhamento in loco, sendo aportados recursos para esses acompanhamentos. Foi sugerida alteração na descrição do PI Fiscontrato, pois sendo exclusiva para acompanhamento de contratos de repasse, torna-se necessário ampliá-la também para convênios, bem como expandir, também, a sua dotação orçamentária.

Foram criadas, em 2007, as comunidades virtuais http//catir.agricultura.gov.br e Parcerias Institucionais, assim como as sub-comunidades Emendas e Convênios, mecanismo utilizado para comunicação direta com as Superintendências Federais, por serem elas as que analisam os planos de trabalho dos contratos de repasse, e realizam a fiscalização *in loco* dos convênios.

No intuito de atender as modificações da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e ao Decreto nº 6170, de 25 de julho de 2007, desenvolveram-se discussões sobre a padronização dos objetos a serem atendidos pelo Programa. Foram encaminhadas informações para alimentação do Sistema de Convênio (Sisconv). Foi sugerido um sistema único para celebração de parcerias em todos os órgãos federais, de forma a possibilitar mais transparência, segurança, acompanhamento, relatórios precisos, e relatório de benefícios alcançados, permitindo também inclusão de imagens.

A execução física ficou abaixo de 40% do previsto na LOA 2007. Os recursos disponíveis foram considerados insuficientes e mais ainda, o fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada. Ainda que ocorresse liberação durante o exercício, a maior parcela concentrou-se no mês de dezembro, prejudicando a análise tempestiva e qualitativa dos planos de trabalho.

Quanto a recursos na equipe gerencial, falta sistema informatizado que possibilite a celebração, o acompanhamento, o aval de parcerias, e que permita gerar relatórios eficientes. Nas equipes executoras, acusa-se falta de sistema informatizado integrado, de equipamentos de informática, *Palm Tops* e Sistema de Posicionamento Global (GPSs) para emissão de relatórios, captação de imagens e localização dos projetos em tempo real.

No relativo à quantidade de recursos humanos na equipe gerencial, constata-se a falta de assessoria, tendo-se solicitado cessão de gestores para auxiliar na avaliação dos programas, na adequação e no desenvolvimento de ações que acelerem ou dêem segurança aos projetos.

Nas equipes executoras, é necessário número maior de servidores, tanto na equipe de execução do MAPA, quanto nas SFAs. Verifica-se também insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial, sendo importante realizar cursos sobre gestão, orçamento e planejamento. Já nas equipes executoras, há necessidade de cursos de celebração, acompanhamento e prestação de contas de convênios, assim como ênfase na elaboração de pareceres *in loco* e conclusão dos projetos.

A liberação de orçamento concentrou-se no mês de dezembro, causando prejuízos na qualidade da análise dos projetos e atrasando a apresentação dos mesmos. Diversas prefeituras fecham suas portas no mês de dezembro, sendo impossível efetivar contatos para que elas apresentem os projetos. A liberação de financeiro como mencionado prejudica a entrega, principalmente de máquinas e equipamentos, e gera indisposição entre Municípios e os fornecedores. Quanto ao financeiro comprometido por restos a pagar, isso é comum, gerando as indisposições mencionadas.

Quanto a dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes, é fato comum e corriqueiro, inclusive na celebração de termos aditivos. Sugere-se revisão da Instrução Normativa nº 04, de 17 de maio de 2007 que estabelece, para prorrogação de prazos, que o Município esteja adimplente se o projeto já estiver em execução. A anulação do contrato por inadimplência gera imensos prejuízos com a perda do orçamento.

Aspectos adicionais são a lentidão nos processos de licenciamento ambiental, principalmente em contratos de obras, como matadouros e agroindústria, bem como problemas de inadequação e/ou inexistência de normas legais e, ainda, excesso de alterações na legislação de convênios.

Praticamente não houve recursos descentralizados; ocorreram repasses para unidades do próprio Ministério como a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), e entidades vinculadas, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e Superintendências, nas quais a execução ocorreu com bom desempenho.

Foi realizado Fórum de discussão com todas as SFAs para avaliação, orientação e padronização de procedimentos na execução do Programa. Criou-se comunidade virtual aproximando as SFAs da Coordenação-Geral de Parcerias e da Secretaria, solucionando dúvidas na avaliação dos projetos e no processo de liberação de orçamento.

A análise dos planos de trabalho é realizada nas SFAs, as quais auxiliam e executam parte do Programa; o acompanhamento dos convênios também é feito pelas SFAs. A gerência acompanha a execução das ações por meio de relatórios da coordenação, e ambas auxiliam as unidades administrativas, orientando, acompanhando e dirimindo dúvidas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa realiza parcerias não-governamentais para sua execução. Há convênios com entidades privadas sem fins lucrativos e algumas entidades são parceiras tradicionais do MAPA e executaram o Programa a contento. O acompanhamento é das SFAs e os convênios contam com técnico que emite parecer de acompanhamento *in loco* nomeado por portaria. Se acontecerem denúncias na execução de convênios por entidades privadas, estas são apuradas pelo setor de prestação de contas e depois adotadas as providências cabíveis.

Quanto à participação social, a Ouvidoria do MAPA recebe denúncias e dúvidas sobre o Programa, bem como encaminha ao gestor, responde ao interessado e ainda, auxilia na fiscalização sobre regularidade da aplicação dos recursos do Programa.

Não há avaliação de satisfação do beneficiário; todavia, deve implantar-se sistema informatizado para consultas sobre a satisfação de serviços desenvolvidos na obra, uso de equipamentos, ou desenvolvimento do evento objeto do convênio. O sistema proporcionará relatórios e auxiliará no acompanhamento indicando possíveis irregularidades.

DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGÂNICA - PRÓ-ORGÂNICO

GERENTE DO PROGRAMA

Marcio Antonio Portocarrero

OBJETIVO

Aumentar a oferta de produtos orgânicos e sua exportação.

PÚBLICO-ALVO

Produtores, processadores, distribuidores e consumidores de produtos orgânicos

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.553.128,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.958.217,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 1.958.217,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 10.600.000,00	R$ 0,00	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Participação das Unidades de Produção Orgânica no Total de Unidades de Produção Nacional – porcentagem	-	-	-	0,29	0,60	48,33%
2. Taxa de Participação dos Alimentos Orgânicos na Produção Agropecuária Brasileira – porcentagem	0,08	0,09	0,21	0,32	0,16	200%

1. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO ORGÂNICA NO TOTAL DE UNIDADES DE PRODUÇÃO NACIONAL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e justificativa:

A determinação dos índices está condicionada ao cumprimento das exigências previstas na regulamentação da Lei nº 10.831, de 23 dezembro de 2003, portanto, não é suficiente a publicação do Decreto e Atos Normativos, pois nestes está previsto um prazo de dois anos para o setor se ajustar às novas normas. Até a data, realizam-se estimativas dos dados da produção orgânica brasileira. A taxa é calculada pela relação percentual entre o número de unidades de produção orgânica e o número total de unidades de produção agropecuária no País.

2. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DOS ALIMENTOS ORGÂNICOS NA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e justificativa:

A determinação dos índices está condicionada ao cumprimento das exigências previstas na regulamentação da Lei 10.831/03, portanto não é suficiente a publicação do Decreto e Atos Normativos, pois nestes está previsto um prazo de dois anos para o setor se ajustar às novas normas. Até a data realizam-se estimativas dos dados da produção orgânica brasileira. A taxa é calculada pela relação percentual entre o número de hectares (ha) com produção orgânica e o número de hectares com produção agropecuária convencional.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A explosão do consumo de produtos orgânicos começou na década de 90, tornando-se nessa década a atividade de maior crescimento na agricultura mundial. Segundo informações do *International Trade Center* (ITC), da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), as vendas combinadas de alimentos e bebidas orgânicas nos principais mercados consumidores passaram de apenas US$ 2 bilhões em 1989 para US$ 16 bilhões em 1999 e US$ 19 bilhões em 2000.

Atualmente, a agricultura orgânica é desenvolvida, em maior ou menor intensidade, por mais de 130 países que produzem uma larga variedade de produtos orgânicos. Atualmente pode-se dizer que para cada produto convencional existe uma versão orgânica. A produção orgânica representa uma forma de reduzir a dependência em recursos não-renováveis, evitar o impacto negativo do uso de fertilizantes e pesticidas sintéticos, preservar a diversidade biológica dos ecossistemas naturais e a recomposição ou incremento da diversidade biológica dos ecossistemas modificados em que se inserem as propriedades rurais, utilizando-se de produtos e processos que garantam a sustentabilidade social, ambiental e econômica da atividade agropecuária.

Os produtos orgânicos não podem ser diferenciados dos produtos convencionais pela sua aparência, mas pela forma como são produzidos e processados. Daí a necessidade de um sistema de certificação que possa dar ao consumidor a garantia de que está comprando produtos que foram de fato produzidos de acordo com as normas para produção orgânica. Para que o Brasil possa se inserir efetivamente no mercado internacional de produtos orgânicos, precisa implementar ações de forma articulada, que permitam superar entraves existentes atualmente.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Em 2007, da produção agropecuária brasileira total, a produção caracterizada como orgânica alcançou 0,32%, superando a expectativa de 0,16% para o mesmo ano. Assim, o índice alcançara 200% do previsto para o período do PPA 2004-2007.

• Os sistemas de produção orgânica, em 2007, alcançaram o total estimado de 15.000 unidades de produção, correspondendo a 50% do previsto para o período 2004-2007.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O alcance de 200% do índice previsto no volume da produção agropecuária caracterizada como orgânica decorreu da avaliação física dos índices médios de produção e produtividade auferidos nos sistemas orgânicos de produção, em função da área cultivada sob esse tipo de manejo e o reconhecimento da importância dos produtos orgânicos por parte da sociedade brasileira, verificado nos altos índices de crescimento do setor.

Para a estimativa do índice de 0,29%, consideraram-se 15.000 produtores orgânicos e 5.204.130 produtores agropecuários brasileiros. O resultado corresponde ao índice de 50%, comparado aos 0,60% previstos para o final do período. Um dos fatores impeditivos de melhor desempenho do resultado foi derivado da falta de regulamentação do setor, que passou a acontecer a partir da publicação de Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007, e que terá Instruções Normativas submetidas a processo de consulta pública em 2008.

Dentre as realizações, destacam-se:

a) ampliação do número de técnicos capacitados para dar assistência aos produtores que desejem inserir-se no sistema orgânico de produção, bem como aos demais agentes da cadeia de produção orgânica sobre os procedimentos necessários à produção, ao processamento, à embalagem, à estocagem, ao transporte e à comercialização dos produtos orgânicos;

b) propiciada a transferência, a técnicos e produtores, dos resultados de estudos e pesquisas que proporcionem aos produtores orgânicos brasileiros, produtos e processos que permitam tornar as suas atividades mais eficientes e competitivas;

c) mantido sistema de certificação oficial de produtos orgânicos para dar garantias ao consumidor sobre a identidade e qualidade dos produtos certificados e facilitar o acesso desses produtos ao mercado internacional;

d) promovidos e apoiados eventos que possibilitassem a divulgação dos produtos orgânicos brasileiros para ampliação de sua colocação no mercado interno e externo;

e) garantido o acesso ao crédito com características diferenciadas, considerando-se as particularidades do sistema de produção orgânica principalmente no aspecto referente a produtores em processo de conversão do sistema convencional para o orgânico;

f) promovida a divulgação ampla para a sociedade sobre o que é o produto orgânico e o funcionamento do sistema de certificação brasileiro;

g) implementadas ações de fomento que possibilitem a ampliação do acesso a insumos e equipamentos apropriados ao desenvolvimento da agricultura orgânica, entre eles, material genético com características selecionadas para uma maior resposta ao manejo orgânico;

h) deu-se continuidade às atividades do processo para regulamentação da Lei;

i) desenvolveram-se atividades visando a estruturação e capacitação interna do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) enquanto órgão fiscalizador do setor;

j) ampliação de pessoal (30 Fiscais Federais Agropecuários), para trabalhar com Agricultura Orgânica n MAPA;

k) continuidade do processo de articulação com setores público e privado através das comissões nos Estados, fazendo com que haja maior representatividade do setor nas Unidades da Federação e ocorram reuniões com a periodicidade necessária a fim de dar cumprimento às suas funções. Em 2007, ocorreram 81 reuniões das comissões nos Estados;

l) realização de eventos de capacitação e de organização, bem como fortalecimento da rede de produção orgânica nos Estados, pelas Comissões de Produção Orgânica e Cooperativa Agrícola Estadual (Coagre). Através de 49 palestras beneficiaram-se 1.558 produtores e 3.915 profissionais e estudantes; seis cursos beneficiaram 190 produtores e 117 profissionais e estudantes, 17 reuniões técnicas alcançaram 584 profissionais e estudantes; oito feiras foram visitadas por 574 produtores e 100 profissionais e estudantes e, visitas técnicas, oficinas e dias de campo beneficiaram 924 produtores e 4.370 profissionais e estudantes;

m) construção participativa do texto do Anexo da Instrução Normativa de Mecanismos de Garantia da Qualidade e Informação Orgânica, referente aos Sistemas Participativos de Avaliação da Conformidade Orgânica (SPG);

n) realizada a III Semana do Alimento Orgânico. Nos eventos realizados em 21 Estados foram atingidas diretamente 31.665 pessoas;

o) lançado o Programa Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes, bem como verificada realização de evento nacional relacionado com Educação em Agroecologia e os Sistemas Orgânicos de Produção. Deu-se apoio a cinco eventos relacionados à rede de produção orgânica.

O monitoramento do desempenho físico das ações ao longo do ano ocorreu através de reuniões gerenciais, técnicas e visitas técnicas. O planejamento estratégico das atividades do Programa, elaborado em fevereiro de 2007, serviu como orientador para a distribuição de acompanhamento das metas físicas. As metas físicas quanto a pessoas beneficiadas,

produtores atendidos, e tecnologia transferida foram atingidas, mas o controle das unidades produtoras não foi realizado, já que, tal controle, só será possível a partir da finalização do processo de regulamentação da Lei 10.831/03.

O contingenciamento de recursos durante todo o ano de 2007 impediu o cumprimento dos cronogramas previamente estabelecidos e, como conseqüência, em vários casos inviabilizou atividades pela perda de prazos. O fluxo sofreu descontinuidade prejudicando a execução programada.

O contingenciamento reduziu drasticamente a capacidade de gestão, tornando-se necessário remanejamento de recursos entre ações, visando viabilizar atividades essenciais e a revisão do planejamento das atividades em função dos recursos disponíveis. No final de novembro, ocorreu liberação de parcela substancial dos recursos contingenciados inviabilizando a programação e o repasse às Unidades Gestoras Descentralizadas. Apesar de tentada a execução direta dos recursos através da rede de produção orgânica por meio de convênios, tal execução não foi possível em 2007.

Dentro das ações orçamentárias, o Programa desenvolve outras atividades, principalmente relacionadas com a realização da III Semana do Alimento Orgânico, executadas com recursos orçamentários e não-orçamentários. Os recursos não-orçamentários utilizados foram oriundos de parcerias, imprescindíveis para a amplitude da campanha, mostrando a importância da captação externa de recursos para ampliar as ações previstas. Dentre elas, podem mencionar-se:

a) Ação de Financiamento para Produção sem Uso de Agrotóxicos, executada pelo Banco do Brasil, recebeu R$ 10.600.000,00, mas não se informou o valor liquidado em decorrência de limitações tecnológicas;

b) Ação de Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento da Produção Orgânica de Alimentos executada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) recebeu e liquidou R$ 511.003,00;

c) todas as ações com recursos orçamentários receberam R$ 2.553.128,00 e liquidaram R$ 1.958.217,00. A Ação de Gestão recebeu R$ 300.000,00 e executou R$ 149.194,00;

d) outras ações executadas pelo MAPA (Aplicação dos Mecanismos de Garantia, Publicidade, Gestão, Organização e Capacitação e Fomento), receberam R$ 2.042.128,00 e liquidaram R$ 1.447.214,00. Não foram utilizados R$ 594.911,00 do orçamento do Programa, em função da liberação de recursos em tempo não hábil para a execução de atividades;

e) as despesas administrativas corresponderam a pagamento de serviços administrativos (R$ 56.131,87), estagiários (R$ 10.166,00), traduções (R$ 25.000,00), custeio de despesas ex-oficial de FFA (R$ 29.774,00), complemento das despesas ex-oficial de FFA para o Paraná (R$ 9.500,00),

deslocamento para a realização de reuniões gerenciais e palestras (R$ 25.103,23), aquisição de material de consumo (R$ 1.113,00) e outras despesas, (R$ 5.199,72). Ressalta-se que por conta do contingenciamento e da limitação da cota de deslocamento para todas as ações orçamentárias, várias reuniões gerenciais não foram realizadas. A ação de gerenciamento do Programa é de extrema importância para articulação, contato, adequação e ampliação das atividades planejadas, e a alocação de recursos específicos para estas atividades é essencial para uso eficiente e eficaz do orçamento público.

No relativo à infra-estrutura na equipe gerencial, com a ampliação do número de técnicos da equipe, a estrutura física revelou-se inadequada. Também, as Superintendências Federais de Agricultura nos Estados (SFAs) em geral possuem recursos materiais insuficientes para a execução das atividades sendo que, algumas delas, possuem infra-estrutura inadequada para a execução das atividades.

Apesar da ampliação de pessoal técnico para trabalhar com Agricultura Orgânica no MAPA, os recursos humanos ainda são insuficientes para a execução das atividades, mesmo contando com o apoio administrativo de mão-de-obra terceirizada, bem como estagiários para suprir parte desta deficiência.

O contingenciamento do orçamento, aliado ao limite de utilização das rubricas referentes às despesas de deslocamento, não permitiu a execução de muitas atividades programadas para o primeiro semestre de 2007 do Pró-Orgânico e comprometeram o planejamento das ações como um todo.

Apesar de ter sido solicitada a ampliação do crédito orçamentário por considerar-se o limite previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007 insuficiente, infelizmente, não foi possível sequer o descontigenciamento de recursos em tempo hábil. Liberação de parcela substancial de recursos só ocorreu no final de novembro, inviabilizando a programação e o repasse às Unidades Gestoras Internas Descentralizadas.

Verificam-se algumas dificuldades por inadequação e/ou inexistência de norma legal. Os insumos orgânicos alternativos ainda não podem ser registrados como insumos apropriados e de baixa toxicidade.

A formação majoritária dos técnicos ocorrera em ambientes acadêmicos ligados à agricultura baseada na agroquímica de síntese industrial, levando a tendência de evitar-se inclusão de produtos e processos alternativos na legislação oficial. Técnicos legisladores deveriam ter capacitação adequada em sistemas de avaliação multifatoriais, caso típico da agricultura orgânica, para melhor percepção e avaliação de referenciais de pesquisas participativas, assim como dos dados científicos para a elaboração de seus instrumentos legais que permitam o registro de produtos naturais para uso na agropecuária em geral.

A Coordenação de Agroecologia, gestora do Programa Pró-Orgânico, lidera Grupo de Trabalho oficial, a partir da Portaria nº 292, de 03 de outubro de 2007, com objetivo de analisar o Decreto

nº 4.954, de 14 de janeiro de 2004, que regulamenta a Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980 de fertilizantes, corretivos e inoculantes, e o Decreto nº 4.047, de 4 de janeiro de 2002 regulamentando a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, sobre agrotóxicos e afins, bem como de elaborar sugestões de adequação com vistas ao registro de insumos agrícolas naturais.

O processo de regulamentação da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003 - Lei de Agricultura Orgânica, composta pelo Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007 e atos normativos complementares. Os atos normativos complementares ainda não foram publicados, o que impede a execução de tarefas inerentes ao escopo de atuação do MAPA, em relação ao PI Certogan. Os atos normativos complementares avaliados pela Consultoria Jurídica (Conjur) do MAPA serão submetidos à consulta pública para posterior publicação.

O processo de integração entre gerência do Programa e os executores externos das ações tem melhorado a cada ano.

Considerando as atividades executadas com recursos descentralizados para as SFAs, as quais são também unidades internas descentralizadas de execução do Programa, considera-se que o desempenho foi excelente, verificando-se, a cada ano, maior interesse e ampliação das atividades desenvolvidas, o que tem gerado crescente demanda de recursos financeiros, acima dos limites liberados na LOA 2007 e 2008.

A integração entre a gerência do Programa e os executores internos descentralizados (SFAs) pode considerar-se ótima. Os dois Encontros Nacionais de Capacitação para os técnicos do MAPA foram utilizados também para realizar reuniões gerenciais do Programa.

No ano de 2007, foi impossível realizar o encontro nacional face ao contingenciamento orçamentário e o limite de deslocamento. No transcorrer de reuniões realizadas pelas gerências de outros programas com alguns executores comuns, utilizou-se tempo das mesmas para realização paralela de reunião gerencial do Pró-Orgânico.

As SFAs têm disponibilizado as informações referentes aos resultados alcançados, porém, algumas ainda deverão melhorar o tempo de resposta e a qualidade da informação. Para isso, foram organizadas planilhas já repassadas para os Estados, visando orientar a coleta e a disponibilidade das informações.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As parcerias não-governamentais apresentaram ótimos resultados, permitindo o alcance dos resultados apresentados:

a) Portaria nº 158, de 08 de julho 2004, do MAPA criou Comissões de Produção Orgânica nas Unidades da Federação e tem por objetivo o assessoramento técnico

do Pró-Orgânico e o direcionamento de políticas públicas para o setor. Foram formadas 24 comissões em 2005 e três em 2006. As comissões funcionam como órgão de assessoramento técnico do Pró-Orgânico nas Unidades da Federação. As comissões são formadas de forma paritária, entre os setores público e privado, podendo ter entre oito e 20 membros. As instituições participantes devem ser de reconhecida atuação no setor orgânico e representarem algum dos seus segmentos diversos, como produção, processamento, certificação, comercialização, pesquisa, assistência técnica, entre outros. As comissões instaladas possuem a participação de mais 398 organizações governamentais e não-governamentais;

b) Câmara Setorial da Agricultura Orgânica foi instalada em 15 de março de 2004 e faz parte da estrutura funcional do Conselho do Agronegócio, objetivando aproximar as partes envolvidas com a agricultura orgânica, para que juntas, possam propor medidas e orientar as políticas públicas destinadas a esse segmento do agronegócio. A Câmara é composta por representantes de entidades empresariais, trabalhadores, organizações não-governamentais e órgãos públicos relacionados com os diferentes segmentos da cadeia produtiva orgânica.

Em todas as etapas da execução do Programa ocorreu a participação do setor, cabendo colocar que o Programa foi avaliado e aprovado, em reunião da Câmara Setorial, em 2004. A Câmara Setorial da Agricultura Orgânica (CSAO) e as Comissões da Produção Orgânica (CPOrgs) nas Unidades da Federação são fóruns constantes de assessoramento da execução e avaliação do Programa. As ações do Programa são definidas e contam com a participação dos agentes da rede de produção orgânica para a sua execução.

Não há avaliação direta e formal do Programa, porém, considerando o envolvimento do setor através dos fóruns de assessoramento do Programa, os beneficiários avaliam e contribuem na definição de prioridades e execução das atividades.

Apesar de não utilizar metodologia específica, existe prática de gestão pela realização de reuniões gerenciais da equipe central (Coagre), desta com as unidades executoras internas e externas, e ainda com os fóruns de interação (CSAO e CPOrgs-UF). Define-se e organiza-se a execução das atividades, segundo planejamento anual, considerando metas, indicadores e recursos orçamentários do Programa. Considera-se como a melhor forma de gestão no serviço público, aquela que leva em consideração a sua clientela, permitindo a sua participação.

Apesar dos programas como base do planejamento, a administração dos recursos ocorre por setores do organograma do MAPA. A distribuição financeira é feita pelos dirigentes em função da percepção subjetiva de prioridades, independentemente da programação prevista para cada Programa; este fato se agrava quando estabelecidos contingenciamentos. Assim, para a liberação de recursos financeiros não há correlação entre os valores da LOA de cada Programa e os valores financeiros liberados. O MAPA define quotas por secretarias, segundo determinadas prioridades. As secretarias subdividem os recursos que lhe cabem entre departamentos os quais, por sua vez, subdividem novamente a quota segundo outras prioridades. Nessas divisões, não se leva em consideração os programas que não podem ser contingenciados.

A falta de previsão de disponibilidade dos recursos aprovados na LOA provoca a inviabilidade de programação antecipada às ações que dependem de recursos financeiros gerando, em cascata, a cobrança de demandas, sempre de forma urgente, dificultando o trabalho dos coordenadores de ação, dos responsáveis técnicos e dos coordenadores estaduais, obrigados a refazer inúmeras vezes suas propostas de trabalho em função das novas liberações financeiras.

A inexistência de um único Programa informatizado do Governo Federal que reúna todas as informações necessárias à gestão e, principalmente, ao bom acompanhamento do que está sendo executado com os recursos dos programas dificulta, ainda mais, o trabalho dos responsáveis técnicos e dos coordenadores de ação. Este mesmo sistema único poderia ser utilizado para a elaboração dos relatórios de acompanhamento e avaliação dos programas (trimestrais e anuais), e também poderia ser utilizado pelo MAPA, Tribunal de Contas da União (TCU), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) e outros. Hoje é necessário alimentar o Sistema Integrado de Planejamento (Siplan) do MAPA e realizar relatórios no Siplan, no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), Balanço Geral da União (BGU) e TCU.

DESENVOLVIMENTO DA AVICULTURA

GERENTE DO PROGRAMA

Edilson Guimarães

OBJETIVO

Elevar a performance dos rebanhos avícolas mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas.

PÚBLICO-ALVO

Produtores, industriais da avicultura, fabricantes e comerciantes de produtos de uso veterinário

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 8.596.001,00	Empenho Liquidado:	R$ 6.058.683,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 6.058.683,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Peso Médio de Carcaça de Frangos – Quilograma por animal (kg/animal)	-	1,40	2,10	2,00	2,20	90,91%
2. Quantidade de Aves Exportada – tonelada (t)	-	2.761.966,00	2.712.959,00	3.162.416,00	3.300.000,00	95,83%
3. Taxa de Controle da Doença de Newcastle nos Plantéis Avícolas – Porcentagem	-	100,00	97,00	100,00	100,00	100%
4. Valor das Exportações de Aves – dólar (US$)	-	3.496.187.645,00	3.203.413.957,00	4.619.617.412,00	4.290.000.000,00	107,68%

1. PESO MÉDIO DE CARCAÇA DE FRANGOS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e justificativa:

O peso da carcaça tem se mantido em torno de dois quilogramas (kg) por questão relacionada ao mercado. O consumidor prefere animais mais leves, pois as famílias estão ficando menores. O resultado é resposta a um aprimoramento das aptidões produtivas requeridas pelo mercado.

2. QUANTIDADE DE AVES EXPORTADA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

O volume exportado verificou ritmo de crescimento até 2005, que certamente levaria a exportar o volume previsto para 2007. No entanto, em 2006 houve menor demanda internacional de carne de frango em face do surgimento de focos de gripe aviária no mundo, com recuo das exportações. Tal fato também comprometeu as negociações para a abertura de novos mercados. Essa interrupção do ritmo de crescimento das exportações comprometeu o alcance da meta final, mas, mesmo assim, em 2007, foram exportados 61% a mais do que em 2003, ano imediatamente anterior ao início do Programa.

3. TAXA DE CONTROLE DA DOENÇA DE NEWCASTLE NOS PLANTÉIS AVÍCOLAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

As ações adotadas de capacitação dos serviços veterinários estaduais para certificarem os estabelecimentos avícolas aptos ao enfrentamento de emergência sanitária, entre outras, foram fundamentais para que o País chegasse à meta de 100% de controle da doença.

4. VALOR DAS EXPORTAÇÕES DE AVES
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

O valor das exportações em 2007, US$ 4,62 bilhões, superou os US$ 4,29 bilhões previstos, resultado da expansão das exportações em volume, pela conquista de novos mercados importantes, e também pelo aumento do preço da carne de frango no mercado internacional. O preço médio da tonelada de frango, exportada em 2007 aumentou 24% em relação a 2006.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A competitividade no setor de aves a nível internacional exige que o Brasil mantenha a cadeia de avicultura bem articulada e provida de todos os meios para suplantar a concorrência internacional incluindo a disponibilidade de novas tecnologias.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Manutenção do País na condição de livre da gripe aviária.

- Controle e erradicação de doenças avícolas que possuem elevado impacto econômico.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Em algumas ações, houve atraso no repasse de recursos o que prejudicou a manutenção da programação inicial e o alcance pleno dos objetivos propostos.

As atividades desenvolvidas pela Ação Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Avicultura foram direcionadas à estruturação da vigilância às doenças de aves, entre elas a doença de *Newcastle*, gripe aviária, salmonelas e microplasmas, além de manter e ampliar a habilitação do País para exportação de aves e produtos avícolas.

Em 2007, estabeleceram-se a atualização cadastral de estabelecimentos de criação avícola, reprodutores e comerciais, além da vigilância às doenças exóticas nos sítios de invernada de aves migratórias. Foram certificadas 1.600 granjas de reprodução, e foram realizados atendimentos a suspeitas de doenças de controle oficial, assegurando desta forma a distribuição de produtos avícolas de qualidade nos mercados interno e externo.

Para ampliar o controle de doenças na produção avícola, foram adotados novos critérios que identificam os Estados e as regiões, de acordo com a capacidade de gerenciamento de riscos de contaminação pelo vírus da gripe aviária e da doença de *Newcastle*. Foram auditados 21 Estados. Ainda no que se refere à gripe, em 2007, foram concluídos os Planos Específicos de Preparação de Portos e Aeroportos, visando diminuir os riscos de entrada no País do vírus H5N1 através daqueles pontos de fronteira. No ano de 2007, também foi concluído o Plano de Comando e Controle interligando salas de situação de 11 Ministérios e da Presidência da República (PR) para, se necessário, coordenar e articular as ações de enfrentamento a essa possível situação de crise.

O monitoramento do desempenho físico das ações do Programa é feito pelo Infrasig. Os dados sobre o desempenho das ações foram disponibilizados mensalmente no Sistema Integrado de Planejamento do MAPA (Siplan), onde foram acessados e acompanhados.

Apesar dos recursos orçamentários terem sido suficientes, o fluxo financeiro sofreu descontinuidade prejudicando a execução programada.

As ações de fomento ao uso de material genético não foram executadas no ano de 2007 porque a liberação tardia não permitiu a realização de convênios com os Estados em tempo hábil.

Mediante convênio assinado entre o Ministério e os Estados, a Ação Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças da Avicultura é desenvolvida continuamente pelos órgãos estaduais de defesa sanitária animal, sendo os recursos para tal fim a eles repassados anualmente. Esta estratégia de ação permitiu que as metas financeiras das ações diretamente relacionadas à sanidade avícola fossem alcançadas em 80% e 100%.

As ações deste Programa foram executadas em outras unidades do Ministério, Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), e os números

alcançados em relação ao esperado para 2007 evidenciam que houve um comprometimento que permitiu este excelente desempenho. No caso da SDA, os repasses foram feitos aos Estados e a Embrapa implementou cursos, realizou palestras e debates técnicos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa está sustentado na defesa animal, que é atividade legal de Governo, o que dificulta a participação social. Apesar disso, poderia ser estimulada a participação social na definição das prioridades de ação do Governo em relação aos aspectos da defesa animal nos diferentes Estados do País.

DESENVOLVIMENTO DA BOVIDEOCULTURA

GERENTE DO PROGRAMA

Inácio Afonso Kroetz

OBJETIVO

Elevar a performance dos rebanhos bovinos e bubalinos mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas.

PÚBLICO-ALVO

Criadores de gado de leite e de corte e indústrias do ramo de laticínios e de frigoríficos

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 89.940.491,00	Empenho Liquidado:	R$ 80.684.702,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 80.684.702,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Produtividade Leiteira Bovina - Litro por Animal por Ano	-	-	-	1.231,00	1.500,00	82,07%
2. Taxa de Desfrute de Bovinos - Porcentagem	-	22,00	22,00	21,72	24,00	90,50%
3. Taxa de Erradicação da Febre Aftosa em Bovídeos – Porcentagem	-	9,98	9,98	90,00	100,00	90%
4. Taxa de Obtenção de Peles Bovinas de Primeira Qualidade – Porcentagem	-	-	-	18,00	23,00	78,26%

1. PRODUTIVIDADE LEITEIRA BOVINA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e justificativa:

A seleção genética e a incorporação de tecnologias associadas à nutrição animal e ao manejo do gado leiteiro bem como o combate às doenças contribuíram para a elevação da produção e da produtividade observadas, ainda que não o suficiente para o alcance do índice previsto para o final do PPA. O índice de referência foi, possivelmente, superestimado em função da utilização à época, de projeções que não se confirmaram. O mesmo se aplica para o índice previsto para o final do PPA. É importante ressaltar que a produtividade leiteira bovina conta com acentuadas diferenças regionais.

2. TAXA DE DESFRUTE DE BOVINOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

A taxa de desfrute sofre influência do ciclo de produção, com maior ou menor taxa de abate de matrizes.

3. TAXA DE ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA EM BOVÍDEOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

Em 2005 e 2006, em decorrência da reintrodução da febre aftosa, houve a suspensão, pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), do reconhecimento da situação de livre de febre aftosa com vacinação para a zona composta originalmente pelos Estados do Paraná, de São Paulo, de Minas Gerais, do Espírito Santo, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, de Goiás, de Tocantins, de Sergipe, da Bahia, de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul e do Distrito Federal.

Os Estados do Acre, de Rondônia, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina mantiveram o reconhecimento internacional do status de livre com vacinação e representam 8,5% do Território Nacional. Este foi o índice informado para os anos de 2005 e 2006. No entanto, de acordo com a definição do indicador, o índice seria de 89,5 para os anos de 2005 e 2006 considerando a existência de aproximadamente um milhão de bovinos e bubalinos (ou 0,5% do efetivo total) nos Municípios com reconhecimento nacional de zona livre com vacinação suspenso pelo Governo Federal e, ainda, a incorporação do efetivo bovino existente na área Centro-Sul do Estado do Pará, reconhecida nacionalmente como livre de aftosa com vacinação.

Em 2007, os Municípios brasileiros cujo status "livre de febre aftosa com vacinação" havia sido suspenso, em decorrência dos focos de febre aftosa ocorridos em 2005 e 2006, voltaram a integrar a zona livre brasileira, elevando o índice apurado naquele ano para 90%, considerando que parte das regiões Nordeste e Norte permanece como reconhecidas como não livres da doença.

4. TAXA DE OBTENÇÃO DE PELES BOVINAS DE PRIMEIRA QUALIDADE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

Houve importante incremento na taxa de obtenção de peles bovina de primeira qualidade no período considerado. As razões para o não alcance do índice previsto para o final do PPA estão sendo investigadas.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Brasil possui um dos maiores rebanhos bovino do mundo. Apesar do grande potencial gerador de renda e de empregos desse setor, os índices de produtividade são muito baixos. Há necessidade de incrementar a pesquisa e o desenvolvimento para alterar essa situação.

O País insere-se no mercado como um histórico importador de produtos lácteos para abastecimento da sua população. Tal situação decorre, sobretudo, da baixa produtividade do rebanho, que tem sido responsável pela fraca competitividade do setor leiteiro nacional frente a um mercado internacional cada vez mais competitivo e globalizado.

O desenvolvimento de programas de melhoramento zootécnico, alicerçados em técnicas de inseminação artificial e transferência de embriões, constituem-se na forma mais eficaz para promover a melhoria dos sistemas de produção e, conseqüentemente, o fortalecimento da cadeia produtiva de leite. Contudo, o aumento da produtividade e da competitividade do setor somente será possível se, associado a isso, houver rigoroso controle da incidência de doenças dos animais e melhoria na tecnologia utilizada.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Área nacional de 59,2% reconhecida como livre de febre aftosa.

- Reconhecimento internacional do Estado de Santa Catarina como zona livre de aftosa sem vacinação

- 90% do rebanho bovino livre de febre aftosa.

- A produtividade leiteira em 2007 alcançou 1.231 litros/animal/ano, 82,1% da meta prevista.

- A taxa de 18% de obtenção de peles bovinas de primeira qualidade em 2007 alcançou 78,3% da meta prevista.

- A taxa de 21,7% de desfrute de bovinos em 2007 alcançou 90,5% da meta prevista.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A ampliação da área livre de febre aftosa com vacinação no Brasil é de extrema relevância para a manutenção e alcance de mercados para a carne bovina e outros produtos de origem animal. O índice previsto para o final do PPA não foi alcançado por razão importante. A taxa de erradicação da febre aftosa em bovinos considera o reconhecimento internacional da condição de livre de febre aftosa; devido à ocorrência da doença no Brasil em 2005 e 2006, o reconhecimento internacional de grande parte da zona livre existente em 2004 foi suspenso. No entanto, se considerado o reconhecimento nacional, a zona livre foi ampliada no período, passando a incluir em seu interior 90% do efetivo bovino existente, quando este mesmo percentual em 2004 havia sido 84%. O índice previsto para o final do PPA de 100% não foi alcançado, considerando que a febre aftosa em parte dos Estados brasileiros das regiões Norte e Nordeste não foi erradicada, principalmente devido a

carências estruturais dos serviços veterinários oficiais.

Mecanismos de monitoramento de desempenho físico das ações do Programa:

a) reuniões de trabalho - periodicidade variável. Abrangência nacional e regional;

b) visitas *in loco* - periodicidade variável. Abrangência nacional e regional;

c) sistemas informatizados - periodicidade variável. Abrangência nacional e regional;

d) relatórios de gestão - periodicidade variável. Abrangência nacional e regional.

A execução física ficou bastante acima do que havia sido previsto. Em média, quando pôde ser mensurada, superou a previsão em mais de 1.000%. Há necessidade de investigação das razões para tanto.

A maior parte das ações contou com recursos suficientes, considerando que o realizado em função do previsto foi, em média, de 77,3%. Algumas ações realizaram 100% do previsto e em outras a realização foi inferior à média. Assim, quando a execução orçamentária é avaliada suficiente é importante ressaltar não se tratar de algo uniforme.

Embora o fluxo de recursos não tenha sido contínuo, as execuções programadas, tanto físicas como financeiras, parece não terem sido afetadas de modo decisivo. É, entretanto, correto supor que um fluxo mais regular possibilitaria a melhoria de ambas. Outros indicadores que não apenas as execuções físicas e financeiras poderiam melhor esclarecer o impacto da descontinuidade do fluxo sobre resultados e esforço necessário para o cumprimento das metas estabelecidas.

O montante de recursos gastos com despesas administrativas na Ação GAP foi de 0,05% em relação ao montante liquidado diretamente com a execução do Programa. Não foi disponibilizada informação sobre os principais objetos de gasto nessa Ação.

Restrições relativas aos recursos materiais e/ou a infra-estrutura:

a) recursos materiais insuficientes na equipe gerencial - a equipe gerencial é reduzida em número e conta, geralmente, com carências de capacitação;

b) recursos materiais insuficientes nas equipes executoras - via de regra, as equipes executoras possuem deficiências materiais que comprometem em maior ou menor grau seu desempenho;

c) infra-estrutura inadequada nas equipes executoras - a infra-estrutura das equipes executoras é, em geral, deficiente.

Restrições relativas adequação dos recursos humanos:

a) quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial - embora realizados de modo continuado, as contratações não têm sido suficientes para repor os quadros de pessoal. Também há problemas de distribuição dos recursos humanos existentes;

b) quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras - embora realizados de modo continuado, as contratações não têm sido suficientes para repor os quadros de pessoal. Também há problemas de distribuição dos recursos humanos existentes;

c) insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial - há deficiências na qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial, embora grande esforço tenha sido despendido na redução deste problema;

d) insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras - há deficiências na qualificação dos recursos humanos das equipes. A formação continuada de pessoal não é uma prática comum.

Quanto a restrições que obstaculizam o desenvolvimento das ações, o atraso na liberação de recursos, certamente, interferiu no desempenho das ações de maior impacto. Também se exigiria emprego de recursos humanos que poderiam ser utilizados em outras atividades. Há ações como as de vigilância que não podem ser compensadas em caso de execução não oportuna. O atraso na prestação de contas dos Estados interfere nas ações de maior impacto na medida em que compromete o repasse de recursos da área Federal. Dificuldades de ordem legal e de capacitação comprometem a celebração oportuna de convênios. Dificuldades de ordem legal e de capacitação comprometem a celebração oportuna de convênios por inadimplência. Dificuldades de ordem legal e de capacitação comprometem a celebração oportuna de contratos. Em algumas oportunidades, conflitos decorrentes de outras políticas setoriais, inclusive entre esferas de poder ou entre esferas de governo podem afetar o desempenho de ações de maior impacto. Em algumas oportunidades, inadequações e/ou inexistência de normas legais podem afetar o desempenho de ações de maior impacto.

As deficiências de infra-estrutura, materiais e de recursos humanos (quantidade e capacitação) acabam por comprometer, em muitas oportunidades, o desempenho da execução das ações com recursos descentralizados.

Deficiências na padronização e na automação de procedimentos inerentes à execução de ações com recursos descentralizados dificultam a integração entre a gerência do Programa e os entes executores dessas ações e, conseqüentemente, o seu acompanhamento.

Deficiências na padronização e na automação de procedimentos inerentes à execução de ações do Programa implementadas em outros Ministérios dificultam a integração entre a gerência do Programa e os entes executores dessas ações e, conseqüentemente, o seu acompanhamento.

Deficiências na padronização e na automação de procedimentos inerentes à execução de ações do Programa implementadas em outras unidades administrativas do próprio Ministério dificultam a integração entre a gerência do Programa e os entes executores dessas ações e, conseqüentemente, o seu acompanhamento.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa realiza parcerias não-governamentais para sua execução. O desempenho dos parceiros não-governamentais é muito variável. As normas que definem as possibilidades de Parceria Público–Privada (PPP) carecem de clareza e precisão.

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social, quais sejam: Ouvidoria; audiência pública; consulta pública. Afeto principalmente aos instrumentos legais produzidos. Reunião com grupos de interesse; discussão em Conselho Setorial. No caso do MAPA funcionam as Câmaras Setoriais.

O Programa avalia a satisfação de seus beneficiários por intermédio da Ouvidoria.

O Programa abrange um universo de ações muito amplo com indicadores de número reduzido e pouco adequados dificultando a sua avaliação.

DESENVOLVIMENTO DA CAPRINOCULTURA, DA EQÜIDEOCULTURA E DA OVINOCULTURA

GERENTE DO PROGRAMA

Marcio Antonio Portocarrero

OBJETIVO

Elevar a performance dos caprinos, ovinos, eqüídeos e de pequenos e médios animais mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas.

PÚBLICO-ALVO

Cooperativas, associações de produtores, pecuaristas e agroindústrias

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 3.086.627,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.504.402,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 1.504.402,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Produtividade Leiteira Caprina - Litro por Animal por Ano	-	154,50	160,00	170,00	189,00	89,95%
2. Taxa de Desfrute de Caprinos e Ovinos de Corte – Porcentagem	-	25,00	28,00	31,00	35,00	88,57%
3. Taxa de Obtenção de Peles Caprinas e Ovinas de Primeira Qualidade - Porcentagem	-	20,00	25,00	32,00	40,00	80%
4. Taxa de Refugo de Peles de Caprinos e Ovinos – Porcentagem	-	30,00	28,00	27,00	20,00	30%
5. Taxa de Rendimento de Carcaça de Caprinos e Ovinos – Porcentagem	-	45,00	46,00	47,00	48,00	97,92%

1. PRODUTIVIDADE LEITEIRA CAPRINA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e justificativa:

Este índice está relacionado com a avaliação dos filhos dos animais selecionados no teste de progênie, Convênio entre Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária- Caprinos (Embrapa-Caprinos). O alcance do

índice é obtido de forma gradativa e constante. Outro fato relevante é o baixo número de animais envolvidos com as provas de melhoramento genético em relação à população de animais. Outro problema é a falta de recursos para apoiar este teste de progênie em caprinos leiteiros. Desta forma, os resultados esperados para este indicador podem demorar a aparecer.

2- TAXA DE DESFRUTE DE CAPRINOS E OVINOS DE CORTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

Este índice também está relacionado com a avaliação dos filhos dos animais selecionados nas provas de ganho de peso e teste de progênie. Desta forma, os resultados esperados para este indicador demorarão a aparecer. A diferença para este indicador é que ele sofre influência da capacitação e organização dos produtores, que, com o maior entendimento das técnicas de manejo, nutrição, melhoramento, sanidade podem elevar a taxa de desfrute.

3. TAXA DE OBTENÇÃO DE PELES CAPRINAS E OVINAS DE PRIMEIRA QUALIDADE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Este indicador tem alcance maior por estar relacionado com a mudança de postura dos agentes envolvidos na cadeia produtiva. Esta mudança está relacionada com o alcance das Ações de Capacitação e Organização, ou seja, quanto maior o número de capacitações e/ou criação de Pólos de Desenvolvimento, maior a produção de peles de primeira qualidade. É preciso lembrar também da necessidade de um dispositivo de vantagem financeira para estes produtores, através da busca de um mercado comprador, estimulando esta forma de manejo.

4. TAXA DE REFUGO DE PELES DE CAPRINOS E OVINOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

Este indicador é altamente influenciado pela capacitação dos agentes envolvidos na cadeia produtiva. É preciso, entretanto, criar dispositivos para que este produtor seja favorecido financeiramente por desenvolver um melhor manejo, incentivando desta forma as boas práticas agropecuárias. O índice deveria ter-se reduzido de 30% para 20% mas conseguiu-se apenas reduzir para 27%, ou realização equivalente a 30% do índice previsto. Como a Ação de Transferência de Tecnologia obteve boas execuções físicas e financeiras, existe a expectativa de viabilidade e melhores performances deste índice.

5. TAXA DE RENDIMENTO DE CARCAÇA DE CAPRINOS E OVINOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

Este índice está relacionado com a avaliação dos filhos dos animais selecionados nas provas de ganho de peso e teste de progênie. Desta forma, o alcance do índice é obtido de forma gradativa e constante. Outro fato relevante é o baixo número de animais envolvidos com

as provas de melhoramento genético em relação à população de animais, em decorrência do baixo número de provas em andamento. Desta forma, os resultados esperados para este indicador demorarão ainda um pouco para aparecer.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A demanda por produtos diferenciados de leite, carne e pele de caprinos com qualidade superior, vem crescendo significativamente, o que implica em necessidade cada vez maior de tecnologias adequadas para a caprinocultura. O setor da ovinocultura no Brasil apresenta um enorme potencial de produção de carne, pele e lã, tanto para abastecimento do mercado interno como para atendimento do mercado internacional. Um esforço adicional de pesquisa e desenvolvimento para o setor deverá ser realizado. Muitas são as espécies de animais da fauna brasileira com potencial de domesticação ou de exploração racional e que dependem de estudos específicos para tornarem seu aproveitamento uma atividade economicamente sustentável.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Aumento da produtividade leiteira caprina de 160 litros por animal por ano em 2006 para 170 litros em 2007.

- Aumento da taxa de desfrute de caprinos e ovinos de corte de 28% em 2006 para 31% em 2007.

- Aumento na taxa de obtenção de peles caprinas e ovinas de primeira qualidade de 25% em 2006 para 32% em 2007.

- Aumento da taxa de rendimento de carcaça de caprinos e ovinos de 46% em 2006 para 47% em 2007.

- Queda na taxa de refugo de peles de caprinos e ovinos de 28% em 2006 para 27% em 2007.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa de Desenvolvimento da Caprinocultura e Ovinocultura tem impacto surpreendente nas camadas sociais mais pobres, visto que as ações a ele vinculadas buscam principalmente capacitar, treinar e buscar alternativas de desenvolvimento, gerando qualidade de vida para os produtores e seus familiares.

Em 2007, foram firmados convênios com entidades parceiras para execução de atividades visando o melhoramento genético. Também houve manutenção do atendimento a propriedades, com conseqüente atendimento a focos e suspeitas de enfermidades

dos animais envolvidos no Programa; outra iniciativa importante foi a capacitação de profissionais e técnicos sobre os resultados disponíveis acerca da caprino e ovinocultura.

A grande maioria das parcerias aconteceu somente no final do ano, devido à liberação concentrada de recursos neste período. Portanto, devido ao tempo exíguo para se trabalhar os projetos, alguns destes não atenderam às exigências necessárias quando da celebração.

Quanto ao mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações, podem mencionar-se:

a) visitas *in loco* - para as ações de fomento e organização, o acompanhamento é feito pelos fiscais das Superintendências Federais de Agricultura (SFAs). Posteriormente, avalia-se mediante prestação de contas. Para a Ação de Prevenção e Controle de Doenças, as informações necessárias têm sido obtidas de relatórios produzidos em cada Estado. No entanto, não há padronização e consistência adequadas. O sistema atual é ineficiente, não permitindo agilidade e qualidade de análise em relação às informações produzidas;

b) sistemas informatizados – o desempenho físico das ações é avaliado de diferentes formas. A capacitação da Ação de Transferência é monitorada via sistema interno da Embrapa e Sistema de Planejamento (Siplan), com periodicidade mensal e abrangência nacional. Estas ações também são objeto de auditoria interna da Embrapa para fins de comprovação de sua realização;

c) outros - as ações e o Programa respectivo, são avaliados e monitorados mensalmente pelo Siplan.

No relativo ao cumprimento de metas físicas, verifica-se execução de 40% a 80% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Para a Ação Fiscalização de Conformidade das Atividades Turfísticas e Hípicas, a realização foi de 15%. Na Ação Assistência Financeira a Associações de Criadores de Eqüinos e Entidades Turfísticas (Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984) nada foi feito em face da não liberação de recursos. Nas ações Fomento ao Uso de Material Genético Melhorado para a Ovinocaprinocultura e para a Criação de Pequenos e Médios Animais, Organização e Capacitação de Agentes Atuantes na Ovinocaprinocultura e Criação de Pequenos e Médios Animais, ocorreu a não inclusão das informações. Esta conclusão é baseada no volume de recursos liberados para cada uma destas ações. Na Ação Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças, conforme o coordenador de ação, a meta física ficou por volta de 90%. Já a Ação de Transferência teve uma realização de 56,25%, valor proporcional ao montante financeiro liberado.

A execução orçamentária de um modo geral foi boa. As ações que tiveram recursos financeiros alcançaram execução de aproximadamente 65%. Um maior volume de recursos poderia acontecer sem prejuízo para a execução orçamentária, caso a liberação ocorresse de forma contínua ao longo do ano. O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada.

Como os outros anos, a maioria dos recursos foi liberada no final do ano. Isto prejudica muito algumas ações, como as que trabalham com Provas de Ganho de Peso e Teste de Progênie. Isto porque esses animais precisam estar com idades pré-determinadas para o início do projeto e, na falta de recursos, não se consegue iniciar os trabalhos e, portanto, o início das atividades. Assim, somente poderão iniciar-se quando um novo grupo de animais estiver na idade correta e os recursos estiverem disponíveis. Outra ação prejudicada pela descontinuidade é a de Prevenção e Controle de Doenças, pois prevenção deve ser feita rotineiramente e não somente nos meses em que existem recursos. Um período sem a prevenção pode prejudicar todo o trabalho anteriormente realizado.

Também, o contingenciamento no início do ano prejudica as ações visto que não há recursos para celebração de convênios e implementação das ações de Prevenção e Controle, que necessitam de recursos correntes ao longo do ano. Dentro deste Programa, apenas a Ação de Prevenção e Controle de Doenças é descentralizada. A execução das ações de defesa sanitária animal depende necessariamente da participação dos órgãos estaduais de defesa sanitária animal. A situação da grande maioria dos Estados é crítica e nos últimos anos o apoio do Governo Federal foi insuficiente, extemporâneo e descontínuo. Apesar das metas físicas terem sido cumpridas, observa-se grande fragilidade das estruturas estaduais, o que poderá, em curto espaço de tempo, comprometer os avanços alcançados.

As execuções das Ações de Defesa e Transferência, implementadas por outras unidades, tiveram boa execução apesar de sofrerem com o contingenciamento e a falta de regularidade na liberação dos recursos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O desempenho dos parceiros não-governamentais tem sido satisfatório em relação às metas estabelecidas. As principais dificuldades encontradas tem sido trabalhar dentro de todas as legislações e conseguir adequar as atividades com o irregular repasse dos recursos.

Dentre os mecanismos que promovem a participação social, verificam-se: reunião com grupos de interesse - quando da implementação dos Pólos de Desenvolvimento, vários elos da cadeia produtiva se reúnem para discutir e definir os objetivos e caminhos para o desenvolvimento da cultura envolvida. Nos convênios para o melhoramento animal, reuniões com grupos de interesse é fundamental para a validade das ações.

Além disso, quando se faz convênios com entidades representativas, sugere-se que os benefícios gerados com os resultados alcançados atinjam pessoas diversas permitindo gerar crescimento social da comunidade envolvida. Assim, o desenvolvimento da comunidade beneficiada servirá de estímulo para a agregação de novos participantes. Além disso, a execução das ações de transferência de tecnologia, com realização de dias de campo, palestras, treinamentos e vitrines tecnológicas, constitui-se em atividades que promovem a participação social, o levantamento de expectativas e demandas e a troca de experiências entre os diversos segmentos de produtores rurais em um ambiente participativo e dinâmico.

A eficiência do Programa somente aparecerá com a participação efetiva do público-alvo. Desta forma, as ações têm buscado trabalhar nos principais "gargalos" da produção para que possam definitivamente interferir nos indicadores do Programa.

A satisfação dos beneficiários é verificada por questionários nos eventos de treinamento. A consolidação destas informações permite a adaptação e melhoria futura do conteúdo, linguagem, formato e infra-estrutura do treinamento.

DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEEIRA

GERENTE DO PROGRAMA

Manoel Vicente Fernandes Bertone

OBJETIVO

Gerar renda e desenvolvimento em todos os elos da cadeia agroindustrial do café promovendo o aumento de divisas e empregos.

PÚBLICO-ALVO

Segmentos da cadeia produtiva do café: produção, industrialização, comercialização e exportação

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.145.509.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.596.485.438,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 1.596.485.438,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Consumo Interno de Café - Milhão de Sacas	14,90	15,50	16,50	17,10	17,50	97,71%
2. Volume de Exportação de Café - Milhão de Sacas	264,91	25,90	27,62	28,00	24,70	113,36%
3. Volume de Produção de Café - Milhão de Sacas	38,60	32,90	42,51	33,70	33,00	102,12%

1. CONSUMO INTERNO DE CAFÉ

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e justificativa:

O consumo interno de café em 2007, no total de 17,10 milhões de sacas de café, comparado com o índice previsto para o final do PPA 2004-2007, no total de 17,50 milhões de sacas de café, apresenta-se inferior a 2,28%, porém, se comparado ao índice de referência em 2003, ou seja, 13,60 milhões de sacas, houve crescimento de 25,73%. A Associação Brasileira da Indústria de Café (Abic) atribui esse crescimento do consumo a um conjunto de fatores que se repetem há anos, de forma consistente e duradoura, dentre os quais se destacam:

a) melhoria contínua da qualidade do café oferecida aos consumidores, ampliada com o Programa de Qualidade do Café (PQC), e que, atualmente, já certifica mais de 250 marcas em todo o Brasil;

b) consolidação do mercado de cafés do tipo Gourmet ou Especiais, e crescimento do consumo fora do lar, o que vem despertando atenção, interesse e curiosidade para o produto junto aos consumidores;

c) melhora significativa da percepção do café quanto aos aspectos benéficos para a saúde como resultado dos grandes investimentos no Programa Café e Saúde;

d) melhora das condições econômicas no Brasil, com aumento do consumo e do poder de compra da população, expansão da massa salarial, nível de emprego e crescimento do contingente de consumidores que migraram das classes D e E para a classe C, bem como investimentos em publicidade e promoção, de importância fundamental para assegurar o consumo de café.

O Programa Integrado de Promoção e Marketing (PIM), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), por intermédio da Ação 4641 – Publicidade de Utilidade Pública e da Ação 2C94 – Promoção do Café Brasileiro no Exterior –, tem propiciado alcançar os resultados acima mencionados, estabelecendo parcerias com as entidades representativas da cadeia produtiva do café, sendo a Abic a de maior representatividade nesse setor.

2. VOLUME DE EXPORTAÇÃO DE CAFÉ
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

O volume de exportação de café em 2007 foi de 28,0 milhões de sacas, superando o índice previsto de 24,70 milhões de sacas para o final do PPA 2004-2007. Portanto, a superioridade do volume exportado foi de 13,36% com relação à meta prevista. Todavia, se o mesmo índice for comparado com o índice de referência do PPA em 2003, de 17,30 milhões de sacas, esse incremento alcança 61,84%. Um dos fatores que contribuiu para esse resultado foi a alta expressiva nos preços do café, em particular do tipo Arábico, bem como os preços dos Robustas que alcançaram 100,35 centavos de dólar dos Estados Unidos da América (EUA) por libra-peso, mais de 363% acima dos 21,65 centavos de dólar que haviam alcançado em 2001. A recuperação dos preços em relação aos níveis baixos que prevaleceram durante a crise do café, em parte foi neutralizada pela depreciação do dólar dos EUA em relação a algumas moedas. No caso brasileiro, embora o valor unitário das exportações nacionais de café verde tenha aumentado 132% entre 2003 e 2007, o valor expresso em moeda nacional só aumentou 49%, em função direta da depreciação do dólar.

3. VOLUME DE PRODUÇÃO DE CAFÉ
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

O índice previsto para o final do PPA 2004-2007, no total de 33,00 milhões de sacas, foi superado em 2,12% pelo índice efetivo apurado em 2007, com produção em torno de 33,70 milhões de sacas de café. A área cultivada com café na atual safra foi de 2,3 milhões de

hectares (ha). O aumento alcançado decorreu de ajustes na área em produção, bem como e, principalmente, pelas produtividades do sul de Minas Gerais e da zona da Mata Mineira.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Historicamente, produção, industrialização e comércio de café, possuem significativa importância para a economia brasileira. Atualmente, o café é cultivado em aproximadamente 300.000 propriedades rurais, em 1.850 Municípios distribuídos em 14 Estados da Federação, ocupando área cultivada de 2,7 milhões de ha. Este significativo parque produtivo possui intrincada rede de impactos econômicos "para frente" e "para trás" da produção agrícola. Ao todo, estima-se que esta cadeia produtiva gera 7 milhões de empregos diretos e indiretos e é responsável pela geração de riquezas que representam 2,2% da pauta de exportação brasileira e 5,4% do agronegócio. A produção brasileira de café coloca o País hoje, nas posições de 1º produtor no mercado internacional, com 39,8% da produção mundial e de 1º exportador, com representatividade de 31,8% das exportações mundiais de café, gerando divisas de US$ 1,4 bilhão.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- 1º lugar na exportação mundial de café.
- 1º lugar na produção mundial do café.
- 2º lugar no volume de consumo interno.
- Foram firmados 34.549 contratos de financiamento, sendo 34.334 com produtores e torrefadores e 215 com cooperativas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os recursos orçamentários foram insuficientes. Do montante previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA 2007) para a Ação 0012 – Financiamento para Custeio, Investimento, Colheita e Pré-comercialização de Café, do total de R$2.026.569.485,00, só foram realizados R$1.564.889.254,00, correspondentes a 77,22% do referido montante. Depreende-se que, em 2007, a pouca demanda pelas linhas de financiamento com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) se justificaria, de um lado, pelo grau de comprometimento da capacidade de endividamento dos possíveis beneficiários, e do outro, pela prioridade que os agentes financeiros, que operam com crédito rural, dispensaram à aplicação de seus recursos obrigatórios. As atividades da ação de publicidade tiveram a programação prejudicada, face ao estabelecimento de limites de despesas com publicidade no exercício de 2007, conforme o Decreto nº 6.183, de 08 de agosto de 2007. Do total de R$8.000.000,00 previstos na LOA 2007, para a Ação 4641 – Publicidade de Utilidade Pública, só foi possível executar R$2.162.658,39. A ação de pesquisa também

foi prejudicada financeiramente pela insuficiência de recursos financeiros, motivando a inscrição de boa parte das despesas em restos a pagar, prejudicando, conseqüentemente, a execução financeira do ano seguinte.

A execução física de algumas Ações em 2007 passou por situações atípicas, entre as quais a Ação 4641 – Publicidade de Utilidade Pública, que no decorrer do exercício teve a sua programação suspensa em razão do disposto pelo Decreto 6.183/07. Outra ação, que fugiu da regularidade da execução física, foi a 4717 – Capacitação de Técnicos e Produtores de Café; a meta física, à época da elaboração da fase qualitativa do PPA, estava voltada para a capacitação de técnicos. No entanto, após passada a época de avaliação do PPA 2007 – base 2006, surgiu a necessidade de capacitação de produtores do agronegócio café, com participação de mais de 1.500 participantes, tendo-se utilizado recursos de contrapartida para complementação de convênio firmado. A Ação 2825 – Conservação dos Estoques Reguladores de Café também fugiu à regra de previsão; à época da elaboração da proposta orçamentária foi prevista a conservação de 2,1 milhões de sacas, mas, em decorrência de leilões efetuados no decorrer do exercício, o estoque de café ficou reduzido a 703.869 sacas. Quanto à meta física para a Ação 0012 – Financiamento para Custeio, Investimentos, Colheita e Pré-comercialização de Café (Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992) atingiu 76,60% em razão da pouca demanda pelas linhas de financiamento com recursos do Funcafé.

Mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

a) reuniões de trabalho - reuniões bimestrais dos comitês diretores do Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC), que objetivam prestar assessoramento e avaliar preliminarmente todos os assuntos levados ao CDPC, a saber:

- Comitê Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (CDPD/Café), com o objetivo precípuo de proceder à análise, discussão e aprovação de projetos, programas e ações pertinentes à pesquisa do café, ao levantamento da estimativa de safra, aos estoques, aos custos de produção e demais assuntos correlacionados ao agronegócio café,

- Comitê Diretor de Planejamento Estratégico do Agronegócio Café (CDPE/Café), com o objetivo precípuo de proceder à análise, à discussão e à aprovação de propostas de orçamento e financiamento do setor, inclusive proposição de novos instrumentos de crédito, além de programas e projetos estruturantes e estratégicos para o agronegócio café,

- Comitê Diretor de Promoção e Marketing do Café (CDPM/Café), com o objetivo precípuo de proceder à análise, à discussão, à aprovação, à gestão e à fiscalização das ações, aos contratos e aos convênios relacionados a programas e projetos promocionais de publicidade e marketing do café no País e exterior,

- Comitê Diretor do Acordo Internacional do Café (CDAI/Café), com o objetivo precípuo de proceder à análise, à discussão, à aprovação e à gestão das ações, aos

projetos e aos programas relacionados ao acordo Internacional do Café e à Organização Internacional do Café (OIC),

a) visitas *in loco* - os convênios observam acompanhamento in loco, visando verificar se objetivos e metas constantes do plano de trabalho foram executadas conforme determina a Legislação vigente (art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; art 54 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e art. 24 da Instrução Normativa STN nº 1, de 15 de janeiro de 1997 e suas alterações);

b) sistemas informatizados - o monitoramento das ações é realizado pelo Sistema de Planejamento e Execução Orçamentária (Siplan), pelas informações fornecidas mensalmente pelos coordenadores de ação e, posteriormente, pelo gerente-executivo do Programa;

c) SIGPlan - relatório mensal, informando ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) sobre o andamento da ação (metas físicas e financeiras), informações essas originadas do Siplan;

d) relatórios de gestão - anualmente, a Secretaria de Produção e Agroenergia (SPAE) elabora o relatório de gestão, a partir do levantamento das principais ações realizadas no exercício anterior;

e) Infrasig – utilizou-se o Siplan para registro das ações executadas no exercício de 2007, por meio do qual é feito o acompanhamento físico e financeiro, apresentando aos resultados efetivados;

f) outros - a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) apresenta à SPAE/Funcafé três relatórios das estimativas de safra de café no exercício (abril, agosto e dezembro) e um relatório do levantamento dos estoques privados de café (março). Essas informações são fornecidas à cadeia produtiva do café, que irão considerá-las para efeito de suas projeções e respectivos indicadores.

O percentual de gastos da Ação Gestão e Administração do Programa (GAP) seria maior se considerados apenas os gastos da UO 22.906 – Fundo de Desenvolvimento da Economia Cafeeira, no total de R$ 40.429.515,00, previstos na LOA 2007, incluídos os R$ 2.000.000,00 da Ação 0017 – Contribuição à Organização Internacional do Café (OIC). Nessa Ação, foram efetuados gastos com diárias, passagens, convênios e descentralização de crédito para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em seu centro de Informação Tecnológica (Embrapa/SCT) e para a Conab, correspondentes ao plano de trabalho para execução das estimativas de safra e levantamentos de estoques privados.
Restrições interferindo no desempenho das ações de maior impacto:

a) contingenciamento orçamentário – tendo em vista o disposto no Decreto nº 6.183, de 8 de agosto de 2007, a Ação 4641 – Publicidade de Utilidade Pública ficou prejudicada, impedida de executar parte de sua programação prevista para 2007;

b) atraso na liberação de recursos – tendo em vista a escassez de limites para pagamento por parte do Tesouro Nacional, as ações apresentaram no decorrer do ano, lentidão de andamento, principalmente a Ação 4803 – Pesquisa e Desenvolvimento em Cafeicultura, cujos limites de pagamento ficaram contingenciados durante o ano, sendo liberados somente no final do exercício, prejudicando a execução da Ação para o ano seguinte, em conseqüência das despesas inscritas em restos a pagar;

c) financeiro comprometido por restos a pagar – ocasionado pelo atraso na liberação dos limites de pagamento, principalmente aqueles destinados à pesquisa.

Em 2007, foram descentralizados recursos para o Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento (CBPD/Café), coordenado pela Embrapa, cujo desempenho nas ações foi considerado de alto nível, haja vista o grau de tecnologia utilizado no desenvolvimento das suas pesquisas, e aos expressivos sucessos alcançados em benefício da sociedade. Também pelo trabalho da Conab, tendo em vista os resultados apresentados por aquela empresa, relativos às estimativas de safra e levantamentos de estoques privados realizados.

Houve bastante integração entre a gerência do Programa e os entes executores das ações, integração essa existente no âmbito dos Comitês de Marketing, Pesquisa e Planejamento, Consórcio de Pesquisa e Desenvolvimento do Café, Agentes Financeiros e representantes das entidades de classe, tais como Abic, Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel (Abics), Associação Brasileira de Cafés Especiais (BSCA), Confederação Nacional do Comércio (CNC). Os resultados alcançados refletem tal integração.

A ação Conservação dos Estoques Reguladores de Café, objetiva garantir a conservação dos estoques reguladores de café e dos complexos armazenadores, visando a manutenção da qualidade do produto estocado e a redução das perdas. Para tanto, foram implementadas com eficiência, ações nesse sentido nas Superintendências Federais de Agricultura (SFAs) de Minas Gerais, Paraná, Espírito Santo e São Paulo. Ainda que os recursos não tenham sido utilizados totalmente, a realização da meta física da Ação foi bastante efetiva conseguindo superar 100% da execução prevista.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa realiza parcerias não-governamentais para sua execução. Em 2007, apesar de ter sido prejudicada a programação da Ação 4641 – Publicidade de Utilidade Pública, ocorreram excelentes parcerias com diversas entidades, entre as quais se pode destacar Associação dos Produtores de Café da Bahia (ASSOCAFÉ), Associação Comercial e Empresarial de Mauá (Aciam), Associação dos Cafeicultores de Araguari (Aca), Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba), Museu do Café de Santos, Abic, CNC, tendo sido firmados vários convênios com as citadas entidades. A fim de atender a execução da ação 2C94 – Promoção do Café Brasileiro no Exterior, firmaram-se convênios diversos com Abic, BSCA, Abics e CNC, tendo sido de grande relevância para o agronegócio café a participação desses parceiros na realização dos eventos respectivos.

O Programa possui os seguintes mecanismos que promovem a participação social:

a) reunião com grupos de interesse - além dos setores envolvidos da cadeia produtiva, há participação dos interessados no agronegócio café, quando da realização de seminários, palestras, cursos, congressos, dia de campo, exposição, encontros e feiras nacionais e internacionais;

b) discussão em Conselho Setorial - as discussões das políticas para o agronegócio café são efetuadas no âmbito do CDPC.

Mediante esforço conjugado dos diversos atores da cadeia produtiva do café e demais órgãos públicos e privados relacionados à formulação e à implementação de políticas, programas, projetos, atingiram-se, com sucesso, os diversos objetivos propostos pela referida cadeia, dentre os quais: a implementação do Programa Integrado do Café (PIC), Melhoria da Qualidade do Café, estudos desenvolvidos e aplicados pela Abic e Abics. Existem convênios firmados com essas entidades para realização de feiras nacionais e internacionais, e com isso, tem-se conseguido a manutenção dos atuais indicadores do Programa, uma vez que essas feiras promovem os cafés do Brasil, bem como o aumento das divisas de exportação.

A satisfação dos beneficiários é avaliada nos informativos da Abic, Abics, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), Conab, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Departamento do Café (DCAF), responsáveis pelo acompanhamento estatístico do consumo, da produção e da exportação do café. É feita a avaliação dos resultados, sendo a avaliação da pesquisa feita por meio do relatório anual apresentado à gerência do Programa pelo CBPD/Café, coordenado pela Embrapa.

Uma das práticas que todos os programas deveriam adotar, a exemplo do que ocorre no âmbito do CDPC, seria a criação, para cada Programa, de um conselho, que tivesse, entre outras atribuições, a de avaliar as respectivas ações, bem como acompanhar qualitativa, físicamente e financeiramente o Programa, homologando a sua execução.

DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA (PROFRUTA)

GERENTE DO PROGRAMA

Marcio Antonio Portocarrero

OBJETIVO

Elevar os padrões de qualidade e competitividade da fruticultura brasileira ao patamar de excelência requerido pelo mercado internacional.

PÚBLICO-ALVO

Agentes da cadeia frutícola: produtores, processadores, distribuidores, atacadistas, varejistas, técnicos, pesquisadores, gestores, *traders*, população de pólos frutícolas e consumidores finais

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 15.614.278,00	Empenho Liquidado:	R$ 12.160.326,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 12.160.326,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Quantidade Exportada de Frutas Frescas – 1.000 Toneladas (t)	855,39	829,5	807,5	920,71	1.600,00	57,54%
2. Quantidade Exportada de Sucos de Frutas – 1.000 Toneladas (t)	1.675,00	1.860,00	1.853,66	2.165,00	3.017,00	71,76%
3. Taxa de Participação das Exportações Brasileiras no Mercado Mundial de Frutas - Porcentagem	1,34	1,52	1,52	2,01	2,00	100,50%
4. Valor das Exportações da Fruticultura - US$ milhão	1.756,00	1.891,00	2.302,40	3.341,77	3.500,00	95,48%

1. QUANTIDADE EXPORTADA DE FRUTAS FRESCAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

A exportação de frutas frescas, que foi de 855,39 mil toneladas em 2004, passou para 910 mil toneladas (t) em 2007. A variação positiva de 54,61 mil t equivale a 6,38%. Os resultados das exportações de frutas frescas não atingiram o patamar preestabelecido de índice 1.600 t, ficando, porém, com índice de 920,7 ou 57,5% do previsto. Quanto ao valor das exportações de frutas frescas, houve aumento substancial, passando de US$ 376,5 milhões em 2004 para US$ 644,0 milhões em 2007, com variação positiva de 71,0%. Torna-se necessário, entretanto, adequação do sistema produtivo da fruticultura

brasileira aos princípios de rastreabilidade, segurança de alimentos e sustentabilidade sócio-ambiental, além de maximização dos fatores de produção e de alta qualidade das frutas, exigido pelos principais mercados compradores. Os trabalhos de erradicação e controle de pragas da fruticultura devem ser mantidos e ampliados para se alcançar a qualidade fitossanitária exigida. As atividades de divulgação e promoção internacional da fruticultura brasileira devem ser intensificadas para ampliar os mercados.

2. QUANTIDADE EXPORTADA DE SUCOS DE FRUTAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

O índice de referência esperado para 2007 foi 3.017 mil t enquanto o valor apurado foi de 2.165 mil t ou 71,8% do previsto. A quantidade exportada de sucos de frutas cresceu de 1.675 mil t em 2004 para 2.165 mil t em 2007, com elevação de 490 mil t, equivalentes a 29,24%. Os resultados da exportação de sucos de frutas, apesar de concentrada no suco de laranja, são expressivos. Houve aumento substancial no valor das exportações de suco de frutas, passando de US$ 1.141,4 milhões em 2004 para US$ 2.374,0 milhões em 2007, com variação positiva de 107,9 %. Ainda que as exportações venham aumentando ano a ano, o desafio é alcançar maior diversificação pelo incremento de outros tipos de sucos.

3. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS NO MERCADO MUNDIAL DE FRUTAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

Os resultados alcançados conseguiram chegar à meta estabelecida. As exportações brasileiras de frutas frescas obtiveram expressivo aumento e participação no comércio mundial. A taxa de participação das exportações brasileiras no mercado mundial de frutas passou de 1,34% em 2004 para 2,01% em 2007, superando o índice previsto de 2,0. Nestes números não está incluída a participação de sucos de frutas e castanhas, em especial, a castanha de caju.

4. VALOR DAS EXPORTAÇÕES DA FRUTICULTURA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

Os resultados de valor das exportações da fruticultura alcançados em 2007, US$ 3.342 milhões, implicaram índice de 95,5% de realização frente à previsão de US$ 3.500 milhões para o mesmo ano. As exportações da fruticultura brasileira obtiveram expressivo aumento e participação na balança comercial do agronegócio brasileiro. Estes números incluem a participação de sucos de frutas e castanhas, em especial, a castanha de caju.

O valor das exportações da fruticultura em 2007 foi superior ao valor de 2004 em US$ 1.586 milhões, saindo de US$ 1.756 milhões para US$ 3.342 milhões, ou acréscimo de 90,3%.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A cadeia frutícola brasileira revela que a fruticultura nacional produz 43 milhões de t anuais, em área plantada de 2,2 milhões de hectares (ha), é a 3ª maior produção de frutas frescas do mundo, superada apenas por China e Índia. A pauta de produção, caracterizada pela extensão e diversidade, é das mais complexas e inclui frutas de clima temperado, tropical e subtropical, além das chamadas exóticas, como graviola, cupuaçu, açaí, serigüela, pitomba, sapoti, dentre tantas outras espécies.

Em face da intensa tecnificação, introduzida desde a década de 80, principalmente em pré e pós-colheita, a fruticultura brasileira atualmente é capaz de ofertar frutas ao longo do ano todo, a exemplo de laranja, manga, uva, banana e, também, maçã. Apesar disso, a participação no mercado mundial de frutas frescas, atualmente avaliado em cerca de US$ 45 bilhões, ainda deixa a desejar, registrando exportação de US$ 248,3 milhões em 2002, o que refletia tímida participação de 0,6% do mercado.

Fatores diversos afetam o desempenho do Brasil, principalmente carências estruturais internas como vias de transporte, pontos estratégicos de embarque e desembarque, logística em armazenamento, acondicionamento e distribuição, estruturas de organização e gestão especializadas em comércio internacional; na área fitossanitária, sistemas estruturados de monitoramento e controle de pragas, vigilância fitossanitária, além de barreiras fitossanitárias em fronteiras interna e externa.

Quanto à ocorrência de perdas, são observados índices significativos, desde a produção até a distribuição, com desperdícios que atingem cerca de 90% no segmento do caju e 50% no setor da banana. Dentre os fatores externos, os de maior relevância referem-se aos mecanismos de proteção vigentes no segmento agrícola e fortemente subsidiado por países como os Estados Unidos da América (EUA) e membros da União Européia (UE), além de rigorosos critérios em barreiras fitossanitárias e limites máximos de resíduos químicos, que ainda não contemplam os requisitos básicos para as frutas tropicais.

Na situação atual, os esforços do Profruta priorizam ações para qualificação de técnicos e gestores da cadeia das frutas, em áreas temáticas estratégicas, abrangendo os principais pólos do País e representando um dos fatores de impacto nos resultados até aqui alcançados. Compreendem atividades em processos de incorporação tecnológica no campo e tratamentos em empacotadoras, em conformidade com requisitos do mercado internacional, como o do sistema da Produção Integrada de Frutas (PIF), fundamentado em princípios de sustentabilidade ambiental e agrícola, segurança alimentar e saúde humana e, principalmente, viabilidade econômica.

Associado a ações de capacitação, outro fator de importância é a organização da base produtiva, conferindo possibilidades de agregação de valor, escala de produção e padrões de qualidade na oferta, mediante ações de integração de diferentes agentes da cadeia das frutas. O resultado observado é mais competência gerencial, melhor qualidade das frutas ofertadas e, conseqüentemente, maior competitividade para inserção do setor frutícola nos importantes mercados, interno e externo.

As principais parcerias envolvidas nesta matriz de integração registram 21 órgãos federais, 19 estaduais, 13 universidades, 17 associações de produtores e cooperativas e, ainda, três instituições internacionais, totalizando 73 organismos atuando em áreas temáticas como biotecnologia, entomologia, fitossanidade, nutrição, solo, água, biologia, ecologia, logística em pré e pós-colheita, tecnologia da informação, gestão do agronegócio, dentre outras áreas. A interação das atividades é processada em cada um dos 57 projetos implementados pelo convênio entre Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Conselho Nacional de Pesquisa (MAPA/CNPq), sendo 27 deles na área da PIF, 25 em implantação de viveiros matrizes e borbulheiras e cinco da defesa fitossanitária, abrangendo as espécies frutíferas de importância sócio-econômica nos principais pólos do País.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Incremento de 54,61 mil t na exportação de frutas frescas, passando de 855,39 mil t em 2004 para 910 mil t em 2007, elevação 6,38%.

- Incremento de 490 mil t na exportação de sucos de frutas, saindo de 1.675 mil t em 2004 para 2.165 mil t em 2007, evolução de 29,24%.

- Elevação de 50% na taxa de participação das exportações brasileiras no mercado mundial de frutas, saindo de 1,34% em 2004 para 2,01% em 2007.

- Acréscimo de 90,3 % no valor das exportações da fruticultura, de US$ 1.756 milhões em 2004 para US$ 3.342 milhões em 2007.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os avanços tecnológicos no setor produtivo e as condições favoráveis de acesso a novos mercados permitiram aumentar a demanda por frutas e sucos de frutas, bem como possibilitou acesso a novos nichos como os de agricultura orgânica e produção integrada de frutas.

A melhor distribuição e preservação da qualidade dos frutos desde 2004 possibilitaram preços atrativos, crescimento das exportações e da renda em US$/tonelada de fruta produzida, tendência confirmada pela elevação dos preços das principais frutas exportadas a exigentes países consumidores, como a Comunidade Européia.

Os recursos orçamentários foram insuficientes para a execução das metas programadas, contudo, em face das parcerias realizadas com o setor produtivo e instituições várias, foi possível atingir resultados desejados. Essas parcerias, entretanto, não são fixas e permanentes, sendo necessário aumentar a dotação orçamentária para garantir os resultados propostos. Existe substancial número de projetos de capacitação e organização da base produtiva aguardando recursos para sua contratação.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade. Os recursos disponibilizados no final do ano dificultaram a execução, porém, não impossibilitaram o alcance das metas estabelecidas.

No relativo a mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações, verificam-se:

a) reuniões de trabalho, realizadas durante o ano para avaliar, discutir e planejar as atividades;

b) visitas *in loco* durante o ano para verificar, discutir e planejar as atividades dos projetos;

c) sistemas informatizados para monitorar ações, resultados, banco de dados, dentre os quais se destacam o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), no qual anualmente se inserem os dados, a partir dos quais se elaboram anualmente os relatórios de gestão e outros, pois semestralmente, os coordenadores dos projetos enviam informações e resultados dos projetos por meio de relatórios de atividades.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A participação de associações e de cooperativas é de suma importância para o sucesso do Programa. Esta premissa é básica para alcançar resultados satisfatórios. São formados comitês gestores em todos os projetos de organização e capacitação com a participação de grande parte dos agentes atuantes nas cadeias produtivas. Cabe enfatizar também a participação e inter-relação com a Câmara Setorial da Fruticultura.

Paralelamente, ressalta-se a realização de reuniões com grupos de interesse, havendo participação dos setores envolvidos, considerados fundamentais para a execução dos projetos; todas as normas e os modelos pilotos são decididos e validados junto ao setor produtivo.

O Programa avalia a satisfação de seus beneficiários, nas reuniões, cursos de capacitação, seminários, encontros e visitas técnicas.

DESENVOLVIMENTO DA HORTICULTURA

GERENTE DO PROGRAMA

Marcio Antonio Portocarrero

OBJETIVO

Aumentar a produtividade e garantir a sanidade na olericultura, na floricultura e no cultivo de plantas medicinais e de especiarias, de forma a atender os padrões requeridos pelo mercado nacional e internacional.

PÚBLICO-ALVO

Agentes da cadeia de olerícolas, plantas medicinais, floricultura e especiarias

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.925.780,00	Empenho Liquidado:	R$ 2.188.287,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 2.188.287,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Produtividade das Lavouras de Batata-inglesa – Quilograma por Hectare (kg/ha)	-	22.084,00	21.698,00	25.000,00	25.122,00	99,51%
2. Produtividade das Lavouras de Cebola - Quilograma por Hectare (kg/ha)	-	18.346,00	18.710,00	20.000,00	20.186,00	99,08%
3. Produtividade das Lavouras de Tomate - Quilograma por Hectare (kg/ha)	-	62.240,00	56.582,00	71.000,00	71.087,00	99,88%

1. PRODUTIVIDADE DAS LAVOURAS DE BATATA-INGLESA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

O índice de 25.000 quilogramas por hectare (kg/ha), na cultura de batata inglesa em 2007, representou 99,51% da meta prevista de 25.122 kg/ha para o mesmo ano. Entre 2004 e 2006, os índices de produtividade foram da ordem de 86% a 88% da meta prevista para 2007.

2. PRODUTIVIDADE DAS LAVOURAS DE CEBOLA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

O índice de produção de cebola em 2007, 20.000 kg/ha, representou 99,08% do índice de 20.186 kg/ha previsto para o mesmo ano. Nos anos de 2004 a 2006, os índices de produtividade foram da ordem de 91% a 93% da meta prevista para 2007.

3. PRODUTIVIDADE DAS LAVOURAS DE TOMATE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

O índice de produção de tomate em 2007, 71.000 kg/ha, representou 99,88% do índice de 71.087 kg/ha previsto para o mesmo ano. Entre 2004 e 2006, os índices de produtividade foram da ordem de 91% a 93% da meta prevista para 2007.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Olerícolas: o mercado moderno que exige preparo adequado do horticultor através da organização dos produtores, sob forma de comitês, consórcios, associações e cooperativas, com objetivo de proporcionar a todo o seguimento da produção, informações de pesquisa, defesa agropecuária, mercado, classificação, empacotado, etc.

Plantas medicinais: A medicina moderna está bem desenvolvida na maior parte do mundo, porém, grande parte da população dos países em desenvolvimento depende de profissionais tradicionais, bem como de plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos para a sua atenção primária. O interesse pelas terapias naturais intensificou-se nas últimas décadas, com expansão do uso de plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos. A Organização Mundial da Saúde (OMS) indica que 80% da população dos países em desenvolvimento utilizam práticas tradicionais na atenção primária e, desse total, 85% usam plantas medicinais ou preparação destas. O mercado mundial de fitoterápicos em 2000 movimentou US$ 19,6 bilhões; a previsão é que somente a Europa registre volume de vendas de US$ 7,5 bilhões. No Brasil, as estatísticas sinalizam que os laboratórios privados introduzirão mais produtos, com nível de crescimento de 20% ao ano.

O Brasil, atualmente comercializa US$ 260 milhões em fitomedicamentos, metade do valor do mercado de fitoterápicos em geral, que inclui toda sorte de produtos ditos naturais, mas sem respaldo científico. Há dois fatores relevantes para o mercado de fitoterápicos:

a) a *Federal Drugs Administration* dos Estados Unidos da América (EUA), finaliza estudos para alcançar a regulamentação de fitoterápicos, o que deverá contribuir para incrementar o mercado mundial;

b) além da lei de patentes, a Resolução 17, do ano 2000, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), contribui com as pesquisas de novos fitomedicamentos no Brasil.

Embora o mercado mundial de plantas medicinais sinalize possibilidades de ampliação real, a participação brasileira ainda é muito tímida diante das privilegiadas condições que o País possui em biodiversidade e variações edafoclimáticas, favoráveis ao cultivo das mais variadas espécies de plantas medicinais. As oportunidades de negócios são amplas e as chances de geração de renda e de emprego são reais, haja vista que a atividade tem grande identidade com o modo de produção da agricultura familiar. Exige pequena área, possui elevada rentabilidade econômica, requer muita mão-de-obra e cultiva-se basicamente com orgânicos. Mesmo com a oportunidade de crescer no mercado mundial, o setor está desorganizado e carece de informações sistematizadas sobre sistemas de produção, beneficiamento e comercialização. As articulações e troca de experiências entre equipes de pesquisadores e de profissionais das ciências agrárias no tocante ao cultivo de plantas medicinais, continuam incipientes. O cultivo é ainda empírico, disperso e isolado em termos de informação. É necessário difundir conhecimentos tecnológicos para os produtores, bem como orientá-los na condução da atividade. Na prática, não existe material publicado de cunho prático e ao alcance dos produtores familiares.

Especiarias: Especiarias são atividades lucrativas de alto valor agregado, que geram emprego e renda, mas que, infelizmente, se encontram à margem das prioridades do MAPA, mesmo sendo o Brasil membro da Comunidade Internacional de Pimenta-do-Reino (CIP). Requer-se a realização de estudos sobre a cadeia produtiva das especiarias com prioridade para pimenta-do-reino, para que o Ministério se posicione no futuro com Programa de desenvolvimento para o setor.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Elevação de 13,2% na produtividade das lavouras de batata-inglesa de 2005 a 2007.
- Crescimento de 9% na produtividade das lavouras de cebola entre 2005 e 2007.
- Aumento de 14% na produtividade das lavouras de tomate no período 2005-2007.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

As principais metas físicas foram cumpridas, o que contribui para produção de resultados bastante satisfatórios. Alguns recursos foram disponibilizados no final do ano dificultando a execução, porém em praticamente todas as ações a execução chegou a 100%.

Os recursos orçamentários foram insuficientes. Existe uma grande demanda de projetos de capacitação e organização da base produtiva aguardando mais recursos necessários para contratação. Houve contingenciamento dos recursos previstos. Isso não impossibilitou, porém, limitou a abrangência de ações da produção integrada.

Em 2007, foram celebrados dois convênios, na área de horticultura (cenoura e flores), um com a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig), para desenvolver dois projetos, respectivamente de cenouras e flores, e outro com a Cooperativa Agrícola Santo Antônio (Coopsant), em Marituba (PA) para o desenvolvimento de projeto de produção integrada de plantas medicinais e hortaliças.

a) Também foram contratados três novos projetos de produção integrada (tomate e flores):

b) a produção Integrada de Tomate para a região do Alto Vale do Rio do Peixe em Santa Catarina;
c) a produção Integrada de Rosas no Estado de São Paulo;

d) o Sistema de Produção Integrada de Flores Tropicais no Ceará. Também, foi suplementado projeto de Produção Integrada de Batata no Estado de Minas Gerais.

Mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

a) reuniões de trabalho - são realizadas reuniões regulares durante o ano para avaliar, discutir e planejar as atividades;

b) visitas *in loco* - são realizadas visitas *in loco* durante o ano para verificar, discutir e planejar as atividades dos projetos;

c) sistemas informatizados - são alimentados *softwares* como, por exemplo, planilhas eletrônicas, tabelas com dados estatísticos e banco de dados para monitorar as ações e resultados do programa;

d) Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) - anualmente são inseridos os dados no SIGPlan;

e) relatórios de gestão - anualmente são elaborados os relatórios de gestão;

f) outros - semestralmente os coordenadores dos projetos nos enviam informações e resultados dos projetos por meio de relatórios de atividades.

No relacionado às restrições que interferiram no desempenho das ações de maior impacto, cabe citar o contingenciamento orçamentário criando dificuldades de planejamento e execução das ações; atraso na liberação de recursos, limitações de celebração de

convênios na gerência por necessidade de maior objetividade nos trâmites exigidos para celebração de convênios.

Foi considerado elevado o desempenho em 2007, relativo à execução das ações com recursos descentralizados. As Superintendências Federais de Agricultura (SFAs) do MAPA nos Estados relacionam-se com as atividades e, além da execução, são responsáveis pela articulação de parcerias com instituições públicas e privadas.

O desempenho da execução das ações implementadas em outras unidades do próprio Ministério em 2007 foi alto, as unidades do MAPA nos Estados se relacionam com as atividades e além da execução são responsáveis pela articulação de parcerias com instituições públicas e privadas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa realiza parcerias não-governamentais para sua execução. Alguns projetos de horticultura são desenvolvidos a partir de parcerias feitas através de convênio, com associações e cooperativas de produtores rurais cujas participações são de importância extrema para o sucesso do Programa. A premissa é básica para alcançar resultados satisfatórios. As parcerias realizadas com parceiros não-governamentais foram bastante satisfatórias e as metas programadas foram cumpridas.

O Programa possui os seguintes mecanismos que promovem a participação social:

a) reunião com grupos de interesse - são formados comitês gestores em todos os projetos de organização e capacitação com a participação de grande parte dos agentes atuantes nas cadeias produtivas;

b) discussão em conselho setorial - participação regular na Câmara Setorial de Horticultura, que é um fórum, no âmbito do MAPA, de discussão e aproximação com a sociedade civil organizada, neste caso, os representantes do setor de horticultura.

A satisfação dos beneficiários é avaliada, através de reuniões, seminários, encontros e visitas técnicas para verificar o andamento das ações e a posição dos beneficiários.

DESENVOLVIMENTO DA SUIDEOCULTURA

GERENTE DO PROGRAMA

Inácio Afonso Kroetz

OBJETIVO

Elevar a performance dos rebanhos de suídeos mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas.

PÚBLICO-ALVO

Produtores, industriais da suinocultura, fabricantes e comerciantes de produtos de uso veterinário

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 4.068.001,00	Empenho Liquidado:	R$ 2.252.542,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 2.252.542,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Peso Médio de Carcaça dos Suínos – Quilogramas por Animal (kg/animal)	-	72,00	98,43	98,43	98,43	100%
2. Quantidade Exportada de Suínos – Tonelada (t)	-	623.070,00	527.200,00	606.513,00	801.104,00	75,71%
3. Taxa de Controle Peste Suína Clássica - Porcentagem	-	51,00	51,00	51,00	80,00	63,75%
4. Valor das Exportações de Suínos - US$	-	1.165.000.000,00	1.036.000.000,00	1.230.968.000,00	770.959.922,00	159,67%

1. PESO MÉDIO DE CARCAÇA DOS SUÍNOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

O índice sofre algumas alterações por ter influência direta na padronização do produto. Grandes variações na margem de peso fugiriam ao padrão. Indicador precisa ser revisto.

2. QUANTIDADE EXPORTADA DE SUÍNOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

O mercado internacional de produtos suínos é influenciado por doenças de outras espécies animais, como a aftosa dos bovinos, e os últimos focos da doença no País certamente influenciaram no resultado.

3. TAXA DE CONTROLE PESTE SUÍNA CLÁSSICA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

As regiões Norte e Nordeste são consideradas de risco sanitário desconhecido, para efeitos da peste suína clássica, a qual é de difícil controle. A ampliação da taxa de controle da peste suína clássica esbarra na falta de estrutura dos serviços veterinários, dependente de decisões políticas de cada Estado.

4. VALOR DAS EXPORTAÇÕES DE SUÍNOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e justificativa:
O índice apurado em 2007, US$ 1,23 bilhões, superou em 59,67% previsto, US$ 770,96 bilhões, não por erro de avaliação, mas, pela valorização do produto no mercado internacional.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A atividade suinícola no Brasil está presente em quase metade das propriedades agrícolas existentes no País. Emprega mão-de-obra de tipo familiar, sendo responsável por 2,5 milhões de empregos diretos e indiretos no mercado de trabalho; constitui-se em importante fonte de renda e estabilidade social. Dentre as funções sociais da suinocultura destacam-se: viabilizar o pequeno e médio produtor agrícola, gerar emprego e fixar o trabalhador no meio rural, bem como contribuir para o desenvolvimento das regiões produtoras de cereais. Além disso, a suinocultura deve crescer a taxas significativas e competir com produtos de qualidade para ampliar sua participação no mercado internacional. Dentro desse contexto, garantir a sanidade do rebanho suíno nacional e melhorar seus índices de produção que são demandas impostas pela sociedade e pelo mercado, sendo, portanto, objeto de ação do Programa.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Aumento da produção de carne suína de 2,62 para 2,99 milhões de toneladas (t) de 2004 a 2007.

• Aumento de 12,5% na produtividade nos últimos três anos, com o número de suínos terminados passando de 19,2 para 21,6 por matriz por ano.

• Manutenção da zona livre de peste suína clássica (PSC).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A implementação de prevenção, controle e erradicação de doenças da suideocultura, sendo descentralizada, é prejudicada pela falta de informações dos órgãos executores estaduais.

A zona livre de PSC é composta pelos Estados da região Sul, Sudeste, Centro-Oeste e pelo Estado do Tocantins, na região Norte. Sua ampliação esbarra na falta de estrutura dos serviços veterinários nas demais regiões do País, dependente de decisões políticas de cada Estado.

Apesar dos recursos orçamentários terem sido suficientes, a dificuldade em realizar convênios com órgãos executores estaduais, bem como a disponibilidade extemporânea de recursos financeiros prejudica a execução orçamentária.

Os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações podem resumir-se a:

a) visitas *in loco* – realizadas visitas para acompanhamento;

b) sistemas informatizados, efetivando acompanhamento através de sistema informatizado com periodicidade mensal;

c) Infrasig, acompanhamento pelo Sistema de Integrado de Planejamento (Siplan) em periodicidade mensal.

Quanto à avaliação dos recursos humanos na implementação do Programa, conclui-se que houve insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial, bem como das equipes executoras, tornando-se necessário treinamento; os responsáveis são substituídos com freqüência.

Nas restrições que interferiram no desempenho das ações de maior impacto, podem enumerar-se: o contingenciamento orçamentário, atrasos na liberação de recursos e liberações extemporâneas, que dificultam a execução orçamentária e, também, as dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes, que constituem entraves importantes. A celebração de convênios na área de saúde animal deveria ser revista. A descontinuidade dos trabalhos expõe os rebanhos a problemas sanitários que requerem anos para serem posteriormente superados.

Em 2007, foi apenas médio o desempenho da execução das ações implementadas em outras unidades administrativas do próprio Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). A Ação de Transferência de Tecnologia, desenvolvida pela Empresa Brasileira

de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), por não sofrer restrição orçamentária, teve bom desempenho; no entanto, a Ação Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Suideocultura, trabalhada no Departamento de Saúde Animal e implementada por meio de convênios com órgãos executores nos Estados, não verificou evolução semelhante. Na zona livre de PSC, principalmente, em Estados onde a atividade pecuária não tem expressão econômica, não há infra-estrutura montada para a ação da defesa animal, comprometendo a condição sanitária de todo o País. Esta é ainda a razão pela qual a Região Nordeste encontra-se, sob ótica sanitária, em desvantagem ou situação de inferioridade, inviabilizando o controle ou erradicação de algumas enfermidades.

DESENVOLVIMENTO DAS CULTURAS DE CEREAIS, RAÍZES E OUTRAS ESPÉCIES VEGETAIS

GERENTE DO PROGRAMA

Edilson Guimaráes

OBJETIVO

Elevar a produtividade no cultivo de cereais, forrageiras, raízes e outras espécies vegetais, mediante o controle de pragas e a incorporação de novas tecnologias.

PÚBLICO-ALVO

Produtores, associações de produtores, agroindústrias e consumidores

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 7.736.389,00	Empenho Liquidado:	R$ 4.728.065,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 4.728.065,00**
Previsto não orçamentário	**Realizado não orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Produtividade das Lavouras de Arroz – Quilograma por Hectare (kg/ha)	3.552,00	3.671,00	3.865,00	3.813,00	3.807,00	100,16%
2. Produtividade das Lavouras de Feijão - Quilograma por Hectare (kg/ha)	746,00	789,00	822,00	817,00	804,00	101,62%
3. Produtividade das Lavouras de Mandioca - Quilograma por Hectare (kg/ha)	13.556,00	13.400,00	13.568,00	13.740,00	13.740,00	100%
4. Produtividade das Lavouras de Milho - Quilograma por Hectare (kg/ha)	3.373,00	3.442,00	3.279,00	3.655,00	3.331,00	109,73%
5. Produtividade das Lavouras de Sorgo - Quilograma por Hectare (kg/ha)	2.326,00	2.112,00	2.108,00	2.125,00	2.127,00	99,91%
6. Produtividade das Lavouras de Trigo - Quilograma por Hectare (kg/ha)	2.144,00	2.063,00	2.063,00	1.271,00	2.083,00	61,02%

1. PRODUTIVIDADE DAS LAVOURAS DE ARROZ

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e justificativa:

O índice de 3.813 quilogramas por hectare (kg/ha) para 2007 representou 100,2% da meta prevista de 3.807 kg/ha para o mesmo ano. Os índices de produtividade alcançados em 2006 e 2007 superaram a produtividade estabelecida como meta para as lavouras de arroz para o final do Programa.

2. PRODUTIVIDADE DAS LAVOURAS DE FEIJÃO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

O índice alcançado de 817 kg/ha para 2007 superou em pouco mais de 1,6% a meta de 804 kg/ha prevista para o mesmo ano. Portanto, a produtividade alcançada nas lavouras de feijão não apenas atingiu a meta prevista, como a superou durante os dois últimos anos do Programa.

3. PRODUTIVIDADE DAS LAVOURAS DE MANDIOCA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

O índice alcançado de 13.740 kg/ha para 2007 alcançou os 100% da meta prevista para o mesmo ano. As produtividades alcançadas nas lavouras de mandioca mantiveram-se, durante todo o Programa, próximas da meta prevista, conseguindo alcançá-la no último ano do Programa.

4. PRODUTIVIDADE DAS LAVOURAS DE MILHO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

O índice de 3.655 kg/ha para 2007 superou em praticamente 10% a meta de 3.331 kg/ha prevista para o mesmo ano. A produtividade de milho superou a meta prevista durante todo o período do Programa.

5. PRODUTIVIDADE DAS LAVOURAS DE SORGO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

O índice de 2.125 kg/ha para 2007 representou 99,9% da meta de 2.127 kg/ha prevista para o mesmo ano. A produtividade das lavouras de sorgo manteve-se, ao longo de todo o Programa, com produtividades bastante próximas da meta final estabelecida, podendo considerar-se que a meta foi atingida.

6. PRODUTIVIDADE DAS LAVOURAS DE TRIGO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

O índice de 1.271 kg/ha para 2007 representou 61% da meta de 2.083 kg/ha, prevista para o mesmo ano, em função de crise de preços. Todavia, em função dos índices de

produtividade alcançada nos anos imediatamente anteriores, poder-se-á considerar a produtividade de trigo como tendo atingido e até superado a meta durante o Programa.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As restrições para incorporação de novas áreas para agricultura e a crescente demanda por cereais, para consumo humano e animal, tornam de importância vital a elevação da produtividade por meio da disseminação de novas tecnologias geradas pela pesquisa. A competitividade do agronegócio de cereais depende dos resultados da pesquisa, bem como do efetivo controle de pragas para conseguir, além do aumento de produtividade, estabilidade de produção. Daí a importância do Programa.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• O índice de produção de arroz, 3.813 kg/ha em 2007, representou 100,16% da meta prevista.

• O índice de produtividade das lavouras de trigo de 1.271 kg/ha em 2007, em função de crise de preços, alcançou apenas 61% da meta almejada. Todavia, pelos índices registrados entre 2004 e 2006, a meta de produtividade foi atingida e superada durante o Programa.

• O índice de produção de 3.655 kg/ha de milho em 2007 superou em 9,73% a meta definida.

• Para as lavouras de sorgo, o índice de 2.125 kg/ha para 2007, representou 99,9% da meta prevista.

• O índice de produtividade de feijão, de 817 kg/ha em 2007, superou em 1,6% a meta predeterminada.

• O índice de produção de mandioca de 13.740 kg/ha em 2007 alcançou 100% da meta a alcançar.

DESEMPENHO DO PROGRAMA
Principais restrições e providências adotadas

O Programa não alcançou o público-alvo total, por insuficiência na disponibilidade de recursos. As metas físicas foram monitoradas em reuniões realizadas, mas a execução física foi comprometida pela descontinuidade do fluxo financeiro. O contingenciamento de recursos dificultou a obtenção de resultados.

No âmbito da gerência, verifica-se a existência de mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações por meio de:

a) reuniões de trabalho - comunicação entre as partes envolvidas para fins de transmissão de resultado;

b) visitas *in loco* para realização de Programas, dirigidas para os produtores atendidos.

Quanto ao cumprimento de metas físicas, a execução ficou entre 40% e 80% do previsto na Lei do Orçamento Anual (LOA 2007). A razão principal foi o contingenciamento de recursos, que dificultou o cumprimento das metas físicas. Portanto, conclui-se que os recursos orçamentários executados foram insuficientes. Não houve compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física por descontinuidade ou irregular liberação dos recursos, prejudicando a execução programada, devendo lembrar que o Programa é descentralizado.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa não realiza parcerias não-governamentais para sua execução, possuindo, entretanto, mecanismos que promovem a participação social e as reuniões com grupos de interesse. Também, verifica interação com e entre produtores e público interessado, para fins de desenvolvimento da cadeia produtiva, buscando elevar produtividade e renda do produtor. O Programa também avalia a satisfação de seus beneficiários pelos resultados alcançados no campo, bem como apresenta boas práticas que poderiam ser replicadas na administração pública.

O Programa realiza ações que visam beneficiar o produtor, dando estímulos e capacitação suficiente para que este aumente sua renda.

DESENVOLVIMENTO DAS CULTURAS DE OLEAGINOSAS E PLANTAS FIBROSAS

GERENTE DO PROGRAMA

Edilson Guimarães

OBJETIVO

Elevar a produtividade e diversificar a produção de oleaginosas e de plantas fibrosas mediante a ampliação de áreas com culturas alternativas.

PÚBLICO-ALVO

Produtores de oleaginosas e plantas fibrosas, industriais, exportadores e consumidores

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 8.847.014,00	Empenho Liquidado:	R$ 8.244.247,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 8.244.247,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Área Plantada com Algodão e Sisal – Hectare (ha)	-	1.162.486,00	856.200,00	1.096.800,00	1.094.860,00	100,18%
2. Área Plantada com Mamona, Dendê e Amendoim - Hectare (ha)	-	247.300,00	310.400,00	333.600,00	350.000,00	95,31%
3. Produtividade das Lavouras de Algodão – Quilograma por Hectare (kg/ha)	3.155,00	3.147,00	3.181,00	3.563,00	3.358,00	106,10%
4. Produtividade das Lavouras de Soja - Quilograma por Hectare (kg/ha)	2.291,00	2.627,00	2.403,00	2.822,00	2.561,00	110,19%

1. ÁREA PLANTADA COM ALGODÃO E SISAL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e justificativa:

Os índices de realização da área plantada com algodão e sisal em 2007 superaram em 0,18% ou quase 2.000 hectares (ha), a meta prevista para o mesmo ano.A área plantada alcançou 1.096.800 ha plantados frente à meta de 1.094.860 ha.

2 ÁREA PLANTADA COM MAMONA, DENDÊ E AMENDOIM
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

Os índices de realização da área plantada com mamona, dendê e amendoim para 2007, ficaram pouco menos de 4,7% abaixo da meta prevista para o mesmo ano. Dos 350 mil ha previstos como meta para o final do PPA, foram alcançados 333,6 mil ha ou 95,31%, indicando terem faltado apenas 16,4 mil ha para o cumprimento total da meta. Ressalta-se, entretanto, que a expansão de área com as culturas mencionadas revelou crescimento permanente indicando a possibilidade de se alcançar os 350 mil ha à brevidade, bem como sugere que as ações do Programa estiveram bem direcionadas.

3. PRODUTIVIDADE DAS LAVOURAS DE ALGODÃO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

Os índices de realização de produtividade nas lavouras de algodão para 2007 superaram em pouco mais de 200 quilogramas por hectare (kg/ha) a meta prevista para o mesmo ano. Dos níveis de produtividade verificada entre 2004 e 2006, entre 3.147 kg/ha e 3.181 kg/ha, em 2007 a produtividade cresceu para 3.563 kg/ha ficando, portanto, 6,1% acima da meta de 3.358 kg/ha previstos para o final do PPA. Ressalta-se que, em face de problemas, na safra de 2006, a produtividade ficou em pouco mais de 3.180 kg/ha.

4. PRODUTIVIDADE DAS LAVOURAS DE SOJA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

Os índices de realização de produtividade nas lavouras de soja para 2007 superaram em pouco mais de 260 kg/ha a meta prevista para o mesmo ano. Os níveis de produtividade entre 2004 e 2006 oscilaram entre 2.291kg/ha e 2.624 kg/ha, sendo que, em 2007, a produtividade cresceu para 2.822 kg/ha ficando, portanto, 10,19% acima da meta de 2.561 kg/ha previstos para o final do PPA. Na safra de 2006, a produtividade, 2.403 kg/ha, acusou queda relativa de pouco mais de 8,5% frente aos 2.627 kg/ha de 2005.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A produção de oleaginosas, na atualidade, se restringe principalmente à cultura de soja. O crescimento da sua produção tem sido significativa nos últimos anos, transformando-se

em um dos principais produtos de exportação do País. Entretanto, o Brasil dispõe de uma diversidade de culturas de oleaginosas que podem constituir-se em alternativas, principalmente para agricultores com menor capitalização, pois além de absorver mão-de-obra em toda a cadeia produtiva, representam um elevado potencial de geração de renda. Entre essas culturas destacam-se mamona, dendê, girassol e algodão.

As condições edafoclimáticas do País são consideradas favoráveis para a produção de tais espécies, as quais poderão ser exploradas na produção de biomassa para fins alimentícios, químicos, energéticos e para fabricação de fertilizantes.

As oleaginosas podem servir, inclusive, de matéria-prima para produção de óleo diesel vegetal. Estudos internacionais, divulgados por diversas fontes, incluindo o *National Biodiesel Board* (NBB), relatam que o Brasil detém o maior potencial mundial de produção de biodiesel, possuindo capacidade de substituir em até 60% a demanda mundial atual de óleo diesel mineral. Se considerada apenas a floresta nativa de babaçu, com área de 17 milhões de ha, é possível obter 40 milhões de toneladas (t) anuais de coco, equivalentes a 17 mil t anuais de óleo, capazes de produzir 20 bilhões de litros anuais de biodiesel.

Pode-se considerar que o Brasil, através desse Programa, a médio prazo passará de importador de óleo diesel mineral para exportador de biodiesel; isso, pela transformação da matéria-prima em produto acabado, conseqüentemente, melhorando o desempenho da balança comercial, além de permitir a obtenção de outros produtos com maior valor agregado.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- A área plantada com algodão e sisal, em 2007, alcançou 1.096.800 ha superando em 0,18% a meta de 1.094.860 ha prevista para o mesmo ano.

- A área plantada com mamona, dendê e amendoim para 2007 ficou 4,7% abaixo da meta prevista, alcançando 333,6 mil ha, 95,31% dos 350 mil ha previstos.

- A produtividade do algodão, em 2007, superou em 205 kg/ha a meta prevista, alcançando 3.563 kg/ha, 6,1% acima da meta de 3.358 kg/ha previstos.

- A produtividade da soja, em 2007, superou em 261 kg/ha a meta prevista; alcançou-se 2.822 kg/ha, ou 10,19% acima dos 2.561 kg/ha previstos.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

No âmbito da gerência do Programa, existe mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações. Dentre os principais mecanismos verifica-se a realização de reuniões de trabalho visando melhorar a transparência e comunicação entre as partes envolvidas para transmitir resultados.

Paralelamente, observaram-se programas realizados *in loco*, como forma de atendimento aos produtores. No tocante ao cumprimento de metas, a execução física ficou próxima de 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007.

No relativo aos recursos orçamentários executados, os mesmos podem ser considerados suficientes. O alcance das metas físicas reflete, em grande parte, o bom grau de desenvolvimento das ações, de acordo com o orçamento previsto e o calendário de liberação de recursos. O fluxo de recursos com relação à programação física, em 2007, mostrou compatibilidade; a liberação ao longo do exercício ocorreu em fluxo adequado com a programação.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Cabe ressaltar que o Programa não realiza parcerias não-governamentais para sua execução e, com relação à promoção da participação social, é incentivada por meio da Ouvidoria do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que encaminha as dúvidas aos setores específicos, bem como a discussão de problemas e tentativas de melhoria, apresentadas nas câmaras setoriais da cadeia produtiva.

Aspecto de relevância são as reuniões in loco efetivadas com grupos envolvidos. Verifica-se também interação com o produtor e público interessado para o desenvolvimento da cadeia produtiva, elevando a produtividade e aumentando a renda do produtor, o que é avaliado através de satisfação medida em resultados de campo, bem como por pesquisa junto aos beneficiários.

Também, o Programa apresenta boas práticas de gestão, as quais poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal. Isso porque realiza ações que buscam beneficiar o produtor, dando estímulos e capacitação suficiente para que ele possa aumentar a sua renda.

DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL SUCROALCOOLEIRO

GERENTE DO PROGRAMA

Manoel Vicente Bertoni Filho

OBJETIVO

Garantir a estabilidade de preços e o abastecimento interno de álcool e açúcar, além de aumentar as exportações de álcool combustível.

PÚBLICO-ALVO

Produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool, usinas, destilarias e consumidores

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.248.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.807.786,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 1.807.786,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCEN TAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Variação de Preços do Açúcar Cristal - Porcentagem	10,76	20,25	18,10	-13,50	7,00	-192,86%
2. Taxa de Variação de Preços do Álcool Anidro - Porcentagem	12,00	24,52	17,10	12,00	6,00	200%
3. Taxa de Variação de Preços do Álcool Hidratado - Porcentagem	11,64	27,26	19,20	14,50	5,00	290%
4. Volume das Exportações de Álcool – Metro Cúbico (m³)	2.408.293,00	2.592.293,00	3.400.000,00	3.532.667,00	4.500.000,00	78,50%

1. TAXA DE VARIAÇÃO DE PREÇOS DO AÇÚCAR CRISTAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

Os preços internos do açúcar cristal obedeceram à dinâmica internacional. As cotações do açúcar bruto (bolsa de Nova Iorque) e refinado (bolsa de Londres) encerraram 2006 nos patamares mais elevados dos últimos 15 anos. Ao longo do primeiro semestre houve um recuo, que combinou com a valorização do Real. Desse modo, os preços de paridade de exportações reduziram significativamente, promovendo o recuo dos preços no mercado doméstico, que iniciaram 2007 em torno de R$ 37,00 por saca de 50 quilogramas (kg) e encerraram o ano abaixo dos R$ 24,00 por saca.

2. TAXA DE VARIAÇÃO DE PREÇOS DO ÁLCOOL ANIDRO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

A variação de preços ficou acima do esperado devido a vários fatores: o ano de 2007 teve início com estoques muito baixos, o que forçou as cotações para cima; com o aumento da oferta, nos meses de junho e julho os preços caíram acentuadamente (caíram de R$ 1,07/litro em março para aproximadamente R$ 0,63/litro em julho); com a valorização cambial, houve dificuldades para manter os níveis de exportação, especialmente para o mercado americano, o qual aplica elevadas taxas de importação. A recuperação dos preços internos só ocorreu a partir de novembro, quando voltaram a ultrapassar a barreira dos R$ 0,70/litro (preço compatível com os custos de produção). Destaque-se que, embora tenha sido feito o monitoramento, o Governo Federal não vem implementando o Programa de Financiamento à Estocagem (Programa que deveria contar com recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) sobre combustíveis), que deveria contribuir para atenuar essas flutuações de preços.

3. TAXA DE VARIAÇÃO DE PREÇOS DO ÁLCOOL HIDRATADO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

Tal como ocorreu com o anidro, os preços do hidratado também flutuaram em função dos estoques. As cotações tiveram um pico de R$ 0,96/litro em março; caindo para R$ 0,58/ litro em junho (preço abaixo dos custos de produção, estimados em R$ 0,65/ litro para esse produto). Somente em novembro, os preços ultrapassaram a barreira dos R$ 0,63/ litro, atingindo R$ 0,75/litro na segunda quinzena de dezembro.

4. VOLUME DAS EXPORTAÇÕES DE ÁLCOOL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

Apesar dos esforços brasileiros, a maioria dos países que estão estruturando programas de mistura de álcool à gasolina ainda está priorizando a produção doméstica. Além disso, as tarifas de importações, praticadas por países como os Estados Unidos da América (EUA) – maior importador –, combinadas com a valorização da moeda brasileira, dificultaram a manutenção do ritmo de crescimento das exportações. Ainda assim, os resultados de 2007 representaram 78% da meta.

4. TAXA DE VARIAÇÃO DE PREÇOS DO AÇÚCAR CRISTAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

Os preços internos do açúcar cristal obedeceram à dinâmica internacional. As cotações do açúcar bruto (bolsa de Nova Iorque) e refinado (bolsa de Londres) encerraram 2006 nos patamares mais elevados dos últimos 15 anos. Ao longo do primeiro semestre houve um recuo, que combinou com a valorização do Real. Desse modo, os preços de paridade de

exportações reduziram significativamente, promovendo o recuo dos preços no mercado doméstico, que iniciaram 2007 em torno de R$ 37,00/saca de 50 quilos e encerraram o ano abaixo dos R$ 24,00/saca.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Com a completa desregulamentação do setor sucroalcooleiro na década de 90, o Governo abdicou do controle direto sobre a produção e a comercialização tanto da matéria-prima (cana-de-açúcar) como dos produtos finais (açúcar e álcool). Entretanto, é fundamental que disponha de mecanismos de monitoramento para identificar eventuais fatores de desequilíbrios e adotar, preventivamente, os instrumentos mais adequados à sua correção, fomentando a produção ou regulando o mercado. Nesse contexto, o álcool combustível passou a ser o elo mais frágil da cadeia produtiva, sofrendo diretamente os reflexos dos desequilíbrios causados pela sazonalidade da produção, pelos altos custos da formação e carregamento de estoques e pelo pequeno fluxo de comércio internacional, podendo gerar crises de abastecimento interno de um produto estratégico na matriz energética do País. Como o álcool combustível não possui um produto substituto, o consumidor final torna-se cativo e tem uma chance muito limitada de reagir a eventuais manipulações de preços.

Outro problema a ser equacionado diz respeito à logística de escoamento do produto. A produção está concentrada em determinadas regiões, enquanto o consumo ocorre em todo o País, provocando uma elevação do preço do produto ao consumidor final nas localidades distantes das regiões produtoras. Além disso, nos anos de safras muito grandes há sempre os riscos de queda de preços, reduzindo a rentabilidade da atividade ou até mesmo tornando-a negativa. Isso leva à descapitalização dos produtores rurais, à redução do nível de renda dentro da cadeia produtiva, com fortes impactos sobre a geração de postos de trabalho, a remuneração dos trabalhadores e compromete a regularidade futura da produção.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Aumento das exportações de álcool, no período, de 750 milhões de litros em 2002 para 3,5 bilhões de litros em 2007.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Considerando o escopo, que se reflete nos indicadores de desempenho, o Programa esteve longe de cumprir os seus propósitos. As ações que deveriam promover a regulação do mercado de combustíveis não vêm sendo implementadas. No que diz respeito às ações de inspeção sanitária (Inspeção e Certificação de Unidades Produtoras) e de sanidade vegetal (Controle de Pragas da Cana-de-açúcar), a dotação orçamentária não permitiu o esforço mais efetivo para atender às metas (cobrir todas as unidades produtivas, bem como a área cultivada, que ultrapassa 7 milhões de hectares (ha)). Desse modo, embora tenham ocorrido reuniões com o setor para discutir requisitos de certificação de qualidade (estabelecimento de padrões técnicos), as visitas de campo ainda não ocorreram. As iniciativas mais efetivas foram as

participações em eventos nacionais e internacionais (fundamentais para difundir a experiência brasileira em biocombustíveis e contribuir para a organização do mercado internacional), o levantamento de safra, além do início do zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar.

Houve insatisfação do público-alvo, especialmente os produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool, em relação aos baixos preços desses durante a corrente safra. Essa depreciação dos preços poderia ter sido atenuada por meio da adoção de instrumentos de política, como o financiamento à estocagem privada. Os preços muito baixos comprometem a expansão do setor, penalizando as unidades menos capitalizadas. Isso reforça o movimento de fusões e aquisições, levando a um maior nível de concentração da produção, bem como abre espaço para a entrada de investidores estrangeiros (desnacionalização de algumas unidades produtivas). Essa desnacionalização ainda não é preocupante, mas pode ser agravada caso a rentabilidade negativa da atividade, observada na última safra, se repita.

O Programa foi efetivamente reestruturado para o novo PPA 2008-2011, entretanto, os instrumentos de regulação não foram considerados na hora da validação das ações. Essa pendência, que comprometeu o desempenho do Programa nos últimos três anos, deverá continuar existindo no novo Programa (Programa Desenvolvimento da Agroenergia).
Mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

a) reuniões de trabalho - reuniões para estabelecimento de prioridades, inclusive no que diz respeito à participação em eventos. Além disso, reuniões para avaliar o andamento do levantamento de safra da cana-de-açúcar. Entretanto, tais reuniões se basearam no propósito de monitorar as atividades executadas no âmbito das ações que foram efetivamente implementadas;

b) sistemas informatizados - modernização do sistema de informações de forma a receber e processar eletronicamente as informações fornecidas pelas unidades produtoras de açúcar e álcool. Monitoramento mensal através do Sistema de Planejamento e Execução Orçamentária (Siplan);

c) relatórios de gestão - relatório anual de gestão, para prestação de contas, contemplando o relato das principais atividades desenvolvidas no âmbito do Departamento de Cana-de-Açúcar e Agroenergia, custeadas pela Gestão e Administração do Programa (GAP). Monitoramento mensal através de relatórios enviados pela área da Inspeção Vegetal de todas as superintendências ao coordenador de ação nacional.

Os recursos orçamentários foram insuficientes. A dotação orçamentária deveria contemplar as despesas com o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar; a realização desse estudo com o rigor requerido pelo Governo, entretanto, implicou em custos mais elevados, obrigando ao remanejamento de recursos de outras fontes.

A programação física foi ajustada ao cronograma de liberação dos recursos (limites quadrimestrais). Desse modo, atividades como o zoneamento da cana-de-açúcar, só

puderam ser contratadas no último quadrimestre, a partir da reprogramação de recursos não utilizados nos quadrimestres anteriores.

Das ações previstas para o Programa, o GAP era a única que vinha sendo executada. A ação de inspeção e certificação de unidades produtoras de açúcar e álcool ainda demanda a consolidação do marco regulatório para que se possa iniciar a sua efetiva implementação (fiscalização e eventual autuação de estabelecimentos). A Ação de Controle de Pragas vem sendo implementada no âmbito do Departamento de Sanidade Vegetal, conjuntamente com as ações que monitoram as pragas nas demais lavouras. A ação que contava com maior dotação orçamentária (Financiamento à Estocagem de Álcool), não vem sendo implementada desde 2005. Em função disso, foi retirada da proposta orçamentária dos últimos dois anos (2007 e 2008).

As restrições que interferiram no desempenho das ações de maior impacto foram as dificuldades de celebração de convênios na gerência. A ação mais importante, prevista para 2007, era o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar. Entretanto, processo de contratação se arrastou por quase um ano, devido ao fato de envolver a necessidade de subcontratação de outras instituições no âmbito do mesmo projeto – Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Instituto Nacional de Metereologia (Inmet), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Universidade de Campinas (Unicamp), entre outros.

O zoneamento da cana-de-açúcar, objetiva identificar as áreas aptas para o seu cultivo. Envolve o mapeamento das áreas disponíveis, considerando requisitos como clima, solo, topografia, destinação atual. Cada uma das instituições envolvidas deve contribuir com os dados relacionados à sua especialidade. Além disso, há a necessidade de contratação de consultores, responsáveis pelo processamento dessas informações. Houve, com isso, a dificuldade de estabelecer as bases contratuais que permitissem o cumprimento dos requisitos legais.

O desempenho da execução das ações implementadas em outras unidades administrativas do próprio MAPA foi alto em 2007. O levantamento de safra da cana-de-açúcar vem sendo sistematicamente realizado pela Conab, conforme diretrizes estabelecidas pelo departamento. Em 2007, já houve ajustes nos questionários, que devem passar por novo refinamento para o corrente ano.

Embora tenha havido integração entre a equipe do *Defense Contract Audit Agency* (DCAA) e a Conab (executora do levantamento), o processo pode ser aperfeiçoado, especialmente no que diz respeito ao nível de detalhamento das informações coletadas nos levantamentos e disponibilizadas para o departamento.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui os seguintes mecanismos que promovem a participação social: - reunião com grupos de interesse - reuniões sistemáticas com as lideranças do setor produtivo (sindicatos de produtores e industriais do setor sucroalcooleiro, bem como representantes do setor de distribuição de combustíveis); e - discussão em Conselho Setorial - reuniões da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva Sucroalcooleira.

Propostas de alteração na legislação, visando o aprimoramento das relações contratuais no âmbito da cadeia produtiva, entre elas o desenvolvimento do mercado de futuros, redução das fraudes, combate à sonegação, à autorização para a venda direta de combustível (das usinas para os postos varejistas). Algumas dessas medidas ainda estão sendo analisadas no âmbito do Governo.

A satisfação dos beneficiários é avaliada de modo subjetivo, a partir das manifestações das lideranças do setor em relação à capacidade de oferecer respostas às demandas apresentadas por elas.

O Programa apresenta boas práticas de gestão que poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal. O diálogo permanente com o público-alvo, de forma a colher as demandas, analisar tecnicamente e dar encaminhamento àquelas consideradas pertinentes, levadas ao conhecimento de outras áreas do Governo, especialmente dos Ministérios que integram o Conselho Interministerial do Açúcar e do Álcool – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Ministério da Fazenda (MF) e Ministério de Minas e Energia (MME).

DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO E DO ASSOCIATIVISMO RURAL

GERENTE DO PROGRAMA

Marcio Antonio Portocarrero

OBJETIVO

Fortalecer o cooperativismo e o associativismo rural, objetivando a eficiência do setor produtivo e da prestação de serviços.

PÚBLICO-ALVO

Associações rurais e cooperativas

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 9.270.251,00	Empenho Liquidado:	R$ 5.179.006,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 5.179.006,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Variação do Número de Cooperados no País - Porcentagem	-	10,24	16,00	16,20	14,00	115,71%

1. TAXA DE VARIAÇÃO DO NÚMERO DE COOPERADOS NO PAÍS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

Os dados levantados indicam que em 2007 o índice de participação de brasileiros como integrantes de entidades associativistas foi superior em mais de 15,7% do nível previsto para o mesmo ano. Considerando somente as cooperativas do sistema da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), como previsto inicialmente, o índice seria de 13,5 %, entretanto, com a agregação de dados das cooperativas da União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafs), que iniciaram o seu funcionamento no transcorrer do período, o índice previsto de 14% foi superado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A sociedade organizada, social, política e economicamente, é fundamental para garantir o funcionamento da democracia do País. A função do cooperativismo é organizar econômica

e socialmente os indivíduos na sociedade, de forma que os benefícios se revertam em avanços sociais e melhoria na qualidade de vida das suas comunidades. Apesar de se tratar de política instrumental, é um meio que, juntamente com outras iniciativas, permite gerar impactos positivos em diversas dimensões sobre a vida dos seus beneficiários.

Em primeira análise, pode-se destacar que, por si só, o cooperativismo e o associativismo podem diminuir a exclusão social experimentada por grupos e redes sociais que não dispõem de acesso às participações social, econômica e política – conceito formulado pelo principal especialista do Banco Mundial em políticas sociais para países com desenvolvimento tardio, Deepa Narayan (1999). Trata-se, portanto, de problema coletivo. Em que pese Alejandro Portes (1998) ter destacado que o capital social também gera benefícios individuais, estes advêm justamente das relações que as pessoas forjam e as habilitam a coordenar ações e alcançar objetivos comuns.

Em razão disso, para Deepa Narayan (1999), o Estado pode e deve apoiar práticas de desenvolvimento inclusivo para orientar o bem-estar sócio-econômico. E é justamente em virtude disso que se revestem de singular importância as intervenções públicas no sentido de fomentar estruturas associativas. Tanto assim, que o cooperativismo foi apontado na Orientação Estratégica do Governo como diretriz para viabilizar a transposição de vários desafios identificados para a consolidação da Estratégia de Desenvolvimento, tamanho relevo que se reconheceu no instrumento.

Antes mesmo que a atual administração reconhecesse o mérito da organização e da participação social e econômica por meio do cooperativismo, a Carta Magna já contemplava a necessidade de o Governo incentivá-lo. Como agente efetivo de desenvolvimento, o cooperativismo contribui para a geração de renda e de oportunidades de trabalho; para a otimização do processo produtivo, organizando a infra-estrutura e os serviços essenciais, agregando valor aos produtos básicos e abastecendo o mercado; para o aumento da oferta interna de alimentos, contribuindo para suprir as necessidades nutricionais da população; e para melhorar a estruturação sistêmica do setor agropecuário, com a participação organizada de produtores e consumidores ao longo das cadeias produtivas e de abastecimento.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Aumento de mais de 10% ao ano no número de associados à cooperativas e associações rurais no período do PPA 2004 -2007.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A atuação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) nos processos de gestão e agregação de renda aos produtos das cooperativas e associações rurais, motivou o ingresso de brasileiros nas entidades associativistas. As regiões Norte e Nordeste, priorizadas pelo Departamento Nacional de Cooperativismo (Denacoop), segundo informações da OCB, aumentaram o seu faturamento em 5,5 % e 6,3% respectivamente, em relação a 2006.

O Denacoop atua de maneira reativa, atendendo às demandas oriundas de seus beneficiários. Entende-se dessa forma, que os atendidos tenham sido satisfeitos, apesar de verem as suas pretensões reduzidas em função da indisponibilidade de recursos com relação ao atendimento desejado.

No âmbito da gerência do Programa, existem mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações. Os convênios firmados pelo Denacoop verificaram acompanhamento da execução das metas pactuadas, por técnicos das Superintendências Federais de Agricultura (SFAs), nomeados através de Portaria do MAPA para vistoria *in loco*, de periodicidade variável de acordo com a especificidade dos convênios, a partir das quais são emitidos relatórios que fazem parte da prestação de contas dos participantes conveniados.

Com relação ao cumprimento de metas físicas, alcançou-se nível de até 80% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Os recursos sofreram contingenciamento e posterior liberação parcial, tão-somente nos últimos dois meses do ano, o que dificultou o atendimento integral das propostas selecionadas. Apesar disso, os recursos executados podem ser considerados suficientes.

Quanto à compatibilidade da liberação de recursos com relação à programação física, mesmo que de forma descontinuada, o fluxo não chegou a prejudicar decisivamente a execução programada. Apesar do atraso, os convênios firmados poderão dar continuidade na execução das metas pactuadas para o ano de 2008.

A distribuição percentual de despesas pode ser resumida em 17,5% para deslocamento de servidores da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC) e técnicos das SFAs para acompanhamento de convênios, 51,5% com despesas de funcionamento e 32% em outras despesas. A descentralização de recursos para as SFAs, visando acompanhar a execução das metas pactuadas, função esta determinada por lei, contribuiu de forma decisiva para o alcance dos objetivos propostos.

O processo de acompanhamento dos convênios, executado pelos técnicos das SFAs, ocorre em consonância com as diretrizes emanadas da SDC como um todo, de forma especial quando da solicitação de termos aditivos, fato que, de certa forma, exige maior interação entre os agentes envolvidos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa realiza parcerias não-governamentais para sua execução. Os participantes dos convênios executam as tarefas constantes no Plano de Trabalho e, informalmente, são fiscalizados pelos técnicos das SFAs. Para melhorar o desempenho, faz-se necessário estruturar de forma adequada as SFAs.

Também, constata-se que o Programa possui mecanismos que promovem a participação social, através de reuniões com grupos de interesse. Os participantes dos convênios são reunidos por segmento e/ou áreas, visando dar oportunidade para uma maior participação

na tomada de decisões sobre os tipos de projetos e ações a desenvolver. Isso permite a implantação de Programas que conseguem atender às reais necessidades dos participantes conveniados, com atuação de formadores com conhecimento e oriundos do ramo.

O Programa não realiza avaliação do nível de satisfação de seus beneficiários; todavia, apesar de não terem sido atendidas integralmente as solicitações, em função da escassez de recursos, o Denacoop tem dado apoio à maioria das metas propostas, podendo inferir-se por um elevado grau de satisfação dos beneficiários do Programa, em face dos contatos seguidamente mantidos com os participantes conveniados.

O Programa apresenta boas práticas de gestão que poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal.

A principal prática inovadora resume-se na interação, via reuniões de segmentos, entre o Denacoop e os participantes, objetivando os melhores resultados entre o que pode ser oferecido, em termos de programas e ações, frente às reais necessidades e poder de execução dos participantes conveniados.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS REGIÕES PRODUTORAS DE CACAU

GERENTE DO PROGRAMA

Gustavo Costa de Moura

OBJETIVO

Contribuir com o aumento da geração de emprego e renda nas regiões produtoras de cacau, por meio do desenvolvimento e da verticalização da atividade agropecuária regional, considerando-se, sobretudo, as relações de equilíbrio sócio-econômico, a capacidade de uso intensivo de mão-de-obra e a sustentabilidade ambiental.

PÚBLICO-ALVO

Produtores e trabalhadores rurais das regiões produtoras de cacau

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 26.621.837,00	Empenho Liquidado:	R$ 16.643.251,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 16.643.251,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Renda Agropecuária nas Regiões Cacaueiras do Brasil – Custo por Hectare (R$/ ha)	665,00	1.095,95	840,26	912,77	1.100,00	82,98%
2. Taxa de Degradação Ambiental nas Regiões Cacaueiras do Brasil - Porcentagem	40,00	38,00	36,00	35,00	30,00	50,0%
3. Taxa de Ocupação na Agropecuária das Regiões Cacaueiras do Brasil - Porcentagem	32,00	35,00	35,00	36,00	36,00	100%

1. RENDA AGROPECUÁRIA NAS REGIÕES CACAUEIRAS DO BRASIL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

A renda agropecuária nas regiões cacaueiras do Brasil passou de R$ 665,00 em 2004 para R$ 912,77 em 2007 tendo chegado, em 2005, muito próximo da meta estabelecida para 2007, de R$ 1.100,00. A redução relativa verificada em 2006 decorreu da valorização da moeda nacional frente ao dólar, bem como da queda das cotações do cacau. A recuperação

gradual derivou da recuperação das cotações agrícolas internacionais, assim como das ações desenvolvidas pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) em parceria com outras instituições públicas e privadas, nas áreas de pesquisa, difusão de tecnologias e ensino técnico profissional. O índice de alcance real em 2007, frente à meta prevista para o mesmo ano, alcançou 82,98%. A valorização gradual da moeda nacional frente ao dólar, moeda base do comércio internacional, contribuiu negativamente para que os preços internos do cacau não verificassem elevações maiores, o que melhoraria o nível da renda agrícola.

2. TAXA DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL NAS REGIÕES CACAUEIRAS DO BRASIL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

A Taxa de Degradação Ambiental nas Regiões Cacaueiras do Brasil foi reduzida; contudo, a intensidade efetiva de redução foi menor do que a pretendida. O índice de degradação de 40%, observado em 2004, deveria chegar a 30% em 2007, porém, só alcançou 35%. A redução no índice da degradação, até 2007, deveria ser de 10 p.p.; observou-se, porém, ter alcançado a metade, cinco p.p., indicando realização de 50,0% da expectativa de redução total no índice de degradação para 2007. O nível de realização de 50% foi sensivelmente inferior à meta prevista, apesar das ações diretas de técnicos e extensionistas da Ceplac, bem como do esforço conjunto desenvolvido com outras instituições públicas e do setor privado.

3. TAXA DE OCUPAÇÃO NA AGROPECUÁRIA DAS REGIÕES CACAUEIRAS DO BRASIL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

A Taxa de Ocupação na Agropecuária das Regiões Cacaueiras do Brasil alcançou 100% da meta prevista para 2007. A evolução da taxa de ocupação elevou-se de 32% em 2004 para 36% em 2007, em virtude, também, do aumento da Renda Agropecuária nas Regiões Cacaueiras do Brasil.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Recuperação da renda do produtor rural pelo aumento de produtividade no agronegócio, em especial do cacau e sistemas agroflorestais, contribuindo para elevação da competitividade da agropecuária, reduzindo desigualdades regionais, promovendo abertura de postos de trabalhos, conservando os recursos naturais e melhorando a qualidade de vida no campo. A implementação do Programa atende às orientações estratégicas da Presidência da República para o PPA 2004-2007, como consta nos megaobjetivos I e II.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Elevação da Taxa de Ocupação na Agropecuária das Regiões Cacaueiras do Brasil de 32% para 36% no período de 2004 a 2007.

• Crescimento da renda agropecuária nas regiões cacaueiras do Brasil de R$ 665,00 para R$ 912,77 no período de 2004 a 2007.

• Redução da Taxa de Degradação Ambiental nas Regiões Cacaueiras do Brasil de 40% para 35% no período de 2004 a 2007.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

As ações do Programa possibilitaram ao longo de 2007:

a) disponibilizar 39 clones de cacau auto-compatíveis, atendendo também algumas demandas do mercado, como alta produtividade, alta tolerância à vassoura-de-bruxa, qualidade físico-química (teor de gordura, dureza), qualidade (sabor, *flavour*, adstringência), ponto de fusão, tamanho da amêndoa etc.

b) caracterização do óleo de dendê com relação à acidez, como conseqüência do estágio de maturação do cacho e do tempo decorrido entre a colheita e o processo de esterilização, visando obtenção de óleo dentro de padrões aceitáveis para produção de biodiesel, bem como estabelecimento de metodologia para avaliar o potencial de estocagem de carbono, através da quantificação de biomassa em plantios de dendê no sul da Bahia.

c) pesquisas desenvolvidas ao longo de 2007 registraram, no sistema de intercultivo cacau/café, que as melhores produtividades anuais de café, considerando produção por planta e produtividade total – quilogramas por hectare (kg/ha) –, apresentaram-se no tratamento de linhas triplas de cacaueiros intercaladas com linhas quádruplas de cafeeiros, seguido pelo tratamento de consorciação perimetral;

d) foram introduzidos seis clones de cacau (quatro da Costa Rica e dois do Equador), com resistência à monília. Após quarentena, dois deles sofreram cruzamentos visando o desenvolvimento preventivo de variedades resistentes àquela enfermidade;

e) lançamento do clone de seringueira SIAL 1005, de alto nível de resistência de campo a doenças, bem como registro, junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Registro Nacional de Cultivares (MAPA/RNC), de duas cultivares de seringueira: SIAL 893 e SIAL 1005;

f) foi comprovada a superioridade do fungicida Cobre Sandoz no controle da vassoura-de-bruxa e podridão-parda, da ordem de 71,4% e 76,2%, respectivamente;

g) identificaram-se marcadores microssatélites potencialmente associados à resistência à vassoura-de-bruxa e à podridão-parda;

h) estabelecido e otimizado protocolo para obtenção de marcadores microssatélites em *Theobroma Cacao* L., utilizando o sistema *multiplex* em seqüenciador ABI Prism 377;

i) registro, junto ao MAPA/ RNC, de 32 clones de cacau resistentes à vassoura-de-bruxa;

j) construídas bibliotecas subtrativas, com DNAs oriundos da expressão diferencial de cacaueiros inoculados e não-inoculados com M. Perniciosa, com o objetivo de identificar genes de resistência;

k) isolamento e identificação de fungo colonizador de vassouras secas com potencialidade de controle biológico de *Crinipellis Perniciosa – Acremonium sp*;

l) utilização preferencial (95%) de áreas já antropizadas, em especial pastagens, para novas lavouras de cacau. Não apenas evita novos desflorestamentos, como proporciona recuperação ambiental das áreas, pela proteção do solo, face às características da lavoura cacaueira, tanto de preservação como de recomposição florestal com espécies regionais, na implantação de lavouras com uso de sistemas agroflorestais, principalmente no Estado do Pará, registrando-se, como média das implantações de novas lavouras nos três últimos anos, entre 8.000 ha e 10.000 ha, no exercício 2007.

Quanto à cobertura do público alvo, foram desenvolvidas ações de extensão que possibilitaram atender 35.148 produtores, ou 74,86% dos 46.949 previstos de receberem atendimento. Também, verificou-se elaboração de 13.642 projetos para obtenção de crédito por valor de R$ 30.922.437,24, sendo contratados 5.889 projetos ou 43% do total elaborado, por valor de R$ 11.298.764,01, equivalentes a 36,54% do total pleiteado.

No controle da doença vassoura-de-bruxa, dos 464.383 ha inicialmente previstos, em 2007, controlaram-se efetivamente apenas 179.350 ha ou 38,62% de realização.

No bojo dos resultados se sobressaem: resgate da cidadania, sustentabilidade ambiental, segurança alimentar e melhoria da qualidade de vida dos segmentos contemplados pelas ações finalísticas da Ceplac.

O monitoramento do desempenho físico das ações ocorre em reuniões de trabalho - realizadas periodicamente para acompanhamento do programa/ações/produtos; a partir de 2008, deverão realizar-se quatro reuniões trimestrais ordinárias visando discussão dos sistemas de planejamento e gerenciamento das ações e seus produtos. Também, visita in loco - trabalhando na ponta de execução, a Ceplac exerce o seu modelo integrado de pesquisa, ensino e educação produtiva, assistência técnica e extensão rural, prestando serviços diários aos produtores e demais segmentos das comunidades regionais nos Estados e Municípios em que atua. São realizadas visitas periódicas dos diretores para acompanhamento de programa/ações/produtos. Faz-se necessário, entretanto, melhorar a agenda mínima e os controles de acompanhamento sistematizado e informatizado em níveis de projeto/atividade.

Quanto a sistemas informatizados, foi implementado sistema de acompanhamento das atividades do Centro de Extensão Rural (Cenex/SISCENEX), atualizado para atender às demandas das unidades de campo e avaliar efeitos observados nos imóveis rurais assistidos. O sistema possibilita a emissão de relatórios operacionais para auxílio no acompanhamento de rotinas diárias, bem como relatórios gerenciais, que permitem avaliar a programação anual frente à realização nos Estados, em níveis de escritórios locais, regionais, chefes de centros, gerência e superintendência.

Espera-se melhorar significativamente o desempenho da gestão, com a padronização e agilização das informações geradas em todas as unidades descentralizadas desta Ceplac. Pretende-se, também, desenvolver *software* para o Centro de Pesquisas do Cacau (Cepec) visando realizar acompanhamento físico-financeiro para as pesquisas desenvolvidas na ação geração de tecnologias para o agronegócio Cacau e Sistemas Agrossilvopastoris.

No tocante à execução física, o Programa atingiu de 40% a 80% do previsto na LOA 2007. O Programa priorizou algumas ações, dentre as quais as de desenvolvimento e geração de substitutos de clones resistentes, introduzidos a posteriori, por clones autocompatíveis de alta produtividade e alta tolerância à vassoura de bruxa.

Dentre outros resultados houve difusão de tecnologias de produção e gestão de agronegócios regionais, capacitação de produtores e trabalhadores rurais; instalação de unidades demonstrativas e pólos agroindustriais para beneficiamento da produção agropecuária e de energia renovável; realizações de dias de campo e outros métodos participativos de extensão rural. As ações de controle integrado da vassoura de bruxa possibilitaram o lançamento de 39 clones resistentes à doença, 32 dos quais já registrados no RNC/MAPA; identificação de 11 novas fontes de resistência em materiais introduzidos da Amazônia, Peru, Venezuela e Equador. Apesar dos avanços no controle, constatou-se evolução do fungo da vassoura-de-bruxa, rompendo a resistência dos clones *scavina 6 e scavina* 12. Ensino dos 1.179 alunos previstos para 2007, foram matriculados 1.239, 5% a mais do que o programado.

Ao longo do exercício de 2007, constatou-se insuficiência de recursos orçamentários para investimentos em pesquisa, difusão; novas contratações, capacitação, orientação e reciclagem de pessoal técnico; manutenção e/ou aquisição de bens patrimoniais; desenvolvimento de sistemas/rotinas capazes de facultar maior eficiência, eficácia, economicidade e efetividade, e ainda, capazes de gerar maior envolvimento, participação e integração dos diversos níveis, quais sejam estratégico, tático e operacional envolvidos no processo de gestão do programa/ações/projetos/produtos.

A dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais para fazer face à demanda real tem comprometido o desempenho das ações/programa, tendo em vista que os últimos orçamentos foram limitantes para cumprir rotinas básicas, sem levar em consideração as demandas de investimentos voltados para reformas, visando adequação, manutenção e conservação da infra-estrutura predial mobiliária, frota de veículos leves e pesados, barcos e motores fluviais e marítimos; recursos humanos, serviços de bancos de dados, segurança de dados, rede de dados e sistemas *on line*, aquisição de equipamentos e acessórios de informática e comunicações.

O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. Certamente, o nível de desempenho do Programa teria sido melhor caso houvesse liberação de recursos em conformidade com o volume previsto em Lei. Em certas rotinas, no âmbito da pesquisa, não podem ocorrer descontinuidades. Como agravante observou-se a concentração da liberação de recursos nos meses de maio e dezembro.

O impacto das ações que utilizam recursos de origem não-orçamentária para o alcance dos objetivos do Programa tem sido relativamente baixo, porém, de intensa significância, considerando-se as expectativas geradas por parcerias celebradas com a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) visando geração de tecnologias para produção de biodiesel de dendê, bem como com outros órgãos da iniciativa pública, a exemplo dos acordos celebrados com os respectivos Estados, nas áreas de atuação da Ceplac; com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) com vistas às ações de difusão de tecnologias e assistência técnica da Ceplac/Cenex, voltadas para os agricultores familiares, quilombolas, assentados e indígenas, via estratégias de desenvolvimento territorial rural sustentado.

O montante de recursos gastos com despesas administrativas na Ação Gerenciamento de Administração do Programa (GAP) representou 24,59% em relação ao valor total do Programa em 2007 (LOA + Créditos + RAP 2006) e 39,04 do montante liquidado diretamente com a execução das ações do Programa.

Os recursos materiais insuficientes e inadequados na equipe gerencial do Programa, bem como de infra-estrutura inadequada, se intensificam também em função das características e dimensão territorial da área de ação da instituição, complexidade das ações de pesquisa e difusão de tecnologias voltadas para culturas perenes, isto é, de ciclo longo, que requerem maior nível de investimento em recursos materiais e de infra-estrutura adequados à equipe gerencial, além do saneamento das insuficiências de pessoal qualificado, inadequação dos serviços de bancos de dados, rede de dados e sistemas *on line* etc. As mesmas dificuldades se verificaram nas equipes executoras do Programa.

Constata-se carência estrutural de pessoal técnico nas equipes gerenciais e executoras dos Estados do Amazonas, Espírito Santo e Mato Grosso; os poucos técnicos existentes, além das atividades gerenciais administrativas, desempenham também atividades técnicas de campo, em função do perfil e da escassez de mão-de-obra qualitativa e quantitativa das respectivas unidades estaduais. Para minimizar essa distorção, faz-se necessário reestruturar o órgão, para atender às demandas nas áreas de pesquisa e extensão rural, com menor nível de vulnerabilidade e melhor custo benefício das ações/programa.

De fato, houve boa disponibilidade de informações por parte dos entes executores, porém, com algumas limitações. Tais limitações têm sido geradas nas respectivas unidades executoras e descentralizadas dos Estados de atuação da Ceplac, por não disporem de sistema informatizado e *on line*, capaz de gerir com eficiência e eficácia as ações dos projetos de pesquisa, extensão rural e assistência técnica por cronograma físico, financeiro e equipe técnica executora do projeto, em conformidade com a estrutura programática da Ceplac/MAPA.

Ressalta-se que, as ferramentas disponibilizadas até então, a exemplo do Sistema Integrado de Planejamento (Siplan) e Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), ainda não atendem as expectativas de gestão. Houve também integração maior da gerência com os superintendentes e gerentes regionais, porém, como mencionado, deverá ser ampliado o número de reuniões entre envolvidos de forma direta com a execução das atividades finalísticas do Programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Observou-se baixo desempenho na execução das ações do Programa implementadas em outros Ministérios com participação da Ceplac face à peculiaridade das ações multissetoriais desenvolvidas pelo órgão, justificada pelo modelo integrado de atuação, o que exige implementação de medidas efetivas que caracterizem melhor o seu papel junto aos Ministérios do Meio Ambiente (MMA), Desenvolvimento Agrário (MDA), Integração (MI), MAPA etc.

Tem sido baixo, também, o desempenho em ações implementadas em outras unidades administrativas do próprio Ministério (programas intra-setoriais). A Ceplac, como parte da estrutura do MAPA, ressente-se de maior interação com o órgão específico da administração direta que executa as atividades da Ação de Prevenção e Controle de Pragas da Cacauicultura da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA/MAPA), face às dificuldades de cumprir o cronograma orçamentário e por escassez de recursos para atividades de inspeções fitossanitárias no campo, treinamento de mão-de-obra, desenvolvimento de materiais de apoio, análises laboratoriais, emissão de certificados, entre outras atribuições inerentes à fiscalização federal agropecuária de sistemas produtivos e de produtos agropecuários nas regiões produtoras de cacau, já que se trata de segurança alimentar, qualidade de insumos e prevenção de pragas quarentenárias.

O Programa verifica parcerias não-governamentais para sua execução, porém, não existem instrumentos de controle sistematizado e informatizado para avaliar o desempenho dos parceiros na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas. Para melhorar este processo, faz-se necessário investir em conhecimento, sistematização e gestão de informações.

Pela execução de metodologias de extensão rural, a Ceplac promove reuniões de grupo com produtores e trabalhadores, dentre outros segmentos da comunidade regional, nos Estados em que ela atua. As reuniões com grupos de interesse se realizam quando as unidades executoras de ações diretas e/ou em parcerias com outros órgãos públicos e privados desenvolvem atividades em pesquisa, extensão rural e assistência técnica através da transmissão do conhecimento tecnológico, gerencial e administrativo visando a dinamização do agronegócio. Respaldam-se no método didático-pedagógico de ensino-aprendizagem, com caráter coletivo e participativo, visando a construção social dos protagonistas, redução de custos e ampliação de conhecimentos. Os métodos pontuam-se pelos cursos, palestras, reuniões, oficinas, seminários e demonstrações grupais em unidades demonstrativas.

Além de discussões em Conselho Setorial, a Ceplac participa ativamente da Câmara

Setorial da Cadeia Produtiva do Agronegócio do Cacau e Sistemas Florestais Renováveis, bem como no Comitê de Entidades no Combate à Fome e Pela Vida (Coep).

Quanto às contribuições da participação social para os resultados do Programa, têm sido efetivas graças às contribuições dos diversos segmentos da sociedade produtora.

Apesar de não utilizar um mecanismo sistemático de avaliação de satisfação dos beneficiários, para fins do aperfeiçoamento do Programa, a Ceplac, trabalhando na ponta, junto ao setor produtivo, faz avaliação presencial, bem como pelos métodos de extensão, seja em reuniões ou durante o processo de avaliação e revisão dos resultados qualitativos e quantitativos do PPA.

O MAPA considera relevante a contratação de pessoal por meio de concurso público, capacitação de pessoal técnico, e adequação, manutenção e conservação da infra-estrutura predial mobiliária e frota de veículos.

MANEJO E CONSERVAÇÃO DE SOLOS NA AGRICULTURA

GERENTE DO PROGRAMA

Marcio Antonio Portocarrero

OBJETIVO

Assegurar o uso e o manejo adequados do solo e promover a recuperação de áreas degradadas com vistas a garantir a produção sustentável de alimentos e a disponibilidade de água de qualidade para consumo humano e animal.

PÚBLICO-ALVO

Produtores, cooperativas e associação de produtores rurais

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.273.779,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.584.659,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 1.584.659,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Utilização e Manejo Adequados do Solo - Porcentagem	-	25,33	27,44	31,00	29,56	104,87%

1. TAXA DE UTILIZAÇÃO E MANEJO ADEQUADOS DO SOLO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

No período 2004 a 2007, as ações do Programa de Manejo e Conservação de Solos na Agricultura verificaram cumprimento das metas, superando o índice inicialmente previsto de alcançar taxa de utilização e manejo adequados de 29,56%. Além de superados os níveis de capacitação e treinamento de produtores e técnicos, envidaram-se esforços para ampliar e fortalecer as ações para implementação do Sistema Integração-Lavoura-Pecuária-Silvicultura (ILPS), de forma a recuperar áreas degradas, principalmente, as pastagens e áreas abandonadas, em função da redução de sua capacidade produtiva. Buscou-se, também, implantar projetos com enfoque de bacia hidrográfica como unidade de planejamento e ocupação do espaço rural, pressupondo para tanto a conjugação de esforços humanos, materiais e financeiros, no sentido de reduzir o paralelismo de ações.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os principais desafios para atingir uma agricultura sustentável residem nas buscas da minimização dos impactos ecológicos decorrentes da perda da diversidade biológica face à retirada da cobertura natural; da redução da erosão e de outros processos de degradação do solo, bem como os seus reflexos sobre o ciclo hidrológico nas bacias hidrográficas, sobre as águas e, conseqüentemente, sobre as comunidades aquáticas e pelo controle da utilização dos agroquímicos, face aos seus efeitos deletérios e/ou cumulativos nas diversas cadeias tróficas.

A degradação do solo acontece em decorrência da exploração sem a observância de sua capacidade de uso, sem a aplicação de tecnologias de manejo adequadas e do uso intensivo da moto mecanização. Dentre as práticas que vêm contribuindo com essa situação destacam-se:

a) desmatamento de encostas, matas ciliares e áreas de nascentes;

b) localização e construção incorreta de estradas vicinais;

c) desconhecimento por parte dos agricultores e do poder público municipal acerca dos cuidados e tecnologias apropriadas para preservar o solo e reter a água das chuvas;

d) escassez de crédito para investimentos em preservação ambiental;

e) inexistência de instrumentos efetivos de política pública para a proteção de solo e água;

f) baixa capacidade de organização dos pequenos agricultores para fazer frente às exigências relativas à gestão do negócio agrícola, manejo ambiental incluso, dentre outros.

As conseqüências derivadas de exploração inadequada se traduzem em:

a) perdas do solo agricultável por meio da erosão e, conseqüentemente, de sua capacidade produtiva;

b) redução da capacidade de recarga dos lençóis freáticos, com reflexos negativos na vazão dos cursos d'água;

c) assoreamento de córregos, rios e lagos;

d) redução da vida útil de represas;

e) água de baixa qualidade para abastecimento urbano;

f) aumento dos custos dos alimentos produzidos;

g) empobrecimento do agricultor;

h) abandono da terra;

i) agravamento da situação do desemprego nos centros urbanos.

De acordo com o Instituto Agronômico de Campinas (IAC), somente o Estado de São Paulo perde, a cada ano, 194 milhões de toneladas (t) de terras férteis. A quantidade de nutrientes perdida nessas terras equivale, em termos de fertilizantes, a algo em torno de US$ 200 milhões. Esses prejuízos econômicos são relativos apenas aos nutrientes carreados para fora das propriedades, sem considerar a enorme perda de capacidade produtiva dos solos, ou, ainda mais importantes, as perdas de matéria orgânica, fonte primordial de Nitrogênio e responsável pela Capacidade de Troca Catiônica (CTC) dos solos, além de constituir um forte indicativo dos demais impactos ambientais daí decorrentes.

Pesquisas realizadas no Estado do Paraná demonstram perdas de 15 a 20 t/ha/ano de solos em áreas intensamente mecanizadas, representando uma perda de nutrientes no valor de US$ 250 milhões. Existem evidências indicando que a deposição de sedimentos, além de provocar o assoreamento dos mananciais e reduzir a capacidade armazenadora dos reservatórios, aumenta os custos de tratamento de água para o abastecimento urbano, e afeta, negativamente, toda a ictiofauna regional.

Elemento importante a considerar é que, em face da ausência de práticas adequadas de conservação no âmbito das bacias hidrográficas, há um incremento de 50% no custo anual de manutenção das estradas vicinais, avaliado em US$ 950/km/ano. Segundo o Departamento Nacional de Estradas de Rodagens (DNER), citado por Landers et.al. (2001), em 2000 o País tinha 1.265.907 quilômetros (km) de estradas não-pavimentadas, cujos custos de manutenção, somente para aos cofres públicos, estimam-se em R$ 538 milhões. De acordo com Ross L.C. (2000), somente na região dos Cerrados, existem cerca de 31 milhões de hectares (ha) de pastagens, quase todas consideradas degradadas ou em processo de degradação. Essas pastagens mantêm uma capacidade de suporte que varia em torno de 0,5 a 1,2 UA/ha/ano.

Dados da Fundação MS de Pesquisa demonstram que após a recuperação desses solos num processo de Integração Lavoura - Pecuária em Sistema Plantio Direto, após dois ou três anos de soja, é possível produzir 20 arrobas de carne no primeiro ano, diminuindo gradativamente a produção no segundo, terceiro e quarto anos, respectivamente para 14 arrobas, nove arrobas e 5,4 arrobas/ha/ano, demonstrando a importância da aplicação de tecnologia apropriada de manejo de solo para a sustentabilidade do processo produtivo e para o desempenho econômico da atividade na região.

Estimativas do Banco Mundial para o Estado do Paraná apontam para cifras de R$ 10,70 por 10.000 metros cúbicos (m^3) de água tratada. A questão da água para consumo humano assumiu proporções de tamanha gravidade que hoje compõe a agenda de governos de diversos países, inclusive do Brasil, onde grande parte dos sistemas hídricos encontra-se

em condições críticas devido a uma demanda crescente, associada ao excesso de carga de poluentes domésticos e industriais.

O quadro atual do desenvolvimento sócio-econômico do País demonstra de forma inequívoca que a sustentabilidade das atividades agropecuárias está intimamente ligada ao uso e à conservação do solo e dos sistemas hídricos, que deverão ser conduzidas dentro de num processo integrado e participativo de gerenciamento de bacias hidrográficas, sendo o setor público o definidor de políticas e promotor de investimentos que, em uma atuação compartilhada com o setor privado, garantirá impactos positivos dos investimentos financeiros e de capital humano decorrente do uso sustentável dos recursos naturais renováveis, com benefícios para as gerações atuais e futuras.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• A Taxa de Utilização e Manejo adequado do solo em 2007 alcançou a 31% do total da área agricultável do País. Superou-se a meta proposta de 29,56% para o mesmo ano.

• A Taxa de Utilização e Manejo adequado do solo verificou aumento de 3,56% entre 2006 e 2007, com expansão de igual proporção nas áreas cultivadas com sistemas conservacionistas de solo e água, sobretudo utilizando-se o sistema plantio direto.

• Crescimento de 3 milhões de ha sob plantio direto, de 22 milhões em 2003-2004, para 25 milhões em 2007.

• Treinados 267 produtores, tornando-os aptos a desenvolverem ações conservacionistas de solo e água.

• Treinados 435 técnicos e agentes atuantes nas cadeias produtivas, em cursos de capacitação de práticas e sistemas conservacionistas de solo e água.

• Redução da taxa de desmatamento, em função da aplicação de tecnologias na recuperação de pastagens degradadas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Nas ações de Organização e Capacitação de Agentes em Uso e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais, foram realizados cursos de capacitação sobre práticas e sistemas conservacionistas de solo e água, tais como Integração Lavoura-Pecuária-Silvicultura e Uso e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais, para técnicos e agentes atuantes nas diversas cadeias produtivas com vistas a garantir e fortalecer o agronegócio brasileiro. Também, foram treinados produtores, tornando-os aptos a desenvolverem ações de conservação de solo e água, bem como efetivada a implantação do Projeto em microbacias hidrográficas, utilizando-se da metodologia do Produção Integrada de Frutas (PIF), para implantação de unidades comparativas e demonstrativas, sobre as boas práticas agrícolas, nos Estados de Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Os recursos destinados ao Programa de Conservação de Solo na Agricultura não foram suficientes para atender as demandas oriundas dos Estados e Municípios, as que poderiam ter culminado em resultados mais expressivos, caso houvesse maiores dotações. A situação poderá ser melhorada nos exercícios futuros caso não haja contingenciamentos. Cabe, no entanto, ressaltar que a superação da meta prevista para o final do PPA foi alcançada com muito esforço e empenho dos gestores do programa junto ao MAPA, associado às formas de parcerias adotadas.

Os principais entraves observados ao longo do PPA de 2004-2007 foram derivados das constantes limitações orçamentárias e a não liberação dos recursos nas épocas adequadas, ou seja, durante o ciclo da cadeia produtiva, considerando que a agricultura é uma atividade altamente sazonal. Mesmo assim, foram obtidos resultados significativos para o Brasil, no que concerne a Conservação do Solo e da Água e o aumento da adoção de práticas conservacionistas, tendo como exemplo a área sob plantio direto, que cresceu de 22 milhões de ha em 2003-2004, para 25 milhões em 2007. Atrasos na celebração de convênios e liberação de recursos também constituem entraves para não alcançar metas mais ambiciosas.

No relativo a monitoramento das ações utilizaram-se: reuniões mensais da equipe de coordenação para ajustes do andamento do Programa aos resultados alcançados com as atividades executadas, refazer o planejamento das atividades e eleger novas formas de monitoramento. Também, foram realizadas reuniões semanais, de forma a acompanhar de perto os resultados parciais obtidos no cumprimento das ações estabelecidas, necessárias para ajustar os resultados alcançados, até esse momento, às metas estabelecidas para o período. Paralelamente, houve reuniões com as entidades parceiras. Encontra-se em estudo a implementação de formulário para acompanhamento de ações, visando sistematizar os resultados e possibilitar monitoramento e avaliação mais efetivos. Efetivaram-se visitas locais para observar o grau de implementação das ações e atividades previstas, possibilitando melhor cumprimento das metas previamente estabelecidas, incluindo desde os processos para capacitação de técnicos e produtores rurais até o estabelecimento de unidades de comparação e demonstração. A coordenação mantém sistema digitalizado das ações, tanto as previstas quanto as realizadas, bem como acompanhamento financeiro para utilização dos recursos. As informações das ações do Programa são lançadas sistematicamente no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan). Elaboram-se relatórios periódicos de gestão, em atendimento às normas do PPA, bem como relatórios gerenciais específicos para conhecimento das chefias imediatas e para divulgação do Programa como instrumento de monitoramento e avaliação das atividades desenvolvidas.

Além dos instrumentos citados para monitoramento e avaliação, a coordenação dispôs de outros mecanismos para verificação das atividades executadas, quais sejam os relatórios de deslocamento e participação de técnicos em reuniões técnicas, eventos de capacitação, grupos de trabalho, bem como do encaminhamento de relatórios enviados pelos parceiros e pelas Superintendências Federais de Agricultura (SFAs), descrevendo as atividades executadas no âmbito do PPA.

A execução física prevista para o ano de 2007 foi atingida. O bom desempenho foi alcançado apesar dos problemas ocorridos durante o PPA 2004-2007. A liberação fragmentada dos recursos orçamentários durante o período de execução das ações atrapalhou o pleno

cumprimento das metas inicialmente fixadas, obrigando ao gestor público responsável pela execução da ação a redobrar esforços.

O setor agropecuário, altamente sazonal, requer a liberação de recursos em períodos previamente definidos que acompanham o ciclo biológico do processo produtivo. Tais períodos atendem a calendários específicos e não dispõe de recursos no tempo correto, limita a realização de certas atividades no ano agrícola e, conseqüentemente, impossibilita atingir metas físicas programadas naquele ano. Caso esses problemas fossem superados, as áreas passíveis de adoção de práticas conservacionistas poderiam ser maiores, permitindo elevar quantitativamente o público alvo e os benefícios ambientais decorrentes das boas práticas.

O volume de recursos liberados ao longo do ano de 2007 pode ser considerado suficiente para o atendimento dos objetivos traçados e das ações executadas pelo Programa.

A descontinuidade do fluxo de recursos previstos e liberados para o Programa se apresenta como o maior responsável pelas dificuldades enfrentadas para atingir metas estabelecidas. Tal fato exige uma constante reformulação das ações, anteriormente programadas, de forma a se adaptarem aos valores liberados naquele momento, gerando, dessa maneira, uma perda de tempo e de recursos consideráveis na elaboração de novas programações ajustadas e no convencimento dos principais parceiros para que não desistam do projeto, ou mesmo do convênio. Pois, refazer uma expectativa frustrada é algo que demanda uma energia muito grande, além de recursos públicos. Mesmo com tantos problemas, foi possível harmonizar as metas físicas alcançadas com as metas programadas.

Acusou-se deficiência de equipamentos em quantidade suficiente para toda a equipe técnica, como computadores portáteis, Sistema de Posicionamento Global (GPS), câmaras digitais para uso em deslocamento, de forma a viabilizar avaliações e monitoramentos mais abrangentes das atividades desenvolvidas nas áreas afins e pelos parceiros. Tais deficiências são observadas também nas SFAs, unidades descentralizadas do MAPA que realizam grande parte das auditorias locais.

A reestruturação do MAPA não foi complementada com infra-estrutura suficiente nos Serviços de Políticas e Desenvolvimento Agropecuário (SEPDAGs), criados no âmbito das SFAs, como órgãos de apoio responsáveis pala execução do Programa nos Estados. Isto dificulta as ações dos técnicos envolvidos na avaliação e no monitoramento, por falta de condições adequadas para atingir as metas programadas.

A equipe gerencial carece de maior número de fiscais federais agropecuários (FFA) e de pessoal administrativo para realização das atividades de avaliação e monitoramento das ações executadas, considerando que a demanda por uma agropecuária feita em bases sustentáveis é cada vez maior, bem como as exigências dos mercados internacionais para obtenção de produções limpas, rastreadas e seguras, além de exigências para o controle e fixação de carbono.

Nas SFAs existe também carência de FFA e de pessoal administrativo para acompanhar e monitorar as atividades desenvolvidas. Faz-se necessário maior investimento na capacitação técnica e gerencial da equipe de coordenação e dos técnicos de execução.

Face ao atraso na liberação de recursos, as entidades parceiras, interessadas em firmar convênios, não conseguem providenciar a regularização da situação junto aos órgãos de controle envolvidos. Os recursos orçamentários, não sendo liberados em tempo hábil, contribuem para que pleitos existentes para a firma de convênios sejam inviabilizados em decorrência da falta de adimplência da entidade interessada, afetando seriamente a continuidade dos convênios.

A execução de ações com recursos descentralizados, tanto nas Superintendências, quanto para parceiros executores, via convênios, tem atingido altos índices de desempenho, por serem ações previamente negociadas e programadas com ampla participação das partes interessadas e com foco nos objetivos do Programa. Existe boa integração entre a gerência e os entes executores de modo geral.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa tem realizado parcerias com entidades não-governamentais, como entidades sem fins lucrativos, a exemplo de cooperativas, sindicatos e associações de produtores, ainda que de forma incipiente. Os resultados têm sido satisfatórios e as parcerias devem ser incentivadas.

A participação social tem sido importante para identificação de prioridades que sejam uma demanda dos futuros beneficiários do Programa, bem como pela possibilidade de ajustes às atividades programadas e pelo constante processo de avaliação dos grupos envolvidos.

A satisfação dos beneficiários é avaliada ao final dos eventos de capacitação e em reuniões de trabalho, servindo para redirecionar os conteúdos programáticos dos cursos e adaptação das atividades para melhorar o desempenho do Programa.

O Programa de Manejo e Conservação do Solo na Agricultura possui características excepcionais em sua concepção, dada a importância da conservação do solo e da água para uma agropecuária sustentável. A grande preocupação global reside hoje no desenvolvimento sustentável como processo de garantia de produção continuada e segura, em quantidade e qualidade, atendendo requisitos econômicos, ambientais e sociais para uma produção continuada. Intensidade crescente de adoção de práticas conservacionistas promove maior infiltração de água e menor aquecimento do solo, além de estimular a reestruturação de solos degradados. A ampliação do Programa em questão promoverá aumento de benefícios sociais, econômicos e ambientais.

Aumento de recursos orçamentários futuros para esse tipo de Programa serão plenamente aceitos pela sociedade como um todo, em face das reivindicações por um desenvolvimento agropecuário em bases sustentáveis, de forma a garantir produção de alimentos, matérias-primas e fibras, bem como minimizar o comprometimento dos recursos naturais. Além disso, há intensa e crescente preocupação com as mudanças climáticas, para a qual a conservação de solo se revela de importância extrema pela correlação positiva com o desenvolvimento de ações para redução do efeito estufa.

MINIMIZAÇÃO DE RISCOS NO AGRONEGÓCIO

GERENTE DO PROGRAMA

Edilson Guimarães

OBJETIVO

Minimizar os riscos da atividade agrícola, decorrentes da Ação de agentes biológicos e climáticos.

PÚBLICO-ALVO

Produtores agrícolas, cooperativas, agentes financeiros de crédito e seguro rural

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 156.338.656,00	Empenho Liquidado:	R$ 117.931.306,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 117.931.306,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PPORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Percentual de Área Segurada - Porcentagem	-	-	-	3,54	9,13	38,77%
2. Taxa de Acerto nas Previsões do Tempo - Porcentagem	-	85,40	86,40	89,75	88,00	101,99%
3. Taxa de Ocorrência de Perdas por Eventos Climáticos dos Empreendimentos Enquadrados no Proagro - Porcentagem	-	-	-	4,00	14,00	28,57%
4. Taxa Média de Adesão ao Seguro Rural - Porcentagem	-	51,90	60,60	63,00	52,00	121,15%

1. PERCENTUAL DE ÁREA SEGURADA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

O índice apurado ficou abaixo do previsto devido à insuficiente demanda dos produtores rurais para a utilização dos recursos de subvenção disponibilizados em 2007. Entre os motivos, destacam-se a falta de cultura do produtor rural na contratação de seguro agrícola e a baixa oferta de produtos de seguro no mercado pelas seguradoras. Em retificação ao que foi informado na avaliação do PPA 2006, em 2007, não foi utilizado o Produto Interno Bruto (PIB) agrícola e optou-se por continuar utilizando a área plantada beneficiada pelo Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) como base para apuração deste indicador.

2. TAXA DE ACERTO NAS PREVISÕES DO TEMPO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

A ampliação da rede de estações meteorológicas, com a instalação de 117 estações automáticas em 2007, a maior informatização e a atualização dos profissionais do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) contribuíram para a superação do índice previsto para o final do PPA.

3. TAXA DE OCORRÊNCIA DE PERDAS POR EVENTOS CLIMÁTICOS DOS EMPREENDIMENTOS ENQUADRADOS NO PROAGRO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

O índice apurado foi inferior ao previsto face à menor ocorrência de eventos climáticos adversos, durante o período de 2007, nos empreendimentos amparados pelo Proagro - menor número de Comunicação de Perdas (COP) –, além da efetividade do zoneamento agrícola de risco climático, cuja metodologia admite a possibilidade de perdas de safras devido a eventos climáticos adversos de 20% dentro de um período de 10 anos (ao longo de 10 anos, o zoneamento indica a possibilidade de sucesso em oito anos).

4. TAXA MÉDIA DE ADESÃO AO SEGURO RURAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

O índice apurado ficou acima do previsto devido ao maior número de enquadramentos de operações de custeio agrícola no Proagro, o que reflete a maior procura por parte dos produtores rurais por programas que garantam a produção agrícola contra perdas ocasionadas por eventos climáticos adversos. O nome desse indicador foi considerado inadequado, uma vez que só leva em consideração as operações enquadradas no Proagro, desconsiderando as operações contratadas no seguro rural privado. Solicita-se a mudança do seu nome para Taxa de Adesão ao Proagro.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A atividade agrícola está sujeita a um conjunto de fatores de risco que independem do domínio dos agricultores, sendo os mais relevantes os decorrentes de fenômenos climáticos adversos e a incidência de pragas e doenças, com reflexos negativos na renda do agricultor e na produção e produtividade das culturas. O zoneamento agrícola auxilia na habilitação dos produtores para enfrentarem os riscos inerentes à sua atividade, com base em informações sobre tempo, pluviometria, solo e cultivares, sugerindo os momentos de plantio e as culturas adequadas para cada região. Para tanto, há que se realizar levantamentos meteorológicos e climatológicos com elevado grau de acerto e com a escala adequada ao atendimento das necessidades de informações do setor produtivo. O zoneamento também orienta a contratação de seguro da produção, instrumento tão relevante para um setor com baixo nível de capitalização e que enfrenta dificuldades para suportar a totalidade dos riscos.

Aí, o problema recai sobre a insipiência do setor segurador privado brasileiro no segmento de seguro agrícola, requerendo ação positiva do Estado para viabilizar a superação de tamanho desafio para o setor agropecuário e, em última análise, para a auspiciosa meta de regulação do abastecimento alimentar brasileiro e da mitigação da fome das camadas sociais marginalizadas. Por tudo, o Programa encontra respaldo na Orientação Estratégica de Governo e na maior meta traçada pelo Presidente da República para marcar a sua gestão.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Utilização de R$ 60,96 milhões com o pagamento de subvenção ao prêmio de seguro rural, o que permitiu o atendimento a 27.846 produtores rurais com a contratação de 31.637 apólices de seguro, dando cobertura para 2,27 milhões de hectares (ha) em área segurada e garantindo capital segurado da ordem de R$2,7 bilhões.

• Ampliação do número de culturas e Unidades da Federação contempladas com o zoneamento agrícola de risco climático, com a realização de 224 zoneamentos, o que contribuiu para a minimização de perdas agrícolas causadas por eventos climáticos adversos.

• Instalação de 117 estações meteorológicas automáticas adquiridas em 2006, ampliando a capilaridade de captação de informações meteorológicas no País, e sua divulgação por meio de boletins agroclimatológicos, publicações diárias, avisos meteorológicos especiais e acessos à Internet.

• Julgamento de 5.594 recursos impetrados por produtores rurais junto à Comissão Especial de Recursos (CER), referentes a operações de crédito de custeio amparadas pelo Proagro, propiciando aos mutuários a quitação de seus créditos de custeio agrícola de forma tempestiva.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O bom desempenho de todas as ações contribuiu para o alcance do objetivo do Programa. Embora a Ação Julgamento de Recursos em Processos de Sinistros tenha sofrido contingenciamento, os objetivos do Programa não foram afetados.

Considerando-se as ações que possuem meta física, o Programa aproximou-se de 100% de cumprimento, com destaque para as ações Implantação de Estações Automáticas de Coleta de Dados Meteorológicos, Zoneamento Agrícola e Julgamento de Recursos em Processos de Sinistros.

Apenas para a Ação Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas os recursos foram insuficientes, dado o aumento da procura por informações meteorológicas.

Embora a ação Cobertura de *Déficit* nas Operações de Seguro Rural, coordenada pelo Ministério da Fazenda (MF), contasse com recursos da ordem de R$ 23 milhões, foram executados apenas R$ 2,4 milhões, conseqüência das boas condições climáticas para a agricultura durante o ano de 2007 e, portanto, baixa demanda pelos recursos do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR).

A Ação GAP apresentou um percentual maior de liquidação que as demais ações do Programa. No entanto, observa-se diminuição tanto nos percentuais de recursos da GAP previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA), no total do Programa, diminuindo de 14,81% em 2006 para 11,27% em 2007, quanto nos recursos de empenho liquidado desta Ação, de 25,11% em 2006 para 14,93% em 2007, caracterizando o aprimoramento dos gastos administrativos do Programa.

Os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações podem resumir-se em:

a) reuniões de trabalho realizadas periodicamente com coordenadores de ação;

b) sistemas informatizados por meio de consulta e validação das informações de cada ação, atualizadas mensalmente pelos coordenadores de ação nacional diretamente no Sistema Integrado de Planejamento (Siplan) do MAPA;

c) relatórios de gestão, elaborados anualmente pelos Coordenadores de Ação Nacional (CAN) sobre os resultados alcançados por suas respectivas ações no ano anterior que é e encaminhado para o gerente-executivo do Programa e posteriormente para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP);

d) outros, como no caso de aquisição e instalação de estação meteorológica automática, onde o monitoramento é contínuo, uma vez que imediatamente após instalada uma estação automática, começa a transmissão de dados meteorológicos coletados, os quais passam a fazer parte do acervo de dados que o INMET rotineiramente coleta em todo o País, alimentando o sistema de previsão de tempo e de monitoramento climático.

Avaliação dos recursos humanos na implementação do Programa:

a) quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras - nas ações de Implantação de Estações Automáticas de Coleta de Dados Meteorológicos, a limitação tem sido amenizada por meio de contratação de serviços terceirizados. Para a Ação Implantação da Rede de Telecomunicações de Dados Meteorológicos, a falta de recursos humanos acarreta em sobrecarga da equipe existente. Já para as ações Zoneamento Agrícola e Julgamento de Recursos em Processo de Sinistros, há a necessidade da contratação de pessoal das áreas de agronomia e apoio administrativo;

b) insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial – para as ações Zoneamento Agrícola e Julgamento de Recursos em Processo de Sinistros, há a necessidade de treinamento em liderança de equipe;

c) insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras - na Ação Concessão de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural, é necessário um curso básico de seguros para a equipe executora. Já para as ações Zoneamento Agrícola e

Julgamento de Recursos em Processo de Sinistros, há necessidade de treinamento em informática, organização do tempo e motivação no ambiente de trabalho.

Quanto a restrições que interferiram no desempenho das ações de maior impacto, podem mencionar-se:

a) atraso na liberação de recursos – na Ação Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas, houve atraso na liberação dos recursos financeiros, que foram feitos somente em abril de 2007;

b) dificuldades de celebração de convênios na gerência - na Ação Implantação da Rede de Telecomunicações de Dados Meteorológicos, os acordos são importantes para a instalação das redes, pois garantem a segurança do local;

c) outros - na Ação Implantação de Estações Automáticas de Coleta de Dados Meteorológicos, houve dificuldade em estabelecer parcerias com instituições que garantam um mínimo de segurança ao material, contra a ação de vandalismo.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa realiza parcerias não-governamentais para sua execução. Os membros do colegiado da CER são oriundos de órgãos públicos e da iniciativa privada. O maior relacionamento entre os membros do colegiado pode melhorar a formação de *quorum* para realização das reuniões regionais de julgamento. A Ação Zoneamento Agrícola é executada por meio de contrato de prestação de serviços e entrega de produtos, firmado entre o MAPA e a empresa contratada por meio de licitação pública. Foram realizadas reuniões com a coordenação da empresa contratada para melhoria constante dos relatórios mensais de entrega dos zoneamentos agrícolas e ajustes de metodologia. Na Ação Concessão de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural, as sociedades seguradoras habilitadas no PSR atuam como intermediárias para que a subvenção ao prêmio do seguro rural chegue aos produtores rurais, beneficiários e público-alvo desta Ação. A despeito de algumas dificuldades enfrentadas em anos anteriores, sobretudo em virtude do desconhecimento das regras do Programa de Subvenção, em 2007, houve uma maior agilidade, tanto nos aspectos administrativos, quanto na operacionalização do PSR.

O Programa possui os seguintes mecanismos que promovem a participação social:

a) Ouvidoria - na Ação Julgamento de Recursos em Processo de Sinistros, há consultas sobre o Proagro e andamento de processos da CER. Na Ação Zoneamento Agrícola, há recebimento, tratamento e respostas de consultas;

b) reunião com grupos de interesse - na Ação Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural, a equipe gerencial e executora está em constante contato com as entidades representativas dos produtores rurais. Na Ação Zoneamento Agrícola, há reuniões com entidades representativas de produtores rurais nos Estados,

Secretarias de Agricultura, entidades de pesquisa e representantes da Secretaria de Política Agrícola das Superintendências Federais de Agricultura do MAPA;

c) outros - na Ação Julgamento de Recursos em Processo de Sinistros, há o atendimento por telefone de consultas de mutuários sobre andamento de processos na CER.

Em algumas ações, a participação social serviu para aprimorar seu desempenho, como a inclusão de novas culturas subvencionáveis e o aprimoramento do zoneamento agrícola.

Em algumas ações faltam recursos financeiros para realizar uma pesquisa de satisfação entre os beneficiários do Programa. No caso da Ação de Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural estuda-se a viabilidade de se desenvolver mecanismo para apurar a satisfação do público-alvo.

O Programa apresenta boas práticas de gestão que poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal. Na Ação Julgamento de Recursos em Processo de Sinistros, há planejamento anual, acompanhamento na execução das tarefas, reuniões com a equipe para avaliação de metas propostas, liderança participativa, e publicação tempestiva das resoluções da CER no Diário Oficial da União (DOU). Na Ação Zoneamento Agrícola, recorre-se ao planejamento anual, acompanhamento na execução das tarefas, reuniões com a equipe para avaliação de metas propostas, liderança participativa, fiscalização efetiva do contrato em vigência quanto à entrega dos relatórios de execução dos zoneamentos agrícolas e a publicação tempestiva das portarias de zoneamento de acordo com o calendário agrícola.

Em relação à implementação do Programa, são necessárias a contratação de profissional técnico para o INMET e a capacitação das equipes gestora e executora. Além disso, os processos internos para celebração de convênios do MAPA devem ser revistos, de modo a conferir maior celeridade administrativa ao andamento das propostas.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E AGROINDUSTRIAL PARA A INSERÇÃO SOCIAL

GERENTE DO PROGRAMA

Silvio Crestana

OBJETIVO

Construir base de conhecimentos científicos e tecnológicos em atividades agropecuárias e agroindustriais voltada aos empreendimentos de pequeno porte.

PÚBLICO-ALVO

Produtores, trabalhadores e comunidades ligadas à produção agropecuária e extrativista de base familiar, assentamentos de reforma agrária, comunidades tradicionais e empreendimentos agropecuários e agroindustriais de pequeno porte, com baixa capacidade de inserção social e econômica

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 14.429.174,00	Empenho Liquidado:	R$ 13.883.807,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 13.883.807,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Número-Índice da Produtividade dos Pesquisadores envolvidos nos Projetos Financiados pelo Programa - Índice numérico	-	95,00	99,00	105,00	105,00	100%

1. NÚMERO-ÍNDICE DA PRODUTIVIDADE DOS PESQUISADORES ENVOLVIDOS NOS PROJETOS FINANCIADOS PELO PROGRAMA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e justificativa:

O índice ao final de quatro anos do PPA foi alcançado conforme esperado, mostrando que a produtividade dos pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) superou o previsto em 5%. Isso se deve ao alto nível de formação dos profissionais e ao alto nível de dedicação e efetividade na busca por respostas às demandas da sociedade brasileira.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Ao mesmo tempo em que se reconhece o papel do agronegócio no desenvolvimento social e econômico do Brasil, apoiado em esforços da pesquisa científica e tecnológica nacional, fica claro que um conjunto muito importante de segmentos sociais ligados à atividade de produção agropecuária de base familiar e às comunidades tradicionais ficaram à margem ou foram excluídos ao longo dos processos de desenvolvimento do País. Embora a questão tecnológica possa ser importante para alguns estratos que compõem esse conjunto, fica evidente que a tecnologia, por si, não é suficiente para promover a inclusão social de muitos outros estratos, como os que não reúnem certas condições básicas de acesso a terra, de organização, de base técnica e social para criar meios e instrumentos para acessar, processar e utilizar informação técnica para gerar renda e outros meios de vida.

Da mesma forma, em termos espaciais, o desenvolvimento do agronegócio do País não foi equânime. Surge daí a necessidade de se promover concerto institucional amplo, ao tempo que seja promovida a construção das bases sociais necessárias para qualificar esses estratos e alcançar meios de vida, visando potencializar o desenvolvimento territorial como forma de oferecer oportunidades para torná-los sustentáveis, do ponto de vista social e econômico. Somente nesse âmbito, o desenvolvimento científico e tecnológico passa novamente a ter papel importante como base para o desenvolvimento.

Entretanto, certas condições como organização e representatividade social, capacidade gerencial e viabilidade econômica, que são tomadas como pré-requisitos já atendidos para o desenvolvimento tecnológico do agronegócio comercial, não podem ser tomadas como satisfeitas para esse grupo. Programas estruturantes de pesquisa, com objetivos de ofertar conhecimentos necessários para promover a inclusão social devem incluir componentes fundamentais de pesquisa em ciências sociais e humanas, associadas à pesquisa tecnológica propriamente dita, com ênfase em métodos participativos.

Um programa de pesquisa estruturante, em suporte ao desenvolvimento rural, à inclusão social e aos meios de vida sustentáveis, deve buscar desenvolver modelos inovadores de organização e de associativismo adequados aos vários estratos sociais que compõem esse conjunto, reproduzíveis, de grande efeito multiplicativo; modelos de organização e desenvolvimento territorial, explorando características sociais, culturais, ambientais e econômicas para gerar meios de vida sustentáveis; modelos de agregação de valor explorando, entre outros aspectos, a multifuncionalidade do meio rural ou potencial de processamento agroindustrial; modelos e instrumentos de gestão adaptados aos empreendimentos e propriedades de pequeno porte; inovações nos processos de logística e comercialização visando diminuição de custos de transação; intensificação técnico-científica e da inovação nos sistemas de produção; e modelos inovadores de capacitação e transferência de tecnologia, entre outros.

Esse Programa de pesquisa, de caráter interinstitucional e transdisciplinar, forneceria os elementos estruturantes para apoiar efetivamente políticas públicas e Programas mais específicos de desenvolvimento, fomento, capacitação e transferência de tecnologia

visando a inclusão social desse segmento em bases não-emergenciais, mas pela superação de restrições estruturais, de longo prazo. Esse Programa deve ter como conseqüência, organizar os esforços, hoje dispersos, e obter sinergia transdisciplinar e interinstitucional na busca de métodos, instrumentos e meios que contribuam para dar soluções estruturais aos problemas de desenvolvimento social, inclusão e abertura de oportunidades para obtenção de meios de vida sustentáveis para enormes estratos sociais marginalizados. Além das óbvias implicações de caráter social, o Programa pode contribuir para aliviar as pressões para ações e políticas compensatórias emergenciais, além do que, a solução estrutural do problema traria, a médio e longo prazo, benefícios econômicos, tanto pela dinamização econômica do território, quanto pela acumulação potencial de riqueza, pelo potencial de aumento da oferta de emprego e oportunidades de renda, quanto pela interrupção do círculo vicioso de reprodução de carências e pobreza.

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS E ESPERADOS

• Sistema de produção familiar para convivência com o Semi-árido brasileiro – a implementação objetiva o desenvolvimento e a potencialização de sistemas de produção familiar, que envolvem as culturas do algodão, sisal, amendoim, gergelim, mamona, mandioca, feijão e milho. Envolvem também a criação de pequenos animais. Enfatiza-se a diversificação de cultivos, a criação de pequenos animais e o manejo da Caatinga, como capazes de proporcionar aumento de renda para os agricultores, segurança alimentar para suas famílias, diminuição no processo de degradação dos solos e vida digna para os agricultores e agricultoras familiares. A diversificação de cultivos gera produtos para alimentação da família e produtos para comercialização no mercado, o que rende divisas para a propriedade familiar.

• Diversificação da citricultura gaúcha e tecnologias para a otimização da produção de mudas certificadas – com as novas cultivares e mudas de qualidade disponíveis, espera-se a ampliação da cadeia produtiva de citros do Rio Grande do Sul e a expansão da cultura para outras regiões do Estado. Essa diversificação traz benefícios para todos os setores envolvidos: viveiristas, produtores, distribuidores de insumos, atacadistas, varejistas e, principalmente, consumidores de frutas. Desta forma, é aproveitado o potencial agroclimático existente no Estado, com conseqüente geração de empregos e de renda. A substituição gradual do sistema de produção de mudas a campo para o sistema em ambiente protegido melhorará o padrão genético, fitotécnico e fitossanitário das mudas, atendendo a legislação vigente, e oferecendo aos produtores mudas de qualidade.

• Biodiversidade de peixes da região pantaneira: avaliação quanto à composição em ácidos graxos, colesterol e nutrientes – foram publicados os resultados da composição dos filés de peixe, quanto aos nutrientes, minerais, valor calórico, ácidos graxos e colesterol de oito espécies de peixe, coletados em duas épocas do ano. Foram publicados, também, resultados de composição dos pratos de peixe prontos para consumo quanto aos nutrientes, minerais, valor calórico, ácidos graxos e colesterol, além da publicação do estudo de seleção dos pratos típicos e da estimativa do aporte de nutrientes a partir de dados de consumo de peixe na região.

• Desenvolvimento de tecnologias para a produção sustentável da espécie arbórea Nim (*Azadiracta indica*) e sua utilização como inseticida natural no âmbito da agricultura familiar – com a implementação do projeto será constituída base de dados científica para as indicações de plantio da cultura. Também será garantido que mediante novas ações de pesquisa nas regiões selecionadas, o cultivo do Nim propiciará a agregação de renda, principalmente, aos pequenos e médios produtores rurais, através do acesso aos diferentes produtos ofertados pela espécie como: folhas, frutos, madeira, lenha, moirões, carvão, etc.

• Bases científicas para o uso seguro de insumos alternativos em sistemas de produção ecológicos na agricultura familiar – a implementação do projeto trará, como resultado amplo, a diminuição do empirismo no uso dos insumos alternativos na agroecologia. Isto ocorrerá pelo conhecimento da composição química e biológica dos insumos, pela caracterização da eficiência destes insumos quando usados em sistemas de produção de hortaliças e frutas, pelo estudo dos modos de ação destes insumos e pelo monitoramento e avaliação dos impactos sobre saúde e ambiente. O conhecimento de todos estes componentes do processo permitirá o aumento da eficiência dos insumos e seu uso mais seguro, tanto aos agricultores como para os consumidores.

• Adaptação e utilização de dispositivo metodológico participativo para apoiar o desenvolvimento sustentável de assentamentos de reforma agrária – a implementação do projeto objetiva a promoção do desenvolvimento sustentável de assentamentos de reforma agrária em Unaí (MG), por meio da adaptação e utilização de dispositivo metodológico participativo de intervenção no meio real, que favoreça a utilização de inovações tecnológicas e sociais pelos assentados. As linhas básicas para implantação do projeto estão organizadas em quatro planos de ação:

a) fortalecimento das organizações sociais: apoio à organização social para promover o desenvolvimento sustentável dos assentamentos de reforma agrária do Distrito Federal e Entorno;

b) suporte tecnológico: utilização de uma rede de estabelecimentos de referência para apoiar o desenvolvimento sustentável dos assentamentos de reforma agrária do Distrito Federal e Entorno;

c) manejo de recursos naturais: manejo dos recursos naturais e da fertilidade do solo para apoiar o desenvolvimento sustentável dos assentamentos de reforma agrária do Distrito Federal e Entorno;

d) inserção no mercado: apoio à inserção favorável dos assentados no mercado visando o desenvolvimento sustentável de assentamentos de reforma agrária do Distrito Federal e Entorno.

• Propagação e formação de mudas de Nó-de-Cachorro (*Heteropterys aphrodisíaca O. Mach.*) – o estudo possibilitou conhecer as formas mais apropriadas de propagação e formação de mudas de Nó-de-Cachorro, reprodução sexuada e assexuada, contribuindo

com novas informações técnicas na área de cultivo de plantas medicinais e aromáticas. O estudo também contribuiu para a conscientização do uso sustentável de recursos naturais, como a biodiversidade da vegetação da área em que o estudo foi conduzido. Sendo assim, a coleta de informações e materiais no campo permitiu a avaliação de formas de propagação para cultivar o Nó-de-Cachorro, buscando viabilizar a produção de mudas da espécie de maneira prática e viável, visando a preservação e a conservação da espécie. Os resultados obtidos também deram suporte às pesquisas em nível molecular que identificaram os metabólitos responsáveis pelos efeitos fitoterápicos.

• Fortalecimento da produção familiar em sistema agroecológico na bacia leiteira do Semi-árido sergipano – a implementação do projeto proporcionará o fortalecimento das organizações sociais como estratégia para promover o desenvolvimento sustentável dos produtores da bacia leiteira do Município de Glória (SE). Espera-se também a geração de tecnologias favoráveis à promoção do desenvolvimento sustentável das propriedades da bacia leiteira do Município de Glória e a melhor inserção dos produtores no mercado promovendo o desenvolvimento sustentável da região.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os resultados foram alcançados dentro do programado e conforme o fluxo financeiro. A execução física alcançou 77,36% das metas físicas previstas nas ações.

Os recursos orçamentários foram suficientes para a execução do Programa; apesar do fluxo de recursos financeiros ter sofrido descontinuidade e ter ocorrido concentração financeira no último trimestre, as metas programadas foram atendidas dentro do previsto.

Mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

a) visitas *in loco* – periodicidade de acordo com a previsão dos cronogramas estabelecidos nos projetos, são realizadas auditorias que verificam a execução e a qualidade dos trabalhos executados, onde as ações são periodicamente revisadas de acordo com as necessidades de cada projeto;

b) sistemas informatizados – a Embrapa dispõe de sistemas de controle que são utilizados para executar, acompanhar, avaliar e auxiliar nas tomadas de decisão nos âmbitos estratégicos, táticos e operacionais da Empresa. São muito importantes para o desenvolvimento dos projetos, mas são principalmente utilizados como ferramentas para o alcance da missão e objetivos descritos no Plano Diretor da Embrapa. Entre eles citamos: o Sistema Embrapa de Gestão (SEG) e o Sistema de Apoio à Decisão Gerencial (Side);

c) relatórios de gestão - de periodicidade anual, apresentando informações solicitadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e Controladoria-Geral da União (CGU);

d) Infrasig – de periodicidade mensal o Sistema de Planejamento (Siplan) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) é utilizado para monitorar os cronogramas físicos e financeiros dos programas e das ações executados pela Embrapa.

O Programa sofreu restrições na sua execução em decorrência de dificuldades derivadas de demora para obtenção de crédito orçamentário adicional (suplementares, especiais ou extraordinários) solicitado por meio de crédito suplementar em outubro e aprovado em dezembro, remanejamento de custeio para investimentos, fonte Agrofuturo no valor de R$149.000,00.

Atraso na liberação de recursos - no decorrer do exercício houve limitação de pagamento nas fontes 0-100, Recursos do Tesouro, 0-148 e 2-100 Agrofuturo, estabelecidos nas Portarias MAPA nºs 130, 210, 237, 391 e 637; por esta razão houve 60% de execução orçamentária até novembro, tendo limite autorizado de 93% para pagamento dos referidos processos. Com este procedimento de apenas executar se houver os financeiros correspondentes, a empresa evitou acréscimos moratórios nas aquisições/contratações de serviços. Em dezembro, houve ampliação do limite e a partir deste fato a Empresa concluiu seus processos de licitação de valor elevado, evitando transtorno com fornecedores por atraso ou falta de pagamento nas datas contratadas.

Dificuldades em licitações e celebração de contratos – diversos processos de licitação, principalmente os de grande vulto, e celebração de contratos foram objeto de divergências jurídicas, abrangendo as partes envolvidas, Embrapa e participantes do processo.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa realiza parcerias não-governamentais para sua execução. O desempenho das parcerias se reflete no bom andamento dos projetos em rede, especialmente com relação aos Arranjos Produtivos Locais (APLs) e nos esforços para ampliação destes arranjos.

O Programa possui os seguintes mecanismos que promovem a participação social: reunião com grupos de interesse - forma participativa de concentrar os esforços da programação das pesquisas; discussão em Conselho Setorial - forma participativa de concentrar os esforços da programação das pesquisas.

O MAPA considera que os processos internos para celebração de convênios devem ser revistos, de modo a conferir maior celeridade administrativa ao andamento das propostas.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA A COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE DO AGRONEGÓCIO

GERENTE DO PROGRAMA

Silvio Crestana

OBJETIVO

Incrementar a base de conhecimentos científicos e tecnológicos necessária para a manutenção e evolução da capacidade competitiva das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro, enfatizando as dimensões relacionadas à sustentabilidade ambiental, à qualidade e à segurança dos seus produtos e processos.

PÚBLICO-ALVO

Cadeias produtivas, empreendimentos de produção agropecuária, agroindustrial e atores sociais, políticos e econômicos relacionados ao agronegócio brasileiro e formuladores de políticas para o agronegócio

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 201.714.446,00	Empenho Liquidado:	R$ 199.397.148,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 199.397.148,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Número-Índice da Produtividade dos Pesquisadores Envolvidos nos Projetos Financiados pelo Programa - Índice numérico	-	95,00	98,00	104,00	104,00	100%

1. NÚMERO-ÍNDICE DA PRODUTIVIDADE DOS PESQUISADORES ENVOLVIDOS NOS PROJETOS FINANCIADOS PELO PROGRAMA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e justificativa:

O índice ao final de quatro anos do PPA foi alcançado conforme esperado, mostrando que a produtividade dos pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) superou o previsto em 4%. Isso se deve ao alto nível de formação dos profissionais e ao alto nível de dedicação e efetividade na busca por respostas às demandas da sociedade brasileira.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O agronegócio brasileiro, notadamente estratificado em dois grandes conjuntos de segmentos, um de desempenho econômico reconhecido e socialmente integrado, e outro de grande importância social, porém pouco ou nada integrado ao sistema econômico, tem desempenhado papéis importantes no abastecimento do mercado interno de alimentos e matérias-primas, na geração de riqueza, no equilíbrio das contas externas, na geração de emprego e renda e na estabilização de fluxos migratórios, entre outros papéis sociais e econômicos relevantes.

A capacidade demonstrada pelo aparato de pesquisa do País, formado pelo conjunto de instituições de pesquisa e universidades, federais, estaduais e privadas, de produzir conhecimento científico e tecnológico para atender as demandas, solucionar problemas e abrir oportunidades, foi parte importante e necessária para alcançar esse desempenho. Sem dúvida, o agronegócio representa, no Brasil, o segmento que tem a maior taxa de adoção de tecnologia nacional e que mais tem se distinguido, no País, pela competitividade em nível mundial.

A manutenção dessas conquistas, entretanto, exige continuado esforço para prevenir retrocessos e obter avanços. Evitar erosão genética dos materiais em produção, avanços de pragas e doenças, aperfeiçoar o manejo e uso de recursos naturais e do meio ambiente; melhorar o desempenho de sistemas de produção que necessitam estar aliados a avanços de produtividade, de agregação de valor, de defesa sanitária, de aumento da produtividade dos insumos e recursos, de garantia de segurança ambiental e inocuidade. Isso exige a incorporação contínua de inovações, na forma de conhecimentos científicos e tecnológicos, de instrumentos e metodologias de pesquisa, de novos arranjos institucionais e métodos de transferência de tecnologia, aos sistemas sociais e econômicos.

O sistema de produção de conhecimento, pelas suas características próprias, tem um ciclo de produção plurianual, de caráter contínuo, cujo comprimento é determinado pela natureza do objeto de pesquisa, com produto relativamente intangível e seus efeitos nos sistemas produtivos se consolidam após períodos relativamente longos de validação e transferência. Exceto em casos pontuais e especiais, o produto da geração de conhecimento e de tecnologia não é contemporâneo dos seus impactos. Esses se dão com defasagem temporal significativa. Importante notar, portanto, que pelas características do seu processo de produção, as atividades de pesquisa dificilmente podem ser classificadas, acompanhadas e avaliadas como atividades de natureza finalística. Seu caráter é mais bem definido como estruturante, no sentido de fornecer a base técnica na qual se assenta a atividade produtiva do agronegócio. Como tal, ela é uma atividade de construção de futuro e não de impactos no presente.

As conseqüências de negligenciar o investimento contínuo em pesquisa têm duas vertentes: o efeito de não se realizar a atividade de pesquisa e desenvolvimento, em si, e o efeito de não se considerar as características próprias da pesquisa. Com relação ao primeiro ponto, a atividade de pesquisa voltada ao agronegócio tem tanto a característica de manutenção da base técnica, quanto a de avanço da tecnologia para atualização dessa base técnica. Sem os investimentos de manutenção, rapidamente a competitividade do agronegócio se deteriora, pela erosão dos materiais, pela queda de produtividade dos sistemas de produção, pela perda

de resistência ou superação dos meios de combate às pragas e às doenças. A velocidade com que se dá essa perda, via de regra, é diretamente associada à velocidade do ciclo de produção: culturas temporárias perdem competitividade mais rapidamente que as perenes e do que a produção animal. Por sua vez, a produção de animais de ciclo curto (e.g., aves), perde competitividade mais rapidamente que a de ciclo mais longo (e.g., bovinos). Por outro lado, como os principais competidores do agronegócio brasileiro continuam investindo em avanços, o não investimento neste fim implica perda de competitividade de forma diretamente relacionada à velocidade dos avanços obtidos pelos concorrentes. No mundo de relações globalizadas, competitividade significa não só perdas de mercados externos, mas também a possibilidade de perda de mercados internos. Além da questão técnica, em si, o agronegócio é dependente da base de recursos naturais (solo, água, atmosfera) e do uso de serviços ambientais (reciclagem de nutrientes, reciclagem de poluentes, reciclagem de material orgânico, reciclagem de embalagens).

O conhecimento tecnológico é fundamental para garantir a sustentabilidade temporal da oferta desses recursos e serviços, sem os quais a capacidade de suporte do agronegócio se deteriora, sua produtividade e qualidade caem e fica inviabilizado o cumprimento dos seus papéis social e econômico. Nos casos críticos, os efeitos dessa degradação da atividade econômica vão além da questão setorial e geram impactos na qualidade de vida, na saúde e no bem-estar de todos os segmentos sociais, como por exemplo, no oeste catarinense, nas áreas em processo de desertificação do Rio Grande do Sul, em algumas áreas de produção de cana-de-açúcar e álcool, para citar alguns. Em casos menos evidentes, o custo recai sobre as gerações futuras.

Com respeito ao segundo ponto, a não consideração da natureza plurianual e estruturante da atividade, pode provocar a descontinuidade de investimentos, sem considerar razões estratégicas, mas meramente conjunturais. Essas descontinuidades têm um efeito devastador sobre a eficiência e eficácia da atividade de pesquisa, com conseqüências similares à decisão de não investir na atividade de pesquisa.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Exploração de novas fontes de germoplasma via programas de pré-melhoramento de espécies autóctones, tais como:

a) abacaxi: foram obtidos descritores que permitem identificar material de interesse ornamental, disponibilizados genótipos para cultivo imediato e para programas de melhoramento genético, sendo também estabelecida metodologia para conservação de germoplasma de abacaxi ornamental;

b) amendoim: duplicaram-se todas as 17 combinações híbridas já existentes, obteve-se quatro híbridos entre os anfidiplóides sintéticos;

c) mandioca: organizada, mantida e ampliada coleção de espécies silvestres de *Manihot*, com inclusão de híbridos obtidos entre a mandioca e oito espécies aparentadas e, também, dos genótipos resultantes dos retrocruzamentos;

d) pimentas: por meio das atividades previstas, envolvendo espécies semi-domesticadas e silvestres, obteve-se a identificação de genes de resistência relacionados às principais doenças da cultura, o estabelecimento de padrões relacionados ao fluxo gênico intra e inter-específicos e uma possível incorporação desses genes em espécies domesticadas, além de ampliar a variabilidade genética disponível, fornecendo novas opções para os programas de melhoramento por meio de um produto mais competitivo e ambientalmente mais sustentável.

• Melhoramento genético de espécies florestais coníferas para produção de madeira e resina – formaram-se povoamentos de semente geneticamente melhorada de espécies de *Pinus*, *Cupressus* e *Cryptomeria*, tornando o seu cultivo mais produtivo e atraente para os pequenos produtores rurais como fonte de madeira para usos múltiplos em suas propriedades ou para venda. Com o uso de sementes produzidas após uma geração de seleção em pomares clonais, houve um aumento de até 30% na produtividade de madeira. Com o estabelecimento de pomares e áreas de produção de sementes, devidamente manejadas, o cenário de escassez de sementes foi revertido com a oferta de maior quantidade e de melhor qualidade. Com a implementação do Programa de Melhoramento Genético e de Produção de Sementes Melhoradas de Espécies Coníferas, a Embrapa tornou-se a principal geradora e difusora de tecnologia de alto impacto na economia e na qualidade de vida do País.

• Monitoramento da sustentabilidade de sistemas de produção de pecuária de corte do Pantanal - por meio desse monitoramento foram determinadas características estruturais e florísticas que favorecem a manutenção da biodiversidade. Isso contribuiu para a definição de estratégias de uso que confiram ao sistema produtivo um equilíbrio entre sustentabilidade ecológica e econômica. Obteve-se parâmetros quantitativos baseados nos modelos logísticos para a ocorrência de espécies da fauna, que possibilitem a tomada de decisões no que corresponde ao manejo da paisagem, da composição e estrutura de *habitats* específicos, além de características desejáveis de micro *habitat*. Identificou-se diferentes impactos ocasionados pelas perturbações ambientais e antrópicas nos diferentes agroecossistemas, que gerou um plano sustentável adaptativo para o Pantanal proporcionando aos produtores rurais a oportunidade de se prepararem para as diversas situações que poderão ocorrer na sua propriedade, tais como cheia intensa, seca, etc, reduzindo os riscos econômicos.

• Otimização do ganho genético em rebanhos zebus leiteiros - o trabalho proporcionou a identificação de animais de valores genéticos superiores, por avaliações genéticas anuais de vacas e touros. De imediato, touros testados pela progênie e sêmen de touros melhorados foram disponibilizados por possuírem características produtivas, de conformação e de manejo. Houve também a produção de embriões de vacas elites para produção de leite. Com isso, obteve-se ganhos genéticos significativos nas várias populações bovinas envolvidas, com potencial de aumento de produtividade de leite na ordem de 1,5% a 2,0% por lactação por ano. Esse ganho é genético, cumulativo e extensivo para todos aqueles que fizerem uso da tecnologia.

• Biodiesel: avaliação de matérias-primas, transesterificação de óleos e assistência para implantação dos projetos de biodiesel de Feira de Santana (BA) e Riobiodiesel (RJ) –

avaliou-se o rendimento em óleo do cultivo das oleaginosas, do processo de extração e de produção de ésteres, para verificação do rendimento global do processo. Foram definidas as rotas de síntese de ésteres mais viáveis quanto ao rendimento do processo e compatíveis com a qualidade e presença de interferentes nos óleos utilizados como matérias-primas. Foram também definidos os processos de tratamento das matérias-primas para extração e possíveis etapas de refino dos óleos antes do processo de produção de biodiesel.

• Zoneamento agrícola do Brasil – análise de riscos climáticos e atualização – promoveu-se a inclusão do sistema de plantio direto no zoneamento agrícola brasileiro, o que reduziu a taxa de adesão ao Proagro e ao seguro rural. Foram incluídas também as fruteiras de clima temperado e de clima tropical, permitindo que os produtores tenham acesso ao crédito oficial. O sistema também criou indicativos para o melhoramento genético das plantas que poderão ser identificadas, suavizando o efeito negativo da alteração do ciclo hidrológico sobre elas. Estabeleceu cenários diferentes, onde a área apta para financiamento poderá ser determinada em cada um deles. Uma estimativa de produção poderá ser feita para cada cenário estabelecendo seus impactos econômicos. Novos mapas de risco foram feitos considerando as possíveis alterações climáticas, reorientando a médio e longo prazo o crédito rural brasileiro. Foram estabelecidas novas estratégias regionais de manejo de água, pois foram quantificados os consumos e as necessidades de água das culturas em função das possíveis alterações climáticas. As informações agroclimatológicas passaram a ser mais rápidas por meio da rede nacional de agrometeorologia.

• Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (SBCS): aplicação, validação e aperfeiçoamento – o sistema nacional de classificação de solos foi revisado, validado e atualizado como instrumento normativo e estratégico de uniformização da linguagem, dos conceitos e da nomenclatura, viabilizando a comparação e a distinção entre classes de solos, conhecimento e avaliação dos potenciais e as limitações do recurso solo no País, que foram integrados aos diagnósticos físicos para fins de planejamento de uso da terra, zoneamentos, avaliações e previsões de impactos ambientais, gerando documento de referência para comunicação e pedotransferência. O grande impacto foi disponibilizar para o País um sistema nacional de classificação de solos, sempre atualizado, validado e adaptado às condições culturais, sociais e econômicas brasileiras, como referência básica para desenvolvimento de sistemas agrícolas e planos de uso e manejo dos recursos ambientais.

• Monitoramento de insetos-praga e de seus inimigos naturais nas culturas da soja e do feijão caupi no Estado de Roraima – apresentou-se o complexo de pragas e de inimigos naturais destas culturas, proporcionando um manejo mais adequado das pragas nessas duas culturas. Identificada a flutuação populacional das pragas das duas culturas, permitindo o uso mais racional dos inseticidas contribuindo para a redução dos custos de produção garantindo, dessa forma, a sustentabilidade.

• Seleção de genótipos de soja quanto à resistência ao vírus da necrose da haste (VNH) e purificação de cultivares desuniformes – consolidou-se o trabalho cooperativo com a rede de instituições públicas e privadas para geração de novas cultivares de soja e identificou genótipos resistentes ao VNH. Além disso, foi determinada a herança de resistência ao VNH;

identificados os marcadores moleculares associados a essa resistência e geradas informações para os produtores e assistência técnica quanto ao controle do VNH.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os resultados foram alcançados dentro do programado e em conformidade com o fluxo financeiro. A execução física alcançou 82,31% das metas físicas previstas nas ações, o que foi considerado satisfatório pela Embrapa.

Os recursos orçamentários foram suficientes para a execução do Programa, apesar de o fluxo de recursos financeiros ter sofrido descontinuidade e a concentração financeira estar no último trimestre, as metas programadas foram atendidas dentro do previsto.
Mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

a) visitas *in loco* – periodicidade de acordo com a previsão dos cronogramas estabelecidos nos projetos, são realizadas auditorias que verificam a execução e a qualidade dos trabalhos executados, onde as ações são periodicamente revisadas de acordo com as necessidades de cada projeto;

b) sistemas informatizados – a Embrapa dispõe de sistemas de controle utilizados para executar, acompanhar, avaliar e auxiliar nas tomadas de decisão nos âmbitos estratégicos, táticos e operacionais da Empresa. São muito importantes para o desenvolvimento dos projetos, mas são principalmente utilizados como ferramentas para o alcance da missão e objetivos descritos no Plano Diretor da Embrapa. Entre eles citamos: Sistema Embrapa de Gestão (SEG) e o Sistema de Apoio à Decisão Gerencial (Side);

c) relatórios de gestão – de periodicidade anual, apresentando as informações solicitadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e Controladoria-Geral da União (CGU);

d) Infrasig – de periodicidade mensal o Sistema de Planejamento (Siplan) do MAPA é utilizado para monitorar os cronogramas físicos e financeiros dos programas e ações executados pela Embrapa.

O Programa sofreu restrições na sua execução:

a) dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais – foi solicitado remanejamento de custeio para investimentos, nas fontes do Agrofuturo, por meio de crédito suplementar no mês de novembro e aprovado em dezembro;

b) atraso na liberação de recursos – no decorrer do exercício houve limitação de pagamento nas fontes 0-100, Recursos do Tesouro, 0-148 e 2-100 Agrofuturo, estabelecida nas Portarias MAPA nºs 130, 210, 237, 391 e 637, por esta razão houve

60% de execução orçamentária até novembro, tendo limite autorizado de 93% para pagamento dos referidos processos. Com este procedimento, de apenas executar se houver o financeiro correspondente, a empresa evitou acréscimos moratórios nas aquisições/contratações de serviços. Em dezembro, ocorreu ampliação do limite, conforme Portaria nº 751, de 31 de dezembro de 2007, e a partir deste fato a Empresa concluiu seus processos de licitação de valor elevado, evitando transtorno com fornecedores por atraso ou falta de pagamento nas datas contratadas;

c) dificuldades em licitações e celebração de contratos – diversos processos de licitação, principalmente os de grande vulto, e celebração de contratos foram objeto de divergências jurídicas, abrangendo as partes envolvidas, Embrapa e participantes do processo;

d) outros - as emendas de comissão e individuais aprovadas para a Embrapa no montante de R$ 41.609.000,00 não puderam ser atendidas no início do exercício de 2007; todavia, as emendas individuais, no montante de R$ 1.609.000,00, foram liberadas no decorrer do último trimestre, concentrando liberação maior em dezembro. As emendas de comissão foram também liberadas no último trimestre sendo R$ 10.000.000,00 em novembro e o restante (R$30.000.000,00) no final do mês de dezembro.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa realiza parcerias não-governamentais para sua execução. O desempenho das parcerias se reflete no bom andamento dos projetos em rede, especialmente com relação aos Arranjos Produtivos Locais (APLs) e nos esforços para ampliação destes arranjos.

O Programa possui os seguintes mecanismos que promovem a participação social: reunião com grupos de interesse - forma participativa de concentrar os esforços da programação das pesquisas; discussão em Conselho Setorial – forma participativa de concentrar os esforços da programação das pesquisas.

Os processos internos para celebração de convênios devem ser revistos, de modo a conferir maior celeridade administrativa ao andamento das propostas.

QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS

GERENTE DO PROGRAMA

Inácio Afonso Kroetz

OBJETIVO

Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.

PÚBLICO-ALVO

Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 19.978.720,00	Empenho Liquidado:	R$ 9.515.843,00
	Pago Estatais:	R$ 2.789.441,00
	Total:	**R$ 12.305.284,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Conformidade de Corretivos Agrícolas - Porcentagem	-	83,00	86,53	91,00	96,00	94,79%
2. Taxa de Conformidade de Defensivos Agrícolas - Porcentagem	-	-	-	85,00	95.00	89,47%
3. Taxa de Conformidade de Fertilizantes Agrícolas - Porcentagem	-	91,00	83,66	89,00	96,00	92,71%
4. Taxa de Conformidade de Inoculantes - Porcentagem	-	91,00	61,21	92,66	99,00	93,60%

1. TAXA DE CONFORMIDADE DE CORRETIVOS AGRÍCOLAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

Relatado na avaliação anterior, em 2004 e 2005, a legislação introduziu regras mais rigorosas para avaliação da conformidade dos corretivos, ainda que o índice previsto para 2007 fosse definido em 2003 e com base na legislação anterior. Apesar da maior exigência na avaliação da conformidade, introduzida ao longo do PPA 2004-2007, o índice apurado em 2007 ficou em 94,8% do previsto.

2. TAXA DE CONFORMIDADE DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

Taxa de conformidade de agrotóxicos e afins e não de defensivos agrícolas, conforme consta no formulário. Os valores da taxa de conformidade alcançaram 85%, representando 89,4% do índice de 95%, previsto ao final do PPA.

3. TAXA DE CONFORMIDADE DE FERTILIZANTES AGRÍCOLAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

Como relatado na avaliação do exercício anterior, em 2004 e 2005 a legislação introduziu regras mais rigorosas para avaliação da conformidade dos fertilizantes. O índice previsto para 2007, entretanto, fora definido em 2003 e com base na legislação anterior, portanto, em face da maior exigência na avaliação da conformidade, introduzido ao longo do PPA 2004-2007, o índice apurado em 2007 acabou ficando abaixo do índice previsto. Apesar disso, houve evolução significativa e o índice apurado para 2007, representou 92,7% do valor previsto no fim do PPA.

4. TAXA DE CONFORMIDADE DE INOCULANTES
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

À semelhança dos outros casos, em 2004 e 2005, a legislação também introduziu regras mais rigorosas para avaliação da conformidade dos inoculantes, ainda que o índice previsto para 2007 fosse definido em 2003 e com base na legislação anterior. Em face da maior exigência na avaliação da conformidade, esperava-se que o índice apurado em 2007 ficasse abaixo do previsto. Ocorreu, no entanto, significativa evolução, permitindo que o índice apurado alcançasse 93,6% do índice previsto para o fim do PPA.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A qualidade dos insumos e serviços agrícolas e pecuários tem influência direta na produtividade, fator preponderante no incremento da competitividade do agronegócio brasileiro. Para garantir os padrões de qualidade e conformidade desses produtos e serviços, faz-se necessária uma ação permanente de fiscalização por parte do poder público sobre as empresas e sobre os produtos e serviços colocados no mercado à disposição dos consumidores.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Incremento de 5,7% na taxa de conformidade de fertilizantes minerais.
- Incremento de 24,7% na taxa de conformidade de inoculantes.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Houve avanço significativo na qualidade dos insumos agropecuários controlados pela fiscalização e oferecidos aos agricultores, contribuindo para o aumento da produção agrícola, em decorrência da elevação da produtividade.

Avalia-se como bom o resultado alcançado, entretanto, poderia ter sido melhor, não fossem as dificuldades enfrentadas pela fiscalização, quanto ao fluxo de recursos, deficiência de equipamentos, acordos trabalhistas relativos às condições de trabalho e à remuneração dos fiscais.

O cumprimento de execução das metas físicas ficou entre 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. O Programa poderia ter apresentado mais resultados positivos, não fosse o contingenciamento parcial do orçamento e a grave dos Fiscais Federais Agropecuários.

Os recursos orçamentários não foram suficientes. A dotação prevista na LOA foi reduzida por meio do contingenciamento e assim, os valores foram insuficientes para um bom desempenho das ações do Programa. A aparente sobra de recursos ao final do exercício decorre de incorreções na distribuição durante o ano.

O fluxo de recursos foi compatível, no entanto, os valores liberados foram insuficientes para a execução em períodos críticos, já que a agricultura exige a ação fiscal em períodos bem definidos.

Os mecanismos de monitoramento de desempenho físico das ações do Programa incluem Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), ainda que seja necessário melhorar o Sistema Integrado de Planejamento (Siplan) do MAPA para que o mesmo possa fornecer maior conteúdo para o SIGPlan. Isso requer o apoio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) em termos de recursos específicos; Infrasig, o MAPA possui sistema denominado Siplan, acessado pelas suas unidades descentralizadas e no qual são feitos os registros relativos à execução no âmbito das ações. Esses dados migram para o SIGPlan permitindo ao gerente acompanhamento sistemático do Programa; também, além do Siplan, os coordenadores de ação recebem mensalmente relatório das superintendências do MAPA nas Unidades da Federação, com o detalhamento da execução física. A gerência do Programa reúne periodicamente toda a estrutura de gestão da secretaria e dos coordenadores de ação, oportunidade em que é feita avaliação de desempenho no âmbito deste e de outros programas na área de defesa agropecuária.

O Programa sofreu restrições na sua execução em função de infra-estrutura inadequada na equipe gerencial e quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras - a falta de um sistema informatizado para gerenciamento e automação da fiscalização prejudica o desenvolvimento e acompanhamento do Programa. O número de Fiscais Federais Agropecuários é insuficiente em algumas Superintendências do MAPA.

Nas interferências no desempenho das ações de maior impacto, verifica-se o contingenciamento orçamentário. As ações de fiscalização dependem de recursos para viabilizar o deslocamento

dos Fiscais para os estabelecimentos industriais e comerciais de insumos agropecuários; a limitação orçamentária provoca alteração nas programações de fiscalização, geralmente, reduzindo a intensidade das mesmas. Dificuldades em licitações e celebração de contratos – por dificuldades gerenciais e operacionais, algumas Superintendências do MAPA, unidades executoras das ações, não aplicam a totalidade dos recursos descentralizados, deixando a impressão de folga orçamentária. As principais dificuldades estão relacionadas à realização de processos de licitação, que dependem de análise dos Núcleos de Assessoramento Jurídico da Advocacia Geral da União (NAJ/AGU) nos Estados.

Existe apenas uma ação do Programa que é executada em outro Ministério: 869H – Licenciamento e Aproveitamento de Minerais para a Produção de Fertilizantes Agrícolas. É a única ação do Programa que não tem relação com a fiscalização. Não foram apresentadas informações sobre o desempenho desta Ação.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social, dentre os quais, Ouvidoria – o MAPA, possui Ouvidoria que permite a participação geral da sociedade; consulta pública – o instrumento de consulta pública é utilizado pelo MAPA quando da elaboração de atos normativos, de forma a permitir a ampla participação dos diversos setores interessados nos temas relacionados aos insumos agropecuários; a Câmara Temática de Insumos Agropecuários está em atividade desde 2004, constituindo fórum que reúne representantes de diversos setores ligados aos insumos.

Contribuição da participação social para os resultados do Programa. Os setores envolvidos com o Programa sugeriram melhorias nos atos normativos que regem o registro e a fiscalização de insumos agropecuários. Também existe demanda para que a fiscalização seja atuante perante os insumos de baixa qualidade e diante produtos clandestinos que são colocados no mercado. As denúncias feitas, principalmente perante a Ouvidoria do MAPA, ajudam a fiscalização na identificação dos infratores.

O Programa avalia a satisfação de seus beneficiários através da Câmara Temática de Insumos Agropecuários, que se reúne a cada dois meses, permitindo avaliação da satisfação dos usuários do serviço do MAPA.

O Programa apresenta boas práticas de gestão que poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal. Existe planejamento anual por ação do Programa, com objetivos, metas, estratégia e orçamento definido, para cada Unidade da Federação. Paralelamente existem sistemáticas de monitoramento da execução por meio de relatórios semanais de execução pelas coordenações e departamento aos quais estão subordinadas as execuções das ações e ainda reuniões periódicas dos gestores das ações com o gerente do Programa.

O MAPA considera que os processos internos para celebração de convênios do Ministério devem ser revistos, de modo a conferir maior celeridade administrativa ao andamento das propostas.

SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS

GERENTE DO PROGRAMA

Inácio Afonso Kroetz

OBJETIVO

Assegurar a qualidade e a inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos usuários.

PÚBLICO-ALVO

Produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas e consumidor

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 80.558.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 56.669.199,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 56.669.199,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal e Vegetal - Número Índice	-	0,74	-	0,76	0,77	98,70%
2. Número de Estabelecimentos com Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) - Unidade	-	300,00	300,00	300,00	300,00	100%
3. Número de Estabelecimentos de Produção de Alimentos e Bebidas com Controle Sanitário - Unidade	-	3.690,00	2.805,00	3.625,00	3.800,00	95,39%
4. Taxa de Conformidade na Produção de Alimentos e Bebidas - Porcentagem	-	-	90,58	91,00	-	-

1. ÍNDICE DE CONFORMIDADE DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

O índice 0,76, 1,3% abaixo do índice de 0,77 previsto para 2007, deu-se em decorrência do baixo número de amostras de produtos em conformidade analisados, face ao aumento de estabelecimentos registrados, bem como à falta de transporte e recursos humanos para fiscalização dos estabelecimentos a serem inspecionados.

2. NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS COM SISTEMA DE ANÁLISE DE PERIGOS E PONTOS CRÍTICOS DE CONTROLE (APPCC)
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

O índice apurado em 2007 foi equivalente ao previsto como índice de referência. Isso decorre da necessidade dos estabelecimentos exportadores em atender não apenas os requisitos sanitários estabelecidos pelo mercado importador, mas também de produzir alimento seguro para o mercado nacional.

3. NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E BEBIDAS COM CONTROLE SANITÁRIO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

O índice apurado de 3.625 estabelecimentos em 2007 não alcançou o índice previsto de 3.800 unidades para o mesmo ano. Isso, em função da priorização da fiscalização de estabelecimentos com histórico negativo perante o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e também novos estabelecimentos.

4. TAXA DE CONFORMIDADE NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E BEBIDAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

A taxa de conformidade observou acréscimo de 0,42% em 2007 com relação a 2006. Justifica-se pela ação mais efetiva de fiscalização do MAPA, em face de melhor distribuição de recursos orçamentários em 2007 frente à situação observada em 2006.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Assegurar a inocuidade e a melhoria da qualidade dos produtos e alimentos de origem animal e vegetal é de importância fundamental para a adequada proteção do consumidor e para assegurar a competitividade da agroindústria brasileira, tanto para o comércio nacional como internacional. Contribui paralelamente para redução do Custo Brasil e, ainda, para adequação às regras e aos padrões internacionais nos termos dos acordos da Organização Mundial de Comércio (OMC), especialmente de agricultura. Ressalta-se a influência e interação com outras áreas e atividades, tais como melhoramento da produtividade agrícola e pecuária, demanda de pesquisas aplicadas, melhor implementação dos sistemas de classificação de vegetais e de carcaças de animais e políticas de abastecimento e comercialização.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- 91% de conformidade na produção de alimentos e bebidas de origem vegetal.

• Alcance de 3.625 estabelecimentos de produção de alimentos e bebidas com controle sanitário.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa atingiu resultados favoráveis nas suas ações. Destacam-se principalmente, as ações Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais e Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal.

Apesar da liberação de recursos financeiros ter ocorrido somente a partir de abril, a execução das ações programadas para os primeiros meses do ano não foi prejudicada. Os recursos do Programa sofreram contingenciamento, gerando limitação para aplicação dos mesmos, tanto na aquisição de bens permanentes quanto na execução e desempenho das ações. Dos recursos previstos para o Programa, foram liberados e liquidados 70% dos R$ 80 milhões de orçamento, autorizados na Lei do Orçamento Anual (LOA).

O monitoramento do desempenho físico das ações do Programa do MAPA é feito por:

a) Sistema de Informações de Planejamento (Siplan), o qual permite inclusão de comentários pelos coordenadores de ação estadual, tornando possível avaliação mais abrangente de desempenho;

b) relatórios de gestão – relatório consolidado pautado nos relatórios mensais enviados pelas Superintendências Federais de Agricultura (SFAs) dos Estados aos coordenadores de ação nacional;

c) outros – relatórios enviados mensalmente pelas SFAs dos Estados aos coordenadores de ação nacional. Esses relatórios também servem como base para a elaboração do relatório de gestão anual.

O Programa sofreu restrições na sua execução devido a recursos materiais e humanos insuficientes e inadequada estrutura nas equipes executoras. Verifica-se número insuficiente de Fiscais Federais Agropecuários (FFA), para execução das atividades de inspeção e fiscalização na área da Inspeção Vegetal junto às SFAs dos Estados; necessidade de melhor distribuição dos FFAs nas SFAs, na área de inspeção animal. Em algumas SFAs o espaço físico é insuficiente para acomodar os FFA e demais técnicos envolvidos com a inspeção e fiscalização de produtos agropecuários, além de insuficiência de espaço para arquivamento de documentação; falta de pessoal administrativo, para apoio nas coordenações das atividades nos Estados.

Houve interferências no desempenho das ações de maior impacto, principalmente por contingenciamento orçamentário, atraso na liberação de recursos e inadequação e/ou inexistência de norma legal. A Ação Controle da Qualidade na Garantia da Conformidade, Segurança e Inocuidade dos Produtos de Origem Vegetal apresentou execução muito acima da esperada atingindo o patamar de 2.564%. Isto pode ser justificado, pelo produto

analisado da Ação ter sido o número de novos estabelecimentos registrados no MAPA, pois devido à falta de uma base legal que estabeleça a implantação do Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) em estabelecimentos produtores de alimentos e bebidas de origem vegetal, ficando inviável a apuração do real produto da Ação que é Estabelecimento Certificado. Sendo assim, as atividades realizadas através desta Ação foram baseadas na Instrução Normativa nº 05/2000 do MAPA, que prevê procedimentos de verificação das condições higiênico-sanitárias dos equipamentos, instalações, funcionários e boas práticas de fabricação.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social, dentre os quais:

a) consulta pública – Publicação de Padrões de Identidade e Qualidade de produtos agropecuários em consulta pública por 60 dias;

b) reunião com grupos de interesse – reuniões com entidades representativas do setor para discussão na elaboração de Padrões de Identidade e Qualidade de produtos agropecuários;

c) discussão em conselho setorial – reuniões das Câmaras Setoriais.

A revisão dos instrumentos legais que regem o controle e fiscalização dos produtos agropecuários, visando assegurar ao consumidor o acesso a alimentos de origem animal e vegeta, seguros e conformes, foi contribuição da participação social para o resultado do Programa.

O Programa apresenta boas práticas de gestão que poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal. A gestão estratégica no MAPA tem sido ferramenta adotada para facilitar as análises do ambiente externo do agronegócio brasileiro e mundial, ajudar na formulação de estratégias e propiciar o gerenciamento no acompanhamento, na avaliação e na execução dos planos e programas.

SEGURANÇA FITOZOOSSANITÁRIA NO TRÂNSITO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

GERENTE DO PROGRAMA

Inácio Afonso Kroetz

OBJETIVO

Impedir a introdução e disseminação de pragas e doenças na agropecuária, viabilizando a produção, o comércio e as exportações.

PÚBLICO-ALVO

Produtores, comerciantes, importadores, exportadores, passageiros e demais envolvidos com o trânsito de animais e vegetais

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 30.896.703,00	Empenho Liquidado:	R$ 17.522.980,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 17.522.980,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Conformidade no Controle de Fronteiras - Porcentagem	-	92,00	93,00	95,00	95,00	100%

1. TAXA DE CONFORMIDADE NO CONTROLE DE FRONTEIRAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e justificativa:

A apuração do índice continua se dando de forma subjetiva, considerando a complexidade que envolve os resultados das ações do Programa. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) desenvolve ações (trânsito internacional) e parcerias com os Estados (trânsito interestadual) para realizar a fiscalização do trânsito de produtos e insumos agropecuários. Essas atividades visam mitigar o risco de introdução e disseminação de pragas vegetais e doenças animais. Entretanto, essas pragas e doenças podem ser introduzidas e

disseminadas por fatores naturais, fora do controle do MAPA. Dessa forma, avaliamos a eficácia do Programa de acordo com o resultado alcançado, ou seja, a baixa ocorrência e disseminação de novas pragas e doenças no Território Nacional, bem como o controle efetivo na disseminação de pragas e doenças introduzidas. Neste sentido, avaliamos, subjetivamente, o alcance de 95% na taxa de conformidade no controle de fronteiras.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Para evitar a entrada de pragas e doenças exógenas no País, bem como preservar as áreas livres e os sistemas produtivos regionais da disseminação interna de agentes biológicos nocivos, é necessário identificar os pontos de risco do trânsito de produtos agropecuários e controlar as entradas, inclusive aplicando medidas quarentenárias e emergenciais, objetivando aumentar a competitividade do setor.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- 95% na taxa de conformidade no controle de fronteiras.
- Baixa ocorrência e disseminação de novas pragas e doenças no Território Nacional.
- Controle efetivo na disseminação de pragas e doenças introduzidas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A Execução física ficou acima de 100% do previsto na Lei do Orçamento Anual (LOA 2007). As metas físicas previstas são obtidas a partir da análise do trânsito ocorrido nos anos anteriores. Questões econômicas definem os volumes comercializados, o que justifica a execução física acima do previsto.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. Os recursos orçamentários executados foram suficientes. Cabe registrar a dificuldade de execução por parte de algumas Superintendências Federais de Agricultura (SFAs) e de entidades de defesa agropecuária dos Estados.

A Vigilância Agropecuária Internacional realizou 1.103.516 fiscalizações de produtos e insumos agrícolas, destinados à exportação e à importação, em portos, aeroportos, aduanas especiais e postos de fronteira. No trânsito interestadual, em ação conveniada com os Estados, foram fiscalizadas 3.768.812 partidas de animais e dos seus produtos; não se dispondo de dados referentes à fiscalização de vegetais e dos seus produtos. Temos trabalhado também na capacitação dos servidores envolvidos com o Programa, bem como com a dotação de infra-estrutura dos postos de fronteira, interestadual e internacional, com vistas a maior eficácia das ações.

As ações Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais e seus Produtos, Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos e Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos, superaram a meta física prevista em razão do incremento do comércio, que ocorre independentemente das ações do MAPA. Somente o trânsito interestadual não cumpriu o quantitativo proposto. Em relação a 2006, a fiscalização interestadual de animais e de seus produtos, teve acréscimo superior a 20%, a fiscalização do trânsito internacional de animais e de seus produtos teve acréscimo de 10% e o trânsito internacional de vegetais e de seus produtos, acréscimo superior a 70%.

O Programa sofreu na sua execução as seguintes restrições:

a) a infra-estrutura gerencial é insuficiente, bem como é deficiente em número de pessoal e qualificação gerencial;

b) as entidades de defesa agropecuária estaduais, bem como as equipe da fiscalização federal agropecuária não dispõem de materiais e equipamentos suficientes;

c) as entidades de defesa agropecuária estaduais, bem como os recintos alfandegados não dispõem da infra-estrutura necessária ao bom desempenho das ações de fiscalização;

d) necessidade de mais técnicos, inclusive gestores, para as equipes gerenciais;

e) são necessários mais técnicos, de nível superior e médio, e agentes administrativos para o bom desenvolvimento das ações;

f) é necessária qualificação da equipe gerencial, e das equipes executoras;

g) o contingenciamento orçamentário comprometeu o fluxo normal dos trabalhos;

h) dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes. Muitos órgãos executores estão inadimplentes, o que impossibilita a celebração de convênios nas ações de fiscalização de trânsito interestadual;

i) dificuldades em licitações e celebração de contratos. Algumas SFAs, por problemas administrativos, não conseguem realizar os trâmites necessários;

j) inadequação e/ou inexistência de norma legal. Não existem punições severas para quem infringe as regras de trânsito de produtos e insumos agropecuários.

Em termos de execução das ações com recursos descentralizados, conseguiu-se desempenho de nível médio. No trânsito interestadual, devido à falta de aparelhamento dos Estados e dificuldades na celebração de convênios alguns Estados acabam recebendo mais recursos, pois possuem condições de executar o orçamentário.

Em relação ao trânsito interestadual, existem casos em que as relações com os Estados são boas e são repassadas as informações solicitadas sobre as ações. Mas em grande parte dos casos isso não acontece tanto nas Superintendências Federais quanto nos órgãos executores.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui os seguintes mecanismos que promovem a participação social:

a) Ouvidoria e sistema informatizado de trâmite das demandas apresentadas pela sociedade e beneficiários do Programa;

b) consulta pública: as revisões e edições de atos normativos relativos ao Programa são submetidas à consulta pública;

c) reunião com grupos de interesse: sempre que necessário e demandadas são realizadas reuniões com grupos de interesse;

d) discussão em conselho setorial nas Câmaras Setoriais do agronegócio, onde também são discutidas questões relativas ao Programa.

O desenvolvimento do Programa envolve as Superintendências Federais nos Estados, bem como órgãos estaduais de defesa. A insuficiência de recursos gerenciais dificulta a implementação de atividades de avaliação do Programa. A superação das deficiências gerenciais poderá superar essa restrição.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão e o Desenvolvimento Social

Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)

Ciência, Tecnologia e Inovação para Natureza e Clima

Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa

Nacional de Atividades Espaciais - PNAE

Nacional de Atividades Nucleares

Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), foram utilizados **R$ 4.535.952.864,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 5.455.472.358,00	Realizado orçamentário:	R$ 4.535.952.864,00
Recursos Não-orçamentários previstos:	R$ 50.000.000,00	Realizado não-orçamentário:	R$ 0,00
Total previsto:	**R$ 5.505.472.358,00**	**Total realizado:**	**R$ 4.535.952.864,00**

Além disso, do total de **R$ 931.348.067,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram pagos **R$ 754.507.737,00**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do MCT, no período do PPA 2004-2007, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Finalístico	0466 Biotecnologia	1,13%	1,92%	0,00%	0,00%	0,66%
	0471 Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão e Desenvolvimento Social	0,84%	3,09%	3,62%	4,04%	3,11%
	1388 Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)	0,00%	0,00%	26,63%	31,79%	17,03%
	1122 Ciência, Tecnologia e Inovação para Natureza e Clima	2,48%	3,70%	3,30%	2,22%	2,91%
	1110 Desenvolvimento da Nanociência e da Nanotecnologia	0,37%	0,37%	0,00%	0,00%	0,16%
	1112 Difusão e Popularização da Ciência	1,40%	1,80%	0,00%	0,00%	0,68%
	0460 Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa	23,13%	19,88%	18,93%	16,69%	19,24%
	0463 Inovação e Competitividade	21,10%	20,69%	0,00%	0,00%	8,77%
	0464 Nacional de Atividades Espaciais - PNAE	7,32%	7,31%	6,80%	5,69%	6,67%
	1113 Nacional de Atividades Nucleares	24,74%	23,97%	22,82%	21,30%	22,97%
	0461 Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico	13,68%	13,29%	17,00%	17,74%	15,74%
	0465 Sociedade da Informação	2,77%	3,19%	0,00%	0,00%	1,27%
Finalístico Soma		**98,97%**	**99,21%**	**99,10%**	**99,46%**	**99,21%**
Gestão de Políticas Públicas	0473 Gestão da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação	0,91%	0,71%	0,90%	0,54%	0,75%
	0475 Mudanças Climáticas Globais	0,13%	0,08%	0,00%	0,00%	0,04%
Gestão de Políticas Públicas Soma		**1,03%**	**0,79%**	**0,90%**	**0,54%**	**0,79%**
Total Global		**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

AVALIAÇÃO SETORIAL

Em 2007, foi lançado o Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação (C, T& I) para o Desenvolvimento Nacional 2007-2010. As prioridades do plano estão diretamente relacionadas com os quatro eixos estratégicos que norteiam a atual Política Nacional de C, T&I:

a) expansão e consolidação do Sistema Nacional de C,T& I;

b) promoção da inovação tecnológica nas empresas;

c) pesquisa, desenvolvimento e inovação em áreas estratégicas;

d) desenvolvimento social por meio de C, T&I.

No exercício de 2007, no que concerne aos programas e às ações do PPA 2004-2007 sob responsabilidade do MCT, correspondendo ao Plano de Ação de C,T&I, a execução financeira foi na ordem de 82,4%, somando-se também os esforços realizados em anos anteriores, houve a consolidação como um dos principais resultados alcançados no âmbito das prioridades estratégicas definidas no Plano de Ação de C,T&I do Sistema Nacional de C,T&I, que apresentou as seguintes etapas institucionais:

a) regulamentação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), por meio da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, que constituiu um Conselho Diretor e atribuiu a secretaria-executiva à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), o que permite integrar grande parte dos investimentos dos Fundos por meio de ações transversais alinhadas com as prioridades nacionais, evitar a duplicidade ou dispersão de iniciativas e assegurar maior transparência e eficiência na execução dos recursos;

b) celebração de cerca de 700 convênios, no âmbito do FNDCT, que, junto com os já existentes, possibilitaram um comprometimento orçamentário para a área de C,T&I da ordem de R$ 1,5 bilhão;

c) ampliação do número de bolsas de Formação de Recursos Humanos para C,T&I, concedidas por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A expansão do número de bolsas de 2003 a 2007 ocorreu em todas as categorias, mas é marcante nas de pós-graduação que passou de 11.401 de mestrado e doutorado em 2002 para 16.697 em 2007 e, de Produtividade em Pesquisa de 7.784 em 2002 para 9.916 em novembro de 2007.

Em 2002, o total de bolsas do CNPq era de aproximadamente 45 mil, número que passou para 65 mil em 2007, o que representa um aumento na ordem de 44% em cinco anos. Outro ponto de destaque foi o aumento substancial das bolsas tecnológicas com o apoio dos Fundos Setoriais chegando a cerca de 5 mil bolsas tecnológicas já concedidas; ampliação da infra-estrutura de Internet avançada voltada para a comunidade de ensino e pesquisa – Rede Ipê. O ano de 2007 foi encerrado com conexões de rede de alta velocidade e desempenho (*links multigigabits*) instaladas em dez pontos de presença nas Unidades da Federação (RS, SC, PR, SP, RJ, MG, BA, PE, CE e DF), cinco redes de alta velocidade em regiões metropolitanas de Manaus (AM), de Belém (PA), de Vitória (ES), de Florianópolis (SC) e Brasília (DF) dentro da iniciativa de Redes Comunitárias de Educação e Pesquisa (Redecomep). No âmbito local, buscou-se a melhoria da infra-estrutura das instituições de ensino e pesquisa a partir de projetos como de telefonia no sistema VoIP e de Rede Universitária de Telemedicina (Rute);

d) incremento do fomento à pesquisa, destacando-se o Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex), em parceria com as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, que já implementou 250 núcleos em 17 Estados, num investimento total no período 2005-2007 no valor de R$ 100 milhões e o Programa Casadinho, que objetiva fortalecer a infra-estrutura de programas de pós-graduação não-consolidados, das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e, desta vez, incluindo o Estado do Espírito Santo. Por meio do Edital Universal, foram aprovados, em 2007, 4.080 projetos científicos e tecnológicos em todos os campos do conhecimento, no valor global de R$ 154 milhões. Para a infra-estrutura e o fomento da pesquisa científica e tecnológica, por meio do Programa de Subvenção Econômica, conduzido pela Finep, foram aprovados, em 2007, mais de 170 projetos no valor de R$ 313,8 milhões. Neste ano, as áreas prioritárias foram:

- tecnologias da informação e comunicação (TICs),
- nanotecnologia,
- biodiversidade, biotecnologia e saúde, - programas estratégicos,
- biocombustíveis e energias,
- desenvolvimento social;

e) implementação de 1.678 projetos, no âmbito das unidades de Pesquisa (UPs) do MCT, envolvendo recursos da ordem de R$ 596,25 milhões (incluindo pessoal ativo), para projetos nas seguintes categorias:

- prospecção com 245 projetos no valor de R$ 33,6 milhões,
- avanço do conhecimento com 360 projetos no valor de R$ 159 milhões,
- geração de tecnologias com 1.073 projetos no valor de R$ 404 milhões.

Dessas aplicações resultaram, nos últimos anos, o aumento de publicações científicas e tecnológicas e o número de registro de propriedade intelectual, especialmente, patentes.

Outro resultado apresentado foi a promoção da inovação tecnológica nas empresas com o desenvolvimento das seguintes etapas:

a) aperfeiçoamento da infra-estrutura e da pesquisa científica e tecnológica, por meio do Programa de Subvenção Econômica, com aprovação de mais de 170 projetos no valor de R$ 313,8 milhões, nas áreas de tecnologias da informação e comunicação (TICs), nanotecnologia, biodiversidade, biotecnologia e saúde, programas estratégicos, biocombustíveis e energias, e desenvolvimento social;

b) financiamento na ordem de R$ 91,3 milhões em 11 fundos de capital de risco para empresas nascentes e emergentes de base tecnológica apoiados, para os seguintes perfis: software, TICs, tecnologia industrial básica, biotecnologia, medicina, aeronáutica, alimentos, química, novos materiais e agronegócios. O valor do financiamento foi de R$ 91,3 milhões;

c) contratação de 17 projetos para montagem de redes de entidades ou consórcios estaduais para pequenas e médias empresas (PMEs);

d) aplicação da subvenção econômica em empresas que executam Programa de Desenvolvimento Tecnológico Industrial (PDTI) ou Programa de Desenvolvimento Tecnológico Agropecuário (PDTA);

e) fomento a projetos de P&D tecnológico no valor total de R$ 100 milhões, bem como a projetos voltados ao extensionismo tecnológico no valor de R$ 616 milhões;

f) capacitação de cerca de 2.000 pessoas dos Núcleos de Inovação Tecnológica nas universidades públicas e institutos públicos de pesquisa, e de núcleos de apoio a empresas de pequeno e médio porte.

O Plano de Ação de C, T&I apresentou os seguintes resultados na área de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas:

a) instituição da Política de Desenvolvimento da Biotecnologia pelo Decreto nº 6.041, de 8 de fevereiro de 2007, com o objetivo de estabelecer um ambiente favorável para o desenvolvimento de produtos e processos biotecnológicos inovadores, aumentar a capacidade de inovação das empresas brasileiras, a absorção de tecnologias e a geração de negócios e a expansão das exportações; e o fortalecimento de grupos e redes de pesquisa ligados à Rede Genoprot, Bioinova e Genosoja, por meio de editais, além de suporte de áreas fundamentais da cadeia de desenvolvimento de fármacos e medicamentos;

b) investimento em nanotecnologia, de cerca de R$ 16 milhões em 2007, entre repasses diretos e lançamento de editais. Foram contratados 57 novos projetos de pesquisa em nanotecnologia; concedido apoio financeiro para os participantes brasileiros das três escolas organizadas pelo Centro Brasileiro-Argentino de Nanotecnologia; e, apoio a 20 propostas contempladas com R$ 41 milhões, no âmbito da Chamada Pública MCT/Finep/Subvenção Econômica à Inovação 01/2007;

c) participação no âmbito do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), com ênfase na difusão do PNPB na maioria dos Estados, contribuindo para a formação de recursos humanos e para o ganho de produtividade e competitividade em toda a cadeia produtiva do biodiesel; aprovação e contratação dos projetos de pesquisa das redes de agricultura, armazenamento, co-produtos, produção e qualidade junto às universidades e aos centros de pesquisa participantes da rede com previsão de duração de dois anos e o valor global de R$ 32 milhões; execução e/ou estruturação dos testes em motores e veículos com biodiesel;

d) aperfeiçoamento do laboratório de certificação de motores aviônicos a pistão a álcool e motor aeronáutico flex;

e) apoio ao desenvolvimento de projetos para o melhoramento genético e agronegócio da cana-de-açúcar;

f) apoio a projetos de pesquisa voltados para a produção de álcool a partir da biomassa residual por hidrólise enzimática de materiais orgânicos vegetais em açúcares;

g) ampliação do número de sítios de inventário do Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio) para 23, sendo parte deles em áreas protegidas. Cabe destacar o trabalho realizado em áreas sujeitas a alterações antropogênicas, como a BR-319 e a BR-167, que foram selecionadas para que pesquisas sobre a biodiversidade possam apoiar e aprimorar estudos de impacto ambiental, definição de quotas de extração de recursos biológicos e o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis. Cabe também registrar que 89 coleções biológicas tiveram apoio do PPBio para infra-estrutura e informatização, o que permitiu disponibilizar na Internet informação e conhecimentos associados à cerca de 830 mil registros de plantas, animais e microrganismos depositados nas coleções científicas brasileiras;

h) aprovado o Plano Científico para a Fase II do Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia (LBA), que deve contribuir com a base científica para a compreensão dos mecanismos biofisicoquímicos dos ecossistemas amazônicos. Ressalte-se a ênfase dada aos projetos que integram competências dos diversos programas para a Amazônia, com recursos dos fundos setoriais, para concretização do Projeto de Integração dos Programas do MCT e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) na Amazônia (PIME), que visa a sustentabilidade do Distrito Florestal da BR-163 e do Projeto Cenários para a Amazônia: Uso da Terra, Biodiversidade e Clima. Apoiou-se, ainda, a estruturação da Rede para Uso Sustentável e Conservação do Cerrado (Rede ComCerrado), lançada oficialmente em 2007. As redes de pecuária, pesca e bioprospecção do bioma Pantanal receberam moção como modelo de rede a ser desenvolvido para outras regiões do Brasil;

i) no âmbito das atividades espaciais houve o lançamento e início de operação do satélite CBERS-2B, terceiro da série sino-brasileira, coordenadas pela Agência Espacial Brasileira (AEB), permitindo assim a continuidade na geração e distribuição de dados e imagens para apoio a inúmeros programas de Governo,

entre os quais, os de contenção de desmatamento na Amazônia; a realização da missão Cumã II, com o lançamento de diversos experimentos científicos em um foguete de sondagem VSB-30 a partir do Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA). E, no âmbito internacional, destacam-se:

- a distribuição de imagens CBERS para os países da América Latina e da África,

- o lançamento de foguete de sondagem com experimentos da Argentina,

- o início da operação da empresa binacional Alcântara - Cyclone Space, em cooperação com a Ucrânia, que concretiza o objetivo de utilização comercial da região de Alcântara (MA), para provisão de serviços de lançamento;

j) para as atividades nucleares, ressalte-se a aprovação pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) da conclusão da usina nuclear Angra 3 e o início dos estudos de localização de uma quarta usina, dando início à retomada do Programa Nuclear Brasileiro (PNB). Foi iniciada a ampliação das ações relacionadas à viabilização do PNB, incluindo o fortalecimento institucional da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e a capacitação da Nuclebrás Equipamentos Pesados (NUCLEP). Foram ampliados os investimentos para a finalização da primeira fase da planta de enriquecimento de urânio das Indústrias Nucleares do Brasil (INB), instalação da planta-piloto de produção de hexafluoreto de urânio por conversão gasosa, em Aramar (SP) e o aumento da produção de urânio. Foram concluídas no Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear (CDTN), em Belo Horizonte (MG), as instalações da nova unidade produtora de radioisótopos de meia-vida curta e inaugurado o Laboratório de Radioproteção do Centro Regional de Ciências Nucleares/Centro Oeste (CRCN-CO), que permitirá a realização de estudos e a execução de projetos de radioproteção, química ambiental e dosimetria nas áreas de meio ambiente e saúde. Nas Indústrias Nucleares do Brasil, em decorrência do aumento dos recursos financeiros federais nos últimos dois anos, o progresso na instalação da Segunda Cascata de Ultracentrífugas da Unidade de Enriquecimento de Urânio, em Resende (RJ), na INB, está sendo acelerado e sua conclusão está prevista para 2008. Em 2007, foram concluídas as obras de infra-estrutura relativas ao Módulo I, que compreende as Cascatas 1, 2, 3 e 4.

Na área de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social, os resultados foram os seguintes:

a) realização da III Semana Nacional de C&T com envolvimento de 9.700 atividades em cerca de 400 cidades, 1.400 universidades, instituições de ensino e pesquisa, escolas e entidades da área de C&T;

b) realização da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) que contou com 17,3 milhões de alunos inscritos, de 38.450 escolas, em 98% dos Municípios brasileiros. Entre os participantes estavam alunos de grandes e pequenos centros, de zonas rurais, de comunidades indígenas, de comunidades quilombolas, de assentamentos, de pequeníssimos Municípios e lugarejos. Participaram também alunos deficientes visuais, auditivos e motores. Foram apoiadas ainda as Olimpíadas de Astronomia, Química (Íbero-Americana), Matemática, Física e Robótica;

c) apoio a atividades de divulgação científica tais como o lançamento de edital para a produção de conteúdos educacionais multimídia na Internet para Matemática, Biologia, Física, Química, e Português no ensino médio, onde foram aprovados 18 projetos de várias instituições brasileiras; apoio a nove unidades (veículos) do programa Ciência Móvel para instituições localizadas em Belém (PA), Recife (PE), Ilhéus (BA), Rio de Janeiro (RJ), Botucatu (SP), Porto Alegre (RS) e Brasília (DF); realização de parceria com a Universidade de Brasília (UnB) para a implantação do Museu de Ciências de Brasília; promoção da itinerância da Exposição Experimentos Interativos da Associação Brasileira de Centros e Museus de Ciência (ABCMC), atingindo periferias de grandes cidades e o interior do País; implantação de onze salas de videoconferência (sete no Norte, Nordeste e Centro-Oeste) em centros e museus de ciências no País para a promoção de atividades integradas;

d) apoio a Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs), localizados em vários Estados, especialmente, Minas Gerais, Ceará, Pernambuco e Rio de Janeiro, em cooperação com secretarias de C&T, prefeituras, instituições de ensino e pesquisa, entre outras.

ASPECTOS RELEVANTES

Os resultados exitosos alcançados no período em análise (2004-2007), pelo conjunto de programas indicam que a gestão está sendo conduzida de forma harmônica com a atual política de C,T&I e com consultas e debates com todas as instâncias do Governo Federal, com os governos estaduais, por meio dos conselhos de Secretários Estaduais de C&T e das fundações de amparo à pesquisa, com o setor privado, com institutos, universidades, com a Confederação das Indústrias e federações de indústrias. Inclui também, ampla colaboração dos Comitês Gestores dos Fundos Setoriais, entidades e conselhos diversos, como a Academia Brasileira de Ciências (ABC), e, em especial, o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT).

Na gestão dos programas multisetoriais, o MCT fortaleceu as parcerias com o Ministério da Defesa (MD), o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MIDC), o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério da Integração Nacional (MI), dentre outros.
Cabe destacar a articulação e atuação competente de outras instituições ligadas ao MCT para obtenção dos avanços em C,T&I:

a) unidades de pesquisa: Instituto Nacional de Atividades Espaciais (INPE), Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF);

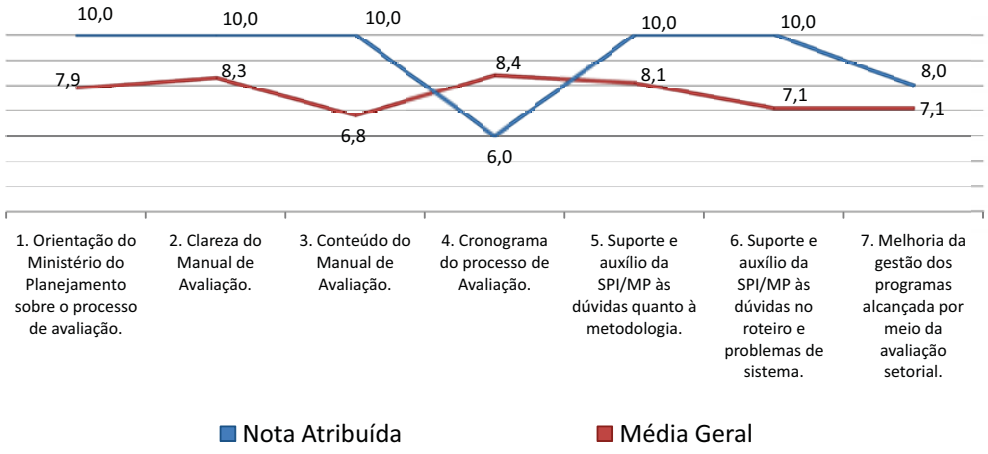
b) Centro de Pesquisas Renato Archer (CEnPRA), Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Instituto Nacional do Semi-Árido (INSA), Laboratório Nacional de Astrofísica (LNA), Museu Parense Emílio Goeldi (MPEG), Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Observatório Nacional (ON), Instituto Nacional de Tecnologia (INT), Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC);

c) organizações sociais: Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron (ABTluS), Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM), Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) e o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE).

Quanto à dimensão territorial, um dos principais desafios da política estabelecida está focado na desconcentração nacional dos investimentos em C&T, historicamente concentrados nas regiões Sul e Sudeste. Nesse sentido, tem sido promovida a integração de todas as regiões ao esforço nacional de capacitação para ciência, tecnologia e inovação. Consideráveis avanços têm sido obtidos, a exemplo dos investimentos crescentes nos Estados da Amazônia Legal de forma a ampliar e modernizar a infra-estrutura de pesquisa existente e promover a formação e fixação de recursos humanos qualificados. O total desses investimentos cresceu 218% nos últimos quatro anos, passando de R$ 52 milhões em 2003 para R$ 165 milhões em 2006.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pelo MCT mediante a atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, pelo MCT e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A INCLUSÃO E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

GERENTE DO PROGRAMA

Joe Carlo Viana Valle

OBJETIVO

Ampliar a capacidade local e regional para gerar e difundir o progresso técnico, visando a competitividade econômica e a qualidade de vida da população.

PÚBLICO-ALVO

Instituições de ensino e pesquisa, comunidade científica, empresas, professores, alunos, prefeituras, comunidade local e a sociedade em geral

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 171.486.256,00	Empenho Liquidado:	R$ 159.566.092,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 159.566.092,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 3.150.000,00	R$ 848.000,00	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Número de Pessoas Capacitadas em Tecnologias de Impacto Social com Apoio do Programa - pessoas capacitadas	-	-	-	-	1150	-
2. Número de Tecnologias Geradas no Âmbito do Programa - Unidade	-	-	-	-	115	-
3. Número de Visitas às Instituições de Pesquisa do MCT e Museus de Ciências - Unidade	-	-	-	430.065	180.860	237,8%

1. NÚMERO DE PESSOAS CAPACITADAS EM TECNOLOGIAS DE IMPACTO SOCIAL COM APOIO DO PROGRAMA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Embora não tenha sido possível apurar de forma objetiva o índice para esse indicador, tem-se como percepção que os objetivos do Programa, sob o aspecto que o indicador trata, comparados com os de 2006, foram alcançados plenamente em 2007.

2. NÚMERO DE TECNOLOGIAS GERADAS NO ÂMBITO DO PROGRAMA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Embora não tenha sido possível apurar de forma objetiva o índice para esse indicador, tem-se como percepção que os objetivos do Programa, sob o aspecto que o indicador trata, comparados com os de 2006, foram alcançados plenamente em 2007.

3. NÚMERO DE VISITAS ÀS INSTITUIÇÕES DE PESQUISA DO MCT E MUSEUS DE CIÊNCIAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice apurado para 2007 ultrapassou o previsto para o final do PPA 2004-2007, em conseqüência da implementação do eixo estratégico que norteia a atual Política Nacional de C, T&I e compõe o Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação (C, T&I), para o Desenvolvimento Nacional 2007-2010, lançado em 2007, que é a expansão e consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A apropriação local de ciência, tecnologia e inovação no sentido de aportar conhecimento para melhor atender às demandas sociais específicas, combater disparidades intra e inter regionais, possibilitando uma melhor compreensão da dimensão do aprendizado, vai ao encontro da tendência de se pensar em políticas públicas que valorizem as potencialidades e especificidades regionais. Ao mesmo tempo, a percepção, muitas vezes equivocada, de que as questões científicas e tecnológicas só interessam a um círculo restrito, impede que a ciência e tecnologia venham a desempenhar, plenamente, o seu papel para o desenvolvimento do País e a elevação da qualidade de vida da população. Assim, a difusão do conhecimento científico e tecnológico é requisito para responder ao desafio da construção de uma sociedade em que o conhecimento é o propulsor de conquistas culturais, sociais e econômicas, não ficando restrito aos círculos acadêmicos, mas chegando aos setores econômicos e sociais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Realização da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, que contou com aproximadamente 10.000 atividades em cerca de 400 cidades brasileiras, envolvendo 1.400 universidades, instituições de ensino e pesquisa, escolas e entidades da área de ciência e tecnologia, com a distribuição nacional de vídeos científicos, cartilhas e programas de rádio, além da produção e distribuição de encartes em jornais (350.000 exemplares), fôlderes, livros, banners e cartilhas. O tema principal do evento foi o Planeta Terra, difundir experiências capazes de despertar, no público envolvido, maior consciência sobre os problemas ambientais atuais.

• Apoio a diversas atividades de divulgação científica tais como:

a) apoio ao Projeto Ciência Móvel (MS e DF);

b) realização de parceria com Universidade de Brasília (UnB) para a implantação do Museu de Ciências de Brasília;

c) XI Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica;

d) Implantação do Galpão da Ciência de São Carlos (SP);

e) 6ª Feira Brasileira de Ciências e Engenharia (Febrace);

f) 59ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC);

g) 15ª SBPC jovem, dedicada ao ensino de ciências para alunos da escola básica;

h) exposições e oficinas em colaboração com centros e museus de ciências;

i) grupos de trabalho dedicados a temas de caráter interdisciplinar;

j) exposição de tecnologia e ciências: ExpoT&C e Transmissão em rede Internet, via (Rede Nacional de Pesquisa) RNP;

k) reuniões regionais dedicadas à discussão de questões regionais em ciência e tecnologia , ao ensino de ciências e à divulgação científica, em Porto Velho, Aracaju, Boa Vista e São Carlos.

• Contemplados 116 Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs), localizados em diversos Estados brasileiros, principalmente Ceará, Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro, com apoio financeiro do MCT em parceria com as secretarias de ciência e tecnologia, prefeituras locais, instituições de ensino e pesquisa, entre outras. Os CVTs são, além de unidades de ensino e de profissionalização, centros voltados para o acesso, transferência e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos utilizados nas áreas de prestação de serviços e nos processos produtivos.

• Apoio aos seguintes Arranjos Produtivos Locais (APLs): uvas e vinhos em Bento Gonçalves (RS), Confecções e Moda e Pólo Moveleiro em Petrópolis (RJ), Ostreicultura no APL de Pesca em Itapissuma (PE) e APL de Tecnologia da Informação de Londrina (PR).

• Execução dos seguintes projetos de apoio a pesquisa e a inovação:

a) ciência e tecnologia para o Empreendedorismo Social, no DF, em parceria com Sistema Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/DF), realização do Programa de Capacitação e Difusão da Tecnologia do Bambu

e do Programa Infojovem - Estratégia de Geração e Difusão de Formações e Conhecimentos sobre as Políticas Públicas de Juventude;

b) implantação do Instituto de Laticínio do Agreste em Garanhuns (PE), implantação da Central de Reciclagem do Recife como unidade de processamento de material reciclável da região metropolitana de Recife e a criação de uma incubadora de empreendimentos para o Setor de Confecções;

c) realização da 3ª etapa do Projeto Rede Nacional de Paleontologia, implantação do centro de educação a distância da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG);

d) implantação de uma agroindústria para processar a cana-de-açúcar do Município de Manfrinópolis (PR) e a implantação da rede metropolitana de multi-serviços no município de Matelândia (PR);

e) implantação de unidades didáticas de processamento de carne no Estado do Rio Grande do Norte (RN);

f) implantação de mini usina de biodiesel no Município de Palmital (SP).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A gerência utiliza os seguintes mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações: reuniões de trabalho, sem periodicidade pré-definida, em que o monitoramento é realizado com base nos relatos dos coordenadores de ações e levantamentos dos dados constantes dos projetos aprovados; visitas *in loco*, que ocorrem durante ou após a execução dos projetos.

Abrangem a verificação técnica do cumprimento das metas definidas nos projetos e a regularidade quanto à aplicação legal dos recursos públicos a ele associados, mediante demandas específicas, com a elaboração de relatórios de gestão abrangendo a execução do Programa e o uso do Sistema de Informações Gerenciais do Ministério de Ciência e Tecnologia (SigMCT), utilizado para monitorar a execução dos programas e das ações orçamentárias.

A execução física demonstra o alcance de 80% a 100% das metas previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007.

Em regra, os recursos orçamentários executados foram suficientes, tendo sido liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. Contudo, o montante de recursos gastos com despesas administrativas na Ação de Gestão e Administração do Programa (GAP), correspondente a 1,44% do total gasto no Programa, foi insuficiente para um monitoramento e acompanhamento adequado da execução dos projetos, especialmente para o pagamento de serviços terceirizados e realização de viagens e pagamento de diárias para visitas in loco. Em função disso, houve necessidade de remanejamento de valores com vistas a ampliar os recursos de GAP para minimizar os impactos dessa insuficiência.

Além disso, a quantidade de materiais de expediente e mobiliário é insuficiente para a implementação do Programa, bem como os equipamentos de informática são inadequados, o que tem gerado entraves ao bom desenvolvimento da atividade gerencial.

A carência de recursos humanos não permite um gerenciamento adequado do Programa. A equipe gerencial tem apenas um servidor qualificado e disponível para essa atividade, o que prejudica sensivelmente a dedicação à atividade de gerenciamento do Programa. E, a Secretaria, unidade administrativa do MCT responsável pelo Programa, não dispõe de quantidade suficiente de servidores para alocar a essa atividade.

Embora em menor grau do que a equipe gerencial, as equipes executoras também não dispõem de quantidade suficiente de servidores qualificados para essa atividade.

Outras restrições são as dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes e a dificuldade de obtenção do licenciamento ambiental, causando baixos desempenhos das execuções físicas de algumas ações.

Adicionalmente, a estimativa do quantitativo físico em projetos originados de emendas parlamentares, em alguns casos, foi superior aos recursos orçamentários disponibilizados para implementação dessas ações.

O desempenho da execução das ações com recursos descentralizados foi alto, superando as expectativas no alcance de resultados e demonstrando boa integração entre a gerência e os executores.

A execução das ações implementadas em outras unidades administrativas do próprio MCT, teve um bom desempenho, com integração entre gerente e coordenadores de ação.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa realiza parcerias não-governamentais, as quais têm tido bom desempenho na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas.

Grande parte do volume dos recursos do Programa é oriundo de emendas parlamentares. O Programa tem propiciado um aumento de popularização da ciência, tecnologia e inovação, com destaque para as Olimpíadas e a realização anual da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. Entretanto, poderia se beneficiar de um planejamento melhor de suas ações, com definição mais clara de seu escopo, para um melhor direcionamento das demandas, principalmente oriundas de emendas parlamentares. É necessário um esforço maior de acompanhamento da execução e avaliação dos resultados dos projetos. A implementação do Programa também exige uma forte articulação com outros órgãos do Governo Federal e outros entes da Federação. Há que favorecer a sinergia de ações e evitar sobreposição de esforços e pulverização de recursos.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA E DE COMÉRCIO EXTERIOR (PITCE)

GERENTE DO PROGRAMA

Luiz Antonio Rodrigues Elias

OBJETIVO

Promover o desenvolvimento científico e tecnológico e inovações voltadas à melhoria da competitividade de produtos e processos de empresas nacionais e à criação e consolidação de nichos de mercado baseados em novas tecnologias, visando a expansão da economia brasileira no mercado internacional.

PÚBLICO-ALVO

Empresas nacionais, estabelecidas e nascentes, de biotecnologia, de nanotecnologia, de química, de materiais, de eletrônica, de energias renováveis, de software, de fármacos, de semicondutores e microeletrônica, prestadoras de serviços tecnológicos, de consultoria tecnológica, atuantes em pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos em áreas de fronteira tecnológica; comunidade científica e tecnológica

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.361.548.008,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.253.888.571,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 1.253.888.571,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Coeficiente de participação de pessoal técnico em atividades de P&D no total de empregados das empresas - 1/1.000	-		-	-	12.00	-
2. Exportações Brasileiras da Indústria de Alta Tecnologia - US$ milhão	-	-	-	10.241	9.585	106,8%
3. Número de certificados de sistemas e famílias de produtos - Unidade	-	-	8.666	9.614	18.274	52,6%
4. Número de Pedidos Brasileiros de Patentes de Invenção Junto ao Escritório Norte-Americano de Patentes (USPTO) - Unidade	-	-	-	-	233	-
5. Número de pedidos de depósito de patentes no INPI por parte de residentes - Unidade	-	-	-	10.095	22.773	44,3%

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
6. Taxa de participação dos gastos em pesquisa e desenvolvimento na receita líquida de vendas das empresas - Porcentagem	-	-	-	-	0.80	-

1. COEFICIENTE DE PARTICIPAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO EM ATIVIDADES DE P&D NO TOTAL DE EMPREGADOS DAS EMPRESAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
Análise e Justificativa:

A apuração do índice para 2007 só ocorrerá após a conclusão dos trabalhos da Pesquisa de Inovação Tecnológica do Instituo Brasileiro de Geografia e Estatística (PINTEC/IBGE 2007), tendo em vista que a PINTEC 2000 levantou informações relativas ao período 1998-2000; a de 2003 cobriu o período 2001-2003 e a de 2005 cobriu o período 2003-2005. Cabe lembrar que antes o indicador tinha como fonte a Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadoras (Anpei). A PINTEC/IBGE é uma pesquisa de maior abrangência do que a da Anpei. Em 2003 a PINTEC registrou 9,71 técnicos (atividades internas) em pesquisa e desenvolvimento em relação ao total de empregados da empresa. Em 2005 o índice apurado foi de 13,9.

2. EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DA INDÚSTRIA DE ALTA TECNOLOGIA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Esse índice foi incluído para avaliação do Programa em 2007, como resultado do processo de revisão do PPA 2004-2007, e seu resultado foi expressivo, visto ter superada a expectativa prevista para o final do PPA, refletindo o impacto das ações deste Programa e de outros no campo do estímulo a inovação tecnológica.

3. NÚMERO DE CERTIFICADOS DE SISTEMAS E FAMÍLIAS DE PRODUTOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice apurado em 2007 é menor do que o previsto para o final do PPA, contudo sua evolução histórica tem sido satisfatória, considerando a comparação com o ano de início (2004) e 2006, respectivamente, 6.695 e 8.666.

4. NÚMERO DE PEDIDOS BRASILEIROS DE PATENTES DE INVENÇÃO JUNTO AO ESCRITÓRIO NORTE-AMERICANO DE PATENTES (USPTO)
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Esse indicador foi excluído em 2005 e 2006 e retornou em 2007, sendo que sua apuração está dependendo da divulgação das informações do ano de 2007 pelo Escritório Norte-Americano de Patentes (USPTO).

5. NÚMERO DE PEDIDOS DE DEPÓSITO DE PATENTES NO INPI POR PARTE DE RESIDENTES

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

A apuração do índice para esse indicador só será concluída quando o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) divulgar as informações relativas ao ano de 2007.

6. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DOS GASTOS EM PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NA RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS DAS EMPRESAS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Esse Indicador foi incluído em 2007, contudo a apuração do seu índice esta na dependência da conclusão e divulgação da PINTEC/IBGE 2007, que abrangerá o período de 2005 a 2007.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Até o início dos anos 90, o setor produtivo vinha aplicando muito pouco na sua capacitação tecnológica cerca de 10% do total dos investimentos em ciência e tecnologia, os quais, por sua vez, não ultrapassavam 0,8% do Produto Interno Bruto (PIB). Atualmente, tanto os investimentos globais quanto os investimentos do setor produtivo vem crescendo significativamente, porém, ainda em níveis insuficientes quando comparados ao que acontece nos países industrializados, que investem em ciência e tecnologia entre 2% a 3% do seu PIB, com participação majoritária do setor produtivo. Com a implementação deste Programa pretende-se atingir um patamar de investimentos mais compatíveis com as necessidades e os desafios de uma economia extremamente competitiva, aprofundando e viabilizando um efetivo Sistema Nacional de Inovação em plena sintonia com a PITCE. Pretende-se enfocar não só a capacidade de gerar inovações tecnológicas em produtos e processos produtivos, mas também a capacidade gerencial das empresas brasileiras e, ainda, estimular a formação e o fortalecimento de parcerias entre os diversos atores: empresas, institutos tecnológicos, universidades e agentes financiadores. Essas parcerias contribuirão para o incremento da competitividade dos bens e serviços produzidos no País, o desenvolvimento do setor de tecnologia da informação, da nanociência e nanotecnologia, da biotecnologia e outras áreas de fronteira vitais, estruturantes do futuro em uma ampla gama de atividades, com vistas ao aumento da competitividade da indústria nacional e inserção da economia brasileira no mercado internacional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Regulamentação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), por meio da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007.

- Instituição da Política de Desenvolvimento da Biotecnologia, pelo Decreto nº 6.041, de 8 de fevereiro de 2007.

- Financiamento, no âmbito do Programa Inovar para incubadoras de fundos,

de 11 fundos de capital de risco, totalizando R$ 91,3 milhões, sendo que para cada R$ 1,00 investido pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) nos fundos de capital empreendedor a contrapartida dos demais investidores é de R$ 6,50. No Programa Inovar Semente, voltado para fundos de capital fornecido a empreendimentos em estágio pré-operacional, o valor investido foi de R$ 28,8 milhões.

• Contratação de 17 projetos para a montagem das redes de entidades ou consórcios estaduais para tratar dos projetos das pequenas e médias empresas, conforme benefícios e subvenções oferecidos pela Lei do Bem.

• Redução dos custos de financiamento à inovação tecnológica promovida por empresas domésticas por meio do programa pró-inovação e juro zero da Finep, com redução dos encargos incidentes nos financiamentos reembolsáveis em até 10%.

• Lançamento do Edital Universal MCT/CNPq 15/2007, de 2 de agosto de 2007, cujo objetivo é apoiar atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, mediante o financiamento a projetos em todas as áreas do conhecimento, tendo sido selecionados 4.115 projetos e contratados 695.

• Fomento a projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico no valor total de R$ 100 milhões, bem como a projetos do programa de extensionismo tecnológico, no valor previsto de R$ 616 milhões.

• Em Tecnologia Industrial Básica (TIB), destacam-se: a hora legal brasileira, gerada pelo Observatório Nacional (ON), que passou a ser comparada com os integrantes do Sistema Interamericano de Metrologia (SIM) com resultados disponíveis em tempo real; a entrada em operação de mais um relógio atômico de césio, com os seus respectivos dados enviados ao Bureau Internacional de Pesos e Medidas (BIPM). O ON passou a ter um total de cinco relógios atômicos contribuindo com o Tempo Atômico Internacional (TAI).

• Na área de nanotecnologia, houve o lançamento do Edital MCT/CNPq 09/2007, de 20 de agosto de 2007, para Jovens pesquisadores.

• Em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), resultado de destaque é o desenvolvimento de infra-estrutura de software para o Projeto Governo Eletrônico (e-Gov) de interação entre cidadãos e a administração pública, realizado em cooperação com países da Europa e América Latina (rede Inlets).

• Formação do pool de equipamentos geofísicos com apoio da empresa Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), que receberá aporte de R$ 14 milhões, tornando-se um dos grandes centros mundiais em pesquisas geofísicas.

• Publicação de duas chamadas públicas realizadas em parceria com o Ministério da Saúde (MS), uma para desenvolvimento de fatores da coagulação sangüínea por DNA recombinante e outra para pesquisa clínica e avaliação de tecnologias em saúde, com

recursos do Fundo Setorial de Saúde (CT-Saúde) e do Fundo Nacional de Saúde (FNS).

• Financiamento de estudos desenvolvidos por grupos de pesquisas brasileiros e indianos, no âmbito do programa de pesquisa do Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia (ICGEB), para transformação genética do algodão por maior resistência a insetos, bem como sobre a certificação e a qualidade de biodiesel e suas misturas com óleo diesel.

Os resultados foram alcançados dentro das expectativas para o ano e, mais do que os resultados terem ficado dentro do esperado, o importante é que alguns deles são fundamentais para o setor de ciência, tecnologia e inovação, a exemplo da regulamentação do FNDCT, do apoio a empresas de base tecnológica e da Política de Desenvolvimento da Biotecnologia.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Na maior parte das ações, a apuração da meta física fica próxima a 100%. É importante mencionar que projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação são executados em períodos relativamente longos, com cronogramas de desembolso de parcelas de financiamento que envolve, normalmente, mais de um período fiscal. De modo geral, os recursos orçamentários foram considerados suficientes e não houve descontinuidade na liberação dos mesmos de modo a comprometer o Programa, mas o limite do teto de recursos financeiros para algumas ações também tem sido um problema. Analisando os recursos financeiros liquidados ao final do ano de 2007, verificou-se que o índice chegou perto dos 100%, indicando uma melhoria em relação ao ano de 2006. O valor da Ação Gestão e Administração do Programa (GAP), em 2007, foi inferior ao de 2006.

O Programa comporta a agregação de mais recursos humanos junto à equipe gerencial. O número atual tem tido dificuldade em dar suporte a todas as atividades de monitoramento, acompanhamento e avaliação, e gestão orçamentária e financeira. Os recursos humanos são qualificados, entretanto, para o tipo de trabalho, recomenda-se perfis mais multidisciplinares, da mesma maneira que para assuntos orçamentários e financeiros exige-se a contratação de especialistas.

A partir dessa constatação, o que se verifica é que as equipes precisam constantemente ser treinadas e qualificadas, inclusive porque a dinâmica de desenvolvimento de algumas ações impõe no seu decorrer, novos conhecimentos visto que aparecem obstáculos ou dificuldades não previstas e que ensejam um novo conhecimento ou visão do assunto, pois se tem reconhecido que há sobreposição de ações e que há necessidade de maior articulação e coordenação de esforços entre as esferas de governo para otimizar a utilização dos recursos.

Uma restrição que tem prejudicado bastante o alcance dos resultados tem sido a ausência de marcos legais, as interpretações dúbias de leis sem regulamentação e a falta de experiência na aplicação de legislação recente sobre situações novas.

Em relação à multissetorialidade, há problemas na interlocução com atores de outros Ministérios, onde o Programa tem ações junto à Agência de Desenvolvimento da

Amazônia (ADA), do Ministério da Integração Nacional (MI) e à Superintendência de Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus (Suframa), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), que nem o Sistema de Informações Gerenciais do MCT (SigMCT) nem o Sistema de Informações Gerenciais e Planejamento (SIGPlan) têm tido registros de informações a respeito do desenvolvimento dessas ações de forma adequada. Nas demais ações, apesar das informações terem sido prestadas, muitas vezes houve atraso, foram de pouca qualidade e até mesmo incompletas ou interrompidas.

Quanto à participação da sociedade civil na execução do Programa, em alguns casos há consulta pública, como ocorreu na elaboração da Política Nacional de Biotecnologia. O Programa não possui um mecanismo específico para apuração dessa contribuição, contudo todo tipo de informação gerado nos mecanismos de consulta ao público em geral é levado em conta e considerado nas decisões a serem tomadas, desde que não infrinja aspectos legais e os objetivos do Programa. Cabe mencionar que as decisões sobre os fundos setoriais são tomadas nos comitês gestores, colegiados que contam com a participação de representantes de vários segmentos da sociedade.

No tocante à avaliação da satisfação dos beneficiários do Programa, é exigida a apresentação de relatórios técnicos e são realizadas reuniões técnicas, seminários, *workshops* dentre outros eventos, ocasiões em que se pode verificar o grau de satisfação dos seus beneficiários.

O Programa tem interagido com os Estados e Municípios por meio da utilização da formação de Redes de trabalho com a ampliação na utilização do próprio SigMCT, isso tem demonstrado que pode agregar benefícios e trazer aperfeiçoamentos em sua execução.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

No exercício de 2007, no âmbito do Programa, foi realizado o pagamento de 100% das despesas liquidadas e atingiu quase 100% das metas físicas, e que muitas das ações são desenvolvidas no âmbito das unidades administrativas e vinculadas ao MCT.

A avaliação sobre o grau de satisfação dos beneficiários do Programa poderia ser formalizada e melhor internalizada no decorrer da execução das ações de modo a propiciar uma consolidação na ótica do desempenho do Programa, isso reforça que há uma percepção de que é necessário haver uma melhor integração e compreensão dos executores que as informações sobre o andamento das ações é primordial para que problemas detectados possam ser resolvidos e informações precisas possam ser transferidas para o SIGPlan, para um melhor monitoramento pelo responsável do Programa.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA NATUREZA E CLIMA

GERENTE DO PROGRAMA

Luiz Antonio Barreto de Castro

OBJETIVO

Ampliar o conhecimento técnico-científico sobre as interações entre a natureza, a ciência e a sociedade, que contribuam para o entendimento das mudanças globais e para a melhoria da qualidade de vida da população.

PÚBLICO-ALVO

Comunidade científica e a sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 91.822.300,00	Empenho Liquidado:	R$ 87.620.409,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 87.620.409,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Número de Mapas Temáticos Gerados Contendo o Cálculo da Extensão e Distribuição do Desmatamento na Amazônia - Unidade	-	-	-	226	2.061	10,97%
2. Taxa de Acerto da Previsão Climática Sazonal para o Sudeste, Centro-Oeste e Sul do Nordeste - Porcentagem	-	65.00	45.00	46.00	60.00	76,67%
3. Taxa de Acerto da Previsão da Tendência Climática Sazonal Região Amazônica, Norte do Nordeste e Sul - Porcentagem	-	80.00	44.00	45.00	80.00	56,25%

1. NÚMERO DE MAPAS TEMÁTICOS GERADOS CONTENDO O CÁLCULO DA EXTENSÃO E DISTRIBUIÇÃO DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Índice previsto para o final do PPA 2004-2007 está superestimado, situação que deverá ser ajustada no processo de revisão do PPA 2008-2011. Contudo, tem-se que no exercício

de 2007, foram divulgados os mapas de desmatamento para Amazônia do Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (PRODES) e Detecção de Desmatamento em Tempo Real (DETER) para os 12 meses anteriores cujos resultados iniciais indicaram uma diminuição de 30% na área desmatada em relação ao mesmo período anterior.

2. TAXA DE ACERTO DA PREVISÃO CLIMÁTICA SAZONAL PARA O SUDESTE, CENTRO-OESTE E SUL DO NORDESTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O grupo de processamento de alto desempenho vem preparando novos códigos e mecanismos de qualidade que estão sendo implantados tanto na área de suporte de informática, como na área de instrumentação meteorológica, para melhorar o desempenho do índice de taxa de acerto de previsão climática nessa região.

3. TAXA DE ACERTO DA PREVISÃO DA TENDÊNCIA CLIMÁTICA SAZONAL REGIÃO AMAZÔNICA, NORTE DO NORDESTE E SUL
- Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
Análise e Justificativa:

Foram instaladas novas estações meteorológicas automáticas, nas regiões Amazônica, norte do Nordeste e Sul, onde as informações de previsão climática tornaram-se mais seguras, o que colaborou para o aumentando do índice de acerto.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A existência desse Programa vai permitir entender melhor os mecanismos que determinam as mudanças globais do clima e melhorar a capacidade de previsão meteorológica, climática, hidrológica e ambiental como um instrumento de proteção da vida, de redução de custos e de perdas materiais. Através do entendimento das complexas interações entre o meio ambiente (ecossistemas e recursos naturais), o clima (em sua variabilidade natural e antropogênica) e a sociedade, assim como os impactos destas interações sobre as mudanças globais, será possível contribuir para o desenvolvimento sustentável, com aumento da produção, redução da pobreza e dos desequilíbrios regionais e proteção do meio ambiente. O conhecimento gerado terá impactos na definição de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável, possibilitará desenvolver ferramentas analíticas para o planejamento regional e expandirá as fronteiras da ciência para a sustentabilidade no País. Essas ferramentas são importantes para se entender os óbices naturais, tecnológicos e institucionais à melhoria da qualidade de vida, à proteção dos ecossistemas e do meio ambiente.

A lógica geral das ações a serem implementadas é:

a) montar uma infra-estrutura técnica modernizada para observações da Terra (ecossistemas, atmosfera, superfícies e oceanos), meio ambiente, meteorologia, clima, hidrologia e ecossistemas;

b) estabelecer um mecanismo de integração institucional apoiado na execução descentralizada de atividades;

c) integrar fornecedores de informação e usuários do sistema;

d) ampliar o conhecimento técnico-científico sobre modelagem ambiental e simulação matemática de sistemas complexos ambiente-sociedade, previsões de tempo e clima, previsões hidrológica e ambiental, interação entre o oceano e a atmosfera, variabilidade climática, sustentabilidade do desenvolvimento regional, impactos de eventos extremos ambientais e estrutura e funcionamento dos ecossistemas brasileiros.

Os conhecimentos obtidos, assim como o conjunto de informações originadas de múltiplos fornecedores no País e no exterior, são tratados de forma integrada, descentralizada e multidisciplinar, por meio de redes de computadores de grande porte, e colocados à disposição de usuários distintos, públicos e privados, para que a sua utilização e a tomada de decisões deles decorrente sejam feitas de forma descentralizada.

O Programa aumentará a eficiência econômica nos setores de agricultura e agronegócios, energia e transportes. Será ainda essencial para a otimização de atividades ligadas à prevenção da poluição atmosférica e hídrica, proteção de ecossistemas, conservação de recursos naturais, e à defesa civil, reduzindo vulnerabilidades sociais e econômicas aos eventos extremos ambientais. Trata-se, portanto, de um programa prioritário não apenas por viabilizar novos conhecimentos, como também por proporcionar melhoria da eficiência da operação do sistema econômico e da proteção da sociedade e do meio ambiente.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Reestruturação e incremento/modernização da Rede Observacional e todas as atividades de suporte e de processamento voltadas à meteorologia e à mitigação dos efeitos danosos dos fenômenos adversos. A junção dos esforços técnicos, científicos e operacionais entre o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC) estabeleceu uma integração das ações, além de mostrar melhor governança no sistema meteorológico nacional, com redução de redundâncias, maior complementaridade nas ações e aumento na confiança por parte dos usuários, com avanço no monitoramento meteorológico e ambiental.

• Intensificadas, através do projeto temático do Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio), atividades de pesquisa e desenvolvimento em biodiversidade, sendo que as redes de laboratório formadas para realizar outros ensaios biológicos foram fortalecidas, envolvendo o Instituto Nacional Pesquisas Ambientais (INPA) e outras instituições brasileiras como o Instituto Butantã, Fundação Universidade do Rio Grande (FURG) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente, estão sendo realizados ensaios contra tuberculose, apoptose, bactérias gram-negativas e gram-positivas, fungos dermatofíticos, além dos ensaios antioxidantes. A extratoteca conta com 293 extratos provenientes

de 150 plantas em que todos já foram testados nos ensaios antioxidantes e enviados para testes contra Mycobacterium tuberculosis e contra Artemia salina, com resultado de que até o momento tem-se 50 extratos contra Mycobacterium tuberculosis sendo quatro muito promissores.

• Realizada consulta nacional com a comunidade científica brasileira para aumentar a sua participação na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). O evento se propôs a fomentar uma discussão, em nível nacional, no sentido de estreitar as relações entre o Poder Público, tomadores de decisão e o setor científico. Essa reunião teve como objetivo criar um mecanismo para se obter aconselhamento do segmento de pesquisa com vista à elaboração de posições brasileiras relativas a tomadas de decisões políticas em relação ao tema diversidade biológica e, portanto, com vista também a prestar assessoramento científico à CDB.

• Desenvolvimento de um portal de Meteorologia para agricultura por meio de convênio tripartite entre Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) no qual foram concentrados os produtos de meteorologia de interesse para a agricultura tanto para as atividades do dia-a-dia como para o planejamento na escala de 15 dias ou dos próximos três meses. A disseminação da informação é realizada por boletins enfocando aspectos como a possibilidade de chuva, geada, seca assim como aconselhamentos diversos baseados na experiência dos parceiros em agricultura combinada com a experiência do CPTEC em meteorologia.

• Apresentação de relatórios parciais e criação de um sítio específico com os dados e resultados do Projeto Respostas Fisiológicas de Plantas às Mudanças Climáticas Globais que prevê a montagem de um banco de dados com informações estratégicas sobre os mecanismos de respostas ecofisiológicas, fisiológicas e bioquímicas de um grupo de plantas da Mata Atlântica e do Cerrado, quando submetidas a efeitos decorrentes das mudanças climáticas globais. Para tanto, estão sendo realizados experimentos em que plantas cultivadas em câmaras especiais são submetidas à alta concentração de gás carbônico.

• Preparação logística, que envolve o embarque de pessoal técnico e de diversos equipamentos e material de consumo, no navio oceanográfico Antares, da Marinha do Brasil, objetivando a próxima missão do Projeto Pirata X, que tem como finalidade a retirada de bóias meteorológicas do oceano, limpeza, pintura e recuperação de suas partes mecânicas, e troca de sensores meteorológicos e oceanográficos.

• Introdução da WebTV, uma nova forma de disseminação, onde meteorologistas e agrônomos apresentam as diferentes visões sobre a previsão do tempo e do clima.

• Reforço na infra-estrutura computacional (cluster de computadores) para cinco centros estaduais de meteorologia no Amapá (AP), Bahia (BA), Santa Catarina (SC), Sergipe (SE) e Espírito Santo (ES), com a realização de treinamento para cada um dos representantes dos centros.

• Parceria MCT e o Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP) para as três redes de pesquisas daquele Centro (pesca, pecuária e bioprospecção) com a participação em 140 eventos científicos, publicação de 64 artigos em revistas científicas, anais, livros ou capítulos de livros e produção de 28 encartes ou fôlderes para distribuição na comunidade pantaneira. No tocante à capacitação de recursos humanos, o CPP possui, entre os diversos projetos em desenvolvimento, 18 doutorandos, 82 mestrandos e 118 alunos de iniciação científica, gerando o total de duas teses de doutorado, 24 dissertações de mestrados e 45 monografias de conclusão de curso defendidas no exercício de 2007.

• Investigado em escala piloto as condições de cultivo e os parâmetros físico-químicos da destilação por arreste a vapor de duas plantas aromáticas, priprioca e estoraque, visando determinar as condições ótimas para a exploração comercial destas espécies. As condições para o cultivo do estoraque (*Ocimum micranthum*) estão definidas, bem como os parâmetros físico-químicos para a destilação, visando a obtenção do óleo essencial. O dispositivo para destilação do óleo essencial de priprioca está operacional.

• Realizados estudos à dinâmica territorial e sócio-ambiental das frentes de ocupação e áreas consolidadas, por meio da ampliação de atuação da Rede Temática de Pesquisa e Modelagem Ambiental da Amazônia (Rede GEOMA). Esse projeto tem induzido outras ações, como o projeto integrado MCT/Embrapa cujo objetivo é o de integrar competências de diversos programas do MCT e da Embrapa, para atuar em importante área de estudo no Pará, o Distrito Florestal Sustentável, recentemente criado pelo Governo Federal.

• Divulgados, em 2007, os mapas de desmatamento para a Amazônia dos Programas PRODES e DETER para os 12 meses anteriores cujos resultados iniciais indicaram uma diminuição de 30% na área desmatada em relação ao mesmo período anterior.

• Apresentação de relatórios parciais referentes ao convênio celebrado entre o MCT e a Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais (Funcate) para construção de banco de dados geográfico para o ano de 1994, visando a estimativa das emissões de gases de efeito estufa, relacionadas ao setor uso da terra (mudanças no uso da terra e florestas no período de 1994-2000).

• Realização do curso de Meteorologia Sinótica Teórica e Prática em parceria com a Sociedade Brasileira de Meteorologia (SBMET), com a participação de 24 centros estaduais.

• Celebração de parceria, no âmbito do Projeto BRA/05/G31, entre o MCT, o INPE/CPTEC e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para desenvolvimento do projeto referente à modelagem regional de mudança do clima.

• Lançado o edital de licitação para contratação de serviços de topografia com vistas à instalação de infra-estrutura de pesquisa (grade), necessária para inventários padronizados na reserva ecológica Cuniã no Estado de Rondônia.

• Firmado parceria com o INPA, MCT e o Exército brasileiro para construção de

uma grade PPBio na área do Exército, em frente à cidade de São Gabriel da Cachoeira (AM), onde as despesas ocorrerão por conta do Projeto FINEP-Fronteiras e conta com apoio logístico do Exército.

• Realizadas várias excursões às Florestas e Parques Nacionais, em que foram contemplados os protocolos de estrutura de vegetação, herpetofauna, clima, árvores, fungos, mamíferos e invertebrados aquáticos, e implantação de grades e obtenção de dados de topografia, reconhecimento de área para escolha de sítio e plano de manejo de parques.

• Realizadas 27 expedições de coletas do componente de inventários no Semi-árido, dentro do planejamento das áreas selecionadas no projeto: Senhor do Bonfim, Raso da Catarina e Dunas do São Francisco (todas na BA); Buíque (PE); Serra das Confusões (PI); e Seridó (divisa da PB e do RN).

• Iniciados os inventários em três novas áreas (Morro do Chapéu e Serra do Ramalho, na BA, e Ibiapaba do Norte, no CE). Foram complementados os materiais indispensáveis para a coleta, incluindo as redes para captura de aves e as armadilhas para a captura de mamíferos e lagartos.

• Lançado o Edital MCT/CNPq no âmbito do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (MCT/CNPq/PPG7 nº 03/2007), de caráter inovador, sobretudo por concorrerem divulgadores científicos com propostas articuladas com os cientistas. Como resultado, foram aprovadas oito propostas de divulgação científica, sendo quatro do INPA, uma da Universidade Federal do Pará (UFPA), uma do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), uma da Embrapa Amazônia Oriental e uma da Embrapa Rondônia. Vale destacar que o conjunto das oito propostas aprovadas contemplou os três temas de pesquisa previstos no Edital. Assim, pode-se concluir pelo bom desempenho da Fase II do Subprograma de Ciência e Tecnologia do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (SPC&T/PPG7) no exercício de 2007.

• Firmado convênio com o Ministério da Saúde (MS) que está sendo desenvolvido um sistema de alerta quanto à qualidade do ar, enfocando primeiramente a região Centro-Oeste do Brasil na época seca quando ocorrem queimadas e a fumaça afeta o sistema respiratório, principalmente, de crianças e idosos.

• Realização de seminário e workshop, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e diversas instituições dos Estados onde o bioma Cerrado está presente, com o objetivo de iniciar estudos para a criação de uma rede estratégica para a conservação do cerrado. O CPP foi indicado para a consolidação dessa Rede.

• Estruturada a base de dados das Plantas Aromáticas e dos Frutos da Amazônia em ambiente *Windows*/*Access*, com mais de 850 entradas (espécimes). Esse projeto consiste no inventário das plantas aromáticas dos cerrados e campos naturais da Amazônia Oriental. O uso desses dados servirá para implementação de um sistema agroindustrial para Piper aduncum, planta da região Amazônica rica em óleos essenciais.

•

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A gerência utiliza os seguintes mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

a) reuniões de trabalho semestrais, realizadas pelo gerente do Programa com os respectivos coordenadores de ação;

b) visitas *in loco*, realizadas pelos técnicos das áreas envolvidas com o Programa, pelo menos uma vez ao ano;

c) sistemas informatizados, com consultas ao Sistema de Administração Financeira e de outros sistemas desenvolvidos no âmbito do projeto;

d) relatórios de gestão, elaborados nas áreas responsáveis pelas ações, quando da visita técnica, além do relatório de gestão anual elaborado pela Secretaria;

e) o Sistema de Informações Gerenciais do MCT (SigMCT) que é o principal sistema de acompanhamento das ações, no âmbito do MCT, e é constantemente atualizado pelos registros efetuados pelos coordenadores de ação.

A ação Pesquisa e Desenvolvimento de Projetos Científicos e Tecnológicos do projeto-piloto para proteção das florestas tropicais foi avaliada por missão do Banco Mundial que considerou seu desempenho satisfatório, incluindo a excelente atuação da equipe de coordenação da ação. Logo em seguida, foi realizada a missão de supervisão em gerenciamento financeiro, por aquele Banco, que avaliou a ação nos aspectos relativos a: pessoal; fluxo de fundos; controle interno; auditoria externa; relatórios de gerenciamento financeiro; sistema de gerenciamento financeiro; e desembolsos. O Banco concluiu que os relatórios de prestação de contas utilizados pelos coordenadores de pesquisa, referentes à execução financeira dos recursos, mostraram-se adequados.

As metas físicas do Programa, mantidas as médias de execução das ações, foram realizadas dentro do previsto, com execução física de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Ressalta-se que em algumas ações foi verificada a superação de suas metas.

O limite de pagamento oferecido ao Programa tem sido insuficiente para atender os compromissos assumidos por suas ações. A execução orçamentária ocorreu praticamente na sua totalidade. Entretanto, a falta de um cronograma de desembolso físico versus financeiro, bem como um limite de pagamento que é abaixo da dotação, gerou um volume considerável de despesas inscritas em restos a pagar, que vem se acumulando de exercícios anteriores, comprometendo o limite de pagamento do exercício de 2008. Quanto ao fluxo de recursos orçamentários, a execução ocorreu sem maiores problemas, não interferindo na execução física do Programa, em que pese a sua liberação em parcelas trimestrais.

Os recursos gastos com despesas administrativas na Ação Gestão e Administração do Programa (GAP) corresponderam a 1,29% do montante liquidado diretamente com

a execução das ações do Programa. No âmbito desta Ação, foi disponibilizado o apoio necessário ao desenvolvimento do Programa. As despesas, dentre outras, envolveram pagamentos de servidores sob o regime de contratos temporários, terceirizados, material de consumo, sistemas de informações gerenciais internos, produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações, outros serviços de terceiros e demais atividades-meio necessárias à gestão e à administração do Programa.

Restrições de gastos com diárias e passagens têm sido um obstáculo para uma melhor e maior avaliação dos projetos, tendo em vista que a maior parte deles é executada em unidades de fomento e de pesquisa em outros Estados.

Os recursos materiais e a infra-estrutura são adequados para a implementação do Programa. No entanto, a quantidade de recursos humanos na equipe gerencial é inadequada, com a perda de um grande número de servidores qualificados nos últimos anos, sem reposição em ritmo adequado. A falta de realização de concursos para a área de ciência e tecnologia tem sido um entrave na reposição imediata desses técnicos. Fato semelhante ocorre nas equipes executoras, uma vez que o Programa na maioria das suas ações é executado em agências de fomento e unidades de pesquisa.

A integração é permanente, com a maior parte dos coordenadores de ações. O gerente do Programa mantém monitoramento das atividades dos coordenadores, especialmente daqueles que têm vinculação institucional com a estrutura organizacional do MCT.

Das ações do Programa, apenas uma vem sendo executada no âmbito de outro Ministério, com desempenho médio. Sua avaliação de desempenho é feita por intermédio do gerente executivo do Programa em entendimentos com o coordenador da ação. A indisponibilidade de acesso ao sistema SigMCT, por esse coordenador, implica no atraso das informações de atualização do sistema quanto à sua situação.

Outro fator que implica numa melhor avaliação está na dificuldade de visualização da execução da Ação, uma vez que o gerente não tem acesso aos sistemas de administração orçamentária e financeira da unidade. A última avaliação dessa Ação foi realizada através de pesquisa na página eletrônica do Ministério/agência executor.

A execução das ações implementadas em outras unidades administrativas do próprio Ministério teve desempenho satisfatório, com boa integração entre gerência e coordenadores de ação. A maioria das ações deste Programa são executadas no âmbito das agências de fomento e unidades de pesquisa da estrutura do MCT, facilitando a interação e o cumprimento dos objetivos dessas ações.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa realiza parcerias não-governamentais para sua execução, cuja gestão é realizada por meio de acompanhamento e avaliação em conformidade com o estabelecido nos termos de parcerias firmados, e possui os seguintes mecanismos de participação social:

a) audiência pública que é realizada para o Programa, em função dos seus objetivos e pelas atividades desenvolvidas pelas coordenações, tem contribuído para a formulação de propostas de políticas públicas. Para defesa e apoio dessas propostas se faz necessário à articulação com o poder Legislativo nas suas respectivas comissões, congressistas, bancadas de partido, bem como da opinião da comunidade científica e da própria sociedade;

b) reunião com grupos de interesse (comunidade científica, população, instituições de pesquisa) envolvidos na implementação do Programa que tem contribuído para as complexas interações entre o meio ambiente, o clima e a sociedade. Os grupos de interesse estão sempre atuando em parcerias em prol do desenvolvimento sustentável, com aumento da produção, redução da pobreza e proteção do meio ambiente;

c) fóruns de discussões sobre as ações do Programa, entre eles:

- a Comissão de Coordenação das Atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia,

- o Comitê Executivo para Levantamento de Avaliação do Potencial Biotecnológico da Biodiversidade Marinha (Biomar),

- a Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima,

- a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima,

- o Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio).

Os mecanismos de gestão aplicados no Programa são contínuos e estão relacionados ao repasse de recursos para as agências de fomento, para as unidades de pesquisas, para as organizações sociais e para as organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs). Instrumentos jurídicos como Contrato de Gestão, Termos de Parcerias e Termos de Gestão pactuam as obrigações das partes e seus respectivos planos de trabalho. O modelo de acompanhamento e avaliação para o Termo de Parceria é muito bem estruturado. A Comissão de Acompanhamento e Avaliação, instituída pelo MCT, é constituída de representantes do próprio Ministério, da instituição parceira e de representantes do Conselho Ministerial de Políticas Públicas de C&T, que acompanha e avalia o alcance das metas de desempenho acordadas no Termo de Parceria.

O acesso ao SigMCT aos coordenadores de ações integrantes do Programa que se encontram vinculados em outros órgãos e desempenham suas atividades em unidades administrativas não pertencentes à estrutura do MCT se torna um fator relevante para viabilizar o monitoramento e avaliação do Programa.

Para o PPA 2008-2011, o Programa foi substituído pelos Programas Ciência, Tecnologia e Inovação Aplicadas aos Recursos Naturais e Meteorologia e Mudanças Climáticas e, o Indicador Número de Mapas Temáticos Gerados Contendo o Cálculo da Extensão e Distribuição do Desmatamento na Amazônia foi excluído.

FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA PESQUISA

GERENTE DO PROGRAMA

Marco Antonio Zago

OBJETIVO

Formar e capacitar recursos humanos de forma a ampliar e consolidar a base de pesquisa técnico-científica no País.

PÚBLICO-ALVO

Pesquisadores, estudantes de nível superior, universidades e centros de pesquisa, públicos e privados

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 656.006.866,00	Empenho Liquidado:	R$ 658.307.165,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 658.307.165,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Índice de Produtividade Científica dos Bolsistas de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Índice numérico	-	-	-	-	1.10	-
2. Taxa de Bolsistas de Doutorado do Programa que Titularam - Porcentagem	-	-	-	64.40	67.00	96,12%
3. Taxa de Doutores em Relação aos Pesquisadores do Diretório dos Grupos de Pesquisa - Porcentagem	62.00	62.00	64.00	64.00	64.00	100%
4. Taxa de Egressos do Programa de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC em Programas de Pós-Graduação - Porcentagem	-	25.00	-	33.00	22.00	150%
5. Taxa de Ex-Bolsistas de Doutorado do Programa Cadastrados como Pesquisadores no Diretório dos Grupos de Pesquisa - Porcentagem	-	-	-	47.00	51.00	92,16%

1. ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE CIENTÍFICA DOS BOLSISTAS DE PRODUTIVIDADE EM PESQUISA DO CNPQ
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A apuração deste indicador depende da primeira etapa da estratificação dos grupos de pesquisa, que é realizada após cada censo do Diretório dos Grupos de Pesquisa. O último censo teve sua coleta encerrada em dezembro de 2006 e, em fins de 2007, devido a dificuldades de diversas naturezas, apenas parte dos seus resultados foi concluída (o que não inclui a estratificação). Os trabalhos relativos à estratificação ainda não foram iniciados, tendo em vista serem extremamente complexos, envolvendo extensas bases de dados e exigindo aporte ferramental e de pessoal técnico, atualmente, indisponível.

2. TAXA DE BOLSISTAS DE DOUTORADO DO PROGRAMA QUE TITULARAM
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice apurado em 2007 para este indicador foi de 64,4%, resultado que caracteriza desempenho um pouco abaixo daquele que se pretendia alcançar no período considerado. Tendo em vista que o índice previsto ao final do PPA tinha o mesmo valor do índice de referência (índice de base do início do PPA 2004-2007), de 67%, o que demonstra um desempenho do programa, sob este aspecto, abaixo do esperado.

3. TAXA DE DOUTORES EM RELAÇÃO AOS PESQUISADORES DO DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice apurado em 2007 para este indicador evidencia que o Programa obteve êxito no que se refere ao alcance do índice previsto para o final do PPA 2004-2007, destacando-se que em 2006 a porcentagem de alcance já era de 100%.

4. TAXA DE EGRESSOS DO PROGRAMA DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - PIBIC EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
Análise e Justificativa:

O índice apurado em 2007 para este indicador caracteriza a obtenção de resultados muito positivos, com larga superação da expectativa de alcance do índice previsto para o final do PPA 2004-2007, uma vez que ao estabelecer esta previsão a partir o índice de referência (índice de base do início do PPA 2004-2007) tinha-se a estimativa que haveria um aumento da taxa de 20% para 22%, e o resultado obtido foi de 33%.

5. TAXA DE EX-BOLSISTAS DE DOUTORADO DO PROGRAMA CADASTRADOS COMO PESQUISADORES NO DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

Análise e Justificativa:

O índice apurado em 2007, de 47%, ficou aquém do que estava previsto alcançar ao final do PPA 2004-2007, sendo que o índice de referência (índice de base do início do PPA 2004-2007) era de 50%, com a previsão de um crescimento na ordem de 2%. Pode-se concluir que o desempenho do Programa piorou ao longo do PPA, sob este aspecto, entretanto, ressalta-se que existe uma estreita relação entre este indicador e a Taxa de Bolsistas de Doutorado do Programa que Titularam, o que confere certa lógica ao fato de ambos terem apresentado desempenho semelhante, no que concerne ao não alcance do índice previsto para o fim do período.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O aumento da atividade de ciência e tecnologia é componente importante para a inserção e adequada competição das nações no contexto atual de globalização. Para esta atividade, além de instalações e equipamentos adequados, são necessários recursos humanos altamente capacitados. Este Programa destina-se a ampliar e consolidar a base de pesquisa técnico-científica, resultante de esforços empreendidos com êxito ao longo de décadas, por meio da formação e capacitação de recursos humanos. A qualidade já alcançada permite neste momento fixar com mais precisão os focos que devem orientar o crescimento do quadro de pesquisadores, nos diversos níveis de formação. Assim, o Programa define suas ações em quatro grandes linhas:

a) buscar a permanente formação e atualização dos pesquisadores brasileiros, tendo como referência os mais elevados padrões internacionais;

b) assegurar o processo de renovação do quadro de pesquisadores, numa perspectiva de longo prazo, estimulando o surgimento de novas vocações;

c) orientar segmentos da base de pesquisadores para capacitação em áreas de reconhecida relevância e/ou definidas como estratégicas, a fim de dar respostas aos grandes problemas sociais e aos desafios associados à agenda de modernização do País;

d) preparar os quadros técnicos de suporte à pesquisa.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Aumento no número de bolsas concedidas: o número total de bolsas concedidas e implementadas evoluiu em 3,1%, passando de 52.662 em 2006 para 54.281 em 2007, considerando-se apenas as bolsas pagas com recursos deste Programa. Para as bolsas no País, o número passou de 52.308 para 53.797 no período, caracterizando um avanço de 2,8%; no caso das bolsas no exterior, destaque-se que houve um crescimento mais significativo em relação ao ano anterior, da ordem de 37%, expandindo de 354 para

484 bolsas, revertendo uma tendência de queda que vinha sendo observada nos anos anteriores desse PPA. Analisando o desempenho das principais modalidades adotadas nas ações do Programa, comparando o exercício de 2007 com o ano anterior, observam-se os seguintes índices de crescimento na concessão e na implementação de bolsas:

a) a quota de bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) concedida em 2007 foi de 18.117 bolsas de Iniciação Científica para 227 instituições de ensino superior e de pesquisa. O número de bolsas cresceu 1% e o de instituições participantes no processo de iniciação científica ampliou-se em 5%;

b) as quotas de bolsas de Mestrado (GM) e Doutorado (GD) implementadas em 2007 superaram as do ano anterior em, respectivamente, 4,5% e 3,6%;

c) a quota implementada de bolsas de Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora (DT) foi 101% superior à de 2006; d) a quota implementada de bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ) foi, em média, de 9.731 bolsas em 2007, desempenho 7,3% superior àquele verificado no ano precedente;

d) a implementação de bolsas de Extensão no País (EXP) e Apoio Técnico à Extensão (ATP) cresceu 167% e 110%, respectivamente, na comparação com o ano anterior;

e) o conjunto de modalidades de bolsas destinadas ao desenvolvimento tecnológico empresarial e de inovação superou em 4,4% o executado em 2006.

• Regionalização do investimento em formação de recursos humanos para ciência, tecnologia e investimento esta ação foi executada mediante a escolha da região Norte (Amazônia) como destinatária preferencial de investimentos, entre outras razões, em decorrência de esta ser historicamente a região de menor participação na distribuição dos recursos do CNPq para a finalidade e, ainda, por se enquadrar prioritariamente no Eixo Objetivos Estratégicos Nacionais, para a abordagem de temas tais como ecossistemas, biodiversidade, recursos hídricos, entre outros aspectos relevantes. O número de bolsas-ano implementadas em 2007 (no País e no exterior), para o conjunto das regiões Centro-Oeste/Nordeste/Norte, foi de 15.986. Esse número representou um aumento de 28% em relação a 2004, quando o total de bolsas implementadas para as três regiões havia sido de 12.517. Observando-se o mesmo número (bolsas implementadas no País e no exterior), região por região, no mesmo período, verifica-se que todas as regiões apresentaram evolução, destacando-se os índices de crescimento para as três regiões supramencionadas, cujos percentuais foram os seguintes:

a) região Norte: 2.272 bolsas em 2007 o que representa um aumento de 38,2% em relação a 2004;

b) região Nordeste: 9.613 bolsas em 2007 o que representa um aumento de 30,1% em relação a 2004;

c) região Centro-Oeste: 4.102 bolsas em 2007 o que representa um aumento de 17,8% em relação a 2004. As regiões Sudeste e Sul apresentaram crescimento de 12,4% e 14,3%, respectivamente, no período considerado.

No decorrer do PPA 2004-2007, a participação proporcional do conjunto das regiões Centro-Oeste/Nordeste/Norte, no tocante ao número de bolsas implementadas apresentou a seguinte evolução: em 2004, 25,7%; em 2005, 26,6%; em 2006, 27,7%; e em 2007, 28,1%.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

De forma geral, a obtenção de resultados do Programa pode ser considerada acima do previsto para 2007, em função dos seguintes aspectos:

a) as metas físicas de todas as ações foram extrapoladas;

b) houve expansão tanto quantitativa (número de bolsas) quanto orçamentária (crescimento dos valores investidos);

c) alcance de metas quanto à regionalização dos investimentos em formação de recursos humanos e apoio à pesquisa;

d) atendimento de prioridades em todos os principais eixos estratégicos definidos pela política setorial.

No tocante à execução física, todas as ações finalísticas apresentaram resultado igual ou ligeiramente acima do estabelecido nas metas. Os percentuais de superação foram, respectivamente, os seguintes: Ação 0900- Concessão de Bolsas de Estímulo à Pesquisa: 0,03%; Ação 0901- Concessão de Bolsas de Formação e Qualificação de Pesquisadores: 1,4%; Ação 0902- Concessão de Bolsas de Iniciação à Pesquisa: 2,55%; e Ação 0903-Concessão de Bolsas de Desenvolvimento Tecnológico Empresarial: 74,6%.

A gerência utiliza os seguintes mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações: reuniões de trabalho, realizadas periodicamente no âmbito do MCT para discussão de aspectos e procedimentos destinados a aprimorar o monitoramento das ações e dos programas; a inserção de todos os eventos pertinentes à implementação das ações, no SigMCT, tais como, a quantidade de bolsas implementadas, mês a mês, o lançamento de editais ou chamadas para novas concessões de bolsas, de acordo com calendários anuais previamente estabelecidos, bem como a divulgação de resultados dessas chamadas, com os respectivos números de bolsas concedidas, por modalidades e demais critérios previstos.

A execução orçamentária foi suficiente em relação às dotações autorizadas, e os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. O Programa não utiliza recursos de origem não-orçamentária.

O montante de gastos com despesas administrativas no exercício foi da ordem de 1,5%, percentual que vem se mantendo ao longo dos anos. Esses gastos destinam-se ao pagamento de despesas de manutenção da unidade e da infra-estrutura de software que dão sustentação operacional e gerencial ao Programa. Esses aportes são de essencial importância dado que a execução do Programa demanda a interação com um grande número de usuários (comunidade científica acadêmica e tecnológica, candidatos a bolsas, consultores ad hoc, comissões de assessoramento, análise e julgamento de propostas de apoio, entre outros), seja por meio eletrônico (alternativa crescentemente utilizada), seja em modo presencial (reuniões de comitês assessores, grupos de trabalho, etc.).

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa realiza parcerias não-governamentais para sua execução. Não há, até o momento, registro de dificuldades para o tipo específico de parceria estabelecido entre o CNPq e instituições não-governamentais, mesmo porque, no caso de bolsas de pesquisa, as concessões são realizadas ao pesquisador e não à instituição.

O Programa possui os seguintes mecanismos de participação social: Ouvidoria com a utilização de dois instrumentos, uma Central de Atendimento por meio de linha telefônica 0800 e um sistema de correio eletrônico denominado Fale Conosco, a comunidade beneficiária do Programa pode se comunicar com a agência para esclarecer dúvidas, fazer solicitações, registrar eventuais reclamações e/ou sugestões; participação de grupos de interesse, os Comitês Assessores, formados por membros da comunidade científica nacional. A agência executora, o CNPq, tem como instância decisória máxima um Conselho Deliberativo, composto por membros da comunidade científica, tecnológica, do Governo, representantes do setor privado e de trabalhadores.

A participação social, considerando-se que se dá na medida em que o Programa é operacionalizado em parceria com a comunidade científico-tecnológica nacional, principalmente por meio dos Comitês Assessores, confere legitimidade ao processo de seleção e à tomada de decisão, no que concerne às estratégias adotadas na alocação de recursos.

A utilização de Comitês Assessores para a concessão de bolsas e auxílios à pesquisa pode ser apontada como um exemplo de boa prática de gestão, considerando-se que a demanda por financiamento de atividades de formação e capacitação de recursos humanos para pesquisa é elevada e os recursos disponíveis estão sempre aquém dessa demanda. Adicione-se a esta o aspecto relativo ao alto nível de exigência e competitividade por parte da clientela do Programa (comunidade científica e tecnológica do País). Nesse sentido, o uso de Comitês Assessores, experiência amplamente consolidada e bem sucedida no âmbito do CNPq, confere representatividade e legitimidade às decisões, dado que todas as áreas de conhecimento, assim como um grande número de instituições de ensino e pesquisa, de todas as regiões do País, está representado no processo decisório.

NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - PNAE

GERENTE DO PROGRAMA

Sérgio Maurício Brito Gaudenzi

OBJETIVO

Desenvolver e utilizar tecnologias espaciais na solução de problemas nacionais.

PÚBLICO-ALVO

Governo, comunidade científica e setor produtivo nacional

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 243.222.099,00	Empenho Liquidado:	R$ 224.282.711,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 224.282.711,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Número-índice de tecnologias geradas no âmbito do programa - Índice numérico	-	442.00	820.00	807.00	190.00	424,74%
2. Taxa de Participação da Indústria Nacional na Execução do Programa – Porcentagem	4.93	-	37.35	29.04	30.00	96,80%

1. NÚMERO-ÍNDICE DE TECNOLOGIAS GERADAS NO ÂMBITO DO PROGRAMA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
-Análise e Justificativa:

A apuração do referido número-índice é realizada pela Agência Espacial Brasileira (AEB), a partir do registro de novos produtos ou processos desenvolvidos no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e no Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), órgãos responsáveis pela execução de ações do Programa, além daquelas geradas pela indústria nacional no âmbito dos contratos do Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE).

2. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA NACIONAL NA EXECUÇÃO DO PROGRAMA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
-Análise e Justificativa:

O indicador teve a sua apuração por meio do levantamento dos valores pagos nos contratos de fornecimento por empresas brasileiras de produtos ou serviços para o PNAE. O indicador não inclui produtos ou serviços comuns. No entanto, serviços técnicos especializados relacionados, como exemplo, os contratos de manutenção de antenas, radares e outros equipamentos similares, são considerados na apuração do indicador.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os sistemas espaciais são, atualmente, essenciais, não apenas na obtenção de informações sobre a Terra, como também na viabilização de aplicações e serviços decorrentes dessas informações. No caso brasileiro, as características territoriais e geopolíticas do País tornam a tecnologia espacial a única alternativa viável para o atendimento de necessidades nacionais como as telecomunicações, o levantamento e a prospecção de recursos naturais, o acompanhamento de alterações no meio ambiente e a vigilância das fronteiras.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Lançamento, com sucesso, e início da operação do satélite CBERS-2B, terceiro satélite da série Sino-Brasileira, permitindo assim a continuidade na geração e distribuição de dados e imagens para apoio a inúmeros programas de Governo, dentre os quais, os de contenção de desmatamento na Amazônia. O evento reafirma a posição brasileira de maior distribuidor de imagens de sensoriamento remoto, em consonância com a Política de Distribuição de Dados (CBERS), a qual prevê a distribuição gratuita de imagens aos usuários brasileiros e aos países da América Latina e da África.

• Início da operação da empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS), que concretiza o objetivo de utilização comercial da região de Alcântara (MA), para provisão de serviços de lançamento.

• Sucesso parcial da missão Cumã II com o lançamento de diversos experimentos em um foguete de sondagem VSB-30, a partir do Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA). O foguete seguiu trajetória nominal, com desempenho dentro do previsto, e enviou dados de telemetria contendo informações sobre os experimentos. A perda da carga útil, por motivo ainda indeterminado, provocando a perda dos experimentos e de alguns dados neles contidos, os quais não podiam ser transmitidos por telemetria, impediu que a missão fosse considerada um sucesso total.

• Lançamento do foguete de sondagem brasileiro VSB-30, missão Angicos, a partir do Centro de Lançamento de Barreira do Inferno (CLBI), tendo como cargas úteis experimentos selecionados pela Comissão Nacional de Atividades Espaciais da Argentina (CONAE) e um Global Positioning System (GPS) da Universidade Federal do Rio Grande

do Norte (UFRN). O vôo atingiu 121 km de altitude, tendo funcionado plenamente a transmissão de dados, assim como cumprida com sucesso a recuperação da carga útil.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A gerência utiliza os seguintes mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações: visitas *in loco*, periódicas, aos órgãos executores do programa (INPE e IAE); relatórios de gestão mensais de acompanhamento de metas; lançamento dos relatórios mensais no SigMCT.

Embora o percentual de execução orçamentária do PNAE tenha sido alto, da ordem de 92,19% (liquidado/autorizado), em 2007 teve um alto percentual de restos a pagar (55%), em razão de que houve restrições, como embargos do Tribunal de Contas da União (TCU) em ações específicas e, as ações Reconstrução da Torre Móvel de Integração do Sítio do Veículo Lançador de Satélites e Implantação do Centro Espacial de Alcântara não tiveram nenhuma execução em 2007.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. Outras restrições tiveram um peso maior nos atrasos verificados na execução do Programa.

O percentual de recursos do PNAE gastos com despesas de gestão e administração é da ordem de 5%, mas inclui apenas o custeio das ações da AEB, ou seja, não inclui as despesas de gestão e administração dos órgãos executores, INPE e IAE, as quais são computadas em seus respectivos orçamentos institucionais.

O Programa apresenta restrições quanto a recursos materiais e recursos humanos. Os recursos alocados para manutenção dos laboratórios não têm permitido a atualização de equipamentos de ensaio e teste, que muitas vezes não têm mais peças de reposição no mercado. Esta situação tem elevado os riscos nas operações das instalações e meios, dedicados a ensaios, testes e controle de satélites.

A AEB carece de quadro próprio de funcionários, como também de número suficiente de cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS) que permitam a fixação de especialistas e a melhor gestão e coordenação da execução da Política Espacial. Nas equipes executoras, a carência de recursos humanos deve-se principalmente à falta de autorização para realização de novos concursos para o INPE, IAE, Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI), CLA e CLBI, dificultando a reposição de especialistas. Avalia-se como necessária uma maior participação da indústria no Programa, dentre outros motivos, pela flexibilidade de contratação e remuneração de mão de obra qualificada. Também há necessidade de formação de competências gerenciais/técnicas consideradas estratégicas para o PNAE.

O TCU determinou o cancelamento do convênio Finep /AEB, que tratava da reconstrução da Torre Móvel de Integração (TMI) do Veículo Lançador de Satélites (VLS). As ações

relacionadas à implantação do CEA e à reconstrução da TMI do foguete VLS não tiveram nenhuma execução em 2007. A licitação para implantação do CEA foi suspensa por determinação do TCU e o início da reconstrução da torre de lançamentos somente deverá ocorrer em 2008, com a revogação, por Acórdão do TCU. Em outras ações, houve atrasos na celebração de contratos causados pelos longos prazos de análise requeridos pelo Núcleo de Assuntos Jurídicos de São José dos Campos (NAJ/SJC), que centraliza a análise dos contratos do INPE e do Instituto de Aeronáutica e Espaço/Centro Técnico Aeroespacial (IAE/CTA).

A área do CLA é habitada por comunidades quilombolas que reivindicam a propriedade da terra, com isso tem-se a necessidade de coordenação estreita entre as ações de reconhecimento desse direito e as ações de melhoria e adaptação do CLA para lançamentos de satélites, em bases comerciais.

Houve restrição à importação de componentes de qualificação espacial dos Estados Unidos, resultando em necessidade de reprojeto em inúmeros equipamentos do satélite CBERS, acarretando atrasos e aditivos nos contratos em vigentes.

A maioria das ações do Programa é executada por institutos especializados, INPE e IAE/CTA, ambos integrantes da esfera federal. Em 2007, o percentual de execução desses recursos repassados foi na ordem de 90%, com exceção da Ação 10V6- Reconstrução da Torre Móvel de Integração do VLS, na qual não houve repasse de recursos tampouco execução direta pela AEB devido ao embargo do TCU.

Não houve execução dos recursos alocados na ação 1K41- Estudos e Projetos para a Construção do Terminal Portuário de Alcântara, sob a responsabilidade da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República (SEP/PR), por que os estudos foram suspensos em função da urgência de realização da referida obra portuária, imprescindível ao início das operações da empresa binacional ACS. A obra foi contratada, mas os recursos são insuficientes para desenvolvê-la num ritmo compatível com as expectativas da empresa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa realiza parcerias não-governamentais, de caráter não financeiro, com sociedades, associações e entidades representativas da área cientifica, tecnológica ou aeroespacial, a exemplo de Associação das Indústrias Aeroespaciais Brasileiras (AIAB), Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e Academia Brasileira de Ciências (ABC). Um exemplo de sucesso é a parceria com a ABNT que contribui de modo relevante para a ação 1C68 - Implantação do Sistema de Metrologia, Normalização e Certificação para a Área Espacial.

Como boa prática de gestão, pode-se mencionar que a AEB, como órgão de coordenação da Política Espacial Brasileira, vem, nos últimos anos, implantando uma nova metodologia de gestão, de caráter participativo, baseada no modelo de Gestão do PPA que tem foco em resultados. Paralelamente, a Agência está desenvolvendo metodologia de avaliação quanto à aderência das ações do PNAE às diretrizes da Política Espacial, para promover revisões periódicas do PNAE. Os resultados dessa avaliação são apresentados ao conselho superior, instância de participação social, que aprova ou não a revisão do Programa.

NACIONAL DE ATIVIDADES NUCLEARES

GERENTE DO PROGRAMA

Odair Dias Gonçalves

OBJETIVO

Garantir o uso seguro e pacífico da energia nuclear, desenvolver tecnologia nuclear e correlatas para a medicina, indústria, agricultura, meio ambiente e geração de energia e atender ao mercado de equipamentos, componentes e insumos para indústria nuclear e de alta tecnologia.

PÚBLICO-ALVO

Instalações nucleares e radioativas, comunidade científica, setor produtivo e sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 894.174.904,00	Empenho Liquidado:	R$ 840.050.051,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 840.050.051,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 50.000.000,00	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Número de Depósitos de Patentes na Área Nuclear - Unidade	-	-	-	21	20	105%
2. Número de Pacientes Atendidos com Produtos e Técnicas Nucleares - Unidade	-	-	-	3.300.000	2.659.600	124,08%
3. Número de Tecnologias Geradas na Área Nuclear - Unidade	-	-	-	84	101	83,17%
4. Produção De Equipamentos Para A Indústria Pesada Com Apoio Do Programa – Tonelada	-	-	-	1.011.50	2.941.00	34,39%
5. Taxa do Ciclo Combustível Nuclear com Processo de Produção Nacional - Porcentagem	29.20	60.30	60.80	60.80	76.20	79,79%

1. NÚMERO DE DEPÓSITOS DE PATENTES NA ÁREA NUCLEAR
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
-Análise e Justificativa:

O índice apurado em 2007 está dentro da previsão estabelecida para ser alcançada no final do PPA 2004-2007.

2. NÚMERO DE PACIENTES ATENDIDOS COM PRODUTOS E TÉCNICAS NUCLEARES
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O número de pacientes atendidos com produtos e técnicas nucleares é calculado com base no consumo dos serviços de medicina nuclear prestados em rede de clínica e hospitalar. O índice apurado em 2007 reflete o crescimento da demanda de serviços na área de medicina nuclear do País.

3. NÚMERO DE TECNOLOGIAS GERADAS NA ÁREA NUCLEAR
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice apurado em 2007 está dentro da previsão estabelecida para ser alcançada no final do PPA 2004-2007.

4. PRODUÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A INDÚSTRIA PESADA COM APOIO DO PROGRAMA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

No exercício de 2007, o índice apurado não alcançou o previsto para o final do PPA 2004-2007 em razão da redução do escopo de participação da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (Nuclep) na construção da plataforma P-51 da Petrobras, para não comprometer o prazo de entrega da plataforma. Tal redução de escopo é resultado da falta de capital de giro para a execução da obra. A variação na quantidade de equipamentos produzidos está relacionada com a diversificação da atuação da Nuclep para o atendimento de demandas variáveis dos setores, naval e petrolífero.

2. TAXA DO CICLO COMBUSTÍVEL NUCLEAR COM PROCESSO DE PRODUÇÃO NACIONAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice apurado em 2007 manteve-se no mesmo nível que foi verificado no ano de 2006, o que representa o alcance do índice no final do PPA 2004-2007 abaixo do esperado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Há uma ampla gama de necessidades de aplicações nucleares nas áreas de energia, indústria, saúde, meio ambiente, agricultura e recursos hídricos que demandam continuamente novos e melhores produtos e serviços, que contribuem diretamente para a qualidade de vida da população. Com relação à demanda crescente por radioisótopos e radiofármacos na área médica, o Programa busca otimizar seu atendimento, de modo a universalizar o acesso aos benefícios da moderna medicina nuclear à população brasileira. Adicionalmente, deve-se considerar a necessidade de assegurar a proteção do trabalhador, da população e do meio-

ambiente, a partir do aumento do número de instalações nucleares e radioativas no País e do conseqüente aumento da geração de rejeitos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Em 2007, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), órgão de assessoramento do Presidente da República para a formulação e diretrizes de políticas públicas para o setor de energia, aprovou a conclusão da usina termonuclear Angra 3 e o início dos estudos de localização de uma quarta usina, o que indica uma retomada do Programa Nuclear Brasileiro (PNB). Estudos da Empresa de Pesquisas Energéticas (EPE), do Ministério de Minas e Energia (MME), apresentam a necessidade de construção de quatro a oito usinas nucleares até 2030. Nesse contexto, no âmbito do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), foi iniciada a ampliação das ações relacionadas à viabilização do PNB, incluindo o fortalecimento institucional da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), responsável pelas pesquisas e regulação do setor, e ainda, ações voltadas à capacitação da Nuclep, para a fabricação de componentes destinados às novas usinas nucleares.

• Com relação ao ciclo do combustível nuclear, foram ampliados os investimentos para a finalização da primeira fase da planta de enriquecimento de urânio das Indústrias Nucleares do Brasil (INB), instalação da planta-piloto de produção de hexafluoreto de urânio por conversão gasosa, em Aramar (SP) e o aumento da produção de urânio. Essas ações estão destacadas no Plano de Ações 2007-2010 de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento (Pacti), em que o Programa Nacional de Atividades Nucleares (PNAN) é considerado estratégico, com investimentos planejados da ordem de R$ 1 bilhão.

• Dentre outras realizações da CNEN em 2007, destaca-se sua participação nos XV Jogos Pan-americanos e Parapan-americanos realizados no Rio de Janeiro, em julho e agosto, que em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), planejou, coordenou e executou as atividades de segurança radiológica durante os aqueles jogos.

• Foram concluídas no Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear (CDTN), em Belo Horizonte (MG), as instalações da nova unidade produtora de radioisótopos de meia-vida curta, que permitirá a ampliação da produção de radioisótopos e radiofármacos para diagnóstico e terapia de várias doenças em 2008.

• Em dezembro, foi inaugurado o Laboratório de Radioproteção do Centro Regional de Ciências Nucleares/Centro Oeste (CRCN/CO) para a realização de estudos e a execução de projetos de radioproteção, química ambiental e dosimetria nas áreas de meio ambiente e saúde.

• A instalação da Segunda Cascata de Ultracentrífugas da Unidade de Enriquecimento de Urânio, em Resende (RJ), na INB, está em processo acelerado e sua conclusão está prevista para 2008. Em 2007, foram concluídas as obras de infra-estrutura relativas ao Módulo I, que compreende as Cascatas 1, 2, 3 e 4. Tais iniciativas fazem parte da estratégia para criar a capacidade industrial de suprir as futuras expansões da geração nucleoelétrica

com um produto de alto valor agregado, além de dotar o País de autonomia tecnológica e industrial no fornecimento de combustível para as usinas nucleares Angra 1 e 2. A INB, após receber propostas de três empresas privadas nacionais, está em fase final de escolha de parceiros privados para implantar o Projeto Santa Quitéria, no Ceará, que vai produzir 120.000 t/ano de ácido fosfórico e 800 t/ano de concentrado de urânio (U3O8-yellowcake), com previsão para entrar em operação em 2011.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

De modo geral o Programa obteve resultados satisfatórios, tanto no que diz respeito às metas financeiras como físicas. Os resultados apresentados pelo PNAN demonstram um desempenho físico de 80% a 100% do previsto, monitorados através de sistemas informatizados específicos para acompanhamento da execução física e financeira de suas ações, instalados nas unidades administrativas que executam as ações do Programa. A integração dessas informações é realizada pelos coordenadores de ação do PPA. Adicionalmente, para as unidades da CNEN, existe o módulo de execução física do Sistema do Plano de Trabalho Institucional (Siplat), com a finalidade de acompanhar trimestralmente a execução física dos resultados previstos em cada ação do PPA e dos planos internos, bem como a compatibilidade dessas ações com os recursos alocados.

Apesar dos recursos terem sido liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação, foram insuficientes para que as ações finalísticas do Programa atendessem ao aumento das demandas relacionadas às atividades nucleares. A perspectiva é que a oferta e a demanda continuem a crescer em decorrência da conclusão de Angra 2, da retomada prevista da construção de Angra 3, do início da exploração da mina de urânio de Caetité na Bahia e as novas plantas de fabricação de elementos combustíveis, localizadas em Resende (RJ), o crescimento da produção de radioisótopos e radiofármacos para fins médicos, à taxa aproximada de 10% ao ano, bem como a expansão ocorrida na utilização de inúmeras técnicas nucleares aplicadas nos campos da indústria, meio ambiente, agricultura e saúde.

Neste cenário, é válido considerar ainda que o setor nuclear se destaca na área de pesquisa e desenvolvimento pelo alto volume de ativos fixos e equipamentos, os quais começam a dar sinais de obsolescência ou de não atender a crescente demanda. Há gastos, também, relacionados à manutenção da infra-estrutura administrativa e suporte operacional necessários ao funcionamento das unidades do Programa. E, o crescente aumento dos montantes comprometidos por restos a pagar é outro fator que tem prejudicado a execução financeira das instituições do PNAN.

Com relação aos recursos humanos do Programa, é importante mencionar que na área de segurança nuclear e radioproteção existe uma grande concentração de atribuições em poucas pessoas da equipe gerencial. Ainda como restrições, foram apresentadas dificuldades impostas pelos processos licitatórios e de contratação, a pouca integração da gerência do Programa com os coordenadores de ações e a disponibilização insuficiente de informações pelos mesmos.

No tocante à relação do PNAN com a sociedade civil e com os próprios beneficiários do Programa, vale mencionar que a INB adota a audiência pública como parte do processo de licenciamento ambiental. Há uma busca constante pela melhoria da percepção da sociedade sobre a atuação institucional do Programa. Anualmente, o Ipen realiza pesquisa de satisfação dos clientes visando abordar questões relacionadas a prazo de entrega, qualidade, pontualidade, etc. Os resultados são utilizados para o aprimoramento e desenvolvimento de produtos, processos e logística.

O Programa apresenta boas práticas de gestão que podem ser utilizadas por outras instituições públicas. Os institutos da CNEN têm concorrido aos prêmios de qualidade junto a Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica (Abipti), além de participar do Prêmio Finep de Inovação, entre outros concursos internacionais e regionais. Na área de produção de radiofármacos possui ISO 9001:2000. Além disso, os institutos realizam planos de trabalhos anuais nos quais priorizam, em cada exercício, projetos e atividades selecionados.

A atualização da legislação concernente às atividades nucleares no Brasil é um aspecto que deve ser aprimorada e constantemente acompanhada, até como meio que proporcione o fortalecimento da comunicação e interação da equipe gerencial e executora.

Um dos grandes gargalos do Programa tem sido a falta de recursos humanos. A expansão das atividades nucleares exige que os atores envolvidos continuem mantendo negociações para reformulação do PNB e para melhoria do arcabouço institucional vigente.

Com o acirramento dos debates concernentes às mudanças climáticas, a tendência é enfatizar as atividades nucleares no setor de energia, visando a diversificação da matriz energética brasileira e a busca ao aceleramento das pesquisas em fusão nuclear.

PROMOÇÃO DA PESQUISA E DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

GERENTE DO PROGRAMA

Luiz Antonio Rodrigues Elias

OBJETIVO

Promover o desenvolvimento científico e tecnológico do País, mediante o fortalecimento da pesquisa e da infra-estrutura técnico-científica existentes e incremento da produtividade dos pesquisadores.

PÚBLICO-ALVO

Instituições de pesquisa, universidades e empresas nacionais

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 763.499.635,00	Empenho Liquidado:	R$ 699.523.817,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 699.523.817,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Índice de Produtividade Científica dos Pesquisadores Apoiados com Auxílio à Pesquisa Concedido pelo CNPq - Índice numérico	-	-	-	-	1.10	-
2. Índice de produtividade científica e tecnológica dos pesquisadores das unidades de pesquisa do MCT - Índice numérico	-	0.80	1.57	2.20	1.44	152,78%
3. Número de instituições de ensino e pesquisa qualificadas como usuárias da rede nacional de ensino e pesquisa - Índice numérico	-	-	276.00	422.00	255.00	165,49%
4. Número-índice de artigos publicados por pesquisadores brasileiros em periódicos científicos indexados no ISI - Índice numérico	-	-	144.70	166.60	140.00	119%

1. ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE CIENTÍFICA DOS PESQUISADORES APOIADOS COM AUXÍLIO À PESQUISA CONCEDIDO PELO CNPQ

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Em 2007, não foi possível a apuração do indicador visto que a ferramenta necessária para realizar a estratificação, que ocorre após a realização de cada censo do Diretório dos Grupos de Pesquisa, não está disponível. Cabe lembrar, também, que os trabalhos do censo de 2006 só se encerram no final de 2008.

2. ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DOS PESQUISADORES DAS UNIDADES DE PESQUISA DO MCT
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice previsto ao final do PPA 2004-2007 já havia sido ultrapassado em 2006, e o índice apurado em 2007 superou o previsto para o final do PPA em 53%.

3. NÚMERO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA QUALIFICADAS COMO USUÁRIAS DA REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice previsto ao final do PPA 2004-2077 já havia sido ultrapassado em 2006, e o índice apurado em 2007 superou o previsto para o final do PPA em 65%.

4. NÚMERO-ÍNDICE DE ARTIGOS PUBLICADOS POR PESQUISADORES BRASILEIROS EM PERIÓDICOS CIENTÍFICOS INDEXADOS NO ISI
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice previsto ao final do PPA 2004-2007 já havia sido ultrapassado em 2006, e o índice apurado em 2007 superou o previsto para o final do PPA em 19%.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As inovações são fruto, principalmente, dos investimentos que o Governo e o setor empresarial dedicam à ciência e tecnologia. Países como o Brasil, em condições altamente favoráveis para alcançar as nações mais desenvolvidas social e economicamente, necessitam de investimentos em ciência e tecnologia proporcionalmente mais elevados e em setores estrategicamente selecionados, sem se esquecer da livre criação de conhecimento, responsável pela produção de tecnologia. A pesquisa em áreas situadas na chamada fronteira do conhecimento deve ser uma das grandes prioridades da ação governamental, por meio do fomento direto a instituições de pesquisa e do estímulo ao envolvimento do setor empresarial nesta tarefa.

O Brasil avançou bastante nesta área nos últimos anos, principalmente na integração entre instituições de pesquisa e destas com o setor empresarial, mas muito ainda precisa ser feito. O sistema nacional de ciência e tecnologia precisa ainda ser consolidado e seguir em processo de expansão qualitativa e quantitativa visando atender às necessidades do

País no enfrentamento da globalização e das questões internas que afligem a população. As grandes questões que preocupam o País, tais como saúde, educação, saneamento, transporte, meio-ambiente e desequilíbrio regional, são complexas, as soluções dependem de medidas políticas e de conhecimentos e técnicas apropriadas.

Os investimentos a serem feitos por meio deste Programa têm como finalidade apoiar o aumento da produtividade científica e tecnológica, a geração e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, a inclusão de pesquisadores em projetos de relevância estratégica, econômica e social, bem como a organização e consolidação de novos grupos e/ou grupos emergentes de pesquisa, o crescimento e o fortalecimento da infra-estrutura para pesquisa, em especial nas instituições vinculadas ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

A desconcentração da atividade de pesquisa, visando evitar a ampliação dos desequilíbrios regionais verificados no País, e os aspectos relacionados com a melhoria da qualidade de vida da população norteiam os critérios de seleção de prioridades neste Programa, observando-se a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, além dos objetivos setoriais e das diretrizes estabelecidas pelo MCT no PPA.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Conclusão do Planejamento Estratégico do Instituto Nacional do Semi-Árido (Insa).

- Implementação de 250 Núcleos em 17 Estados no âmbito do Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex) em parceria com as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs).

- Aprovação de 4.080 projetos científicos e tecnológicos em todos os campos do conhecimento, por meio do Edital Universal, em 2007.

- O Programa Nova Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) encerra o ano de 2007 com conexões de rede de alta velocidade e desempenho (links multigigabits) instaladas em dez pontos de presença da rede Ipê na Unidades da Federação do RS, de SC, de PR, de SP, do RJ, de MG, da BA, de PE, do CE e do DF, infra-estrutura de Internet voltada para a comunidade de ensino e pesquisa. No âmbito regional, em 2007 o Governo criou cinco redes de alta velocidade metropolitanas Redecomep em Manaus (MA), Belém (PA), Vitória (ES), Florianópolis (SC) e Brasília (DF), que visa a interiorização das redes de alta velocidade.

- Na área de infra-estrutura de pesquisa houve continuidade da recuperação física e laboratorial das Unidades de Pesquisa (UPs) e contratação de projetos aprovados na Chamada Pública PROINFRA 01/2006.

- No âmbito da pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico sete indicadores de produção comuns à maioria das UPs tiveram bom desempenho em 2007, continuidade dos 34 projetos para Institutos do Millenium e início do processo de avaliação desses institutos por pesquisadores, bolsistas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) de diferentes áreas.

• Dezessete milhões de alunos de 37.875 escolas públicas brasileiras participaram da 3ª Olimpíada Brasileira de Matemática de Escolas Públicas.

• A Plataforma Lattes chegou a mais de 1 milhão de currículos cadastrados e sua versão em língua espanhola está integrada à rede ScienTI, criada pelo CNPq e pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Houve um grande avanço na solução de quatro dos cinco problemas que comumente afetavam as UPs, que são: infra-estrutura, orçamento, gestão e interação com outras unidades. Somente o item pessoal ainda não foi solucionado.

A gerência utiliza os seguintes mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

a) visitas in loco, especialmente no caso das ações desenvolvidas pelas UPs do MCT;

b) sistemas informatizados do CNPq e da Finep, assim como o SigMCT;

c) relatórios de gestão vinculados a Termos de Compromisso de Gestão (TCG) e contratos de gestão e relatórios gerenciais.

Apesar do alto índice de execução dos recursos orçamentários, o Programa não conta com recursos suficientes para realização de algumas atividades, além do atraso na liberação destes. O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada.

Os recursos gastos com despesas administrativas na Ação Gestão e Administração do Programa (GAP) corresponderam a 0,09% do montante liquidado diretamente com a execução total das ações do Programa. No entanto, esses recursos da GAP foram insuficientes para cobrir os custos administrativos do Programa, tendo em vista a missão de coordenar as unidades de pesquisa (UP) do MCT.

Os recursos materiais e/ou a infra-estrutura são adequados para a implementação do Programa, mas há restrições quanto à quantidade de recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras. A equipe atual da unidade responsável pela administração do Programa é formada por poucos servidores do quadro do Ministério. A situação das equipes executoras, especialmente nas UP, ainda é mais grave, já que não foi realizado concurso público em 2007.

Outras restrições são o atraso na liberação de recursos orçamentários, prejudicial para a grande maioria das ações, e o limite financeiro comprometido por restos a pagar, em muitas das UP.

O desempenho das ações implementadas em outros Ministérios foi médio, não tendo sido possível avaliar o conjunto de atividades, somente o desembolso financeiro. E, o

desempenho das ações implementadas em outras unidades administrativas do próprio MCT foi alto, principalmente no caso das ações coordenadas no CNPq e UP. Sendo que ambas as situações os coordenadores das ações, quando solicitados, atenderam às demandas por informações da gerência do Programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Os TCGs assinados com as UP e os contratos de gestão assinados com as organizações sociais são considerados boas práticas de gestão, que poderiam ser replicadas para os demais órgãos da administração pública federal. Uma vez que força a melhoria na especificação do detalhamento na execução das ações do Programa, e gera a necessidade de realizar o acompanhamento e a avaliação, como mecanismo que visam o aprimoramento da suficiência das metas físicas.

Nesse contexto a gerência do Programa deve promover melhorias na definição dos indicadores do Programa de modo a dar visibilidade aos resultados.

MINISTÉRIO DA CULTURA

Brasil Patrimônio Cultural

Brasil, Som e Imagem

Cultura Afro-Brasileira

Cultura, Educação e Cidadania

Desenvolvimento da Economia da Cultura (Prodec)

Engenho das Artes

Identidade e Diversidade Cultural - Brasil Plural

Livro Aberto

Monumenta

Museu Memória e Cidadania

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para o Ministério da Cultura (MinC), foram utilizados **R$ 823.885.330,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 1.077.744.578,00	Realizado orçamentário:	R$ 823.885.330,00
Recursos não-orçamentários previstos:	-	Realizado não-orçamentário:	-
Total previsto:	**R$ 1.077.744.578,00**	**Total realizado:**	**R$ 823.885.330,00**

Além disso, do total de **R$ 186.501.546,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram executados **R$ 139.692.349,00**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do MinC, no período do PPA 2004-2007, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código /Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Finalístico	0167 Brasil Patrimônio Cultural	16,5%	8,9%	9,9%	8,1%	9,9%
	0169 Brasil, Som e Imagem	7,9%	9,0%	2,9%	5,1%	5,9%
	0172 Cultura Afro-Brasileira	10,1%	13,9%	14,7%	19,2%	15,6%
	1141 Cultura, Educação e Cidadania	8,5%	5,5%	6,8%	5,2%	6,1%
	1391 Desenvolvimento da Economia da Cultura - PRODEC	4,5%	2,5%	2,7%	3,7%	3,3%
	1142 Engenho das Artes	11,3%	10,2%	14,1%	12,6%	12,2%
	1355 Identidade e Diversidade Cultural - Brasil Plural	2,0%	14,4%	11,5%	23,0%	15,1%
	0168 Livro Aberto	31,6%	20,2%	27,1%	14,9%	21,6%
	0813 Monumenta	0,0%	1,2%	1,1%	1,1%	1,0%
	0171 Museu Memória e Cidadania	0,0%	0,0%	0,0%	1,7%	0,6%
Finalístico Soma		**92,5%**	**85,6%**	**90,8%**	**94,8%**	**91,2%**
Gestão de Políticas Públicas	0173 Gestão da Política de Cultura	7,5%	14,4%	9,2%	5,2%	8,8%
Gestão de Políticas Públicas Soma		**7,5%**	**14,4%**	**9,2%**	**5,2%**	**8,8%**
Total Global		**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

AVALIAÇÃO SETORIAL

O MinC, no ano de 2007, pôde manter a mesma estratégia de atuação iniciada em 2003, visto que praticamente não sofreu alteração em seu quadro de dirigentes, mantendo a estabilidade administrativa e o amadurecimento das políticas inovadoras direcionadas para o setor cultural. Foi um ano de sedimentação de políticas de longo prazo, com a constatação de ganhos em diversos aspectos, como a transparência na ação pública, o crescimento da abrangência territorial dos investimentos, o fortalecimento do processo de planejamento e de monitoramento das ações de Governo, a ampliação das parcerias entre agentes públicos e a produção de dados do setor para qualificar as ações desenvolvidas.

A prioridade continua sendo ampliar o acesso público aos benefícios da cultura, como forma de reduzir o enorme fosso social que existe entre os cidadãos brasileiros, decorrente da má-distribuição das riquezas do País, particularmente, nas áreas tecnológica, educacional e cultural, que se converge na implementação de 10 programas finalísticos, em sua maioria voltados para o trato específico de determinadas áreas culturais, como acontece nos segmentos do patrimônio e da memória, do audiovisual, das artes cênicas, da música, do livro e da cultura afro-brasileira, que são áreas que guardam sintonia com a própria estrutura administrativa das unidades vinculadas ao órgão. Em razão dessa característica, o MinC tem crescido significativamente na articulação interna e na transversalidade de suas ações, fazendo com que a cultura seja tratada por meio de uma abordagem única, focada no cidadão e na sociedade.

No que concerne aos resultados obtidos no exercício, que são apresentados a seguir por áreas, de modo a dar visibilidade aos diferentes segmentos culturais sob competência do Ministério:

a) Inclusão Social pela Cultura, tendo como eixo central do Programa Cultura, Educação e Cidadania (Cultura Viva) que investiu recursos da ordem de R$ 126,5 milhões, cuja estratégia é levar o jovem a um processo de transformação social e humana, de progressão e emancipação, visando aumentar as oportunidades de acesso cultural para uma parcela da população que, basicamente, encontra-se prejudicada pela má-distribuição dos benefícios do desenvolvimento sócio-econômico do País. As principais ações deste Programa são a de Desenvolvimento de Iniciativas Voltadas para a Inclusão Social por meio da Cultura, beneficiando 1.640 pessoas em atividades de capacitação em diferentes linguagens artísticas, e a de Instalação e Modernização de Espaços Culturais, conhecidos como Pontos de Cultura, de 742 pontos instalados em 2007, sendo 250 em Municípios brasileiros. Para 2008 houve a inscrição de R$ 73,7 milhões em restos a pagar para a instalação de mais 1.298 pontos, em parceria com 24 Estados da Federação;

b) Audiovisual, com destaque da Ação de Fomento a Projetos Cinematográficos e Audiovisuais, que aplicou R$ 21,5 milhões durante o ano, abrangendo uma série de projetos importantes para o setor, dentre eles o fomento a oito obras cinematográficas, a 35 documentários - por meio da iniciativa DOCTV - e à produção de 53 títulos nacionais em DVD pela Programadora Brasil, que disponibiliza filmes para diversos pontos de exibição - como escolas, cineclubes, centros culturais, pontos de cultura e universidades -, visando formar circuitos alternativos não comerciais e ampliar o acesso da população a conteúdos audiovisuais. Ainda nesta Ação, foi possível lançar o edital da terceira edição do Revelando Brasis, que contemplará, em 2008, 40 produções de curta duração realizadas em Municípios com população de até 20 mil habitantes. No que diz respeito a outras realizações, o MinC promoveu o treinamento de alto nível de 49 profissionais, visando o aperfeiçoamento técnico daqueles que atuam nas áreas de cinema, televisão, vídeo e segmentos afins. Ressaltam-se os resultados dos projetos

de promoção do cinema brasileiro no exterior que, em 2007, contribuíram para que 68 filmes nacionais de curtas-metragens e de longas-metragens estivessem presentes em 33 festivais internacionais;

c) Memória e Patrimônio Cultural, em 2007, foram realizados investimentos de R$ 136,3 milhões em diversas ações, considerando-se as aplicações globais dos três programas vinculados a essa área (Brasil Patrimônio Cultural, Monumenta e Museu, Memória e Cidadania). Na área do patrimônio material, constatou-se a execução de 199 projetos de recuperação patrimonial, sendo 24 no âmbito do Monumenta. O contexto de desenvolvimento das ações de recuperação do patrimônio viabilizou a realização de 36 projetos de qualificação de mão-de-obra na arte do restauro, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), com investimentos da ordem de R$ 3,5 milhões. No que concerne ao patrimônio imaterial, foram realizados os registros do Frevo, do Tambor de Crioula do Maranhão e das Matrizes do Samba do Rio de Janeiro, reconhecidos e consagrados como bens definitivos da expressão cultural brasileira.

No segmento de museus, 60 instituições foram modernizadas, e capacitados aproximadamente 6.850 profissionais, visando aprimorar o conhecimento e a segurança da atividade de preservação da memória em todo o Território Nacional:

a) acesso e difusão cultural, por meio da ampliação do acesso do cidadão aos bens culturais que é uma ação prioritária na definição dos investimentos do Ministério, buscando contemplar particularmente as iniciativas voltadas para ampliação do público de todas as expressões artísticas do País. Nas artes cênicas, particularmente nas áreas de teatro e dança, foram contemplados 227 projetos, graças às parcerias formalizadas com a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras). Nas artes visuais, o projeto Rede Nacional de Artes Visuais atuou em 60 Municípios brasileiros, por meio de oficinas, palestras e exposições. Neste segmento, o Prêmio Projéteis de Arte Contemporânea apoiou exposições de obras de 24 artistas nacionais, e o projeto Espaços Funarte de Artes Visuais - São Paulo premiou outros 26 artistas mediante edital público. Nas artes circenses, 80 projetos foram contemplados por meio do Prêmio de Estímulo ao Circo. Outras iniciativas permitiram o apoio à realização de 18 festivais nas áreas de artes cênicas, artes visuais e música, atraindo aproximadamente 546 mil pessoas. O projeto Pixinguinha comemorou seu trigésimo aniversário com 80 espetáculos realizados em 16 Municípios selecionados.

b) livro, leitura e bibliotecas, por intermédio da Ação de Instalação de Bibliotecas Públicas, foram adquiridos equipamentos de imagem, som e informática, mobiliário e acervo bibliográfico para instalação de 300 bibliotecas públicas em Municípios que ainda não as possuem. Esses equipamentos são fornecidos em *kits* e, resumidamente, envolvem computadores, estantes, prateleiras, mesas, cadeiras, TV de 29 polegadas, aparelhos de som e de DVD, e 1.828 títulos literários. Além da constituição de novos espaços, 300 bibliotecas já existentes foram revitalizadas no exercício. O segmento investiu cerca de R$ 27,6 milhão em 2007;

c) discurso brasileiro sobre Diversidade Cultural consolidou-se e ganhou reconhecimento mundial, tornando-se, inclusive, a principal referência dos países da América do Sul. No campo interno, as ações ministeriais têm buscado reconhecer as culturas populares, afro-descendentes, ciganas e indígenas. Em 2007, foram lançados o 1º Concurso Público de Inclusão Cultural da Pessoa Idosa, com 20 premiações concedidas; o 2º Edital de Culturas Populares - Edição Mestre Duda, em comemoração ao centenário do frevo, beneficiando 260 iniciativas; e o I Encontro Nacional de *Rappers* e repentistas, reunindo artistas do movimento *Hip-hop* e cantadores nordestinos, em Campina Grande (PB). Estão em andamento o 1º Edital de Culturas Ciganas, que premiará 20 projetos, e o 2º Edital de Culturas Indígenas, contemplando outras 100 iniciativas;

d) cultura afro-brasileira, que durante o exercício apoiou 378 comunidades negras, sendo que 261 tiveram assistência jurídica nas questões relacionadas com a proteção de seus territórios, ou com processos de regularização fundiária. A proteção dos bens culturais das comunidades tradicionais afro-descendentes executou oito projetos de preservação de 235 bens dessas comunidades;

e) ações voltadas para o fortalecimento da economia da cultura foram priorizadas em 2007. No total, foram 72 empreendimentos apoiados, com R$ 6,6 milhões de investimentos. A realização de feiras de negócios, de festivais e a promoção do artesanato tradicional ganharam força durante o exercício, com destaque na área de promoção de negócios para a Feira Música Brasil 2007, realizada no mês de fevereiro em Recife (PE). Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), as rodadas de negócios movimentaram cerca de R$ 8,0 milhões em 450 reuniões ocorridas durante a feira. Além disso, analistas do Sebrae avaliaram planos de 75 empresas. Durante o evento, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) fez uma prospecção de R$ 13,0 milhões, entre investimentos e financiamentos. Ressalte-se, também, a promoção do artesanato, como atividade cultural mais disseminada no País - segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) -, que contou com o lançamento do Programa de Promoção do Artesanato de Tradição Cultural (Promoart), cujo objetivo é qualificar a inserção do artesanato de tradição cultural no mercado interno e externo, ampliando o volume de negócios realizados pelas comunidades artesanais. O Promoart atua em todos os Estados brasileiros, envolve cerca de 70 comunidades e já capacitou 1.400 artesãos, 80 agentes locais e 27 servidores estaduais em atividades relacionadas com produção, logística e gestão de empreendimentos. A estimativa é gerar volume de negócios em torno de R$ 10,0 milhões em 2008.

Outro acontecimento relevante, em 2007, foi a publicação pelo IBGE do Suplemento de Cultura constante da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), que detalha o número de equipamentos culturais existentes em 5.564 municipalidades do País. Esta publicação permite identificar quantos teatros, bibliotecas, livrarias, museus e outros equipamentos existem em cada Município. Esse rol de informações viabilizará políticas

de curto e de médio prazo de grande impacto para o cidadão. Trata-se da primeira e mais completa investigação qualitativa e quantitativa sobre a gestão cultural nas cidades brasileiras. Espera-se, em breve espaço de tempo, produzir indicadores de precisão sobre a cultura nacional e de seu impacto efetivo sobre o cidadão. Sobre a questão dos indicadores dos programas do MinC, essa tem sido uma das maiores dificuldades detectadas nesses últimos anos, haja vista que somente agora levantamentos oficiais sobre a situação cultural do País passaram a ser realizados. Com a revisão e reformatação, em 2006, dos indicadores utilizados pelos programas, muitos dos obstáculos relacionados com sua mensuração foram minimizados a partir de 2007. De qualquer modo, o MinC reconhece a fragilidade de alguns deles, haja vista a complexidade de se produzir levantamentos adequados e precisos sem o auxílio de instituições de pesquisa externas ao órgão.

ASPECTOS RELEVANTES

O ano de 2007 foi marcado por longa greve de servidores do MinC, particularmente de suas unidades vinculadas, prejudicando o desempenho do órgão por cerca de três meses. O fechamento do exercício, contudo, pode ser considerado bem-sucedido, haja vista a execução de 98,3% dos recursos constantes da Lei Orçamentária Anual (LOA). Deve-se considerar que a gestão dos programas do órgão apresenta alto grau de especialização e parte substancial de suas programações fica a cargo de suas unidades vinculadas e secretarias finalísticas. Isso pode ser observado nas áreas do patrimônio e da memória que estão sob gerência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), do audiovisual no âmbito da Agência Nacional de Cinema (ANCINE), da cultura negra por meio da Fundação Cultural Palmares (FCP), e do livro e da leitura de competência da Biblioteca Nacional (BN). Essas unidades são, por força da legislação, as gestoras das iniciativas mais particularizadas nesses segmentos.

O maior desafio do MinC é implementar uma política de transversalidade entre suas programações e unidades, apesar de bem-sucedida quando se trata de questões relacionadas com a inclusão social e a ampliação do acesso do cidadão à fruição cultural. Nas questões mais especializadas, o papel institucional das unidades vinculadas fala mais alto, embora a interlocução de seus dirigentes seja permanente em decorrência das reuniões do Sistema MinC - fórum interno dos dirigentes do órgão -, criado para discutir estratégias e cobrar resultados. Em razão do processo de transparência implementado nos últimos anos, por intermédio da política de editais, não tem havido desvios na aplicação dos recursos dos programas, que têm atuado de modo a preservar os objetivos setoriais.

O processo de participação social também tem crescido paulatinamente, e muitas iniciativas hoje existentes decorrem da chamada "escuta social" feita pelos mecanismos abertos pelo MinC, tais como as Câmaras Setoriais, o Sistema Nacional de Cultura (SNC), a Conferência Nacional de Museus, o Encontro de Culturas Populares e os Fóruns de Direitos Autorais, dentre muitos outros.

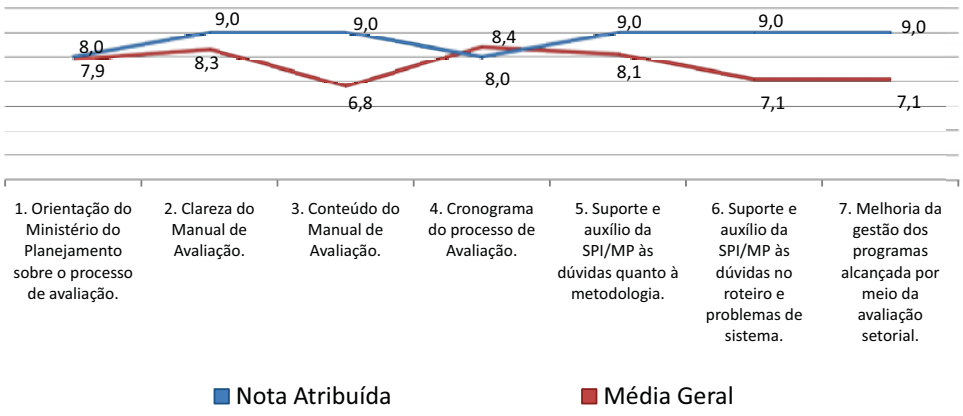
A abrangência territorial é outro aspecto que vem sendo incrementado de modo significativo pela própria política de editais - abertos a todas as regiões e pretendentes.

Além dela, as iniciativas de ampliação do acesso e de inclusão social por intermédio da cultura têm priorizado as comunidades em situação de vulnerabilidade social e localidades que se encontram fora do circuito comercial tradicional. O crescimento de cineclubes, de pontos de cultura, de bibliotecas públicas e de espaços adaptados para a atividade cultural são exemplos de baixo custo que merecem destaque.

Nos últimos anos, nota-se, inclusive em decorrência das políticas adotadas pelo Governo, um sensível redirecionamento das atividades do MinC em nível central, e nas unidades vinculadas em particular, objetivando tornar o universo do patrimônio realmente representativo da diversidade cultural brasileira, dando maior atenção às manifestações culturais de grupos menos contemplados na Política Pública, como grupos indígenas, comunidades negras e comunidades tradicionais. Os editais públicos nas áreas de artes cênicas, música, audiovisual e artes visuais foram lançados, apoiando à produção de curtas-metragens de animação e de temática infanto-juvenil, onde são contemplados os temas referentes à transversalidade. Ações de acessibilidade a bens históricos, museus e sítios arqueológicos foram realizadas em 2007.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pelo MinC mediante a atribuição de notas, no intervalo de 0 a dez, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, pelo MinC e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL

GERENTE DO PROGRAMA

Luiz Fernando de Almeida

OBJETIVO

Preservar e revitalizar o patrimônio cultural brasileiro.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 55.131.202,00	Empenho Liquidado:	R$ 45.166.114,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 45.166.114,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 67.000.000,00	R$ 65.141.521,55	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Índice de Preservação do Patrimônio Material - IPPM - Porcentagem	-	-	-	68.40	-	-
2. Número de Registros de Bens Culturais de Natureza Imaterial - Unidade	-	6.00	9.00	12.00	3.00	400%

1. ÍNDICE DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO MATERIAL - IPPM
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Em 2006, o grupo de trabalho composto por técnicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e analistas do Ministério da Cultura (MinC) considerou que se forem realizados, anualmente, 52 inventários do patrimônio material, 52 acautelamentos, 300 projetos de preservação, 9.100 inspeções de fiscalização e 350 projetos de fomento, o patrimônio cultural material brasileiro estará sendo razoavelmente preservado. O índice IPPM avalia a diferença percentual entre o que foi executado no ano e os valores acordados no grupo de trabalho. O valor do indicador atingido pelo IPHAN em 2007, com base nos resultados de cada item de verificação é: 57 inventários, 22 acautelamentos, 150 projetos de preservação, 8.215 inspeções técnicas e 175 projetos de fomento, o que corresponde a um índice apurado em 2007 na ordem de 68,4% e representa que esta abaixo daquilo que seria necessário para que o patrimônio cultural material brasileiro fosse razoavelmente preservado.

2. NÚMERO DE REGISTROS DE BENS CULTURAIS DE NATUREZA IMATERIAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Três importantes formas de expressão foram registradas pelo IPHAN no Patrimônio Cultural Brasileiro: o frevo pernambucano; o tambor de crioula do Maranhão; as matrizes do samba do Rio de Janeiro (samba de terreiro, partido-alto e samba-enredo), com isso totalizando no período do PPA 2004-2007, 12 registros de bens culturais de natureza imaterial.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O MinC, na área do patrimônio histórico, artístico, paisagístico e arqueológico, deve atuar com o objetivo de reverter o quadro de degradação dos bens integrantes do patrimônio de caráter histórico-cultural, notadamente os centros históricos, igrejas, monumentos, bens integrados, acervos e bens paisagísticos, mediante a implementação de políticas e medidas voltadas para o desenvolvimento sustentado, a conservação, a revitalização e a restauração, de modo a estimular novas dinâmicas sociais e parcerias, geradoras de oferta turística, valores econômicos, educação patrimonial e auto-estima da população.

O patrimônio histórico, artístico, paisagístico e arqueológico brasileiro está constituído por aproximadamente: 13 mil sítios arqueológicos cadastrados; 1.007 bens inscritos nos Livros do Tombo, sendo 59 sítios urbanos, que compreendem cerca de 20 mil edificações; e mais de um milhão de objetos, entre bens móveis pertencentes às igrejas tombadas, acervos e documentos. Há a necessidade de romper com o processo de deteriorização e descaracterização desses bens culturais de natureza material em suas diversas vertentes, diante da escassez de iniciativas de conservação preventiva e de medidas fortuitas de conservação. Isto requer esforços visando aprimorar o processo de fiscalização sobre esses bens, assim como sensibilizar a sociedade para, em conjunto com o Estado, possibilitar a permanência desse patrimônio que passa a ser visto não mais como um problema, mas como uma solução alternativa para o desenvolvimento local e regional. Nesse sentido, o turismo cultural representa a base de sustentação na diversidade do patrimônio cultural, pelo crescente interesse das pessoas por lugares diferenciados e capazes de enriquecer suas experiências de vida.

A indústria do turismo apresenta grande potencial de geração de emprego e renda para todos os níveis da população, constituindo-se em um dos eixos de fomento definidos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a região da América Latina. A Organização Mundial de Turismo (OMT) prevê um crescimento de 4,8% para o setor nessa região, no período que vai de 1995 a 2020. A preocupação com a proteção do patrimônio cultural brasileiro volta-se, de um lado, para a preservação da memória nacional e, de outro, para o desenvolvimento local. A conservação e restauração de nossas igrejas e monumentos históricos são fundamentais para que estes voltem a ser visitados pela população. A devolução para a comunidade de um bem que estava em mau estado de conservação e sem utilização ou com utilização precária contribui ainda para atrair turismo qualificado. A riqueza do patrimônio cultural distribuído por todo o Território Nacional indica um enorme potencial econômico a ser explorado, enquanto opção turística, tendo em vista seu poder de atração.

O trabalho de recuperação do patrimônio gera empregos diretos e indiretos, seja durante a obra, seja depois de ela estar concluída, em função da possibilidade do incremento do turismo nas localidades, contribuindo para a revitalização das cidades beneficiadas e para melhorar a qualidade de vida de seus habitantes. A preocupação com a preservação dos monumentos históricos não se concentra apenas na sua integridade física. Com o progresso dos processos e do entendimento do que possa ser um patrimônio cultural, percebe-se que é importante a repercussão que ele possa dar à comunidade local em termos de consciência cultural, desenvolvimento social e sustentabilidade econômica. Isso diz respeito aos objetivos do Patrimônio Brasileiro de cumprir seu papel cultural e social.

Os sítios arqueológicos históricos e pré-coloniais e áreas de interesse arqueológico necessitam ser inseridas nas políticas de gestão urbana para que se evite sua destruição e se propicie a necessária reintegração. A pesquisa básica, os cursos de formação e, conseqüentemente, os melhores recursos do setor estão concentrados na faixa litorânea do País. Entretanto, os sítios arqueológicos mais bens conservados localizam-se em regiões que são inversamente proporcionais em desenvolvimento econômico. Dessa forma, a zona de tensão para a preservação do patrimônio está nas frentes agropecuárias de expansão e áreas de menor densidade demográfica, como o Centro-Oeste, o Nordeste e a Amazônia. Estas regiões necessitam de políticas específicas de fomento à preservação do patrimônio arqueológico. O comércio de bens arqueológicos, proibido no Território Nacional, desenvolve-se especialmente na Amazônia. O fato se deve especialmente à cultura material de grande beleza plástica das sociedades complexas que habitaram a região. Urge adotar medidas educativas e coercitivas para regularizar a situação.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Três registros de bens de natureza imaterial do Patrimônio Cultural Brasileiro, representado pelo frevo pernambucano, tambor de crioula do Maranhão e matrizes do samba do Rio de Janeiro.

- Preservação do patrimônio material por meio de tombamentos da região de imigração de Santa Catarina, considerada paisagem cultural, do centro histórico de João Pessoa (PB) e do conjunto de 24 obras de Niemeyer.

- Participação no cenário mundial da preservação cultural, mediante os seguintes eventos:

a) I Encontro Ibero-Americano de Museus (Ibermuseus);

b) Seminário Internacional de Gestão do Patrimônio Arqueológico Pan-amazônico;

c) Conferência sobre Paisagens Históricas Urbanas nas Américas;

d) eleição do Brasil como país-membro do Comitê do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), durante sua 16ª Assembléia Geral;

e) campanha para mobilização da população na busca dos bens culturais desaparecidos;

f) regulamentação do cadastro de negociantes de obras.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O monitoramento do desempenho físico das ações se faz mediante reuniões mensais realizadas com os coordenadores. Apesar das dificuldades na aplicação desse mecanismo, em função das grandes distâncias, cada superintendência do IPHAN tem um cronograma de inspeção técnica e fiscalização mensal para cada um dos técnicos. O relatório de gestão serve como insumo para o planejamento estratégico do ano seguinte, e fornece subsídios para a análise de viabilidade de propostas de novos cursos de ação para o instituto. O Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação (SIMEC), um sistema de monitoramento do MEC, está sendo adaptado para uso específico do IPHAN.

Em 2007, o indicador IPPM apurado foi 68,4%. Este percentual indica que a quantidade de produtos produzidos pelo IPHAN em 2007 encontra-se cerca de 31,6% abaixo daquilo que seria necessário para que o patrimônio cultural material brasileiro fosse razoavelmente preservado. Além disso, o Programa teve alta taxa de execução orçamentária atingindo um empenho total de R$ 37.279.331,40.

Os recursos foram liberados ao longo do exercício, em fluxo compatível com a programação. Infelizmente a greve dos servidores teve repercussão negativa sobre a execução orçamentária. Vale lembrar, que grande parte dos projetos do órgão diz respeito a obras de restauração e pesquisas, tipos de ação que, por sua natureza, não podem ser acelerados facilmente.

Dos créditos da Ação de Gestão e Administração do Programa (GAP), aproximadamente 43% foram gastos com atividades de gestão da Política Pública, como o acompanhamento e a avaliação dos projetos do Programa e reuniões de planejamento, 53% com despesas administrativas e 4% em outras atividades. Os recursos alocados nesta ação não foram suficientes, já que os projetos são executados tanto pela sede quanto pelas unidades descentralizadas, o que gera a necessidade de reuniões técnicas, de articulação política e de acompanhamento de projetos.

Tendo em vista a amplitude e diversificação de suas atribuições, o IPHAN apresenta deficiências associadas à infra-estrutura e logística, como:

a) inadequação dos espaços para funcionamento da administração central e de muitas unidades;

b) insuficiência de veículos adequados para realização das atividades de fiscalização e inspeção técnica de bens culturais em área urbana e rural (o patrimônio arqueológico é o que mais sofre com a falta de veículos apropriados);

c) deficiência de equipamentos de informática.

O IPHAN ficou décadas sem realizar concurso público para novos profissionais, e após a realização do concurso em 2005, a taxa de evasão atingiu altos níveis, em função dos baixos níveis salariais. Além disso, os recursos para capacitação ainda são insuficientes, comprometendo o desempenho das atividades, numa sociedade em constante evolução tecnológica e científica. Falta capacitação, especialmente para a gestão da Política Pública.

O uso de licitação por menor preço muitas vezes é inadequado às ações de preservação, pois as ações do IPHAN se enquadram à categoria de serviços de técnicos profissionais especializados (serviços de engenharia, obra, pesquisa, etc.), para a qual a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, indica preferencialmente a modalidade "concurso" para a seleção de fornecedores. Existe, ainda, a possibilidade de licitações de tipo "técnica e preço", exigindo um conhecimento que não está desenvolvido completamente pela instituição. Conforme recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU), o instituto deve obter expertise em licitação "menor-preço com qualificação técnica".

Projetos de infra-estrutura freqüentemente interferem na paisagem e no patrimônio arqueológico, implicando adequação e medidas compensatórias. A diversidade de situações ligadas à preservação do patrimônio cultural dificulta a elaboração de regras rígidas, que possam prescindir de análises específicas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A interação dos técnicos com a sociedade e o estabelecimento de parcerias são fatores preponderantes para a execução das ações do Programa. De modo geral, diretamente ou não, estão envolvidos com a preservação do patrimônio cultural do País as universidades e escolas, as organizações da sociedade civil ligadas à cultura, os Governos Estaduais e Municipais e outros entes colaboradores, ligados à preservação do patrimônio.

Quanto à execução de ações implementadas em outros Ministérios, a Ação Preservação dos Acervos Documentais Privados de Presidentes da República não foi inteiramente implementada porque a comissão não informou adequadamente ao IPHAN os projetos contemplados. A inexistência de um interlocutor institucional que atue junto aos outros Ministérios dificulta o monitoramento das ações executadas fora do âmbito do IPHAN.

O público-alvo é formado, em grande parte, pelos moradores de núcleos históricos tombados, estudantes de todos os níveis do ensino, turistas, pesquisadores, Governos estaduais e municipais, instituições congêneres, organismos internacionais.

Quanto às boas práticas de gestão, há acompanhamento quinzenal da execução financeira por unidade de gestão. Além disso, foram criados três indicadores de gestão que serviram de base para o planejamento de 2008, apresentados a seguir:

a) meia-vida orçamentária, que representa a quantidade de meses necessários para que a execução orçamentária (empenhado) do Programa atinja o índice de 50%. E, em 2007, foi de 11,2 meses, ou seja, foram necessários 93% do ano, para que o IPHAN executasse metade do orçamento empenhado no Programa;

b) quantidade de projetos de pequeno porte (projetos com valores orçamentários inferiores a 20 mil reais). A apuração deste indicador somou, em outubro de 2007, 390 projetos aprovados no Sistema de Planejamento do instituto (SISPLAN/IPHAN). Trata-se de um indicador de eficiência, com impacto sobre o desempenho da instituição nas ações finalísticas, uma vez que até outubro de 2007 existiam de cerca de 900 planos de ação (PAs). A cada PA corresponde um projeto desenvolvido pelos departamentos, pelas coordenações gerais e pelas unidades descentralizadas do instituto;

c) relação entre atividade meio e atividade fim com apuração pela execução orçamentária das ações segundo esta classificação, o que representou em 2007, para cada real investido em projetos finalísticos, foi gasto R$ 1,80 com a manutenção da máquina administrativa.

Os indicadores do Programa revelam a produção anual do instituto, mas não revelam informações sobre o impacto do Programa na comunidade, pois avaliam até que ponto as metas estão sendo alcançadas. Ainda assim, a implantação desses indicadores representou importante avanço para o IPHAN, forçando-o a imprimir esforços em encontrar dados secundários, coletados sistematicamente por outros atores sociais, que possam auxiliar a avaliação da política de patrimônio (por exemplo, a Taxa de Ocupação de Áreas Urbanas, disponível em todas as prefeituras, pode indicar o impacto da política sobre a revitalização de centros históricos). Citações na mídia podem dar indicação sobre a valorização do patrimônio por parte da população brasileira, e dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), sobre a atividade econômica nas cidades, podem avaliar o impacto das políticas de patrimônio sobre o aumento da atividade turística ou artesanal.

Existem dificuldades fundamentais para caracterizar o público-alvo e, conseqüentemente, expressar com acurácia quem se beneficiou do Programa, uma vez que o Patrimônio Cultural é um bem público por excelência (no sentido econômico da expressão), as ações do IPHAN são voltadas para um público muito amplo.

Com o objetivo de tornar o universo do patrimônio realmente representativo da diversidade cultural brasileira, dando maior atenção às manifestações culturais de grupos menos contemplados na Política Pública do patrimônio, o IPHAN redirecionou suas atividades. Assim vem sendo priorizado o reconhecimento de manifestações culturais populares, especialmente as relacionadas a etnias que historicamente são alvo de discriminação.

BRASIL, SOM E IMAGEM

GERENTE DO PROGRAMA

Orlando de Salles Senna

OBJETIVO

Ampliar a produção, a difusão, a exibição, a preservação e o acesso às obras audiovisuais brasileiras e promover a auto-sustentabilidade da indústria cinematográfica.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade brasileira

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 148.301.770,00	Empenho Liquidado:	R$ 105.908.039,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 105.908.039,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 15.000.000,00	R$ 0,00	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEMDE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Participação da produção nacional no mercado cinematográfico do Brasil - Porcentagem	-	12.05	11.00	-	35.00	-
2. Relação público x número de cópias lançadas de filme nacional - Unidade	-	5.548.00	3.962.00	-	-	-
3. Taxa de distribuição do filme brasileiro para exibição no mercado nacional - Porcentagem	-	-	2.00	-	-	-
4. Taxa de participação da União na produção de obras cinematográficas e videofonográficas - Porcentagem	-	-	70.00	-	-	-

1. PARTICIPAÇÃO DA PRODUÇÃO NACIONAL NO MERCADO CINEMATOGRÁFICO DO BRASIL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

A ausência de mensuração do indicador impossibilita a avaliação de seu alcance em relação ao previsto para o final do PPA 2004-2007. Os indicadores não foram apurados a tempo, denotando falta de celeridade no processo. A apuração de todos os indicadores está a cargo da Agência Nacional do Cinema (ANCINE). Até o fechamento do processo de avaliação os indicadores para 2007 ainda estavam em fase de apuração.

2. RELAÇÃO PÚBLICO X NÚMERO DE CÓPIAS LANÇADAS DE FILME NACIONAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A ausência de mensuração do indicador impossibilita a avaliação de seu alcance em relação ao previsto para o final do PPA 2004-2007. Os indicadores não foram apurados a tempo, denotando falta de celeridade no processo. A apuração de todos os indicadores está a cargo da ANCINE. Até o fechamento do processo de avaliação os indicadores para 2007 ainda estavam em fase de apuração.

3. TAXA DE DISTRIBUIÇÃO DO FILME BRASILEIRO PARA EXIBIÇÃO NO MERCADO NACIONAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A ausência de mensuração do indicador impossibilita a avaliação de seu alcance em relação ao previsto para o final do PPA 2004-2007. Os indicadores não foram apurados a tempo, denotando falta de celeridade no processo. A apuração de todos os indicadores está a cargo da ANCINE. Até o fechamento do processo de avaliação os indicadores para 2007 ainda estavam em fase de apuração.

4. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NA PRODUÇÃO DE OBRAS CINEMATOGRÁFICAS E VIDEOFONOGRÁFICAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A ausência de mensuração do indicador impossibilita a avaliação de seu alcance em relação ao previsto para o final do PPA 2004-2007. Neste indicador, especificamente, não foi possível acompanhar os índices ano a ano como se pretendia. Essa falha ocorreu já na fase de elaboração, no âmbito do PPA 2000-2003, quando se vislumbrou um indicador com representatividade, todavia, sem se observar características essenciais como a praticidade, isto é, a garantia de que o indicador pudesse permitir a tomada de decisões gerenciais, devendo, para tanto, ser testado com acesso às informações primárias, bem como de registro e manutenção para o cálculo dos indicadores. As bases de dados, no caso deste indicador, não foram mapeadas, pois a participação da União na produção de obras cinematográficas e videofonográficas não se restringe apenas às ações da ANCINE e do Ministério da Cultura (MinC). Destarte, a mensuração da quantidade de produções nacionais que receberam apoio financeiro da União, com base apenas nos dados acessíveis, acarretaria o uso de um indicador sem confiabilidade.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O acesso da população aos bens culturais do País é de fundamental importância para o fortalecimento da identidade nacional. No caso específico do audiovisual, a atuação reguladora ou mesmo interventora do Estado é indispensável, já que a oligopolização do setor faz com que o produto nacional encontre grandes dificuldades para alcançar o

público. É preciso considerar, inclusive, que os mecanismos de distribuição e de exibição das obras audiovisuais no Brasil tendem a estar ligados aos interesses do capital transnacional e ao processo de acumulação internacional de capital, com implicações significativamente negativas para o processo de assimilação de valores identitários por parte dos brasileiros, dado o potencial de disseminação e imposição de informações, valores, crenças e ideologias do produto audiovisual na sociedade contemporânea, sem falar no seu papel indelegável de catalisador da construção de soberania e cidadania nacionais. Vivemos atualmente um processo de recuperação do mercado para o cinema brasileiro. Os números, entretanto, estão longe dos registrados na década de 70, quando o filme brasileiro ocupava 35,92% do mercado consumidor. Esta tendência foi atropelada por uma série de fatores (defasagem tecnológica, abertura indiscriminada do mercado e ausência de Políticas Públicas de proteção do setor), que levou o cinema nacional a ocupar, em 1992, apenas 0,05% do mercado. A partir de 1995, foi iniciado um processo de recuperação, com os índices de ocupação, passando de 3,62% para 8,28% em 2000. Em 2003, a taxa de ocupação chegou a 21%.

O desafio que se coloca agora é, a partir da implementação das ações previstas neste PPA, viabilizar a meta de 30% de ocupação até 2007. A não-implementação do Programa resultará na ausência do fomentador primeiro da produção audiovisual nacional e na completa predominância do produto importado, impactando negativamente o processo de construção e solidificação tanto da identidade quanto da própria soberania nacional. O principal condicionante positivo do Programa reside na realidade dinâmica do setor audiovisual, que tem sido capaz de incorporar as revoluções tecnológicas do campo da eletrônica, informática e telecomunicação nos processos de produção, distribuição, comercialização e exibição, com repercussões substantivas nos marcos de competitividade de vários ramos industriais envolvidos no processo, repercussões em sua interação com outros setores produtivos, gerando emprego e renda, e, ainda, em sua influência nos padrões de consumo e comportamento. Como condicionante negativo ressalta-se a força política e econômica das empresas produtoras e distribuidoras nacionais e internacionais, que têm no produto audiovisual menos profundo, bem como no seu próprio poderio econômico, suas vantagens competitivas mais relevantes perante o produto nacional de qualidade.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Fomento a oito obras cinematográficas.
- Fomento a 35 obras de documentários – DOCTV.
- Fomento a 53 títulos nacionais em DVD - Programadora Brasil.
- Capacitação de 49 profissionais nas áreas de cinema, televisão, vídeo e segmentos afins.
- Apresentação de 69 filmes nacionais, de curta-metragem e de longa-metragem, em 33 festivas internacionais.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O monitoramento se faz periodicamente, em reuniões de trabalho com os técnicos envolvidos. Projetos como o DOC TV, além dos festivais e das mostras, são acompanhados com visitas permanentes de técnicos e gerentes da Secretaria do Audiovisual (SAV). Os projetos de produção audiovisual, viabilizados pelas leis de incentivo, têm acompanhamento de repasses financeiros, a partir de um programa de conta especial, em parceria com o Banco do Brasil (BB). A avaliação do desempenho físico das ações tem como base o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

A falta de pessoal técnico qualificado prejudica os processos de acompanhamento, sobrecarregando o quadro de pessoal e impossibilitando um acompanhamento mais eficiente dos programas.

A compatibilidade do fluxo de recursos foi descontínua no que se refere à programação física, prejudicando a execução programada, o que inviabiliza qualquer possibilidade de planejamento, e prejudica sobremaneira a articulação de parcerias institucionais que potencializem os programas. Os recursos alocados na Ação de Gestão e Administração do Programa (GAP) foram utilizados no apoio operacional, responsável pela viabilização do Programa, principalmente com gastos em diárias e passagens.

O quadro de cargos em comissão e o de pessoal do MinC não atendem em termos quantitativos e qualitativos à demanda da sociedade. Isto decorre da falta de profissionalização que o Estado brasileiro impôs, nas últimas décadas. Com a realização do primeiro concurso próprio do MinC, a situação tende a melhorar, mas ainda está longe da ideal.

O excesso de burocracia prejudica os processos de licitações, e o andamento e a qualidade da execução das ações.

Nas parcerias, o Projeto Setorial Integrado de Promoção de Exportação da Indústria Brasileira de Audiovisual, desenvolvido com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX), demonstrou que a boa articulação e a boa parceria dos órgãos envolvidos levam a ótimos resultados.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As ações do Programa, desenvolvidas com parcerias não-governamentais, têm resultados bastante positivos. Projetos centrais como o DOC TV, o Revelando os Brasis e o projeto Programadora Brasil são executados em parcerias com agentes não-governamentais, potencializando a capilaridade das ações. As ações desenvolvidas pelo Programa são baseadas em demandas do setor audiovisual, identificadas em reuniões com representantes da atividade.

A SAV possui um Conselho Consultivo, com reuniões semestrais, um fórum em que são avaliadas e discutidas as ações desenvolvidas e o Conselho Superior de Cinema (CSC), instância de discussão das linhas gerais das políticas audiovisuais do MinC.

A avaliação do Programa pelos usuários é realizada no Conselho Consultivo da SAV, cujos integrantes trazem para discussão as impressões identificadas em cada um dos setores da atividade audiovisual. E, reuniões internas de avaliação no âmbito da SAV e do MinC, considerando as recomendações do Conselho Consultivo, são práticas renovadoras dos processos de gestão.

Os indicadores considerados são insuficientes para medir a repercussão das ações nesta área e se limitam a mensurar apenas um aspecto do Programa: as ações de fomento à produção. É necessário que sejam elaborados outros indicadores adequados e mais abrangentes as características do problema que se pretende resolver.

CULTURA AFRO-BRASILEIRA

GERENTE DO PROGRAMA

Edvaldo Mendes Araújo

OBJETIVO

Preservar e promover a cultura e o patrimônio afro-brasileiros.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade em geral, com prioridade para os/as afro-brasileiros/as

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 21.878.120,00	Empenho Liquidado:	R$ 20.423.674,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 20.423.674,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

O Programa não possui indicador.

A ausência de indicadores, no setor cultural, diz respeito à ausência de informações sobre a produção e o consumo de bens e serviços culturais. No caso da Fundação Cultural Palmares (FCP), a ausência de indicadores de processos e de qualidade, dada a falta de dados históricos específicos sobre seus custos operacionais e sobre os impactos de sua atuação, inviabiliza a utilização de fórmulas fidedignas para a demonstração de resultados.

No PPA 2004-2007, verificou-se a impossibilidade de medição dos indicadores propostos inicialmente e dois novos foram elaborados em substituição aos anteriores. Contudo, observou-se que os mesmos não foram inseridos nas revisões do PPA devido à impossibilidade de mensuração.

Alguns indicadores poderiam ser utilizados futuramente para medição do esforço e da eficiência institucional a partir da adoção de séries históricas pela organização. Neste sentido, a FCP aguarda a finalização do trabalho de elaboração de indicadores culturais para que suas atividades possam ser discutidas de acordo com parâmetros objetivos claros e definidos.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As comunidades rurais e urbanas de tradição africana, especialmente as comunidades remanescentes de quilombos, tem enfrentado os seguintes problemas:

a) difícil acesso aos bens e aos serviços sociais;

b) ausência de equipamentos sociais nas comunidades quilombolas e da documentação civil que lhes possibilitem o acesso aos serviços públicos básicos;

c) infra-estrutura precária, baixa escolaridade, desemprego, *deficit* de moradia, baixa renda e mortalidade infantil acentuada;

d) desconhecimento dos seus direitos e dos instrumentos legais de defesa.

Além disso, a maioria dessas comunidades, cerca de 96% de um total de 743 comunidades identificadas, ainda não possui a titulação e o registro de propriedade das terras, nem recursos e incentivos para que desenvolvam uma economia sustentável, notadamente no que se refere à comercialização dos bens por eles produzidos.

Todos esses fatores têm levado as comunidades que não conseguem sobreviver a abandonarem seus locais de origem, buscando os centros urbanos. Em conseqüência, dado que não possuem qualquer qualificação para a inserção no mercado de trabalho, acabam sendo vítimas da marginalização, reforçada pelo preconceito racial ainda existente na sociedade brasileira. No que diz respeito às comunidades religiosas de tradição afro-brasileira, os problemas de ordem material, tais quais o baixo nível de renda, a impossibilidade de sobrevivência dentro das comunidades, segundo os preceitos da antiga tradição, as precárias condições de saúde dos mais velhos, portadores da memória da comunidade, e a crescente onda de intolerância que se abate sobre estas comunidades são responsáveis pela precarização da preservação e reprodução de tradições afro-brasileiras, exigindo efetivas ações de sustentação destas comunidades.

Nesse quadro de precariedade soma-se o abandono do patrimônio material e imaterial da cultura afro-brasileira, carente de um amplo inventário de ações de preservação de seus bens, de modo que possam referenciar programas educativos e programas de divulgação. É também um elemento de fortalecimento da cultura afro-brasileira o intercâmbio com países de cultura afro-originária, o que permitirá o acesso dos afro-brasileiros aos acervos históricos, museológicos e culturais destes países, bem como possibilitará o intercâmbio de intelectuais, cientistas e artistas produtores de uma cultura pan-africana. Quanto à comunidade afro-brasileira em geral, especial preocupação deve ser conferida às crianças e aos jovens negros e negras, em sua maioria pobres que vivem em comunidades sem infra-estrutura, desprovidas de serviços e equipamentos sociais. Expostos à violência e ao tráfico de entorpecentes, são as maiores vítimas do mundo da marginalização.

Vários outros fatores contribuem para agravar a situação dessas comunidades, como a falta de perspectivas quanto ao futuro da juventude negra, a discriminação e o preconceito racial existentes na sociedade brasileira e a veiculação de imagem negativa dos afro-brasileiros e das afro-brasileiras, tradicionalmente estigmatizados como prostitutos e prostitutas, assaltantes ou meninos e meninas de rua. Vale registrar que o Brasil é o segundo maior país do mundo com população negra.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Certificação de 140 comunidades e o apoio a 261 demandas judiciais, assegurando terras e patrimônio cultural.

• Produção de cartilhas: Participação do negro na TV pública; O negro na Universidade; Mercedes Baptista; Rota Existencial; Cartilha negro outra história.

• Inauguração do Parque Memorial Quilombo dos Palmares.

• Matriz africana como forma de combate à intolerância religiosa com a preservação dos "modos de fazer" das ervas e raízes de matrizes africanas e a preservação, fortalecimento e valorização do patrimônio de terreiros de candomblé.

• Ampliação de diálogo com os países afro-latinos por meio da implantação de ações afirmativas para a população afro-descendente latino-americana e do diálogo entre o Brasil e a Colômbia.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O monitoramento sobre o desempenho físico das ações do Programa é feito pelos técnicos da FCP que, sempre que necessário, visitam os locais onde estão sendo desenvolvidos os projetos, fazendo o acompanhamento da aplicação dos recursos, sanando dúvidas e problemas e, pelo Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), realizando o monitoramento físico e financeiro mensal. O Relatório anual de Gestão permite avaliar a execução física e financeira das ações da FCP, e diagnosticar falhas e problemas. Algumas metas foram subestimadas, devendo ser redefinidas.

A liberação descontínua do orçamento prejudicou a execução dos projetos realizados por algumas ações, já que impossibilitou o cumprimento das fases propostas no Plano de Trabalho. Os recursos gastos na Ação Gestão e Administração do Programa (GAP) foram distribuídos em gastos com pessoal, convênios, custeio e investimentos.

O espaço físico da FCP é inadequado e as instalações insalubres. A quantidade insuficiente de pessoal para análise, acompanhamento e recepção de projetos permite o acúmulo de tarefas e o atraso na execução. Falta, ainda, treinamento das equipes para análise, recepção e acompanhamento de projetos.

As parcerias são, em geral, com organizações não-governamentais (ONGs) que solicitam financiamento para projetos. No pregão eletrônico, outra forma de divulgação junto à sociedade, as dificuldades se dão com as empresas que só permanecem "presentes" até o momento do lance - logo em seguida existe uma dispersão.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Conforme o Decreto nº 4.887[1], de 20 de novembro de 2003, foi criada uma comissão de sindicância para apurar denúncias de fraudes no Território de Quilombo de São Francisco do Paraguaçu (BA), e um grupo de trabalho para rever os procedimentos internos da FCP, quando houve a emissão da certificação. Com a primeira medida se chegou ao resultado insofismável de que não houve qualquer fraude produzida seja pela FCP, seja pelos quilombolas, fato confirmado por laudo antropológico realizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no mesmo período. Da segunda medida resultou a Portaria FCP nº 98, de 26 de novembro de 2007, que instituiu o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da FCP, também autodenominadas Terras de Preto, Comunidades Negras, Mocambos, Quilombos, dentre outras denominações congêneres, para efeito do regulamento que dispõe o Decreto nº 4.887/03, que propicia mais segurança nos processos, tanto para os quilombolas quanto para a instituição.

Foram adquiridos equipamentos audiovisuais para o Centro Nacional de Informação da Cultura Negra (CNICN) e livros para compor o acervo da biblioteca da FCP, assim como realizados seminários para divulgação e esclarecimento do papel da FCP em relação ao tema do apoio à posse da terra e preservação da herança cultural das comunidades remanescentes de quilombos, bem como dos instrumentos jurídicos que regulam as referidas matérias junto a representantes dos quilombolas.

Nas parcerias, a maior dificuldade é a falta de preparo dos agentes capacitadores, o que poderia ser aperfeiçoado com a reciclagem das ONGs, que tem dificuldades para trabalhar com recursos públicos de maneira eficaz e eficiente.

A participação social se dá mediante audiências públicas, para tratar das situações referentes aos quilombolas e suas terras, o sítio na Internet e o Fale Conosco são ferramentas fundamentais para a interação junto à sociedade, com possibilidade de se divulgar o trabalho, os produtos e as ações em defesa dos direitos, da valorização e da proteção da cultura afro-brasileira. O Fale Conosco, em especial, é o meio que a instituição tem para ouvir os anseios e as demandas da sociedade, podendo construir, através dele, outros mecanismos e outras ações para atender à população negra de forma satisfatória, como a realização de pesquisas, eventos, cursos e capacitação, contudo para o Programa não foi implantado nenhum mecanismo que avalie a satisfação dos beneficiários.

Diante das dificuldades encontradas na formatação e nos resultados do Programa, será realizada, no primeiro semestre de 2008, a Oficina de Modelo Lógico, com a participação da FCP/MinC, da Secretaria de Orçamento Federal (SOF), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) com vistas a promover a avaliação do desenho do programa e subsidiar a sua documentação de concepção para os próximos processos de revisão do PPA.

1 Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

CULTURA, EDUCAÇÃO E CIDADANIA

GERENTE DO PROGRAMA

Célio Roberto Turino de Miranda

OBJETIVO

Ampliar e garantir o acesso das comunidades mais excluídas ao usufruto de bens culturais e aos meios de fruição, produção e difusão das artes e do patrimônio cultural.

PÚBLICO-ALVO

Agentes culturais (como artistas, produtores, professores e estudantes da educação básica, militantes sociais que desenvolvem ações de combate à exclusão cultural e social), adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, habitando áreas com precária oferta de serviços culturais

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 158.585.301,00	Empenho Liquidado:	R$ 126.550.091,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 126.550.091,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Índice de Acesso à Cultura via Pontos de Cultura - Porcentagem	-	-	-	0.30	-	-

1. ÍNDICE DE ACESSO À CULTURA VIA PONTOS DE CULTURA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
-Análise e Justificativa:

Como o índice foi acordado e medido pela primeira vez em 2007 (ano-base 2006) não houve uma previsão de alcance ao final do PPA 2004-2007, considerando como período de análise os anos decorridos na execução do PPA. O objetivo é realizar essa previsão, bem como incluir novos indicadores para a avaliação do Programa no PPA 2008-2011. Cabe destacar que o índice envolve apenas as populações a que os pontos de cultura se propõem a atender, e não a população brasileira como um todo. Constitui um parâmetro de acompanhamento para avaliar o alcance do Programa a identificação de possíveis distorções que mereceriam uma avaliação para correção de rumos, no que diz respeito a melhorias dos critérios de seleção, ou uma avaliação qualitativa de um ou outro ponto de cultura que demonstre pouca eficiência no atendimento.

O índice deve variar de zero a um, indicando um atendimento maior quanto mais próximo de um, e menor quanto mais próximo de zero. O responsável pelo cálculo, apuração do índice é a Secretaria de Programas e Projetos Culturais (SPPC). Dos 575 pontos, pontões e núcleos de redes de pontos de cultura que receberam ofício com perguntas sobre os elementos componentes do índice, 277 encaminharam respostas.

Os índices de referência foram apurados em novembro de 2007 (ano-base 2006), na primeira medição. E, em janeiro de 2008 (ano-base 2007), foi realizada a segunda medição para cada ponto de cultura instalado que respondeu ao ofício e agregados regionais e em âmbito nacional. Os resultados foram os seguintes:

Região	2007 (Ano Base 2006)	2008 (Ano Base 2007)
Nordeste	0,4917	0,4562
Norte	0,1193	0,0866
Centro-Oeste	0,2560	0,4666
Sudeste	0,1353	0,4746
Sul	0,1835	0,3404
Brasil	0,2964	0,4292

CONTEXTUALIZAÇÃO

As tradições culturais e as artes traduzem modos diferenciados de perceber, sentir e atribuir significados e valores à ampla gama de relações sociais. A apropriação crítica e criativa do diversificado patrimônio cultural brasileiro e dos códigos específicos das linguagens artísticas é, portanto, instrumento de formação do indivíduo e de conhecimento e de transformação da realidade, bem como arcabouço da construção do sentido de "pertencimento" social. Para tanto, porém, é preciso conhecer, formar gosto, ganhar competência cultural para interpretar e utilizar signos e códigos próprios de tais universos. Esse processo leva tempo e envolve a competência institucional das estruturas sociais, seja da escola seja dos meios de informação, somada às competências próprias de cada comunidade e de cada indivíduo.

Observa-se que a formação dos indivíduos, especialmente, daqueles que dependem prioritariamente de agências institucionais públicas para ter acesso ao patrimônio artístico e cultural, não vem associando os chamados conteúdos escolares às referências culturais e às linguagens artísticas. Boa parte das crianças, dos adolescentes e dos jovens adultos em situação de vulnerabilidade social defronta-se com enormes barreiras simbólicas para usufruir bens culturais mais elaborados, adquirir hábitos culturais e, assim, apropriar-se efetivamente da produção cultural da sociedade. É necessário e urgente, portanto, incidir na formação inicial e continuada de mediadores e formadores, para que tenham competência e prazer em aproximar o patrimônio cultural de adolescentes e jovens adultos que se encontram à margem dos circuitos mais elaborados da cultura e das artes. Tais mediadores e formadores podem ser tanto agentes das instituições escolares públicas, quanto aqueles que integram (ou têm desejo e interesse de integrar) o campo das práticas culturais no meio social. Também é necessário e urgente fazer da cultura palco para o desenvolvimento de potencialidades profissionais de adolescentes e jovens adultos, seja no campo da produção, seja no da circulação e difusão de bens culturais ligados à memória e à inovação.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- 742 espaços de cultura - Pontos de Cultura - instalados, modernizados e apoiados.

- 2.725 pessoas apoiadas por meio de iniciativas voltadas para a inclusão social pela cultura.

- 120 projetos apoiados junto a Escola Aberta à Cultura (Escola Viva).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A SPPC, com a participação das representações regionais do Ministério da Cultura (MinC), realizou visitas *in loco* para reunir dados e informações no sentido de compor a parte técnica da prestação de contas dos projetos em execução. Isso implica monitorar o desempenho físico da Ação Instalação e Modernização de Espaços Culturais (Pontos de Cultura), cujo produto é espaço cultural apoiado. O aperfeiçoamento tem sido no sentido de gerar, a partir de um relatório de visitas padronizado, um banco de dados sobre as informações coletadas como meio de acompanhamento da execução dos projetos.

O acompanhamento informatizado do desempenho físico desta Ação é realizado no âmbito do Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (SALIC), sistema corporativo de acompanhamento de convênios do MinC, que comporta principalmente dados relativos à execução dos convênios, mas também permite a elaboração e emissão de relatórios com diversas informações agregadas sobre os pontos de cultura, com atualização diária. E, em 2007 os resultados da ação foram 742 espaços culturais apoiados contemplando os 195 pontos implantados nas 28 redes de pontos conveniadas entre o MinC, Estados e Municípios. Os convênios com entidades sem fins lucrativos são atualmente 504. Também foram instalados 43 pontões de cultura, alcançando-se 17 Estados.

Na ação Desenvolvimento de Iniciativas Voltadas para a Inclusão Social por meio da Cultura, o acompanhamento da iniciativa Cultura Digital ocorre por meio do Sistema MapSys - sistema com o mapeamento dos pontos de cultura com potencial digital detectado para recebimento dos primeiros *kits* multimídia e os respectivos dados. Atualmente conta com informações de 700 pontos e entidades vinculadas à temática, e sua atualização é mensal. Um trabalho de longo prazo, envolvendo o levantamento e criação de um banco de dados, vem sendo realizado pelo Instituto de Projetos e Pesquisas Sociais e Tecnológicos (IPSO), no Pontão Mapas da Rede, que é um dos pontões participantes do Programa. O trabalho se baseia em um conjunto de questionários e informações divulgados pela Internet. O primeiro levantamento teve como objetivo atualizar dados de contato, o segundo gerou informações sobre infra-estrutura tecnológica dos pontos, o terceiro coletou informações sobre o pessoal que trabalha nos pontos e o quarto identificou as atividades desenvolvidas nos pontos através da caracterização de temas, públicos, linguagens e formatos.

Ainda no tocante a esta Ação, em 2007, houve a implantação da iniciativa Griô Mestres dos Saberes, que resultou no apoio a 250 pessoas, atuantes em 50 pontos de cultura.

Permitiu, também, o prosseguimento da implantação da iniciativa Cultura Digital, que alcançou 1.390 pessoas por meio da realização de 37 oficinas, ocorridas em 117 Pontos de Cultura. Afora isso, apoiou pessoas no âmbito de atividades de outros órgãos públicos, para os quais o MinC realizou descentralizações, com o objetivo de contribuir para a consecução da ação - por exemplo, na Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH), visando a implantação do projeto Educação e Cidadania de Afro-descendentes e Carentes (Educafro).

A Ação Escola Aberta à Cultura (Escola Viva) teve a sua realização pela concessão do Prêmio Escola Viva a iniciativas que articulam projetos culturais e educativos com a participação das comunidades. A concessão dos prêmios ocorreu em dezembro de 2007, o que levou à concentração da realização física neste mês. O percentual referente aos resultados físicos da ação foi na ordem de 240% revelou-se acima do previsto pelo fato do valor unitário do prêmio ter sido reduzido, alcançando um número superior de projetos apoiados em relação ao inicialmente planejado.

Embora o Programa não tenha sofrido contingenciamento significativo em sua execução orçamentária, a instabilidade do fluxo de recursos financeiros produziu impacto negativo na execução dos convênios cujas parcelas estavam programadas para pagamento, gerando um acúmulo de restos a pagar para o exercício de 2008. A liberação de emenda parlamentar no final do exercício também contribuiu para a inscrição de um elevado montante de recursos em restos a pagar. O maior impacto dessa distorção ocorreu na execução da Instalação e Modernização de Espaços Culturais.

Duas atividades de alto impacto no desempenho do Programa são realizadas na forma de parcerias. A primeira é o Prêmio Cultura Viva, idealizado pelo MinC, com patrocínio da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), apoio do Canal Futura e da coordenação técnica do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC), tem como objetivo reconhecer, estimular e dar visibilidade às iniciativas culturais de todo o País, as quais valorizem a cultura como meio de consolidação da identidade e de construção da cidadania, em 2007, contou com cerca de 2.700 inscrições, alcançando mais de 1.850 Municípios brasileiros. Após criterioso processo de análise e seleção, foram premiadas 18 iniciativas, sendo três em cada uma das seis categorias: Escola Pública de Ensino Médio, Fundação e Instituição Empresarial, Gestor Público, Grupo Informal, Organização da Sociedade Civil e Ponto de Cultura.

A segunda atividade é no âmbito da TEIA - a Rede de Cultura do Brasil, que em 2007 teve lugar em Belo Horizonte (MG) viabilizado pelos pontos de cultura que participam do Programa e o encontro teve como tema principal a relação entre cultura e educação contando com um total de 2.175 delegados e representantes dos pontos participaram das atividades da TEIA e do Fórum Nacional dos Pontos de Cultura (FNPC). A realização da TEIA 2007 exigiu um montante de R$ 5,6 milhões, captado via Lei de Incentivo à Cultura, e formado com recursos da Petrobras (R$ 3 milhões), da Fundação Vale do Rio Doce (R$ 1 milhão), da Fiat (R$ 1 milhão), da Usiminas (R$ 250 mil), da Telemig Celular (R$ 250 mil) e do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) (R$ 100 mil).

Há na equipe gerencial ausência de estrutura formal adequada. As responsabilidades formais assumidas pelos gerentes transcendem os assuntos referentes a cada área, sobrecarregando estes. Assim, a diversidade de atribuições dentro da mesma gerência vem trazendo restrições à implementação do Programa. A SPPC apresenta um quadro de escassez quantitativa de recursos humanos, agravado pelo aumento considerável da carga de trabalho representado pelo crescimento do número de convênios no exercício de 2007. A maioria dos consultores e terceirizados não possuem vínculo direto. Nas equipes executoras o quadro é de baixa capacidade técnico-administrativa, gerando problemas na execução, formalização e acompanhamento de convênios para a implementação das ações. A terceirização e rotatividade não permitem que o conhecimento seja repassado aos novos contratados. Apenas 38% do total de colaboradores da secretaria são servidores com vínculo com a administração pública. Entre os demais colaboradores, o número dos que desenvolvem suas atividades na SPPC há menos de dois anos é considerável.

Houve dificuldades de celebração de convênios na gerência em função de interpretações diferentes de normas por setores do MinC, falta de procedimentos padronizados que facilitem e agilizem o processo, duplicidade de tarefas, atraso na liberação de recursos e reduzida equipe. Ressalta-se, ainda, que a excessiva burocracia na tramitação do processo e a indefinição das atribuições de cada setor envolvido afetaram o processo de maneira significativa. A inadimplência dos proponentes, a não-apresentação da documentação obrigatória e o baixo conhecimento da legislação também contribuem para o atraso na formalização. Além disso, muitas entidades não conseguiram regularizar sua situação de inadimplência junto aos órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta a tempo da habilitação para a celebração de convênios.

A implementação do Programa ocorre de forma descentralizada, mediante convênios com entidades da sociedade civil, Estados e Municípios, sendo que a inexistência de norma legal consolidada sobre o Programa, além de portaria ministerial que cria o Programa e editais de divulgação, foi apontada como problema no planejamento estratégico realizado pela SPPC. É necessário uma norma legal que fundamente, especificamente, o relacionamento do Estado brasileiro com entidades da sociedade civil com baixo nível de organização e institucionalização. A implantação do Programa se dá por meio de editais cujo objeto constitui o apoio, por meio de repasse de recursos a entidades sem fins lucrativos, pontos de cultura, movimentos populares ou manifestações culturais que incrementem o acesso do público-alvo aos meios de fruição, produção e difusão das artes e do patrimônio cultural.

Em 2007 foram publicados os editais dos Pontões de Cultura e Cultura Digital, sendo que os convênios com Estados e Municípios tiveram início no segundo semestre de 2006. Dessa forma, avaliar o desempenho da execução das ações com recursos descentralizados equivale a avaliar os resultados do Programa como um todo, que se revelou acima da média.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As parcerias são importantes na viabilização dos resultados do Programa, como a parceria com o CENPEC para o Prêmio Cultura Viva, a com o Programa das Nações Unidas para o

Desenvolvimento no Projeto PNUD BRA/04/051, que disponibilizam recursos técnicos e logísticos de subações componentes do Programa Cultura Viva, como é o caso do Pontão de Cultura Grãos de Luz e Griô, que participa da Subação Griô Nacional e do Pontão de Cultura Invenção Brasileira, que auxilia na implantação da iniciativa Escola Viva. E, com o Instituto de Pesquisas e Projetos Sociais e Tecnológicos (Ipso) que atua no levantamento e na organização de dados relevantes para o acompanhamento do Programa.

A gestão compartilhada é continuamente praticada no Programa, proporcionando uma importante metodologia para formulação e implantação dos projetos sociais que envolvem a participação de entidades da sociedade civil. Trabalhando com as noções de autonomia, protagonismo e empoderamento das comunidades participantes, permite constituir um concerto de vontades e perspectivas vitais, como reuniões de planejamento, discussões sobre ações específicas e seleção de novos pontos de cultura.

A Plenária do FNPC, que ocorreu na TEIA 2007, aprovou a criação de uma comissão nacional com 48 representantes, que espelha o esforço dos pontos de cultura e da equipe coordenadora do Programa, no sentido de buscar uma agenda política comum de atuação. A comissão conta com representantes dos pontos de cada Estado (totalizando 27), mais um de cada eixo do Programa Cultura Viva (Escola Viva, Cultura Digital, Ação Griô), somados a um de cada segmento artístico que recebeu proposta de inclusão na plenária, como é o caso das Comunidades Indígenas e Comunidades Tradicionais/Herança Intangível.

A Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPC) contribui com uma reflexão crítica e ampla sobre o desenvolvimento do Programa, o que permite à equipe coordenadora reconhecer os problemas apontados e buscar sua solução em conjunto com os representantes dos pontos.

O trabalho de pesquisa e avaliação realizado pela Associação Latino-americana de Pesquisa e Ação Cultural (ALPAC) examinou a satisfação dos usuários do Programa, por meio de questionário, cujos dados foram consolidados em março de 2007, que abordou os seguintes tópicos: grau de conhecimento sobre o Programa e seus componentes; percepções sobre o processo de seleção; impressões e avaliação das comunicações com o MinC; problemas na liberação das verbas; participação na gestão do Programa; e avaliação dos objetivos do Programa.

Em linhas gerais, os dados do relatório final confirmam os levantados e analisados no projeto-piloto. Para uma ampla maioria dos entrevistados, embora o Programa constitua uma política inovadora e tenha avançado muito com algumas concepções (cultura como protagonista do processo de transformação social; valorizar e potencializar o que já estava ocorrendo localmente na área de cultura; política de descentralização cultural), ainda se verifica uma distância substantiva entre a sua formulação e a sua implementação, já que existem vários aspectos operacionais e organizacionais que precisam ser aprimorados e aperfeiçoados. Os resultados da avaliação forneceram subsídios para a reflexão crítica sobre a implantação do Programa, principalmente no que tange ao aperfeiçoamento das práticas de atendimento ao beneficiário.

A Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI), em função das avaliações realizadas no Programa, tem a consideração de que na prática as exigências formais de execução dos convênios são de difícil cumprimento por parte das entidades selecionadas, de acordo com a definição de público-alvo feita para o Programa, pois são entidades localizadas em sua maioria em comunidades excluídas, em áreas de risco social, e não possuem capacidade organizacional para atender às exigências formais, originando gargalos no desenvolvimento das ações descentralizadas, principalmente no momento da prestação de contas.

O Programa, no ano de 2007, teve revisão com reestruturação de seu desenho a partir da Oficina de Modelo Lógico, realizada entre a SPPC, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) e a SPI.

DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DA CULTURA (PRODEC)

GERENTE DO PROGRAMA

Ranulfo Alfredo Manevy de Pereira Mendes

OBJETIVO

Fortalecer as cadeias produtivas da cultura (audiovisual, música, artes cênicas, festas populares, artes visuais, *design* etc.), promovendo seu desenvolvimento econômico.

PÚBLICO-ALVO

Empreendedores, empresas e arranjos produtivos dos diversos segmentos da Economia da Cultura

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 14.700.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 9.511.873,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 9.511.873,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Volume de Negócios Promovidos pelas Empresas Apoiadas - Porcentagem	-	-	-	-	–	-

1. VOLUME DE NEGÓCIOS PROMOVIDOS PELAS EMPRESAS APOIADAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A unidade de medida para este indicador não é porcentagem, mas sim unidade que expresse o volume bruto de negócios em reais, assim o índice apurado em 2007 foi de R$ 8.000.000,00.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Economia da Cultura consolidou-se nas duas últimas décadas como um dos setores mais dinâmicos da economia mundial. Tem registrado crescimento de 6,3% ao ano, enquanto o conjunto da economia cresce a 5,7%%. Hoje a Economia da Cultura responde por 6% do Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados Unidos (EUA) (número de 2002), por

4% da força de trabalho e pelo principal produto de exportação do País. Na Inglaterra corresponde a 8,2% do PIB (2001), cresce 8% ao ano desde 1997 e emprega 6,4% da força de trabalho. Na África do Sul emprega 17% da mão-de-obra, e 5% no Canadá. Em 1998 o comércio internacional de produtos e serviços culturais movimentou U$388 bilhões. O Banco Mundial estima que a Economia da Cultura responda hoje por 7% do PIB mundial (2003). A Economia da Cultura, ao lado da Economia do Conhecimento (ou Economia da Informação), integra o que já se convencionou chamar de Economia Nova, dado que seu modo de produção e de circulação de bens e serviços, altamente impactado pelas novas tecnologias e baseado em criação e propriedade intelectual, não se amolda aos paradigmas da economia industrial clássica.

O modelo da economia industrial tende a considerar o desenvolvimento como a característica de setores com estrutura relativamente estável e duradoura. O modelo da Economia da Cultura tende a ter a inovação e as constantes mudanças como aspectos a se considerar em primeiro plano. As novas tecnologias (Internet, celular, difusão digital - TV, cinema, fonogramas, obras literárias e acadêmicas - etc.) criaram novos produtos, novas formas de difusão, novos modelos de negócio e novas formas de competição por mercados, tornando a Economia da Cultura um setor estratégico na pauta dos programas de modernização e desenvolvimento de muitos países. Podemos citar o exemplo da Inglaterra, que tem hoje um ministério das indústrias criativas, como marco da crescente importância que o setor vem adquirindo nas economias nacionais. Neste sentido, a ausência de uma política estratégica de desenvolvimento da Economia da Cultura no País num momento de grande mudança de padrões tecnológicos (Internet, TV digital, *games*, celulares, cinema digital etc.) e de modelos de negócios (comércio digital, licenciamentos, *criative commons* etc.), e de disputa internacional em torno da regulação de mercados e das questões pertinentes à propriedade intelectual, pode ter como conseqüência uma perda significativa de mercado (ainda mal conquistado) e de competitividade dos produtos e dos realizadores brasileiros, além do risco de progressiva desnacionalização da propriedade intelectual.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Capacitação de 1.400 artesãos, 80 agentes locais e 27 servidores estaduais, de 70 comunidades representativas dos Pólos de Produção de Artesanato no Brasil, intermediada pela Promoção do Artesanato de Tradição Cultural (Promoart).

• Apoiados 72 empreendimentos e realizadas 450 reuniões de rodadas de negócios - Feira de Música do Brasil.

• Mobilização de 636 proponentes, apoio a 50 projetos de prática de extensão cultural nas universidades brasileiras, e investimento de R$ 30 mil para cada projeto, totalizando R$ 1,2 milhões em premiações - Extensão de Negócios.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Como mecanismos de monitoramento são utilizadas reuniões periódicas de trabalho com as instituições que estabeleceram convênio, sendo nelas avaliados os principais resultados das ações implementadas.

Por se tratar de um programa em uma área com pouca atuação direta do Governo, a Economia da Cultura, percebe-se baixa experiência, tanto do gestor público quanto do conveniado, na estimativa das metas físicas. Esse diagnóstico, contudo, será revertido doravante de acordo com a atuação do PRODEC e sua reformulação no caso de algumas metas físicas. Ademais, os produtos e suas metas, embora discrepantes com o planejamento inicial, mostraram-se satisfatórios e eficazes, pois o PRODEC revelou-se como um programa com alta capacidade de desenvolvimento qualitativo, e não apenas quantitativo.

Em geral, os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes, e as ações de financiamento a empreendedores apresentaram alguma deficiência em virtude do andamento, e de entraves legais e institucionais. E, o volume de recursos liberados ao longo do exercício foi compatível com a programação.

Quanto aos recursos humanos, há deficiência nos destinados exclusivamente para a gerência, espera-se suprir essa carência na reforma institucional a ser implementada em 2008.

Dificuldade no modo de lidar das instituições financeiras com as atividades culturais, especificamente no caso do apoio a empreendedores culturais, sobretudo no microcrédito.

Nas parcerias direcionadas para a capacitação profissional por intermédio da Promoart, houve resultado satisfatório, considerando-se que este é o primeiro ano de sua implementação.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa foi responsável por parte das parcerias do órgão que resultaram no levantamento de dados relacionados com o setor cultural. O planejamento de Estado, atualmente, conta com base sólida de informações que permite o desenvolvimento de ações pontuais, voltadas para populações e territórios particularizados.

Os esforços para obter informações concretas sobre a realidade social e cultural dos brasileiros, como, por exemplo, o delineamento do Anuário de Estatísticas Culturais, instrumento de compilação das principais informações do setor no Brasil, no aperfeiçoamento dos mecanismos de elaboração e de gestão das Políticas Públicas. Outro estudo importante foi o Suplemento de Cultura constante da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2007, que detalha o número de equipamentos culturais existentes em 5.564 municipalidades do País. Esta publicação permite identificar quantos teatros, bibliotecas, livrarias, museus e outros equipamentos existem em cada Município. Esse rol de informações viabilizará políticas de curto prazo e de médio prazo de grande impacto para o cidadão.

Trata-se do primeiro ano de implementação do Programa, representando um significativo avanço do MinC no sentido de incentivar e regulamentar as cadeias produtivas dos setores culturais, além de estimular o debate sobre a Economia da Cultura, com participações em seminários, debates e fóruns.

A Secretaria de Políticas Culturais (SPC) também optou por convênios que pudessem estimular cadeias produtivas que ainda padecem de pouca organização e orientação empresarial, sendo que as ações do Programa buscaram capacitar e qualificar os projetos, no sentido de valorizar o desenvolvimento sustentável e proteger os sistemas simbólicos implicados nessas cadeias econômicas. Este instrumento mostrou-se o mais adequado para a realização de projetos voltados a atividades com alto grau de informalidade e arranjos produtivos locais que ainda reivindicam um investimento federal para sua solidificação e seu desenvolvimento econômico. Foram selecionadas, portanto, instituições que demonstraram um histórico reconhecido de atuação nessas áreas, com a realização de feiras de negócios, de festivais e com a promoção do artesanato tradicional.

O Programa não tem parcerias não-governamentais para sua execução. O Conselho Setorial promoveu a participação social mediante a instalação das Câmaras Setoriais nas áreas de música, teatro, artes visuais e circo, que estabeleceram eixos estratégicos para a atuação governamental.

Como prática inovadora, o apoio a empreendedores culturais pode ser incorporado por outros órgãos federais vinculados às atividades econômicas e de desenvolvimento.

Diante das dificuldades encontradas na formatação e nos resultados do Programa, será realizada, no segundo semestre de 2008, a Oficina de Modelo Lógico, com a participação da SPC, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) e da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI).

ENGENHO DAS ARTES

GERENTE DO PROGRAMA

Celso Frateschi

OBJETIVO

Aumentar a produção, a difusão e o acesso da população aos bens e aos serviços da cultura brasileira nas áreas de música, artes cênicas e visuais.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 192.789.350,00	Empenho Liquidado:	R$ 82.176.123,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 82.176.123,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Número de Espetáculos Apoiados por Região - Porcentagem	-	-	185.00	60.00	-	-
2. Número Médio de Espectadores por Número Total de Espetáculos Culturais Promovidos pela União - Porcentagem	-	-	1.473.00	2.885.00	-	-

1. NÚMERO DE ESPETÁCULOS APOIADOS POR REGIÃO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O número médio de espectadores deve ser em valor absoluto e não percentual, como consta no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), uma vez que a sua apuração se dá pela divisão da quantidade de espetáculos apoiados pelo número de regiões brasileiras, que são cinco. Considerando-se que a apuração do índice só teve início em 2005, os dados são referentes a 405 espetáculos apoiados, o que corresponde um índice de 81,00. Em 2006 foram 927 espetáculos apoiados, resultando num índice igual a 185,00. Em 2007 a quantidade de espetáculos apoiados foi 303 o que representa um índice apurado de 60.

Verifica-se que, em 2007, ocorreu uma diminuição do número de espetáculos apoiados em relação ao exercício de 2006, sendo que as principais causas deste decréscimo foram: a greve dos servidores da cultura, que paralisou por 76 dias as atividades da instituição; as obras nos galpões do Complexo Cultural Funarte e do Teatro Eugênio Kusnet, ambos em São Paulo, que se mantiveram fechados para o público; e a falta de renovação, em 2007, pela Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), do patrocínio aos projetos Circulação de Música de Concerto, Concerto Didático nas Escolas e Pauta Funarte de Música Brasileira, eventos estes que, em 2006, representaram 577 espetáculos para um público de cerca de 100.000 pessoas.

2. NÚMERO MÉDIO DE ESPECTADORES POR NÚMERO TOTAL DE ESPETÁCULOS CULTURAIS PROMOVIDOS PELA UNIÃO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O número médio de espectadores deve ser em valor absoluto e não percentual, como consta no SIGPlan. Considerando-se que a apuração do índice só teve início em 2005, por meio da divisão entre o total de público e a quantidade de espetáculos promovidos pela União. Assim, tem-se que em 2005 o índice apurado foi de 2.244,00, que é dado pela divisão de 909.044 (total de público) por 405 (total de espetáculos). Em 2006 o índice apurado foi de 1.473,00, representado pela divisão de 1.366.283 (total de público) por 927 (total de espetáculos). E, em 2007 índice apurado foi de 2.885,00, relativo à divisão de 874.263 (total de público) por 303 (total de espetáculos).

Verifica-se que, em 2007, ocorreu um aumento substancial do número de espectadores por espetáculo, que passou de 1.473 espectadores em 2006 para 2.885 em 2007. Este aumento se deveu à implementação, pela Fundação Nacional de Artes (Funarte), de políticas de divulgação de suas atividades, através do seu portal, de fôlderes, de cartazes e de outros meios.

CONTEXTUALIZAÇÃO

No Brasil, o desconhecimento das artes e da cultura brasileiras, bem como sua influência e diversidade na formação do produto artístico e cultural comprometem a formação crítica, a escolha e, sobretudo, a construção da cidadania e a valorização individual e coletiva. Os problemas detectados nas áreas de música, artes visuais e artes cênicas se referem à educação, à produção e à difusão. Quanto à educação, não há ensino sistemático das artes e da cultura no Brasil, o que provoca a perda de oportunidade das crianças melhorarem o desenvolvimento do raciocínio, da expressão corporal, da disciplina e da capacidade de memorização, dentre outras características, o que dificulta a identificação de talentos e de futuros profissionais artísticos, bem como a formação de platéia.

A reduzida formação artística também impede o estímulo ao desenvolvimento de atividades correlatas, como as de gestão, de fabricação e reparação de instrumentos musicais, de iluminação, de vestuário, etc. Muitos profissionais envolvidos na produção artística não possuem formação específica por carência de ofertas de cursos, o que leva a produções com deficiências técnicas e artísticas. No contexto da produção e difusão há falta de auto-sustentabilidade, provocada

pelo custo alto dos espetáculos sem a devida cobertura proveniente da bilheteria. Por exemplo, nas artes cênicas, o custo elevado se deve ao envolvimento de muitos profissionais na montagem, aos gastos com aluguel de teatro, mídia e direitos autorais, e à questão do reduzido público. Embora o Brasil possua excelentes artistas cênicos, musicais e de artes visuais, a maioria da população desconhece os trabalhos produzidos nas diversas regiões do País. Os artistas que não têm apoio da mídia, em especial dos meios de comunicação de massa, encontram grande dificuldade de inserção no mercado.

A difusão é dificultada, também, pelos altos custos de deslocamento, pela infra-estrutura inadequada e pela falta de mão-de-obra local especializada. A difusão das artes brasileiras encontra um ambiente pouco informado e formado, o que dificulta a compreensão da arte, e causa rejeição e estranhamento, sobretudo quanto às artes visuais, à música erudita e à ópera. A falta de apoio à difusão das artes brasileiras no exterior impede que a diversidade brasileira seja apresentada ao público para conhecimento e apreciação. O que se conhece das artes brasileiras é muito pouco diante da dimensão da riqueza cultural do País. A dificuldade de programação e desenvolvimento de ações, capazes de estimular e incrementar a produção e a difusão, afora a preservação das artes e da cultura brasileiras, se deve à carência de informações, estudos e pesquisas relacionados ao universo cultural brasileiro, passado e presente.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Projeto Pixinguinha - 10 caravanas musicais circularam por 16 cidades das cinco regiões do País, e cada uma realizou oito apresentações, totalizando 80 espetáculos e atingindo um público de 28.303 pessoas, além de contribuir para a formação de novas platéias e ampliação do mercado para músicos e produtores.

• Realização da XVII Bienal de Música Brasileira Contemporânea - atuaram 280 intérpretes em solo ou em conjuntos, do duo à orquestra sinfônica, na interpretação de 91 obras, na Sala Cecília Meirelles, com público de 2.437 pessoas, na cidade do Rio de Janeiro.

• Capacitação e requalificação de 783 artistas, técnicos, produtores e agentes culturais, mediante concessão de bolsas e realização de oficinas em todas as regiões do País.

• Apoio à realização de 20 festivais, encontros e mostra de artes cênicas, artes visuais e música, atuando nas diversas regiões do País, disseminando a riqueza criativa da arte brasileira como fator de desenvolvimento, geração de emprego, renda e construção da cidadania, atingindo um público de 591,2 mil pessoas.

• Concessão de 19 Bolsas Funarte de Estímulo à Criação Literária e à Dramaturgia, em âmbito nacional.

• Rede Nacional de Artes Visuais - atuou em 60 Municípios da Federação, realizando 62 atividades, entre oficinas, palestras e seminários, com público direto de 2.057 pessoas.

• Concessão de 64 Prêmios Funarte de Artes Visuais - para difundir e fomentar a produção recente da arte brasileira.

• Prêmio Funarte de Teatro Myriam Muniz e Prêmio Funarte de Dança Klauss Vianna - concessão de 227 prêmios, sendo 166 de teatro e 61 de dança, atingindo todas as regiões do País.

• Programa de Apoio a Orquestras - contempladas 19 orquestras em todas as regiões do País.

• Realização de seis Painéis Funarte de Regência Coral - 407 pessoas certificadas nas cidades de Cuiabá (MT), Belém (PA), João Pessoa (PB), Crato (CE), Palmas (TO) e Curitiba (PR), contemplando a edição virtual de 37 partituras para coros.

• Realização de cinco Painéis Funarte de Bandas de Música, com 603 pessoas certificadas.

• Projeto Conexão de Artes Visuais - concedidos 36 prêmios.

• 11ª Exibição Internacional de Cenografia e Arquitetura Cênica/Quadrienal de Praga, na República Tcheca, com homenagens ao dramaturgo Nelson Rodrigues e à arquitetura cênica do arquiteto Oscar Niemeyer.

• Intercâmbio Brasil-Portugal - encenação de seis espetáculos A Minha Mulher, vencedora da primeira edição do Prêmio Luso-Brasileiro de Dramaturgia.

• Realização do Seminário Os Direitos Autorais no Século XXI - debates sobre o acesso à cultura dos direitos culturais e autorais. E, do Encontro de Formação em Circo - debates sobre a arte circense, rumos do circo com a globalização e projetos sociais.

• Realização de 17 pesquisas com a edição de livros e cartilhas, com foco no teatro, na música e na arte-educação.

• Realizados 227 espetáculos de artes cênicas, artes visuais e música para formação de platéias, com público aproximado de 177,4 mil pessoas.

• Realização de 90 eventos educacionais e culturais promovidos pela Fundação Joaquim Nabuco de Recife (PE);

• Instalação de 46 espaços culturais nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

• Programa de Difusão e Intercâmbio - edital público - 335 intercâmbios, de artistas, técnicos e estudiosos, convidados a participar de eventos culturais, promovidos

por instituições brasileiras ou estrangeiras; - apoio a 197 projetos de vários segmentos culturais para as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O monitoramento do desempenho físico das ações se faz mediante o relatório de acompanhamento elaborado pelos coordenadores, com periodicidade mensal. Para o próximo PPA será necessário criar ações não-orçamentárias, pois a dificuldade no registro de dados é decorrente dos recursos de parcerias firmadas, das quais o aporte de recursos não-orçamentários é decisivo para o cumprimento das metas da instituição. Estas metas não são computadas, sendo apenas mencionadas.

Apesar do contingenciamento de recursos, as metas físicas do Programa foram cumpridas mediante o apoio de recursos oriundos de patrocínio complementar. As ações provenientes de emendas parlamentares, em decorrência da não-liberação de limites orçamentário e financeiro suficientes para atendê-las, foram prejudicadas em relação à sua execução orçamentária.

O fluxo sofreu descontinuidade, mas sem prejudicar o desenvolvimento das ações, já que a instituição buscou patrocínio para complementar estas, assim como outros mecanismos para não comprometer o planejamento.

Alguns projetos do Programa puderam aumentar seu âmbito de atuação graças à existência de parcerias firmadas, com aporte de recursos não-orçamentários decisivo para o cumprimento das metas, com destaque para a parceria com a Petrobras.

A implementação do Programa é descentralizada por convênios e parcerias, proporcionando maior agilidade aos processos e constituindo-se em facilitador do desenvolvimento dos projetos de grande abrangência. A gerência do Programa mantém contato sempre que necessário com os responsáveis pelas entidades executoras das ações. Os gerentes executores prestam informações sempre que solicitadas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As parcerias realizadas são importantes para o fomento das artes cênicas, das artes visuais e da música, e são essenciais para promover aspectos tanto artísticos quanto de desenvolvimento sócio-cultural. A transferência de recursos proporciona maior agilidade no desenvolvimento das ações. As instituições foram escolhidas por suas trajetórias e experiências na realização de projetos, já tendo sido parceiras em iniciativas anteriores.

A participação social se deu mediante o diálogo com a sociedade, a realização de audiência pública no Congresso Nacional e reuniões com os diversos grupos de interesse aos quais as ações se destinam, contribuindo para melhor definir problemas, detectar nós da cadeia produtiva e traçar Políticas Públicas para o desenvolvimento do setor.

O Programa se propõe a atenuar desigualdades sociais e tem ênfase na inclusão cultural. Trabalha visando principalmente dar acesso ao grande público das diferentes manifestações culturais e fomentar a produção cultural do País.

A prática de editais públicos e diálogos com a sociedade e com os segmentos atendidos pelo Programa tem consolidado a transparência na aplicação dos recursos.

Destaca-se a necessidade permanente de divulgação dos programas e projetos, além dos meios já existentes de divulgação, como o sítio eletrônico e os editais, para maior eficácia no alcance do público-alvo, assim como para o estreitamento das parcerias com entidades e instituições públicas e privadas nas esferas estaduais e municipais.

Os projetos desenvolvidos estão voltados para a circulação e democratização do acesso aos produtos culturais, com desconcentração regional, levando os benefícios da ação governamental para comunidades que, até então, estavam à margem do circuito cultural tradicional. Neste sentido são evidentes os avanços ocorridos no período do PPA, haja vista a quantidade e a variedade dos projetos apoiados.

IDENTIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL - BRASIL PLURAL

GERENTE DO PROGRAMA

Sérgio Duarte Mamberti

OBJETIVO

Garantir que os grupos e as redes de produtores culturais, responsáveis pelas manifestações características da diversidade, tenham acesso aos mecanismos de apoio, promoção e intercâmbio cultural entre as regiões e os grupos culturais brasileiros, considerando características identitárias por gênero, orientação sexual, grupos etários, étnicos e da cultura popular.

PÚBLICO-ALVO

Grupos e redes de produtores culturais responsáveis pelas manifestações características da diversidade cultural brasileira

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 7.020.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 6.021.009,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 6.021.009,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Nº de Manifestações Culturais da Diversidade Cultural Brasileira Mapeadas - Unidade	-	-	-	-	-	-
2. Taxa de Participação da União no Apoio às Manifestações Culturais da Diversidade Brasileira Mapeadas - Porcentagem	-	-	-	-	-	-

1. Nº DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DA DIVERSIDADE CULTURAL BRASILEIRA MAPEADAS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

A Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural (SID) vem trabalhando no desenvolvimento do Sistema de Acompanhamento de Editais (SAED), que visa a compilação e o tratamento das informações geradas com a publicação dos editais de seleção. E, em parceria com

Ministério da Educação (MEC), por intermédio da Universidade de Brasília (UnB) para a criação de um curso de especialização em Avaliação de Políticas Públicas Culturais e por intermédio da Coordenação de Acompanhamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) uma linha de pesquisa para estudos e pesquisas da diversidade cultural brasileira.

Junto a estas iniciativas consta a formatação do Programa de Avaliação de Políticas da Secretaria, em parceria também com a UnB, que efetivamente permitirá a criação de indicadores de desempenho para as políticas desenvolvidas no âmbito da SID. É importante ressaltar que a Secretaria de Políticas Culturais (SPC) vem consolidando informações culturais não contempladas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tais quais as informações setoriais, as estatísticas sobre a gestão das Políticas Públicas e a realização de pesquisas sobre setores importantes, que ainda não foram contemplados, além da apresentação das principais informações sobre a atuação econômica do MinC, ou com o sistema de fomento baseado na Lei Rouanet, como o Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC), em parceria com o IBGE, referente ao período 2003-2005. Foi lançado, também em parceria com o IBGE, o Suplemento de Cultura da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), que apresenta uma pesquisa que permitirá um diagnóstico minucioso sobre a gestão cultural e as políticas culturais dos Municípios brasileiros. Outra iniciativa em andamento é a elaboração da Conta Satélite de Cultura, que medirá a participação da cultura e o seu percentual no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil.

2. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO APOIO ÀS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DA DIVERSIDADE BRASILEIRA MAPEADAS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

A SID vem trabalhando no desenvolvimento do SAED, que visa à compilação e o tratamento das informações geradas com a publicação dos editais de seleção. A partir dos editais publicados pela SID e considerando-se os atores envolvidos em cada segmento, vem sendo iniciada uma série histórica que possibilita estabelecer indicadores efetivos para cada ação. Por exemplo, os povos indígenas, com 225 etnias e cerca de 750.000 indivíduos, inscreveram 467 iniciativas no primeiro edital (2006), representando cerca de 350.000 indivíduos, quase a metade da população indígena. Desse total, 82 iniciativas foram premiadas, beneficiando cerca de 60.000 indígenas. As demais compõem um catálogo com suas descrições, permitindo a difusão e o conhecimento pela sociedade.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A diversidade cultural brasileira é riqueza que, por diversos fatores, corre riscos de empobrecimento. Diversos grupos característicos de nossa diversidade cultural não têm acesso aos mecanismos de fomento à cultura, devido a práticas elitistas e preconceituosas que devem ser enfrentadas através de mecanismos positivos de inclusão cultural. Processos homogeneizadores da cultura ameaçam a manutenção e o desenvolvimento pleno da diversidade cultural brasileira, especialmente das manifestações das culturas populares,

ocorrendo, até mesmo, riscos de desaparecimento de manifestações culturais e traços identitários. Várias características identitárias devem ser consideradas e valorizadas, tais quais:

a) situações de classe e do mundo do trabalho (identidades de trabalhadores do campo e da cidade, estudantes, etc.);

b) situações de gênero e orientação sexual, como no caso do feminismo e do movimento *gays*, lésbicas, transexuais e bissexuais (GLTB);

c) situação etária, como a dos idosos, dos jovens e das crianças;

d) situação étnica, como a dos afro-descendentes, dos povos indígenas e dos descendentes de imigrantes de várias origens.

Dentre outros fatores, a sub-representação desses grupos sociais na produção cultural universal e brasileira provoca a necessidade de apoiar os grupos e as redes de produtores das expressões características da diversidade cultural, sejam elas tradicionais, modernas ou novíssimas, rurais ou urbanas, como a cultura *hip-hop* e as manifestações ligadas ao movimento GLTB, por exemplo. Em anos recentes, o processo de globalização vivido reforçou, paradoxalmente, a necessidade de afirmação das manifestações e das identidades locais e regionais.

Os brasileiros não conhecem e não usufruem as diversas manifestações da cultura brasileira, e as barreiras que impedem ou dificultam os necessários diálogos e trânsitos culturais no País levam à necessidade de apoiar processos de intercâmbio cultural. O reconhecimento e a valorização das diversas manifestações culturais brasileiras, especialmente as ligadas às culturas populares, devem também levar em conta as diferentes expressões "locais" e "regionais" - expressões ainda não completamente reconhecidas e valorizadas. O MinC criou a SID como reconhecimento da necessidade da criação e do aperfeiçoamento de novos mecanismos de apoio à pluralidade cultural característica da identidade brasileira.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Edital Povos Indígenas - 900 etnias inscritas em todas as regiões do País.
- Edital Idosos - 269 inscritos.
- Edital Culturas Ciganas - 130 inscritos.
- Fomento a Projetos de Combate à Homofobia - 184 inscritos com um aumento considerável em relação a 2006 que foi de 82.
- Divulgação e Fortalecimento das Culturas Populares - Prêmio Culturas Populares, edição Mestre Duda - 100 anos de Frevo.

• Concurso de Culturas Populares - 809 iniciativas inscritas, em todos os Estados, sendo 61 de Governos estaduais e municipais.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O monitoramento sobre o desempenho físico das ações é realizado mediante:

a) reuniões mensais com os responsáveis pela equipe, utilizando planilhas e sistemas informatizados;

b) visitas às comunidades indígenas, aos brincantes e aos mestres das culturas populares;

c) paradas de orgulho *gay*, contempladas em edital;

d) cadastro de processos em sistemas informatizados que possibilite o monitoramento quantitativo e qualitativo das ações;

e) composição de *mailing* segmentado para divulgação e articulação das ações em rede;

f) Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), com atualização dos registros mensalmente a partir de relatórios do órgão orçamentário interno.

Em face do contingenciamento, os recursos orçamentários executados foram insuficientes. O número de pessoas atendidas e as ações da Secretaria aumentaram substancialmente no último ano, sendo os recursos insuficientes para atender a todos os projetos inscritos em editais. As ações para as culturas indígenas e os idosos foram realizadas com recursos não-orçamentários, bem como as oficinas de Políticas Públicas da saúde mental.

Os recursos gastos na Ação Gestão e Administração do Programa (GAP) foram utilizados no apoio operacional, responsável pela viabilização do Programa, principalmente com gastos em diárias e passagens.

A equipe gerencial se mantém desde o início do Programa sem acréscimo de recursos humanos, apesar de que suas ações e seu público aumentaram. Portanto, a administração dos processos também cresceu e o número de profissionais para atendê-la não acompanhou a demanda. Dos 30 colaboradores que a compõem, a maioria é terceirizada e com pouca formação na área de gestão pública e processos administrativos. Do quadro de servidores do MinC, somente seis atuam na equipe.

A greve dos servidores paralisou os processos internos, prejudicando a realização do cronograma do Programa e acumulando várias atividades. Também ocorreram atrasos por

conta de análises jurídicas e acúmulos de processo, prejudicando a publicação de editais. Alguns convênios não puderam ser realizados por inadimplência dos proponentes.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Todas as ações do Programa são de âmbito nacional e possuem alta capilaridade. Entretanto, há dificuldade de acesso por parte de alguns segmentos, notadamente indígenas, ciganos e culturas populares. Isto demanda uma articulação entre o Estado e as organizações da sociedade civil. No Prêmio Culturas Indígenas, por exemplo, foi estabelecida uma rede de 4600 agentes, que participaram na divulgação e no apoio às inscrições nas aldeias indígenas.

O Programa propicia a participação social mediante a realização de audiências públicas (com a participação da SID e da sociedade civil), na Câmara dos Deputados, onde são debatidos temas que permeiam o Programa e que têm contribuído para sua melhoria. Também foram realizados fóruns específicos e oficinas de escuta com todos os segmentos. Alguns membros do Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC) fazem parte de grupos de trabalho ou de comissões julgadoras dos editais lançados pela secretaria.

A sociedade participa desde a elaboração das diretrizes e ações dentro dos segmentos da diversidade, que foram contemplados nas ações e se reflete nos resultados do Programa. A satisfação dos beneficiários do Programa é pesquisada em todas as ações.

Diante das dificuldades encontradas na formatação e nos resultados do Programa, será realizada, no primeiro semestre de 2008, a Oficina de Modelo Lógico, com a participação da SID, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) e da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI).

LIVRO ABERTO

GERENTE DO PROGRAMA

Muniz Sodré

OBJETIVO

Estimular o hábito da leitura, facilitando o acesso às bibliotecas públicas, e propiciar a produção e a difusão do conhecimento científico, acadêmico e literário.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 41.303.296,00	Empenho Liquidado:	R$ 28.212.461,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 28.212.461,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Coeficiente de Bibliotecas Públicas - Unidade	-	-	-	0.37	0.32	116%
2. Índice Nacional de Leitura - Livro por pessoa.ano	1.80	-	-	-	2.00	-
3. Taxa de Municípios com Bibliotecas Públicas - Porcentagem	81,3	88.50	88.50	94.10	100.00	94,10%

1. COEFICIENTE DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

As bibliotecas instaladas pelo Ministério da Cultura (MinC) e a Fundação Biblioteca Nacional (FBN), no período, somadas às instalações espontâneas de bibliotecas pela sociedade, melhoraram o índice que indicava, em 2000, a existência de uma biblioteca de acesso público para cada 34 mil habitantes. Em 2007, com a projeção da população feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), verificou-se a existência de uma biblioteca para cada 26 mil habitantes. Para fazer do Brasil um país de leitores, uma das medidas necessárias é aumentar o número de bibliotecas. Por conta disso, em 2008, uma das principais iniciativas é "zerar" os Municípios sem biblioteca, sem excluir outras possibilidades, e modernizar as já existentes.

Considere-se uma disfunção neste indicador, pois o índice de base, o coeficiente apurado em 2002 é 0,23 e não 23. Da mesma forma, a meta para o final do PPA é de 0,32 e não de 32. Constata-se a evolução do indicador aferido em 0,37 e, dessa forma, a superação da meta prevista no PPA. Pela leitura atual, encontrou-se uma diferença no coeficiente apurado para 2002. No cálculo atual, considerando-se as bases do IBGE, tem-se 0,29 e não 0,23. Para a análise, resolveu-se adotar o indicador 0,29 porque se desconhece as fontes para mensuração do número 0,23, inscrito no PPA 2004-2007.

2. ÍNDICE NACIONAL DE LEITURA
VALOR DO ÍNDICE ALCANÇADO AO FINAL DO PPA EM RELAÇÃO AO PREVISTO
- Análise e Justificativa:

Este indicador não teve apuração desde 2006, e já está proposta para o PPA 2008-2011 a sua exclusão, pois não existem informações suficientes para apurar sua fórmula de cálculo.

3. TAXA DE MUNICÍPIOS COM BIBLIOTECAS PÚBLICAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
Análise e Justificativa:

Uma das principais estratégias do Programa Livro Aberto é "zerar" o número de Municípios brasileiros que não possuem biblioteca pública. Os esforços são no sentido de que seja implementada, pelo menos, uma biblioteca pública em cada Município brasileiro. Em 2007 foram adquiridos *kits* compostos de acervo bibliográfico contendo 1.828 títulos, mobiliários, equipamentos de informática e equipamentos de imagem e som para instalação de 300 bibliotecas. O índice apurado deste indicador, em dezembro de 2007, foi de 94,1%, que representa o percentual de Municípios brasileiros com biblioteca pública em relação ao número total de Municípios brasileiros. Para 2008, estão previstos recursos para "zerar" o *deficit* de Municípios brasileiros sem biblioteca pública.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Saber ler é exigência e condição sócio-cultural básica para se viver nas sociedades modernas. Em uma nação leitora, o cidadão é habilitado para chegar à vida adulta, com capacidade de ler e entender manuais, embalagens de produtos, instruções de uso, relatórios, poesias, atlas, gráficos, artigos de jornais e todas as demais formas da escrita cotidiana, sejam impressas ou eletrônicas. O sujeito leitor tem mais acesso à informação e maior capacidade crítica, e pode exercer plenamente sua cidadania. Aprender a ler exige um deslocamento da idéia restrita da alfabetização para a idéia ampliada da formação do leitor, como também uma continuidade nas práticas cotidianas formadoras de neoleitores, para dar conta das complexas exigências sociais.

Assim, para a consolidação de uma nação justa, dentre outros fatores, encontra-se a capacitação do povo para o uso da informação escrita, isto é, a familiaridade da população com o livro, o jornal, a revista e o computador, os quatro instrumentos básicos da sociedade da informação. A informação é o conjunto das idéias, noções, juízos, argumentos,

conhecimentos, pesquisas, debates, sínteses, análises e saberes, que só podem ser criados, consolidados e transmitidos por meio das palavras fixadas na escrita. No Brasil, a capacidade de usar a informação escrita em benefício próprio, das famílias, das empresas e da nação encontra-se restrita às poucas elites letradas. A grande maioria do povo não tem acesso aos benefícios profissionais, sociais, políticos, econômicos e de lazer inteligente que apenas a familiaridade com a leitura pode proporcionar.

Para tanto, é preciso fixar políticas que permitam o acesso da população à informação escrita, o que se dará por meio da implantação de bibliotecas públicas e escolares, de livrarias, bancas de revistas, redes de vendas e redes de comunicação eletrônica. Também o sistema de distribuição de livros, revistas e jornais, com a exceção da distribuição do livro escolar, que é democrática e favorece principalmente os pobres, acompanha de perto a geografia da nossa injustiça social e regional. As livrarias e bibliotecas públicas concentram-se nas zonas urbanas de classe média ou nas áreas centrais, e escasseiam vertiginosamente na periferia das cidades e nas áreas rurais.

Quanto aos computadores e ao acesso à Internet, afora a classe média, que se informatiza por conta própria, pouquíssimas bibliotecas públicas e escolares oferecem tais ferramentas ao povo. Além disso, sabe-se que o livro é caro, observando-se o preço médio internacional, e ainda mais caro, observando-se o poder aquisitivo do povo. Vários fatores contribuem para essa realidade, dentre eles a baixa tiragem, que é o fator determinante para o elevado custo do livro. Soma-se a tudo isso o fato de o Brasil produzir cerca de 2,5 livro *per capita*, e destes apenas 0,7 serem livros não didáticos, que constituem a imensa maioria dos livros consumidos em nosso País. Tal quadro é agravado com o fato de que, ainda assim, as bibliotecas existentes encontram-se em situações precárias de atendimento, necessitando de novas implantações e revitalizações.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Aquisição de *kits* para instalação de 300 bibliotecas, composto de acervo bibliográfico contendo 1.828 títulos, mobiliários, equipamentos de informática e equipamentos de imagem e som.

- Modernização de 65 bibliotecas.

- Concessão de 29 novas bolsas de pesquisa e renovação de 25.

- Concessão de oito bolsas para o prosseguimento das pesquisas sobre Rui Barbosa e sua época.

- Concessão de nove bolsas de tradução e publicação de obras de autores brasileiros, a editoras da Alemanha, da Bolívia, da Espanha, dos Estados Unidos (EUA), da Inglaterra e da Itália.

• Concessão de 18 bolsas a escritores brasileiros com obra em fase de conclusão, visando reconhecer e estimular a produção literária nacional.

• Prêmio Luis de Camões, instituído pelos Governos do Brasil e de Portugal, outorgado ao escritor português António Lobo Antunes.

• Prêmio Fundação Biblioteca Nacional ao melhor livro do ano, dividido em oito categorias.

• Participação na 27ª Feira Internacional do Livro de Santiago (Chile), sendo o Brasil o convidado de honra, com os projetos Quarta as Quatro e Café *Intercom* realizados na Biblioteca Nacional (BN) e transmitidos ao vivo através de sítio eletrônico.

• Participação nas bienais do Rio de Janeiro, da Bahia e de Pernambuco, entre outras.

• Produzidas 37 obras, entre edições e co-edições, como Os Lusíadas, de Luis de Camões, e Dom Quixote, de Miguel de Cervantes, destacando-se quatro livros comemorativos do centenário da II Conferência da Paz em Haia.

• Convênio Fundação Biblioteca Nacional e Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ), visando o evento Natal com Leituras.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações são, basicamente, reuniões periódicas com os responsáveis pelas ações, através do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), e do Relatório de Gestão elaborado de acordo com os relatórios mensais e com o relatório anual, feitos pelos responsáveis dos departamentos.

O bom desempenho do Programa se deve à integração das entidades envolvidas isto é, às parcerias, à interação com outros órgãos e aos aportes financeiros das Ações Fomento a Projetos Culturais na Área do Livro e da Leitura e Instalação e Modernização de Espaços Culturais Pontos de Cultura.

A greve dos servidores da cultura e a readequação do orçamento foram fatores desfavoráveis. Os recursos orçamentários executados foram suficientes e liberados ao longo do exercício, em fluxo compatível com a programação.

A Ação Gestão e Administração do Programa (GAP) contribuiu para a consecução dos objetivos das ações finalísticas, cobrindo despesas de deslocamentos de pessoal para reuniões relacionadas com as ações do Programa, corpos de jurados do Prêmio Fundação Biblioteca Nacional e despesas com o Conselho Interdisciplinar de Pesquisa (CIP), com estagiários e com o Conselho Especial de Normatização (responsável pela seleção dos títulos que fizeram parte do *Kit* para Instalação e Modernização de Bibliotecas). Os entes executores

têm prestado informações sempre que são solicitadas. A gerência mantém contato, sempre que necessário, com responsáveis pelas entidades executoras das ações.

A carência de recursos humanos no Programa se deve à falta de concursos públicos para nível médio, quadro funcional deficitário e número de vagas disponibilizadas, no concurso de nível superior, insuficiente para atender às demandas da instituição. O atendimento ao público pela FBN totalizou, em 2007, 16.848.700 pessoas atendidas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A FBN teve parcerias que possibilitaram, com êxito, a execução de projetos expressivos na área do livro e da leitura. A parceria com a FNLIJ na Feira Internacional do Livro Infanto-Juvenil em Bolonha (Itália) e o evento Natal com Leituras na Biblioteca Nacional foram algumas das parcerias em ações expressivas do Programa. Outro parceiro de destaque foi a Fundação Miguel de Cervantes (FMC), com a qual a FBN realizou, através de convênios de cooperação técnica, a participação na 27ª Feira do Livro de Santiago (Chile), tendo o Brasil como homenageado. Ainda no bojo das parcerias foi concluído o projeto Documentário: Tesouros da Biblioteca Nacional, com apoio da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), e foram firmadas parcerias com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), para a realização do Congresso Internacional Caminhos do Pensamento - Reinvenção da Democracia: Diversidade Cultural e Coesão Social e com a Academia Brasileira de Letras (ABL), na exposição sobre Machado de Assis, no Chile.

Os mecanismos que promovem a participação social no Programa se dão mediante realização de reuniões e seminários com os diversos grupos aos quais as ações são destinadas. Destacam-se os Encontros Regionais do Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER) e o Encontro Nacional do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP). Há o assessoramento técnico às bibliotecas públicas, visitas técnicas aos Municípios através das parcerias estabelecidas com as coordenações estaduais, encontros e parcerias internacionais que resultam em cursos presenciais e à distância, como os oferecidos pelo *Centro Regional para el Fomento del Libro en América Latina y Caribe* (CERLALC) e a Federação Internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA). O objetivo é a troca de experiências, possibilitando, assim, a renovação das práticas e do processo. As Câmaras Setoriais, criadas no âmbito do MinC, são órgãos colegiados que compõem espaços de diálogos. A participação social, como a presença do público nos eventos, em pesquisas desenvolvidas e nos acessos ao portal, além da opinião pública sobre os serviços, foi fundamental para que fossem detectados os problemas e as deficiências existentes, traçando-se Políticas Públicas e tornando-se possível um melhor desenvolvimento do Programa. No portal da BN, franqueado ao usuário, há possibilidade de emitir críticas e sugestões sobre a instituição.

Ainda existe no País uma grande carência no acesso aos benefícios sociais, políticos, econômicos e de lazer inteligente, que apenas a familiaridade com a leitura pode proporcionar, privando-se, assim, principalmente a população de baixa renda, que além de não ter acesso à aquisição de livros, esbarra na escassez das bibliotecas públicas, concentradas

nas zonas urbanas de classe média ou nas áreas centrais, e quase nunca nas periferias ou nas áreas rurais. É necessário capacitar os profissionais voltados para o desenvolvimento de atividades culturais na área do livro e da leitura, e dar suporte às bibliotecas públicas mediante implementação de técnicas, ações e políticas de fortalecimento e modernização dos serviços ofertados.

Foi importante a atuação do MinC para garantir a existência de bibliotecas em todos os Municípios brasileiros. Hoje uma pequena parte dos Municípios não possui esse equipamento e, segundo informações do Ministério, provavelmente ao final de 2008 não haverá mais Municípios sem biblioteca pública no País.

Outro aspecto a se considerar é a debilidade dos indicadores na área cultural, fato que enfraquece a gestão do Programa, visto que a mensuração dos impactos das ações programadas não é precisa. Cabe estabelecer, para o próximo PPA, indicadores que sejam passíveis de apuração, paralelamente, o MinC priorize a realização de estudos para desenvolver indicadores que mostrem a evolução do acesso da população a produções científicas, acadêmicas e literárias no País.

MONUMENTA

GERENTE DO PROGRAMA

Luiz Fernando de Almeida

OBJETIVO

Revitalizar o patrimônio cultural em centros urbanos, criando condições para a sua sustentabilidade.

PÚBLICO-ALVO

População dos Municípios brasileiros detentores de sítios urbanos ou conjuntos de monumentos considerados Patrimônio Nacional

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 76.000.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 69.415.663,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 69.415.663,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Centros Históricos Conservados de Forma Sustentável - Porcentagem	-	20.60	47.33	58.50	100.00	58,50%

1. TAXA DE CENTROS HISTÓRICOS CONSERVADOS DE FORMA SUSTENTÁVEL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Mesmo alcançando bons resultados, o Programa enfrentou a situação de inadimplência dos Estados e Municípios, um dos maiores empecilhos para o desenvolvimento das ações. Para minimizar este problema, foi feito um acompanhamento diário da situação cadastral dos convenentes, no Subsistema Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias (CAUC), e, constatados os casos de inadimplência, os órgãos responsáveis foram contatados para regularização de situação. É fundamental que se leve em consideração o fato de o Programa ter o seu horizonte temporal até então previsto para dezembro de 2007, causando uma desaceleração nas contratações por parte dos convenentes.

O índice apurado até 2007, de 58,5%, diz respeito ao percentual de obras concluídas e em fase de execução nos 26 centros históricos atendidos pelo Programa. Este índice reflete

efetivamente a característica de sustentabilidade, uma vez que não houve necessidade de serviços de manutenção das edificações.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O patrimônio histórico urbano (edificações e logradouros) em quase todos os países sofreu, ou ainda sofre, de um mal crônico que pode ser resumido da seguinte forma: cidades inteiras, ou bairros de grandes cidades foram abandonados quando deixaram de despertar interesse econômico, seja quanto à sua localização, seja quanto à sua adequação física. Com isso perderam valor imobiliário. Paradoxalmente, foi esse desinteresse que garantiu que se tenham preservado até hoje suas características originais, já que sem ele haveria demolições para que estas características dessem lugar a edificações e vias mais adequadas à vida contemporânea. Esse mesmo desinteresse resulta, por conseguinte, na degradação progressiva dos imóveis, incentivando sua reocupação por população marginal, com o conseqüente aumento da depreciação imobiliária, e com o desestímulo à inversão de recursos para recuperação e conservação. Esse quadro de degradação requer a implementação de políticas e medidas voltadas para o desenvolvimento sustentável, conservação, revitalização e restauração, de modo a estimular novas dinâmicas sociais e parcerias geradoras de oferta turística, valores econômicos, educação patrimonial e auto-estima da população.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- 115 obras concluídas e 64 em execução.

- 183 contratos de financiamento de imóveis privados assinados e 350 em análise, contemplando 64 obras de imóveis concluídas e 119 em andamento.

- 17 cursos de capacitação concluídos e 195 profissionais capacitados, com a instalação de núcleos de treinamento em Ouro Preto (MG), Rio de Janeiro (RJ) e Olinda (PE).

- Apoio ao Programa Desenvolvimento da Economia da Cultura (PRODEC) e desenvolvimento do Sistema de Informações de Patrimônio (SIP).

- Elaboradas normas de preservação para os sítios históricos de Sobral (CE), Laguna (SC), Petrópolis (RJ), Parati (RJ), Mariana (MG) e Pirenópolis (GO), com apoio financeiro a 15 Municípios com sítios históricos que elaboraram seus Planos Diretores Municipais.

- Lançado o livro O Conjunto do Carmo de Cachoeira, sobre a arquitetura barroca do século XVIII da Igreja e Convento da Ordem Primeira do Carmo e da Igreja e Casa de Oração da Ordem Terceira do Carmo, no Município de Cachoeira (BA).

- Seleção pública de 52 propostas para assistência técnica e financeira de Promoção de Atividades Econômicas, com 42 projetos concluídos em 2007.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O mecanismo de monitoramento da gerência do Programa, no desempenho físico das ações, ocorre mediante reuniões mensais de trabalho entre as coordenações da Unidade Central de Gerenciamento (UCG). Visitas *in loco* as Unidades Executoras do Programa (UEPs), existentes nas 26 cidades conveniadas, são responsáveis pelo acompanhamento físico da evolução das ações. As sub-regionais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) são responsáveis por atestar a qualidade dos serviços executados.

O Sistema de Acompanhamento Físico-Financeiro (SAFF) possui 60 usuários, sendo que mais da metade destes são responsáveis diretos pela alimentação do sistema - os demais basicamente o utilizam como fonte de informação. Este quadro contribui de forma consistente para uma maior integração das informações geradas pelas diversas áreas do Programa.

A execução física do Programa ficou dentro do previsto, considerando as três ações finalísticas, tem-se que na Preservação do Patrimônio Histórico Urbano, não foram publicados três aditamentos aos 26 convênios no ano de 2007, Iço, Laranjeiras e Alcântara, o que representou cumprimento da meta física na ordem de 88%. Em relação às ações Educação Patrimonial na Área do Monumenta e Fomento a Projetos de Capacitação e de Fortalecimento Institucional na Área do Patrimônio Histórico Urbano, o alcance das metas físicas, respectivamente, foram de 75% e 65%, devido à fragilidade das instituições contratadas para o desenvolvimento do componente Atividades Concorrentes, cuja execução deu-se através de Contratos de Financiamento de Atividades (CFAs), via Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Os recursos liberados ao longo do exercício foram compatíveis com a programação. A falta de pessoal técnico em quantidade adequada, tanto no IPHAN como na maioria das UEPs, dificultou a execução do Programa, assim como a inadimplência de alguns Municípios convenentes. Devido à mudança de gestão nos Estados e Municípios, as equipes locais foram substituídas, causando desarticulação nas atividades que estavam em andamento.

A necessidade de melhor definição dos serviços de prospecção arqueológica, em algumas cidades, tem causado atrasos no início das obras.

As obras de restauração se caracterizam por serviços minuciosos e altamente especializados, cujos pagamentos dependem do acompanhamento, da fiscalização e da aprovação de cada etapa das obras pelo IPHAN. Os CFAs, outra atividade fim, têm seus recursos enviados às entidades contratadas divididos em até três parcelas, sendo que as prestações de contas passam por diversas fases de aprovação, e a aprovação final se dá pela Unesco após 60 dias do recebimento. Somente após essa aprovação os valores poderão ser inseridos no SAFF do Programa como recurso executado, cabendo registrar que na metodologia do Programa é considerada uma ação executada quando sua prestação de contas estiver aprovada na UCG e enviada a solicitação de desembolso junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa ampliou suas parcerias com organizações não-governamentais (ONGs) e comunidades locais, notando-se o interesse das comunidades em aderir ao financiamento de imóveis privados.

A capacitação sistemática dos funcionários das UEPs responsáveis pela elaboração das prestações de contas, através de visitas dos técnicos da UCG e troca de informações via Internet, possibilita maior eficiência e eficácia nas atividades, tornando mais célere o processo de execução em cada um dos Municípios conveniados. Apesar da norma legal não exigir que os demonstrativos de prestações de contas venham acompanhados de documentos fiscais comprobatórios, essa sistemática é adotada pelo Programa, com o objetivo de atestar a pertinência dos serviços executados e dos bens e serviços adquiridos. A sistematização das informações no SAFF permite que o Programa atenda, sempre que há necessidade, a qualquer solicitação, independentemente do nível gerencial envolvido. Há uma unidade fiscalizadora de execução de serviços em cada cidade conveniada.

Em se tratando de Programa elaborado em 2000, e frente às dificuldades enfrentadas em todo o transcurso de sua implementação, os índices apurados demonstram uma notada evolução no período do PPA 2004-2007. O estreitamento das relações e do diálogo entre todo o sistema envolvido na execução é uma recomendação presente em quase todas as avaliações já realizadas deste Programa.

MUSEU MEMÓRIA E CIDADANIA

GERENTE DO PROGRAMA

Luiz Fernando de Almeida

OBJETIVO

Revitalizar os museus brasileiros e fomentar a criação de novos institutos de memória, aumentando o acesso da população a esses produtos culturais nas diversas regiões do País.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 30.033.447,00	Empenho Liquidado:	R$ 28.830.656,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 28.830.656,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Relação Número de Visitantes a Museus/Número de Museus Revitalizados pela União - Unidade	-	-	-	-	3.150.000.00	-
2. Taxa de Sustentabilidade de Museus da União - Porcentagem	-	-	-	-	35.00	-

1. RELAÇÃO NÚMERO DE VISITANTES A MUSEUS/NÚMERO DE MUSEUS REVITALIZADOS PELA UNIÃO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Não houve apuração dos índices destes indicadores, devido à grande dificuldade de mensuração dos impactos e reflexos das políticas culturais na sociedade. A implementação de ações visando à consolidação do Cadastro Nacional de Museus (CNM), que se encontra em andamento, facilitará o levantamento de dados que reflitam a realidade museológica brasileira.

2. TAXA DE SUSTENTABILIDADE DE MUSEUS DA UNIÃO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Não houve apuração de indicadores, devido à grande dificuldade de mensuração dos impactos e reflexos das políticas culturais na sociedade. Por outro lado, está na pauta do Departamento de Museus e Centros Culturais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DEMU/IPHAN), para 2008, uma avaliação da concepção e do desenho do Programa, tendo como subsídio a construção do modelo lógico do Programa, o que proporcionará condições para estabelecer análise e proposta de ajustes e/ou alterações nos indicadores.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Num país com riqueza cultural como o Brasil, o papel dos museus e de instituições de memória é de fundamental importância para a inclusão social e a valorização do nosso patrimônio cultural, de modo a torná-lo efetivamente representativo da diversidade étnica e cultural brasileira. Para cumprir esse papel, o museu deve ser uma instituição a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, dotada de gestão participativa, a qual se mostre acolhedora para todos os cidadãos.

Deve ser uma instituição que investiga, incorpora, inventaria, conserva, interpreta, educa, expõe, divulga e valoriza os testemunhos da humanidade. No entanto, os museus brasileiros e as instituições de memória passam atualmente por uma fragilidade nunca antes vista, pois não têm recursos e capacidade técnica para desempenhar adequadamente suas atividades. A política de museus, de amplitude nacional, é gerida pelo Governo Federal e tem como premissa a preservação da memória e a democratização do acesso aos bens culturais nacionais, estaduais e municipais, bem como a valorização da cultura nacional e das identidades culturais existentes nas diversas localidades do País, respeitando as diferenças regionais. Para tanto, o Programa Museu Memória e Cidadania deve abranger não só os museus vinculados ao Ministério da Cultura (MinC), mas também ações desenvolvidas por outros Ministérios na área da museologia. Desta forma, é necessário que o Programa seja multissetorial, de forma a permitir maior integração e transparência entre as diversas ações do campo museológico espalhadas por diversos órgãos do Governo Federal, possibilitando explicitar a quantidade e de que forma os recursos estão sendo gastos nessa esfera de Governo, facilitando, inclusive, o seu gerenciamento. Para que isso seja possível, Ministérios que tenham museus em sua estrutura devem incluir as ações do campo museológico, constantes de seus próprios orçamentos, neste Programa - especificamente na Ação Funcionamento de Museus da União.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Realização de 1.400 eventos, para mais de 460 instituições, na 5ª Semana Nacional de Museus: Museus e Patrimônio Universal.

- 20 mil profissionais capacitados e formados em Museologia.

• Discussão de políticas museológicas de 22 países, no 1º Encontro Ibero-americano de Museus (Ibermuseus) realizado em Salvador (BA).

• Instituição do ano de 2008 como o Ano Ibero-americano de Museus, proposta aceita pelo Brasil no âmbito da Rede Ibero-americana de Museus e do Programa Ibermuseus.

• Jornada Museológica Paraguai-Brasil, em Assunção, com a realização de seis cursos de capacitação de profissionais dos museus paraguaios.

• Cadastro Nacional de Museus consolidado, com diagnóstico da realidade de mais de 2.500 museus no Brasil.

• Edital Modernização de Museus - apoio a 37 projetos, de diferentes instituições de todas as regiões do País.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O monitoramento do desempenho físico das ações se faz mediante o sistema corporativo interno do IPHAN, denominado Sistema de Planejamento e Controle de Plano de Ação, no qual são informadas as metas físicas com detalhamento em nível de projeto/ação/programa.

O DEMU/IPHAN elabora seus próprios relatórios de acompanhamento da execução física, orçamentária e financeira. A comunicação entre os entes executores e a gerência do Programa é propiciada por ferramentas de gerenciamento como o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e o SIAFI Gerencial, e também pelo estabelecimento de um fluxo de informações tempestivas entre os técnicos e gerentes do DEMU e os dirigentes de cada unidade museológica.

Em que pese ao contingenciamento, em geral, o cumprimento das metas físicas foi considerado acima do previsto - com exceção da Ação Capacitação de Profissionais de Museus, cuja meta física programada para o ano de 2007 foi superestimada.

Os recursos financeiros foram liberados ao longo do exercício, em fluxo compatível com a programação. O orçamento foi distribuído com parcimônia entre as unidades museológicas do IPHAN e, também, entre as instituições não vinculadas ao Sistema MinC, permitindo a obtenção de um resultado acima do esperado, de maneira geral, conforme refletido na execução física e financeira das ações que compõem o Programa.

Os recursos materiais são precários não há mobiliário, impressoras e computadores são obsoletos e insuficientes para toda a equipe. As instalações físicas são insuficientes o que gera incompatibilidade do número de salas com o número de pessoas. É necessário um redimensionamento da força de trabalho, de forma a compatibilizar o excessivo volume de trabalho e o número de técnicos e gerentes da equipe.

No edital de Modernização de Museus, algumas entidades convenentes selecionadas não puderam receber recursos por estarem inadimplentes ou com irregularidades no Cadastro Único de Convênios (CAUC).

A greve dos servidores do MinC teve reflexos negativos no cronograma de execução das ações e repasse de recursos do Programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa desenvolve uma rede de parceiras por meio do Sistema Brasileiro de Museus (SBM), que abrange museus privados e entidades da sociedade civil ligadas ao setor. O DEMU/IPHAN promove reuniões com grupos específicos da área para discutir as ações da Política Nacional de Museus (PNM), e também promove, em parceria com secretarias e fundações de cultura, a realização de fóruns de museus em todas as regiões do País, com a finalidade de discutir o andamento e as diretrizes para as Políticas Públicas no campo museológico, em nível estadual e em nível nacional, o que fornece os subsídios para o acompanhamento da PNM e deste Programa. Além disso, conta com a colaboração de um Comitê Gestor do SBM, composto por entidades governamentais (federais, estaduais e municipais), da sociedade civil e da comunidade acadêmica.

A participação social foi fundamental para o delineamento das diretrizes e para a definição das ações que deveriam ser realizadas por meio da PNM e do Programa.

A crescente demanda da comunidade museológica pela realização de ações em parceria com o DEMU/IPHAN, além da intensa participação e do envolvimento da sociedade nas atividades desenvolvidas pelo DEMU com recursos do Programa são indicadores de satisfação do beneficiário. No caso da formação e capacitação em Museologia, as oficinas são avaliadas pelos participantes, com o objetivo de melhorar a condução dos cursos ou mesmo redefini-los.

O Programa é a base do financiamento do SBM, e trabalha com um modelo de gestão balizado em três pilares, que potencializam a ação desse arranjo institucional, desenhado da seguinte forma:

a) instrumentos institucionais: referem-se à organização institucional do setor, compreendendo o Programa de Governo para o setor e os mecanismos indispensáveis para a execução da PNM, como a criação do CNM;

b) instrumentos de democratização: referem-se à formação de rede de colaboradores nacionais e internacionais, de modo a incentivar o acesso democrático aos bens culturais, a disseminação de conhecimento, a distribuição democrática dos recursos públicos e a discussão das diretrizes das políticas para o setor museológico;

c) instrumentos de fomento: dizem respeito aos mecanismos desenvolvidos de modo a garantir os investimentos necessários para a revitalização dos museus, como os editais públicos de apoio a entidades museológicas.

Esse modelo dá organicidade à gestão e demonstra que determinadas ações enquadram-se em mais de um instrumento.

A fonte de recursos originária não é suficiente para executar todas as ações previstas, diante da crescente demanda do setor museológico. Os museus sempre sofreram com a precariedade de destinação de verbas públicas, havendo necessidade de se angariar ainda mais recursos para o financiamento da PNM. Nesse sentido, sugere-se a criação de um fundo específico, o Fundo Nacional de Desenvolvimento dos Museus (FNDM), com o objetivo de apoiar projetos na área museológica que visem a qualificação da infra-estrutura e das atividades finalísticas dos museus, a formação e valorização dos profissionais e a melhoria da gestão.

MINISTÉRIO DA DEFESA

- Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade
- Calha Norte
- Comunicações, Comando, Controle e Inteligência nas Forças Armadas
- Controle de Armamentos, Munições e Explosivos
- Desenvolvimento da Aviação Civil
- Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária
- Ensino Profissional da Aeronáutica
- Ensino Profissional da Marinha
- Ensino Profissional do Exército
- Mobilização para Defesa Nacional
- Preparo e Emprego Combinado das Forças Armadas
- Preparo e Emprego da Força Aérea
- Preparo e Emprego da Força Terrestre
- Preparo e Emprego do Poder Naval
- Proantar
- Produção de Material Bélico
- Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira
- Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil
- Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro
- Recursos do Mar
- Segurança da Navegação Aquaviária
- Serviço de Saúde das Forças Armadas
- Segurança de Vôo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro
- Tecnologia de Uso Aeroespacial
- Tecnologia de Uso Naval
- Tecnologia de Uso Terrestre

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para o Ministério da Defesa (MD) foram utilizados **R$ 40.416.320.548,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 42.925.217.231,00	Realizado orçamentário:	R$ 40.416.320.548,00
Recursos não-orçamentários previstos:	-	Realizado não-orçamentário:	-
Total previsto:	**R$ 42.925.217.231,00**	**Total realizado:**	**R$ 40.416.320.548,00**

Além disso, do total de **R$ 1.153.016.905,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram executados **R$ 1.061.918.687,00**.

O MD é o órgão do Governo Federal incumbido de exercer a direção superior das Forças Armadas (FA), constituídas pela Marinha (MB), o Exército (EB) e a Aeronáutica (Aer). Destaca-se entre suas competências o estabelecimento das políticas ligadas à Defesa e à Segurança do País, tais como da Política de Defesa Nacional (PDN) e a Política Militar de Defesa (PMD). O MD tem realizado ações voltadas para o desenvolvimento nacional e de apoio à sociedade civil, sem prejuízo de sua missão principal de manutenção da soberania e da integridade territorial. O cumprimento da sua missão institucional se dá, principalmente, por intermédio da execução dos Programas de sua responsabilidade no PPA, a cargo de diversas unidades orçamentárias como Administração Central, Comando da Aeronáutica (COMAER), Comando da Marinha, Comando do Exército, Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), dentre outras.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do MD, no período do PPA 2004-2007, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Finalístico	1383 Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade	0,00%	1,02%	2,80%	1,31%	1,38%
	0643 Calha Norte	0,96%	2,56%	2,78%	3,98%	2,74%
	1057 Comunicações, Comando, Controle e Inteligência nas Forças Armadas	0,42%	0,36%	0,38%	0,34%	0,37%
	0644 Controle de Armamentos, Munições e Explosivos	0,10%	0,23%	0,24%	0,24%	0,21%
	0630 Desenvolvimento da Aviação Civil	2,19%	1,12%	1,73%	1,65%	1,65%
	0631 Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária	3,12%	9,97%	18,26%	10,18%	10,89%
	0640 Ensino Profissional da Aeronáutica	0,18%	0,16%	0,14%	0,12%	0,15%
	0633 Ensino Profissional da Marinha	0,12%	0,18%	0,09%	0,15%	0,13%
	0638 Ensino Profissional do Exército	0,44%	0,44%	0,28%	0,25%	0,34%
	8026 Mobilização para Defesa Nacional	0,14%	0,11%	0,10%	0,08%	0,10%
	8032 Preparo e Emprego Combinado das Forças Armadas	4,28%	3,80%	1,76%	2,46%	2,94%
	0621 Preparo e Emprego da Força Aérea	13,52%	14,50%	11,42%	13,21%	13,10%
	0620 Preparo e Emprego da Força Terrestre	13,41%	11,84%	10,25%	8,64%	10,74%

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Finalístico	0622 Preparo e Emprego do Poder Naval	10,36%	10,79%	8,25%	9,18%	9,54%
	0472 Proantar	0,11%	0,09%	0,23%	0,25%	0,18%
	0647 Produção de Material Bélico	0,02%	0,01%	0,03%	0,07%	0,03%
	0632 Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira	15,90%	11,18%	11,04%	13,11%	12,66%
	0626 Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil	2,06%	4,16%	2,26%	4,96%	3,50%
	0628 Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro	2,43%	1,16%	0,83%	2,47%	1,72%
	0474 Recursos do Mar	0,02%	0,04%	0,13%	0,07%	0,07%
	0639 Segurança da Navegação Aquaviária	1,10%	1,08%	1,08%	2,04%	1,38%
	0623 Segurança de Vôo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro	11,28%	8,37%	8,88%	9,58%	9,45%
	0637 Serviço de Saúde das Forças Armadas	13,60%	13,47%	14,64%	13,75%	13,89%
	0627 Tecnologia de Uso Aeroespacial	2,06%	1,28%	1,06%	0,60%	1,16%
	0629 Tecnologia de Uso Naval	1,54%	1,05%	0,64%	0,65%	0,92%
	0642 Tecnologia de Uso Terrestre	0,11%	0,26%	0,51%	0,49%	0,37%
Finalístico Soma		**99,45%**	**99,22%**	**99,82%**	**99,84%**	**99,61%**
Gestão de Políticas Públicas	0625 Gestão da Política de Defesa Nacional	0,55%	0,78%	0,18%	0,16%	0,39%
Total Global		**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

Os gastos governamentais destinados ao Ministério no decorrer do PPA 2004-2007 cresceram ano a ano, conforme mostra o gráfico abaixo, sendo a execução orçamentária média em torno de 92%.

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DOS GASTOS GOVERNAMENTAIS COM MINISTÉRIO DA DEFESA - EM R$ BILHÕES

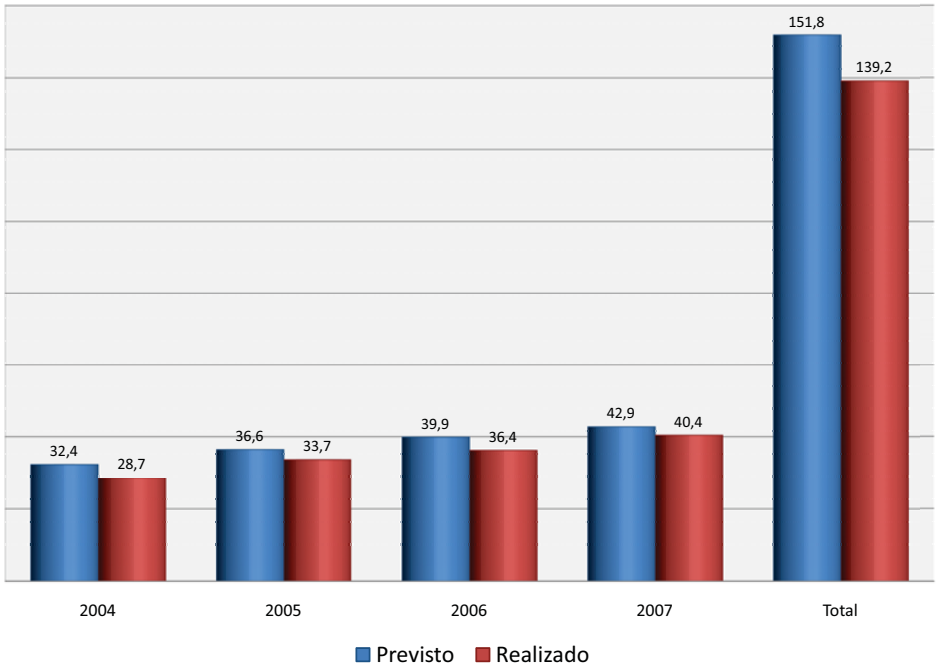
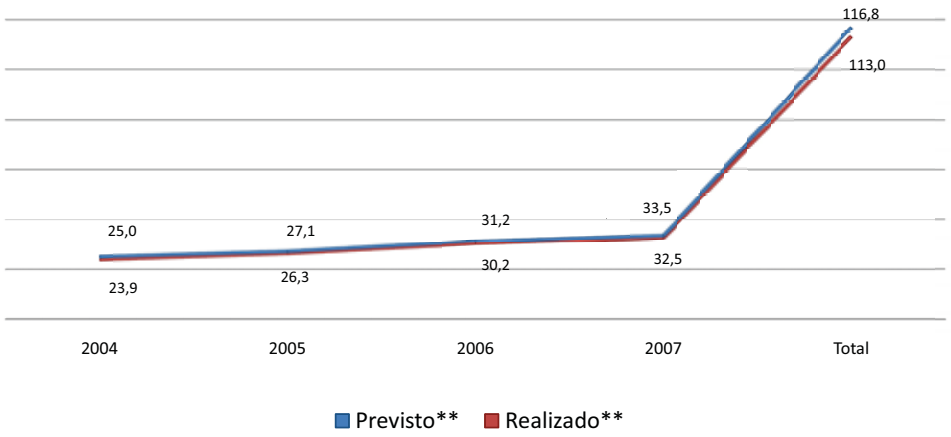


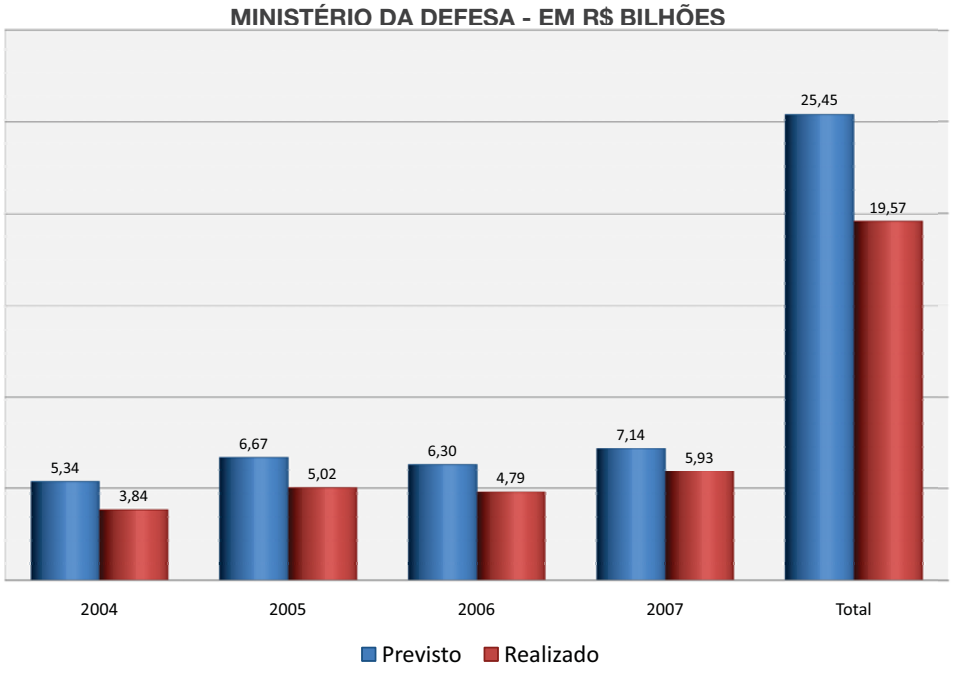
GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DOS GASTOS GOVERNAMENTAIS COM MINISTÉRIO DA DEFESA - EM R$ BILHÕES



Nota: ** Dentro do MD, destinados à REMUNERAÇÃO DE PESSOAL (ATIVO E INATIVO), SAÚDE, APOIO ADMINISTRATIVO e RESERVA DE CONTIGÊNCIAS

Ressalta-se que, deste total, boa parte do aumento de gastos foi direcionada a rubricas dentro do próprio Ministério, como Pessoal (Ativo e Inativo), Serviço de Saúde das Forças Armadas, Apoio Administrativo e Reserva de Contingência, as quais não se enquadram tipicamente como atividades de Defesa.

GRÁFICO 3 - EVOLUÇÃO DA DOTAÇÃO E DA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DO MINISTÉRIO DA DEFESA - EM R$ BILHÕES



Nota: Excluindo o de "Seviço de Saúde das Forças Armadas

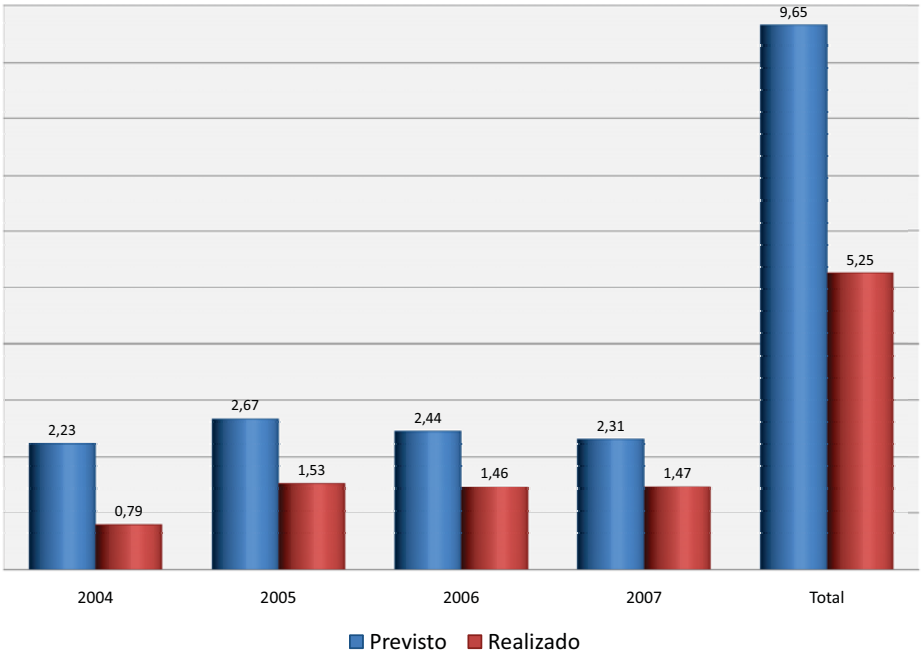
Considerando-se todos os programas do MD, exceto o de Serviço de Saúde das Forças Armadas, pelo mesmo motivo acima exposto, percebe-se uma evolução significativa nas dotações do Órgão, a qual vem proporcionando melhores performances nos diversos setores de Defesa, como Reaparelhamento das Forças, Aviação Civil e Militar, dentre outros.

AVALIAÇÃO SETORIAL

Os resultados obtidos no exercício de 2007, alcançados graças ao esforço conjunto das unidades do MD, contribuíram para o alcance dos objetivos setoriais estabelecidos para este Ministério no período de 2004-2007.

Programas relacionados ao Desenvolvimento da Aviação Civil, Militar, Segurança de Vôo e da Infra-Estrutura Aeroportuária

GRÁFICO 4 - EVOLUÇÃO DA DOTAÇÃO E DA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS RELACIONADOS AO DESENVOLVIMENTO DA AVIAÇÃO CIVIL, MILITAR, SEGURANÇA DE VÔO E INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - EM R$ BILHÕES



Desenvolvimento da Aviação Civil

A política de aviação civil também integra a agenda de atribuições do MD. A Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) é o órgão encarregado da regulação da aviação civil brasileira. Dentre os resultados obtidos com a execução do Programa, em 2007, ressalta-se:

a) a melhoria na qualidade da prestação de serviços oferecidos pelo Sistema de Aviação Civil (SAC);

b) o crescimento do apoio à formação de pessoal especializado;

c) o aperfeiçoamento dos instrumentos de certificação, fiscalização e do Sistema de Informações da Aviação Civil;

d) a manutenção do nível de segurança nos vôos civis, por meio da avaliação médica periódica de tripulantes e a intensificação da fiscalização tanto em empresas quanto em aeroportos.

Cabe ressaltar ainda, a determinação da Agência em amenizar a crise no Setor de Aviação Civil, apesar das dificuldades e da estatística de acidentes. O trabalho desenvolvido com os recursos existentes (pessoal técnico, material, instalações e orçamento) apontou para uma gratificante reversão da curva estatística de acidentes aeronáuticos no SAC. A ANAC determinou diversas ações de sua competência, a fim de amenizar as conseqüências da crise para a população brasileira e para o País, entre elas:

a) a intensificação da fiscalização nos principais aeroportos brasileiros;

b) a implantação do Plano de Contingência nos principais aeroportos, visando preservar os direitos dos usuários da aviação civil;

c) o atendimento aos usuários que buscaram esclarecimentos e auxílio para a solução dos problemas junto aos concessionários e permissionários do Setor Aéreo.

Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária

A Infraero é responsável pela administração de 68 Aeroportos, 32 Terminais de Logística de Carga e 80 Estações de Apoio à Navegação Aérea que concentram cerca de 97% do movimento do transporte aéreo no Brasil. Foram realizadas, em 2007, obras de ampliação e modernização da infra-estrutura aeroportuária brasileira, com ações de segurança operacional; investimentos na qualificação profissional; compra de equipamentos, e obras de adequação e ampliação dos aeroportos. A ampliação e a adequação dos aeroportos é uma atividade que se vincula ao Objetivo Setorial "Infra-Estrutura Terrestre, Espacial, Aeronáutica e Aeroportuária", principalmente, ao Desafio "Desenvolver e Manter uma Adequada e Eficiente Infra-estrutura Aeronáutica, Civil e Militar, a fim de Proporcionar Segurança e Eficiência ao Tráfego Aéreo sob Jurisdição Brasileira", uma vez que promove a modernização do sistema aéreo. Os principais resultados alcançados em 2007 foram:

Aeroporto	Obra	Investimento	Data de Conclusão
Santos Dumont	Reforma e ampliação do terminal de passageiros, do sistema de pistas e pátios, obras complementares e elaboração de projetos executivos	R$ 381,0 milhões	nov/07
Congonhas	Complementação da reforma e modernização do terminal de passageiros, do sistema viário, do sistema de pistas e pátios e aeronaves	R$ 214,0 milhões	out/07
	Recuperação do pavimento da pista principal de táxi	R$ 16,0 milhões	set/07
João Pessoa	Ampliação e reforma do terminal de passageiros e reforço de pistas e pátios	R$ 50,0 milhões	set/07
Viracopos	Execução de obras e serviço de infra-estrutura	R$ 22,0 milhões	Serviço parcialmente concluído – contrato rescindido
Corumbá	Recuperação do pátio de aeronaves, implantação do sistema de macrodrenagem, do balizamento noturno no pátio de aeronaves, da sinalização vertical luminosa do sistema de pistas, e do sistema separador de água e óleo na rede coletora de drenagem	R$ 18,6 milhões	ago/07
Total		**R$ 701,6 milhões**	**-**

Segurança de Vôo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro

O tráfego aéreo no Brasil manteve taxa de crescimento elevada subindo o número de movimentos aéreos de 1,75 milhão, em 2006, para mais de 1,86 milhão, em 2007, exigindo um acompanhamento contínuo por parte do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), pela necessidade de garantir a evolução e o aperfeiçoamento de todas as áreas do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB). Paralelamente, segue-se o esforço para cumprir prazos no projeto de desenvolver e implantar os novos Sistemas de Comunicações, Navegação, Vigilância e Gerenciamento de Tráfego Aéreo (CNS/ATM). O CNS/ATM é um projeto de âmbito mundial, que permitirá ao Brasil participar, em conjunto com outros países, do gerenciamento da navegação aérea nas regiões do Caribe e da América do Sul (região Carsam) e, sobretudo, acompanhar a constante evolução do transporte aéreo nacional e internacional, possibilitando a manutenção da segurança no espaço aéreo brasileiro e o atendimento aos anseios dos usuários, com eficácia e eficiência, mantendo a dualidade civil-militar do controle desse espaço aéreo.

Ao SISCEAB compete a prestação dos Serviços de Tráfego Aéreo, Meteorologia Aeronáutica, Busca e Salvamento e Informações Aeronáuticas no espaço aéreo sob jurisdição e responsabilidade do Brasil, que compreende não só o Território Nacional, mas também uma vasta área sobre o Atlântico, onde são aplicadas normas, acordos e planos estabelecidos pela Organização da Aviação Civil Internacional (OACI). O acelerado crescimento do tráfego aéreo em todas as regiões de Informação de Vôo (FIR) do País, decorrente também de acesso ao transporte aéreo por outros segmentos sociais, impõe à infra-estrutura do SISCEAB uma permanente necessidade de crescimento, com aumento de eficiência, em termos gerenciais, não obstante os baixos investimentos nos últimos anos. Para atender às necessidades dos Sistemas CNS/ATM, o DECEA priorizou, em 2007, a entrada em operação do Centro de Gerenciamento de Navegação Aérea (CGNA), vislumbrando o efetivo gerenciamento do espaço aéreo sob a responsabilidade do Brasil. Essa decisão possibilitou ao COMAER atuar nos problemas enfrentados pela aviação civil, acompanhando as atividades operacionais de todo o SISCEAB.

Assim, seguiram-se, no exercício de 2007, os esforços de manutenção e modernização, com a continuidade do processo de revitalização, implantação e substituição de radares em áreas onde o tráfego aéreo é mais intenso e onde a vigilância radar possa aumentar a capacidade de gerenciamento desse tráfego. Esse esforço objetivou proporcionar o aumento da segurança e da fluidez do tráfego aéreo nas áreas terminais e em rota, minimizando os riscos para a aviação. Conseguiu-se, com esse trabalho, enfocar a inviolabilidade do Espaço Aéreo Brasileiro e o atendimento de seus legítimos usuários, representados pelas empresas aéreas, operadores de aeronaves, pilotos, unidades da Força Aérea, do Exército e da Marinha, participantes de sistemas, redes ou estações de telecomunicações do Sistema de Telecomunicações do Comando da Aeronáutica (STCA). Destacaram-se, em 2007, as seguintes realizações:

a) treinamento e aperfeiçoamento contínuo do pessoal do SISCEAB, por meio de elevação do nível de qualificação profissional em que foram formados e/ou treinados 1.541 servidores, em 84 cursos, entre militares e civis do SISCEAB, sendo destes 707 controladores de vôo;

b) inauguração de Laboratório de Simulação de Controle de Tráfego Aéreo que propicia estudos de reformulação do processo de planejamento do espaço aéreo, além de possibilitar melhor e mais intenso treinamento para os controladores de vôo. Concentração de esforços na operação e na manutenção preventiva, incluindo contratos de manutenção com fornecimento de assistência 24h;

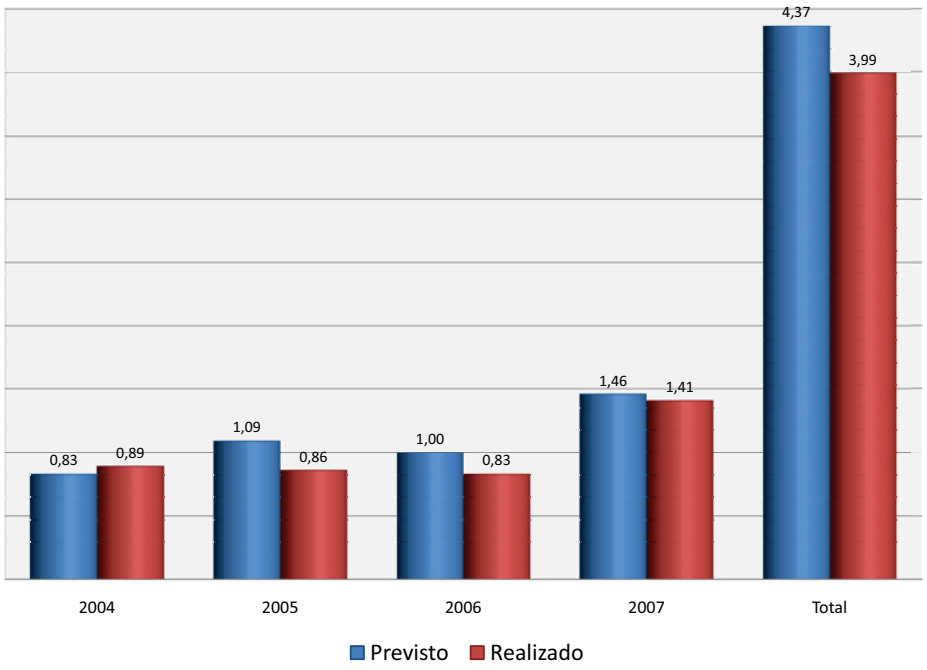
c) atualização e/ou modificação de 248 normas relativas à área operacional do SISCEAB, objetivando a harmonização das regras de uso no Brasil, em conformidade com o que preceitua a OACI;

d) operacionalização do Centro de Gerenciamento da Navegação Aérea (CGNA): o Sub-departamento de Operações operacionalizou o CGNA, com a finalidade de apoiar o COMAER nos problemas enfrentados pela aviação civil, acompanhando as atividades operacionais de todo o SISCEAB, avaliando o impacto das inoperâncias e limitações operacionais nas capacidades Controle de Tráfego Aéreo (ATC) e aeroportuária, adotando medidas operacionais de coordenação para manter o balanceamento entre a demanda dos movimentos aéreos e as capacidades ATC e aeroportuária, implementando as medidas de gerenciamento de fluxo de tráfego aéreo, conduzindo o processo de tomada de decisões colaborativas junto às companhias aéreas, coordenando o estabelecimento de valores das capacidades ATC e aeroportuária e analisando as propostas de Horário de Transporte Aéreo (HOTRAN) quanto ao impacto na circulação aérea;

e) redimensionamento das regiões de Informação de Vôo Brasília (FIR-BS) e Curitiba (FIR-CW) visando garantir o fluxo do tráfego para o Nordeste do Brasil e continentes Europeu e Africano.

Programas de Reaparelhamento das Forças

GRÁFICO 5 - EVOLUÇÃO DA DOTAÇÃO E DA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS - EM R$ BILHÕES



Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil

A modernização do Navio-Aeródromo São Paulo, principal meio para execução do Controle de Área Marítima, de Operações de Ataque e de Defesa Aeroespacial de uma Força Naval teve continuidade. Foram executadas obras de grande vulto e modernizações em importantes sistemas do navio, como por exemplo: as turbinas de propulsão, caldeiras, sistema de geração de energia, equipamentos eletrônicos de detecção e comunicação, obras estruturais em conveses internos e externos, catapultas, bem como a substituição de cerca de 2.000 metros (m) de redes de água, vapor e combustível do navio.

Diversas outras atividades relacionadas à modernização de unidades operativas foram desenvolvidas. Merecem ênfase:

a) a revitalização dos sistemas de comunicações dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, com a substituição dos equipamentos obsoletos;

b) a produção e a instalação dos Sistemas de Controle da Propulsão e de Controle de Avarias;

c) a aquisição de Unidades de Resfriamento de Água (URA) para as Fragatas da Classe Niterói;

d) a obtenção dos motores de propulsão e dos grupos diesel-geradores dos Navios Patrulha Fluviais da Classe Pedro Teixeira.

O Comando da Marinha deu prosseguimento a diversos projetos voltados para a recuperação do Poder Naval, destacando-se, dentre eles, a continuidade da construção da Corveta Barroso, que é dotada de sistema de combate, integralmente, concebido, desenvolvido e produzido por empresas brasileiras. Na busca por soluções para recuperar e modernizar a base material do Poder Naval, foram adquiridas duas unidades navais:

a) o Navio Hidroceanográfico Cruzeiro do Sul, que funcionará como um laboratório embarcado, contribuindo para reduzir as deficiências de apoio à pesquisa no mar;

b) o Navio de Desembarque de Carros de Combate Garcia D'Avila, que conferirá versatilidade, mobilidade e capacidade de permanência ao Poder Naval, dadas suas características que permitem o transporte de tropa e material à longa distância, necessários à projeção de poder sobre terra e à participação em missões de paz ou humanitárias.

Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro

Foram adquiridos materiais de emprego militar necessários ao cumprimento das missões das Organizações Militares (OM), dotando a Força Terrestre de material moderno e compatível com os diversos ambientes operacionais existentes no território brasileiro. O prosseguimento da execução do Programa foi seriamente prejudicado em virtude da reduzida dotação orçamentária, destinada a investimentos, o que prejudicou também, a contribuição do Exército para o Objetivo Setorial - Reaparelhamento das Forças Armadas. A insuficiência de recursos não permitiu a consecução integral do preparo, capacitação, adestramento, modernização e adequação dos meios necessários ao emprego da Força Terrestre, constituindo o principal fator de limitação ao atendimento das metas físicas e, conseqüentemente, do alcance dos resultados fixados para o Programa.

Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira

Os recursos disponíveis para o Programa, em 2007, embora contingenciados por um determinado período no ano, somados aos créditos adicionais nas ações de aquisição e de modernização e revitalização de aeronaves propiciaram um incremento nas metas estipuladas na LOA 2007. Dentre os principais resultados, destacam-se:

a) aquisição de 21 aeronaves sendo (11 caças turboélices, três aeronaves de transporte de tropa, quatro aviões de caça supersônicos, uma aeronave de asa rotativa e duas aeronaves de transporte de passageiros);

b) implantação de sistemas de simulação para a aeronave de caça turboélice;

c) aquisição de material de apoio ao Grupo de Instrução Tática e Especializada;

d) implementação do Projeto de Excelência em Guerra Eletrônica, Gestão e Informação da Guerra Eletrônica e Implantação da Estrutura de Análise Operacional;

e) modernização da aviônica de uma aeronave de transporte de grande porte;

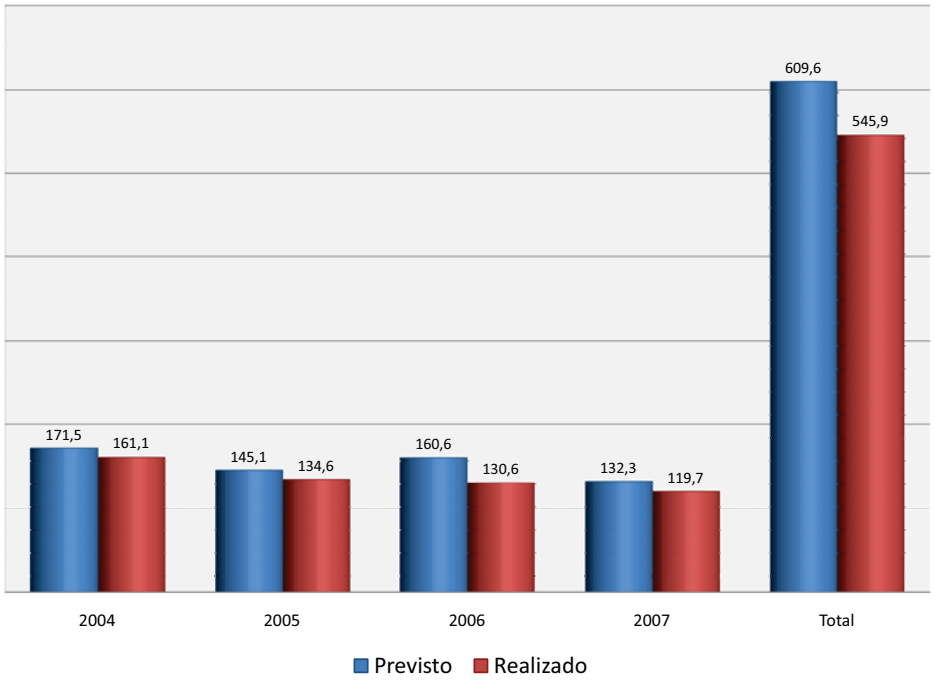
f) recebimento de quatro *voice recorders*;

g) modernização de 25 Instalações Militares;

h) revitalização de oito aeronaves, sendo quatro de transporte de carga e quatro de interceptação.

Programas de Tecnologias de Uso das Forças Armadas

GRÁFICO 6 - EVOLUÇÃO DA DOTAÇÃO E DA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE TECNOLOGIAS DE USO DAS FORÇAS ARMADAS - EM R$ MILHÕES



Tecnologia de Uso Naval

O Programa Nuclear da Marinha (PNM) é de importância estratégica para o País, uma vez que apresenta inegáveis benefícios nas áreas tecnológica e social a partir do desenvolvimento de novos sistemas e materiais, contribuindo para a diversificação da matriz energética brasileira. Ainda que de forma reduzida, a MB conduziu, em 2007, atividades relacionadas ao Ciclo do Combustível Nuclear e ao Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica (LABGENE). Tendo em vista a garantia do Governo Federal na reativação do PNM, a manutenção das atividades facilitará a retomada do Programa em 2008. O LABGENE teve seu Relatório Preliminar de Análise de Segurança, exigido pela Comissão de Energia Nuclear (CNEN), revisto e seu memorial de cálculo e análise de tensões de equipamentos concluídos. Também foram retomadas as obras de contenção e construção dos prédios do reator e das turbinas. Foram concluídos e revisados os projetos de engenharia de equipamentos, máquinas de transporte e tubulação da maquete eletrônica da Unidade de Hexafluoreto de Urânio (USEXA). Houve produção, em escala laboratorial, de hexafluoreto de urânio (UF6) e o enriquecimento de urânio para as Indústrias Nucleares do Brasil (INB), destinado às usinas nucleares de Angra dos Reis.

Tecnologia de Uso Aeroespacial

Destinadas a promover a capacitação tecnológica da aeronáutica e da indústria aeroespacial brasileira, as ações do Programa possibilitam o atendimento da necessidade da Aeronáutica em deter o conhecimento de tecnologias de ponta e estrategicamente sensíveis, de modo a gerar a adequada independência para o desenvolvimento de equipamentos e sistemas aeroespaciais. Tal capacitação gera reflexos em toda a sociedade, por meio do fomento, coordenação e apoio ao complexo industrial aeroespacial brasileiro e ao desenvolvimento de mão-de-obra altamente especializada. Em 2007, a Aeronáutica, por meio do Programa Tecnologia de Uso Aeroespacial, contribuiu significativamente para a consecução do Objetivo Setorial "Ciência, Tecnologia e Inovação para a Defesa Nacional". Esta contribuição se deu pelo avanço no desenvolvimento autóctone de itens sensíveis de interesse da defesa, adensamento das indústrias de mísseis nacionais, capacitação científico-tecnológica e em gestão, parcerias entre as Instituições Científica e Tecnológica (ICT) e o setor produtivo na pesquisa, no desenvolvimento conjunto em inovação de produtos, no intercâmbio de informações e na transferência de tecnologia, assim como no suporte ao desenvolvimento das indústrias aeroespaciais na área de Metrologia e na área de Certificação de Sistemas de Gestão da Qualidade, aumentando a competitividade no setor com segurança e confiabilidade de produtos e sistemas. Dentre os principais resultados alcançados, destacam-se os avanços ocorridos no desenvolvimento dos mísseis ar-ar MAA-1B e anti-radiação MAR-1, a produção nacional de sensores infravermelhos, o desenvolvimento de artefato ar-solo de grande efeito de sopro (Trocano) e a realização da prova de conceito de um gerador de pulso eletromagnético, para o futuro de desenvolvimento de artefatos que se valem de energia concentrada como princípio de funcionamento.

Tecnologia e Uso Terrestre

O Comando do Exército tem a necessidade de pesquisar, desenvolver e avaliar material de emprego dual de seu interesse e das forças singulares e, também, de estimular a parceria com órgãos civis de pesquisa, contribuindo para o desenvolvimento científico-tecnológico do País. Dentre os principais resultados alcançados, destacam-se:

a) fabricação de um radar experimental de busca e vigilância antiaérea de baixa altura. Fator crítico de sucesso foi a formação de massa crítica para pesquisa;

b) realização do Plano Interno de Trabalho com execução de atividades de manutenção e de recuperação dos materiais e equipamentos de emprego militar, em uso no Exército. O fator crítico de sucesso foi a necessidade de prorrogar a vida útil ou atualizá-los em relação às novas tecnologias utilizadas (este resultado e o anterior estão relacionados ao Objetivo Setorial "Reaparelhar e Manter Adestradas as Forças Armadas para Efetivo Emprego");

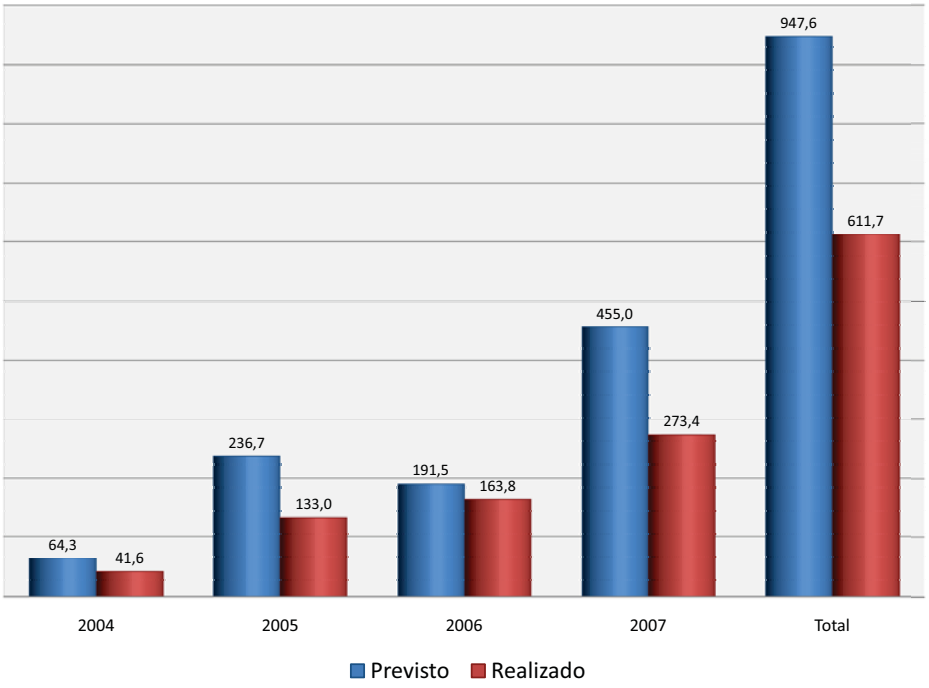
c) finalização da versão três do Programa do Sistema de Comando e Controle em combate, incluindo o desenvolvimento, implantação, manutenção, modernização e integração dos Sistemas Táticos e Operacionais;

d) realização, por meio do Instituto Militar de Engenharia (IME), de cursos voltados ao ensino científico-tecnológico, nos níveis de graduação, pós-graduação, especialização e extensão, de projetos de pesquisa básica, de visitas técnicas e de participação em eventos de ciência e tecnologia no País e no exterior. Houve celebração de convênios de cooperação com instituições públicas ou privadas na área científico-tecnológica de interesse do EB. O fator crítico considerado foi, principalmente, a cooperação com os demais órgãos afetos através da prestação de serviços e da execução de atividades de natureza técnico-científicas;

e) fabricação de um protótipo de viatura leve de emprego geral em projeto conjunto com o Exército da Argentina.

Programa Calha Norte

GRÁFICO 7 - EVOLUÇÃO DA DOTAÇÃO E DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA CALHA NORTE - EM R$ MILHÕES



No âmbito do Programa, foram desenvolvidas, em 2007, diversas ações que contribuíram para a promoção do desenvolvimento ordenado da região e da redução das desigualdades regionais. A realização dessas atividades teve relação direta com o Objetivo Setorial - Contribuição do Sistema de Defesa para o Desenvolvimento Nacional. Destaca-se entre as finalidades do Programa:

a) fixar o homem na região;

b) aumentar a qualidade de vida das populações atendidas;

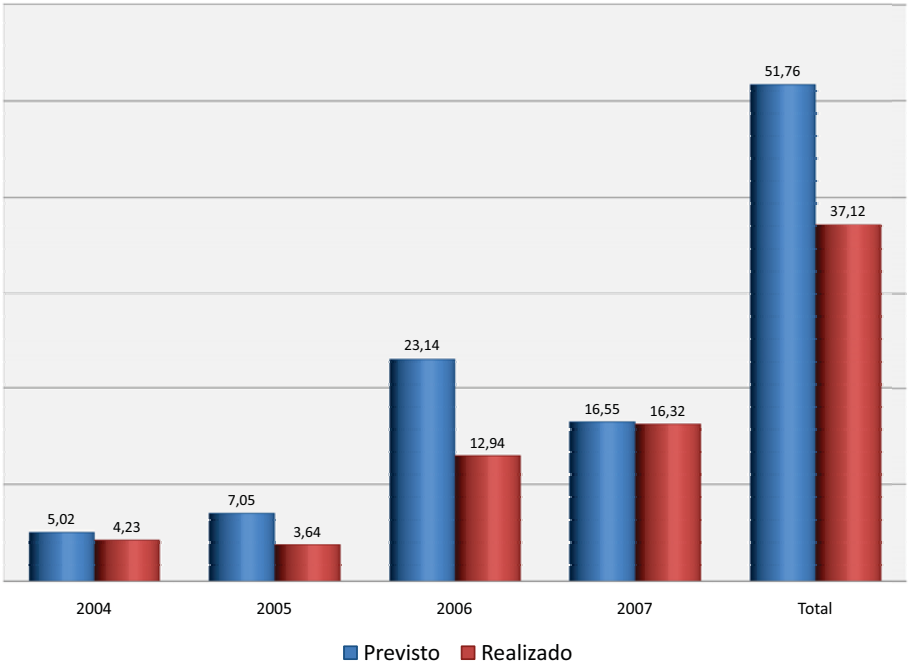
c) integrar socialmente as comunidades isoladas;

d) aumentar a presença do Estado na região.

A área atual atendida pelo Programa abrange 32% do Território Nacional, onde habitam cerca de oito milhões de pessoas, dentre as quais se incluem 30% da população indígena. O Programa tem duas vertentes principais relativas à soberania e ao desenvolvimento ordenado da Amazônia, e atende 94 Municípios em seis Estados da Região Norte: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima.

Programa PROANTAR

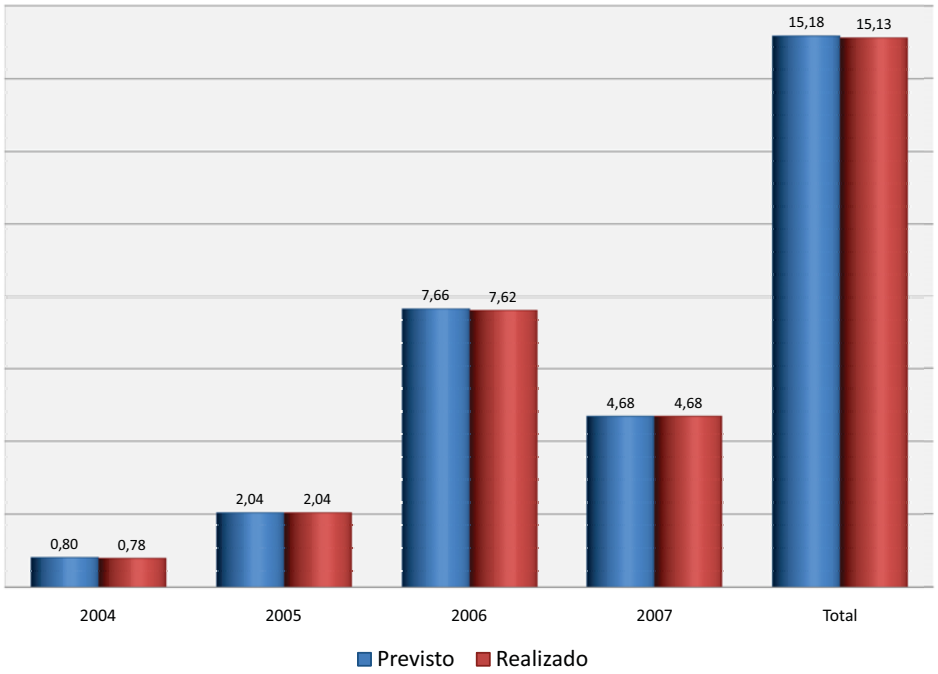
GRÁFICO 8 - EVOLUÇÃO DA DOTAÇÃO E DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA PROANTAR - EM R$ MILHÕES



Em 2007, foi concluída a Operação Antártica XXV, que envolveu a participação de 134 pesquisadores em 22 projetos de pesquisa distintos. A Operação Antártica XXVI foi iniciada em outubro de 2007, com a finalidade de prestar apoio logístico a 19 projetos de pesquisa nas áreas científica e ambiental e viabilizará o desenvolvimento, na Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), de diversas atividades relacionadas ao Ano Polar Internacional, que se estenderá até março de 2009. Registrou-se a expressiva marca de 25 anos da presença brasileira na Antártica. O Programa promove e realiza pesquisas científicas e tecnológicas diversificadas e de alta qualidade naquela região, contando com a colaboração de diversos Ministérios, universidades, empresas públicas e privadas. O PROANTAR se constitui em uma das grandes conquistas nacionais, proporcionando ao Brasil conhecimentos fundamentais sobre fenômenos naturais que afetam direta ou indiretamente a nossa população e que têm a sua origem na região polar Antártica, viabilizando, também, a participação do Brasil nas decisões sobre o futuro daquele continente.

Programa Recursos do Mar

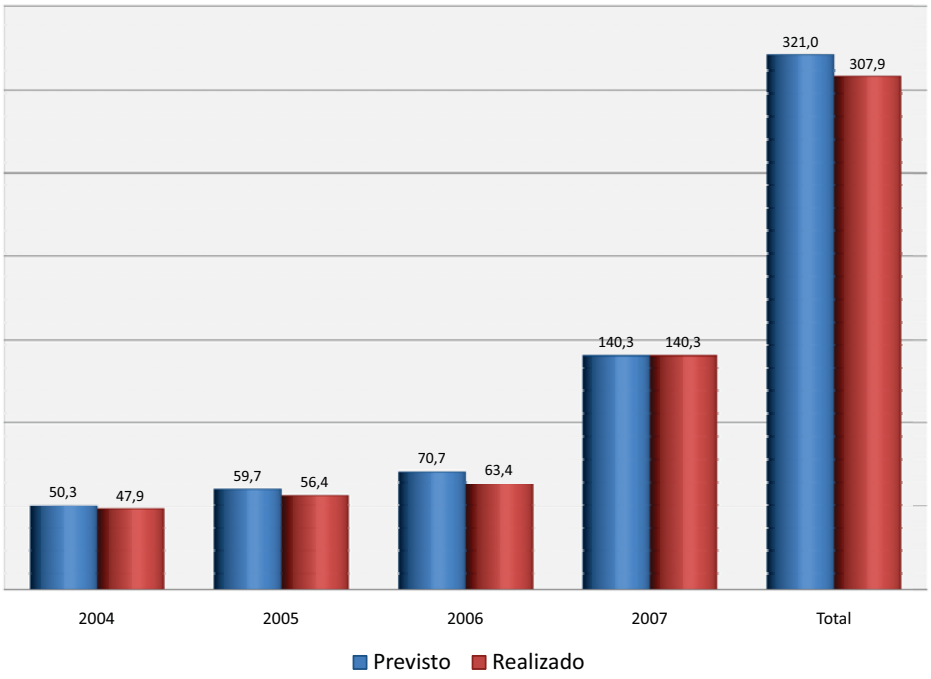
GRÁFICO 9 - EVOLUÇÃO DA DOTAÇÃO E DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA RECURSOS DO MAR - EM R$ MILHÕES



No ano de 2007, o projeto de construção da nova Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo (ECASPSP) entrou em fase de execução. As edificações foram instaladas em local considerado mais abrigado das fortes ondas que assolam o arquipélago, propiciando maior segurança, redução dos investimentos de manutenção e ampliação na área vital, com maior conforto para os pesquisadores que integram as expedições científicas naquela remota região.

Programa Segurança da Navegação Aquaviária

GRÁFICO 10 - EVOLUÇÃO DA DOTAÇÃO E DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO AQUAVIÁRIA - EM R$ MILHÕES



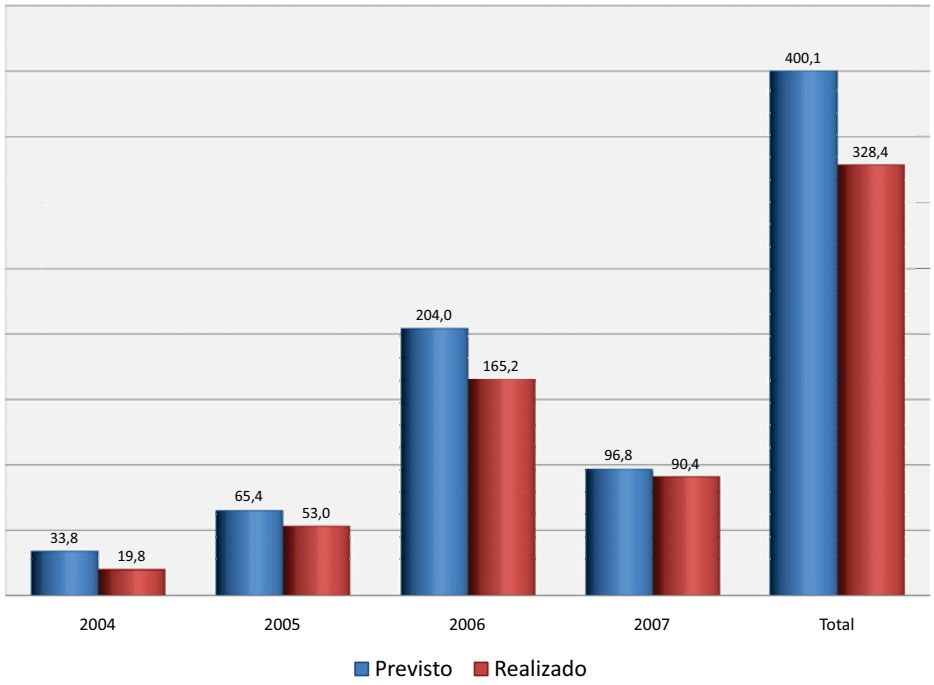
Com o propósito de contribuir para a segurança da navegação, para a salvaguarda da vida humana no mar e nas hidrovias interiores e para a prevenção da poluição ambiental causada por embarcações, plataformas e suas instalações de apoio, a Marinha do Brasil realizou, em 2007, 44.700 vistorias em embarcações nacionais e estrangeiras, incluindo plataformas de exploração e produção de petróleo (número quase 50% superior à previsão inicial do exercício), o que representou um acréscimo percentual de 94% em relação ao ano de 2006. A Marinha manteve operando os quase 1.200 sinais náuticos sob sua responsabilidade e prestou atendimento a mais de 130 ocorrências de Socorro e Salvamento, tendo realizado oito exercícios nacionais e internacionais de Controle do Tráfego Marítimo.

Não obstante sua relevância para a salvaguarda da vida humana no mar, uma sinalização náutica adequada tem grande importância econômica para o País. Vias navegáveis bem sinalizadas e bem cartografadas, previsões meteorológicas e oceanográficas tempestivas e de comprovada confiabilidade inspiram maior confiança, contribuindo para a redução dos preços dos seguros das cargas e dos próprios navios, diminuindo, conseqüentemente, os custos dos fretes marítimos. Assim, por meio da execução de atividades hidrográficas, cartográficas, oceanográficas, meteorológicas e de sinalização náutica, a Marinha disponibiliza as informações necessárias a uma navegação segura, em contribuição à salvaguarda da vida humana no mar, à segurança da navegação e ao desenvolvimento

da cartografia marítima, cumprindo compromissos internacionais assumidos pelo País e contribuindo para a redução do Custo Brasil e para a defesa do imenso patrimônio marítimo, fluvial e lacustre.

Programa de Assistência e Cooperação das Forças Armadas para a Sociedade Civil

GRÁFICO 11 - EVOLUÇÃO DA DOTAÇÃO E DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA* DE ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS À SOCIEDADE EM R$ MILHÕES



Nota *: Em 2004, o Programa se chamava "Assistência e Cooperação do Exército à Sociedade Civil"; em 2005 e 2006, "Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade Civil"; e em 2007, "Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade".

As Forças Armadas implementaram, em 2007, ações voltadas para o desenvolvimento nacional e de apoio à sociedade civil, tais como as ações realizadas no âmbito do Projeto Soldado-Cidadão e do Projeto Rondon, Combate à Gripe Aviária, ou em apoio a atividades de outros órgãos como o Ministério da Justiça (MJ), o Ministério da Saúde (MS) e outros. As mencionadas ações contribuíram para os Objetivos Setoriais "Contribuição do Sistema de Defesa para o Desenvolvimento Nacional" e "Comunicação Social e Relacionamento com a Sociedade".

Em 2007, o Ministério da Defesa apoiou o compromisso das Forças Armadas com a integração social de seus militares, por intermédio do Projeto Soldado-Cidadão, o que possibilitou a qualificação profissional de 21.268 cidadãos egressos do Serviço Militar. Desde o seu lançamento, o Projeto já beneficiou cerca de 100.000 jovens nas três Forças Singulares

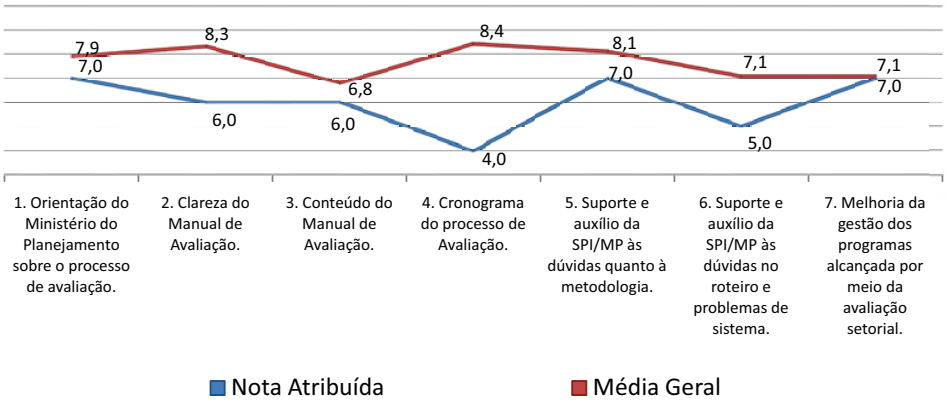
e em todo o Território Nacional. O Projeto Rondon realizou, em 2007, seis operações: Operação Amazônia Oriental, Operação Amazônia Ocidental, Operação Rio Grande do Sul, Operação Nordeste, Operação Inverno e Operação Centenário da Comissão Rondon – em 128 Municípios, de 12 Estados brasileiros. O projeto permitiu o envolvimento voluntário de cerca de 2.000 rondonistas, estudantes e professores universitários, no processo de desenvolvimento sustentável de comunidades carentes, contribuiu para o desenvolvimento da cidadania e consolidou o sentimento de responsabilidade social. Relativamente ao Plano de Contingência para a Pandemia de *Influenza* (Gripe Aviária), o Ministério da Defesa coordenou os Grupos de Trabalho que elaboraram e concluíram os Planos Específicos de Preparação para Portos e Aeroportos, visando diminuir os riscos de entrada no País do vírus H5N1, através daqueles pontos de fronteira.

ASPECTOS RELEVANTES

No período 2004-2007, ocorreram apenas pequenas alterações e ajustes em nomes de programas e ações. Para o PPA 2008-2011, a situação ainda é a mesma. Deve-se considerar também que o dispositivo legal que criou o MD atribuiu autonomia de gestão aos Comandos Militares, o que dificulta sobremaneira a vinculação e adequação entre a estrutura organizacional do MD e sua estrutura programática. Outra dificuldade existente é a exigência de demasiada pulverização da missão do MD em pequenas ações de pouca expressão para os resultados do órgão. Isso também ocorre com os programas, pois há um número excessivo e, apesar disso, não se consegue reduzir a quantidade devido à cultura interna de vincular a programação orçamentária à estrutura organizacional.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pelo MD mediante a atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas pelo MD, por item, e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS À SOCIEDADE

GERENTE DO PROGRAMA

José Fernando Depireux Brasil

OBJETIVO

Apoiar as ações governamentais de caráter cívico-sociais, de infra-estrutura, e de meio ambiente, disponibilizando os meios do Ministério da Defesa (MD) e das Forças Armadas para a superação das dificuldades do País.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade Brasileira

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 96.808.415,00	Empenho Liquidado:	R$ 90.354.104,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 90.354.104,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Grau de Atendimento à Demanda de Transporte Aéreo Governamental Porcentagem	-	-	-	-	65.00	-
2. Taxa de Atendimento à Demanda de Cooperação - Porcentagem	-	100.00	33.30	90.00	100.00	90%

1. GRAU DE ATENDIMENTO À DEMANDA DE TRANSPORTE AÉREO GOVERNAMENTAL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Não houve aferição de resultado. Na revisão para o exercício de 2006, foi solicitada a exclusão desse indicador que estava relacionado somente a uma ação de Apoio Aéreo para o Transporte de Cargas e Passageiros, a cargo do Comando da Aeronáutica (COMAER). Desta forma, não se justifica a existência desse indicador no Programa. Ademais, quaisquer recursos solicitados nessa ação sempre foram negados, prova disso é que somente em 2005 essa ação foi incluída no orçamento. Nos anos seguintes, pelo reduzido montante em disponibilidade para a ação, ela nem sequer foi incluída nas propostas orçamentárias.

2. TAXA DE ATENDIMENTO À DEMANDA DE COOPERAÇÃO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

As solicitações de participação dos Batalhões de Engenharia e Construção (BECs), do Exército Brasileiro (EB), em atividades de construção ou reconstrução de infra-estrutura, em apoio à ação de outras áreas do Governo, foram prontamente atendidas dentro das limitações dos recursos destinados à ação. Entretanto, os recursos destinados à ação foram reduzidos, tendo em vista a possibilidade de alcançar resultados ainda mais relevantes na utilização dos BECs para apoiar a melhoria da infra-estrutura e de outras áreas de competência da engenharia de construção. Com recursos reduzidos, a possibilidade de celebração de convênios também foi reduzida e limitada aos valores orçamentários.

CONTEXTUALIZAÇÃO

É necessária a participação de todos os segmentos da sociedade no esforço nacional de superação das deficiências do País. Nesse sentido, pretende-se intensificar a participação do Sistema de Defesa no desenvolvimento do Brasil, através do emprego das Forças Armadas em apoio às ações governamentais de caráter cívico-sociais, de infra-estrutura, e de meio ambiente, em prol da Nação brasileira. Historicamente, as Forças Armadas já têm participado, quando convocadas, no apoio a situações de dificuldade por que passa a sociedade brasileira, tais como em ações de apoio em casos de calamidades públicas, enchentes, campanhas nacionais de vacinação, de manutenção da Lei e da ordem, dentre outras.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Em 2007, apoiando o compromisso das Forças Armadas com a integração social de seus militares, o MD, por intermédio do Projeto Soldado-Cidadão, possibilitou a qualificação profissional de 21.268 cidadãos egressos do Serviço Militar. Desde o seu lançamento, o Projeto já beneficiou cerca de 100.000 jovens nas três Forças Singulares e em todo Território Nacional.

• O Projeto Rondon realizou seis operações, em 2007, em 128 Municípios, de 12 Estados brasileiros, quais sejam: Operação Amazônia Oriental 2007; Operação Amazônia Ocidental 2007; Operação Rio Grande do Sul 2007; Operação Nordeste 2007; Operação Inverno 2007; Operação Centenário da Comissão Rondon. O projeto permitiu o envolvimento voluntário de cerca de 2.000 rondonistas, estudantes e professores universitários, no processo de desenvolvimento sustentável de comunidades carentes, contribuiu para o desenvolvimento da cidadania e consolidou o sentimento de responsabilidade social.

• Quanto ao Plano de Contingência para a Pandemia de *Influenza* (Gripe Aviária), por intermédio da Ação de Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade, o MD coordenou os Grupos de Trabalho que elaboraram e concluíram os Planos Específicos de Preparação para Portos e Aeroportos, visando diminuir os riscos de entrada no País do vírus H5N1 através daqueles pontos de fronteira. Também foi concluído, em 2007, um Plano de Comando e Controle interligando "salas de situação" de 11 Ministérios

e da Presidência da República para, se necessário, coordenar e articular as ações de enfrentamento a uma possível situação de crise.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Excetuando-se as ações de Caráter Cívico-Sociais, para as quais não houve espaço para execução orçamentária no Comando da Marinha, todas as demais ações do Programa atingiram realização física e financeira nos percentuais entre 80% e 100%. As demais consideradas sociais a cargo da Marinha Brasileira (MB) foram realizadas com recursos da Força, a exemplo da assistência dada às populações ribeirinhas na Amazônia. Destacam-se com excelentes resultados e realizações as ações do Projeto Rondon e do Soldado-Cidadão.

Não há uma avaliação específica dos resultados físicos do Programa. A execução física é acompanhada pelos gestores das ações. Os comitês executivos e de supervisão também monitoram a obtenção das metas e dos resultados físicos propostos para as ações.

A execução física média das ações foi de cerca de 70%. Destaca-se no conjunto das ações: Apoio das Forças Armadas ao Projeto Rondon com 123,9%; Formação Cívico-Profissional de Jovens em Serviço Militar (Soldado-Cidadão) com 95,8%; Cooperação com Construção de Infra-Estrutura com 61,45%.

Para as ações Cívico-Sociais, a não-realização de qualquer resultado físico, nem tampouco orçamentário, explica-se pela indisponibilidade de recursos para a MB implementá-la, conforme descrito anterioriormente.

Já a execução financeira média das ações foi de cerca de 93,3%. Destaca-se no conjunto das ações: Apoio das Forças Armadas ao Projeto Rondon com 99,0%; Formação Cívico-Profissional de Jovens em Serviço Militar (Soldado-Cidadão) com 99,8%; Cooperação com Construção de Infra-Estrutura com 98,3%.

A Ação Plano de Contingência para a Pandemia de *Influenza* teve 88,31% de realização devido a restrições orçamentárias e a um grande valor em restos a pagar, dos quais executou mais de 98%. Em complemento a essa ação, crédito extraordinário criou a Ação "Prevenção, Preparação e Enfrentamento para a Pandemia de *Influenza*", para a qual somente foram liberados R$ 2,3 milhões, realizados integralmente.

O modelo de gestão orçamentária, com liberações mensais e por quadro de fontes, não é uma prática que beneficia a obtenção de resultados. Entretanto, apesar de poucos recursos, os resultados não foram afetados pela descontinuidade do fluxo de recursos durante 2007. O financeiro comprometido por restos a pagar de 2007 também gerou impacto sobre a gestão orçamentária e a proposição de limites para as ações.

As ações do Programa descentralizam créditos para os Comandos Militares. Esses créditos são utilizados para viabilizar a logística necessária à sua implementação.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As parcerias não-governamentais são executadas principalmente na ação do Soldado-Cidadão, e estabelecidas parcerias com entidades públicas ou privadas de reconhecida competência nacional ou regional no desenvolvimento de cursos de capacitação profissional. Dentre os principais parceiros, destacam-se:

a) Fundação Cultural Exército Brasileiro (FUNCEB);

b) Entidades do Sistema "S": Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI),Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SEST/ SENAT);

c) Escolas Técnicas (ET);

d) Superior Tribunal de Justiça (STJ);

e) Associação de Juízes Federais (AJUFE);

f) Fundação Rede Amazônica (FRA);

g) Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE);

h) Centros de Educação Profissional (CEP).

O desempenho dos parceiros na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas tem atendido plenamente às expectativas. No caso do Projeto Rondon, estão instituídas parcerias com Instituições de Ensino Superior (IES) selecionadas mediante edital, bem como com empresas que fornecem o apoio financeiro.

Os mecanismos que promovem a participação social no âmbito da Ação Soldado-Cidadão são a Ouvidoria, promovida por intermédio das entidades parceiras e das Organizações Militares responsáveis pela contratação dos cursos, e as reuniões com grupos de interesse realizadas bimestralmente com a participação de representantes das Forças Armadas.

Esses mecanismos têm contribuído sobremaneira para o aperfeiçoamento contínuo da ação, visto que as sugestões propostas aos parceiros do Programa são tratadas em alto nível e repassadas à coordenação do Projeto, que as implementa de acordo com o possível. Exemplo de propostas são as sugestões de realização de determinados cursos profissionalizantes que, regionalmente, são de maior impacto no mercado de trabalho e cuja procura por profissionais facilita a colocação dos jovens formados nesse mercado.

A participação social no âmbito do Projeto Rondon é executada por meio de consultas públicas a partir de entendimentos com as comunidades. O processo se inicia com reuniões e consultas às comunidades e se operacionaliza através da atuação das IES nos Municípios selecionados. As ações, realizadas pelas IES, têm como base as diretrizes do Projeto, dentre as quais se destacam:

a) contribuir para o desenvolvimento sustentável nas comunidades carentes, visando as habilidades universitárias;

b) estimular a busca de soluções para os problemas sociais da população, formulando políticas públicas locais, participativas e emancipadoras;

c) assegurar a participação da população na formulação e no controle das ações;

d) democratizar o acesso às informações sobre benefícios, serviços, programas e projetos, bem como recursos oferecidos pelo poder público e pela iniciativa privada e seus critérios de concessão.

A apresentação das necessidades e carências e a intensa participação da população são feitas por intermédio de conselhos municipais, cooperativas e outras associações.

A avaliação da satisfação dos usuários/beneficiários para a Ação Soldado-Cidadão é realizada pelas entidades parceiras, Comandos das Forças (Marinha, Exército e Aeronáutica) e Comitê Gestor do Projeto, por intermédio de questionários, reuniões de coordenação e viagens de acompanhamento. Ao final do exercício financeiro, é elaborado um relatório no qual são apontados aspectos positivos e negativos e sugeridos aperfeiçoamentos para o desenvolvimento do Projeto no ano seguinte. Os militares temporários, após serem licenciados por término de Serviço Militar, apresentam-se por cinco anos consecutivos para atualização de seus dados cadastrais. Nessas oportunidades, são realizadas pesquisas no universo apresentado a respeito da efetividade do Projeto. Nas duas pesquisas realizadas, foi obtido o percentual de cerca de 70% de jovens que realizaram o Soldado-Cidadão e obtiveram êxito de ingresso no mercado de trabalho ou estão gerando renda com as capacitações profissionais adquiridas. Em face das dificuldades conjunturais para ingresso no mercado de trabalho, o resultado pode ser considerado muito bom.

Os mecanismos utilizados para a avaliação da satisfação dos usuários/beneficiários do Projeto Rondon são os relatórios das IES, e das Prefeituras dos Municípios em que foram desenvolvidas as ações.

No período de novembro a dezembro, é elaborado e divulgado aos executantes um Plano de Gestão do Projeto Soldado-Cidadão para o ano seguinte, em que são estabelecidos instrumentos e medidas de acompanhamento (viagens de acompanhamento), de coordenação (reuniões bimestrais do Comitê Gestor) e de controle e avaliação (planejamento inicial, relatório de acompanhamento físico mensal, relatório de acompanhamento orçamentário e financeiro mensal e relatório anual).

No Projeto Rondon as decisões e os eventos são sempre deliberados em um Comitê de Orientação e Supervisão, composto por oito Ministérios e a Secretaria Especial da Presidência da República. O uso do Comitê é uma prática de gestão que tem obtido resultados altamente positivos.

De acordo com informações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), a solicitação de exclusão do indicador Grau de Atendimento à Demanda de Transporte Aéreo Governamental foi acatada e realizada para o PPA 2008-2011.

CALHA NORTE

GERENTE DO PROGRAMA

José Roberto Ramos de Almeida

OBJETIVO

Aumentar a presença do Poder Público na região ao norte do rio Solimões/Amazonas, contribuindo para a defesa nacional, proporcionando assistência às suas populações e fixando o homem na região.

PÚBLICO-ALVO

População da região da Calha Norte

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 455.021.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 273.360.679,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 273.360.679,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Densidade Populacional na Região da Calha Norte - habitante por km²	1.00	1.10	1.15	2.69	1.31	205,34%
2. Extensão de Fronteira por Núcleo de Povoamento integrado à Pequena Unidade Militar - km por núcleo	375.00	330.00	330.00	300.00	300.00	100%

1. DENSIDADE POPULACIONAL NA REGIÃO DA CALHA NORTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A densidade populacional na área abrangida pelo Programa cresceu acima do esperado. Ressalta-se que este indicador não constará no PPA 2008-2011, uma vez que se trata de indicador genérico e não contribui, de forma objetiva, para a avaliação de sua execução.

2. EXTENSÃO DE FRONTEIRA POR NÚCLEO DE POVOAMENTO INTEGRADO À PEQUENA UNIDADE MILITAR
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Com o andamento da construção do Pelotão de Fronteira de Marechal Thaumaturgo, no Acre, o índice foi alcançado em 2007.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Nos objetivos setoriais do Ministério da Defesa (MD), o Programa contribui para vitalizar a região da Calha Norte, promovendo o desenvolvimento sustentável e integrando sua população à cidadania e ao conjunto nacional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Construção de embarcações para controle e segurança da navegação fluvial: duas das principais realizações em 2007 foram a ampliação do número de meios flutuantes e a modernização dos meios disponíveis dos Comandos da Marinha e da Aeronáutica, de modo a torná-los suficientes para a consecução do objetivo de manter o controle e a segurança da navegação fluvial na região, bem como o apoio logístico na área.

• Implantação da infra-estrutura básica nos Municípios da região da Calha Norte: realizada por meio de ações provenientes de emendas parlamentares, cujos recursos foram aplicados, mediante convênios com Estados e Prefeituras, na realização de obras de infra-estrutura básica nas áreas de saúde, educação, saneamento básico, transporte, energia e comunicações, nas comunidades mais carentes da região.

• Implantação de Unidades Militares na região:

a) no âmbito do Exército Brasileiro: foram realizadas obras de complementação da 2ª Brigada de Infantaria de Selva de São Gabriel da Cachoeira (AM), conclusão do auditório do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), em Manaus (AM) e implantação da infra-estrutura do 3º Batalhão de Infantaria na Selva (BIS) com obras no quartel, na Vila Militar, no Hotel de Trânsito dos Oficiais, Próprios Nacionais Residenciais (PNR), em Barcelos (AM) e construção de Pavilhão de Subunidade no 12º Esquadrão de Cavalaria Mecanizada em Boa Vista (RR);

b) no âmbito da Marinha do Brasil: construção de 12 PNR, em Manaus (AM), ampliação do Ambulatório Naval em Manaus (AM), construção de prédio para a Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental, em Manaus (AM) e recuperação da carreira para reparos de embarcações em Belém (PA);

c) no âmbito da Força Aérea Brasileira: conclusão de bloco de PNR em Manaus (AM), construção do arquivo geral do Hospital de Aeronáutica de Belém (PA), construção de PNR para oficiais em Manaus (AM) e reforma do Hospital de Aeronáutica de Manaus (AM).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Existem diversos mecanismos de monitoramento do desempenho físico das ações. Mensalmente, são realizadas reuniões de trabalho da equipe técnica dos convênios para avaliar o andamento das obras em execução; e visitas *in loco*, por equipe do Programa, às obras conveniadas de acordo com o seu cronograma. No mínimo, cada obra é fiscalizada duas vezes, além da vistoria final. No caso das ações que demandam repasses para os Comandos Militares, é enviado um relatório mensal ao Programa, prestando conta da aplicação dos recursos repassados.

Outra ferramenta que auxilia o acompanhamento do andamento das obras são os sistemas informatizados, desenvolvidos internamente. Também no início da cada ano é enviado um relatório de gestão à Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa (Ciset/MD). No âmbito externo do Programa, há atualização constante de suas ações no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

Quanto ao cumprimento de metas físicas, houve execução física de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. As ações do Programa que têm seus recursos alocados na LOA e que não sofrem acréscimos por meio de emendas parlamentares têm regularidade em sua execução no decorrer do ano. Os recursos orçamentários executados foram suficientes, sendo a execução orçamentária compatível com a dotação autorizada na LOA 2007. Houve também certa incompatibilidade entre o fluxo de recursos e a programação física, mas que não prejudicou decisivamente a execução programada.

Com relação às ações que recebem recursos provenientes de emendas parlamentares, houve duas situações de liberação de recursos em 2007, uma dos restos a pagar em 2007, provenientes de 2006, liberados no decorrer do ano entre março e dezembro e outra dos recursos da LOA 2007, liberados quase no final do ano e somente para empenho, que entrarão como restos a pagar de 2007 em 2008.

Certamente tal manobra prejudica a programação de convênios, pois não há regularidade, ao longo do ano, na sua liberação, acumulando restos a pagar do ano anterior com recursos da LOA do ano corrente. Nas demais ações houve fluxo regular de recursos no decorrer do ano. Alguns pontos negativos na execução do Programa:

a) atraso recorrente na prestação de contas dos Estados e Municípios, apesar das cobranças efetuadas pela equipe técnica e pelo ordenador de despesas;

b) falta de engenheiros para fazer as fiscalizações nas obras executadas por meio de convênios.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Com relação a mecanismos que promovem a participação social, a equipe do Programa realiza constantemente reuniões com as comunidades abrangidas, que assumem caráter relevante para a obtenção de informações sobre as obras em andamento.

Não existe avaliação da satisfação de seus beneficiários, uma vez que faltam recursos financeiros para que seja realizada dentro dos parâmetros técnicos adequados. Existe avaliação subjetiva da satisfação dos beneficiários, realizada em visitas de comitiva à área de sua abrangência, em conversas e reuniões com autoridades municipais e estaduais, e pelo interesse demonstrado pela elevada demanda dos parlamentares da região na alocação de emendas ao Programa.

Por fim, boas práticas realizadas no âmbito do Programa são as fiscalizações criteriosas nas obras conveniadas e a elevada capacitação de seu pessoal.

A gerência do Programa destaca que há restrição do espectro de obras executadas pelo Programa na vertente civil, resultado da celebração de convênios. Grande parte de obras já foi restringida pelas novas Diretrizes Estratégicas de 2007. Há necessidade, ainda, de criação de um departamento para tratar dos assuntos específicos do Calha Norte, particularmente, com a ampliação do número de engenheiros na divisão de convênios a ser criada e da contratação de mais três engenheiros para fiscalização nas obras executadas por meio de convênios.

COMUNICAÇÕES, COMANDO, CONTROLE E INTELIGÊNCIA NAS FORÇAS ARMADAS

GERENTE DO PROGRAMA

João Francisco Ferreira

OBJETIVO

Aperfeiçoar a capacidade de comando, controle e inteligência do Sistema de Defesa e a Segurança da Comunicação Militar.

PÚBLICO-ALVO

Nação brasileira

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 25.313.552,00	Empenho Liquidado:	R$ 23.222.752,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 23.222.752,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Nível de Implantação dos Sistemas de Comunicação, Comando, Controle e Inteligência – Porcentagem	-	-	-	20.00	26.00	76,92%

1. NÍVEL DE IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO, COMANDO, CONTROLE E INTELIGÊNCIA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O índice previsto para o final do PPA 2004-2007 não foi atingido, uma vez que não foram alocados os recursos planejados, permanecendo, portanto, etapas para o próximo Plano.

CONTEXTUALIZAÇÃO

É imprescindível aperfeiçoar a capacidade de comando e controle de todos os órgãos envolvidos na tarefa de defesa nacional, proporcionando-lhes condições que facilitem o processo de decisão, baseado em sistemas inteligentes e capazes de antecipar situações que

exijam sua utilização, e em meios de comunicação modernos e seguros e na atividade de inteligência com forte suporte no sensoriamento remoto.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Implantação do Centro de Operação do Comando Supremo e Forças Singulares:

a) interoperabilidade crescente entre as Forças;

b) funcionamento do Sistema de Planejamento Operacional Militar (SIPLOM) na plenitude dos recursos previstos na versão atual;

c) participação do Estado-Maior de Defesa (EMD) na elaboração e implantação da infra-estrutura do Sistema de Comando e Controle (C2) para o Plano Brasileiro de Contingência para a Pandemia de *Influenza*.

- Recursos liberados foram aplicados, principalmente, na expansão do Sistema em Banda X do Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SISCOMIS), conforme previsto no Plano de Desenvolvimento e de Implantação do SISCOMIS, atendendo às necessidades do Estado-Maior de Defesa.

- Manutenção do SISCOMIS, que atingiu o objetivo de mantê-lo instalado e em condições operacionais. Os recursos disponíveis foram aplicados na manutenção e na atualização dos equipamentos do SISCOMIS e no pagamento de contratos de fornecimento de enlaces de comunicações e de manutenção, além da aquisição de um Sistema de Gerenciamento da Banda X, a fim de otimizar a utilização das Estações em Banda X que atendem às Operações Combinadas do Estado-Maior de Defesa (EMD). Dessa forma, o SISCOMIS tem operado adequadamente.

- Apoio à Inteligência por meio do Sensoriamento Remoto:

a) adaptação de banco de dados para acesso ao Portal de Inteligência Operacional (PIOp) do MD;

b) obtenção de imagens, provenientes de sensoriamento remoto, para o planejamento e a execução de operações militares;

c) custeio de projetos de desenvolvimento tecnológico, como é o caso dos softwares de geoprocessamento do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira (FAB).

- Implantação do Sistema de Comunicações Seguras (SECOS):

a) aquisição de equipamentos e instrumentos de teste;

b) modernização de laboratórios das Forças, a fim de permitir o desenvolvimento de interfaces entre os sistemas táticos atuais;

c) realização do 3º Seminário de Dados Operacionais (3º SEDOP).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Apesar da insuficiente dotação de recursos, diante da grandeza do objetivo que o Programa impõe como resultado do somatório das metas das suas ações constituintes, as quais, por sua vez, expressam as necessidades atuais do Sistema de Defesa, podemos considerar alcançados os objetivos definidos, coerentemente, com as dotações recebidas, com execução financeira alcançando níveis acima de 90%.

Dentre os mecanismos de monitoramento, no âmbito da gerência, do desempenho físico das ações, destacam-se as reuniões de trabalho. Sempre que uma etapa do projeto é cumprida, o Gerente é informado, pessoalmente, e por relatório circunstanciado. Além disso, ele acompanha, pessoalmente, ou por intermédio de assessores, o desenvolvimento de todos os projetos. Destaca-se que, para cada operação combinada, um representante do EMD avalia o emprego das imagens de satélite fornecidas, bem como o nível de satisfação dos solicitantes das imagens; e o fluxo de informações ocorre percorrendo os canais de comando sob forma de relatórios de execução física e financeira.

Quanto ao cumprimento de metas físicas, houve execução física, em grande parte das ações, de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. A execução discriminada por ação segue abaixo:

a) implantação do Centro de Operação do Comando Supremo e Forças Singulares: a meta física atingida foi de 87,86%. Deixaram de ser recebidos no exercício, em razão de entraves administrativos na realização de licitações e na celebração de contratos, equipamentos do Sistema Militar de Comando e Controle (C2), tanto para os Centros de Comando e Controle (C3) das Forças Armadas como para os Centros de C2 do Comando Supremo, porém o apoio às operações combinadas e o desenvolvimento do Sistema de Planejamento Operacional Militar (SIPLOM), software principal do C2, de nível estratégico, puderam ser executados de acordo com o planejamento estabelecido;

b) implantação do SISCOMIS: todos os produtos e serviços contratados foram atendidos segundo os requisitos preestabelecidos, com parte dos equipamentos sendo adquiridos no exterior. A meta física alcançada foi de 84,17%, proporcionando um desempenho excelente da ação;

c) manutenção do SISCOMIS: meta física prevista foi alcançada parcialmente (75,50%). A manutenção do Sistema atingiu seu objetivo, ficando o Sistema instalado em condições operacionais;

d) Sensoriamento Remoto para Apoio à Inteligência: todos os produtos e serviços contratados foram entregues e/ou realizados dentro dos prazos e requisitos preestabelecidos. A meta física atingiu o índice de 62,50%, proporcionando um desempenho satisfatório da Ação. Cabe ressaltar que todas as imagens previstas foram adquiridas, entretanto, por entraves administrativos, somente serão recebidas no exercício 2008. Neste ano, buscou-se a reestruturação e a adaptação dos bancos de dados das Forças Armadas para acesso ao PIOp do MD;

e) implantação do SECOS: todos os produtos e serviços contratados foram entregues e/ou realizados dentro dos prazos e requisitos preestabelecidos. A meta física alcançada foi de 85%, proporcionando um desempenho excelente da ação.

Já com relação aos recursos orçamentários executados, pode-se considerá-los insuficientes, como conseqüência, as metas não foram atingidas, os prazos dos projetos foram alongados e, com isso, a Nação deixou de contar com os instrumentos de comando e controle necessários ao emprego de sua expressão militar.

Em termos de compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física, pode-se afirmar que foi satisfatória, respeitando o planejamento e o ritmo de execução.

O contingenciamento orçamentário de 2007 prejudicou sobremaneira a forma como as metas foram atingidas na sua plenitude e obrigou a compatibilização entre os recursos disponíveis e planejamento.

Outro ponto negativo ao pleno desempenho das ações do Programa foram as dificuldades em licitações, decorrentes do atraso na liberação dos créditos aprovados, aliado à exigüidade dos prazos para início do cumprimento das missões.

Quanto ao fluxo de informações, cabe ressaltar que o alto índice da execução das Ações implementadas em outras unidades administrativas (Marinha, Exército e Aeronáutica) é adequado à estrutura militar, baseada na hierarquia e na disciplina, permeando todos os escalões de comando envolvidos. Há, portanto, um fluxo de duplo sentido: descendente, quando da distribuição das missões, acompanhadas dos recursos que tornam viáveis, e ascendentes, ao término das atividades planejadas e determinadas, sob a forma de relatórios de execução física e financeira.

CONTROLE DE ARMAMENTOS, MUNIÇÕES E EXPLOSIVOS

GERENTE DO PROGRAMA

José Rosalvo Leitão de Almeida

OBJETIVO

Controlar a produção, utilização, importação, exportação, desembaraço alfandegário, circulação, armazenamento e comércio de armas, munições, explosivos e outros produtos perigosos.

PÚBLICO-ALVO

Pessoas físicas e jurídicas que fabricam, utilizam, importam, exportam, transportam e comercializam produtos controlados pelo Exército Brasileiro (EB)

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 16.254.764,00	Empenho Liquidado:	R$ 16.239.128,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 16.239.128,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Controle de Armamentos, Munições e Explosivos – Porcentagem	138.63	169.11	169.45	202.65	100.00	202,65%

1. TAXA DE CONTROLE DE ARMAMENTOS, MUNIÇÕES E EXPLOSIVOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O nível de alcance do índice foi na ordem de 202% e o indicador foi apurado em 31.01.2008. O índice apurado está acima do previsto em virtude dos seguintes fatores: a disponibilização de recursos e equipamentos necessários à eficácia da fiscalização; e o cálculo das metas físicas da Ação Registro e Fiscalização de Produtos Controlados, única variável que interfere no indicador do Programa, considera como fiscalização realizada, por razões metodológicas, as atividades de registro, de controle e de apoio também.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Compete ao Comando do Exército autorizar e fiscalizar a produção, utilização, importação, exportação, desembaraço alfandegário, tráfego e comércio de armamentos, explosivos, munições e demais produtos controlados, realizar o registro e o cadastramento de todas as armas de uso restrito de posse dos órgãos de Segurança Pública e seus integrantes, bem como o de colecionadores, atiradores e caçadores, com base no art. 24 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, e no Decreto nº 3.665, de 20 de novembro de 2000, que aprovou o Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Vistorias realizadas em Pessoas Físicas e Jurídicas registradas no EB.

- Concessões, revalidações e cancelamento de registros de Pessoas Físicas e Jurídicas e de armas de fogo.

- Processos administrativos instaurados para averiguar irregularidades no trato com produtos controlados pelo EB.

- Autorizações concedidas para aquisição de armas de fogo na indústria nacional e para transferência de titularidade de armas de fogo registradas no EB.

- Autorizações concedidas para importações e exportações de armas de fogo e munições.

- Autorizações concedidas para aquisição de munições na indústria nacional.

- Expedição de Guias de Tráfego, para Pessoas Físicas e Jurídicas, para transporte de produtos controlados pelo EB.

- Certificados internacionais de importação concedidos.

- Autorizações de exportações concedidas.

- Desembaraços alfandegários realizados.

Dentre os principais fatores que contribuíram para o alcance do resultado, destacam-se:

a) busca do cumprimento total do planejamento de vistorias em Pessoas Físicas e Jurídicas registradas no EB;

b) aquisição de equipamentos e veículos para a Rede de Fiscalização de Produtos Controlados;

c) melhoria dos sistemas informatizados;

d) reuniões de coordenação integrando os serviços de Fiscalização de Produtos Controlados das regiões Militares e a Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados;

e) visitas de orientação técnica, realizadas pela Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados, aos serviços de Fiscalização de Produtos Controlados das regiões Militares.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Com relação aos mecanismos de monitoramento do desempenho físico das ações, destacam-se: duas reuniões de trabalho entre os serviços de Fiscalização de Produtos Controlados das regiões Militares e a Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados para coordenar procedimentos (cada Serviço de Fiscalização de Produtos Controlados das regiões Militares realiza pelo menos uma reunião de coordenação com as Organizações Militares pertencentes à rede de fiscalização da sua área de abrangência). Foram realizadas, pela Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados, 11 visitas de orientação técnica aos serviços de Fiscalização de Produtos Controlados das regiões Militares.

Ainda em relação ao monitoramento do Programa, a Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados possui os seguintes sistemas de apoio e monitoramento da atividade de registro e controle:

a) Sistema de Gerenciamento Militar de Armas;

b) Sistema de Controle Fabril de Armas;

c) Sistema de Controle de Venda e Estoque de Munições;

d) Sistema de Guia de Tráfego Eletrônica;

e) Sistema de Controle de Registros de Carros Blindados.

Mensalmente, os serviços de Fiscalização de Produtos Controlados das regiões Militares enviam um relatório sobre execução de atividades de fiscalização, de registro e de controle. São enviados, também, relatórios de operações esporádicas realizadas pelos órgãos da rede de fiscalização.

Como mencionado anteriormente, a execução física da Ação do Programa ficou acima de 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007, em virtude da disponibilização de recursos e equipamentos necessários à eficácia da fiscalização, e da metodologia de cálculo das metas físicas da Ação 2919 - Registro e Fiscalização de Produtos Controlados, única variável que interfere no indicador do Programa, que considera como fiscalização realizada também as atividades de registro, de controle e de apoio.

Os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes. Houve também, de maneira geral, compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física. O fluxo sofreu pequena descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. A liberação de recursos descontinuada não interferiu na execução física das atividades de fiscalização, registro e controle, em virtude da utilização de meios já existentes ou adquiridos, antecipadamente, para a execução dessas atividades.

Alguns pontos negativos ao desempenho do Programa, relacionados aos recursos humanos e ao processo licitatório foram:

a) ampliação de atribuições sem a contrapartida de aumento de pessoal: a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2004, ampliou de forma significativa as atribuições do EB com relação a produtos controlados. A essa ampliação de atribuições não se seguiu uma ampliação de efetivo para mobiliar a rede de fiscalização. Aliado a isso, a equipe gerencial é subordinada ao Comando do Exército, que possui sua atividade fim específica, prevista na constituição, que carece de recursos humanos focados, exclusivamente, na atividade de fiscalização;

b) qualificação insuficiente dos quadros de pessoal e alto índice de rotatividade: a formação dos quadros do Exército é focada na atividade fim da força terrestre, prevista na constituição. Além disso, a grande rotatividade de pessoal enseja constante preocupação com o treinamento visando a qualificação e o aprimoramento do pessoal envolvido nas atividades de fiscalização;

c) dificuldades em licitações e celebração de contratos: as atividades de fiscalização, de registro e controle são realizadas por diversas organizações (unidades gestoras) do EB, que, em geral, priorizam sua atividade fim em detrimento das atividades relativas a produtos controlados.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

De modo a fomentar a participação social, durante o desenvolvimento de normatizações, são feitas consultas a federações, clubes, agremiações, associações de classe, grupos de interesse e demais setores envolvidos com o assunto a ser normatizado, visando seguir os preceitos legais e atender aos anseios da sociedade.

A Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC) disponibiliza um canal de mensagem eletrônica, conhecido como Fale DFPC, que permite a interação entre o EB e os setores da sociedade com interesse em informações, sugestões, dúvidas e reclamações a respeito da atividade de fiscalização de produtos controlados.

Por fim, de modo a compensar a insuficiência na quantidade de recursos humanos, busca-se cada vez mais a implementação de sistemas informatizados.

DESENVOLVIMENTO DA AVIAÇÃO CIVIL

GERENTE DO PROGRAMA

Solange Paiva Vieira

OBJETIVO

Promover o desenvolvimento do Sistema de Aviação Civil brasileiro a fim de melhorar a qualidade da prestação dos serviços oferecidos pelos componentes do Sistema.

PÚBLICO-ALVO

Usuários e pessoal especializado da aviação civil

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 145.979.104,00	Empenho Liquidado:	R$ 113.700.959,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 113.700.959,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Evolução das Licenças Expedidas Porcentagem	-	1.05	1.05	1.05	1.05	100%
2. Evolução de Fiscalização em Empresas - Porcentagem	-	-	-	1.05	1.05	100%
3. Evolução de Produtos, Equipamentos e Procedimentos Fiscalizados - Porcentagem	-	-	-	1.05	1.05	100%
4. Grau de Acompanhamento de Aeronautas em Atividade – Porcentagem	-	-	0.95	0.95	0.95	100%
5. Índice de Segurança de Vôo - Acidente por Milhão de Decolagens	-	1.06	1.05	1.05	1.05	100%

1. EVOLUÇÃO DAS LICENÇAS EXPEDIDAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A evolução das licenças expedidas alcançou o índice esperado dentro da ação "Homologação, Registro e Controle de Empresas, Equipamento e Pessoal Especializado".

2. EVOLUÇÃO DE FISCALIZAÇÃO EM EMPRESAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A fiscalização em empresas apresentou crescimento constante ao longo do período.

3. EVOLUÇÃO DE PRODUTOS, EQUIPAMENTOS E PROCEDIMENTOS FISCALIZADOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice esperado foi alcançado dentro da ação "Homologação, Registro e Controle de Empresas, Equipamento e Pessoal Especializado".

4. GRAU DE ACOMPANHAMENTO DE AERONAUTAS EM ATIVIDADE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice esperado foi alcançado, se levada em consideração a média de execução física da ação "Avaliação Médica para o Sistema de Aviação Civil".

5. ÍNDICE DE SEGURANÇA DE VÔO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Apesar da crise do setor aéreo, o Brasil continua com um dos maiores índices de segurança de vôo do mundo.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A necessidade do transporte aéreo de pessoas e cargas, dentro e fora do Território Nacional, buscando promover um serviço de qualidade por meio do apoio à formação de pessoal especializado, aperfeiçoamento dos instrumentos de certificação, fiscalização e controle da aviação civil brasileira.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Melhoria da qualidade da prestação de serviços oferecidos pelo Sistema de Aviação Civil.

- Crescimento do apoio à formação de pessoal especializado.

- Aperfeiçoamento dos instrumentos de certificação, fiscalização e do Sistema de Informações da Aviação Civil.

• Manutenção do nível de segurança nos vôos civis, por meio da avaliação médica periódica de tripulantes.

• Realização de 11.660 fiscalizações em empresas e aeroportos.

• Aquisição de duas aeronaves para instrução em aeroclubes.

• Realização de 4.122 homologações de Registro e Controle de Empresas, Equipamentos e Pessoal Especializado.

• Realização de 42.873 avaliações médicas periódicas e/ou eventuais.

• Matrícula de 2.860 alunos em cursos de formação e especialização na área de Aviação Civil.

• Manutenção e atualização do Sistema de Informações para Controle da Aviação Civil.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O monitoramento das ações é feito através de reuniões e visitas. As reuniões de trabalho são realizadas sempre que necessário, sem periodicidade específica. As visitas *in loco*, quando necessárias, são feitas pelos responsáveis pela execução das ações.

O Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) é o principal sistema através do qual é acompanhada a execução das ações. São gerados relatórios de gestão essenciais ao monitoramento por parte da alta administração.

A execução física foi realizada de forma satisfatória, de 80% a 100% do previsto na Lei de Orçamento Anual (LOA) 2007. As ações "Fiscalização da Aviação Civil" e "Homologação, Registro e Controle de Empresas, Equipamento e Pessoal Especializado" tiveram suas metas físicas superadas. Já as ações "Apoio a Aeroclubes" e "Construção e Reforma de Instalações para o Sistema de Aviação Civil" ficaram prejudicadas tendo em vista que o processo licitatório para contratação de empresas especializadas não foi deliberado pela Diretoria da Agência Nacional de Avião Civil (ANAC), considerando que estava sem o *quorum* necessário para a aprovação, conforme previsto no inciso V, do art. 24 do anexo 1 do Decreto nº 5.731, de 20 de março de 2006.

A dotação orçamentária para o ano foi insuficiente, mas não acarretou grandes problemas na execução, pois o Programa já estava prejudicado devido à não-deliberação dos processos licitatórios citados anteriormente.

Um fator que gera impacto sobre o limite de recursos do órgão é a necessidade de locação de outros imóveis para comportar sua atual estrutura organizacional. A sede da ANAC funciona em prédio anteriormente ocupado pela extinta Viação Aérea São Paulo (VASP), cujas instalações são insuficientes para atender toda a estrutura organizacional da Agência.

A carência de pessoal executor é justificável considerando a recente criação da Agência (abril de 2006). As cessões de pessoal autorizadas pelos seus órgãos de origem, a maioria para ocupar funções gerenciais, e a admissão de servidores por concurso público não supriram todas as necessidades da Agência. Em 2007, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) autorizou a realização de outro concurso.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A participação social no Programa é feita por intermédio da Ouvidoria e da Assessoria de Relações com o Usuário (ARUS) da ANAC, que funcionam como órgãos de assessoria direta da alta direção. Participam de audiências públicas, fazem reuniões com diversos grupos de interesse (sindicatos, empresas e a indústria da aviação de modo geral). Servem também como importantes ferramentas de avaliação da satisfação dos beneficiários.

Os dados coletados por meio da participação social foram essenciais ao aprimoramento dos serviços prestados pela Agência aos usuários do Sistema de Aviação Civil. Foram implementadas ações de mediação entre as empresas aéreas e os usuários da aviação civil e propostas mudanças na legislação de aviação civil, além da participação em Audiências Públicas como a que tratou das obras para a recuperação da pista auxiliar do Aeroporto Internacional de Congonhas.

A maioria das gerências regionais encontra-se com problemas de instalações físicas. Suas atividades eram desenvolvidas pelos Serviços Regionais de Aviação Civil (SERACs) que ocupavam espaços restritos e diminutos, adequados às atividades militares com pequeno efetivo. Entretanto, com o aumento da estrutura organizacional, existe a necessidade de reformas para adequação ou ampliação das instalações e, em determinadas situações, a aquisição ou contratação de local para instalação de novas sedes.

DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

GERENTE DO PROGRAMA

Sérgio Maurício Brito Gaudenzi

OBJETIVO

Aumentar a capacidade e melhorar a eficiência do sistema de infra-estrutura aeroportuária brasileira.

PÚBLICO-ALVO

Usuários do sistema aeroportuário brasileiro

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.492.718.587,00	Empenho Liquidado:	R$ 184.838.202,00
	Pago Estatais:	R$ 514.644.624,00
	Total:	**R$ 699.482.826,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 300.000.000,00	R$ 0,00	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Grau de Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária - Porcentagem	-	-	78.60	39.02	74.00	52,73%

1. GRAU DE DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice apresentou realização acima do projetado devido ao bom desempenho apresentado em 2005, com 70,0%, e em 2006, com 78,6%, onde a maioria das obras transcorreu nos prazos previamente estabelecidos em cronograma. Em 2007, houve baixo desempenho, 39,0%, em decorrência, principalmente, de retenção cautelar de valores estabelecida pelo Tribunal de Contas da União (TCU) nas principais obras do Programa.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Suportar o desenvolvimento sócio-econômico nacional por meio da continuidade da expansão e modernização da infra-estrutura aeroportuária, por intermédio de apoio às

empresas no escoamento de suas produções, do aumento das opções de acesso ao Território Nacional, beneficiando a indústria do turismo, da promoção da integração regional como parte essencial da inserção competitiva do País no Mercado Comum do Sul (Mercosul) e do estabelecimento de opções de acesso de aeronaves militares em todo o País como fator de integração, desenvolvimento e defesa nacional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Adequação e ampliação do sistema de pistas e pátios do Aeroporto Internacional de Guarulhos: considerado o principal aeroporto internacional do País, atualmente, tem dois terminais com capacidade para movimentar aproximadamente 17.000.000 passageiros por ano, além de operar com quase quinhentas operações de pouso e decolagem e dispor do maior terminal de logística de carga aérea internacional da América do Sul. Para atender essa demanda e proporcionar segurança operacional, foi necessária a recuperação da pista de pouso e decolagem, adequando as áreas de rolagem e pátios de aeronaves. Em relação à execução financeira de 2007, os investimentos realizados no Aeroporto Internacional de Guarulhos atingiram 64% do orçamento previsto. A realização não atingiu o programado em função da paralisação das obras da pista principal devido à interdição parcial do Aeroporto de Congonhas, onde se executavam obras de recuperação da pista principal deslocando vários vôos daquele aeroporto para Guarulhos, como também, pelos recursos orçamentários complementares oriundos do aporte de capital só terem sido autorizados por meio do Decreto em 3 de agosto de 2007.

• Reforma e ampliação do terminal de passageiros e do sistema de pistas e pátios do Aeroporto Santos Dumont: as obras aumentaram sua capacidade de 3.200.000 passageiros por ano para 8.500.000 passageiros por ano, com a ampliação da área de 33.000 m^2 para 61.090 m^2, visando atender a demanda operacional. Foram realizados 50% do montante de investimentos previstos para 2007. A parcela contratada da obra de ampliação do terminal de passageiros está concluída e em fase de recebimento final. Encontra-se pendente a emissão de termo de recebimento definitivo e pagamento da última parcela devida ao consórcio, bem como serviços necessários à conclusão total do empreendimento que será objeto de nova licitação.

• Construção de terminal de passageiros, de Torre de Controle e de sistema de pista do Aeroporto de Vitória: atualmente, opera regularmente 78 vôos diários e dois vôos cargueiros internacionais semanais para Miami (EUA), movimentando mais de 105 mil usuários por mês, e aproximadamente 10,2 mil toneladas de cargas anualmente, 36% destas internacionais. A construção do novo sistema terminal, com capacidade para 2.100.000 passageiros por ano, tornou-se necessária para atender a demanda operacional crescente, pela região ser pólo de sustentação alternativo para operações aéreas ao norte do Rio de Janeiro e dar suporte as operações *off-shore* da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), como também visa alavancar o desenvolvimento do Estado. Estima-se a geração de 4.800 novos empregos após a conclusão do empreendimento. Em relação à execução de 2007, o empreendimento foi apontado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) com sobre-preço, sendo exigida retenção cautelar e o equacionamento das divergências de preços em componentes da obra, o qual foi entregue em novembro de 2007. A obra estava paralisada desde abril de 2007 e

foi retomada pelo consórcio construtor em novembro de 2007. A contratada apresentou apólices de seguro e fiança bancária para garantia financeira em substituição a retenção cautelar, medida proposta pelo consórcio e aceita pelo TCU. Os recursos orçamentários complementares, provenientes do aporte de capital, só foram autorizados por meio de Decretos em 3 de agosto de 2007 e 4 de outubro de 2007. Tais fatos ocasionaram o atraso significativo na execução da obra e a baixa realização orçamentária.

• Construção de terminal de passageiros no Aeroporto Internacional de Macapá: atualmente, o aeroporto possui uma capacidade de 170.000 passageiros por ano, e desde 1995 já registra uma demanda superior a sua capacidade. Destaca-se a importância do Aeroporto Internacional de Macapá, por ser o modal de transporte mais eficiente e de rápido acesso, dada a sua localização geográfica na região amazônica, sendo importante meio de integração nacional do Estado do Amapá com as demais regiões do País. A capacidade do aeroporto será de 700.000 passageiros por ano com a conclusão da obra e estima-se a geração de mil novos empregos na região. Em se tratando da execução de 2007 da ação, foram realizados apenas 22% do montante de investimento previsto. Os recursos disponíveis não foram utilizados em sua totalidade devido à suspensão dos pagamentos da obra por determinação do TCU, em 31.05.2007, até a exclusão da empresa Gautama do consórcio construtor, ocorrido somente em novembro de 2007, fato que ocasionou o atraso do empreendimento. O reinício das obras deu-se em 05.12.2007 através do Acórdão nº 2.603/2007 do TCU, com retenção cautelar de 28,8% e a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) entregou à Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União (SECOB/TCU) as composições de 107 preços para análise daquele órgão, visando à conclusão e encerramento do processo.

• Adequação do terminal de passageiros, do sistema viário e do sistema de pistas e pátios do Aeroporto Internacional de Congonhas: o aeroporto com maior movimento de passageiros do País, tem capacidade para 12.000.000 passageiros por ano e opera acima da sua capacidade limite. Localizado em área urbana sensível, fato que impossibilita sua expansão, e extremamente exposto a qualquer alteração de natureza operacional o aeroporto opera em seu limite máximo de aeronaves, de 220.000 por ano. Assim, visando manter a segurança operacional e de navegação aérea, o aeroporto limita-se futuramente a operar com esse limite máximo de aeronaves. Devido ao fluxo, fez-se necessária reforma e modernização do terminal de passageiros e dos sistemas de pistas e pátios. Os investimentos realizados em 2007 no aeroporto atingiram 95% do orçamento previsto. As obras de recuperação do pavimento da pista principal e de táxi foram concluídas em setembro de 2007 e as obras na pista auxiliar e no terminal de passageiros está em fase de recebimento final. Ainda estão pendentes serviços necessários à conclusão total do empreendimento que será objeto de nova licitação.

• Execução de terraplanagem, pavimentação, drenagem, sinalização horizontal e de obras de infra-estrutura de sistemas de auxílio e proteção ao vôo do novo complexo aeroportuário em São Gonçalo do Amarante: o atual Aeroporto de Natal está com sua capacidade no limite em função da atividade turística. O novo Aeroporto Internacional de Natal, situado no Município de São Gonçalo do Amarante, deverá substituir o aeroporto atual situado no Município de Parnamirim, que será utilizado exclusivamente para

operações militares. A realização de obras e serviços de engenharia do aeroporto de Natal, em 2007, está 31% abaixo do orçamento previsto devido à liberação da complementação dos recursos orçamentários, provenientes do aporte de capital, ter ocorrido por meio de Decreto somente em 4 de outubro de 2007, prejudicando sobremaneira o cronograma de realização da obra. Foi executada a terraplanagem da pista de pouso/decolagem, concluído o lançamento de base em brita graduada e iniciada a primeira camada de revestimento asfáltico. Em outubro de 2007, foi concluída a elaboração do termo de referência para contratação de EVTEA para finalização de estudo e tomada de decisão sobre modelo de financiamento para implantação do novo terminal de passageiros e de cargas.

• Construção de terminal de passageiros, de sistemas de pistas e pátios, de estacionamento de veículos e de sistema viário interno no Aeroporto de Goiânia: atualmente, possui uma capacidade de 600.000 passageiros por ano e uma área de 6.220 m^2, o investimento fez-se necessário devido ao aumento da demanda de passageiros e aeronaves, como também pelas necessidades de modernização e readequação do atual TPS, considerando a importância deste para a cidade de Goiânia e região de Goiás, e ao atendimento da cidade com um novo e moderno aeroporto. Com a conclusão da obra, a capacidade será de 2.100.000 passageiros por ano, com geração prevista de 3.600 novos empregos. Em relação à execução de 2007, os investimentos realizados no Aeroporto de Goiânia atingiram 35% do valor orçado. Houve paralisação unilateral da obra por parte do consórcio responsável pelo empreendimento em abril de 2007, por motivo de interposição pelo TCU de retenção cautelar, fato que ocasionou o atraso da obra. A Infraero notificou o consórcio a manifestar-se formalmente sobre o interesse em retomar as obras sob pena de ser promovida a rescisão contratual e encaminhou ao TCU a composição de preços para análise daquele órgão, em atendimento às suas determinações, visando a conclusão e o encerramento do processo.

• Recuperação do sistema de pistas e pátios do Aeroporto Internacional do Galeão: considerado grande meio de ligação do Brasil e do Exterior, com aproximadamente 40% da preferência dos turistas, sua capacidade atende a 15 milhões de usuários por ano com dois terminais de passageiros e um dos maiores terminais de logística de carga. A realização do referido projeto visa garantir ao Aeroporto Internacional do Galeão as exigências operacionais e de segurança, com a recuperação, reforma e manutenção do atual sistema de pistas e pátios. Em relação à execução de 2007, a obra foi iniciada somente em novembro de 2007, motivo da baixa realização no ano. O recurso orçamentário proveniente do aporte de capital só foi autorizado por meio de Decreto em 4 de outubro de 2007.

• Expansão da infra-estrutura aeroportuária do Aeroporto Internacional de João Pessoa: o investimento realizado no Aeroporto de João Pessoa se justifica pelo aumento da demanda devido ao turismo e pelo fato do aeroporto ser alternativa operacional para o Aeroporto de Recife. Os investimentos realizados em 2007 atingiram praticamente 100% do seu valor orçado, ou seja, 94%. A obra para reforma e ampliação do terminal de passageiros, reforço da pista de pouso 16/34, pista de rolamento, pátio de estacionamento de aeronaves está concluída em fase de encerramento de contrato. A área do aeroporto foi ampliada de 6.067 m^2 para 9.464 m^2 com ampliação da capacidade de 580.000 para 860.000 passageiros por ano.

• Reforma e ampliação de aeroportos e aeródromos de interesse nacional, visando atender às necessidades operacionais da Força Aérea Brasileira (FAB). Com uma realização financeira de 89,69% e física de 44,09%, tem-se que parte (aproximadamente 35%) do valor inicialmente previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007, de R$ 163.120.333, foi contingenciado, totalizando R$ 57.179.399. O valor disponível foi suficiente para a realização de obras em 28 unidades aeroportuárias. Do total contingenciado, foi liberado em dezembro de 2007 o montante de R$ 40.362.150, o que obrigou um grande volume de restos a pagar para 2008, resultando em uma baixa execução física (44,09% em relação às 37 unidades inicialmente previstas no PPA ou de 58,26% em relação às 28 unidades após o contingenciamento) em relação ao crédito empenhado.

• Construção de aeroportos e aeródromos de interesse nacional visando atender às necessidades operacionais da FAB. Com uma realização financeira de 1,92% e física de 1,90%, tem-se que grande parte (aproximadamente 90%) do valor inicialmente previsto na LOA 2007, de R$ 2.600.000,00, foi contingenciado, totalizando R$ 2.350.000. O baixo valor disponível foi suficiente apenas para a manutenção do canteiro de obras, não permitindo a realização de qualquer etapa da obra prevista no Aeródromo de Santa Rosa do Purus (AC).

Cabe ressaltar que a paralisação temporária de obras importantes, retomadas apenas no final do exercício de 2007, em decorrência principalmente de retenção cautelar de valores estabelecida pelo TCU e de atrasos no processo de licitação, prejudicou a execução de algumas ações, tendo sido realizado 43% do montante previsto em Lei para o Programa.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Existem diversos mecanismos de monitoramento das ações do Programa. Após a inclusão de algumas ações no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) pelo Governo Federal, a partir de 2007 semanalmente foram (e ocorrerão até o final do Programa) realizadas reuniões na Casa Civil para o acompanhamento e direcionamento da execução física e financeira das ações. Há também, no âmbito da Infraero, grupo de trabalho formal para realização de ações relativas à elaboração, ao acompanhamento e à avaliação do PPA.

A Infraero, através do gerente da obra, contrata corpo técnico de Engenharia para auxílio na medição e na fiscalização das obras em andamento, com o objetivo de atestar a sinopse das medições dos empreendimentos.

Mensalmente, encaminha-se à área financeira planilha com dados de realização financeira e física oriundos do sistema de Engenharia da Infraero (Sistema de Preparação e Controle Orçamentário - SIPRECO), cujos dados são atualizados no mesmo intervalo de tempo pela sinopse das medições das obras nos aeroportos.

A execução física das ações do Programa fechou 2007 aquém do esperado, com 43% do previsto na LOA 2007. A baixa execução pode ser explicada pelos seguintes motivos:

a) atrasos nos processos licitatórios devido às maiores exigências formais, técnicas e de controle para contratação de obras e, além disso, os valores das planilhas de obras encontram-se em discussão junto ao TCU. De modo a minimizar tal problema, está sendo elaborada lista de preços, nos moldes do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) com apoio da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

b) paralisações em decorrência de retenção cautelar de valores das medições, interpostas pelo TCU nas obras dos Aeroportos de Goiânia e Vitória e pela substituição de empresa no consórcio construtor que realiza a obra do Aeroporto de Macapá, também determinada pelo TCU.

c) lentidão no processo de licenciamento ambiental - houve atraso na obra do Aeroporto de Internacional de Curitiba devido à lentidão da emissão da autorização de construção pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP) para execução das obras de infra-estrutura;

No tocante à regularidade de recursos, houve compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física, tendo sido os recursos liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. No âmbito da Infraero, os investimentos são executados de forma direta com recursos próprios e do Adicional de Tarifa Aeroportuária (ATAERO) (Lei nº 7920, de 12 de dezembro de 1989 e Lei nº 8399, de 7de janeiro de1992). Em 2007, a empresa recebeu recursos advindos do PAC do Governo Federal, por meio do MD, através do Orçamento Fiscal. A liberação destes recursos não foi impedimento para o andamento das obras. No caso do Comando da Aeronáutica, entretanto, houve contingenciamento e liberação tardia dos recursos prejudicando o andamento das obras de reforma e ampliação dos aeroportos e aeródromos de interesse nacional que são de responsabilidade daquele órgão.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social. A Ouvidoria da Infraero, desde 2003, serve como fonte de registro oficial de anseios, vontades, expectativas, satisfações, pleitos, queixas, entre outros, do público nacional e estrangeiro, com potencial para suprir os gestores com informações fundamentais ao processo de melhoria contínua da Empresa. Ainda, são realizadas audiências públicas em obras que geram impacto para a sociedade local, como é o caso da construção de aeroportos em áreas mais urbanizadas onde há necessidade de desapropriações, incidência de poluição sonora ou risco de segurança, visando o consenso entre as partes envolvidas.

A avaliação da satisfação de seus beneficiários é medida através do acompanhamento das notícias nos meios de comunicação, além das pesquisas de satisfação e da disponibilidade do serviço de Ouvidoria. Com isso também são verificadas as necessidades dos usuários do sistema.

Cabe ressaltar que a Infraero, em 2007, implementou a ferramenta Matriz de Investimentos, instrumento corporativo utilizado para o planejamento, o acompanhamento e o controle

da gestão dos investimentos e dos impactos de custos decorrentes. A partir de diretrizes aprovadas pela Diretoria Executiva, o Comitê de Investimentos da Infraero elabora procedimentos para serem observados no processo, que é iniciado com o cadastro dos itens de investimentos. A classificação é feita de acordo com os critérios estabelecidos no Sistema, como:

a) gravidade: conseqüência se nada for feito;

b) tendência: proporção do problema no futuro;

c) contratação: estágio de contratação e possibilidade de alterar cronograma.

O comitê procede à avaliação da proposta, mediante uma série de reuniões e apresenta o plano de investimentos para deliberação da Diretoria Executiva, observando os limites financeiros aprovados. Durante o exercício, no processo de acompanhamento, os ajustes realizados pelo comitê gestor serão submetidos à Diretoria e ao Conselho de Administração conforme procedimentos em vigor. Essa ferramenta mostrou-se útil no processo de priorização e seleção dos investimentos.

Para algumas ações do Programa, cujas informações foram difíceis de serem obtidas, devem ser alertados, explicitamente, os respectivos coordenadores, de modo que o fato não ocorra mais no futuro.

De acordo com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), para que o ocorrido em 2007 não se repita, faz-se necessário o estabelecimento de um cronograma de desembolso mais adequado para as transferências de recursos financeiros do Tesouro Nacional, provenientes do PAC do Orçamento Fiscal, cuja dotação para 2008 será aproximadamente de R$ 1,05 bilhão. Além do custo de endividamento ser alto, a capacidade de execução da Infraero está aquém do estabelecido no PAC. Assim, os repasses do Tesouro à empresa devem seguir o cronograma de execução dos diversos empreendimentos, de modo que haja o menor impacto possível no endividamento do País e que a empresa supra suas necessidades de caixa.

ENSINO PROFISSIONAL DA AERONÁUTICA

GERENTE DO PROGRAMA

Sérgio Peinado Mingorance

OBJETIVO

Formar e educar continuadamente os recursos humanos, a fim de prover profissionais habilitados para atender às necessidades do Comando da Aeronáutica (COMAER).

PÚBLICO-ALVO

Alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino da Aeronáutica

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 8.550.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 8.541.938,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 8.541.938,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Aproveitamento Acadêmico (Formação) - Porcentagem	90.00	98.00	99.24	95.86	92.00	104,20%
2. Taxa de Aproveitamento Acadêmico (Pós-Formação) - Porcentagem	95.00	99.00	99.00	99.00	95.00	104,21%

1. TAXA DE APROVEITAMENTO ACADÊMICO (FORMAÇÃO)
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice apurado em 2007 ficou acima do índice de referência em função do baixo coeficiente de atrito entre o número de alunos matriculados nos diversos cursos de formação do COMAER e o número de alunos que concluíram esses cursos. A melhoria do índice é resultado do investimento em capacitação dos profissionais de ensino e da melhoria dos meios disponíveis nas organizações para apoio ao ensino.

2. TAXA DE APROVEITAMENTO ACADÊMICO (PÓS-FORMAÇÃO)
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice apurado em 2007 ficou acima do índice de referência em função do baixo coeficiente de atrito entre o número de alunos matriculados nos diversos cursos de pós-formação do Comando da Aeronáutica e o número de alunos que concluíram esses cursos. A melhoria do índice é resultado do investimento em capacitação dos profissionais de ensino e da melhoria dos meios disponíveis nas organizações para apoio ao ensino.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Em razão da ausência, no Brasil, de instituições de ensino com cursos específicos para formar e educar continuadamente profissionais que atendam plenamente as necessidades do COMAER é imprescindível manter o Programa de Ensino Profissional da Aeronáutica na atual concepção, uma vez que a garantia da manutenção do poder aeroespacial reside na capacitação de profissionais habilitados para o desempenho de suas atividades específicas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Capacitação de cadetes da Academia da Força Aérea (AFA) nos idiomas Espanhol, Inglês e Francês, dependendo de suas opções de idioma.

• Manutenção e ampliação de aulas informatizadas em quase todas as organizações de ensino da Aeronáutica.

• Manutenção e aperfeiçoamento de *Master of Business Administration* (MBA) em Gestão Pública no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica (EAOAR).

• Manutenção e aperfeiçoamento de MBA no Curso de Comando e Estado-Maior da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR).

• Manutenção e aperfeiçoamento de MBA no Curso de Política e Estratégia Aeroespacial da ECEMAR.

• Realização, em caráter emergencial, do Curso de Formação Sargento Básico Controle de Tráfego Aéreo - Modalidade Especial, para atender à demanda do Sistema de Controle do Espaço Aéreo.

• Capacitação, formação, especialização e aperfeiçoamento de cerca de 13.657 militares nas diversas instituições de ensino do COMAER.

O Programa em questão visa a capacitação dos recursos humanos do COMAER, buscando sua formação e seu aperfeiçoamento constantes a fim de adequar esses recursos

às necessidades da Instituição e a melhoria constante do desempenho profissional. Com a implementação das medidas acima descritas, e com a execução das atividades atinentes dentro de critérios de eficiência, os resultados obtidos ao longo de 2007 ficaram acima do esperado.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Como forma de monitoramento do Programa, são realizadas visitas técnicas, no mínimo uma vez por ano, pelo órgão Central do Sistema de Ensino a todas as organizações de ensino do COMAER, onde se verificam as dificuldades para o cumprimento da missão, o número de alunos matriculados, as taxas de atrito e outras informações pertinentes.

O monitoramento relativo ao desempenho físico das ações é realizado por meio do preenchimento mensal, pelos coordenadores de ação, das telas do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento SIGPlan. Como as metas físicas se referem exclusivamente ao número de alunos matriculados em cada curso, a abrangência é total e não há dificuldades em realizar o acompanhamento.

Em algumas ações, a meta física e financeira é compartilhada por diversas organizações do COMAER. Dessa forma, o coordenador da ação respectiva é informado sobre o quantitativo físico/financeiro por meio de relatórios mensais de gestão.

A execução física das ações do Programa fechou 2007 acima do total previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) e para o término do PPA 2004-2007. As metas físicas foram cumpridas de acordo com o previsto e, em alguns casos, foram capacitados mais alunos do que o previsto devido às necessidades surgidas durante o período de execução. Além disso, não houve qualquer problema na execução das ações.

No tocante aos recursos orçamentários executados, podem ser considerados suficientes. Os recursos alocados permitiram cumprir as metas do Programa, entretanto, a necessidade de modernização do ensino, de novos equipamentos e a melhoria e manutenção constantes das instalações exigirão maiores dotações orçamentárias nos próximos anos. Houve compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física, sendo que sua liberação ao longo do exercício foi de acordo com a programação.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A atividade-fim do Programa é dirigida para um público-alvo específico, ou seja, militares e civis do COMAER. Dessa forma, os beneficiários são esses militares e civis formados e aperfeiçoados e a própria instituição que vai poder contar com recursos humanos cada vez mais qualificados. Embora não se avalie a satisfação, são feitas pesquisas para validar os conhecimentos adquiridos e verificar a opinião dos formandos em relação aos cursos e estágios, com o objetivo de aprimorá-los.

ENSINO PROFISSIONAL DA MARINHA

GERENTE DO PROGRAMA

Eduardo Monteiro Lopes

OBJETIVO

Formar e educar os recursos humanos, a fim de propiciar profissionais habilitados a atender às necessidades da Marinha do Brasil (MB).

PÚBLICO-ALVO

Marinha do Brasil

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 10.045.537,00	Empenho Liquidado:	R$ 9.997.118,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 9.997.118,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Adequação dos Recursos Instrucionais da Marinha – Porcentagem	57.12	80.00	84.00	83.00	80.00	103,75%
2. Taxa de Qualificação do Pessoal da Marinha – Porcentagem	87.80	84.00	87.00	89.00	84.00	105,95%

1. TAXA DE ADEQUAÇÃO DOS RECURSOS INSTRUCIONAIS DA MARINHA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A variação do indicador existente, taxa de adequação dos recursos instrucionais da Marinha, ocorreu em nível acima do planejado, chegando a um patamar de 83%.

2. TAXA DE QUALIFICAÇÃO DO PESSOAL DA MARINHA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A variação do indicador existente, taxa de qualificação do pessoal da Marinha, ocorreu em nível acima do planejado, chegando a um patamar de 89%.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As atividades relacionadas ao Poder Naval requerem um fluxo constante de formação e aprimoramento de recursos humanos, como forma de garantir sua continuidade e desenvolvimento. Compete à MB formar, especializar e aperfeiçoar seu próprio pessoal visando sempre à elevação do nível educacional e profissional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Realização de cursos de formação, especialização e aperfeiçoamento, que qualificaram os militares para o desempenho dos diferentes cargos e funções, no âmbito da MB.

- Preparação dos recursos humanos para o ingresso na Escola Naval.

- Realização de *Master of Business Administration* (MBA), ministrado por professores do Instituto COPPEAD de Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro COPPEAD/UFRJ, nos cursos de Política e Estratégia Marítimas e de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

- Formação de pilotos no Programa de Cursos de Asa Fixa.

- Realização de diversos cursos em instituições extra-MB, no País e no exterior.

- Manutenção do Centro de Jogos de Guerra da Escola de Guerra Naval.

- Elaboração de um Projeto de Investimento, visando à recuperação das instalações do Colégio Naval.

- Montagem de laboratórios de informática em diversas unidades militares.

- Realização do Programa de Intercâmbios de pessoal entre a MB e as Marinhas Amigas.

- Participação do Colégio Naval no Exame Nacional do Ensino Médio 2007 (ENEM), a qual, segundo os boletins individuais dos alunos, foi superior à do ano de 2006, quando o Colégio Naval foi o 1º colocado no Estado do Rio de Janeiro e o 5º colocado em nível nacional para Escolas Públicas.

- Celebração do Acordo de Cooperação entre a Diretoria de Ensino da Marinha e o Departamento de Ensino e Pesquisa do Comando do Exército, possibilitando a realização de Curso de Idioma Espanhol a Distância, para militares e civis da Marinha.

As metas físicas programadas foram atingidas, satisfatoriamente, permitindo o regular fluxo de ingresso e carreira na MB.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Como formas de monitoramento do Programa são realizadas reuniões de trabalho com o intuito de estabelecer a condução da avaliação do Sistema de Ensino Naval (SEN). Há também visitas *in loco*, realizadas pelas comissões de avaliação do SEN, composta por pedagogos, representantes do corpo técnico-administrativo e do corpo docente dos estabelecimentos de ensino da Marinha, além de representantes das organizações dos militares recém-cursados.

Em relação aos sistemas e relatórios de gestão, destacam-se:

a) monitoramentos mensais são efetuados, no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), pelos coordenadores de ação e ratificados, trimestralmente, pelo Gerente Executivo;

b) relatórios anuais, referentes à auto-avaliação das Organizações Militares do SEN, enviados à Diretoria de Ensino da Marinha (DEnsM);

c) relatórios trienais, referentes às avaliações externas realizadas pelas Comissões de Avaliação do SEN;

d) relatórios anuais referentes à avaliação de todo o SEN enviados à Diretoria-Geral de Pessoal da Marinha e Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN).

No mesmo tema, ressalta-se o Sistema do Plano Diretor (SPD), cujo monitoramento é detalhado em diversos planos internos (PI). As metas previstas para cada PI são consolidadas e avaliadas pelo Conselho Financeiro e Administrativo da Marinha (COFAMAR), que, internamente, exerce função semelhante à da Comissão de Monitoramento e Avaliação prevista no Decreto nº 5.233, de 06 de outubro de 2004. Cumpre esclarecer que cada ação orçamentária, para efeitos de gestão interna, é desdobrada em vários PIs, a fim de permitir o controle, o monitoramento e a avaliação das atividades realizadas nos diversos escalões da Instituição. Dependendo do tipo de monitoramento pretendido, a periodicidade é mensal e/ou trimestral.

A execução física das ações do Programa fechou 2007 acima do total previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) e para o término do PPA 2004-2007. As metas físicas foram cumpridas de acordo com o previsto e, em alguns casos, foram capacitados mais alunos do que o previsto devido às necessidades surgidas durante o período de execução. Além disso, não houve qualquer problema na execução das ações.

As metas físicas propostas pelas ações do Programa foram atingidas em conformidade com o patamar de recursos disponibilizados.

Os recursos orçamentários executados foram suficientes, uma vez que a execução orçamentária correspondeu às dotações autorizadas na LOA. De maneira geral, houve também compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física. Mesmo em pequena quantidade, os atrasos na liberação dos recursos orçamentários não prejudicaram a execução das metas físicas planejadas para 2007, mas geraram impacto na obtenção tempestiva dos itens de material e na contratação de serviços.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Embora o público-alvo seja a própria MB, não só as organizações do setor operativo, como também as do setor de apoio, o Programa traz benefícios diretos para a sociedade, na medida que propicia aos jovens em formação acadêmica e ensino profissionalizante, além de, concomitantemente, engajá-los numa carreira promissora.

A satisfação de seus beneficiários é medida por meio da avaliação do Sistema de Ensino Naval (SEN), que se constitui em uma ferramenta imprescindível não só para aferir, mas, sobretudo, para elevar a qualidade da capacitação oferecida ao pessoal da Marinha, buscando atender as necessidades da Administração Naval. Os resultados da avaliação são consolidados em relatórios, dos quais constam recomendações para melhorias.

Ressalta-se, também, que o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), no caso do Colégio Naval e o Exame Padronizado das Escolas de Aprendizes-Marinheiros (EPEAM) contribuem para a avaliação do ensino ministrado nesses estabelecimentos e seus resultados são levados em conta entre os índices considerados na metodologia de avaliação utilizada pela MB.

Cabe ressaltar, por fim, que a avaliação do ensino é tida como instrumento de diagnóstico e elemento indutor de melhorias. Sua prática é continuada e inovadora, considerando padrões de referências em função das especificidades das Organizações Militares de Ensino e de critérios gerais para atribuição de conceito para diferentes aspectos dessas Organizações e do SEN como um todo.

Há necessidade de se alocar mais recursos orçamentários para atender ao Programa, tendo em vista a quantidade de estabelecimentos de ensino a serem atendidos e o número de alunos a serem capacitados. Além disso, existe a carência de equipamentos instrucionais, principalmente, simuladores, cuja causa principal é o patamar inferior ao necessário de alocação de recursos orçamentários e financeiros.

Há, também, necessidade de docentes para as diversas organizações pertencentes ao Sistema de Ensino Naval. Espera-se nova abertura de concurso público para o Magistério, com o intuito de minorar essas necessidades.

ENSINO PROFISSIONAL DO EXÉRCITO

GERENTE DO PROGRAMA

Ronald Silva Marques

OBJETIVO

Formar e capacitar recursos humanos que atendam às necessidades do Exército Brasileiro.

PÚBLICO-ALVO

Exército Brasileiro

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 16.900.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 16.900.007,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 16.900.007,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Qualificação do Exército Brasileiro - Porcentagem	-	96.56	94.24	97.50	95.00	102,63%

1. TAXA DE QUALIFICAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice apurado reflete um esforço dos estabelecimentos de ensino no sentido de eliminar ou reduzir as principais causas relacionadas à desistência e à reprovação conforme a dificuldade de cada curso ou estágio. Foi realizado trabalho de reforço escolar nos colégios militares, a fim de reduzir os índices de reprovação sem comprometer a excelência da qualidade de ensino. Foi realizado pelo Chefe do Departamento e Diretores visitas inopinadas e inspeções nas escolas, de modo a acompanhar a execução do Plano Geral de Ensino (PGE).

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Exército Brasileiro tem a necessidade de formar, qualificar e preparar, cognitivamente, segmento da sociedade brasileira para o desempenho da atividade militar.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Capacitação de 6.473 oficiais nos seguintes estabelecimentos de ensino do Exército:

a) Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN);

b) Escola de Administração do Exército (EsAEx);

c) Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO);

d) Escola Preparatória de Cadetes (EsPCEx);

e) Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME);

f) Escola de Saúde do Exército (EsSEx);

g) Escola de Comunicação do Exército (EsCom);

h) Escola de Material Bélico (EsMB);

i) Núcleos Preparatórios de Oficiais da Reserva (NPORs);

j) Centros de Preparação de Oficiais da Reserva (CPORs).

• Capacitação de 4.670 Sargentos nos seguintes estabelecimentos de ensino do Exército:

a) Escola de Sargento das Armas (EsSA);

b) Escola de Material Bélico (EsMB);

c) Escola de Instrução Especializada (EsIE);

d) Escola de Saúde do Exército (EsSEx);

e) Escola de Comunicação do Exército (EsCom);

f) outros Centros de Instrução.

• Formação de 7.814 alunos no ensino fundamental e 6.075 alunos do ensino médio nos Colégios Militares do Exército, de Manaus (CMM), de Fortaleza (CMF), de Recife (CMR), de Salvador (CMS), de Belo Horizonte (CMBH), do Rio de Janeiro (CMRJ),

de Curitiba (CMC), de Porto Alegre (CMPA), de Santa Maria (CMSM), de Campo Grande (CMCG) e de Brasília (CMB);

• Capacitação de 4.323 alunos na modalidade de ensino a distância nos estabelecimentos de ensino do Exército e nos demais estabelecimentos de ensino civis em convênio com o Departamento de Ensino e Pesquisa.

Os estabelecimentos de ensino do Exército mantêm intercâmbio com outras forças de outros países, como Estados Unidos e França, que possibilitam a melhoria contínua da qualidade dos cursos. Os Sargentos foram formados dentro de uma nova sistemática de ensino, realizada no período de 18 meses, em que houve um significativo ganho de qualidade em sua formação. Os dados que foram apurados com a pesquisa realizada entre os comandantes das unidades para onde os alunos formados foram designados para servir sinalizam um resultado de satisfação com o preparo educacional dos profissionais recebidos. Foi relatado que os profissionais recém-chegados nas unidades estavam bem preparados e aptos para o exercício da atividade militar. Todos os Colégios Militares do Exército atingiram índices superiores à média nacional no ENEM. Foram celebrados vários convênios de educação a distância com instituições de ensino superior do Brasil, como Faculdade Castelo Branco (FICAB), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), melhorando a qualidade do ensino através do intercâmbio cultural.

Desta forma, permite-se que militares e civis de regiões distantes dos grandes centros urbanos tenham acesso ao mesmo ensino de qualidade. Os resultados foram conseguidos, principalmente, por meio do comprometimento de todos os colaboradores envolvidos no processo e de uma política bem definida, com objetivos estratégicos traçados e gerenciados ao longo do ano de 2007, dos quais se destaca "manter o ensino militar na vanguarda da educação nacional".

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa apresenta os seguintes mecanismos de monitoramento de suas ações:

a) existem duas Assessorias no Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP) que realizam reuniões de trabalho: a Assessoria de Planejamento Administrativo (APA) e a Assessoria de Ensino e Pesquisa (AEP). A primeira monitora o planejamento e a execução orçamentária e a segunda, a parte qualitativa do ensino. Periodicamente, há reuniões e instruções de quadro para discutir os assuntos relacionados ao ensino profissional do EB;

b) visitas *in loco*: o Chefe do Departamento de Ensino, o Vice-Chefe (Gerente do Programa) e os Diretores visitam ao longo do ano letivo suas escolas ou Organizações Militares subordinadas para verificar o bom funcionamento do ensino, participando de formaturas e de exercícios no sistemas informatizados.

Utiliza-se o Sistema de Planejamento Administrativo do Ensino e Cultura (SISPAEC), nas fases de planejamento e execução do orçamento. Cada estabelecimento de ensino cadastra seus projetos com suas necessidades no ano anterior e durante o exercício corrente, o DEP faz o monitoramento da execução de tais projetos;

c) Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan): a Assessoria de Planejamento Administrativo (APA) do Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP) realiza o preenchimento das informações necessárias e participa do processo de avaliação e de validação no Sistema.

A execução física das ações do Programa fechou 2007 acima do total previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) no PPA 2004-2007, sendo que, em alguns casos, foram capacitados mais alunos do que o previsto.

Quanto aos recursos orçamentários executados, podem ser considerados suficientes e distribuídos de acordo com o previsto no orçamento do EB. O fluxo sofreu certa descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. Entretanto, como em alguns casos o planejamento do desembolso de crédito não foi sincronizado com o planejamento do desembolso de numerário, houve transtornos no processo de execução do orçamento.

A liberação de recursos orçamentários, próxima ao encerramento do exercício financeiro, forçou o agente da administração a inscrever despesas como restos a pagar processados ou não processados, o que leva ao comprometimento de parte do financeiro 2008.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Em termos de parcerias não-governamentais, destaca-se a Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), que apresentou excelentes resultados para os cursos de graduação, na modalidade de ensino a distância (EAD), permitindo aos militares de diferentes níveis hierárquicos o seu auto-aperfeiçoamento.

Destaca-se por fim a avaliação de satisfação de seus beneficiários, feita através de pesquisas, visitas e inspeções junto aos comandantes de organizações militares do Exército.

MOBILIZAÇÃO PARA DEFESA NACIONAL

GERENTE DO PROGRAMA

João Fernando Guereschi

OBJETIVO

Preparar e, quando necessário, executar a mobilização para a defesa nacional, sob a orientação do Estado.

PÚBLICO-ALVO

Nação brasileira

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 6.212.716,00	Empenho Liquidado:	R$ 5.765.388,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 5.765.388,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Capacidade de Mobilização Nacional - Porcentagem	40.00	40.00	3.00	3.00	70.00	4,29%

1. CAPACIDADE DE MOBILIZAÇÃO NACIONAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O baixo nível de alcance do índice no final do Plano reflete o baixo índice de capacitação (3% em 2007) dos órgãos componentes do Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB), que se deve ao fato da inexistência de dispositivo legal até o momento em que foi aprovada a Lei nº 11.631, de 27 de dezembro de 2007. Em decorrência, o Ministério da Defesa apresentará proposta de regulamentação da referida Lei na qual prevê a criação de um Conselho do SINAMOB que trará respaldo legal para a aplicação de recursos e preparação de pessoal para o trato de atividades de mobilização, permitindo o incremento desse índice pela capacitação dos órgãos componentes do SINAMOB, bem como o planejamento e a execução das atividades de mobilização.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Em que pese o estágio diplomático alcançado pela política nacional, em particular junto aos países vizinhos, o quadro de incertezas que marca o atual contexto mundial recomenda que a Defesa Nacional continue a merecer atenção. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu art. 22, atribui competência privativa à União para legislar sobre requisições civis e militares, em caso de iminente perigo em tempo de guerra (inciso III) e sobre as defesas territorial, aeroespacial, marítima e civil, bem como a mobilização nacional (inciso XXVIII). O art. 84 diz que "compete privativamente ao Presidente da República declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas e, nas mesmas condições, decretar total ou parcialmente a mobilização nacional" (inciso XIX). A falta de um Sistema Nacional dedicado ao preparo das ações de mobilização implica perda de eficácia e poder dissuasório, além de limitar a autoridade do Presidente diante da responsabilidade pela Defesa Nacional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Na ação "Exercícios de Mobilização para a Defesa Nacional", destaca-se a realização dos três Estágios Intensivos de Mobilização Nacional (EIMN) nas cidades de Brasília, Fortaleza e Campo Grande, com a participação de 147 estagiários.

• Na ação "Mobilização para o Serviço Militar Obrigatório", a execução orçamentária foi realizada de acordo com a destinação do Fundo do Serviço Militar, prevista na Lei nº 4.373, de 17 de agosto de 1964 e pelo Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966 (Lei do Serviço Militar e seu Regulamento), totalizando 1.650.000 jovens alistados.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Existem mecanismos de monitoramento do desempenho físico das ações, além disso, são realizadas reuniões de trabalho ao término de cada estágio intensivo de Mobilização Nacional, nas quais são analisadas as fichas de avaliação dos participantes. Realizam-se, periodicamente, reuniões com os instrutores para o aprimoramento do evento. No âmbito do MD, especificamente, no Departamento de Mobilização, são realizadas reuniões com Gerentes de Programas para análise das atividades realizadas e planejamento das ações a serem executadas.

São realizadas visitas *in loco* às Organizações Militares que recebem recursos do MD para a condução de atividades de Mobilização Militar e Serviço Militar.

Quanto ao cumprimento de metas físicas, houve execução física de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Devido às restrições orçamentárias, o EIMN previsto para a cidade de Rio Branco (AC), em novembro de 2007, foi cancelado. As despesas com diárias e passagens, limitadas a 75% da execução correspondente realizada no ano anterior, dificultaram as atividades de alistamento, seleção e designação para o Serviço Militar. No

campo da ação "Mobilização para o Serviço Militar Obrigatório", inicialmente, as Forças Armadas confeccionam o seu planejamento financeiro anual, com as necessidades para as atividades de convocação para o Serviço Militar Obrigatório. Essa solicitação é confrontada com a previsão da receita advinda da arrecadação da Taxa Militar e Multas previstas na Lei do Serviço Militar, historicamente, sempre inferiores às necessidades mínimas.

No que tange à compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física, houve certa descontinuidade sem prejudicar, decisivamente, a execução programada. A programação orçamentária, que estabeleceu um cronograma de desembolso mensal, dificultou a execução financeira, principalmente, quanto aos recursos destinados ao investimento.

A questão dos recursos humanos também é tida como um dos pilares do Programa, visto que todos os órgãos integrantes do SINAMOB são estimulados a participarem do Curso de Logística e Mobilização Nacional (CLMN), ministrado na Escola Superior de Guerra (ESG) e serão convidados a participarem do EPMN a ser realizado em Brasília, em 2008.

Outro ponto importante é que o Programa possui mecanismos que promovem a participação social, sendo o principal as reuniões com grupos de interesse, realizadas a cada EIMN. São montados fóruns de discussão, em diversas capitais, referentes à mobilização.

Por fim, cabe ressaltar alguns pontos desfavoráveis à plena execução do Programa:

a) inexistência de norma legal - até 27.12.2007, não havia norma em vigor sobre o tema Mobilização. Após sete anos de processo legislativo, entrou em vigor a Lei nº 11.631 que trata da Mobilização Nacional, cria o SINAMOB e dá o respaldo legal para a implantação do Sistema;

b) quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial que, atualmente, conta com um grupo de quatro auxiliares, aquém do mínimo necessário.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa mede diretamente a satisfação de seus beneficiários através de avaliações dos estágios efetuadas pelos participantes. Tais avaliações são consideradas subsídios para o aprimoramento das informações a serem repassadas, bem como da metodologia empregada.

Há necessidade de destinação de maiores dotações orçamentárias: com a vigência da Lei de Mobilização Nacional e a sua regulamentação, com a criação do conselho do SINAMOB haverá necessidade de aporte considerável de recursos humanos capacitados e qualificados, além de instalações compatíveis.

Recomenda-se o redimensionamento do quantitativo de recursos humanos dos órgãos integrantes do SINAMOB: após a regulamentação da referida Lei, todos os órgãos integrantes do SINAMOB deverão possuir recursos humanos capazes de planejar e executar a Mobilização Nacional. O dimensionamento de cada equipe deverá ser compatível com a abrangência do nível setorial de cada órgão líder.

PREPARO E EMPREGO COMBINADO DAS FORÇAS ARMADAS

GERENTE DO PROGRAMA

João Francisco Ferreira

OBJETIVO

Desenvolver e garantir a capacidade operacional e o emprego combinado das Forças Armadas no desempenho de suas missões constitucionais e no apoio às comunidades nacional e internacional.

PÚBLICO-ALVO

Nação brasileira e a comunidade internacional

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 171.924.358	Empenho Liquidado:	R$ 169.337.573
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 169.337.573**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Capacidade de Emprego Combinado dos Meios Operacionais das Forças Armadas - Porcentagem	-	-	60.00	63.00	63.00	100%

1. CAPACIDADE DE EMPREGO COMBINADO DOS MEIOS OPERACIONAIS DAS FORÇAS ARMADAS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O Programa visa, basicamente, propiciar condições ao emprego combinado das Forças Armadas, que é uma das razões para a existência do Ministério da Defesa (MD). Cabe ressaltar os seguintes aspectos: o produto do Programa é direcionado ao Estado Brasileiro; os dados de capacidade de emprego contêm componentes subjetivos consideráveis, ao contrário do que deve ser contemplado em um índice/indicador que objetiva medir determinada situação.

A despeito disso, o índice previsto no final do Plano foi 100% alcançado. As atividades programadas foram compatibilizadas ao nível de recursos orçamentários disponíveis, tendo sido inteiramente realizadas.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A constatação de que a guerra, como hoje se apresenta, exige operações militares com a aplicação dos componentes navais, terrestres e aéreos de forma integrada, além daquelas singularmente conduzidas ou realizadas, razão pela qual se torna imprescindível propiciar os meios necessários ao adestramento e ao emprego das Forças Armadas em operações combinadas e conjuntas, não podendo concorrer com o preparo e o emprego singular de cada Força. Por outro lado, além de sua missão constitucional, na qual as Forças têm realizado exercícios e operações reais, principalmente, de presença, controle e vigilância do território, espaço aéreo e águas jurisdicionais brasileiros, como também ações de garantia da lei e da ordem (operações no reforço à segurança pública), constata-se que as Forças Armadas vêm, freqüentemente e a qualquer tempo, sendo acionadas em missões subsidiárias, tanto em apoio à comunidade internacional (operações internacionais conjuntas e missões de paz), como em apoio a outros órgãos públicos: eleições, ações contra incêndios florestais e desmatamentos, campanhas de vacinação e proteção ao patrimônio nacional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Missão da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti: continuou (e continua) sendo a missão de maior relevância para o Brasil, contribuindo para a inserção do País no cenário nacional e internacional. O contingente brasileiro, com 1.200 militares, representa o de maior efetivo entre os países contribuintes. Além do Batalhão de Infantaria, há uma Companhia de Engenharia do Exército Brasileiro, com 150 militares.

• Operações Militares Combinadas ou Conjuntas, em 2007 - foram realizadas as seguintes atividades:

a) Operação Solimões: visou adestrar as Forças Armadas no planejamento e na execução de Operações Combinadas, na defesa da soberania, com preservação da integridade territorial, do patrimônio e dos interesses nacionais relativos à Amazônia. O exercício mobilizou cerca de 4.400 militares;

b) Operação Albacora: realizada na região Sudeste, particularmente, nos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, e na Bacia Petrolífera de Campos, no Atlântico Sul. O exercício mobilizou cerca de 8.800 militares;

c) Operação Charrua: realizada na região Sul, a área de operações abrangeu os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e as águas jurisdicionais brasileiras adjacentes à região Sul do Brasil, tendo sido empregados cerca de 9.300 militares.

• Intensificação da Presença das Forças Armadas nas Áreas de Fronteira: a principal atividade desenvolvida no período foi a Operação Pantanal, realizada em área situada nos Estados de Mato Grosso do Sul e Paraná (Guaíra). Foram empregados cerca de 3.300 militares.

• Ações de caráter sigiloso: foram desenvolvidas atividades de inteligência, que possibilitaram um assessoramento seguro ao processo decisório do MD e um melhor planejamento do emprego combinado das forças.

• Ações de Cooperação Militar com Países Amigos: foram realizadas 13 reuniões de conversações com países amigos, no País e no exterior, e um exercício operacional com Forças Armadas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Todas essas operações, de grande vulto, permitiram o emprego combinado das Forças Armadas e contribuíram para o seu estado de prontidão.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Existem mecanismos de monitoramento do desempenho físico das ações. Mensalmente são realizadas reuniões de trabalho da equipe, nas quais é verificado o cumprimento do planejamento para o exercício corrente (controle da ação planejada); e visitas *in loco*, realizadas, basicamente, no acompanhamento e no desenvolvimento das Operações Combinadas, Conjuntas e Operações de Paz.

Quanto ao cumprimento de metas físicas, houve execução física de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. A despeito da LOA, consignar recursos financeiros aquém das reais necessidades, todas as metas planejadas foram atendidas, mediante a compatibilização e a priorização de metas *versus* disponibilidades, bem como pela redução da amplitude de atuação das operações. Com isso, buscou-se preservar os objetivos fundamentais do Programa.

Como colocado anteriormente, os recursos orçamentários executados foram insuficientes para o nível de atividades desejado. Houve necessidade de compatibilizar as atividades planejadas ao nível de recursos disponíveis. Os recursos foram empenhados em sua totalidade, exceto aqueles que foram disponibilizados em 31.12.2007, sem limites orçamentários, impossibilitando a sua execução. Adicionalmente, em função da valorização do Real frente ao Dólar no decorrer de 2007, foi gerada uma disponibilidade contábil na ação "Missão das Nações Unidas para o Haiti", embora os recursos de tal ação tenham sido efetivamente empregados em sua totalidade.

No geral, houve compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física do Programa. Entretanto, no caso da ação "Missão das Nações Unidas para o Haiti", houve demora na liberação do segundo crédito extraordinário (R$ 60,0 milhões) para completar o total necessário de R$ 130,0 milhões, que ocorreu somente em agosto.

O alto índice da execução das ações implementadas em outras unidades administrativas (Marinha, Exército e Aeronáutica) é adequado à estrutura militar, baseada na hierarquia e na disciplina, permeando todos os escalões de comando envolvidos, num fluxo de duplo sentido - descendente, quando da distribuição das missões, acompanhadas dos recursos

que tornam viáveis, e ascendente, ao término das atividades planejadas e determinadas, sob a forma de relatórios de execução física e financeira.

Quanto ao fluxo de informações do Programa, segue percorrendo os canais de comando sob forma de relatórios de execução física e financeira.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa não avalia diretamente a satisfação de seus beneficiários. Entretanto, o público-alvo expressa sua opinião naturalmente através da sociedade e da mídia.

Pode-se considerar boas as práticas de gestão adotadas pelo Programa, as quais podem ser replicadas na Administração Pública Federal, desde que adaptadas para cada situação.

PREPARO E EMPREGO DA FORÇA AÉREA

GERENTE DO PROGRAMA

Gilberto Antônio Saboya Burnier

OBJETIVO

Preparar a Força Aérea Brasileira (FAB) para o cumprimento de sua missão constitucional de defender a pátria, garantir os poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer desses, da lei e da ordem.

PÚBLICO-ALVO

Nação brasileira

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 928.431.870,00	Empenho Liquidado:	R$ 907.666.746,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 907.666.746,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Esforço Aéreo - Porcentagem	94.11	93.23	91.90	92.70	96.00	96,56%

1. TAXA DE ESFORÇO AÉREO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice apurado no final de 2007 foi de 92,70. Denota-se daí que a possibilidade de alcance ou superação de índices como o de 2005 fica bastante prejudicada, devido à falta de recursos (pelos contingenciamentos) ocorrida a cada exercício e à manutenção de cortes cada vez maiores, o que não alimenta chances de recuperação. Os cortes impostos às ações "Manutenção e Suprimento de Combustíveis e Lubrificantes", "Instrução Militar e Adestramento da Aeronáutica", "Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico" e "Manutenção e Suprimento de Material Bélico" permaneceram, em 2007, e dificultaram a composição de uma grade de operações/exercícios que confira condições de se alcançar índices mais favoráveis.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Proporcionar à Aeronáutica capacidade de prover suas necessidades logísticas para o apoio operacional à Força Aérea Brasileira (FAB) no cumprimento de sua destinação constitucional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Transporte de tropas para o Haiti: o Primeiro Grupo de Transporte de Tropa (1º GTT) permaneceu, durante o ano, transportando os militares componentes do Contingente Brasileiro no Haiti e fazendo o ressuprimento das tropas com o transporte de todo material necessário.

• Missões de Busca e Salvamento (SAR) com o emprego de aviões da FAB em vários resgates, buscas e salvamentos.

• Operações do Segundo Grupo de Transporte (2º/2ºGT), em missões de Reabastecimento em Vôo (REVO), com o KC-137 Boeing 707. Este treinamento mantém a operacionalidade de pilotos da caça e tripulações dos reabastecedores, provendo meios de operações dos caças F-5E, A-1 e Mirage 2000.

• Apoio à Marinha do Brasil (MB) com o treinamento de pilotagem das aeronaves de asa fixa, Academia da Força Aérea e Base Aérea de Natal.

• Realização dos cursos dos Oficiais e Graduados, na França: permanecem os cursos de formação de pessoal para recebimento dos Mirage 2000.

• Transporte de universitários do Projeto Rondon: cerca de 800 universitários foram transportados para pôr em prática a sua experiência profissional. Os estudantes foram para a Amazônia e para o Nordeste em aviões C-130 Hércules, C-99 e Boeing 707 (KC-137).

• Transporte de medicamentos para a Bolívia, o Equador e o Suriname: foram transportados medicamentos, roupas e alimentos para as vítimas das enchentes na Bolívia, Equador e Suriname.

Todas as missões realizadas, tanto as de exercício operacional quanto as de emprego real, capacitam os profissionais do Comando da Aeronáutica (COMAER) para o cumprimento das suas tarefas, dentro do que prevê a legislação.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O monitoramento das ações é realizado por reuniões de trabalho, realizadas com uma periodicidade razoável, uma vez que elas acontecem nas localidades onde estão os gerentes

de programa ou nas localidades onde estão os coordenadores e onde se desenvolvem as ações, por ocasião de visitas de inspeção, de forma a se manterem, pelo menos, seis reuniões ao ano. Também são realizadas visitas de inspeção, que já fazem parte da sistemática do COMAER/Estado Maior da Aeronáutica (EMAER) e são muito eficazes no trato do desenvolvimento das ações do Programa. A grande dificuldade de manutenção das duas iniciativas de monitoramento das ações do Programa é a pouca disponibilidade de meios para deslocamento, a falta de tempo dos envolvidos (gerentes e coordenadores) e a baixa disponibilidade de recursos financeiros (diárias).

Com relação aos sistemas de informação que auxiliam no monitoramento, pelos contatos freqüentes via *e-mail* interno da Intraer, o acompanhamento é imediato. São enfatizadas as observações dos lançamentos feitos no sistema e existe a possibilidade do esclarecimento de dúvidas de ambas as partes. O monitoramento através do Sistema de Informações Gerenciais e Planejamento (SIGPlan) é uma das ferramentas mais rápidas e seguras para acompanhamento das ações, pela sua possibilidade da imediata observação por parte do gerente. É com a consolidação dessas informações que se pode julgar o desenvolvimento físico das ações. As dificuldades estão presentes quando da impossibilidade de acesso, pela ocorrência de casos de força maior.

Os relatórios de gestão existentes, além de informar sobre o desenvolvimento físico das ações, propiciam um histórico valioso do andamento do Programa. Com ele, caso haja mudança de coordenador ou de gerente, pode-se tomar conhecimento rápido da situação atualizada, não se permitindo que haja solução de continuidade nas avaliações.

No que tange ao cumprimento de metas físicas, houve execução de 40% a 80% das metas previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. O contingenciamento dos créditos do COMAER implica a não-realização de muitas das metas previstas. Os cortes mais significativos são aqueles que atingem as áreas de alimentação, suprimento de combustíveis e lubrificantes, porque limitam a ação dos serviços e da operacionalização/instrução. Tal limitação se torna de grande volume quando associada a outros fatores limitantes, alguns, do próprio contigenciamento e, outros, resultantes do efeito cascata que a falta de créditos impõe à possibilidade de se alcançar os resultados previstos. Algumas das ações não recebem recursos ou recebem valores ínfimos que impossibilitam a realização das metas, como ocorrido com as Ações de Caráter Sigiloso.

Os recursos orçamentários executados foram insuficientes. Os cortes do orçamento são a cada ano maiores e as necessidades da Força crescem em proporções muito superiores em relação a cada exercício extinto. E, neste cenário, fica a questão de ter que administrar a mesma estrutura, com muito mais atributos e com cada vez mais recursos contigenciados. Neste contexto, luta-se para que se consiga, pelo menos, fazer o que se fez no exercício anterior. Todas as estimativas de crédito feitas para a LOA e para o COMAER não foram contempladas de maneira integral, o que acarretou um aumento na depreciação do poder de ação dos administradores/gestores do Comando. O contigenciamento dos créditos, em 2007, foi na média de 85%.

Mesmo com todas as limitações ocorridas, notadamente a falta de recursos, as unidades administrativas do COMAER conseguiram manter a bom termo a sua missão constitucional. Isto se deve ao alto grau de profissionalismo encontrado nos diversos setores da FAB, que, mesmo sem o crédito suficiente para o suporte e o emprego ideal de uma Força atuante, o fazem sob o seu maior zelo, com um alto grau de acerto.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Embora seja um Programa de caráter essencialmente militar, suas ações adotam práticas e procedimentos administrativos que podem ser aplicados por outros órgãos (civis ou militares) com as devidas adaptações. Dentre essas práticas poderiam ser citadas: programas e sistemas de controle de estoque de suprimentos e víveres e de adestramento e qualificação de pessoal, bem como os programas de avaliação de desempenho de pessoal e, ainda, a metodologia das inspeções nos diversos níveis, que, aliadas às auditorias internas, promovem o fortalecimento do controle interno no COMAER.

PREPARO E EMPREGO DA FORÇA TERRESTRE

GERENTE DO PROGRAMA

Newton Álvares Breide

OBJETIVO

Promover o desenvolvimento científico-tecnológico da Força Terrestre, por intermédio de pesquisa, desenvolvimento, avaliação, produção, implantação, manutenção de sistemas e materiais de emprego militar e civil, e capacitação de recursos humanos, de modo a proporcionar a permanente atualização da infra-estrutura militar terrestre para o cumprimento das missões constitucionais do Exército Brasileiro (EB), bem como contribuir para o fomento da indústria nacional de defesa.

PÚBLICO-ALVO

Nação brasileira

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 652.623.176,00	Empenho Liquidado:	R$ 594.310.667,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 594.310.667,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Preparo do Efetivo Militar - Porcentagem	37.00	45.17	51.00	53.00	53.00	100%

1. TAXA DE PREPARO DO EFETIVO MILITAR
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
– Análise e Justificativa:

CONTEXTUALIZAÇÃO

O EB tem a necessidade de instruir, adestrar os seus efetivos, formar e adestrar a reserva mobilizável, capacitar operacionalmente os seus quadros e capacitar-se para o emprego em operações militares.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Realização de exercícios de adestramentos.
- Preparação intelectual de militares.
- Execução do Programa de Aplicação e de Conservação de Padrões (PACP) para militares.
- Capacitação técnica e tática do pessoal militar.
- Realização de cursos de formação para cabos e soldados, sendo executadas 38 operações militares por todo o Território Nacional.

Esses são os principais resultados obtidos em 2007 na ação "Capacitação Operacional da Força Terrestre", os quais contribuíram para que o Exército cumprisse a sua missão constitucional.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Deve-se considerar o alcance de 80% a 100% do previsto para 2007, haja vista que os recursos previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA), principalmente, para as funções logísticas de suprimento e manutenção, foram insuficientes para atender às necessidades operacionais da Força Terrestre.

As reuniões de trabalho, que ocorrem trimestralmente, foram realizadas a fim de se apresentar as diretrizes do gerente e do gerente-executivo para os coordenadores de ação, bem como a correção de rumos ao longo do exercício, não sendo identificadas dificuldades nesse aspecto. Também foram feitas visitas *in loco*, através das quais foi feito acompanhamento sistemático das operações militares realizadas durante o ano de instrução.

O controle do Programa por intermédio do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) é feito acompanhando-se os lançamentos realizados pelos coordenadores de ação, consolidados nos diversos relatórios do sistema, finalizando o processo com a validação trimestral.

A execução orçamentária foi suficiente para atender o planejamento para o ano, porém não atende à real necessidade da Força. Entretanto, o financeiro comprometido por restos a pagar certamente dificultará a execução das ações em 2008.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada, uma vez que a maioria das ações atingiu a meta física.

O contigenciamento orçamentário dificultou a Capacitação Operacional da Força Terrestre, principalmente, quando ocorre nas funções logísticas de Suprimento e Manutenção. Além

disso, a dificuldade de obtenção de créditos adicionais prejudicou a solução de fatos imprevistos no universo de cada ação com reflexos diretos no preparo e emprego da Força Terrestre.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Durante as atividades militares, o EB desenvolve atividades de ação social junto às comunidades carentes, principalmente, na área de saúde. Esta integração, com a sociedade, provoca sentimento de confiança, importante aspecto para a defesa da Nação.

Um dos mecanismos utilizados para avaliação da satisfação de seus beneficiários acontece por intermédio de pesquisas implementadas pelo Sistema de Excelência da Força. Os resultados consolidados da avaliação servem de parâmetro para o redirecionamento das ações do Programa por intermédio de diretrizes do escalão superior, balizadas também, pelas inspeções de comando.

As práticas de gestão do Programa são continuadas e inovadoras, amparadas nos princípios da oportunidade, simplicidade e economicidade. Deve-se considerar o incentivo ao auto-aperfeiçoamento, realização de cursos, inclusive fora da Força, bem como o constante acompanhamento das ações por intermédio de visitas de orientação e inspeções de comando.

PREPARO E EMPREGO DO PODER NAVAL

GERENTE DO PROGRAMA

Cesar Sidonio Daiha Moreira de Souza

OBJETIVO

Preparar o Poder Naval e manter o seu aprestamento para assegurar o cumprimento da missão constitucional de defender a Pátria, garantir os poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

PÚBLICO-ALVO

Nação brasileira

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 663.859.457,00	Empenho Liquidado:	R$ 630.591.468,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 630.591.468,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Aprestamento da Força de Fuzileiros da Esquadra para Composição da Força de Emprego Rápida – Porcentagem	55.00	34.00	34.00	29.00	38.00	76,32%
2. Taxa de Aprestamento de Navios Distritais para Composição da Força de Emprego Rápido – Porcentagem	53.00	64.00	66.00	75.00	54.00	138,89%
3. Taxa de Aprestamento de Navios e Submarinos Subordinados à Esquadra para Composição da Força de Emprego Rápido – Porcentagem	49.00	51.00	59.00	65.00	64.00	101,56%

1. TAXA DE APRESTAMENTO DA FORÇA DE FUZILEIROS DA ESQUADRA PARA COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE EMPREGO RÁPIDA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O nível de alcance do índice foi na ordem de 76% (29/38) e o indicador foi apurado em 31.12.2007.

2. TAXA DE APRESTAMENTO DE NAVIOS DISTRITAIS PARA COMPOSIÇÃO DA FORÇA

DE EMPREGO RÁPIDO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O nível de alcance do índice foi na ordem de 139% (75/54) e o indicador foi apurado em 31.12.2007. A despeito do resultado aparentemente favorável, o elevado patamar não refletiu o viés qualitativo da interpretação desses indicadores, pois as metas foram planejadas em função do orçamento alocado, que foi aquém das reais necessidades da Marinha. O atual estado de degradação dos meios navais, agravado pela idade média avançada, dificultou o cumprimento das tarefas da Força.

3. TAXA DE APRESTAMENTO DE NAVIOS E SUBMARINOS SUBORDINADOS À ESQUADRA PARA COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE EMPREGO RÁPIDO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O nível de alcance do índice foi na ordem de 102% (65/64) e o indicador foi apurado em 31.12.2007. A despeito do resultado aparentemente favorável, o elevado patamar não refletiu o viés qualitativo da interpretação desses indicadores, pois as metas foram planejadas em função do orçamento alocado, que foi aquém das reais necessidades da Marinha. As unidades operativas em condições de operar possuem significativas restrições. O atual estado de degradação das unidades operativas, agravado pela idade média bastante avançada, dificulta o cumprimento das tarefas da Força. De forma semelhante ao que ocorreu no Programa Geral de Manutenção (PROGEM), várias operações e exercícios planejados no Plano Geral de Adestramento e Atividades foram reduzidos ou mesmo cancelados, comprometendo o adestramento e a execução das operações em conjunto entre si e com meios de Marinhas amigas.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A manutenção do poder de dissuasão das Forças Navais, como fator primordial para a defesa dos interesses da Pátria na resolução pacífica de crises ou conflitos político-estratégicos, requer um nível de prontidão de seus meios e de seus recursos humanos capaz de impor a vontade do Estado. É imperativo, portanto, que o inventário de meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais de que o País dispõe seja mantido, pela Marinha e em prol da sociedade brasileira, em elevado grau de aprestamento, quantitativa e qualitativamente, de forma a garantir a Defesa Nacional como fator de consolidação da democracia e do desenvolvimento.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Dos 130 pacotes de sobressalentes inicialmente previstos para serem executados durante a manutenção dos meios operativos, somente 66 foram concluídos, conforme dados constantes do Sistema Informações Gerenciais de Abastecimento (SINGRA). Os recursos destinaram-se, basicamente, às necessidades urgentes dos meios operativos e ao recompletamento de importações de itens já em andamento. Os sucessivos orçamentos,

muito abaixo das reais necessidades, refletiram na manutenção das unidades navais e de aeronavais, sendo necessária a adoção de severas medidas de economia nos últimos anos. Destacam-se a redução nas comissões de adestramento e a postergação ou execução parcial de programas de manutenção, que implicaram no progressivo sucateamento dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, além de críticas restrições ao desempenho de atividades subsidiárias. Cabe destacar a determinação da Alta Administração Naval de reduzir em 21% o total de dias de mar programados para os navios na tentativa de equacionar as restrições materiais com um patamar aceitável de adestramento.

• Apesar das dificuldades encontradas, buscou-se ampliar a capacitação operacional e a qualificação do pessoal por meio de participação, ainda que restrita, em diversas operações. Com a finalidade de manter o preparo das unidades navais, aeronavais e de fuzileiros navais, bem como de suas tripulações, no adequado estado de prontidão operativa, foram realizadas várias manobras militares pelas unidades da esquadra, principal núcleo do Poder Naval brasileiro. Diversas dessas manobras contaram com a participação de unidades de Marinhas amigas, como Estados Unidos da América, Argentina, Uruguai, Venezuela, França, Panamá, entre outras. Os navios da esquadra também foram empregados em operações de fiscalização do tráfego aquaviário, inspeção naval e patrulha naval, em especial, nas áreas das Bacias de Campos (RJ) e de Santos (SP).

• Os navios pertencentes às diversas Forças Distritais, que abrangem todo o Território Nacional, realizaram ações de controle de tráfego fluvial, inspeção naval e missões de caráter assistencial. A participação de Navios de Assistência Hospitalar nessas ações possibilitou o incremento do atendimento médico-hospitalar às comunidades carentes da bacia do rio Amazonas. Tais ações revestem-se de grande importância, pois, além de representar a presença do Estado em regiões cuja população vive isolada e carece de assistência regular de saúde, contribuem para a ampliação da visibilidade da presença da Marinha Brasileira (MB) em pontos de grande interesse estratégico e reforçam a defesa dos interesses brasileiros nas hidrovias interiores.

• Em 2007, a MB realizou a Operação Haiti VI e VII, com o propósito de prover apoio logístico ao contingente brasileiro da MINUSTAH (sigla em francês para Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti). O Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais no Haiti realizou operações de ajuda humanitária destinadas à entrega de alimentos, medicamentos, roupas, calçados, material escolar e brinquedos doados por instituições brasileiras a hospitais e orfanatos da região metropolitana de Porto Príncipe, capital do Haiti.

• Destaca-se, ainda, a participação da Marinha em ações de valorização da cidadania em parceria com a Imprensa e outros órgãos, viabilizando, além do processo de inclusão social da população mais carente, a integração das comunidades locais com as Forças Armadas.

• No que tange ao abastecimento de combustíveis e lubrificantes, não foram identificadas dificuldades ao longo do exercício de 2007. O mesmo se aplica ao abastecimento de fardamento, à alimentação de pessoal e à formação de militares para a reserva mobilizável, cujas ações atenderam satisfatoriamente às metas programadas.

• Em relação à manutenção e ao suprimento de munições, houve necessidades financeiras não atendidas relacionadas à operacionalização da fábrica desse tipo de material, que trouxe impactos também nos projetos de nacionalização de componentes e munição propriamente dita. Cabe registrar a dificuldade encontrada, no exterior, em relação ao transporte do material perigoso do ponto de produção ao local de embarque, em função da sua natureza e da legislação dos países por onde a carga deve transitar neste percurso, sendo, por vezes, muito difícil encontrar empresas que aceitassem realizar tal transporte e que, quando encontradas, em regra, apresentavam preços bastante superiores ao frete praticado, comprometendo, desta forma, os recursos inicialmente planejados para as despesas do Tráfego de Carga.

Em média os índices apurados dos indicadores foram na ordem de 108% (56/52) da média dos índices previstos para o final do PPA, o que representa o cumprimento do objetivo do Programa dentro do previsto. O elevado patamar não refletiu o viés qualitativo da interpretação desses indicadores, pois as metas foram planejadas em função do orçamento alocado, que foi, basicamente, aquém das necessidades da Marinha. Desta feita, não ilustrou as dificuldades do PROGEM, que vem sendo interrompido ou postergado, tendo como conseqüência uma redução na disponibilidade das unidades operativas, o que poderá trazer impactos negativos à prontificação operativa destas unidades, bem como reduzir a vida útil dos equipamentos e sistemas navais. Cabe enfatizar que os meios operativos em condições de atuar possuem significativas restrições funcionais e não dispõem, em diversos casos, das dotações mínimas de algumas de suas munições, principalmente, dos meios da esquadra, o que restringe o poder dissuasório da MB. Em especial, os recursos financeiros destinados para aquisição de munições atinentes à instrução, à segurança orgânica das organizações militares e para o pronto emprego das forças navais, aeronavais e de fuzileiros navais não vêm sendo suficientes para a reposição, em sua totalidade, dos estoques da MB. Tendo em vista que essa situação perdura desde 1999 e, considerando a possibilidade de permanecer assim, vislumbra-se uma redução crescente da capacidade de fornecimento de munições para as atividades supracitadas, o que poderá trazer impactos negativos à prontidão das Forças. Da mesma forma que no PROGEM, várias Operações e Exercícios planejados no Plano Geral de Adestramento e Atividades foram reduzidos ou mesmo cancelados, o que poderá comprometer o adestramento e a execução das operações em conjunto entre si e com meios de Marinhas amigas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A Marinha do Brasil (MB) utilizou integralmente os créditos orçamentários disponibilizados, todavia, vale ressaltar que os níveis desejados de algumas ações consignadas no Programa foram prejudicados pela reduzida dotação orçamentária atribuída à Força.

Diversas ferramentas fazem parte do monitoramento do Programa. São realizadas periodicamente Visitas do Almirantado Programadas (VAP), Inspeção Administrativo-Militar (IAM), Visitas Técnicas (VISITEC) nas diversas Organizações Militares de modo a acompanhar as metas estabelecidas, proporcionando a correção de

desvios em tempo hábil e permitindo a otimização do emprego dos recursos financeiros. Diversos sistemas de informação são utilizados, tais como:

a) Sistema de Controle de Armas e Munições (SISAM);

b) Sistema de Informações Gerenciais do Abastecimento (SINGRA);

c) Sistema de Alistamento Militar (SISAM);

d) Sistema de Pagamento da Marinha (SISPAG).

O acompanhamento do Programa também é realizado com a utilização do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), verificando-se tempestivamente as informações registradas pelos coordenadores.

A Marinha utiliza uma ferramenta gerencial denominada Análise Qualitativa-Quantitativa (AQQ), integrante do Sistema do Plano Diretor (SPD), que apresenta de forma clara, precisa e concisa, comentários relacionados a desvios importantes verificados no andamento da execução da ação planejada, apontando as causas, conseqüências e ações corretivas. Outrossim, por ocasião do fechamento de cada trimestre, são emitidos Relatórios de Avaliação do Plano de Ação (RAPA), que subsidiam o controle do Plano de Ação, efetuado pelo Conselho Financeiro e Administrativo da Marinha (COFAMAR), responsável por assessorar o Comandante da Marinha nos assuntos administrativo-financeiros da MB, exercendo o mais elevado nível de controle da execução do Plano Diretor. Seguindo as diretrizes do SPD, é utilizado o Sistema de Acompanhamento do Plano Diretor (SIPLAD) como sistema de informações gerenciais adotado pela MB e, por meio deste Infrasig, são prestadas as necessárias informações gerenciais e executado o acompanhamento dos indicadores e das metas físicas e financeiras, possibilitando a análise dos resultados alcançados em vários níveis da estrutura organizacional da Marinha, até chegar à análise da Alta Administração Naval, por intermédio do COFAMAR.

No tocante ao cumprimento de metas físicas, a execução física foi de aproximadamente 91% do previsto na LOA 2007, sendo os indicadores apurados em 31.12.2007. O elevado patamar para obtenção de resultados não refletiu o viés qualitativo da interpretação desses indicadores, pois as metas foram planejadas em função do orçamento alocado em 2007, que foi, basicamente, aquém das reais necessidades da Marinha. Desta feita, não ilustrou as dificuldades nas manutenções em navios, aeronaves, submarinos e viaturas, planejadas no PROGEM, que vêm sendo interrompidas ou postergadas, podendo trazer impactos negativos à prontificação operativa destes meios e reduzir a vida útil dos equipamentos e sistemas navais. Caso essa situação não se reverta, acarretará uma crescente degradação das unidades navais, aeronavais e de fuzileiros navais, sendo desejável, nos exercícios financeiros futuros, um maior aporte de recursos. Cabe enfatizar que os meios operativos em condições de operar possuem significativas restrições operacionais, o que restringe o poder dissuasório da esquadra.

Como dito anteriormente, houve insuficiência de recursos para dar adequado andamento ao PROGEM, à administração de unidades militares, à obtenção de torpedos dentre outras necessidades. A liberação parcelada dos recursos no transcorrer do exercício de 2007 implicou a necessidade de postergação da execução de diversas atividades do Programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O caráter especialíssimo do Programa, de natureza estritamente militar, dificulta a avaliação da satisfação de seus beneficiários, considerando como tal toda a sociedade brasileira. Entretanto, como forma de minimizar este cenário, entende-se adequado os controles internos de desempenho, confrontando-se os resultados obtidos nos diversos exercícios operativos, realizados pelas unidades militares, com padrões preestabelecidos, segundo modelos científicos formulados, basicamente, pelo Centro de Análises de Sistemas Navais. Esta análise é feita em diversos escalões da Marinha, principalmente, com subsídios fornecidos pelo Centro de Análises de Sistemas Operativos.

O SPD foi adotado pela MB há mais de 45 anos. Apesar de seu contínuo aprimoramento, o mesmo ainda carece de adequações que viabilizem sua perfeita interação com os demais sistemas utilizados pelos setores orçamentário e financeiro do Governo Federal. Ainda assim, o Sistema contribui de forma significativa para que os recursos disponibilizados à Força sejam aplicados com tempestividade e efetividade.

PROANTAR

GERENTE DO PROGRAMA

Dilermando Ribeiro Lima

OBJETIVO

Efetuar pesquisas conjuntas visando o conhecimento científico dos fenômenos antárticos e manter a presença do Brasil na Antártica.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade brasileira, especialmente comunidade científica, universidades, empresas nacionais e Instituições da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) ligadas ao PROANTAR

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 18.229.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 17.446.211,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 17.446.211,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Pesquisas Realizadas na Antártica - Porcentagem	-	56.00	56.00	41.00	56.00	73,21%

1. TAXA DE PESQUISAS REALIZADAS NA ANTÁRTICA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A taxa de pesquisas realizadas na Antártica se manteve em torno de 50% ao longo do PPA 2004-2007. Em 2007 foi apurado um índice de 41%, mas que não reflete exatamente a efetividade das pesquisas realizadas nesse ano, pois, por se tratar de Ano Polar Internacional (API), efeméride de grande importância no meio científico mundial, os projetos integrantes do API possuem envergadura e alcance muito maiores do que os projetos atendidos nos anos anteriores. Em síntese, os projetos atendidos em 2007 representam um salto de qualidade na pesquisa antártica, que, embora, em menor número, demandam um esforço logístico maior do que em anos anteriores, destacando-se a previsão de transporte de cerca de 220 pesquisadores para a Antártica em 2007 e 2008 em contrapartida aos 138 transportados em 2006 e 2007, recorde até então do PROANTAR.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os compromissos decorrentes do Tratado da Antártica, do qual o Brasil é signatário, e a necessidade de reconhecer a influência dos fenômenos antárticos sobre nossas áreas territoriais e marítimas levaram a Marinha a participar, juntamente com outros órgãos governamentais, universidades e instituições de pesquisa executores, da Política Nacional para Assuntos Antárticos e da pesquisa científica na Antártica, visando obter informações úteis para outros ramos da atividade nacional, notadamente, bem como garantir a presença brasileira nos fóruns de decisão sobre o Continente Antártico. A presença brasileira na Antártica é garantida pela permanência mínima de um Grupo Base na Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF) durante 365 dias no ano.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Aprovação e contratação de sete Projetos do Ano Polar Internacional e 14 projetos de pesquisa. Por meio do Edital PROANTAR/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) 049/2006, foram apoiadas atividades de pesquisa científica na região Antártica, Oceano Austral e adjacências, segundo duas modalidades distintas: projetos de demanda espontânea e projetos induzidos ligados ao tema Biodiversidade e Evolução na Antártica.

• Manutenção da EACF, com cerca de 75% das suas obras da primeira fase de revitalização concluídas. Entre as obras realizadas destacam-se:

a) ampliação das áreas de uso comum;

b) construção de nova ala de camarotes;

c) construção de nova biblioteca;

d) modernização e ampliação da cozinha;

e) instalação de uma padaria;

f) conclusão do transporte de 10 tanques de combustível integrantes do futuro sistema de abastecimento e armazenagem de óleo diesel.

• Apoio logístico aos 19 projetos de pesquisa que participaram da Operação Antártica XXVI.

• Aquisição de equipamentos e instrumentos científicos.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A concepção do PROANTAR prevê a realização de reuniões de trabalho das diversas subcomissões que compõem o Programa, pelo menos duas vezes por ano. Nessas reuniões, são apresentados as realizações passadas e o planejamento futuro para a condução dos trabalhos de apoio à pesquisa.

Em 2007, os resultados obtidos com a execução do Programa ficaram entre 80% e 100% do previsto. Em face do contingenciamento de parte dos recursos relativos à Ação Monitoramento das Mudanças Ambientais Locais e Globais Observadas na Antártica, de responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente (MMA), não foi possível o alcance integral das metas previstas para o exercício, uma vez que não pode ser iniciada a implementação de uma estação permanente de monitoramento ambiental. O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. O atraso na aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007 trouxe transtornos para a parte logística do Programa, que, por suas características especiais, é obrigada a adquirir muitos itens de características especiais no exterior, como, por exemplo, as vestimentas de frio, veículos especiais de neve e equipamentos de pesquisa, sem similares no mercado interno. Em função de suas características especiais, o PROANTAR tem necessidade de aporte de recursos desde janeiro, uma vez que é durante o verão do hemisfério Sul que se desenvolve a maior atividade na Antártica, quer seja ela logística quer seja de pesquisa. Além disso, houve dificuldades na liberação de recursos destinados às despesas de pessoal, comprometendo a participação em eventos como o Treinamento Pré-Antártico.

A execução financeira da ação "Missão Antártica" ocorreu de acordo com a previsão inicial, sendo devidamente corrigida durante o exercício. Recebeu crédito extraordinário destinado à complementação dos recursos necessários para as obras de revitalização da EACF, construção dos novos tanques de armazenamento de combustível e para o reparo do navio de apoio e das aeronaves da Marinha que participam anualmente do Programa.

Houve dificuldade, por parte do gerente, em acompanhar a ação "Fomento a Pesquisa Antártica", do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), mas que foi superada através da realização de reuniões periódicas. De uma maneira geral, as ações multissetoriais foram sempre conduzidas de forma coordenada e harmônica.

A utilização de ferramentas de gestão tais como o Sistema de Acompanhamento do Plano Diretor (SIPLAD), no âmbito do Comando da Marinha, e a realização de reuniões periódicas com os Coordenadores de Ação permitiram um acompanhamento adequado da execução física e orçamentária das diversas ações componentes.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Destacam-se as parcerias não-governamentais feitas com a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), que fornece o combustível para a Estação, o navio de apoio e as aeronaves e com a Empresa OI/Telemar, que fornece os serviços de telefonia e Internet banda larga na EACF.

São feitas pelo menos duas reuniões anuais com os pesquisadores antárticos e anualmente é realizado um simpósio de pesquisa antártica, com o apoio do Programa. A participação deste importante grupo de interesse permite a reorientação do emprego de recursos, a fim de possibilitar a realização de pesquisas com qualidade cada vez mais elevada.

Em termos de pesquisa de satisfação dos beneficiários, são gerados relatórios de atividades de campo nos quais são apresentadas críticas e sugestões para aperfeiçoamento do Programa.

PRODUÇÃO DE MATERIAL BÉLICO

GERENTE DO PROGRAMA

Cássio Rodrigues da Cunha

OBJETIVO

Produzir armamentos, cargas para munições e explosivos, para suprir o Exército Brasileiro (EB) com os meios necessários à defesa nacional e à segurança pública.

PÚBLICO-ALVO

Forças Armadas Brasileiras e Polícias Militares

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 7.720.000,00	Empenho Liquidado:	-
	Pago Estatais:	R$ 4.473.395,00
	Total:	**R$ 4.473.395,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Nacionalização dos Armamentos utilizados pelo Exército Brasileiro - Porcentagem	-	-	-	-	-	-

1. TAXA DE NACIONALIZAÇÃO DOS ARMAMENTOS UTILIZADOS PELO EXÉRCITO BRASILEIRO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Não se aplica, uma vez que não há índices previstos ano a ano para o indicador.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O EB tem a necessidade de pesquisar, desenvolver e produzir o material bélico correspondente a uma base industrial mínima de defesa, que evite a dependência externa de materiais estratégicos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Manutenção de máquinas e equipamentos para melhoria do processo produtivo nas unidades de fabricação de Piquete e Itajubá.

• Implantação do sistema de tratamento físico-químico de efluentes oriundos da fabricação de nitrocelulose.

• Modernização da linha de fabricação de fuzis e pistolas.

• Recuperação da capacidade de produção da fábrica de munições de artilharia, de acessórios para explosivos e da unidade de fabricação de nitrocelulose.

• Aquisição de caldeiras e redimensionamento das linhas de vapor.

• Aplicação no desenvolvimento de um novo rádio para uso em veículos militares (carros de combate e viaturas operacionais) e para uso do combatente individual.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O mecanismo existente de monitoramento do desempenho físico das ações são os relatórios mensal e trimestral informados no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

Quanto às metas físicas do Programa, estima-se que a execução esteve entre 40% e 80% do previsto na LOA 2007, ou seja, foi baixa. Pode-se atribuir a isto o atraso na liberação dos recursos.

Quanto aos recursos orçamentários, tem-se que, no ano de 2007, foram insuficientes. Ainda, fatores como o contingenciamento de recursos e a descontinuidade entre o fluxo de recursos e a programação física prejudicaram ainda mais a execução programada.

Toda a programação da principal unidade orçamentária e administrativa do Programa, a Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL), está sendo migrada do Orçamento de Investimentos das Estatais para o Orçamento Fiscal. Como a Empresa ainda não está em plenas condições de atuação junto às suas concorrentes da iniciativa privada, faz-se necessária sua reestruturação administrativa e financeira, a qual será buscada inicialmente pelo seu posicionamento na esfera do Orçamento Geral da União (OGU), e posteriormente com melhorias operacionais e de gestão, capazes de assegurar seu melhor desempenho dentro do segmento de atuação.

REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA

GERENTE DO PROGRAMA

Gilberto Antônio Saboya Burnier

OBJETIVO

Reaparelhar e adequar a Força Aérea Brasileira (FAB) com a finalidade de recuperar e manter a sua capacidade operacional e proporcionar os meios de apoio necessários ao cumprimento de sua destinação constitucional defender a Pátria, garantir os poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

PÚBLICO-ALVO

Nação brasileira

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 935.430.340,00	Empenho Liquidado:	R$ 900.992.235,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 900.992.235,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Indicador Aeronaves - Porcentagem	-	-	41.17	97.52	80.00	121,90%
2. Indicador Infra-Estrutura - Porcentagem	-	-	44.44	57.99	70.00	82,84%
3. Indicador Logístico - Porcentagem	-	-	39.54	11.99	80.00	14,99%

1. INDICADOR AERONAVES
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
– Análise e Justificativa:

O presente indicador, pela sua formulação, não mede o desempenho do Programa. Não é capaz de mensurar a eficácia, a eficiência e a efetividade alcançada com sua execução.

2. INDICADOR INFRA-ESTRUTURA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O presente indicador, pela sua formulação, não mede o desempenho do Programa. Não é capaz de mensurar a eficácia, a eficiência e a efetividade alcançada com sua execução.

3. INDICADOR LOGÍSTICO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O presente indicador, pela sua formulação, não mede o desempenho do Programa. Não é capaz de mensurar a eficácia, a eficiência e a efetividade alcançada com sua execução.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Em razão da obsolescência natural de meios e da real necessidade do constante policiamento do espaço aéreo brasileiro, o Comando da Aeronáutica (COMAER) estuda, pesquisa e busca manter-se atualizado e pronto para efetuar a defesa do Estado Brasileiro por meio de aquisição de equipamentos e adequações tecnológicas de seus meios, dos recursos humanos e materiais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Aquisição de 21 aeronaves sendo: 11 caças turboélices; três aeronaves de transporte de tropa; quatro aviões de caça supersônicos; uma aeronave de asa rotativa; e duas aeronaves de transporte de passageiros.

- Implantação de sistemas de simulação para a aeronave de caça turboélice.

- Aquisição de material de apoio ao Grupo de Instrução Tática e Especializada.

- Implementação do Projeto de Excelência em Guerra Eletrônica, Gestão e Informação da Guerra Eletrônica e Implantação da Estrutura de Análise Operacional.

- Modernização da aviônica de uma aeronave de transporte de grande porte.

- Recebimento de quatro voice recorders.

- Modernização de 25 instalações militares.

- Revitalização de oito aeronaves, sendo quatro de transporte de carga e quatro de interceptação.

Algumas ações do Programa foram inscritas em restos a pagar em 2008 e suas metas físicas não foram computadas na obtenção do resultado em 2007. Considerando as metas de 2007 alcançadas e as a atingir com os restos a pagar de 2008, o resultado obtido pode ser considerado dentro do esperado.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Ao longo do exercício de 2007, foi possível avançar em atividades relevantes para a consecução do objetivo de reaparelhar e adequar a FAB às necessidades de defesa aérea. Os recursos disponibilizados, embora tenham sido contingenciados por um determinado período no ano, somados aos créditos adicionais nas ações "Aquisição de Aeronaves" e "Modernização e Revitalização de Aeronaves" propiciaram um incremento nas metas estipuladas na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007.

O acompanhamento do monitoramento das ações é feito mensalmente através do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), por meio do qual são analisadas as informações registradas pelos coordenadores de ação. A gerência também tem utilizado o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) no acompanhamento da execução financeira das despesas.

O percentual apurado de cumprimento das metas físicas, entre 40% e 80% do previsto, leva em consideração apenas as metas recebidas no exercício e realizadas com recursos do ano. Parte desses recursos foi aplicada em metas que serão concluídas em 2008 (restos a pagar 2007), que, se computadas, elevariam consideravelmente o índice.

Houve certa incompatibilidade do fluxo de recursos com a programação física, mas não prejudicou a execução programada. O cronograma de desembolso limita a execução orçamentária, uma vez que os compromissos não podem ser assumidos sem a expectativa de numerário para pagamento.

O reaparelhamento da Força foi prejudicado em decorrência do contingenciamento de recursos imposto no início de 2007. Do total de R$ 619 milhões previstos, houve contingenciamento de R$ 210 milhões, que, apesar de ter sido liberado no transcurso do ano, ocasionou atrasos na implementação de metas pelo não-cumprimento de cláusulas contratuais. O atraso na liberação de recursos também fez com que contratos tivessem seus cronogramas físico-financeiros alterados por meio de termos aditivos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Devido à natureza e à dimensão do público-alvo do Programa de Reaparelhamento e Adequação da FAB, a Nação brasileira, a participação da sociedade tem ocorrido por meio das instituições representativas dos poderes constituídos, nas diversas áreas de interface, principalmente, no âmbito do Grupo Executivo Interministerial (GEI), e por meio dos veículos de comunicação.

A avaliação da satisfação deste público-alvo não se aplica tendo em vista que o objetivo do Programa é o de reaparelhar e adequar a Força com a finalidade de recuperar e manter a sua capacidade operacional e de proporcionar os meios de apoio à eficiente operação em proveito de sua missão constitucional.

REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL

GERENTE DO PROGRAMA

Antônio Carlos Frade Carneiro

OBJETIVO

Reaparelhar e adequar a estrutura da Marinha Brasileira (MB) às necessidades de aplicação do Poder Naval.

PÚBLICO-ALVO

Nação brasileira

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 350.170.860,00	Empenho Liquidado:	R$ 340.991.014,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 340.991.014,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Adequação da Marinha do Brasil – Porcentagem	30.00	31.00	30.00	32.00	32.00	100%

1. TAXA DE ADEQUAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice de 32% foi alcançado. Cabe comentar, que este índice sofreu um ajuste em relação ao originalmente previsto que era de 40%. As limitações no orçamento da MB são a causa principal do resultado abaixo do originalmente planejado. Desta forma, permanece a necessidade urgente do aparelhamento da Marinha, tendo em vista que os meios operativos da Força apresentam severas degradações de desempenho, resultantes de mais de uma década de restrições orçamentárias, e dos naturais processos de envelhecimento e obsolescência do material.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Em razão do permanente avanço das tecnologias empregadas na área militar, faz-se necessário um esforço da MB para manter seus meios adequados ao combate naval, em termos de modernização e capacidade operacional, visando contribuir para a defesa do País, como fator de consolidação da democracia e do desenvolvimento.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• No exercício de 2007, o Comando da Marinha deu prosseguimento a diversos projetos voltados para a recuperação do Poder Naval. Uma das principais metas a ser atingida pela Força é a conclusão da construção da Corveta Barroso.

• Quanto às modernizações de unidades operativas, foram concluídos os estudos para a modernização das Fragatas Classe Greenhalgh, Corvetas Classe Inhaúma, de helicópteros de ataque e de Navios-Hidrográficos. Foram iniciadas as modernizações do Navio de Desembarque Doca Ceará e a dos cinco submarinos no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ). A Modernização dos Submarinos Classe Tupi (MODSUB), como é conhecida, será desenvolvida ao longo dos próximos 11 anos, incluindo a substituição do Sistema de Combate. A modernização do Navio-Aeródromo São Paulo, principal meio para execução do Controle de Área Marítima, de Operações de Ataque e de Defesa Aeroespacial de uma Força Naval teve continuidade. Foram executadas obras de grande vulto e modernizações em importantes sistemas do navio.

• Diversas outras atividades relacionadas à modernização de unidades operativas foram desenvolvidas, sendo que diversas delas terão continuidade nos próximos exercícios. Merecem destaque a revitalização dos sistemas de comunicações dos meios, com a substituição dos equipamentos obsoletos, a produção e a instalação dos Sistemas de Controle da Propulsão e de Controle de Avarias e a aquisição de unidades de resfriamento de água para as Fragatas Classe Niterói.

• Na busca por soluções para recuperar e modernizar a base material do Poder Naval foram adquiridos o Navio Hidroceanográfico Cruzeiro do Sul e o Navio de Desembarque de Carros de Combate Garcia D'Ávila. Foram adquiridas, também, 23 viaturas operativas terrestres; seis Viaturas Blindadas para Transporte de Pessoal (VBTP); e uma VBTP-Socorro, todas destinadas ao Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais no Haiti.

• Foi dada continuidade à construção de um Navio-Patrulha de 500 toneladas, tendo sido iniciada, também, a construção de uma segunda unidade.

Medidas visando a recuperação parcial e gradativa do Poder Naval foram adotadas, entretanto, a realidade é que, atualmente, a MB executa um planejamento modesto e muito aquém de suas necessidades, todavia coerente com os recursos consignados. Desta forma, permanece a necessidade urgente do aparelhamento da Marinha, tendo em vista que os meios operativos da Força apresentam severas degradações de desempenho, resultantes de

mais de uma década das restrições supracitadas, e dos naturais processos de envelhecimento e obsolescência do material. Espera-se, entretanto, que, com o PPA 2008-2011 e a LOA-2008, esta situação se reverta, e que, por meio da elevação dos patamares orçamentários das Forças Armadas, tornem exeqüíveis os Programas de Reaparelhamento Operacional das Forças Armadas. Não obstante a atual conjuntura, a partir dos esforços de todos os setores, a Marinha foi capaz de alcançar significativas conquistas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O ano de 2007 foi marcado pelo persistente quadro de restrições orçamentárias e, conseqüentemente, por dificuldades e óbices de diversas ordens, que dificultaram a manutenção e o preparo do Poder Naval brasileiro. Medidas de economia severas tiveram de ser impostas e ocasionaram a postergação, o atraso ou a paralisação de importantes projetos e metas. Em que pesem as gestões efetuadas pelo Ministério da Defesa (MD), que permitiram a liberação integral das dotações orçamentárias autorizadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2007 e a aprovação de créditos adicionais, os recursos consignados à MB foram insuficientes para o atendimento das necessidades básicas de operação e de manutenção dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, e das organizações militares em terra. A difícil situação orçamentária vivenciada pela Força vem sendo exposta seguidamente pelo Comandante da Marinha.

O monitoramento das ações é realizado por meio da estrutura prevista no Sistema do Plano Diretor (SPD), que é detalhado em diversos Planos Internos (PI). As metas previstas para cada PI são consolidadas e avaliadas pelo Conselho Financeiro e Administrativo da Marinha (COFAMAR). Esse Conselho, internamente, exerce função semelhante à da Comissão de Monitoramento e Avaliação (CMA) prevista no Decreto-Lei nº 5.233, de 06 de outubro de 2004. Cumpre esclarecer que cada ação orçamentária, para efeitos de gestão interna, é desdobrada em vários PIs, a fim de permitir o controle, o monitoramento e a avaliação das atividades realizadas nos diversos escalões da Instituição. As informações necessárias aos coordenadores e aos gerentes são obtidas das unidades executoras, no Sistema do SPD e no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) e, posteriormente, são registradas no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

Quanto ao cumprimento de metas físicas, houve execução física de 80% a 100% do previsto na LOA 2007. O desempenho foi elevado em decorrência da estrutura matricial da Marinha e da utilização do SPD na avaliação das atividades realizadas nos diversos escalões da Instituição.

Como dito anteriormente, 2007, foi marcado pelo persistente quadro de restrições orçamentárias e, conseqüentemente, por dificuldades e óbices de diversas ordens, que dificultaram a manutenção e o preparo do Poder Naval brasileiro. Os resultados foram alcançados em conformidade com a disponibilidade de recursos, com exceção das ações "Construção de Submarino" e "Modernização de Submarino", pois os créditos consignados não foram utilizados em face da não-aprovação do financiamento externo necessário ao alcance das metas planejadas. Apesar dos processos complexos e de execução de médio e

longo prazo, características inerentes às ações do tipo Projeto, a maioria das metas físicas previstas na LOA foi concluída.

A MB utilizou R$ 340.991.014,00 (97,4 %) dos R$ 350.170.860,00 disponibilizados na LOA e créditos adicionais em 2007.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou a execução do Programa, em decorrência de grande esforço gerencial e executivo. A liberação parcelada dos recursos no transcorrer do exercício 2007 foi a responsável pela descontinuidade do fluxo de recursos.

Cabe ressaltar sobre a situação do AMRJ. É o principal centro de construção, modernização, revitalização e manutenção da MB e destaca-se pela excelência das suas atividades técnicas e industriais, envolvendo o projeto, construção e manutenção dos meios navais. Desde os seus primórdios, o AMRJ sempre se notabilizou pela construção naval tanto por razões estratégicas (domínio de tecnologias, buscando a diminuição da dependência externa), quanto econômicas, buscando a nacionalização de componentes e o incentivo à indústria nacional. O AMRJ está em processo de revitalização até 2017, visando a recuperação de seu parque industrial.

Além de sua revitalização ora em curso, é necessário o início de sua modernização, para dotar a infra-estrutura industrial, capacitando-o a atender com eficiência e eficácia às modernas técnicas, industriais e tecnológicas relacionadas à construção de navios de superfície e de submarinos, consolidadas no Programa de Reaparelhamento da Marinha (PRM).

Existe uma falta significativa quantitativa e qualitativa de mão-de-obra no AMRJ, em decorrência da evasão (motivada pelos baixos salários), da falta de reposição por concurso público (último concurso para captação de recursos humanos na área industrial realizado em 1993) e da elevada faixa etária dos servidores civis. Dessa forma, a força de trabalho industrial está reduzida, acarretando perda de capacitação.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Por se tratar de defesa nacional, não se aplica a aferição do público-alvo, que é a Nação brasileira. O Programa tem como objetivo específico o de reaparelhar e adequar os meios operativos e a estrutura da MB às necessidades do País, relativamente à defesa naval, com a finalidade de recuperar e manter a sua capacidade operacional e proporcionar meios de apoio necessários ao cumprimento de sua missão constitucional. Dessa forma, as ações são implementadas com eficiência e eficácia, com o propósito de atingir, com efetividade os objetivos estabelecidos e otimizar o emprego dos recursos confiados à Marinha pela sociedade, não havendo mecanismo de interação direta com a sociedade.

O PRM apresenta boas práticas de gestão que poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal. O SPD foi adotado pela MB há mais de 45 anos. Apesar de seu contínuo aprimoramento, ainda carece de adequações que viabilizem sua perfeita interação com os demais sistemas utilizados pelos setores orçamentários e financeiros do Governo Federal. Ainda assim, o Sistema contribui de forma significativa para que os recursos disponibilizados à Força sejam aplicados de modo tempestivo e efetivo.

REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

GERENTE DO PROGRAMA

Alberto Edmundo Fleck

OBJETIVO

Reaparelhar e adequar a estrutura do Exército para atender às necessidades da defesa do território brasileiro.

PÚBLICO-ALVO

Nação brasileira

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 171.004.191,00	Empenho Liquidado:	R$ 169.665.273,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 169.665.273,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro - Porcentagem	1.68	8.34	8.37	8.47	9.50	89,16%

1. TAXA DE REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O alcance do índice, em relação ao previsto, ficou prejudicado, em virtude de que os recursos liberados pela Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007 foram aquém das necessidades estimadas do Programa para o período 2004-2007.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Exército Brasileiro, ao buscar dotar as suas Organizações Militares com vetores de modernidade, tem o propósito de obter um adequado suporte ao reparo e ao emprego da Força Terrestre.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- No ano de 2007 foram realizadas diversas aquisições, com destaque para:

a) 69 carros de combate (blindados);

b) 138 viaturas diversas;

c) 270 materiais aeroterrestres (pára-quedas);

d) 516 equipamentos de comunicações e informática (rádios e computadores);

e) 332 barracas de campanha;

f) 196 máscaras contra-gases;

g) 11 equipamentos de manobra e patrulhamento;

h) 63 equipamentos hospitalares;

i) 110.350 munições e explosivos diversos;

j) Modernização de 49 viaturas militares.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os recursos financeiros distribuídos anualmente para o reaparelhamento e adequação do Exército foram muito aquém das reais necessidades, limitando o alcance das metas estimadas pela Força Terrestre e o cumprimento em condições mínimas de suas missões constitucionais.

O desempenho das ações do Programa é feito através de visitas *in loco*, que, na verdade, são inspeções dos diversos escalões abrangidos.

São utilizados como meios de gerenciamento os seguintes sistemas: Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), Sistema Integrado de Gestão Administrativo (SIGA), Sistema de Material do Exército (SIMATEX), Sistema Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan). Além disso, são gerados relatórios de gestão mensalmente (consolidados anualmente).

Do total de recursos liberados pela LOA 2007, 99% das metas foram executadas, tendo em vista, principalmente, a variação da taxa cambial nas aquisições internacionais.

Os recursos financeiros foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação.

RECURSOS DO MAR

GERENTE DO PROGRAMA

Dilermando Ribeiro Lima

OBJETIVO

Levantar, compilar e disponibilizar dados oceanográficos e climatológicos e informações relativas ao relevo e aos recursos do mar na plataforma continental brasileira, a fim de atender aos interesses e às necessidades de defesa nacionais, e à exploração comercial desses recursos, gerando divisas para o País.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade brasileira, especialmente, comunidade científica, universidades, empresas nacionais e instituições da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) ligadas aos recursos do mar

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 4.747.200,00	Empenho Liquidado:	R$ 4.732.518,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 4.732.518,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Atualização do Levantamento do Relevo e dos Recursos Existentes da Plataforma Continental – Porcentagem	62.00	50.00	-	60.00	52.00	115,38%

1. TAXA DE ATUALIZAÇÃO DO LEVANTAMENTO DO RELEVO E DOS RECURSOS EXISTENTES DA PLATAFORMA CONTINENTAL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Além da falta de recursos adequados, considerando que os montantes alocados nos últimos exercícios foram muito aquém do mínimo necessário para a realização de expedições marítimas para a atualização do levantamento do relevo da Plataforma Continental (PC), uma das principais restrições é a indisponibilidade de um equipamento chamado sonar multifeixe, que foi adquirido e será instalado no Navio Hidrográfico Sírius, no primeiro semestre de 2008, o que permitirá incrementar a atualização do levantamento do relevo submerso da PC.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os acordos internacionais relativos ao direito do mar, dos quais o Brasil é signatário, bem como as necessidades de levantar e explorar os recursos da plataforma continental e da Zona Econômica Exclusiva, com finalidades de defesa e comerciais, impedem a Marinha de participar ativamente em trabalhos de levantamento de dados e informações sobre os recursos do mar, juntamente, com outros órgãos governamentais, instituições de pesquisa e empresas nacionais, visando ampliar os conhecimentos sobre as potencialidades do nosso mar e buscar novas formas de exploração e explotação dos recursos marinhos, em benefício da sociedade brasileira.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Avaliação dos Recursos não-Vivos, com destaque para os seguintes aspectos:

a) realização da 1ª campanha de mar do Projeto Fosforita das Bacias de Santos (SP) e de Pelotas (RS);

b) finalização da etapa de digitalização dos dados do sistema de informação geográfica (SIG) da PC;

c) realização de Simpósio de Geologia e Recursos Minerais Marinhos;

d) contratação de serviços de técnicos especializados em geoprocessamento para atender diversos projetos constantes do Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira.

- Manutenção da Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo (ASPSP) - o Programa Arquipélago (Proarquipelago) apoiou o desenvolvimento de 23 projetos de pesquisa na região do Arquipélago de São Pedro e São Paulo (ASPSP), mantendo o local permanentemente habitado com as necessárias condições de conforto e segurança. Foram realizadas 24 expedições científicas em barcos fretados para este fim exclusivo, qualificados 75 pesquisadores por meio de treinamento intensivo e contínuo e realizadas três comissões de manutenção preventiva e corretiva do sistema estrutural da estação e dos equipamentos existentes no Arquipélago.

- Pesquisa e Monitoramento Oceanográfico: foram adquiridas duas bóias fixas, e respectivos sensores sobressalentes necessários para reativação da bóia fixa Minuano, fundeada nas proximidades da cidade de Rio Grande (RS). Foram lançadas no Atlântico Sul 30 bóias de deriva, primordiais para a melhoria da previsão meteorológica e das mudanças climáticas globais. Foram instalados dois marégrafos radar, de última geração, que são sensores essenciais para o acompanhamento da elevação do nível médio do mar e para o monitoramento da erosão costeira ao longo do litoral brasileiro.

• Integração dos Sistemas de Informações Relativas ao Mar: participação em *workshop* para definição de parâmetros necessários para compatibilizar bancos de dados existentes, relacionados aos recursos do mar. Houve contratação de pessoal para assessoria na criação de um recorte temático sobre recursos do mar no Portal Inovação.

Os resultados mostram o grande potencial do Programa, que necessita de recursos adequados à sua relevância e à sua magnitude.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

As ações são monitoradas através de reuniões trimestrais, com a participação de representantes dos Ministérios envolvidos que compõem a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. São realizadas visitas *in loco* principalmente aos locais referentes à Manutenção da Estação Científica do ASPSP, que têm seu desempenho monitorado com visitas mensais realizadas para as trocas dos pesquisadores e as comissões específicas de manutenção realizadas trimestralmente. Os equipamentos e sensores utilizados na ação de monitoramento oceanográfico têm acompanhamento e avaliações constantes.

Em 2007, das três ações orçamentárias, duas realizaram 100% do previsto. Entretanto, a ação "Integração dos Sistemas de Informações Relativas ao Mar", que prevê a integração dos principais bancos de dados existentes no País, Banco Nacional de Dados Oceanográficos (BNDO), Banco de Dados Geológicos do Ministério de Minas e Energia (GEOBANK- MME), Banco de Dados Ambientais para a Área Petrolífera (BANPETRO), num único banco de dados, não recebeu adequado aporte de recursos, tendo executado 90% do previsto.

Dois pontos nas equipes executoras foram aquém do necessário: os recursos materiais e a qualificação dos recursos humanos. Com relação ao primeiro ponto, o Programa se refere aos recursos do mar, especificamente, à avaliação dos recursos não-vivos da Zona Econômica Exclusiva e à Pesquisa e Monitoramento Oceanográfico, envolvendo grande complexidade logística, equipamentos específicos e pessoal qualificado e demandando aporte adequado de recursos. Quanto ao segundo, a qualificação de pessoal é fundamental para a execução de projetos da magnitude das ações, que envolvem grande complexidade logística, equipamentos específicos e pessoal qualificado.

Houve atraso na liberação de recursos, mas que, devido ao esforço gerencial da CIRM, não comprometeu a execução das ações.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A participação de todos os Ministérios na execução das ações deste Programa pode ser considerada muito boa, o que é facilitado pelo mecanismo existente da realização de reuniões periódicas dos vários grupos responsáveis pelas respectivas ações.

Não há mecanismos que promovem a participação social, uma vez que a CIRM é composta de representantes de diversos Ministérios e da comunidade científica, sendo seus projetos desenvolvidos em harmonia com os programas sociais do Governo, atendendo indiretamente os anseios da sociedade brasileira.

O Programa avalia a satisfação de seus beneficiários. O público-alvo tem demonstrado satisfação com os resultados alcançados, embora ainda estejam abaixo do desejável. O PROARQUIPÉLAGO é o projeto que mais vem correspondendo às expectativas da comunidade científica e dos pesquisadores com a realização de diversos projetos e com o guarnecimento ininterrupto do Arquipélago de São Pedro e São Paulo. Ainda, os resultados da Pesquisa e Monitoramento Oceanográfico têm contribuído para melhorar a qualidade das informações sobre as condições climáticas e do acompanhamento dos fenômenos climáticos de interesse do Brasil.

SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO AQUAVIÁRIA

GERENTE DO PROGRAMA

Ademir Sobrinho

OBJETIVO

Prover a segurança da navegação em águas sob jurisdição brasileira.

PÚBLICO-ALVO

Operadores de transportes aquaviários e de embarcações em geral, e seus usuários

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 140.311.311,00	Empenho Liquidado:	R$ 140.270.875,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 140.270.875,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Coeficiente de Acidentes Náuticos 1/1.000	1.60	1.60	1.60	1.60	1.60	100%

1. COEFICIENTE DE ACIDENTES NÁUTICOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Apesar dos aportes financeiros não terem sido suficientes, mesmo com os que foram alocados extraordinariamente, torna-se relevante frisar o esforço concentrado para que as ações do Programa sejam executadas com o propósito de proporcionar a redução dos acidentes e dos incidentes de navegação no mar aberto e nas hidrovias interiores.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Por força de atribuições legais e de acordos internacionais, compete à Marinha executar diversas atividades voltadas para a segurança da navegação, controle e proteção dos meios e das pessoas que trafegam nas áreas marítimas e fluviais sob jurisdição brasileira. Tais atividades, sendo bem desenvolvidas, além de atingir seus propósitos, contribuem diretamente para a redução dos custos de navegação e, conseqüentemente, dos fretes dos produtos transportados, o que, em última análise, representa economia de divisas para o País e maior desenvolvimento.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Manutenção e aperfeiçoamento das informações meteorológicas e ambientais.

• Manutenção e aperfeiçoamento das informações relativas às Normas da Autoridade Marítima Brasileira (NORMAM), ao Ensino Profissional Marítimo (EPM), à situação de embarcações nacionais e estrangeiras autorizadas a operar nas águas jurisdicionais brasileiras e às ações de inspeção e fiscalização exercidas no mar e nas vias navegáveis interiores.

• Continuidade do Plano de Desenvolvimento do Programa Oceano, com coleta de dados oceanográficos, meteorológicos, batimétricos e de auxílio à navegação no litoral brasileiro.

• Levantamentos hidroceanográficos para confecção de cartas de navegação, atualização das cartas existentes, migração para o formato de carta eletrônica raster e vetorial, emissão diária de avisos aos navegantes e atualização do Banco de Dados Cartográficos.

• Implantação de novos sistemas de auxílio à navegação e de controle do tráfego marítimo, compostos por equipamentos do Sistema de Identificação Automática (AIS) e pelo Banco Nacional de Dados do Sistema de Identificação e Acompanhamento de Navios a Longa Distância (LRIT).

• Continuidade do preparo de profissionais aquaviários, portuários e trabalhadores em atividades correlatas, de nível médio e superior, oferecendo cursos do EPM para 30.804 profissionais do setor em 2007.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

As limitações ao previsto para as metas financeiras afetaram o EPM, cuja quantidade de cursos ficou aquém das necessidades da comunidade marítima, nos setores de aquaviários e de portuários, e a sinalização náutica, cuja qualidade vem, ao longo dos anos, apresentando deterioração e dificultando a manutenção do nível de eficácia mínimo preconizado pela *International Association of Marine Aids to Navigation and Lighthouse Authorities* (IALA).

Por outro lado, houve aumento na meta física de Registro e Fiscalização de Embarcações, decorrente de créditos suplementares, concentrando fiscalização em pontos de grande movimento de embarcações para prevenir e reduzir acidentes e incidentes náuticos.

O monitoramento das ações do Programa é realizado pela estrutura prevista no Sistema do Plano Diretor (SPD) da Marinha Brasileira (MB), detalhado em diversos Planos Internos (PI). São realizadas reuniões conforme previsto na sistemática adotada pelo órgão e as metas previstas para cada PI são consolidadas e avaliadas pelo Conselho Financeiro e Administrativo da Marinha.

Também são realizadas inspeções administrativas para verificação do andamento da execução das ações planejadas, apontando causas, conseqüências e ações corretivas para fazer face a possíveis falhas de execução.

Segundo as diretrizes do Sistema do Plano Diretor (SPD), é usado o Sistema de Acompanhamento do Plano Diretor (SIPLAD) e, por meio deste, são prestadas as informações gerenciais e executado o acompanhamento dos indicadores e metas físicas e financeiras.

A execução física das ações do Programa fechou o exercício entre 80% e 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Os resultados foram alcançados em conformidade com os créditos disponíveis, não tendo sido possível alcançar as metas previstas, inicialmente, em função da insuficiência de recursos.

Os recursos disponibilizados foram integralmente utilizados pela Marinha, porém o Programa enfrentou restrições orçamentárias tendo, como conseqüência, o não-cumprimento de algumas metas inicialmente previstas, cabendo destacar a dificuldade de manter o Índice de Eficácia da Sinalização Náutica situado no nível preconizado pela *International Association of Marine Aids to Navigation and Lighthouse Authorities* (IALA) e adotado no País.

Quanto à liberação parcelada dos recursos, mesmo considerando a posterior alocação de recursos extraordinários, causou descontinuidade no fluxo de recursos sem comprometer completamente a execução, mas prejudicando o atendimento das atividades programadas ao longo do ano de forma uniformemente distribuída.

A redução da disponibilidade dos meios e equipamentos decorrente dos reduzidos patamares orçamentários impostos à Marinha nos últimos anos tem acarretado uma necessidade maior de recursos para a manutenção, a substituição e a modernização do material utilizado, principalmente, no Sistema de Segurança e Proteção do Tráfego Aquaviário. O Sistema de Ensino Profissional Marítimo também necessita de incremento no aporte de recursos. A destinação dos recursos orçamentários foi utilizada principalmente para:

a) custeio de serviços administrativos;

b) manutenção de viaturas;

c) manutenção e conservação de bens imóveis, móveis e equipamentos diversos;

d) despesas com viagens e locomoção;

e) realização de conclaves, intercâmbios e adestramentos;

f) atividades diversas de suporte ao Ensino Profissional Marítimo;

g) demais atividades-meio necessárias à gestão e à administração do Programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Em relação a mecanismos que promovem a participação social, o Programa conta com Ouvidoria que, por meio dos canais de comunicação existentes nas Capitanias dos Portos e suas Delegacias e Agências, compõem o Sistema de Segurança do Tráfego Aquaviário (SSTA). Também são captadas críticas e sugestões por meio de recursos da Internet. Ainda, são realizadas reuniões periódicas com grupo de interesse como, por exemplo, sindicatos de portuários e de armadores de navegação.

Existe avaliação de satisfação de seus beneficiários, verificada através de pesquisas e inquéritos pedagógicos além da utilização de recursos de Internet.

Por fim, cabe salientar que o SPD foi adotado pela MB há mais de 45 anos. Apesar de seu contínuo aprimoramento, o mesmo ainda carece de adequações que viabilizem sua perfeita integração com os demais sistemas utilizados pelos setores orçamentário e financeiro do Governo Federal. Ainda assim, o SPD contribui de forma significativa para que os recursos disponibilizados para a MB sejam aplicados tempestiva e eficazmente e se mantenha a continuidade dos projetos.

SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS

GERENTE DO PROGRAMA

Milton Braz Pagani

OBJETIVO

Prestar assistência médico-hospitalar e odontológica ao pessoal militar das Forças Armadas, ativo e inativo, e a seus dependentes.

PÚBLICO-ALVO

Militares das Forças Armadas e seus dependentes

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 953.767.269,00	Empenho Liquidado:	R$ 945.723.751
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 945.723.751**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM de ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Ocupação Hospitalar da População-Alvo - Porcentagem	70.00	70.00	70.00	70.00	60.00	116,67%

1. TAXA DE OCUPAÇÃO HOSPITALAR DA POPULAÇÃO-ALVO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O Programa envolve diversas ações e necessita de um número maior de indicadores para sua correta avaliação. Cabe ressaltar que, face à natureza militar do Sistema de Saúde das Forças Armadas, não se constitui interesse das mesmas uma taxa de ocupação hospitalar acima de 60%, face à necessidade de uma reserva de leitos para atender a situações como catástrofes, conflitos armados, dentre outras, todas, intrinsecamente, inopinadas.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Provimento aos militares (ativo e inativo) e seus dependentes de adequada assistência médico-hospitalar, assegurando o acesso e a humanização do atendimento de saúde.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Capacitação de centenas de militares com estabilidade na carreira no Programa de Prevenção e Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e aids nas Forças Armadas, em parceria com o Programa Nacional de Aids do Ministério da Saúde (MS) e o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAids). Ocorreram cursos para formação de educadores de pares em várias cidades do Brasil, cobrindo os eixos previstos. Foram realizados também: o Seminário de Gestão Técnica que tratou da reorientação técnica para os gestores técnicos dos Eixos (diretrizes e normas para condução das capacitações), divulgação do plano de trabalho (calendário de atividades e papel dos gestores técnicos nas atividades programadas) e a apresentação do modelo de monitoramento e avaliação das atividades.

• Melhoria na interação e na disponibilização dos Serviços Médicos Especializados de cada Força Armada às demais, abrangendo um maior número de atendimentos, racionalizando os recursos e beneficiando a população de assistidos pelos Serviços de Saúde das Forças Armadas (aproximadamente 1.200.000 integrantes da Família Militar).

• Priorização e continuidade na implantação de programas de saúde preventiva, beneficiando a população de assistidos pelos Fundos de Saúde das Forças Armadas.

• Priorização da atenção ao idoso, à gestante, à criança e aos portadores de necessidades especiais, beneficiando a parcelas mais carentes do universo de assistidos pelos Serviços de Saúde das Forças Armadas.

• Participação no atendimento suplementar às populações indígenas e ribeirinhas da Amazônia em apoio ao Sistema Único de Saúde (SUS), em parceria com o MS, beneficiando a população em geral da região (mais de 10.000.000 cidadãos).

• Realização, pelo Projeto Retrato da Família Militar, de um levantamento de dados quantitativos e qualitativos sobre a família militar com o fim de subsidiar os programas e projetos desenvolvidos pelo Departamento.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A escassez de recursos orçamentários resultou na precariedade dos equipamentos de saúde e descontinuidade da manutenção das instalações em nível adequado, como conseqüência, aumentou a dependência em terceirização dos atendimentos de saúde por entidades privadas. No entanto, a infra-estrutura ofertada ao público-alvo e os recursos humanos se mantiveram em níveis ainda compatíveis à implementação do Programa.

O Programa apresenta os seguintes mecanismos de monitoramento de suas ações:

a) reuniões de trabalho: realizadas para definição das ações, monitoramento e avaliação pela Comissão Permanente dos Serviços de Saúde da Marinha, Exército e Aeronáutica (CPSSMEA);

b) visitas *in loco*: são realizadas pela Comissão Permanente dos Serviços de Saúde da Marinha, Exército e Aeronáutica (CPSSMEA);

c) Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan): preenchimento realizado pelos coordenadores de ação que compilam dados das Organizações Militares de saúde das Forças Armadas;

d) relatórios de gestão: com acompanhamento pelos Comandos Militares e pelo Ministério da Defesa (MD).

A execução física das ações do Programa fechou 2007 com percentual de 80% a 100% do previsto. Da mesma forma que em 2006, os dados referentes à ação "Manutenção dos Serviços Médico-Hospitalares", cuja meta física ultrapassou o previsto, atêm-se aos procedimentos realizados no Hospital das Forças Armadas (HFA). As ações padronizadas "Alimentação de Pessoal", "Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados", "Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados" e "Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados" tiveram o desempenho das metas físicas pouco abaixo do previsto devido ao fato de suas metas físicas terem sido estimadas de forma inadequada.

Os recursos orçamentários executados pelo Programa foram considerados insuficientes, principalmente, pelos seguintes aspectos:

a) o contingenciamento orçamentário ocorre com freqüência, dificultando a execução das metas físicas previstas. Tal medida não deveria ocorrer, uma vez que a sua principal fonte de arrecadação se constitui nos descontos compulsórios dos militares para os seus respectivos Fundos de Saúde;

b) a não-atualização, desde o ano de 1999, do valor do Fator de Custos de Atendimento Médico-Hospitalar (FCAMH), para o qual o Decreto nº 92.512, de 2 de abril de 1986 (alterado pelo Decreto nº 1.133, de 3 de maio de 1994) prevê fixação anual e vem progressivamente aumentando a utilização pelas Forças Armadas de recursos próprios no financiamento do AMH ao seu pessoal, chegando a representar, em 2006, mais de 75% dos recursos disponíveis. Considerando o direito e as garantias constitucionais de acesso à assistência de saúde pelos cidadãos brasileiros e a atribuição legal das Forças Armadas em provê-la ao seu pessoal militar (ativos e inativos, dependentes e pensionistas), que conta com um universo de, aproximadamente, 1.200.000 pessoas, a falta de recursos disponibilizados para a atualização do FCAMH causa impactos negativos neste e em outros programas do MD, já que os atendimentos à saúde continuam;

c) a execução de outras ações, além da prestação do AMH, que é sua principal fonte de recursos e consiste na arrecadação dos Fundos de Saúde e que esta fonte é legalmente destinada ao AMH, outras ações não estão sendo contempladas com recursos adequados.

Quanto à compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física, embora o fluxo de recursos tenha sido descontínuo, as metas físicas foram realizadas.

Existe uma ação de gestão e administração, que, por vício de origem, se destina, também, à manutenção dos serviços administrativos do HFA. No entanto, por solicitações anteriores, a partir de 2007, houve previsão de recursos para a gerência do Programa, destinados ao Departamento de Saúde e Assistência Social (DESAS). Também, os investimentos necessários para a atualização dos equipamentos de saúde não estão sendo realizados, por falta de recursos específicos para este fim no Programa que, atualmente, se concentra na operacionalização da assistência.

A quantidade de recursos humanos nas equipes executoras foi insuficiente: nas áreas remotas e de difícil acesso do País, em especial, as de fronteira, onde há insuficiência de profissionais de saúde, os recursos humanos do Sistema de Saúde das Forças Armadas executam a tarefa subsidiária, na ausência do SUS, de prestar a assistência de saúde à população civil. Os médicos formados nos grandes centros do País são deslocados para essas áreas. Visando minimizar o impacto provocado pelo afastamento de suas origens e das oportunidades de completar a formação profissional, desenvolveu-se uma articulação interministerial entre MD, MS e o Ministério da Educação (MEC) para estudar e viabilizar formas de incentivo ao deslocamento de médicos para a Amazônia Legal e outras regiões remotas. São necessários recursos para garantir a estes profissionais o acesso a programas de educação continuada.

Os quadros de servidores civis empregados na assistência de saúde aos militares também estão muito reduzidos em função das sucessivas políticas de restrição ao ingresso de servidores públicos na Administração Federal. Os hospitais militares não podem prescindir de servidores civis em virtude da alta rotatividade dos servidores militares, por características de carreira.

O setor gerencial foi recém-criado, dentro da realidade de escassez de recursos humanos, com evidente impacto na qualificação.

O elevado contingenciamento dificulta a execução das metas físicas previstas no Programa. Ademais, o FCAMH não sofre atualização desde 1999. Como os atendimentos médico-hospitalares e odontológicos continuam, para cobrir despesas com serviços de saúde, utilizam-se recursos próprios das Forças Armadas, gerando impacto negativo em outros Programas do MD.

Embora o contingenciamento de recursos prejudique a execução das ações, as Organizações Militares de saúde das Forças Armadas demonstraram empenho para realizar os atendimentos médico-hospitalares e odontológicos e na execução dos créditos recebidos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa realiza parcerias não-governamentais para sua execução, podendo ser destacada a com a UNAIDS e o MS no Programa de Prevenção e Controle de DST/AIDS nas Forças Armadas. Até o momento, os mecanismos de parceria estão sendo cumpridos.

Com relação aos mecanismos de promoção da participação social, a instalação de Ouvidorias nas unidades de saúde é prática decorrente. São espaços para que os pacientes atendidos possam falar sobre problemas encontrados na prestação de serviços e possibilita a busca de contínua melhoria nas atividades. É parte integrante do projeto Retrato da Família Militar, um questionário universalmente distribuído em que é feita uma avaliação da assistência prestada pelas Forças Armadas na área social como um todo, estando nela inclusa a assistência de saúde.

Ainda, os serviços de Assistência Social das Forças Armadas realizam, periodicamente, pesquisas voltadas à aferição do atendimento às demandas nesta área. Por meio do projeto Retrato da Família Militar, o MD, anualmente, faz levantamentos visando aferir o grau de atendimento do Programa às demandas de saúde da população-alvo. A participação do público-alvo provocou aumento da qualidade no monitoramento e no aprimoramento da gestão dos Serviços de Saúde das Forças Armadas.

Por fim, os serviços de saúde militares, juntamente com o HFA, possuem auditorias técnicas internas. Inspeções administrativas periódicas são realizadas pelos comandos militares de cada Força, bem como auditorias sistemáticas pelos respectivos órgãos de controladorias e pelo MD.

O Departamento de Saúde e Assistência Social do MD foi criado em 2004 e necessita de pessoal especializado para bem desenvolver suas atribuições, assim como é necessária a revitalização da atual infra-estrutura hospitalar e a construção do Hospital das Forças Armadas em Manaus.

Além de suas atividades ordinárias, os recursos humanos do Sistema de Saúde das Forças Armadas executam a tarefa subsidiária, na ausência do SUS, de prestar assistência de saúde à população civil. Faz-se necessário, portanto, concurso de médicos convocados para a prestação do Serviço Militar na execução de tarefas nas áreas remotas e de difícil acesso do País, em especial, as de fronteira.

Para tanto, dever-se-ia garantir que a previsão orçamentária dos Fundos de Saúde das três Forças não fosse incluída nos respectivos limites de outras despesas correntes e de capital anuais já que a sua principal fonte de arrecadação são os descontos compulsórios dos militares para os respectivos Fundos.

SEGURANÇA DE VÔO E CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO

GERENTE DO PROGRAMA

Élcio Picchi

OBJETIVO

Proporcionar circulação segura e eficiente ao tráfego aéreo civil e militar no espaço aéreo sob a jurisdição do Brasil.

PÚBLICO-ALVO

Empresas aéreas, operadores de aeronaves civis e militares, pilotos civis e militares, unidades aéreas das Forças Armadas, usuários ou assinantes dos serviços e sistemas de telecomunicações aeronáuticas, de informações aeronáuticas, de meteorologia aeronáutica, de busca e salvamento e de investigação e prevenção de acidentes aeronáuticos

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 675.400.923,00	Empenho Liquidado:	R$ 656.930.859,00
	Pago Estatais:	R$ 1.568.306,00
	Total:	**R$ 658.499.165,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Espaço Aéreo Monitorado - Porcentagem	-	94.00	95.00	95.00	94.00	101,06%
2. Índice de Acidentes Aeronáuticos Porcentagem	-	-	0.61	0.80	0.56	-

1. ESPAÇO AÉREO MONITORADO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Em 2007, a taxa de monitoramento do Espaço Aéreo Brasileiro (EAB) permaneceu em 95%, superando o percentual que estava previsto para o período. Cabe ressaltar que, com os investimentos realizados permitiu-se um serviço mais confiável.

2. ÍNDICE DE ACIDENTES AERONÁUTICOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

No ano de 2007, o índice de acidentes apresentado foi de 0,8 (número de acidentes ocorridos na aviação civil dividido pelo número de aeronaves registradas no RAB-DAC, multiplicado por 100), tendo crescido em 31,15% relação ao ano anterior.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Necessidade de garantir o controle efetivo do espaço aéreo brasileiro, de prover a segurança e a eficiência do tráfego aéreo civil e militar, de atender ao crescimento do Tráfego Aéreo relativo à aviação doméstica e internacional, de acompanhar a evolução tecnológica das aeronaves, dos meios de controle do espaço aéreo e das comunicações do Comando da Aeronáutica (COMAER), bem como atender às normas e recomendações da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), que sejam de interesse do Brasil.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Treinamento e aperfeiçoamento contínuo do pessoal do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB), por meio de elevação do nível de qualificação profissional em que foram formados e/ou treinados 1.541 servidores, em 84 cursos, entre militares e civis do SISCEAB, sendo destes 707 controladores de vôo.

• Inauguração de Laboratório de Simulação de Controle de Tráfego Aéreo que propicia estudos de reformulação do processo de planejamento do espaço aéreo, além de possibilitar melhor e mais intenso treinamento para os controladores de vôo. Concentração de esforços na operação e na manutenção preventiva, incluindo contratos de manutenção com fornecimento de assistência 24 horas.

• Atualização e/ou modificação de 248 normas relativas à área operacional do SISCEAB, objetivando a harmonização das regras de uso no Brasil, em conformidade com o que preceitua a OACI.

• Operacionalização do Centro de Gerenciamento da Navegação Aérea (CGNA): o Sub-departamento de Operações operacionalizou o CGNA, com a finalidade de apoiar o COMAER nos problemas enfrentados pela aviação civil, acompanhando as atividades operacionais de todo o SISCEAB, avaliando o impacto das inoperâncias e limitações operacionais nas capacidades de controle de tráfego aéreo (ATC) e aeroportuária, adotando medidas operacionais de coordenação para manter o balanceamento entre a demanda dos movimentos aéreos e as capacidades ATC e aeroportuária, implementando as medidas de gerenciamento de fluxo de tráfego aéreo, conduzindo o processo de tomada de decisões

colaborativas junto às companhias aéreas, coordenando o estabelecimento de valores das capacidades ATC e aeroportuária e analisando as propostas de horário de transporte aéreo (HOTRAN) quanto ao impacto na circulação aérea.

• Redimensionamento das regiões de informação de vôo Brasília (FIR-BS) e Curitiba (FIR-CW) visando garantir o fluxo do tráfego para o Nordeste do Brasil e continentes Europeu e Africano.

• Programa de Implantação de Auxílios à Navegação Aérea: voltado para a substituição ou implantação de equipamentos utilizados com auxílios rádio-visuais à navegação em rota, à aproximação para o pouso e à decolagem de aeronaves, em cerca de 19 aeródromos, objetivando propiciar o emprego de procedimentos de tráfegos aéreos seguros e eficientes. Dos trabalhos desenvolvidos destacaram-se, em 2007, o prosseguimento da instalação de sistemas de aproximação de precisão nas pistas 11R e 29L do aeroporto de Brasília, da substituição do VOR/DME nas localidades de Fortaleza, Salvador e Curitiba, bem como da instalação de auxílios visuais à aproximação em sete aeródromos.

• Programa de Implantação de Sistemas de Telecomunicações: objetiva elevar a capacidade de comunicação entre os órgãos técnicos e operacionais do SISCEAB e entre estes últimos e as aeronaves em vôo, foi dada continuidade ao processo de implementação de duplicação de configuração, visando a elevação do nível de confiabilidade, nas centrais de áudio que servem os principais órgãos de controle de tráfego aéreo no País, como os quatro centros integrados existentes Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (Cindacta) e, também, os Centros de Controle de Aproximação (APP) das localidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Curitiba. No que se refere às comunicações terra/avião, prosseguiu-se a instalação de estações remotas em VHF nas localidades de Tarauacá, Ji-paraná, Jundiá e Viseu, visando favorecer as comunicações na região Amazônica. Relativamente à área sob a jurisdição do Cindacta 2 (região Sul e parte da região Sudeste), iniciou-se processo para a aquisição de 19 estações remotas em VHF, visando a substituição de 10 estações em operação, bem como a implantação de nove novas estações remotas, para a ampliação da capacidade de comunicação entre o Cindacta 2 e as aeronaves sob o seu controle. Quanto à região Nordeste, área afeta ao Cindacta 3, iniciou-se também processo para aquisição de 32 estações remotas em VHF, que serão destinadas à substituição de 17 estações em operação, bem como a implementação de 15 novos sítios, o que elevará expressivamente a capacidade do Cindacta 3 em se comunicar com as aeronaves que circulam em sua área de jurisdição, principalmente, aquelas voando em baixas altitudes.

• Programa de Implantação de Meios de Vigilância Radar: visa a substituição ou a implantação de equipamentos e sistemas utilizados na vigilância e no controle do espaço aéreo brasileiro, objetivando propiciar aos órgãos de controle o efetivo monitoramento das aeronaves que evoluem no espaço aéreo sob jurisdição do Brasil, sejam elas civis ou militares. Tiveram prosseguimento empreendimentos voltados para a ampliação da capacidade de prestação do serviço de controle radar nas principais Áreas Terminais de Tráfego Aéreo do País. Nas localidades de Campo Grande, de Ribeirão Preto e de Navegantes, trata-se da implementação do serviço de controle radar, uma vez que, na

atualidade, pela inexistência de radar, o controle é realizado na forma dita convencional. Além disso, concluiu-se a substituição do Radar de Terminal localizado no Aeroporto de Eduardo Gomes, em Manaus, bem como prosseguiram os projetos referentes às substituições dos Radares de Terminal existentes nas localidades de Natal, Fortaleza e Macaé, esse já instalado, mas ainda não operacional. De forma menos intensa, iniciaram-se as primeiras ações de levantamento visando a implantação de Radares de Terminal nas localidades de Porto Seguro e Palmas, bem como a instalação de um segundo Radar de Terminal na Área Terminal do Rio de Janeiro, como forma de se elevar a capacidade de detecção radar do Controle de Aproximação (APP-RJ), e de garantir a continuidade do serviço de controle radar pelo referido órgão, na eventualidade de falha do sistema de radar em uso, localizado no Galeão. Ainda dentro do Programa Vigilância Radar, tem-se um subprograma dedicado à modernização e à ampliação das capacidades dos sistemas de tratamento e visualização radar, empregados nas atividades de Controle de Tráfego Aéreo e de Defesa Aérea, com aplicações, tanto nos quatro Cindactas existentes no País como nas principais Áreas Terminais de Tráfego Aéreo, onde, pela normal existência de Radar de Terminal, é prestado o serviço de controle radar. Continuaram-se os trabalhos de modernização e ampliação dos referidos sistemas de tratamento e visualização de dados, ainda que em estágios diferenciados, nos quatro Cindactas. De forma similar, foram executados trabalhos de modernização e ampliação dos sistemas de tratamento de sete Centros de Controle de Aproximação, o que agregou, ao final de 2007, o início de tais serviços em mais de 12 outros Centros de Controle de Aproximação.

• Programa de Implantação de Meios de Meteorologia Aeronáutica: visa a implantação ou substituição de equipamentos e sistemas que se prestam à coleta, ao tratamento e à difusão de dados meteorológicos aos usuários do SISCEAB, de forma a apoiar a navegação aérea no espaço aéreo sob a jurisdição do Brasil. Deu-se continuidade à instalação de sistema de Radar Meteorológico na localidade de São Luís, o qual se integrará a um conjunto de outros 10 radares meteorológicos que já se encontram em operação na Amazônia Legal.

• Programa de Implantação de Meios de Inspeção em Vôo: destina-se à modernização e à implantação de equipamentos e sistemas voltados para a inspeção em vôo dos meios empregados no SISCEAB, visando a aferição e o controle da operacionalidade de equipamentos, de sistemas e de órgãos técnicos e operacionais em atividade. Prosseguiu-se com o acompanhamento da fabricação, por empresa estrangeira, de quatro sistemas de inspeção em vôo, a serem instalados em aeronaves operadas pelo Grupo Especial de Inspeção em Vôo (GEIV). Sobre este esforço, cabe destacar a grande importância de se dispor de sistemas de inspeção em vôo de elevada qualidade, como forma de se garantir as condições para atingir o mais elevado nível de operacionalidade e segurança do SISCEAB, em perfeita coerência com o que há de mais moderno, no contexto dos países mais desenvolvidos do mundo.

• Programa de Implantação de Meios de Apoio ao Tráfego Aéreo: visa a substituição ou implantação de equipamentos e sistemas destinados às operações militares, bem como a implantação de novos meios de comunicação, navegação vigilância e gerenciamento do tráfego aéreo, em consonância com os novos conceitos inerentes ao Projeto CNS/ATM

da OACI, objetivando propiciar maior segurança, economia e eficiência no uso do espaço aéreo pelas aeronaves, mediante o emprego de sistemas mais precisos para a definição do posicionamento das aeronaves em vôo, e também concorrer para o incremento do uso de rotas diretas, que muito beneficiam os operadores de transporte aéreo, pela redução dos custos operacionais. No que se refere aos empreendimentos de interesse militar (cujos meios disponibilizados, por vezes, podem ser usados em prol da aviação civil), implementaram-se as modernizações dos Radares de Aproximação de Precisão (PAR) existentes nas localidades de Santa Cruz (RS), Canoas (RS), Santa Maria (RS) e Anápolis (GO). Além disso, prosseguiu-se com a modernização e ampliação dos meios de telecomunicações do 1º Grupo de Comunicação e Controle (1º GCC), sediado no Rio de Janeiro. De interesse da aviação em geral deu-se continuidade à implantação da segunda fase do Centro de Controle de Área do Atlântico (ACC-AO). O Centro destina-se a propiciar condições mais favoráveis para o apoio e o controle do fluxo de aeronaves que cruzam o Oceano Atlântico, na direção dos Continentes Europeu e Africano.

• Programa de Implantação de Infra-Estrutura: tem por objetivo a modernização, revitalização ou implantação de instalações prediais e demais acervos de equipamentos e sistemas que integram os órgãos técnicos e operacionais que constituem o SISCEAB, bem como propiciar os meios de apoio ao pessoal integrante do Sistema. As principais realizações foram:

a) conclusão da construção de infra-estrutura complementar nos sítios radar de Tefé (AM) e Cruzeiro do Sul (AC), bem como o prosseguimento de idênticas benfeitorias no sítio radar de Eirunepé (AM);

b) conclusão da implantação, no Rio de Janeiro, do Centro de Gerenciamento da Navegação Aérea, bem assim, o início dos estudos para a elevação de sua capacidade de gerenciamento do tráfego aéreo regular que evolui em todo espaço aéreo sob a jurisdição do Brasil. Tais meios visam propiciar maiores facilidades no planejamento do uso do espaço aéreo e maior velocidade no diagnóstico e na resolução dos eventuais conflitos ou congestionamentos de tráfego aéreo, o que se reveste, em última análise, de grande importância para os usuários do transporte aéreo no País;

c) prosseguimento da modernização e ampliação das edificações usadas nas atividades de controle do tráfego aéreo, incluindo o Centro de Controle de Aproximação no aeródromo de Florianópolis, com vistas a se obter maior eficiência e confiabilidade nas operações aéreas na região;

d) desenvolvimento de estudos e levantamentos em campo em oito aeroportos, objetivando a execução de reformas ou a implantação de novos acervos prediais e de equipamentos, incluindo, em certos locais, torres de controle de aeródromos, visando propiciar condições mais favoráveis para o controle do tráfego aéreo nas respectivas áreas jurisdicionais;

e) ampliação expressiva da capacidade dos simuladores de controle de tráfego aéreo do Instituto de Controle do Espaço Aéreo (ICEA), em São José dos Campos, usados para a formação de controladores de vôo, estando programada para 2008 a execução de benfeitorias complementares no mesmo órgão;

f) contratação e início da execução dos serviços de modernização das Torres de Controle (TWR) dos aeroportos de Congonhas, Galeão e Salvador, o que se reveste de grande importância não só para uma melhor gestão do tráfego aéreo naquelas localidades, considerando os elevados números de operações de pouso e decolagem nos respectivos aeródromos, mas também como fonte de novos conhecimentos sobre sistemas integrados de torres de controle, a serem usados na modernização das Torres de mais 11 aeródromos de expressivos movimentos de tráfego aéreo, cujos estudos e levantamentos em campo já foram iniciados;

g) conclusão da construção de 51 unidades habitacionais em São Luís (MA);

h) prosseguimento da construção de 48 unidades habitacionais em Manaus (AM);

i) conclusão da elaboração dos respectivos projetos para a construção, nos próximos três anos, de 144 unidades habitacionais em Curitiba (PR), 51 unidades em Rio Branco (AC) e 36 unidades em Cuiabá (MT);

j) início dos estudos para a construção, nos próximos exercícios, de oito unidades habitacionais em Aracaju (SE), seis unidades em Maceió (AL), 77 unidades em Porto Velho (RO) e 48 unidades em Manaus (AM);

k) conclusão da elaboração dos projetos visando a contratação em 2008 dos trabalhos de revitalização e modernização dos sistemas de energia e climatização em cinco sítios de radar pertencentes ao Cindacta 2;

l) realização de estudos e levantamentos em campo visando a revitalização e a modernização dos sistemas de energia e climatização de oito outros sítios do SISCEAB, com execução prevista para os próximos dois anos.

Face ao orçamento aprovado, o reforço orçamentário ocorrido no exercício e a diretriz da Direção do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), priorizando a execução do Programa de Trabalho os resultados obtidos no exercício de 2007, foram fundamentais para o alcance dos resultados.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Existem diversas ferramentas de monitoramento do Programa:

a) reuniões de trabalho: mensalmente a gerência avalia e consolida os dados lançados pelos coordenadores de ação do Programa. São realizadas reuniões de trabalho que fornecem as informações sobre o desenvolvimento físico das ações;

b) visitas *in loco*: são realizadas inspeções periódicas, coordenadas pela Vice-Direção, às organizações subordinadas e é feito o acompanhamento, no local, pelos responsáveis designados no Programa de Trabalho de modo a orientar e resolver questões técnicas;

c) sistemas informatizados: o DECEA dispõe do Sistema Integrado de Planejamento (SISPLAN) que permite o acompanhamento da execução do Programa de Trabalho, que também é realizado pelo Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), com ênfase na execução financeira;

d) Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan): as informações são inseridas pelos coordenadores de ação. Com isso o gerente pode analisar e acompanhar o desenvolvimento das ações;

e) relatórios de gestão: são confeccionados anualmente e retratam a execução orçamentária, nos quais são evidenciados os resultados obtidos com os recursos disponibilizados.

A execução física das ações do Programa ficou entre 80% e 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Diante dos acontecimentos ocorridos no ano de 2007, o DECEA, seguindo orientações do Ministério da Defesa (MD) e do Comando da Aeronáutica, adotou e realizou em seu Programa de Trabalho várias ações que permitiram a execução física do previsto na LOA 2007.

Os recursos materiais foram insuficientes e a infra-estrutura inadequada pelo fato da gerência do programa e as coordenadorias das ações compartilharem dos mesmos recursos disponíveis nos setores das organizações a que pertencem. Ainda, a quantidade de recursos humanos nas equipes executoras foi inadequada, sendo que a política de pessoal no âmbito do Executivo não tem atendido às necessidades de reposição de pessoal técnico necessário ao bom funcionamento das atividades desenvolvidas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Deve-se enfatizar a relevância do SISCEAB na forma como produz informações de cunho estratégico, sensibilizando o Governo e a sociedade sobre a importância da Defesa e da Segurança do Espaço Aéreo Nacional. Isso deve ser feito através da garantia da presença de efetivo em regiões estratégicas do País, da salvaguarda de pessoas, bens e recursos brasileiros, da promoção da modernização e da manutenção contínua dos meios da Força Aérea e da contribuição à redução das desigualdades regionais, na medida em que protege e garante o controle e a segurança do espaço aéreo mediante o desenvolvimento do Programa. Os beneficiários do SISCEAB receberam produtos e serviços compatíveis e adequados com as suas necessidades.

Dadas a relevância e a importância do tema e o destaque direcionado ao assunto no ano de 2007, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) realizou, em julho de

2007, Oficina de Validação da árvore de problema junto aos principais atores que possuem ações diretas e indiretas no Programa, dos quais destacam-se o MD, o COMAER e a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero). Durante um dia inteiro, foram levantados as causas, os efeitos e o problema ao qual o Programa se propõe a atacar, sendo tal iniciativa fundamental para o melhor conhecimento/detalhamento das ações, bem como para uma proposição de melhorias e sugestões. Propôs-se a exclusão da ação "Cartografia Aeronáutica" e a inclusão de seu objeto na ação "Operação e Manutenção de Equipamentos e Sistemas de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro", com posterior ajuste em sua descrição. Na fase de elaboração do PPA 2008-2011, tais propostas foram acatadas.

TECNOLOGIA DE USO AEROESPACIAL

GERENTE DO PROGRAMA

Ronaldo Salamone Nunes

OBJETIVO

Promover a capacitação tecnológica da Aeronáutica e da indústria aeroespacial brasileira.

PÚBLICO-ALVO

Nação brasileira

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 43.742.260,00	Empenho Liquidado:	R$ 41.268.616,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 41.268.616,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Execução de Pesquisas – Porcentagem	-	60.00	63.00	67.00	70.00	95,71%

1. TAXA DE EXECUÇÃO DE PESQUISAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Houve progressão na taxa de execução de pesquisas, porém com atendimento parcial das metas. Os recursos orçamentários reduzidos forçaram a busca de fontes alternativas de financiamento, tais como Fundos Setoriais, atendendo às condicionantes destas fontes. A carência de recursos humanos especializados também contribuiu para que o índice ficasse pouco abaixo do esperado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As ações deste Programa possibilitam à Aeronáutica deter o conhecimento de tecnologias de ponta e estrategicamente sensíveis, de modo a gerar a adequada independência para o desenvolvimento de equipamentos e sistemas aeroespaciais. Tal capacitação gera reflexos em toda a sociedade, por meio do fomento, da coordenação e do apoio ao complexo industrial aeroespacial brasileiro e ao desenvolvimento de mão-de-obra altamente especializada.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Realização, com sucesso, dos ensaios reais de separação de artefatos bélicos a partir de uma aeronave lançadora. Além disso, houve a continuidade do desenvolvimento do sistema de rádio detecção e o início da formação de parceria entre indústrias complementares nos sistemas propulsivos de armamentos.

• Realização da campanha de ensaio real de lançamento de dispositivo de grande capacidade de efeito de sopro, que está sendo desenvolvida em conjunto com a indústria, a fim de facilitar a transferência de tecnologia. De forma análoga está sendo desenvolvido um dispositivo capaz de causar danos em alvos.

• Entrega de protótipos de sensores infravermelhos de produção nacional, caracterizados de acordo com a especificação prevista em projeto.

• Realizada a prova de conceito de um sistema de energia concentrada como princípio de funcionamento.

• Implantado o ambiente computacional para o processamento de imagens em tempo real, que permite correção de trajetória de Veículo Aéreo Não-Tripulado (VANT).

• Confecção de biblioteca espectral de materiais, para utilização em espectroscopia por imagem das aeronaves do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM).

• Superação das metas físicas de suporte ao desenvolvimento das indústrias aeronáuticas previstas devido ao aumento da demanda, principalmente, na área de Metrologia originado de necessidade de atendimento ao Comando de Aviação do Exército (CavEx) e da inclusão de mais um Laboratório Regional de Calibração ao Sistema de Metrologia (SISMETRA) e nas áreas de Certificação de Sistemas de Gestão da Qualidade, ao que pode ser atribuído à crescente preocupação do setor com segurança e confiabilidade de produtos e sistemas aeronáuticos. As áreas suportaram o aumento da carga de trabalho com esforço de homem-hora, estrutura física dos laboratórios existentes e a otimização dos recursos financeiros alocados.

• Concluídas as negociações e assinados os memorandos de entendimento e acordos técnicos relativos à certificação, com os organismos governamentais da Espanha e África do Sul.

• Implementada a versão inicial de um sistema de previsão de tempo para o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), utilizando o modelo regional MM5. Esta implementação permitirá a utilização desse modelo numérico de previsão de tempo durante as operações de lançamento de veículos espaciais. Além disso, foram realizados estudos sobre a camada limite superficial na região do CLA, visando conhecer a turbulência atmosférica com aplicação direta em pesquisa e desenvolvimento de foguetes brasileiros.

• Realizado treinamento sobre Metodologia de Planejamento Estratégico de Organizações de C&T, envolvendo todas as unidades subordinadas ao Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial (CTA).

Os recursos disponibilizados em 2007 para o caça AMX foram insuficientes para permitirem honrar os compromissos contratuais assumidos, forçando o replanejamento da entrega das aeronaves modernizadas para o período de 2011 a 2014.

Houve atraso na liberação dos recursos orçamentários, principalmente, na ação de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico Aeroespacial no CTA.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O monitoramento do Programa é feito por meio de diversos mecanismos. Reuniões de trabalho periódicas e sob demanda são feitas entre os Coordenadores de Área (Espacial, Bélico e Sistemas) e os Gerentes de Projetos. São realizadas visitas *in loco*, em média duas inspeções anuais, conforme preconizado pela ICA 121-6 – Inspeções nas Organizações Militares Subordinadas ao Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial, por uma equipe destacada do CTA, com a finalidade específica de verificar os processos e os resultados alcançados pelas organizações subordinadas.

Com o objetivo de ter um acompanhamento com periodicidade trimestral, foi implantado o Sistema de Acompanhamento e Controle de Empreendimentos e Funções (SACEF), desenvolvido pelo Centro de Computação da Aeronáutica - Brasília (CCA-BR), mas que, devido a problemas operacionais, está sendo substituído por outro sistema, o Sistema de Acompanhamento de Projetos (SAPR). Para o acompanhamento estritamente da execução financeira, a qualquer momento, existe o Projeto Diamante, que fornece o valor do crédito alocado, empenhos finalizados e os saldos comprometidos, que são os pedidos em processamento na Divisão de Licitações.

Relatos mensais são feitos pelos coordenadores de ação no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), com validação trimestral pelo gerente do Programa. Os coordenadores, alguns coincidentes com os Coordenadores de Áreas do CTA, valem-se de outros meios complementares de monitoramento, tais como troca de arquivos por e-mail, telefonemas e visitas eventuais.

Emitem-se, trimestralmente, as Fichas Informativas de Projetos (FIP's), que são relatórios da execução dos projetos e da FIP financeira mensal, para fins da gestão orçamentária. No final do exercício, confeccionou-se o relatório de gestão, contendo a consolidação de todas as ações e os programas das unidades gestoras do Comando.

Existem muito retrabalhos de informações por parte dos gerentes de projetos, a fim de enviar diversas prestações de contas para solicitantes diferentes. Com o intuito de minimizar os esforços empreendidos pelos gerentes, existe em desenvolvimento, no CTA, um Sistema Integrado de Gestão Administrativo (SIGA), integrado ao Sistema Integrado de Administração (SIAFI).

A necessidade do Programa era aproximadamente de R$ 75 milhões em 2007, mas a LOA foi de apenas R$ 43.742.260,00, o que significou uma alocação de cerca de 58% do que

seria necessário para o pleno alcance das metas, como conseqüência, atingiu-se apenas parcialmente as metas planejadas.

A execução financeira das ações que compõem o Programa chegou próximo a 100%. Isto demonstra a plena gestão dos recursos orçamentários disponibilizados, entretanto os recursos foram insuficientes para atender todas as metas previstas, sendo 2007 o ano que teve menor alocação de recursos de todo o PPA 2004-2007.

Houve descontinuidade do fluxo de recursos. Entretanto, o que mais prejudicou não foi propriamente a descontinuidade, mas sim a descentralização tardia dos créditos que, unindo-se à restrição orçamentária imposta, prejudicou tremendamente a execução em relação ao planejamento. Os recursos orçamentários começaram a ser descentralizados somente a partir de maio, fazendo com que os planejamentos das metas fossem refeitos e tendo como conseqüência a concentração dos processos licitatórios no final do exercício. Este atraso na liberação dos créditos é a causa principal para a inscrição em restos a pagar de 2007 de um alto percentual de processos. Como exemplo, cita-se a Ação Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico Aeroespacial no Centro Técnico Aeroespacial, que recebia em média R$ 5,9 milhões e só recebeu R$ 2,0 milhões, apenas a partir do mês de maio.

Com exceção da ação de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico Aeroespacial no Centro Técnico Aeroespacial, todas as outras ações dependem fortemente de recursos orçamentários para atingir as metas previstas, por isso o impacto de recursos não-orçamentários é baixo. No caso específico da citada ação, com o nível de recursos orçamentários muito aquém do necessário, tomou-se a atitude de recorrer aos Fundos Setoriais (verticais e transversais) para evitar que as pesquisas sofressem paralisações com conseqüências irreversíveis. No entanto, ao recorrer a estes fundos setoriais, as dificuldades aumentam na medida em que se passa a ter a necessidade de dar a contrapartida da instituição.

Cabe destacar alguns pontos negativos para plena execução do Programa no tocante à gestão de Recursos Humanos (RH) e aos atrasos nos processos licitatórios:

a) recursos materiais insuficientes nas equipes executoras: com a restrição orçamentária de custeio, existe a carência de materiais de consumo e de contratação de serviços para a plena realização dos trabalhos;

b) infra-estrutura inadequada nas equipes executoras: os recursos orçamentários de investimento vêm decrescendo ano a ano, o que tem causado obsolescências das infra-estruturas laboratoriais para a execução dos trabalhos tecnológicos e científicos de ponta. Além da falta de capacidade para investir em novos equipamentos, existe também a carência de recursos para a manutenção, a operacionalização e a reforma dos equipamentos existentes. O CTA, que tem mais de meio século de implantação, necessita de forte injeção de recursos para a adequação de sua infra-estrutura. A falta desta modernização irá refletir futuramente na capacidade de gerar inovação e transferência de tecnologia para a cadeia produtiva, com forte reflexo para as indústrias de defesa, que atuam no mercado globalizado;

c) quantidade inadequada de RH na equipe gerencial: a baixa capacidade de atrair, por meio de concurso público, recursos humanos experientes na área de gestão em ciência e tecnologia, associada com aposentadoria dos pesquisadores mais antigos, reflete-se na carência de RH quanto ao seu quantitativo;

d) quantidade inadequada de RH nas equipes executoras: de forma similar ao que acontece com a área gerencial, existe carência de especialistas para compor as equipes executoras do Projeto. Em alguns casos, em geral nos projetos de pesquisas, ocorre que um mesmo indivíduo é o gerente de Projeto, o principal técnico executor da pesquisa e o gestor administrativo que presta conta para a estrutura funcional;

e) insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial: um grande programa de qualificação gerencial ocorreu no CTA em meados da década de 90. Depois disto ocorreram apenas cursos para resolver problemas pontuais. Desta forma, a reciclagem dos gerentes mais antigos e a qualificação dos novos tornam-se necessárias;

f) insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras: com o progresso da ciência e o avanço das tecnologias, a quantidade de conhecimentos evoluem de forma muito dinâmica, fazendo com que a requalificação dos membros das equipes executoras fossem constantemente cobradas. No entanto, a restrição orçamentária faz com que esta atividade de capacitação de recursos humanos tenha baixa prioridade. No CTA, tanto na área técnica como na gerencial, a carência qualitativa e quantitativa de recursos humanos faz com que as metas planejadas não sejam atingidas em sua plenitude. O modelo de desenvolvimento que gerou uma Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (EMBRAER), por exemplo, pode deixar de cumprir o seu papel inovador se não houver a reposição de pessoal especializado;

g) dificuldades em licitações e celebração de contratos: a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 necessita ser flexibilizada para a área de C&T. Muito embora a Lei de Inovação tenha sido aprovada em dezembro de 2004, a sua implementação não tem sido facilitada. As aquisições de alto valor dependem de pareceres do Núcleo de Assessoria Jurídica de São José dos Campos (NAJ-SJ), tornando o processo moroso e burocrático. Por outro lado, os pedidos de pequenas aquisições para construção de protótipos em experimentações laboratoriais têm sido agrupados para evitar o fracionamento de despesas, causando grande perda de tempo.

A gestão orçamentária é um processo muito pesado, desde a sua descentralização, execução, acompanhamento, controle e liquidação. Muito esforço tem sido despendido para se evitar erros e incorreção nos procedimentos. Está em desenvolvimento no CTA um módulo de um sistema denominado SIGA para extrair dados do SIAFI, bem como acompanhar os processos licitatórios em andamento.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A longo prazo, a sociedade brasileira como um todo é beneficiária das ações de segurança e defesa proporcionada pela tecnologia de uso aeroespacial. A participação social tem sido de forma indireta por meio das instituições representativas dos poderes constituídos, nas diversas áreas de interface com o Programa, notadamente, no âmbito do Ministério da Defesa (MD) e Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

O público-alvo é a Nação brasileira, sendo, portanto, o beneficiário final do Programa. O sucesso no desenvolvimento autóctone para a tecnologia aeroespacial visa a manutenção dos objetivos permanentes, em especial, a garantia da soberania nacional. É um trabalho estratégico de longo alcance, que busca aumentar a sensação de segurança e bem-estar, que são valores intangíveis e subjetivos. Dessa forma, a avaliação por um público-alvo enorme sobre um quesito de difícil mensuração é o óbice a ser vencido. Isto pode ser amenizado através de extensa divulgação pelos canais da comunicação social.

Todos os projetos, dentro do Programa, são gerenciados em conformidade às Normas e Diretrizes do Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial. Exemplificando, citam-se as seguintes diretrizes: DTA 12 Procedimentos para Elaboração de Planejamento Preliminar de Projeto e de Planejamento Resumido de Projeto, DTA 13 Processo de Acompanhamento e Controle de Projetos e DTA 15 Processo de Paralisação/Encerramento de Projetos. Os procedimentos estabelecidos nestes documentos impõem práticas de natureza continuada, contudo não são inovadoras no âmbito da moderna Gestão de Projetos.

TECNOLOGIA DE USO NAVAL

GERENTE DO PROGRAMA

Marcos José de Carvalho Ferreira

OBJETIVO

Desenvolver e implementar tecnologia e infra-estrutura científica no âmbito da Marinha do Brasil (MB) que possibilitem o desenvolvimento do Poder Naval.

PÚBLICO-ALVO

Marinha do Brasil e utilizadores nacionais de produtos de tecnologia nuclear e engenharia naval

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 44.712.455,00	Empenho Liquidado:	R$ 44.632.199,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 44.632.199,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Grau de Domínio - Grau	-	-	-	4.00	4.50	88,89%

1. GRAU DE DOMÍNIO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Criado em 2006, não foi possível alcançar o valor previsto neste indicador para o final do PPA em razão da insuficiência de recursos. Cabe esclarecer que, na Escala de Formação do Grau de Domínio (GD), que varia de zero a sete, o GD 4,0 representa Desenvolvimento de Produtos Próprios.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A busca de novas tecnologias de uso militar tem sido, historicamente, um grande fator de desenvolvimento das principais potências mundiais, que impõem restrições estratégicas e comerciais ao acesso às tecnologias, apontando para a necessidade da conquista do conhecimento autóctone. A MB atenta a esses pressupostos, incrementa dois importantes projetos que são o Plano de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Marinha (PDCTM) e o Programa Nuclear da Marinha, que há longo tempo contribuem

para a inovação tecnológica em diversos setores da vida nacional e cuja continuidade ampliará significativamente a capacidade de defesa naval, além de permitir a nacionalização de tecnologias e produtos diversos, reduzindo nosso grau de dependência externa.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• O Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica (LABGENE) teve seu Relatório Preliminar de Análise de Segurança revisto, exigência da Comissão de Energia Nuclear (CNEN), e seu memorial de cálculo e análise de tensões de equipamentos concluídos. Também foram retomadas as obras de contenção e construção dos prédios do reator e das turbinas. Foram concluídos e revisados os projetos de engenharia de equipamentos, máquinas de transporte e tubulação da maquete eletrônica da unidade de hexafluoreto de urânio (USEXA). Houve produção, em escala laboratorial, de hexafluoreto de urânio (UF6) e o enriquecimento de urânio para as Indústrias Nucleares do Brasil (INB), destinado às usinas nucleares de Angra dos Reis.

• Apesar das restrições orçamentárias que o mantiveram em estado vegetativo, o Programa Nuclear da Marinha (PNM), ainda que de forma reduzida, conduziu atividades relacionadas ao Ciclo do Combustível Nuclear e ao LABGENE. Tendo em vista a garantia do Governo Federal na reativação do PNM, a manutenção das atividades facilitará a retomada do Programa em 2008.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A partir de 2008, em função da garantia do Governo de realizar o aporte regular e anual de R$ 130 milhões, até 2015, para o PNM, serão retomadas as atividades para o desenvolvimento do ciclo do combustível e do protótipo do reator nuclear. A reativação do referido Programa apresenta inegáveis benefícios nas áreas tecnológica e social, com o desenvolvimento de novos sistemas e materiais, contribuindo para a diversificação da matriz energética brasileira.

Os recursos consignados às ações de Desenvolvimento, Simulação e Avaliação de Táticas Aplicadas na Guerra Naval e Desenvolvimento e Avaliação de Meios e Sistemas Navais, embora aquém do necessário, contribuíram para que a Marinha continuasse os demais projetos de Ciência e Tecnologia (C&T) da Força.

A execução financeira das ações do Programa demonstra a plena gestão dos recursos disponibilizados na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007, mesmo sendo insuficientes para atender todas as metas previstas.

O monitoramento das ações do Programa é realizado por meio da estrutura prevista no Sistema do Plano Diretor (SPD), que é detalhado em diversos Planos Internos (PI). As metas previstas para cada um são consolidadas e validadas pelo Conselho Financeiro e Administrativo da Marinha (COFAMAR). Esse Conselho, internamente, exerce função

semelhante à da Comissão de Monitoramento e Avaliação prevista no Decreto nº 5.233, de 6 de outubro de 2004. Cumpre esclarecer que cada ação orçamentária, para efeitos de gestão interna, é desdobrada em vários PIs, a fim de permitir o controle, monitoramento e avaliação das atividades realizadas nos diversos escalões da instituição. Dependendo do tipo de monitoramento pretendido, a periodicidade é mensal e/ou trimestral.

As informações do monitoramento são registradas internamente no Infrasig do SPD, que permite à Marinha realizar o planejamento, a execução e o acompanhamento físico e financeiro de seus PIs. Os Agentes do PPA buscam no SPD as informações que vão subsidiar os lançamentos no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

O cumprimento das metas físicas propostas ficou aquém do esperado, na faixa entre 40% e 80% do previsto na LOA 2007, em função dos recursos disponibilizados que, mesmo integralmente utilizados, foram insuficientes. Cabe ressaltar que os valores consignados na LOA, nos últimos exercícios, estão bem abaixo do que requer um Programa dessa importância para o País.

O fluxo de recursos disponibilizados ao longo do exercício sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. A liberação quadrimestral desses recursos, com a maior parcela disponibilizada durante o 4º trimestre, acarretou em perda na qualidade do gasto para atingir as metas estabelecidas, inviabilizando o ganho de qualidade na execução das ações.

Um ponto negativo ao Programa, relacionado aos recursos humanos, é a perda, sem reposição, de mão-de-obra ocorrida ao longo da existência do PNM, decorrente da passagem de pessoal para inatividade. Há uma expectativa positiva de restabelecer os quadros de profissionais especializados, em face do compromisso do Governo de retomar os investimentos de forma regular.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As maiores dificuldades decorrem de aspectos relativos à segurança e ao sigilo, por tratar de um Programa sensível, de importância estratégica para o País, relacionado à Defesa Nacional, o que limita uma maior abertura do que a já praticada. A superação dessas dificuldades vem sendo obtida por meio de uma melhor divulgação do Programa para a sociedade e mediante visitas de autoridades brasileiras e órgãos da imprensa ao Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo.

A longo prazo, a sociedade brasileira como um todo será beneficiária das ações de segurança e defesa provenientes da tecnologia de uso naval.

TECNOLOGIA DE USO TERRESTRE

GERENTE DO PROGRAMA

Renato Joaquim Ferrarezi

OBJETIVO

Pesquisar, desenvolver, avaliar, produzir, implantar e manter sistemas e materiais de emprego militar e civil, assim como capacitar recursos humanos na área científico-tecnológica de interesse do Exército.

PÚBLICO-ALVO

Exército Brasileiro (EB) e utilizadores nacionais de tecnologia militar

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 43.840.832,00	Empenho Liquidado:	R$ 33.809.549,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 33.809.549,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Desenvolvimento de Tecnologia de Uso Terrestre - Porcentagem	-	-	76.00	77.12	100.00	77,12%

1. TAXA DE DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA DE USO TERRESTRE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Além das dificuldades decorrentes do contigenciamento orçamentário, dependendo da época em que os recursos orçamentários são descentralizados, há comprometimento quanto à execução física e financeira das metas estabelecidas. Particularmente, quanto às ações orçamentárias com escopo de atividade industrial, como o são a 4430 - Revitalização de Materiais de Emprego Militar e a 4528 - Produção de Material de Emprego Militar, torna-se necessário que os recursos sejam oportuna e totalmente liberados. Caso contrário, haverá prejuízo, inclusive no aspecto da economicidade, quanto à aquisição dos insumos necessários a esse tipo de atividade, acarretando, por conseguinte, atraso ou até mesmo o não-cumprimento integral de todas as metas físicas e financeiras estabelecidas na Lei Orçamentária Anual (LOA) para serem executadas durante o respectivo exercício financeiro a que se refere a aludida Lei. Assim, a descentralização parcelada não permite o oportuno cumprimento das metas físicas.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O EB tem a necessidade de pesquisar, desenvolver e avaliar material de emprego dual de interesse do Exército e das forças singulares e de estimular a parceria com órgãos civis de pesquisa, contribuindo para o desenvolvimento científico-tecnológico do País.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Fabricação de um radar experimental de busca e vigilância antiaérea de baixa altura. Fator crítico de sucesso foi a formação de massa crítica para pesquisa.

• Realização do Plano Interno de Trabalho (PIT) com execução atividades de manutenção e recuperação dos materiais e equipamentos de emprego militar, em uso no Exército. O fator crítico de sucesso foi a necessidade de prorrogar a sua vida útil ou atualizá-los em relação às novas tecnologias utilizadas.

• Finalização da versão três do programa do Sistema de Comando e Controle (C2) em combate, incluindo o desenvolvimento, implantação, manutenção, modernização e integração dos Sistemas Táticos e Operacionais.

• Realização, por meio do Instituto Militar de Engenharia (IME) de:

a) cursos voltados ao ensino científico-tecnológico, nos níveis de graduação, pós-graduação, especialização e extensão;

b) projetos de pesquisa básica;

c) visitas técnicas;

d) participação em eventos de ciência e tecnologia no País e no exterior.

• Celebração de convênios de cooperação com instituições públicas ou privadas na área científico-tecnológica de interesse do EB. O fator crítico considerado foi, principalmente, a cooperação com os demais órgãos afetos através da prestação de serviços e da execução de atividades de natureza técnico-científicas.

• Fabricação de um protótipo de viatura leve de emprego geral em projeto conjunto com o Exército da Argentina.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Existem diversos mecanismos de monitoramento do desempenho físico das ações. Semanalmente, são realizadas reuniões de trabalho, seja no mesmo ambiente físico, seja mediante vídeoconferência, das quais participam os Comandantes das Organizações

Militares nas quais existem atividades correlacionadas às ações do Programa. Trimestralmente, são realizadas visitas *in loco*, por parte da gerência do Programa, (Rio de Janeiro e São Paulo) onde são realizadas atividades relacionadas ao Programa.

Outra ferramenta que auxilia o acompanhamento das obras são os sistemas informatizados. Está em fase de implantação um sistema informatizado empregando a metodologia *Balanced Score Card* (BSC). Também são enviados relatórios de gestão pelos Comandantes das Organizações Militares nas quais existem atividades correlacionadas às ações do Programa. No âmbito externo, há atualizações constantes das ações no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), promovendo supervisão, coordenação e controle das atividades desempenhadas pelos coordenadores de ação.

Quanto ao cumprimento de metas físicas, houve execução física de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Problemas como o contigenciamento orçamentário e a descentralização dos recursos de forma desproporcional ao fluxo de produção e pesquisa geraram impactos sobre o alcance de parte das metas físicas.

Dependendo da época em que os recursos orçamentários são descentralizados, há comprometimento quanto à execução física e financeira das metas estabelecidas. Particularmente, quanto às ações orçamentárias com escopo de atividade industrial, como a Revitalização de Materiais de Emprego Militar e a Produção de Material de Emprego Militar, torna-se necessário que os recursos sejam oportuna e totalmente liberados. Caso contrário, haverá prejuízo, inclusive no aspecto da economicidade, quanto à aquisição dos insumos necessários a esse tipo de atividade, acarretando, por conseguinte, atraso ou até mesmo o não-cumprimento integral de todas as metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA para serem executadas durante o respectivo exercício financeiro a que se refere a aludida Lei. Assim, a descentralização parcelada não permite o oportuno cumprimento das metas físicas.

Em termos quantitativos, os recursos orçamentários alocados foram insuficientes para a infra-estrutura e instalação de equipamentos para os laboratórios empregados na pesquisa e no desenvolvimento de material. Além disso, tanto o contingenciamento orçamentário quanto a descontinuidade entre o fluxo de recursos e a programação física e financeira prejudicaram a execução programada. No geral, certamente os recursos orçamentários liberados ainda estão bem aquém do necessário para a atividade de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias de uso dual.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Com relação a mecanismos que promovem a participação social, existe o estabelecimento de parcerias com universidades e centros de pesquisa nacionais, incluindo realização de atividades na região Amazônica. Com isso, fomenta-se a pesquisa e desenvolvimento de materiais de emprego dual, o que é um dos principais pontos do Programa.

Para suprir a atual falta de mensuração da satisfação de seus beneficiários, estão sendo implementados indicadores qualitativos segundo a metodologia de BSC.

Estão em processo de implantação auto-avaliações segundo os critérios da Gestão Pública (GESPÚBLICA) em todas as organizações envolvidas no Programa.

Face à necessidade de realizar licitações, o ideal é que os recursos sejam totalmente liberados assim que a LOA seja aprovada, particularmente, no caso das ações orçamentárias com escopo de atividade industrial.

Há necessidade de realização de concursos públicos para contratação de pessoal civil especializado para trabalhar nos projetos de pesquisa e desenvolvimento de material de emprego dual.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

- Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos
- Brasil Escolarizado
- Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica
- Desenvolvimento do Ensino Médio
- Desenvolvimento da Educação Especial
- Desenvolvimento da Educação Infantil
- Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica
- Desenvolvimento do Ensino Fundamental
- Educação para a Diversidade e Cidadania
- Universidade do Século XXI
- Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para o Ministério da Educação (MEC), foram utilizados **R$ 28.712.836.832,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 29.474.812.754,00	Realizado orçamentário	R$ 28.712.836.832,00
Recursos não-orçamentários previstos	-	Realizado não-orçamentário	-
Total previsto	**R$ 29.474.812.754,00**	**Total realizado**	**R$ 28.712.836.832,00**

Além disso, do total de **R$ 2.249.483.563,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram executados **R$ 1.790.006.136,00**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do MEC, no período do PPA 2004-2007, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Finalístico	1060 Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos	1,4%	4,3%	3,2%	0,6%	2,2%
	1061 Brasil Escolarizado	27,8%	10,6%	14,2%	15,7%	16,5%
	1374 Desenvolvimento da Educação Especial	0,0%	0,4%	0,4%	0,3%	0,3%
	1065 Desenvolvimento da Educação Infantil	0,0%	0,1%	0,1%	0,2%	0,1%
	1062 Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	14,0%	6,6%	6,5%	6,2%	7,9%
	1375 Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica	0,0%	4,2%	4,0%	3,4%	3,1%
	1376 Desenvolvimento do Ensino Fundamental	0,0%	6,4%	7,2%	6,7%	5,5%
	1378 Desenvolvimento do Ensino Médio	0,0%	1,8%	0,4%	0,6%	0,7%
	1377 Educação para a Diversidade e Cidadania	0,0%	0,4%	0,3%	0,1%	0,2%
	1073 Universidade do Século XXI	55,8%	57,0%	60,4%	56,9%	57,7%
	1072 Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica	0,5%	5,2%	2,7%	8,9%	4,9%
Finalístico Soma		**99,6%**	**97,0%**	**99,5%**	**99,7%**	**99,0%**
Gestão de Políticas Públicas	1067 Gestão da Política de Educação	0,4%	3,0%	0,5%	0,3%	1,0%
Total Global		**100,0%**	**100, 0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

AVALIAÇÃO SETORIAL

A definição dos objetivos setoriais, a partir dos desafios constantes da Orientação Estratégica de Governo para o PPA 2004-2007, culminou no pressuposto de que a educação deveria ser um dos principais vetores responsáveis pelo desenvolvimento do País. Nesse sentido, a inclusão social, a qualificação dos trabalhadores, a expansão da cidadania e o fortalecimento da democracia foram associados à educação.

Dessa forma, foi definido um conjunto de objetivos setoriais que pudesse conduzir a programas que tivessem impacto sobre as causas que dificultam ou impedem o acesso à escola, a continuidade dos estudos e, conseqüentemente, o sucesso escolar, que são:

a) assegurar a assistência educacional à primeira infância carente;

b) universalizar a educação básica;

c) dar oportunidade a todos os jovens e adultos de se alfabetizarem;

d) expandir a oferta de vagas no ensino profissional e superior;

e) transformar o Brasil em uma escola aberta e permanente de cidadania;

f) promover a democratização da gestão em todos os estabelecimentos de ensino;

g) formar, valorizar e estimular os professores;

h) capacitar e valorizar os trabalhadores da educação em todos os níveis de ensino;

i) renovar pedagogicamente e equipar materialmente todos os estabelecimentos da educação básica, fazendo da escola um ambiente estimulante e integrado à comunidade;

j) implementar as primeiras experiências da Escola Básica Ideal;

k) adequar a universidade aos desafios do Século XXI;

l) reformular a educação profissional;

m) ampliar a sustentabilidade da educação pública por meio da implantação de uma gestão moderna e da busca de novas fontes de financiamento.

A partir de 2005, apesar de ter havido uma revisão substancial nos programas, reafirmou-se o foco em:

a) alfabetização e educação de jovens e adultos;

b) melhoria da educação básica, evidenciada pelo esforço de construção coletiva do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb);

c) expansão da educação profissional, pela criação de novas unidades escolares;

d) reforma e ampliação das vagas no ensino superior público, por meio da implantação do programa Universidade para Todos (ProUni) e pela significativa expansão da rede federal, fato inédito nos últimos 10 anos.

A política setorial, em 2007, teve como um dos principais referenciais de execução das políticas educacionais, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) cujo objetivo é responder ao desafio de reduzir desigualdades sociais e regionais na educação por meio de um acoplamento entre as dimensões educacional e territorial operado pelo conceito de arranjo educativo. O PDE está ancorado em uma concepção substantiva de educação, que perpassa todos os níveis e as modalidades de ensino, configurada por uma inédita visão sistêmica da educação. O PDE tem como sustentação: a territorialidade, o financiamento, o regime de colaboração, a responsabilização, a formação de professores, e a mobilização social.

Nesse contexto, o MEC procurou atuar segundo essa visão sistêmica, de forma integrada, em todas as etapas do processo de formação fortemente articuladas entre si. O Brasil possui desafios específicos a superar em cada nível e etapa da educação. Por isso, investiu-se na ampliação do atendimento na educação infantil, no ensino médio e no ensino superior. Essa questão, no âmbito do ensino fundamental, já está praticamente equacionada. Por outro lado, a qualidade da educação em todos os níveis de ensino ainda não atingiu o patamar desejado e, portanto, mantém-se como uma das prioridades na agenda do setor.

A busca pela melhoria da qualidade da educação básica pública se deu por meio do enfrentamento dos problemas de freqüência, permanência e rendimento do aluno na escola. A mobilização social em torno do Compromisso Todos pela Educação, cujo objetivo é a qualidade da educação básica por meio do apoio técnico e financeiro a Estados, Distrito Federal e Municípios, representou um esforço nesse sentido. Para tanto, o compromisso utiliza-se do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que possibilita a

mobilização da sociedade em favor da educação, uma vez que é comparável nacionalmente e expressa em valores os resultados mais importantes da educação: aprendizagem e fluxo.

Merece destaque o Plano de Ações Articuladas (PAR), que se desenvolve a partir de um diagnóstico da situação educacional local, por meio do qual poderão ser propostos tipos de tratamento entre ações que necessitam de apoio técnico e/ou financeiro do MEC; ações executadas diretamente pelo ente participante do compromisso e outras situações identificadas como necessárias. Com os diagnósticos já iniciados em 2007, serão firmados termos de convênios ou cooperação entre o MEC e o ente apoiado para implantação do PAR, de acordo com as normas constantes em resolução própria do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

As iniciativas de alfabetização de jovens e adultos, no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado (PBA), sofreram alterações tendo em vista ampliar sua efetividade. O objetivo do PBA é garantir acesso e permanência de jovens e adultos a programas educacionais que visam atender as suas necessidades específicas de aprendizagem e formação.

A ampliação das vagas na educação profissional se deu, basicamente, pela expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica, pela oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância e por meio de parcerias.

O Programa de Expansão Universitária ganhou impulso em 2006 com a ampliação do número de vagas em cidades-pólo no interior do País, levando-se em consideração as necessidades e vocações econômicas de cada região. Até 2007, foram criados ou consolidados mais 37 de um total de 86 campi situados em 23 Estados. Houve continuidade da implantação e consolidação de 12 universidades, todas em funcionamento, com alunos matriculados e obras em andamento ou finalizadas.

A reestruturação da rede pública federal de educação superior foi levada a efeito pelo desenvolvimento do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). O Programa tem como foco a revisão da atual estrutura acadêmica das universidades, de modo a possibilitar a elevação da mobilidade estudantil, a criação de vagas no período noturno, a mudança da relação entre o número de alunos e docentes de 10 para 18 ao final de cinco anos, dentre outros, viabilizando o completo aproveitamento dos recursos humanos e materiais existentes nas universidades federais.

A ampliação da oferta de vagas no ensino superior teve continuidade por meio da expansão das universidades públicas federais e pela oferta de bolsas no âmbito do ProUni, além da concessão, em 2007, de 2.500 bolsas aos alunos para permanência no ensino superior com a utilização de quase a totalidade dos recursos autorizados. O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) foi reestruturado, de modo a possibilitar um regime

especial de financiamento para cursos definidos segundo a política de oferta do MEC, bem como o parcelamento da dívida fiscal e previdenciária das instituições de ensino superior que tenham aderido ao ProUni. Desde sua criação, o FIES já beneficiou mais de 500 mil estudantes com investimento acumulado na ordem de R$ 4,8 bilhões.

Um dos maiores desafios enfrentados no processo de gestão dos programas do PPA 2004-2007 foi a implantação de um sistema que iria além do Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SIMEC), que é um Infrasig do Sistema de Informações Gerenciais e Planejamento (SIGPlan), mas que se tornasse uma ferramenta de gestão para os gerentes de programa, os coordenadores de ação e a alta gestão do Ministério, além de disponibilizar informações para os diversos usuários no âmbito do MEC. Essa iniciativa teve como propósito tanto possibilitar a identificação da eficiência do gasto e o alcance dos resultados, como registrar os riscos e as restrições associados à execução dos programas e das ações.

O SIMEC permite o registro da execução dos programas e das ações do PPA, sob a responsabilidade do MEC, de forma a permitir consultas em tempo real e geração de relatórios técnicos e gerenciais com informações tempestivas sobre a execução da matriz de programas e ações em todos os seus localizadores, além de assegurar a alimentação do SIGPlan do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP).

A consolidação do SIMEC (módulo Monitoramento e Avaliação), como sistema padrão do MEC, ocorreu devido ao trabalho de conscientização e apoio técnico junto à administração direta e às unidades descentralizadas, implementado pela Unidade de Monitoramento e Avaliação (UMA), no âmbito da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO), por intermédio da Coordenação-Geral de Planejamento (CGP).

A equipe da CGP empreendeu esforços para universalizar o uso do SIMEC por meio de ofícios, mensagens eletrônicas e telefonemas para as unidades do MEC. Entretanto, detectou a necessidade de capacitar os usuários para a efetiva utilização do sistema. Dessa forma, foi realizado curso de Capacitação Técnica em Planejamento operacionalizado por meio da participação dos coordenadores da CGP como instrutores e dos técnicos da coordenação como monitores dos participantes. O curso objetivou atender às necessidades de capacitação constatadas a partir da análise do Modelo de Competências Organizacionais e Profissionais da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento das áreas de planejamento dos órgãos e/ou unidades vinculados ao MEC.

A meta estabelecida era de atender a demanda de servidores do quadro efetivo das universidades, Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFETs), Colégio Pedro II, escolas agrotécnicas e demais unidades vinculadas ao MEC, lotados em cargos de nível intermediário e superior, que apresentavam necessidade de elevação do seu patamar de desempenho técnico-profissional, no que tange ao planejamento, à gestão e à avaliação dos processos de trabalho que viabilizem a eficácia, eficiência e efetividade da execução das políticas organizacionais.

Atendendo a essas diretrizes, o curso de Capacitação Técnica em Planejamento foi realizado em cinco cidades-pólo (Brasília, Belém, Belo Horizonte, Campos e Recife), totalizando 10 turmas com média de 30 alunos cada. Portanto, foram capacitados mais de 300 servidores da área de planejamento de todas as unidades orçamentárias da administração direta e indireta do MEC.

A realização do curso originou um significativo aumento percentual do preenchimento das informações no módulo PPA – Monitoramento e Avaliação. E segundo o MP, o MEC foi um dos órgãos com maior percentual de preenchimento de informações, com uma taxa superior a 80% das ações. Portanto, o curso possibilitou um avanço significativo no preenchimento das ações em termos quantitativos, principalmente e qualitativos.

Quanto à dimensão territorial, alguns estudos foram desenvolvidos em função de uma política de cobertura no atendimento às demandas educacionais de educação profissional e superior. Ambos vivenciam, hoje, a sua maior expansão formal, considerando o aspecto quantitativo e o tempo decorrido entre o início e o final das construções, adaptações e equipagem das instituições. Para tanto, foram elaborados mapeamentos das necessidades regionais e locais de um lado para a expansão da educação profissional e de outro para a do ensino superior.

Ainda, de forma complementar, a modalidade de educação a distância tem contribuído como uma das estratégias para democratizar e elevar o padrão de qualidade da educação brasileira, visando expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas.

Sobre a compatibilidade entre as estruturas organizacional e programática, o MEC possui 12 programas que, de forma integrada, viabilizam a execução de sua política setorial. Esses estão sob a responsabilidade de cinco secretarias finalísticas do MEC, da SPO, do FNDE e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Há uma grande adesão entre a estrutura programática e a estrutura organizacional da instituição, ilustrada nos exemplos abaixo:

a) Secretaria de Educação Básica (SEB) responsável pelos programas Desenvolvimento da Educação Infantil (1065), Desenvolvimento do Ensino Fundamental (1376), Desenvolvimento do Ensino Médio (1378) e Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica (1072);

b) Secretaria de Educação Superior (SESU) responsável pelo Programa Universidade do Século XXI (1073);

c) Secretaria de Educação Especial (SEESP) responsável pelo Programa Desenvolvimento da Educação Especial (1374);

d) Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) responsável pelo Programa Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica (1062);

e) Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) responsável pelos programas Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos (1060) e Educação para a Diversidade e Cidadania (1377);

f) Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO) responsável pelo Programa Gestão da Política de Educação (1067);

g) Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) responsável pelo Programa Brasil Escolarizado (1061);

h) Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) responsável pelo Programa Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica (1375).

ASPECTOS RELEVANTES

Cabe destaque aos principais avanços da política educacional, concretizados pelo conjunto dos programas do MEC no período 2004-2007:

a) redefinição da política de financiamento da Educação Básica, consolidada pela aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb);

b) criação do Sistema Nacional de Formação de Professores;

c) articulação entre a alfabetização e a modalidade educação de jovens e adultos (EJA);

d) expansão de vagas no ensino superior por meio do Programa Universidade para Todos (ProUni) e do Plano de Expansão das Universidades Federais;

e) possibilidade de integração curricular dos ensinos médio e técnico e expansão da educação profissional;

f) redução das desigualdades étnico-racial, de gênero, orientação sexual, geracional, regional e cultural no espaço escolar;

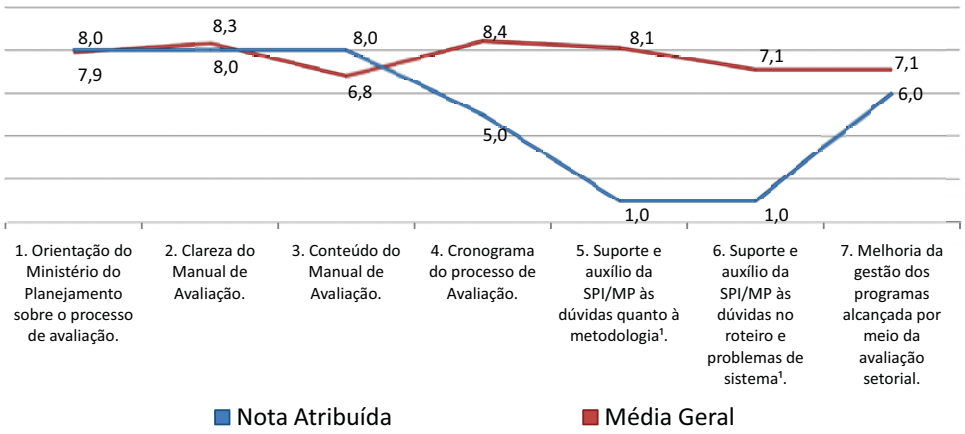
g) elaboração da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva;

h) lançamento do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2005-2010).

Finalmente, merece ser salientado o lançamento, em 24.04.2007, do PDE, um grande pacto feito pelo MEC com a sociedade civil, que estabelece uma série de ações para a melhoria da educação básica.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pelo MEC mediante a atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas por item pelo MEC e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



Nota: [1]A nota atribuída igual a um nos itens 5 e 6 indica que o órgão não necessitou de suporte e auxílio da SPI/MP

BRASIL ALFABETIZADO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

GERENTE DO PROGRAMA

André Luiz de Figueiredo Lazaro

OBJETIVO

Garantir acesso e permanência de jovens e adultos a programas educacionais que visam atender as suas necessidades específicas de aprendizagem e formação.

PÚBLICO-ALVO

Jovens e adultos com 15 anos e mais, não-alfabetizados ou com baixa escolaridade e os educadores que atuam nesta modalidade de ensino

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 174.685.424,00	Empenho Liquidado:	R$ 143.040.758,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 143.040.758,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 a 24 anos - Porcentagem	3.15	2.86	2.40	-	2.29	-
2. Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 25 a 34 anos - Porcentagem	6.5	6.3	5.6	-	4.30	-
3. Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 35 anos ou Mais - Porcentagem	17.5	17.0	16.1	-	12.90	-
4. Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 Anos ou Mais - Porcentagem	11.2	11.0	10.4	-	8.19	-
5. Percentual da População na faixa Etária de 15 Anos ou Mais com Escolaridade Inferior a 4ª Série - Porcentagem	24.9	23.4	22.2	-	18.90	-
6. Percentual da População na Faixa Etária de 15 Anos ou Mais com Escolaridade entre a 4ª Série e 7ª Série - Porcentagem	27.7	27.3	26.6	-	25.60	-

1. TAXA DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 15 A 24 ANOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A partir de 2007, ações do Programa passaram a contemplar estratégias específicas para atendimento da população jovem em situação de analfabetismo absoluto. Há que se compreender, contudo, que a mobilização do público, pessoas com 15 a 24 anos, pode ser realizada por intermédio das turmas de educação de jovens e adultos (EJA) para além dos cursos de alfabetização, estratégia que não colide com os objetivos do Programa, mas, ao mesmo tempo, implica a necessária co-responsabilidade dos demais entes federados. Ressalte-se, nesse caso, que existem iniciativas, coordenadas por outros órgãos federais, que objetivam garantir a escolarização para tal público, tais como o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). Finalmente, importa destacar que a evolução da taxa, medida pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), aponta constante e significativa queda: 3,68% (2002), 3,35% (2003), 3,15% (2004), 2,86% (2005) e 2,4% (2006). Indicando que, em 2007, é viável alcançar o índice indicado no PPA. Os resultados da Pnad 2007 ainda não foram divulgados.

2. TAXA DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 25 A 34 ANOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O Programa encontra dificuldades de mobilizar, com estratégias específicas, a população em situação de analfabetismo na faixa etária de 25 a 34 anos de idade. Contudo, importa ressaltar que, no ano de 2007, 22,72% dos alfabetizandos cadastrados encontravam-se nessa faixa etária, perfazendo um total de 293.723 atendidos. Enfatize-se que o mercado de trabalho exerce significativa influência sobre a permanência de pessoas nessa faixa etária nas turmas de alfabetização e de EJA com potencial impacto sobre a evasão. No entanto, a série histórica da Pnad mostra-nos que a viabilidade de alcançar, em 2007, o índice estabelecido no PPA é baixa: 7,1% (2002), 6,7% (2003), 6,5% (2004), 6,3% (2005) e 5,6% (2006). Os resultados da Pnad 2007 ainda não foram divulgados.

3. TAXA DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 35 ANOS OU MAIS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

No ano de 2007, 65,49% dos alfabetizandos cadastrados estavam na faixa etária superior a 35 anos de idade, perfazendo o total de 846.603 atendidos. Contudo, a tendência demonstrada pela Pnad – 18,1% (2002), 17,8% (2003), 17,5% (2004), 17,0% (2005) e 16,1% (2006) – aponta que a viabilidade de alcançar o índice previsto para 2007 é baixa. Tal dificuldade deriva, em grande medida, de dois fatores complementares, em primeiro lugar, a inconsistente continuidade de estudos dos egressos, nessa faixa etária, das turmas de alfabetização, cuja conseqüência palpável é a reincidência na condição de analfabetismo em segundo lugar, a dispersão territorial dessa população implica a correlata necessidade de

estratégias específicas (demanda atendida, ainda que parcialmente, pelo redesenho das ações de 2007, que focalizaram as iniciativas de alfabetização nos Municípios com as maiores taxas de analfabetismo). Os resultados da Pnad 2007 ainda não foram divulgados.

4. TAXA DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 15 ANOS OU MAIS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Ainda que consideremos a aceleração recente na queda da referida taxa medida pela Pnad, 11,8% (2002), 11,5% (2003), 11,2% (2004) e 11,0% (2005) e 10,4% (2006), é factível afirmar que a viabilidade de se alcançar o índice definido para 2007 é baixa. Tal dificuldade deriva, em grande medida, nas limitações expostas nas justificativas dos Indicadores 1, 2 e 3. Notadamente, ressaltem-se as elevadas taxas de analfabetismo nas faixas etárias mais elevadas, bem como sua resiliência diante das iniciativas de alfabetização de jovens e adultos. Os resultados da Pnad 2007 ainda não foram divulgados.

5. PERCENTUAL DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 15 ANOS OU MAIS COM ESCOLARIDADE INFERIOR A 4ª SÉRIE

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Haja vista o início da implementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) durante o ano 2007, bem como seu sistema de incentivos no tocante à EJA, é possível caracterizar como baixa a viabilidade para alcançar o índice previsto – 26,0% (2002), 25,4% (2003), 24,9% (2004), 23,4% (2005) e 22,2% (2006). Dado que o Fundeb irá financiar parcialmente as matrículas de EJA nos três primeiros anos de existência do fundo, à razão de um terço por ano, e foi imposto um limite para utilização dos recursos recebidos por Estados e Municípios para financiamento da EJA, importa ressaltar os possíveis impactos sobre a manutenção e ampliação da oferta de vagas de EJA. Ainda que o Programa contasse com uma ação específica para garantir a ampliação da oferta é fundamental enfatizar que se tratava de recurso residual, haja vista a assunção do Fundeb. Os resultados da Pnad 2007 ainda não foram divulgados.

6. PERCENTUAL DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 15 ANOS OU MAIS COM ESCOLARIDADE ENTRE A 4ª SÉRIE E 7ª SÉRIE

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

A viabilidade para alcançar o índice definido para 2007 foi considerada média, haja vista a tendência identificada pela Pnad – 29,4% (2002), 28,5% (2003), 27,7% (2004), 27,3% (2005) e 26,6% (2006). Estima-se que tal resultado deve-se, em grande medida, a ampliação do acesso ao ensino fundamental observado nos últimos 15 anos. Os resultados da Pnad 2007 ainda não foram divulgados.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O alto índice de analfabetismo e os baixos índices de escolaridade da população brasileira de 15 anos e mais são desafios a serem enfrentados por uma política pública de educação, entendida como direito de todos. Em 2003, era expressivo o contingente de analfabetos no País, representando 11,6% da população com 15 anos ou mais de idade. Tal situação de elevado analfabetismo ainda persiste apesar de sua erradicação ter sido alçada como uma das prioridades da área de educação. Em 2006, os resultados apontam para uma taxa de analfabetismo de 10,2%, uma redução de apenas 12% em relação à taxa de 2003. Para se ter um quadro claro da situação do analfabetismo no País, é preciso também salientar a existência de pronunciadas desigualdades entre as regiões e, especialmente, em relação às características socioeconômicas da população. O Programa atua sobre este fenômeno por meio de duas frentes. A primeira trata da mobilização para alfabetização inicial em seus primeiros passos rumo ao letramento. A segunda frente de atuação estabelece instrumentos e mecanismos de continuidade do processo de educação daqueles que tardiamente estão ingressando ou reingressaram nos sistemas de ensino. Estes dois eixos de implementação associados ao investimento na formação inicial e continuada de educadores na modalidade específica de educação de jovens e adultos se articulam de forma a propiciar ganhos de eficiência nas ações do Programa, contribuindo para elevar a efetividade do mesmo.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• 96% dos Municípios prioritários atendidos (Municípios com taxa de analfabetismo absoluto, pessoas com 15 anos ou mais de idade, superior a 35% de acordo com o Censo 2000): 1.292.714 alfabetizandos cadastrados, 1.028.867 alunos do EJA (primeiro segmento presencial, com avaliação no processo), beneficiados 1.062 Municípios atendidos diretamente com ações de apoio técnico in loco, 90.363 alfabetizadores e coordenadores de turmas formados e 69.613 bolsas concedidas a alfabetizadores.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

As ações do Programa foram, em grande medida, redesenhadas no decorrer do ano de 2007. Nesse sentido, importa ressaltar as alterações mais relevantes:

a) focalização das ações relacionadas à alfabetização de jovens e adultos em 1.103 Municípios prioritários, situados na região Nordeste, no norte de Minas Gerais e no Estado do Pará;

b) apoio técnico *in loco* aos Municípios prioritários, visando elaborar diagnósticos locais (realidade da alfabetização e educação de jovens e adultos);

c) pagamento de bolsa para coordenadores de turmas;

d) criação de linhas específicas de financiamento, abarcando material pedagógico, material didático, merenda para alfabetizandos e transporte de alfabetizandos e alfabetizadores;

e) estruturação do Plano Nacional do Livro Didático para Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA).

Contudo, o processo de redesenho implicou o início tardio da mobilização dos parceiros, da formalização da adesão ao programa e, finalmente, da execução efetiva das ações. Tais fatores contextuais impactaram a obtenção dos resultados almejados em 2007. Ademais, é importante ressaltar o início da vigência do Fundeb, cujo desenho abarcou o financiamento da EJA e, assim, levou à descontinuação do protagonismo do Programa no que tange ao financiamento da ampliação da oferta de vagas de EJA (nome fantasia, Fazendo Escola). Nesse sentido, os resultados também sofreram impactos, ainda que indiretos.

O monitoramento sobre o desempenho físico das ações é feito por meio de reuniões de trabalho com as equipes executoras das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação parceiras e por meio de visitas *in loco* as turmas de alfabetização, selecionadas por meio da sinalização de aspectos captados no acompanhamento a distância, bem como por denúncias recebidas.

Outra forma de monitoramento a distância se dá por meio da rotina automática e protocolos de críticas dos dados alimentados pelas entidades parceiras no Sistema Brasil Alfabetizado (SBA), no qual são registrados dados de cadastros dos alfabetizadores, dos alfabetizandos e das turmas, bem como da execução das ações, por meio dos relatórios eletrônicos de acompanhamento. Contatos telefônicos e por correio eletrônico, também, são recursos utilizados cotidianamente como orientação e verificação da execução das ações do Programa.

As ações Concessão de Bolsa ao Alfabetizador, Apoio à Capacitação de Alfabetizadores de Jovens e Adultos, Apoio a Ações Assistenciais aos Alunos da Educação de Jovens e Adultos e Incentivo à Leitura de Jovens e Adultos não atingiram as metas físicas previstas, uma vez que houve significativo contingenciamento dos recursos, cujo impacto atingiu as metas, convém ressaltar, que a Ação Apoio a Iniciativas Para Melhoria da Qualidade da Educação de Jovens e Adultos alcançou as metas físicas previstas, ainda que tenha ocorrido significativo contingenciamento. A Ação Apoio à Implantação da Oferta de Vagas do Ensino Fundamental a Jovens e Adultos, que abarcava a aplicação de recursos residuais relativos ao antigo Fazendo Escola (descontinuado com o advento do Fundeb) superou as metas físicas previstas.

Com relação às ações Apoio à Capacitação de Alfabetizadores de Jovens e Adultos, Apoio à Implantação da Oferta de Vagas do Ensino Fundamental a Jovens e Adultos e Apoio a Iniciativas para Melhoria da Qualidade da Educação de Jovens e Adultos, a execução orçamentária, tendo como parâmetro as dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007 foi suficiente, haja vista a análise do fluxo de desembolsos, o total de recursos orçamentários executados e os resultados alcançados em que pese a ocorrência de contingenciamento. Contudo, as ações Concessão de Bolsas ao Alfabetizador, Apoio

a Ações Assistenciais aos Alunos da Educação de Jovens e Adultos e Fomento à Leitura e Acesso às Bibliotecas por Jovens e Adultos tiveram, execução orçamentária insuficiente, tendo em vista a análise do fluxo de desembolsos, o total de recursos orçamentários executados e os resultados alcançados (tendo como parâmetro as dotações autorizadas na LOA 2007) mesmo que consideremos a ocorrência de contingenciamento.

Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. Com relação às Ações Concessão de Bolsas aos Alfabetizadores, Apoio à Capacitação de Alfabetizadores de Jovens e Adultos, Apoio a Ações Assistenciais aos Alunos da Educação de Jovens e Adultos e Apoio à Ampliação da Oferta de Vagas no Ensino Fundamental as Jovens e Adultos, ações com maior disponibilidade orçamentária, houve contingenciamento levando a instabilidades no fluxo de recursos que prejudicaram a execução programada. Contudo, ressalte-se que o fluxo de liberação de recursos foi fortemente impactado pelo atraso no início do processo de execução das ações, mobilização dos parceiros, processo de adesão e repasse de recursos, derivado, em grande medida, do redesenho das ações ocorrido em 2007.

O contingenciamento orçamentário dificulta o alcance das metas físicas e prejudica o fortalecimento das parcerias com Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, porque provoca incertezas com relação ao período de execução das ações e ao momento de repasse de recursos e o atraso na liberação de recursos causa desmobilização dos parceiros, levando à dificuldade na execução efetiva das ações. Além de demora no início do processo de adesão dos parceiros e na aprovação dos projetos, dificultando o alcance da meta física. O montante de recursos gastos com as despesas administrativas, quando comparado ao montante liquidado diretamente com a execução das ações do Programa, consiste em quantitativo residual. As ações do Programa possuem tal abrangência, significância e diversidade no que se refere aos objetivos, formas de execução e estratégias de implementação que há a nítida necessidade de incrementar os recursos destinados à Gestão e Administração do Programa (GAP).

Quanto à infra-estrutura na equipe gerencial, há insuficiência de equipamentos (*hardware*) para desenvolvimento e manutenção dos sistemas de informações que fornecem subsídios para a tomada de decisão e insuficiência de espaço físico para as equipes de acompanhamento pedagógico das ações e para o desenvolvimento e manutenção de sistemas de informações, acompanhamento, monitoramento e avaliação.

A quantidade de recursos humanos na equipe gerencial é inadequada, havendo a necessidade de ampliação das equipes nas áreas de acompanhamento pedagógico das ações e de sistema de informações, monitoramento, avaliação, gestão do Programa visando dar sustentabilidade ao Programa após os impactos do redesenho realizado em 2007. Também é necessário ampliar a formação nas áreas de gerenciamento de projeto, planejamento e avaliação e monitoramento.

Cabe, em um primeiro momento, enfatizar a necessidade de envidar esforços no sentido de consolidar, em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e os órgãos de controle, o sistema de acompanhamento e monitoramento desenvolvido no âmbito do Programa das ações com recursos descentralizados. Tal iniciativa permitiria não apenas um controle mais efetivo sobre o processo de execução, mas também sobre a efetividade das ações.

É fundamental enfatizar que a execução descentralizada é o cerne do Programa, haja vista o caráter das Ações de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos que, em 2007, foram focalizadas na transferência de recursos para Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. Em que pesem os eventuais problemas na execução, os resultados alcançados permitem afirmar que a estratégia de execução descentralizada alcança resultados palpáveis. Há apenas algumas ressalvas a serem feitas:

a) com relação às informações necessárias, no caso das Ações de Alfabetização de Jovens e Adultos (alimentação remota do Sistema Brasil Alfabetizado), é preciso atentar para três informações cruciais cujo grau de fidedignidade continuou, em 2007, baixo e a tempestividade, da mesma forma, inadequada (seja para o gerenciamento, seja para a tomada de decisões), que são os dados sobre a documentação pessoal dos alfabetizandos, os dados sobre a data efetiva de início e término das turmas de alfabetização e os dados sobre a substituição de alfabetizandos e alfabetizadores;

b) com relação à integração entre gerência e executores foram desenvolvidas ações de apoio técnico in loco, por intermédio de consultores especializados, junto às equipes gestoras locais das Secretarias de Educação dos Municípios prioritários, deu-se continuidade à relação institucional com os órgãos representativos de Estados e Municípios, Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), respectivamente, ampliando-se a mobilização por intermédio de encontros presenciais com os Coordenadores de Alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos das Secretarias Estaduais de Educação.

Percebeu-se a consolidação dos laços com as demais unidades administrativas do MEC, possibilitando a implementação de ações em parceria com outras Secretarias, sendo com a Secretaria de Educação Superior os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (NEABs), com a Secretaria de Educação Básica a formação de professores e política de leitura, com a Secretaria de Educação à Distância a Proformação e com a Secretaria de Educação Tecnológica o ProEJA e Escola de Fábrica.

No ano de 2007, tanto a disponibilização de informações quanto a integração gerência/coordenação foram desenvolvidas de forma plena consolidando as iniciativas pretéritas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

No âmbito do Plano de Avaliação do Programa Brasil Alfabetizado, foram desenvolvidos instrumentos de pesquisa para captar informações sobre a percepção dos beneficiários. Os resultados finais, relativos a 2007, ainda estão em fase de tabulação.

A participação social se dá por meio dos Fóruns do EJA nas discussões sobre o planejamento, execução e redesenho das ações do Programa. Os Fóruns são compostos por educadores, representantes de movimentos sociais, organizações não-governamentais (ONGs) e

instituições de ensino etc, permitindo, dessa forma, que a gerência do Programa capte as demandas dos principais atores envolvidos em Alfabetização de Jovens e Adultos (AJA) e EJA. Outro mecanismo de participação é a Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA), instância de caráter consultivo, instituída formalmente por Decreto Presidencial e nomeada por Portaria Ministerial, cuja função é acompanhar, sob aspectos sociais, a execução das ações do Programa.

Além dos mecanismos de participação social já citado cabe ressaltar a ênfase dada pela gerência do Programa na articulação intergovernamental. Haja vista o foco na continuidade de estudos (à alfabetização de jovens e adultos, seguir-se-á a matrícula no EJA oferecida pelas redes regulares de ensino Municipais e Estaduais). A gerência organiza reuniões de trabalho periódicas com o Consed e Undime, nas quais apresenta e debate as resoluções que regulamentam o repasse de recursos de AJA e EJA.

A participação social permitiu que se iniciassem discussões relacionadas ao redesenho das ações do Programa visando não apenas atender às necessidades do público-alvo, mas também incorporar inovações e boas práticas identificadas pelos representantes da sociedade civil.

Dentre as boas práticas de gestão, destaca-se a iniciativa de apoio técnico *in loco* às equipes gestoras locais das Secretarias de Educação dos Municípios prioritários, visando fomentar a mobilização dos potenciais parceiros, a adesão ao Programa e a estruturação das ações de alfabetização e educação de jovens e adultos no território; o Sistema Brasil Alfabetizado (SBA), disponível para acesso amplo no endereço eletrônico *http://www.mec.gov.br/secad/sba*, que é o instrumento de gestão operacional do Programa Brasil Alfabetizado, responsável pela consolidação das informações sobre a operacionalização e execução das ações (cadastro das turmas, cadastro dos alfabetizadores, cadastro de alfabetizandos, previsão das datas e horários de funcionamento, atendimento a segmentos específicos etc); e o Plano de Avaliação do Programa Brasil Alfabetizado, que foi estruturado de forma a permitir a atuação de diversas instituições especializadas na área de avaliação.

Ademais, o SBA possui a função de permitir o controle social das ações do Programa e implementar critério de transparência da gestão, uma vez que é possível acessar os dados pelo endereço eletrônico acima especificado.

No entendimento da gerência do Programa, há a necessidade de construir estratégias efetivas e sustentáveis para a mobilização do público-alvo do Programa, de acordo com as diversas faixas etárias dos beneficiários, de aprofundar a parceria com Estados e Municípios, principalmente para incrementar a mobilização visando à continuidade de estudos dos jovens e adultos (egressos da AJA), consolidar a articulação com outros Ministérios e os sistemas de informações desenvolvidos ou em fase de desenvolvimento, criar rotinas e protocolos para análise dos dados coletados por meio dos sistemas já existentes, ampliar os recursos para acompanhamento, monitoramento e supervisão na GAP e viabilizar a contratação de pessoal técnico e administrativo.

O Programa, no ano de 2007, teve a sua concepção e desenho avaliado por meio do modelo lógico, com proposição de reestruturação validada junto com a equipe gerencial e técnicos e analistas da SECAD/MEC, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Secretaria de Orçamento Federal (SOF) e Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI).

BRASIL ESCOLARIZADO

GERENTE DO PROGRAMA

Daniel Silva Balaban

OBJETIVO

Contribuir para a universalização da educação básica, assegurando eqüidade nas condições de acesso e permanência.

PÚBLICO-ALVO

Crianças e adolescentes matriculados na educação básica

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 3.801.890.104,00	Empenho Liquidado:	R$ 3.693.055.456,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 3.693.055.456,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Índice de Adequação de Escolaridade da População na Faixa Etária de 11 a 18 anos -	0.60	0.61	0.63	-	0.85	-
2. Número Médio de Séries Concluídas da População na Faixa Etária de 10 a 14 anos - Unidade	4.10	4.10	4.20	-	4.43	-

1. ÍNDICE DE ADEQUAÇÃO DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 11 A 18 ANOS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O indicador mede a distância entre as situações de escolaridade ideal e observada da população na faixa etária de 11 a 18 anos, variando entre zero e um; quanto mais próximo de um, mais adequada à situação ideal está da escolaridade dessa população. A sua evolução em anos recentes foi de 0,60 (2004), 0,61 (2005) e 0,63 (2006), o equivalente a 5% de crescimento no período.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) ainda não divulgou o resultado correspondente ao exercício de 2007. Contudo, a série demonstra

uma tendência evolutiva da adequação da escolarização da população na faixa etária entre 11 e 18 anos. Há forte expectativa de esta tendência ficar mais forte nos próximos anos a partir de 2008 por força da intensificação das iniciativas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

2. NÚMERO MÉDIO DE SÉRIES CONCLUÍDAS DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 10 A 14 ANOS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

A evolução desse indicador em anos recentes foi de 4,10 em 2004 e 2005 e 4,20 em 2006, correspondendo a 2,4% no período, o equivalente ao alcance de 30% da meta de crescimento estimado. O Inep ainda não divulgou o índice relativo ao exercício de 2007. No entanto, tomando-se por base o intervalo de 2004 a 2006, há uma pequena evolução no desempenho do Programa, no que se refere à conclusão de séries da população da faixa etária entre os 10 e 14 anos de idade. Esta tendência deverá ficar mais forte por força da intensificação das iniciativas do PDE, cujo desenho está pautado pela visão sistêmica da educação, entendendo as etapas e modalidades da educação como momentos de um processo. Nesse contexto, são esperados resultados positivos que levem a uma maior aproximação da meta estabelecida.

Apesar da indisponibilidade dos índices, os resultados da implementação das ações do Programa permitem inferir que se está caminhando rumo ao alcance dos objetivos traçados para o Brasil Escolarizado. O ensino fundamental aproxima-se do limite da universalização, ao passo que as iniciativas para estender às demais etapas da educação básica, educação infantil e o ensino médio, especialmente no contexto da implementação do PDE, estão sendo intensificadas.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Quando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, define a abrangência e o objeto da educação básica, está assegurando uma escolarização mínima como direito de todo cidadão brasileiro. Conceituar a educação básica e assegurar o direito na lei correspondeu ao primeiro passo, dentre tantos outros, de uma conquista de obstinados educadores e da sociedade brasileira. No entanto, o direito a este ciclo educacional continuou freqüentando os textos acadêmicos dos teóricos da educação e os apontamentos dos estudantes de cursos de formação de professores, principalmente nas disciplinas que tratam da história e da estrutura da educação brasileira e sua efetivação ainda padecia de medidas concretas que o tornasse efetivo.

Os desafios que se colocam dizem respeito à integração dessas etapas, no contexto das políticas públicas. A universalização da educação básica começa pela oferta suficiente do seu primeiro componente a educação infantil, passando pelo ensino fundamental e culminando com o terceiro segmento de direito cidadão ao processo educacional, o ensino médio. Pressionado pela universalização do ensino fundamental e pela correção do fluxo

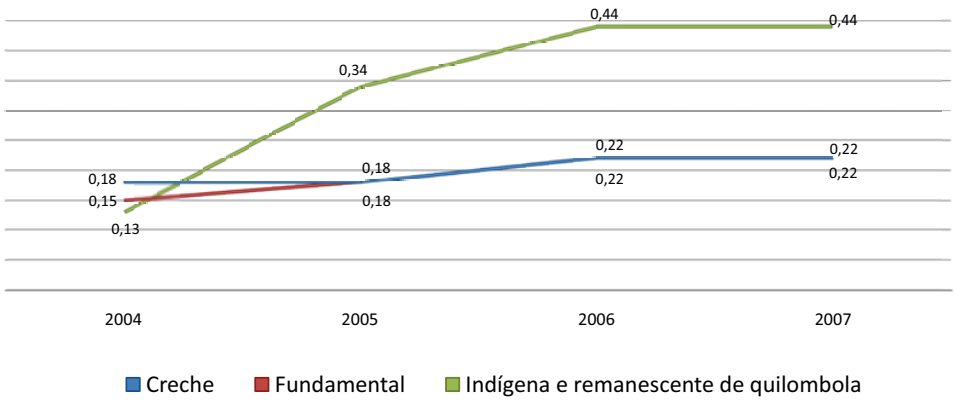
escolar desse nível de ensino, decorrente da redução da defasagem idade-série, o ensino médio, majoritariamente sob a responsabilidade dos Estados e Distrito Federal, carece, primeiramente, de oferta suficiente. Felizmente, a comprovação cabal da focalização das políticas de governo na educação básica fica expressa no PDE lançado em abril de 2007.

Assim, à semelhança do ensino fundamental, passa a ser contemplada, na política educacional, a expansão da oferta nos dois extremos da educação básica preteridos tradicionalmente, a fim de ensejar a universalização do primeiro grande segmento da educação escolar. O Programa desenvolve papel fundamental, como instrumento de efetivação dessa política pública, por meio de um conjunto de ações que vão do financiamento à alimentação escolar, ao apoio à reestruturação da rede física pública, cujos resultados das principais ações são apresentados a seguir.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• A Ação Apoio à Alimentação Escolar financia o denominado Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Tal ação vem sofrendo inovações que se refletem positivamente na sociedade, em especial, mudança de paradigma de assistencialismo para direito humano, que abrange a extensão do atendimento aos alunos matriculados em creches, com valores per capita diferenciados[1] para alunos de creches, pré-escolas e escolas indígenas e localizadas em áreas remanescentes de quilombos, conforme demonstrado no seguinte gráfico.

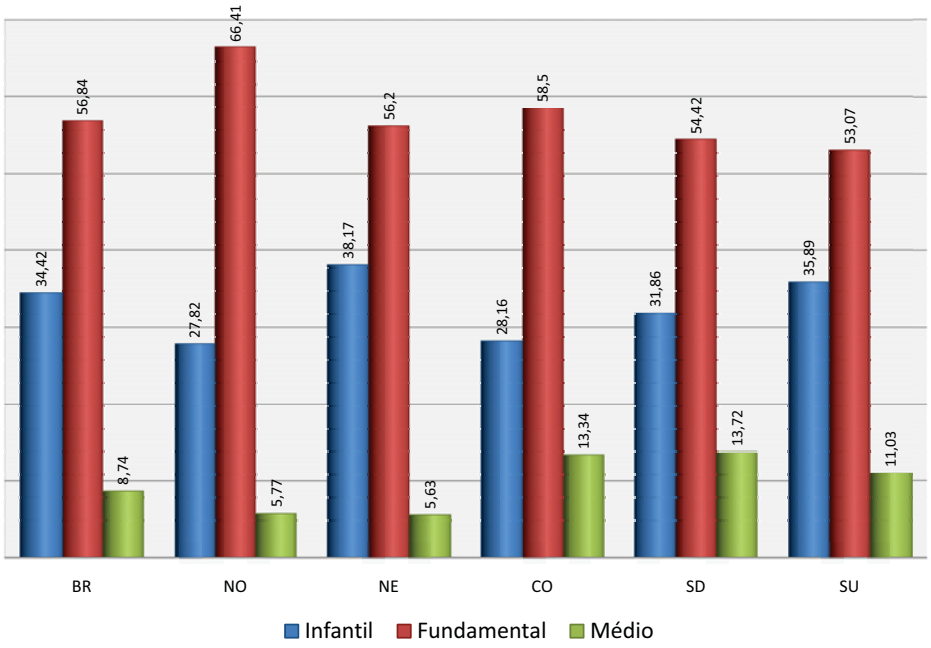
GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO NOMINAL DO ATENDIMENTO *PER CAPITA* DO PNAE - 2004 A 2007



• A Ação Apoio à Reestruturação da Rede Física Pública tem o propósito de contribuir para a universalização da educação básica, provendo melhorias na infra-estrutura escolar de modo a garantir as condições adequadas ao funcionamento dos estabelecimentos de ensino e ao conforto necessário para o desenvolvimento do processo de ensino e de aprendizagem. É fundamental a superação dos desafios do Poder Público no tocante a assegurar as condições físicas de oferta de vagas, visando a efetivação do direito à educação básica.

1 Esta diferença tem por base a atenção a grupos de riscos de desnutrição.

GRÁFICO 2 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE ACERVOS POR REGIÃO, SEGUNDO O NÍVEL DE ENSINO, EM 2007



A ação Aquisição de Equipamentos faz interface com as medidas de reestruturação da rede física pública, objetivando dotar as escolas de mobiliário, utensílios e recursos tecnológicos adequados e condizentes com as necessidades dos espaços escolares já existentes, construídos ou ampliados, visando oferecer as condições ideais ao ambiente acadêmico para a melhoria do padrão de qualidade do ensino.

A ação Distribuição de Acervos Bibliográficos ampliou sua atuação de atendimento dos programas de biblioteca na escola, alcançando o ensino médio e a educação infantil, viabilizado pelo PDE, conforme demonstrado no gráfico abaixo. A distribuição de acervos tem a finalidade de assegurar às redes de ensino Estaduais, Distrital e Municipais, o acesso à cultura e à informação e o incentivo à formação do hábito da leitura nos alunos, nos professores e na população.

• A TV Escola é um canal de televisão que capacita, aperfeiçoa e atualiza educadores da rede pública desde 1996. A proposta da TV Escola é proporcionar ao educador acesso ao canal e estimular a utilização de seus programas, contribuindo para a melhoria da educação construída nas escolas.

• A ação Integração e Expansão do Uso de Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação Pública financia o denominado Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo). Com o ProInfo, o governo vem dotando as escolas públicas, bem como os núcleos de tecnologia educacional e os centros de experimentação em tecnologia educacional com equipamentos de informática.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Dentre os resultados do programa, ressalte-se o desempenho orçamentário apresentado ao longo do período compreendido pelo PPA 2004-2007. Na média, foram executados mais de 95% da dotação programada. Considerando que contempla ações de grande relevância das quais são exemplos a alimentação escolar, o apoio à reestruturação e o equipamento da rede física pública escolar. Para efetivação das políticas educacionais no segmento da educação básica, este percentual, associado ao considerável volume de recursos, é indicador da concretização da determinação do governo de assegurar meios para a efetivação do direito à educação. Ao longo do período em apreço, a evolução orçamentária apresentada coaduna-se com o desempenho da implementação das ações e demonstra a prioridade governamental no sentido de promover, progressivamente, o alcance da consecução do objetivo colimado pelo Brasil Escolarizado.

O monitoramento sobre o desempenho físico das ações é feito mediante visitas técnicas a Municípios, previamente programadas ou por solicitação dos órgãos parceiros e ainda para atender ao processo de controle. O monitoramento periódico também é realizado por meio de sistemas corporativos voltados à viabilização do processo operacional da execução das ações, bem como de seu acompanhamento pelo Sistema Interno do Ministério da Educação (SIMEC).

A cada ano as incitativas do Brasil Escolarizado são avaliadas nos relatórios de gestão. No caso daquelas ações alocadas no orçamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a avaliação de desempenho faz parte do processo de prestação de contas da autarquia junto aos órgãos de controle.

O alcance da execução da meta física no intervalo próximo a 100% leva em consideração, fundamentalmente, o desempenho das principais ações do Programa, destacando-se:

a) alimentação escolar, cujo universo de alunos atendidos foi superior a 35 milhões;

b) a Ação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica alcançou a meta prevista em razão de reforço de crédito em função da necessidade de ajuste para o atendimento do PDE implementado a partir de abril de 2007;

c) foram atendidas 23 escolas, de 8 Estados, com a ação de reestruturação física, sendo 11 com construção e 12 com ampliação ou reforma, o que explica a utilização de quase todo o recurso para atendimento de cerca de 50% da meta prevista;

d) 613 escolas atendidas com equipamentos de informática, mobiliários e outros, das quais 603 no Piauí. O alcance dessa meta foi possível devido à complementação financeira da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Piauí, no valor total de R$ 2,18 milhões;

e) foram adquiridos 8,6 milhões de exemplares de livros destinados às bibliotecas escolares, 45,76% a mais do que a estimativa, para compor os acervos que serão distribuídos a 161.274 escolas no exercício de 2008, beneficiando mais de 29 milhões de alunos;

f) aporte de recursos oriundos da ação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica, visando reforçar as atividades de distribuição dos livros didáticos relativos aos componentes curriculares de Química e História, bem como a reposição/complementação, dos livros de Língua Portuguesa, Matemática e Biologia para todos os alunos das escolas públicas, matriculados na 1ª, 2ª e 3ª séries do ensino médio. A distribuição dos componentes curriculares de Química e História estava inicialmente prevista para o período de 2009 a 2011, entretanto, a implantação do PDE viabilizou a antecipação dessa distribuição. No total foram distribuídos 18,2 milhões de exemplares, beneficiando em torno de 7 milhões de alunos.

Os recursos orçamentários foram adequados e liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. No entanto, o volume de convênios firmados pelo FNDE é considerável e a inadimplência e o atraso na prestação de contas dos entes federados prejudicam o processo de execução das ações.

Considera-se a quantidade de recursos humanos nas equipes executoras inadequadas devido à abrangência geográfica, assim como a dimensão das ações, no que concerne à diversidade de atividades atendidas pelo Programa. Estes são os principais aspectos que fazem com que a quantidade de recursos humanos seja relativamente insuficiente. O FNDE reforçará seu quadro de pessoal, a partir da integração de novos servidores aprovados em concurso público realizado no final do ano de 2007.

O desempenho da execução das ações descentralizadas e das ações implementadas em outras unidades administrativas do próprio Ministério pode ser considerado satisfatório, na proporção da performance geral apresentada pelo Programa. Da mesma forma, as informações necessárias ao seu acompanhamento foram disponibilizadas pelas unidades administrativas executoras das ações. Portanto, considera-se que o fluxo de informação e a integração ocorreram num grau que varia de satisfatório a pouco satisfatório.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa conta com ação voltada ao processo de capacitação para o exercício do controle social correlacionados a vários programas educacionais financiados com recursos alocados no orçamento do FNDE. A participação social por meio dos conselhos de controle social da ação que financia a alimentação escolar melhora as condições de sua gestão.

Não há, no Programa como um todo, um mecanismo sistemático de avaliação da satisfação de seus beneficiários. No entanto, em algumas ações foram realizadas atividades de avaliação por institutos contratados a exemplo do Pnae, e iniciativas são adotadas em algumas ações por

unidades regimentais responsáveis pela sua execução a exemplo da biblioteca na escola. Um dos principais problemas da avaliação refere-se ao fato de que as diferentes ações educacionais concorrem para o propósito comum de assegurar educação de qualidade para todos, mas ainda não há como isolar os efeitos de cada uma no contexto dos resultados. É necessário desenvolver estudos para avançar na proposição de mecanismos que permitam superar esta dificuldade, possivelmente, realizando-se avaliação integrada e sistemática das ações.

O Programa apresenta boas práticas de gestão que poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal, como:

a) forma de execução descentralizada, envolvendo parceiros e a coletividade no controle social;

b) critérios bem definidos, especialmente nas ações de repasse automático para a concessão dos recursos que possibilitam, sobremodo, o processo de planejamento e monitoramento e o exercício do controle social;

c) modelo de execução direta assegurando ganho de escala (livros) e logística de distribuição de modo que o livro chega ao destino antes do início do ano letivo;

d) eficiência em compras governamentais, especialmente, mediante emprego de pregão eletrônico;

e) disponibilidade de Infrasig (SIMEC) que possibilita o acompanhamento da execução das ações, permitindo a tomada de decisão e racionalização do processo de alimentação do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan). Destaque-se que se adota, para o referido sistema já implementado, o processo de aperfeiçoamento contínuo.

No entendimento da gerência do Programa a avaliação da execução física carece ser melhorada, entre outros, em razão dos aspectos de não-adequação das metas físicas, nas ocasiões em que as ações recebem ou têm redução de créditos orçamentários e a avaliação da meta refere-se ao Programa como um todo. No entanto, são diversas ações com produtos diferentes e unidades de medida distintas que não podem ser agregadas. Neste sentido, está sendo desenvolvido índice agregador que possibilite uma percepção de desempenho consolidado do Programa, o que pode ser estendido aos demais Programas.

O problema que deu origem ao Brasil Escolarizado está claro e diz respeito à necessidade da efetivação da conquista do direito à educação básica nas suas diversas etapas e modalidades. No entanto, desde sua origem, grande parte das ações que o compõem não contempla todas as etapas da educação básica, como por exemplo, alimentação escolar, biblioteca, entre outras.

O público-alvo está bem caracterizado e dimensionado, mas, parte das ações, desde seu desenho original, não contempla todas as etapas da educação básica[2]. Por esta razão, e sob

2 No final de 2007, o MEC enviou Projeto de Lei ao Congresso Nacional, com vistas a estender o atendimento, entre outros, do Programa de Alimentação Escolar para todas as etapas da educação básica.

a ótica da abrangência, são insuficientes, dada as limitações de alcance de todas as etapas e modalidades da educação básica.

O objetivo do Programa teria que ser mais bem ajustado, com vistas a se identificar com maior clareza o propósito que se pretende com sua iniciativa, com vistas a viabilizar uma análise do modelo lógico do Programa, que permita compreender como se propõe intervir de modo eficaz para mitigar suas causas, como monitorar sua execução e avaliar seus resultados. Há previsão de que em 2008 sejam realizadas, em parceria com a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI), atividades de construção de seu modelo.

DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

GERENTE DO PROGRAMA

Eliezer Moreira Pacheco

OBJETIVO

Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos de níveis técnico e tecnológicos com melhoria da qualidade.

PÚBLICO-ALVO

Jovens e adultos que buscam melhores oportunidades de formação profissional técnica e superior tecnológica, alunos de pós-graduação, professores e pesquisadores

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.530.697.080,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.471.584.308,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 1.471.584.308,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Número-Índice de Matrículas Iniciais na Educação Profissional de Nível Técnico - Índice numérico	114.71	120.00	126.35	132.37	121.50	108,95%
2. Número-Índice de Matrículas Iniciais na Educação Profissional de Nível Tecnológico - Índice numérico	-	-	226.00	202.66	225.00	90,07%

1. NÚMERO-ÍNDICE DE MATRÍCULAS INICIAIS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL TÉCNICO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

A superação da meta prevista se deve a expansão, modernização e atualização das unidades de ensino da rede federal com a ampliação de matrículas no nível médio.

2. NÚMERO-ÍNDICE DE MATRÍCULAS INICIAIS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL TECNOLÓGICO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O Programa irá continuar no período do PPA 2008-2011 com uma previsão de construção de mais de 150 unidades de ensino da rede federal até o final de 2010. Esta ação terá impacto na ampliação de vagas e matrículas no nível superior.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O público-alvo da Educação Profissional e Tecnológica compreende jovens e adultos na faixa etária de 14 a 24 anos, cuja estimativa era de 38,4 milhões no ano de 2005. Desse total, devem ser considerados como demandantes potenciais dos cursos técnicos apenas os concluintes do ensino fundamental e os egressos do ensino médio. São também demandantes potenciais os trabalhadores, que já estão no mercado de trabalho em situação de desemprego ou em busca de capacitação para o acesso, a reinserção e/ou o reposicionamento no mercado de trabalho. Não resta dúvida de que iniciativas que proporcionem o atendimento à demanda deste público por ensino médio integrado à educação profissional são estratégicas para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Ampliação do acesso de jovens e adultos à qualificação profissional com a criação de 39 instituições federais de educação profissional e tecnológica, totalizando em 2007, 179 unidades de ensino em funcionamento.

• Qualificação de 4.700 docentes da educação profissional.

• Ampliação dos alojamentos das unidades da rede federal por meio do atendimento de 64 instituições com alcance de 246% acima da meta prevista de 26 unidades.

• Produção do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

• Modernização e atualização das instituições de ensino da educação profissional por meio do atendimento a 439 projetos num total de 250 unidades de ensino. Alcance de 128% acima da meta prevista.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O monitoramento sobre o desempenho físico das ações é feito por meio de reuniões de trabalho com responsáveis pelas unidades de ensino da rede federal de educação profissional, visitas *in loco*, no caso de aquisição de equipamentos ou obras, pelo Sistema de Informações Gerenciais da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC)

e pelo Infrasig do Ministério da Educação (MEC).

O Programa apresentou execução física de 80% a 100% do previsto. Algumas ações do Programa não foram executadas integralmente, devido a não conclusão da base legal para fundamentar as ações dentro do exercício financeiro de execução. Os recursos foram suficientes e liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação.

As parcerias, em especial com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), são estratégias para formação e qualificação profissional.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A participação social se dá por meio de consulta pública para projetos de formação de docentes e gestores, para a melhoria da qualidade das graduações tecnológicas e dos cursos de nível técnico, objetivando harmonização de denominações, conceitos e desenvolvimento. Além de reuniões com as unidades que compõem a rede federal de ensino profissional e tecnológico, com os componentes do Sistema "S"[3] e discussões para o desenvolvimento de uma base legislativa da educação profissional e tecnológica, envolvendo órgãos e organismos que possuem interface com o tema.

Para que a integração entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio constitua-se em política pública educacional é necessário pensá-la também como contribuição para a consolidação de outras políticas setoriais como de ciência e tecnologia, de geração de emprego e renda, de desenvolvimento agrário, de saúde pública, de desenvolvimento da indústria e do comércio etc.

3 As organizações do Sistema "S" são: o SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial; o SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial; o SESC - Serviço Social do Comércio; o SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural; o SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem em Transportes; o SEST - Serviço Social de Transportes; o SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas; o SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo.

DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO

GERENTE DO PROGRAMA

Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva

OBJETIVO

Garantir o acesso e a permanência no ensino médio a todos os adolescentes e jovens com melhoria de qualidade.

PÚBLICO-ALVO

Adolescentes e jovens e adultos do ensino médio regular

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 146.074.741,00	Empenho Liquidado:	R$ 141.653.780,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 141.653.780,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Número Médio de Séries Concluídas da População na Faixa Etária de 15 a 17 Anos - Unidade	6.90	7.10	7.10	-	7.20	-
2. Taxa de Distorção Idade-Série no Ensino Médio - Porcentagem	47.60	46.30	44.90	-	43.90	-
3. Taxa de Freqüência Bruta ao Ensino Médio - Porcentagem	81.40	80.70	82.20	-	85.90	-
4. Taxa de Freqüência Líquida ao Ensino Médio da População na Faixa Etária de 15 a 17 Anos - Porcentagem	44.40	45.30	47.10	-	48.00	-

1. NÚMERO MÉDIO DE SÉRIES CONCLUÍDAS DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 15 A 17 ANOS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

A evolução deste indicador em anos recentes foi de 6,7 (2002), 6,9 (2003), 6,9 (2004) e 7,1 (2005 e 2006) de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad).

2. TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NO ENSINO MÉDIO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O último índice apurado em 2006 apresentou um decréscimo de 4,4 pontos percentuais em relação ao índice de referência (49,3%, 2003). A evolução deste indicador em anos recentes foi 49,3% (2003), 47,6% (2004), 46,3% (2005) e 44,9% (2006) de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

3. TAXA DE FREQÜÊNCIA BRUTA AO ENSINO MÉDIO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A evolução deste indicador em anos recentes foi 75,9% (2002), 81,1% (2003), 81,4% (2004), 80,7% (2005) e 82,20% (2006).

4. TAXA DE FREQÜÊNCIA LÍQUIDA AO ENSINO MÉDIO DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 15 A 17 ANOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A evolução deste indicador em anos recentes foi 40% (2002), 43,1% (2003), 44,4% (2004), 45,3% (2005) e 47,10% (2006).

O último dado disponível dos indicadores deste Programa refere-se a 2006, porque eles são calculados com base nos resultados da Pnad.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.127, de 09 de janeiro de 2001), instrumento aprovado pelo Congresso Nacional com diretrizes e metas para 10 anos, estabeleceu suas metas para o ensino médio com base em um diagnóstico de 1997 que, atualizados em relação a 2001, mantém um cenário preocupante em termos da consecução do que preceitua a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, quanto ao dever do Estado de promover a progressiva extensão da obrigatoriedade do ensino médio (inciso II, artigo 4º). Segundo a Pnad 2006, havia 10,4 milhões de jovens na faixa etária de 15 a 17 anos. Desses, apenas 4,9 milhões freqüentava o ensino médio, o que representa 47,1% do total de jovens na faixa etária adequada. Os entraves no fluxo escolar do ensino fundamental, suas elevadas taxas de repetência e evasão e a baixa taxa média de conclusão comprometem o acesso ao ensino médio, fazendo com que o jovem ingresse tardiamente. Outro fator que compromete a freqüência dos jovens é a necessidade de trabalhar e auferir renda. Segundo a Pnad 2006, 63,9% dos jovens de 15 a 24 anos trabalham ou procuram emprego. Também é elevada a proporção de jovens que freqüentam o ensino médio e trabalham (33,9%).

A distorção idade-série no ensino médio vem demonstrando uma pequena melhoria, passando de 47,6 em 2004 para 44,9 em 2006. Seria, portanto, necessário agir sobre sua origem, estendendo a obrigatoriedade do ensino médio a todos que o concluírem em idade escolar regular. Para tanto, é necessário promover a melhoria curricular que contemple as diversas necessidades dos jovens, consolidando a identidade do ensino médio que está centrada nos sujeitos; a valorização e formação de professores; a melhoria da qualidade do ensino regular noturno; o ensino médio comprometido com a diversidade sócio-econômica e cultural da população brasileira, bem como desenvolvimento de projetos juvenis, visando a renovação pedagógica e o enfrentamento do problema da violência nas escolas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• O atendimento ao aluno na rede federal superou em mais de sete vezes a previsão inicial e a distribuição de livros didáticos ao ensino médio alcançou a meta física prevista, contribuindo para o objetivo de garantir o acesso e a permanência no ensino médio a todos os adolescentes e jovens com melhoria de qualidade.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais Restrições e Providências Adotadas

O Programa apresentou uma execução financeira da ordem de 97%. Das 11 ações que tiveram metas físicas previstas, três ações alcançaram as previsões iniciais, duas ações superaram as previsões e duas tiveram um resultado em torno de 80%. Apenas quatro ações não foram executadas em virtude de reorientações introduzidas pelo PDE no processo de transferência voluntária.

Em 2007, a execução deste Programa pode ser considerada atípica em virtude da reestruturação nos processos de transferência voluntária dos recursos da educação básica por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR) e da conseqüente reformatação da engenharia de implementação dos programas da Secretaria de Educação Básica para atender a uma demanda quantitativa e geograficamente ampliada pelo PDE.

O monitoramento sobre o desempenho físico das ações é feito periodicamente por meio de reuniões de trabalho entre os responsáveis envolvidos na execução das ações, bem como entre estes e as instâncias responsáveis pelo andamento do Programa. As reuniões técnicas, realizadas pelas coordenações das ações junto aos parceiros institucionais, são ocasiões para colher impressões e sugestões a respeito da sua gestão. Além disso, o acompanhamento físico-financeiro é feito pelos gestores por meio do Sistema Interno do Ministério da Educação (SIMEC), cujo provimento das informações deve ser mensal. A dificuldade do sistema é que a compreensão clara de sua utilidade como instrumento de gestão não é compartilhada pelo conjunto dos gestores que tendem a considerá-lo burocrático. Conseqüentemente, e com freqüência, sua alimentação sofre soluções de continuidade e atrasos, que em alguns casos dificultam uma visão real e atualizada do andamento das ações.

O êxito alcançado pelo Programa ao atingir os seus objetivos foi, em grande medida, tributário da execução das ações pelos parceiros por meio dos recursos transferidos.

O processo decisório que impacta a execução das ações é construído de modo consensual entre as instâncias envolvidas de maneira que as ações executadas refletem esse procedimento.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A participação social se dá por intermédio das Ouvidorias, tanto da Secretaria de Educação Básica (SEB) quanto do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). As Ouvidorias tratam as demandas e questionamentos, encaminhando-as para os setores implicados. Além disso, as reuniões técnicas realizadas pelas coordenações das ações junto aos parceiros institucionais são ocasiões para coletar impressões e sugestões a respeito da sua gestão.

Representações do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) impactam positivamente a execução do Programa, na medida em que contribuem para construir consensos e melhor direcionar os modos de implementação.

Embora não tenha sido implementado um procedimento formal de sondagem sobre a satisfação dos beneficiários em relação ao Programa, a interlocução constante mantida entre o MEC e os seus parceiros institucionais, representados pelo Consed e Undime, permite considerar o grau de satisfação como satisfatório.

Em razão da nova perspectiva que foi introduzida pelo PDE, inclusive com a caracterização de agenda prioritária para o PPA 2008-2011, houve a exclusão desse Programa de modo a proporcionar o alinhamento das suas ações no âmbito dos objetivos a serem implementados em outros programas.

DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

GERENTE DO PROGRAMA

Cláudia Pereira Dutra

OBJETIVO

Assegurar aos alunos com necessidades educacionais especiais as condições de acesso e permanência com qualidade na educação brasileira na perspectiva de impulsionar e fortalecer o atendimento desses alunos em classes comuns da rede regular de ensino e de garantir a eles o atendimento educacional especializado.

PÚBLICO-ALVO

Alunos com necessidades educacionais especiais

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 87.035.636,00	Empenho Liquidado:	R$ 79.102.889,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 79.102.889,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Prevalência da Educação Inclusiva nos Municípios Brasileiros – Porcentagem	-	50.00	57.00	57.00	55.00	103,64%
2. Taxa de Qualificação Docente para Atendimento de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais na Educação Básica - Porcentagem	-	1.40	2.10	1.40	6.70	20.89%
3. Taxa de Matrícula de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais em Classes Comuns de Escolas Regulares na Educação Básica - Porcentagem	-	41.00	46.40	47.60	45.00	105,78%
4. Taxa de Escolas Públicas da Educação Básica com Acessibilidade Física - Porcentagem	-	-	12.80	11.60	12.50	92,80%
5. Taxa de Municípios com Matrícula na Educação Especial - Porcentagem	-	-	89.00	89.00	83.00	107,23%
6. Índice de Acesso à Educação Básica - Porcentagem	-	-	39.00	27.50	53.60	51,31%

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
7. Índice de Matrícula de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais na Rede Pública de Ensino - Porcentagem	-	-	59.70	47.00	55.00	85,45%
8. Índice de Atendimento Educacional Especializado - Índice numérico	-	-	-	107.00	120.00	89,17%

1. TAXA DE PREVALÊNCIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A superação do índice previsto para o final do PPA 2004-2007 reflete os avanços das políticas educacionais implementadas pela Secretaria de Educação Especial (SEESP), dentre elas o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade implementado em 2003. O Programa conta com 147 Municípios-pólo, que atuam como multiplicadores para a formação de gestores e educadores de seus Municípios de abrangência.

2. TAXA DE QUALIFICAÇÃO DOCENTE PARA ATENDIMENTO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Esse indicador mede a relação percentual entre o número de professores que concluíram cursos específicos para o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais na educação básica e o número total de professores na educação básica. Ainda está muito abaixo do esperado.

3. TAXA DE MATRÍCULA DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS EM CLASSES COMUNS DE ESCOLAS REGULARES NA EDUCAÇÃO BÁSICA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A superação do índice esperado para o final do PPA 2004-2007 é um reflexo das ações implementadas em parceria com os Estados e Municípios voltadas para a organização de sistemas educacionais inclusivos. Essas ações abrangem a formação continuada de professores, a implantação de salas de recursos multifuncionais, a distribuição de materiais didático-pedagógicos e de equipamentos específicos, além da adequação arquitetônica dos prédios escolares.

4. TAXA DE ESCOLAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM ACESSIBILIDADE FÍSICA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Esse indicador não atingiu o índice previsto ao final do PPA 2004-2007 embora tenha sido considerável o aumento no número de escolas públicas com acessibilidade física. Aqui

é preciso considerar o papel primordial da SEESP, prestando apoio técnico e financeiro aos sistemas de ensino para o desenvolvimento da ação que implica a adaptação do espaço escolar. Paralelamente a esse esforço é necessário que os sistemas de ensino se organizem para a implementação de políticas de acessibilidade, em cumprimento ao disposto no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Vale ressaltar que a situação atual de acessibilidade física de prédios escolares foi motivo de discussão na Agenda Social da Presidência da República e obteve um aporte orçamentário para o ano de 2008, o que provavelmente acarretará um aumento considerável no índice desse indicador.

5. TAXA DE MUNICÍPIOS COM MATRÍCULA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A superação do índice, previsto para 2007, desse indicador deve-se em grande parte ao Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade que, desde 2003, atua na formação de gestores e educadores para a garantia do direito à educação dos alunos com necessidades educacionais especiais. Em 2007, o Programa realizou formação para 5.417 Municípios de abrangência, a partir dos 147 Municípios-pólo que atuam como multiplicadores.

6. ÍNDICE DE ACESSO À EDUCAÇÃO BÁSICA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

As alterações na forma de coleta de dados implementadas no Censo Ministério da Educação (MEC) e Instituto Nacional Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) apontam para uma melhor visibilidade do aluno no sistema de ensino. Além disso, a informatização do instrumento de coleta de dados também trouxe maior fidedignidade às informações registradas. Essas modificações podem ter gerado uma redução de aproximadamente 10% do número geral de matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais. Tal redução também pode estar ligada à diminuição do número geral das matrículas da educação básica que sofreu uma queda de 5,35%.

7. ÍNDICE DE MATRÍCULA DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Apesar de não alcançar o índice previsto, é necessário registrar o crescimento bastante significativo de matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais na rede pública de ensino, que reflete o avanço das políticas públicas de educação.

8. ÍNDICE DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Em 2007, o Censo Escolar registra 146.183 alunos matriculados na educação básica que recebem atendimento educacional especializado. Esse número representa um crescimento de 7% em relação ao ano de 2006 quando foram registrados 136.431 alunos com esse atendimento. Para garantir a oferta do atendimento educacional especializado a todos os alunos com necessidades educacionais especiais e alcançar melhores índices nos próximos anos, a SEESP inclui no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) o Programa de implantação de salas de Recursos Multifuncionais e a formação de professores voltados para esse atendimento.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Mais de 90% da matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais concentra-se nos níveis mais elementares de ensino. Isso indica que a falta de atendimento educacional especializado nos demais níveis de ensino pode criar obstáculos à perspectiva de progresso nos estudos a que todo aluno tem direito. Ressalte-se que, dos 65,4% dos alunos matriculados no ensino fundamental, somente 1,5% chegam ao ensino médio e somente 7,3% têm acesso à educação profissional. Do ponto de vista das instalações físicas, das 165.937 escolas públicas de educação básica, 11,6% já possuem dependências e vias com acessibilidade.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• A SEESP teve como estratégia fundamental discutir a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva com Estados, Municípios, instituições não-governamentais e instituições de educação superior. Esse documento trata de uma nova concepção de educação especial, que passa a ser vista como modalidade de ensino complementar ao ensino regular.

DESEMPENHO DO PROGRAMA
Principais restrições e providências adotadas

O monitoramento sobre o desempenho físico das ações é feito por meio de reuniões técnicas, que envolvem os dirigentes de educação especial dos Estados e as coordenações das ações junto aos parceiros institucionais. Essas reuniões são uma ocasião de acompanhar a execução e desenvolvimento das ações e de articular estratégias para colher impressões e sugestões a respeito da sua gestão. Outra forma de acompanhamento é por meio do Sistema de Informações do MEC (SIMEC), que deve ser provido de informações mensalmente. Além disso, anualmente, é elaborado o relatório de gestão que apresenta uma retrospectiva das ações implementadas, pontos fortes e dificuldades encontradas no processo de execução, proporcionando uma visão geral e transparente da gestão do Programa. Com a finalidade de fazer esse acompanhamento, foi criada na Secretaria de Educação Especial uma Coordenação-Geral de Avaliação e Apoio aos Programas e Projetos da Educação Especial.

Os recursos orçamentários foram liberados em fluxo compatível com a programação física ao longo do exercício. Os recursos descentralizados destinaram-se a atender o Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial, que conta com 14 instituições de educação superior para oferecer cursos de extensão a 8.500 professores da educação básica. Na Ação Inclusão de Alunos com Deficiência nos Cursos de Educação Profissional, a descentralização direcionou-se para os centros federais de educação tecnológica.

Algumas ações do Programa não são executadas diretamente pela Secretaria de Educação Especial, como é o caso das ações do Instituto Nacional de Surdos (INES) e do Instituto Benjamin Constant (IBC).

A SEESP realiza ações em parceria com outras Secretarias, constituindo políticas intra-setoriais que garantem a transversalidade da educação especial, como o Exame Nacional para Certificação de Proficiência em Libras (Prolibras) desenvolvido com o Inep, o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (INCLUIR) executado em parceria com a Secretaria de Ensino Superior (SESu), e a garantia da acessibilidade nos Programas do Livro desenvolvidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

A integração entre os gestores do Programa e os executores acontece desde o processo de análise dos projetos, convênio, monitoramento do desenvolvimento das ações, até a avaliação final dos resultados.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O desempenho das instituições não-governamentais que efetivaram convênio com a SEESP em 2007 é satisfatório e atende às metas estabelecidas.

A participação social se dá pela Ouvidoria Geral do MEC (Fala Brasil), que recebe críticas, contribuições, sugestões da sociedade sobre as ações implementadas neste Programa e as encaminha para a SEESP. A SEESP, então, responde diretamente ao interessado, através de duas formas: em reuniões com os dirigentes de educação especial dos Estados, coordenadores dos Municípios-pólo do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, professores das instituições de educação superior e representantes das organizações não-governamentais que representam os vários segmentos das pessoas com deficiência e altas habilidades/superdotação;m discussões no Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE) e com a Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE).

A satisfação dos beneficiários do Programa pode ser aferida por meio das ações implementadas no sistema de ensino, escolas de educação básica com matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais têm melhorado a sua infra-estrutura e promovido a acessibilidade arquitetônica. Os alunos têm se beneficiado com a distribuição de equipamentos e materiais didáticos específicos e os professores participam de cursos de formação continuada para o atendimento educacional especializado.

Apesar de já ter ocorrido adequação de recursos humanos na equipe gerencial, seria necessária a criação de uma diretoria que agregasse o planejamento, a gestão e a avaliação de programas, uma vez que a Diretoria de Políticas da Educação Especial é ligada às questões de âmbito pedagógico e de articulação com os sistemas de ensino na implementação de políticas.

Para as metas físicas, no entendimento da gerência do Programa, faz-se necessário maior cuidado na previsão das mesmas com relação às ações a fim de suprimir possíveis problemas quanto a sua inadequação. As metas devem estar de acordo com a estratégia de implementação adotada pela SEESP. E, os indicadores do Programa devem ser revistos, tanto em termos da pertinência da sua manutenção como da reformulação da sua base de cálculo, considerando-se sempre a adequação às políticas e ações implementadas.

Importante evidenciar que no ano de 2007 foi elaborado, por um grupo de trabalho coordenado pela SEESP, o documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, cujo texto sistematiza as diretrizes para nortear a educação especial no Brasil e auxiliará o alinhamento do Programa às políticas públicas desenvolvidas nessa área.

DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

GERENTE DO PROGRAMA

Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva

OBJETIVO

Ampliar o atendimento de crianças até seis anos de idade na educação infantil com qualidade.

PÚBLICO-ALVO

Crianças de até seis anos de idade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 82.270.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 54.170.425,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 54.170.425,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de freqüência à Escola da População na Faixa Etária de 0 a 3 anos - Porcentagem	13.40	13.000	15.50	-	31.40	-
2. Taxa de frequência à escola da população na faixa etária de 4 a 6 anos - Porcentagem	70.50	72.00	76.00	-	77.00	-

1. TAXA DE FREQÜÊNCIA À ESCOLA DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 0 A 3 ANOS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), os índices desse indicador evoluíram da seguinte forma, 11,7% (2002), 11,7% (2003), 13,4% (2004) e 13% (2005), 15,5% (2006), neste caso, o último índice apurado e divulgado. Embora o índice previsto ao final do PPA 2004-2007, que é de 31,4% provavelmente não seja alcançado, houve melhoria na evolução do índice.

2. TAXA DE FREQUÊNCIA À ESCOLA DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 4 A 6 ANOS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Este índice apresenta a seguinte evolução: 67% (2002), 68,4% (2003), 70,5% (2004), 72% (2005) e 76% (2006). O cálculo deste indicador é feito com dados da Pnad e, portanto, o último dado apurado refere-se a 2006. Mantidas as atuais condições, é bem provável que o índice previsto para o final do PPA 2004-2007 é condizente com o Plano Nacional de Educação (PNE) e será em breve superado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Apesar de não ser de freqüência obrigatória, é dever do Estado oferecer educação infantil para toda a população, em creches (zero a três anos de idade) e pré-escolas (quatro a seis anos). Esta última passa a compreender apenas as crianças de quatro e cinco anos, pois as de seis anos devem, progressivamente, ser matriculadas no primeiro ano de nove anos do ensino fundamental, conforme estipulado pela Lei nº 11.274, de 6 de Fevereiro de 2006, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394, de 20 de dezembro de 2006.

A LDB determina, ainda, que a formação mínima para o exercício da docência em creches e pré-escolas é o nível médio em modalidade normal. No entanto, já passada quase uma década, o Censo Escolar de 2006 mostrava que ainda havia no País mais de 10.000 funções docentes na educação infantil sem formação de nível médio completo. O PNE, de sua parte, estipula meta de 100% desses docentes com formação mínima de nível médio até o início de 2006.

Quanto ao total das matrículas, constata-se que a educação infantil vem crescendo em creches. A evolução foi de 916.864 (2000) para 1.427.942 (2006) e, em pré-escolas, de 4.421.332 (2000) para 5.588.153 (2006). Houve aumento de 2% das matrículas em creches nas redes municipais: eram 60,9% em 2005 (37,8% na privada) e passaram a 62,9% em 2006 (35,8% na privada). Porém, houve quedas na rede Municipal na região Norte (-0,8%), em Sergipe (-2,11%) e em São Paulo (-9,97%); nas demais regiões, houve ampliação do atendimento, com destaque para Goiás (+15,1%), Minas Gerais (+9,8%), Amazonas (+15,54%) e Espírito Santo (+8,22%).

No que se refere à pré-escola, houve estagnação das matrículas nas redes Municipais, permanecendo 70,1% entre 2005 e 2006, ao passo que houve ligeira queda na rede privada de 26,1% para 25,8%. A diminuição no total das matrículas nessa etapa encontra explicação, em parte, na progressiva implantação do ensino fundamental de nove anos. O número de matrículas na série inicial cresceu 47,3% nesse período (aumento de 429.659 matrículas), dentre as quais 200.252 de novas crianças com até seis anos de idade. De outro lado, na pré-escola, registrou-se decréscimo de 177.153 crianças de seis anos.

Nesse contexto, apesar de alguns avanços, os níveis de freqüência ainda são relativamente baixos, principalmente com relação às creches, conforme mostram os indicadores. Vale destacar, como

parte da recente definição do PDE do Governo Federal, a diretriz que preconiza a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica no País - promover a educação infantil.

A educação infantil constitui, sem dúvida, o mais importante nível educacional, sendo fator de alta significância para o sucesso escolar nas etapas subseqüentes, demandando, assim, maiores investimentos públicos direcionados tanto para sua universalização quanto para sua melhoria de qualidade. É nessa fase inicial da vida que mais se desenvolve a capacidade de aprender, adquirir novas competências e estilos cognitivos que se associam ao futuro sucesso ou fracasso da criança na escola.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Reestruturação da rede física pública de educação infantil e aquisição de equipamentos para a rede pública de educação infantil, aumentando o número de estabelecimentos com parque infantil e com sanitários adequados à faixa etária.

• Aumento da taxa de freqüência escolar das crianças de quatro e cinco anos. As crianças de seis anos estão sendo matriculadas no ensino fundamental de nove anos.

• Firmados 60 convênios com Prefeituras em 16 Estados, das cinco regiões, para construção de uma escola padronizada por convênio. Foram ainda firmados 40 convênios com Prefeituras em 12 Estados das regiões Nordeste, Sudeste e Sul, beneficiando 40 escolas com equipamentos.

• Distribuição de 600.000 exemplares do periódico, Revista Criança (43, 44 e 45), que constitui uma referência importante e um relevante canal de comunicação com professores, diretores e outros profissionais da área que atuam na educação infantil, profissionais das Secretarias Municipais e Estaduais de Educação, pesquisadores interessados em aprofundar temas relativos ao trabalho gerencial e pedagógico na educação infantil.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Embora o alcance das ações tenha sido abaixo do previsto, a execução, no seu conjunto, toca tanto aspectos físicos quanto pedagógicos que contribuíram para melhorar as condições de alcance do objetivo do Programa, que consiste em ampliar o atendimento de crianças até seis anos de idade na educação infantil com qualidade.

Em 2007, a execução deste Programa pode ser considerada atípica, uma vez que, em virtude da reestruturação nos processos de transferência voluntária dos recursos da educação básica por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR) e da conseqüente reformatação

da engenharia de implementação dos programas da Secretaria de Educação Básica, para atender a uma demanda quantitativa e geograficamente ampliada pelo PDE, algumas ações do Programa não foram executadas ou foram executadas parcialmente, o que justifica o não alcance das metas físicas e financeiras.

O monitoramento sobre o desempenho físico das ações é feito periodicamente por meio de reuniões de trabalho entre os responsáveis envolvidos na execução das ações, bem como entre estes e as instâncias responsáveis pelo andamento do Programa. As reuniões técnicas, realizadas pelas coordenações das ações junto aos parceiros institucionais, são uma ocasião de colher impressões e sugestões a respeito da sua gestão. Além disso, o acompanhamento físico-financeiro é feito pelos gestores por meio do Sistema de informações do Ministério da Educação (SIMEC), cujo provimento das informações deve ser mensal. A dificuldade do sistema é que a compreensão clara de sua utilidade como instrumento de gestão não é compartilhada pelo conjunto dos gestores que tendem a considerá-lo burocrático. Conseqüentemente, e com freqüência, sua alimentação sofre soluções de continuidade e atrasos, que em alguns casos dificultam uma visão real e atualizada do andamento das ações.

O êxito alcançado pelo Programa ao atingir os seus objetivos foi, em grande medida, tributário da execução das ações pelos parceiros, por meio dos recursos transferidos, sobretudo no que diz respeito à construção e equipamento dos espaços físicos adequados à oferta da educação infantil.

Essa integração é viabilizada por meio do estabelecimento de instrumentos de repasses dos recursos (convênios, emendas parlamentares, e afins), a partir dos quais são pactuados objetivos e modos de implementação.

O processo decisório que impacta a execução das ações é construído de modo consensual entre as instâncias envolvidas de modo que as ações executadas refletem esse procedimento.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Representantes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Social (CNDS) e das representações da rede de creches conveniadas, do Movimento Interfóruns de Educação Infantil no Brasil(Mieib), além do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) geram impactos positivos na execução do Programa na medida em que contribuem para construir consensos e melhor direcionar os modos de implementação.

Em razão da nova perspectiva que foi introduzida pelo PDE, inclusive com a caracterização de agenda prioritária para o PPA 2008-2011, houve a exclusão desse Programa de modo a proporcionar o alinhamento das suas ações no âmbito dos objetivos a serem implementados em outros programas.

DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA

GERENTE DO PROGRAMA

Jorge Almeida Guimarães

OBJETIVO

Formar pessoal de alto nível no País e no exterior com vistas à produção do conhecimento científico para a solução dos grandes desafios educacionais, econômicos e sociais do Brasil.

PÚBLICO-ALVO

Alunos de Pós-Graduação, professores de ensino superior, pesquisadores, bem como o cidadão graduado que demonstre interesse em capacitação pós-graduada

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 844.566.150,00	Empenho Liquidado:	R$ 802.874.578,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 802.874.578,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Índice de Doutores Titulados no País - 1/100.000	-	4.79	4.81	5.31	5.48	96,89%
2. Índice de Mestres Titulados no País - 1/100.000	-	15.14	16.46	17.60	18.44	95,44%
3. Índice de Qualidade da Pós-graduação Nacional - nota	-	4.27	4.21	4.28	4.07	105,15%
4. Índice de Qualificação do Corpo Docente com Título de Doutor das Instituições de Ensino Superior - Porcentagem	-	22.70	24.14	25.50	25.30	100,79%
5. Índice de Qualificação do Corpo Docente com Título de Mestre das Instituições de Ensino Superior - Porcentagem	-	35.00	35.54	36.00	37.30	96,51%

1. ÍNDICE DE DOUTORES TITULADOS NO PAÍS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O crescimento proposto no PPA, no tocante ao Índice de Doutores Titulados no País para o período 2004 a 2007, foi 37%. Este crescimento ao longo de quatro anos representa um incremento anual médio geométrico de aproximadamente 8,2% no número de doutores

titulados. O número de doutores titulados em 2004, 2005 e 2006 foi de respectivamente 8.109, 8.991 e 9.366. Isto representa um crescimento médio geométrico de 5% ao longo do período. O número final de doutores titulados para o ano de 2007 foi de 9.919. Dessa forma, para 2007, o índice foi de 5,31%, o que representa 96,89% do previsto para o PPA.

2. ÍNDICE DE MESTRES TITULADOS NO PAÍS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O crescimento proposto no PPA, no tocante ao Índice de Mestres Titulados no País para o período de 2004 a 2007, foi de 38%. Este crescimento ao longo de quatro anos representa um incremento anual médio geométrico de, aproximadamente, 8,4% no número de mestres titulados. O número de mestres titulados em 2004, 2005 e 2006 foi de respectivamente 26.809, 30.704 e 32.280. Isto representa um crescimento médio geométrico de 6,3% ao longo do período, um pouco inferior ao previsto no PPA. O número final de mestres titulados para o ano de 2007 foi de 32.899. Dessa forma, para 2007, o índice foi de 17,6, o que representa 95,44% do previsto para o PPA.

3. ÍNDICE DE QUALIDADE DA PÓS-GRADUAÇÃO NACIONAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A qualidade da pós-graduação nacional é um indicador aferido através da media aritmética dos conceitos dos cursos de pós-graduação aprovados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e em funcionamento nas instituições de ensino superior (IES) do País. Em face da avaliação trienal ocorrida em 2007 foi fácil obter este indicador que apresentou o valor de 4,28, superando aquele previsto para 2007 no PPA.

4. ÍNDICE DE QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE COM TÍTULO DE DOUTOR DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Esse indicador reflete o total de professores com título de doutor que têm vínculo com as IES e atuam como docentes sobre o total dos docentes a elas vinculados. Ele é obtido pelo Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa Anísio Teixeira (Inep) e do Ministério da Educação (MEC) no censo universitário daquela organização. Até o fechamento deste relatório, o índice não havia sido divulgado. Foi feita uma inferência utilizando-se dos dados de anos anteriores que projetam um índice de 25,5% o que representa praticamente a meta proposta no PPA.

5. ÍNDICE DE QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE COM TÍTULO DE MESTRE DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Esse indicador reflete o total de professores com título de mestrado que têm vínculo com as IES e atuam como docentes sobre o total dos docentes a elas vinculados. Ele é obtido pelo Inep/MEC no censo universitário daquela organização. Até o fechamento deste relatório, o índice não havia sido divulgado. Foi feita uma inferência utilizando-se dos dados de anos anteriores que projetam um índice de 36% o que representa 97% da meta proposta no PPA.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os esforços do Governo Federal voltados para a educação pós-graduada nas últimas cinco décadas contribuíram de maneira substantiva para o desenvolvimento da educação brasileira. Aspectos específicos do cenário acadêmico e científico continuam a demandar ações estratégicas por parte do governo. Para acelerar a formação de recursos humanos de alto nível, precisa-se de um conjunto de iniciativas: execução do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2005/2010), implementação da Reforma Universitária, ora em tramitação no Congresso Nacional, investimentos em infra-estrutura da pós-graduação e da pesquisa, sobretudo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, aumento dos quadros docentes das universidades públicas, expansão dos vínculos dos cursos de pós-graduação com seus congêneres tanto em nível nacional quanto internacional, ampliação do acesso à informação científica e tecnológica por parte dos cursos de pós-graduação, entre outras. Além disso, torna-se urgente aprofundar a parceria, na atividade pesquisa, da universidade com a iniciativa privada em atendimento à Política Industrial e do Comércio Exterior do Governo.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• O Sistema de Avaliação da Pós-graduação da Capes contribuiu para o desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa científica e tecnológica no Brasil, além das atividades de análise de programas, projetos e processos de bolsistas, aconteceu a avaliação trienal, ou seja, verificou-se o desempenho dos cursos de mestrado e doutorado no período de 2004 a 2007.

• Intensificação das atividades de capacitação e treinamento do Portal de Periódicos; desenvolvimento da cultura do uso da informação científica e tecnológica no formato eletrônico e conteúdo novo adicionado ao portal. O Portal de Periódicos da Capes tem servido de modelo aos países da América Latina que buscam desenvolver a pesquisa científica de forma ágil e atual.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Com a finalidade de coleta de dados para a elaboração do PPA, os responsáveis do público-alvo (Pró-reitores, docentes e comunidade acadêmica) são convidados para participarem constantemente das discussões e avaliação das ações e plano de trabalho. E com o público interno, as lideranças da Capes realizam reuniões de trabalhos entre si, com os coordenadores e estes com os técnicos que acompanham os programas, projetos e outras atividades nesta organização para a discussão de assuntos relacionados a esse instrumento. Os resultados obtidos têm sido satisfatórios.

Há visitas das lideranças, coordenadores e técnicos nas dependências da Capes e, quando necessário, nas instituições de ensino de pós-graduação para discussão, treinamentos, reuniões, seminários e outros eventos de interesse desta organização.

Anualmente, os gestores em conjunto com as suas equipes, elaboram o relatório das ações e resultados obtidos no ano e o disponibiliza no portal desta Agência para os públicos de interesse. A Capes utiliza, quando necessário, o Infrasig para inserir informações sobre os dados físicos da Ação realizada por esta organização.

Todas as ações tiveram desempenho além do previsto, excetuando-se a ação Cooperação Brasileira com os Países que Integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e estava superestimada, pois se destina ao Programa de Qualificação Docente e Ensino de Língua Portuguesa no Timor Leste prevendo a concessão em média de 50 bolsas destinadas a professores que realizam trabalhos junto ao Ministério da Educação daquele país, portanto, o ideal seria que a meta física se limitasse a 50 bolsas/mês para o exercício de 2007; a ação Aquisição e Ampliação do Prédio Sede da Capes, que da dotação inicial foram destinados R$ 1.200.000,00, ou seja, 22,02%, para a execução do projeto base e executivo que se encontra em andamento.

As ações a seguir não têm execução vinculada diretamente às atividades ordinárias da Capes e nem possuem vínculo orçamentário com essa organização:

a) Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação (executada por entidades federais de ensino);

b) Ensino e Pesquisa de Pós-Graduação em Estatística e Geociências executada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

c) Funcionamentos de Cursos de Pós-Graduação em Botânica e Meio Ambiente e a Reforma do Prédio de Pesquisa ambas executadas pelo Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro;

d) Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados executado por entidades federais de ensino.

Os recursos foram suficientes e liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. O fluxo de recursos permitiu que o caráter mensal do pagamento das bolsas de estudo, os compromissos com projetos apoiados e as atividades de consultoria vinculadas à avaliação fossem mantidos eficientemente. Porém, devido à falta de execução da obra de construção do prédio sede da Capes, optou-se pelo remanejamento do crédito orçamentário disponível para as áreas finalísticas no âmbito da Ação Fomento a Pós-graduação.

A Capes necessita urgentemente de recursos humanos qualificados no seu quadro permanente para o desenvolvimento de atividades da área técnica, pois hoje 50% do seu quadro de pessoal é terceirizado. Nesse sentido, a instituição realizará, em 2008, concurso público para suprir as necessidades do órgão. Além disso, faltam cargos em comissão do grupo de Direção e Assessoramento Superiores (DAS) para o desenvolvimento de atividades de alta complexidade.

A falta de prestação de contas de algumas organizações responsáveis pelos públicos beneficiários dos convênios, alunos e docentes, impede a transferência de recursos para as instituições de ensino o que acarreta a descontinuidade do pagamento da ação principal, ou seja, as bolsas de estudos.

Não há legislação adequada referente à transferência de recursos direcionados a bolsa de estudos. E a excessiva burocracia, no tocante à licitação pública, tem sido fator determinante na eficiência da execução do Programa. A Capes necessita fortemente de um apoio de tecnologia de informação, cuja licitação vem sofrendo enorme atraso, face às determinações do Tribunal de Contas da União (TCU) e controvérsias jurídicas.

As Ações Fomento à Pós-Graduação, Concessão de Bolsas de Estudos no País e Concessão de Bolsas de Qualificação de Pessoal de Alto Nível para Atendimento das Diretrizes da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior são executadas por meio de instrumentos legais de descentralização de recurso (com exceção de alguns projetos de pesquisas cujas bolsas são transferidas diretamente aos bolsistas).

Não existe integração da gerência do Programa com a execução das Ações Ensino e Pesquisa de Pós-Graduação em Estatística e Geociências, Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação em Botânica e Meio Ambiente, Reforma do Prédio de Pesquisa do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação e a Pesquisa Universitária e difusão de seus resultados, uma vez que são executadas por outros órgãos e outras unidades orçamentárias.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Freqüentemente, o Presidente e os Diretores da Capes participam de audiência pública para explicar as ações do Programa na sua repercussão social, científica e tecnológica

para o desenvolvimento nacional. As decisões de ordem política da Agência são tomadas no seu Conselho Superior que integram os grupos de interesse de forma deliberativa e consultiva, cujos membros representam a comunidade acadêmica e setor empresarial, além da Presidência e Diretoria da Agência. Na estrutura da Capes, existe o Conselho Técnico-Científico que é formado por representantes das diversas áreas do conhecimento e por membros de entidades representativas do meio acadêmico. Aliás, a razão do sucesso das ações da Agência tem como base o processo de avaliação das suas ações realizado pela comunidade acadêmica (avaliação por pares).

As decisões dos Conselhos Superior e Técnico-Científico nos resultados do programa são significativas devido as suas competências que, de modo geral são: assistir à Diretoria na elaboração das políticas e diretrizes específicas de atuação da Capes, colaborar na elaboração da proposta do Plano Nacional de Pós-Graduação, opinar sobre os critérios e procedimentos para a distribuição de bolsas e auxílio institucionais e individuais, opinar sobre acordos de cooperação entre a Capes e instituições nacionais, estrangeiras ou internacionais, propor critérios e procedimentos para o acompanhamento e a avaliação de Pós-Graduação e dos programas executados pela Capes. Essas atribuições refletem diretamente nas ações do Programa.

A Capes não possui ferramentas para avaliar o nível de satisfação dos públicos envolvidos nesse processo social, mas nota-se indiretamente que os beneficiários cumprem as atividades a contento e interagem ativamente com esta Agência. Esses são os membros do Conselho Técnico-Científico (CTC) e do Conselho Superior, os representantes das grandes áreas do conhecimento, representante do fórum nacional de pró-reitores, representante da Associação Nacional de Pós-graduando, representante do MEC, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Ministério das Relações Exteriores (MRE), da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), representante do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação, representantes da área acadêmica, representante do Conselho Técnico-Científico, bem como representantes do setor produtivo nacional, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC) e representante do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento da Indústria. Todos esses indivíduos estão ligados direta ou indiretamente com o público-alvo do Programa, eles trazem as demandas que surgem, e estas são analisadas já que esses representantes influenciam, por força das suas atribuições, as políticas adotadas pela organização.

Todas as macro-decisões do órgão, tanto de caráter puramente administrativo quanto de políticas públicas em relação à pós-graduação são submetidas à apreciação do Conselho Superior e do Conselho Técnico-Científico. O Conselho Superior tem como uma das suas atribuições aprovar o relatório anual das atividades da Capes e a respectiva execução orçamentária, também aprecia critérios, prioridades e procedimentos para a concessão de bolsas de estudos e auxílios, e as reuniões dos membros dos conselhos citados ocorrem com freqüência. A avaliação das ações da instituição pelos Conselhos garante a boa aplicação dos recursos.

No entendimento da gerência do Programa, os convênios da Capes não se enquadram na Instrução Normativa STN nº 01, de 15 de janeiro de 1997, e suas alterações, que disciplina a celebração de convênios de natureza financeira que tenham por objeto a execução de

projetos ou realização de eventos e dá outras providências. É desejável a existência de uma legislação específica para celebração de convênios de transferência de recursos para pagamento de bolsas de estudos.

Sob a ótica da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI), tem-se a considerar que a avaliação refere-se ao Programa Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica e não da instituição Capes. Neste sentido, cabe lembrar que o Programa foi criado tendo em vista a carência de corpo docente capacitado para atender às necessidades das IES, de professores devidamente qualificados para atender à demanda dos setores educacionais, de profissionais e técnicos para o mercado de trabalho e de pesquisadores de alto nível para empresas públicas e privadas.

O Programa é composto por ações executadas em mais de um órgão, portanto é considerado um programa multissetorial, que é importante elemento de integração e focalização das políticas públicas, em função disso, os diversos setores que podem contribuir para que o enfrentamento do problema seja mais efetivo devem estar articulados, assim caracterizando em um desafio a gerência para que envide esforços no sentido de promover a integração com os demais órgãos que possuem ação no Programa.

DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

GERENTE DO PROGRAMA

Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva

OBJETIVO

Assegurar o acesso e a permanência de todas as crianças e adolescentes no ensino fundamental com melhoria de qualidade.

PÚBLICO-ALVO

Crianças e adolescentes do ensino fundamental

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.627.032.582,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.579.459.466,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 1.579.459.466,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Distorção Idade-Série no Ensino Fundamental - Porcentagem	31,50	30,00	28.60	-	25.00	-
2. Taxa de Freqüência à Escola da População na Faixa Etária de 7 a 14 anos - Porcentagem	97,1	97,30	97,60		97.16	-

1. TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NO ENSINO FUNDAMENTAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O último índice apurado em 2006 indicou um decréscimo de 5,3 pontos percentuais em relação ao índice de referência (33,9% em 2003), de modo que se forem mantidas as condições atuais, dificilmente, se alcançará o que foi previsto para o final do PPA.

2. TAXA DE FREQÜÊNCIA À ESCOLA DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 7 A 14 ANOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A evolução desse indicador em anos recentes foi 96,9% (2002), 97,2% (2003), 97,1%

(2004), 97,3% (2005) e 97,6% (2006) de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). O Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece a universalização do atendimento de toda a clientela do ensino fundamental no prazo de cinco anos, ou seja, até 2006. Porém, vale ressaltar que o foco desse indicador não é propriamente relacionado ao ensino fundamental, mas sim à sua clientela (sete a 14 anos de idade). Os índices de 2007 não foram calculados, porque ainda não foram divulgados os dados da Pnad 2007 e do Censo Escolar 2007.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O programa Desenvolvimento do Ensino Fundamental foi criado com base no artigo 208, inciso I, da Constituição Federal de 1988, que atribui ao Estado o dever de garantir o ensino fundamental obrigatório e gratuito. No entanto, não basta garantir o acesso, faz-se necessário assegurar a qualidade desse nível de ensino. No que se refere à aprendizagem escolar, foram divulgados, em junho de 2006, os resultados da Prova Brasil aplicada em 2005, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa em Educação Anísio Teixeira (Inep), que pela primeira vez teve caráter universal para alunos de 4ª e 8ª séries, avaliando o desempenho de 3.306.317 alunos em Português (foco em leitura) e em Matemática (foco em solução de problemas) e permitindo o conhecimento dos dados por estabelecimento de ensino. Os resultados da Prova Brasil, aplicada em novembro de 2007 em todos os Estados e no Distrito Federal, ainda não foram divulgados. As médias de desempenho na Prova Brasil subsidiam o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), para definir ações voltadas para a correção de distorções e para direcionar recursos técnicos e financeiros para as áreas prioritárias, visando ao desenvolvimento do sistema educacional brasileiro e à redução das desigualdades nele existentes.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Fortalecimento da escola por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) que repassou recursos para 131 mil escolas públicas, privilegiando o processo de descentralização na área de educação e a autonomia das escolas públicas do ensino fundamental das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal, nas modalidades regular, especial e indígena, além de entidades sem fins lucrativos responsáveis pela manutenção e representação de escolas privadas de educação especial. Foram beneficiados 27 milhões de alunos do ensino fundamental e 180 mil alunos de escolas privadas de educação especial.

• Cerca de 3,5 milhões de alunos do ensino fundamental público, residentes em área rural, beneficiados quanto ao acesso e à permanência na escola, mediante recursos para manutenção do transporte escolar.

• Aquisição de 110.241.724 livros para reposição e complementação de matrículas de 2ª a 4ª série (3º ao 5º ano) e a grade completa para alunos de 1ª e 5ª a 8ª série (1º e 2º e 6º ao 9º ano) beneficiando cerca de 31,2 milhões de alunos de 139.839 escolas públicas.

No seu conjunto, o Programa apresentou uma execução física e financeira que superou as expectativas. Das nove ações que tiveram metas físicas previstas quatro superaram, em

muito, a previsão, uma produziu o resultado previsto e duas tiveram um resultado em torno de 90%. Apenas duas ações não foram executadas em virtude de reorientações introduzidas pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) no processo de transferência voluntária. Ainda assim, no caso do acesso da criança de seis anos ao ensino fundamental de nove anos, o número de matrículas passou de 8,1 milhões, em 2005, para 14,2 milhões, em 2007, embora não tenha havido nesse ano execução orçamentária dessa ação.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Em 2007, a execução deste Programa pode ser considerada atípica em virtude da reestruturação nos processos de transferência voluntária dos recursos da educação básica por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR) e da conseqüente reformatação da engenharia de implementação dos programas da Secretaria de Educação Básica para atender a uma demanda quantitativa e geograficamente ampliada pelo PDE.

O monitoramento sobre o desempenho físico das ações é feito periodicamente por meio de reuniões de trabalho entre os responsáveis envolvidos na execução das ações, bem como entre estes e as instâncias responsáveis pelo andamento do Programa. As reuniões técnicas, realizadas pelas coordenações das ações junto aos parceiros institucionais, são uma ocasião de colher impressões e sugestões a respeito da sua gestão. Além disso, o acompanhamento físico-financeiro é feito pelos gestores por meio do Sistema de Informações do Ministério da Educação (SIMEC), cujo provimento das informações deve ser mensal. A dificuldade do sistema é que a compreensão clara de sua utilidade como instrumento de gestão não é compartilhada pelo conjunto dos gestores que tendem a considerá-lo burocrático. Conseqüentemente, e com freqüência, sua alimentação sofre soluções de continuidade e atrasos, que em alguns casos dificultam uma visão real e atualizada do andamento das ações.

O êxito alcançado pelo Programa atingiu os seus objetivos, foi, em grande medida, tributário da execução das ações pelos parceiros por meio dos recursos transferidos, sobretudo no que diz respeito à construção e equipamento dos espaços físicos adequados à oferta da educação infantil. Essa integração é viabilizada por meio do estabelecimento de instrumentos de repasses dos recursos (convênios, emendas parlamentares, e afins) a partir dos quais são pactuados objetivos e modos de implementação.

O processo decisório que impacta a execução das ações é construído de modo consensual entre as instâncias envolvidas, de modo que as ações executadas refletem esse procedimento.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A participação social se dá por intermédio das Ouvidorias, tanto da Secretaria de Educação Básica (SEB) quanto do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). As Ouvidorias tratam as demandas e questionamentos encaminhando-as para os setores implicados. Além disso, as reuniões técnicas realizadas pelas coordenações das ações junto aos parceiros institucionais são uma ocasião de coletar impressões e sugestões a respeito da sua gestão.

Representações do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) geram impactos positivos na execução do Programa na medida em que contribuem para construir consensos e melhor direcionar os modos de implementação.

Embora não tenha sido implementado um procedimento formal de sondagem sobre a satisfação dos beneficiários em relação ao Programa, a interlocução constante mantida entre o MEC e os seus parceiros institucionais, representados pelo Consed e Undime, permite considerar o grau de satisfação como satisfatório.

Em razão da nova perspectiva que foi introduzida pelo PDE, inclusive com a caracterização de agenda prioritária para o PPA 2008-2011, houve a exclusão desse Programa de modo a proporcionar o alinhamento das suas ações no âmbito dos objetivos a serem implementados em outros programas.

EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE E CIDADANIA

GERENTE DO PROGRAMA

André Luiz de Figueiredo Lazaro

OBJETIVO

Reduzir as desigualdades, étnico-racial, de gênero, orientação sexual, geracional, regional e cultural no espaço escolar.

PÚBLICO-ALVO

Alunos de todas as idades, seus familiares e os profissionais da educação

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 29.324.466,00	Empenho Liquidado:	R$ 23.816.986,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 23.816.986,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Índice de Igualdade da Educação do Campo - Índice numérico	-	0.54	-	-	0.67	-
2. Índice de Igualdade da Educação Escolar Indígena - Índice numérico	-	0.18	-	-	0.47	-
3. Índice de Igualdade das Ações Educativas Complementares - Índice numérico	-	0.60	-	-	0.80	-
4. Índice de Igualdade das Diversidades Étnico-Raciais - Índice numérico	-	0.81	-	-	0.85	-
5. Índice de Igualdade de Gênero - Índice numérico	-	0.95	-	-	0.98	-

1. ÍNDICE DE IGUALDADE DA EDUCAÇÃO DO CAMPO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O novo índice de referência se deve a correções realizadas no indicador sintético para educação do campo. O índice que seria apurado em 2007, referente a 2006, está em processo de revisão. Para 2005, este indicador encontra-se em 0,54, apresentando uma elevação de 11,6% no período 2002-2005. Estima-se que o índice final será facilmente alcançado, devido ao fortalecimento orçamentário que as ações referentes a este índice

receberam no âmbito do Programa, bem como, em certa medida, à maior regionalização e focalização espacial das ações financiadas.

2. ÍNDICE DE IGUALDADE DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O novo índice de referência se deve a correções realizadas no indicador sintético para educação escolar indígena. O índice que seria apurado em 2007, referente a 2006, está em processo de revisão. Para 2005, este indicador encontra-se em 0,18, apresentando uma elevação de 6,3% no período 2002-2005. Estima-se que há possibilidades de o índice previsto ao final do PPA ser alcançado, uma vez que, apesar do universo de educação indígena apresentar um campo de atuação bastante heterogêneo, um dos princípios do Ministério da Educação (MEC) é considerar as políticas públicas mais inclusivas possíveis. Nesta linha, cabe mencionar o avanço das ações voltadas para apoiar a inserção dos indígenas no ensino superior, que se mostraram relevantes para a elevação desse índice.

3. ÍNDICE DE IGUALDADE DAS AÇÕES EDUCATIVAS COMPLEMENTARES
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O novo índice de referência se deve a correções realizadas no indicador sintético para ações educativas complementares. O índice que seria apurado em 2007, referente a 2006, está em processo de revisão. Para 2005, este indicador encontrava-se em 0,6, apresentando uma elevação de 7,3% no período 2002-2005. Estima-se que o índice previsto ao final do PPA será alcançado devido ao fortalecimento orçamentário que as ações referentes a este índice receberam no âmbito do Programa. Contribuem também para o alcance do índice previsto as interfaces entre os projetos apoiados pelo Programa com outras ações dos Ministérios dos Esportes (ME), da Cultura (MinC) e de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em 2007;ssas interações potencializarão os impactos do Programa.

4. ÍNDICE DE IGUALDADE DAS DIVERSIDADES ÉTNICO-RACIAIS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O novo índice de referência se deve a correções realizadas no indicador sintético para diversidades étnico-raciais. O índice que seria apurado em 2007, referente a 2006, está em processo de revisão. Para 2005, este indicador encontra-se em 0,81, apresentando uma elevação de 6,7% no período 2002-2005. Estima-se que o índice final será alcançado, devido ao redesenho de ações do Programa para 2007. Essas modificações resultarão em um fortalecimento das atividades apoiadas para este fim.

5. ÍNDICE DE IGUALDADE DE GÊNERO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O novo índice de referência se deve a correções realizadas ao indicador sintético de igualdade de gênero. O índice que seria apurado em 2007, referente a 2006, está em processo de revisão. Para 2005, este indicador encontra-se em 0,95, apresentando uma elevação de 0,9% no período 2002-2005. Estima-se que o índice final será alcançado devido à elevação do aporte de recursos para atividades, bem como a maior articulação entre os projetos apoiados por este Programa, o que influenciará positivamente neste índice. Cabe destacar que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apura anualmente as informações relativas a tal indicador que permite avaliar o impacto das ações do Programa. Contudo, a coleta dos dados é realizada durante o mês de setembro e os resultados da pesquisa são divulgados apenas no mês de novembro do ano posterior. Da mesma forma, os dados do Censo são coletados em março do ano de referência e consolidados e divulgados apenas em dezembro do mesmo ano, período posterior à última atualização dos índices do Programa.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A discriminação étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, geracional e sob qualquer outra forma é um fato concreto da sociedade brasileira e acontece em todos os ambientes, sejam eles sociais, familiares ou privados, uma vez que os preconceitos estão profundamente enraizados nos indivíduos e na cultura. Historicamente, a escola não só vem reproduzindo em seu ambiente os processos discriminatórios como também os reforça: quando vítimas de violência ou de exclusão do ambiente escolar, os indivíduos que sofrem discriminação, nas suas mais diferentes formas têm as suas oportunidades de trabalho reduzidas, assim como a sua renda. A discriminação é responsável por parte significativa das desigualdades observadas no campo educacional, o que se reproduz no mercado de trabalho, já que pelo menos 40% da desigualdade salarial no Brasil pode ser explicada pela questão educacional. Essas desigualdades resultam de um processo ativo de preconceitos e estereótipos que legitimam, diuturnamente, procedimentos discriminatórios. Dentro do próprio ambiente escolar, são constantes os tratamentos preconceituosos, as medidas discriminatórias, os insultos e constrangimentos, as ameaças e agressões físicas ou verbais contra estudantes de determinados grupos, como negros, indígenas, pobres, crianças e jovens com idade defasada para a série ou, ainda, crianças e jovens com orientação sexual diferenciada.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- 33 instituições federais de ensino superior (IFES) apoiadas por meio da Ação de Desenvolvimento de Projetos Educacionais Inovadores para Comunidades de Baixa Renda. Cada instituição desenvolveu um trabalho de formação com aproximadamente 35 estudantes universitários, envolvendo 990 alunos também de nível universitário do Programa Conexões de Saberes.

• Outro viés do Programa Conexões de Saberes é a sua articulação com o Programa Escola Aberta na perspectiva de construção de uma nova relação entre os estudantes universitários de baixa renda e os estudantes da educação básica matriculados na rede pública de ensino, cujas escolas estão cadastradas junto ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Essa articulação contou com o suporte financeiro da Ação Apoio ao Desenvolvimento de Atividades Educacionais, Culturais e de Lazer em Escolas Abertas nos Finais de Semana para 1.927 escolas. Envolveu 27 IFES e aproximadamente 880 estudantes universitários que desenvolveram oficinas sobre direitos humanos e atividades de leitura nas escolas.

Os resultados de 2007 corresponderam às expectativas pela capacidade de ampliar as articulações com as instituições parceiras e de convergir os esforços para desenvolvimento e implementação de novas estratégias de atuação, dentro de um novo padrão de execução, com caráter plurianual, em parceria com entes públicos estaduais e municipais.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

No MEC, um importante mecanismo de monitoramento de ações é o Sistema de Monitoramento (SIMEC). Este sistema assumiu um relevante papel dentro da nova orientação ministerial, dar apoio técnico e financeiro a Estados e Municípios através do Plano de Ações Articuladas (PAR), na medida em que foi capaz de incorporar um módulo específico para o preenchimento do PAR através de plataforma virtual, sendo este um avanço no campo do gerenciamento das ações. Tendo em vista que algumas ações deste Programa se desenvolvem através de objetivos específicos do PAR, o SIMEC torna-se uma ferramenta importante também no âmbito da realização do objetivo de promover uma educação para diversidade e cidadania.

O ano de 2007 não se caracterizou pelo cumprimento pleno das metas físicas estabelecidas para 2007. O motivo foi a série de alterações no campo da estruturação e planejamento das atividades e ações deflagradas pela implementação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O PDE é o grande pacto feito pelo MEC com a sociedade civil que estabelece uma série de ações para a melhoria da educação básica. No âmbito do PDE, cabe destacar o Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, que pactua objetivos específicos para a melhoria dos indicadores educacionais. A realização do Compromisso depende da articulação entre o MEC e os entes da Federação que têm na estruturação do Plano de Ações Articuladas, desenvolvido pela equipe responsável nos Municípios, sua expressão máxima. Destaca-se que é por meio do PAR que Estados e Municípios podem receber apoio da União.

O Plano de Ações Articuladas, apresentado pelos dirigentes da educação nos Municípios e/ou seu representante, deve expressar o planejamento de ações, definidas localmente, para o período de 2008 a 2011. No contexto dessa nova orientação política, algumas ações cujos objetivos convergiam com o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação tiveram seus recursos cancelados, ao mesmo tempo em que outras ações, que tinham os

mesmos objetivos, tiveram sua dotação orçamentária reforçada, como a Ação Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica do Programa Brasil Escolarizado, sob gerenciamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

A execução orçamentária foi suficiente. Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. A liberação total dos recursos corrobora essa compatibilidade. Nota-se, porém, a ocorrência do cancelamento de recursos de algumas ações para atendimento ao PAR. Cabe destaque também para a ação Apoio à Educação Integrada com Qualificação Social e Profissional para o Desenvolvimento Local do Campo, que não teve seus recursos orçamentários executados em razão da migração para o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem).

As ações do Programa possuem tal abrangência, significância e diversidade no que se refere aos objetivos, formas de execução e estratégias de implementação que há a nítida necessidade de incrementar os recursos destinados à Gestão e Administração do Programa (GAP), principalmente, para fortalecimento das atividades de monitoramento e avaliação.

A infra-estrutura (espaço físico, computadores etc.) na equipe gerencial é insuficiente para acompanhar a execução dos projetos e realizar os procedimentos administrativos. Também há insuficiência de gestores, técnicos e de pessoal de apoio, tanto na equipe gerencial quanto nas equipes executoras. Da mesma forma, percebe-se a necessidade de atualizações continuadas para a qualificação do quadro técnico e administrativo.

As dificuldades de celebração de convênios na gerência provocam atraso na realização dos projetos e, portanto, no alcance das metas; compromete o planejamento, desmobiliza parceiros e atrapalha o fluxo de implementação do Programa. Em alguns casos, a dificuldade de celebração de convênios é a inadimplência dos entes, provocando muitas vezes a não renovação dos convênios.

Outro aspecto a ser notado é a dificuldade dos entes executores em prestar informações de acompanhamento dos programas com uma periodicidade adequada, não permitindo as correções de rumo de forma tempestiva. O acompanhamento e monitoramento são questões bastante importantes para a gerência do Programa, exigindo grande atenção para o desenvolvimento de mecanismos ou instrumentos que facilitem essa comunicação entre a gestão federal e as unidades executoras.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A participação social se dá por meio de reuniões com os grupos de interesse, para aprimorar as concepções teóricas e de implementação das políticas. Em alguns casos, constituem-se comitês e conselhos com fins específicos para consulta e deliberação. Uma maior integração dos agentes que representam interesses sociais das populações do foco das políticas, no âmbito de Estados, Municípios ou da região contemplada, aprimora tanto a sua elaboração quanto a sua implantação.

Uma forma de medir a satisfação dos beneficiários do Programa pode ser por meio da participação de profissionais de educação, gestores e estudantes em alguns eventos, tais como, seminários, oficinas de planejamento e reuniões com representantes estaduais e municipais na pasta da Educação. Nessas ocasiões, quando são discutidos os principais pontos positivos e pontos fracos da execução de ações, atividades e projetos, é possível verificar a adesão dos parceiros às ações e atividades. Pode-se também incorporar a percepção destes atores à política educacional implementada.

Uma questão bastante inovadora é o respeito às diferenças, traduzido na compreensão de que para fazer valer o direito subjetivo à educação do cidadão é mister criar políticas que realmente sejam inclusivas, bem como construídas e executadas de modo participativo. Com isso, intervenções para grupos específicos são criadas/estimuladas, de modo a engendrar um movimento de maior reconhecimento e valorização das diversidades.

Estas ações ainda são pequenas diante do tamanho do desafio a que se propõe o Programa. Contudo, ainda que encontre dificuldades para ganhar maior grau de cobertura e ampliar os futuros efeitos das ações planejadas, ele tem a qualidade de realizar uma ampla interlocução com seus diferentes parceiros, tendo em vista o fortalecimento das temáticas e atividades desenvolvidas. Outro traço característico do gerenciamento deste Programa se revela na convergência dos esforços empreendidos em torno das ações, agregando-lhes qualidade e cobertura. Tal postura em relação às ações é capaz de ampliar resultados.

A potencialização dos resultados das atividades por meio da combinação e convergência de ações é um aspecto que deve ser tratado com maior zelo, pois se algumas ações forem fundidas, como as voltadas para ampliar o acesso ao ensino superior de populações com maior vulnerabilidade, haverá uma ampliação do número de beneficiários. Essa aglutinação, todavia, não poderá ser uma iniciativa que vise a redução de recursos disponíveis, devendo objetivar eminentemente a potencialização de resultados.

Aglutinação de ações que têm a escola como referência, sobretudo com relação às atividades de contra-turno e de finais de semana com a junção de duas ações tenderá a ampliar os resultados para dentro e para fora da escola. Como efeito, é provável que se construa uma escola mais integrada à comunidade, agregando qualidade aos processos de aprendizagem dos estudantes.

UNIVERSIDADE DO SÉCULO XXI

GERENTE DO PROGRAMA

Ronaldo Mota

OBJETIVO

Ampliar com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão com vistas a disseminar o conhecimento.

PÚBLICO-ALVO

Alunos e professores das instituições federais de ensino superior (IFES), bem como bolsistas das instituições de ensino superior (IES) privadas

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 13.705.374.117,00	Empenho Liquidado:	R$ 13.431.288.372,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 13.431.288.372,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 93.000.000,00	R$ 0,00	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Coeficiente de Alunos por Docentes em Exercício na Educação Superior - Unidade	-	14.92	15.22	15.49	16.30	95,03%
2. Taxa de Docentes (em Exercício) com Doutorado Atuando nas Instituições Federais de Educação Superior - Graduação Presencial - Porcentagem	-	43.22	44.26	47.31	52.10	90,81%
3. Taxa de Docentes (em Exercício) com Mestrado Atuando nas Instituições Federais de Educação Superior - Graduação - Porcentagem	-	26.64	26.32	26.93	35.20	76,51%
4. Taxa de Docentes (em Exercício) com Graduação Atuando nas Instituições Federais de Educação Superior - Graduação Presencial - Porcentagem	-	30.10	29.40	25.76	18.30	-
5. Taxa de Matrícula de Alunos em Instituições Federais de Educação Superior - Graduação Presencial - no Turno Noturno - Porcentagem	-	25.10	25.38	25.33	33.00	76,76%
6. Taxa de Matrículas de Alunos em Cursos de Graduação Presenciais no Turno Noturno - Porcentagem	-	58.95	60.13	60.89	57.90	105,16%

1. COEFICIENTE DE ALUNOS POR DOCENTES EM EXERCÍCIO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O indicador não vem evoluindo bem nos últimos anos. Mas, uma das metas do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) é aumentar este coeficiente para 18 alunos por docente até 2012 e todas as IFES aderiram ao REUNI.

2. TAXA DE DOCENTES (EM EXERCÍCIO) COM DOUTORADO ATUANDO NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO PRESENCIAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice apurado em 2007 refere-se a 2006. O indicador não está evoluindo tão bem quanto se esperava, mas já demonstra uma evolução, pois apesar de os mestres continuarem sendo a maioria entre os docentes da educação superior brasileira nas instituições federais, os doutores já têm maior representatividade. Além disso, é preciso levar em consideração que a evolução do indicador depende das contratações de docentes pelas IFES.

3. TAXA DE DOCENTES (EM EXERCÍCIO) COM MESTRADO ATUANDO NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Esse indicador também não está evoluindo como se esperava, mas, da mesma forma que existe uma política de incentivo para formação em doutorado, existe um incentivo para a formação em mestrado daqueles docentes que possuem apenas a graduação. A evolução desse indicador também depende das contratações de docentes pelas IFES.

4. TAXA DE DOCENTES (EM EXERCÍCIO) COM GRADUAÇÃO ATUANDO NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO PRESENCIAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

No caso deste indicador, o índice deve reduzir e não aumentar, pois o objetivo é que diminua o número de docentes com formação em nível de graduação.

5. TAXA DE MATRÍCULA DE ALUNOS EM INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO PRESENCIAL - NO TURNO NOTURNO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O Ministério da Educação (MEC) tem incentivado o aumento de vagas em cursos noturnos nas instituições federais, principalmente por meio do REUNI, isso ocasionará o aumento do índice do indicador.

6. TAXA DE MATRÍCULAS DE ALUNOS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS NO TURNO NOTURNO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O aumento do número de cursos de graduação no turno noturno, principalmente nas instituições privadas, ocasionou a superação da meta. Porém, as ações integrantes do Programa Universidade do Século XXI exercem pequena influência sobre esse indicador. Quando muito, pode-se inferir que, ampliando-se o número de financiamentos concedidos por intermédio do FIES, favorece-se o aumento das matrículas nos cursos noturnos, pois estes seriam mais voltados aos estudantes que trabalham no período diurno. De qualquer modo, deve-se questionar se é desejável a ampliação da proporção de matrículas em cursos noturnos nas instituições privadas.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Uma das diretrizes de ação do MEC é a de reformar o modelo de educação superior, que atualmente dá sinais de esgotamento e a própria instituição universitária, quase milenar, que sofre os abalos de uma transição paradigmática, simultaneamente teórica e social. Nas últimas décadas, as universidades federais tiveram suas atividades comprometidas, devido à falta de recursos financeiros, materiais e humanos. Muitas sofreram uma crise mais profunda, na própria alma da universidade, em razão de uma falta de sintonia com a realidade ao seu redor. Isto implica no próprio saber universitário, que está ficando defasado, perdendo seu ritmo e sua sintonia em relação à demanda de conhecimento fora dos seus muros.

Um grande desafio, hoje, é adaptar-se aos novos tempos. As tendências de futuro devem ser levadas em conta de forma a que se capacite a universidade a responder a novas demandas, criando novos cursos e novos processos pedagógicos. A Universidade do Século XXI deve estar apta a respeitar a diversidade e promover o desenvolvimento integral do ensino, da pesquisa e da extensão. Estas atividades devem ser objeto de acompanhamento e avaliação sistemáticos, de forma a que os recursos humanos formados e os conhecimentos gerados e transferidos à sociedade se dêem em conformidade com o desenvolvimento sustentável do País.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• O Programa de Expansão das Instituições Federais de Ensino Superior constitui uma das principais metas do Governo Federal e prioriza a implantação de novos *campi* no interior dos Estados federados, levando-se em consideração as necessidades e vocações econômicas de cada região do País, repartindo o saber e a tecnologia com toda a sociedade. Foram criados e consolidados 86 *campi* universitários situados em todas as regiões do Brasil, além de 12 novas universidades:

a) Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA);

b) Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL);

c) Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM);

d) Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM);

e) Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA);

f) Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR);

g) Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD);

h) Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB);

i) Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA);

j) Universidade Federal do Tocantins (UFT);

k) Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF);

l) Criação a partir do marco zero da Universidade Federal do ABC (UFABC).

• O Programa Universidade Para Todos (ProUni) tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e seqüenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior, oferecendo, em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas que aderirem ao Programa. O Prouni ofertou, no ano de 2007, 85.332 bolsas integrais e 76.014 bolsas parciais, totalizando 161.346 bolsas ofertadas nos dois processos seletivos ocorridos. O Programa encerrou o exercício de 2007 com a adesão de mais de 1.400 instituições, já tendo beneficiado desde sua criação cerca de 310 mil estudantes.

• A Bolsa Permanência é um benefício mensal, no valor de R$ 300,00, criado para ajudar os bolsistas do ProUni no custeio de seus estudos. A iniciativa viabiliza a permanência dos alunos com bolsa integral do ProUni no ensino superior, matriculados em cursos presenciais com no mínimo seis semestres de duração e seis horas diárias de aula, de acordo com os dados do Sistema Integrado de Informações da Educação Superior. O processo de seleção dos bolsistas é realizado semestralmente, observada a disponibilidade orçamentária e financeira do MEC e seu pagamento efetuado diretamente ao bolsista, com base nas informações geradas pelo Sistema do ProUni e autorizadas por meio de certificação digital, pelos coordenadores do Programa nas instituições. Ao final de 2007, havia 2.466 bolsistas aptos ao recebimento da bolsa permanência.

• A partir de 2004, vem ocorrendo aumento considerável no orçamento de manutenção das universidades federais. Tais recursos têm possibilitado a recuperação de instalações, compra de equipamentos e ampliação da assistência estudantil.

• Também com vistas à adequada manutenção da educação superior pública federal, foi implementado o banco de professor-equivalente, permitindo reposição imediata de vacâncias ocorridas no quadro de pessoal das universidades. Foi autorizada a abertura de concurso público para 2.880 vagas de docentes de magistério superior e 5.000 técnico-administrativos em educação, reforçando os recursos humanos para melhoria do ensino oferecido pela universidade.

• O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) é um programa de financiamento destinado a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores de graduação não-gratuitos e com avaliação positiva, de acordo com regulamentação própria, nos processos conduzidos pelo MEC. A gestão do Programa é efetivada conjuntamente pelo MEC, na qualidade de agente supervisor, responsável pelas políticas educacionais norteadoras do Programa, e pela Caixa Econômica Federal (CEF), agente operador e financeiro, responsável pela administração dos ativos e passivos do Fundo, assim como pelo sistema informatizado do FIES e pela concessão e manutenção dos financiamentos aos estudantes. Desde sua criação, o FIES já beneficiou mais de 500 mil estudantes, com investimento acumulado estimado em R$ 4,8 bilhões. Ao final do exercício de 2007, o Programa contava com aproximadamente 467 mil contratos ativos.

• O Programa de Educação Tutorial (PET) apoiou, em 2007, 370 grupos distribuídos em 72 IES envolvendo 3.968 bolsistas.

• No Brasil em 2007, existiam 456 instituições credenciadas pela Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM) com 3.819 programas, 27.637 vagas/ano. Há 17.459 médicos residentes matriculados nos diversos programas de residência médica. Houve repasse de 4.704 bolsas para as IFES para o ano de 2007.

• Desde janeiro de 2007, o sistema e-MEC permite a abertura e o acompanhamento da tramitação dos processos de credenciamento e recredenciamento de Instituições de Ensino Superior por meio da Internet de maneira transparente e simplificada. O sistema disponibiliza o acompanhamento dos processos das IES e aos demais interessados. A implantação do Sistema e-MEC tem vantagens como agilidade dos processos, com documentação exclusivamente digital, evitando trâmite de documentos em papel, transparência para o público, que terá acesso às informações de tramitação e implantação de calendário de protocolos, permitindo melhor planejamento das IES e do MEC no tratamento dos processos. Bem como, maior articulação entre as secretarias do MEC, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e o Conselho Nacional de Educação (CNE), além de facilitar a manifestação de órgãos como o Conselho Nacional de Saúde (CNS) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O e-MEC é transversal, abrangendo várias secretarias e órgãos do MEC.

A implementação das ações – resultado da nova política de ensino superior ampliando a oferta de vagas, seja por meio da expansão das universidades federais ou de programas de financiamento como o ProUni e FIES – e ainda as políticas de inclusão foram exitosas chegando a alguns casos a superar a meta estabelecida.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O monitoramento sobre o desempenho físico das ações é feito por meio de reuniões periódicas com as equipes envolvidas no processo de implementação das ações, visando traçar estratégias para o cumprimento das metas e a avaliação e monitoramento. Outro forte instrumento de monitoramento são as visitas *in loco*, haja vista que para a avaliação dos projetos é necessário o acompanhamento constante da execução.

No campo da supervisão, avaliação e regulação da educação superior, há uma busca constante para o aprimoramento de mecanismos integrados que dêem celeridade aos processos, deste modo, no ano de 2007 foi desenvolvido o sistema e-MEC, que se tornou importante instrumento de consecução das metas. Além deste, também há o PingIFES que é uma plataforma integrada com as bases de dados das IFES.

Os recursos foram suficientes e liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação e não sofreram contingenciamento.

A implementação do ProUni é considerado um importante instrumento de garantia para o aumento do acesso dos alunos egressos de escolas públicas e é uma ação implementada com recursos não-orçamentários, pois se baseia num processo de renúncia fiscal.

A redução do número de professores por meio dos processos de aposentadoria ainda representa um significativo entrave para o cumprimento das metas nas IFES, no entanto a criação do Banco de Professor Equivalente implantado em 2007 visa simplificar o processo de contratação dos professores das universidades federais. O sistema federal de ensino superior está passando por um processo de expansão interna e ainda necessita de suporte técnico administrativo para a adequação do sistema, demanda esta que visa ser atendida pelo REUNI.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As parcerias estão sendo bem sucedidas propiciando o alcance das metas do Programa. Há boa articulação entre a gerência do Programa e as IFES parceiras.

A participação social se dá por meio de encontros com a sociedade civil organizada para discussão de temas de interesse coletivo e pela Central de Atendimento da SESu que tem a finalidade de facilitar o acesso à informação acerca do ensino superior.

O Programa tem compromisso com a promoção de erradicação das desigualdades sociais, deste modo desenvolve uma série ações que visam a inclusão social. O Programa de Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (Prolind), por exemplo, tem a finalidade de contribuir para a consolidação de uma política educacional mais ampla para os povos indígenas, entre as ações priorizadas no Programa, destaca-se o apoio às instituições de ensino superior para implantar cursos de licenciaturas para formação de professores indígenas. O Programa de Ações Afirmativas Voltadas para a População Negra (Uniafro)

tem como objetivo o fortalecimento das políticas de ação afirmativa voltadas para o acesso e permanência na educação superior, da população afro-descendente. E finalmente, o Programa Incluir, Igualdade de Oportunidade e Direito à Universidade visa implementar política de acessibilidade plena à educação superior de pessoas com deficiência.

VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES E TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

GERENTE DO PROGRAMA

Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva

OBJETIVO

Oferecer oportunidades de capacitação e formação inicial e continuada aos professores e trabalhadores da educação básica, associadas aos planos de carreira, cargos e salários, e promover acesso a bens culturais e a meios de trabalho.

PÚBLICO-ALVO

Professores de todos os níveis de ensino da educação básica e pessoal de apoio das escolas

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.123.178.924,00	Empenho Liquidado:	R$ 2.094.549.889,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 2.094.549.889,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa Docentes com Nível Superior Atuando em Creche - Porcentagem	23.80	29.00	34.00	-	35.00	-
2. Taxa de Docentes com Nível Superior Atuando na Pré-Escola - Porcentagem	35.00	40.00	45.60	-	46.00	-
3. Taxa de Docentes com Nível Superior Atuando no Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série - Porcentagem	39.70	47.70	57.70	-	63.70	-
4. Taxa de Docentes com Nível Superior Atuando no Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série - Porcentagem	78.80	83.20	85.40	-	91.20	-
5. Taxa de Docentes com Nível Superior Atuando no Ensino Médio - Porcentagem	92.00	95.60	95.40	-	97.60	-

1. TAXA DOCENTES COM NÍVEL SUPERIOR ATUANDO EM CRECHE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), os índices desse indicador evoluíram da seguinte forma: 17,7% (2003), 23,8% (2004), 29% (2005) e 34,0% (2006), neste caso, o último dado apurado e divulgado. Mantidas as atuais condições, é bem provável que o índice previsto para o final do PPA, condizente com o Plano Nacional de Educação (PNE), seja em breve superado.

2. TAXA DE DOCENTES COM NÍVEL SUPERIOR ATUANDO NA PRÉ-ESCOLA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

De acordo com o Inep, os índices desse indicador evoluíram da seguinte forma: 31,3% (2003), 35% (2004), 40% (2005) e 45,6% (2006), neste caso, o último índice apurado e divulgado. Embora o índice previsto ao final do PPA provavelmente não seja alcançado, houve melhoria na evolução do indicador.

3. TAXA DE DOCENTES COM NÍVEL SUPERIOR ATUANDO NO ENSINO FUNDAMENTAL DE 1ª A 4ª SÉRIE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Este índice apresenta a seguinte evolução: 36,1% (2003), 39,7% (2004), 47,7% (2005) e 57,7% (2006), o último índice apurado neste caso. O cálculo deste indicador é feito com base nos dados do Inep. Embora o índice previsto ao final do PPA (63,7%) provavelmente não seja alcançado, houve melhoria na sua evolução.

4. TAXA DE DOCENTES COM NÍVEL SUPERIOR ATUANDO NO ENSINO FUNDAMENTAL DE 5ª A 8ª SÉRIE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

De acordo com os dados do Inep, os índices desse indicador evoluíram da seguinte forma: 77,1% (2003), 78,8% (2004), 83,2% (2005) e 85,4% (2006), o último índice apurado e divulgado neste caso. Embora o índice previsto ao final do PPA provavelmente não seja alcançado, houve melhoria na evolução do indicador.

5. TAXA DE DOCENTES COM NÍVEL SUPERIOR ATUANDO NO ENSINO MÉDIO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Este índice apresenta a seguinte evolução: 90,2% (2003), 92% (2004), 95,6% (2005) e 95,4% (2006), o último dado apurado neste caso. O cálculo deste indicador é feito

com base nos dados do Inep. Mantidas as atuais condições, é bem provável que o índice previsto para o final do PPA, condizente com o PNE, seja em breve superado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, preceitua no art. 67 que:

"os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

III - piso salarial profissional;

IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação e na avaliação do desempenho;

V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;

VI - condições adequadas de trabalho."

A realidade concreta da educação brasileira ainda está muito distante de fazer efetivos esses princípios. Dentre os maiores problemas, identificam-se a fragilidade da formação dos professores e a falta de estímulo para que renovem sua prática pedagógica, que se traduzem em:

a) ausência de um plano sistemático e efetivo de formação continuada dos professores, que possibilite sua atualização permanente em termos científicos e pedagógicos;

b) ausência de mecanismos institucionais de valorização do conhecimento e da prática científica e pedagógica dos professores;

c) predomínio de currículos centrados na transmissão de conteúdos, com frágil abordagem prática e problematizadora, devido à ausência de processos formativos que promovam a renovação pedagógica;

d) desmotivação;

e) difícil acesso a meios de trabalho e a bens culturais.

O Ministério da Educação (MEC), coordenador da política nacional do setor, é também responsável por prestar assistência técnica e financeira aos sistemas de ensino para a consecução dos objetivos determinados por Lei, devendo elaborar um plano de formação de professores e de valorização do magistério, além de implementar a política de formação e valorização para os trabalhadores que atuam no âmbito das escolas públicas brasileiras.

No que diz respeito ao nível de formação das funções docentes na educação básica, havia em 2006, conforme dados do Inep, a seguinte distribuição:

a) do total de 1.665.341 funções docentes com formação de ensino fundamental, 1.413.614 (na rede pública) e 251.727 (privada), ou ainda, 301.335 (rural) e 1.364.006 (urbana);

b) do total de 795.816 funções docentes com formação de ensino médio, 651.399 (pública) e 144.417 (privada), ou ainda, 268.035 (rural) e 527.781 (urbana);

c) do total de 2.143.430 funções docentes com formação de nível superior, 1.740.335 (pública) e 403.095 (privada), ou ainda, 162.639 (rural) e 1.980.791 (urbana).

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Redefinição da política de financiamento, consolidada pela aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que passa a garantir investimentos da educação infantil ao ensino médio, representando uma significativa ampliação nos recursos complementares repassados pela União.

• A execução das ações deste Programa contribuiu para o alcance do objetivo, em 2007, que é o de prover formação inicial e continuada aos professores e trabalhadores da educação básica. Pela sua importância para o alcance desse objetivo, tem-se:

a) capacitação de 25.772 profissionais na Educação a Distância (EaD);

b) formação continuada de 14.798 professores da educação infantil e do ensino fundamental;

c) formação em serviço e certificação de 5.291 professores não-titulados dos ensinos fundamental e médio e formação em serviço e certificação de 2.877 professores não-titulados da educação infantil.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa apresentou uma execução física da ordem de 40% a 80% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Das 13 ações que tiveram metas físicas previstas, a situação verificada foi a seguinte: três superaram em muito a previsão; três atingiram mais de 70% da meta prevista; uma alcançou a meta estipulada; duas não foram executadas, em virtude de reorientações introduzidas pelo PDE no processo de transferência voluntária.

Em 2007, a execução deste Programa pode ser considerada atípica em virtude da reestruturação nos processos de transferência voluntária dos recursos da educação básica por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR) e da conseqüente reformatação da engenharia de implementação dos programas da Secretaria de Educação Básica para atender a uma demanda quantitativa e geograficamente ampliada pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

O monitoramento sobre o desempenho físico das ações é feito periodicamente por meio de reuniões de trabalho entre os responsáveis envolvidos na execução das ações, bem como entre estes e as instâncias responsáveis pelo andamento do Programa. As reuniões técnicas, realizadas pelas coordenações das ações junto aos parceiros institucionais, são ocasiões para colher impressões e sugestões a respeito da sua gestão. Foram feitas visitas *in loco*, para as ações de pesquisa e desenvolvimento da educação infantil e do ensino fundamental, formação em serviço e certificação em nível médio de professores não-titulados da educação infantil e técnico profissional de funcionários da educação básica.

O acompanhamento físico-financeiro é feito pelos gestores por meio do SIMEC, cujo provimento das informações deve ser mensal. A dificuldade do sistema é que por vezes a compreensão clara de sua utilidade como instrumento de gestão não é compartilhada pelo conjunto dos gestores que tendem a considerá-lo burocrático. Conseqüentemente, e com freqüência, sua alimentação sofre soluções de continuidade e atrasos, que em alguns casos dificultam uma visão real e atualizada do andamento das ações.

O êxito alcançado pelo Programa atingiu os seus objetivos e em grande medida, tributário da execução das ações pelos parceiros, por meio dos recursos transferidos.

O processo decisório que impacta a execução das ações é construído de modo consensual entre as instâncias envolvidas de maneira que as ações executadas refletem esse procedimento.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A participação social se dá por intermédio das Ouvidorias, tanto da Secretaria de Educação Básica (SEB) quanto do FNDE. As Ouvidorias tratam as demandas e questionamentos encaminhando-as para os setores implicados. Além disso, as reuniões técnicas realizadas pelas coordenações das ações junto aos parceiros institucionais são ocasiões para coletar impressões e sugestões a respeito da sua gestão.

Representações do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) geram impactos positivos na execução do Programa na medida em que contribuem para construir consensos e melhor direcionar os modos de implementação.

Em razão da nova perspectiva que foi introduzida pelo PDE, inclusive com a caracterização de agenda prioritária para o PPA 2008-2011, houve a exclusão desse Programa de modo a proporcionar o alinhamento das suas ações no âmbito dos objetivos a serem implementados em outros programas.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

- Administração Tributária e Aduaneira
- Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais
- Arrecadação de Receitas Previdenciárias
- Banco para Todos
- Capacitação de Servidores Públicos em Finanças Públicas e Áreas Afins
- Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários
- Desenvolvimento dos Mercados de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização
- Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional
- Educação Fiscal
- Fortalecimento da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios - PNAFM
- Gerenciamento de Risco e Prevenção de Perdas e Acidentes
- Produção de Moeda e Documentos de Segurança
- Recuperação de Créditos e Defesa da Fazenda Nacional

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, foram utilizados, pelo Ministério da Fazenda (MF), recursos de **R$ 105.008.903.847,86** no total, para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 17.850.413.311,00	Realizado-orçamentário:	R$ 14.799.829.226,00
Recursos não-orçamentários previstos:	R$ 64.120.941.688,12	Realizado não-orçamentário:	R$ 90.209.074.621,86
Total previsto:	**R$ 81.971.354.999,12**	**Total realizado:**	**R$ 105.008.903.847,86**

Além disso, do total de **R$ 837.841.833,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram executados **R$ 368.338.734,00**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do MF, no período do PPA 2004-2007, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Finalístico	0781 Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais	14,892%	10,012%	8,717%	6,745%	9,674%
	0778 Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários	0,892%	0,975%	1,125%	1,058%	1,027%
	0776 Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional	14,018%	13,434%	15,094%	12,771%	13,818%
	0779 Desenvolvimento dos Mercados de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização	0,733%	0,708%	0,839%	0,770%	0,770%
	8010 Educação Fiscal	0,008%	0,007%	0,003%	0,006%	0,006%
Finalístico Soma		**30,543%**	**25,137%**	**25,778%**	**21,351%**	**25,295%**
Gestão de Políticas Públicas	0773 Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União	4,385%	3,034%	4,209%	3,023%	3,618%
	0780 Gestão da Política de Regulação de Mercados	0,053%	0,061%	0,050%	0,046%	0,052%
	1266 Gestão da Política Econômica	0,036%	0,087%	0,073%	0,048%	0,060%
	0771 Gestão das Políticas Monetária, Cambial e de Crédito	0,192%	0,142%	0,109%	0,082%	0,125%
Gestão de Políticas Públicas Soma		**4,665%**	**3,324%**	**4,442%**	**3,198%**	**3,856%**
Serviços ao Estado	0770 Administração Tributária e Aduaneira	53,358%	61,510%	61,996%	66,676%	61,938%
	0084 Arrecadação de Receitas Previdenciárias	1,708%	3,478%	2,891%	3,948%	3,136%
	0777 Capacitação de Servidores Públicos em Finanças Públicas e Áreas Afins	0,495%	0,396%	0,335%	0,173%	0,330%
	1171 Fortalecimento da Administração Fiscal dos Estados - PNAFE	3,811%	1,826%	0,000%	0,000%	1,189%
	1172 Fortalecimento da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios - PNAFM	3,188%	1,775%	0,278%	0,721%	1,355%
	0758 Produção de Moeda e Documentos de Segurança	0,503%	0,457%	0,527%	0,448%	0,000%
	0775 Recuperação de Créditos e Defesa da Fazenda Nacional	1,729%	2,098%	3,754%	3,486%	2,901%
Serviços ao Estado Soma		**64,792%**	**71,540%**	**69,780%**	**75,451%**	**70,850%**
Total Global		**100,000%**	**100,000%**	**100,000%**	**100,000%**	**100,000%**

Também são de responsabilidade do MF a implementação dos Programas Banco para Todos e Gerenciamento de Risco e Prevenção de Perdas e Acidentes, os quais têm como fonte de financiamento outros recursos administrados pela União e se caracterizam como não-orçamentários.

AVALIAÇÃO SETORIAL

Os resultados obtidos com a execução do conjunto de programas do MF no exercício de 2007 mostraram-se aderentes à política setorial, em especial aos Megaobjetivos do PPA 2004-2007 da inclusão social e redução das desigualdades sociais, do crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutora das desigualdades regionais e da promoção e expansão da cidadania e do fortalecimento da democracia. Com destaque para os resultados mais expressivos de acordo com os principais assuntos sob responsabilidade do MF.

Arrecadação de Tributos e demais Receitas

Quanto ao aumento do volume de arrecadação de receitas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) destaca-se que a arrecadação bruta dos impostos e das contribuições administrados pela RFB, de janeiro a dezembro de 2007, atingiu a cifra de R$ 585,127 bilhões. Mesmo ocorrendo desoneração tributária, estimada em R$ 6,4 bilhões, houve crescimento nominal de 16,33% e crescimento real de 12,19%, considerando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), em relação ao mesmo período do ano de 2006.

O desempenho da arrecadação decorreu, fundamentalmente, de fatores ligados ao crescimento econômico e à maior presença fiscal por parte da administração tributária. A RFB intensificou os controles de declarações e promoveu ações de cobrança em cerca de 2,894 milhões de contribuintes, envolvendo um total de aproximadamente R$ 34,42 bilhões em débitos cobrados, com ênfase na redução do tempo decorrido entre a ocorrência do fato gerador e a efetiva arrecadação, sendo o foco principal os maiores contribuintes, sujeitos ao acompanhamento diferenciado.

A Fiscalização da Receita Federal do Brasil encerrou o ano de 2007, referente a tributos internos, com 521 mil contribuintes fiscalizados e R$ 108 bilhões de créditos tributários lançados, o que representou um crescimento de 80% no quantitativo e de 42% no volume de autuações, quando comparado com o ano de 2006. Foram realizadas 12.466 ações de fiscalização de comércio exterior, com R$ 3,2 bilhões de créditos tributários lançados, e foram registradas 3,3 bilhões de declarações, sendo 1,7 bilhão de importação e 1,6 bilhão de exportação. Foram atendidos aproximadamente 17,3 milhões de contribuintes, nas unidades de atendimento da RFB, número bem superior aos 11,2 milhões atendidos em 2006.

O aumento do número de atendimentos justifica-se, principalmente, pela unificação da Secretaria da Receita Previdenciária (SRP) e RFB e pela implantação do Simples Nacional. A apreensão de mercadorias em decorrência da fiscalização e do controle sobre o comércio

exterior exercido pela RFB totalizou R$ 1 bilhão, no período de janeiro a dezembro de 2007, o que significa um incremento de 20 % em relação ao mesmo período do ano passado.

A arrecadação líquida da Previdência Social em 2007 foi de R$ 140,411 bilhões (arrecadação bancária mais repasses menos restituição menos transferência a terceiros). O resultado alcançado com a recuperação de créditos administrativos foi de R$ 6,543 bilhões, valor R$ 499 milhões superior ao resultado de 2006. Cabe ressaltar, ainda, que o parcelamento especial da Medida Provisória (MP) nº 303, de 29 de junho de 2006, por um lado favoreceu a adimplência, por outro alongou o prazo para pagamento dos créditos. Os valores originais recolhidos espontaneamente, somados aos lançamentos efetuados (parcelamentos) foram da ordem de R$ 437 milhões. O valor total inicial de todas as Intimações de Pagamento (IPs) enviadas era de R$ 4,342 bilhões.

Quanto à auditoria fiscal foram realizadas, em 2007, 114.622 ações fiscais incluindo fiscalização, diligência e emissão de IPs. Quanto ao monitoramento dos grandes contribuintes, ação paralisada desde junho de 2007, em virtude de problemas técnicos enfrentados pela Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev), devido à alteração de jurisdição após a unificação com a Receita Federal. A média de empresas monitoradas mensalmente foi de 29.311. De janeiro a abril foram recuperados R$ 212 milhões (92% recolhidos à vista). A atividade será retomada em 2008.

Quanto à recuperação de créditos da Fazenda Nacional, a arrecadação em Dívida Ativa da União atingiu o montante de R$ 3,6 bilhões. As conversões de depósitos judiciais em renda da União alcançaram o expressivo valor de R$ 9,2 bilhões. O resultado superavitário de 33%, em relação ao ano anterior, na monta de R$ 12,8 bilhões. Houve a avaliação dos fluxos operacionais, que integram a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e a RFB, no desenvolvimento de sistemas informatizados, objetivando o acompanhamento da Gestão Integrada do Macroprocesso do Crédito Tributário.

Haveres financeiros e mobiliários da União: a arrecadação de cerca de R$ 44 bilhões em receitas correspondentes aos haveres financeiros e mobiliários da União, geridos pelo Tesouro Nacional, correspondendo a 112,72% do previsto, o que contribuiu para o alcance da meta de superavit primário, estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), nas contas públicas.

Políticas Fiscal e Monetária

Os resultados positivos alcançados pelas ações do Programa Gestão da Política Econômica, durante o ano de 2007, concorreram para o adequado encaminhamento das soluções a que se propuseram, a saber:

a) incentivos fiscais mediante a flexibilização do uso da TR pela Lei n º 11.434, de 12 de novembro de 2006, com regulamentação do desconto em folha do financiamento imobiliário pelo Decreto n º 5.892, de 12 de setembro de 2006, a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) em produtos da

construção civil pelos Decretos n º 5.697, de 7 de fevereiro de 2006, e n º 5.905, de 21 de setembro de 2006, o aperfeiçoamento do instrumento seguro rural e do Programa de Integração Social e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (PIS/COFINS) sobre título agrícola, a regulamentação de banco de dados de proteção ao crédito (projeto de Lei n º 5.870/2005), a redução da taxa dos fundos constitucionais (Decreto n º 5.951, de 31 de outubro de 2006), a portabilidade do crédito, a isenção do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), o aperfeiçoamento da conta salário conforme resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) n º 3.402, de 6 de setembro de 2006, e n º 3.424, de 21 de dezembro de 2006, o incentivo ao investimento estrangeiro em título público (Lei n º 11.312, de 27 de junho de 2006), a redução do custo do investimento no setor imobiliário, a redução do risco ao mutuário (MP n º 321, de 12 de setembro de 2006), a elevação da segurança do financiamento imobiliário (Decreto 5.892/2006), a redução a zero da alíquota do imposto de renda (IR) sobre os rendimentos auferidos no resgate de cotas dos fundos de investimento por investidor estrangeiro, a aprovação da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, que dispõe sobre a política de resseguro, retrocessão e sua intermediação, as operações de co-seguro, as contratações de seguro no exterior e as operações em moeda estrangeira do setor securitário, regulamentando mercado de resseguros, o aperfeiçoamento do procedimento de execução por título extrajudicial (Lei n º 11.382, de 6 de dezembro de 2006) e da Lei Complementar n º 123, de 14 de dezembro de 2006 (Simples Nacional), e a elaboração de projeção do resultado fiscal do Governo com a consolidação dos subsídios explícitos no Orçamento da União, cálculo dos subsídios implícitos e elaboração de nota técnica sobre questões de ordem fiscal;

b) realização de 240 leilões de títulos da dívida pública, com a finalidade de refinanciamento desta. Como resultado dos leilões, houve melhora da composição da Dívida Pública Federal (DPF) e da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi), em linha com as metas estabelecidas no Plano Anual de Financiamento (PAF), em que a inflação anual medida pela variação do IPCA encerrou o ano de 2007 em 4,46%, 1,32 ponto percentual acima da taxa verificada em 2006. Além disso, ficou próxima do valor central de 4,5% para a meta de inflação. O aumento da inflação ao consumidor em 2007 deveu-se, em parte, a choques nos preços de *commodities* agrícolas, em escala global. Cabe destacar, ainda, a mudança na dinâmica dos preços administrados, que desde a implantação do regime de metas, em 1999, pela primeira vez registraram variação inferior à dos preços livres - 1,65% e 5,73%, respectivamente. A acumulação de reservas internacionais, dentre outros desenvolvimentos ao longo do ano, em contexto de política de taxas de câmbio flexíveis, contribuiu para a redução da vulnerabilidade externa da economia brasileira. Essa tendência tornou-se ainda mais relevante diante do processo de fragilização a que os mercados financeiros internacionais foram submetidos. Nesse contexto, é possível atribuir à consistência das políticas macroeconômicas o substrato para manutenção do ciclo expansivo da economia

brasileira, iniciado em 2004. O processo de flexibilização da política monetária, ocorrido ao longo do ano, levou à redução nas taxas de juros praticadas, o que em conjunto com a intensificação da atividade econômica conferiu significativo impulso ao crédito na economia brasileira, consubstanciado em elevação do saldo das operações de crédito para o correspondente a 34,7% do Produto Interno Bruto (PIB), em dezembro de 2007, ante 30,7% do PIB, ao final de 2006. A consolidação do projeto de implantação da Universidade Banco Central do Brasil (Unibacen), ao longo de 2007, ao mesmo tempo em que atendia prioritariamente às demandas por capacitação. São desenvolvidos, simultaneamente, três projetos principais: idiomas, *Master of Business Administration* (MBA) e Unibacen. Neste ano, proporcionou-se mais de seis mil oportunidades de treinamento, de desenvolvimento e de capacitação, nos formatos presenciais e a distância. E, a realização da campanha nacional de divulgação do dinheiro brasileiro, envolvendo três temas: os itens de segurança das cédulas, o incentivo ao uso de moedas visando facilitar o troco e a conservação do dinheiro. E a produção/distribuição de cédulas e moedas, selos postais e selos fiscais, com o atendimento das demandas de cédulas e moedas, que superaram as previsões iniciais, e o atendimento das demandas de selos postais e selos fiscais dentro do estabelecido.

Fiscalização e regulamentação do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e inclusão bancária

Editados 154 normativos, abrangendo normas estabelecendo condições para prorrogações e renegociações de operações do crédito rural, bem como de conjunto de normativos baixados, visando a implementação do Acordo de Basiléia II no Brasil. Edição de Regras Prudenciais para Requerimento de Capital e Gestão de Riscos. Destacaram-se as seguintes medidas, em dezembro de 2007:

a) a padronização da nomenclatura de tarifas; a obrigação das instituições de informar o Custo Efetivo Total (CET);

b) a liquidação antecipada de operações de crédito e de arrendamento mercantil;

c) a implementação de Ouvidoria pelas instituições financeiras e administradoras de consórcio; e a regulamentação das cooperativas.

Realizadas duas mil atividades de fiscalização. Foco em três aspectos principais das instituições financeiras: situação econômica e financeira; gestão; e cumprimento de normas.

Prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo com a verificação da suficiência e da qualidade das políticas e dos controles adotados pelas instituições, visando a prevenção do seu uso para fins de lavagem de dinheiro e de financiamento do terrorismo.

Recebidas 75.976 denúncias e reclamações de cidadãos contra instituições autorizadas pelo Banco Central (BACEN), referentes ao descumprimento de normas da alçada desta autarquia. Foram tratadas e encerradas 62.077 demandas, estando as demais em análise

ou aguardando manifestação da instituição reclamada ou denunciada. Constituído grupo de trabalho, formado por servidores do BACEN e do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça (DPDC/MJ), com o objetivo de estruturar e organizar ações conjuntas com os órgãos de defesa do consumidor. Atendimento ao Poder Judiciário por meio do BACEN Jud em 2.773.484 pedidos de consultas e documentações diversas do total oriundo do Poder Judiciário de 2.849.322. Iniciado projeto destinado à ampliação do cadastro positivo, constituído a partir das operações de crédito contratadas no sistema financeiro.

Em 2007, foram examinados e decididos 3.863 processos relativos aos diversos assuntos que compõem a Ação de Ordenamento do Sistema Financeiro constituídos por 42 Transferências de Controle, 106 Autorização para Funcionamento, 55 Cisão, Fusão e Incorporação, 27 Mudança de Objeto Social, 38 Cancelamento de Autorização, 1.929 Eleição, 950 Reforma Estatutária e Alteração Contratual, 45 Instalação de Agências e de Correspondentes no País, 55 Transformação de Cooperativa e 616 Outros.

Conclusão de significativos 40 projetos com destaque para o segundo Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI). Aprimoramento da gestão da Tecnologia da Informação (TI), com a implantação e consolidação de processos e metodologias de trabalhos modernos. Implantação de novos sistemas informatizados. Aquisição de solução de portal corporativo para Intranet, Internet e extranet. Atualização da Plataforma Internet Corporativa. Aquisição e migração de mainframes. Disponibilidade do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) com adequada gestão da infra-estrutura tecnológica que o suporta.

Capacitação em TI por meio da realização de 180 eventos de capacitação, com a oferta de 878 vagas, dentre as quais 182 destinadas a servidores de outras unidades. Atendimento a usuários do Sistema de Informações do Banco Central do Brasil (Sisbacen) para 72.337 usuários finais, sendo 16.427 voltados para usuários externos.

Atualização e aquisição de novos equipamentos e soluções como dispositivos de armazenamento de dados, servidores de informática, atualização da rede de comunicação de dados e soluções para gerenciamento do ambiente de tecnologia em geral. Aperfeiçoamento dos ambientes de desenvolvimento e de execução de aplicações. Manutenção das aplicações e dos serviços do Sisbacen. Acessos ao sítio eletrônico do BACEN com uma média diária de 1,8 milhão de acessos correspondendo a um crescimento de 18,8% em relação ao ano anterior. Outros 121 projetos em andamento, com destaque para o Sistema de Administração das Reservas (SAR), o Sistema de Monitoramento de Mercado (SMM), o Sistema de Gerenciamento do Meio Circulante (Sismecir), o Sistema de Registro de Créditos (SCB) e o Sistema Aplicativo de Classificação de Instituições (*Rating*).

Inclusão bancária de 1,46 milhão de pessoas de baixa renda, por meio da Conta Simplificada, atingindo a marca de mais 7,8 milhões de contas abertas desde 2004. Liberação de R$ 700 milhões em crédito para financiamento ao consumo e à produção, por intermédio das ações de Crédito a Microempreendedor de Baixa Renda, Concessão de Crédito à População de Baixa Renda e Micropenhor. Presença das instituições financeiras federais em todos os

Municípios brasileiros, com uma rede de atendimento (própria ou de correspondentes bancários) superior a 25 mil unidades.

O Banco da Amazônia (BASA) iniciou a abertura de contas em 2006 e seu resultado de 2.851 contas abertas (59,4% do projetado) não espelha a capacidade evolutiva do mesmo na área de atuação. O Banco do Brasil (BB) e o Banco do Nordeste (BNB), apesar de distantes de suas metas individuais, também demonstram capacidade e ênfase na distribuição do produto, o que deve facilitar o alcance de resultados futuros. Já a Caixa Econômica Federal (CEF) superou a meta em 4,4%, com a abertura de 1.252.843 contas no período.

A Ação que envolve empréstimos para os microempreendedores e para 2008 passará a integrar o Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), teve bom resultado em 2007 com superação de 3,8% da meta estabelecida, o que corresponde a contratação de R$ 6,54 milhões. Tanto a CEF como o BB alteraram suas estratégias de atuação no ano, focalizando a formação de parcerias com Instituições de Microfinanças (IMFs) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs). Já na liberação de crédito não-orientado, voltado para o consumo e fomento ao mercado, os resultados podem ser considerados positivos.

O Micropenhor, que é realizado apenas pela CEF, liberou mais de R$ 547 milhões no ano. Mesmo sendo abaixo da meta prevista de R$ 880 milhões, é um valor considerado relevante. Na Ação Concessão de Crédito à População de Baixa Renda, a CEF teve o melhor desempenho, atingindo 74,9% da meta, com R$ 66,16 milhões. O BB realizou 58% da meta financeira, com R$ 71,92 milhões. Em tal ação, o BASA foi a instituição que apresentou o menor resultado, com 29,2% da meta num montante de R$ 3,7 milhões contratados.

O Programa de Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais, por sua vez, permitiu que as instituições financeiras federais melhorassem o atendimento aos clientes e aumentassem a capacidade de prestar atendimento bancário, principalmente às faixas da população de baixa renda. Foram resultados dos bancos participantes:

a) o BNB concluiu a instalação da agência no Município de Uruçuí (PI);

b) o BB instalou cerca de 559 postos de atendimento bancário (PABs) e realizou cerca de 7.266 contratos de obras em todo o Território Nacional para a manutenção e modernização de sua infra-estrutura de atendimento;

c) a CEF instalou cerca de 48 agências e 14 PABs, além de ter adquirido equipamentos de segurança para instalação em 593 pontos de venda, substituição de equipamentos de uso e mobiliário em 1976 agências e adquirido upgrade para os computadores de grande porte dos seus sítios eletrônicos BR, SP e RJ, que atendeu a aproximadamente 2.600 unidades.

Contudo, a obtenção de resultados ficou afetada por vários fatores, dentre os quais se destacam: a dificuldade de obter imóveis que apresentem condições satisfatórias e dentro dos padrões previamente estabelecidos para abrigar os serviços e as atividades bancárias;

o detalhamento dos recursos orçamentários previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) que é por localizador no nível de Unidades da Federação impossibilita a flexibilização da execução perante a reavaliação e mudança de estratégia e ambiente de mercado; e a interposição de recursos nos processos licitatórios de contratação de obras e serviços.

Supervisão do Mercado de Seguros e Companhias Abertas

A abertura do mercado de resseguro com a Lei Complementar n º 126, de 15 de janeiro de 2007, foi estabelecida como política geral a construção de um mercado competitivo de seguros no País. A referida Lei produziu vários efeitos nos mercados brasileiro e internacional. Dentre tais efeitos está a necessidade de criação, em curto espaço de tempo, de todo um arcabouço normativo infralegal.

Com esse objetivo, a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) criou, no primeiro semestre de 2007, 14 grupos de trabalhos constituídos por especialistas, para regulamentar diversos aspectos da atividade resseguradora. No segundo semestre de 2007, a SUSEP, visando garantir a transparência do processo de regulamentação, colocou em audiência pública seis minutas de normas definindo conceitos básicos, tendo como resultado a conclusão de uma primeira fase dos trabalhos com a publicação, em 19 de dezembro de 2007, das seguintes resoluções do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP): n º 168/2007 que versa sobre atividades de resseguro, retrocessão e intermediação; n º 169/2007 que trata do capital mínimo dos resseguradores locais; n º 170/2007 que dispõe sobre o capital adicional baseado nos riscos de subscrição dos resseguradores locais; n º 171/2007 que versa sobre a constituição das provisões técnicas das sociedades resseguradoras; n º 172/2007 trata dos limites de retenção das resseguradoras locais; e n º 180/2007 dispõe sobre a corretagem de resseguros.

Adicionalmente, foram publicadas a Resolução CNSP n.º180/2007 que revoga a resolução CNSP n º 03, de 18 de janeiro de 1971 e a circular SUSEP n º 350, de 17 de agosto de 2007 a qual especifica procedimentos da Resolução CNSP n º 164, de julho de 2007. Destaca-se também a participação da SUSEP na elaboração da resolução CMN n º 3.525, de 20 de dezembro de 2007, que estabelece procedimentos para abertura e movimentação de contas em moeda estrangeira tituladas por sociedade seguradora, ressegurador local, ressegurador admitido ou corretora de resseguro.

Melhora na qualidade das aceitações, da taxação e da concessão de benefícios tarifários e condições especiais para os riscos inspecionados, em 2007, com a continuidade do aprimoramento da gestão de regulação de sinistros, reduzindo o prazo de regulação.

Nos últimos anos, a SUSEP vem promovendo mudanças importantes em sua atuação regulatória, buscando alinhamento com as melhores práticas internacionais de supervisão e fiscalização do mercado segurador, com o objetivo de promover transparência e criar mecanismos para melhoria da governança corporativa das entidades do setor. Dentre tais mudanças, destacaram-se, em 2007, a continuação da implementação da supervisão baseada em risco e a introdução de novas regras de solvência para o mercado, pelas quais a exigência de capital deverá retratar os riscos assumidos pelas empresas.

Ação de fiscalização teve a sua meta superada, que era de 120 inspeções, tendo sido realizadas 153 ao longo do exercício de 2007. Desse total, 71 inspeções foram realizadas em sociedades seguradoras, representando 46% dos trabalhos realizados no período. É necessário ressaltar que em 2007 foram lavrados 64 autos de infração, o que demonstra que em aproximadamente 41% das inspeções são detectadas irregularidades passíveis de aplicação de penalidades. Durante o ano de 2007, a SUSEP cumpriu sua agenda programada visando a implantação do modelo de supervisão, baseada em riscos na sua esfera de fiscalização, devendo ser salientado, contudo, que se trata de um projeto de médio prazo até a total implementação desse modelo. Considerando-se os trabalhos executados, e sob uma ótica quantitativa, durante o ano de 2007 foram realizados sete trabalhos de fiscalização com foco em riscos e controles, sendo cinco deles em caráter de *follow-up*. Comparativamente, em 2004 ocorreu um trabalho nesses moldes, ocorreram três em 2005 e quatro em 2006.

Blindagem dos recursos investidos em planos do tipo Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) e Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), em que técnicos da SUSEP vêm trabalhando na regulamentação da Lei n º 11.196, de 21 de novembro de 2005, que dispõe sobre a criação de fundos vinculados, exclusivamente, aos planos de acumulação previdenciária. De acordo com essa Lei, as cotas representativas desses fundos passam a pertencer aos próprios consumidores, e não mais às entidades de previdência e sociedades seguradoras, passando estas, tão-somente, a administrá-los. Assim, o patrimônio dos fundos constituídos não se comunica com o patrimônio das empresas, e os recursos dos consumidores ficam a salvo no caso de falência ou liquidação extrajudicial da empresa.

A SUSEP, por força da implementação do novo modelo de supervisão, efetuou alterações substanciais em sua forma de atuação. A avaliação dos contratos oferecidos no mercado segurador e ressegurador, com a introdução da obrigatoriedade do envio de Nota Técnica Atuarial (NTA) de Carteira, possui um enfoque muito mais dinâmico. A apresentação da NTA de Carteira dará a oportunidade de saber do objetivo da empresa supervisionada no início de sua operação em determinado ramo ou região, e de acompanhar seu desenvolvimento e verificar se as premissas adotadas e os parâmetros estabelecidos estão sendo de fato alcançados. Desta forma acontecerá uma supervisão prudencial.

Intensa atuação junto ao Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (COREMEC), participando do subgrupo que irá desenvolver a Estratégia Nacional de Educação Financeira. O COREMEC reúne a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a SUSEP e o BACEN, órgãos ligados ao MF, além de reunir o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC). Cabe ao COREMEC propor a adoção de medidas para melhorar o funcionamento dos mercados sob regulação e fiscalização da CVM, SUSEP, BACEN e SPC, além de facilitar o intercâmbio de informações entre as entidades e propor ações coordenadas de regulação e fiscalização.

Em 2007, a SUSEP lançou a segunda edição da cartilha Guia de Orientação e Defesa do Segurado, com o objetivo de divulgar informações sobre as empresas dos mercados supervisionados e respectivos produtos.

A SUSEP participa de diversos organismos internacionais, dentre os quais a *International Association of Insurance Supervisors* (IAIS), a *Asociación de Supervisores de Seguros de América Latina* (ASSAL) e a Associação de Supervisores de Seguros Lusófonos (ASSEL), além de conduzir uma cooperação técnica com a *National Association of Insurance Commissioners* (NAIC), que congrega os órgãos estaduais de supervisores de seguros dos Estados Unidos da América (EUA). No âmbito da IAIS, o Brasil integra o Subcomitê de Solvência e Atuária, o Grupo de Trabalho conjunto IAIS-CGAP (*Consultative Group to Assist the Poor*) sobre Microsseguros e, a partir de 2007, o Subcomitê de Resseguros. Em outubro de 2007, o superintendente da SUSEP foi eleito presidente do Grupo de Trabalho Conjunto IAIS-CGAP sobre Microsseguros, e do Subgrupo de Trabalho sobre Microsseguros da IAIS, fato inédito para a representação brasileira. Os Microsseguros são voltados para o segmento da população de baixa renda, e o incentivo ao seu desenvolvimento é uma política do Governo brasileiro desde 2003.

Dentre as alterações promovidas no ambiente regulatório dos produtos de acumulação, uma das mais importantes, do ponto de vista da manutenção e viabilidade do sistema, foi a criação da possibilidade de se utilizar tábuas biométricas referenciais, a serem atualizadas durante o período de deferimento, por instituição independente e com reconhecida capacidade técnica, a partir de experiência da própria entidade de previdência ou do mercado, como um todo. Em outras palavras, as entidades de previdência complementar, ao invés de definirem, no ato da contratação, uma tábua de mortalidade fixa, que certamente ficaria desatualizada ao longo do período de deferimento do plano, poderão indicar no contrato uma tábua referencial, atualizável, de acordo com metodologia previamente aprovada pela SUSEP, por instituição independente com capacidade técnica para tanto.

A SUSEP apresentou minuta de circular que estabelece normas para elaborar, operar e comercializar títulos de capitalização, com proposta de estruturar, para efeito de comercialização, os títulos de capitalização em quatro modalidades, a saber: Tradicional, Compra-Programada, Popular e Incentivo. Foram concluídas as análises das sugestões apresentadas, durante processo de audiência pública. A minuta de circular, que se encontra sob a apreciação do Colegiado, dará maior transparência e disciplina ao mercado com a segregação dos produtos em classes, bem como garantirá maior segurança financeira com as alterações propostas.

Para a previdência complementar aberta, foi concluída minuta de resolução do CNSP que atualiza as regras para as coberturas de risco. Essa atualização foi necessária em face do novo ordenamento jurídico estabelecido pelo novo Código Civil e da dinâmica do mercado previdenciário. O processo encontra-se sob a apreciação do Colegiado da SUSEP.

O caso dos seguros não-obrigatórios, os ramos de fiança locatícia e transporte tiveram sua regulamentação aperfeiçoada com a publicação das circulares SUSEP n º 347, de 27 de junho de 2007, e SUSEP n º 354, de 30 de novembro de 2007, com isso, o setor passou a contar com diretrizes mínimas a serem observadas na comercialização destes seguros, ao mesmo tempo em que foram disponibilizadas, no sítio eletrônico da SUSEP, as condições contratuais dos planos padronizados referenciais.

Para os seguros obrigatórios de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT) e de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas (DPEM) foram elaboradas as avaliações atuariais sendo que para o DPVAT o trabalho terminou com a publicação pelo CNSP da Resolução nº 174/2007 e já para o DPEM, a avaliação atuarial foi concluída em janeiro de 2008.

O Departamento Técnico Atuarial (DETEC) realizou sua avaliação atuarial do seguro habitacional do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e encaminhou o respectivo relatório ao Conselho Curador do Fundo de Compensação de Variações Salariais (CCFCVS), visando o equilíbrio da apólice do seguro.

Para o seguro aeronáutico, estabeleceram-se contatos com as sociedades seguradoras com operações no ramo, com o do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB-Brasil Re) e com a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), objetivando a obtenção de conhecimento mais detalhado a respeito dos trâmites operacionais e da legislação que estabelece as coberturas de contratação obrigatória. No decurso desses trabalhos, em função da necessidade de esclarecimentos acerca de dispositivos da Lei n º 7.565, de 19 de dezembro de 1986, foram encaminhados à ANAC os ofícios SUSEP/GABIN n º 696, de 18 de julho de 2007, e n.º 1.154, de 7 de novembro de 2007, sendo este último enviado pelo MF. O objetivo principal deste projeto, cuja continuidade depende da resposta da ANAC aos ofícios referidos, é a emissão de resolução do CNSP dispondo sobre as coberturas de contratação obrigatória e as condições contratuais padronizadas do seguro aeronáutico.

Nos seguros obrigatórios de responsabilidade civil do transportador aéreo de carga, ferroviário de carga e aquaviário de carga, verificou-se que não havia regras editadas pela SUSEP ou pelo CNSP, sendo a comercialização desses produtos realizada com base em normas antigas elaboradas pelo IRB. Entretanto, com a publicação da Lei Complementar n º 126, de 15 de janeiro de 2007, o IRB–Brasil Re deixou de ter atribuição regulatória, passando a ser um operador do mercado de resseguros. Conseqüentemente, em face de não haver regulamentação específica para foram elaboradas três resoluções (uma para cada ramo) criando as condições mínimas obrigatórias a serem adotadas pelas seguradoras. As versões finais das três resoluções aguardam aprovação do CNSP.

Para o seguro obrigatório compreensivo condominial também não havia regulamentação específica, o que ensejou a elaboração de minuta de resolução do CNSP, que se encontra atualmente em análise jurídica. No caso do seguro obrigatório de responsabilidade civil do transportador rodoviário de carga, foi procedida a revisão das Resoluções CNSP n º 123 e n.º 134, ambas de 2005, que se encontram sob a apreciação do Colegiado da autarquia. Já para o seguro obrigatório de responsabilidade civil em ônibus para viagens interestaduais e internacionais, a principal norma sobre esse ramo data de 1998. Buscando alinhar os normativos às disposições do novo Código Civil, bem como às demais circulares SUSEP, em especial à circular SUSEP n.º 256, de 16 de junho de 2004, o DETEC revisou e consolidou essa regulamentação, encaminhando ao Colegiado da autarquia.

Em relação ao mercado de valores mobiliários teve o julgamento de 82 processos sancionadores e mais 64 processos sancionadores encerrados em decorrência da celebração de termos de compromisso envolvendo todos os indiciados, o que fez com que o total de casos encerrados em 2007 atingisse 146 processos. Houve recorde de ofertas registradas na CVM pelo quarto ano consecutivo, atingindo a marca de R$ 167 bilhões. Evolução de 60% na capitalização de mercado da bolsa de valores brasileira, com o valor das companhias abertas saindo de R$ 1,544 trilhão, em 31 de dezembro de 2006, para aproximar-se, no final de 2007, de R$ 2,478 trilhões. Aumento do número de companhias abertas, terminando o ano com uma variedade cada vez maior de setores da economia representados em bolsa, com destaque para o ingresso de 64 novas empresas na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) em 2007.

Crescimento contínuo nas operações de securitização chegando a cerca R$ 11 bilhões. Trinta novas normas editadas ou postas em audiência pública, dentre elas instruções importantes, como a que dispõe sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, com base no padrão contábil internacional, e a que dispõe sobre a constituição, a organização, o funcionamento e a extinção das bolsas de valores, bolsas de mercadorias e futuros e mercados de balcão organizado. O lançamento do Portal do Investidor, em maio de 2007, cujo principal produto é uma ferramenta de consulta e comparação entre os fundos de investimento.

O mercado de capitais brasileiro manteve, em 2007, o ritmo acelerado de crescimento iniciado em 2003, e a CVM, autarquia reguladora deste mercado, tem trabalhado para crescer diante desta realidade. A conjunção de um cenário favorável de alta liquidez internacional com um ambiente interno estável, de estabilidade macroeconômica e preservação da disciplina fiscal promovidas pelo Governo brasileiro, criaram condições propícias para uma expansão vigorosa do mercado de capitais do País.

Nesse cenário, o número de ofertas registradas na CVM alcançou a ordem de R$ 167 bilhões, recorde de emissões pelo quarto ano consecutivo. As ofertas de ações atingiram R$ 75,4 bilhões, sendo que as ofertas primárias superaram R$ 39,7 bilhões e as secundárias R$ 35,6 bilhões. As emissões de títulos de dívida de empresas (debêntures e notas promissórias) foram da ordem de R$ 56,2 bilhões. A relevância da Internet como canal de disseminação de informações é confirmada pelos mais de 40 milhões de acessos à página da CVM em 2007.

Em relação aos preços não administrados, o Programa Gestão da Política de Regulação de Mercados beneficia a redução de preços ao consumidor, pois uma política de defesa da concorrência efetiva aliada à existência de marcos regulatórios estáveis e consistentes contribui significativamente para o equilíbrio macroeconômico com a recuperação e sustentação do crescimento da renda, do trabalho e do emprego e para a criação de um ambiente econômico que favoreça os investimentos privados.

Capacitação

Ampliação da rede de disseminadores do Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF): em 2007, foram capacitados 15.513 disseminadores do PNEF e foi produzido o material

pedagógico para o Curso de Especialização de Educação Fiscal e Cidadania que tem início previsto no primeiro semestre de 2008.

Treinamento de servidores nacionais e internacionais com superação da meta estabelecida para 2007, perfazendo um total de 53.373 capacitados, seleção de 2.213 candidatos e formados 454 alunos por meio de concursos públicos.

Reestruturação dos Estados e Municípios na Área Fiscal

O Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM) atingiu o valor de US$ 185,0 milhões em volume de subempréstimos firmados junto aos Municípios, o que representa um acréscimo de 67% em relação a 2006. Este montante representa 61% do valor total do contrato de empréstimo firmado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Até 2006 havia 56 Municípios participantes do PNAFM, em 2007, o quantitativo de Municípios participantes atingiu o total de 71, ou seja, um acréscimo de 27%. Com isso, cerca de 14% da população brasileira já vem sendo diretamente beneficiada pelo PNAFM. Ao final de 2007 o estoque de projetos em fase de aprovação e contratação atingiu o total de 47 Municípios. Vale ressaltar que ocorreu uma melhoria significativa na execução do PNAFM, mas nota-se que o quantitativo de Municípios a serem alcançados que era de 265 foi superdimensionado.

Capacidade operacional, que a exemplo de 2006, a execução do PNAFM em 2007 deu continuidade à adoção de ações voltadas para a ampliação da capacidade à sua implementação, assim como à realização de melhorias em sua concepção, medidas identificadas como necessárias para otimizar o ritmo de execução física e financeira.

ASPECTOS RELEVANTES

Na avaliação dos programas pôde-se perceber que, embora os 17 programas sob responsabilidade do MF tiveram dotações aprovadas na LOA 2007, apenas 65% teve seus recursos orçamentários executados em quantidade considerada suficiente. E, com empenho na gestão adequada dos recursos e no arranjo temporal das atividades e dos projetos, de forma a obter economias de escopo, foi possível adequar os desembolsos financeiros efetivos e maximizar os resultados alcançados. No geral, ainda que tenham ocorrido algumas restrições, dificuldades em função da liberação extemporânea dos limites de movimentação e empenho, é possível considerar que a execução orçamentária dos programas foi satisfatória. Quanto à análise das restrições que interferiram no desempenho das ações de maior impacto, alguns aspectos específicos merecem ser destacados:

a) o Programa Arrecadação de Receitas Previdenciárias, recentemente passado para o rol de programas sob a gestão do MF, foi percebido que algumas ações apresentaram baixa execução em face da unificação da SRP com a RFB, em maio de 2007. Cerca de R$ 92 milhões foram transferidos da SRP para a RFB. No entanto, foram repassados valores para o MPS a fim de dar continuidade às despesas que estavam sob sua responsabilidade;

b) a restrição orçamentária da Ação Sistema de Informações do Banco Central do Brasil (Sisbacen) impactou na gestão do Programa, uma vez que só foi atendida mediante a liberação de crédito extraordinário no final do ano, pela MP n.º 405, de 18 de dezembro de 2007. Assim, a execução do orçamento dessa Ação foi considerada insatisfatória, observado o valor aprovado pela LOA 2007, que foi 32,4% inferior ao solicitado na proposta encaminhada e aprovada pela Diretoria Colegiada do BACEN, o que provocaram o adiamento e o cancelamento de alguns projetos, bem como restrições na realização de alguns serviços;

c) a Ação Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) teve os recursos orçamentários alocados em 2007 em quantidade insuficientes para sua execução. No início de 2007, como não havia recursos suficientes para cobrir as despesas com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e não havia garantias de que o pedido de suplementação seria atendido, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) foi obrigada a empreender ações no sentido de reduzir o escopo de projetos em andamento, de reduzir o número de manutenções corretivas e evolutivas nos sistemas ao mínimo necessário e de cortar gastos. Neste sentido, houve a solicitação de suplementação de crédito para viabilizar a manutenção, operacionalização e modernização do SIAFI, com segurança, durante todo o ano de 2007. O atendimento do pleito ocorreu, parcialmente, em novembro de 2007, com o remanejamento de recursos provenientes das ações Sistemas Informatizados e SIAFI XXI.

Ressalte-se que, embora o SIAFI seja o principal instrumento do Governo Federal para o controle e acompanhamento do gasto público, o atraso na aprovação integral dos créditos adicionais solicitados e, ainda, a contenção de despesas com a produção do sistema trouxeram atraso na adequação do SIAFI para a implementação de funcionalidades requeridas por diversos órgãos, devido a interrupção da execução de apurações especiais e a redução nos níveis de serviços contratados.

Complementarmente, quando observada a avaliação pelo prisma do alcance das metas físicas em relação ao previsto na LOA 2007, é possível perceber uma maior freqüência dos resultados entre 80% e 100% do previsto para 2007. Outro aspecto que se apresenta como importante desafio para o processo de gestão do PPA é percebido a partir da existência de um mecanismo de monitoramento do desempenho físico das ações com uso apenas do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), não havendo uma ferramenta complementar, que seria um Sistema de Informação Gerencial Setorial (Infrasig).

Quanto à compatibilidade entre a estrutura organizacional do MF e sua estrutura programática, o que se pode extrair é que do ponto de vista dos recursos materiais e de infra-estrutura destinados para equipes gerenciais, estes estão adequados. Contudo, apresentam-se apenas satisfatórios quando destinados para as equipes executoras, uma vez que na avaliação quantitativa e qualitativa dos recursos humanos alocados para equipes gerenciais e para as equipes executoras, verificou-se a necessidade de melhorar a quantidade de pessoas em atividades de execução. Ainda sobre o aspecto da compatibilidade entre a estrutura organizacional do Ministério e sua estrutura programática, merecem ser destacados:

a) carência de espaço físico em face da adequação à nova estrutura ante a fusão com a Receita Federal, assim como de servidores para as atividades técnicas e de pessoal administrativo, devido ao retorno desses últimos para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);

b) restrições de contratação de financiamento de longo prazo para viabilização de investimentos em modernização de equipamentos e processos internos, no ano de 2007, para o atendimento da Ação Produção de Documentos de Segurança Diversos, em face disto a Casa da Moeda do Brasil (CMB) não pôde atender a algumas necessidades de novos produtos demandados por potenciais novos clientes;

c) desenvolvimento contínuo de sistemas que visem facilitar e agilizar os processos de trabalho no BACEN . Para tanto, os serviços de tecnologia da informação são muito demandados, em especial, em relação às aquisições de novos *hardwares*. A carência de especialistas enseja demanda de treinamento e capacitação de recursos existentes para suprimento das lacunas;

d) quantitativo insuficiente de servidores para a execução das atividades ligadas às ações de ordenamento, regulamentação e supervisão, diante da abrangência da atuação do BACEN e do volume de trabalho a cargo da área. Além disso, como houve mudança na sistemática de exame para autorização da maioria dos pleitos relativos ao SFN, tornando-os mais complexos, foi elaborado levantamento, em 2007, de necessidades adicionais de recursos humanos o qual foi encaminhado ao Departamento de Gestão de Pessoas e Organização;

e) necessidade de aumento de capacidade de armazenamento na atual estrutura de *hardware* da SUSEP já está sendo utilizada no seu limite, em função da transferência para a SUSEP das atribuições do IRB-Brasil Re, de regulação e fiscalização das operações de co-seguro, resseguro e retrocessão. Além disso, a SUSEP iniciou o registro de apólices, inicialmente do ramo de garantia e depois dos ramos massificados, emitidas no mercado, com a conseqüente necessidade de aumento da capacidade de seus bancos de dados;

f) dificuldades relacionadas à ampliação da sede da CVM no Rio de Janeiro, assim como na alocação dos servidores nas novas dependências da regional de São Paulo, que foram em muito prejudicadas pela não-aprovação dos créditos solicitados;

g) transferência das funções de regulamentação e fiscalização do mercado de resseguros do IRB-Brasil Re para a SUSEP, que não foi acompanhada de readequação no quadro gerencial da autarquia, de forma a fazer frente a tais atribuições. As demandas específicas do resseguro, que já representariam um aumento expressivo de atividades, são adicionadas no momento em que a SUSEP encontra-se implantando a supervisão baseada em risco.

Para a participação social, a análise do conjunto dos programas do MF aponta para uma situação favorável, se observada quanto aos mecanismos de acesso à sociedade, em que 82% dos programas contemplam algum mecanismo de participação, tais como: Ouvidoria, Audiência Pública, Consulta Pública, reunião com grupos de interesse e discussão em Conselho Setorial.

A participação social facilita o processo de *feedback* entre a sociedade e o BACEN. Essa participação acontece por meio da Ouvidoria, do Sistema de Registros de Denúncias e Reclamações de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (Sisbacen RDR), das audiências públicas e das reuniões com os grupos de interesse, que propiciam oportunidade para a apresentação de reclamações, denúncias e sugestões dos cidadãos. O volume de trabalho da Ouvidoria pode ser medido pelo total de demandas (reclamações, denúncias, críticas, elogios e sugestões) recebidas dos cidadãos. Em 2007, esse total de demandas foi de 2.695 (em 2006 chegou a 644).

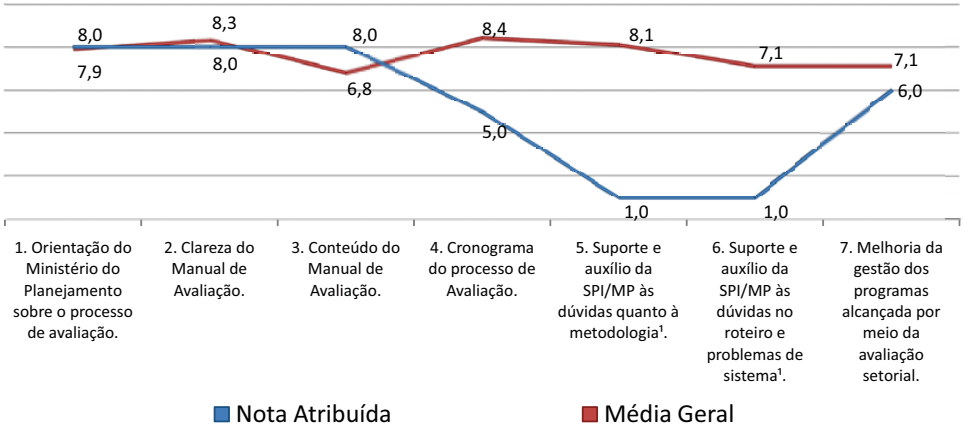
Houve maior captação de recursos, via Tesouro Direto, e o incremento da venda de títulos da dívida pública. A realização de leilões de títulos públicos, abertos ao público e Tesouro Direto (negociação de títulos do Governo Federal por meio do sítio da STN na Internet), também se caracterizam como um meio de ampliação da participação social.

A Audiência Pública tem contribuído com o processo de regulamentação, pois as empresas têm oportunidade de opinar antes da publicação das normas. Como exemplo, em 2007 as normas relativas à regulamentação de resseguro receberam, durante a audiência pública, importantes contribuições de integrantes do mercado.

Em 2007, foi criada na RFB a Coordenação-Geral de Interação com o Cidadão, com o objetivo de gerenciar as atividades relacionadas à interação com o cidadão, os estudos e projetos relativos às atividades de atendimento presencial e a distância, Ouvidoria e educação fiscal.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pelo MF mediante a atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações . O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, pelo MF e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

GERENTE DO PROGRAMA

Jorge Antonio Deher Rachid

OBJETIVO

Promover a arrecadação de tributos e realizar o controle aduaneiro, cumprindo e fazendo cumprir a legislação.

PÚBLICO-ALVO

Governo Federal e sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 5.826.818.163,00	Empenho Liquidado:	R$ 5.659.304.943,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 5.659.304.943,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Realização da Receita administrada pela Secretaria da Receita Federal - Porcentagem	106.03	108.57	100.18	100.36	107.66	93,22%

1. TAXA DE REALIZAÇÃO DA RECEITA ADMINISTRADA PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

As alterações promovidas na legislação tributária, especialmente a partir de 2005, ocorreram sempre no sentido de desonerar produtos ou setores considerados estratégicos para a economia, sem que fosse verificado, nesse período, um aumento de alíquotas ou da base de cálculo. Por essa razão, o desempenho da arrecadação observado em 2007, decorreu, fundamentalmente, de fatores ligados ao crescimento econômico e à maior presença fiscal por parte da Administração Tributária, com o objetivo de minimizar a diferença entre o potencial legal e a arrecadação efetiva, e de recuperar os débitos constituídos e não pagos, com ênfase no combate à sonegação, ao contrabando, ao descaminho, à pirataria e à inadimplência. Dentre os principais fatores que contribuíram para o crescimento da arrecadação em 2007, destacam-se o aumento da governança corporativa de empresas visando a abertura de capital e ganho líquido de operação em bolsas, e a maior presença fiscal

com celeridade na solução dos litígios fiscais, intensificação do controle sobre declarações, bem como a recuperação de débitos decorrentes de depósitos judiciais e administrativos.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa possibilita a arrecadação de recursos para o financiamento das ações do Estado, mediante a aplicação da legislação tributária vigente e do controle aduaneiro.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• A arrecadação bruta dos impostos e das contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), de janeiro a dezembro de 2007, atingiu a cifra de R$ 585,127 bilhões. Mesmo ocorrendo desoneração tributária, estimada em R$ 6,4 bilhões, houve crescimento nominal de 16,33%, e crescimento real de 12,19%, considerando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - em relação ao mesmo período do ano de 2006. O desempenho da arrecadação decorreu, fundamentalmente, de fatores ligados ao crescimento econômico e à maior presença fiscal por parte da Administração Tributária.

• A RFB intensificou os controles de declarações e promoveu ações de cobrança de cerca de 2,894 milhões de contribuintes, envolvendo um total de aproximadamente R$ 34,42 bilhões em débitos cobrados, com ênfase na redução do tempo decorrido entre a ocorrência do fato gerador e a efetiva arrecadação, sendo o foco principal os maiores contribuintes, sujeitos ao acompanhamento diferenciado.

• A Fiscalização da Receita Federal do Brasil encerrou o ano de 2007, referente a tributos internos, com 521 mil contribuintes fiscalizados e R$ 108 bilhões de créditos tributários lançados, o que representou um crescimento de 80% no quantitativo e de 42% no volume de autuações, quando se faz comparação com o ano de 2006.

• Realizadas 12.466 ações de fiscalização de comércio exterior, com R$ 3,2 bilhões de créditos tributários lançados, e foram registradas 3,3 bilhões de declarações, sendo 1,7 bilhão de importação e 1,6 bilhão de exportação.

• Atendidos aproximadamente 17,3 milhões de contribuintes nas unidades de atendimento da RFB, número bem superior aos 11,2 milhões atendidos em 2006. O aumento do número de atendimentos justifica-se, principalmente, pela unificação da Secretaria da Receita Previdenciária (SRP) e da RFB, e pela implantação do Simples Nacional.

• A apreensão de mercadorias em decorrência da fiscalização e do controle sobre o comércio exterior exercido pela RFB totalizou R$ 1 bilhão, no período de janeiro a dezembro de 2007, o que significa um incremento de 20% em relação ao mesmo período do ano passado.

A implantação da RFB está permitindo o aprimoramento e maior eficiência, eficácia e efetividade da administração tributária brasileira, por meio da integração e racionalização de esforços e

recursos, e pela obtenção de sinergia entre setores, unidades organizacionais, processos e equipes de trabalho. Esta instituição, fortalecida em 2007, vem facilitando a interação dos contribuintes com uma única representação do Fisco Federal, propiciando a melhoria na qualidade dos serviços prestados e na Ação fiscal, e otimizando a arrecadação tributária e o controle aduaneiro, bem como favorecendo o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias. A RFB é responsável por 65% da arrecadação nacional, possui aproximadamente 32 mil servidores e é constituída por 573 unidades administrativas, com atuação em todo o Território Nacional.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

De forma geral, a execução física ficou acima dos 100%. A dotação orçamentária foi suficiente em 2007, com execução de 97,13%. Entretanto, houve dificuldades em função da liberação extemporânea dos limites de movimentação e empenho, fato que causou atrasos na contratação de serviços e aquisição de bens, bem como no pagamento de alguns contratos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Em 2007, foi criada, na RFB, a Coordenação-Geral de Interação com o Cidadão (Coint), com o objetivo de gerenciar as atividades relacionadas à interação com o cidadão, os estudos e projetos relativos às atividades de atendimento presencial e a distância, e a Ouvidoria e educação fiscal.

Dentre as boas práticas, dignas de nota, estão as citadas a seguir:

a) o processo eletrônico (e-Processo), que está sendo implantando na RFB, foi iniciado em 2006, teve continuidade em 2007 e permite a prática de atos e termos processuais de forma eletrônica, bem como a redução de custos para a administração pública e para o contribuinte. Com a sua implantação, deixará de existir o processo tradicional em papel, ficando preservada a segurança e a fidedignidade das informações, pois todos os documentos serão autenticados por meio de certificação digital, via assinatura digital, com a garantia da integridade das informações transmitidas pela rede mundial de computadores e da identificação, de forma segura, de quem emitiu e de quem está recebendo a informação;

b) o Cadastro Sincronizado Nacional (CadSinc) é a integração dos procedimentos cadastrais de pessoas jurídicas e demais entidades entre as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e os demais órgãos e entidades que fazem parte do processo de abertura, alteração e baixa das empresas, objetivando a simplificação e racionalização dos processos de inscrição, alteração e baixa das empresas, com a conseqüente redução de custos e prazos, a garantia de maior transparência a todo o processo, e a harmonização das informações cadastrais das empresas entre os convenentes, permitindo que estes atuem com maior eficiência e eficácia.

AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS

GERENTE DO PROGRAMA

Waldir Quintiliano da Silva

OBJETIVO

Melhorar e aumentar a capacidade de atendimento aos clientes, inclusive os oriundos das camadas de menor renda, com crédito e serviços bancários.

PÚBLICO-ALVO

Clientela, os clientes em potencial, o setor produtivo, e ainda os beneficiários dos serviços de responsabilidade da União, viabilizados por intermédio da rede bancária das instituições financeiras federais

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.315.416.763,00	Empenho Liquidado:	-
	Pago Estatais:	R$ 572.461.474,00
	Total:	**R$ 572.461.474,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

O Programa não apresenta indicador.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O crescente aumento das exigências dos clientes e do mercado torna imprescindível a ampliação e modernização das instituições financeiras oficiais, a fim de lhes permitir competir em igualdade de condições com as empresas privadas e atender às demandas dos clientes.

O Programa de Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais, por meio de investimentos na infra-estrutura da rede dos Bancos Federais - Banco do Brasil S/A (BB), Banco da Amazônia S/A (BASA), Banco do Nordeste S/A (BNB), Caixa Econômica Federal (CEF), Banco do Estado de Santa Catarina S/A (BESC) e Banco do Estado do Piauí S/A (BEP) -, visa ampliar o acesso da população excluída do sistema aos serviços bancários, especialmente o acesso dos trabalhadores informais e dos de mais baixa renda.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- O BNB concluiu a instalação da agência no Município de Uruçuí (PI).

- O BB instalou cerca de 559 postos de atendimento bancário (PABs) e realizou cerca de 7.266 contratos de obras em todo o Território Nacional para a manutenção e modernização de sua infra-estrutura de atendimento.

- A CEF instalou cerca de 48 agências e 14 PABs, além de ter adquirido equipamentos de segurança para instalação em 593 pontos de venda, substituição de equipamentos de uso e mobiliário em 1.976 agências e adquirido upgrade para os computadores de grande porte dos seus sites BR, SP e RJ, que atendeu a aproximadamente 2.600 unidades.

- O BASA instalou seis novos pontos de atendimento.

O Programa permitiu que as instituições financeiras federais melhorassem o atendimento aos clientes e aumentassem sua capacidade de prestar atendimento bancário, inclusive às faixas da população de baixa renda.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A execução física ficou abaixo de 40% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. O resultado das metas físicas das ações do Programa, obtido por média simples, ficou em 38,81%, representados pela Ação Instalação de Pontos de Atendimento Bancário com 51,68%, Ação Manutenção da Infra-Estrutura de Atendimento que não tem meta física e ação Modernização de Pontos de Atendimento Bancário com 25,94%.

A realização abaixo do esperado se deve ao atraso no cronograma físico das obras de construção, e também à dificuldade dos bancos de encontrar imóveis disponíveis para locação em condições satisfatórias para abrigar os serviços e as atividades bancárias. O detalhamento dos recursos orçamentários na LOA por localizador no nível de Unidades da Federação (UF) impossibilita a flexibilização da execução perante a reavaliação e mudança de estratégia e ambiente de mercado e a interposição de recursos nos processos licitatórios de contratação de obras e serviços.

A CEF orçou para o ano de 2007 a instalação de 123 agências e 46 PABs, mas instalou 48 agências e 14 PABs, que em relação à execução orçamentária representaram 20% dos recursos previstos, ou seja, R$ 17 milhões. O BB previa a instalação, em 2007, de 928 PABs, sendo que, destes, 250 seriam instalados nas regiões Norte e Nordeste, com um gasto previsto de cerca de R$ 125 milhões, mas foram instalados 559 PABs com uma contratação no montante de R$ 34 milhões de um total orçado de R$ 128 milhões, o que equivale a 27% do valor previsto. O BASA previa, em 2007, a instalação de 28 novos pontos de atendimento, sendo 12 agências, nove PABs e sete postos de atendimento avançado (PAAs), porém, foram instalados seis novos pontos de atendimento.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As instituições possuem ouvidorias, com a finalidade de atuar na melhoria dos serviços prestados pelos bancos ao cidadão-usuário, estabelecendo parcerias internas em prol da qualidade e da efetividade do atendimento. O BNB está desenvolvendo, também, um indicador do nível de satisfação do cliente, o qual será calculado a partir de pesquisas a serem realizadas anualmente de forma segmentada, com clientes do setor rural, do ramo de micro e pequenas empresas (MPE) e de outros segmentos.

ARRECADAÇÃO DE RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS

GERENTE DO PROGRAMA

Jorge Antonio Deher Rachid

OBJETIVO

Aumentar a arrecadação da Previdência Social, mediante ação eficaz de controle, fiscalização e cobrança de créditos previdenciários.

PÚBLICO-ALVO

Contribuintes do Regime Geral da Previdência Social

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 373.442.275,00	Empenho Liquidado:	R$ 335.014.652,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 335.014.652,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Número-Índice de Crescimento Real da Arrecadação Previdenciária - Porcentagem	110.06	120.18	132.70	145.80	110.80	131,59%
2. Taxa de Recuperação de Créditos Previdenciários - Porcentagem	3.21	3.45	3.32	3.10	7.24	42,82%

1. NÚMERO-ÍNDICE DE CRESCIMENTO REAL DA ARRECADAÇÃO PREVIDENCIÁRIA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice está subdimensionado, uma vez que foi alcançado em 2004.

2. TAXA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice é apurado com base no valor médio do estoque de créditos. O índice não é cumulativo.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os efeitos do baixo crescimento econômico nos últimos anos, do aumento da expectativa de vida da população e de outros fatores que podem comprometer a arrecadação previdenciária têm levado a um desequilíbrio entre as receitas arrecadadas e o volume de benefícios pagos. Dentre as principais causas desse problema estão a cobertura social garantida pela Constituição Federal de 1988, sem a correspondente cobertura financeira, comprometendo a liquidez do sistema previdenciário, a inadimplência (contribuintes que declaram, mas não pagam), a sonegação, o aumento da demanda dos novos benefícios; a recuperação dos valores não arrecadados para o Fundo de Previdência e as fraudes e renúncias fiscais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• A arrecadação líquida da Previdência Social em 2007, foi de R$ 140,411 bilhões correspondentes a arrecadação bancária mais repasses menos restituição menos transferência a terceiros.

• O resultado alcançado com a recuperação de créditos administrativos foi de R$ 6,543 bilhões, valor R$ 499 milhões superior ao do resultado de 2006. Cabe ressaltar que o parcelamento especial da Medida Provisória (MP) nº 303, de 29 de junho de 2006, que alongou o prazo para pagamento dos créditos e permitiu aos contribuintes pagarem o valor mínimo da parcela até que o débito seja consolidado, por um lado favoreceu a adimplência, e por outro reduziu o fluxo de recursos recebidos.

• A cobrança automática das divergências entre a Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e Informações à Previdência Social (GFIP) e a Guia da Previdência Social (GPS), que apesar de ter sido suspensa em janeiro de 2007, em decorrência de problemas com o retorno dos débitos de procuradoria, Débito Confessado em GFIP (DCG) , e de só ter sido retomada plenamente no segundo semestre, foram emitidas 49.776 Intimações de Pagamento (IPs), com o cumprimento da meta de 50 mil IPs. Os valores originais recolhidos espontaneamente, somados aos lançamentos efetuados (parcelamentos), foram da ordem de R$ 437 milhões. O valor total inicial de todas as IPs enviadas era de R$ 4,342 bilhões. Vale ressaltar que foram emitidos DCGs que foram para inscrição em dívida ativa por falta de ação do contribuinte no valor total de R$ 814 milhões.

• A realização, em 2007, de 114.622 ações fiscais, incluindo fiscalização, diligência e emissão de Ips.

• A Ação Monitoramento dos Grandes Contribuintes encontrava-se paralisada desde junho de 2007, em virtude de problemas técnicos enfrentados pela Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev), devido à alteração de jurisdição após a unificação com a Receita Federal. A média de empresas monitoradas mensalmente foi de

29.311. De janeiro a abril, foram recuperados R$ 212 milhões, sendo 92% recolhidos a vista. A atividade foi retomada em 2008.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A execução física foi acima de 100% do previsto na LOA 2007. O valor arrecadado em 2007 representou 102% em relação à meta de arrecadação que era de R$ 140,119 bilhões, conforme estabelecido no Decreto n.º 6.046, de 22 de fevereiro de 2007. São fatores que explicam o bom desempenho verificado:

a) o crescimento de 10,61% da massa salarial de janeiro a novembro de 2007, nas seis principais regiões metropolitanas do País, em relação ao mesmo período do ano anterior, Pesquisa Mensal de Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PME/IBGE);

b) a geração de 1,936 milhão de empregos de acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);

c) a unificação com a Receita Federal, que possibilitou carrear esforços para combater a inadimplência e a sonegação.

Algumas ações tiveram baixa execução em face da unificação da Secretaria da Receita Previdenciária (SRP) com a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), em maio de 2007. Cerca de R$ 92 milhões foram transferidos da SRP para a RFB. No entanto, foram repassados valores para o Ministério da Previdência Social (MPS), a fim de dar continuidade às despesas que estavam em andamento naquele Ministério.

Cabe fazer uma observação para a ação de capacitação de servidores, cuja execução foi inferior a 1%, por ter sido a ação descentralizada para as Delegacias Regionais.

Dentre as principais restrições constata-se a carência de auditores fiscais para as atividades técnicas e de pessoal de apoio para as atividades administrativas, em vista do retorno desses últimos servidores para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Houve dificuldade na obtenção de algumas informações em função da saída da Receita Previdenciária do MPS para o Ministério da Fazenda (MF).

BANCO PARA TODOS

GERENTE DO PROGRAMA

Tânia Cristina de Barros Aguiar

OBJETIVO

Permitir que a população desassistida dos serviços do sistema bancário seja incluída como usuária de produtos e serviços financeiros.

PÚBLICO-ALVO

Pessoas físicas de baixa renda e microempreendedores da economia formal e informal

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): -	Empenho Liquidado:	-
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 0,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 941.132.000,00	R$ 711.559.446,13	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de acesso de desassistidos a serviços bancários e ao crédito direto, por intermédio das instituições financeiras federais - Porcentagem	-	-	-	-	0.00	-

1. TAXA DE ACESSO DE DESASSISTIDOS A SERVIÇOS BANCÁRIOS E AO CRÉDITO DIRETO, POR INTERMÉDIO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS FEDERAIS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Há estimativas, a partir de cruzamento dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de que o número de desassistidos seja de 25 milhões, 32 milhões ou até 54,6 milhões de brasileiros. Não há um dado unificado, o que dificulta o monitoramento dos resultados. De qualquer forma, o indicador precisa espelhar melhor os resultados das iniciativas dos bancos federais relativas à inclusão bancária da população de baixa renda. Assim, a gerência do Programa busca determinar, com os coordenadores de ação, um índice mais confiável, o qual possa ser utilizado no monitoramento dos resultados do Programa.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa serve para possibilitar o acesso da população de baixa renda e dos microempreendedores a produtos e serviços financeiros por meio das instituições financeiras oficiais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Inclusão bancária de 1,46 milhão de pessoas de baixa renda, por meio da Conta Simplificada, atingindo a marca de mais 7,8 milhões de contas abertas desde 2004.

• Liberação de R$ 700 milhões em crédito para financiamento ao consumo e à produção, por intermédio das ações Crédito a Microempreendedor de Baixa Renda, Concessão de Crédito à População de Baixa Renda e Micropenhor.

• Presença das instituições financeiras federais em todos os Municípios brasileiros, com uma rede de atendimento, própria ou de correspondentes bancários, com mais de 25 mil unidades.

Em 2007, foram abertas 1.462.657 novas contas simplificadas, o que possibilitou a inclusão de seus titulares no sistema bancário, e a ampliação de seu acesso ao crédito bancário e comercial. O resultado ficou pouco abaixo do projetado, cerca de 75,1% da meta, mas dentro de uma perspectiva de ampliação contínua do produto. O Banco da Amazônia (BASA) iniciou a abertura de contas em 2006, e seu resultado de 2.851 contas abertas representou 59,4% do projetado, que não espelha a capacidade evolutiva do mesmo na área de atuação. O Banco do Brasil (BB) e o Banco do Nordeste (BNB), apesar de distantes de suas metas individuais, também demonstram capacidade e ênfase na distribuição do produto, o que deve facilitar o alcance de resultados. Já a Caixa Econômica Federal (CEF) superou a meta em 4,4%, com a abertura de 1.252.843 contas no período. A ação que envolve empréstimos para os microempreendedores passou a integrar, em 2008, o Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), e em 2007 teve bom resultado, superando em 3,8% a meta, com a contratação de R$ 6,54 milhões em 2007. Tanto a CEF como o BB alteraram suas estratégias de atuação no ano, focalizando a formação de parcerias com Instituições de Microfinanças (IMFs) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs).

Já na liberação de crédito não orientado, voltado para o consumo e o fomento ao mercado, os resultados podem ser considerados positivos. O Micropenhor, que é realizado apenas pela CEF, liberou mais de R$ 547 milhões no ano. Mesmo sendo um valor abaixo da meta prevista que era de R$ 880 milhões, é considerado relevante. Na Ação Concessão de Crédito à População de Baixa Renda, a CEF teve o melhor desempenho, atingindo 74,9% da meta com R$ 66,16 milhões, o BB realizou 58% da meta financeira, com R$ 71,92 milhões e o BASA foi a instituição que apresentou o menor resultado, com 29,2% da meta cerca de R$ 3,7 milhões contratados.

A política de bancarização passa pela ampliação de uma rede de correspondentes bancários. Nesse caso, os bancos encontram poucas dificuldades de caráter operacional, somente o BNB, por exemplo, prevê a consolidação do processo de implementação do correspondente bancário em 2008, cujos resultados serão mais efetivos, em especial com os clientes do Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Banco do Nordeste (Crediamigo) e do Grupo B do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF B). Os bancos participantes do Programa também realizam parcerias com prefeituras, IMFs e OCISPs para reforçar a inclusão social, com participação em projetos sociais, de acordo com a política e estratégia de cada instituição financeira.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Todas as ações são de origem não-orçamentária. A execução física foi de 40% a 80% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Apesar de as metas não terem sido cumpridas, os resultados já eram esperados. Há previsão de expressivas melhoras em 2008, devido à revisão de processos que cada banco realizou, especialmente com a inclusão dos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) no segmento bancário. A reformulação dos produtos de bancarização e microcrédito, enfatizada nos processos internos de cada banco público federal, proporcionou melhores resultados.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A participação da sociedade nos bancos ocorre pelos serviços de atendimento ao cliente, por telefone, *e-mail*, etc. Indica-se uma maior divulgação dos resultados, em parceria com o Governo Federal.

A gestão do Programa é participativa, convocando-se os coordenadores de ação em todas as fases decisórias. O Programa também busca formalizar parcerias com programas que tenham públicos-alvo afins, com ênfase na política de Governo.

Embora consideradas concorrentes no mercado, as instituições financeiras participantes implementam as ações do Programa como política de Governo, cujo objetivo é beneficiar a sociedade sem a preocupação com as barreiras organizacionais.

CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS EM FINANÇAS PÚBLICAS E ÁREAS AFINS

GERENTE DO PROGRAMA

Mauro Sérgio Bogéa Soares

OBJETIVO

Desenvolver recursos humanos do setor público em finanças públicas e áreas afins, mediante formação de carreiras e educação continuada.

PÚBLICO-ALVO

Servidores públicos do sistema fazendário e afins das três esferas de Governo

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 25.005.634,00	Empenho Liquidado:	R$ 14.703.057,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 14.703.057,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Grau de Satisfação dos Alunos - Porcentagem	91.60	92.80	93.80	94.00	90.00	104,44%
2. Grau de Satisfação dos Contratantes - Porcentagem	93.14	98.20	98.10	99.00	87.00	113,79%

1. GRAU DE SATISFAÇÃO DOS ALUNOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A manutenção do padrão de qualidade dos serviços prestados pela Escola de Administração Fazendária (ESAF) refletiu-se no indicador alcançado em 2007.

2. GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CONTRATANTES
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A manutenção do padrão de qualidade dos serviços prestados pela ESAF refletiu-se no indicador alcançado em 2007.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa existe devido à necessidade de suprir o Governo de mão-de-obra selecionada e elevar o nível de qualificação profissional para o aprimoramento dos sistemas tributário e de controle, da formulação e avaliação de Políticas Públicas, da alocação dos recursos, da gestão das finanças públicas e da redução do *deficit* público nas três esferas de Governo.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Treinamento de servidores nacionais e internacionais superou a meta esperada, perfazendo um total de 53.373 capacitados.

• Seleção de 2.213 candidatos em concurso público, superando a meta esperada e, nesse contexto, foram formados 454 alunos.

• Capacitação de 50 servidores no âmbito do Projeto Formar que é um curso que objetiva elevar o nível de escolaridade dos funcionários do Ministério da Fazenda (MF) visando o desenvolvimento pessoal e o melhor desempenho em suas atividades.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A execução física foi acima de 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007.

Os recursos humanos e as estruturas insuficientes afetaram diversas áreas da ESAF. Verifica-se dificuldade de reposição de servidores, devido às características da escola e à carência de recursos orçamentários para treinamento de servidores.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O papel que os organismos internacionais têm desempenhado na ESAF é plenamente satisfatório. Destaque para o Centro Regional Conjunto de Capacitação para a América Latina no Brasil (CECAB), Instituto do Fundo Monetário Internacional (IFMI), Banco Mundial e União Européia (UE).

O monitoramento é realizado mensalmente por meio de coleta de dados dos participantes e contratantes da ESAF, mediante formulários específicos que são utilizados na apuração dos indicadores de Grau de Satisfação dos Alunos e dos Contratantes, e é consolidado por meio do Sistema de Gestão de Projetos (Sigep).

O sistema de Ouvidoria do MF, ao qual se vincula a Ouvidoria da ESAF vem representando, de certo modo, um controle social de atuação da escola, particularmente na área de concursos públicos. As críticas, sugestões e opiniões dos usuários da Ouvidoria têm se constituído em fonte permanente de aperfeiçoamento dos serviços ofertados.

DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

GERENTE DO PROGRAMA

Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana

OBJETIVO

Assegurar as condições para o aperfeiçoamento e desenvolvimento do mercado de valores mobiliários.

PÚBLICO-ALVO

Agentes econômicos atuantes no mercado de valores mobiliários

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 102.630.479,00	Empenho Liquidado:	R$ 89.831.899,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 89.831.899,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Número de Acessos à Home - Page da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) - Unidade	19.733.800.00	21.993.281.00	37.641.757.00	40.577.068.00	7.000.000.00	579,67%
2. Taxa de Emissões Primárias da Economia - Porcentagem	7.90	15.50	23.70	32.00	15.00	213,33%
3. Taxa de Participação das Companhias Abertas listadas em Bolsa e em Balcão organizado no Produto Interno Bruto (PIB) - Porcentagem	43.30	50.00	64.90	83.70	32.00	261,56%

1. NÚMERO DE ACESSOS À HOME - PAGE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM)

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Este indicador está relacionado ao ritmo de crescimento do mercado.

2. TAXA DE EMISSÕES PRIMÁRIAS DA ECONOMIA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Este indicador está relacionado ao ritmo de crescimento do mercado.

3. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DAS COMPANHIAS ABERTAS LISTADAS EM BOLSA E EM BALCÃO ORGANIZADO NO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Este indicador está relacionado ao ritmo de crescimento do mercado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O mercado de valores mobiliários vem se tornando um instrumento do Governo Federal para aumentar a taxa de poupança doméstica da economia, pelo apelo que possui quanto a expectativas de taxas de retorno mais elevadas (embora com maior risco) e de participação no lucro das empresas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Julgamento de 82 processos sancionadores e mais 64 processos sancionadores encerrados em decorrência da celebração de termos de compromisso envolvendo todos os indiciados, o que fez com que o total de casos encerrados em 2007 atingisse 146 processos.

• Recorde de ofertas registradas na CVM pelo quarto ano consecutivo, atingindo a marca de R$ 167 bilhões. As ofertas de ações atingiram R$ 75,4 bilhões, sendo que as ofertas primárias superaram R$ 39,7 bilhões e as secundárias R$ 35,6 bilhões. As emissões de títulos de dívidas de empresas - debêntures e notas promissórias - foram da ordem de R$ 56,2 bilhões.

• Evolução de 60% na capitalização de mercado da bolsa de valores brasileira, com o valor das companhias abertas saindo de R$ 1,544 trilhão, em 31 de dezembro, de 2006 para se aproximar, no final de 2007, de R$ 2,478 trilhões.

• Aumento do número de companhias abertas, terminando o ano com uma variedade cada vez maior de setores da economia representados em bolsa, com destaque para o ingresso de 64 novas empresas na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) em 2007.

• Crescimento contínuo nas operações de securitização. Em 2007, as emissões de recebíveis, representados por certificados de recebíveis imobiliários e fundos de direitos creditórios, aproximaram-se de R$ 11 bilhões. Ao final de 2007, os fundos regidos pela instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, atingiram um patrimônio líquido total superior a R$ 1,1 trilhão.

• Edição de 30 novas normas postas em audiência pública, dentre elas instruções importantes, como a que dispõe sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, com base no padrão contábil internacional, e a que dispõe sobre a constituição, a organização, o funcionamento e a extinção das bolsas de valores, bolsas de mercadorias e futuros e mercados de balcão organizado.

• Lançamento do Portal do Investidor, em maio de 2007, o Portal possui uma ferramenta de consulta e comparação entre os diversos fundos de investimento.

O mercado de capitais brasileiro manteve, até 2007, o ritmo acelerado de crescimento iniciado em 2003 e a CVM, autarquia reguladora deste mercado, tem trabalhado para crescer diante desta realidade. A conjunção de um cenário favorável de alta liquidez internacional com um ambiente interno estável, de estabilidade macroeconômica e preservação da disciplina fiscal promovidas pelo Governo brasileiro, criaram condições propícias para uma expansão vigorosa do mercado de capitais do País.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A execução física foi de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Em geral, as metas físicas realizadas foram superiores às previstas. Pode-se destacar o resultado das ações Orientação e Defesa aos Investidores (PRODIN), que superou em 32% a meta prevista, em função da disponibilização de diversos novos serviços exclusivos para os investidores, e Disseminação de Informações e Regulamentação do Mercado de Valores Mobiliários, que superou 83% da meta prevista, através da disponibilização, na Internet, de um conteúdo maior e mais eficiente de informações para o investidor.

As solicitações de créditos suplementares, em sua grande maioria, só foram concedidas ao final do exercício, prejudicando a execução dos programas. Fez-se necessário definir prioridades para o pagamento, como por exemplo, despesas essenciais para a manutenção da entidade. Isso prejudicou a execução de algumas ações, como a Ação Sistema Informatizado da Comissão de Valores Mobiliários.

Constatam-se dificuldades relacionadas à ampliação da sede no Rio de Janeiro (RJ), assim como na alocação dos servidores nas novas dependências da regional de São Paulo, ambas em muito prejudicadas pela não-aprovação dos créditos solicitados.

Está em elaboração portaria interna que definirá novos coordenadores, para que cada ação tenha seu coordenador responsável. Um aspecto a ser destacado, em 2007, foi a criação da Superintendência de Planejamento (SPL) que coordena as ações de planejamento junto com as demais superintendências da CVM.

Devido ao longo período entre os concursos de nível médio e superior, realizados pela CVM nos anos de 2005 e 2003, respectivamente, e seus antecessores, que apesar da admissão de mais de 150 novos servidores, ainda há a carência de outros 150, pois muitos

funcionários antigos da autarquia estão se aposentando, e ainda não há aprovação do MP para realização de novo concurso.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A CVM possui sua Ouvidoria, que tem como objetivo receber reclamações e denúncias da sociedade em relação aos serviços prestados e à atuação da autarquia, primando pela excelência no atendimento. A ação PRODIN constitui um mecanismo permanente para a participação social, uma vez que é capaz de obter informações de sugestões e denúncias, bem como para o pedido de orientações e esclarecimentos, fornecendo, assim, subsídios para a atuação do órgão.

Apesar da ação PRODIN constituir um canal importante para se aferir, de forma aproximada, o grau de satisfação dos usuários, pois há um grande número de consultas e o índice de atendimento é alto, no que concerne a pesquisas de opinião, por razões orçamentárias, não foi possível promover tal iniciativa nos anos recentes. Isto porque, como o Programa sob responsabilidade da CVM é de âmbito nacional, em face dos contingenciamentos, busca-se, naturalmente, priorizar a aplicação de recursos na execução do Programa para o alcance de metas definidas.

A utilização do mecanismo de audiência pública, com ampla divulgação por meio da cobertura da imprensa especializada, bem como pela Internet, constitui um canal adicional para que o público participe do processo de normatização. De modo análogo à Audiência Pública de suas normas, a CVM, em algumas ocasiões, também inicia Consultas Públicas a respeito de assuntos de interesse do mercado de capitais sujeitos à sua competência, com a finalidade de colher subsídios dos agentes de mercado sobre suas atividades e regulamentação.

A sociedade tem uma participação ativa no Programa, decorrente, especialmente, das parcerias montadas com instituições que congregam interesses de várias entidades, como a Associação Nacional de Investidores do Mercado de Capitais (ANIMEC), a Associação Nacional das Corretoras (ANCOR), a Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBID), a Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (ANDIMA), o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), a Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA) e a Comissão Nacional de Bolsas de Valores (CNBV).

Vale ressaltar a elaboração do Plano Estratégico 2005-2007. O plano consiste num conjunto de ações desenhadas para permitir que sejam alcançados cinco objetivos estratégicos, eleitos pelo Colegiado:

a) fortalecer a fiscalização do mercado de valores mobiliários;

b) promover a educação dos investidores e dos participantes de mercado;

c) reduzir os custos do sistema de registros; promover a concorrência entre os participantes de mercado;

d) modernizar e fortalecer a CVM.

A publicação do Plano Estratégico representa o compromisso com o planejamento e a visão de longo prazo que devem, cada vez mais, fazer parte da cultura de gestão desta autarquia.

Com o objetivo de dar maior transparência a suas atividades, a CVM aprimorou as informações relativas às suas contas disponibilizadas no Portal da Transparência. Lá estão reunidas informações referentes a compras, despesas com pessoal, contratos e licitações, entre outras. O Portal também possibilita o acesso a todos os documentos de prestação de contas referentes ao período entre 2004 e 2007. A CVM, segundo a Controladoria-Geral da União (CGU), é um dos primeiros órgãos a disponibilizar, de forma eletrônica, todos esses dados. As informações podem ser acessadas no item Contas Públicas do sítio. Nesse espaço, também estão disponíveis *links* para o Portal de compras do Governo. A relevância da Internet como canal de disseminação de informações é confirmada pelos mais de 40 milhões de acessos à página da CVM em 2007.

DESENVOLVIMENTO DOS MERCADOS DE SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR ABERTA E CAPITALIZAÇÃO

GERENTE DO PROGRAMA

Armando Vergilio dos Santos Júnior

OBJETIVO

Estimular a expansão e garantir o adequado funcionamento dos mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização, protegendo os direitos dos consumidores e os interesses da sociedade em geral.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores e agentes dos mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 68.396.762,00	Empenho Liquidado:	R$ 65.339.068,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 65.339.068,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Participação do Mercado de Capitalização no Produto Interno Bruto (PIB) - Porcentagem	0.37	0.36	0.34	0.30	0.33	90,91%
2. Taxa de Participação do Mercado de Previdência Privada Complementar Aberta no Produto Interno Bruto (PIB) - Porcentagem	0.46	0.40	0.35	0.30	0.55	54,55%
3. Taxa de Participação do Mercado de Seguros no Produto Interno Bruto (PIB) - Porcentagem	2.12	2.20	2.41	2.30	2.46	93,50%

1. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DO MERCADO DE CAPITALIZAÇÃO NO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O índice previsto para o final do PPA era de 0,33. Entretanto, com a nova metodologia

do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de cálculo do PIB, este valor passou para 0,29. Percebe-se, pelo histórico dos indicadores, que a capitalização não se tem demonstrado um produto de alto crescimento, pois trata-se de um mercado maduro, que vem perdendo participação no PIB.

2. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DO MERCADO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA COMPLEMENTAR ABERTA NO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice previsto para o final do PPA era de 0,55. Entretanto, com a nova metodologia do IBGE de cálculo do PIB, este valor passou para 0,49. O Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) contribuiu fortemente para o crescimento da previdência complementar aberta nos últimos anos. O não-alcance do valor previsto está associado ao alto crescimento do ramo de seguro de Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL). Ademais, os planos tradicionais também têm mostrado lenta evolução.

3. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DO MERCADO DE SEGUROS NO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice previsto para o final do PPA era de 2,46. Entretanto, com a nova metodologia do IBGE de cálculo do PIB, este valor passou para 2,20. As perspectivas para o próximo exercício são muito positivas graças à melhoria do crédito, do emprego e da renda, e da manutenção da perspectiva de estabilidade da economia nacional com baixos índices inflacionários. Os mercados supervisionados devem continuar em expansão, puxados pelos segmentos de seguro de automóveis, por conta do aumento das vendas de automóveis novos, pela expansão de seguros ligados ao crédito interno e pelo seguro de vida VGBL, que vem mostrando forte apelo como produto de acumulação.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A situação vigente é de desequilíbrio nas relações entre os agentes e os consumidores de seguros, previdência complementar aberta e capitalização, em razão de carência de informação adequada nos canais de comercialização, necessidade de maior transparência, concentração de mercado, escassez de produtos e excesso de regulamentação, decorrente da velocidade de expansão destes mercados nestes últimos anos. O cenário futuro, contudo, é de modernização e abertura dos mercados, com a abertura do resseguro e a transferência de sua fiscalização para a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Abertura do Mercado de Resseguro, a Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, estabeleceu como política geral a construção de um mercado competitivo de

seguros no País, e gerou a necessidade de criação, em um curto espaço de tempo, de um complexo arcabouço normativo infralegal. Com esse objetivo, em 2007, a SUSEP criou 14 grupos de trabalho a fim de regulamentar diversos aspectos da atividade resseguradora, e colocou em audiência pública seis minutas de normas definindo conceitos básicos, tendo como primeiros resultados a publicação, em 19 de dezembro de 2007, das seguintes Resoluções do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP): n º 168/2007 que trata das atividades de resseguro, retrocessão e intermediação; n.º 169/2007 versa sobre o capital mínimo dos resseguradores locais; n º 170/2007 capital adicional baseado nos riscos de subscrição dos resseguradores locais; n º 171/2007 estabelece a constituição das provisões técnicas das sociedades resseguradoras; n º 172/2007 define os limites de retenção das resseguradoras locais; e n º 180/2007 trata sobre a corretagem de resseguros.

• Publicação da Resolução CNSP n º 180/2007 que revoga a Resolução CNSP n º 03, de 18 de janeiro de 1971 e da circular SUSEP n.º 350, de 17 de agosto de 2007 a qual especifica procedimentos da Resolução CNSP n º 164, de 17 de julho de 2007. Destaca-se também a participação da SUSEP na elaboração da resolução Conselho Monetário Nacional (CMN) n º 3.525, de 20 de dezembro de 2007, que estabelece procedimentos para abertura e movimentação de contas em moeda estrangeira tituladas por sociedade seguradora, ressegurador local, ressegurador admitido ou corretora de resseguro.

• Promoção de mudanças importantes na atuação regulatória da SUSEP, buscando alinhamento com as melhores práticas internacionais de supervisão e fiscalização do mercado segurador, com o objetivo de promover transparência e criar mecanismos para melhoria da governança corporativa das entidades do setor. Dentre tais mudanças, destacam-se, em 2007, a continuação da implementação da supervisão baseada em risco e a introdução de novas regras de solvência para o mercado, pelas quais a exigência de capital deverá retratar os riscos assumidos pelas empresas.

• Superação da meta prevista no PPA referente à ação de fiscalização, que era de 120 inspeções, tendo sido realizadas 153 inspeções ao longo do exercício de 2007. Desse total, 71 inspeções foram realizadas em sociedades seguradoras, representando 46% dos trabalhos realizados no período. É necessário ressaltar que, em 2007, foram lavrados 64 autos de infração, o que demonstra que em aproximadamente 41% das inspeções são detectadas irregularidades passíveis de aplicação de penalidades. Durante o ano de 2007, a SUSEP cumpriu sua agenda programada visando a implantação do modelo de supervisão, baseada em riscos na sua esfera de fiscalização. Sob uma ótica quantitativa, durante o ano de 2007 foram realizados sete trabalhos de fiscalização com foco em riscos e controles, sendo cinco deles em caráter de follow-up. A título comparativo, vale lembrar que, em 2004, ocorreu um trabalho nesses moldes, três em 2005 e quatro em 2006.

• Blindagem dos recursos em planos do tipo VGBL e PGBL, em que técnicos da SUSEP vêm trabalhando na regulamentação da Lei n º 11.196, de 21 de novembro de 2005, que dispõe sobre a criação de fundos vinculados, exclusivamente, aos planos de acumulação previdenciária. De acordo com essa Lei, as cotas representativas desses fundos passam a pertencer aos próprios consumidores, e não mais às entidades de previdência e

sociedades seguradoras, passando essas, tão somente, a administrá-los. Assim, o patrimônio dos fundos constituídos não se comunica com o patrimônio das empresas, e os recursos dos consumidores ficam a salvo no caso de falência ou liquidação extrajudicial da empresa.

• Implementação do novo modelo de supervisão prudencial, em 2007, efetuou alterações substanciais em sua forma de atuação, em que a avaliação dos contratos oferecidos no mercado segurador e ressegurador estabeleceu a obrigatoriedade do envio de Nota Técnica Atuarial (NTA) de Carteira, dando um enfoque muito mais dinâmico. A apresentação da NTA de Carteira, além de descrever o objetivo da empresa supervisionada no início de sua operação em determinado ramo ou região, permitirá acompanhar seu desenvolvimento e verificar se as premissas adotadas e os parâmetros estabelecidos estão sendo de fato alcançados.

• Intensa atuação da SUSEP junto ao Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (COREMEC), participando do subgrupo que irá desenvolver a Estratégia Nacional de Educação Financeira. Cabe ao COREMEC propor a adoção de medidas para melhorar o funcionamento dos mercados sob regulação e fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), da SUSEP, do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), além de facilitar o intercâmbio de informações entre estas entidades e propor ações coordenadas de regulação e fiscalização. Ainda no campo da educação financeira, a SUSEP lançou, em 2007, a segunda edição da cartilha Guia de Orientação e Defesa do Segurado, com o objetivo de divulgar informações sobre as empresas dos mercados supervisionados e respectivos produtos.

• Participação, no contexto internacional, da SUSEP em diversos organismos, dentre os quais: a *International Association of Insurance Supervisors* (IAIS), a Asociación de Supervisores de Seguros de América Latina (ASSAL) e a Associação de Supervisores de Seguros Lusófonos (ASSEL), além de conduzir uma cooperação técnica com a *National Association of Insurance Commissioners* (NAIC), que congrega os órgãos estaduais de supervisores de seguros dos Estados Unidos da América (EUA). No âmbito da IAIS, o Brasil integra o Subcomitê de Solvência e Atuária, o Grupo de Trabalho conjunto IAIS-CGAP (*Consultative Group to Assist the Poor*) sobre Microsseguros e, a partir de 2007, o Subcomitê de Resseguros. Em outubro de 2007, o superintendente da SUSEP foi eleito presidente do Grupo de Trabalho Conjunto IAIS-CGAP sobre Microsseguros, e do Subgrupo de Trabalho sobre Microsseguros da IAIS, fato inédito para a representação brasileira. Os Microsseguros são voltados para o segmento da população de baixa renda, e o incentivo ao seu desenvolvimento é uma política do Governo brasileiro desde 2003.

• Promoção de alterações no ambiente regulatório dos produtos de acumulação, uma das mais importantes, do ponto de vista da manutenção e viabilidade do sistema, foi a criação da possibilidade de se utilizar tábuas biométricas elaboradas, a serem atualizadas durante o período de diferimento, por instituição independente e com reconhecida capacidade técnica, a partir de experiência da própria entidade de previdência ou do mercado, como um todo. As entidades de previdência complementar, optam por definir, no ato da contratação, uma tábua de mortalidade fixa, evitando que a desatualização

ao longo do período de diferimento do plano, podendo indicar no contrato uma tábua referencial, atualizável, de acordo com metodologia previamente aprovada pela SUSEP, por instituição independente com capacidade técnica para tanto.

• Apresentação de minuta circular da SUSEP que estabelece normas para elaborar, operar e comercializar títulos de capitalização, com proposta de estruturar, para efeito de comercialização, os títulos de capitalização em quatro modalidades, a saber: Tradicional, Compra-Programada, Popular e Incentivo. Foram concluídas as análises das sugestões apresentadas, durante processo de audiência pública. A minuta de circular, que se encontra sob a apreciação do Colegiado, dará maior transparência e disciplina ao mercado com a segregação dos produtos em classes, bem como garantirá maior segurança financeira com as alterações propostas.

• Conclusão de minuta de resolução para a previdência complementar aberta do CNSP que atualiza as regras para as coberturas de risco. Essa atualização foi necessária em face do novo ordenamento jurídico estabelecido pelo novo Código Civil e da dinâmica do mercado previdenciário. O processo encontra-se sob a apreciação do Colegiado da SUSEP.

• No caso dos seguros não-obrigatórios, os ramos de fiança locatícia e transporte tiveram sua regulamentação aperfeiçoada com a publicação da circular SUSEP n º 347, de 27 de junho de 2007, e da circular SUSEP n º 354, de 30 de novembro de 2007, respectivamente. Com isso, o setor passou a contar com diretrizes mínimas a serem observadas na comercialização destes seguros, ao mesmo tempo em que foram disponibilizadas, no sítio eletrônico da SUSEP, as condições contratuais dos planos padronizados referenciais. Para o seguro de garantia estendida, houve a publicação da circular SUSEP n º 346, de 27 de junho de 2007, que teve por objetivo estabelecer os critérios de constituição das provisões técnicas e de contabilização, o que certamente representou um passo importante para o regramento de segmento que movimenta uma parcela significativa de recursos. No caso do seguro de responsabilidade civil por desvio de carga e responsabilidade civil do operador multimodal de carga, a área técnica atuarial concluiu as minutas que regulamentarão esses ramos e a elaboração de condições contratuais padronizadas. Esses processos encontram-se sob a apreciação do Colegiado da SUSEP. Já o seguro de responsabilidade civil geral encontra-se em análise ainda. Finalmente, como conseqüência dos trabalhos iniciados em 2007, são postos como objetivos para o ano corrente: o aperfeiçoamento das regras para os seguros de lucros cessantes, riscos de engenharia, crédito à exportação e crédito interno, bem como o desenvolvimento de regulamentação para a auditoria atuarial e atualização do normativo de codificação dos ramos.

• Seguros obrigatórios de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de via terrestre (DPVAT) e de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por Cargas (DPEM), em 2007 foram elaboradas as avaliações atuariais dos seguros DPVAT, trabalho esse que terminou com a publicação pelo CNSP da Resolução n º 174/2007 e DPEM foi concluída em janeiro de 2008. No que tange ao seguro habitacional do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), o Departamento Técnico Atuarial (DETEC) realizou sua avaliação e encaminhou o respectivo relatório ao Conselho Curador do Fundo de Compensação de Variações Salariais (CCFCVS), visando o equilíbrio da apólice do seguro.

• Para o seguro aeronáutico, estabeleceram-se contatos com as sociedades seguradoras com operações no ramo, com o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB-Brasil Re) e com a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), objetivando a obtenção de conhecimento mais detalhado a respeito dos trâmites operacionais e da legislação que estabelece as coberturas de contratação obrigatória. No decurso desses trabalhos, em função da necessidade de esclarecimentos acerca de dispositivos da Lei n º 7.565, de 19 de dezembro de 1986, foram encaminhados à ANAC ofícios enviados pelo MF. O objetivo principal deste projeto, cuja continuidade depende da resposta da ANAC, é a emissão de resolução do CNSP dispondo sobre as coberturas de contratação obrigatória e as condições contratuais padronizadas do seguro aeronáutico.

• Nos seguros obrigatórios de responsabilidade civil do transportador aéreo de carga, ferroviário de carga e aquaviário de carga verificou-se que não havia regras editadas pela SUSEP ou pelo CNSP, sendo a comercialização desses produtos realizada com base em normas antigas elaboradas pelo IRB. Entretanto, com a publicação da Lei Complementar n º 126, de 15 de janeiro de 2007, o IRB-Brasil Re deixou de ter atribuição regulatória, passando a ser um operador do mercado de resseguros. Conseqüentemente, em face de não haver regulamentação específica para esses ramos, foram elaboradas três resoluções criando as condições mínimas obrigatórias a serem adotadas pelas seguradoras. As versões finais das três resoluções aguardam aprovação do CNSP. Para o seguro obrigatório compreensivo condominial também não havia regulamentação específica, o que ensejou a elaboração de minuta de resolução do CNSP, que se encontra atualmente em análise jurídica. No caso do seguro obrigatório de responsabilidade civil do transportador rodoviário de carga, foi procedida a revisão da Resolução CNSP n º 123 e da Resolução CNSP n º 134, ambas de 2005, que se encontram sob a apreciação do Colegiado da autarquia. Já para o seguro obrigatório de responsabilidade civil em ônibus para viagens interestaduais e internacionais, a principal norma sobre esse ramo data de 1998. Buscando alinhar os normativos às disposições do novo Código Civil, bem como às demais circulares SUSEP, em especial à circular SUSEP n º 256, de 16 de junho de 2004, o DETEC revisou e consolidou essa regulamentação, encaminhando ao Colegiado da autarquia.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A execução física foi de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Em relação às ações vinculadas diretamente às áreas finalísticas, a SUSEP superou as metas físicas estabelecidas, exceto quanto à Ação Concessão de Empréstimos para Liquidação de Sociedades, o que na realidade retrata a eficiência da área de Regimes Especiais, pois a redução na meta física desta Ação significa o encerramento de alguns processos liquidatários.

Os recursos orçamentários foram considerados insuficientes porque foi necessária a abertura de crédito suplementar.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A Lei Complementar n º 126 de 2007 transferiu do IRB-Brasil Re para a SUSEP as funções de regulamentação e fiscalização do mercado de resseguros. Não se previu, contudo, nenhuma readequação no quadro gerencial da autarquia, de forma a fazer frente a tais atribuições. As demandas específicas do resseguro, que já representariam um aumento expressivo de demanda, são adicionadas no momento em que a SUSEP encontra-se implantando a supervisão baseada em risco. Além disso, a SUSEP sofreu diversos cortes de cargos comissionados de Direção e Assessoramento Superior (DAS), em função de medidas de restrição econômica. O cenário que se apresenta, com a modernização e a abertura do mercado de resseguro, a transferência de atribuições do IRB e a nova metodologia de supervisão baseada em risco, faz necessária a readequação do quadro de pessoal. Neste sentido, foi enviada proposta de autorização de concurso público para o preenchimento de vagas nesta autarquia, além de criação de cargos comissionados, de forma a adequar a estrutura do órgão às novas atribuições.

A atual estrutura de *hardware* já está sendo utilizada no seu limite. A necessidade de aumento de capacidade de armazenamento ficou mais evidente em 2007, em função da transferência para a SUSEP das atribuições do IRB-Brasil Re de regulação e fiscalização das operações de co-seguro, resseguro e retrocessão. Além disso, a SUSEP iniciou o registro de apólices emitidas no mercado, inicialmente do ramo de garantia e depois dos ramos massificados, com a conseqüente necessidade de aumento da capacidade de seus bancos de dados.

A legislação atual, que tende a direcionar a grande parte dos processos de compra e contratação para a modalidade pregão, tem ocasionado contratos de difícil manutenção por motivo de desequilíbrio econômico-financeiro, levando à repetição de processos licitatórios.

A SUSEP utiliza o processo de Audiência Pública para obter sugestões em relação às normas que pretende editar, principalmente àquelas que possam causar maiores conseqüências para a sociedade, esse processo tem contribuído nos procedimentos de regulamentação, pois as empresas têm oportunidade de opinar antes da publicação das normas. Como exemplo, em 2007 as normas relativas à regulamentação de resseguro tiveram, durante a Audiência Pública, importante contribuição de integrantes do mercado.

Para avaliação mais precisa da satisfação dos beneficiários do Programa, seriam necessárias campanhas de divulgação da atuação da SUSEP e, para isso, conseqüentemente, maior aporte de recursos. A SUSEP está desenvolvendo novos indicadores com o objetivo de aferir a satisfação dos beneficiários que a procuram.

DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

GERENTE DO PROGRAMA

Anthero de Moraes Meirelles

OBJETIVO

Assegurar a solidez do Sistema Financeiro Nacional.

PÚBLICO-ALVO

Instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central (BACEN)

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.107.844.637,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.083.859.151,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 1.083.859.151,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Nível de Enquadramento às Exigências de Capitalização por Parte das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - Porcentagem	-	99.98	99.96	99.86	100.00	99,86%

1. NÍVEL DE ENQUADRAMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DE CAPITALIZAÇÃO POR PARTE DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O resultado apresentado contempla o período de janeiro a novembro de 2007, em razão do lapso temporal para apuração e cálculo do referido índice. Levando-se em conta o mês de dezembro de 2007, obtém-se um índice de capitalização da ordem de 99,89%. A meta não foi atingida, o que se deve ao não-enquadramento de algumas instituições de pequeno porte - cooperativas de crédito, sociedades de arrendamento mercantil e sociedade de títulos e valores mobiliários, às exigências de capitalização. Essas instituições representam 0,14% do Patrimônio Líquido Exigido (PLE) total em relação ao universo fiscalizável, apurado até novembro de 2007, sem representar nenhum risco para o sistema. Ressalte-se que as instituições financeiras continuaram, em 2007, com níveis adequados de capitalização e, em muitas situações, até

acima do limite exigido na regulamentação brasileira. O Índice de Basiléia, que é utilizado como referência para medir o nível de capitalização,era de 19% em dezembro de 2007, ou seja, acima do limite regulamentar que é de 11% e do índice considerado suficiente de acordo com os padrões internacionais de 8%. Constata-se, desse modo, que é confortável o nível de capitalização das instituições do sistema financeiro brasileiro.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A demanda do Governo e da sociedade por um sistema financeiro sólido, eficiente, eficaz e efetivo justifica o Programa. Trata-se de demanda permanente, da mais alta relevância para o País, inclusive como forma de assegurar a estabilidade econômica, visto que, não havendo um sistema financeiro sólido, não se pode falar em economia estável.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Editados 154 normativos de regulamentação do Sistema Financeiro Nacional (SFN), estabelecendo condições para prorrogações e renegociações de operações do crédito rural, bem como um conjunto de normativos baixados com o objetivo de implementar o Acordo de Basiléia II no Brasil. Também foi aprimorada a regulamentação das cooperativas. Foram editadas Regras Prudenciais para Requerimento de Capital e Gestão de Riscos, destacando-se três medidas: padronização da nomenclatura de tarifas, obrigação das instituições de informar o Custo Efetivo Total (CET) e a liquidação antecipada de operações de crédito e de arrendamento mercantil. No contexto do aprimoramento da regulamentação que disciplina o relacionamento entre as instituições do sistema financeiro e seus clientes e usuários, foi determinada a implementação de ouvidoria pelas instituições financeiras e administradoras de consórcio, que terá a atribuição de assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor, e de atuar como canal de comunicação entre elas e seus clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos, quando houver.

• Realizadas duas mil atividades de fiscalização com foco em três aspectos principais das instituições financeiras: situação econômica e financeira, gestão e cumprimento de normas, e prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, verificando-se a suficiência e a qualidade das políticas e dos controles adotados pelas instituições, visando a prevenção do seu uso para fins de lavagem de dinheiro e de financiamento do terrorismo. Foram recebidas 75.976 denúncias e reclamações de cidadãos contra instituições autorizadas pelo Banco Central (BACEN), referentes ao descumprimento de normas da alçada desta autarquia. Foram tratadas e encerradas 62.077 demandas, estando as demais em análise ou aguardando manifestação da instituição reclamada ou denunciada. Foi constituído um grupo de trabalho, formado por servidores do BACEN e do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça (DPDC/MJ), com o objetivo de estruturar e organizar ações conjuntas com os órgãos de defesa do consumidor. Atendimento e encaminhamentos aos pedidos oriundos do Poder Judiciário, sendo 2.849.322 no total, dos quais 2.773.484 por meio do BACEN Jud e 75.838 em ofícios em papel. Foi iniciado o projeto destinado à ampliação do cadastro positivo, constituído a partir das operações de crédito contratadas no sistema financeiro.

• Em 2007 foram examinados e decididos 3.863 processos relativos aos diversos assuntos que compõem a Ação de Ordenamento do Sistema Financeiro, sendo 42 Transferências de Controle, 106 Autorização para Funcionamento, 55 Cisão, Fusão e Incorporação, 27 Mudança de Objeto Social, 38 Cancelamento de Autorização, 1.929 Eleição, 950 Reforma Estatutária e Alteração Contratual, 45 Instalação de Agências e de Correspondentes no País, 55 Transformação de Cooperativa e 66 Outros.

• No âmbito do Sistema de Informações do Banco Central do Brasil (Sisbacen) foram concluídos mais de 40 projetos significativos constantes do Plano Diretor de TI, destacando-se: aprimoramento da gestão da TI, implantação de novos sistemas informatizados, aquisição de solução de portal corporativo para intranet, Internet e extranet , atualização da Plataforma Internet Corporativa, aquisição e migração de mainframes, disponibilidade do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) pela adequada gestão da infra-estrutura tecnológica que suporta o SPB. Foram realizados 180 eventos de capacitação em TI, com a oferta de 878 vagas, dentre as quais 182 destinadas aos servidores de outras unidades. Foram realizados 72.337 atendimentos a usuários finais, sendo que 16.427 foram voltados para usuários externos. Foram atualizados e adquiridos novos equipamentos e soluções, como dispositivos de armazenamento de dados, servidores de informática, e equipamentos para atualização da rede de comunicação de dados e soluções para gerenciamento do ambiente de tecnologia em geral e para o aperfeiçoamento dos serviços do Sisbacen. Quanto ao sítio eletrônico do BACEN, a média diária é de 1,8 milhão de acessos. O que representa um crescimento de 18,8% em relação ao ano anterior. Estão em andamento outros 121 projetos, dentre os quais se destacam o Sistema de Administração das Reservas (SAR), o Sistema de Monitoramento de Mercado (SMM), o Sistema de Gerenciamento do Meio Circulante (Sismecir), o Sistema de Registro de Créditos (SCB) e o Sistema Aplicativo de Classificação de Instituições (*Rating*).

• Realizado o VI Seminário Banco Central sobre Microfinanças, em Porto Alegre (RS), ao qual compareceram aproximadamente 900 pessoas. O referido seminário tem por objetivo apresentar panorama da indústria microfinanceira no País, fazendo uma abordagem conceitual e técnico-operacional a respeito, que visa divulgar o resultado das ações já empreendidas nesse campo em nível nacional, apresentar a viabilidade da atividade microfinanceira como opção de investimento a agentes provedores de capital, mostrar o potencial do segmento no auxílio à inclusão social e ao desenvolvimento do Brasil, ao permitir o acesso da população de baixa renda a serviços financeiros com formato apropriado à sua realidade, e proporcionar opção de crédito de maneira facilitada a empreendedores populares.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O índice de execução física ficou em 85%, se consideradas todas as ações do Programa. Se consideradas apenas as ações finalísticas e o Sistema de Informações Banco Central do Brasil (Sisbacen), o índice de obtenção de resultados alcançado, pelo cálculo da média aritmética, foi de 103,85%. Ressalte-se que a ação Regulamentação do SFN superou sua meta física em 40%, devido à necessidade de edição de normas estabelecendo condições

para prorrogações e renegociações de operações do crédito rural, bem como de conjunto de normativos baixados com o objetivo de implementar o Acordo de Basiléia II no Brasil. A ação Supervisão do SFN teve um percentual de execução de 68,08%, em razão da paralisação dos servidores do BACEN e da reorganização administrativa da Diretoria de Fiscalização, ocorrida no primeiro semestre de 2007. De modo geral, ainda que tenham ocorrido algumas restrições, considera-se que a execução orçamentária do Programa foi satisfatória.

A edição da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2007 estabeleceu o limite para viagens em 90% da realização do ano anterior. Essa restrição atingiu as três principais ações do Programa: Ordenamento, Regulamentação e Supervisão do SFN. Tal restrição durou até a edição do Decreto n º 6.124, de 13 de junho de 2007, que excepcionou essas três áreas. Considera-se, assim, que o fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada, pois a maioria das viagens foi reprogramada para o segundo semestre de 2007. Contudo, houve atraso na execução normal das atividades planejadas pelo BACEN. Além disso, a liberação dos créditos adicionais para a Ação Sisbacen ocorreu com atraso, somente no mês de dezembro de 2007, prejudicando o desenvolvimento.

As ações Construção de Edifício para o Meio Circulante no Rio de Janeiro, e Construção do Edifício Sede do Banco Central do Brasil (BACEN) em Salvador sofreram restrições administrativas no decorrer de suas execuções, em razão da exigência da Portaria n.º 36.055, que trata do Regulamento do Sistema de Segurança do Banco Central do Brasil. Devido ao grande número de restrições apresentadas pelo setor de segurança institucional, os projetos tiveram que ser totalmente revistos. Tal fato contribui para o atraso no andamento do processo licitatório das duas ações.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Foram utilizados recursos não-orçamentários provenientes da Reserva para Promoção da Estabilidade da Moeda e do Uso do Cheque (Recheque), transferidos para esta autarquia pela Resolução n º 3074, de 24 de abril de 2003, do Conselho Monetário Nacional (CMN). Os referidos recursos foram alocados para investimentos nas seguintes ações:

a) Sisbacen para o Programa de Atualização da Tecnologia da Informação do Banco Central do Brasil (PATI) e o Programa de Revitalização e Organização da Tecnologia de Informação (Pro-TI), que utilizam recursos da Reserva para o Desenvolvimento Institucional do Banco Central (Redi-Bacen) e têm por objetivo a modernização da infra-estrutura de tecnologia da informação (TI) e o aperfeiçoamento dos processos e da gestão de TI, contribuindo sobremaneira para o alcance dos resultados em 2007, o uso desses recursos correspondeu a 22,1%, em relação à dotação orçamentária total para a ação;

b) Gestão e Administração do Programa (GAP) para aquisições de bens e revitalização de edificações, com o objetivo de proporcionar maior segurança física às pessoas e a preservação do patrimônio público. Em razão da utilização desses recursos, foi possível efetuar, no exercício de 2007, obras de revitalização em Brasília (DF), em Belo Horizonte (MG), em Curitiba (PR), em Fortaleza

(CE), em Porto Alegre (RS), no Rio de Janeiro (RJ) e em São Paulo (SP). A importância do uso desses recursos para o desenvolvimento do Programa consiste em proporcionar condições ambientais e de segurança adequadas por meio da revitalização das instalações, propiciando, inclusive, a valorização do patrimônio público. Em 2007, o total desses recursos correspondeu a 2,6% em relação à dotação orçamentária total para a ação.

A participação social facilita o processo de *feedback* entre a sociedade e o BACEN. Essa participação acontece em eventos de microfinanças realizados pelo BACEN e por meio da Ouvidoria, do Sistema de Registros de Denúncias e Reclamações de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (RDR) e das Audiências Públicas que propiciam oportunidade para a apresentação de reclamações, denúncias e sugestões dos cidadãos. Dessa forma, a sociedade contribui para a busca da eficácia e efetividade da autarquia no desenvolvimento das ações do Programa, especialmente no que se refere à organização do SFN, à edição de normas e à supervisão das instituições financeiras. Quanto maior a participação social, maior a contribuição recebida pelo BACEN para o aperfeiçoamento das ações do Programa.

O volume de trabalho da Ouvidoria pode ser medido pelo total de demandas (reclamações, denúncias, críticas, elogios e sugestões) recebidas dos cidadãos. Em 2007, este total de demandas foi de 2.695 e em 2006 chegou era de 644. Uma das tarefas desenvolvidas pela Ouvidoria diz respeito ao pós-atendimento ao cidadão. Quando o cidadão por iniciativa própria não se manifesta quanto à qualidade do serviço recebido, a Ouvidoria entra em contato para indagar quanto ao grau de satisfação pelo atendimento recebido. O ideal é que esse pós-atendimento abranja 100% do atendimento. Todavia, em função de dificuldades ainda existentes, esse percentual tem girado em torno de 90%. As reclamações de cidadãos recebidas pela Ouvidoria têm sido de fundamental importância para embasar as discussões com as áreas prestadoras dos serviços e, conseqüentemente, as melhorias ocorridas nos processos de trabalho.

Em 2007, foram registradas 75.976 denúncias e reclamações, sendo que 41% das demandas foram recebidas por telefone no serviço 0800-979-2345, 8% por meio de atendimento presencial, 9% por correspondência e 42% pelo Fale Conosco disponível no sítio do BACEN na Internet.

Não existe instrumento formal para avaliação do grau de satisfação dos beneficiários do Programa, mas existe a preocupação em atender à sociedade quanto às críticas, dúvidas, reclamações e sugestões dos cidadãos, por meio dos seguintes canais de comunicação: 0800, e-mail e central de atendimento presencial, além das recém-criadas ouvidorias no BACEN e nas instituições financeiras. A análise das manifestações do público quanto à atuação do BACEN e ao funcionamento do SFN permite avaliar, mesmo de forma incipiente, o grau de satisfação dos beneficiários do Programa. Além disso, o BACEN está implementando medidas que possibilitem a avaliação sistemática da satisfação do público quanto à sua atuação como responsável pela gestão do Programa, por meio de pesquisa periódica de opinião junto aos diversos segmentos da sociedade.

Ainda há necessidade de desenvolvimento de diversas ferramentas de TI, de forma a aperfeiçoar

a execução das atividades. As redes locais das sedes e das regionais demandam atualização. A capacidade de armazenamento e processamento dos servidores necessita de adequação.

Como houve mudança na sistemática de exame para autorização da maioria dos pleitos relativos ao SFN, tornando-os mais complexos, foi elaborado levantamento de necessidades adicionais de recursos humanos, apesar do concurso já realizado, e encaminhado ao Departamento de Gestão de Pessoas e Organização.

Há a necessidade de continuidade do Programa de Desenvolvimento de Competências Gerenciais (GERIR), com a formação de sucessores, até mesmo em função do grande volume de aposentadorias previstas para o período entre 2008 e 2010. A qualificação da equipe gerencial é requisito básico para o desempenho eficaz da instituição, especialmente na implementação do modelo de gestão por resultados.

Há necessidade de ampliar o Programa de Qualificação dos Servidores das equipes executoras, especialmente os recém-admitidos, levando-se em conta a natureza e especificidade das atividades a cargo do BACEN. Apesar dos esforços das equipes, as unidades não conseguiram implementar ações de capacitação que atendessem a todas as necessidades identificadas, tendo em conta o fluxo irregular de recursos orçamentários.

EDUCAÇÃO FISCAL

GERENTE DO PROGRAMA

Mauro Sérgio Bogéa Soares

OBJETIVO

Promover o exercício da cidadania mediante a sensibilização da população para a função sócio-econômica do tributo e o incentivo ao controle social da aplicação dos recursos públicos.

PÚBLICO-ALVO

Professores e alunos do ensino fundamental e médio, da rede pública de ensino estadual e municipal

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 500.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 500.000,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 500.000,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Abrangência Municipal - Porcentagem	35.00	37.13	42.90	49.00	40.00	122,50%
2. Taxa de Atendimento com Educação Fiscal a Alunos do Ensino Fundamental da Rede Pública - Porcentagem	-	-	9.60	10.50	10.50	100%
3. Taxa de Atendimento com Educação Fiscal a Alunos do Ensino Médio da Rede Pública - Porcentagem	-	-	17.90	18.30	9.79	186,93%
4. Taxa de Capacitação de Professores da Rede Pública com Educação Fiscal - Porcentagem	-	-	0.36	7.38	6.28	117,52%

1. TAXA DE ABRANGÊNCIA MUNICIPAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice previsto ao final do PPA foi superado. Com o objetivo de despertar o interesse dos entes municipais em implementar o Programa em toda a rede pública de ensino fundamental e médio, estão sendo realizadas, em vários Municípios brasileiros, palestras e reuniões de sensibilização sobre a importância do Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF).

2. TAXA DE ATENDIMENTO COM EDUCAÇÃO FISCAL A ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O curso a distância, realizado pela Escola de Administração Fazendária (ESAF) para capacitação de professores, e as outras atividades de capacitação realizadas pelos Estados têm possibilitado ampliar o número de alunos que estão sendo educados na questão da cidadania fiscal.

3. TAXA DE ATENDIMENTO COM EDUCAÇÃO FISCAL A ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O aumento significativo do índice deve-se ao grande esforço de capacitação no ano de 2007, formando aproximadamente 15 mil novos disseminadores de educação fiscal.

4. TAXA DE CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES DA REDE PÚBLICA COM EDUCAÇÃO FISCAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Apesar de o índice ter sido baixo, já foram capacitados mais de 7% do universo de professores da rede pública no Curso de Disseminadores de Educação Fiscal, até o ano de 2007.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Há necessidade de criar no cidadão brasileiro, desde cedo, uma consciência maior da importância da relação entre qualidade e quantidade dos serviços públicos que são oferecidos pelos três níveis de Governo, como contrapartida dos tributos (impostos, taxas e contribuições) pagos pela sociedade.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Ampliação da rede de disseminadores em que foram capacitados 15.513 disseminadores do PNEF em 2007.

- Produção do material pedagógico para o Curso de Especialização de Educação Fiscal e Cidadania com início previsto para o primeiro semestre de 2008.

O resultado na capacitação de disseminadores de educação fiscal, bem acima dos 100%, considerado excelente, foi superado em razão da grande procura do curso on line.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A execução física foi de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Os recursos orçamentários foram considerados insuficientes. A restrição orçamentária em relação ao Programa limita de certa forma, a ampliação dos resultados do mesmo. Outro motivo é a limitação por parte da ESAF, com teto em seu orçamento já preestabelecido pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Fazenda (SPOA/MF).

A equipe é formada por apenas três servidores, número este insuficiente para atender à demanda do Programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

São promovidas reuniões anuais com todos os representantes do Programa, e é realizado, anualmente, o Fórum dos Gestores Federais do PNEF. Além disso, são realizadas palestras e reuniões de sensibilização em diversos Municípios brasileiros. E estão em fase de ampliação diversas parcerias, como a estabelecida com a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp).

FORTALECIMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL DOS MUNICÍPIOS - PNAFM

GERENTE DO PROGRAMA

Almério Cançado de Amorim

OBJETIVO

Aumentar a eficiência administrativa e fiscal dos Municípios, assegurando o melhor aproveitamento do potencial de arrecadação, a ampliação da transparência e do controle social na gestão dos recursos públicos e a melhoria da qualidade do atendimento ao cidadão.

PÚBLICO-ALVO

Municípios (o escopo do PNAFM é destinado ao ente municipal, para melhoria fiscal e administrativa do Município)

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 153.125.698,00	Empenho Liquidado:	R$ 61.221.032,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 61.221.032,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Índice de Autonomia Financeira (IAF) - Número Índice	-	-	-	-	115.00	-

1. ÍNDICE DE AUTONOMIA FINANCEIRA (IAF)
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O IAF não é aderente à execução do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM), considerando-se que a aplicabilidade se dará junto aos Municípios beneficiários e não à Unidade de Coordenação de Programas (UCP). Motivo este que inibiu a apuração do índice em questão no decorrer do PPA 2004--2007. Para o próximo PPA este índice deverá ter reavaliação da sua pertinência.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O fortalecimento da posição do Município na Federação brasileira tem aumentado desde 1988, o raio de autonomia se amplia, configurando-se, para muitos, um reforço de juridicidade. O processo de descentralização não se tem restringido à esfera fiscal com a ampliação das transferências de recursos, das faculdades tributárias próprias e da autonomia administrativa. O Governo Federal também tem privilegiado os Municípios, estabelecendo-os como centros de referência de diversos de seus programas, como, por exemplo, a municipalização da saúde e dos programas assistenciais. Há a convicção de que os serviços públicos são mais eficientes e responsivos no nível local. A proximidade favorece o cidadão não só pela solução mais imediata dos problemas, mas também pela possibilidade do exercício efetivo do controle social. A consolidação do processo de descentralização, entretanto, depende do aumento da capacidade organizativa e fiscal dos Municípios para que esses assumam os gastos sociais básicos, fundamentais para a promoção do desenvolvimento humano e para a melhoria das condições de vida da população, uma vez que essas despesas não poderão ser financiadas pelo aumento da participação local na receita dos impostos federais e estaduais e por níveis crescentes de endividamento. É preciso observar o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, que impõe ao gestor público disciplina fiscal, limitando gastos e inibindo a geração de *deficits* imoderados.

Estudos apontam um aumento da arrecadação própria dos Municípios de 196% entre 1988 e 2000, mas também há um potencial tributário não explorado, considerando que Municípios com perfil idêntico em termos de região, renda e população apresentam grande dispersão nos indicadores de receita própria. As causas são as mais diversas e vão muito além do descaso dos prefeitos com a geração de recursos através de medidas pouco populares. A evolução desse quadro requer, em muitos casos, investimentos na modernização da gestão fiscal e administrativa dos Municípios, criando as condições para que esses alcancem maior autonomia no financiamento do gasto público e desempenhem melhor suas funções sociais, cumprindo os mandamentos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Em relação ao equilíbrio fiscal, também são fundamentais a orientação dos serviços públicos para o cliente, usuário e cidadão, e a criação de mecanismos de controle social, como forma de desenvolver excelência na prestação de serviços públicos. A referida Lei define, no artigo 64, que a União prestará assistência e cooperação financeira aos Municípios para a modernização das respectivas administrações tributária, financeira, patrimonial e previdenciária, objetivando o cumprimento das suas normas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• O PNAFM atingiu o valor de US$ 185,0 milhões em volume de subempréstimos firmados junto aos Municípios, montante que representa 61% do valor total do Contrato de Empréstimo firmado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que é de US$ 300,0 milhões.

• O quantitativo de Municípios participantes do PNAFM atingiu o total de 71%. Com isso, cerca de 14% da população brasileira já vem sendo diretamente beneficiada

pelo PNAFM. Ao final de 2007 o estoque de projetos em fase de aprovação e contratação atingiu o total de 47 Municípios. Com isso, projeta-se que até 10 de junho de 2008, data final para contratação da primeira etapa, o montante de recursos contratados junto ao BID deverá atingir sua totalidade.

• O aperfeiçoamento da gestão administrativa fiscal em todo o País é uma atividade que o Ministério da Fazenda (MF) vem desenvolvendo com sucesso há mais de 20 anos. Nesse processo, primeiramente foram implantados mecanismos de governança fiscal na União e, em seguida, buscou-se levar os mesmos avanços para os entes federados. De fato, os primeiros avanços foram alcançados quando o Governo Federal implantou a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) e a conta única do Tesouro Nacional, ocasião em que se promoveu extenso reordenamento na gestão das finanças públicas federais. Em momento seguinte foi possível levar os mesmos avanços para as administrações estaduais, com a implementação do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (PNAFE). Assim, o PNAFM insere-se numa trajetória que representa o contínuo aperfeiçoamento da gestão do Estado brasileiro. Cabe dar continuidade ao processo, com a sofisticação das soluções já desenvolvidas e levar aos Municípios os mesmos conhecimentos e práticas de gestão já adotados nas demais esferas de Governo.

A exemplo de 2006, a execução do Programa em 2007, deu continuidade à adoção de ações voltadas para a ampliação da capacidade operacional necessária à sua implementação, assim como à realização de melhorias em sua concepção, medidas identificadas como necessárias para ampliar o ritmo de execução física e financeira. Paralelamente, nota-se que no exercício de 2007, ocorreu uma variação positiva, tanto no volume de Municípios contratantes como no montante financeiro contratado. Para melhor visualizar, até 2006 havia 56 Municípios participantes do PNAFM, e no final de 2007, esse quantitativo chegou a 71 Municípios, ou seja, um acréscimo de 27%. Por sua vez, o volume de recursos contratados até 2006 atingiu o montante de US$ 111,0 milhões, e ao final de 2007 atingiu US$ 185,0 milhões, representando um acréscimo de 67%. Vale ressaltar que ocorreu uma melhoria significativa na execução do PNAFM, mas nota-se que o quantitativo de Municípios a serem alcançados de 265 foi superdimensionado.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O quantitativo de Municípios participantes do PNAFM ficou abaixo de 40% em relação à meta proposta. Porém, considerando-se o volume de recursos aplicados, o Programa atinge o patamar de 40% do previsto.

É elaborado semestralmente o Relatório de Acompanhamento do Programa, constituído de Relatório de Progresso, Relatório de Acompanhamento Físico e Financeiro e Relatório de Impacto. Ao final de cada exercício é elaborado o Relatório de Gestão do Programa, o qual é parte do processo de tomada de contas anuais. Os programas implantados nos Municípios são objeto de auditoria por parte da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União (SFC/CGU).

A Unidade de Coordenação de Programas da Secretaria Executiva do MF (UCP/SE/MF) realiza encontros de coordenação com os Municípios. Em tais encontros são apresentadas experiências bem-sucedidas e exemplos de boas práticas de gestão administrativa e fiscal, além de avaliações sobre o andamento do Programa nos Municípios, com ofertas de oportunidade para que sejam apresentadas críticas e sugestões para o aperfeiçoamento de sua implementação.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A avaliação é realizada através das missões nos Municípios e através de encontros semestrais com os Municípios participantes do PNAFM. Um extenso roteiro de entrevistas e verificações é cumprido, elaborando-se, então, um relatório contendo avaliação sobre o andamento de cada uma das ações previstas no projeto, com indicação dos percentuais de execução. O relatório apresenta ainda comentários sobre a execução do projeto, assim como recomendações para as prefeituras, para a UCP e para os demais parceiros, como a Caixa Econômica Federal (CEF), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o BID.

GERENCIAMENTO DE RISCO E PREVENÇÃO DE PERDAS E ACIDENTES

GERENTE DO PROGRAMA

Eduardo Hitiro Nakao

OBJETIVO

Avaliar riscos potenciais e condições de segurança de instalações comerciais e industriais brasileiras.

PÚBLICO-ALVO

Mercado segurador nacional e mercado ressegurador internacional

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): -	Empenho Liquidado:	-
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 0,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 3.077.486,00	R$ 5.488.550,81	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Inspeção - Porcentagem	-	-	17.66	16.37	23.39	69,99%

1. TAXA DE INSPEÇÃO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O reduzido quadro de inspetores comprometeu o alcance do índice previsto ao final do PPA.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa existe pela necessidade de redução da subjetividade dos critérios de taxação securitária. O melhor conhecimento dos padrões de segurança e da variedade de riscos e suas potencialidades minimizam o grau de vulnerabilidade a que os segurados estão sujeitos, e que pode produzir perdas vultosas, por vezes imediatas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Melhora na qualidade das aceitações, da taxação e da concessão de benefícios tarifários e condições especiais para os riscos inspecionados.

• Continuidade do aprimoramento da gestão de regulação de sinistros, reduzindo o prazo de regulação.

• A meta financeira da ação Avaliação de Sinistros foi impactada pelo sinistro ocorrido na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), que alcançou a metade do valor previsto. Também impactaram a meta a melhoria na tabela de honorários de regulação e a mudança do critério de cálculo.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Todas as ações do Programa são de origem não-orçamentária e são a base de implementação para o alcance do seu objetivo. O Programa não utiliza recursos orçamentários.

A execução física foi de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentário Anual (LOA) 2007. Os resultados consolidados demonstraram satisfatória adequação com as previsões das metas físicas das ações do Programa.

A aposentadoria e a transferência de inspetores experientes impactaram negativamente a efetivação das previsões físicas da Ação Inspeções de Cobertura dos Riscos. O quadro atual de inspetores foi insuficiente para o atendimento da meta prevista.

PRODUÇÃO DE MOEDA E DOCUMENTOS DE SEGURANÇA

GERENTE DO PROGRAMA

José dos Santos Barbosa

OBJETIVO

Garantir o atendimento pleno das necessidades dos órgãos governamentais por cédulas, moedas, selos fiscais, selos postais e outros documentos de segurança para o setor público.

PÚBLICO-ALVO

Órgãos governamentais e empresas prestadoras de serviços públicos

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 52.608.031,00	Empenho Liquidado:	-
	Pago Estatais:	R$ 37.996.082,00
	Total:	**R$ 37.996.082,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 331.202.030,00	R$ 471.248.956,17	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa Acumulada de Atendimento da Demanda Anual - porcentagem	107.00	101.30	97.51	111.97	100.00	111,97%

1. TAXA ACUMULADA DE ATENDIMENTO DA DEMANDA ANUAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice de 111,97%, apurado ao final do exercício de 2007, reflete o substancial acréscimo de demanda de cédulas e de demanda de moedas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) que é o principal cliente da Casa da Moeda do Brasil (CMB), visando suprir a necessidade da sociedade brasileira por maior quantidade de moeda no meio circulante nacional, e também em função da necessidade de saneamento da moeda em circulação. Por via de conseqüência, o referido indicador também demonstra o desempenho positivo da CMB em cumprir o estabelecido em seu Programa Produção de Moeda e Documentos de Segurança.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa da CMB objetiva atender ao fornecimento de produtos e serviços demandados pelo Estado, suprindo o meio circulante nacional com cédulas e moedas, bem como atendendo a outras instituições com documentos de segurança que auxiliem o combate à fraude e à sonegação fiscal, mantendo sob a gestão do Estado estas atividades.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Relativamente às ações orçamentárias de Manutenção da Infra-estrutura Operacional e de Modernização do Parque Industrial, de forma consolidada, proporcionou um índice de realização da ordem de 72,22%, comparativamente ao estabelecido no Programa. Sobre as ações não-orçamentárias, destaca-se o atendimento das demandas de cédulas e moedas, que superaram as previsões iniciais, bem como o atendimento das demandas de selos postais e selos fiscais, que cumpriram o estabelecido no Programa.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A realização de demandas de cédulas e moedas acima da previsão inicial contribuiu para um alcance de dispêndios superiores a 100% no conjunto de ações não-orçamentárias. A CMB atendeu às necessidades por cédulas, moedas, selos postais e selos fiscais demandadas por seus respectivos clientes governamentais. No caso de cédulas e moedas, a CMB atendeu prontamente aos acréscimos demandados pelo BACEN, superando as previsões iniciais do Programa. Para os produtos selos fiscais e selos postais, as realizações das demandas ocorreram em consonância com as previsões iniciais. Para aqueles produtos enquadrados como documentos de segurança, as realizações efetivamente demandadas pelos respectivos clientes ocorreram em patamares inferiores às previsões iniciais.

A não-realização integral da previsão de dispêndios com investimentos, em 2007, nas ações orçamentárias, que ficou com índice de realização de 72,22%, decorreu de dois fatores: atrasos nos processos licitatórios que impediram a concretização de contratação e aquisição no exercício de 2007; e economia de recursos decorrente de algumas aquisições realizadas com valores inferiores aos inicialmente previstos.

No ano de 2007, no atendimento da Ação Produção de Documentos de Segurança Diversos, a CMB não pode atender a algumas necessidades de novos produtos demandados por potenciais novos clientes, em face de restrições de contratação de financiamento de longo prazo para viabilização de investimentos em modernização de equipamentos e processos internos, e da limitação do quadro funcional da empresa em até dois mil empregados. Caso os principais clientes governamentais venham a demandar, no ciclo do PPA 2008-2011, produtos e serviços da CMB com maior valor agregado de segurança e durabilidade, será necessário forte aplicação de recursos financeiros e materiais na modernização dos processos internos, bem como a ampliação do quadro de empregados que atuam nas equipes executoras.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Cabe destacar o mecanismo de participação social utilizado que é a Pesquisa de Satisfação de Clientes, a qual contempla os seguintes itens:

a) produto/serviço que considera a apresentação de novas tecnologias e itens de segurança, a diversificação, a qualidade/confiabilidade e o preço em relação à concorrência;

b) logística que avalia a capacidade para entregar no prazo solicitado, a reatividade para pedidos suplementares, a embalagem, o manuseio, a entrega das quantidades solicitadas, o padrão de embalagem, identificação e entrega da concorrência;

c) documentação que constata o orçamento, a Nota Fiscal/Fatura, e o Certificado de Análise;

d) atendimento que considera a rapidez do atendimento telefônico,contato com a CMB, o prazo de resposta para qualquer tipo de solicitação, a disponibilidade e competência da equipe CMB, e a orientação ao cliente sobre características dos produtos;

e) percepção de um modo geral, da satisfação com a CMB e o que pode ser feito para aumentar a satisfação.

Depois de recebidas as informações dos beneficiários é feita uma tabulação para que se tome conhecimento do grau de satisfação. Vale ressaltar que os beneficiários de relacionamento direto são os clientes da CMB não é o usuário final dos produtos e serviços. Assim, competirá exclusivamente aos clientes demandantes dos produtos e serviços da CMB a execução de pesquisa de satisfação relacionada ao usuário final.

RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS E DEFESA DA FAZENDA NACIONAL

GERENTE DO PROGRAMA

Luis Inácio Lucena Adams

OBJETIVO

Aumentar a recuperação de créditos não pagos e reduzir as perdas judiciais da União em matéria fiscal.

PÚBLICO-ALVO

União e contribuintes

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 298.918.194,00	Empenho Liquidado:	R$ 295.902.339,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 295.902.339,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Arrecadação Acumulada da Defesa da Fazenda Nacional - R$ milhão	5.834.265.702,16	6.188.025.164.00	6.614.283.758.63	9.206.88.994.81	7.172.256.831.40	128,37%
2. Arrecadação Acumulada da Dívida Ativa da União - R$ milhão	2.242.562.403,90	2.622.420.316.00	3.003.391.794.96	3.685.966.470.03	2.623.600.000.00	140,49%
3. Perdas de Recursos da União Evitadas - R$	1.091.037.493.23	26.847.002.543.10	585.633.294.64	585.633.294.94	198.206.584.35	295,47%

1. ARRECADAÇÃO ACUMULADA DA DEFESA DA FAZENDA NACIONAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A representação judicial e a representação extrajudicial demonstram a sedimentação da defesa da União no crescente índice de vitórias judiciais, evidenciadas em crescimento na ordem de 32,20%, na recuperação do crédito, comparado ao índice apurado no exercício de 2006.

2. ARRECADAÇÃO ACUMULADA DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Os índices demonstram uma crescente recuperação de valores devidos à Fazenda Nacional, evidenciados no resultado superior a 22,73%, comparado ao índice apurado no exercício de 2006.

3. PERDAS DE RECURSOS DA UNIÃO EVITADAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A meta foi superada em quase três vezes.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Há muito tempo a sociedade se ressente de uma política fiscal justa, que ao mesmo tempo reduza as desigualdades regionais, propicie a redistribuição da renda, desonere a produção e o consumo de bens e serviços essenciais, combata a fraude e a sonegação fiscal, reduza a carga tributária (especialmente sobre os salários e cidadãos de baixa renda) e permita recursos suficientes para o acesso a serviços públicos qualificados e para a prestação de serviços públicos qualificados. Não se pode ignorar a necessidade premente de aumentar a recuperação de créditos fiscais e de outras naturezas da União, líquidos e certos, para satisfação de serviços públicos essenciais; de alavancar outros créditos da União, como depósitos judiciais a serem convertidos em renda, de enfocar a recuperação de débitos para com o Estado, preferencialmente à criação de novas formas de obtenção de receitas, o que pode ser obviado com a cobrança ágil e eficiente dos débitos para com a Fazenda Nacional. Bem como, conferir à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) os meios adequados à cobrança de dívida ativa da União e à eficaz defesa da Fazenda Nacional em juízo, esta última podendo resultar na conversão de depósitos judiciais em renda da União e de existência de legislação de regência: Constituição Federal artigo n º 131, parágrafo 3º, Lei n º 7.711, de 22 de dezembro de 1988, Decreto n º 98.135, de 12 de setembro de 1989, Decreto n º 1.847, de 28 de março de 1996, portaria Ministério da Fazenda (MF) n º 175, de 17 de junho de 1996.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• A arrecadação em Dívida Ativa da União atingiu o montante de R$ 3,6 bilhões e as conversões de depósitos judiciais em renda da União alcançaram o expressivo valor de R$ 9,2 bilhões o que representa um resultado superavitário de 33% em relação ao ano anterior com um total de R$ 12,8 bilhões.

• Avaliação dos fluxos operacionais que integram a PGFN e a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), no desenvolvimento de sistemas informatizados, objetivando o acompanhamento da Gestão Integrada do Macroprocesso do Crédito Tributário.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A execução física ficou acima de 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Conforme demonstrado no balanço orçamentário relativo ao exercício de 2007, desta PGFN, constata-se que foram executados 99,76% das dotações autorizadas na LOA. O contingenciamento orçamentário, ao atrasar a liberação dos recursos, prejudicou a execução conforme o planejado, mas não afetou os resultados.

O realinhamento das atividades motivadas pela inserção de competências regimentais, oriundas da criação da RFB, gerou a crescente demanda nos processos. A inexistência de carreira técnico-administrativa inviabiliza a adequação de recursos humanos ao atendimento da demanda das atividades executadas no âmbito de sua competência. Os constantes contingenciamentos na execução orçamentária impactam a execução do plano de qualificação dos servidores em exercício na PGFN.

A ausência de recursos orçamentários para remanejamento dentro das ações obriga a gerência do Programa em solicitar ao MF a utilização da reserva de contingência para solicitação de créditos suplementares.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A PGFN assume fundamental importância para a existência de uma política fiscal justa, que ao mesmo tempo reduza as desigualdades regionais, propicie a redistribuição da renda, desonere a produção e o consumo de bens e serviços essenciais, combata a fraude e a sonegação fiscal. Também atua para a redução da carga tributária, especialmente sobre os salários de cidadãos de baixa renda, e proporciona recursos suficientes para o acesso a serviços públicos qualificados e a prestação de serviços públicos qualificados.

A Procuradoria-Geral, objetivando o desenvolvimento, o ordenamento e o crescimento do órgão, realiza, sistematicamente, em sua área de jurisdição, diversas reuniões, editais de normatização e capacitações com o intuito de atingir melhores resultados em sua atuação.

Por meio da Ouvidoria do MF os cidadãos registram suas críticas, sugestões, reclamações e dúvidas. Contudo, a PGFN não dispõe de recursos humanos para desenvolver o processo de avaliação da satisfação dos beneficiários. Este órgão iniciará, no exercício de 2008, a modelagem dos macroprocessos e o dimensionamento dos recursos materiais e humanos, a fim de melhor atender aos beneficiários.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

- Desenvolvimento da Agricultura Irrigada
- Desenvolvimento da Faixa de Fronteira
- Drenagem Urbana Sustentável
- Eficiência na Agricultura Irrigada
- Integração de Bacias Hidrográficas
- Organização Produtiva de Comunidades (Produzir)
- Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres
- Proágua Infra-estrutura
- Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (Promeso)
- Promoção e Inserção Econômica de Sub-regiões (Promover)
- Resposta aos Desastres
- Transferência da Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para o Ministério da Integração Nacional (MI), foram utilizados **R$ 9.796.248.384,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 10.838.557.940,00	Realizado orçamentário:	R$ 9.796.248.384,00
Recursos não-orçamentários previstos:	R$ 24.100.000,00	Realizado não-orçamentário:	-
Total previsto	**R$ 10.862.657.940,00**	**Total realizado:**	**R$ 9.796.248.384,00**

Além disso, do total de **R$ 1.233.746.270,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram executados **R$ 840.566.337,00**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do MI, no período do PPA 2004-2007, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Finalístico	0379 Desenvolvimento da Agricultura Irrigada	21,60%	4,45%	10,20%	18,17%	13,74%
	0120 Desenvolvimento da Faixa de Fronteira	1,39%	1,02%	3,41%	1,56%	1,72%
	1047 Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido - CONVIVER	16,55%	10,94%	13,96%	1,26%	7,74%
	1138 Drenagem Urbana Sustentável	5,42%	7,42%	11,65%	6,43%	7,44%
	1037 Eficiência na Agricultura Irrigada	0,06%	0,01%	0,06%	0,00%	0,02%
	1036 Integração de Bacias Hidrográficas	1,56%	25,08%	4,13%	14,27%	13,75%
	8009 Organização Produtiva de Comunidades - PRODUZIR	0,26%	0,12%	0,21%	0,08%	0,14%
	1027 Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres	5,38%	1,94%	3,56%	4,14%	3,63%
	0515 Proágua Infra-estrutura	19,09%	17,94%	15,70%	31,32%	23,77%
	1025 Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais - PROMESO	8,49%	6,63%	10,03%	6,63%	7,43%
	1022 Promoção e Inserção Econômica de Sub-regiões - PROMOVER	3,83%	3,76%	1,28%	0,51%	1,87%
	1029 Resposta aos Desastres	10,17%	12,34%	14,74%	11,25%	11,98%
	1038 Transferência da Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação	5,52%	7,16%	9,67%	3,12%	5,55%
Finalístico Soma		**99,32%**	**98,81%**	**98,61%**	**98,73%**	**98,80%**
Gestão de Políticas Públicas	0757 Gestão da Política de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	0,68%	1,19%	1,39%	1,27%	1,20%
Total Global		**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

AVALIAÇÃO SETORIAL

O órgão tem como diretriz maior de sua atuação a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), instituída pelo Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007, instrumento que orienta a formulação e a implementação de grandes projetos estruturantes voltados à redução das desigualdades regionais do País.

Ao definir normas que orientam a ação federal no território, essa Política estabelece condições para a convergência da ação pública em benefício de regiões menos favorecidas, mediante articulação entre os três entes de Governo Federal, Estadual e Municipal e a participação social ampla dos atores sub-regionais.

Nesse contexto, em janeiro de 2007, por meio das Leis Complementares nº 124 e nº 125, foram criadas as novas Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), vinculadas ao MI, cujas estruturas regimentais foram publicadas por meio dos Decretos nº 6.218 e nº 6.219, de 2007. Além de propor anteprojeto de lei que instituirá os respectivos planos e programas regionais de desenvolvimento, as superintendências atuarão na articulação com as instâncias das três esferas de governo e com organismos e instituições locais das regiões Norte e Nordeste, respeitando-se os marcos legais em questões afetas ao desenvolvimento regional, visando contribuir com a redução das desigualdades regionais.

Também em 2007, foram lançadas as bases de processo duradouro de cooperação na área de política regional entre o Governo brasileiro, por intermédio do MI, e a Diretoria-Geral de Políticas Regionais da Comissão Européia, que se materializou com a assinatura do Memorando de Entendimento, em 29 de novembro de 2007, por ocasião da realização do Colóquio Internacional de Boas Práticas Territoriais no Brasil e na União Européia. Com isso, uma agenda de cooperação será definida em 2008 para atendimento a demandas de curto, médio e longo prazos.

No contexto do processo de regionalização de políticas públicas, desenvolveu-se o projeto Exporegiões, que trata de assuntos de interesse da sociedade brasileira, na medida em que procura evidenciar aspectos estruturais do padrão de uso e ocupação do território brasileiro e dos mecanismos e instrumentos técnicos e institucionais que os governos federal e estaduais buscam utilizar para a ação de redução das desigualdades regionais. Esse projeto prioritário foi apresentado em diversas cidades brasileiras e teve versão traduzida para o inglês, a qual foi apresentada em Bruxelas (Bélgica) por ocasião do *Open Days*, evento sobre política regional da União Européia (EU) ocorrido em outubro de 2007.

Para possibilitar maior envolvimento de todos interessados no tema Gestão Estratégica de Desenvolvimento Local e Regional, foram realizados eventos de capacitação, mediante parcerias, para agentes de desenvolvimento regional dos governos estaduais, parceiros municipais e de agências regionais, com ênfase no domínio de ferramentas e instrumentos de apoio ao monitoramento da Política.

Cabe mencionar a coordenação técnica exercida pelo MI no âmbito do Grupo de Trabalho Interministerial, instituído pelo Decreto de 12 de fevereiro de 2007, para elaborar proposta da Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT).

Também na escala nacional, destaca-se ação do MI junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e às Secretarias Estaduais de Planejamento para promover discussão sobre os critérios que devem nortear a elaboração das regionalizações estaduais, visando a revisão do mapa das meso e microrregiões geográficas fixadas desde 1989.

Na área do planejamento territorial na Amazônia, merece registro o processo de elaboração de planos estratégicos e operacionais do Governo Federal para a Amazônia Legal, dentre eles o Plano Amazônia Sustentável (PAS) lançado pelo Presidente da República e pelos nove Governadores da região em abril de 2008 e o Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o Arquipélago do Marajó, lançado pelo Presidente da República em dezembro de 2007.

Mediante a articulação das ações nas três esferas governamentais com os segmentos pertinentes da sociedade civil, foram implementados, no decorrer do período, vários programas, em escala sub-regional, com o objetivo de dinamizar as localidades identificadas como regiões deprimidas economicamente, o que beneficiou 13 mesorregiões diferenciadas, nove subespaços do semi-árido nordestino e regiões e cidades-gêmeas fronteiriças com países da América do Sul.

Por meio dos programas de desenvolvimento regional implementados pelo MI em escala sub-regional foram apoiados a organização dos atores sócio-econômicos, a capacitação local, o associativismo e, principalmente, o fortalecimento de núcleos e arranjos produtivos locais.

Protagonizou-se, assim, a ação pública federal voltada para a redução das desigualdades intra e inter-regionais, a geração de emprego e renda, além da integração dos diversos segmentos da sociedade brasileira ao processo de desenvolvimento mais amplo que o País apresenta.

Assim, ao longo de 2007, foram alcançados resultados importantes na consolidação ou revitalização de fóruns mesorregionais anteriormente constituídos, instituição de outros *locus* de construção participativa de processos endógenos de desenvolvimento. Das 13 mesorregiões prioritárias do MI, apenas uma delas, a Mesorregião do Vale do Rio Acre, não conta com tal institucionalidade.

Foi, também, em dezembro de 2007, que a Mesorregião do Seridó (PB), que abrange áreas dos Estados do Rio Grande do Norte (RN) e Paraíba (PB), foi formalmente institucionalizada. O processo participativo ensejado pelos fóruns mesorregionais tem na elaboração dos respectivos planos de ação o seu resultado mais consistente, posto que sistematiza e organiza as vocações, potencialidades e fragilidades regionais, além de traçar linha concreta de atuação a partir da eleição de prioridades e metas.

No segmento da Infra-estrutura Hídrica, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) tem impulsionado o desenvolvimento regional, com esforços voltados, segundo critérios adotados pelo Governo, para a conclusão de obras de infra-estrutura hídrica e a recuperação da infra-estrutura existente. Nesse sentido, o órgão incorporou em sua carteira ações voltadas, tanto para a execução de obras, quanto para a elaboração de projetos. Tais ações futuramente beneficiarão a estrutura para o aproveitamento da água e sua distribuição, quer para o consumo humano e animal como para aproveitamento hidroagrícola. Em 2007, foram concluídas as ações do Proágua Semi-árido, que ampliaram a oferta de água de boa qualidade e a promoção do uso racional desse recurso, de modo que sua escassez relativa não continue a constituir impedimento ao desenvolvimento sustentável da região.

Além disso, importantes obras de implantação, recuperação e ampliação de sistemas de drenagem e de controle dos efeitos da dinâmica marítima na zona costeira foram realizadas com recursos do Programa Drenagem Urbana Sustentável.

Quanto ao desenvolvimento da infra-estrutura hídrica para a agricultura, destaca-se a implantação de perímetros públicos de irrigação, que permitirá melhorar a produção agrícola de diversas regiões.

Em 2007, foi concluída a modelagem do Projeto de Parceria Público-Privada (PPP), que envolve perímetros públicos de irrigação e, no início de 2008, está previsto o lançamento do primeiro edital público de PPP do Governo Federal, tendo como objeto o Perímetro Irrigado do Pontal (PE).

Ao mesmo tempo em que empreendeu grandes projetos, o Governo Federal aprofundou o processo de descentralização da gestão de recursos financeiros, para a realização de obras de infra-estrutura hídrica, qualificou Estados e Municípios e fortaleceu o pacto federativo e a autonomia das outras esferas de gestão, sem descuidar de seu papel de gestor do setor de infra-estrutura hídrica. Também reforçou os mecanismos de fiscalização dos empreendimentos realizados. Destaque deve ser dado às ações e às cautelas sócio-ambientais que se tornaram condições para a realização de qualquer obra no setor.

No segmento Defesa Civil, foram priorizadas as ações preventivas e de preparação, bem como o atendimento emergencial da população afetada por desastres, em apoio aos Estados e aos Municípios. Para investir no desenvolvimento dos recursos humanos, que se dedicam à redução de riscos em todo o País, enfatizou-se, no ano de 2007, a construção do processo multidisciplinar relacionado ao tema risco de desastre. Com esse objetivo, promoveu-se o II Encontro Nacional de Coordenadores Estaduais de Defesa Civil, que se constituiu em fórum de debates e de difusão de conhecimentos, no qual foram apresentadas as iniciativas e as dificuldades, para o enfrentamento de situações de desastres e as possibilidades de ações preventivas, de preparação, de resposta e de reconstrução, o que envolve a participação comunitária na busca permanente da minimização dos desastres.

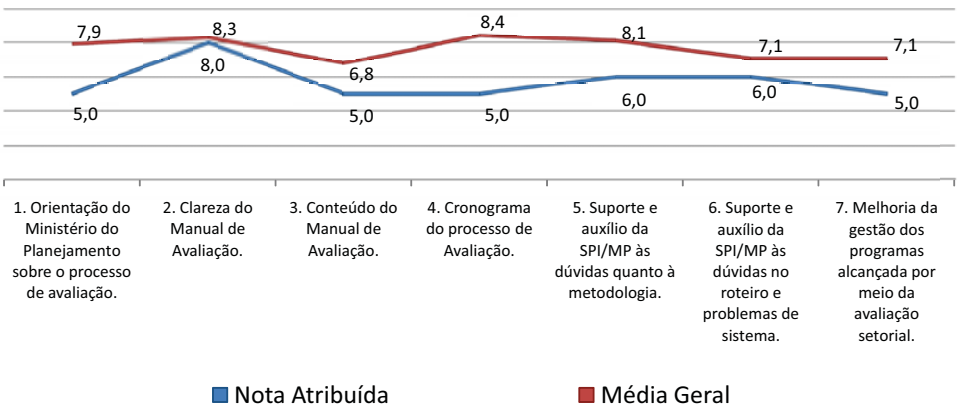
Para reforçar o Sistema Nacional de Defesa Civil, foram criadas, até 2007, 4.255 Coordenadorias Municipais de Defesa Civil (Comdec), o que representa cobertura nacional de 76,5% dos Municípios e aumento de 6,5% em relação ao ano de 2006.

ASPECTOS RELEVANTES

Dificuldades ainda persistem devido à redução persistente e gradativa do aporte de recursos orçamentários aos programas de desenvolvimento regional, aliada à eventual incapacidade, tanto operacional, quanto institucional, de acesso aos recursos disponíveis pelos convenentes selecionados. Constitui-se, ainda, como desafio importante a suplementação de cargos em comissão para reforço da estrutura organizacional do Ministério e o fortalecimento do quadro de pessoal para a gestão dos programas, cujas soluções encontram-se no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP).

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pelo MI mediante a atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, pelo MI e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA

GERENTE DO PROGRAMA

João Reis Santana Filho

OBJETIVO

Aumentar a área irrigada como meio de promoção do desenvolvimento regional visando a geração de empregos e distribuição da renda.

PÚBLICO-ALVO

Produtores e trabalhadores do setor primário

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 697.074.996,00	Empenho Liquidado:	R$ 598.268.963,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 598.268.963,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Área Incorporada à Agricultura Irrigada Pública - hectares (ha)	-	9.300	11.878	16.218	220.000	7,40%

1. ÁREA INCORPORADA À AGRICULTURA IRRIGADA PÚBLICA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A maioria dos projetos deste Programa encontra-se em fase de construção. A mensuração do índice somente se torna possível quando da implantação da infra-estrutura de irrigação de uso comum (área irrigável) e da efetiva entrada em operação dos perímetros.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A diminuição dos níveis de pobreza no País, especialmente os registrados nas zonas rurais de regiões de baixa disponibilidade de recursos hídricos ou naquelas onde estes recursos estão sendo subutilizados, continua sendo importante desafio. Muitos planos, programas e projetos concebidos e implementados não surtiram os efeitos desejados de minimizar o problema. A agricultura irrigada é, comprovadamente, uma das mais efetivas ferramentas de combate à pobreza e distribuição de renda, gerando empregos para mão-de-obra, tanto qualificada quanto não, a custos inferiores àqueles em outros setores da economia.

Ela também resulta em aumento da oferta de alimentos a preços menores que aqueles produzidos em áreas não-irrigadas, bem como o aumento substancial da produtividade dos fatores terra e trabalho. Em que pesem os benefícios advindos do Programa, a área irrigada *per capita* do Brasil continua sendo uma das mais baixas do mundo, colocando o País em desvantagem competitiva em termos de produtividade dos recursos envolvidos na implantação de áreas irrigadas. Adicionalmente, na região semi-árida, a produção agropecuária é de alto risco e baixo rendimento sem a irrigação; nas outras regiões do País, sem a utilização da água como insumo agrícola, é possível a obtenção de uma safra por ano, significando substancial subutilização de investimentos realizados em infra-estrutura física e de apoio à produção, assim como em maquinaria agrícola. O crescimento da agroindústria é igualmente reprimido, haja vista a disponibilidade, apenas sazonal, de matéria-prima.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Perímetro de Irrigação Propertins (TO) com a implantação dos primeiros 2.000 ha concluída de perímetro de irrigação.

• Perímetro de Irrigação São João (TO): a infra-estrutura comum destes setores está concluída e os equipamentos *on farm* adquiridos. As obras do projeto que compreende 2.942 ha já foram iniciadas, sendo que o Setor SJ1 de 267 ha já está com as obras adiantadas.

• Implantação do Perímetro de Irrigação Tabuleiros de Russas (CE): as obras de infra-estrutura hídrica de uso comum já foram concluídas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Existem, no âmbito da gerência, mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações. São realizadas reuniões de trabalho para se discutir o andamento das ações do Programa, as dificuldades existentes e suas providências. Além disso, são realizadas visitas periódicas aos projetos pelos engenheiros responsáveis, coordenadores de ação e o próprio gerente do Programa, com a conseqüente elaboração de relatórios técnicos de vistorias. Existem sistemas paralelos informatizados para acompanhamento, em especial as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Os dados de execução física são registrados no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), além das informações do andamento da obra.

A execução física ficou entre 40% e 80% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2007. Devido às dificuldades e atrasos verificados na solução de pendências técnicas, administrativas, legais, Tribunal de Contas da União (TCU) e demais órgãos de fiscalização, e institucionais, quando da celebração e execução de convênios, não foi possível atingir as metas previstas na LOA.

Os recursos orçamentários foram suficientes, entretanto o fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada. A descontinuidade do fluxo ocorreu devido ao atraso na solução das pendências dos convenentes, bem como nas prestações de contas, inadimplência dos Estados, dentre outros. Essa situação implicou diretamente prejuízo da execução física.

Os principais gastos na Ação Gestão e Administração do Programa (GAP) foram de caráter institucional para acompanhamento das ações do Programa, como diárias, passagens, pessoal etc.

Entre as principais restrições enfrentadas pelo Programa, que ocasionaram a não aplicação dos recursos em sua totalidade, encontram-se:

a) atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios, que ainda têm muitas dificuldades em cumprir satisfatoriamente as exigências necessárias para o recebimento de recursos da União. Não há pessoal capacitado para a resolução de pendências institucionais o que acarreta constantes atrasos no envio das prestações de contas ao Ministério da Integração Nacional (MI);

b) dificuldades de celebração de convênios na gerência por problemas devido às novas exigências jurídicas, institucionais e de controle;

c) dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes, o que ocasionou atrasos e só foi possível celebrar os convênios no final do ano.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social. Destacam-se:

a) a Ouvidoria cujo MI disponibiliza o número 0800 61 00 21 para o recebimento de denúncias, sugestões e esclarecimentos de dúvidas sobre os seus programas;

b) as audiências públicas realizadas quando da implementação do projeto, durante a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) pelo órgão executor. São convocadas entidades representativas da sociedade local para participarem de audiências públicas com a interveniência do órgão executor ambiental. Nesse momento, a implantação do empreendimento é levada ao conhecimento da sociedade para discussão;

c) as reuniões com os envolvidos em ações do Programa, realizadas quando julgadas necessárias.

No ano de 2007, conseguiu-se evolução significativa na execução financeira dos projetos deste Programa, grande parte deles contemplada no PAC, onde se garantiu o fluxo contínuo de recursos para os projetos. A execução financeira do Programa, em 2007,

mais os restos a pagar ficou perto de 86%. Programaram-se valores superiores aos anos anteriores e também foram feitos empenhos maiores. Não obstante, percebe-se que o fluxo garantido de recursos não foi suficiente para, no ano de 2007, dar padrão equilibrado na execução financeira: grande parte dos empenhos foi feita na parte final do ano e, desta, boa parte restou a ser paga no ano seguinte.

Como promotores desta execução financeira tardia, tiveram maior peso as questões relacionadas às dificuldades na celebração de convênios para a execução dos projetos, às necessárias prestações de contas pelos Estados, às questões de ordem administrativa e legal (como necessidade de licenças ambientais e demora nos processos licitatórios), além de eventuais invasões de perímetros, cuja reintegração de posse atrasa o cronograma dos projetos.

Neste sentido, há espaço para melhoria no processo de gestão dos projetos, embora se reconheça que no ano de 2007 o acompanhamento promovido pelo PAC imprimiu melhorias significativas, deliberando sobre as restrições encontradas na execução dos mesmos.

Quanto à execução física, obviamente, ela depende da execução financeira; quanto mais tardia esta, maior será o atraso e o custo daquela (por exemplo, pela necessidade de recuperação de estrutura depreciada ou pela necessidade de gastos com vigilância). No ano de 2007, houve atraso nos resultados físicos, além de carência na mensuração e apresentação dos resultados que existiram.

O mesmo problema de mensuração ocorre em relação ao alcance do índice previsto ao final do PPA. Este índice (220 mil ha de área incorporada à agricultura irrigada) deveria ser revisto, uma vez que parece ter sido superestimado, especialmente se considerando que uma área só pode ser considerada incorporada quando os perímetros entram efetivamente em operação, para o que, inclusive, não basta que a infra-estrutura esteja pronta. Cabe observação semelhante frente à consideração de que a implantação dos perímetros se conclui quando estes entram em efetiva operação pela Transferência de Gestão, que é em parte verdadeira, pois os perímetros só são considerados implantados quando entram em operação, porém, isto pode ocorrer sem uma ação orçamentária específica para a Transferência de Gestão.

Atente-se também ao índice apurado em 2007 de incorporação de área à agricultura irrigada de 4.340 ha. Essa informação para os anos do PPA merece novo esforço de correspondência, estimativa e sistematização frente à objetiva definição do índice que é de área incorporada, que significa que aquela em que os perímetros entram efetivamente em operação. De qualquer forma, é certo que a área incorporada ainda é baixa, em parte porque muitos projetos ainda estão por entrar em efetiva operação, desta forma, não podem entrar no índice, apesar de muitos deles estarem em estágio avançado.

DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA

GERENTE DO PROGRAMA
Márcia Regina Sartori Damo

OBJETIVO
Promover a estruturação física, social e econômica das áreas situadas na faixa de fronteira.

PÚBLICO-ALVO
População residente nos Municípios da faixa de fronteira

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 62.661.225,00	Empenho Liquidado:	R$ 51.492.480,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 51.492.480,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Número de Ocupações Geradas nos Arranjos Produtivos Locais na Faixa de Fronteira - Unidade	-	-	-	-	-	-
2. Taxa de Atendimento aos Municípios na Faixa de Fronteira - Porcentagem	-	-	-	20.75	35.00	59,29%

1. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NA FAIXA DE FRONTEIRA
Valores dos índices alcançados ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Com os investimentos em arranjos produtivos locais possuem, em média, duração de dois anos e meio a três anos para sua execução e alcance dos objetivos, até o presente momento não puderam ser verificados, prejudicando a mensuração do índice em referência.

2. TAXA DE ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS NA FAIXA DE FRONTEIRA
Valores dos índices alcançados ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O programa conta com projetos que possuem duração média de dois anos e meio a três anos para sua execução e alcance dos objetivos. Em decorrência disso, seus resultados não puderam ser verificados até o presente momento, prejudicando a mensuração do índice em referência.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Não por mero dispositivo legal Lei nº 6.634, de 06 de maio de 1979, mas por razões de segurança e de integração nacional, a área dentro dos 150 quilômetros quadrados (km²) desde as fronteiras internacionais do Brasil, chamada de faixa de fronteira, constitui espaço definido de atuação governamental. É necessário que as ações incidentes nessa região sejam planejadas dentro de perspectiva moderna de ordenamento territorial, condizente com estratégia de expansão econômica que considere as especificidades locais e os diversos níveis de participação da sociedade. Um plano estratégico para a Faixa de Fronteira deverá responder, sem contradizer ou sobrepor o planejamento regional no qual se insere, ao desafio específico de promover o desenvolvimento de uma região por definição altamente complexa em suas relações com os países vizinhos, e por processo histórico de abandono, extremamente carente de infra-estrutura. Ainda mais se considerarmos a vigência de uma questão geopolítica permeando a ocupação e uso dos recursos naturais da Amazônia.

As áreas situadas na fronteira brasileira, especialmente aquelas localizadas na Amazônia e Pantanal, de ocupação econômica recente, carentes de infra-estrutura e de baixo dinamismo, apresentam reduzidos indicadores de desenvolvimento humano e de qualidade de vida, o que acusa a fragilidade do processo de integração nacional e revela a permeabilidade às influências originadas em países vizinhos, algumas delas de risco à segurança nacional, como o narcotráfico, contrabando e guerrilhas.

A distância física em relação ao centro dinâmico da economia, combinada com as dificuldades de acesso e a dispersão da população nas áreas fronteiriças, produz situação de estagnação econômica incoerente com a política de integração nacional.

Nas últimas décadas, áreas da faixa de fronteira foram alvo de políticas de reforma agrária que estimularam o assentamento de milhares de famílias em regiões longínquas sem a correspondente dotação de infra-estrutura, transformando-as em itinerário da migração rural-urbana, o que contradiz a perspectiva de integração nacional e reforça a superurbanização precoce da região. Além disso, a criação de unidades de conservação da natureza, pelo Governo Federal, visando proteger áreas de alta biodiversidade e conservar recursos naturais, resulta em certa desmobilização dos investimentos nestas áreas, em prejuízo de atividades que, mantidas de modo sustentável, asseguram a integração ao processo nacional de desenvolvimento.

É importante para a missão do MI em relação à faixa de fronteira, que as unidades de conservação de uso direto e indireto mantenham determinadas condições de sustentação de atividades que, sem riscos à natureza, promovam a inclusão social das populações locais. Por outro lado, o momento atual, de mudança de paradigmas no sentido da sustentabilidade ambiental e de impulso às trocas internacionais, exige o aprofundamento dos mecanismos de estruturação da faixa de fronteira com vistas à integração latino-americana. A manutenção de espaços deprimidos na fronteira do Brasil é incoerente com a perspectiva de consolidação das relações comerciais e culturais com os países vizinhos.

O Programa de Apoio à Estruturação da Faixa de Fronteira, cujo desenho integra, sob controle e participação social, diversas políticas convergentes executadas em várias instâncias públicas e privadas, objetiva a inclusão de área territorial de aproximadamente 2.357.850 km², abrangendo 588 Municípios em 11 Estados, e população estimada em 9.557.977 habitantes, em perspectiva de desenvolvimento econômico menos concentrado, promotor da superação das desigualdades intra e inter-regionais pelo aproveitamento das potencialidades locais. A estruturação da base física e econômica da faixa de fronteira é condição, portanto, de integração nacional, de inclusão social, de sustentabilidade do desenvolvimento e de afirmação da soberania nacional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Apoio a 152 projetos de infra-estrutura social e econômica e a nove projetos do plano de ação, em 122 Municípios de seis Estados, estimulando assim o desenvolvimento regional econômico e social, a permanência da população no local em que vive e sua integração ao conjunto da sociedade nacional.

O alcance dos resultados em 2007 pode ser observado de duas maneiras distintas. Por um lado, os resultados do plano de ação do MI são avaliados de forma positiva, com desempenho razoável no tocante à execução física-financeira. Quanto aos resultados referentes às ações oriundas de emendas parlamentares, a execução financeira alcançou cerca de 80% do total. O resultado se deve, principalmente, à descentralização das ações com recursos de emendas para a Caixa Econômica Federal (CEF), que passou a gerenciar os projetos de infra-estrutura.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O monitoramento do desempenho físico das ações com execução descentralizada é realizado de forma sistemática. A partir da execução financeira são realizadas inspeções periódicas *in loco*, por técnicos da Secretaria de Programas Regionais, a fim de constatar o andamento das ações conveniadas. A partir do término da vigência dos convênios são realizadas as análises técnicas conclusivas acerca da execução física dos objetos pactuados, e enviadas, para o órgão, as prestações de contas dos recursos recebidos pelos Municípios para análise financeira e demais providências cabíveis.

A execução das metas referentes às ações não relacionadas às emendas parlamentares foi acima do previsto. Por outro lado, em função de grande parte das ações oriundas de emendas parlamentares terem sido empenhadas somente no final do exercício, a execução física destes projetos ficou abaixo do previsto.

O fluxo de recursos financeiros sofreu descontinuidade considerada natural, haja vista que a disponibilidade de recursos financeiros ocorre mais freqüentemente no final de cada ano, além do que, em 2007, houve cortes orçamentários, reduzindo a possibilidade de atendimento de alguns projetos, porém isto não prejudicou decisivamente a execução do Programa.

Os recursos da ação de Gestão Administrativa do Programa foram gastos essencialmente com despesas de pessoal, em contratos de servidores temporários e funcionários terceirizados. Contribuíram, portanto, para a execução do programa, na medida em que possibilitaram o incremento da equipe.

O Ministério ainda não apresenta corpo técnico permanente suficiente, com qualificação específica dentro da carreira de desenvolvimento regional, sendo necessária a busca de outras modalidades de contratação. Cada subespaço priorizado para o desenvolvimento da faixa precisa de gerente indutor de desenvolvimento da região.

As dificuldades para elaborar convênios foram de ordem interna ao MI, pelas dificuldades inerentes ao processo administrativo, e, de ordem externa, na dificuldade de buscar instituições com perfil adequado aos projetos e que preenchessem requisitos de capacidade técnica, credibilidade e inserção local, viabilidade administrativa e adimplência.

As dificuldades apresentadas pelos complexos procedimentos de licenciamento ambiental de projetos produtivos inviabilizaram o apoio a diversos setores. A solução encontrada foi apoiar projetos a serem executados por instituições com forte articulação com os organismos ambientais estaduais, visando facilitar procedimentos mais ágeis, compatíveis com os prazos de tramitação dos projetos junto ao MI.

A legislação que dispõe sobre a faixa de fronteira é de 1979, regulamentada por Decreto de 1980, e não observa a necessidade de desenvolvimento, de fortalecimento da cidadania, dinamização econômica e de integração com países vizinhos, o que afeta sobremaneira o desenvolvimento dos Municípios da linha de fronteira, em especial aqueles que compõem cidades-gêmeas com países vizinhos, cujo planejamento do desenvolvimento territorial ou subespacial vê-se limitado por questões diplomáticas e barreiras legais.

O órgão não executa diretamente o orçamento do Programa Faixa de Fronteira. Para tal, utiliza-se de convênios com Estados e Municípios, que têm executado de forma satisfatória os projetos associados às ações do Programa. No entanto, às vezes é necessário corrigir os rumos de alguns projetos, o que é feito durante as inspeções realizadas pelos técnicos da Secretaria de Programas Regionais (SPR) do Ministério. Cabe ressaltar que a maior parte dos recursos oriundos de emendas parlamentares estão sendo executados através de convênios celebrados via CEF.

As informações sobre a execução dos projetos são extraídas da comparação do plano de trabalho pactuado e dos relatórios de andamento (realizados pelos técnicos e engenheiros durante vistorias *in loco* e/ou encaminhadas pelos próprios convenentes).

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui mecanismo indireto de participação social: os comitês gestores dos projetos de desenvolvimento. Nestes, os objetivos das ações que financiam projetos de desenvolvimento regional são considerados tanto para o acompanhamento dos projetos como para a proposição de projetos complementares. Estes comitês contam com a participação de diversos atores vinculados diretamente aos objetivos destes projetos. Isto se traduz na participação decisória:

a) no processo de implementação dos projetos de dinamização econômica;

b) na articulação entre as diversas esferas de governo e da sociedade civil organizada;

c) na identificação, discussão e encaminhamento de algumas propostas de ação.

O Programa não possui mecanismo de aferição sistemática de satisfação dos beneficiários. Como os projetos associados ao Programa são de médio e longo prazo, espera-se que mecanismos adequados sejam elaborados ao longo da execução destes.

Visando ampliar o contexto de ações convergentes para o desenvolvimento regional e para a redução das desigualdades inter e intra-regionais, cabe destacar a importância de aprovação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), com abrangência nacional e o fortalecimento da ação de articulação promovida pela Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional. Ademais, devem ser criados e fortalecidos fóruns de desenvolvimento sub-regionais e estes devem estar articulados com comitês de fronteira.

Existem diferenças significativas de custos unitários, evidenciando inconsistências de magnitude considerável atribuídas à existência de inúmeras emendas parlamentares. De fato, o Programa tem-se caracterizado como enorme balcão de projetos, o que não atende necessariamente às recomendações e diretrizes da (PNDR).

Por outro lado, a não-apresentação dos resultados do Programa não foi razoavelmente justificada, haja vista a existência deste há alguns anos no PPA.

A abrangência territorial significativa (cerca de 27% do Território Nacional) não justifica

deduzir que os recursos orçamentários alocados para o plano de ação tenham sido insuficientes, já que a solução seria focar a atuação em espaços menores em vez de tentar apoiar número extenso de projetos e, conseqüentemente, comprometer a cobertura adequada do público-alvo. Com efeito, as ações precisam ser escalonadas no tempo e no espaço, de modo a promover a estruturação das sub-regiões e sua dinamização econômica, o que não foi previsto.

Não há nada que indique a existência de transversalidade no desenho do Programa; embora talvez na sua implementação isto aconteça, sem, contudo, ser característica estrutural do Programa.

Não se observa iniciativa visando à elaboração de um plano estratégico para a faixa de fronteira, como recomendado pela própria gerência do Programa, no qual sejam inseridas considerações referentes à integração latino-americana.

Importante ressaltar que dificuldades relacionadas aos complexos procedimentos de licenciamento ambiental de projetos produtivos inviabilizaram o apoio a diversos setores e que a solução encontrada foi apoiar projetos executados por instituições com forte articulação com os organismos ambientais estaduais, o que pode se traduzir em grande vulnerabilidade para a gestão do Programa.

DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO (CONVIVER)

GERENTE DO PROGRAMA

Márcia Regina Sartori Damo

OBJETIVO

Reduzir as vulnerabilidades sócio-econômicas da população das áreas do Semi-árido com incidência de seca.

PÚBLICO-ALVO

Populações do semi-árido com incidência estrutural de seca

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 48.365.931,00	Empenho Liquidado:	R$ 41.486.851,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 41.486.851,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 1.500.000,00	R$ 0,00	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Número de Ocupações Geradas na Região do Semi-árido pelo Programa - Unidade	-	-	-	-	-	-
2. Taxa de Internação de Pessoas com Doenças Infecciosas e Parasitárias na Região do Semi-Árido - Porcentagem	-	-	-	-	9.00	-
3. Taxa de população no semi-árido atendida com rede geral de abastecimento de água - Porcentagem	-	-	-	-	66.00	-

1. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NA REGIÃO DO SEMI-ÁRIDO PELO PROGRAMA

Valores dos índices alcançados ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Os índices do Programa foram inseridos em 2005 e os projetos apoiados possuem duração média de dois a quatro anos para sua execução e alcance dos objetivos. Em decorrência disso, seus resultados não puderam ser verificados até o presente momento, prejudicando a mensuração do índice em referência.

2. TAXA DE INTERNAÇÃO DE PESSOAS COM DOENÇAS INFECCIOSAS E PARASITÁRIAS NA REGIÃO DO SEMI-ÁRIDO
Valores dos índices alcançados ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Ver comentário do indicador número 1.

3. TAXA DE POPULAÇÃO NO SEMI-ÁRIDO ATENDIDA COM REDE GERAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
Valores dos índices alcançados ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Ver comentário do indicador número 1.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Sob a ótica do desenvolvimento regional, o semi-árido constitui-se em uma das sub-regiões que mais dependem de intervenção estatal eficiente, voltada para a eliminação dos efeitos desestruturadores decorrentes das adversidades climáticas a que está submetido. A carência de água nas ocasiões de estiagem aumenta os riscos de desastres secundários de natureza humana relacionados à fome e à desnutrição, ao desemprego generalizado e às migrações intensivas e descontroladas, provoca, ainda, desastres humanos de natureza biológica decorrentes da redução da resistência imunológica causada pela fome.

Dos esforços anteriores voltados para a eliminação do problema, constata-se que 40% das obras de captação e de armazenamento pontual de água estão inacabadas ou deterioradas. As obras de vulto demandam muito equipamento e são altamente concentradoras de mão-de-obra, além de exigir prazos dilatados de construção. Aproximadamente 500.000 propriedades rurais na área semi-árida não dispõem de oferta adequada de água, aumentando sobremaneira sua vulnerabilidade às secas, cujo impacto traduz-se, gravemente, na baixa-estima das comunidades atingidas.

Tradicionalmente, as ações se limitaram a medidas assistenciais em detrimento de intervenções mais efetivas que estimulassem projetos geradores de emprego e renda e educacionais em caráter permanente, visando ao atendimento das necessidades sociais básicas e numa perspectiva de futuro para enfrentamento às adversidades climáticas e preparação para a convivência com a realidade da região.

Nesse contexto, torna-se imperativa, para o enfrentamento do problema, a articulação dos diversos programas de combate à pobreza, de segurança alimentar e de combate à fome, com os diversos programas de desenvolvimento regional, na implementação de ações que conduzam a sustentabilidade das atividades econômicas nos períodos críticos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Apoio a quatro projetos para a estruturação de arranjos produtivos locais (APL), definidos e viabilizados por meio de articulações com os governos Estaduais, Municipais e sociedade civil organizada:

a) ovinocultura, na sub-região de Serra Geral - (Janaúba – (MG);

b) estudos e pesquisa sobre o pinhão-manso para a produção de biodiesel, também na Serra Geral;

c) piscicultura, com a implantação de unidade de beneficiamento de peixe, no Município de Jurema (PI);

d) apoio à fruticultura, com a implantação de agroindústria, em Brumado (BA), na sub-região de Brumado (BA), Bom Jesus da Lapa (BA) e Guanambi (BA).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

As ações executadas por meio de convênios ou de descentralizações de recursos, firmados ou realizados segundo planos de trabalho e projetos previamente aprovados, são acompanhadas por técnicos que verificam, periodicamente, mas sem regularidade definida, a execução e o alcance das metas. Para garantir a troca de informações sobre o desempenho físico das ações e o controle e monitoramento dos projetos são realizadas reuniões regulares de trabalho com a equipe responsável pelos projetos.

Para verificação do cumprimento das metas e dos prazos dos projetos apoiados por meio de convênios e descentralizações, são realizadas visitas *in loco* por parte da equipe técnica da Secretaria de Programas Regionais (SPR). Essas visitas ocorrem com freqüência, de acordo com a necessidade e cronograma de cada projeto, de forma que não possuem regularidade definida.

Apontam-se como dificuldades nestes processos a reduzida equipe, a multiplicidade de tarefas a ela delegadas, bem como a dependência por retorno de informações solicitadas aos parceiros e convenentes.

Anualmente são produzidos relatórios de gestão sobre o Programa, com informações sobre suas ações e a avaliação do que foi executado financeira e fisicamente no exercício. Trata-se, portanto, de mecanismo de monitoramento e organização das informações das atividades desempenhados no âmbito do Conviver.

O comitê gestor do Programa Conviver tem como finalidade o monitoramento e a avaliação das ações do referido. Participam deste comitê, representantes das Secretarias do Ministério da Integração Nacional, de suas vinculadas e de órgãos e ministérios que gerenciam as ações

do Programa. Essa iniciativa constitui-se em avanço na articulação entre os agentes envolvidos na execução do Programa, contribuindo para a eficiência na utilização de recursos. Em 2007, porém, encontrou-se grande dificuldade em se conciliar as agendas dos representantes que o compõem, o que prejudicou a manutenção das reuniões em questão.

Com relação à programação, pode-se afirmar que a descontinuidade do fluxo de recursos não prejudicou decisivamente a sua execução. O comprometimento dos recursos disponibilizados na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007 para as ações alcançou cerca de 70% do nível previsto. A celebração dos convênios que dão suporte à execução das ações do Programa concentrou-se no último trimestre de 2007, em decorrência de que o processo de elaboração e seleção de projetos requereu a interação com as inúmeras instituições parceiras. Com isso, grande parte da execução financeira teve início no final do ano e terá continuidade em 2008 por meio da liberação de recursos inscritos em restos a pagar.

No exercício de 2007 foram feitos avanços quanto à qualidade e quantidade da equipe técnica. No entanto, a equipe ainda se apresenta deficiente. O órgão apresenta quadro reduzido de funcionários, sendo necessária a busca de outras modalidades de contratação, ou novos concursos, para a contratação de técnicos com perfil gerencial. A necessidade de ação de acompanhamento mais próximo de cada uma das sub-regiões prioritárias, objeto de ações do Programa, requer equipe numericamente maior para apoiar a gerência.

Dentre as dificuldades enfrentadas pelo Programa destacam-se, ainda, as de ordem interna e externa relacionadas à celebração de convênios. As de ordem interna ao Ministério, pelas dificuldades inerentes ao processo administrativo, tais como as dificuldades jurídicas e de engenharia na celebração de convênios. As de ordem externa, na dificuldade de encontrar instituições com perfil adequado ao projeto e que preencham requisitos de capacidade técnica, credibilidade e inserção local, viabilidade administrativa e adimplência. Em 2007 havia predominância de recursos de investimento, com a realização de obras civis, o que condicionava também o processo de seleção de parceiros e de realização de convênios.

Outra dificuldade na celebração de convênios diz respeito à inadimplência dos entes federados. Com a utilização do sistema Cadastro Único de Convênio (CAUC), muitos Estados e Municípios selecionados para execução de projetos por suas características técnicas e de inserção local e regional se viram impossibilitados, por muitos meses, de celebrarem convênios por sua situação de inadimplência. Isto acarretou atraso na elaboração de convênios, gerando a necessidade de busca de novos parceiros e de readaptação de projetos a estas novas escolhas. Também se deve mencionar as dificuldades encontradas por alguns atores, em especial, Estados e Municípios, na operacionalização dos processos licitatórios, gerando morosidade na implementação dos projetos e dificultando o alcance dos resultados e a aferição de indicadores.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A gerência do Programa utiliza-se da descentralização de recursos para as entidades vinculadas do órgão, que têm atuado sob a mesma ótica de desenvolvimento regional que o Conviver. As vinculadas executam projetos importantes, complementando a atuação da SPR e contribuindo com a expertise e a capilaridade que possuem fatores de grande relevância para se alcançar a efetividade das ações propostas. No entanto, a SPR tem poucos mecanismos de controle sobre as entidades vinculadas para garantir a troca contínua de informações e a avaliação das ações executadas.

Os recursos da Ação de Gestão Administrativa do Programa foram gastos essencialmente com despesas de pessoal, em contratos de servidores temporários e funcionários terceirizados. Contribuíram, portanto, para a execução do Programa, na medida em que possibilitaram o incremento da equipe encarregada com o aporte relativo a apenas 3,27% do montante gasto em suas atividades finalísticas.

Recomenda-se a fusão do Conviver com o Programa Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (Promeso), sem prejuízo na alocação orçamentária realizada pelo Ministério da Integração Nacional (MI). Ao Promeso seriam inseridas ações do Conviver a serem executadas em áreas sub-regionalizadas do semi-árido.

O público-alvo tem como referência todo o Semi-árido brasileiro. Entretanto, as ações do Programa não conseguem ter essa abrangência e se viabilizam apenas para parcelas territoriais do semi-árido e, portanto, frações do público-alvo caracterizado. A regionalização do Programa acarreta fragmentação dos recursos disponíveis. Para melhor atuação do Programa seria recomendável uma sub-regionalização do semi-árido.

Os indicadores previstos não conseguem cumprir o objetivo de expressar os resultados do Programa, captando os efeitos de suas ações. E, no PPA 2008-2011, as ações relativas à oferta hídrica foram todas migradas para o Proágua Infra-Estrutura.

DRENAGEM URBANA SUSTENTÁVEL

GERENTE DO PROGRAMA

João Reis Santana Filho

OBJETIVO

Promover a gestão sustentável da drenagem urbana com ações não-estruturais e estruturais dirigidas à prevenção, ao controle e à minimização dos impactos provocados por enchentes, inclusive nas zonas costeiras.

PÚBLICO-ALVO

População urbana, especialmente, a residente em Municípios com áreas sujeitas à inundação periódica

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 446.986.856,00	Empenho Liquidado:	R$ 211.676.589,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 211.676.589,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 270.000.000,00	R$ 0,00	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Municípios com Serviço de Drenagem Urbana Superficial no Brasil - Porcentagem	-	-	-	-	79.30	-
2. Taxa de Municípios com Sistema de Drenagem Subterrânea no Brasil - Porcentagem	-	-	-	-	67.80	-
3. Taxa de Regulação da Drenagem Urbana no Brasil - Porcentagem	-	-	-	-	22.70	-

1. TAXA DE MUNICÍPIOS COM SERVIÇO DE DRENAGEM URBANA SUPERFICIAL NO BRASIL

Valores dos índices alcançados ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Os índices não foram apurados, sendo indicada a necessidade de revisão dos indicadores para avaliar o desempenho do Programa.

2. TAXA DE MUNICÍPIOS COM SISTEMA DE DRENAGEM SUBTERRÂNEA NO BRASIL
Valores dos índices alcançados ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Ver comentário do indicador número 1.

3. TAXA DE REGULAÇÃO DA DRENAGEM URBANA NO BRASIL
Valores dos índices alcançados ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Ver comentário do indicador número 1.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Tem-se verificado a ocorrência crescente de eventos de inundação em diversos pontos do território nacional, causando vítimas e prejuízos financeiros aos atingidos. Desse modo, o Programa tem como objetivo atuar nos seguintes fatos causadores do problema:

a) baixa capacitação institucional e técnica dos Municípios, resultando na concepção inadequada das ações de drenagem urbana e baixa sustentabilidade das mesmas;

b) insuficiência na oferta de infra-estrutura de drenagem urbana;

c) escassez de recursos para implementação de ações que visem à gestão do escoamento das águas nas cidades e dos impactos de enchentes urbanas e ribeirinhas, que degradam a saúde pública, o ambiente e a qualidade de vida nas cidades;

d) ausência de mecanismos de controle social na prestação dos serviços.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Os resultados não foram apurados.

DESEMPENHO DO PROGRAMA
Principais restrições e providências adotadas

O monitoramento das ações do programa é realizado por meio de visitas *in loco*, com periodicidade baseada em plano de inspeção e acompanhamento de obras e por meio do Sistema de Acompanhamento e Supervisão de Obras (Saso), utilizado para inspecionar e verificar o desempenho físico das ações.

Dentre as restrições ocorridas, está o fluxo descontínuo de recursos, que prejudicou o desempenho do Programa e a implementação das ações. Outra restrição é dada pelo atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios, fato que compromete a execução dos cronogramas para repasse de recursos.

A maior parte dos recursos do Ministério da Integração Nacional (MI) foi descentralizada para repasse pela Caixa Econômica Federal (CEF) para os convenentes. Os procedimentos exigidos pela CEF dos Estados e Municípios para efetuar os repasses prolongaram o período preparatório que antecede a execução.

Outra séria restrição à obtenção de resultados é a multissetorialidade, que nesse Programa não funcionou de maneira adequada. O órgão não obteve as informações relacionadas aos resultados das ações dos demais ministérios, visto que o contato com estes órgãos é de difícil realização. Em 2006, foi constituído um comitê gestor, como tentativa de maior articulação entre o MI, o Ministério das Cidades (MCidades) e a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), no entanto, as ações conjuntas não obtiveram continuidade. Em 2007, foi proposto, pelo MI que a coordenação deste Programa fosse transferida para outro ministério, porém não houve acordo.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O órgão está implementando em suas rotinas mecanismos de participação social e de avaliação da satisfação dos beneficiários.

A gerência do Programa destaca a necessidade de rever os indicadores de desempenho do Programa, situação já registrada desde o processo de avaliação de 2005, sendo indicado na ocasião, pelo próprio Ministério, fomentar a discussão de novos indicadores que objetivassem aferir a área de bacia hidrográfica drenada ou a população beneficiada com regulação de drenagem urbana. No entanto, os indicadores não foram alterados desde então, nem mesmo em 2007, quando ocorreu a elaboração do novo PPA 2008-2011.

Com relação às dificuldades enfrentadas na coordenação de um programa multissetorial, de fato o órgão fez várias tentativas de aproximação com os demais órgãos, não havendo participação, principalmente do MCidades, que não enviava representantes para as reuniões.

EFICIÊNCIA NA AGRICULTURA IRRIGADA

GERENTE DO PROGRAMA

João Reis Santana Filho

OBJETIVO

Aumentar a eficiência dos recursos envolvidos na produção agrícola irrigada.

PÚBLICO-ALVO

Irrigantes públicos e privados

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 3.000.000,00	Empenho Liquidado:	-
	Pago Estatais:	-
	Total:	**-**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Consumo Unitário Anual de Água na Irrigação – Metro Cúbico por Hectare (m³/ha)	-	-	-	-	16150.00	-

1. CONSUMO UNITÁRIO ANUAL DE ÁGUA NA IRRIGAÇÃO
Valores dos índices alcançados ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Indicador não apurado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Apesar da significativa contribuição da agricultura irrigada para o Produto Interno Bruto (PIB) do setor primário, o seu desempenho está, ainda, longe do ideal. A produtividade média alcançada, a eficiência de utilização de água, o emprego de insumos modernos, a capacitação da mão-de-obra, a integração dos projetos com as cadeias produtivas, dentre outros aspectos, são passíveis de melhoria substancial. Pode-se afirmar que, em boa parte da área irrigada, pratica-se agricultura tradicional, decrescendo, substancialmente, os benefícios decorrentes da aplicação de água. Adicionalmente, os métodos ainda utilizados no País para dimensionamento das necessidades hídricas dos cultivos, comprovadamente resultam no seu superdimensionamento. A pesquisa existente sobre tais métodos é de pouca expressão e não-sistemática, sendo necessário desenvolver ações que permitam testar

e adaptar as novas metodologias e tecnologias. O Programa visava induzir substancial redução do consumo agrícola de água, economia de energia elétrica e geração de novos empregos, resultando no aumento da oferta de alimentos a com custos menores. A liberação de água e energia elétrica para o mesmo uso ou para outros, aliada a elevação do rendimento dos fatores de produção, resultam em crescimento econômico.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Os resultados alcançados em 2007, modernização tecnológica de sistemas parcelares, estão relacionados à execução de restos a pagar.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Não existe, no âmbito da gerência, mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações. Não houve desenvolvimento de atividades no Programa por não ter havido repasse de recursos referentes ao exercício de 2007. Foram priorizadas outras atividades de maior complexidade e importância, face ao contingenciamento dos recursos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa não realizou parcerias não-governamentais e não possui mecanismos que promovam a participação social, nem avalia a satisfação de seus beneficiários.

O Programa teve sua reformatação quando da elaboração do PPA 2008-2011 e deixou de existir, tendo suas ações realinhadas e incluídas em outros programas.

INTEGRAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

GERENTE DO PROGRAMA

João Reis Santana Filho

OBJETIVO

Integrar os recursos hídricos nas bacias com baixa disponibilidade de água, aumentando a oferta de água nessas bacias.

PÚBLICO-ALVO

Comunidades ribeirinhas, pequenos agricultores situados ao longo das várzeas dos rios e açudes, centros industriais e a população urbana

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 485.613.896,00	Empenho Liquidado:	R$ 476.380.118,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 476.380.118,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Vazão Média de Água nas Bacias Beneficiadas pela Integração – Metro Cúbico por Segundo (m³/s)	-	-	-	-	75.00	-

1. VAZÃO MÉDIA DE ÁGUA NAS BACIAS BENEFICIADAS PELA INTEGRAÇÃO
Valores dos índices alcançados ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice previsto para o final do PPA não foi alcançado, pois as ações de integração de bacias encontram-se ainda em fase inicial de execução. A apuração somente será possível após a conclusão das obras.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Secularmente, o homem desbravou e ocupou os espaços do território nacional, apropriando-se dos recursos naturais disponíveis no desenvolvimento de suas atividades comerciais e produtivas. Sob esta ótica, os cursos d'água tiveram papel fundamental como vetores da dispersão e desenvolvimento das populações devido à característica intrínseca de seus usos múltiplos.

Na região Nordeste, as características do clima e dos solos ocasionam crônica escassez de recursos hídricos, aumentada pelo inadequado manejo ambiental das bacias. Em outras regiões, o crescimento descontrolado das demandas, aliado à degradação ambiental, está gerando sérios conflitos entre os diversos usos dos recursos hídricos.

A interligação hidráulica de bacias hidrográficas permitirá maior equilíbrio regional das oportunidades de emprego e renda associadas ao desenvolvimento sustentável, especialmente, nas regiões semi-áridas, e viabilizará sistemática mais eficiente de operação de reservatórios já construídos, significando melhor aproveitamento da infra-estrutura hídrica e gestão mais eficaz da água. A integração deve ser implementada a um ritmo tal que previna os possíveis conflitos, devendo ser iniciada e/ou continuada nos espaços sub-regionais e regionais para, a seguir, realizar a integração inter-regional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• O Projeto de Integração do São Francisco com as bacias do Nordeste Setentrional não apresentou resultados ao final do plano, pois as sucessivas interposições de liminares atrasaram a emissão da licença de instalação e o conseqüente início das obras, que se deu apenas em junho de 2007. No entanto, deve-se destacar que esse foi importante passo do processo, devido à grande polêmica e resistência apresentada ao projeto.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A execução física das ações do Programa em 2007 ficou abaixo de 40% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007, apesar de não ter havido restrições de ordem orçamentária e financeira no período. A interposição de várias liminares que paralisaram a continuidade das ações preparatórias, postergando para o final do ano a contratação das empresas para elaboração dos projetos executivos de todos os trechos do projeto, para execução de um dos 14 lotes, supervisão e implementação de quatro dos convênios para execução dos programas básicos ambientais, que são as compensações exigidas na licença de instalação.

Foram ainda registradas restrições gerenciais, com a inexistência ou inadequação de sistemas de acompanhamento e quantidade insatisfatória de recursos humanos na equipe. Está sendo implementado sistema de gestão, contemplado pelo contrato da gerenciadora, que estará em funcionamento no exercício de 2008. Quanto à insuficiência de recursos humanos, o MI enviou ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) proposta para a criação de cargos comissionados e efetivos com a finalidade de atender às necessidades do Programa.

Além dessas, houve restrições físicas com a inadequação da infra-estrutura para acomodação da equipe gerencial. Ações estão sendo tomadas no intuito de disponibilizar espaço físico adequado para atender inclusive à expansão prevista da equipe.

Outro fator que causou atraso na execução foi a lentidão no processo de licenciamento ambiental de autorizações de supressão vegetal.

Em relação ao monitoramento do desempenho físico, registra-se que são realizadas as seguintes ações:

a) reuniões de trabalho quinzenais com os órgãos conveniados para a execução de ações dos planos básicos ambientais, bem como com os batalhões do Exército, responsáveis pela execução das obras dos canais de aproximação de reservatórios de Tucutu (PE) e Areias (PE);

b) permanência de engenheiros do MI no local das obras e visitas mensais de outros técnicos para acompanhamento das ações desenvolvidas pelos executores;

c) desenvolvimento do sistema de acompanhamento do processo de indenização realizado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS);

d) elaboração mensal de relatório de progresso, no qual consta quadro de acompanhamento físico-financeiro do projeto, pelo consórcio gerenciador do empreendimento.

O desempenho das ações implementadas em outros ministérios foi avaliado como médio, pois cerca de 13% dos recursos descentralizados foram devolvidos no final do exercício por dificuldades operacionais dos executores para a aplicação.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A participação social foi promovida das seguintes formas:

a) implementação de Ouvidoria, dispondo de centrais de atendimento por meio de telefone (0800-610021) e correio eletrônico *ouvidoria@integração.gov.br*;

b) realização de nove audiências públicas nos Estados que compõem a bacia hidrográfica do rio São Francisco durante o processo de licenciamento ambiental. E em função do valor da licitação de obras civis, foi realizada audiência pública para apresentação do empreendimento aos licitantes;

c) disponibilização periódica em sítio da Internet de informações específicas, dados e notícias sobre o projeto;

d) realização de diversas reuniões e seminários com grupos de interesse, envolvendo as comunidades indígenas, por meio do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), das comunidades quilombolas, das entidades religiosas (Igreja Católica), das empresas, órgãos e profissionais do setor de infra-estrutura hídrica dos Estados beneficiados pelo projeto, das associações de classe

(engenheiros, arquitetos, advogados), dos debates em canais abertos de rádio e televisão, das entidades e órgãos de preservação ambiental para implantação do Programa de Revitalização do Rio São Francisco, das comunidades ribeirinhas dos cursos d'água derivados da bacia do São Francisco e bacias receptoras, e das comunidades rurais diretamente afetadas com implantação das obras.

As contribuições da participação social para o Programa foram a incorporação de sugestões da população quanto à adequação do projeto básico de engenharia, originadas do processo de licenciamento ambiental derivado das audiências públicas. De definição do modelo de gestão, repartição de custos e receitas da futura operação do sistema hídrico proposto entre os diversos Estados envolvidos e de definição dos critérios e diretrizes para o atendimento da população beneficiada pelos programas ambientais.

Com relação ao desempenho do Programa, ocorreram restrições judiciais, gerenciais, administrativas e de licenciamento, como destacado na avaliação. No entanto, tais restrições não foram registradas no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) do PPA. De forma semelhante, apesar da elevada execução orçamentária, cerca de 98%, houve registro de execução física de apenas uma ação do Programa. Desse modo, deve-se destacar que esta ferramenta para gerenciamento das informações e restrições não está sendo utilizada de forma completa.

ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DE COMUNIDADES (PRODUZIR)

GERENTE DO PROGRAMA

Márcia Regina Sartori Damo

OBJETIVO

Contribuir para o desenvolvimento regional por meio da capacitação e organização produtiva de segmentos da população, visando gerar ocupação e renda, de modo a inserir estas comunidades em arranjos e atividades que promovam dinamização econômica e social.

PÚBLICO-ALVO

Segmentos da população que se encontram fora da dinâmica social e econômica do país e que estejam localizados em espaços definidos como prioritários da ação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 4.273.256,00	Empenho Liquidado:	R$ 2.740.797,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 2.740.797,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Ocupações Geradas - Porcentagem	-	-	-	-	30.00	-
2. Taxa de Sucesso dos Empreendimentos do Produzir - Porcentagem	-	-	-	-	25.00	-

1. TAXA DE OCUPAÇÕES GERADAS
Valores dos índices alcançados ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O nível de apuração que foi possível realizar dentro das condições existentes permitiu verificar que a maioria das pessoas capacitadas conseguiu se manter dentro dos grupos produtivos e aquelas que preferiram seguir sozinhas continuaram com as atividades aprendidas, gerando renda alternativa. Da mesma forma, verificou-se maior acesso dos

empreendimentos às linhas oficiais de crédito, tais como do Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) do Banco do Brasil (BB), ampliação do mercado destes empreendimentos por meio de encomendas, maior acesso a participação em feiras. Pôde-se observar também que alguns grupos tiveram dificuldade para se formalizar, contudo, isto não prejudicou suas identidades, os quais permaneceram unidos em busca de consolidação formal.

2.TAXA DE SUCESSO DOS EMPREENDIMENTOS DO PRODUZIR
Valores dos índices alcançados ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Ver comentário do indicador número 1.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O processo de desenvolvimento no Brasil não é distribuído espacialmente de forma homogênea, ao lado de áreas de grande dinamismo econômico encontram-se regiões onde as atividades produtivas estão estagnadas e os níveis de bem-estar social são bastante baixos, apresentando graves níveis de desequilíbrio sócio-econômico. Neste contexto, o Produzir, somado a outros programas de dinamização da base produtiva local e regional e de ampliação das possibilidades de acessos aos serviços sociais básicos, visa promover a inserção econômica e social de populações residentes em áreas deprimidas que se encontram à margem das políticas de desenvolvimento do País. O Programa busca a inserção social e econômica de comunidades urbanas e rurais, capacitando-as para o processo produtivo organizado, gerando ocupação e renda. Neste processo, busca-se potencializar os recursos e vocações econômicas das comunidades a partir do fomento à estruturação de empreendimentos produtivos e à produção de bens e serviços, da viabilização de novas formas de organização social de pessoas que se encontram fora da dinâmica social e do apoio à organização de arranjos e cadeias produtivas. Dessa forma, o Programa é um instrumento da PNDR e promove, também, o fortalecimento do capital social e a melhoria da qualidade de vida nas comunidades participantes.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Execução de 10 eventos de organização produtiva.
- Geração de 31 empreendimentos coletivos.
- Capacitação de 1.222 pequenos empreendedores.

DESEMPENHO DO PROGRAMA
Principais restrições e providências adotadas

Com as visitas de supervisão das ações em campo são sempre realizadas reuniões de trabalho com os técnicos coordenadores das ações nos Municípios e com as instituições executoras para avaliar o andamento do projeto. Também, para cada evento de organização produtiva,

eram realizadas em média três visitas aos Municípios beneficiados e para cada etapa de execução são apresentados relatórios sobre o andamento das ações.

Não houve maior alcance das metas físicas por não ter tido recurso suficiente para a execução dos eventos de organização produtiva previstos para 2007. Foram disponibilizados recursos para a execução de apenas 10 eventos.

A execução física do Programa em 2007 se deu com recurso do Projeto de Cooperação Técnica Internacional (PCT) – FAO/UTF/BRA/040/BRA disponíveis de repasses de exercícios anteriores. A liberação de limites financeiros para a utilização dos recursos de 2007 ocorreu no final do exercício e sua execução física deverá ocorrer em 2008.

As ações do Produzir são também realizadas pela Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA) e Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE). Com relação à ADENE, houve boa execução das ações, tendo em vista que desde 2006 elas foram desenvolvidas pelo módulo nacional. A ADA também realizou alguns eventos de organização produtiva, contudo não cumpriram sua meta por não ter havido liberação financeira em 2007.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa conta com diversos parceiros não-governamentais seja para a execução das ações em campo, seja para o apoio aos empreendimentos gerados de forma a garantir maior sustentabilidade dos mesmos. Os parceiros executores tiveram bom desempenho em 2007. As parcerias com instituições que contribuem com a sustentabilidade dos empreendimentos também foi exitosa nos Municípios atendidos em 2007.

Na execução dos eventos de organização produtiva são realizadas reuniões com o público-alvo, com as instituições executoras, governos municipais e outros parceiros com o intuito de delinear as potencialidades na execução dos eventos e obter sinergias para o desenvolvimento das ações em campo. Esta participação permitiu agregar esforços em torno das atividades desenvolvidas, aumentando as chances de sustentabilidade do trabalho realizado em campo.

O Programa não realizou avaliação sistemática da satisfação dos beneficiários, mas com as viagens de supervisão e monitoramento das ações em campo, são realizadas reuniões com os beneficiários de forma a ouvir seus relatos sobre o andamento das ações. A partir destes relatos são feitas adequações na atuação do Programa.

A definição dos Municípios que serão contemplados com as ações do Programa é realizada em discussão com outros programas do MI e com os fóruns de desenvolvimento regional existente em cada mesorregião. Esta estratégia dá maior legitimidade à indicação do Município aumentando a participação dos atores envolvidos e criando condições mais favoráveis para o êxito das ações. Após a indicação dos Municípios, são realizadas várias reuniões com as comunidades beneficiárias, atores sociais relevantes, instituições parceiras, de forma que a definição das atividades que serão desenvolvidas seja participativa e envolva

o maior número de parceiros. Estas reuniões dão maior legitimidade às ações do Programa, gerando maior comprometimento por parte de todos os participantes do processo.

Pela caracterização da metodologia adotada pelo Programa, os temas relacionados à raça, gênero, criança e juventude são contemplados nas suas ações. Em todos os eventos de organização produtiva realizados são oferecidas oportunidades de participação às famílias que têm crianças em situação de risco, com vistas a combater o trabalho infantil. Buscou-se também estimular a participação da mulher no desenvolvimento de atividades produtivas voltadas ao perfil feminino. E alguns eventos foram direcionados para serem executados em comunidades quilombolas.

Visto que a metodologia do Produzir tem se revelado eficaz no decorrer do tempo, a gerência decidiu fundi-lo, no PPA 2008-2011, com os demais programas de desenvolvimento regional do MI. Destes programas, o Produzir é o que melhor identifica os resultados alcançados e o que possui melhor gerenciamento. Apesar de permanecer a ausência de apuração dos indicadores, o que prejudica a identificação dos impactos efetivamente gerados na sociedade, a metodologia adotada pelo Produzir serve como exemplo para os demais programas de desenvolvimento regional. A recomendação de fusão se deve, em grande parte, devido ao reduzido valor orçamentário que vem sendo alocado pelo MI, o que torna o Programa insuficientemente dotado de recursos para reverter o problema que lhe deu origem.

PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA EMERGÊNCIAS E DESASTRES

GERENTE DO PROGRAMA

Roberto Costa Guimarães

OBJETIVO

Reduzir os danos e prejuízos provocados por desastres naturais e antropogênicos.

PÚBLICO-ALVO

Instituições de Defesa Civil

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 262.880.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 136.209.700,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 136.209.700,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Municípios Preparados para Prevenção e Atendimento a Desastres - Porcentagem	-	67.66	76.50	78.20	78.00	100,26%

1. TAXA DE MUNICÍPIOS PREPARADOS PARA PREVENÇÃO E ATENDIMENTO A DESASTRES

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Em função da capacitação e da conscientização de agentes municipais de defesa civil, tem-se impulsionado a criação e operacionalização de Coordenadorias Municipais de Defesa Civil (Comdec), órgão principal para a prevenção, preparação, resposta e reconstrução, sendo ainda responsável pelo desenvolvimento de consciência voltada para a segurança global da população no que diz respeito a riscos de desastres humanos, naturais e mistos. Em 2007, 4.349 Municípios possuíam Comdecs, o que representa cobertura de 78,2% do total dos Municípios brasileiros.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os desastres agravam as condições de vida da população, contribuem para aumentar a dívida social e intensificam as desigualdades inter e intra-regionais, afetando o desenvolvimento sustentável do País. Grande número de desastres é agravado pelas migrações internas,

que levam à formação de bolsões e cinturões de extrema pobreza nos centros urbanos, em áreas vulneráveis aos desastres, especialmente inundações, deslizamentos de encostas, incêndios em favelas, desabamentos e muitas vezes, em áreas próximas a depósitos de produtos perigosos etc.

A falta de planejamento da ocupação e da utilização do espaço geográfico, desconsiderando as áreas de risco, somada à deficiência da fiscalização local, tem contribuído para aumentar a vulnerabilidade das comunidades locais urbanas e rurais, com número crescente de perdas de vidas humanas e vultosos prejuízos econômicos e sociais. Quando não se priorizam as medidas preventivas, há aumento significativo de gastos destinados à resposta aos desastres.

O grande volume de recursos gasto com o atendimento da população atingida é muitas vezes maior do que seria necessário para a prevenção. Por outro lado, a maioria dos órgãos que atuam em defesa civil está despreparada para o desempenho eficiente das atividades de prevenção e de preparação. A não-implementação do Programa contribuirá para o aumento da ocorrência dos desastres naturais, antropogênicos e mistos e para o despreparo dos órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis pela execução das ações preventivas de defesa civil, aumentando a insegurança das comunidades locais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Realização da III Semana Nacional para a Redução de Desastres, que possibilitou rodadas de discussão em todo o país sobre a temática defesa civil, principalmente para as ações de prevenção e preparação. Foram realizados diversos eventos, tais como cursos, seminários e workshops, onde foram apresentados as ações dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec), visando a troca de experiências. No âmbito dessa campanha, foi realizado o evento intitulado A Redução de Desastres Começa na Escola, ocasião em que foram distribuídos cerca de 10.000 kits para 322 escolas localizadas em regiões que foram afetadas por desastres.

• Capacitação de cerca de 1.000 novos agentes de defesa civil.

• Realização de parceria com a Organização Mundial da Saúde (OMS) para a realização do curso de sistema de suporte logístico, visando a formação de técnicos para a organização e pronta resposta no que tange a organização de estoques estratégicos, durante eventos adversos.

• Realização do Encontro Nacional de Coordenadores Estaduais de Defesa Civil onde foi possível a troca de experiências entre as Coordenadorias Estaduais de Defesa Civil (Cedec) e formalizado o documento conhecido como a Carta de Salvador. Em tal documento, foram elencados os principais problemas dos órgãos integrantes do Sindec e discutidas as possíveis soluções, como, por exemplo, a reorganização do Conselho Nacional de Defesa Civil (Condec).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O contingenciamento de recursos foi o principal problema para a execução prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. No caso, por exemplo, da ação de publicidade e utilidade pública os recursos foram insuficientes para a realização de campanhas de prevenção e preparação para desastres, em nível nacional. O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução física programada.

Apesar dessas restrições, foram firmados cerca de 170 convênios para a realização de obras preventivas de desastres, tais como: reconstrução e recuperação de pontes, murros de arrimo, bueiros, estradas vicinais, drenagem e pavimentação.

Em relação a questões de infra-estrutura e de recursos humanos nas equipes executoras, destaca-se a necessidade do Centro Nacional de Gerenciamento de Desastres (Cenad) passar a funcionar em regime integral, 24 horas (h), a fim de realizar o monitoramento dos desastres ocorridos no Brasil ininterruptamente. Para isso, é necessário o aumento do número de funcionários e a adequação da infra-estrutura do referido centro. Além disso, é indispensável a compra de rádio e colocação de antena na sede da Secretaria Nacional de Defesa Civil (Sedec), com vistas à implementação da Rede Nacional de Emergência de Radioamadores (Rener). Ainda sobre o tema, destaca-se o número insuficientes de instrutores para a realização de vários eventos simultaneamente, o que justifica a grande utilização de colaboradores eventuais, e do número insuficiente de técnicos para a análise dos projetos.

Desde 2006, o MI firmou contrato com a Caixa Econômica Federal (CEF) visando o acompanhamento da execução físico-financeira dos objetos pactuados como forma de melhorar o alcance dos objetivos do Programa. O contrato foi necessário devido ao reduzido número de engenheiros disponíveis no MI se comparado à carteira de projetos pendentes de análise e ao número de vistorias a serem realizadas *in loco* para o acompanhamento da execução física e prestação de contas dos convênios.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A realização de encontros com núcleos comunitários de defesa civil tem permitido a participação da comunidade no desenvolvimento da defesa civil em áreas de risco. Apesar da realização de vários eventos de caráter técnico, como cursos de capacitação e o encontro das Cedecs, grande parte das instituições de defesa civil continuam desestruturadas. Como exemplo deste fato pode-se citar que, embora o Programa tenha disponibilizado recursos para o reaparelhamento e reestruturação de órgãos de defesa civil, independentemente do contingenciamento de recursos, nenhum projeto foi apresentado.

A gerência do Programa destaca a necessidade de revisão do público-alvo, para que seja adotado como pessoas residentes em áreas de risco, tendo em vista que devem ser o segmento da sociedade potencialmente beneficiário do Programa que será atingido pelos

seus resultados. E, que deverá ser estudada a possibilidade de construção de indicador que meça a vulnerabilidade de vidas humanas.

A ocorrência de ações emergenciais de defesa civil força a edição de créditos extraordinários freqüentes, notadamente por meio de Medidas Provisórias (MP). Isto implica a adoção de medidas pontuais, as quais não asseguram que seja evitada a recorrência de calamidades e desastres.

Em 2007, com o intuito de construir estratégia que privilegie ações preventivas e a alocação de recursos públicos que objetivem a diminuição de riscos de desastres, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) instituiu grupo de trabalho informal, com a participação de servidores da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI), da Secretaria de Orçamento Federal (SOF), da Secretaria de Gestão (Seges) e da Sedec do MI.

A partir dos trabalhos desenvolvidos por este grupo, o MP deverá criar um grupo de trabalho (GT) interministerial, que contará com a participação de diversos atores, o Ministério das Cidades (MCidades), o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o MI, o Ministério dos Transportes (MT), o Ministério da Defesa (MD) e as Secretarias Estaduais e Municipais, com o objetivo de estabelecer critérios para a construção de carteira de projetos prioritários destinados à prevenção de desastres. Espera-se que as ações a serem sugeridas tragam mudanças significativas ao Programa tanto em sua forma quanto em sua dotação orçamentária.

Apesar da realização de vários eventos de caráter técnico (cursos de capacitação, encontros de coordenadores estaduais de defesa civil etc.) e do Programa contemplar ação de apoio ao reaparelhamento e reestruturação dos órgãos de defesa civil, ainda existe grande número de instituições desestruturadas. Uma das possíveis justificativas para a ocorrência deste fato é a não-existência, nas três esferas de governo, de corpo técnico permanente (servidores de carreira) com qualificação específica em defesa civil, que possa dar continuidade aos conhecimentos e experiências adquiridos em sua vida profissional e, conseqüentemente, estar melhor preparado para o desempenho eficiente e tempestivo das atividades de prevenção e de preparação para desastres. Outra possível justificativa para a falta de reestruturação mencionada, e que deverá ser objeto de análise, é a necessidade de adequar o conteúdo do curso e demais eventos de capacitação em defesa civil, bem como do perfil dos seus participantes.

PROÁGUA INFRA-ESTRUTURA

GERENTE DO PROGRAMA

João Reis Santana Filho

OBJETIVO

Aumentar a oferta de água para o consumo humano e para a produção por meio da execução de obras estruturantes: barragens, açudes, canais, poços públicos e adutoras.

PÚBLICO-ALVO

Populações de regiões com baixa disponibilidade de recursos hídricos, concessionárias de serviços de saneamento e produtores dos setores primário e secundário

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.181.339.473,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.032.536.309,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 1.032.536.309,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Adução de Água Bruta - Milhão de Metros Cúbicos (m³)	572.00	-	-	-	2.858,53	-
2. Reserva de Água em Barramentos e Açudes - Milhão de Metros Cúbicos (m³)	-	-	-	6.500	10.004,84	64,96%

1. ADUÇÃO DE ÁGUA BRUTA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Necessita-se revisar o indicador para avaliar o desempenho do Programa, pois aquele somente pode ser aferido quando concluídas as obras.

2. RESERVA DE ÁGUA EM BARRAMENTOS E AÇUDES
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Poder-se-á mensurar este indicador apenas depois de concluída a obra e com seu enchimento. Entretanto, estima-se que se tenha atingido o volume de 6.500 milhões de m³ de reservamento,

para o que contribuiu com a conclusão das obras das barragens Castanhão (CE), João Leite (GO), Arneiroz II (CE) e São Bento (SC). Existem ainda outras iniciativas em andamento/conclusão, que resultarão em substancial incremento da capacidade de reservação e adução de água quando concluídas as obras.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A carência de água para consumo humano e usos múltiplos afeta negativamente os níveis de saúde e restringe as oportunidades de melhoria sócio-econômica das comunidades dos espaços geográficos onde a disponibilidade do recurso é reduzida. Esta situação, em muitos casos, é devida ao caráter temporário dos mananciais e/ou a localização das fontes, exigindo grandes esforços para se ter acesso à quantidade mínima indispensável. Mas, paradoxalmente, em outras situações, os recursos armazenados em reservatórios nunca foram eficientemente utilizados pela inexistência de estruturas de captação, transporte e distribuição. A solução passa pelo fortalecimento institucional dos Estados na gestão dos recursos hídricos e compreende a elaboração de estudos e projetos capazes de garantir o desenvolvimento sócio-econômico da região, bem como a execução desses projetos por meio da recuperação de obras existentes; da construção de novas barragens, para regulação e armazenamento, e das adutoras e estruturas auxiliares necessárias para garantir o acesso fácil à água pelas populações e produtores. Com isso, é de se esperar a redução das taxas de morbidade e mortalidade das populações afetadas, assim como a migração para locais com abastecimento garantido.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Conclusão da construção do Complexo Castanhão no Estado do Ceará.

A execução foi considerável, tendo em vista que boa parte das ações deste Programa integra ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Existem, no âmbito da gerência, mecanismos de monitoramento do desempenho físico das ações. Destacam-se:

a) as reuniões de trabalho e visitas *in loco*, com periodicidade baseada em plano de inspeção e acompanhamento de obras;

b) a utilização de sistemas informatizados (a gerência desenvolve e aperfeiçoa o Sistema de Acompanhamento e Supervisão de Obras (Saso) para inspecionar e verificar o desempenho físico das ações);

c) a evolução no preenchimento do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), do desempenho físico das ações, melhorando

significativamente a performance do acompanhamento do Programa em 2007, alcançando quase 100%;

d) os relatórios de gestão, com estudo e aperfeiçoamento dos modelos internos.

Além disso, diversas ações deste Programa integram o PAC, por isso foram instituídos novos procedimentos e mecanismos de monitoramento, como o WEBPAC , o Sistema de Auxílio à Pesquisa em Processamento de Imagens (SAPPI) , as reuniões semanais de sala de situação e o monitoramento bimestral amplamente discutido com a Casa Civil.

A execução física se realizou entre 40% e 80% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Houve considerável avanço em relação ao exercício anterior. Os recursos orçamentários executados foram suficientes. Seu fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. A descontinuidade sofrida decorreu de fatores como, atraso nas prestações de contas dos Estados, inadimplência dos entes e questões burocráticas.

Em 2007 foi satisfatória a alocação de recursos na ação Gestão e Administração do Programa (GAP), entretanto, há a necessidade de maior disponibilidade de recursos para a manutenção do Programa. Os principais gastos efetuados com recursos da GAP foram: pessoal, contratação de estudos, projetos executivos, projetos básicos, contratação de consultores especializados, painel de barragem, publicação de livros, manuais e cartilhas, treinamentos internos.

Os recursos materiais nas equipes executoras foram insuficientes, havendo necessidade de veículos e equipamentos de medição adequados aos procedimentos de aferição dos resultados. Houve também inadequação de espaço físico para as equipes executoras.

As principais restrições enfrentadas pelo Programa foram:

a) atraso por parte dos Estados e Municípios em remeter os documentos necessários para prestação de contas. Fato este que compromete a execução dos cronogramas para repasse de recursos;

b) dificuldades de celebração de convênios na gerência, considerando que os proponentes não atendem oportunamente as demandas técnicas e ao cumprimento das questões normativas;

c) dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes, uma vez que os Estados estavam inadimplentes ao longo do exercício, o que inviabilizou o cumprimento dos cronogramas para repasse de recursos;

d) dificuldades em licitações e celebração de contratos, em que houve atrasos nos processos licitatórios dos convênios em decorrência de dificuldades operativas dos Estados, após maiores exigências impostas pelas suas Procuradorias-Gerais.

Foram descentralizados recursos para Caixa Econômica Federal (CEF), Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF). Face à formalidade que a CEF exige para com os Municípios, os projetos não tiveram execução no seu exercício orçamentário, sendo executadas as ações que estavam inscritas em restos a pagar.

Nos casos das ações executadas por outros entes executores, tem-se buscado integração junto aos entes, sendo que as ações realizadas por outros ministérios ocorreram dentro do esperado. Foi criado um comitê-gestor que realiza reuniões mensais e tem sido positivo o resultado dos trabalhos efetuados.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social. Destacam-se:

a) as audiências públicas que se realizaram, em alguns casos, para tratar das questões de desapropriação das terras;

b) a reunião com grupos de interesse que se dá durante as visitas às obras, onde representante do Ministério da Integração Nacional responsável por acompanhar as questões sociais e ambientais levanta informações relevantes a respeito da situação encontrada em reuniões, entrevistas com grupos de interesses (técnicos do Estado, moradores da região) e aplicação de roteiro-guia das questões sócio-ambientais;

c) a discussão em Conselho Setorial por meio de representantes em diversas câmaras técnicas do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), o que tem possibilitado avançar as discussões relevantes do setor.

O referencial para o acompanhamento dos programas na área sócio-ambiental é o convênio firmado entre o Ministério e o Estado/Município. As análises das contribuições sócio-ambientais estão em fase de implementação, sendo o monitoramento desta atuação limitado ao que está previsto no convênio.

Estão em formatação os indicadores sócio-ambientais de monitoramento para os trabalhos de avaliação prévia e posterior da implementação das obras, desde que firmado ou previsto pelo convênio para este fim.

O Programa conta com ações pertencentes ao Proágua Nacional, que é um acordo de empréstimo firmado com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), que possui sistemática de trabalho com bons resultados e estão sendo incorporadas pelas equipes técnica e gerencial deste Programa, constituindo-se boas práticas de gestão. São exemplos, o Painel de Segurança de Barragens e os consultores em áreas específicas de hidrologia, custos e licitação; elaboração e aperfeiçoamento de estudos e projetos executivos.

Em 2007, grande parte deste Programa contou com apoio e reforço do PAC. Isto significou elevação das dotações inicialmente consignadas, garantia de fluxo de recursos (sem contingenciamento) e melhor coordenação das soluções para as restrições encontradas. Em que pesa o avanço neste sentido, houve atrasos decorrentes de celebração de convênios para a execução das obras, prestação de contas dos convenentes, processo licitatório e licenciamento ambiental.

Contudo, embora a execução em alguns casos tenha se notado postergada, perceberam-se avanços na execução dos projetos, sobretudo na parte final do ano, refletidos pela melhor gestão das restrições encontradas e pelo empenho de valores significativos de dotações elevadas, embora em muitos dos casos tenham restado a serem pagos no ano seguinte. Dado o vulto de grande parte desses projetos, que têm a execução prevista para vários anos, em que a maioria não terminando antes de 2010, espera-se que a eficiente gestão das restrições, combinada com o fluxo garantido de recursos, seja capaz de permitir que os projetos sejam concluídos sem atraso na data final prevista.

Quanto ao alcance dos índices previstos para os indicadores ao final do PPA e seu valor apurado em 2007, cabe dizer que sua avaliação fica prejudicada dada a natureza das obras, que só permite a apuração dos mesmos após elas terem sido concluídas. Em alguns casos, elas já estão em estágio avançado e/ou com empenho integral das dotações previstas para o ano de 2007. Neste último caso, sua realização física correspondente, somente, será aferida nos anos seguintes, embora o recurso já tenha sido comprometido, o que explica eventuais divergências entre a execução financeira (perto de 85% da prevista para o ano) e a execução física.

Por fim, cabe dizer que merecem atenção a elaboração e análise dos estudos de pré-viabilidade dos projetos e dos projetos básicos das obras, pois de sua qualidade dependem a boa eleição de projetos públicos, a consistência da programação e se evitam erros relacionados à não-previsão de intervenções necessárias ou à necessidade de intervenções corretivas, implicando atraso nas obras e/ou acréscimo de custos.

PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS (PROMESO)

GERENTE DO PROGRAMA

Márcia Regina Sartori Damo

OBJETIVO

Aumentar a autonomia e a sustentabilidade de espaços sub-regionais por meio da organização social, do desenvolvimento do seu potencial endógeno e do fortalecimento da sua base produtiva com vistas à redução das desigualdades inter e intra-regionais.

PÚBLICO-ALVO

Gestores públicos, lideranças sociais, comunidades locais e produtores, com ênfase nos pequenos e médios empreendedores

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 379.829.535,00	Empenho Liquidado:	R$ 218.145.808,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 218.145.808,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 48.180.000,00	R$ 14.510.810,92	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Número de Ocupações Geradas na Região Integrada do DF e Entorno - Unidade	-	-	-	-	-	-
2. Número de Ocupações Geradas na Sub - região da Bacia do Itabapoana - Unidade	-	-	-	-	-	-
3. Número de Ocupações Geradas na Sub - região da Chapada das Mangabeiras - Unidade	-	-	-	-	-	-
4. Número de Ocupações Geradas na Sub - região da Chapada do Araripe - Unidade	-	-	-	-	-	-
5. Número de Ocupações Geradas na Sub - região da Grande Fronteira do Mercosul - Unidade	-	-	-		-	-
6. Número de Ocupações Geradas na Sub - região da Metade Sul do Rio Grande do Sul - Unidade	-	-	-	-	-	-
7. Número de Ocupações Geradas na Sub - região de Águas Emendadas - Unidade	-	-	-	-	-	-

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
8. Número de Ocupações Geradas na Sub - região do Alto Solimões - Unidade	-	-	-	-	-	-
9. Número de Ocupações Geradas na Sub - região do Xingó - Unidade	-	-	-	-	-	-
10. Número de Ocupações na Sub-região do Bico do Papagaio - Unidade	-	-	-	-	-	-
11. Número de Ocupações na Sub-região do Vale do Jequitinhonha e Mucuri - Unidade	-	-	-	-	-	-
12. Número de Ocupações na Sub - região do Vale do Ribeira e Guaraqueçaba - Unidade	-	-	-	-	-	-
13. Número de Ocupações na Sub - região do Vale do Rio Acre - Unidade	-	-	-	-	-	-

1. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NA REGIÃO INTEGRADA DO DF E ENTORNO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Encontra-se em estudo um novo indicador para avaliar o impacto do Programa.

2. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NA SUB - REGIÃO DA BACIA DO ITABAPOANA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Encontra-se em estudo um novo indicador para avaliar o impacto do Programa.

3. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NA SUB - REGIÃO DA CHAPADA DAS MANGABEIRAS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Encontra-se em estudo um novo indicador para avaliar o impacto do Programa.

4. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NA SUB - REGIÃO DA CHAPADA DO ARARIPE

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Encontra-se em estudo um novo indicador para avaliar o impacto do Programa.

5. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NA SUB - REGIÃO DA GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Encontra-se em estudo um novo indicador para avaliar o impacto do Programa.

6. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NA SUB - REGIÃO DA METADE SUL DO RIO GRANDE DO SUL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Encontra-se em estudo um novo indicador para avaliar o impacto do Programa.

7. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NA SUB - REGIÃO DE ÁGUAS EMENDADAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Encontra-se em estudo um novo indicador para avaliar o impacto do Programa.

8. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NA SUB - REGIÃO DO ALTO SOLIMÕES
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Encontra-se em estudo um novo indicador para avaliar o impacto do Programa.

9. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NA SUB - REGIÃO DO XINGÓ
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Encontra-se em estudo um novo indicador para avaliar o impacto do Programa.

10. NÚMERO DE OCUPAÇÕES NA SUB-REGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Encontra-se em estudo um novo indicador para avaliar o impacto do Programa.

11. NÚMERO DE OCUPAÇÕES NA SUB-REGIÃO DO VALE DO JEQUITINHONHA E MUCURI
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Encontra-se em estudo um novo indicador para avaliar o impacto do Programa.

12. NÚMERO DE OCUPAÇÕES NA SUB - REGIÃO DO VALE DO RIBEIRA E GUARAQUEÇABA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Encontra-se em estudo um novo indicador para avaliar o impacto do Programa.

13. NÚMERO DE OCUPAÇÕES NA SUB - REGIÃO DO VALE DO RIO ACRE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Encontra-se em estudo um novo indicador para avaliar o impacto do Programa.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Brasil apresenta nítidas desigualdades intra e inter-regionais, resultado de processo histórico de desenvolvimento que se caracterizou pela concentração em áreas específicas do território, notadamente o Centro-Sul e ao longo da faixa litorânea. Em que pesem modestos avanços em termos de desconcentração, o País ainda carece de políticas públicas efetivas que contribuam para a inserção eqüitativa de áreas menos dinâmicas, com precárias condições de vida para seus habitantes, no processo de desenvolvimento econômico e social. Se, por um lado, o Governo Federal dispõe de políticas definidas para as camadas menos favorecidas da população, em que o combate emergencial à pobreza e à fome é a prioridade absoluta, por outro lado é necessário que seja implementado política voltada para as camadas imediatamente subjacentes, baseada no desenvolvimento regional.

Desta forma, o Promeso pretende que a atuação do Governo Federal se dê, de forma integrada, em novas escalas espaciais, preferencialmente em sub-regiões, que as demandas e possíveis soluções sejam identificadas com a participação efetiva da sociedade civil que, para tanto, deve estar organizada e legitimamente representada e que se consolide, segundo as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), processo consistente e permanente de redução das desigualdades inter e intra-regionais no País.

A Agenda 21 brasileira, em seu objetivo oito, prioriza os subespaços regionais com os quais o Ministério já vinha trabalhando e que, em alguns deles, vinha alcançando resultados importantes em termos de mobilização da sociedade, participação e democratização das decisões, em clara demonstração da possibilidade e conveniência de se promover o desenvolvimento a partir de nova perspectiva. A importância da intervenção em espaços sub-regionais para a economia nacional e, principalmente, regional é relevante pela necessidade de interiorizar o processo de crescimento da economia, visando à inserção social e econômica das populações locais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• A institucionalização da PNDR, por meio do Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007, e a regulamentação dos mecanismos e instrumentos para sua implementação.

• Criação dos fóruns de Desenvolvimento Integrado das Mesorregiões Bico do Papagaio e Chapada das Mangabeiras.

• Confecção do Plano de Ação para a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul 2007-2011.

• Ampliação do apoio aos Arranjos Produtivos Locais (APL).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

As informações relativas ao desempenho físico das ações são obtidas em relatórios de acompanhamento elaborados pelas instituições executoras dos projetos conveniados e por meio do acompanhamento em campo, sob a responsabilidade dos responsáveis técnicos dos subespaços ou da Região Integrada de Desenvolvimento (Ride) do Distrito Federal e Entorno. No que diz respeito às ações de responsabilidade de outras instituições vinculadas ao Ministério da Integração Nacional (MI), os procedimentos de acompanhamento são realizados pelo corpo técnico daquelas instituições e informados no preenchimento do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan). Dificulta a implantação de mecanismo de monitoramento da execução física o fato de as ações serem implementadas em áreas de baixo desenvolvimento e, por esta razão, os executores apresentam pouca capacitação, além da ampla área de atuação do Programa (diversos espaços do território nacional). Estes aspectos também implicam atrasos no cumprimento de metas, dificuldade de consolidação e dispersão das informações. Vale destacar que estas características também limitam a adoção de modelo adaptável às diferentes realidades.

O cumprimento de metas estabelecidas para o exercício 2007 foi aproximadamente de 50% a 60%. No entanto, cabe destacar que algumas ações oriundas de emendas parlamentares tiveram execução financeira e/ou física nulas ou descoladas dos objetivos do Programa, enquanto outras tiveram execução financeira, mas não houve o preenchimento dos dados físicos correspondentes ou foi impossível a execução ainda no exercício de 2007.

Os contingenciamentos e o planejamento inadequado na disponibilização de recursos orçamentários e financeiros continuam prejudicando o Programa. Entretanto, este problema foi minimizado pela sistemática do estabelecimento de parcerias.

A grande maioria dos convênios apenas foi celebrada ao final do exercício. Desta forma, parte significativa da execução física e financeira teve início apenas em 2008, por meio de recursos inscritos em restos a pagar. Ressaltamos novamente a necessidade de definição de mecanismo que garanta fluxo financeiro, com o estabelecimento de cotas mensais para o Programa.

A aplicação dos recursos referentes às ações de financiamento é feita sem articulação com as ações realizadas nos espaços prioritários trabalhados pelo Promeso, não trazendo impactos mensuráveis e observáveis para os objetivos do Programa e para as áreas prioritárias apoiadas pelo Programa.

Os recursos da ação de Gestão Administrativa do Programa (GAP) foram gastos essencialmente com despesas de pessoal, em contratos de servidores temporários e funcionários terceirizados. Contribuíram, portanto, para a execução do Programa, na medida em que possibilitaram o incremento da equipe encarregada.

O Ministério ainda não apresenta corpo técnico permanente, com qualificação específica dentro da carreira de desenvolvimento regional, sendo necessária a busca de outras modalidades de contratação para técnicos com perfil gerencial. A necessidade de acompanhamento mais próximo de cada um dos 13 subespaços, objetos de ações do Programa, indica a importância do aumento da equipe gerencial. Avanços quanto à qualidade e quantidade da equipe técnica disponível foram feitos no exercício de 2007, no entanto, ainda se apresenta deficiente.

O contingenciamento orçamentário e a morosidade na liberação de recursos continuam a provocar descontinuidade e atraso na execução dos projetos. Da mesma forma, o atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios provoca dificuldade na avaliação dos resultados obtidos e, em alguns casos, compromete a continuidade de apoio ao segmento produtivo, por meio de novos convênios.

Dois aspectos que merecem igual destaque na avaliação da execução das ações do Programa são as dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes, o que tem implicado na descontinuidade de apoio a projetos elaborados, comprometendo a estruturação de alguns arranjos produtivos e a lentidão no processo de licenciamento ambiental que tem comprometido e até inviabilizado a celebração de convênios.

Embora, desde 2005, se realize esforço de convergência com as estratégias desenvolvidas pelo Programa, em especial pela realização e acompanhamento de plano de ação integrado de todo o órgão, contemplando os programas de desenvolvimento regional, o acompanhamento dos recursos descentralizados para entidades vinculadas ao MI ainda carece de trabalho mais elaborado para estabelecer sistemática que permita obter dados confiáveis em tempo real.

Para as ações gerenciadas diretamente pela Secretaria de Programas Regionais (SPR), o contato com os executores e a coleta de informações é realizada pelo responsável técnico de cada subespaço. No caso de ações executadas por outras unidades vinculadas ao MI, o contato e a coleta de informações são realizados por seu corpo técnico, sendo que a gerência do Programa somente recebe a informação por meio do SIGPlan.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Algumas parcerias não-governamentais têm oferecido bons resultados, contudo outras ainda precisam ser aprimoradas. Cabe ressaltar que a diversificação de parceiros atuantes nos subespaços é bastante salutar para o desenvolvimento de projetos regionais.

Os fóruns mesorregionais de desenvolvimento caracterizam-se como os mecanismos mais

apropriados para participação social, contribuindo para o estabelecimento de critérios para seleção de projetos, a articulação com outras esferas governamentais e não-governamentais, o estimulo à participação da sociedade na implementação e aprovação da PNDR, e a articulação de ações político-administrativas visando a participação da sociedade na formulação de políticas e programas dos diferentes ministérios.

Os fóruns mesorregionais de desenvolvimento, que caracterizam os mecanismos mais apropriados para participação social, permitem que os projetos executados sejam discutidos e avaliados em toda a sua extensão. Assim sendo, os resultados são comunicados em encontros e reuniões periódicas das quais os responsáveis técnicos pelos subespaços participam e podem trazer à gerência subsídios para o aperfeiçoamento do Programa.

Não foram feitos comentários acerca da concepção do Programa. Apenas a criação de três novos localizadores na sub-região do Seridó, na Ride de Teresina (PI) e Timon (MA) e na Ride de Juazeiro (PE) e Petrolina (BA). Esta solicitação se prende ao fato destes subespaços estarem contemplados na regulamentação referente às atribuições do MI e dos mecanismos e instrumentos de implementação da PNDR, onde também são listadas as mesorregiões instituídas e seus Municípios.

PROMOÇÃO E INSERÇÃO ECONÔMICA DE SUB-REGIÕES (PROMOVER)

GERENTE DO PROGRAMA

Márcia Regina Sartori Damo

OBJETIVO

Promover, em espaços sub-regionais dinâmicos, a inserção competitiva de atividades econômicas potenciais nas economias local, regional, nacional e internacional.

PÚBLICO-ALVO

Investidores potenciais, pequenos e médios empreendedores, mão-de-obra existente nas áreas selecionadas de atuação

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 20.205.505,00	Empenho Liquidado:	R$ 16.668.916,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 16.668.916,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 1.420.000,00	R$ 0,00	

INDICADORES

1. FATURAMENTO BRUTO NOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS ATENDIDOS PELO PROGRAMA

Valores dos índices alcançados ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Estes dois indicadores foram criados em 2005. Considerando-se que os projetos apoiados pelo Programa possuem, em média, duração de dois anos e meio a três anos, a mensuração dos resultados estava prevista para se realizar em 2007. Entretanto, cabe ressaltar a grande dificuldade de se apurar os índices, uma vez que os parâmetros definidos não possuem relação de causa e conseqüência observável de forma clara quanto aos projetos apoiados. Além disso, a disponibilidade de recursos materiais e humanos tem-se mostrado insuficiente para a revisão dos indicadores e para possível construção de novos parâmetros para a avaliação dos resultados do Programa. Daí a grande dificuldade de levantar o número de ocupações geradas nos arranjos produtivos locais apoiados pelo Programa.

2. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS APOIADOS PELO PROGRAMA

Valores dos índices alcançados ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Ver comentário do indicador número 1.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Recorrentemente, são apresentados indicadores de desenvolvimento e de disponibilidade de recursos – humanos e capital físico – que revelam a precariedade e fragilidade, em termos de sustentabilidade, do processo de redução das desigualdades inter e intra-regionais no Brasil. Esta situação torna-se cada vez mais complexa para as regiões menos dinâmicas, à medida que se reduzem sistematicamente as barreiras anteriormente existentes no âmbito do comércio internacional, de forma que tais regiões, que já sofrem a concorrência das regiões mais dinâmicas do país, agora competem com produtos oriundos dos mercados externos. Não obstante, revelam-se, em alguns casos, oportunidades produtivas que, adequadamente identificadas e incentivadas, numa perspectiva sistêmica, poderiam se constituir em vetores do desenvolvimento, pautados na capacidade endógena dos recursos humanos existentes e no aproveitamento sustentável dos recursos daquelas regiões. Desta forma, o papel da mobilização de ações, de iniciativas e de recursos, aproveitando-se as disponibilidades locais existentes, poderia revelar seus condicionantes de competitividade, seus principais pontos de estrangulamento e, principalmente, as soluções para os problemas identificados. Nesse sentido, evitando-se a sobreposição de iniciativas e ampliando-se as possibilidades de parcerias existentes nas diversas experiências implementadas pela sociedade civil voltadas para a identificação e promoção de arranjos produtivos locais, clusters, cadeias produtivas e treinamento e capacitação de mão-de-obra, entre outros, possibilitar-se-ia um processo virtuoso de redução consistente das desigualdades verificadas no País.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• A aferição dos resultados fica prejudicada pelo tempo de implementação dos diversos projetos e pelo fato de que os impactos das ações desenvolvidas terem prazo de maturação maior do que o exercício em que as ações se desenvolvem. Quanto a projetos apoiados em 2005-2006 já apresentam resultados parciais e perspectivas que podem caracterizá-los como dentro do resultado esperado, que se denota pelo incremento da competitividade nos Arranjos Produtivos Locais (APL) apoiados pelo Programa.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

As ações do Programa são executadas por meio de convênios ou descentralizações de recursos, firmados ou realizados segundo planos de trabalho e projetos previamente aprovados, dos quais constam as metas a alcançar e respectivos prazos de execução. Tais convênios e descentralizações são acompanhados por técnicos que verificam, periodicamente, mas sem uma regularidade

definida, a execução e o alcance das metas. Para tanto, são realizadas reuniões regulares de trabalho com a equipe responsável pelos projetos para se garantir a troca de informações sobre o desempenho físico das ações e o controle e monitoramento do mesmo. Apontam-se como dificuldades neste processo a reduzida equipe e a multiplicidade de tarefas a ela delegadas.

O comprometimento dos recursos disponibilizados no Orçamento Geral da União (OGU) de 2007 para o Programa alcançou em torno de 80% do nível previsto. A execução física, no entanto, estará concentrada no exercício de 2008 em diante, já que a maioria dos convênios ou descentralizações foi realizada no último bimestre de 2007.

A avaliação de desempenho para a execução das ações implementadas em outras unidades administrativas do próprio MI advém, especialmente, da ainda deficiente articulação das unidades vinculadas com a unidade central. Ainda assim, é fundamental a criação de mecanismos de controle, acompanhamento e monitoramento sobre as entidades para garantir a troca de informações e a avaliação das ações executadas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Os projetos apoiados pelo programa são construídos, via de regra, com a participação de fóruns de desenvolvimento (constitui a instância social que tem primazia na definição de prioridades e de planos de ações para o desenvolvimento), agências de desenvolvimento (privadas sem fins lucrativos) etc. Seus resultados são discutidos em reuniões com a participação dos interessados diretos no projeto visando a articulação entre as diversas esferas de governo e da sociedade civil organizada, a identificação, discussão e encaminhamento de propostas de ação para a região e o apoio à mobilização e à participação das comunidades nos processos de desenvolvimento local.

O fato de haver predominância de investimentos, com a realização de obras civis, condiciona o processo de seleção de parceiros e de realização de convênios. Cabe destacar que, a partir da avaliação das ações até 2007, foi definida mudança estratégica na forma de atuação, com a incorporação das ações do Promover pelos programas de base territorial – Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais (Promeso), Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido (Conviver) e Programa de Desenvolvimento Social da Faixa de Fronteira.

Para que haja uma gestão satisfatória destas iniciativas naqueles programas, com a devida publicização dos resultados à sociedade, será fundamental que o Ministério defina e apure os indicadores necessários e, se for o caso, apresente sugestões de aperfeiçoamento do PPA 2008-2011.

Subsistirá, também, a necessidade de articular a inclusão de ações por meio de emendas parlamentares, estejam em harmonia com as ações realizadas nas áreas prioritárias do Promeso, bem como a realização de efetivo acompanhamento da execução física das ações, o que vem deixando de ocorrer regularmente não apenas nas ações incluídas por meio de emendas parlamentares, mas também naquelas de execução por entidades vinculadas ao órgão.

RESPOSTA AOS DESASTRES

GERENTE DO PROGRAMA

Roberto Costa Guimarães

OBJETIVO

Promover o socorro e a assistência às pessoas afetadas por desastres, o restabelecimento das atividades essenciais e a recuperação dos danos causados, especialmente nos casos de situação de emergência e Estado de calamidade pública reconhecidos pelo Governo Federal.

PÚBLICO-ALVO

Pessoas afetadas por desastres, especialmente os estratos populacionais menos favorecidos

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 554.292.972,00	Empenho Liquidado:	R$ 370.371.467,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 370.371.467,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Resposta aos Desabrigados e Desalojados nos Municípios em Emergência ou Estado de Calamidade Pública - Porcentagem	-	10.00	10.00	40.00	41.00	97,56%

1. TAXA DE RESPOSTA AOS DESABRIGADOS E DESALOJADOS NOS MUNICÍPIOS EM EMERGÊNCIA OU ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Este indicador não reflete a realidade, em função das ações deste Programa serem, basicamente, de resposta, após a ocorrência dos desastres naturais, humanos e mistos, o que não é previsível, sendo normalmente aferido ao final do exercício financeiro.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Há freqüentes ocorrências de desastres naturais, humanos e mistos, com danos às pessoas, ao patrimônio e com grandes prejuízos econômicos e sociais. Além disso, a maioria dos Municípios já não possui estrutura e capacidade financeira para administrar a normalidade,

mais ainda na anormalidade provocada por desastres, necessitando do atendimento supletivo do Governo Federal.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• No que se refere a socorro e assistência às populações afetadas por desastres, considerando os recursos orçamentários e financeiros disponíveis e os oriundos de créditos orçamentários e emendas parlamentares, foram atendidos todos os Municípios que solicitaram o apoio do Governo Federal.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Dificuldades na apresentação da documentação indispensável à formalização de convênios, por parte dos proponentes, resultaram em cancelamento de empenhos realizados. O excesso de burocracia e o despreparo das equipes municipais restringiram os resultados previstos para o Programa. Outra dificuldade encontrada na celebração de convênios diz respeito às inadimplências dos entes federados, o que causa sérios problemas no repasse dos recursos voluntários.

A lentidão no processo de licenciamento ambiental obrigou, na maioria das vezes, à celebração de convênios contendo cláusulas que condicionaram a liberação dos recursos financeiros somente após a apresentação da documentação obrigatória. Esses aspectos prejudicam, em última instância, a população afetada por desastres. O atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios, provocados pelo despreparo das equipes municipais, e mesmo de algumas estaduais, ocasionou acúmulo de problemas administrativos, bem como acarretou esforços consideráveis no atendimento de diligências dos órgãos de fiscalização e controle.

Os recursos orçamentários previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) são muito aquém das necessidades anuais, o que requer a edição de Medidas Provisórias (MP) ou mesmo de emendas parlamentares, sempre que ocorre desastres de grande porte. Por este mesmo motivo, a execução orçamentária anual ultrapassa em aproximadamente 10 a 15 vezes a dotação prevista na LOA, configurando verdadeira inversão de valores.

Devido a contingenciamentos de recursos, assim como à imposição de limites orçamentários e financeiros mensais, eventualmente ocorrem descontinuidades no fluxo de recursos, prejudicando inclusive a realização de destaques e repasses a órgãos federais parceiros nas ações de resposta a desastres.

No caso das MP e das emendas parlamentares, as dotações demoram a ser disponibilizadas, prejudicando as populações atingidas. Em muitos casos, as populações afetadas aguardam por meses a liberação de recursos para a reabilitação/reconstrução dos danos ocasionados por desastres e são mantidas em abrigos temporários além do tempo em que seria razoável, com o comprometimento de sua higidez, sociabilidade, trabalho etc.

Há necessidade de aquisição imediata de equipamentos especializados, bem como materiais específicos às atividades tanto da equipe gerencial quanto das equipes executoras. Devido às dotações orçamentárias existentes, os equipamentos e materiais são adquiridos em quantidades pequenas, demandando tempo excessivo para o atendimento das equipes empregadas nas diversas ações componentes do Programa. As estruturas físicas das instalações não comportam o pessoal necessário, restringindo assim as ações de resposta a desastres, como o reconhecimento da Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública e mesmo o atendimento *in loco* dos desastres

A equipe gerencial ressente-se de recursos humanos em qualidade e quantidade, haja vista a natureza das ações empreendidas e de alta especialização que exigem esforços diuturnos. São poucos e escassos os recursos humanos em cargos gerenciais e de execução, que acabam sobrecarregados.

A ausência de Plano de Cargos e Salários no MI dificulta bastante o recrutamento de pessoal em nível gerencial, o que também concorre para a alta rotatividade dos técnicos concursados, que acabam sendo aprovados em concursos para outros órgãos de melhor remuneração. Esse fato obriga a constante reciclagem e retreinamento dos novos servidores, prejudicando o desempenho do Programa. O nível salarial dos servidores em funções de execução também é baixo e estão limitados às contratações (terceirizações).

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC) desenvolve extenso e intenso Programa de capacitação anual em ações de defesa civil. Graças a isso, no âmbito estadual e, principalmente, no âmbito municipal, a conscientização dos governantes e, particularmente, da população, em especial a residente em áreas de risco, tem aumentado, com resultados positivos em termos de diminuição de mortes por desastres diversos, em particular os naturais.

Estão sendo criadas as Coordenadorias Municipais de Defesa Civil (Comdec) em ritmo acelerado no país, bem como diversos Municípios têm incrementado a criação e funcionamento dos Núcleos de Defesa Civil (Nudec), especialmente para atender a população de baixa renda residente nas periferias dos centros urbanos. Tudo isso tem auxiliado na diminuição dos efeitos dos desastres junto à população afetada, com reflexos positivos na conscientização dos cidadãos em geral e na significativa redução das mortes ocasionadas por desastres. Essas atividades têm sido, geralmente, solicitadas pelas comunidades junto aos seus governantes.

Está sendo implementado o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad), o qual se constitui de espaço próprio com equipamentos de última geração, operados por especialistas treinados e apoiados no Sistema Operativo de Defesa Civil (SODC). O Cenad, considerado ferramenta de extrema utilidade no gerenciamento de riscos e de crises, já emite os alertas meteorológicos a todos os Municípios e Estados e realiza o socorro às populações atingidas por desastres, desencadeando as portarias de reconhecimento de situação de emergência ou de Estado de calamidade pública e ainda servindo como base de dados de áreas de risco e de facilidades de apoio e socorro às

populações em todo o território nacional.

O SODC ferramenta que se encontra com o seu software em fase de implantação, quando implementado, permitirá um salto de qualidade na gestão dos riscos e desastres no País. O referido sistema tem a sua sustentação legal dentro do que preconiza o inciso XX do artigo 10 e do artigo 21 do Decreto nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, que dispõe sobre a criação do Cenad e seus objetivos. Em linhas gerais, o SODC permite que o agente de defesa civil, estando em campo, possa registrar, em tempo real, dados e imagens (fotos e vídeos) georreferenciados sobre as áreas de risco ou as áreas de ocorrência de desastre, facilitando o assessoramento dos gestores em defesa civil na tomada de decisão.

A ocorrência de ações emergenciais de defesa civil força a edição de créditos extraordinários freqüentes, notadamente por meio de MP. Isto implica a adoção de medidas pontuais, que não asseguram que seja evitada a recorrência de calamidades e desastres. Em 2007, com o intuito de construir estratégia que privilegie ações preventivas e a alocação de recursos públicos que objetivem a diminuição de riscos de desastres, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) instituiu grupo de trabalho com a participação de servidores da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI), da Secretaria de Orçamento Federal (SOF), da Secretaria de Gestão (Seges), e da SEDEC.

A partir dos trabalhos desenvolvidos pelo grupo, ainda em 2008, o MP deverá criar grupo de trabalho interministerial com a participação do Ministério das Cidades (MCidades), do Ministério do Meio Ambiente (MMA), do MI, do Ministério dos Transportes (MT), do Ministério da Defesa (MD), e das secretarias Estaduais e Municipais, que estabelecerá critérios para a construção de carteira de projetos prioritários destinados à prevenção de desastres.

Destaca-se a necessidade de funcionamento do Cenad em regime de 24 horas, a fim de realizar o monitoramento ininterrupto dos desastres ocorridos no Brasil. Como conseqüência, faz-se necessário aumentar o número de funcionários, para se implantar o regime de escala de servidores. Também se faz necessário à melhoria da infra-estrutura e, em especial, maior espaço físico a ser destinado ao referido centro.

TRANSFERÊNCIA DA GESTÃO DOS PERÍMETROS PÚBLICOS DE IRRIGAÇÃO

GERENTE DO PROGRAMA

João Reis Santana Filho

OBJETIVO

Transferir os perímetros públicos de irrigação em condições adequadas à autogestão pelos usuários.

PÚBLICO-ALVO

Produtores de perímetros públicos irrigados

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 114.025.786,00	Empenho Liquidado:	R$ 103.100.782,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 103.100.782,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Transferência da Gestão de Perímetros Públicos de Irrigação para os Usuários/Produtores - Porcentagem	-	0.00	7.00	9.00	20.00	45%

1. TAXA DE TRANSFERÊNCIA DA GESTÃO DE PERÍMETROS PÚBLICOS DE IRRIGAÇÃO PARA OS USUÁRIOS/PRODUTORES
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Não houve condições favoráveis para atingir o índice originalmente previsto, sendo cumprido apenas 45% da meta original.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O viés paternalista das políticas de irrigação e de reforma agrária, comum à grande maioria dos países em desenvolvimento, vem tendo reflexo no Programa de irrigação no decorrer das duas primeiras décadas de sua existência, resultando na dependência da assistência financeira pública para o custeio dos gastos de operação e manutenção. Da mesma forma,

a grande maioria dos produtores de tais projetos nunca alcançou os níveis de capacitação necessários para se transformarem em pequenos empresários rurais.

A figura do "colono" é a de um agricultor de subsistência, explorando a área na qual foram efetuados vultosos investimentos para adequá-la à produção intensiva. A transferência da gestão, processo que no Brasil foi denominado de emancipação, comprovou ser a medida mais eficaz para aumentar a produtividade das áreas beneficiadas, bem como para garantir a economia de água e manutenção apropriada das estruturas, verificando-se, igualmente, significativa redução de custos operacionais. Uma vez que os produtores deixam de demandar apoio para manutenção e operação, pode-se destinar mais recursos para o crescimento da área irrigada ou outras atividades que garantam maior retorno sócio-econômico.

No País, muitos projetos públicos continuam, direta ou indiretamente, sob a tutela do governo ou necessitando de subsídios públicos para seu funcionamento. Para atingir a autogestão, é indispensável o período de adequação, denominado de operação inicial nos novos projetos e de reorganização nos projetos já em funcionamento, de modo a permitir que os produtores obtenham condições mínimas para assumir os encargos financeiros decorrentes da operação de perímetros de irrigação.

Durante este período, os agricultores são conscientizados do seu papel de empresários rurais, são capacitados em agricultura irrigada e para as tarefas de operação e manutenção dos sistemas. Especialistas fomentam e estimulam a formação do distrito de irrigação, entidade responsável pelo fornecimento de água, bem como a formação de cooperativas ou associações de produtores como forma de obter vantagens competitivas para a sua produção. Tais condições favorecem considerável ampliação da área irrigada e, conseqüentemente, da produção agrícola, assim como a geração de empregos e renda.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Transferência da Gestão de dois perímetros de irrigação no ano de 2007, recuperação da infra-estrutura de irrigação de uso comum e acréscimo da área irrigada, reestruturação física e capacitação dos gestores de distritos de irrigação e associações.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os resultados obtidos não conduzem, por si só, à transferência da gestão dos perímetros. Os principais entraves que dificultaram ou impediram o êxito da meta foram:

a) o atraso nas liberações ou transferências de recursos;a paralisação, durante todo o ano de 2007, das atividades de assistência técnica aos produtores;

b) a não-conclusão da regularização fundiária nos perímetros públicos;

c) a impossibilidade de transferir recursos mediante convênio para os distritos de irrigação ou associações de produtores;

d) o impasse jurídico criado entre a Procuradoria-Geral e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) com relação à participação no custeio operacional de perímetros;

e) a falta de políticas de crédito agrícola direcionadas à renegociação das dívidas dos produtores e alavancar a produção nos perímetros públicos de irrigação e de apoio à comercialização dos produtos.

O monitoramento do desempenho físico das ações é praticado por meio dos mecanismos de reuniões com técnicos envolvidos no Programa e representantes dos produtores, com periodicidade mensal e visitas técnicas aos perímetros de irrigação, sendo que em 2007 executadas entre maio e setembro, objetivando a detecção dos reflexos causados pela descontinuidade das ações e avaliação daquelas efetivamente implementadas. Essa atividade é imprescindível, tendo em vista a estratégia de implementação do Programa, o monitoramento e redirecionamento das atividades inerentes ao mesmo. Por último, relatórios de acompanhamento do Programa elaborados de forma descontínua no ano de 2007.

Executou-se entre 40% e 80% das metas físicas presentes na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2008. O atraso na execução orçamentária de 2007, com os recursos da LOA sendo repassados apenas em dezembro de 2007, prejudicou de forma incisiva o andamento das atividades. A dotação orçamentária foi suficiente para os perímetros que compõem o Projeto Piloto de Investimentos (PPI), mas insuficiente para os demais. O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução física programada. Excetuando-se os perímetros do PPI, os demais foram afetados, prejudicando as ações do Programa, por serem estas de caráter contínuo. Os recursos foram liberados ao final do primeiro semestre, mas somente foram transferidos ao final do segundo semestre.

Os limites financeiros disponibilizados para a ação de Gestão e Administração do Programa (GAP) foram aplicados no acompanhamento sistemático *in loco* das aplicações dos recursos repassados aos distritos de irrigação e na implementação das ações previstas no âmbito do projeto de cooperação técnica (PCT) com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) – PCT 00/007/IICA/IRRIGAÇÃO. São exemplos: os diagnósticos setoriais, a avaliação da operação inicial de perímetros irrigados, o apoio técnico especializado, o sistema de informações gerenciais e os cursos de capacitação em associativismo e gerência de perímetros de irrigação.

O Programa encontrou limitações em decorrência de recursos materiais, sendo insuficientes os equipamentos de informática e os veículos para as equipes gerencial e executora. Além disso, para uma adequada implementação do Programa, o número de técnicos existentes na coordenação do MI e, principalmente nas coligadas, foi insuficiente. Há falta de especialistas e de capacitação técnica e gerencial promovida pelos órgãos envolvidos no Programa.

Outras restrições encontradas foram: falta de estrutura organizacional adequada nos Estados conveniados, falta de preparo gerencial das organizações de produtores conveniadas, além da capacitação gerencial dos distritos de irrigação e das associações de produtores somente ter ocorrido no final do segundo semestre de 2007, perdurando, por quase todo o ano, o despreparo das organizações.

O desempenho do Programa ficou aquém do esperado, uma vez que a descontinuidade ocasionada pela reestruturação da direção do DNOCS no primeiro semestre de 2007, a impossibilidade de transferência de recursos aos distritos de irrigação e o impasse jurídico entre a Procuradoria-Geral e o DNOCS em relação ao custeio operacional dos perímetros, dentre outros, acarretaram interrupções demoradas e prejudiciais para a consecução das ações do Programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa não realiza parcerias não-governamentais, mas possui mecanismos que promovem a participação social e realizou reuniões com organizações de produtores, formais ou informais, visando a realização de ações relativas à autogestão dos perímetros de irrigação.

O Programa avalia a satisfação de seus beneficiários por meio de reuniões formais com os grupos de interesse (reuniões e oficinas de trabalho) ou informais quando das visitas aos perímetros irrigados. As manifestações e os pleitos dos produtores serviram de balizamento para o realinhamento das ações.

No PPA 2008-2011 este Programa foi fundido com outros dois que tratavam de agricultura irrigada, o de Eficiência na Agricultura Irrigada e o de Desenvolvimento da Agricultura Irrigada, fincando a fusão destes três sob este último título.

Os índices apurados, apresentados em cada ano, e previsto ao final do PPA, que fazem referência a números absolutos, não são compatíveis com o indicador apresentado (taxa de transferência, com unidade em porcentual). Tal indicador deve ser revisto.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

- Aprimoramento da Execução Penal
- Assistência Jurídica Integral e Gratuita
- Combate à Criminalidade
- Combate ao Crime Transnacional
- Defesa do Consumidor
- Defesa Econômica e da Concorrência
- Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal
- Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas
- Migração e Acordos Internacionais
- Modernização da Polícia Federal
- Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial e Etnodesenvolvimento
- Reforma do Judiciário
- Segurança Pública nas Rodovias Federais
- Sistema Único de Segurança Pública (SUSP)

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para o Ministério da Justiça (MJ), foram utilizados **R$ 6.981.302.730,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 7.661.012.349,00	Realizado orçamentário:	R$ 6.981.302.729,00
Recursos não-orçamentários previstos:	-	Realizado não-orçamentário:	-
Total previsto:	**R$ 7.661.012.349,00**	**Total realizado:**	**R$ 6.981.302.730,00**

Além disso, do total de **R$ 669.147.373,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram executados **R$ 549.940.089,00**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do MJ, no período do PPA 2004-2007, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Finalístico	0661 Aprimoramento da Execução Penal	4,83%	7,91%	20,00%	9,15%	9,25%
	0699 Assistência Jurídica Integral e Gratuita	0,37%	1,34%	2,69%	3,21%	1,71%
	0662 Combate à Criminalidade	48,94%	6,56%	5,89%	6,14%	21,02%
	1164 Combate ao Crime Transnacional	0,01%	0,04%	0,05%	0,05%	0,03%
	0697 Defesa do Consumidor	0,05%	0,07%	0,25%	0,31%	0,15%
	1053 Defesa dos Direitos Difusos	0,14%	0,21%	0,00%	0,00%	0,10%
	0695 Defesa Econômica e da Concorrência	0,38%	0,54%	0,66%	0,48%	0,49%
	1386 Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal	0,00%	0,00%	3,46%	2,50%	1,23%
	0150 Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas	6,67%	12,32%	21,41%	16,16%	12,90%
	0696 Migração e Acordos Internacionais	0,01%	0,02%	0,01%	0,03%	0,02%
	1353 Modernização da Polícia Federal	0,00%	7,61%	11,06%	10,47%	6,29%
	0151 Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial e Etnodesenvolvimento	1,76%	2,81%	3,16%	2,43%	2,41%
	1083 Reforma do Judiciário	0,01%	0,10%	0,11%	0,09%	0,07%
	0663 Segurança Pública nas Rodovias Federais	27,20%	48,07%	8,26%	9,84%	24,35%
	1127 Sistema Único de Segurança Pública – SUSP	9,58%	12,37%	22,77%	38,55%	19,78%
Finalístico Soma		**99,97%**	**99,98%**	**99,79%**	**99,41%**	**99,80%**
Gestão de Políticas Públicas	0698 Gestão da Política na Área da Justiça	0,03%	0,02%	0,21%	0,59%	0,20%
Total Global		**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

AVALIAÇÃO SETORIAL

O MJ tem a missão de garantir e promover a cidadania, a justiça e a segurança pública, assim como implementar as políticas sob sua responsabilidade por meio de uma ação conjunta entre o Estado e a sociedade. Nesse sentido, a atuação do Ministério tem sido

orientada por três objetivos principais: a reconstrução das instituições republicanas, o combate à corrupção, e a promoção da justiça e da cidadania.

Em 2007, como destaque de sua atuação, foi criado o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), organizado em um conjunto de projetos estruturante, de alcance nacional, e caráter local, com abrangência específica, inicialmente, em 11 regiões metropolitanas do País selecionadas em razão dos altos índices de violência, que atuam na prevenção, no controle e na repressão da criminalidade. O Programa pressupõe horizontalidade dos atores e concebe a segurança pública de forma mais ampla. Respeitadas as funções privativas de todos os atores, o que se pretende é tornar clara a interdependência entre estas funções, que, harmônicas entre si, contribuem para a resolução do problema da violência e para o resgate da cidadania.

Não obstante, o MJ atua na modernização, no fortalecimento e na integração das instituições de segurança pública e justiça; na democratização e no aperfeiçoamento do acesso à justiça, da promoção da justiça social, da ordem econômica e das relações de consumo; e na reorganização e no fortalecimento do Sistema Nacional da Política Indigenista. Nesse contexto, destacam-se os seguintes resultados obtidos em 2007:

a) coordenação das ações de segurança dos Jogos Pan e Para-Pan-americano, no Rio de Janeiro, com a mobilização da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), das polícias federal, além da sociedade civil organizada;

b) formação de mais de 57.000 profissionais de segurança pública em 60 telecentros implantados nas instituições policiais de todo o País. E, realização de cursos de polícia comunitária para 22.000 alunos, incluindo policiais, bombeiros, guardas municipais e a própria sociedade;

c) disponibilização e manutenção da Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública (INFOSEG), que registrou mais de 26 milhões de acessos em 2007 e possui mais de 90 mil usuários cadastrados;

d) realização de 188 operações especiais contra o crime organizado, reprimindo o tráfico de entorpecentes, contrabando, corrupção, lavagem de dinheiro, crimes contra o meio ambiente, fraudes em licitações, entre outros o que culminou na apreensão de 2.876 pessoas, com a apreensão de 15 toneladas (t) de cocaína, 173 t de maconha e 209 mil comprimidos de *ecstasy*, resultando no indiciamento de 4.357 pessoas por crimes de tráfico de drogas;

e) expansão do Sistemas Automáticos de Impressões Digitais (AFIS), o qual está em fase de interligação com todos os Estados da Federação e que serve de base para ações de identificação criminal do Brasil;

f) implantação de 12 Delegacias Especiais de Polícia Marítima (Depom), e reforma da Superintendência Regional da Polícia Federal do Rio de Janeiro, com o início

da implantação do Centro Compartilhado de Inteligência Policial de Combate ao Crime Organizado (Cicor);

g) criação de 4.184 novas vagas nos sistemas penitenciários locais, e a contratação de 5.349 novas vagas nos sistemas penitenciários estaduais;

h) fomento à aplicação de penas e medidas alternativas;

i) guarda de 256 presos sob responsabilidade do Governo Federal nas penitenciárias federais de Campo Grande (MS) e Catanduvas (PR) e conclusão das obras na penitenciári de Mossoró (RN) e de 98% das obras relativas à penitenciária de Porto Velho (RO);

j) articulação com o Ministério da Saúde (MS) para implementação e manutenção do Plano Nacional de Saúde no Sistema Prisional, que conta com 149 equipes cadastradas em 10 Unidades Federativas (UF), prestando atendimento de atenção básica à saúde dos presos e internos em 131 estabelecimentos penais;

k) capacitação de 1.033 agentes no combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao crime transnacional e a quebra do sigilo bancário de 104 contas mantidas para fins ilícitos no exterior;

l) fortalecimento do combate à criminalidade nas rodovias federais por meio de operações de combate ao crime, traduzidos pelo aumento de 22,2% no número de prisões, 36,8% de apreensão de cocaína, 59,5% de *crack*, 71,9% de haxixe, 151,6% nas apreensões de cigarro e 179,4% na apreensão de combustível (desviado ou adulterado);

m) aprovação de três projetos de lei encaminhados pelo Executivo ao Congresso Nacional, no âmbito da reforma infraconsticuional – Lei nº 11.441, de 04 de janeiro de 2007; Lei nº 11.495, de 25 de junho de 2007 e Lei nº 11.496, de 26 de junho de 2007;

n) realização de 399.971 atendimentos de assistência jurídica gratuita realizados nas unidades fixas da Defensoria Pública, e de 14.592 atendimentos por meio do Projeto DPU Itinerante;

o) elaboração de diagnóstico acerca dos indicadores do MJ com a proposição de 200 indicadores, sendo 65 de fluxo, 76 operacionais e 59 de resultado, além de um indicador para o Pronasci e elaboração do Manual de Construção e Validação de Indicadores para o Ministério;

p) atendimento básico em saúde a 466.050 indígenas e social a 4.975 indígenas jovens e adolescentes para o enfrentamento ao alcoolismo, doenças sexualmente transmissíveis e aids (DST/Aids), suicídio, gravidez precoce, prostituição,

violência doméstica, entre outros. Com a estruturação de 71 unidades de saúde para atendimento à população indígena;

q) criação, implementação e fortalecimento dos conselhos de educação escolar indígena em seis Estados: Mato Grosso (MT), Maranhão (MA), Amazonas (AM), Tocantins (TO), Pernambuco (PE) e Roraima (RR) e auxílio financeiro a 1.710 estudantes indígenas de nível superior;

r) emissão de decretos de homologação de seis terras indígenas – 978.330 hectares (ha) e remoção de 268 ocupações de não-índios em terras indígenas;

s) realização de 239 operações para coibir a exploração clandestina de madeira, garimpo, grilagem de terra, caça e pesca ilegais, plantação de drogas e turismo pseudo-ecológico;

t) análise de 173 processos de licenciamento ambiental envolvendo integração de bacias, construção e pavimentação de rodovias, construção de ferrovias, linhas de transmissão, usinas hidrelétricas, portos, pontes, gasodutos, dentre outros;

u) análises relativas a 635 processos de fusões, aquisições e condutas anticompetitivas e 86 instruídos;

v) decisões administrativas relativas a 39.321 pedidos, entre prorrogação de prazo de estada, permanência definitiva, transformação de vistos, naturalização, certidão negativa ou positiva de naturalização, nacionalidade, reaquisição de direitos políticos, medidas compulsórias e transferência de pessoas condenadas;

w) integração de dois Estados ao Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec) e a criação da Escola Nacional de Defesa do Consumidor (ENDC).

ASPECTOS RELEVANTES

De modo geral, os programas foram executados de maneira satisfatória e a maioria obteve boa execução física. O alto índice de execução financeira deve-se, em parte, à grande quantidade de despesas correntes relativas ao funcionamento do MJ, especialmente, das polícias da União.

Em relação aos problemas advindos do grau de adesão da estrutura programática à estrutura organizacional, é recorrente a falta de comprometimento dos atores responsáveis com o modelo de gestão atual e com o processo de planejamento dos programas e ações. O percentual e a periodicidade com que é feito o preenchimento do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), por exemplo, é uma conseqüência disso.

Com relação à participação social, embora alguns programas sejam mais propícios ao contato com os beneficiários do que outros, como nos casos de defesa do consumidor e de proteção aos indígenas, ainda há muito que evoluir e são poucos os casos de sucesso.

A respeito da regionalização dos gastos, a maioria da execução orçamentária é feita no localizador nacional, fato que inviabiliza uma leitura da distribuição dos recursos à luz do orçamento. Por outro lado, há uma evolução na leitura dos problemas de acordo com as especificidades locais. Inclusive, alguns dos processos internos do MJ têm um acompanhamento regionalizado, como é o caso, por exemplo, do Mapa de Ocorrências no Brasil. Tais fatores contribuíram para que o Pronasci fosse concebido com esse olhar territorial, selecionando os territórios onde a insegurança pública é maior.

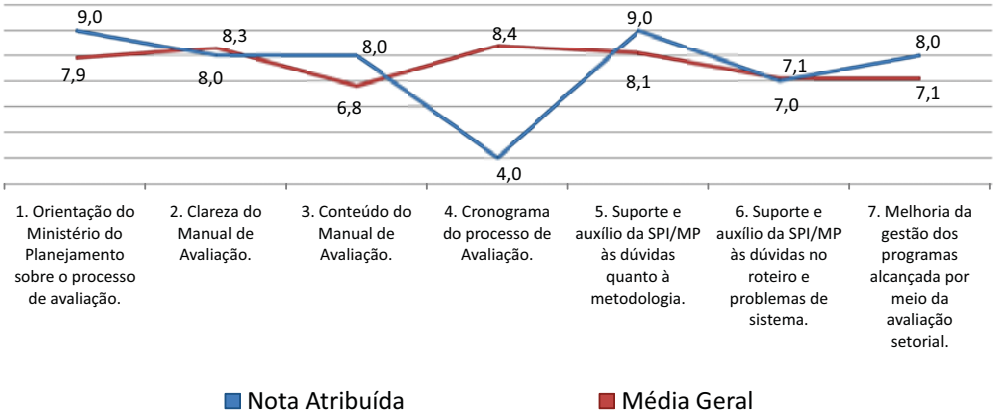
Quanto ao risco à execução dos programas, existe uma associação direta com as principais restrições enfrentadas na implementação. Caso não haja a superação dessas restrições vislumbra-se, na melhor das hipóteses, a manutenção da atual situação de insegurança pública, da qualidade da resposta do Estado às violações de direitos, ou até mesmo o agravamento da corrupção, dos óbices ao exercício da cidadania, entre outros.

Entre as restrições, as mais recorrentes são: o contingenciamento e atraso na liberação de recursos; a morosidade na tramitação de processos licitatórios; a dificuldade no processo de produção das informações; a dificuldade na articulação para implementação das políticas; a insuficiência de recursos humanos; a baixa qualificação das pessoas; a insuficiência de recursos materiais; a insuficiência de espaço físico.

Especialmente no que tange aos recursos humanos, não há concurso público para o MJ desde 1985, fato que causa um grande impacto negativo na implementação de praticamente todas as políticas sob responsabilidade do MJ. A exceção fica por conta do policiamento já que houve acréscimo considerável de servidores nas polícias da União por meio de concurso público. Apesar disso, o contingente das polícias ainda está muito distante do ideal. Diante disso, o MJ utiliza-se de contratações temporárias, fato que prejudica demasiadamente a gestão do conhecimento no interior de qualquer organização pública.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pelo MJ mediante a atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas pelo MJ, por item, e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



APRIMORAMENTO DA EXECUÇÃO PENAL

GERENTE DO PROGRAMA

Mauricio Kuehne

OBJETIVO

Promover a reintegração do apenado, internado e egresso do sistema penitenciário nacional e o atendimento a seus dependentes.

PÚBLICO-ALVO

Pessoas presas, condenadas, internadas e egressas do Sistema Penitenciário Nacional, bem como os profissionais que atuam na área

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 429.672.807,00	Empenho Liquidado:	R$ 200.435.307,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 200.435.307,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Deficit de Vagas no Sistema Prisional - Porcentagem	-	143.00	144.00	146.00	130.00	-

1. DEFICIT DE VAGAS NO SISTEMA PRISIONAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O *deficit* de vagas no sistema prisional decorre de uma relação entre lotação padrão e população prisional. A primeira delas, o denominador da relação, possui comportamento estável, previsível e diretamente proporcional ao volume de recursos investidos na construção e ampliação de estabelecimentos penais. A segunda possui comportamento instável e que depende da eficiência das demais políticas públicas e, inclusive, de aspectos legais e normativos. Progressões de regime, assistência jurídica, aplicação de penas substitutivas às restritivas de liberdade, profissionalização do preso, elevação de escolaridade, bom atendimento à saúde, entre outros, são aspectos que contribuem para minimizar o vertiginoso crescimento populacional nas prisões brasileiras, seja de forma direta, seja combatendo o índice de reincidência criminal. Dessa forma, a comparação entre os valores do índice em 2003 e 2007 não possui a capacidade de medir ou traduzir os avanços do

Programa, notadamente no último ano. Apesar disso, ele mostra que o investimento do Governo tem sido insuficiente para conter o aumento do *deficit* de vagas.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Sob a inspiração das reformas penais da década de 80, a Lei de Execução Penal – Lei nº 7.210, de 11 de junho de 1984 – demarcou razoáveis condições de possibilidade para a gestão coerente e democrática dos conflitos sociais, tendo por base uma noção de solidariedade que se reflete no solene compromisso do Poder Público e da comunidade com a reintegração harmônica do apenado, egresso e internado à vida em sociedade. Ao mesmo tempo, atribuiu ao Departamento Penitenciário Nacional (Depen) o papel de zelar por sua fiel aplicação, bem como de assistir as Unidades da Federação na implementação dos princípios e regras estabelecidos. Este Programa consolida as estratégias políticas e gerenciais a serem adotadas pelo órgão para a concretização de tais objetivos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Criação de 4.184 novas vagas nos sistemas penitenciários locais.

- Contratação de 5.349 novas vagas nos sistemas penitenciários estaduais.

- Fomento à aplicação de penas e medidas alternativas. Em 2007, foram aplicadas cerca de 422 mil penas e medidas substitutivas à privação de liberdade.

- Guarda de 256 presos sob responsabilidade do Governo Federal nas penitenciárias federais de Campo Grande (MS) e Catanduvas (PR).

- Conclusão das obras na penitenciária de Mossoró (RN) e de 98% das obras relativas à penitenciária de Porto Velho (RO).

- Articulação com o Ministério da Saúde (MS) para implementação e manutenção do Plano Nacional de Saúde no Sistema Prisional, que conta com 149 equipes cadastradas em 10 Unidades federativas, prestando atendimento de atenção básica à saúde dos presos e internos em 131 estabelecimentos penais.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Dentre as 14 ações constantes do Programa, sete apresentaram resultados físicos superiores ao previsto no início de 2007. As demais apresentam justificativas de ordem normativa, conceitual ou de superestimativa na emenda parlamentar para o resultado aquém do previsto legalmente. Assim, de forma geral, pode-se dizer que os resultados ficaram no patamar entre 80% e 100% do previsto para 2007.

A dotação autorizada do Programa foi de R$ 429,6 milhões, sendo R$ 210,9 iniciais e R$ 218,7 de crédito extraordinário, enquanto a execução orçamentária foi de R$ 200,4 milhões. Entretanto, a medida provisória (MP) de abertura do crédito extraordinário foi publicada no final de dezembro do ano passado, ou seja, sem tempo hábil para a execução. Diante disso, a execução orçamentária, na prática, representou 95% da dotação inicial. Os recursos financeiros foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação.

Grande parte dos recursos do Programa é executada via convênio com Estados e entidades privadas sem fins lucrativos. Por outro lado, o Depen é responsável direto pela implementação do sistema penitenciário federal, que já está cumprindo com o objetivo de custodiar líderes do crime organizado, apoiando os Estados e contribuindo para eliminar a estrutura para realização de rebeliões e a prática de outros crimes. Em 2007, apenas 13,7% da execução orçamentária foram aplicações diretas.

A ação com volume de recursos mais significativo, por meio da qual se executa uma grande demanda dos Estados, foi a Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Estaduais. A ação respondeu por 63% da execução orçamentária do Programa. A parceria com a Caixa Econômica Federal (CEF), que atua como mandatária da União na implementação da ação, alavancou o desempenho, pois trouxe consigo melhoria na análise de projetos e fiscalização das obras. Também merece destaque a ação Aparelhamento de Estabelecimentos Penais, que respondeu por 15% da execução orçamentária do Programa e por meio da qual foram aparelhados 115 estabelecimentos penais.

O monitoramento varia de acordo com a ação. A Construção e a Ampliação de Estabelecimentos Penais Federais, por exemplo, é monitorada por meio da CEF, que foi contratada para realizar a fiscalização das obras de construção das penitenciárias federais. Já nas ações Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Estaduais e Reforma de Estabelecimentos Penais Estaduais, a CEF realiza um trabalho mensal de fiscalização nas obras financiadas com recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen). As demais ações são monitoradas por meio de um plano de monitoramento e avaliação do Depen, que ainda não dispõe de um sistema de informações gerenciais.

Em razão da falta de recursos humanos, as áreas executoras valem-se, também, dos relatórios de cumprimento de objeto elaborado pelos entes convenentes no caso das ações que são executadas por meio de convênio.

O desempenho é ainda melhor diante das restrições enfrentadas. A insuficiência de recursos materiais e de infra-estrutura é mais evidente nas penitenciárias federais, financiada por meio da Ação Serviço Penitenciário Federal. A força de trabalho insuficiente na unidade central, em Brasília, e a ausência de carreira administrativa nas penitenciárias federais, atrasaram os procedimentos para aquisição de recursos materiais necessários para o funcionamento adequado das unidades.

A implantação das duas primeiras unidades do sistema penitenciário federal ficou a cargo de uma equipe gerencial e operacional diminuta. O pioneirismo, a falta de experiência na

administração penal e a insuficiência de recursos materiais e de pessoal criaram grandes dificuldades operacionais nas penitenciárias federais. As unidades não dispõem de quadro funcional administrativo e de apoio especializado para prestação das assistências aos presos previstas na Lei de Execução Penal. Além disso, o espaço físico em Brasília, a quantidade de recursos humanos nas equipes executoras e a qualificação dos servidores são considerados inadequados. Agrava a situação o fato de que aproximadamente 70% da equipe é composta por prestadores de serviço sem vínculo com a administração pública.

Somam-se a essas restrições o atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios, as dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes e a dificuldade de obtenção de créditos adicionais. Em 2007, por exemplo, a solicitação de R$ 218 milhões enviada em março foi atendida apenas no final de dezembro.

Nesse contexto, os bons resultados do Programa são creditados ao empenho e à dedicação dos servidores e do apoio e cooperação de órgãos parceiros.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As parcerias não-governamentais se materializam por meio de convênios voltados para temas como educação, saúde e profissionalização de pessoas privadas de liberdade. O desempenho da parceria é aferido nas visitas de monitoramento, ocasião em que as eventuais controvérsias são resolvidas e os resultados avaliados.

A participação social ocorre por meio da Ouvidoria do Sistema Penitenciário e de reuniões com grupos de interesse, tais como os conselhos de comunidade, a Comissão Nacional de Apoio às Penas e Medidas Alternativas (Conapa) e o Colégio de Secretários de Estado de Justiça (CONSEJ). Além disso, o sítio do Depen na Internet é utilizado para comunicação, especialmente, a divulgação dos resultados. Apesar desses instrumentos, a avaliação da satisfação dos beneficiários não é algo estruturado. Em que pese os cursos de capacitação para os profissionais dos serviços penais, oportunidade na qual se aplicam questionários avaliativos para esse público, o Depen não possui uma metodologia que permite avaliar a satisfação da população privada de liberdade.

No tocante às boas práticas de gestão, avaliou-se positivamente a contratação da CEF para gerenciamento das obras de responsabilidade do Depen. Ainda sob a ótica das parcerias institucionais, merece registro a articulação com outros órgãos federais, notadamente com o MS, o Ministério da Educação (MEC) e a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM).

A gerência do Programa destaca que há necessidade de rever os critérios de distribuição dos recursos para as UF incentivando a aplicação de penas e de medidas alternativas e promovendo o respeito aos direitos dos apenados, de realizar concurso público para o provimento de cargos no Depen, e de articular junto ao MJ a garantia de melhores condições de trabalho, especialmente, relacionadas ao espaço físico e à quantidade de material disponível.

ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA

GERENTE DO PROGRAMA

Eduardo Flores Vieira

OBJETIVO

Garantir a prestação de assistência jurídica gratuita ao cidadão, contribuindo para a democratização da Justiça.

PÚBLICO-ALVO

Cidadãos que necessitam de assistência jurídica, judicial e extrajudicial, gratuita

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 84.192.293,00	Empenho Liquidado:	R$ 70.303.098,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 70.303.098,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Cidadão Assistido com Prestação Jurídica Gratuita - Unidade	163.936	227.119	227.001	112..034	180.000	62,24%
2. Número de Atendimentos Prestados ao Cidadão - Unidade	-	-	-	399.981	360.000	111,11%

1. CIDADÃO ASSISTIDO COM PRESTAÇÃO JURÍDICA GRATUITA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

As metas estabelecidas inicialmente para o exercício de 2007 foram alcançadas, apesar de estarem aquém do estabelecido no início do PPA. Ocorre que, à época, elas foram mal dimensionadas. Além disso, ao se considerar somente o número de cidadãos assistidos não se consegue medir a produtividade do Programa.

2. NÚMERO DE ATENDIMENTOS PRESTADOS AO CIDADÃO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e justificativa:

Este indicador foi incluído no exercício de 2007 por ser o que melhor expressa o atendimento prestado atualmente pela Defensoria Pública da União (DPU). A meta foi superada em 11% relativamente à prevista.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Defensoria Pública é uma instituição estatal próxima à sociedade e assume uma posição pró-ativa em relação às demandas que recebe. O Programa tem como objetivo oferecer ao cidadão que não tenha condição de pagar os honorários de um advogado e as custas processuais sem prejuízo do sustento próprio e de sua família, oportunidade de acesso à Justiça, contribuindo para a sua democratização, em especial, para a prevenção da violência e para assegurar o exercício da cidadania. A consolidação do Programa mediante orientação jurídica, disseminação de informações sobre direitos e deveres, promoção de conciliações, prevenção da violência, patrocínio de causas e defesa jurídica proporciona grande impacto na transformação social.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- 399.971 atendimentos de assistência jurídica gratuita realizados nas unidades imóveis da DPU.

- 14.592 atendimentos de assistência jurídica gratuita realizados por meio do Projeto DPU Itinerante.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa tem contribuído para o fortalecimento das unidades da DPU já existentes e implantação de novas, de forma que os cidadãos de todas as capitais e das localidades com baixo índice de desenvolvimento humano estejam cobertos. Considerando-se que o obstáculo à prestação jurisdicional constitui fator prejudicial ao próprio Estado Democrático de Direito, a DPU ampliou a prestação dos serviços, oferecendo assistência jurídica e judiciária, em caráter integral e gratuito, aos cidadãos que vivem em regiões afastadas, por meio de projetos que garantem a promoção da cidadania à parcela mais carente da população. A consolidação da Defensoria Itinerante foi o resultado mais expressivo do ano, por meio do qual foram prestados 14.592 atendimentos, aproximadamente, 600% superior ao do ano passado.

Os resultados alcançados pelo Programa superaram as expectativas, principalmente, quando cotejado com o contingenciamento de parte dos recursos. Avaliou-se que o cumprimento das metas físicas ficou entre 80% e 100% do previsto, apesar de alguns resultados melhores, como os atendimentos nas unidades imóveis do DPU, que foram 57% superior ao registrado em 2006.

Apesar dos bons resultados e do aumento dos recursos orçamentários disponibilizados, o valor ainda é insuficiente diante do desafio de conferir acesso à Justiça. O problema é maior na estrutura de apoio aos serviços. Nos últimos anos, a DPU praticamente triplicou o número de Defensores e, por outro lado, não aumentou proporcionalmente o volume de recursos compatível para o funcionamento adequado do órgão.

Além disso, outros fatores impediram um número mais elevado de atendimentos, tais como:

a) a descontinuidade do fluxo de recursos;

b) a escassez de recursos humanos, tanto na equipe gerencial quanto nas executoras e nas unidades que atuam no atendimento ao cidadão;

c) a inadequação da infra-estrutura;

d) a insuficiência de recursos materiais;

e) a insuficiência da qualificação dos recursos humanos.

Entre as diversas restrições, o atraso na liberação dos recursos e o contingenciamento foram os que mais influenciaram para o não atendimento das metas físicas de algumas ações. O dano foi minimizado após o aumento de limite orçamentário obtido a partir do último trimestre. Mas o contingenciamento gerou atrasos que prejudicaram diversas aquisições e contratações necessárias para a manutenção e ampliação das atividades em inúmeras unidades da DPU nos Estados e no Distrito Federal.

A atividade de monitoramento é realizada sistematicamente por meio de reuniões do grupo de trabalho responsável pelo aprimoramento das ações com acompanhamento dos relatórios de avaliação enviados pelas unidades e na organização do relatório de gestão, que é disponibilizado no sítio da DPU contemplando informações sobre as visitas freqüentes às instalações da DPU nos Estados e o Processo Eletrônico de Assistência Jurídica (e-PAJ), um sistema informatizado, de âmbito nacional, capaz de fornecer diversos relatórios estatísticos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Diversas unidades da Defensoria nos Estados realizaram parcerias com instituições não-governamentais. Como exemplo do resultado desse esforço, foi criado o projeto Benefício de Prestação Continuada (BPC), no núcleo de Porto Alegre (RS), uma iniciativa que, por meio de parceria com instituições locais de assistência social, realiza um mapeamento da indigência na cidade a fim de identificar beneficiários do BPC a serem encaminhados a DPU para solicitação formal do direito.

A participação social é promovida por meio da Ouvidoria, que disponibiliza o Disque Cidadão a fim de receber reclamações e sugestões sobre o serviço oferecido pela instituição.

Além disso, é realizada pesquisa de satisfação dos usuários no âmbito do Controle de Qualidade de Atendimento à População Carente, a fim de aferir a percepção que o cidadão tem da qualidade no atendimento prestado, insumos essenciais para que a DPU realimente

o processo de planejamento das ações. O questionário avalia a qualidade do atendimento nas unidades e os resultados do último questionário foram os seguintes:

a) tempo de espera: 53% ótimo, 39% bom, 6% regular, 1% ruim e 1% péssimo;

b) qualidade do atendimento: 64% ótimo, 34% bom, 2% regular e menos de 1% ruim e péssimo;

c) tratamento por parte do atendente: 72% ótimo, 27% bom, 1% regular e menos de 1% ruim e péssimo.

A Defensoria tem articulado com diversos atores que trabalham com o mesmo público-alvo a fim de maximizar os efeitos das políticas públicas. Dentre essas articulações destacam-se a Câmara de Conciliação Prévia da DPU em conjunto com a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a atuação conjunta da DPU e Hospitais, a fim de agilizar a concessão de benefícios aos pacientes internados. Além de outras atuações conjuntas com a Defensoria Pública dos Estados e Distrito Federal, com os Conselhos Regionais de Assistência Social, entre outros.

É de se destacar, finalmente, a participação da DPU nos seguintes projetos:

a) Dourados;

b) Exploração Sexual;

c) Erradicação do Escalpamento na Amazônia;

d) Mutirão de Conciliação da BR-101;

e) Regularização Fundiária; - Câmaras de Conciliação da DPU;

f) Atuação nas Penitenciárias Federais;

g) Regularização Fundiária da População Carente;

h) cooperações firmadas com o Município de Porto Alegre (RS) e com a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

A gerência do Programa destaca que há necessidade de articular junto ao Ministério da Justiça (MJ) a implantação do Sistema de Informações para Gestão Setorial (Infrasig) e garantir melhores condições de trabalho, especialmente, recursos materiais e de infra-estrutura.

COMBATE À CRIMINALIDADE

GERENTE DO PROGRAMA

Romero Luciano Lucena de Menezes

OBJETIVO

Intensificar o combate à criminalidade no País mediante o fortalecimento da repressão às organizações criminosas e das demais operações policiais de competência federal, buscando a integração permanente com os demais órgãos de segurança pública.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 152.934.098,00	Empenho Liquidado:	R$ 134.616.524,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 134.616.524,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal – Dias	76.00	80.00	79.00	84.00	78.00	-
2. Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal – Porcentagem	56.00	64.00	63.60	65.00	90.00	-

1. PRAZO DE CONCLUSÃO DE INQUÉRITOS POLICIAIS NA POLÍCIA FEDERAL
Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice apurado foi de 84 dias, enquanto o previsto para 2007 era de 78 dias. Os valores estão bem próximos do atingido no ano anterior e abaixo do índice referência, mas acima do previsto para o final do PPA. O índice esperado não foi alcançado por conta do expressivo crescimento do número de inquéritos policiais instaurados, consideravelmente, superior ao aumento do número de servidores policiais.

2. TAXA DE CONCLUSÃO DE INQUÉRITOS POLICIAIS NA POLÍCIA FEDERAL
Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice previsto para 2007 era de 90% enquanto o atingido foi de 65%. A justificativa também se relaciona ao expressivo crescimento do número de inquéritos policiais instaurados, número muito superior ao crescimento da quantidade de servidores policiais.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Nos últimos anos, a criminalidade no País aumentou substancialmente na maioria dos seus níveis e modalidades. Tal quadro evidencia-se, não só devido às questões sociais decorrentes dos problemas enfrentados pela economia brasileira, principalmente, pela atuação crescente do crime organizado, com fortes reflexos nas taxas de violência e na crescente corrupção nas três esferas de poder. Acresce-se a necessidade de maior rigor no combate a crimes transnacionais como o tráfico de armas e drogas e lavagem de dinheiro. Outra preocupação são os crimes ambientais (biopirataria, tráfico de animais, poluição hídrica), contrabando e descaminho, crimes pela Internet e a entrada e a saída de pessoas sem o devido controle imigratório.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Realização de 188 operações especiais contra o crime organizado, reprimindo o tráfico de entorpecentes, contrabando, corrupção, lavagem de dinheiro, crimes contra o meio ambiente, fraudes em licitações, entre outros; que culminou na apreensão de 2.876 pessoas.

- Apreensão de 15 toneladas de cocaína, 173 toneladas de maconha e 209 mil comprimidos de *ecstasy*, resultando no indiciamento de 4.357 pessoas por crimes de tráfico de drogas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA
Principais restrições e providências adotadas

O desafio de combater a criminalidade, reprimindo o crime organizado, o tráfico de drogas e armas, a lavagem de dinheiro e os delitos perpetrados em detrimento de bens, serviços e interesses da União, tem sido permanente. As operações policiais ostensivas, em sua maioria sustentadas pelas atividades de inteligência, foram realizadas sempre com o objetivo de desarticular maior número de células criminosas, mantendo o conhecimento e o nível de controle das práticas delituosas.

Novamente, a atuação da Polícia Federal teve importante destaque no ano de 2007. Desta vez, respaldada por pesquisa de opinião realizada pela Universidade de Brasília (UnB), pela Associação dos Magistrados do Brasil (AMB) e a empresa Opinião Consultoria, atribuindo à Polícia Federal o maior percentual de aprovação (75,5%), sendo eleita como a instituição mais confiável do País.

O Programa é composto por nove ações orçamentárias, sendo que apenas sete efetivamente foram executadas no âmbito do Departamento de Polícia Federal (DPF). Das nove ações, apenas Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União não teve suas metas físicas realizadas dentro do previsto, pois o número de operações policiais realizadas foi de 467 diante da previsão de 3.850. Tal discrepância se deve ao superdimensionamento na previsão do quantitativo de operações policiais bem como na indefinição quanto à caracterização de uma operação, que tanto pode ser o transporte de um preso para uma audiência na justiça quanto uma operação para desarticular uma grande quadrilha de fraudadores. Por sua vez, as ações orçamentárias de combate ao crime organizado, ao tráfico ilícito de drogas e armas e à lavagem de dinheiro e de operações de caráter sigiloso, que também têm como produto as operações policiais, superaram bastante o previsto.

Nesse sentido, os resultados alcançados pelo Programa estiveram dentro do previsto e acompanharam a execução financeira de 88% do previsto. Entretanto, salienta-se que os recursos orçamentários e financeiros foram parcialmente contingenciados ao longo do ano, sendo liberados num fluxo mais constante apenas nos últimos meses, fato que prejudicou o desempenho institucional e trouxe dificuldades para os gestores das unidades do DPF. Além disso, outros entraves também prejudicaram a execução física, tais como: atraso na aprovação dos créditos adicionais; infra-estrutura inadequada, especialmente, relacionada ao espaço físico; recursos materiais insuficientes; e recursos humanos em quantidade insuficiente tanto na equipe gerencial quanto nas executoras.

A maioria das ações é executada por meio das unidades descentralizadas após repasse de recursos da unidade central. O bom resultado alcançado na execução dessas ações descentralizadas decorre justamente da atuação dessas unidades estritamente finalísticas, embora seja necessário aprimorar o trâmite das informações sobre a execução física das ações.

A atividade de monitoramento é realizada por meio do acompanhamento dos relatórios de gestão elaborados por cada unidade gestora. Nesse relatório são inseridas informações sobre o desempenho das atividades de cada órgão, mas não existe uma sistematização que possibilite a consolidação das informações e dos dados e uma análise mais aprofundada. Além disso, no âmbito da ação Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos o monitoramento é realizado por meio de sistema informatizado. Entretanto, os dados nem sempre são alimentados. Os coordenadores das demais ações não possuem meios informatizados para sistematização dos dados sobre a execução física, que são compilados ou registrados em planilhas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A participação social é promovida por meio de reuniões com grupos de interesse, tais como organizações não-governamentais e líderes classistas. Determinadas operações policiais para combate de delitos contra o meio ambiente e a pirataria, entre outros, foram decorrentes do espaço concedido aos grupos interessados.

O Programa não avalia a satisfação dos beneficiários. Para que tal prática seja adotada é necessário realizar pesquisas de satisfação com segmentos da sociedade que utilizam os serviços da instituição, tais como: empresas de segurança privada, de comercialização de produtos químicos, interessados em obtenção de passaportes, as demais organizações de segurança pública, organizações do judiciário e a sociedade em geral.

A gerência do Programa destaca que há necessidade de redimensionar as metas físicas das ações que apresentam erro no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), criar indicadores que permitam aferir os resultados do Programa, capacitar as unidades descentralizadas para alimentação dos sistemas de informação existentes, articular junto ao Ministério da Justiça (MJ) para implantação do Sistema de Informações para Gestão Setorial (Infrasig), e garantir melhores condições de trabalho, especialmente relacionadas ao espaço físico e disponibilidade de materiais.

COMBATE AO CRIME TRANSNACIONAL

GERENTE DO PROGRAMA

Maria Rosa Guimarães Loula

OBJETIVO

Combater o crime transnacional e indisponibilizar recursos existentes no exterior oriundos de atividades criminosas para futura repatriação, relacionados com investigações e processos brasileiros.

PÚBLICO-ALVO

Autoridades públicas de investigação, Ministério Público e Poder Judiciário no Brasil e no Exterior

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.773.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.151.680,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 1.151.680,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Número de Acordos Negociados de Cooperação Jurídica Internacional - Unidade	-	-	2.00	6.00	6.00	100%
2. Prazo de Recuperação de Ativos - Ano	-	-	-	-	1.50	-
3. Volume de Recursos Indisponibilizados no Exterior - Milhares de real	-	-	-	49.425,98	-	-

1. NÚMERO DE ACORDOS NEGOCIADOS DE COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL

Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

*- Análise e Justificativa:***:**

O indicador nunca tinha sido apurado, tanto que não consta das avaliações anteriores. Ocorre que ele é inviável para medir os resultados, especialmente, em razão da longa duração do processo de recuperação de ativos. Além disso, a tramitação no Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI) não ultrapassa 10 dias, mas os lentos processos judiciais nos diversos países inviabilizam a apuração.

O prazo total para recuperação de ativos depende do trânsito em julgado de processos judiciais no Brasil ou nos países requeridos. Apesar disso, a meta foi alcançada.

2. PRAZO DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS
Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Não é possível estimar um prazo de recuperação de ativos já que não existe sentença brasileira de confisco transitada em julgado para nenhum dos processos que tramitam no DRCI. A falta de sentença transitada em julgado impossibilita a repatriação de ativos e conseqüentemente a apuração do índice para este indicador.

3. VOLUME DE RECURSOS INDISPONIBILIZADOS NO EXTERIOR
Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Indicador que jamais tinha sido apurado. O número de 2007 representa o total de recursos indisponibilizados com confirmação da autoridade estrangeira. Por isso, ele não reflete o total de recursos indisponibilizados, já que muitos países concedem o bloqueio, mas não revelam o valor até que seja declarada a quebra de sigilo. Não existem índices de referência e tampouco índices esperados. O indicador foi excluído para o PPA 2008-2011.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Para o efetivo combate ao crime transnacional organizado, é de fundamental relevância lograr a assinatura de acordos com países dotados de rígidos sistemas de proteção bancária e fiscal, em que grande parte do dinheiro produto de crime é depositada. Com isso, o Governo visa a obtenção de provas e a repatriação de recursos, tomada de depoimentos e declarações, fornecimento de documentos ou registros, localização e identificação de pessoas (físicas e jurídicas) ou bens, entrega de documentos, execução de pedidos de busca e apreensão, adoção de procedimentos relacionados com imobilização e perda de bens, restituição e cobrança de multas. Assim, é necessário firmar acordos internacionais bilaterais e multilaterais, tendo em vista a limitação do alcance da legislação doméstica para enfrentar esse desafio, uma vez que a Justiça Nacional necessita, constantemente, do contato com autoridades judiciárias estrangeiras.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Capacitação de 1.033 agentes no combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao crime transnacional.

- Quebra do sigilo bancário de 104 contas mantidas para fins ilícitos no exterior.

- Bloqueio de 13 contas bancárias mantidas para fins ilícitos no exterior.

• Manutenção do bloqueio de outras 40 contas bancárias mantidas para fins ilícitos no exterior.

• Repatriação de US$ 1,6 milhão após análise de 222 casos de recuperação de ativos.

• Conclusão da negociação de seis Tratados de Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal com Honduras, México, Panamá, Bélgica, El Salvador e Nicarágua, sendo que os três primeiros também foram assinados.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Em 2007, foram implementadas ações em diversas frentes, como:

a) a execução ágil da cooperação jurídica internacional no sentido de rastrear, bloquear e recuperar ativos de origem ilícita ou que sejam utilizados para praticar crimes;

b) a realização de ações para utilizar a recuperação de ativos como instrumento de combate ao crime organizado; - a difusão da cultura de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, de recuperação de ativos e de cooperação jurídica internacional;

c) a modernização da legislação; - a realização de ações que promoveram a efetividade da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA);

d) a ampliação dos mecanismos de cooperação jurídica internacional.

O cumprimento das metas físicas ficou entre 80% e 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA), apesar de não se ter alcançado a meta institucional inicial de recuperar R$ 4,5 milhões. Por outro lado, a ação de capacitação obteve grande êxito superando a meta física em 230%. Os principais fatores que contribuíram para esse resultado foram: a articulação eficaz com os usuários, parceiros e órgãos envolvidos para a disponibilização dos cursos e o aumento do número de participantes por turma.

Algumas restrições, entretanto, impediram um resultado melhor, entre elas destaque para a infra-estrutura inadequada, a quantidade inadequada de recursos humanos, e o atraso na celebração de convênios e contratos, na realização de licitações e na internalização dos acordos relativos à cooperação jurídica internacional.

O trabalho conjunto entre o DRCI e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) do Ministério da Fazenda (MF), especialmente, no âmbito da ação de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro foi intensificado, fato que melhorou a integração entre os coordenadores das ações e a gerência do Programa.

A atividade de monitoramento é realizada sistematicamente por meio de reuniões mensais do Comitê Gestor do DRCI, pelo acompanhamento do sistema de informações do COAF e do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) e de visitas aos Estados para promoção dos cursos de capacitação; e de relatórios de gestão.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Duas parcerias tiveram destaque em 2007, o acordo com Instituto Nacional de Qualidade Judiciária, que permitiu a alienação antecipada de bens sujeitos a medidas assecuratórias em processos judiciais, em que os bens submetidos aos leilões eletrônicos foram vendidos por valores bem maiores do que o lance mínimo estipulado nos processos. E o celebrado com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e com o Instituto das Nações Unidas sobre Crime Inter-regional e Justiça (UNICRI), que surgiu para realização de curso de altos estudos para agentes públicos com experiência e conhecimento avançado em técnicas investigativas, análise de dados e gerenciamento de casos relacionados com o crime de lavagem de dinheiro, considerando que o curso foi realizado com sucesso, recebendo 88% de avaliação positiva, resolveu-se ampliar a cooperação técnica para realização de novos cursos entre 2008 e 2011.

A participação social é promovida por meio de reuniões com grupos de interesse, especialmente, quando da formulação da ENCCLA e do Comitê Gestor do Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para Combate à Lavagem de Dinheiro (PNLD). Esse canal de comunicação permitiu a incorporação de contribuições efetivas na gestão do PNLD, na própria ENCCLA, e na discussão de conteúdos de anteprojetos de lei. Alguns dos beneficiários do Programa são consultados a respeito da qualidade do Programa, especialmente, os agentes públicos que recebem a capacitação e posteriormente respondem questionário para análise da satisfação com o produto ofertado.

Destaca-se, ainda, a articulação não-hierárquica para implementação da ENCCLA como prática a ser disseminada entre as demais organizações governamentais. No âmbito da estratégia foi criado o Gabinete de Gestão Integrada de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro (GGI-LD), composto pelos principais órgãos públicos federais e estaduais, do Poder Judiciário e o Ministério Público, que se reúne periodicamente para acompanhamento da efetividade das metas. Além disso, avaliou-se que a adesão ao Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (Gespública) representou um avanço na gestão do Programa.

A gerência do Programa destaca que há necessidade de ampliar o número de servidores públicos bacharéis em Direito e especializados em lavagem de dinheiro e domínio de línguas estrangeiras para o COAF, dotar o COAF de meios para supervisão dos setores econômicos regulados pelo órgão e de ações de segurança orgânica, garantir maior espaço físico e recursos materiais para o DRCI e articular junto ao Ministério da Justiça (MJ) a implantação do Sistema de Informações para Gestão Setorial (Infrasig).

DEFESA DO CONSUMIDOR

GERENTE DO PROGRAMA

Ricardo Morishita Wada

OBJETIVO

Promover a proteção e a defesa do consumidor e dos direitos difusos.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores, fornecedores, agências regulatórias, órgãos públicos e entidades civis de defesa do consumidor e de direitos difusos

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 12.061.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 6.703.575,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 6.703.575,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Índice de Integração de PROCONs Estaduais ao Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (SINDEC) - Porcentagem	5.00	18.50	70.37	89.00	100.00	89%

1. ÍNDICE DE INTEGRAÇÃO DE PROCONS ESTADUAIS AO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES DE DEFESA DO CONSUMIDOR (SINDEC)
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A adesão à proteção e à defesa do consumidor, ao PROCON estadual, ao SINDEC e a sua integração depende, essencialmente, de uma negociação política e técnica sobre a celebração de um convênio e da existência de condições estruturais mínimas no órgão estadual de defesa do consumidor. Embora o Ministério da Justiça (MJ) tivesse condições de fazer a implantação nas 27 unidades da Federação, o cumprimento desses requisitos em relação aos PROCONs estaduais de Roraima (RR), Rondônia (RO) e São Paulo (SP) não foram verificados. Com São Paulo, por exemplo, os problemas foram os termos do convênio e as condições de integração. Problemas estes já superados, mas que inviabilizaram a assinatura do convênio em 2007. Fatores como esse não permitiram atingir o índice.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os órgãos federais, estaduais e municipais, além das entidades civis de defesa do consumidor, integram o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC) e são responsáveis, em seu âmbito de atribuições, pela proteção e defesa do consumidor. Todavia, como a maioria dos consumidores têm dificuldades de acesso à informação sobre os seus direitos e carecem de meios para concretizá-los, cabe à União fortalecer a implantação e a consolidação da defesa do consumidor no Brasil. Como não há hierarquia nas relações entre os órgãos públicos de defesa do consumidor, as entidades estatais promovem a proteção e a defesa do consumidor no seu âmbito de atribuições, cabendo ao Programa permitir e aprimorar a articulação e a coordenação da política do SNDC. Caberá ao Programa, também, implementar políticas e apoiar iniciativas que promovam a proteção de outros direitos difusos, de acordo com as diretrizes legais que regem a atuação do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (CFDD). Há uma série de bens e direitos protegidos por lei que não são de titularidade de particulares, mas estão difusos entre a sociedade. Considerando o caráter difuso desses direitos, é necessária a atuação pró-ativa do Estado, tanto no sentido de garantir que eventuais danos sejam reparados, quanto no sentido de esclarecer e educar a sociedade a respeito da existência e da importância desses direitos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Integração de dois Estados ao SINDEC.
- Criação da Escola Nacional de Defesa do Consumidor (ENDC).
- Capacitação de 663 pessoas no tema defesa do consumidor.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O fator que não permitiu que o Programa atingisse 100% dos resultados previstos foi a não-integração ao SINDEC da totalidade dos PROCONs estaduais. Nas demais ações, os resultados foram bons e estiveram dentro do que foi previsto para o Programa no Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2007, apesar de ficarem um pouco distantes da Lei por conta das emendas parlamentares. Ocorre que tais emendas não foram precedidas de uma articulação mínima com o objetivo de planejar a sua execução, e como o quadro de pessoal responsável pela implementação do Programa é reduzido, acréscimos não planejados no orçamento resultam em dificuldades para a execução. Por conta disso, a execução financeira foi de 55,5% do previsto na LOA.

Entre os resultados, destaca-se a criação da ENDC, que obteve adesão dos órgãos que compõem o SINDEC. A ENDC foi criada para superar a descontinuidade, a fragmentação e o reduzido alcance das estratégias anteriores de capacitação de técnicos de defesa do consumidor.

Apesar dos bons resultados, a implementação ocorre em meio a algumas restrições, dentre elas:

a) a descontinuidade do fluxo de recursos;

b) a insuficiência de recursos materiais;

c) a inadequação de infra-estrutura;

d) os entraves nos procedimentos licitatórios e na celebração de contratos;

e) a quantidade inadequada de recursos humanos, especialmente, diante do aumento nas demandas.

Os recursos descentralizados são executados no âmbito dos projetos na área de defesa dos direitos difusos. A experiência acumulada permitiu o desenvolvimento de uma rotina eficaz relativa ao fluxo de informações entre os interessados.

As informações para o desempenho físico das ações são apuradas diretamente junto às coordenações responsáveis pela execução. As diversas iniciativas no âmbito de cada ação, dada a natureza do trabalho, não permitem o estabelecimento de unidades regulares de medida que possibilitem o monitoramento objetivo. As exceções são as ações relacionadas à implantação do SINDEC e à distribuição de material.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há mecanismo de participação social, justificado pela dificuldade de se implantar uma metodologia dessa natureza diante do caráter difuso dos produtos e dos elementos de execução do Programa. Também não há mecanismo de avaliação da satisfação dos beneficiários.

A gestão nacional do SINDEC instituiu um fluxo importante de procedimentos e práticas que estão apresentando resultados satisfatórios. Trata-se da implantação de rotinas regulares que permitem o monitoramento periódico de todas as variáveis relacionadas ao SINDEC e a interação constante e plena entre as equipes envolvidas, inclusive nos Estados.

Além dos resultados já citados também, destacam-se a municipalização do SINDEC e a intensificação das ações fiscalizadoras. A municipalização permite que os benefícios da implantação do SINDEC alcancem o consumidor residente no interior dos Estados integrados, uma ação que se corrobora com a estratégia de fortalecimento dos sistemas estaduais de defesa do consumidor. No mesmo sentido, o MJ dinamizou a estratégia de fiscalização a partir da articulação com outros órgãos de governo, tais como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), dentre outros. A parceria com o Banco Central (Bacen), institucionalizada por meio de portaria conjunta com o MJ, permitirá que dados do SINDEC sejam aproveitados nas ações de fiscalização do Bacen.

A gerência do Programa, diante do volume e da complexidade das demandas no âmbito do Programa, evidencia a necessidade de que é importante garantir mais recursos materiais, humanos e relacionados à infra-estrutura. Bem como, articular junto ao MJ a implantação do Sistema de Informações para Gestão Setorial (Infrasig) e elaborar outro indicador capaz de apurar o grau de proteção dos consumidores, e em que medida o trabalho do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) contribui para maior proteção nas relações de consumo.

DEFESA ECONÔMICA E DA CONCORRÊNCIA

GERENTE DO PROGRAMA

Diego Faleck

OBJETIVO

Combater os abusos do poder econômico e promover a defesa da concorrência.

PÚBLICO-ALVO

Empresas com atuação no Território Nacional, consumidores e agências regulatórias

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 12.417.840,00	Empenho Liquidado:	R$ 10.581.024,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 10.581.024,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Número de Processos de Apuração de Infrações contra a Ordem Econômica julgados pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) - Unidade	60.00	48.00	-	599.00	65.00	921%
2. Prazo de Instrução e Julgamento de Atos de Concentração - Dia	213.00	163.00	-	51.00	120.00	-

1. NÚMERO DE PROCESSOS DE APURAÇÃO DE INFRAÇÕES CONTRA A ORDEM ECONÔMICA JULGADOS PELO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA (CADE)
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Se, por um lado, houve um aumento no número de processos de atos de concentração ingressados no sistema decorrente de fatores econômicos, por outro, o sistema respondeu positivamente a esse aumento de demanda. Contribuíram para essa resposta a racionalização e as inovações nos procedimentos de instrução.

2. PRAZO DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DE ATOS DE CONCENTRAÇÃO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A redução no prazo de instrução e de julgamento de atos de concentração resultou de racionalização e inovações que desobstruíram o fluxo processual. Em particular, destaca-se a adoção, a partir de agosto de 2007, de nova metodologia para análise sumária de atos de concentração.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Dadas as tendências de concentração e monopolização dos mercados, faz-se necessário combater os abusos do poder econômico e promover a defesa da concorrência, com vistas a garantir o adequado funcionamento dos diversos mercados. O Programa deverá:

a) consolidar a defesa da concorrência como pilar da política econômica, superando a fragmentação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC), CADE/Ministério da Justiça (MJ), Secretaria de Direito Econômico (SDE)/MJ e Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE)/Ministério da Fazenda (MF);

b) conscientizar as entidades de defesa do consumidor e a sociedade civil organizada sobre os instrumentos de defesa da concorrência e regulação;

c) introduzir a concorrência no marco regulatório nacional;

d) implementar ações que visem o combate à formação de cartéis.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• 635 processos de fusões, aquisições e condutas anticompetitivas analisados e 806 instruídos.

• 337 pessoas capacitadas sobre o tema defesa da concorrência.

DESEMPENHO DO PROGRAMA
Principais restrições e providências adotadas

Em 2007, intensificaram-se as ações de combate a cartéis no setor de compras públicas e ampliou-se a utilização de acordos de leniência, que permitem à autoridade iniciar investigações robustas com base em informações de partícipes de ilícitos, e de operações de busca e apreensão. O cumprimento das metas físicas esteve entre 80% e 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA), um resultado considerado bom, principalmente, diante das restrições enfrentadas de demora na liberação do orçamento, da elevada rotatividade do pessoal e aumento do número de atos de concentração apresentados, do esforço em

atividades acessórias de desobstrução processual, da insuficiência de recursos orçamentários e humanos, da infra-estrutura inadequada nas equipes e das dificuldades operacionais na celebração de contratos, convênios e na realização de licitações, especialmente, em razão da carência de profissionais na área de logística do MJ.

É crítica a dificuldade de manutenção dos servidores nas equipes executoras. Na última década, o volume das demandas nos órgãos responsáveis pela instrução administrativa do SBDC cresceu significativamente. Tais demandas ocorreram tanto no número de denúncias de cartéis, e conseqüentemente no de averiguações preliminares, procedimentos e processos administrativos e notificações de atos de concentração quanto nas demandas relativas à disseminação da cultura da concorrência.

Apesar da crescente demanda, a quantidade de recursos humanos disponíveis permaneceu praticamente constante no mesmo período. Além disso, a despeito da necessidade de formação de um quadro técnico específico, o SBDC conta com profissionais temporários, outros ocupantes de cargo de confiança e os demais pertencentes a algumas carreiras de Estado sem compromisso de permanecer por tempo razoável no órgão. É o caso dos Especialistas em Políticas Púbicas e Gestão Governamental, que são profissionais qualificados, mas dotados de uma mobilidade que, por vezes, inviabiliza a especialização e aumenta os custos de qualificação. Atualmente, o MJ não dispõe de cargos que permitam manter esses profissionais.

Outra dificuldade que merece destaque é a escassez de material de apoio em tecnologia da informação, informática e planejamento. Problema que decorre do grande volume de demandas dessas áreas no MJ.

Destaca-se, ainda, o relacionamento institucional entre o MJ, MF e o CADE. O sucesso é atribuído à divisão de trabalho estabelecida em lei e ao esforço empreendido para elevar o grau de coordenação entre as ações executadas nos dois Ministérios. Todavia, há espaço para maior integração dos órgãos do sistema, que possuem outras atribuições além das comuns, e que estão distantes fisicamente. A impossibilidade de uma gerência colegiada para o Programa impede melhorias na gestão.

A atividade de monitoramento é realizada sistematicamente por meio de reuniões periódicas de trabalho entre os órgãos que compõe o SBDC, mediante os relatórios anuais de gestão, relatórios trimestrais de atividades, e acompanhamento do Sistema de Gerenciamento de Documentos e Processo (MJDOC) e do Sistema de Informações de Gerenciamento e Planejamento (SIGPlan).

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A participação social é promovida por meio de audiências públicas, consultas públicas, reuniões com grupos de interesse e discussões em conselhos setoriais do governo.

Em praticamente todas as ações do SBDC, há a possibilidade de manifestação de qualquer ator social, seja ele individual ou corporativo. Freqüentemente, manifestações dessa natureza acontecem durante a instrução dos processos ou em fóruns de discussão sobre o SBDC. Apesar das dificuldades, a participação social está cumprindo o papel de auxiliar qualitativamente o Sistema no cumprimento de suas funções. Entretanto, diante da natureza das ações e da estrutura administrativa disponível para a implementação do Programa, é baixa a possibilidade de se ampliar a participação social.

Não é feita avaliação da satisfação dos beneficiários por conta da natureza das ações. Ocorre que um ambiente econômico competitivo, sem a presença de elevadas concentrações de mercado ou de condutas ilícitas que proporcionem poder de mercado, gera benefícios para a sociedade. Contudo, tais benefícios são difusos ou diluídos, prejudicando a mensuração. Além disso, nos casos em que é possível quantificar benefícios diretos de uma ação específica, os indiretos gerados por mecanismos econômicos de propagação e distribuição são de difícil mensuração, inclusive, países que estão mais avançados na regulação dos mercados não conseguiram desenvolver indicadores adequados.

A principal boa prática passível de disseminação foi a implantação de uma rotina de diálogo sistemático entre técnicos que atuam nos três órgãos do SBDC, com o objetivo principal de eliminar a execução repetida e irracional de determinadas tarefas. A iniciativa resultou em notáveis ganhos de produtividade, bem como melhora na qualidade das análises e instruções processuais realizadas. Além disso, destaca-se a constante busca de comunicação com o administrado, seja através de participações em fóruns públicos de discussão, seja através do sítio.

Além dos resultados já mencionados, é de se destacar:

a) O oferecimento do curso coorporativo de especialização em defesa da concorrência;

b) a promoção de palestras, cursos e orientações em diversos fóruns;

c) a busca por uma melhor comunicação com o administrado;

d) a participação em vários eventos internacionais que se refletem no desenvolvimento do ambiente competitivo no Brasil por meio da atuação de empresas transnacionais;

e) padronização e simplificação de procedimentos de instrução em processos administrativos e atos de concentração;

f) elaboração de notas técnicas e de metodologia para a definição de mercados relevantes específicos, mas recorrentes.

Além disso, duas ferramentas essenciais no combate a ilícitos antitruste foram otimizadas, o Programa de Leniência com a negociação de nove acordos simultâneos e Busca e Apreensão franqueada pelo Poder Judiciário destaca que o número passou de 11, entre 2003 e 2005, para 84 mandados cumpridos em 2007. O aumento de operações de busca e apreensão deve-se tanto ao sucesso na negociação dos acordos quanto à postura mais ativa do Governo Federal nas investigações de práticas lesivas.

Finalmente, destaca-se o investimento no combate a práticas anticompetitivas em licitações a fim de regular o ambiente de compras públicas. A atuação do Governo Federal para garantir a concorrência efetiva no leilão de concessão da usina hidrelétrica de Santo Antônio, no rio Madeira, permitiu uma economia aos consumidores de, pelo menos, R$ 24 bilhões nos trinta anos da concessão.

A gerência do Programa destaca que há necessidade de ampliar o número de servidores envolvidos na implementação do Programa, inclusive com a contratação de quadro técnico específico, aumentar os investimentos em recursos materiais como forma de garantir melhores condições de trabalho, especialmente, aquelas relacionadas ao espaço físico e apoio em tecnologia da informação. Além de elaborar indicador de resultado para o Programa e articular junto ao MJ a implantação do Sistema de Informações para Gestão Setorial (Infrasig).

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

GERENTE DO PROGRAMA

Hélio Cardoso Derenne

OBJETIVO

Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública.

PÚBLICO-ALVO

Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF) e usuários de rodovias federais

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 67.111.493,00	Empenho Liquidado:	R$ 54.886.682,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 54.886.682,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas - Porcentagem	-	-	56.12	59.57	-	-

1. COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Apesar de não estar indicado na presente avaliação, o DPRF estabeleceu o objetivo de alcançar o índice de 65%, em 2007, entretanto, como as maiores licitações só se efetivaram ao final do exercício, não foi possível atingir a totalidade da meta estabelecida institucionalmente, o índice apurado representou 91,65% da meta prevista.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa existe em razão da necessidade de modernização das estruturas policiais, de forma a fazer frente às crescentes investidas do crime organizado. No caso específico da Polícia Rodoviária Federal, deve haver a preocupação em garantir a infra-estrutura

necessária e suficiente para proporcionar segurança ao tráfego de pessoas e mercadorias por meio das rodovias e estradas federais. Para isso, é preciso desenvolver ações capazes de reverter este quadro estacionário, sendo que a estrutura existente já apresenta sintomas de depreciação crônica, podendo atingir níveis inviáveis de recuperação, obstaculizando sobremaneira a execução dos serviços e o pleno atendimento à sociedade. Dessa forma, o Programa tem como principais iniciativas:

a) construção de unidades operacionais;

b) conservação de unidades operacionais;

c) aquisição e desenvolvimento de instrumentos e mecanismos capazes de prover as atividades administrativas e policiais de estrutura de telecomunicação e rede de comunicação de dados.

Por meio das adequações propostas, tem-se como objetivo precípuo um melhor atendimento ao usuário, proporcionando-lhe instalações adequadas e cômodas durante os atendimentos realizados, bem como proporcionar um ambiente mais seguro para a circulação de mercadorias, pessoas e escoamento da produção nacional, contribuindo para o crescimento econômico sustentável do País.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Aquisição de 319 veículos novos, representando cerca de 16% da frota atual, com previsão de entrega para 2008.

• Licitação para reforma de 66 unidades operacionais, das quais 17% são postos de fiscalização.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A execução física ficou acima dos 100% previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) em razão da liberação de recursos provenientes de créditos extraordinários ao final do exercício. Entretanto, os recursos orçamentários disponíveis são escassos diante da magnitude do problema. Avalia-se que para a plena execução do Programa seria necessário um acréscimo de pelo menos 200% em relação ao que foi autorizado. Argumenta-se que o investimento na modernização da Polícia Rodoviária Federal teria um impacto muito forte no custo de manutenção das viaturas e de toda a infra-estrutura física e de tecnologia sob responsabilidade do órgão.

Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. Apesar disso, outras restrições impediram um êxito maior, entre elas:

a) a insuficiência de recursos materiais nas equipes gerenciais e executoras, especialmente, nas áreas de tecnologia da informação e planejamento;

b) a qualificação insuficiente dos recursos humanos na equipe gerencial;

c) o contingenciamento orçamentário das emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) que persistiu até o fim do ano.

A atividade de monitoramento é realizada sistematicamente por meio de reuniões periódicas para acompanhamento do desempenho físico das ações, inclusive relativos aos registros no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), a realização de visitas no sentido de aprimorar o controle da execução e a avaliação dos resultados. Além da elaboração do relatório anual de gestão contendo todas as informações sobre as metas das ações e do Programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Foram realizados acordos de cooperação técnica e parcerias com Estados e Municípios para suprir a carência de recursos aportados nas ações de reforma. Também foram celebrados acordos com a Receita Federal do Brasil (RFB) para doação de bens apreendidos, suprindo parte da falta de recursos na ação de tecnologia de informação.

O Programa destina-se ao aprimoramento da instituição. Nesse sentido, a participação social está limitada a levantamento das eventuais necessidades operacionais, para atendimento ao público.

A comunicação com a sociedade é feita por meio do sítio institucional da DPRF. Muitas das sugestões enviadas pelos usuários foram implantadas aprimorando a comunicação com a sociedade e contribuindo para o desenvolvimento do órgão. A avaliação da satisfação dos demais beneficiários do Programa, os servidores do DPRF, é feita mediante aplicação de questionários de avaliação.

É de se ressaltar, finalmente, o início da implantação do sistema de tecnologias móveis, ferramenta que irá otimizar e desburocratizar a atividade operacional da DPRF.

A gerência do Programa destaca que há necessidade de realizar concurso público de forma a disponibilizar profissionais da área de administração e tecnologia da informação do DPRF, de capacitar os policiais rodoviários federais que estão nos cargos gerenciais para que exerçam com mais efetividade a missão que lhes é atribuída, de garantir maior espaço físico e recursos materiais, especialmente, nas áreas de tecnologia da informação e planejamento e de articular junto ao MJ a criação do Sistema de Informações para Gestão Setorial (Infrasig).

IDENTIDADE ÉTNICA E PATRIMÔNIO CULTURAL DOS POVOS INDÍGENAS

GERENTE DO PROGRAMA

Márcio Augusto Freitas de Meira

OBJETIVO

Garantir o pleno exercício dos direitos sociais básicos dos índios e a preservação do patrimônio cultural das sociedades indígenas.

PÚBLICO-ALVO

Sociedades indígenas

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 374.501.800,00	Empenho Liquidado:	R$ 354.280.980,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 354.280.980,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Coeficiente de Incidência de Tuberculose Bacilífera na População Indígena - 1/100.000	108,6	-	-	-	77,1	-
2. Coeficiente de Incidência Parasitária de Malária na População Indígena - 1/1.000	56,0	-	-	-	92,7	-
3. Coeficiente de Mortalidade Infantil entre Crianças Indígenas Menores de 1 Ano - 1/1.000	55,7	-	-	-	45,0	-
4. Taxa de Famílias Indígenas em Situação de Vulnerabilidade Social - Porcentagem	-	-	-	-	10.00	-

1. COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA DE TUBERCULOSE BACILÍFERA NA POPULAÇÃO INDÍGENA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O controle da tuberculose em áreas indígenas iniciou-se em 2000. A organização das atividades gerou uma melhora no diagnóstico inicial da doença, no tratamento por meio da implementação do tratamento supervisionado pelos agentes indígenas de saúde e, conseqüentemente, uma melhora na captação de dados que culminou com uma revisão

da série histórica com modificação dos índices anteriormente considerados. No período do plano, a incidência real de tuberculose bacilífera, após a adequação dos índices, reduziu em 46,3%. A meta do indicador para 2007 foi superada em 47% tendo em vista o registro de 40,9 por 100 mil, que não foi informado no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

2. COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA PARASITÁRIA DE MALÁRIA NA POPULAÇÃO INDÍGENA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Foi registrado um reduzido número de casos de malária em 2004, momento em que o sistema de coleta dos dados foi implantado em área indígena. A partir de então, verificou-se uma melhora nos registros e conseqüente aumento no número de casos. Com a reorganização dos serviços entre 2006 e 2007 e a reestimativa dos índices à luz dos números mais reais, a variação do índice ficou mais estável e representou um leve aumento de 4% desde 2005 até 2007, sendo que os dados deste último ano ainda são parciais. Em 2007, uma forte articulação com o Programa Nacional de Controle da Malária (PNCM), por meio da distribuição de medicamentos específicos e do foco na destinação e execução de recursos na redução da incidência em área indígena resultou na estabilidade do índice, o que denota um aparente controle da disseminação desta doença. Ressalta-se que os números não foram informados por meio do SIGPlan.

3. COEFICIENTE DE MORTALIDADE INFANTIL ENTRE CRIANÇAS INDÍGENAS MENORES DE 1 ANO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

*- Análise e Justificativa:***:**

A mortalidade infantil apresentou tendência de redução entre indígenas no período de 2000 (74,6 óbitos por 1.000 nascidos) a 2007 em torno de 30,7%, provavelmente, em razão da continuidade e periodicidade das ações de saúde como imunização, aumento na cobertura da vigilância nutricional, entre outros. No período do PPA, nota-se uma flutuação nesta curva e os dados de 2007 ainda são parciais devido às dificuldades de logística no trabalho com indígenas, em especial, na Amazônia Legal. Em 2006, o coeficiente registrado foi 48,5 por 1.000, próximo aos 45 estimados para 2007. Entretanto, os números parciais do ano passado apontam para um pequeno agravamento no quadro, com a taxa evoluindo para 51,7. Ressalta-se, ainda, que os números não foram informados por meio do SIGPlan.

4. TAXA DE FAMÍLIAS INDÍGENAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O indicador nunca foi apurado, a justificativa pelo não-cálculo do índice em 2007 foi a impossibilidade na quantificação das famílias indígenas. Por isso, para o PPA 2008-2011 o indicador foi excluído.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Cabe ao Estado brasileiro, por meio da Fundação Nacional do Índio (Funai), o efetivo cumprimento do art. 231 da Constituição que trata da garantia do direito à terra aos povos indígenas, sua organização social, costumes, língua, crença e tradições. Hoje essas garantias se materializam no atendimento de uma população de 440.000 índios habitantes de 600 terras indígenas que ocupam quase 12% do Território Nacional, enfrentando em sua grande maioria uma acelerada e complexa transformação social, e tendo que buscar novas respostas para sua sobrevivência física e cultural, de forma a garantir às próximas gerações melhor qualidade de vida. As frentes de expansão da sociedade nacional e o adensamento das populações não-indígenas no Brasil vêm causando uma proximidade e um contato cada vez mais freqüente com as populações indígenas, sujeitando essas a situações de risco para as quais não estão preparadas. Esse contato está acarretando uma perda inestimável do patrimônio cultural indígena. O Programa reflete o anseio de lideranças, professores e anciãos indígenas, e busca garantir aos índios o exercício pleno da cidadania e a preservação do patrimônio cultural das sociedades indígenas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Atendimento básico em saúde a 466.050 indígenas.

- Atendimento social a 4.975 indígenas jovens e adolescentes para o enfrentamento ao alcoolismo, doenças sexualmente transmissíveis e aids (DST/Aids), suicídio, gravidez precoce, prostituição, violência doméstica, entre outros.

- Estruturação de 71 unidades de saúde para atendimento à população indígena.

- Criação, implementação e fortalecimento dos conselhos de educação escolar indígena em seis Estados: Mato Grosso (MT); Maranhão (MA); Amazonas (AM); Tocantins (TO); Pernambuco (PE); Roraima (RR).

- Auxílio financeiro a 1.710 estudantes indígenas de nível superior.

- Atendimento a 111.036 pessoas por meio do Museu do Índio.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

As ações do Programa são desempenhadas por: Ministério da Saúde (MS), Ministério da Educação (MEC), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Esporte (ME) e Funai que é responsável pela coordenação do conjunto das ações. Apesar do esforço no gerenciamento do Programa, as avaliações anuais demonstram a necessidade de que sejam tomadas providências no sentido de superar as restrições à implementação do modelo de gestão e de alcançar a suficiência dos recursos para cumprimento das metas físicas. A despeito das inúmeras instituições governamentais que atuam na temática indigenista, ainda há uma desconexão entre suas atuações.

Para superar esses entraves foi instalada a Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), órgão colegiado e de composição paritária por órgãos do Governo e das representações indígenas. A CNPI se tornou a instância de diálogo que possibilitará a elaboração do anteprojeto de lei para a criação do Conselho Nacional de Política Indigenista e a proposição de diretrizes, instrumentos, normas e prioridades das políticas para os povos indígenas.

Outra medida para que o Estado exerça satisfatoriamente sua função junto aos povos indígenas é o fortalecimento da Funai. Ciente disso, o Governo iniciou, em 2007, a revisão da estrutura organizacional da autarquia além de outras medidas visando a reestruturação na área de recursos humanos.

A execução física esteve entre 80% e 100% do previsto, diante de uma execução financeira de aproximadamente 95%. Entretanto, os recursos disponíveis são insuficientes para atender a demanda, principalmente, no que se refere à prestação de assistência social. Como resultado, vários índios sobrevivem de mendicância, em péssimas condições sociais, convivendo com a desnutrição e um índice ainda alarmante de mortalidade infantil. Além da restrição orçamentária, também foram óbices ao melhor desempenho do Programa os seguintes fatores:

a) insuficiência de recursos materiais;

b) infra-estrutura inadequada;

c) quantidade inadequada de recursos humanos, principalmente, nas unidades da Funai;

d) insuficiente qualificação dos recursos humanos;

e) dificuldades operacionais na celebração de contratos, convênios e na realização de licitações, fato que se deve à ausência de pregoeiros e Procuradores Federais nas unidades descentralizadas.

A atividade de monitoramento é realizada sistematicamente por meio de reuniões mensais de trabalho, visitas *in loco* e acompanhamento do SIGPlan.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Os conselhos locais de saúde e os conselhos indígenas regionais contribuíram para o cumprimento da execução das metas por meio de discussões e tomadas de decisão quanto às ações de educação escolar diferenciada e de saúde dos povos indígenas.

A participação social se realiza nas audiências públicas, em reuniões com grupos de interesse e nos conselhos locais temáticos. Os mecanismos de participação social permitiram a reflexão e redefinição de algumas ações visando melhor atender as demandas dos índios. Apesar disso, não existe ainda um canal reservado para coletar informações, ou realizar uma pesquisa formal sobre a satisfação dos beneficiários.

Além dos resultados citados, destacam-se:

a) a salvaguarda do patrimônio cultural indígena por meio da modernização e digitalização de parte do acervo;

b) a ampliação do espaço de realização das exposições culturais;

c) o resgate e preservação das atividades tradicionais dos índios e o fomento à inserção das mulheres indígenas no exercício dos direitos sociais.

A gerência do Programa destaca que há necessidade de realizar concurso público e criar o plano de carreira para os servidores da Funai, articular junto ao MJ a criação do Sistema de Informações para Gestão Setorial (Infrasig), solicitar à Fundação Nacional de Saúde (Funasa) informações sobre os indicadores do Programa, melhorar articulação entre a gerência, sob responsabilidade da Funai, e os executores das ações, aumentar os recursos para atendimento social aos povos indígenas e garantir melhores condições de trabalho, especialmente, espaço físico e materiais.

MIGRAÇÃO E ACORDOS INTERNACIONAIS

GERENTE DO PROGRAMA

Marcilândia de Fátima Araújo

OBJETIVO

Formular e implementar a política governamental referente à regularização migratória.

PÚBLICO-ALVO

Estrangeiros e brasileiros no Brasil e comunidades brasileiras no exterior

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.210.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 641.458,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 641.458,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Número de processos decididos - Unidade por ano	-	-	47.169.00	39.321.00	53.100.00	74,05%

1. NÚMERO DE PROCESSOS DECIDIDOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O número apurado indica o somatório de processos decididos, anualmente, no Departamento de Estrangeiros (DEEST). Dessa forma, pretende-se verificar o impacto do investimento na melhoria da qualidade no atendimento ao cidadão analisando o número de processos decididos. Em 2007, o índice alcançado ficou cerca de 26% aquém do previsto.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Nos últimos anos, o Brasil sofreu alterações no fluxo de cidadãos, fato que faz de nós, hoje, um País tanto de imigrantes quanto de emigrantes. Temos maior número de brasileiros no exterior, cerca de 2,5 milhões, do que estrangeiros no Brasil, aproximadamente, um milhão. Esse contingente demanda um programa capaz de promover ações de medidas compulsórias, regularização, assentamento de refugiados, nacionalidade e naturalização, destinadas a sua adequação legal. Tais ações visam o controle do fluxo imigratório no País e a melhoria nos processos operacionais de execução de serviços prestados a esse público.

O Programa, portanto, destina-se a promover e assegurar os direitos e as obrigações de estrangeiros no Brasil, bem como de brasileiros no exterior.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Atendimento a 40.971 demandas pela central de atendimentos, entre consultas telefônicas, pessoais ou eletrônicas.

• Decisões administrativas relativas a 39.321 pedidos, entre prorrogação de prazo de estada, permanência definitiva, transformação de vistos, naturalização, certidão negativa ou positiva de naturalização, nacionalidade (perda e reaquisição), reaquisição de direitos políticos, medidas compulsórias (deportação, expulsão, extradição) e transferência de pessoas condenadas.

• Manutenção do convênio com a organização não-governamental Cáritas Arquidiocesana de São Paulo e do Rio de Janeiro para auxílio na manutenção de refugiados no Brasil. O número de refugiados reconhecidos, vítimas de perseguições em seus países, segue tendência de crescimento, passando de 2.884 em 2002 para 3.815 em 2007.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Em 2007, o Programa alcançou entre 40% e 80% das metas físicas previstas inicialmente. O índice relativamente baixo é resultado direto do contingenciamento, de forma que os recursos financeiros foram insuficientes para a execução das metas previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA). Entretanto, a execução orçamentária relativa ao efetivamente disponibilizado foi de 100% e os recursos financeiros foram disponibilizados na medida em que as ações eram executadas.

O Programa é executado em meio a diversas restrições estruturais, como a infra-estrutura física inadequada, a quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras, a qualificação insuficiente dos recursos humanos das equipes executoras e as dificuldades operacionais nos processos de licitações e na celebração de contratos.
A ação Apoio a Projetos de Instalação de Albergues para o Atendimento e Acolhimento de Refugiados tem execução descentralizada e apresentou resultados melhores. Prova disso é que o Brasil se mantém como referência mundial no tema refúgio.

O monitoramento das ações é realizado por meio de reuniões mensais de trabalho; visitas periódicas aos responsáveis pela execução dos trabalhos; acompanhamento do Sistema de Informações Gerenciais (SIGPlan) e relatórios de gestão.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A central de atendimento contempla uma Ouvidoria destinada a receber denúncias e sugestões relativas aos serviços prestados pelo DEEST. As sugestões e críticas são

repassadas para os setores responsáveis pela execução das ações e são considerados quando do planejamento e da implementação das ações de forma eficaz.

Em parceria com a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação do Ministério da Justiça (MJ), avançou-se no desenvolvimento de um sistema gerencial para análise e tramitação dos documentos e processos de competência do DEEST. Com a modernização dos sistemas será possível localizar com maior brevidade os expedientes que tramitam no DEEST, garantindo celeridade e melhor atendimento às demandas.

A contratação de consultores pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) representou importante parceria que está contribuindo para a melhoria da gestão da política de migração internacional.

Também é de se destacar a indicação de propostas e procedimentos para a formulação de uma política migratória mais adequada às convicções do Estado.

A gerência do Programa destaca que há necessidade de disponibilização de melhores condições de trabalho, especialmente, espaço físico, recursos humanos e materiais.

MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL

GERENTE DO PROGRAMA

Joaquim Cláudio Figueiredo Mesquita

OBJETIVO

Aprimorar a estrutura e o modelo operacional, gerencial e a capacidade executiva do policiamento federal.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade Brasileira

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 304.696.386,00	Empenho Liquidado:	R$ 229.294.145,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 229.294.145,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Modernização das Unidades Operacionais da Polícia Federal - Porcentagem	-	-	38.32	-	5.00	-

1. TAXA DE MODERNIZAÇÃO DAS UNIDADES OPERACIONAIS DA POLÍCIA FEDERAL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

A gerência do Programa não apura o índice tal como ele foi concebido por entender que, diante da fórmula de cálculo atual, não é possível aferir os resultados. Apesar disso, utiliza-se de outros instrumentos gerenciais para tentar medir a efetividade do Programa. Considerando-se a natureza das ações do Programa, e partindo-se do princípio de que se trata de um índice não-cumulativo, a gerência tem o entendimento de que seja apurado um indicador para cada grupo de ação, a ser estabelecido futuramente.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Polícia Federal é responsável pelas atividades de polícia judiciária da União, e implementa o Programa de Modernização com vistas à redução das deficiências de meios,

principalmente, as relacionadas a sistemas de telecomunicações, reaparelhamento do setor de polícia técnica, do segmento de transportes e da construção, ampliação, reforma e modernização de suas instalações físicas, de forma a minimizar as vulnerabilidades para o adequado cumprimento de suas atribuições constitucionais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Aquisição de 1.850 coletes balísticos, 6.587.250 unidades de munições letais, 3.000 algemas de metal e 7.000 algemas descartáveis, 85 veículos utilitários, 170 veículos sedan, 3.602 computadores, 253 *notebooks*, 674 impressoras e 7.000 pistolas semi-automáticas.

• Consolidação da implantação da rede de radiocomunicação digital segura em Brasília (DF) e no Rio de Janeiro (RJ), sendo iniciada sua implantação na cidade de São Paulo (SP).

• Aquisição de equipamentos de radiocomunicação tática para mais 15 delegacias de Polícia Federal.

• Ampliação da capacidade de processamento, armazenamento e segurança de informações em tecnologia da informação.

• Incremento dos laboratórios de geoprocessamento, geofísica forense, gemologia, engenharia, documentoscopia, química legal e perícias de crimes contra a fauna e flora.

• Expansão do Sistema Automático de Identificação de Impressões Digitais (AFIS), o qual está em fase de interligação com todos os Estados da Federação e que serve como base nas ações de identificação criminal do Brasil.

• Acréscimo de 1.412 servidores ao efetivo da instituição.

• Implementação do novo passaporte brasileiro, modelo de segurança em nível global, em 70 delegacias, sendo 25 capitais.

• Implantação de 12 delegacias especiais de Polícia Marítima.

• Construção de uma nova Superintendência.

• Criação de quatro adidâncias policiais, no Uruguai, na Bolívia, no Suriname e na França.

• Reforma da Superintendência Regional do Rio de Janeiro, com o início da implantação do Centro Compartilhado de Inteligência Policial de Combate ao Crime Organizado (Cicor).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Novamente, a atuação da Polícia Federal teve importante destaque no ano de 2007. Desta vez, respaldada por pesquisa de opinião realizada pela Universidade de Brasília (UnB), pela Associação dos Magistrados do Brasil (AMB) e a empresa Opinião Consultoria, atribuindo à Polícia Federal o maior percentual de aprovação (75,5%), sendo eleita como a instituição mais confiável do País.

A execução física foi considerada boa, entre 80% e 100% do previsto, apesar da descontinuidade no fluxo de recursos e o contingenciamento orçamentário. Além dessas restrições, a gerência do Programa convive com quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes gerencial e executoras.

O contingenciamento prejudicou especialmente a execução das ações referentes ao Projeto Pró-Amazônia/Promotec[1], bem como algumas ações de reforma e construção de unidades do Departamento de Polícia Federal (DPF). Também não houve atendimento no volume adequado à demanda de suplementação de créditos necessária e suficiente. Além disso, houve, mais uma vez, dificuldades na realização de licitações e celebração de contratos, especialmente, nos casos do Pró-Amazônia/Promotec.

A atividade de monitoramento é realizada por meio de reuniões internas de trabalho, consultas ao (SIGPlan), relatórios técnico-gerenciais além de uma planilha de monitoramento *on-line* do desempenho físico das ações que compõem o Projeto Pró-Amazônia/Promotec.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa não possui mecanismos que promovam a participação social e tampouco avalia a satisfação dos beneficiários. Entretanto, o planejamento estratégico do DPF prevê desenvolvimento de mecanismos para avaliação da satisfação dos servidores. Planejamento este que é considerado pela gerência do Programa como uma boa prática de gestão.

A gerência do Programa destaca que há necessidade de articular junto ao Ministério da Justiça (MJ) a implantação do Sistema de Informações para Gestão Setorial (Infrasig) e garantir melhores condições de trabalho, especialmente, no que refere ao espaço físico e a materiais.

[1] Contrato 021/98. CCA/DPF, firmado entre o Departamento de Polícia Federal (DPF) e a *Societé Française d'Exportation de Matériels, Systèmes et Services du Ministère de lIntérieur* (Sofremi), operações de crédito externo determinadas pelas Resoluções 52 e 53/2000, do Senado Federal, junto ao *Banque Nationale de Paris* (BNP) e *Kreditanstalf fur Wiederaufbau (KfW)*;

PROTEÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS, GESTÃO TERRITORIAL E ETNODESENVOLVIMENTO

GERENTE DO PROGRAMA

Márcio Augusto Freitas de Meira

OBJETIVO

Garantir e proteger a integridade do patrimônio territorial e ambiental das sociedades indígenas.

PÚBLICO-ALVO

Sociedades indígenas

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 61.343.935,00	Empenho Liquidado:	R$ 53.187.681,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 53.187.681,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Atendimento a Famílias Indígenas com Projetos de Desenvolvimento - Porcentagem	49.40	46.75	34.84	35.48	70.30	50,47%
2. Taxa de Atendimento a Terras Indígenas com Projetos Ambientais - Porcentagem	-	-	-	-	30.00	-
3. Taxa de Regularização de Terras Indígenas – Porcentagem	-	-	-	77.49	80.38	96,40%
4. Taxa de Usurpação das Terras Indígenas - Porcentagem	-	-	-	-	-	-

1. TAXA DE ATENDIMENTO A FAMÍLIAS INDÍGENAS COM PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O índice estimado no início do PPA 2004-2007, que previa beneficiar 70,3% das famílias indígenas levou em consideração que ocorreria no período um maior aporte de recursos financeiros e humanos, o que não se confirmou. Por isso o resultado de apenas 35,48% que corresponde a 31.226 famílias.

2. TAXA DE ATENDIMENTO A TERRAS INDÍGENAS COM PROJETOS AMBIENTAIS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O indicador é inadequado, por isso nunca foi apurado. Ele traz pouco rendimento para o sucesso na implementação e no acompanhamento da ação de proteção, pois a premissa é equivocada. Ocorre que, se o universo de terras com portaria declaratória é maior do que as terras com projetos ambientais em andamento, então não é possível acompanhar a degradação nas terras que não estão contempladas por projetos voltados para a questão ambiental. Além disso, se nas terras sem projetos ambientais são realizadas ações de proteção, por qual indicador essas ações seriam medidas e acompanhadas? Diante disso, o indicador foi excluído na elaboração do PPA 2008-2011.

3. TAXA DE REGULARIZAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Embora o índice apurado tenha sido de 77,49%, tal indicador não demonstra com eficácia o resultado da Ação Fundiária da Fundação Nacional do Índio (Funai). Ocorre que o indicador registra apenas as atividades realizadas no procedimento administrativo de demarcação da terra indígena, mas não do processo de regularização fundiária. Assim, o resultado medido do processo administrativo de demarcação de terras no período compreendido entre 2004-2007 foi de 7,11%, alcançando o total de 77,49% considerando o quantitativo de terras conhecidas no início do PPA que era de 549 terras indígenas. Apesar dos problemas, o desempenho do indicador foi bom diante das restrições enfrentadas.

4. TAXA DE USURPAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
*- Análise e Justificativa:***:**

Problemas na formulação do indicador impediram a coleta e análise de dados. O indicador nunca foi apurado e foi excluído para o PPA 2008-2011.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O patrimônio territorial das sociedades indígenas, em suas diferentes situações de contato encontra-se sob permanente risco de degradação ou usurpação pela ação de agentes externos. Por se tratarem de comunidades protegidas por legislação especial e desprovidas de instrumentos próprios de defesa de seus interesses e direitos, cabe ao Estado promover a proteção, a gestão sustentável e a revitalização daquele patrimônio e seus beneficiários, mediante o desenvolvimento de um elenco de ações articuladas e apoio a projetos produtivos de caráter sustentável capazes de gerar níveis satisfatórios de segurança alimentar, renda e emprego, que permitam a eliminação do viés paternalista e assistencialista, em parte, decorrente da ausência de políticas públicas, de recursos e de estrutura para a gestão territorial sustentável e em contraposição ao avanço desordenado das frentes econômicas.

Ao assumir essa responsabilidade, por meio do seu órgão indigenista, o Estado brasileiro estará apenas reafirmando um compromisso republicano histórico, de defesa das sociedades indígenas, que tem sido cumprido de maneira ininterrupta há quase um século, desde a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) em 1910.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Emissão de decretos de homologação de seis terras indígenas – 978.330 hectares (ha).

- Expedição de portarias declaratórias de posse tradicional indígena relativas a 20 terras indígenas – 865.512 ha.

- Identificação e delimitação de cinco terras indígenas – 1.602.595 ha.

- Remoção de 268 ocupações de não-índios em terras indígenas.

- Realização de 29 operações de fiscalização em cooperação com a Polícia Federal e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) no interior ou entorno das terras indígenas.

- Realização de 239 operações para coibir a exploração clandestina de madeira, garimpo, grilagem de terra, caça e pesca ilegais, plantação de drogas e turismo pseudo-ecológico.

- Análise de 173 processos de licenciamento ambiental envolvendo integração de bacias, construção e pavimentação de rodovias, construção de ferrovias, linhas de transmissão, usinas hidrelétricas, portos, pontes, gasodutos, entre outros.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A execução física ficou entre 40% e 80% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007 em razão de diversas restrições, entre elas:

a) insuficiência de recursos orçamentários;

b) inadequação da infra-estrutura;

c) insuficiência de recursos materiais;

d) inadequação de recursos humanos;

e) insuficiência na qualificação dos recursos humanos;

f) morosidade nos processos licitatórios e na celebração de contratos;

g) dificuldade no estabelecimento de cooperação com outros órgãos da administração pública nas diferentes esferas;

h) lentidão no processo de licenciamento ambiental;

i) conflitos judiciais e sociais que atrasam as atividades de fiscalização e demarcação de terras indígenas.

O monitoramento sobre o desempenho físico das ações é realizado por meio de reuniões mensais de trabalho, visitas *in loco* e acompanhamento das informações que foram alimentadas no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan). O desempenho das ações de responsabilidade de outros Ministérios é acompanhado por meio do SIGPlan. O contato entre os técnicos dos diversos órgãos é precário apesar de esforços da Funai que procura constantemente os demais parceiros a fim de obter informações sobre a execução das ações.

Por outro lado, em algumas operações de fiscalização há um planejamento conjunto entre os órgãos, especialmente, IBAMA e Polícia Federal. É o caso de fiscalização dos garimpos e madeireiras irregulares.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Os mecanismos de participação social são implementados por meio de audiências públicas realizadas no âmbito de alguns processos de licenciamento ambiental e reuniões com as comunidades indígenas em assuntos afetos a eles. Tais mecanismos permitiram a reflexão e redefinição de algumas ações visando o melhor atendimento das demandas dos indígenas. Os planos de trabalho de fiscalização de terras indígenas, realizados com a participação das comunidades, apresentam maior eficiência uma vez que as comunidades se apoderaram dos instrumentos da execução para futuras operações. Apesar disso, não existe um mecanismo adequado para aferir a satisfação dos beneficiários.

Além dos resultados já mencionados, destacam-se:

a) registros nos cartórios de imóveis de 17 terras indígenas (2.472.213 ha);

b) registros de cinco terras indígenas na Secretaria de Patrimônio da União (SPU);

c) identificação da Terra Indígena Kawahiva do Rio Pardo (MT);

d) declaração de restrição de uso para índios isolados da Terra Indígena Jacareuba/Katauxi (AM);

e) localização e contato com os índios Piripkura (MT);

f) levantamentos realizados sobre os índios isolados Awá-Guajá (MA), Avá-Canoeiro (GO) e Kayapó (MT).

O Programa foi excluído e a partir de 2008 suas ações estão sendo executadas no âmbito do Programa de Proteção e Promoção dos Povos Indígenas, com uma abordagem mais sistêmica a fim de fomentar a articulação de toda política direcionada aos índios. Entretanto, o novo desenho não trará resultados adicionais sem que o Governo recupere a governança da Funai e seja capaz de melhorar a articulação com os demais órgãos e entes responsáveis pela política indígena.

A gerência do Programa destaca que há necessidade de criação da carreira indigenista e a conseqüente realização de concurso público de modo a reduzir a relação aproximada de um servidor para 327 índios, garantir mais recursos de modo a cumprir de forma real as metas físicas que, efetivamente, atendam as demandas das comunidades indígenas, realizar concurso público e criar o plano de carreira para os servidores da Funai e articular junto ao Ministério da Justiça (MJ) a criação do Sistema de Informações para Gestão Setorial (Infrasig).

REFORMA DO JUDICIÁRIO

GERENTE DO PROGRAMA

Rogério Favareto

OBJETIVO

Modernizar e democratizar o acesso à Justiça, promovendo a expansão do respeito às leis e aos direitos humanos.

PÚBLICO-ALVO

Operadores do direito

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.000.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.980.573,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 1.980.573,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Tempo Médio de Tramitação de um Processo Judicial - Dia	-	-	-	-	-	-

1. TEMPO MÉDIO DE TRAMITAÇÃO DE UM PROCESSO JUDICIAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Em relação ao tempo médio de tramitação de um processo judicial, conforme já mencionado em avaliações anteriores, não é possível mensurá-lo. Ocorre que, entre outros aspectos, há, no Poder Judiciário, diferentes tipos de processos que estabelecem diferentes prazos para conclusão. Além disso, não existe uma uniformidade de gestão processual nas várias instâncias.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ) busca elaborar estratégias para tornar mais democrático, eficiente e transparente o sistema de justiça no Brasil. Hoje temos uma assistência judiciária deficiente, elitizada e excludente. O elevado índice de litigância verificado em nosso sistema não traduz a universalização dos meios e instrumentos de

acesso à justiça no Brasil. Pelo contrário, a ampla maioria da sociedade brasileira se encontra a margem do sistema de justiça. Desta forma, o principal foco de intervenção no próximo período será a democratização do acesso à justiça. Identificamos duas grandes linhas de ação da Secretaria: ampliação do acesso e continuidade do processo de modernização do sistema de justiça empreendido nos últimos quatro anos. Paralelamente, dar-se-á prosseguimento ao trabalho de padronização e gerenciamento do sistema de cadastro nacional de cartórios, uma medida que se relaciona diretamente com a construção de um sistema de justiça ágil, acessível e transparente.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Reforma Infraconstitucional com a aprovação de três projetos de lei encaminhados pelo Executivo ao Congresso Nacional , são eles:

a) Lei nº 11.441, de 04 de janeiro de 2007, a qual possibilita a realização de inventário, partilha, separação consensual e divórcio consensual por via administrativa;

b) Lei nº 11.495, de 25 de junho de 2007, que dispõe sobre o depósito prévio em ação trabalhista rescisória, dificultando recursos protelatórios;

c) Lei nº 11.496, de 22 de junho de 2007, que dispõe sobre o processamento de embargos no Tribunal Superior do Trabalho (TST), restringindo o debate de temas idênticos que já tiveram decisão homologada.

• Realização de 1.029.524 acessos ao Sistema de Gerenciamento de Cadastro de Cartórios do Brasil.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A execução física esteve entre 80% e 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual apesar da alteração na gerência do Programa, fato que atrasou a execução de algumas ações.

Os recursos orçamentários foram considerados suficientes e liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. Por outro lado, algumas restrições estruturais inviabilizaram o alcance de resultados melhores, especialmente, espaço físico insuficiente para atender a demanda; escassez de material; e a quantidade inadequada de recursos humanos.

As principais dificuldades encontradas residem na precária infra-estrutura para o desenvolvimento das atividades. Carente, principalmente, de recursos humanos, a SRJ operou, em 2007, no limite de suas possibilidades, situação agravada ainda pelo período de substituição de seus principais dirigentes.

A atividade de monitoramento é realizada sistematicamente por meio de reuniões de trabalho semanais, do acompanhamento diário da tramitação dos projetos de lei relacionados às reformas legislativas e administração da justiça no Congresso Nacional, de relatórios anuais de gestão, das visitas ao Congresso Nacional e ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e acompanhamento mensal dos registros no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A participação social é promovida por meio de reuniões com grupos de interesse, principalmente, em seminários. Entre os eventos ocorridos em 2007 destacam-se o Seminário: A Situação da Vítima no Processo Penal, com a apresentação da legislação e dos projetos relacionados ao tema e o I Encontro Nacional de Defensores Públicos – Intercâmbio de Experiências na Defesa da Mulher Vítima de Violências.

O contato com alguns dos beneficiários do Programa foi fundamental na discussão para elaboração do planejamento, para a implementação dos núcleos de justiça comunitária, apoio às defensorias públicas, implementação da Lei Maria da Penha – Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, além de alterações no Sistema de Cadastro Nacional de Cartórios do Brasil, iniciativas que têm por finalidade tornar o acesso à Justiça eficaz.

Por meio do sítio da SRJ, é feita a divulgação de publicações, boletins informativos mensais e também divulgação de eventos. No mesmo local, há um serviço de Ouvidoria por meio do qual se verifica o grau de satisfação do beneficiário. As melhorias efetivadas no Sistema de Cadastro Nacional de Cartórios no Brasil, por exemplo, foram realizadas após sugestões dos usuários.

Além dos resultados citados, também se destacaram:

a) participação no Projeto EUROSocial, que visa fortalecer a capacidade de gestão de políticas públicas na área de Justiça, entre outros;

b) fortalecimento das defensorias públicas dos Estados e da União;

c) continuidade do Projeto Justiça Restaurativa;

d) ampliação do projeto Justiça Comunitária;

e) contribuição para efetivação da Lei Maria da Penha;

f) apoio à assistência jurídica de presos e seus familiares;

g) capacitação em direitos humanos e mediação para profissionais do direito;

h) fortalecimento do Prêmio Innovare/A Justiça do século XXI;

i) aperfeiçoamento da Restrição e Bloqueio Judicial de Veículos (RENAJUD), sistema que integra o Poder Judiciário e o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) possibilitando o bloqueio da transferência de veículo pela Internet, em tempo real;

j) implantação do Projeto Observatório da Justiça Brasileira, que sistematizará e produzirá análises sobre a reforma, modernização e democratização da Justiça;

k) implementação do Projeto Fortalecimento da Justiça Brasileira, um acordo de cooperação técnica que oferece subsídios para fomentar a reforma da justiça brasileira.

A gerência do Programa destaca que há necessidade de garantir melhores condições de trabalho, especialmente, relativas ao espaço físico, quantidade de recursos humanos e disponibilidade de materiais e articular junto ao Ministério da Justiça (MJ) a implantação do Sistema de Informações para Gestão Setorial (Infrasig).

SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS

GERENTE DO PROGRAMA

Hélio Cardoso Derenne

OBJETIVO

Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito.

PÚBLICO-ALVO

Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 219.113.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 215.491.085,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 215.491.085,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais - Porcentagem	-	9.62	9.25	9.11	-	-
2. Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais - Porcentagem	7.34	0.19	-1.81	12.67	-	-

1. TAXA DE MORTALIDADE NAS RODOVIAS FEDERAIS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Houve readequação dos indicadores no decorrer do PPA sem, contudo, a definição da meta final. O índice apurado em 2007 foi de 9,11%, revelando uma discreta diminuição no número de mortes proporcionalmente ao número de vítimas nos acidentes de trânsito. Essa redução se deu, principalmente, em virtude do maior controle de velocidade, de ultrapassagens proibidas e embriaguez ao volante, tanto que se registrou aumento em 78,1% nas prisões por crimes de trânsito.

2. TAXA DE VARIAÇÃO DE ACIDENTES NAS RODOVIAS FEDERAIS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O percentual de aumento registrado considera apenas números absolutos e desconsidera o aumento do fluxo de veículos, pessoas e mercadorias, assim como ignora a melhoria nas condições de tráfego nos principais corredores de trânsito e de transporte. Por isso, uma análise mais completa deve observar o número de acidentes relativamente a 10.000 veículos da frota, número que diminui 13,3% se compararmos o número de 2007 (24,7 por 10 mil) com o registrado em 2003 (28,6 por 10 mil). A comparação em números absolutos não reflete o desempenho do órgão, fato que gerou alteração do indicador para 2008.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As rodovias federais são estratégicas na aplicação de alguns programas nacionais, pois representam o elo de integração nacional. Os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira, pois os componentes de conseqüências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública pelo alto índice de dispêndios governamentais com as vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis das vítimas, pelos prejuízos na população economicamente ativa, pelo prejuízo de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros que compõem prejuízos que contabilizam, indubitavelmente, cifras de bilhões de reais além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão. Com uma ação mais efetiva para a redução das vítimas de acidentes, pode-se reduzir os gastos da previdência social e do sistema de saúde com inválidos e com atendimento aos acidentados.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Fortalecimento do combate à criminalidade por meio de operações de combate ao crime, traduzidas pelo aumento de 22,2% no número de prisões, 36,8% de apreensão de cocaína, 59,5% de *crack*, 71,9% de haxixe, 151,6% nas apreensões de cigarro e 179,4% na apreensão de combustível (desviado ou adulterado).

DESEMPENHO DO PROGRAMA
Principais restrições e providências adotadas

No exercício de 2007, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF) desenvolveu trabalhos em diversas frentes de atuação que repercutiram na garantia da segurança nas rodovias federais, através de ações educativas, preventivas e repressivas, buscando reduzir o número de acidentes, combater os mais diversos tipos de crimes e preservar o meio ambiente. A execução física foi muito boa, ao redor de 110% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA), diante de uma execução financeira de 98,3% dos recursos disponíveis.

O resultado da execução física poderia indicar a suficiência dos recursos orçamentários. Entretanto, ressalta-se que algumas ações tiveram execução muito alta em virtude da

utilização de meios alternativos, tais como: ensino a distância, programas de atendimento caseiro, operações de curta duração, entre outras.

Ressalta-se que, em virtude da escassez de recursos, não foi possível cumprir a meta na ação de policiamento ostensivo nas rodovias federais, a principal ação do Programa. As ações de defesa da sociedade com vistas à garantia de segurança ficaram aquém do desejado porque não houve recurso suficiente para abastecimento e manutenção da frota, renovação de equipamentos de policiamento e atualização de equipamento de segurança individual. Ressalte-se, ainda, a dificuldade na melhoria do sistema de multas e a conseqüente imposição e cobrança da penalidade, bem como para a locação e aquisição de equipamentos eletrônicos para maximizar os efeitos da fiscalização.

Outras restrições foram enfrentadas durante a execução dos programas, entre elas:

a) a descontinuidade do fluxo de recursos;

b) a dificuldade em licitações e celebração de contratos;

c) a dificuldade na obtenção de créditos adicionais;

d) a insuficiência de recursos materiais nas equipes gerenciais e executoras;

e) a inadequação da infra-estrutura nas equipes;

f) a insuficiência na qualificação dos recursos humanos na equipe gerencial;

g) a inadequação da quantidade de recursos humanos, estima-se uma carência de aproximadamente 10 mil policiais rodoviários na Polícia Rodoviária Federal.

A atividade de monitoramento é realizada por meio de:

a) reuniões trimestrais de trabalho;

b) visitas *in loco*, combate ao crime e áreas de ensino e saúde;

c) análise das informações inseridas em alguns sistemas informatizados, entre eles o Sistema de Informações Gerenciais e Planejamento (SIGPlan).

No tocante às ações do Programa que são de responsabilidade do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), apesar da boa execução financeira, não houve, aparentemente, correspondente execução física. Ressalta-se, ainda, que existem dificuldades de diálogo e obtenção de informações com a entidade vinculada ao Ministério dos Transportes (MT).

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O DPRF celebrou convênio com o Serviço Social do Transporte e o Serviço Nacional do Transporte (SEST/SENAT), sem repasse de recursos, para a implementação dos comandos de saúde nas rodovias em todo o Território Nacional. Como resultado dessa articulação tem-se verificado a melhoria da qualidade na prestação dos serviços de saúde nas rodovias.

A participação social ocorre por meio da Ouvidoria na Corregedoria-Geral da Polícia Rodoviária Federal, órgão que recebe denúncias, reclamações e sugestões da sociedade, inclusive via Internet e, também, mediante reuniões com representantes de atores que utilizam as rodovias como, por exemplo, associação de transportadores de produtos perigosos e representantes de comunidades lindeiras à rodovia, entre outros. Apesar disso, tais instrumentos precisam ser desenvolvidos, principalmente, porque a participação trouxe melhores resultados ao Programa, como, por exemplo, a articulação junto a associações de empresas transportadoras de passageiros a fim de combater o assalto a ônibus.

Embora haja uma ausculta informal da opinião pública, o DPRF não dispõe de um sistema organizado de consulta para avaliação da satisfação dos beneficiários. Apesar das dificuldades em realizar essa pesquisa de opinião, no PPA 2008-2011, a Polícia Rodoviária Federal enfrentará esse desafio, vez que um dos indicadores incluídos, o de sensação de segurança, será aferido pela avaliação direta do usuário da via.

Além dos resultados mencionados, destacam-se outras iniciativas, entre elas:

a) combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo;

b) aumento das fiscalizações eletrônicas e fortalecimento do sistema de imposição de penalidades e de cobrança das multas;

c) ênfase nos trabalhos de inteligência policial a fim de otimizar as intervenções de repressão à criminalidade organizada;

d) fortalecimento da ações de saúde, inclusive do atendimento psicossocial aos policiais;

e) fortalecimento das ações de capacitação, qualificação e requalificação dos servidores.

A gerência do Programa destaca que há necessidade de aumentar os créditos orçamentários destinados à ação de Policiamento Ostensivo; implementar quadro técnico administrativo para que os policiais se dediquem à função específica, ou seja, policiamento; aumentar o investimento em tecnologia da informação; realizar concurso para o cargo de policial rodoviário federal; e criar instância político-institucional supraministerial para coordenação dos trabalhos comuns com o DNIT. Além de capacitar os atores do modelo de gestão para maximizar o acompanhamento das ações, é preciso garantir melhores condições de trabalho, especialmente, relacionadas ao espaço físico e à disponibilidade de materiais e articular junto ao Ministério da Justiça (MJ) a implantação do Sistema de Informações para Gestão Setorial (Infrasig).

SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA (SUSP)

GERENTE DO PROGRAMA

Antonio Carlos Silva Biscaia

OBJETIVO

Ampliar a eficiência do Sistema de Segurança Pública e Defesa Civil mediante a reestruturação e integração de suas organizações.

PÚBLICO-ALVO

Operadores de Segurança Pública

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 984.128.949,00	Empenho Liquidado:	R$ 844.654.207,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 844.654.207,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Índice Sintético de Desempenho (ISD) - Porcentagem	37.50	-	63.00	74.00	100.00	74%

1. ÍNDICE SINTÉTICO DE DESEMPENHO - ISD
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice foi construído pautado em uma expectativa da realização de 25% da implantação do SUSP a cada ano, contando com a recepção de 100% dos recursos aprovados do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). Nos últimos quatro anos, considerando os cortes orçamentários e financeiros, reduziu-se a meta de 100% para 78% da implantação do SUSP, sendo que se atingiu 74% das metas previstas.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O governo visa adotar uma estratégia de integração entre todas as Unidades da Federação. Por meio do SUSP, os governos estaduais e municipais passaram a apresentar projetos a serem apoiados pelo FNSP, dentro de diretrizes estratégicas que priorizam o atendimento eficiente às demandas da sociedade e o impacto na redução da criminalidade. Ele tem por

objetivo a articulação das ações das instituições federais, estaduais e municipais no campo da segurança e da justiça criminal. Os principais eixos de atuação são:

a) a gestão unificada da tecnologia da informação;

b) gestão do sistema de segurança;

c) formação e aperfeiçoamento de policiais;

d) valorização das perícias e a melhora da produção de prova;

e) prevenção da violência e instalação de ouvidorias independentes e modernização da gestão da segurança pública nos órgãos de segurança pública.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Aquisição e repasse de 1.363 viaturas além de coletes a prova de balas, capacetes balísticos e outros equipamentos.

• Formação de mais de 57.000 profissionais em 60 telecentros implantados nas instituições policiais de todo o País.

• Realização de cursos de polícia comunitária para 22.000 alunos, incluindo policiais, bombeiros, guardas municipais e a própria sociedade.

• Capacitação de 22.000 profissionais de segurança pública em relação aos princípios e valores da polícia.

• Coordenação das ações de segurança dos Jogos Pan e Para-Pan-americano no Rio de Janeiro, principalmente, por meio da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP).

• Disponibilização e manutenção da Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública (Infoseg), com mais de 26 milhões de acessos registrados, em 2007, e mais de 90 mil usuários cadastrados.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A execução física ficou entre 80% e 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. A meta real estabelecida pela gerência do Programa era alcançar 78% da meta física tendo em vista o contingenciamento de 22% dos recursos orçamentários.

As principais restrições que impediram resultado melhor foram:

a) o contingenciamento dos recursos do FNSP;

b) a morosidade na tramitação de processos licitatórios no âmbito do Ministério da Justiça (MJ);

c) a ineficácia da estrutura de gestão do Governo, tendo em vista que nenhuma das restrições informadas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) por meio do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) sequer foram respondidas;

d) a insuficiência de recursos humanos;

e) a deficiente articulação institucional no Governo;

f) a descontinuidade no fluxo de recursos;

g) a limitação de recursos para custear o pagamento de treinamento com diárias e passagens para os operadores de segurança pública;

h) a insuficiência de recursos materiais;

i) a infra-estrutura inadequada;

j) a qualificação insuficiente de recursos humanos;

k) a dificuldade de diálogo com as polícias da União, que deveriam adotar o SUSP como parâmetro de planejamento e execução das suas funções;

l) a inexistência de regulamentação do artigo 144 da Constituição Federal, fato que inviabiliza a existência efetiva de um órgão federal de gestão do SUSP com autoridade para articular de forma sistêmica todos os órgãos de segurança pública no País.

Tendo em vista as dificuldades para efetividade do SUSP como um sistema federativo e democrático, ainda é muito precária a capacidade da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) para negociar com Estados e Municípios pautando as ações realizadas a partir dos convênios. Ocorre que esses entes não prestam informações a todos os questionamentos. Algumas informações nas prestações de contas não condizem com a realidade constatada por meio de visitas. Não bastasse isso, há um abuso por parte dos entes que não informam corretamente os dados estatísticos, obrigação essa assumida quando da celebração dos convênios. Apesar disso, a Senasp continuamente amplia sua aproximação com os parceiros para que os recursos repassados por meio de convênio sejam utilizados da melhor forma

possível. O futuro sistema para acompanhamento da execução dos convênios certamente irá contribuir para prevenir e evitar problemas na fiscalização das prestações de contas.

A atividade de monitoramento é realizada por meio de visitas *in loco*, do acompanhamento do Sistema Nacional de Estatística (Infoseg) e do SIGPlan, de relatórios de gestão e da avaliação externa elaborada por autoridades públicas dos governos Federal, Estadual e Municipal, representantes de organizações não-governamentais, universidades públicas e privadas, e pesquisadores da área de segurança pública.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O planejamento das atividades de formação, de gestão do conhecimento e de controle externo é definido a partir de reuniões com representantes dos grupos de interesse relacionados a essas ações, tais como: ouvidorias, órgãos de segurança pública, instituições de ensino, entre outras.

No final de 2007, continuou-se a realizar coleta de avaliações críticas com representantes de instituições de ensino, dos órgãos de segurança pública, de pesquisadores de segurança pública, entre outros, no sentido de realimentar o processo de planejamento da Senasp.

Destaca-se, como prática a ser implementada pelos demais órgãos do governo, a institucionalização da Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública (Renaesp) por meio da qual a Senasp articulou o oferecimento de cursos destinados aos profissionais de segurança pública junto a 50 instituições de ensino superior. Outro fator de destaque é o trabalho com registro de preços, que possibilita adesões mais simples por parte dos entes Federados.

A gerência do Programa destaca que há necessidade de restringir o repasse de recursos para entes que não cumprirem as condicionalidades do Plano Nacional de Segurança Pública e que negligenciarem a prestação de informações sobre estatísticas criminais; garantir melhores condições de trabalho, especialmente, espaço físico, recursos humanos e materiais; articular junto ao MJ a implantação do Sistema de Informações para Gestão Setorial (Infrasig) e fortalecer o diálogo com as polícias da União.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Educação Previdenciária

Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União

Previdência Complementar

Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Previdência Social Básica

Qualidade dos Serviços Previdenciários

Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para o Ministério da Previdência Social (MPS), foram utilizados **R$ 192.325.324.344,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 192.969.406.423,00	Realizado orçamentário:	R$ 192.325.324.344,00
Recursos não-orçamentários previstos:	-	Realizado não-orçamentário:	-
Total previsto:	**R$ 192.969.406.423,00**	**Total realizado:**	**R$ 192.325.324.344,00**

Além disso, do total de **R$ 547.083.476,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram executados **R$ 395.083.377,00**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do MPS, no período do PPA 2004-2007, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004/2007
Finalístico	1079 Educação Previdenciária	0,002%	0,001%	0,000%	0,000%	0,001%
	0088 Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União	0,498%	0,410%	0,344%	0,390%	0,405%
	0086 Previdência Complementar	0,002%	0,003%	0,001%	0,001%	0,002%
	0089 Previdência de Inativos e Pensionistas da União	23,699%	22,494%	22,007%	21,824%	22,418%
	0083 Previdência Social Básica	75,705%	76,917%	77,464%	77,581%	77,006%
	0085 Qualidade dos Serviços Previdenciários	0,022%	0,042%	0,075%	0,040%	0,046%
	1009 Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal	0,004%	0,005%	0,004%	0,005%	0,004%
Finalístico Soma		**99,934%**	**99,873%**	**99,895%**	**99,840%**	**99,882%**
Gestão de Políticas Públicas	0087 Gestão da Política de Previdência Social	0,010%	0,021%	0,016%	0,014%	0,015%
Serviços ao Estado	0084 Arrecadação de Receitas Previdenciárias (*)	0,056%	0,106%	0,089%	0,145%	0,103%
Total Global		**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

Observação: (*) Com a criação da Receita Federal do Brasil, que unificou as atribuições da Secretaria da Receita Federal e da Secretaria da Receita Previdenciária, o programa passou a ser de responsabilidade do Ministério da Fazenda.

AVALIAÇÃO SETORIAL

Em 2007, a Previdência Social concentrou seus esforços tanto na melhoria da qualidade do atendimento ao público como também na gestão dos seus processos com o intuito de reduzir fraudes e, conseqüentemente, diminuir desperdícios e custos.

Os percentuais de execução, de empenho e de pagamento, que representam o índice de utilização dos limites, foram satisfatórios. Não obstante, a concessão de créditos suplementares por Medida Provisória saiu apenas no final de dezembro, dificultando o processo de execução, principalmente, nas ações descentralizadas para gerências regionais e executivas.

Excetuando-se as despesas obrigatórias, o montante de orçamento disponível na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007 mais seus créditos adicionais foram os maiores dos últimos cinco anos, totalizando R$ 2 bilhões.

Os programas com maior destaque em 2007 foram: 0083 - Previdência Social Básica; 0085 - Qualidade dos Serviços Previdenciários; 0086 - Previdência Complementar; e 1009 - Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal.

O Programa Previdência Social Básica é o de maior aporte de recursos, no âmbito do MPS, sendo responsável pelo pagamento dos benefícios previdenciários. No orçamento de 2007, foram consignados R$ 178,0 bilhões, representando 92,3% do total de recursos alocados no Ministério. Assim, além de garantir o pagamento dos beneficiários, no valor e prazo previstos em Lei, executa também ações voltadas para o reconhecimento de direitos, a realização de perícias médicas, e ações destinadas à reabilitação profissional, que oferecem aos beneficiários meios para promover o seu reingresso ao trabalho.

De um modo geral, as ações alcançaram a meta estabelecida no PPA 2004-2007. Como ocorreu em exercícios anteriores, o contingenciamento de recursos orçamentários discricionários, a persistência da carência de recursos humanos e o parque tecnológico que ainda não atende a demanda das unidades de atendimento influenciaram negativamente para que algumas das metas previstas não fossem alcançadas. O aprimoramento dos canais remotos de atendimento (Internet e telefone) e a capacitação de um maior número de servidores atenuaram o problema.

Em dezembro 2007, foram emitidos 25,2 milhões de benefícios, sendo que 22,1 milhões eram benefícios previdenciários e acidentários e 3,1 milhões eram benefícios assistenciais. Entre os benefícios previdenciários e acidentários 14,6 milhões (66%) foram pagos à clientela urbana e 7,5 milhões (33,9%) à clientela rural.

Foram concedidos, em 2007, 4,17 milhões de novos benefícios, mantendo uma média anual em torno de quatro milhões de benefícios concedidos durante o período do PPA 2004-2007.

O Censo Previdenciário, que iniciou em outubro de 2005, foi finalizado. Somente em 2007, foram cessados 47,7 mil benefícios, representando uma economia no ano de 29,5 milhões.

O Programa Qualidade dos Serviços Previdenciários tem como foco principal a qualidade dos serviços prestados pela Previdência Social aos segurados, tornando mais ágeis, eficientes e confiáveis os procedimentos das atividades finalísticas e operacionais do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Para tanto, são necessários investimentos nos processos institucionais, tendo como princípio a busca pela excelência da gestão previdenciária, pautada na ética, na transparência, na participação, na descentralização, no controle social e na orientação aos cidadãos.

Neste Programa, destacaram-se as ações:

a) Serviços de Ouvidoria aos usuários da Previdência Social;

b) Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos;

c) Previdência Eletrônica;

d) Gerenciamento da Qualidade dos Serviços Previdenciários;

e) Reformulação das Agências de Atendimento da Previdência Social.

A Ouvidoria-Geral realizou 404,7 mil atendimentos em 2007. Foi previsto um gasto de R$ 4,3 milhões e executado o valor de R$ 3,3 milhões, ou seja, 77,2% do previsto.

Em 2007, foram realizadas 432 auditorias, instaurados 514 procedimentos administrativos disciplinares e, 15 processos de Tomada de Contas Especial, totalizando 961 auditorias.

A Ação Previdência Eletrônica visa a prestação de informações e de serviços previdenciários por meios eletrônicos, realizados pela Internet e pela Central de teleatendimento (135) o que dá maior agilidade e resolutividade às demandas dos beneficiários, além de propiciar maior comodidade ao trabalhador, que não precisa mais enfrentar filas nas Agências de Previdência Social (APS). Em 2007, foram registrados 144,3 milhões de atendimentos.

Em 2007, foram executadas 61 novas adequações das Agências de Previdência Social (APS). Outras 45 obras estão em andamento. Com as obras concluídas em 2007, 56% das APSs estão adequadas ao mesmo padrão de infra-estrutura.

O Programa Previdência Complementar é responsável por zelar pela segurança, liquidez e solvência dos planos das entidades fechadas de previdência complementar. Neste Programa, destacaram-se as Ações Autorização e acompanhamento de Planos de Benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar e Fiscalização das Entidades de Previdência Complementar, que constituem os pilares de atuação da Secretaria de Previdência Complementar (SPC).

A Ação Autorização e Acompanhamento de Planos de Benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar tem como finalidade garantir a correta aplicação das normas vigentes nas atividades realizadas pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar nos processos de oferta, administração e gestão dos planos de benefícios, de forma a proteger os direitos dos participantes. No exercício de 2007, foram realizadas 2.982 análises, sendo que 1.633 resultaram em autorização.

A atividade de fiscalização envolve o desenvolvimento de um conjunto de ações integradas, com base na introdução do conceito de supervisão contínua, com ênfase na fiscalização indireta e no gerenciamento de riscos. Em 2007, foram realizadas 132 fiscalizações pela SPC.

O Programa Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal é responsável por zelar pela viabilidade econômica e atuarial dos regimes próprios de previdência dos entes federados.

No exercício de 2007, foram realizadas 459 auditorias nos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) dos Estados e Municípios, sendo processadas 320 notificações por irregularidades que geraram Processos Administrativos Previdenciários (PAP) e 84 notificações que, após análise, tiveram conclusão de regularidade; 47 procedimentos de auditoria com a subseqüente mudança para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e a emissão de 232 representações que não estavam de acordo com as normas vigentes.

ASPECTOS RELEVANTES

Os programas do Ministério da Previdência Social refletem, basicamente, suas grandes linhas de atuação como a previdência social básica, os regimes próprios de previdência, a previdência complementar e a qualidade no atendimento. Os programas reúnem um conjunto de ações que se referem à busca pelo alcance dos objetivos, entretanto, o MPS realiza iniciativas que contribuem para o sucesso das políticas previdenciárias que não estão, necessariamente, explicitados em ações específicas do PPA.

Exemplo desse aspecto é o Novo Modelo de Gestão (NMG), que é uma nova forma de ver, pensar e executar as atividades diárias do INSS, buscando o alinhamento de todos os recursos envolvidos, sejam de nível operacional ou humano, culminando com a otimização do serviço, a valorização do servidor e, principalmente, a satisfação do cliente.

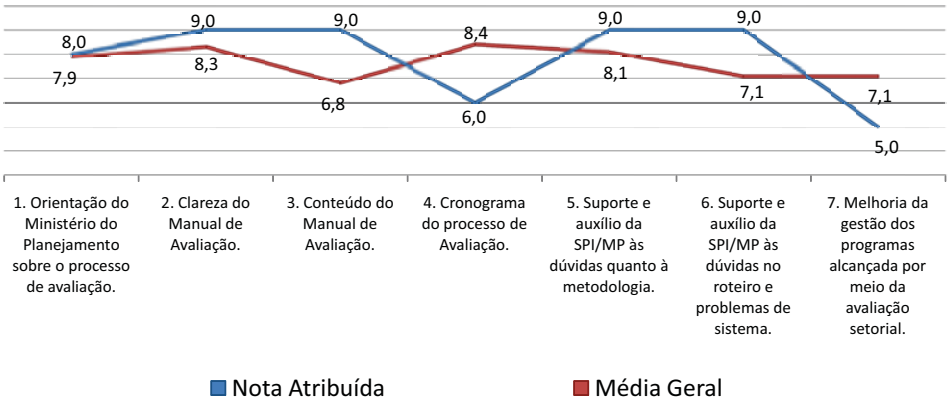
A participação social nas políticas previdenciárias é realizada, principalmente, pela atuação dos conselhos, com destaque para o Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) que articula governo e sociedade civil em âmbito nacional, permitindo direcionar esforços no sentido de resolver os problemas apontados pelos representantes da sociedade civil quanto aos serviços prestados pelo INSS.

Um dos fatos mais importantes para a Previdência Social no ano de 2007 foi a realização do Fórum Nacional de Previdência Social (FNPS), criado pelo Decreto nº 6.019, em 22 de janeiro de 2007. O FNPS teve a finalidade de promover o debate entre os representantes dos trabalhadores, dos aposentados e pensionistas, dos empregadores e do Governo Federal, com o objetivo de avaliar e propor medidas para o aperfeiçoamento e a sustentabilidade dos regimes de previdência social, bem como sua coordenação com as políticas de assistência social.

O FNPS abriu uma oportunidade ímpar para a sociedade brasileira refletir sobre as questões previdenciárias, sem pressões, uma vez que se partiu do pressuposto de que as finanças previdenciárias não sairiam do controle a curto prazo. Assim, o Fórum foi um raro momento em que os mais importantes atores das políticas previdenciárias reuniram-se para aprofundar seus conhecimentos, debater acerca de alternativas e contribuir para o fortalecimento da Previdência Social.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pelo MPS mediante a atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, pelo MPS e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

GERENTE DO PROGRAMA

Marco Antonio de Oliveira

OBJETIVO

Informar e conscientizar a sociedade acerca de seus direitos e deveres em relação à Previdência Social e os meios de exercê-los, com a finalidade de assegurar a proteção social aos cidadãos, por meio de sua inclusão e permanência no Regime Geral de Previdência Social.

PÚBLICO-ALVO

Cidadãos

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.050.350,00	Empenho Liquidado:	R$ 400.533,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 400.533,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Proteção Previdenciária – Porcentagem	-	62.60	62.60	64.00	63.50	100,79%
2. Taxa de Variação de Contribuintes Individuais, Empregados Domésticos, Segurados Facultativos e Segurados Especiais – Porcentagem	12.64	-	-0.99	7.20	2.50	288%

1. TAXA DE PROTEÇÃO PREVIDENCIÁRIA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice ultrapassou em 0,5 ponto percentual a previsão para o final do PPA 2004-2007. Vale ressaltar que houve aumento do emprego formal e aumento da proporção de trabalhadores que contribuíam para previdência nos últimos quatro anos, fatores que contribuíram para a evolução do indicador.

2. TAXA DE VARIAÇÃO DE CONTRIBUINTES INDIVIDUAIS, EMPREGADOS DOMÉSTICOS, SEGURADOS FACULTATIVOS E SEGURADOS ESPECIAIS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O indicador não foi apurado em 2005 e 2006. O índice apurado para 2007 foi de 7,2%, superando o índice previsto em 188%.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A previdência social pública brasileira consegue garantir a proteção de 64% da população na faixa etária entre 16 e 59 anos. Trata-se de uma cobertura baixa, que deverá levar parcela significativa dessa população, sem proteção previdenciária, a demandar benefícios assistenciais.

O Programa Educação Previdenciária tem por objetivo informar a população sobre a importância da previdência social, ao garantir a reposição da renda nas situações de perda da capacidade para o trabalho, temporária ou permanente, em virtude de idade avançada, doença, invalidez, maternidade, acidente ou morte, a fim de reverter o quadro acima. Busca-se não apenas expandir a cobertura e elevar a arrecadação previdenciária, reduzindo a informalidade de trabalhadores e empresas, mas, fundamentalmente, proteger o cidadão. O Programa atua por meio de ações de conscientização, tais como cursos de capacitação e formação de disseminadores internos e externos e a distribuição de material informativo e didático.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Promoção de ações de conscientização e informação sobre previdência para mais de 260 mil cidadãos, por meio de palestras, seminários, fóruns e cursos em sindicatos, associações, escolas, universidades, igrejas, tribos indígenas, prisões, feiras livres, dentre outros espaços.

• Formação de cerca de quatro mil disseminadores externos ao Ministério da Previdência Social sobre conhecimento previdenciário, voltada para representantes de entidades da sociedade civil e de órgãos públicos como a participação de profissionais de diversas áreas (assistentes sociais, agentes de saúde, lideranças sindicais, entre outros).

DESEMPENHO DO PROGRAMA
Principais restrições e providências adotadas

A execução das metas abaixo do previsto para o ano de 2007 teve como fator preponderante a restrição orçamentária imposta ao Programa, principalmente, no primeiro semestre, onde foram liberados apenas 50% dos recursos previstos.

A limitação de gastos com diárias e passagens inviabilizou a execução das ações do Programa Educação Previdenciária, uma vez que elas são executadas em localidades onde não existem unidades de atendimento da Previdência Social, necessitando de deslocamento de servidores.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A gerência do Programa sugere a implementação de um indicador diretamente ligado à execução das ações. O indicador deve levar em conta as variáveis diretamente envolvidas nas situações sob a responsabilidade do Programa. Ele deverá mensurar a quantidade de disseminadores previdenciários devidamente capacitados em cada localidade. A fórmula de cálculo deve ser a razão entre a meta de capacitação de disseminadores por disseminadores capacitados. Desta maneira, a conjunção das informações antigas com o indicador proposto deverá mostrar a real eficácia do Programa, pois irá proporcionar, de forma mais precisa, a necessidade física e orçamentária das unidades geográficas nacionais, indicando a necessidade de ação previdenciária, bem como, a eficácia desta ação.

Recomenda-se a realização das atividades que propiciem a construção do modelo lógico neste Programa com o intuito de garantir que a gerência tenha uma visão articulada acerca do conjunto de ações desenvolvidas, assegurando que o Programa esteja orientado efetivamente para o enfrentamento de problema existente na sociedade.

INDENIZAÇÕES E PENSÕES ESPECIAIS DE RESPONSABILIDADE DA UNIÃO

GERENTE DO PROGRAMA

Marco Antonio de Oliveira

OBJETIVO

Assegurar o pagamento dos benefícios de caráter indenizatório e outras pensões graciosas de responsabilidade da União estabelecidos em Lei.

PÚBLICO-ALVO

Beneficiários definidos em Lei

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 898.974.609,00	Empenho Liquidado:	R$ 898.719.058,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 898.719.058,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

O Programa não possui indicador.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa atende a vítimas de danos resultantes de situações em que a União é total ou parcialmente responsável, passando a assegurar o seu sustento e o dos seus familiares, por meio de indenizações e pensões estabelecidas em Lei. Beneficia vítimas, por exemplo, da Talidomida e da Hemodiálise de Caruaru, no Estado de Pernambuco, ex-combatentes, anistiados políticos e estatutários da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT) e da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), entre outros respaldados por legislação específica.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Pagamento de 100% dos benefícios de caráter indenizatório e de outras pensões de responsabilidade da União que foram estabelecidas por Lei.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa assegura o cumprimento de legislação que prevê o pagamento de benefícios em manutenção, que foram pagos nos prazos devidos e valores fixados. Durante o ano de 2007, os recursos orçamentários destinados à sua execução foram suficientes e os recursos financeiros foram liberados de acordo com o cronograma estabelecido. Os recursos materiais e humanos também foram adequados à implementação do Programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A articulação com a sociedade civil ocorre por meio do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), com os Conselhos de Previdência Social (CPS) dos Estados no âmbito das gerências-executivas do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Os conselhos sintetizam a posição da sociedade em relação ao funcionamento do INSS e dos serviços prestados. O Ministério Público Federal (MPF) e a associação da classe acompanham os benefícios pagos às vítimas da Talidomida. A participação social visa apenas o acompanhamento do cumprimento da legislação que rege os benefícios.

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

GERENTE DO PROGRAMA

Leonardo André Paixão

OBJETIVO

Zelar pela segurança, liquidez e solvência dos planos das entidades fechadas de previdência complementar, visando assegurar aos participantes os benefícios contratados nos respectivos planos.

PÚBLICO-ALVO

População ocupada do setor formal e associados a sindicatos e associações de classe

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 15.795.611,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.578.635,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 1.578.635,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Ativos Totais das Entidades Fechadas de Previdência Privada em Relação ao Produto Interno Bruto (PIB) - Porcentagem	-	15.93	18.10	18.30	20.07	91,18%
2. Taxa de Cobertura do Sistema de Previdência Complementar - Porcentagem	-	9.62	9.10	9.00	13.97	64,42%

1. TAXA DE ATIVOS TOTAIS DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA EM RELAÇÃO AO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O indicador apresentou uma evolução positiva desde sua implementação, embora não tenha atingido a meta estabelecida para o final de 2007. A evolução deste indicador é naturalmente lenta a curto e médio prazo, dependendo de condições econômicas favoráveis. No entanto, durante o período do PPA evoluiu de forma significativa, tendo aumentado

em 14,9%, apesar da influência negativa sofrida com a alteração promovida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na metodologia de cálculo do Produto Interno Bruto (PIB). Como o PIB é um dos itens que compõe a fórmula de cálculo (representa o denominador), sua alteração impactou diretamente no resultado, de forma negativa.

2. TAXA DE COBERTURA DO SISTEMA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O indicador permaneceu praticamente estável durante o período do PPA 2004-2007, em torno de 9% de participação, ficando aquém do previsto para o final de 2007. De fato, nos últimos quatro anos, o indicador diminuiu, mesmo com o crescimento da população ocupada. Como o regime de previdência complementar é de adesão voluntária e está muito ligado à renda e às condições sócio-econômicas do trabalhador, espera-se que o crescimento da população ocupada produzirá uma expansão da taxa de cobertura após um período de maturação em que esses novos trabalhadores atingirão as condições sociais e econômicas necessárias que permitam sua adesão ao regime de previdência complementar.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A participação dos ativos totais das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) vem crescendo em relação ao PIB nos últimos anos, atingindo atualmente o índice de 18,1%, um volume considerável, mas ainda aquém do potencial do segmento, quando comparado a outros países. O Sistema de Previdência Complementar Fechado é composto, no Brasil, por 369 EFPCs em funcionamento, que administram quase mil planos de benefícios, acumulando um patrimônio superior a R$ 457 bilhões em ativos. Portanto, apresenta números expressivos no contexto social e macroeconômico do País. Atualmente, segundo dados acumulados até dezembro de 2007, conta com a participação de cerca de 6,7 milhões, entre assistidos, designados e beneficiários de pensão. Assim, a principal linha de ação do Programa visa a proteção dos participantes das EFPCs por meio de medidas reguladoras e de fiscalização que garantam a transparência, a confiabilidade e a solvência dos planos de previdência complementar.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Implantação de 20 novos planos de benefícios e a aprovação de criação de quatro novas EFPCs.

- Fixação de padrões de remuneração e instituição de relatório mensal de atividades para liquidantes, interventores e administradores especiais nomeados pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), resultando em um acompanhamento muito mais efetivo da atuação destes profissionais e em otimização de seu desempenho.

- Lançamento, em dezembro de 2007, do Fundo de Pensão Associativo do Ministério Público e da Justiça Brasileira (JUSPREV), evidenciando crescimento da previdência associativa.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais Restrições e Providências Adotadas

O Programa enfrentou dificuldades na sua execução, evidenciadas na análise dos recursos orçamentários, em que a Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007 previu recursos da ordem de R$ 15,8 milhões, dos quais foram executados apenas cerca de 10%.

Como nos anos anteriores, a principal restrição ainda se encontra na ausência de um órgão que realize a supervisão, a fiscalização e o controle das EFPCs com autonomia orçamentária, financeira e administrativa, bem como possua fonte de recursos e quadro de pessoal próprios. A proposta de criação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) que buscava enfrentar tais dificuldades, através da Medida Provisória nº 233, de 2004, que propunha sua criação, não foi apreciada pelo Congresso Nacional e perdeu sua eficácia por decurso de prazo.

Desta maneira, os problemas de infra-estrutura inadequada e insuficiência de recursos humanos continuaram a dificultar a execução do Programa, uma vez que houve um aumento no número de EFPCs e de planos de benefícios a serem fiscalizados e supervisionados.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O órgão regulador do regime operado pelas EFPCs, o Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC), constitui um fórum de debate dos temas de interesse do Regime de Previdência Complementar, sendo um exemplo de boas práticas de gestão a reunião de seus membros representantes com os grupos de interesse, ordinariamente, de acordo com seu estatuto, e extraordinariamente, quando necessário.

Conforme foi recomendado no relatório de avaliação dos anos anteriores, há necessidade de envio para o Congresso Nacional de um novo projeto de lei que garanta continuidade ao que foi estabelecido pelo artigo 5º da Lei Complementar nº 109, de 29 maio de 2001, que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e estabelece a criação de um órgão específico para realizar a fiscalização e supervisão das EFPCs, com autonomia e quadro próprio de servidores.

PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO

GERENTE DO PROGRAMA

Helmut Schwarzer

OBJETIVO

Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes.

PÚBLICO-ALVO

Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 50.553.707.363,00	Empenho Liquidado:	R$ 50.352.982.401,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 50.352.982.401,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Comprometimento da Receita Líquida da União - Porcentagem	-	-	-	-	-	-

1. TAXA DE COMPROMETIMENTO DA RECEITA LÍQUIDA DA UNIÃO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O indicador não foi apurado durante o período do PPA 2004-2007. Assim, não há parâmetros para avaliar o comportamento do seu índice.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Emenda Constitucional nº 20 e a Lei nº 9.717, 27 de novembro de 1998, estabeleceram novas regras para a organização da previdência social dos servidores públicos. Procurou-se enfatizar o caráter contributivo e a necessidade de equilíbrio financeiro e atuarial da previdência pública, tornando-a distinta da política de pessoal. O Programa Previdência de Inativos e Pensionistas da União busca consolidar essa nova orientação da previdência

pública no âmbito da administração pública federal. Embora sua implementação não seja centralizada no Ministério da Previdência Social (MPS), ficando a cargo de cada órgão no qual os inativos e pensionistas da União se aposentaram, o Programa articula todos os pagamentos da União.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Pagamento das aposentadorias aos servidores inativos da União e aos seus pensionistas conforme previsto na legislação, inclusive em relação a prazos e valores.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Este Programa apresenta ações em todos os órgãos da administração pública federal, direta e indireta, totalizando mais de 350 localizadores de gasto, o que gera dificuldades gerenciais, em especial quanto à coordenação e ao monitoramento. O MPS não dispõe de meios que permitam a realização adequada das atividades de gerenciamento e avaliação do Programa, o que inviabiliza a gestão eficiente e a sistematização das informações sobre o Programa. Assim, há necessidade de uma reflexão sobre seu desenho, responsabilidade e classificação dentro da metodologia do PPA.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Para o PPA 2008-2011, este Programa não será mais gerenciado pelo MPS, e estará no âmbito do grupo de programas contemplado nas atividades padronizadas da União.

PREVIDÊNCIA SOCIAL BÁSICA

GERENTE DO PROGRAMA

Marco Antonio de Oliveira

OBJETIVO

Garantir o reconhecimento dos direitos previdenciários e a regularidade do pagamento dos benefícios.

PÚBLICO-ALVO

Segurados e dependentes do Regime Geral de Previdência Social

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 179.448.760.597,00	Empenho Liquidado:	R$ 178.995.234.820,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 178.995.234.820,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Proteção da População acima de 60 anos pela Previdência - Porcentagem	-	77.86	74.77	80.30	85.00	94,47%
2. Taxa de Retorno de Segurados Reabilitados para o Mercado de Trabalho – Porcentagem	-	59.00	65.00	76.00	66.00	115,15%
3. Taxa de Solução de Demandas – Porcentagem	-	65.92	71.57	70.54	78.00	90,44%
4. Taxa de Solução dos Processos em Estoque no Conselho de Recursos da Previdência Social – Porcentagem	-	77.44	69.85	78.00	60.00	130%

1. TAXA DE PROTEÇÃO DA POPULAÇÃO ACIMA DE 60 ANOS PELA PREVIDÊNCIA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Embora o índice tenha ficado aquém da meta estabelecida para o final do PPA 2004-2007, apresentou um crescimento de 3,13% desde 2005, aproximando-se do previsto para o final do Plano.

2. TAXA DE RETORNO DE SEGURADOS REABILITADOS PARA O MERCADO DE TRABALHO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O índice apresentou uma evolução de 28,8% entre 2005 e 2007, superando em 15% a meta estabelecida para o final do PPA 2004-2007. Esse fato se deve aos esforços do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), que implantou, desde 2004, o Sistema de Reabilitação Profissional (Reabilita) nas Agências de Previdência Social (APS).

3. TAXA DE SOLUÇÃO DE DEMANDAS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O indicador não alcançou o índice previsto para o final do PPA 2004-2007. Entretanto, ele apresentou uma evolução de 7% entre 2005 e 2007, evidenciando os esforços do INSS. A evolução do indicador foi comprometida por fatores relacionados ao contingenciamento orçamentário, à escassez de recursos humanos e a um parque tecnológico que ainda não suporta a demanda diária nas APSs.

4. TAXA DE SOLUÇÃO DOS PROCESSOS EM ESTOQUE NO CONSELHO DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Em função do processo de reestruturação do Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS), o índice previsto para o final do PPA 2004-2007 foi superado em 30%.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Previdência Social deve assegurar, fundamentalmente, a proteção aos cidadãos em situações de perda da capacidade laborativa por idade avançada, morte e incapacidades. Trata-se de política contributiva, que deve garantir os meios necessários para que os cidadãos participantes do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) possam requerer os benefícios a que têm direito. Assim, este Programa, além de garantir o pagamento dos benefícios, no valor e no prazo previstos em lei, também executa ações voltadas para o reconhecimento de direitos e a realização de perícias médicas, bem como ações destinadas à reabilitação profissional, que oferecem aos beneficiários meios para promover o seu reingresso ao trabalho.

Para garantir o acesso dos cidadãos aos direitos previdenciários previstos em Lei, a Previdência Social mantém uma rede de atendimento em grande parte dos Municípios brasileiros, onde, em muitos casos, o valor dos benefícios previdenciários representa uma parcela considerável da economia local. Atualmente, a Previdência Social conta com 1.217 agências. Em 2007, as unidades de atendimento da Previdência Social realizaram mais de 40 milhões de atendimentos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Foram emitidos, em 2007, 25,2 milhões de benefícios, sendo que 22,1 milhões eram benefícios previdenciários e acidentários e 3,1 milhões eram benefícios assistenciais.

• Foram cessados, em 2007, 47,7 mil benefícios, representando uma economia, no ano, de 29,5 milhões, com a Finalização do Censo Previdenciário.

• Foram atendidos 60.389 segurados pelo serviço de reabilitação profissional, evidenciado um aumento 19,2% em relação ao primeiro ano do PPA 2004-2007.

• Foram concedidos, em 2007, 4,17 milhões de novos benefícios, mantendo uma média anual em torno de 4 milhões de benefícios concedidos durante o período do PPA 2004-2007.

• Foram realizados 9 milhões de exames médicos periciais, com um acréscimo de 32,% em relação ao ano anterior.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

As ações apresentaram execução física dentro do esperado, sendo que algumas superaram a meta prevista e outras estiveram aquém do esperado, porém, isso não comprometeu a consecução do objetivo do Programa.

Durante o ano de 2007, como ocorreu em exercícios anteriores, fatores como o contingenciamento de recursos orçamentários, a persistência da carência de recursos humanos e o parque tecnológico que ainda não atende a demanda das unidades de atendimento influenciaram negativamente para que as algumas das metas previstas não fossem atingidas. O aprimoramento dos canais remotos de atendimento (Internet e telefone) e a capacitação de um maior número de servidores atenuaram o problema.

No tocante aos recursos humanos, a equipe gerencial não foi suficiente, havendo sobrecarga de trabalho para os coordenadores de ação, que tiveram dificuldades de acompanhamento e avaliação das ações. As equipes executoras não conseguiram absorver a demanda a elas dirigidas, pois não possuíam número de funcionários compatível com a necessidade de atendimento a ser realizado. O problema foi amenizado com a implementação de procedimentos informatizados e a realização de mutirões de trabalho e força-tarefa.

Quanto à infra-estrutura, muitas unidades descentralizadas do INSS ainda necessitam de readequação para que possam prestar um bom atendimento ao segurado e oferecer melhores condições de trabalho aos seus servidores.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A articulação do Programa, com a sociedade civil em âmbito nacional, ocorre através do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), em suas reuniões mensais, e no âmbito das gerências-executivas do INSS com os Conselhos de Previdência Social (CPS). Os referidos conselhos sintetizam a posição da sociedade, apresentando sua avaliação quanto aos serviços prestados pelo INSS, permitindo, dessa forma, direcionar esforços no sentido de resolver os problemas apontados pelos representantes da sociedade civil.

Ressalta-se que o índice final do indicador Taxa de Proteção da População acima de 60 anos pela Previdência foi superestimado na concepção inicial do Programa.

QUALIDADE DOS SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS

GERENTE DO PROGRAMA

Marco Antonio de Oliveira

OBJETIVO

Melhorar a qualidade dos serviços prestados pela Previdência Social, atendendo às expectativas dos cidadãos.

PÚBLICO-ALVO

Empresas, segurados e dependentes do Regime Geral de Previdência Social

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 157.783.382,00	Empenho Liquidado:	R$ 93.319.757,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 93.319.757,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Grau de Satisfação no Atendimento – Número-índice	-	-	-	7.65	9.00	85%
2. Idade Média do Acervo de Solicitações de Benefícios – Dia	117.00	116.00	109.00	91.00	55.00	-
3. Prazo de Concessão de Benefícios – Dia	28.00	27.00	33.00	31.00	13.00	-

1. GRAU DE SATISFAÇÃO NO ATENDIMENTO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice de referência apurado em 2002 foi de 8,38%. Percebe-se, portanto, que houve um decréscimo no grau de satisfação dos usuários no período do Plano na medida em que foi apurado 7,65%, em 2007. Entretanto, vale ressaltar que a pesquisa de satisfação dos usuários realizada em 2002 apresentou características que levaram a conclusões que podem não refletir a realidade. O principal aspecto diz respeito ao conceito de satisfação. O método considerou satisfação a relação entre a expectativa do usuário antes do atendimento e sua percepção depois de ser atendido. Considera-se que este conceito traz um viés, uma vez que, normalmente, a expectativa do usuário em relação aos serviços prestados pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) era muito baixa, ou seja, o usuário considera inicialmente que será mal atendido. Ao ser contemplado com a concessão de um benefício tende a atribuir uma nota mais alta do que aquela atribuída à sua expectativa. Dessa forma,

o resultado da equação nota atribuída ao atendimento efetivo dividido pela nota atribuída à expectativa foi elevado, podendo não ter representado a realidade. Dessa forma, o método foi revisto com intuito de refletir todo o processo de atendimento.

2. IDADE MÉDIA DO ACERVO DE SOLICITAÇÕES DE BENEFÍCIOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Apesar dos esforços do INSS para diminuir a idade média do acervo, como a capacitação de servidores e a melhoria dos sistemas de informações institucionais e da infra-estrutura de tecnologia de informação, o indicador não alcançou o índice esperado para o final do PPA 2004-2007. Cabe ressaltar, que mesmo longe de atingir a meta estabelecida, o índice apresentou uma melhora com decréscimo de 22,3% na idade média do acervo, entre 2004 e 2007.

3. PRAZO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Nos últimos anos, o INSS implementou algumas medidas com intuito de diminuir o prazo de concessão, com destaque para as ações de capacitação intensiva dos servidores da instituição através da criação da Escola da Previdência e a criação de novos sistemas corporativos pelo projeto Novo Modelo de Gestão (NMG). Entretanto, as medidas não alcançaram o impacto desejado sobre o indicador, nos três primeiros anos do PPA 2004-2007. De fato, o índice aumentou em cinco dias, enquanto se esperava uma redução de 15 dias.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O principal foco do Programa é melhorar a qualidade dos serviços prestados pela previdência social, de modo que está relacionado diretamente à resolubilidade na concessão, na manutenção e na cessação de benefícios e serviços prestados aos cidadãos. Para tanto, são necessários constantes investimentos nos processos institucionais, tendo como princípio a busca pela excelência da gestão previdenciária, pautada na ética, na transparência, na participação, na descentralização, no controle social e na orientação aos cidadãos. Tais investimentos visam a reestruturação de processos, a implementação de política efetiva de desenvolvimento de pessoal, o controle interno e o mapeamento dos custos operacionais. Pretende-se, dessa forma, tornar mais ágeis, eficientes e confiáveis os procedimentos das atividades finalísticas e operacionais nas áreas de benefícios, auditoria, recursos humanos, logística, orçamento e finanças do INSS.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Conclusão de 61 obras no âmbito do Programa de Melhoria do Atendimento (PMA), que objetiva conferir agilidade na prestação dos serviços, comodidade aos usuários e ampliação do controle social.

• Inauguração de cinco Agências da Previdência Social de Benefícios por Incapacidade (APSBI), com o objetivo de garantir agilidade na prestação de serviços e ampliar as atividades relacionadas ao reconhecimento dos direitos aos benefícios por incapacidade, que atualmente representam aproximadamente 60% dos novos requerimentos.

• Ampliação da capacidade de atendimento remoto (Internet e telefone), atingindo, em 2007, a capacidade de 10 milhões de atendimentos remotos por mês.

• Realização de 432 auditorias, instaurados 514 procedimentos administrativos disciplinares e 15 processos de Tomada de Contas Especial, totalizando 961 auditorias.

• Qualificação de 2.026 servidores do INSS em legislação previdenciária e sistemas corporativos, nas Agências que apresentavam menor desempenho.

• Realização de mais de 400 mil atendimentos pela Ouvidoria-Geral da Previdência Social.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A execução financeira do Programa ficou em torno de 60%. Diferente dos anos anteriores, o Programa não apresentou restrições quanto ao contingenciamento orçamentário e à descontinuidade na liberação de recursos.

Em 2007, o Programa focou seus esforços na expansão dos serviços pelos canais remotos de atendimento, com intuito de diminuir ainda mais as filas nas Agências de Previdência Social (APS). Foram criados novos serviços, dentre eles o agendamento eletrônico do atendimento presencial e a marcação de perícias médicas.

Para tornar ainda mais eficaz o atendimento agendado, foi estabelecido o Plano de Redução dos Prazos da Agenda, cujo objetivo principal é reduzir o tempo de espera no agendamento para 30 dias, por meio das seguintes ações:

a) readequação dos tempos de atendimento estipulados para cada serviço, com resolutividade imediata das solicitações de serviço;

b) reconfiguração da agenda nas unidades de atendimento, a fim de abrir novas vagas e redirecionar as ofertas de vagas para os serviços mais procurados;

c) confirmação de comparecimento, também por meio telefônico.

No final de 2007, mais de 70% das APSs já estavam com o tempo médio de espera para atendimento de requerimentos de benefícios igual ou menor que 30 dias, enquanto, para realização de perícias médicas, 89% dessas Agências já atendiam no prazo inferior a 30 dias.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Como recomendado no Relatório de Avaliação do ano anterior, faz-se necessário a inclusão de um indicador para medir o nível de acessibilidade dos usuários à Previdência Social, tanto através do atendimento direto nas APS, quanto nos canais remotos (por Internet e telefone), medindo o quantitativo de usuários atendidos e o crescimento da capacidade da instituição em atender ao seu público-alvo num patamar satisfatório.

REGIMES DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA UNIÃO, ESTADOS, MUNICÍPIOS E DISTRITO FEDERAL

GERENTE DO PROGRAMA

Helmut Schwarzer

OBJETIVO

Zelar pela viabilidade econômica e atuarial dos regimes próprios de previdência da União, Estados, Municípios e Distrito Federal.

PÚBLICO-ALVO

Beneficiários dos regimes próprios de previdência da União, Estados, Municípios e Distrito Federal

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 17.514.032,00	Empenho Liquidado:	R$ 10.468.938,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 10.468.938,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Variação da Necessidade de Financiamento dos Regimes Próprios de Previdência - Porcentagem	-	-	-	-	2.50	-

1. TAXA DE VARIAÇÃO DA NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O indicador não foi apurado durante a vigência do PPA 2004-2007. A gerência alega ter dificuldades em receber os dados dos Estados e Municípios para elaboração do índice.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O controle do financiamento do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos é prioridade na agenda política do Governo Federal devido ao desequilíbrio estrutural que causa nas contas públicas. A ausência desse controle tende a comprometer cada vez mais

os recursos fiscais e a sustentabilidade do próprio sistema. As reformas previdenciárias instituídas podem ser consideradas positivas, na medida em que a velocidade de aprovação e regulamentação superou as experiências anteriores e propiciou ambiente de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, na busca de melhores paradigmas de gestão dos regimes próprios de previdência do funcionalismo, principalmente, incorporando à Constituição Federal linhas gerais do novo modelo de caráter contributivo, em que benefício e contribuição devem estar correlacionados de modo a permitir o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema. As mudanças afetaram, basicamente, os seguintes aspectos do plano de benefícios: a fórmula de cálculo, as regras de elegibilidade e a indexação dos benefícios, além de introduzir a contribuição previdenciária de inativos e pensionistas. Assim, o objetivo do Programa é fortalecer a capacidade administrativa de todos os elos dessa estrutura, bem como promover mecanismos legais e técnicos visando a viabilidade estrutural, econômica, financeira e atuarial dos regimes próprios de previdência das Unidades da Federação.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Fiscalização de 459 regimes próprios de previdência estaduais e municipais.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa apresentou uma execução financeira próxima de 57%. As metas físicas das ações ficaram aquém do esperado. Isso ocorreu em função das metas estipuladas dependerem da execução da reestruturação do cadastro previdenciário dos Municípios participantes do Programa de Apoio à Reforma dos Sistemas Municipais de Previdência (Prevmun) e do Programa de Apoio à Modernização da Gestão do Sistema de Previdência Social (ProPREV). As empresas estão executando as atividades previstas nos contratos para realização do recadastramento, as quais estavam programadas para serem concluídas até dezembro de 2007. Entretanto, houve atraso na remessa de informações financeiras por parte de alguns Municípios e, também, no início do processo, na execução do recadastramento em todos os Municípios.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Cabe destacar que a execução do Programa é realizada com o apoio de financiamento externo por meio do Programa de Apoio à Reforma dos Sistemas Estaduais de Previdência (Parsep), do Prevmun e do ProPREV, sendo que aquele foi premiado pelo Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Bird) devido ao alcance dos seus objetivos de forma destacada, em relação à carteira de projetos de desenvolvimento dessa instituição financeira multilateral.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

- Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos
- Alimentação Saudável
- Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos
- Assistência Suplementar à Saúde
- Atenção Básica em Saúde
- Atenção à Saúde da População em Situações de Urgências, Violências e outras Causas Externas
- Atenção Especializada em Saúde
- Atenção Hospitalar e Ambulatorial no Sistema Único de Saúde (SUS)
- Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde
- Controle da Tuberculose e Eliminação da Hanseníase
- Educação Permanente e Qualificação Profissiona no Sistema Único de Saúde (SUS)
- Investimento para Humanização e Ampliação do Acesso à Atenção à Saúde
- Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis
- Saneamento Rura
- Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue
- Vigilância Ambiental em Saúde
- Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças Transmissíveis
- Vigilância e Prevenção de Doenças e Agravos Não-Transmissíveis
- Vigilância, Prevenção e Atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis
- Vigilância, Prevenção e Controle da Malária e da Dengue
- Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para o Ministério da Saúde (MS), foram utilizados **R$ 49.483.491.506,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 53.016.727.385,00	Realizado orçamentário:	R$ 49.483.491.505,00
Recursos não-orçamentários previstos:	-	Realizado não-orçamentário:	-
Total previsto:	**R$ 53.016.727.385,00**	**Total realizado:**	**R$ 49.483.491.506,00**

Além disso, do total de **R$ 4.360.732.234,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram executados **R$ 2.991.962.034,00**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do MS, no período do PPA 2004-2007, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Finalístico	1215 Alimentação Saudável	0,05%	0,05%	0,06%	0,11%	0,07%
	1293 Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos	6,55%	7,35%	7,50%	8,64%	7,60%
	1185 Assistência Suplementar à Saúde	0,32%	0,34%	0,31%	0,29%	0,31%
	1303 Atenção à Saúde da População em Situações de Urgências, Violências e outras Causas Externas	0,53%	0,74%	0,45%	0,58%	0,57%
	1312 Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos	0,18%	0,20%	0,22%	0,20%	0,20%
	1214 Atenção Básica em Saúde	16,79%	18,06%	18,22%	19,02%	18,12%
	1216 Atenção Especializada em Saúde	2,20%	1,80%	1,10%	1,46%	1,60%
	1220 Atenção Hospitalar e Ambulatorial no Sistema Único de Saúde	59,41%	57,90%	56,80%	57,09%	57,69%
	6021 Atenção Integral à Saúde da Mulher	0,03%	0,01%	0,00%	0,00%	0,01%
	1201 Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde	0,96%	0,58%	0,61%	0,59%	0,67%
	1307 Controle da Tuberculose e Eliminação da Hanseníase	0,13%	0,14%	0,14%	0,10%	0,12%
	1218 Doação, Captação e Transplante de Órgãos e Tecidos	0,05%	0,04%	0,00%	0,00%	0,02%
	1311 Educação Permanente e Qualificação Profissional no Sistema Único de Saúde	1,16%	0,89%	1,03%	0,99%	1,01%
	1300 Investimento para Humanização e Ampliação do Acesso à Atenção à Saúde	0,29%	0,40%	0,36%	0,33%	0,34%
	1186 Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis	1,88%	1,83%	2,28%	2,02%	2,01%
	1287 Saneamento Rural	0,24%	0,30%	0,55%	0,67%	0,46%
	1291 Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue	0,90%	0,85%	0,86%	0,64%	0,80%
	1371 Vigilância Ambiental em Saúde	0,00%	0,03%	0,03%	0,02%	0,02%
	1370 Vigilância e Prevenção de Doenças e Agravos Não-Transmissíveis	0,00%	0,02%	0,02%	0,01%	0,01%
	1203 Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças Transmissíveis	4,04%	4,26%	4,06%	3,21%	3,85%
	1289 Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes	0,67%	0,60%	0,73%	0,61%	0,65%
	1306 Vigilância, Prevenção e Atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis	2,95%	2,70%	3,74%	2,67%	3,01%
	1308 Vigilância, Prevenção e Controle da Malária e da Dengue	0,23%	0,22%	0,19%	0,14%	0,19%
Finalístico Soma		**99,6%**	**99,3%**	**99,3%**	**99,4%**	**99,4%**

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Gestão de Políticas Públicas	0016 Gestão da Política de Saúde	0,35%	0,62%	0,59%	0,50%	0,52%
	1314 Participação Popular e Intersetorialidade na Reforma Sanitária e no Sistema Único de Saúde	0,06%	0,06%	0,12%	0,11%	0,09%
	1318 Gestão do Trabalho no Sistema Único de Saúde	0,03%	0,01%	0,01%	0,01%	0,02%
Gestão de Políticas Públicas Soma		**0,4%**	**0,7%**	**0,7%**	**0,6%**	**0,6%**
Total Global		**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

AVALIAÇÃO SETORIAL

Os resultados alcançados pelos programas que caracterizam as principais linhas de atuação do MS e que são centrais para a implementação da política de saúde do governo atual são sumarizados a seguir.

Atenção Básica em Saúde

Para o fortalecimento da atenção básica no País, o MS tem priorizado a implantação e a implementação da estratégia de Saúde da Família, adotando-a como eixo estruturante desse nível de atenção. Entre os resultados alcançados, em 2007, destaca-se o aumento da cobertura populacional das equipes de Saúde da Família e das equipes de Saúde Bucal. A cobertura em saúde da família evoluiu de um percentual de 30,4%, em 2002, para 46,7% da população brasileira, até novembro de 2007. Atualmente, estão, em plena atuação nos Municípios brasileiros, 27.311 equipes de Saúde da Família e 210.906 agentes comunitários de saúde.

Em registros disponíveis até novembro de 2007, detectou-se a implantação de 599 Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) possibilitando a realização de mais de 12,1 milhões de procedimentos especializados. A cobertura em Saúde Bucal passou de 17,5% da população nacional, em 2002, para 40,8% em 2007, totalizando 15.669 equipes de Saúde Bucal (ESB) nos Municípios brasileiros. Entre 2005 e outubro de 2007, foram implantados, mediante ação conjunta da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e de convênios com as Secretarias Estaduais de Saúde, 583 novos sistemas de fluoretação, abrangendo 434 Municípios em 11 Estados, o que resultou em benefício para 5,8 milhões de pessoas.

Para atender aos portadores de hipertensão e diabetes, o Sistema Único de Saúde (SUS) desenvolve em todo o País, por meio da atuação das equipes de Saúde da Família, um conjunto de ações de prevenção, diagnóstico e tratamento destes agravos, de seus fatores de risco e de suas complicações. Tais ações incluem a garantia dos medicamentos necessários. Atualmente, estão cadastrados no sistema de informação HiperDia, 4,6 milhões de hipertensos e 1,6 milhão de diabéticos, distribuídos em 4.686 Municípios, proporcionando aos gestores e aos profissionais de saúde informações necessárias para o contínuo acompanhamento dos pacientes.

O desenvolvimento da estratégia Saúde da Família, ao longo dos anos, vem possibilitando alguns importantes resultados análogos, tais como:

a) redução da desigualdade nos valores da taxa de mortalidade infantil;

b) aumento da cobertura vacinal por tetravalente;

c) queda na taxa de internações por acidente vascular cerebral;

d) aumento na proporção de nascidos vivos de mães com quatro ou mais consultas de pré-natal.

Vale destacar que a Estratégia Saúde da Família está promovendo a eqüidade, um dos princípios mais almejados pelo SUS. Esta estratégia tem maior cobertura em Municípios de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixo, aproximando-os de outros Municípios de IDH mais alto, reduzindo a desigualdade existente.

Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravo

O esforço de construção de uma rede de atenção à saúde mental substitutiva ao modelo centrado na internação hospitalar, em paralelo com a fiscalização e redução progressiva e programada dos leitos psiquiátricos existentes, permitiu, nos últimos quatro anos, a construção de uma rede aberta composta por 1.153 Centros de Atenção Psicossocial (CAPs) e 479 Residências Terapêuticas até o final de 2007, respaldada pela implantação do Programa de Volta para Casa, que beneficiou mais de 2.800 pessoas.

Apoiar Estados e Municípios na organização de ações e serviços de atenção à pessoa com deficiência no SUS é ação prioritária do MS. Conta-se, hoje, com 895 unidades de saúde para atendimento especializado em reabilitação, nas áreas de deficiência física, deficiência auditiva e deficiência mental. Os serviços de reabilitação física e saúde auditiva, em 2007, atingiram respectivamente 65% e 83% do total previsto para todas as Unidades da Federação. Além dessas realizações, até outubro de 2007, foram registrados 628 serviços para atendimento ao deficiente mental cadastrados pelas Secretarias Estaduais de Saúde ou Secretarias Municipais de Saúde. Comparando com o número de serviços até janeiro de 2006 (411), houve um acréscimo de 217 novos serviços no ano de 2007.

Em 2007, foram implantadas cinco milhões de cadernetas de saúde da pessoa idosa em todo o Território Nacional e foi iniciada a edição de 60 mil exemplares do Caderno de Atenção em Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa para futura distribuição a 100% das equipes de Saúde da Família, o que beneficiará, com atenção específica, 14 milhões de pessoas idosas. Também, naquele ano, foi planejada a implantação da Política Nacional de Atenção à Pessoa Portadora da Doença de Alzheimer, a partir do trabalho das equipes dos CAPs. Além dessas, outras

iniciativas foram desenvolvidas no sentido de ampliar a atenção às populações estratégicas, abrangendo todos os ciclos da vida humana. Alguns exemplos são:

a) a organização da assistência integral ao recém-nascido, desde o pré-natal e após a alta da maternidade, diminuindo os coeficientes de mortalidade infantil para 25 por 1.000 e de mortalidade neonatal para 16 por 1.000;

b) a qualificação e ampliação da atenção à saúde da mulher, com ênfase no planejamento familiar, no climatério e na assistência obstétrica e na prevenção do câncer de colo uterino, de mama e das doenças sexualmente transmissíveis e aids (DST/Aids), diminuindo para 26,80% o coeficiente de letalidade materna hospitalar no SUS;

c) a habilitação de mais 13 Centros de Referência em Saúde do Trabalhador, totalizando 163 desses centros para ações de promoção, prevenção, reabilitação e vigilância em saúde do trabalhador, permitindo a identificação e o acompanhamento dos agravos relacionados ao trabalho e o encaminhamento referenciado dos casos complexos;

d) qualificação da atenção integral diferenciada para os idosos, os adolescentes, as pessoas privadas de liberdade e as pessoas com deficiência.

Além dessas intervenções, em 2007, foi implantada a Área Técnica de Saúde do Homem, com ênfase na formulação da Política Nacional de Saúde do Homem, com implantação em nível estadual dessa política prevista para o ano de 2008.

Atenção Hospitalar e Ambulatorial no SUS

O MS promoveu, em 2007, além de ações voltadas à prevenção de doenças e de promoção da saúde auditiva no âmbito da atenção básica, a organização do atendimento no âmbito da média complexidade e o aprimoramento do atendimento de alta complexidade. Ao final do ano, foram habilitados 127 serviços, que realizam o atendimento integral (avaliação, seleção e adaptação de aparelho de amplificação sonora individual, fornecimento da prótese, acompanhamentos e terapias fonoaudiológicas). Até dezembro de 2007, 432 hospitais de pequeno porte, distribuídos em 11 Estados, deixaram de receber recursos financeiros mediante a prestação de contas de cada serviço realizado e passaram a contar com um orçamento global para cumprir uma série de metas destinadas a ampliar e qualificar a atenção à saúde da população, tais como critérios de atendimento humanizado, com enfoque no acolhimento apropriado e participação em políticas prioritárias do SUS (saúde da mulher, do trabalhador, saúde bucal, prevenção e controle de DST/Aids e a integração no Sistema de Referência Hospitalar do Atendimento às Urgências e Emergências, etc). Esses hospitais realizam procedimentos de baixa complexidade, como atendimento pediátrico, obstétrico e odontológico, além de cirurgias clínicas, e constituem importante ponto de apoio para o Programa Saúde da Família.

Os serviços de terapia intensiva no SUS se defrontaram com restrições que foram abordadas em duas linhas estratégicas: a primeira, referente à quantidade de leitos existentes e, a segunda, relacionada à necessidade de se implementar uma política pública mais qualificada e adequada às reais demandas desta assistência. Em 2003, 11.293 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) destinados aos usuários do SUS encontravam-se credenciados. Esse número representava uma cobertura de 1,96% em relação à necessidade de leitos da população brasileira, quando o preconizado é, no mínimo, 4%. Nos últimos cinco anos, o MS credenciou mais 4.326 leitos novos de UTI e reclassificou mais 1.072 leitos do tipo I para o tipo II. Esses credenciamentos vêm melhorando gradativamente a cobertura de leitos de UTI, que alcançou o percentual de 8,94% do total de leitos existentes no País e de 2,48% para leitos existentes no SUS.

Na área de transplantes, o País registrou uma queda significativa no número de captações e transplantes realizados. No primeiro semestre de 2007, foram realizados cerca de 7.000 transplantes de órgãos e tecidos. Para reverter esse cenário, foram reativadas as Câmaras Técnicas Nacionais relativas a todos os órgãos e tecidos, incluindo a de coração, única que ainda não havia sido criada. O Registro Nacional de Doadores Voluntários de Medula Óssea (Redome) tem 530.000 doadores voluntários cadastrados, e mais dois centros foram autorizados para a realização de transplantes de não-aparentados de medula óssea, aumentando de 10 para 12 o número de centros existentes. Esse conjunto de iniciativas resultou na ampliação e qualificação do acesso da população aos serviços de assistência à saúde, de forma regulada e com o fluxo de atendimento racionalizado e organizado de forma a maximizar a sua eficiência.

Atenção Especializada em Saúde

Na área de atenção às urgências e às emergências foram concentrados esforços na implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu 192). Até novembro de 2007, são 126 serviços implantados, presentes em 1.037 Municípios de 26 Unidades da Federação, incluindo o Distrito Federal, e cobre uma população de 97 milhões de pessoas. Além das 2.158 ambulâncias, sete ambulanchas e 3.909 equipamentos adquiridos e distribuídos até 2007, o Samu conta até então com dois helicópteros e mais 14 ambulâncias de suporte básico de vida e cinco ambulâncias de suporte avançado de vida, mediante convênios com a Polícia Rodoviária Federal.

Como a segunda maior causa de mortalidade no País e por envolver tratamentos mais complexos, a oncologia provoca um expressivo impacto financeiro nos gastos públicos em saúde. Assim, a política de oncologia é um fator importante na busca de soluções para o enfrentamento do problema, estabelecendo ações que envolvem promoção da saúde, prevenção, diagnóstico e tratamento do câncer, e reabilitação e cuidados paliativos dos indivíduos. Nesse sentido, a estruturação da rede de serviços oncológicos é fator importante nesse enfrentamento. Até 2007, 17 Estados tiveram sua rede aprovada, com 245 unidades de oncologia habilitadas. Atingiu-se, no mesmo ano, a marca dos 7.833 Centros de Alta Complexidade em Oncologia (Cacon) implantados em todo o País.

Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue

No âmbito desse Programa, a vigilância sanitária do sangue, tecidos e órgãos são iniciativas inerentes ao Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. Essa ação regulamenta o registro de todos os produtos relacionados ao sangue, tais como bolsas de sangue, *kits* reagentes e correlatos, como também à regulamentação, ao monitoramento e à fiscalização dos serviços hemoterápicos, com foco na segurança transfusional, realizados pelos Municípios, Estados e pelo nível Federal. Para o desenvolvimento eficaz dessas atividades, em 2007, foram capacitados 57 profissionais de saúde dos Centros de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos e de 120 profissionais dos serviços de vigilância estaduais e municipais, visando treiná-los para a inspeção de Bancos de Tecidos Musculoesqueléticos e Bancos de Células e Tecidos Germinativos.

Destaca-se, também, a implantação de um sistema informatizado para cadastramento de embriões humanos disponibilizado para clínicas de reprodução humana assistida e a divulgação do Manual Técnico de Hemovigilância – Investigação das Reações Transfusionais Imediatas e Tardias Não Infecciosas para os integrantes do sistema e para o setor regulado. Foi também realizado, em 2007, o recolhimento do plasma excedente de uso terapêutico em 106 serviços hemoterápicos, e foram concedidas 80 autorizações para o transporte de células progenitoras hematopoéticas para fins de transplante de medula óssea.

Ainda no processo de manutenção dos padrões de qualidade dos produtos e serviços de saúde, destaca-se o monitoramento pós-registro, pós-uso e pós-comercialização realizado por meio de um sistema informatizado – Sistema de Notificações em Vigilância Sanitária (Notivisa). Esse sistema é responsável pela recepção de notificação de eventos adversos e queixas técnicas dos produtos sob vigilância sanitária – medicamentos, produtos para saúde, hemocomponentes, cosméticos, saneantes e agrotóxicos – e está disponível para todo o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

A partir das notificações são realizadas análises para identificação dos possíveis riscos apresentados e concomitantemente emitidos alertas, registrados no próprio Sistema. No ano de 2007, o Notivisa recebeu 9.733 notificações provenientes de todos os Estados do País, sendo 74% referentes a queixas técnicas e 26% a eventos adversos. A grande maioria (87%) foi notificações registradas por profissionais de saúde vinculados a estabelecimento de saúde e 13%, por profissionais de saúde independentemente do vínculo apresentado. O Programa de atenção aos pacientes com coagulopatias hereditárias distribuiu, em 2007, aproximadamente, 289 milhões de Unidade Internacional (UI) de hemoderivados para atendimento de cerca de 11.000 pacientes com coagulopatias hereditárias. No âmbito da capacitação de profissionais, foi realizado o Workshop sobre Controle de Qualidade em Hemostasia destinado aos profissionais de saúde que trabalham em laboratórios de hemostasia, como também a publicação do Manual de Dose Domiciliar para Tratamento das Coagulopatias Hereditárias, material didático-pedagógico para orientação dos profissionais e pacientes. Foi dado incentivo à captação de doadores de sangue, com realização de oficinas regionais e treinamentos, beneficiando prioritariamente as regiões Norte e Centro-Oeste, contribuindo para a busca da eqüidade entre os Estados dessas regiões.

Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde

O financiamento de estudos e pesquisas contratados diretamente ou por meio de editais é uma das principais ações para estimular o desenvolvimento e a disseminação de novos conhecimentos e tecnologias para a saúde. No período entre o ano de 2002 e o final do primeiro semestre de 2007, foram apoiados 2.204 projetos, com um dispêndio de recursos da ordem de R$ 385 milhões. O fomento descentralizado para os Estados, através do Programa Pesquisa para o SUS: Gestão Compartilhada em Saúde (PPSUS) tem contribuído para superar as desigualdades regionais e colocar a pesquisa em saúde a serviço dos principais problemas locais de saúde pública. O Programa é realizado em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), as fundações de amparo à pesquisa e as Secretarias Estaduais de Saúde e de Ciência e Tecnologia. Em 2007, teve o aporte de cerca de R$ 30 milhões para financiar 525 projetos.

Investiu-se R$ 2,4 milhões no desenvolvimento de um protótipo industrial de marca-passo cardíaco implantável, com tecnologia nacional, para atender aos requisitos predefinidos e às normas médicas internacionais, visando sua pré-qualificação e posterior homologação para transferência de tecnologia à empresa interessada em produzir o marca-passo. Outra importante iniciativa que coloca o Brasil na vanguarda da pesquisa é a Rede Nacional de Seqüenciamento de DNA - Projeto Genoma Brasileiro, que permite a determinação de genomas relevantes para a saúde humana. A aquisição de um seqüenciador de nova geração será fundamental para a continuidade e a atualização da Rede Nacional de Seqüenciamento e permitirá a realização de estudos que contribuirão de forma significativa para o avanço do conhecimento na área da genética da saúde humana. Em 2007, foram desenvolvidas iniciativas prévias para a realização de investimentos da ordem de R$ 2,09 milhões na compra de equipamentos para a determinação de genomas relevantes para a saúde humana. Os dois primeiros projetos serão na área de câncer e poderão conduzir à identificação de novos marcadores tumorais. Em 2007, também foi dado prosseguimento às obras da fábrica de hemoderivados em Goiana (PE), cuja conclusão está prevista para 2010. Com a nova unidade, o Brasil busca atingir o domínio da tecnologia de fracionamento industrial do plasma e aumentar o grau de auto-suficiência em hemoderivados. O objetivo é atender a 100% da demanda do SUS por Fator IX, imunoglobulina e albumina e a 30% da necessidade por Fator VIII. O Brasil contará com uma Rede Nacional de Biotérios (animais usados em pesquisas), dispondo de três tipos de referência capazes de atender às demandas do SUS e das instituições de ciência e tecnologia.

Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos

A dispensação de medicamentos no SUS recebeu um importante reforço com a implantação do Programa Farmácia Popular do Brasil para ampliar o acesso da população aos medicamentos considerados essenciais. Até 2007, são 586 unidades em funcionamento, habilitadas em 255 Municípios nos 26 Estados e no Distrito Federal. Apenas em 2007, foram implantadas 152 unidades, onde o usuário recebe atendimento personalizado de farmacêuticos e profissionais qualificados que orientam sobre os cuidados com a saúde e o uso correto dos medicamentos. O Programa Farmácia Popular do Brasil promove a

subvenção do preço de um grupo de 95 medicamentos. A lista de indicações contempla os medicamentos mais eficazes e seguros indicados para o tratamento das doenças mais prevalentes na população brasileira. Desde sua implantação em 2004 até o final de 2007, foram investidos R$ 64 milhões em infra-estrutura para a implantação das farmácias e R$ 232 milhões para o custeio, sendo que, em 2007, a implantação recebeu R$ 13 milhões e a manutenção R$ 173 milhões.

Além da disponibilização direta ao público, foi inserido no Programa Farmácia Popular do Brasil o sistema de co-pagamento, em que as farmácias privadas passam a vender um elenco de 13 medicamentos, voltados, principalmente, para a população idosa e as mulheres que buscam evitar a gravidez não-planejada. Atualmente, são 5.016 farmácias e drogarias, da rede privada, com autorizações homologadas em todo o Brasil, atendendo um total de 12,5 milhões de pessoas. Foi gasto pelo MS, em 2007, um total de R$ 17,2 milhões.

O Programa Nacional de Imunizações (PNI) totalizou investimento aproximado de R$ 700 milhões no ano de 2007, com a aquisição de imunobiológicos (soros e vacinas) colocados à disposição da população brasileira na rede de serviços de saúde e nas campanhas de vacinação. Em relação às campanhas de vacinação contra a poliomielite, dados consolidados do PNI indicam que, na primeira etapa foram vacinadas 16,4 milhões de crianças menores de cinco anos de idade, representando uma cobertura de 93,0%, e na segunda etapa, 16,2 milhões, alcançando uma cobertura de 92,5%. Nessas etapas, funcionaram em todo País mais de 92 mil postos de vacinação e foi mobilizado um contingente de 300 mil pessoas, entre servidores públicos e voluntários. O MS investiu em torno de R$ 40 milhões na compra de vacinas, na divulgação e no repasse de recursos para Estados e Municípios.

Já a campanha de vacinação do idoso, realizada entre abril e maio de 2007, alcançou uma cobertura de 86,7% dos maiores de 60 anos de idade (13 milhões). Em 97% dos Municípios (5.407), foi superada a meta recomendada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) que é de 70% do grupo-alvo. Nessa campanha, o investimento foi de R$ 140 milhões para aquisição de vacinas e para apoiar Estados e Municípios na execução das atividades. Em 2007, também foi mantida a disponibilidade de medicamentos no SUS para tratamento de doenças e agravos em todos os níveis de atenção. Houve aquisição de medicamentos básicos, para os quais foram destinados incentivos financeiros aos 5.564 Municípios habilitados à parte variável do Piso da Atenção Básica (PAB) variável. Ocorreu a unificação dos recursos financeiros destinados a asma e rinite, hipertensão e diabetes e a incorporação dos medicamentos específicos para a saúde mental. Foi realizado investimento na aquisição de medicamentos estratégicos para tratamento de 300.000 pacientes, incluindo os anti-retrovirais do Programa DST/Aids, além dos empregados no tratamento da malária, hanseníase e tuberculose. Também nesse ano, foram efetivados mais de sete milhões de atendimentos com medicamentos de dispensação excepcional, beneficiando mais de 500.000 pessoas.

Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis

Outras emergências de saúde pública também têm merecido atenção no âmbito do SUS. Tendo em vista a necessidade de ampliar a capacidade dos serviços de saúde pública para

detectar e intervir rapidamente em eventos de saúde que podem se disseminar ou se propagar pelo Território Nacional, desde 2006, encontra-se em operação o Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (Cievs). Esse Centro funciona ininterruptamente e monitorou, em 2007, aproximadamente, 191 emergências de saúde pública de relevância nacional, com um total de 238.351 pessoas afetadas. No ano de 2007, o MS ampliou essa capacidade para Estados, com a constituição de uma Rede Nacional de Alerta e Resposta às emergências de saúde pública, com a aquisição e distribuição de equipamentos e viabilização de apoio técnico para implementação de unidades locais. Além disso, no mesmo ano, foram implementadas 10 unidades que compõem a rede Cievs.

Entre as questões de saúde pública com enfoque prioritário por parte do MS, destacam-se as doenças transmissíveis e doenças e agravos não-transmissíveis. No período de janeiro a outubro de 2007, foram registrados 555.089 casos de dengue clássica, 1.431 casos de febre hemorrágica da dengue e a ocorrência de 151 óbitos. Ao se comparar com o ano de 2006, observa-se um aumento de 209.167 casos de dengue no País. Cabe destacar as altas taxas de incidência em algumas unidades da Federação, como nos Estados do Mato Grosso do Sul (MS), Paraná (PR) e Rio de Janeiro (RJ), que totalizaram 184.391 casos, concentrando 88,1% do aumento registrado. Nos esforços para prevenção e controle da malária foi implantado um novo tratamento para malária por *P. falciparum*, espécie freqüentemente associada às formas mais graves da doença. No período de janeiro a novembro de 2007, registrou-se 424.674 casos de malária, o que representa uma redução de 17% na incidência da doença, se comparado com o mesmo período de 2006 em que foram registrados 512.302 casos. É importante destacar que oito dentre os nove Estados da Amazônia Legal apresentam redução no número de casos; em todos, houve diminuição no número de internações, correspondendo a 33,5% na região, quando comparado com o mesmo período de 2006.

A hanseníase é uma doença endêmica que tem apresentado redução significativa na prevalência de portadores em tratamento, de 16,4 por 10.000 habitantes, em 1985, para 2,19, em 2006. Da mesma forma, observa-se importante redução do percentual de casos diagnosticados apresentando alguma deformidade física pela doença (de 15%, em 1985, para 5,6%, em 2006). Esse resultado permite trabalhar com a meta de redução de casos novos em menores de 15 anos de idade, apontando-se para um futuro sem crianças com hanseníase no Brasil. Ressalta-se ainda o resgate de cidadania dos pacientes que foram isolados compulsoriamente no passado, que passaram a ter direito de indenização em 2007.

O controle da tuberculose também tem sido tratado como prioridade pelo Governo Federal. Em 2006, foram notificados 76.241 casos novos, o que representa uma redução de 3,4% ao ano desde 1999. Cabe registrar a expansão do Programa Nacional de Controle da Tuberculose (PNCT) na rede SUS em 2006, passando de 51% para 68,8% a sua cobertura. Até outubro de 2007, 4,8 mil serviços de saúde forneceram medicação para tuberculose nos Municípios prioritários, adotando a estratégia do tratamento supervisionado recomendada pela OMS. Cabe destacar o início da execução do projeto de apoio às ações de tuberculose com recursos doados pelo Fundo Global, num montante de US$ 27 milhões, para um período de cinco anos. As metas de vacinação foram atingidas graças aos esforços das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, num trabalho compartilhado com o MS

que objetiva a proteção dos grupos da população contra as doenças imunopreveníveis. As altas e homogêneas coberturas vacinais contra gripe traduzem esse esforço cooperativo e a boa adesão do grupo-alvo à proposta de vacinação. Em relação à vacinação do adolescente contra a hepatite B, ainda permanece um desafio na busca da adesão do grupo-alvo. Com essa finalidade, o MS procurou identificar as ações estratégicas voltadas para a ampliação da sua cobertura.

Vigilância, Prevenção e Atenção em HIV/Aids e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs)

A implementação do Programa de Prevenção e Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST/Aids) é um destaque importante da ação governamental, pelo qual mais de 180 mil pessoas, em 2007, tiveram acesso ao tratamento com os medicamentos anti-retrovirais (ARV). O licenciamento compulsório do Efavirenz e as negociações de preços dos demais medicamentos anti-retrovirais possibilitam ainda esse ano, uma redução de mais de R$ 150 milhões nos gastos, garantindo a sustentabilidade da política de acesso universal aos medicamentos anti-retrovirais e a incorporação de novas terapias. Os resultados do Programa em 2007 demonstram que foram alcançadas as mudanças comportamentais para prevenir DSTs e Aids, com um forte enfoque em grupos de maior vulnerabilidade, na transmissão vertical, na promoção de preservativos, na expansão de serviços de testagem e aconselhamento e na informação, educação e comunicação, mediante campanhas e materiais informativos diversos. As atividades de prevenção foram ampliadas e integradas a outros programas de saúde, incluindo o de combate à tuberculose, o Programa Saúde da Família, o Programa de Saúde do Adolescente e o Programa de Saúde da Mulher. Foi realizado o treinamento das equipes de Saúde da Família sobre prevenção e diagnóstico e encaminhamentos para HIV/Aids e DST expandindo a abrangência e qualidade do Programa. Ocorreu também um melhor direcionamento das intervenções intensificando a sua efetividade, além do fortalecimento da prevenção em unidades de aconselhamento, tratamento e assistência, colaborando na redução de comportamentos de risco. A estratégia envolveu intervenções educativas de promoção e proteção dos direitos humanos, de educação e de justiça. Para tanto, leis, políticas e programas governamentais foram implementados nos últimos anos, como os programas de enfrentamento à homofobia, de combate ao racismo e de enfrentamento à feminização da HIV/Aids.

Vigilância e Prevenção de Doenças e Agravos não-Transmissíveis

A elevação constante da incidência e da prevalência das doenças e agravos não-transmissíveis (Dant), nas últimas décadas, indica como prioridade para o SUS a estruturação das ações de vigilância epidemiológica específicas para este grupo de doenças. Entre as atividades realizadas em 2007, merecem destaque a estruturação da vigilância de Dant, com a implementação do Vigitel (vigilância de fatores de risco para doenças crônicas não-transmissíveis por entrevistas telefônicas) e a implantação do sistema de vigilância de violências e acidentes em seus dois componentes (o da vigilância nos hospitais de urgências, em 38 Municípios dos 26 Estados e o Distrito Federal e o da notificação das violências interpessoais), com a realização de vários cursos.

Como parte das atividades de promoção da saúde, foram selecionados e financiados, em Municípios brasileiros, 210 projetos de promoção de atividade física e 110 projetos de prevenção de violência, no valor total de R$ 3 milhões repassados às unidades Federadas. Nos últimos anos, o MS tem apoiado a estruturação da vigilância em saúde ambiental (VSA) nas Secretarias de Saúde dos Estados e Municípios, com ênfase na vigilância da qualidade da água para consumo humano, contaminação do solo e qualidade do ar. Até 2007, quantitativo correspondente a 80% dos Municípios brasileiros desenvolvem ações relacionadas à vigilância da qualidade da água para consumo humano. No período de 2004 a 2007, foram identificadas e cadastradas 1.180 áreas com solos contaminados por substâncias diversas.

Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes

As práticas de vigilância sanitária desenvolvidas no âmbito do Programa demonstram significativo avanço no ano de 2007, com destaque para as ações de regulamentação e de inspeção do setor, de monitoramento de serviços e produtos presentes no mercado, da descentralização de ações de vigilância sanitária para Estados e Municípios e do controle de mercadorias e viajantes em portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegários. Os atos normativos relativos à regulamentação do setor, expressos principalmente pela edição de Resoluções da Diretoria Colegiada (RDCs), estabelecem padrões de condutas, parâmetros de referências e condições ideais relativos aos ambientes, processos, insumos e tecnologias relacionados à área da saúde. Em 2007, foram editadas 94 RDCs. Outro instrumento de intervenção para a regulação de determinado setor são as resoluções (REs) expedidas para fins autorizativos, homologatórios, certificatórios, cancelatórios, de interdição ou de imposição de penalidades específicas contra propaganda que infrinja a legislação sanitária e afim.

Cabe destacar que novas abordagens no processo de elaboração de regulamentos técnicos, com vistas a assegurar a sua transparência, avaliar seus impactos e potencializar sua implantação de maneira mais eficaz estão sendo adotadas, a exemplo das consultas públicas. Esse mecanismo, além de dar publicidade aos temas e de agregar legitimidade à ação reguladora, permite a coleta de subsídios, informações e dados, bem como o encaminhamento de pleitos, opiniões, críticas e sugestões emitidas pela sociedade, identificando-se, de forma abrangente, todos os aspectos relevantes para os objetos a serem regulamentados. Como exemplo, cita-se a proposta de resolução submetida à consulta pública que edita normas para a propaganda e a publicidade de bebidas alcoólicas.

Destaca-se, ainda em 2007, a regulamentação de duas resoluções de impacto no setor de medicamentos, referentes ao registro de contraceptivos orais e hormônios endógenos como medicamentos genéricos (RDC 16/2007) e ao aperfeiçoamento do controle e fiscalização de substâncias psicotrópicas anorexígenas (RDC58/2007), além de outras de relevante importância. Os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e uma variedade de produtos para a saúde, além dos produtos de higiene, cosméticos, perfumes, saneantes domissanitários e produtos destinados à correção estética, dentre outros, estão submetidos ao registro para posterior comercialização. O desenvolvimento dessa atividade resultou, em 2007, na proibição da fabricação e distribuição de 210 medicamentos similares, de alto risco sanitário, devido à insuficiência de testes de biodisponibilidade relativa realizados em seres humanos.

A manutenção da continuidade dos padrões de qualidade é garantida pelas atividades de inspeções e fiscalizações realizadas ao longo de todas as atividades da cadeia produtiva, de distribuição e de comercialização, incluindo a importação, de forma a assegurar a saúde do consumidor. Nesse sentido, em 2007, foram realizadas cerca de 27 mil fiscalizações de produtos e de serviços sujeitos ao controle da vigilância sanitária. O cumprimento de regras sanitárias estabelecidas previamente para produtos que entram no território brasileiro, pela inspeção dos meios de transporte, pelo controle de vacinas exigidas para viajantes e pela fiscalização das condições de higiene e limpeza dos estabelecimentos comerciais nelas localizados, dentre outras atividades, possibilitou, em 2007, a realização de mais de um milhão de fiscalizações sanitárias em portos, aeroportos, postos de fronteiras e terminais alfandegários.

Além dessas, destaca-se a realização de inspeções internacionais em 883 unidades fabris de medicamentos que exportam esses produtos para o Brasil. Para garantir eficiência ao processo de controle de medicamentos foi desenvolvido o Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC), resultante de parceria estabelecida com a Secretaria Nacional Antidrogas (Senad), da Presidência da República. Esse Sistema permite o aprimoramento da fiscalização e o acompanhamento da movimentação de medicamentos e produtos controlados, especialmente entorpecentes, anabolizantes e psicotrópicos.

Em 2007, foram desenvolvidas atividades para estimular o hábito da reflexão crítica sobre o uso racional de medicamentos e, em especial, na comunidade escolar. Denominada "Projeto Educação e Promoção da Saúde no Contexto Escolar: o Uso Racional de Medicamentos", a ação tem como público-alvo professores e alunos do ensino fundamental e médio de escolas públicas, profissionais, técnicos da vigilância sanitária e da defesa do consumidor. Neste processo, até 2007, foram capacitados 317 docentes, 136 profissionais que atuam em vigilância sanitária, 50 técnicos em defesa do consumidor e 867 alunos. Ao final de 2007, 45 escolas desenvolveram esse Projeto com o objetivo de atingir aproximadamente 15.000 alunos. Registre-se também, no mesmo ano, a proibição da fabricação e distribuição de 210 medicamentos similares, de alto risco sanitário, devido à insuficiência dos testes de biodisponibilidade relativa realizados em seres humanos, a avaliação dos preços para a entrada no mercado de aproximadamente 2.000 novas apresentações e medicamentos novos, em cumprimento à Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, além de inspeções internacionais em 883 unidades fabris de medicamentos que exportam para o Brasil, nivelando-as ao padrão de qualidade nacional.

É importante registrar em 2007, como parte do processo de regulamentação sanitária, a publicação de duas resoluções com grande impacto no setor de medicamentos. Uma delas permitiu o registro de contraceptivos orais e hormônios endógenos como medicamentos genéricos, contribuindo para a ampliação do acesso da população a este tipo de produto. A outra aperfeiçoou o controle e fiscalização de substâncias psicotrópicas anorexígenas visando à redução do uso indevido destas drogas. Ainda no mesmo ano foi elaborada uma proposta de resolução com vistas à normatização da propaganda e publicidade de bebidas alcoólicas, contendo orientações provenientes de consulta pública, de modo a proteger segmentos populacionais vulneráveis aos estímulos para o consumo do álcool. A aprovação de tal regulamento fornecerá subsídios legais mais efetivos para as ações de fiscalização e monitoramento nesse segmento de mercado.

Gestão da Política de Saúde

Em 2007, o Fundo Nacional de Saúde (FNS) prestou apoio a 776 Fundos Estaduais eMunicipais de Saúde que aderiram à ação de cooperação técnica mantida pelo MS desde 2006 com vistas ao desenvolvimento institucional da gestão orçamentária, financeira e contábil dos fundos de saúde. Entre as ações realizadas naquele ano, destaca-se, também, a capacitação de 1.024 gestores e técnicos que atuam na área de gestão orçamentária, financeira e contábil, por meio de ensino a distância. Visando a consolidação da estruturação da gestão do SUS, em 2007, foi elaborado o PPA 2008-2011, de forma integrada entre as áreas técnicas do MS com a participação do MP, de forma a ajustar as peculiaridades do setor saúde ao modelo genérico adotado pelo Poder Executivo; também naquele ano, foi dada continuidade à implementação do Sistema de Planejamento do SUS (PlanejaSUS), que consiste na atuação contínua, articulada, integrada e solidária das áreas de planejamento das três esferas de gestão do SUS, tendo por objetivo principal coordenar o processo de planejamento no âmbito do SUS.

Por outro lado, no mesmo ano teve continuidade o Projeto de Apoio Integrado à Gestão Descentralizada do SUS, que tem como foco principal oferecer assessoria técnica aos profissionais de saúde encarregados de executar ações e serviços de saúde nos níveis estadual e municipal do SUS. Esse apoio foi voltado, prioritariamente, para a organização estadual e municipal no processo de adesão ao Pacto de Gestão pela Saúde, que revigora a forma de gestão do sistema de saúde. Em 2007, foram realizadas 103 visitas técnicas a Estados e Municípios para orientação e assessoria na elaboração dos Termos de Compromisso de Gestão e outras iniciativas de nivelamento de informações e de capacitações específicas sobre a questão da gestão descentralizada. Com a finalidade de subsidiar e fundamentar a gestão do SUS, foi implementada, em 2007, uma Sala de Situação em Saúde com informações orçamentário-financeiras, de execução das metas físicas, políticas, sociais e demográficas, além de epidemiológicas, disponibilizadas via Internet.

Assistência Suplementar à Saúde

O mercado de planos privados de assistência à saúde registrou, até dezembro de 2006, cerca de 45 milhões de vínculos de beneficiários. No ano de 2007, avanços significativos foram realizados na perspectiva de garantir assistência integral à saúde aos beneficiários do setor e o pleno exercício de cidadania, tais como:

a) a implantação do padrão de troca de informações entre operadoras e prestadores;

b) a divulgação dos resultados do Programa de Qualificação das Operadoras, que avaliou 92% de beneficiários do setor;

c) o estímulo à promoção de saúde e à prevenção de doenças, mediante a realização de seminários e distribuição de manuais técnicos;

d) a implementação do novo enfoque da fiscalização, com a transformação de uma fiscalização punitiva para uma fiscalização regulatória, introduzindo a intermediação de conflitos entre operadoras e beneficiários e a maior autonomia dos núcleos regionais de atendimento e fiscalização.

Em 2007, foi dada ênfase em novo enfoque da fiscalização, com a transformação de uma fiscalização punitiva para uma do tipo regulatória, o que resultou em maior celeridade na resolução de conflitos – os indicadores não refletem essa nova dinâmica, pois havia o pressuposto de uma fiscalização de operadoras mais reativa e também uma relação direta com o índice de denúncias, que não se confirmou. Acrescenta-se, ainda, que no mesmo ano foram construídas parcerias em trabalhos técnico-científicos com centros colaboradores e a definição de regras que ampliam a segurança na transferência de carteiras.

Tomando como referencial o desempenho dos programas e a identificação dos seus resultados, conclui-se que o conjunto de programas sob a responsabilidade do MS alcançou resultados bastante satisfatórios em relação aos objetivos setoriais propostos e notáveis avanços na viabilização das ações que conferem sustentabilidade à política setorial.

A eficiência quantitativa do gasto em saúde em 2007 pode ser identificada por meio de um paralelo estabelecido entre os níveis de execução orçamentária e o desempenho do alcance das metas físicas obtido por cada programa. A execução orçamentária dos programas do MS - relação entre o previsto e o realizado - alcançou índice de 62% referentes aos programas com execução de 80% a 100% da dotação orçamentária; 33,33% com execução entre 40% e 80% das suas disponibilizações e apenas um programa (4,17%) não atingiu os 40% de efetivação dos seus gastos. Como já citado, dos 22 programas finalísticos gerenciados pelo MS, 58,33% indicaram de 80% a 100% de alcance das metas físicas previstas para o final de 2007; 25,00% atingiram mais de 100% das mesmas previsões; 16,67% permaneceram entre 40% e 80% dos resultados pré-determinados. Convém frisar que nenhum dos programas teve desempenho abaixo de 40% das expectativas de alcance dos objetivos feitas para o ano.

Comparando os níveis de execução orçamentária com o alcance das metas físicas previstas para o final de 2007, observa-se que os quantitativos de realizações físicas foram bastante satisfatórios nas faixas superiores a 80%, contando, inclusive, com um quarto dos programas que realizaram mais de 100% das metas previstas dentro das limitações orçamentárias legalmente determinadas, o que demonstra um grau bastante satisfatório de eficiência no gasto público federal em saúde. A quase totalidade (87,86%) dos programas informou que os recursos orçamentários executados foram suficientes para a cobertura da execução de suas ações. Entre os que indicaram a sua insuficiência, a justificativa apresentada foi a de problemas no dimensionamento de meta de ação componente do Programa, o que refletiu na posterior disponibilização orçamentária.

No entanto, 83,33% dos programas informaram que o fluxo de recursos foi compatível com a programação física das ações. O principal risco associado à execução do Programa refere-se à disponibilidade e/ou qualificação de recursos humanos uma vez que 86,96% dos gerentes informaram a sua inadequação. Por outro lado, 52% dos programas informaram

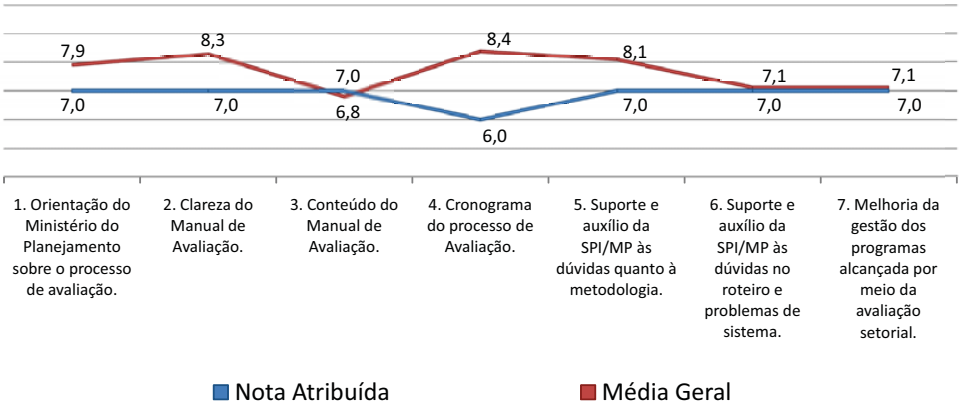
inadequação de infra-estrutura, o que também representa risco relativo para a execução dos programas. No tocante às restrições que interferem nas ações com maior impacto, embora a maioria dos gerentes tenha informado não haver qualquer tipo de restrição, entre os que as apontaram, foi indicada, com maior freqüência, a dificuldade de celebração de convênios e a morosidade dos processos licitatórios e de contratação para aquisição de bens ou serviços.

Com relação à participação social, 92,35% dos programas informaram alguma forma de interação com representações populares na sua execução. Entre os canais informados com maior freqüência destacam-se, nessa ordem: reuniões de grupos de interesses, discussão em conselho setorial, consultas públicas e ouvidorias.

Com relação à regionalização do gasto público em saúde, em 2007, observa-se que mais de 80% dos recursos estão regionalizados. Nesse sentido, foram observadas as diferenciações regionais com finalidade de reduzir as iniqüidades no financiamento da implementação das políticas setoriais. Esse movimento teve maior destaque operacional na definição dos parâmetros para os repasses diretos e na distribuição dos incentivos às ações prioritárias para a sustentabilidade do SUS. A estrutura organizacional do MS passa por periódicas adequações ao desenvolvimento do SUS estando, em 2007, suficientemente adequada a sua base programática. Nesse contexto, observa-se que o processo de gestão dos programas teve suporte estrutural satisfatório para que os objetivos propostos fossem alcançados.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pelo MS mediante a atribuição de notas, no intervalo de 0 a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, pelo MS e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



ATENÇÃO À SAÚDE DE POPULAÇÕES ESTRATÉGICAS E EM SITUAÇÕES ESPECIAIS DE AGRAVOS

GERENTE DO PROGRAMA

José Carvalho de Noronha

OBJETIVO

Garantir a atenção à saúde de grupos populacionais estratégicos e em situações especiais de agravos de forma eqüitativa, integral, humanizada e de qualidade.

PÚBLICO-ALVO

Grupos populacionais estratégicos e em situações especiais de agravo

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 101.226.730,00	Empenho Liquidado:	R$ 75.764.395,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 75.764.395,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Coeficiente de Letalidade Materna Hospitalar no SUS - 1/100.000	29.30	-	24.66	18.60	22.40	-
2. Coeficiente de Mortalidade Infantil - 1/1.000	24.40	-	22.60	18.80	22.00	-
3. Coeficiente de Mortalidade Neonatal - 1/1.000	15.80	-	15.00	13.50	14.50	-
4. Taxa de Participação dos Serviços Extra-Hospitalares de Atendimento Psicossocial nos Serviços Psiquiátricos – Porcentagem	37.70	-	51,33	55,00	42.00	130,95%

1. COEFICIENTE DE LETALIDADE MATERNA HOSPITALAR NO SUS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A meta prevista foi alcançada. O indicador representa o total de morte de mulheres pelo número de internações obstétricas. Indica indiretamente a qualidade da assistência à mulher no parto em hospitais e a partir daí programa ações e investimentos com intuito de atingir os objetivos previstos.

Registra-se que a expectativa é a tendência decrescente do índice deste indicador ao longo do tempo.

2. COEFICIENTE DE MORTALIDADE INFANTIL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A meta prevista foi alcançada. O indicador estima o risco de um nascido vivo morrer no primeiro ano de vida. Representa a qualidade de vida e as condições de saúde da população em determinada região geográfica em determinado período. Ocorrem limitações pelo sub-registro de óbitos de menores de 1 ano de idade e de nascidos vivos. Registra-se que a expectativa é a tendência decrescente do índice deste indicador ao longo do tempo.

3. COEFICIENTE DE MORTALIDADE NEONATAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A meta prevista foi alcançada. O indicador sofre influência de diversos fatores, principalmente, das condições de assistência ao pré-natal, ao parto e ao período neonatal. É um indicador de qualidade de vida servindo para avaliar as condições de assistência à mulher e à criança. É limitado pelo sub-registro de nascidos vivos e de óbitos neonatais. Registra-se que a expectativa é a tendência decrescente do índice deste indicador ao longo do tempo.

4. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DOS SERVIÇOS EXTRA-HOSPITALARES DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL NO GASTO TOTAL COM ATENÇÃO PSIQUIÁTRICA
Valores do(s) índice(s) alcançado(s) ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A meta foi superada. O indicador mede a relação entre os gastos com serviços extra-hospitalares e o gasto total em saúde mental. Permite conhecer o crescimento dos investimentos em serviços extra-hospitalares reforçando a proposta de reversão do modelo de atenção. A partir desse índice pode-se conhecer como vem-se desenvolvendo a mudança do modelo assistencial em saúde mental. Não é um indicador de cobertura.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As desigualdades sociais construídas historicamente no País, as diferenças entre os segmentos populacionais que se expressam em suas dimensões geracionais, étnico/racial e de gênero, caracterizam diferentes vulnerabilidades sociais e marcam desiguais riscos à saúde. Este cenário aponta para a necessidade do desenvolvimento de políticas e ações que ampliem o acesso, o conhecimento e a garantia de atenção integral a estes segmentos populacionais que considerem suas necessidades singulares e a complexidade do contexto onde estão inseridos, assim como suas possibilidades de superação e seus potenciais de saúde, no constante processo de busca da eqüidade e da garantia dos direitos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Qualificação e ampliação da atenção à saúde da mulher, com ênfase no planejamento familiar, no climatério e na assistência obstétrica e na prevenção do câncer de colo uterino, de mama e das doenças sexualmente transmissíveis (DST), inclusive aids, diminuindo para 26,80% o coeficiente de letalidade materna hospitalar no SUS.

• Qualificação de equipes de Atenção Básica quanto ao cuidado em saúde mental, de forma integral e resolutiva, das pessoas com transtornos mentais e no uso prejudicial de álcool e outras drogas e a criação de novos espaços de reabilitação psicossocial, aumentando a taxa de participação dos serviços extra-hospitalares de atenção psicossocial no gasto total com atenção psiquiátrica para 32%.

• Organização da assistência integral ao recém-nascido, desde o pré-natal e após a alta da maternidade, diminuindo os coeficientes de mortalidade infantil para 25 por 1.000 e de mortalidade neonatal para 16 por 1.000.

• Identificação e acompanhamento dos agravos relacionados ao trabalho e encaminhamento dos casos complexos.

• Habilitação de mais 13 Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CERESTs), totalizando 163 centros, para ações de promoção, prevenção, reabilitação e vigilância em saúde do trabalhador.

• Qualificação da atenção integral diferenciada para os idosos, os adolescentes, as pessoas privadas de liberdade e as pessoas com deficiência.

• Implantação da área técnica de Saúde do Homem, com ênfase na formulação da Política Nacional de Saúde do Homem e implantação nos Estados para o ano de 2008.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Conforme indicação anterior, todos os indicadores apontaram melhorias, diminuindo os agravos relacionados às populações vulneráveis a que o Programa se destina a atender. A ênfase principal fica com a implantação da Área Técnica de Saúde do Homem, por ser essa uma população carente de atenção quanto a fatores relacionados à qualidade de vida e à saúde. O Programa vem contribuindo para garantir a atenção à saúde de grupos populacionais estratégicos e em situações especiais de agravos de forma eqüitativa, integral, humanizada e de qualidade.

A execução física foi de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Os recursos orçamentários destinados ao Programa foram suficientes. Além disso, foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. A Ação de Gestão e Administração do Programa (GAP) foi importante para a implantação das

Políticas Nacionais de Atenção às Populações em Situações de Vulnerabilidade inclusive o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos, despesas com viagens e locomoção, sistemas de informações gerenciais internos e estudos, que têm como objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas, promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas.

Houve indisponibilidade financeira e morosidade na aprovação dos convênios e termos de cooperação técnica, o que dificultou o repasse de recursos do ano vigente. Nota-se ausência de capacitação adequada no que se refere aos recursos humanos das equipes gerenciais e executoras. Há dificuldade de contratação de pessoal, em virtude da ausência de concursos públicos, da precariedade nos contratos e da descontinuidade de acompanhamento dos técnicos. Portanto, Estados e Municípios contam com equipes pouco qualificadas para acompanhamento dos convênios, há excesso de burocracia e ausência de planejamento e as instituições têm dificuldades para compreender o sistema de gerenciamento dos convênios e os trâmites legais dos mesmos, o que dificulta a celebração de convênios.

Dentre os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações, há reuniões com o objetivo de realizar trabalhos de forma inter e intra-setorial, com a presença de vários atores das áreas técnicas relacionadas ao Programa, outras secretarias do Ministério da Saúde e outros Ministérios e avaliação junto às Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais para a expansão das diversas Redes de Atenção, como, por exemplo, a Rede de Violência, criada nas 27 unidades da Federação.

A integração dos vários sistemas que integram o Ministério da Saúde, como o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), o Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC), o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) e outros, bem como os relatórios de gestão, que facilitam a visibilidade das ações realizadas e fortalecem a implantação das Políticas Nacionais de Atenção às Populações em Situações de Agravos, também são formas de monitorar o desempenho físico das ações.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As cooperações técnicas estão disponibilizadas por meio de convênios com secretarias de Saúde estaduais, municipais, entidades federais e organismos não-governamentais. O acompanhamento é feito pela verificação *in loco* dos convênios realizados e prestação de contas. A dificuldade é o pouco conhecimento em gestão de convênios e, principalmente, da legislação.

As políticas do Programa, ao serem implementadas, passam por câmara tripartite e permanecem em consulta pública para conhecimento da população. Além disso, são previamente discutidas entre os órgãos de classe e o controle social, sofrendo inclusões ou restrições. Há discussões, oficinas e debates com a participação da população envolvida.

Grande parte da cooperação técnica é realizada junto do sistema de gerenciamento de convênios (Gescon). O acompanhamento dos convênios é realizado de forma integral e continuada.

Outro fato digno de nota é a dificuldade encontrada para a obtenção de informações relacionadas ao público-alvo do Programa. As desigualdades sociais construídas historicamente no País e as diferenças entre os segmentos populacionais que se expressam em dimensões geracionais, étnico-racial e de gênero caracterizam diferentes vulnerabilidades sociais e marcam diferentes riscos à saúde. A falta de disponibilidade de informações que permeia esses segmentos populacionais dificulta os avanços na implantação das Políticas de Atenção.

O Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão (MP) esclarece que ações deste Programa serão executadas no Programa Promoção da Capacidade Resolutiva e da Humanização na Atenção à Saúde no PPA 2008-2011.

ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

GERENTE DO PROGRAMA

José Carvalho de Noronha

OBJETIVO

Promover a alimentação saudável no ciclo de vida, prevenir e controlar os distúrbios nutricionais e doenças relacionadas à alimentação e nutrição.

PÚBLICO-ALVO

População brasileira com enfoque no ciclo de vida (gestação, infância, adolescência, idade adulta, e terceira idade) e com abordagem específica para grupos populacionais estratégicos (indígenas, quilombolas, sem-terra, acampados e assentados da reforma agrária) e portadores de deficiência

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 47.852.470,00	Empenho Liquidado:	R$ 41.435.773,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 41.435.773,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Prevalência de Anemia Ferropriva em Crianças - Porcentagem	-	30.20	45.00	39.00	41.00	-
2. Taxa de Prevalência de Desnutrição em Crianças Menores de dois anos nas Áreas Cobertas por Agentes Comunitários de Saúde – Porcentagem	5.70	7.70	3.34	2.70	6.30	-
3. Taxa de Prevalência de Desnutrição Infantil - Porcentagem	-	-	-	-	3.70	-
4. Taxa de Prevalência de Obesidade em Adultos - Porcentagem	-	-	-	-	8.00	-

1. TAXA DE PREVALÊNCIA DE ANEMIA FERROPRIVA EM CRIANÇAS
Valores dos índices alcançados ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Em 2007, foi realizada a Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde (PNDS) que, dentre outras informações, avaliou a prevalência de hipovitaminose A de anemia ferropriva no

Brasil. A apresentação desses dados estava prevista para fevereiro de 2008, entretanto a consolidação destes ainda não foi finalizada. Registra-se que a expectativa é a tendência decrescente do índice deste indicador ao longo do tempo.

2. TAXA DE PREVALÊNCIA DE DESNUTRIÇÃO EM CRIANÇAS MENORES DE DOIS ANOS NAS ÁREAS COBERTAS POR AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE
Valores dos índices alcançados ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Foi avaliado o percentual de crianças menores de 2 anos que foram classificadas como desnutridas (108.881 crianças) entre as crianças dessa faixa etária que foram pesadas (4.077.838 crianças) no modelo de atenção do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), identificando-se a taxa de 2,7% de desnutrição. A dimensão programada foi alcançada.

3. TAXA DE PREVALÊNCIA DE DESNUTRIÇÃO INFANTIL
Valores dos índices alcançados ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A prevalência de desnutrição infantil de 3,2% corresponde ao dado obtido entre menores de 10 anos de idade segundo a última Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), que tem abrangência nacional, e foi realizada em 2002-2003. Tendo em vista a periodicidade da POF, não há índices para os anos posteriores. A desnutrição infantil foi identificada quando o *deficit* de peso para idade encontrava-se abaixo de dois desvios-padrão da distribuição de referência. A próxima POF teve seu trabalho de campo iniciado em maio de 2008 e a coleta de dados terá duração de 12 meses. Espera-se que, em 2009, novos dados com representatividade nacional sobre a desnutrição infantil estejam disponíveis. A dimensão programada foi alcançada. Diversos fatores levaram a isso, como a expansão da Estratégia Saúde da Família e do Programa de Agentes Comunitários da Saúde (PACS) e as melhores condições de vida da população brasileira. Observa-se que a expectativa é a tendência decrescente do índice deste indicador ao longo do tempo.

4. TAXA DE PREVALÊNCIA DE OBESIDADE EM ADULTOS
Valores dos índices alcançados ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A prevalência de obesidade em adultos de 11,1% corresponde ao dado obtido entre pessoas com 20 anos de idade ou mais segundo a última POF, que tem abrangência nacional, e foi realizada em 2002-2003. Tendo em vista a periodicidade da POF, não há índices para os anos posteriores, inexistindo outras pesquisas nacionais mais recentes. A obesidade foi identificada quando o Índice de Massa Corporal encontrava-se igual ou superior a 30 kg/m^2. A próxima POF teve seu trabalho de campo iniciado em maio de 2008 e a coleta de dados terá duração de 12 meses. Espera-se que, em 2009, novos dados com representatividade nacional sobre a obesidade em adultos estejam disponíveis. A prevalência de obesidade na população brasileira é maior do que a dimensão programada, considerando a transição nutricional em que se encontra o Brasil, a qual envolve profundas modificações no perfil

alimentar e nutricional, em função do maior acesso a alimentos de alto valor calórico e dietas desequilibradas, associadas a um freqüente sedentarismo. Registra-se que a expectativa é a tendência decrescente do índice deste indicador ao longo do tempo.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os riscos nutricionais, de diferentes categorias e magnitudes, permeiam todo o ciclo da vida humana, desde a concepção até a senectude, assumindo diversas configurações epidemiológicas em função do processo saúde/doença de cada população.

No Brasil, são inúmeros os problemas inerentes à alimentação e à nutrição inadequadas, podendo ser destacados o *deficit* de altura em 10,5% das crianças brasileiras, com notável variação desta condição nas regiões (5,1 %, no Sul, e 17,9%, no Nordeste) (PNDS, 1996) e a elevada taxa de desnutrição em menores de cinco anos (5,7%), com as maiores freqüências sendo registradas nas regiões Norte (7,7%) e Nordeste (8,3%).

Mesmo com a diminuição em mais de 20% da desnutrição energético-protéica, na última década, um contingente considerável de crianças brasileiras ainda apresenta atraso marcante de crescimento, na faixa crítica dos 6 aos 23 meses (PNDS, 1996), observando-se a ocorrência da hipovitaminose A em bolsões de pobreza de Minas Gerais (MG) e de São Paulo (SP), além de áreas da região Norte (prevalências em torno de 15%). Dados disponíveis revelam que a população infantil da região Nordeste é a mais vulnerável ao problema, sendo que 16% a 55% das crianças apresentam dosagem de vitamina A que caracteriza situação de carência endêmica. Observa-se, ainda, o aumento da prevalência de doenças relacionadas ao sobrepeso e à obesidade.

Acrescentam-se a esses problemas, aqueles decorrentes de hábitos alimentares inapropriados, que constituem, igualmente, um grande desafio.

Frente a essa complexa situação alimentar e nutricional, foi concebido o Programa Alimentação Saudável, entendendo-se que alimentação saudável é fator de proteção comprovado para as principais causas de doença e morte no Brasil e no mundo e que a promoção de hábitos saudáveis depende de uma ação articulada de, entre outros aspectos, capacitação de recursos humanos, inserção de componentes de alimentação e nutrição em todos os níveis de atenção à saúde, elaboração de currículos escolares e medidas reguladoras que dêem sustentação social à prática de hábitos alimentares e modos de vida saudáveis.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Envio de suplementos de ferro e vitamina A para 1.316.689 gestantes, 447.242 mulheres pós-parto, 359.519 puérperas e 3.024.195 crianças, totalizando 5.147.645 pessoas beneficiadas.

- Capacitação dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) da região Nordeste, Minas Gerais (MG), Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS) e Tocantins (TO) sobre

o Programa de Suplementação de Vitamina A, iniciando a suplementação das crianças indígenas da região Nordeste. Para isso, foram distribuídas 5.500 cápsulas de 100.000UI e 28.400 cápsulas de 200.000UI.

• Realização de força-tarefa relacionada ao surto de deficiência de vitamina B1 (beribéri) no Maranhão, com ações de diagnóstico do problema, capacitação das equipes de saúde para controle e prevenção da hipovitaminose e suplementação vitamínica imediata.

• Repasse de recursos financeiros no valor de R$ 8.200.000,00 por meio da Portaria nº 3.181, de 25 de junho de 2007, para que sejam desenvolvidas ações de alimentação e nutrição na atenção básica à saúde como a promoção da alimentação saudável, estudos e pesquisa na área de alimentação e nutrição e outras ações descritas na portaria. Este repasse fundo a fundo atingiu 133 Municípios com mais de 200 mil habitantes e 27 Secretarias de Estado de Saúde (SES).

• Capacitação de 217 Municípios, sendo que um total de 5.298 Municípios enviou dados no módulo de gestão do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN).

• Elaboração e publicação do Guia de Bolso de Promoção da Alimentação Saudável para a população brasileira, que será distribuído nas unidades de saúde de todos os Municípios.

• Realização da Oficina de Promoção da Alimentação Saudável em nível local para os gestores de saúde, cujo objetivo foi a definição de estratégias de promoção da alimentação saudável e a elaboração do Manual de Promoção da Alimentação Saudável para gestores de saúde.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Apesar da ocorrência de problemas como atraso na produção e interrupção das entregas de suplementos do Programa, as ações previstas para o ano de 2007 tiveram um ótimo desempenho, algumas ultrapassando as metas propostas, ocorrendo execução física de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Embora tenham sido liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação, os recursos orçamentários destinados ao Programa foram considerados insuficientes. Exemplo disso foi o contingenciamento de R$ 3.000.000,00 na Ação Prevenção e Controle das Carências por Micronutrientes – 4294 –, prejudicando a produção e a distribuição de micronutrientes para crianças e gestantes. Existe também a necessidade de maiores recursos financeiros na implementação das ações de atenção nutricional no âmbito da Atenção Básica à Saúde para a suplementação de ferro às crianças entre seis e 18 meses e repasse fundo a fundo para todos os Municípios estruturarem e desenvolverem ações de nutrição na atenção básica à saúde (vigilância nutricional, promoção da alimentação saudável, atenção nutricional, controle e prevenção de doenças associadas à nutrição).

Recursos não-orçamentários foram utilizados em passagens, diárias e eventos, realização de oficinas nos Estados para revisão e avaliação dos manuais sobre Alimentação Saudável voltados aos profissionais da Atenção Básica à Saúde, realização de reuniões técnicas para discutir mecanismos de divulgação e informação das diretrizes de promoção da alimentação saudável (guias), desenvolvimento de estratégias de mobilização das Secretarias Estaduais de Saúde para implementação das ações da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), realização de reuniões de monitoramento dos Programas de Prevenção e Controle das Carências Nutricionais Específicas - vitamina A, ferro e iodo, e realização de supervisões integradas nas Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde.

O monitoramento relacionado ao desempenho físico das ações é informatizado, de periodicidade mensal e abrangência nacional com informações por Município. As ações realizadas, com os recursos do Programa Alimentação Saudável, são gerenciadas por sistemas de informações descentralizados nos Municípios (Programa de Suplementação de Ferro, Programa de Suplementação de Vitamina A, acompanhamento das famílias do Programa Bolsa Família e do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. Há, ainda, a elaboração de relatórios de gestão com periodicidade anual, que abrangem a esfera nacional, e relatórios das Secretarias Estaduais de Saúde, que incorporam as ações realizadas.

Quanto à celebração de convênios na gerência, há morosidade tanto na abertura do Sistema de Gestão Financeira e Convênios (GESCON) quanto na aprovação e empenho dos convênios aprovados pelas áreas técnicas.

Como mecanismo de participação social, há no Conselho Nacional de Saúde (CNS) a Comissão Intersetorial de Alimentação e Nutrição (CIAN), que acompanha as ações implementadas com os recursos do Programa Alimentação Saudável. Além disso, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) também acompanha a execução do Programa, e as conferências de saúde e segurança alimentar e nutricional ajudam a qualificar suas ações.

Não existe um módulo que possa medir a satisfação dos beneficiários do Programa. Nesse sentido, existem algumas medidas que podem ser adotadas, tais como a criação de um sistema que possa medir esta satisfação ou a realização de uma pesquisa no âmbito nacional que possa avaliá-la.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) esclarece que a denominação deste Programa foi alterada para Implementação da Política de Promoção da Saúde, no PPA 2008-2011.

ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

GERENTE DO PROGRAMA

Reinaldo Felippe Nery Guimarães

OBJETIVO

Garantir o acesso da população a medicamentos e aos insumos estratégicos.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 3.460.092.643,00	Empenho Liquidado:	R$ 3.352.806.612,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 3.352.806.612,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Esquemas Terapêuticos para o Tratamento da Diabetes Disponibilizados pelo SUS - Porcentagem	-	50.00	-	60.00	70.00	85,71%
2. Taxa de Esquemas Terapêuticos para o Tratamento da Hanseníase Disponibilizados pelo SUS - Porcentagem	-	85.00	-	85.00	85.00	100%
3. Taxa de Esquemas Terapêuticos para o Tratamento da Hipertensão Disponibilizados pelo SUS - Porcentagem	-	50.00	-	70.00	70.00	100%
4. Taxa de Esquemas Terapêuticos para o Tratamento da Tuberculose Disponibilizados pelo SUS - Porcentagem	-	85.00	-	90.00	90.00	100%

1. TAXA DE ESQUEMAS TERAPÊUTICOS PARA O TRATAMENTO DA DIABETES DISPONIBILIZADOS PELO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Não houve alcance do índice previsto.

2. TAXA DE ESQUEMAS TERAPÊUTICOS PARA O TRATAMENTO DA HANSENÍASE DISPONIBILIZADOS PELO SUS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice originalmente previsto foi alcançado.

3. TAXA DE ESQUEMAS TERAPÊUTICOS PARA O TRATAMENTO DA HIPERTENSÃO DISPONIBILIZADOS PELO SUS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice originalmente previsto foi alcançado.

4. TAXA DE ESQUEMAS TERAPÊUTICOS PARA O TRATAMENTO DA TUBERCULOSE DISPONIBILIZADOS PELO SUS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice originalmente previsto foi alcançado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os dados sobre o uso de medicamentos e insumos estratégicos indicam que mais da metade da população brasileira não têm acesso aos medicamentos essenciais e apontam para uma fragmentação das ações que ordenam as políticas públicas do setor dos insumos considerados estratégicos. A superação dessa dificuldade ocorrerá mediante a adoção de medidas de impacto social que possibilite a ampliação do acesso a serviços e produtos considerados essenciais, conformando e reordenando a Política de Insumos Estratégicos do País.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Manutenção da disponibilidade de medicamentos no SUS para tratamento de doenças e agravos em todos os níveis de atenção.

• Aquisição de medicamentos básicos, para os quais foram destinados incentivos financeiros aos 5.564 Municípios habilitados à parte variável do Piso da Atenção Básica (PAB) variável.

• Publicação da Portaria GM/MS nº. 3237, de 24 de dezembro de 2007, definindo novos valores de referência para o financiamento da assistência farmacêutica na atenção básica em 2008.

• Unificação dos recursos financeiros destinados à asma e à rinite, à hipertensão e ao diabetes, e à incorporação da saúde mental com a revogação da Portaria GM/MS nº 1.077, de 24 de agosto de 1999.

• Investimento na aquisição de medicamentos estratégicos para tratamento de 300.000 pacientes, incluindo os anti-retrovirais do Programa DST/Aids e medicamentos para o tratamento da malária, hanseníase e tuberculose.

• Realização de mais de sete milhões de atendimentos com medicamentos de dispensação excepcional.

• Elaboração de pareceres de pertinência para a Comissão de Incorporação de Tecnologias em Saúde.

• Fomento, incentivo à modernização e ampliação da capacidade de produção de 11 laboratórios oficiais brasileiros.

• Elaboração e proposição do Programa Nacional de Fomento à Produção Pública e Inovação do Complexo Industrial da Saúde.

• Implantação de 152 unidades do Programa Farmácia Popular do Brasil, totalizando 407 unidades em funcionamento no País.

• Implantação da primeira Farmácia Popular nos moldes de uma farmácia escola em parceria com a Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

• Homologação de 5.016 farmácias e drogarias da rede privada à expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil.

• Implantação de um sistema de controle fundamentado na auditoria de transações consideradas fora do padrão de atendimento do Programa e do sistema de carta ao usuário (piloto) com pesquisa de satisfação.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa se fortaleceu na organização das ações e serviços de saúde do SUS, ampliando o conceito de assistência farmacêutica, investindo na melhoria dos fluxos de compra, estoque e controle, permitindo formular uma política que ordene e articule atividades, investindo na busca de estratégias que levem o País a aumentar a sua autonomia na produção de medicamentos, como o investimento na modernização técnica dos laboratórios oficiais e a criação da rede de produção pública de medicamentos. O Programa também se preocupou em organizar a Política de Assistência Farmacêutica definindo linhas de financiamento que melhorem a alocação através da descentralização dos recursos e o estabelecimento de responsabilidades entre os gestores do SUS.

Das oito ações do Programa, a maioria alcançou a meta física em 100%, sendo que algumas tiveram sua execução física acima do previsto. O desempenho físico das ações é monitorado

por meio de reuniões periódicas com coordenadores e diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos, visando o acompanhamento das ações programadas no plano de trabalho do Departamento. As visitas *in loco* são de abrangência nacional e ocorrem conforme as necessidades detectadas para o bom desenvolvimento das ações programadas.

Há ainda a utilização de sistemas informatizados, tais como:

a) Sistema de Acompanhamento do Incentivo à Assistência Farmacêutica Básica (SIFAB) de periodicidade mensal e abrangência nacional;

b) Sistemas de Informação MEDCOM e ROBOCOP para controle de estoque e controle de entregas de medicamentos efetuadas pelo Ministério da Saúde (MS), de periodicidade contínua e abrangência nacional;

c) Sistema de Acompanhamento de Metas Presidenciais (SIGOV) de periodicidade contínua e abrangência nacional;

d) Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação de Ações em Saúde (SISPLAM) de periodicidade contínua e abrangência nacional;

e) Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), instrumento essencial da rede de gerenciamento dos programas e das ações do PPA, alimentado por informações atualizadas sobre a evolução física e financeira do Programa, mantendo, assim, a sociedade informada sobre os resultados e benefícios alcançados.

Relatórios de gestão, entregues no primeiro semestre do exercício subseqüente à Controladoria Geral da União (CGU). O Relatório de gestão é instrumento obrigatório do processo de prestação de contas anual dos gestores da Administração Pública Federal, descrevendo as metas estabelecidas, ações realizadas e resultados alcançados ao longo do exercício, além dos meios orçamentários, financeiros, patrimoniais e logísticos utilizados para o cumprimento dos objetivos institucionais.

Os recursos orçamentários executados foram suficientes e sua liberação foi compatível com a execução física programada, contribuindo dessa forma para o acesso dos medicamentos e insumos estratégicos a população que demanda aos serviços do SUS.

O montante gasto com as despesas administrativas contribuiu para o bom andamento das ações, auxiliando na execução do Programa. Porém, em termos de recursos materiais, há grandes dificuldades em sua aquisição para a execução do Programa, geralmente pela falta ou não aplicação dos planos de assistência farmacêutica estaduais e municipais. Além disso, vale ressaltar que a falta de infra-estrutura adequada nas equipes executoras está ligada à falta ou não aplicação de tais planos.

Observa-se, ainda, a quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras, em virtude da falta de concurso público e das limitações de outras

formas de contratação e os recursos humanos disponíveis carecem de maior domínio nos aspectos de gestão do SUS.

Houve, também, determinado grau de dificuldade na celebração de convênios em função de normas e procedimentos implementados pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) no decorrer do processo de formalização dos convênios e das portarias. Houve inadimplência temporária dos entes em função de as documentações de habilitação estarem com prazo de validade expirado. Isso dificultou temporariamente o processo de empenho e pagamento dos convênios e portarias.

Nas ações de Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica (PAB-AF-Básica), de Assistência Financeira para a Aquisição e Distribuição de Medicamentos Excepcionais e de Manutenção de Farmácias Populares, a dotação orçamentária inicialmente aprovada não foi suficiente para o financiamento do Programa, necessitando de suplementação para seu custeio total. A descentralização de recursos orçamentários para aquisição de medicamentos para hipertensão e diabetes (HD) e asma e rinite (AR) foram suficientes para atender a execução programada.

No que se refere à integração, foram realizadas reuniões de gestores com foco na gestão estadual do Programa e visitas técnicas *in loco*. As solicitações de informações do MS aos Estados foram atendidas por meio de ofícios.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Associações de pacientes portadores de patologias, coordenadores estaduais de assistência farmacêutica, reuniões bi e tripartite são grupos de interesse que promovem a participação social no Programa, além das discussões no Conselho Nacional de Saúde (CNS), no Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (CONASS) e no Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS). Ocorrem ainda encontros e reuniões com a comunidade científica nacional e colaboradores com destaque nas ações de assistência farmacêutica nos Municípios e instituições de ensino e pesquisa.

A participação social de diferentes agentes em discussões enriqueceu o Programa, na medida em que apresentou os principais problemas enfrentados na gestão da assistência farmacêutica estadual e municipal e trouxe à luz a necessidade constante de investimento no setor para a melhoria dos serviços de saúde.

O Programa Farmácia Popular possui os seguintes mecanismos para avaliação da satisfação do usuário:

a) Farmácia Popular (Sistema de co-pagamento) – Ouvidoria, caixa-corporativa, e carta (envelope porte pago) ao usuário com pesquisa de satisfação;

b) Farmácia Popular (Rede Própria) – Ouvidoria e caixa-corporativa.

Ambos os mecanismos avaliaram a satisfação dos beneficiários do Programa como "satisfeitos". O fato de haver mecanismos de avaliação da satisfação dos beneficiários aponta para o comprometimento do Programa Farmácia Popular do Brasil em aprimorar constantemente seus serviços.

Como exemplos de boas práticas de gestão realizadas pelo Programa, pode-se citar:

a) a implantação de processo de programação continuada na Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE) proporcionando aos gestores e técnicos maior visibilidade sobre as atividades que o Departamento de Assistência Farmacêutica desenvolveu durante este exercício;

b) a elaboração da programação de acordo com os objetivos e necessidades identificadas por cada área, visando a melhoria no atendimento aos serviços de saúde prestados a população usuária do SUS;

c) o processo adotado para nortear a elaboração da programação, que constou das seguintes etapas: - construção do Guia de Orientação que definiu caminhos para elaboração da proposta, baseada em uma metodologia construtiva, participativa e reflexiva; - análise e adequação das propostas da programação do Departamento; e - consolidação da programação por eixos estruturantes.

Em continuidade ao processo de desenvolvimento da programação, torna-se imprescindível o monitoramento e a avaliação do grau de cumprimento das atividades programadas, a fim de garantir a efetiva execução das mesmas em tempo hábil.

ASSISTÊNCIA SUPLEMENTAR À SAÚDE

GERENTE DO PROGRAMA

Fausto Pereira dos Santos

OBJETIVO

Garantir aos usuários de planos e seguros privados de saúde o cumprimento dos serviços contratados às operadoras de saúde suplementar, compatibilizado com o Sistema Único de Saúde (SUS).

PÚBLICO-ALVO

Usuários de planos e seguros privados de saúde

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 149.841.217,00	Empenho Liquidado:	R$ 113.649.143,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 113.649.143,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Coeficiente de Denúncias de Segurados - 1/1.000	0.43	-	0.31	0.09	0.31	-
2. Índice de Acompanhamento Econômico-Financeiro das Operadoras de Grande Porte – Porcentagem	-	-	87.00	95.00	100.00	95%
3. Índice de Acompanhamento Econômico-Financeiro das Operadoras de Médio Porte - Porcentagem	-	-	88.00	94.00	80.00	117,50%
4. Índice de Acompanhamento Econômico-Financeiro das Operadoras de Pequeno Porte - Porcentagem	-	-	81.00	94.00	55.00	170,91%
5. Índice de Concessão de Autorização de Funcionamento de Operadoras de Grande Porte - Porcentagem	-	-	44.00	77.00	100.00	77%
6. Índice de Concessão de Autorização de Funcionamento de Operadoras de Médio Porte - Porcentagem	-	-	30.00	38.00	80.00	47,50%
7. Índice de Concessão de Autorização de Funcionamento de Operadoras de Pequeno Porte - Porcentagem	-	-	17.00	24.00	55.00	43,64%

8. Taxa de Operadoras Fiscalizadas – Porcentagem	55.00	-	89.00	40.60	71.00	57,18%
9. Taxa de Regularização do Registro de Plano de Saúde – Porcentagem	-	-	52.00	83.00	60.00	138,33%

1. COEFICIENTE DE DENÚNCIAS DE SEGURADOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O coeficiente de denúncias de segurados (4.376/46.483.872) vem sofrendo redução ao longo dos últimos anos por dois motivos: houve um grande aumento no número de beneficiários ao longo dos últimos quatro anos (de 36.186.679 beneficiários em dez/2003 para 46.932.274 beneficiários em dez/2007) e uma preponderância de consultas sobre denúncias. O aperfeiçoamento pelo qual passa a central de relacionamento procura esclarecer melhor a população acerca de seus direitos e contribui para que haja redução no número de denúncias.

Registra-se que a expectativa é a tendência decrescente do índice deste indicador ao longo do tempo.

2. ÍNDICE DE ACOMPANHAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO DAS OPERADORAS DE GRANDE PORTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Observar análise e justificativa do indicador Índice de Acompanhamento Econômico-Financeiro das Operadoras de Pequeno Porte.

3. ÍNDICE DE ACOMPANHAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO DAS OPERADORAS DE MÉDIO PORTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Observar análise e justificativa do indicador Índice de Acompanhamento Econômico-Financeiro das Operadoras de Pequeno Porte.

4. ÍNDICE DE ACOMPANHAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO DAS OPERADORAS DE PEQUENO PORTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O indicador de acompanhamento econômico-financeiro sofreu alterações em seu cálculo, uma vez que apenas as operadoras que enviam as informações periódicas dessa natureza – por meio do Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de

Saúde (DIOPS) - são passíveis de acompanhamento. Todas as operadoras têm de enviar as informações para a Agência Nacional de Saúde Suplentar (ANS), com periodicidade trimestral. A execução foi satisfatória e significativamente superior ao ano de 2006, considerando os portes das operadoras, sendo que as operadoras de pequeno porte apresentaram incremento de 13%. Os índices alcançados foram os seguintes: grande porte, 191/202; médio porte, 643/679; pequeno porte, 2266/2241.

5. ÍNDICE DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE OPERADORAS DE GRANDE PORTE

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Observar análise e justificativa do indicador Índice de Concessão de Autorização de Funcionamento de Operadoras de Pequeno Porte.

6. ÍNDICE DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE OPERADORAS DE MÉDIO PORTE

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Observar análise e justificativa do indicador Índice de Concessão de Autorização de Funcionamento de Operadoras de Pequeno Porte.

7. ÍNDICE DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE OPERADORAS DE PEQUENO PORTE

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O registro de operadoras, que passou a substituir o índice de concessão de autorização de funcionamento, obteve incrementos importantes em 2007, ainda que não tenha atingido a meta estabelecida para o indicador original. As operadoras de pequeno e médio porte apresentaram aumento de 7% a 8% em relação ao ano anterior, enquanto que as operadoras de grande porte exibiram incremento de 33%. A meta proposta pelo contrato de gestão para esse indicador foi de 75%. Dessa forma, as operadoras de grande porte teriam cumprido a meta. (Grande Porte, 67/87; Médio Porte, 113/296; Pequeno Porte, 271/1.144).

8. TAXA DE OPERADORAS FISCALIZADAS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Com relação à taxa de operadoras fiscalizadas (661/1.629), houve redução significativa em relação ao ano anterior, refletindo o novo enfoque da fiscalização, das mudanças metodológicas no processo fiscalizador, com maior ênfase na mediação ativa entre beneficiários e operadoras traduzindo-se na reparação voluntária e eficaz; na melhor delimitação entre as atribuições coletivas e individuais na interface com os órgãos de

defesa do consumidor; na maior interação com os sindicatos e os planos coletivos; na transformação de uma fiscalização punitiva para uma fiscalização regulatória, com maior celeridade na resolução de conflitos.

9. TAXA DE REGULARIZAÇÃO DO REGISTRO DE PLANO DE SAÚDE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Com relação à taxa de regularização dos produtos, houve impacto importante em 2007, passando de 45% para 83%, sendo que o esperado ao final do PPA era de 60%. Já existe um total de 17.377 produtos (planos de saúde) com registros provisórios regularizados e 1.337 produtos com novos registros concedidos no mercado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa foi criado devido à necessidade de implementar, com base na Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998, a regulação e a fiscalização da assistência médica, odontológica, ambulatorial, hospitalar e farmacêutica, prestada aos usuários de planos e seguros privados de saúde.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Acompanhamento econômico-financeiro efetivo - 95%.

- Melhoria nas taxas de registros de operadoras (77% para as operadoras de grande porte).

- Novo enfoque da fiscalização, com a transformação de uma fiscalização punitiva para uma fiscalização regulatória, com maior celeridade na resolução de conflitos.

- Registro de produtos superou amplamente a meta.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

A transformação de uma fiscalização punitiva para uma fiscalização regulatória gerou maior celeridade na resolução de conflitos. Todavia, a fiscalização mais reativa e o índice de denúncias não influenciaram os indicadores.

Os recursos orçamentários, considerados suficientes, foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação.

Houve execução física de 80% a 100% do previsto na LOA 2007. Para facilitar o monitoramento do desempenho físico das ações, implantou-se um Núcleo de Integração Estratégica da ANS que conta com a participação de representantes de todas as diretorias.

Utiliza-se o sistema de apoio ao planejamento com o objetivo de acompanhamento do planejamento estratégico da entidade e dos projetos em desenvolvimento, utilizando a metodologia do quadro lógico, o que contribui com o monitoramento das metas físicas. O sistema encontra-se em processo de revisão. A existência de um banco de dados de indicadores de desempenho do contrato de gestão permite o acompanhamento trimestral das metas. Muitos desses indicadores fazem parte das metas referentes às ações do PPA. São 27 indicadores, sendo que 89% do total cumpriram suas metas anuais. Também são utilizados, como mecanismos de monitoramento, o Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação de Ações em Saúde (SISPLAM), o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) e o relatório de gestão que, no ano de 2008, serviu como base para o alinhamento entre as ferramentas de planejamento e, portanto, para a avaliação do alcance das metas.

Em relação aos mecanismos de participação social, a Ouvidoria é um canal de comunicação entre a sociedade e a ANS. Além disso, há previsão, no regimento da ANS, de realização de audiências e instalação de câmaras técnicas para subsidiar o processo decisório que implicar efetiva afetação de direitos sociais do setor de saúde ou dos consumidores, decorrentes de ato administrativo da Agência ou de anteprojeto de lei proposto pela ANS.

Com a finalidade de conhecer as demandas genuínas dos protagonistas e balizar suas decisões, a ANS disponibiliza as minutas das regulamentações a serem publicadas em consultas públicas para comentários e sugestões dos interessados. Já foram realizadas 28 consultas.

Discussões também ocorrem na Câmara de Saúde Suplementar (CSS), órgão consultivo formado por representantes de todos os segmentos da sociedade que protagonizam as relações no setor. Criada originalmente pela Lei 9.656/98, desde então a CSS se reúne periodicamente e, em 2000, tornou-se órgão consultivo da ANS. A ANS criou, através da Diretoria de Desenvolvimento Setorial (Dides), o Comitê de Padronização das Informações em Saúde Suplementar (COPISS) que tem por finalidade promover o desenvolvimento e o aperfeiçoamento do padrão Troca de Informações em Saúde Suplementar (TISS), e da troca eletrônica de informações entre as operadoras de planos de saúde, os prestadores de serviços de saúde e a ANS, através de processo participativo e democrático de construção e busca de consenso entre os diversos atores envolvidos na saúde suplementar.

Além disso, a Agência organiza oficinas com operadoras promovendo encontros regionais onde são apresentados as rotinas de trabalho da ANS e os esclarecimentos sobre os normativos, servindo como forma de aproximação e resolução de problemas locais. O Programa Parceiros da Cidadania possibilitou encontros dos técnicos da ANS com os Procons atuantes nas diversas regiões do País para apresentação da legislação e delimitação de atribuições e competências. Foi realizado seminário em São Paulo (SP), com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e outros dois encontros ocorreram, respectivamente com a União Geral dos Trabalhadores (UGT) e Força Sindical. O objetivo dos seminários é informar sobre a saúde suplementar e superar preconceitos, pois os trabalhadores tendem a perceber o setor como concorrente do setor público de saúde, embora a maior parte da clientela dessas centrais sindicais tenha plano de saúde.

Logo, a participação social possibilita uma maior aproximação dos atores com a ANS, o que facilita o alcance das metas. Existe, ainda, pesquisa de satisfação junto aos beneficiários, que ainda está em processo de avaliação dos resultados.

O aperfeiçoamento do contrato de gestão, ou seja, o monitoramento de diversas dimensões, macro e micro institucionais, permitiu maior detecção e correção de problemas. Houve, também, utilização dos parâmetros do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (Gespública) para a elaboração do contrato de gestão.

A elaboração do novo PPA 2008-2011 contribuiu, de certa maneira, para o aprimoramento da especificidade do Programa, ressaltando a qualificação da saúde suplementar.

Entende-se ser necessária a alteração do objetivo do Programa de forma a adequá-lo ao problema, a especificação dos segmentos da sociedade potencialmente beneficiados pelo Programa e a adequação das ações ao objetivo previsto para o Programa.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e gestão (MP) registra que as recomendações propostas foram viabilizadas durante o processo de elaboração do PPA 2008-2011, conduzindo à alteração da denominação do Programa para Regulação e Fiscalização da Saúde Suplementar.

ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE

GERENTE DO PROGRAMA

José Carvalho de Noronha

OBJETIVO

Expandir o Saúde da Família e a rede básica de saúde, mediante a efetivação da política de atenção básica: resolutiva, integral e humanizada.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 7.906.673.580,00	Empenho Liquidado:	R$ 7.380.728.693,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 7.380.728.693,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	porcentagem DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa da População Coberta por Equipes de Saúde Bucal - Porcentagem	26.60	34.90	39.80	40.90	60.00	68,17%
2. Taxa da População Coberta por Equipes de Saúde da Família - Porcentagem	39.00	44.40	46.20	46.60	53.00	87,92%
3. Taxa da População Coberta por Equipes de Saúde da Família em Municípios com Mais de 100.000 Habitantes – Porcentagem	26.80	29.38	31.40	31.40	41.00	76,59%

1. TAXA DA POPULAÇÃO COBERTA POR EQUIPES DE SAÚDE BUCAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Foi alcançado o índice de 60,2% da meta prevista para o período, o que se considera um resultado satisfatório, tendo em vista as dificuldades ocasionadas pela mudança no sistema de cadastro das equipes de Saúde da Família, migrando as informações para o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES).

2. TAXA DA POPULAÇÃO COBERTA POR EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Foi alcançado o índice de 88% da meta prevista para o período o que se considera um resultado satisfatório, tendo em vista as dificuldades ocasionadas pela mudança no sistema de cadastro das equipes de Saúde da Família, ocorrida com a migração das informações para o SCNES.

3. TAXA DA POPULAÇÃO COBERTA POR EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA EM MUNICÍPIOS COM MAIS DE 100.000 HABITANTES
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Foi alcançado o índice de 52,2% da meta prevista para o período, o que se avalia como um resultado satisfatório, considerando as dificuldades ocasionadas pela mudança no sistema de cadastro das equipes de Saúde da Família, ocorrida com a migração das informações para o SCNES. Além disso, o modelo organizacional de assistência à saúde nos grandes centros dificulta a implantação da estratégia do Programa Saúde da Família.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O acesso insuficiente da população às ações básicas e aos serviços de saúde – com destaque para a baixa cobertura dos procedimentos odontológicos sobre a população – o predomínio do modelo de atenção à saúde centrado no hospital, e a baixa integralidade e resolubilidade das ações e serviços de saúde demandam uma intervenção articulada e integrada dos gestores do Sistema Único de Saúde (SUS), em busca da reorganização desse modelo. Para tanto, torna-se necessária a implementação de medidas estruturantes que possam efetivamente garantir à população serviços básicos de saúde que sejam acessíveis, oportunos, resolutivos e humanizados. Nesse sentido, foi concebido o Programa Atenção Básica em Saúde, no qual está previsto o desenvolvimento de ações destinadas ao reordenamento do modelo de atenção à saúde, com ênfase no fortalecimento da gestão descentralizada da atenção básica e na consolidação da estratégia de saúde da família.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Foram implantadas 595 novas equipes de Saúde da Família, totalizando 27,3 mil equipes de Saúde da Família em 5,1 mil Municípios, cobrindo 46,6% da população brasileira, o que corresponde a cerca de 87,7 milhões de pessoas acompanhadas. O desenvolvimento da Estratégia Saúde da Família no Brasil, ao longo dos anos, vem possibilitando alguns resultados importantes tais como:

a) redução da desigualdade nos valores da taxa de mortalidade infantil;

b) aumento da cobertura vacinal por tetravalente;

c) queda na taxa de internações por acidente vascular cerebral;

d) aumento na proporção de nascidos vivos de mães com quatro ou mais consultas de pré-natal.

• Foram implantadas 608 novas equipes do Programa Saúde Bucal, totalizando 15,6 mil equipes do Programa de Saúde Bucal em 4,3 mil Municípios, cobrindo 40,9% da população brasileira, o que corresponde a cerca de 76,9 milhões de pessoas acompanhadas.

• 210,9 mil agentes comunitários de saúde acompanharam em 5,2 mil Municípios, cerca de 106,9 milhões de pessoas, o que representa 56,8% da população brasileira.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Destaca-se que a Estratégia Saúde da Família está promovendo a eqüidade, um dos princípios mais importantes do SUS. Esta estratégia tem maior cobertura em Municípios de índice de desenvolvimento humano (IDH) mais baixo e está conseguindo aproximar os indicadores desses, de outros municípios de IDH mais alto, reduzindo a brecha existente entre estes dois grupos. Segundo avaliação do Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF), o grande acerto brasileiro refere-se a escolha do modelo de atenção à saúde: decisão de sair do modelo hospitalar para um modelo que prioriza a saúde da família, a saúde da comunidade, a prevenção, e as ações simples e baratas, com alto impacto sobre a vida das crianças. De acordo com o UNICEF, o Programa Saúde da Família, cujos agentes comunitários atendem 58% do Território Nacional, em especial as regiões mais vulneráveis, foi um dos destaques do relatório mundial.

Em função da promulgação da Lei 11.350, de 05 de outubro de 2006, que trata da obrigatoriedade de contratação por meio de concurso público dos agentes comunitários de saúde (ACS) e considerando a mudança do sistema de informações, houve uma redução no quantitativo de ACS no ano de 2007. Em dezembro de 2006 eram 219.492 ACS e ao final de 2007, o total de ACS era de 210.964, isto é, 8.528 ACS deixaram de ser informados no sistema de informações.

São realizadas, sistematicamente, reuniões de trabalho e avaliação pelas coordenações que compõem o Departamento de Atenção Básica, assim como reuniões da Diretoria Colegiada. O Departamento de Atenção Básica dispõe de consultores que regularmente realizam visitas *in loco*, visando prestar cooperação técnica a Estados, Municípios e ao Distrito Federal na organização de ações de Atenção Básica em Saúde.

O Departamento de Atenção Básica dispõe ainda dos seguintes sistemas informatizados para monitoramento das ações:

a) Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB) – por meio do SIAB obtêm-se informações sobre cadastros de famílias, condições de moradia e saneamento, situação

de saúde, produção e composição das equipes de saúde mensalmente. Atualmente, é o principal instrumento de monitoramento das ações do Programa Saúde da Família e do PACS;

b) SIS-Pacto – aplicativo que permite a pactuação e o acompanhamento de metas do Pacto pela Saúde;

c) PACTO-AB – constitui-se em um instrumento formal de negociação entre gestores das três instâncias de governo (Municipal, Estadual e Federal) tomando como objeto de negociação metas anuais a serem alcançadas em relação a indicadores de saúde previamente acordados e traduz um esforço crescente de buscar indicadores mais representativos e robustos para a avaliação da atenção básica;

d) SIS-Hiperdia – aplicativo que permite o cadastramento de pessoas com hipertensão arterial e diabetes Mellitus;

e) Sistema de Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde é a base cadastral para operacionalizar os sistemas de informações em saúde hospitalar e ambulatorial, imprescindíveis a um gerenciamento eficaz e eficiente. Propicia ao gestor o conhecimento da realidade da rede assistencial existente e suas potencialidades, visando auxiliar no planejamento em saúde, em todos os níveis de governo;

f) Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) - são preenchidos regularmente os relatórios de acompanhamento solicitados pelo SIGPLAN, bem como, o sistema de acompanhamento desenvolvido pelo Ministério da Saúde (MS) – Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação nas Ações de Saúde (SISPLAM).

Além disso, no final de cada período, o Departamento de Atenção Básica apresenta um relatório de gestão.

Quanto ao cumprimento das metas físicas, houve execução de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. O resultado alcançado no período foi de 94% da meta proposta. Houve um crescimento de 595 equipes de Saúde da Família e 608 equipes de Saúde Bucal, totalizando 27,3 mil equipes de Saúde da Família em 5,1 mil Municípios, cobrindo 46,6% da população brasileira, o que corresponde a cerca de 87,7 milhões de pessoas acompanhadas. As 15,6 mil equipes do Programa de Saúde Bucal em 4,2 mil Municípios cobrem 40,9% da população brasileira, o que corresponde cerca de 76,9 milhões de pessoas acompanhadas. Além disso, 210,9 mil ACS acompanharam, em 5,3 mil Municípios, cerca de 106,9 milhões de pessoas, o que representa 56,8% da população brasileira.

Considerando as mudanças ocorridas no sistema de informações, os recursos disponíveis para o ano foram suficientes. Em relação à maioria das ações do Programa, os recursos foram liberados, ao longo do exercício, conforme programado. Recursos não orçamentários

foram utilizados no custeio de passagens e diárias para o deslocamento de técnicos visando a avaliação e monitoramento das ações do Programa.

Entretanto, houve insuficiência de equipamentos para a execução das tarefas com maior qualidade, observando-se a necessidade de readequação de espaço físico para acomodação dos profissionais que atuam na gerência. Identifica-se ainda por meio de avaliações realizadas, a inadequação dos equipamentos utilizados pelas equipes de Saúde da Família e a falta de infra-estrutura nas unidades básicas de saúde.

Apesar desse contexto, o desempenho da execução das ações e o cumprimento das metas acordadas vêm sendo satisfatórios, pois as ações que concentram mais recursos são implementadas de forma descentralizada. Ao se considerar o percentual de cumprimento da meta de cada ação, conclui-se que o desempenho foi de médio para alto. Por meio de instrumentos de controle e avaliação, os entes executores propiciam as informações necessárias para o acompanhamento do desempenho das ações. Atualmente, mais de 5.000 Municípios alimentam mensalmente o SIAB e o SCNES.

Quanto aos recursos humanos, em função da expansão da estratégia, há a incorporação de profissionais de distintas categorias, existindo a necessidade contínua de educação permanente para o aprimoramento da equipe gestora do Programa.

A qualificação dos profissionais das equipes de Saúde da Família constitui-se em uma ação estratégica para transformação das práticas de saúde, propiciando a mudança do modelo de atenção no caminho da integralidade e a maior resolubilidade da atenção básica. As áreas temáticas do elenco de capacitações das equipes de saúde da família são bastante diversificadas, dependendo das necessidades regionais. No entanto, a partir da definição das áreas estratégicas da atenção básica, o MS estimulou que as equipes fossem capacitadas em um elenco mínimo de conteúdos, definidos no processo de discussão da organização e ampliação da atenção básica: saúde da criança, saúde da mulher, controle de hipertensão, diabetes, tuberculose e hanseníase, saúde bucal, saúde do idoso, eliminação da desnutrição infantil e promoção da saúde. Para a execução das ações existe a necessidade contínua de educação permanente para o aprimoramento das equipes.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Pela Ouvidoria do SUS, o MS possibilita a participação social por meio de sugestões, denúncias e reclamações sobre a execução do Programa Saúde da Família nos Municípios. Além disso, realizam-se reuniões com a sociedade civil organizada, entidades de classes e conselhos. Todas as definições em relação ao Programa Saúde da Família são discutidas e pactuadas no Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Saúde (CONASS) e no Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde (CONASSEMS).

A participação social tem contribuído para a melhoria da execução do Programa Saúde da Família, na medida em que cobra a efetiva realização das ações previstas. Ao incentivar a participação das lideranças em todas as fases de operacionalização do Programa Saúde da Família, as equipes valorizam as potencialidades locais e contribuem para elevar o capital

social das populações atendidas. É importante lembrar ainda, que para adesão do município ao Programa Saúde da Família é exigida sua aprovação pelo Conselho Municipal de Saúde, a quem compete acompanhar todo o desenvolvimento da política local de saúde.

A responsabilidade pela execução do Programa Saúde da Família é da esfera Municipal, cabendo em primeira instância a esse nível de gestão avaliar a satisfação dos beneficiários. Em alguns Municípios, esse tipo de consulta já é realizado e utilizado para redirecionar algumas ações e, principalmente, a postura dos profissionais. O Departamento de Atenção Básica, como coordenação nacional da estratégia de Programa Saúde da Família ainda não implantou de forma sistemática um processo de consulta aos usuários para mensurar seu grau de satisfação com a prestação de serviços.

Decisões pactuadas com diversos colegiados, entre eles CONASS e CONASEMS, sistemas de informação para monitoramento e avaliação dos três níveis de gestão, além do fomento às pesquisas pelo MS, têm sido instrumentos sólidos, representativos e abrangentes para a tomada de decisão.

ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÕES DE URGÊNCIAS, VIOLÊNCIAS E OUTRAS CAUSAS EXTERNAS

GERENTE DO PROGRAMA

José Carvalho de Noronha

OBJETIVO

Implementar políticas públicas destinadas à melhoria da qualidade da atenção à saúde da população em situações de urgências, violências e outras causas externas.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 314.339.800,00	Empenho Liquidado:	R$ 226.187.395,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 226.187.395,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Coeficiente de Letalidade Hospitalar por Causas Externas – 1/100	-	2.66	2.64	2.70	2.29	-
2. Coeficiente de Letalidade Hospitalar por Urgências - 1/100	-	0.00	42.10	3.60	36.50	-

1. COEFICIENTE DE LETALIDADE HOSPITALAR POR CAUSAS EXTERNAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O indicador é inadequado ao acompanhamento das ações do Programa, pois não permite o acompanhamento dos processos e dos resultados das ações nos três eixos definidos na estruturação da política.

Observa-se que a expectativa é a tendência decrescente do índice deste indicador ao longo do tempo.

2. COEFICIENTE DE LETALIDADE HOSPITALAR POR URGÊNCIAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Indicador inadequado ao acompanhamento das ações do Programa pois não permite o acompanhamento dos processos e dos resultados das ações nos três eixos definidos na estruturação da política.

Observa-se que a expectativa é a tendência decrescente do índice deste indicador ao longo do tempo.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Estudos epidemiológicos de diversos autores mostram que, nos últimos 50 anos, a condição de vida e de morte da população brasileira sofreu mudanças bastante significativas. Os indicadores estão em pleno processo de transição, posto que doenças não-transmissíveis estão avançando progressivamente a cada ano e entre elas, as causas externas. As causas externas ocuparam em 2000 o segundo lugar entre as cinco principais causas de mortalidade global no País. Observa-se o aumento no número de mortes violentas, e se percebe que melhores esclarecimentos das causas desta mortalidade, através de estudos e/ou pesquisas específicas, podem induzir políticas voltadas à prevenção e atenção integral aos fatos. Dentre as causas externas, observa-se o predomínio dos casos de violências - aproximadamente 28% do total - e dos acidentes de trânsito - 26%. Para as demais causas, também importantes, somaram outras mortes violentas, como o suicídio, as mortes por causas indeterminadas, as quedas e outras. As causas externas de mortalidade são mais expressivas nas regiões metropolitanas; 75% dos casos de morte ocorrem em centros urbanos e afetam principalmente adolescentes e adultos jovens. Essa situação tem forte impacto sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre a sociedade, demandando o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas, articuladas e integradas, para o seu enfrentamento.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• No ano de 2007, foram implantados 14 novos Serviços de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), que adicionados aos 111 já existentes, totalizaram em 125 serviços habilitados. A cobertura populacional cresceu de 91,7 milhões de habitantes atendidos em 2006 para 96,08 milhões de habitantes no ano de 2007, distribuídos em 944 municípios. Todas as capitais foram incluídas no Projeto SAMU 192, exceto Boa Vista (RR) com previsão de implantação no ano de 2008.

DESEMPENHO DO PROGRAMA
Principais restrições e providências adotadas

A meta programada para o ano de 2007 era de 136 serviços em todo o território brasileiro, porém, devido a pendências técnicas nos projetos e a quantidade insuficiente de profissionais na Coordenação-Geral de Urgência e Emergência, no Departamento de

Atenção Especializada e na Secretaria de Atenção à Saúde (DAE/SAS/MS), em função de prazo de licitação, de atrasos na disponibilização de recursos de capital e de dificuldades de os Municípios se prepararem para a estruturação das unidades, foi necessário alongar o prazo de implementação. Este fato se reflete na execução física das metas, que ficou abaixo de 40% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. No entanto, estes últimos 11 SAMUs somar-se-ão ao grupo de 2008, ficando, assim, para o próximo ano, a habilitação de 66 novos projetos, que já se encontram em fase de análise e organização, alguns já receberam os recursos para construção e/ou reforma da Central de Regulação Médica de Urgência, e de acordo com o avanço das pendências técnicas operacionais, serão liberadas as ambulâncias e os equipamentos para as Unidades de Suporte Avançado (USA).

A alta execução financeira e a baixa execução física correspondem a compras centralizadas e implementação descentralizada em Municípios com baixa capacidade operacional e de gestão. A baixa execução pode ser atribuída ao fato de que 20 unidades do SAMU aguardam habilitação devido a problemas de infra-estrutura, de conformação de equipes e de cumprimento de requisitos legais e de organização das centrais de regulação. Esta dificuldade de efetiva implementação indica a necessidade de uma revisão de processos de trabalho e de implementação de estratégias de suporte e de apoio ao desenvolvimento de capacidade gestora em todas as esferas envolvidas no Programa.

Os recursos orçamentários executados foram suficientes, sendo liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. Contudo, o valor da Gestão e Administração do Programa (GAP) é inadequado ao porte do Programa levando a uma distorção na aplicação de recursos, principalmente das ações de cooperação técnica que passam a ser utilizadas também para custeio administrativo do Programa.

Para fins de monitoramento das ações, são realizadas visitas *in loco* para o acompanhamento da preparação de infra-estrutura, conformação das equipes e o atendimento dos critérios relativos ao funcionamento das unidades do SAMU. Além disso, sistemas informatizados se encontram em implantação tanto para a regulação das urgências como para monitoramento e avaliação das ações. Devem ser utilizados ainda para a articulação com os sistemas administrativos. Registra-se também o fato de que o componente "urgência" faz parte dos relatórios de gestão dos Estados e dos Municípios. São ainda formulados relatórios anuais pela coordenação de urgência do MS, para o acompanhamento da execução pela Casa Civil da Presidência da República, já que se trata de Programa prioritário do Governo.

Os mecanismos de monitoramento permitem a identificação de algumas dificuldades para o alcance da meta proposta, quais sejam:

a) problemas na gestão dos municípios levando à dificuldade no cumprimento dos requisitos para habilitação;

b) atrasos nos processos licitatórios decorrentes de demandas judiciais e impugnações de licitações;

c) baixa capacidade de gestão e implementação nos Municípios e dificuldades de apoio e acompanhamento às ações do Programa por problemas no desenvolvimento dos sistemas de informações para regulação e acompanhamento, e na integração com os sistema de acompanhamento e gestão da produção de serviços do MS;

d) dificuldades de integração e de acompanhamento entre a gerência do Programa e os executores descentralizados, e entre a gerência do Programa e outras ações do departamento relacionadas a gestão hospitalar e ao fortalecimento e organização da rede de serviços. Parte desta dificuldade deve-se ao vulto que tomou a iniciativa SAMU em relação ao conjunto das ações previstas na política de urgência.

No que tange a participação social, como o foco do Programa está na iniciativa do SAMU, com priorização de urgências graves, a interlocução e interação ocorrem com a rede de serviço e com os gestores. A satisfação de seus beneficiários é avaliada no contato dos usuários do Programa por meio do telefone do SAMU 192.

Apesar de o Programa estar baseado em uma meta abrangente de atenção às urgências e emergências, expresso em uma política formalmente definida e divulgada, não houve condições operacionais e capacidade de intervenção suficiente para a realização de ações dos três eixos definidos. Isto levou inicialmente a priorização e depois a concentração apenas no eixo pré-hospitalar móvel. Foram adiadas as ações relacionadas ao pré-hospitalar fixo, a atenção hospitalar em urgência e a estruturação de processos e formação de núcleos de capacitação em urgência. Dessa forma, sugere-se a atualização das ações para correspondência à política proposta.

Os indicadores foram considerados inadequados, portanto devem ser revistos para permitir o acompanhamento dos processos e dos resultados das ações nos três eixos definidos na estruturação da política.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) observa que ações deste Programa serão executadas no Programa Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada, no PPA 2008-2011.

ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE

GERENTE DO PROGRAMA

José Carvalho de Noronha

OBJETIVO

Garantir o acesso e a integralidade dos cuidados em saúde, de forma hierárquica e regionalizada, por meio da redefinição do perfil do serviço de saúde de média e alta complexidade e da mudança do modelo de alocação de recursos.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.239.728.033,00	Empenho Liquidado:	R$ 566.513.673,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 566.513.673,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Índice de Captações de Órgãos e Tecidos – 1/1.000.000	-	-	66.93	6.20	25.00	24,80%
2. Índice de Consultas Especializadas - Consulta *per capita*	-	0.47	0.49	0.37	0.48	77,08%
3. Índice de Transplantes Realizados no Sistema Único de Saúde - 1/1.000.000	-	-	60.50	79.00	120.00	65,83%

1. ÍNDICE DE CAPTAÇÕES DE ÓRGÃOS E TECIDOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Considerando a dimensão de referência e a produção do período, realizou-se 94% do programado, o que equivale a 6,2% em relação ao parâmetro. Foram consideradas, para o índice em questão, apenas as doações a partir de doadores cadáveres.

2. ÍNDICE DE CONSULTAS ESPECIALIZADAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

De acordo com os parâmetros definidos pela Portaria GM nº 1.101, de 12 de junho 2002, onde o número total de consultas especializadas é o equivalente a 22% do total de consultas médicas e considerando a produção no período, realizou-se 90% do programado, o que equivale a 20% do índice (parâmetro) estabelecido.

3. ÍNDICE DE TRANSPLANTES REALIZADOS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Considerando a dimensão de referência e a produção do período, houve um crescimento de 15% acima da produção do ano anterior. Foi projetado o número de transplantes realizados atingindo aproximadamente 15.322.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa foi criado pela necessidade de implantação/implementação de políticas para o enfrentamento dos problemas relacionados à:

a) baixa qualidade do atendimento; iniqüidade no acesso da população aos serviços e ações de saúde;

b) falta de integralidade das ações e serviços de saúde no SUS;

c) insuficiente capacidade instalada da rede de serviços de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar em determinadas regiões.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Implantação de centros de alta complexidade em oncologia (Cacon): há três processos em andamento e dois novos contratos, porém há dificuldade no alcance da meta em virtude da insuficiência de recursos financeiros.

• Operacionalização do Sistema Nacional de Transplantes (SNT) e habilitação da rede de prestadores que realizam transplantes.

• Rede Nacional de Informações em Transplantes – 100% interligada.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

As reuniões de trabalho são tarefas dinâmicas no Departamento de Atenção Especializada, onde o monitoramento das ações programadas é parte integrante do planejamento e adequação das ações executadas. Em casos específicos, como avaliação de unidades para habilitação de serviços de saúde, como no caso da oncologia, são realizadas visitas *in loco*. Além disso, o Departamento de Atenção Especializada, no período de novembro a janeiro de cada ano, elabora em conjunto com a Secretaria de Atenção a Saúde (SAS) seu respectivo relatório de gestão, contemplando inclusive ações e tarefas previstas no PPA.

A execução física foi de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Os recursos orçamentários destinados ao Programa foram considerados insuficientes e seu fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada. A descontinuidade do fluxo financeiro inviabilizou os investimentos na rede federal e gerou gargalos na seleção e no processamento de projetos e demandas de convênios, além de comprometer processos de negociação com Estados e Municípios para projetos com execução por outros mecanismos como a transferência fundo a fundo e o pagamento por procedimentos. Do volume total de recursos alocados no orçamento nesta ação, 89,67% correspondem a convênios. Destes, a execução, considerando empenho, foi de 92,29%. Considerando o valor total e as diferentes modalidades de aplicação, a execução foi de 82,75%.

Os valores da ação de Gestão e Administração do Programa (GAP) também são inferiores ao necessário para a realização das atividades necessárias para a realização do Programa.

Os espaços físicos, bem como os recursos materiais, são insuficientes e/ou inadequados para atender as necessidades operacionais do Departamento e das Coordenações. Há insuficiência de recursos humanos no Departamento, agravada principalmente pela exigência do não vínculo público para a contratação dos consultores e técnicos, o que, agregado à rotatividade desses profissionais, traz como resultado a ampliação dos prazos de execução das ações programadas. Dessa forma, há dificuldade na manutenção de profissionais qualificados.

Neste Programa, a totalidade das ações é de âmbito nacional, sendo que algumas ações são direcionadas a entidades específicas. Ainda que apresente algumas falhas, a integração entre a gerência do Programa e os entes executores ocorreu de maneira satisfatória.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Rotineiramente, o Ministério da Saúde (MS), em especial o Departamento de Atenção Especializada, realiza reuniões com sociedades médicas, associações de pacientes e entidades não-governamentais, além de discussões com o Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Saúde e o Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde, visando estabelecer parcerias para o alcance do objetivo estabelecido para o Programa.

A participação da sociedade no Programa reflete-se de maneira contínua nas ações desenvolvidas pelo MS, uma vez que o resultado das discussões é utilizado na adequação das ações e políticas desenvolvidas por este Ministério.

Da maneira que o Programa está estruturado, evidenciará benefícios à população a médio e longo prazo, tendo em vista que inclui ações que buscam essencialmente aumentar a acessibilidade do público-alvo aos serviços de atenção especializada.

A gerência do Programa destaca a necessidade de melhor especificação de seu público-alvo, tendo em vista o termo "sociedade" ser muito abrangente, de adequação do atual formato do Programa, em virtude da dificuldade de regionalização das ações programadas e de alteração do número de ações previstas no Programa, pois as ações programadas não refletem o total de ações desenvolvidas pelo Departamento para alcançar o objetivo do Programa.

Os indicadores devem ser adequados e ampliados às ações programadas e executadas pelo Departamento, previstas no Programa Mais Saúde (MS) e no Pacto Pela Saúde.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) observa que ações deste Programa serão executadas no Programa Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada, no PPA 2008-2011.

ATENÇÃO HOSPITALAR E AMBULATORIAL NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

GERENTE DO PROGRAMA

José Carvalho de Noronha

OBJETIVO

Ampliar o acesso da população aos serviços ambulatoriais e hospitalares do Sistema Único de Saúde (SUS), na busca da eqüidade, da redução das desigualdades regionais e da humanização de sua prestação.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 22.658.480.497,00	Empenho Liquidado:	R$ 22.166.333.458,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 22.166.333.458,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 250.000.000,00	R$ 551.823.135,00	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Coeficiente de Leitos Disponibilizados – 1/1.000	2.10	-	2.03	2.60	2.60	100%
2. Consulta por Habitante - Consulta *per capita*	1.70	-	2.32	2.00	2.00	100%
3. Taxa de Cobertura de Internação Hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS) - Porcentagem	6.30	-	6.34	7.00	7.00	100%

1. COEFICIENTE DE LEITOS DISPONIBILIZADOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O parâmetro de necessidade de leitos é de 2,5 a 3,0 leitos para cada 1.000 habitantes. Em 2007, o coeficiente de leitos disponibilizados apurado foi de 2,6, alcançando o índice previsto.

2. ÍNDICE DE CONSULTA POR HABITANTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O parâmetro de cobertura de consultas por habitante é de duas a três consultas por habitante por ano. Em 2007, o valor apurado foi de duas consultas por habitante por ano, alcançando o índice previsto.

3. TAXA DE COBERTURA DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

No exercício 2007, a taxa de cobertura de internação foi 7%, considerando o número de internações hospitalares e a população. Este índice indica redução nas hospitalizações, coerente com o fortalecimento da atenção básica e ao crescimento dos atendimentos ambulatoriais no SUS.

CONTEXTUALIZAÇÃO

De acordo com a Constituição Federal de 1988, é dever do Estado o desenvolvimento de políticas públicas que garantam o acesso universal e igualitário da população às ações e serviços de saúde para sua promoção, proteção e recuperação. O financiamento dessas ações e serviços provém dos recursos da seguridade social e de outras fontes, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. O cumprimento desse dever por parte da esfera federal pressupõe o repasse de recursos financeiros federais aos Estados e Municípios para o custeio da atenção à saúde no SUS, bem como a regulação desta atenção como forma de garantir a eqüidade na atenção integral, a redução das desigualdades regionais, e a ampliação do acesso da população às ações e serviços de saúde.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Ampliação e qualificação do acesso da população aos serviços de assistência à saúde.
Implantação de complexos reguladores que tem por objetivo final regular o acesso da população aos serviços e organizar o seu fluxo.

DESEMPENHO DO PROGRAMA
Principais restrições e providências adotadas

Na Ação Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde, a meta adotada tem por unidade de medida o número de atendimento prestado pelos hospitais da Rede Sarah. Esta meta não expressa corretamente o que se pretende monitorar e avaliar por apresentar um erro conceitual na sua formulação. No que diz respeito às formas de prestação de serviços de assistência à saúde, há uma diferença entre "procedimento

realizado" e "atendimento realizado". O que se deve monitorar, neste caso, é o número de procedimentos realizados, por expressar melhor o objeto do contrato de gestão firmado entre o MS e a Rede Sarah. Uma das metas de avaliação do contrato denominada "serviços prestados" é medida pelo número de procedimentos realizados pelos hospitais que compõem a Rede Sarah. No ano de 2007, a meta é de 11.813.379 procedimentos, número que poderá ser verificado nos bancos de dados nacionais – Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e SUS – assim que sua base estiver completa.

A meta física da ação não expressa o que se pretende avaliar. A Rede Sarah de Hospitais do Aparelho locomotor firmou um contrato com o MS em que uma das metas de avaliação do contrato é quantificada por meio de "procedimentos realizados". O MS conta com o SIA, SIH e SUS, que são sistemas informatizados capazes de monitorar, por meio do registro da produção, o desempenho de todos os prestadores de serviços do SUS, onde a produção é medida por "procedimento realizado", sendo impossível a extração da informação por "atendimento realizado".

Este Programa tem como objetivo a descentralização de recursos para Estados, Municípios e o Distrito Federal, visando a ampliação do acesso da população aos serviços de saúde. O MS desenvolveu os SIA, SIH e SUS, de alimentação obrigatória pelos gestores locais do SUS, onde consta a produção de todos os estabelecimentos de saúde que prestam serviços ao SUS. Por meio deles pode-se verificar, entre outras coisas, se a população está sendo atendida.

A execução física das ações ficou acima de 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Os recursos orçamentários destinados ao Programa foram suficientes, sendo liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação, sendo que os recursos da ação de Gestão e Administração do Programa (GAP) foram executados integralmente com publicações, eventos, passagens, diárias e com a efetivação de um termo de ajuste ao termo de cooperação técnica com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). O valor da ação GAP foi compatível com a execução do Programa.

Quanto aos recursos humanos das equipes executoras, observa-se a existência de poucos técnicos qualificados e capacitados para a execução do Programa.

O Programa viabiliza, ainda, o custeio de todas as ações especializadas no âmbito do SUS. A Ação Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade, em especial, trata da transferência direta de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde (FNS) aos fundos estaduais e municipais para o custeio da atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar de forma descentralizada.

Os gestores estaduais e municipais de saúde alimentam periodicamente os sistemas de informação hospitalar e ambulatorial do SUS - SIH, SIA e SUS – com toda a produção em saúde realizada pelos prestadores de serviços que estão sob sua gestão.

Em termos de multissetorialidade, vale ressaltar a Ação Atenção à Saúde das Populações Ribeirinhas da Região Amazônica Mediante Cooperação com a Marinha do Brasil, que trata da transferência de recursos financeiros, por meio de um convênio, para que a Marinha do

Brasil realize o atendimento a população ribeirinha da Amazônia abrangendo cinco Estados da região Norte do País. Até 2007, os relatórios fornecidos pela Marinha do Brasil não estavam em formato compatível com os sistemas de informação ambulatorial e hospitalar do SUS, porém, o MS e a Marinha do Brasil já estão reunindo esforços para adequar as informações sobre os procedimentos realizados nos navios de assistência hospitalar.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O MS possui o serviço de Ouvidoria, que é um canal de articulação entre o cidadão que exerce seu papel no controle social e a gestão pública de saúde, com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo SUS. Entre suas atribuições estão o recebimento das solicitações, reclamações, denúncias, elogios e sugestões encaminhadas pelos cidadãos e encaminhamento ao conhecimento dos órgãos competentes.

O SUS utiliza o mecanismo de consultas públicas para colher contribuições, tanto de setores especializados quanto da sociedade em geral, sobre as políticas e os instrumentos legais que orientarão as diversas ações no campo da saúde no País. A ferramenta de consulta pública abre a possibilidade de uma ampla discussão sobre diversos temas na área de saúde, permitindo que todo cidadão participe e contribua na construção do sistema de saúde brasileiro. Por meio da consulta pública, o processo de elaboração do documento é democrático e transparente para a sociedade.

Cabe ao Conselho Nacional de Saúde (CNS) deliberar sobre a formulação de estratégia e controle da execução da política nacional de saúde em âmbito federal e sobre critérios para a definição de padrões e parâmetros assistenciais. Além disso, o CNS:

a) manifesta-se sobre a Política Nacional de Saúde (PNS) e decide sobre os planos estaduais de saúde;

b) quando solicitado pelos Conselhos Estaduais de Saúde resolve divergências levantadas pelos Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde, bem como por órgãos de representação na área da saúde;

c) realiza o credenciamento de instituições de saúde que se candidatem a realizar pesquisa em seres humanos;

d) estabelece as diretrizes a serem observadas na elaboração dos planos de saúde em função das características epidemiológicas e da organização dos serviços;

e) acompanha a execução do cronograma de transferência de recursos financeiros, consignados ao SUS, aos Estados, Municípios e Distrito Federal;

f) aprova os critérios e valores para a remuneração dos serviços e os parâmetros de cobertura assistencial;

g) acompanha e controla as atividades das instituições privadas de saúde, credenciadas mediante contrato, ajuste ou convênio;

h) acompanha o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica na área de saúde, para a observância de padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sócio-cultural do País.

A participação social, entre outros aspectos, contribuiu para a implementação de políticas e programas de saúde, para adequação das práticas em saúde e para o aperfeiçoamento da gestão no SUS.

O MS desenvolveu o Programa Nacional de Avaliação de Serviços de Saúde (PNASS) que dispõe de um módulo chamado avaliação da satisfação do usuário. Atualmente o Programa está passando por uma reformulação.

Há necessidade de substituição do texto referente à finalidade da Ação 6217 - Atenção à Saúde nos Hospitais da Rede Pública Federal, pela seguinte redação: garantir a oferta de ações e serviços de saúde nos Hospitais e Institutos da rede própria do Ministério da Saúde e no Grupo Hospitalar Conceição, como a realização de consultas especializadas, internações, cirurgias e transplantes, além de, no caso dos Institutos (INTO, INCA e INCL), promover as condições necessárias para que os mesmos possam desenvolver, nas suas respectivas especialidades, ações relacionadas à avaliação técnica de unidades/serviços que solicitam credenciamento em alta complexidade; à expansão da oferta de serviços; à formação de pesquisadores; entre outras, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) observa que ações deste Programa serão executadas no Programa Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada, no PPA 2008-2011.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE

GERENTE DO PROGRAMA

Reinaldo Felippe Nery Guimarães

OBJETIVO

Desenvolver e fomentar a pesquisa e a inovação tecnológica no setor de saúde e promover sua absorção pelas indústrias, pelos serviços de saúde e pela sociedade.

PÚBLICO-ALVO

Unidades gestoras e executoras do Sistema Único de Saúde (SUS), usuários dos serviços de saúde, instituições e organizações de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (C&TI/S) e profissionais de saúde, de ciência e tecnologia e inovação em saúde

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 241.755.488,00	Empenho Liquidado:	R$ 229.673.929,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 229.673.929,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Índice de Pesquisas Publicadas em Revistas de Relevante Importância para a Comunidade Científica - Porcentagem	-	86.80	71.00	90.60	80.00	113,25%
2. Número de Insumos e Produtos de Saúde Desenvolvidos pela Fiocruz – Unidade	-	2.00	2.00	16.00	19.00	84,21%
3. Número de Métodos e Processos em Saúde Pública Desenvolvidos pela Fiocruz – Unidade	-	34.00	26.00	63.00	50.00	126%
4. Número de Patentes Depositadas – Unidade	-	3.00	63.00	178.00	4.00	4.450%
5. Número de Pesquisas Realizadas na Região Nordeste – Unidade	-	137.00	70.00	162.00	210.00	77,14%
6. Número de Pesquisas Realizadas na Região Norte – Unidade	-	69.00	24.00	27.00	97.00	27,84%
7. Número de Pesquisas Realizadas na Região Sudeste – Unidade	-	2750.00	797.00	674.00	1313.00	51,33%

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
8. Taxa de Gasto Público com Pesquisas que Correspondam à Agenda de Prioridades de Pesquisa em Saúde - Porcentagem	-	-	50.00	100.00	50.00	200%
9. Taxa de Projetos de Pesquisa ou Desenvolvimento Tecnológico Executados pela Fiocruz alinhados com a Agenda Nacional de Pesquisa em Ciência & Tecnologia em Saúde - Porcentagem	-	100.00	100.00	100.00	100.00	100%

1. ÍNDICE DE PESQUISAS PUBLICADAS EM REVISTAS DE RELEVANTE IMPORTÂNCIA PARA A COMUNIDADE CIENTÍFICA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Considera-se que o índice de pesquisas publicadas também demonstra o bom desempenho científico da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

2. NÚMERO DE INSUMOS E PRODUTOS DE SAÚDE DESENVOLVIDOS PELA FIOCRUZ

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Considera-se que o número de insumos foi bem estimado e reflete a produção científica da Fiocruz.

3. NÚMERO DE MÉTODOS E PROCESSOS EM SAÚDE PÚBLICA DESENVOLVIDOS PELA FIOCRUZ

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Considera-se que o número de métodos e processos apresentados reflete a produção científica da Fiocruz.

4. NÚMERO DE PATENTES DEPOSITADAS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O número de patentes foi subestimado quando da elaboração do PPA. O alcance acima da meta retrata a importante produção de patentes pelos cientistas da Fiocruz.

5. NÚMERO DE PESQUISAS REALIZADAS NA REGIÃO NORDESTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Estes dados demonstram que a Fiocruz priorizou a questão de trabalhar as desigualdades e iniqüidades do fomento à pesquisa numa região ainda carente de avanços científicos.

6. NÚMERO DE PESQUISAS REALIZADAS NA REGIÃO NORTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Estes dados espelham a necessidade de uma política de incentivo às regiões com carência na questão da produção científica e retratam a dificuldade inerente ao fomento à pesquisa na região Norte.

7. NÚMERO DE PESQUISAS REALIZADAS NA REGIÃO SUDESTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A região Sudeste, tradicionalmente, agrega os maiores centros de pesquisa científica e tecnológica do País. Os dados apresentados ficaram abaixo do esperado sugerindo que a priorização da Fiocruz foi distribuir o fomento a outras regiões do País.

8. TAXA DE GASTO PÚBLICO COM PESQUISAS QUE CORRESPONDAM À AGENDA DE PRIORIDADES DE PESQUISA EM SAÚDE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A Agenda Nacional de Pesquisa em Ciência & Tecnologia em Saúde foi construída de maneira participativa, entre gestores, pesquisadores e usuários, de forma a compor uma vasta gama de temas atendendo toda a cadeia de conhecimento. O alcance do índice acima do esperado revelou que as metas estavam subestimadas além de comprovar a abrangência e importância da Agenda.

9. TAXA DE PROJETOS DE PESQUISA OU DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO EXECUTADOS PELA FIOCRUZ ALINHADOS COM A AGENDA NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA & TECNOLOGIA EM SAÚDE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A Agenda Nacional de Pesquisa em Ciência & Tecnologia em Saúde foi construída de maneira participativa, entre gestores, pesquisadores e usuários, de forma a compor uma vasta gama de temas atendendo toda a cadeia de conhecimento. O alcance do índice pela Fiocruz espelha sua atuação científica além de respaldar a importância e abrangência da Agenda.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A ausência de uma política pública e explícita de pesquisa em saúde, orientada pelas necessidades de saúde da população vem impedindo o aproveitamento do conjunto das potencialidades do esforço brasileiro em ciência, tecnologia e inovação e dificultando a adequada mobilização de recursos de incentivo. Nesse contexto, a definição de uma política de C&TI/S deve tratar de uma agenda que incorpore potencialmente todo o leque de pesquisa científica e tecnológica que tenha como finalidade imediata ou mediata o contribuir para a melhoria do estado de saúde da população brasileira.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Programa Pesquisa para o SUS (PPSUS) - 531 projetos.

- Projetos apoiados por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – 69 projetos.

- Projetos apoiados por meio do Fundo Nacional de Saúde (FNS) - dois projetos.

- Projetos apoiados por meio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) - 20 projetos.

- Apoio a eventos científicos em saúde – 57 eventos.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O alcance de mais de 100% da meta deve-se ao fato de os recursos para projetos de pesquisa terem sido distribuídos, preferencialmente, através de chamadas públicas, o que propiciou que um maior número de propostas fossem avaliadas e fosse contratado um maior número de projetos com otimização dos recursos.

Para otimização das ações de avaliação e acompanhamento são realizados seminários para monitoramento dos projetos, onde os mesmos são agrupados segundo sua temática. Desta forma, técnicos do Departamento de Ciência e Tecnologia, das áreas técnicas do Ministério da Saúde (MS) e consultores com notório saber juntos acompanham e avaliam o andamento dos projetos apoiados.

Os técnicos do Departamento de Ciência e Tecnologia, periodicamente, visitam as instituições executoras dos projetos financiados para acompanhamento das ações desenvolvidas e, sempre que necessário, são convidados consultores *ad hoc* com expertise no tema em que o projeto é desenvolvido. Além disso, o Departamento de Ciência e Tecnologia está construindo um sistema de informação em que todas as ações e os projetos apoiados serão monitorados.

Atualmente, o Departamento insere, periodicamente, um conjunto de informações sobre o andamento das ações programáticas a que tem responsabilidade, no Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação de Ações em Saúde (SISPLAM). Ao final de cada ano, o Departamento produz um relatório de gestão, rico em informações, para que os gestores e pesquisadores tenham pleno conhecimento sobre as ações desenvolvidas durante o ano em exercício. Além dos instrumentos citados, é importante salientar que o monitoramento do desempenho físico é realizado de forma descentralizada, pois o Programa não está restrito a apenas um órgão: desenvolve-se em institutos, secretarias e fundações distintas. Sendo assim, cada local acompanha e monitora seus produtos de acordo com seu plano de trabalho. Porém, o MS possui um SISPLAM, em que cada órgão responsável pela ação insere seu conjunto de informações.

Os recursos orçamentários destinados ao Programa foram considerados suficientes, sendo liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação.

A execução física ficou entre 80% e 100% devido a algumas devoluções de crédito no final do exercício. Estas devoluções deveram-se ao atraso no processo de construção de alguns convênios, mas não prejudicaram o andamento do Programa. As ações que foram implementadas junto a outros Ministérios foram desenvolvidas de forma produtiva e com grande integração entre as partes, obtendo resultados efetivos para a construção de uma política nacional de ciência e tecnologia.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Muitas atividades efetuadas exigiram elaborar uma consulta pública, como foi o caso de elaboração de política nacional de ciência e tecnologia em saúde e da Política Nacional de Gestão de Tecnologias em Saúde (PNGTS).

Foram realizadas reuniões com gestores e pesquisadores de área da saúde para definição de prioridades de pesquisa em saúde a serem contempladas nos editais lançados e seminários para avaliação dos projetos financiados.

Alguns projetos de pesquisa e editais fomentados pelo Departamento de Ciência e Tecnologia são realizados com financiamento em parceria com os fundos setoriais do Ministério da Ciência e Tecnologia. Estas parcerias exigem discussões em conjunto para formalização do fomento e acompanhamento das ações.

A construção da Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde e da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde foi feita com participação de gestores, pesquisadores, profissionais da área da saúde e usuários, em conferências municipal, estadual e nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde. Todas as agendas estaduais do PPSUS, realizadas em todas as 27 Unidades da Federação são feitas através de seminários conjuntos com as áreas afins do MS, Secretarias Estaduais de Saúde e fundações de apoio à pesquisa dos Estados.

O Programa realiza, anualmente, seminários estaduais e nacionais para avaliação de pesquisas e gestão das ações de ciência e tecnologia. Seminários de avaliação de resultados, seminários para construção participativa dos editais de pesquisa a serem lançados anualmente e seminários de planejamento da gestão, com a participação de consultores experientes em cada tema, são exemplos de boas práticas de gestão apresentadas no Programa.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) esclarece que a denominação deste Programa foi alterada para Ciência, Tecnologia e Inovação no Complexo da Saúde, no PPA 2008-2011.

CONTROLE DA TUBERCULOSE E ELIMINAÇÃO DA HANSENÍASE

GERENTE DO PROGRAMA

Gerson Oliveira Penna

OBJETIVO

Prevenir e controlar a tuberculose e outras pneumopatias de interesse em saúde pública e eliminar a hanseníase.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 47.740.600,00	Empenho Liquidado:	R$ 38.521.077,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 38.521.077,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Coeficiente de Detecção de Hanseníase em Menores de 15 Anos – 1/10.000	-	-	0.57	0.38	0.75	50,67%
2. Coeficiente de Prevalência de Hanseníase - 1/10.000	1.67	1.48	1.41	1.65	1.40	-
3. Taxa de Cura da Tuberculose - Porcentagem	73.00	73.10	81.81	47.90	80.00	59,88%
4. Taxa de Cura de Hanseníase - Porcentagem	69.27	69.24	75.25	66.00	90.00	73,33%
5. Taxa de Municípios Prioritários do Plano Nacional de Controle da Tuberculose (PNCT) Utilizando Tratamento Supervisionado – Porcentagem	-	63.80	86.70	91.40	50.00	182,80%

1. COEFICIENTE DE DETECÇÃO DE HANSENÍASE EM MENORES DE 15 ANOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Dados parciais. A meta poderá ser alcançada. O indicador que considera menores de 15 anos está adequado e expressa melhor o comportamento das fontes de infecção. A sua redução é lenta e deve ser considerado em uma série histórica de 10 anos. Nesse caso já há indícios

de que no Brasil (8% de casos em menores de 15 anos) começa a se observar a sua redução, embora ainda mantendo altos índices nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

2. COEFICIENTE DE PREVALÊNCIA DE HANSENÍASE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Dados parciais. A meta não será alcançada, tendo em vista que houve um erro na concepção da linha de base do indicador em 2004. A linha de base de 2004 foi corrigida passando de 1,71 para 3,2.

Registra-se que a expectativa é a tendência decrescente do índice deste indicador ao longo do tempo.

3. TAXA DE CURA DA TUBERCULOSE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Dados parciais. É importante ressaltar que devido à implantação do novo aplicativo do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), os dados gerados pelo sistema ainda são parciais, pois há problemas operacionais no recebimento no nível nacional. Além disso, há pendências na alimentação das informações por parte de Estados/Municípios.

4. TAXA DE CURA DE HANSENÍASE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Dados parciais. A previsão é que a meta se aproxime do resultado obtido em 2006, qual seja, a manutenção de 85% de cura. Os dados apresentados até o momento são preliminares, sem a consolidação total das saídas dos registros ativos. É importante ressaltar que o índice previsto para 2007 de 90% foi superestimado e alcançado apenas por cinco Unidades da Federação em 2006. Além disso, a solução de continuidade no fornecimento de medicamentos pela Organização Mundial de Saúde (OMS) pode comprometer os resultados indicados.

5. TAXA DE MUNICÍPIOS PRIORITÁRIOS DO PLANO NACIONAL DE CONTROLE DA TUBERCULOSE (PNCT) UTILIZANDO TRATAMENTO SUPERVISIONADO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A meta foi superada. Os resultados foram obtidos antes do prazo estabelecido.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A tuberculose continua sendo um grave problema de saúde no Brasil. Segundo os critérios da OMS, o País está entre os 22 países de maior carga da doença no mundo. Atinge principalmente a população em idade mais produtiva e nos grupos humanos com piores condições sócio-econômicas, causando repercussões na vida pessoal e familiar do doente, principalmente, no aspecto financeiro e na capacidade produtiva do País. Anualmente são descobertos no Brasil cerca de 90.000 casos novos de tuberculose causando 6.000 óbitos pela doença. A epidemia da aids e o surgimento de bacilos multirresistentes são fatores que poderão dificultar o efetivo controle da tuberculose. As pneumopatias de interesse em saúde pública ocupam o segundo lugar dentre as causas de internação no Sistema Único de Saúde (SUS). O Brasil detém o segundo maior número de casos de hanseníase sendo o primeiro das Américas com a prevalência de 77.558 casos (4,44/10.000 habitantes) e detecção de 41.402 casos (2,37/10.000 habitantes) até 2002. As dermatoses de interesse em saúde pública ocupam a quarta colocação na busca aos serviços de saúde.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Tuberculose:

a) detecção de mais de 80% dos casos estimados de tuberculose. Com a nova estimativa de detecção, o Brasil passou a alcançar mais de 80% de casos notificados, fazendo com que a cadeia de transmissão do bacilo possa ser quebrada mais rapidamente;

b) continuação da queda da incidência anual de tuberculose no Brasil. As taxas estão diminuindo anualmente, em média 2,8% para todas as formas e 3,7% para a forma pulmonar com baciloscopia positiva;

c) aumento das unidades de saúde que fazem o tratamento supervisionado de tuberculose.

- Hanseníase, em que esta ação está relacionada ao indicador do pacto (porcentagem de cura entre os casos diagnosticados), sendo o único indicador com dados disponíveis, já que os demais estão dependendo de sua consolidação final. O Programa Nacional de Controle da Hanseníase (PNCH) vem trabalhando de forma estreita com o Departamento de Atenção Básica (DAB) para ampliar a cobertura de forma sustentável. Da mesma forma, vem discutido com o DAB e as Secretarias Estaduais de Saúde (SES) e as Secretarias Municipais de Saúde (SMS) novas estratégias de cobertura em áreas de assentamento nos Estados das regiões Centro-Oeste e Norte principalmente. O foco na meta de detecção precoce de casos novos implica na divulgação intensiva de sinais e sintomas da hanseníase no País. A Rádio Saúde no sítio da Secretaria de Vigilância Sanitária (SVS-hanseníase) tem veiculado entrevistas sobre hanseníase. As ações de mobilização social envolvendo parcerias da sociedade apresentaram resultados surpreendentes, como a produção de 1.000 cartões telefônicos a serem veiculados em 10 Estados endêmicos. Estabeleceu-se articulação com

a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGETS/MS) e o Ministério da Educação (MEC) para melhor utilização do ensino a distância e outras estratégias para melhoria da formação e da educação permanente.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Para o Programa Nacional de Controle da Tuberculose existem dois indicadores no PPA e desses um foi alcançado antes mesmo do ano de 2007. O outro indicador (taxa de cura) depende da informação dos Municípios/Estados, além da atualização de um banco de dados. Esse banco de dados, no último ano do PPA, passou por alteração na sua plataforma, gerando algumas dificuldades na sua alimentação, fator esse que fez com que a taxa de cura não fosse alcançada. Os dados da hanseníase ainda são parciais, pois se trata de uma doença de longo tempo de evolução com período de tratamento mínimo de seis meses.

Em termos de mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações, tem-se, no que diz respeito à tuberculose, a realização de oficina de mobilização e monitoramento das atividades dos Programas com a presença de Secretários Estaduais e Municipais de Saúde, bem como profissionais ligados ao Programa de controle da tuberculose. Com relação à hanseníase, há reuniões estaduais de avaliação, reuniões macro-regionais, reunião do comitê assessor nacional, reunião nacional com todos os sustentadores técnicos e parcerias, anualmente. Realizam-se, ainda, visitas técnicas a vários Estados e Municípios.

Há, também, além da elaboração de relatório de gestão anual, um sistema informatizado (Sinan) que acumula informações dos pacientes desde a entrada até o término do tratamento. Além disso, o MS desenvolveu o Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação de Ações em Saúde (SISPLAM). Esse sistema alimenta o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) mensalmente.

A execução física foi de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. O alcance de 100% da meta só não foi possível devido à dependência da alimentação das informações por parte de Estados e de Municípios e a problemas no sistema de informação.

Os recursos foram suficientes, sendo liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação, que sofreu atraso em sua execução em função da demora na aprovação do orçamento 2007. O atraso na votação prejudicou o repasse completo de recursos, gerando a necessidade de reprogramação de atividades e fontes de financiamento.

Os gastos com as despesas administrativas contribuíram significativamente para a execução das ações do Programa. Os principais objetos de gasto foram: passagens aéreas para servidores e colaboradores, diárias de servidores e colaboradores eventuais, contratos temporários, locação de imóvel para alojar parte da Secretaria de Vigilância em Saúde, publicação de manuais e revistas técnicas, eventos e reuniões técnicas, e transporte de insumos estratégicos (medicamentos, entre outros).

Equipamentos de informática e materiais permanentes foram insuficientes e inadequados. Em 2007, o Programa Nacional de Controle da Tuberculose (PNCT) passou a ocupar uma área maior e teve uma parte de seus equipamentos trocada e ampliada. Contudo, ainda faz-se necessária a troca do restante dos equipamentos, que estão obsoletos. No final de 2007, a equipe foi incrementada, passando a necessitar de um maior espaço e equipamentos mais modernos. Para as ações relacionadas à tuberculose, o espaço físico foi insuficiente e inadequado. Além disso, faz-se necessária a ampliação da equipe técnica, tendo em vista o longo período sem realização de concurso público. Faltam recursos humanos para supervisionar, monitorar e avaliar as ações nos estados. É importante ressaltar que devido à alta rotatividade de profissionais e à precariedade das relações trabalhistas, não há garantia de que, após a realização das qualificações, que são desenvolvidas pela SVS, os recursos humanos permanecerão na área, gerando a necessidade de novas capacitações.

Quanto à existência de problemas na celebração de convênios na gerência, houve instituições não contempladas por dificuldades no cumprimento das exigências administrativas, além da abertura tardia do Sistema de Gestão Financeira e de Convênios (GESCON).

Quanto a dificuldades em licitações e celebração de contratos, não ocorreram algumas licitações significativas para o PNCT, ocasionando a falta de microscópios para os laboratórios realizarem o diagnóstico, de equipamentos como computadores e impressoras para renovar os que já estão obsoletos no PNCT, além da impossibilidade de equipar alguns Municípios prioritários para as ações relacionadas à tuberculose com computadores que utilizam o Sinan. O Sinan apresentou problemas no ano de 2007, inviabilizando uma melhor análise da informação e conseqüente cumprimento de meta.

Quanto às ações relacionadas à hanseníase, foram trabalhadas várias iniciativas de aproximação entre a gerência nacional e as estaduais. Porém, a falta de autonomia das gerências técnicas estaduais e municipais é muito grande.

O Sistema de informação das ações referentes à tuberculose apresentou problemas no ano de 2007, o que inviabilizou uma melhor análise das informações e conseqüentemente a apuração dos resultados, prejudicado o cumprimento das metas. Para as ações relacionadas à hanseníase, embora o PNCH trabalhe de forma integrada com o Departamento de Assistência Farmacêutica (DAF), ressente-se de melhor controle e acompanhamento da gestão de medicamento no País. Da mesma forma, com o Sinan e com o DAB os resultados foram mais palpáveis, mas ambos dependem das gerências correspondentes nos Estados. Logo, as informações são disponibilizadas, há integração com o DAF, mas ainda requer-se uma melhoria na qualidade das informações.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Em relação às parcerias não-governamentais, tem-se:

a) Tuberculose, em que as parcerias existem, mas ainda trabalham com execução de seus próprios orçamentos. As tarefas realizadas por eles contribuem positivamente

para as metas do Programa, pois trabalham diretamente no apoio ao diagnóstico e tratamento em algumas regiões brasileiras;

b) Hanseníase, em que as ONGs internacionais de apoio à hanseníase são regidas pela Federação Internacional de Associações anti-Hanseníase (ILEP), que tem atuado em consonância com as diretrizes nacionais do PNCH. Todas as UFs recebem algum suporte para as ações prioritárias e isso tem facilitado a implementação das ações em Estados e Municípios. O redirecionamento da meta de monitoramento facilitou essa parceria. Vale ressaltar que, apesar de positiva, a ajuda da NOVARTIS, com a doação de medicamentos, trouxe sérios danos à execução da ação mais resolutiva, ou seja, o tratamento de casos de hanseníase, tendo em vista a ocorrência de vários problemas, como retardo no envio dos medicamentos e existência de documentação de importação incompleta;

c) como mecanismos de participação social, pode-se citar para a tuberculose, a participação da sociedade civil nas reuniões de avaliação do Programa e nas discussões do Comitê Técnico Assessor como membro, e para a hanseníase a participação dos representantes do usuário, tais como o Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (MORHAN);

d) as discussões em conselhos setoriais ocorrem para a tuberculose por meio de apresentações nas reuniões do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e sensibilização de conselheiros nos Estados através de capacitação de membros na situação da tuberculose, e para a hanseníase o MORHAN tem representantes no CNS e em diversos conselhos regionais.

Houve, ainda, a criação da Parceria Brasileira Contra a Tuberculose, com uma proposta inovadora para sensibilizar e obter o apoio do maior número de instituições interessadas no controle da tuberculose no Brasil.

Ocorreu também a expansão das ações do Programa para setores ampliados da população, além da intensificação dessas ações para populações excluídas.

As ações relacionadas à hanseníase obtiveram a adesão de pessoas de vulto nacional (artistas e outros setores da área social), espaço na mídia e parcerias com outros movimentos.

No que se refere à satisfação de seus beneficiários, o PNCT não possui dispositivos para avaliar a satisfação dos beneficiários diretamente, porém, avaliam-se os indicadores do Programa. Para as ações referentes à hanseníase, existem pesquisas operacionais em alguns Estados, mas não em âmbito nacional.

Quanto às boas práticas de gestão, há, nas ações referentes à tuberculose, gestão participativa e articuladas com várias esferas da gestão. Para as relacionadas à hanseníase, existem Estados com experiências de qualidade da atenção, especialmente no tratamento e reabilitação, que são exemplos a serem replicados. Em muitos, entretanto, o apoio de ONGs ainda

é substancial. Cita-se o Programa desenvolvido no Distrito Federal (DF), que por não apresentar tal dependência é mais sustentável.

Observa-se, por fim, no que diz respeito às ações relacionadas à eliminação da hanseníase, a necessidade de melhor aproveitamento dos resultados das pesquisas operacionais.

Requer-se alteração do objetivo do Programa, por ser considerado inadequado e ter meta superestimada. Trata-se de uma meta proposta em 1991 pela OMS, para ser alcançada em 2000, no bojo do Saúde para Todos no Ano 2000 significando a redução da magnitude do problema ao atingir índices menores de um caso/10.0000 habitantes, utilizando a prevalência pontual de casos em tratamento. A meta foi alcançada mundialmente, mas a mesma redução não se observou no número de casos novos, o indicador é considerado mais fidedigno para expressar a endemicidade de uma região.

Em relação a Hanseníase, é preciso redirecionar ações da eliminação baseada na prevalência, para as ações visando a redução da incidência em especial em menores de 15 anos e o fortalecimento da vigilância das fontes de infecção.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) esclarece que as ações deste Programa serão executadas no Programa Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos, no PPA 2008-2011.

EDUCAÇÃO PERMANENTE E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

GERENTE DO PROGRAMA

Francisco Eduardo de Campos

OBJETIVO

Promover a qualificação e a educação permanente dos profissionais da saúde do Sistema Único de Saúde (SUS).

PÚBLICO-ALVO

Profissionais da saúde das três esferas de governo

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 420.215.150,00	Empenho Liquidado:	R$ 384.553.760,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 384.553.760,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Cobertura de Capacitação dos Profissionais de Saúde – Porcentagem	-	75.00	28.00	70.00	75.00	93,33%
2. Taxa de Qualificação de Profissionais da Área de Enfermagem como Auxiliar de Enfermagem – Porcentagem	-	92.60	51.00	100.00	100.00	100%

1. TAXA DE COBERTURA DE CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O cálculo é feito de acordo com a relação percentual entre o número de profissionais capacitados/qualificados e o número de profissionais do SUS, de acordo com o censo do IBGE, atendidos no período referente ao PPA 2004-2007. O índice ficou próximo da meta prevista.

2. TAXA DE QUALIFICAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DE ENFERMAGEM COMO AUXILIAR DE ENFERMAGEM

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Para o alcance dos objetivos do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem (PROFAE) foi definida a meta de qualificar 225 mil atendentes de enfermagem para dar cumprimento a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986. Foram qualificadas 321.189 atendentes de enfermagem.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Necessidade de construir uma Política de Educação Permanente que articule gestores e instituições de ensino e pesquisa para o desenvolvimento dos trabalhadores da saúde e a melhoria constante da Atenção à Saúde e do SUS, possibilitando a reflexão crítica sobre as práticas e transformações dos modos de organização da atenção à saúde.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Implementação de 90 projetos do Programa Pró-Saúde, cujo objetivo geral é a construção ou aprofundamento da integração ensino-serviço, visando a reorientação da formação profissional, assegurando uma abordagem integral do processo saúde-doença com ênfase na atenção básica, promovendo transformações nos processos de geração de conhecimentos, ensino-aprendizagem e de prestação de serviços de saúde à população com apoio às transformações do processo de formação para uma abordagem integral do processo de saúde-doença. Dentre esses projetos, 27 são de enfermagem, 38 de medicina e 25 de odontologia.

• Publicação da Portaria Interministerial nº 3.019, 23 de novembro de 2007, que estende o Programa Pró-Saúde para outros cursos da área da saúde.

• O Ministério da Saúde (MS), através da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES) e do Departamento de Atenção Básica (DAB) da Secretaria de Atenção à Saúde (DAB/SAS) e o Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Superior (SESu) e da Secretaria de Educação à Distância (SEED), propuseram uma parceria interministerial para o desenvolvimento da tele-medicina aplicada à educação na área da saúde.

• Encontram-se em implementação projetos dos Núcleos do Projeto Tele Saúde, projetos da Rede Inova RH e projetos do Rede de Ensino para Gestão Estratégica do SUS (REGESUS).

• O MS, cumprindo o seu papel de gestor federal, elaborou através do Departamento de Gestão da Educação na Saúde (DEGES) e da SGTES as portarias que regulamentam a lei e subsidiam o financiamento das residências multiprofissionais em saúde, a saber: Portaria nº 1.111, 05 de julho de 2005, Portaria nº 1.143, de 23 de junho de 2005, e Portaria Interministerial nº 2.117, de 04 de novembro de 2005. Em 2007, foram apoiados 44 projetos de residência com a previsão de capacitar 981 profissionais.

• Quanto à formação de profissionais técnicos em saúde a SGTES implementa projetos relacionados aos programas/projetos: Agentes Comunitários de Saúde (ACS) - 193.000; Programa de Formação de Agentes Locais de Vigilância em Saúde (PROFORMAR) - 16.810; técnicos de higiene dental e auxiliares de consultório dentário (THD/ACD) - 19.743; PROFAE - 321.189, Formação Pedagógica - 17.966.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa alcançou seu objetivo fundamental que é a melhoria da qualidade da formação dos atuais e futuros profissionais, promoveu o desenvolvimento dos profissionais já inseridos no SUS, bem como a formação para a gestão social das políticas públicas. Todos esses resultados foram fundamentais para a consolidação e qualificação do SUS.

No que se refere ao monitoramento das ações, os técnicos do DEGES acompanham a execução/implementação dos projetos realizando oficinas de trabalho, reuniões com os responsáveis e visitas *in loco* para assegurarem o andamento e alcance dos resultados esperados. Além disso, existem na SGTES vários sistemas de acompanhamento e monitoramento dos projetos, dentre os quais podemos destacar: Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), Sistema de Gestão e de Convênios (GESCON), Sistema de Informações Gerencias e de Planejamento (SIGPlan), Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação de Ações em Saúde (SISPLAM), Sistema de Informações Contábeis e Financeiras da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (SICOF/UNESCO), SGTES, SIG-PROFAE, Sistema de Informação da Educação Tecnológica e Profissional (SIEP) e Sistema Informatizado de Informações da Educação Superior (SIEVS). Anualmente, é elaborado o relatório de gestão, no qual estão relacionadas todas as ações desenvolvidas pela Secretaria. O monitoramento é sistemático e mensal, sendo realizado por meio de acompanhamento das atividades implementadas via Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), UNESCO e Fundo Nacional da Saúde (FNS).

Apesar de as metas físicas não terem sido revistas após o corte nos orçamentos anuais, sua execução ficou acima de 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Logo, pode-se considerar que os recursos orçamentários executados foram suficientes, sendo liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação.

Não houve problemas com relação às despesas administrativas, porém a situação enfrentada pelo MS acerca do seu quadro de pessoal interfere na qualidade da execução do Programa, tendo em vista as incertezas geradas pelos vínculos com organismos internacionais e contratos temporários.

Apesar de muitas instituições atrasarem a prestação de contas referente a convênios e contratos, atrasando a execução do projeto, o Programa alcançou os resultados esperados. Tal fato se deve, em boa parte, à integração contínua entre os entes executores para que sejam alcançadas as metas previstas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O desempenho de parceiros não-governamentais atendeu às expectativas na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas.

O Programa contempla ações específicas voltadas à promoção e qualificação da participação social, através do apoio ao fortalecimento dos movimentos sociais que lutam por saúde. Junto ao Conselho Nacional de Saúde (CNS), a Comissão Interministerial de Recursos Humanos (CIRH), reúne-se mensalmente para avaliar, discutir e propor iniciativas para a implementação do Programa. Também nas instâncias que propõem e demandam ações dentro do Programa, os movimentos sociais e os Conselhos Estaduais de Saúde e os Conselhos Municipais de Saúde têm representação assegurada. O MS tem assento regular na Comissão Nacional de Residência Médica do MEC. As políticas da SGTES são discutidas na comissão intergestores tripartite.

As contribuições da participação social contribuíram de forma significativa para a implementação do Programa, visando melhor forma de qualificar e capacitar o profissional de saúde.

A execução das ações ocorre de forma descentralizada, envolvendo o conjunto do próprio sistema de saúde, gestores e trabalhadores. Há avaliação através das instâncias do próprio Sistema e através dos mecanismos de avaliação da ação, mas não é uma avaliação sistêmica e formal do beneficiado pela ação.

Ações deste Programa serão executadas no Programa Aperfeiçoamento do Trabalho e da Educação na Saúde, no PPA 2008-2011.

INVESTIMENTO PARA HUMANIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO À ATENÇÃO À SAÚDE

GERENTE DO PROGRAMA

Márcia Bassit Lameiro da Costa Mazzoli

OBJETIVO

Ampliar e humanizar a atenção à saúde.

PÚBLICO-ALVO

Usuários do Sistema Único de Saúde

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 166.978.333,00	Empenho Liquidado:	R$ 126.183.355,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 126.183.355,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Investimento para Desenvolvimento do Complexo Produtivo da Saúde na Região Sul - Porcentagem	-	10.00	-	-	15.70	-
2. Taxa de Investimento para o Desenvolvimento do Complexo Produtivo da Saúde na Região Centro-Oeste - Porcentagem	-	3.00	-	-	13.40	-
3. Taxa de Investimento para o Desenvolvimento do Complexo Produtivo da Saúde na região Nordeste - Porcentagem	-	47.00	-	-	31.30	-
4. Taxa de Investimento para o Desenvolvimento do Complexo Produtivo da Saúde na região Norte - Porcentagem	-	17.00	-	-	20.40	-
5. Taxa de Investimento para o Desenvolvimento do Complexo Produtivo da Saúde na região Sudeste - Porcentagem	-	23.00	-	-	19.20	-

1. TAXA DE INVESTIMENTO PARA DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO PRODUTIVO DA SAÚDE NA REGIÃO SUL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Os atuais indicadores não estão adequados ao Programa. Havia uma proposta da Secretaria Executiva de reformular esses indicadores em 2007, entretanto, além de novos indicadores não possibilitarem uma comparação com os anos anteriores, na elaboração do novo PPA, foi proposta a exclusão do Programa com a conseqüente migração das ações para o Programa de Gestão. Os resultados do Programa foram listados de forma mais detalhada, possibilitando sua avaliação.

2. TAXA DE INVESTIMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO PRODUTIVO DA SAÚDE NA REGIÃO CENTRO-OESTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Os atuais indicadores não estão adequados ao Programa. Havia uma proposta da Secretaria Executiva de reformular esses indicadores em 2007, entretanto, além de novos indicadores não possibilitarem uma comparação com os anos anteriores, na elaboração do novo PPA, foi proposta a exclusão do Programa com a conseqüente migração das ações para o Programa de Gestão. Os resultados do Programa foram listados de forma mais detalhada, possibilitando sua avaliação.

3. TAXA DE INVESTIMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO PRODUTIVO DA SAÚDE NA REGIÃO NORDESTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Os atuais indicadores não estão adequados ao Programa. Havia uma proposta da Secretaria Executiva de reformular esses indicadores em 2007, entretanto, além de novos indicadores não possibilitarem uma comparação com os anos anteriores, na elaboração do novo PPA, foi proposta a exclusão do Programa com a conseqüente migração das ações para o Programa de Gestão. Os resultados do Programa foram listados de forma mais detalhada, possibilitando sua avaliação.

4. TAXA DE INVESTIMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO PRODUTIVO DA SAÚDE NA REGIÃO NORTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Os atuais indicadores não estão adequados ao Programa. Havia uma proposta da Secretaria Executiva de reformular esses indicadores em 2007, entretanto, além de novos indicadores não possibilitarem uma comparação com os anos anteriores, na elaboração do novo PPA, foi proposta a exclusão do Programa com a conseqüente migração das ações para o

Programa de Gestão. Os resultados do Programa foram listados de forma mais detalhada, possibilitando sua avaliação.

5. TAXA DE INVESTIMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO PRODUTIVO DA SAÚDE NA REGIÃO SUDESTE

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Os atuais indicadores não estão adequados ao Programa. Havia uma proposta da Secretaria Executiva de reformular esses indicadores em 2007, entretanto, além de novos indicadores não possibilitarem uma comparação com os anos anteriores, na elaboração do novo PPA, foi proposta a exclusão do Programa com a conseqüente migração das ações para o Programa de Gestão. Os resultados do Programa foram listados de forma mais detalhada, possibilitando sua avaliação.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Sistema Único de Saúde (SUS), para alcançar seus princípios, tem grande necessidade de institucionalizar uma gestão mais eficiente, eficaz, efetiva e humanizada e de ampliar o acesso à atenção à saúde, por meio da integração de sistemas, da otimização de usos e funcionalidades e ainda de novos investimentos que possam otimizar o potencial de utilização e de produtividade da estrutura já existente. Investimentos no setor saúde vêm apresentando pouca eficiência sob o aspecto de comparação custo-efetividade.

Na prática, não há observação das diretrizes desenvolvimentistas nacionais, pois ações insuladas geram duplicação de esforços, estruturas concomitantes e escassez de oferta em outras unidades. Uma das conseqüências é a geração de iniqüidades na distribuição de recursos. Por outro lado, a atenção à saúde reúne prestação de serviços, ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde. Dada a magnitude do SUS, tais atividades implicam intensiva utilização de insumos ofertados por diferentes cadeias produtivas, que formam o complexo produtivo da saúde (CPS).

Este, por sua vez, atua como dinamizador de diferentes setores da economia, dado o caráter inter-setorial da atenção à saúde e o volume de recursos envolvido. Além disso, exerce significativo impacto tanto no balanço de pagamento quanto na geração de trabalho e renda. O aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão representa a medida necessária para ampliar o acesso, corrigir iniqüidades e, ao mesmo tempo, exercer influência positiva sobre as cadeias produtivas envolvidas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• O MS, visando a estruturação das necessidades dos investimentos do Projeto de Investimentos para a Qualificação do Sistema Único de Saúde (QualiSUS), adequou o documento original do projeto, que já tinha sido aprovado, às diretrizes para captação de recursos externos junto aos organismos internacionais, definidos pela Comissão de Financiamentos Externos do Ministério da Fazenda. O projeto apoiará a implantação de redes

de atenção à saúde nos Estados, com o desenvolvimento de atividades estratégicas e sistêmicas de apoio à implantação de redes de atenção e à qualificação de cuidados ao nível internacional. Foram contratados estudos subsidiários exigidos no processo de preparação do projeto. A Comissão emitiu a Recomendação nº 927, aprovando a contratação de empréstimo externo, financiado pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) com prazo de execução de quatro anos. Em novembro, foi realizada missão conjunta (MS/BIRD) de preparação do documento de avaliação do projeto QualiSUS/Processo Administrativo Disciplinar (PAD), cujos objetivos específicos foram:

a) acordar sobre o desenho final do projeto, detalhando as atividades a serem financiadas em cada componente e os respectivos custos;

b) definir os critérios de seleção e de aprovação dos subprojetos;

c) definir os indicadores do projeto;

d) definir os arranjos institucionais e operacionais para execução do projeto;

e) preparar custos e arranjos de financiamento;

f) realizar as avaliações de aquisições e de gerenciamento financeiro.

• O Projeto SIS Fronteiras se encontra em desenvolvimento e obteve a adesão de 100% dos Municípios fronteiriços. O Município de Foz do Iguaçu (PR) já iniciou a Fase II - Qualificação da gestão de serviços e ações, e implementação da rede de saúde nos Municípios fronteiriços. Os demais Municípios estão na Fase I - Realização do diagnóstico local de saúde qualitativo/quantitativo e elaboração do plano operacional.

• O SomaSUS, Sistema de Apoio à Organização e Elaboração de Projetos de Investimentos em Saúde, visa auxiliar gestores e técnicos na elaboração de projetos de investimentos em saúde e agilizar o processo de análise de projetos encaminhados ao Ministério da Saúde (MS). O Sistema foi institucionalizado por meio da Portaria nº 2.481, de 2 de outubro de 2007. Está em fase de desenvolvimento uma nova versão do Sistema com inserção de dados relacionados à análise de sustentabilidade dos investimentos, tais como dimensionamento e custos de execução de obras, custo de operação e manutenção de equipamentos, custos estimados de contratação e manutenção de recursos humanos, além de dados sobre a relação entre investimentos em saúde e seu impacto no meio ambiente.

• O Projeto de Modernização Gerencial e Reequipamento Hospitalar tem como objetivo a recuperação e modernização do parque de equipamentos médico-hospitalares de alta tecnologia, destinados à radiologia, ao diagnóstico por imagem e à endoscopia. Foram adquiridos, em abril de 2000, 10 Sistemas de Simulação Universal por Raios-X que beneficiarão 10 Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS), em nove Municípios. Os equipamentos foram recebidos e distribuídos às entidades beneficiadas nesse exercício. O projeto está em fase de finalização.

• O Programa de Saúde e Saneamento Básico no Piauí (KFW/PI) consiste num projeto com financiamento externo que visa a construção de sistemas de abastecimento de água e sistemas de esgotamento sanitário nas regiões centro-sul do Piauí com objetivo de contribuir para a melhoria da situação da saúde na área do projeto mediante a redução de doenças induzidas pela água. A execução das obras de saneamento ficou a cargo da Secretaria Estadual de Saúde do Piauí (SES/PI), por meio do Programa de Saúde e Saneamento Básico na Área Rural do Piauí (PROSAR/PI). O Projeto KFW/PI encontra-se em fase de conclusão de suas obras e teve sua vigência prorrogada até 31.08.2008.

• Apoio à implantação da Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapurí no Acre, com capacidade para fornecer ao SUS 517 milhões de unidades por ano.

• Redirecionamento organizacional, tecnológico e operacional do Cartão SUS, com previsão de expansão do Cartão Nacional de Saúde, unificando nacionalmente as diversas bases existentes, abrangendo 100 milhões de brasileiros.

• Apoio aos projetos e às ações realizadas no âmbito dos Programas: Promoção da Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde; Qualificação das Tecnologias/Dispositivos da Humanização na Rede de Atenção e Gestão do SUS (HumanizaSUS); Geração Saúde; Programa de Multiplicação de Conhecimentos sobre o SUS (MultiplicaSUS); Desenho Organizacional; e Programa de Gestão Pública e Desburocratização (Gespública).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Após análise do conjunto de resultados conclui-se que o Programa atingiu, em parte, o desempenho esperado para 2007. Embora algumas metas não tenham sido atingidas, foram desenvolvidas ações visando o alcance do objetivo geral do Programa.

No que se refere aos mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações, vale mencionar a verificação *in loco* de projetos considerados estratégicos pela Secretaria Executiva ou por solicitação do Fundo Nacional de Saúde. Além disso, há a elaboração de Relatório de gestão com o objetivo de informar as atividades desenvolvidas e a utilização do Sistema de Planejamento e Monitoramento de Ações em Saúde (SISPLAM).

Os recursos orçamentários destinados ao Programa foram considerados suficientes e sua liberação ao longo do exercício ocorreu em fluxo compatível com a programação, observando-se, ainda, a execução física de 40% a 80% do previsto na LOA 2007.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Há parcerias não-governamentais para a execução do Programa. Foi firmado Termo de Cooperação com a Organização Panamericana da Saúde (OPAS) para programas e projetos estratégicos de investimentos em saúde, com Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e KFW .

O MS ressalta a necessidade de adequação dos indicadores ao Programa, de forma que reflitam o conjunto de ações.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) esclarece que ações deste Programa serão executadas no Programa Gestão da Política de Saúde, no PPA 2008-2011.

PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS

GERENTE DO PROGRAMA

Gerson Oliveira Penna

OBJETIVO

Prevenir e manter sob controle as doenças passíveis de imunização.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 830.267.500,00	Empenho Liquidado:	R$ 785.023.440,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 785.023.440,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Cobertura Vacinal com a Vacina Tríplice Viral em Crianças de 1 Ano - Porcentagem	-	-	99.70	95.74	95.00	100,78%
2. Taxa de Cobertura Vacinal de Hepatite B em Menores de 1 ano - Porcentagem	85.00	91.19	93.10	88.03	95.00	92,66%
3. Taxa de Cobertura Vacinal de Gripe em Maiores de 60 anos - Porcentagem	85.00	83.93	85.72	86.88	70.00	124,11%
4. Taxa de Cobertura Vacinal de Poliomielite em Menores de 5 anos - Porcentagem	96.00	95.37	95.46	92.98	95.00	97,87%

1. TAXA DE COBERTURA VACINAL COM A VACINA TRÍPLICE VIRAL EM CRIANÇAS DE UM ANO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Meta alcançada.

2. TAXA DE COBERTURA VACINAL DE HEPATITE B EM MENORES DE UM ANO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Meta parcialmente alcançada. Os dados relativos a esse indicador são parciais, podendo haver mudanças no resultado final.

3. TAXA DE COBERTURA VACINAL DE GRIPE EM MAIORES DE 60 ANOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Meta superada.

4. TAXA DE COBERTURA VACINAL DE POLIOMIELITE EM MENORES DE CINCO ANOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Meta parcialmente alcançada. O alcance parcial pode estar acontecendo devido a uma super estimativa da população.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa deve ser implementado para a manutenção do atual estado de erradicação para poliomielite, febre amarela urbana e da eliminação do sarampo, alcance da eliminação do tétano neonatal e manter sob controle as demais doenças imunopreveníveis, além de controlar estes e outros agravos de relevância para a saúde pública do País, em situações ou grupos populacionais específicos. Não implementar este Programa implicará em sérios danos à população, que estará suscetível à disseminação de tais doenças e terá como conseqüência o retorno de elevadas mortalidade e morbidade por este grupo de causa, acarretando altos custos sociais e financeiros ao País.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• O alcance das metas de vacinação reflete o esforço das Secretarias Estaduais e Secretarias Municipais de Saúde num trabalho compartilhado com o Ministério da Saúde (MS), que objetiva a proteção dos grupos da população contra as doenças imunopreveníveis. Os quatros indicadores referem-se a parte dos 44 produtos incluídos no Programa Nacional de Imunizações (PNI), um dos programas nacionais com melhor avaliação pela população brasileira. As altas e homogêneas coberturas vacinais contra gripe traduzem a boa adesão do grupo alvo à proposta de vacinação. Em relação à vacinação do adolescente contra a hepatite B ainda se constitui um desafio identificar as ações estratégicas voltadas

para buscar a adesão do grupo alvo. Outro desafio importante diz respeito à falta de homogeneidade entre os Municípios quanto ao alcance da cobertura vacinal preconizada e que garante a proteção da população. As dificuldades mais presentes estão relacionadas ao insuficiente empenho de alguns gestores, à população superestimada, ao sub-registro das doses aplicadas, às dificuldades de acesso e à mobilização social insatisfatória.

Os resultados foram considerados dentro do esperado.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

No que tange aos mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações, pode-se citar a realização de reuniões periódicas com os coordenadores estaduais e de visitas *in loco* (Estados e Municípios) para supervisão e cooperação técnica. A execução física foi de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007.

Os sistemas de informação utilizados pelo Programa sofrem contínuas adequações para atender à necessidade de dados cada vez mais confiáveis. A perspectiva é de se ter o registro de pessoas vacinadas por Município de origem. O MS desenvolveu o Sistema de Planejamento, Monitoramento, Avaliação das Ações em Saúde (SISPLAM), que alimenta o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN) mensalmente. Além disso, relatório de gestão é elaborado anualmente pela Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS).

Os recursos orçamentários destinados ao Programa foram considerados suficientes, sendo liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação.

Os gastos com despesas administrativas subsidiaram a execução das ações do Programa. Houve descentralização de recursos para a realização de despesas de manutenção da Central Nacional de Armazenagem e Distribuição de Insumos Estratégicos (CENADI), realização de despesas com passagens aéreas para servidores e colaboradores, diárias de servidores e colaboradores eventuais, locação de imóvel para alojar parte da SVS, além de despesas com eventos e reuniões técnicas, aquisições de bobinas de gelo reciclável e caixas térmicas e execução de despesas para realização de cursos de atualização.

Quanto à infra-estrutura nas equipes gerencial e executora, vale ressaltar a localização da equipe gerencial distante da direção do Departamento e da Secretaria além de limitações nos níveis de coordenação estadual, municipal e na rede de serviços, transporte e manutenção. Existem, ainda, limitações de recursos materiais nos níveis de coordenação estadual, municipal e na rede de serviços.

Quanto aos recursos humanos, há um esvaziamento do corpo de servidores públicos e os profissionais que atuam têm vínculo precário. Há necessidade de ampliação da equipe técnica tendo em vista o longo período sem realização de concurso público. Há alta rotatividade de profissionais, além de precariedade das relações trabalhistas.

É importante ressaltar que devido à alta rotatividade de profissionais e a precariedade das relações trabalhistas, não há garantia que após a realização das qualificações, os recursos humanos permanecerão na área, gerando a necessidade de novas capacitações. Além disso, o setor responsável por licitações e celebração de contratos no âmbito do MS está sobrecarregado devido à carência de recursos humanos. Há ainda, no que se refere à celebração de convênios, dificuldades na utilização do Sistema de Cadastro de Convênios do MS (GESCON) no âmbito do MS.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A ação do Programa é essencialmente descentralizada, executada pela rede de serviços de responsabilidade municipal. A integração se dá por meio de instâncias colegiadas de gestão.

O Programa, em sua atuação, conta com um comitê técnico assessor com a participação de sociedades científicas e de organismos internacionais como a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e o Fundo das Nações Unidas para Infância (Unicef).

Além disso, o Programa desenvolve articulação com instituições e organizações diversas em função de público-alvo de vacinação, especialmente campanhas, possibilitando a democratização de informações referentes ao Programa de imunização.

A gerência do Programa destaca a necessidade de redimensionamento do público-alvo, pois as estimativas populacionais atuais podem comprometer a meta e o resultado do Programa.

Ações deste Programa serão executadas no Programa Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos, no PPA 2008-2011.

SANEAMENTO RURAL

GERENTE DO PROGRAMA

Francisco Danilo Bastos Forte

OBJETIVO

Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento ambiental em áreas rurais.

PÚBLICO-ALVO

População rural dispersa, residente em assentamentos da reforma agrária e em localidades de até 2.500 habitantes e as minorias étnico-raciais como quilombolas, população indígena e outros povos da floresta

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 301.014.656,00	Empenho Liquidado:	R$ 259.182.278,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 259.182.278,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Cobertura de Abastecimento de Água em Áreas Indígenas - Porcentagem	-	54.00	31.50	63.00	75.00	84%
2. Taxa de Cobertura de Abastecimento de Água em Áreas Rurais - Porcentagem	-	26.00	21.57	27.40	30.00	91,33%
3. Taxa de Cobertura de Esgotamento Sanitário em Áreas Rurais - Porcentagem	-	20.00	19.76	20.30	26.00	78,08%

1. TAXA DE COBERTURA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM ÁREAS INDÍGENAS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O não-alcance do índice previsto para o final do PPA deve-se aos seguintes fatores: - retardo na descentralização de orçamento para as coordenações regionais iniciarem processo licitatório; - morosidade em processos licitatórios - todas as obras são por administração indireta; - quadro técnico das coordenações regionais deficitário para elaboração de projetos e acompanhamento das obras; e - boa parte das obras que foram empenhadas no ano de 2007 ainda se encontra em fase de execução no ano de 2008.

2. TAXA DE COBERTURA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM ÁREAS RURAIS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O não-alcance do índice previsto para o final do PPA deve-se aos seguintes fatores: - retardo na descentralização de orçamento para as coordenações regionais iniciarem processo licitatório; - morosidade em processos licitatórios - algumas obras são por administração indireta, outras são realizadas através de convênios com os Municípios e os Estados; - quadro técnico das coordenações regionais deficitário para elaboração de projetos e acompanhamento das obras; e - boa parte das obras que foram empenhadas no ano de 2007 ainda se encontra em fase de execução no ano de 2008.

3. TAXA DE COBERTURA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM ÁREAS RURAIS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O não-alcance do índice previsto para o final do PPA deve-se aos seguintes fatores: - retardo na descentralização de orçamento para as coordenações regionais iniciarem processo licitatório; - morosidade em processos licitatórios – algumas obras são por administração indireta; outras são realizadas através de convênios com os Municípios e os Estados; - quadro técnico das coordenações regionais deficitário para elaboração de projetos e acompanhamento das obras; e - boa parte das obras que foram empenhadas no ano de 2007 ainda se encontra em fase de execução no ano de 2008.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A análise do quadro epidemiológico brasileiro e dos países em desenvolvimento revela a existência de altos índices de morbimortalidade relacionados com os fatores ambientais, especialmente com as precárias condições de saneamento básico. A baixa oferta e a baixa qualidade dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana, resíduos sólidos e as condições inadequadas de moradia têm forte associação com os elevados casos de doenças como: diarréias, verminoses, hepatites, doença de Chagas, Malária, Dengue, Leptospirose, infecções cutâneas e outras.

Ressalta-se que a diarréia, que apresenta mais de quatro bilhões de casos por ano em todo mundo - Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS 1998), é a doença que mais aflige a humanidade. No Brasil, segundo dados do Centro Nacional de Epidemiologia (CENEPI), são registrados anualmente cerca de 1,5 milhão de casos de diarréia pelo Sistema de Monitorização de Doenças Diarréicas Agudas (MDDA/CENEPI/FUNASA/MS), sendo que 50 % dos casos são registrados na região Nordeste e 15 % na região Norte. No início da década de 90, o País conviveu com uma epidemia de cólera, sendo registrados 150.000 casos da doença no período de 1992 a 1994. Atualmente, a epidemia se encontra sob controle. Estima-se que cerca de 25 milhões de pessoas localizadas em 19 Estados brasileiros estão expostas ao risco de contrair a esquistossomose, sendo que a área endêmica da doença atinge cerca de 1.000 municípios.

No grupo das doenças transmitidas por vetores e reservatórios, a dengue, com 1.340.358 casos registrados no período de 2000 a 2002, é uma das doenças que mais tem acometido a população brasileira. Outra importante doença é a malária, com cerca de um milhão de casos registrados no período de 2000 e 2001. Quanto à doença de Chagas, calcula-se que mais de quatro milhões de brasileiros encontram-se infectados pelo *Trypanosoma cruzi* numa área endêmica que se estende do Piauí ao Rio Grande do Sul. Portanto, as precárias condições de saneamento básico do País exercem papel decisivo no quadro de saúde da população.

A OPAS/Organização Mundial da Saúde (OMS) cita o quanto se pode obter com a melhoria no abastecimento de água e destino adequado de dejetos, na redução da morbidade:

a) prevenção de pelo menos 80% dos casos de febre tifóide e paratifóide;

b) redução de 60% a 70% dos casos de tracoma e esquistossomose; e

c) prevenção de 40% a 50% dos casos de disenteria bacilar, amebíase, gastroenterites e infecções cutâneas, entre outras.

A atuação histórica do setor saúde em saneamento e a estreita relação entre os dois setores fizeram com que vários dispositivos legais e constitucionais abordassem tal relação, merecendo destaque a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 200 estabelece que ao Sistema Único de Saúde (SUS) compete, além de outras atribuições, nos termos do inciso IV - participar da formulação da política e da execução de ações de saneamento básico. E, a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Lei Orgânica da Saúde, estabelece em seu artigo 6º que estão incluídas ainda no campo de atuação do SUS, conforme inciso II - a participação na formulação da política e na execução das ações de saneamento básico.

Diante do exposto, é de fundamental importância uma ativa participação do setor saúde, envolvendo todas as esferas do SUS, nos processos de discussão, formulação e implementação da Política de Saneamento Ambiental. Tal participação deverá envolver inclusive o apoio técnico e financeiro para a execução de ações. O quadro de endemias, caracterizado pela acentuada incidência e prevalência de doenças de veiculação hídrica e transmitidas por vetores e reservatórios, observado nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, pode ser associado, dentre outros motivos, com a baixa oferta e qualidade dos serviços de saneamento ambiental dessas regiões.

Em termos de abastecimento de água, dados do censo demográfico (2000) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que 77,8 % dos domicílios brasileiros contam com rede de distribuição de água. No entanto, observa-se que em termos regionais, as regiões Norte e Nordeste apresentam a pior situação com índices de cobertura, respectivamente, de 48 % e 66,4 %. Nessas regiões se evidencia o suprimento de água através de poços ou nascentes na propriedade, e outras formas de abastecimento. Tais soluções são encontradas em 5.293.008 domicílios das referidas regiões geográficas.

Quanto a esgotamento sanitário o quadro nacional ainda é pior. Os dados do censo (2000) revelam que somente 47,2 % dos domicílios brasileiros são atendidos com rede coletora de esgoto. A exemplo do abastecimento de água, que tem cobertura desigual dentro do território brasileiro, a região Sudeste com 73,4% de cobertura dos domicílios é a única acima da média nacional. As demais regiões, Centro Oeste (33,3 %), Sul (29,6 %), Nordeste (25,1 %) e Norte (9,6 %), apresentam baixos índices de cobertura de rede coletora. Quanto aos demais domicílios sem rede coletora, observa-se que 15 % se utilizam de fossa séptica, que na maioria das vezes são construídas fora das normas e não recebe a devida manutenção e em 37,8 % são adotadas soluções inadequadas do ponto de vista sanitário (fossa rudimentar, lançamento em vala, rio ou mar e outros escoadouros). Ainda em relação a esgotamento sanitário, dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB, 2000) revelam que somente 35,3 % do volume de esgoto coletado por sistema coletivo recebe tratamento. Considerando todo o volume de esgoto gerado, coletado e não coletado, chega-se à conclusão de que somente cerca de 15 % de todo o volume total gerado no País recebe tratamento.

Em relação a resíduos sólidos, dados da PNSB (2000), indicam que 70,7% dos Municípios brasileiros contam com vazadouros a céu aberto (lixões) como solução para a disposição final. Tal quadro tem impacto na saúde pública e no meio ambiente. As regiões Norte e Nordeste apresentam a pior situação, com 92,6 % e 93,5 % respectivamente, dos Municípios com lixões. Quanto à coleta, dados do censo (2000) indicam que 76,4 % dos domicílios brasileiros contam com tal serviço. No entanto, as regiões Norte e Nordeste estão com cobertura inferior a 60 %, portanto, abaixo da média nacional. A desigualdade na oferta dos serviços também é observada em relação ao porte populacional dos Municípios, onde os menores apresentam, via de regra, índices de cobertura inferiores aqueles de médio e grande porte, em termos populacionais. Os serviços de coleta de lixo atingem somente 50,3 % dos domicílios com população inferior a 30.000 habitantes, para os demais Municípios a cobertura é de 86,5 % dos domicílios.

Quanto à cobertura com rede de distribuição de água, os Municípios com população total inferior a 30.000 habitantes apresentam uma cobertura de 55,6%. Por outro lado, os Municípios com população superior a 30.000 habitantes contam com índice de cobertura de 83,7%. Tal realidade também é observada para a cobertura com esgotamento sanitário, onde a cobertura com rede coletora de esgoto atende somente 20,9 % dos domicílios com população inferior a 30.000 habitantes. Tal índice é 2,5 vezes menor do que o observado para os Municípios com população total superior a 30.000 habitantes, onde a cobertura é de 53,5 % dos domicílios.

Diante de tal quadro, torna-se necessária uma atuação do Governo Federal no sentido de financiar ações de saneamento, bem como prestar apoio técnico aos Estados e Municípios no desenvolvimento de programas de saneamento ambiental, especialmente ações voltadas para os Municípios de menor porte, população inferior a 30.000 habitantes, de modo a corrigir as distorções regionais e promover a saúde.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Celebração de convênios com Estados e Municípios para implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água e de solução adequada para o destino dos dejetos, beneficiando 574 comunidades em 190 Municípios e 26.565 famílias.

• Contratada a execução de obras de saneamento em 484 aldeias indígenas localizadas em 183 Municípios, beneficiando 16.450 famílias.

• Contratada a execução de obras em 92 comunidades quilombolas localizadas em 49 Municípios beneficiando 8.092 famílias.

• Celebração de convênios com 190 Municípios para ações de melhoria das condições da habitação em área da doença de Chagas, beneficiando 10.000 famílias.

• Contratada a execução de obras para a implantação de abastecimento de água e solução adequada dos dejetos em 82 comunidades de projetos de assentamentos de reforma agrária, beneficiando 6.584 famílias em 37 Municípios.

O alcance não foi em 100% em virtude da demora no protocolo dos projetos nas coordenações regionais da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), inviabilizando a análise em tempo hábil.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Como mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações, reuniões de trabalho são realizadas com técnicos do nível central e coordenações regionais a cada semestre. Além disso, há supervisões técnicas e administrativas às coordenações regionais da Funasa e vistoria *in loco* dos projetos mais relevantes. Utilizam-se, ainda, sistemas informatizados para análise e acompanhamento dos projetos financiados.

Houve execução física de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007, sendo que a meta não foi atingida em 100% em virtude da demora na programação das ações e conseqüentemente no recebimento e análise dos projetos.

Os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes, porém seu fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada. A demora na definição dos empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a liberação mediante cadastro dos mesmos atrasaram a execução da ação. Os recursos disponíveis foram utilizados para acompanhamento das atividades de análise e acompanhamento das ações de saneamento rural, porém o apoio logístico às equipes executoras foi insuficiente para atividades de acompanhamento das ações de saneamento (veículos, diárias, equipamentos).

Houve bloqueio dos recursos orçamentários em virtude das ações de saneamento rural que integraram o PAC. Os avisos de liberação foram condicionados ao prévio cadastro de empreendimentos, gerando atraso na liberação de recursos. Além disso, houve atraso na definição da programação em virtude da parceria estabelecida entre a Casa Civil, a Funasa, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). As atividades descentralizadas apenas não foram executadas na totalidade em virtude da demora no desbloqueio orçamentário.

Vale ressaltar que o corpo técnico das equipes gerenciais e executoras foi insuficiente para o desenvolvimento das atividades. O nível central conta com apenas 14 técnicos e o nível regional com 119 técnicos, tendo nove coordenações regionais que contam com menos de três técnicos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Como mecanismos de participação social, pode-se citar a realização de reuniões com comunidades indígenas para programação das atividades a serem trabalhadas.

SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE

GERENTE DO PROGRAMA

José Carvalho de Noronha

OBJETIVO

Assegurar a qualidade e auto-suficiência em sangue, componentes e derivados sangüíneos, e garantir a assistência aos portadores de doenças de coagulação sangüínea e de má formação das hemáceas.

PÚBLICO-ALVO

Pacientes portadores de hemofilia e da anemia falciforme, e demais pessoas que necessitem de transfusão de sangue

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 380.888.569,00	Empenho Liquidado:	R$ 248.868.112,00
	Pago Estatais:	R$ 360.255,00
	Total:	**R$ 249.228.367,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Índice de Desempenho do Ciclo do Sangue - Unidade	-	0.60	0.55	0.00	0.80	0%
2. Taxa de Doação de Sangue - Porcentagem	1.80	1.75	1.84	1.00	2.00	50%

1. ÍNDICE DE DESEMPENHO DO CICLO DO SANGUE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

No decorrer da apuração desse indicador verificou-se equívoco na sua concepção. Ressalta-se que na elaboração do PPA 2008-2011 houve substituição desse indicador.

2. TAXA DE DOAÇÃO DE SANGUE

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O índice previsto para o final do PPA 2004-2007 não foi atingido. Apesar dos esforços desenvolvidos por intermédio das campanhas de âmbito nacional de doação de sangue, as ações desenvolvidas pelos hemocentros e a crescente consciência da população em relação à importância da doação de sangue estão certamente contribuindo para a melhoria desse índice. Existe uma limitação no cálculo/fonte desse indicador, pois não é considerada a doação/coleta de sangue realizada no setor privado não contratado pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

CONTEXTUALIZAÇÃO

Necessidade de implementação de estratégias e ações para o enfrentamento e superação dos problemas relacionados à insuficiência de oferta de sangue e hemocomponentes, pelos serviços públicos de hemoterapia, para atender a 100% dos leitos do SUS, à precariedade da atenção aos portadores de coagulopatias e hemoglobinopatias, à limitação de hemoderivados aos pacientes hematológicos, inviabilizando o tratamento profilático de hemofílicos, à dependência de mercado/tecnologia externa de insumos estratégicos e à falta de tecnologia nacional para produção de hemoderivados.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• O Programa de atenção aos pacientes com coagulopatias hereditárias distribuiu, em 2007, aproximadamente 289 milhões de Unidade Internacional (UI) de hemoderivados, para atendimento acerca de 11.000 pacientes com coagulopatias hereditárias. No âmbito da capacitação de profissionais, foi realizado o Worshop sobre Controle de Qualidade em Hemostasia, destinado aos profissionais de saúde que trabalham em laboratórios de hemostasia, como também a publicação do Manual de Dose Domiciliar para Tratamento das Coagulopatias Hereditárias, material didático-pedagógico para orientação dos profissionais e pacientes. O Programa de atenção às pessoas com doença falciforme e outras hemoglobinopatias fomentou a realização, no Rio de Janeiro, do IV Simpósio Internacional de Hemoglobinopatias e do Fórum Nacional de Políticas Integradas de Atenção às Pessoas com Doença Falciforme em Belo Horizonte, eventos de suma importância para o aperfeiçoamento da discussão sobre a implantação e implementação da Política Nacional de Atenção às Pessoas com Doença Falciforme e Outras Hemoglobinopatias.

• Capacitação de cerca de 5.000 profissionais de saúde para o atendimento multidisciplinar. Ressalta-se, ainda, a elaboração e distribuição de material didático para profissionais de saúde e população, como o Manual de Anemia Falciforme para a População, o Protocolo de Atendimento aos Eventos Agudos da Doença Falciforme e o Guia de Emergência e Urgência na Doença Falciforme, como também a realização da cooperação técnica internacional entre o Brasil e os países africanos, Senegal e Guiné-Bissau. Foi dado incentivo à captação de doadores de sangue, com realização de oficinas

regionais e treinamentos, beneficiando prioritariamente as regiões Norte e Centro-Oeste, contribuindo para a busca da eqüidade entre os Estados dessas regiões. A tecnologia nacional para triagem de doadores de sangue para HCV e/ou HIV por tecnologia de biologia molecular está em projeto-piloto de implantação no Estado de Santa Catarina (SC).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

No sentido de viabilizar o monitoramento sobre o desempenho físico das ações, há reuniões sistemáticas com a participação da Rede Estadual de Hematologia e Hemoterapia (Hemorrede) e sociedade de especialistas, reuniões de avaliação e de planejamento do Sistema Nacional do Sangue (Sinasan), além de visitas técnicas aos serviços de hemoterapia para diagnóstico e avaliação dos Programas de Coagulopatias Hereditárias e Hemoglobinopatias. Além disso, o Sistema de Gerenciamento em Serviços de Hemoterapia (HEMOVIDA) está sendo implantado e aprimorado para disponibilizar os dados de acompanhamento das metas físicas das ações que possuem referência com a assistência aos pacientes. Utiliza-se, também, o Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação de Ações em Saúde (SISPLAM), por onde, mensalmente, as metas físicas são acompanhadas. Anualmente, a Coordenação da Política Nacional de Sangue e Hemoderivados (CPNSH) elabora seu relatório de gestão baseado nas ações desenvolvidas pela área.

Houve execução física de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Na ação de atenção aos pacientes portadores de coagulopatias atingiu-se a meta estabelecida, mas ressalta-se a grande dificuldade existente na aquisição de hemoderivados nesse exercício (pregões com insucesso, cotação de valores muito superior aos limites estabelecidos, não apresentação de propostas pelas indústrias de medicamentos). A ação de atenção aos pacientes portadores de hemoglobinopatias atingiu a sua meta física. A ação de capacitação atingiu aproximadamente 80% da meta física estabelecida.

A execução orçamentária do Programa 1291 foi insuficiente, considerando que as propostas de projetos pré-classificadas e encaminhadas para execução não foram empenhadas na sua integralidade, ficando a execução efetiva do Programa em torno de 75%.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada, e ocorreu de forma heterogênea, havendo uma maior liberação nas ações Atenção aos Pacientes Portadores de Coagulopatias e Gestão e Administração do Programa. As ações passíveis de financiamento de projetos por meio de convênio tiveram liberação de recursos incipiente, considerando que o Sistema Gestão Financeira e de Convênios (GESCON) só ficou disponível para inscrição de projetos apenas em outubro de 2007, o que ocasionou uma execução orçamentária e um fluxo financeiro aquém das necessidades do Programa.

Recursos não-orçamentários foram utilizados no processo de gestão do Programa por intermédio de realização de oficinas de trabalho, reuniões técnicas, assessoramento junto a Hemorrede nacional, reuniões dos comitês técnicos (coagulopatias, resíduos sólidos,

captação de doadores, hemoglobinopatias, revisão da Resolução de Diretoria Colegiada nº153, de 14 de junho de 2004 para posterior publicação), eventos científicos, cooperação técnica entre os atores que compõe o Sinasan.

Quanto aos recursos materiais, a estrutura de equipamentos de informática da CPNSH é carente; faltam computadores e impressoras para os profissionais. A infra-estrutura física da CPNSH é precária, com instalações provisórias e falta de mobiliário para os profissionais.

No que se refere aos recursos humanos, a CPNSH ainda não apresenta o quadro suficiente e qualificado para o desenvolvimento das suas ações. A maioria dos profissionais possui vínculo de trabalho precário, propiciando grande fragilidade na execução dos trabalhos.

Dentre os problemas existentes, vale mencionar, ainda, a dificuldade de execução dos convênios por parte dos Estados e Distrito Federal. É importante ressaltar que a prestação de contas deficiente tem comprometido a execução dos convênios e, conseqüentemente, a utilização dos recursos disponíveis. Falta qualificação da Hemorrede Nacional na elaboração dos pré-projetos, como também há dificuldades no cumprimento do cronograma estabelecido.

Houve sérias dificuldades nos processos licitatórios para compra de hemoderivados (pregões com insucesso). A celebração do contrato de beneficiamento do plasma foi morosa, devido à demora por parte da empresa vencedora em apresentar toda a documentação necessária.

Entretanto, alguns Estados que possuem um maior número de projetos apresentam uma boa execução, elevando o desempenho do Programa e compensando em parte a execução não atingida pelos demais.

No que se refere à intra-setorialidade do Programa, vale ressaltar que a execução da Ação Vigilância Sanitária do Sangue e Hemoderivados é realizada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), por intermédio das atividades de fiscalização sanitária nos serviços de hemoterapia. A execução da Ação Aquisição de Tecnologia no Âmbito da Produção de Hemoderivados, Hemocomponentes e Biotecnologia foi transferida para a Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologias (Hemobrás).

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa realiza parcerias com a Federação Brasileira de Hemofilia (FBH) e a Federação Nacional das Associações de Doença Falciforme. A parceria deve ser aperfeiçoada no sentido de existir um melhor acompanhamento das ações desenvolvidas.

Quanto aos mecanismos de participação social, observa-se que as normativas e manuais de tratamento, antes de serem publicados, são disponibilizados em consulta pública. Além disso, há reuniões com grupos de associações de pacientes e grupos de especialistas. Esses mecanismos proporcionaram maior consciência da população frente às questões referentes

à Política Nacional de Atenção às Pessoas com Doença Falciforme e Hemoglobinopatias e às referentes as Coagulopatias Hereditárias proporcionando maior disseminação das informações dos Programas.

A gerência do Programa destaca a necessidade de que haja o redimensionamento do público-alvo - está em implantação o cadastro informatizado de pacientes portadores de coagulopatias hereditárias e de hemoglobinopatias. A partir da implantação total desse cadastro no País, o dimensionamento do público-alvo será mais fidedigno, facilitando a programação das metas físicas a serem atingidas no Programa.

O Programa apresenta sub-dimensionamento da meta física da Ação Atenção aos Pacientes Portadores de Coagulopatias, e na avaliação dos indicadores atuais do Programa verifica-se um problema de concepção do Índice de Desempenho do Ciclo do Sangue. A concepção e formatação do seu cálculo necessitam de adequação. No indicador Taxa de Doação de Sangue existe a limitação de apenas serem consideradas as coletas realizadas no SUS (público e privado contratado), não contemplando as coletas realizadas no setor privado.

Este Programa terá suas ações executadas no Programa Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue e Hemoderivados, no PPA 2008-2011.

VIGILÂNCIA AMBIENTAL EM SAÚDE

GERENTE DO PROGRAMA

Gerson Oliveira Penna

OBJETIVO

Identificar e monitorar os fatores de riscos ambientais (biológicos, físicos e químicos) que tenham relação com a saúde humana.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 12.048.750,00	Empenho Liquidado:	R$ 8.964.709,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 8.964.709,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Secretarias Estaduais de Saúde e Secretarias Municipais de Saúde das Capitais com Vigilância Ambiental em Saúde Estruturada - Porcentagem	-	60.00	63.00	72.00	60.00	120%

1. TAXA DE SECRETARIAS ESTADUAIS DE SAÚDE E SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DAS CAPITAIS COM VIGILÂNCIA AMBIENTAL EM SAÚDE ESTRUTURADA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice previsto foi superado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A partir da recente consciência sobre a importância do meio ambiente na qualidade de vida das populações, as instâncias governamentais têm buscado métodos resolutivos capazes de oferecer respostas rápidas e competentes, não somente aos problemas tradicionais na área da saúde, mas também àqueles que emergem desse recente conhecimento sobre as interações entre o homem e o meio que o cerca. O processo de urbanização, a ocupação

territorial, as atividades econômicas e os processos produtivos nas cidades e no campo têm contribuído para a melhora da qualidade de vida das populações, assim como têm levado a elas riscos potenciais que interferem na saúde do homem.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Pactuação na Programação de Ações Prioritárias de Vigilância em Saúde (PAP/VS) de ações e metas do Programa de Vigilância em Saúde Ambiental relacionada à Qualidade da Água para Consumo Humano (VIGIÁGUA), do Programa de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Solo Contaminado (VIGISOLO) e Programa Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental relacionada à Qualidade do Ar (VIGIAR) nas 27 Unidades da Federação (UF) e Municípios com população acima de 100 mil habitantes.

• Ampliação da rede de profissionais do SUS capacitados em vigilância ambiental em saúde (VAS).

• Realização de oficinas macrorregionais para avaliação e pactuação de prioridades, incluindo a implementação do Decreto Presidencial nº 5.440, de 04 de maio de 2005 sobre o direito do consumidor à informação sobre a qualidade da água para consumo humano.

• 100% das Secretarias Estaduais de Saúde com acesso ao Sistema de Informações de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Solos Contaminados (SISSOLO).

• Consolidação da Metodologia de Implantação e Operacionalização de Unidades Sentinelas para o VIGIAR.

• Publicação da Portaria SE/MS nº 397, de 03 de junho de 2007 - grupos de trabalho para elaborar, implementar e acompanhar o Plano Integrado de Ações de Vigilância em Saúde relacionado a agrotóxicos;

• Publicação de Portaria GM/MS nº 2.799, de 30 de outubro de 2007 - estabelece critérios de ausência de clorofluorcarbonos (CFCs) e interrupção de compras de medicamento de dose medida (MDIs) pelo MS.

• Elaboração do Protocolo de acompanhamento à saúde da população de Cidade dos Meninos (RJ).

• Pactuação de ações de vigilância em saúde relacionadas a desastres em oito UF.

• Coordenação Técnica de duas comissões intergovernamentais (Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador; Redução de Riscos e Vulnerabilidades) no âmbito da Reunião de Ministros de Saúde do MERCOSUL.

• Elaboração, publicação e difusão do documento Subsídios para a elaboração da Política Nacional de Saúde Ambiental.

• Aprovação pela 13ª Conferência Nacional de Saúde e pela 3ª Conferência Nacional das Cidades da proposta de realização da 1ª Conferência Nacional de Saúde Ambiental no ano de 2009.

• Elaboração e publicação de folder contendo os indicadores de saúde ambiental 2007.

• Inclusão da Saúde Ambiental no Atlas da Saúde 2007.

• Elaboração do 1º Inventário Nacional de VSA de Municípios.

• Elaboração da Diretriz Nacional do Plano de Amostragem do VIGIÁGUA.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

De acordo com o IV Inventário de Vigilância Ambiental em Saúde, atualizado no ano de 2007, a VAS está estruturada com norma específica em 89% das Secretarias Estaduais de Saúde (SES) e 69% das Secretarias Municipais de Saúde (SMS) das capitais. Apesar de alcance da meta, observa-se a necessidade de fortalecer a inserção institucional da VSA, especialmente, nas capitais. A existência de equipe técnica-gerencial de VSA no nível central das SES e SMS é essencial para a sustentabilidade do Programa.

Apesar de os recursos terem sido considerados suficientes, a execução da meta física não foi de 100% devido ao fato de que a liberação do recurso ocorreu a partir do mês de maio, o que ocasionou dificuldade para a realização das atividades previstas no primeiro semestre. Outros fatores que afetaram o alcance das metas físicas foram a não conclusão dos processos de empenho de convênios, a liberação apenas no início de 2008 do 5° Termo Aditivo do Termo de Cooperação (TC/35) com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e a não-renovação do Projeto de Cooperação Técnica (PRODOC) entre o Governo Brasileiro e a UNESCO, no qual havia várias atividades programadas que envolviam recursos do orçamento de 2007.

Os recursos da Ação Gestão e Administração do Programa (GAP) foram utilizados para a viabilização de reuniões, oficinas, seminários e capacitações para gestores, técnicos e especialistas na área de VAS; elaboração e publicações técnicas para disseminação de informação, concepção e implementação de sistemas de informação para o aprimoramento das atividades no âmbito do sistema nacional de VAS; além de possibilitar assessorias a Estados e Municípios.

Dentre os aspectos que dificultaram a execução do Programa, destacam-se: recursos materiais insuficientes nas equipes gerencial e executoras, infra-estrutura inadequada nas equipes gerencial e executoras, reduzido número de profissionais envolvidos com a área, e a falta de capacitação nas equipes executoras.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A gerência do Programa possui alguns mecanismos de monitoramento, dentre os quais: mecanismos colegiados e de consulta ampliada, em caráter permanente; reuniões nacionais dos dirigentes de VSA (MS; SES e SMS - capitais); realização de visitas e reuniões de trabalho ao nível local conjuntamente com representantes dos respectivos Estados e Municípios; Inventário Nacional da VSA; relatório de progresso das ações de VSA no Projeto Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (VIGISUS II); e relatórios padronizados das ações de VSA pactuadas com Estados e Municípios.

Como mecanismos de promoção da participação social, o Programa utiliza: audiências públicas com parlamentares e outros Ministérios; reuniões com grupos de interesse, como especialistas em saúde ambiental, grupos comunitários, acadêmicos, pesquisadores e profissionais de saúde; e discussões em conselhos setoriais, como Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONOMA), Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), Conselho Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (CNDS), Comissão Nacional de Segurança Química e Conselho Nacional das Cidades. Como resultados, destacam-se a democratização de informações referentes à promoção da saúde ambiental e a prevenção e controle dos fatores de risco relacionados a fatores determinantes e condicionantes do meio ambiente causadores de doenças e outros agravos à saúde.

O MS considera relevante a locação de recursos permanentes para a área de saúde ambiental, a elaboração de planos de cargos e salários para área de saúde pública nas três esferas de gestão, a implementação de laboratórios de saúde pública para análises de amostras ambientais e biológicas dos contaminantes químicos, o incremento progressivo do Orçamento Geral da União para a área de saúde ambiental, e a institucionalização de um departamento de vigilância em saúde ambiental no âmbito da vigilância em saúde.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) esclarece que ações deste Programa serão executadas no Programa Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos, no PPA 2008-2011.

VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS

GERENTE DO PROGRAMA

Gerson Oliveira Penna

OBJETIVO

Prevenir e controlar doenças, surtos, epidemias, calamidades públicas e emergências epidemiológicas de maneira oportuna; reduzir a morbimortalidade por doenças transmitidas por vetores e zoonoses.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.332.329.235,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.247.273.917,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 1.247.273.917,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Coeficiente de Incidência de Paralisia Flácida Aguda - 1/100.000	1.10	1.10	1.00	1.00	1.00	100%
2. Incidência de Raiva Humana Transmitida por Animal Doméstico – Unidade	-	1.00	6.00	1.00	1.00	100%
3. Incidência do Sarampo – Unidade	-	0.00	0.00	0.00	0.00	100%
4. Taxa de Casos de Doenças de Notificação Compulsória Encerrados Oportunamente – Porcentagem	62.80	70.10	73.00	65.00	80.00	81,25%
5. Taxa de Investigação *In loco* em Emergências Epidemiológicas de Relevância Nacional – Porcentagem	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100%
6. Taxa de Letalidade por Leishmaniose Visceral (Calazar) – Porcentagem	-	6.60	7.48	4.50	5.50	81,82%
7. Taxa de Municípios com pelo menos 80% de Cobertura Vacinal Canina - Porcentagem	-	71.25	83.50	88.80	85.00	104,47%

1. COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA DE PARALISIA FLÁCIDA AGUDA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A meta foi alcançada.

2. INCIDÊNCIA DE RAIVA HUMANA TRANSMITIDA POR ANIMAL DOMÉSTICO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Meta superada.

3. INCIDÊNCIA DO SARAMPO
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A meta foi alcançada.

4. TAXA DE CASOS DE DOENÇAS DE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA ENCERRADOS OPORTUNAMENTE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Devido à implantação do novo aplicativo do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) NET, que resultou em problemas operacionais no recebimento de dados no nível nacional, e considerando os dados parciais coletados, estima-se que a meta prevista foi alcançada.

5. TAXA DE INVESTIGAÇÃO *IN LOCO* EM EMERGÊNCIAS EPIDEMIOLÓGICAS DE RELEVÂNCIA NACIONAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A meta foi alcançada.

6. TAXA DE LETALIDADE POR LEISHMANIOSE VISCERAL (CALAZAR)
Valores dos índices alcançados ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

É importante ressaltar que devido à implantação do novo aplicativo do Sinan NET, que os dados gerados pelo sistema ainda são parciais, pois há problemas operacionais no recebimento no nível nacional.

7. TAXA DE MUNICÍPIOS COM PELO MENOS 80% DE COBERTURA VACINAL CANINA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice apurado em 2007 foi 88,8, superior à meta prevista.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O sub-registro da ocorrência das doenças de notificação compulsória, a detecção tardia e a limitada análise sobre os problemas de saúde pública prioritários resultam na restrita capacidade de intervenção na prevenção e controle de doenças e agravos de interesse em saúde pública. Dessa forma, faz-se necessário fortalecer o processo, em curso, de reestruturação e implementação do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e incrementar a Prevenção e o Controle de Doenças Transmissíveis com vistas à consolidação de estruturas permanentes e descentralizadas capazes de dar sustentabilidade à execução de ações que produzam o necessário impacto sobre os indicadores de morbimortalidade de importantes agravos no Brasil.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Manutenção da interrupção de transmissão de casos autóctones de sarampo.
- Redução dos casos de raiva humana e canina.
- Expansão da rede sentinela (vigilância e laboratório) para a gripe.
- Consolidação do Plano de Preparação para a Pandemia de *Influenza*.
- Ampliação dos núcleos hospitalares de vigilância epidemiológica.
- Estratificação da área não-amazônica em alto, médio e baixo risco para doença de Chagas aguda.

DESEMPENHO DO PROGRAMA
Principais restrições e providências adotadas

O Brasil vem acumulando resultados favoráveis na vigilância epidemiológica e controle das doenças transmissíveis, o que contribui para a redução da mortalidade evitável, da morbidade e para a melhoria da qualidade de vida da população. Os recursos orçamentários previstos para o Programa foram considerados suficientes e liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação.

As metas físicas das ações foram alcançadas dentro do previsto, com execução entre 80% e 100%. Entre os aspectos que podem ter influenciado o alcance parcial de algumas metas, destacam-se:

a) recursos materiais insuficientes, tais como equipamentos de informática inadequados para execução das atividades (manipulação de bancos de dados de grande volume, etc) e falhas na aquisição de medicamentos para controle de doenças e reagentes para diagnóstico de laboratório;

b) setores da Secretaria de Vigilância Sanitária (SVS) funcionam em vários prédios, dificultando o desenvolvimento das atividades relacionadas ao Programa;

c) ausência de concursos públicos e precariedade nas relações trabalhistas geram alta rotatividade de profissionais.

Apesar das dificuldades, parcerias com outras unidades do Ministério da Saúde (MS) assim como a integração com as demais esferas de governo levam a uma avaliação satisfatória do Programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Dentre os mecanismos de monitoramento utilizados pelo Programa, destacam-se as visitas *in loco*, com assessoramento técnico e/ou supervisões a Estados e Municípios, e sistemas informatizados, como o Sinan NET – sistema que coleta, transmite e dissemina dados gerados dos agravos de notificação compulsória – e o Sistema de Informação da Vigilância da *Influenza* (Sivep–Gripe) – sistema que coleta, transmite e dissemina dados gerados da Vigilância Epidemiológica

Além disso, são realizadas parcerias para execução de ação do Programa Nacional de Hepatites Virais (PNHV), por meio de convênios com organizações não-governamentais (ONGs), e assuntos relacionados ao Programa são discutidos nos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de Saúde.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) esclarece que ações deste Programa serão executadas no Programa Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos, no PPA 2008-2011.

VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO DE DOENÇAS E AGRAVOS NÃO-TRANSMISSÍVEIS

GERENTE DO PROGRAMA

Gerson Oliveira Penna

OBJETIVO

Implantar o sistema nacional de vigilância das doenças e agravos não-transmissíveis (DANT) e seus fatores de risco, produzir análises específicas, divulgar orientações e informações técnicas, induzir, articular, apoiar e avaliar ações de prevenção e controle das DANT no País.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 12.850.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 4.280.602,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 4.280.602,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Óbitos por Doenças Cardiovasculares na Faixa Etária de 30 a 49 Anos em Relação ao Total de Óbitos pelo Mesmo Grupo de Doenças nos Maiores de 30 Anos - Porcentagem	-	10.10	9.25	9.60	9.00	-
2. Taxa de Secretarias Estaduais de Saúde e Secretarias Municipais de Saúde das Capitais com Unidades de Atenção às Doenças e Agravos Não Transmissíveis (DANT) Implantadas - porcentagem	-	81.40	100.00	100.00	100.00	100%

1. TAXA DE ÓBITOS POR DOENÇAS CARDIOVASCULARES NA FAIXA ETÁRIA DE 30 A 49 ANOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE ÓBITOS PELO MESMO GRUPO DE DOENÇAS NOS MAIORES DE 30 ANOS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Os dados apurados dizem respeito aos resultados obtidos através do inquérito feito por entrevistas telefônicas – Programa de Vigilância de Fatores de Risco para Doenças Crônicas

não -Transmissíveis por Entrevistas Telefônicas (VIGITEL). Tem-se observado a melhora do indicador ao longo dos anos face às atuais ações realizadas. Registra-se que a expectativa é a tendência decrescente do índice deste indicador ao longo do tempo.

2. TAXA DE SECRETARIAS ESTADUAIS DE SAÚDE E SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DAS CAPITAIS COM UNIDADES DE ATENÇÃO ÀS DOENÇAS E AGRAVOS NÃO TRANSMISSÍVEIS (DANT) IMPLANTADAS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

A unidade de medida para esse indicador é percentual. O índice apurado em 2007 foi de 100%.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As DANTs lideram as causas de morte no País e respondem por elevada carga de morbidade e despesas com assistência médico-hospitalar do Sistema Único de Saúde (SUS). Apesar disso, não há um sistema de vigilância para as DANTs implantado no Brasil.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Publicação dos resultados do VIGITEL 2006.
- Execução do VIGITEL 2007.
- Financiamento de 210 projetos de atividade física.
- Monitoramento do uso do tabaco por meio do VIGITEL.
- Realização de cursos em DANT.
- Aprovação da publicação do documento Diretrizes e Recomendações -Cuidado Integral de Doenças Crônicas Não-Transmissíveis.
- Realização do II Seminário Nacional de Vigilância e Prevenção em Doenças e Agravos Não-Transmissíveis e Promoção da Saúde.
- Realização da 7ª Mostra Nacional de Experiências Bem Sucedidas em Epidemiologia, Prevenção e Controle de Doenças (EXPOEPI).
- Realização do Seminário Macroeconômico de análise de custo das doenças crônicas, em parceria com Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Comissão de Defesa do Consumidor (CDC), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), SCTIE/Economia da Saúde, Banco Mundial, Instituto Nacional do Câncer (INCA), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Secretaria de Atenção a Saúde /Departamento de Atenção Básica (SAS/DAB), Organização

Pan-Americana da Saúde (OPAS), Serviço Social da Indústria (SESI), Guia Metodológico da Rede CARMEN e de Doenças Crônicas Não-Transmissíveis (DCNT).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O Programa não conta, no âmbito do PPA, com metas físicas definidas para o seu acompanhamento. Os recursos foram considerados suficientes e liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. Além disso, os recursos programados na Ação Gestão e Administração do Programa (GAP) são importantes, pois são utilizados para efetivação das ações propostas. Sua execução deve seguir os trâmites da legislação brasileira, o que nem sempre possibilita as realizações em prazos pactuados.

Entre as restrições para melhor desempenho do Programa, destacam-se recursos materiais insuficientes e infra-estrutura inadequada nas equipes gerencial e executoras, recursos humanos precarizados e insuficientes, recursos financeiros comprometidos por restos a pagar e demora nos trâmites regulares dos processos licitatórios.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A participação social é fundamental para a resposta positiva na redução da carga de morbidade das doenças crônicas não-transmissíveis com conseqüente diminuição das despesas com assistência médico-hospitalar. O Programa possui mecanismos de promoção da participação social, tais como reuniões sistemáticas com centros de ensino e pesquisa e discussões em conselho setorial, com reuniões periódicas e pré-agendadas com a representatividade de secretários estaduais e municipais.

Destaca-se a importância de um sistema de vigilância para DANT considerando que as mesmas lideram as causas de morte no País contribuindo para elevada carga de morbidade na população brasileira.

O MS enfatiza que para serem consideradas suficientes, as ações do Programa precisam ser ampliadas para o âmbito de Municípios para atingir de forma completa o objetivo.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) esclarece que ações deste Programa serão executadas no Programa Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos, no PPA 2008-2011.

VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E ATENÇÃO EM HIV/AIDS E OUTRAS DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS

GERENTE DO PROGRAMA

Gerson Oliveira Penna

OBJETIVO

Reduzir a incidência da infecção pelo vírus da imunodeficiência humana e da síndrome da imunodeficiência adquirida (aids) e de outras doenças sexualmente transmissíveis (DST) e melhorar a qualidade de vida dos pacientes.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.088.562.728,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.034.931.065,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 1.034.931.065,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Coeficiente de Incidência de Aids - 1/100.000	19.50	17.20	18.00	19.00	17.00	-
2. Coeficiente de Mortalidade por Aids - 1/100.000	6.40	6.10	6.00	6.00	6.00	100%
3. Taxa de Detecção de Casos de Sífilis Congênita – Porcentagem	-	38.50	46.00	60.00	70.00	85,71%

1. COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA DE AIDS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O índice não foi alcançado devido a diversas situações de acompanhamento e análises que refletiram no resultado, tais como: alteração do Sistema Informatizado de Agravos de Notificação (Sinan) - sistema onde são lançados os caso de aids pelos Estados e Municípios; alterações na base do sistema que migrou de Windows para web, gerando problemas no lançamento dos dados; atraso no lançamento dos dados mais atuais por parte de Estados e Municípios; e falhas no processo de informação dos casos. Registra-se que a expectativa é a tendência decrescente do índice deste indicador ao longo do tempo.

2. COEFICIENTE DE MORTALIDADE POR AIDS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice foi alcançado conforme previsto. Registra-se que a expectativa é a tendência decrescente do índice deste indicador ao longo do tempo.

3. TAXA DE DETECÇÃO DE CASOS DE SÍFILIS CONGÊNITA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O índice não foi alcançado por situações de dificuldade de acesso ao diagnóstico na rede pública de saúde de Estados e Municípios.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Estudo realizado pelo Ministério da Saúde (MS) estima a existência de 600.000 casos de infecção pelo vírus da aids, considerando a população de 15 a 49 anos. As regiões Sul e Sudeste concentram 83% do total de casos de aids notificados, desde o início da epidemia. Considerando-se a razão de casos entre homens e mulheres, o indicador variou 6,5 casos entre homens para cada caso entre mulheres, em média, no período de 1980-1990 para 2,0:1,0 em 1999, 1,8:1,0 em 2000 e 1,7:1,0 em 2001, e o mesmo com relação a todas as faixas etárias. Particularmente, na faixa etária de 13 a 19 anos, esta razão entre homens e mulheres apresenta sinais de inversão entre 1998 e 2001 (0,9:1,0; 0,9:1,0; 0,8:1,0 e 0,6:1,0 respectivamente).

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Foram alcançadas mudanças comportamentais para prevenir DSTs e HIV, com um forte enfoque em grupos de maior vulnerabilidade, na transmissão vertical, na promoção de preservativos, na redução de riscos em usuários de drogas injetáveis (UDI), na expansão de serviços de testagem e aconselhamento e na informação, educação e comunicação, mediante campanhas e materiais informativos diversos.

• As atividades de prevenção foram ampliadas e integradas a outros programas de saúde, incluindo hepatite, tuberculose, malária e o Programa de Saúde da Família (PSF), saúde da mulher, saúde do adolescente e saúde mental. Realização de treinamento das equipes de Saúde da Família sobre prevenção e diagnóstico e encaminhamentos para HIV/Aids e DST expandindo a abrangência e qualidade do Programa.

• Articulação com outras instituições do Governo Federal, que resultou na estruturação de políticas e programas governamentais, tais como o Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de Aids e DST, o Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de Aids e das DSTs entre Gays, outros HSH e Travestis e o Programa Estratégico de Ações Afirmativas: População Negra e Aids.

• Intervenções estruturais que impactaram no acesso aos serviços de saúde e insumos de prevenção, como campanhas educativas continuadas, integração da saúde com programas de erradicação da pobreza, de combate à discriminação, de promoção e proteção dos direitos humanos, de educação e de justiça.

• Mais de 90% das escolas desenvolvem algum tipo de ação com temas relacionados às DSTs e aids e/ou correlatos durante o ano letivo. Dessas escolas, 18% do ensino médio e 9% do ensino fundamental têm programas de distribuição gratuita de preservativos.

• O Projeto Aids III apoiou as seguintes ações para a população indígena: a implantação do Plano de Ação de prevenção e assistência as DST/HIV/Aids nos 34 distritos sanitários especiais indígenas (DSEI), financiando equipamentos, materiais permanentes e outros bens e serviços necessários à implementação das ações; suprimento de medicamentos para tratamento das DSTs para os DSEI; e estabelecimento de uma rede de referência em DST/HIV/Aids.

• Atividades em Diagnóstico, Assistência e Tratamento das DSTs e do HIV/Aids, para estabelecer unidades de dispensação de medicamentos, melhorar a logística de distribuição, aumentar a adesão ao tratamento, expandir os serviços de saúde e laboratoriais, introduzir o credenciamento de serviços e atividades de assistência.

• Aumento do número de laboratórios de exames de CD4 de 88 para 92, de exames de carga viral de 73 para 82, e de exames de genotipagem de 14 para 20, resultando em ampliação do acesso da população a exames laboratoriais para o diagnóstico do HIV e das DST e para o acompanhamento do HIV, assim como em redução no tempo de resposta.

• Lançamento do Plano Operacional para Redução da Transmissão Vertical do HIV e da Sífilis Congênita que visa à redução da mortalidade materna e da mortalidade infantil, obtendo-se o aumento da cobertura de testagem para sífilis no pré-natal em gestantes de 2,1 milhões para 4,8 milhões, e de testes anti-HIV, de 1,4 milhão para 2,3 milhões.

• Aumento de 430 Municípios para 455 Municípios participantes da política de incentivo até dezembro de 2007, resultantes da descentralização das ações pelos Estados.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A execução física das ações do Programa ficou entre 80% e 100% do previsto para 2007. Apenas parte de uma ação ficou pendente para 2008, em virtude de demora na assinatura de contratos. Somente uma ação (Incentivo Financeiro a Estados, Distrito Federal e Municípios para Ações de Prevenção e Qualificação da Atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis) teve o alcance de sua meta parcialmente atingido, devendo-se em parte a insuficiência de recursos previstos no orçamento, o que não permitiu expansão da execução da ação conforme esperado.

Com relação às demais ações do Programa, os recursos previstos no orçamento foram suficientes e liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação.

Outros aspectos que, em menor grau, influenciaram a execução das ações foram a precariedade nos contratos de recursos humanos na equipe gerencial, com contratação por meio de agências internacionais, e alegação das Secretarias Estaduais de Saúde e das Secretarias Municipais de Saúde de limitações impostas pela Lei Responsabilidade Fiscal (LRF) para contratação de pessoal e a demora na assinatura de contrato para aquisição de preservativos, cujos resultados devem ser atingidos somente durante o ano de 2008.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Entre os mecanismos de monitoramento da execução das ações, destacam-se visitas para supervisão e assessoria técnica aos órgãos executores e a disponibilização de sistemas informatizados, tais como:

a) Sinan que acompanha os casos identificados e notificados de aids;

b) Sistema Informatizado de Mortalidade (SIM);

c) Sistema sobre o Registro de Nascimentos (Sinasc);

d) Sistema de Controle de Exames Laboratoriais de Acompanhamento do HIV (SISCEL);

e) Sistema de Acompanhamento de Realização de Testagem (SIS-CTA);

f) Sistema Informatizado de Controle Logístico de Medicamentos ARV (SICLOM) que acompanha a disponibilização de medicamentos anti-retrovirais (ARV) para as pessoas que vivem com HIV/aids .

O Programa realiza parceiras com organizações da sociedade civil (OSC) e com organizações não-governamentais (ONG). O desempenho geral em 2007 foi médio, considerando um universo de 500 projetos com OSC/ONG. A grande maioria cumpre as metas e produtos propostos, havendo necessidade, algumas vezes, de prorrogação do instrumento jurídico de parceria para que o projeto seja finalizado com a execução da meta proposta. Uma das formas de aperfeiçoar as parcerias é com capacitação para as OSC/ONG e suas equipes.

A participação social tem contribuído para o alcance dos objetivos e metas do Programa e pelo seu sucesso e referência nacional e internacional. São mecanismos utilizados para incentivar a participação social:

a) a Integração do Programa à Ouvidoria do MS - Disque Saúde, sistema de atendimento de usuários via telefone 0800, respondendo a todas as questões relativas ao HIV/aids e outras DST;

b) a Comissão Nacional de Aids (CNAIDS) é composta por representantes do Governo Federal e seus Ministérios, representações de universidades, de usuários da saúde, da sociedade civil e da diretoria do Programa e reúne-se a cada trimestre;

c) a Comissão de Articulação com o Movimento Social (CAMS) é formada por representantes dos fóruns ONG/Aids dos Estados do Brasil e reúne-se periodicamente a cada 40-50 dias para discussão de assuntos pertinentes à participação da sociedade civil na implementação de ações em DST/HIV/Aids.

Alguns assuntos são levados ao CNS, que possui um grupo técnico específico HIV/Aids e outras DSTs. A gerência do Programa também se articula e apresenta propostas junto ao CONASS e ao CONASEMS, visando a melhoria do desempenho da execução de ações e metas em DST/HIV/Aids.

Em 2007, o Programa realizou a consulta pública relativa ao Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de Aids e de outras DST entre Gays, outros HSH e Travestis

O Programa avalia a satisfação de seus beneficiários de várias maneiras e nas diferentes populações-alvo. O *recall* de campanhas de prevenção é um bom indicador da satisfação da população geral e de populações específicas. A quase ausência de reclamações e demandas pela falta de medicamentos ARV é outra indicação da satisfação do beneficiário que recebe a medicação ARV adquirida e disponibilizada pelo Programa.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) esclarece que ações deste Programa serão executadas nos programas Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos e Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos, no PPA 2008-2011.

VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DA MALÁRIA E DA DENGUE

GERENTE DO PROGRAMA

Gerson Oliveira Penna

OBJETIVO

Reduzir a ocorrência da malária e da dengue mediante controle vetorial.

PÚBLICO-ALVO

População residente em áreas receptivas e vulneráveis à malária e à dengue

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 68.131.950,00	Empenho Liquidado:	R$ 54.606.126,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 54.606.126,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Coeficiente de Incidência de Dengue – 1/100.000	-	101.40	185.00	295.80	83.16	-
2. Coeficiente de Incidência de Malária na Amazônia Legal - 1/100.000	-	2407.00	2260.00	18.00	19146.25	0,09%

1. COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA DE DENGUE
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A dengue é uma doença que não possui vacina e depende de uma atuação, com enfoque inter-setorial, em cada um dos Municípios. A grande concentração da população em centros urbanos (81%), com alta densidade demográfica e deficiências no abastecimento contínuo de água, induzindo ao armazenamento de água em tambores, tonéis e tinas, assim como a deficiência na coleta e no destino adequado dos resíduos sólidos, favorecem as infestações por *aedes aegypti* e a transmissão da doença. As epidemias ocorridas nos Estados de São Paulo (SP), Mato Grosso do Sul (MS), Paraná (PR) e Rio de Janeiro (RJ) influenciaram o coeficiente de incidência do País (48% dos casos). Registra-se que a expectativa é a tendência decrescente do índice deste indicador ao longo do tempo.

2. COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA DE MALÁRIA NA AMAZÔNIA LEGAL
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A prioridade política para as ações de prevenção e controle da malária nos Estados da Amazônia Legal, com a mobilização dos Governadores e Secretários Estaduais de Saúde, a ampliação da rede de diagnóstico, o contínuo apoio técnico e a realização de supervisões por parte do Ministério da Saúde (MS), a viabilização de ações articuladas com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a substituição do tratamento de primeira escolha para os tratamentos dos casos de malária por *plasmodium falciparum* foram fundamentais para a redução de 16% no número de casos em relação a 2006. O coeficiente de incidência foi calculado em função do número de casos por 1.000 habitantes para padronizar com o indicador usado no Programa, que é a incidência parasitária anual. A dimensão de referência não está correta e já foi alterada para o PPA 2008-2011, sob as seguintes justificativas técnicas:

a) a fórmula de cálculo para determinação do risco de transmissão de malária numa determinada área geográfica considera o número de lâminas positivas para malária dividida pela população total residente da área multiplicado por 1.000 e não por 100.000, como está no PPA 2004-2007;

b) entre as propriedades desejáveis do indicador de malária, que mede o risco de ocorrência da doença numa área geográfica considerada, estão a sensibilidade e a historicidade desse indicador. A sensibilidade do indicador fica reduzida quando aplicado em grandes populações e extensões geográficas. Quanto à historicidade deste indicador, há disponibilidade de séries históricas, extensas e comparáveis, de vários decênios na Coordenação Geral do Programa Nacional de Controle da Malária (CGPNCM);

c) o coeficiente de incidência deve ser calculado por 1.000 habitantes para padronizar com o indicador usado no Programa de Controle da Malária, que é a incidência parasitária anual.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A malária constitui um importante problema de saúde pública no Brasil, especialmente na Amazônia Legal, onde se concentram mais de 99% dos casos registrados no País. Em 2002, foram registrados 349.842 casos no País. A dengue é um problema de saúde pública no Brasil com a circulação simultânea de três sorotipos em 22 Estados da Federação e a tendência de aumento no número de casos de febre hemorrágica de dengue e óbitos. Em 2002, foram registrados 794.219 casos de dengue com 2.714 casos de febre hemorrágica de dengue e 150 óbitos. Cerca de 3.600 Municípios do País encontram-se infestados por *aedes aegypt*.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Redução de 16,9% no número de casos de malária em relação ao ano de 2006.
- Redução em 33% nas internações hospitalares por malária na região amazônica.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os recursos orçamentários foram considerados suficientes, e liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. Foram executados cerca de 80% dos recursos previstos. Há ainda alto impacto das ações não-orçamentárias: a mudança de comportamento da população, particularmente em relação aos ambientes favoráveis ao mosquito transmissor da dengue, depende de uma série de ações, que extrapolam o setor saúde.

Apesar do alcance entre 80% e 100% das metas físicas das ações, ainda há problemas na execução do Programa. A ocorrência de epidemias de dengue, principalmente, nos Estados de SP, MS, RJ e PR, influenciou o coeficiente de incidência do País, que ficou enquadrado no estrato de média incidência (297 casos por 100.000 habitantes). Além disso, parte dos Municípios não dispõe do quantitativo adequado de agentes de campo para realizar as visitas domiciliares de acordo com as recomendações técnicas.

Outros fatores influenciaram no desempenho do Programa:

a) parte dos Municípios não dispõe de mecanismos ágeis para a aquisição e manutenção de materiais essenciais para garantir a continuidade das ações de campo, de controle ou supervisão;

b) parte dos Municípios não dispõe de agentes de campo nos quantitativos adequados para executar as ações de acordo com as normas técnicas. Além disso, devido aos vínculos contratuais precários, a rotatividade dos profissionais é grande, havendo uma demanda permanente de capacitação;

c) grande maioria das Secretarias Estaduais de Saúde (SES) e das Secretarias Municipais de Saúde (SMS) não possui autonomia para realizar, com agilidade, processos licitatórios, o que repercute em baixa execução dos recursos que são transferidos pelo MS para a execução das ações de vigilância em saúde (Teto Financeiro de Vigilância em Saúde), o que inclui as ações de prevenção e controle da dengue e malária;

d) demora na transferência de recursos e na execução das ações de drenagem para o controle da malária na Amazônia Legal, que são viabilizadas por meio de convênios.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Entre os mecanismos para monitoramento do Programa, destacam-se as supervisões dos técnicos de cada uma das coordenações-gerais, priorizando os Estados que apresentam tendência no aumento no número de casos, tanto para malária quanto para dengue, por meio de visitas *in loco*. E, os sistemas informatizados implantados para ações de controle da malária e da dengue, que geram dados mensais de incidência e orientam sobre os locais onde as ações de prevenção e controle devem ser intensificadas. Embora as informações sejam disponibilizadas pelos executores, ainda existem dificuldades em relação à agilidade no repasse das informações geradas nos Municípios. A integração entre a gerência do Programa e os executores foi viabilizada, principalmente, por intermédio da participação nas reuniões estaduais de avaliação e nas supervisões periódicas.

O Programa passou recentemente a contar com parcerias não-governamentais para sua execução, principalmente, na educação e mobilização da população para o combate à dengue. Não há mecanismos de participação social estabelecidos ou avaliação de satisfação dos beneficiários, dificuldade que pode ser superada com a realização de pesquisas específicas.

O MS ressalta que as ações específicas do setor saúde, para garantir a sua efetividade, dependem fundamentalmente de ações setoriais destacando-se os seguintes aspectos:

a) dengue - abastecimento contínuo de água, coleta e destino adequado de resíduos sólidos;

b) malária - ações preventivas e integradas nas áreas de assentamentos, garimpos e projetos desenvolvimentistas na Amazônia Legal, capacidade de organização do crescimento de cidades de médio e grande porte da Amazônia Legal.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) esclarece que ações deste Programa serão executadas no Programa Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos, no PPA 2008-2011.

VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE PRODUTOS, SERVIÇOS E AMBIENTES

GERENTE DO PROGRAMA

Dirceu Raposo de Mello

OBJETIVO

Prevenir riscos à saúde da população mediante a garantia da qualidade dos produtos, serviços e dos ambientes sujeitos à vigilância sanitária.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 256.776.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 237.928.885,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 237.928.885,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Percentual de Hospitais Alimentando o Banco de Dados do Sistema Nacional de Informação para o Controle de Infecção em Serviços de Saúde (Sinais) - Porcentagem	-	-	12.00	20.30	60.00	33,83%
2. Taxa de Cobertura das Ações de Inspeção Sanitária em Relação aos Parâmetros Pactuados no Termo de Ajustes e Metas (TAM) – Porcentagem	-	100.00	91.43	73.88	100.00	73,88%
3. Taxa de Notificação de Reação Adversa Grave a Medicamentos Porcentagem	27.60	33.36	33.29	38.43	19.25	199,64%

1. PERCENTUAL DE HOSPITAIS ALIMENTANDO O BANCO DE DADOS DO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÃO PARA O CONTROLE DE INFECÇÃO EM SERVIÇOS DE SAÚDE (SINAIS)

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

No ano de 2007, 478 hospitais estavam cadastros no Sinais. Esse quantitativo representa o número de hospitais que deviam alimentar o banco de dados do Sinais. Porém, o módulo

de transmissão dos dados para o banco de dados nacional ficou prejudicado durante praticamente todo o ano devido a problemas de informática que inviabilizaram o envio dos mesmos. Estes problemas só foram solucionados em dezembro de 2007, o que prejudicou sobremaneira a implementação do sistema nos Estados e o envio de dados pelos hospitais prioritários, prejudicando o alcance da meta.

2. TAXA DE COBERTURA DAS AÇÕES DE INSPEÇÃO SANITÁRIA EM RELAÇÃO AOS PARÂMETROS PACTUADOS NO TERMO DE AJUSTES E METAS (TAM)
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Em 2007, foram inspecionados 73,88% dos estabelecimentos pactuados. Essa meta vinha se desenvolvendo conforme expectativa inicial até meados de 2007, mas com a alteração da dinâmica de pactuação pela Portaria GM/MS nº 1.998, de 21 de agosto de 2007, houve descontinuidade e irregularidade no envio sistemático das informações relativas às inspeções pelos gestores estaduais. Esta descontinuidade no repasse das informações prejudicou o cumprimento da meta, embora o dado apresentado não represente necessariamente uma redução real nas ações de inspeção pactuadas.

3. TAXA DE NOTIFICAÇÃO DE REAÇÃO ADVERSA GRAVE A MEDICAMENTOS
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Notificar reações adversas graves inesperadas permite à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) identificar precocemente problemas de segurança sanitária com medicamentos e adotar as medidas necessárias para minimizar e contornar os riscos. Com esse intuito, a Anvisa vem incrementando nos últimos anos ações que possibilitem o crescimento do número de notificações de reações adversas a exemplo da implementação do Sistema de Notificação em Vigilância Sanitária (Notivisa). No entanto, esse esforço desencadeou o aumento contínuo do indicador, por causa da adesão dos profissionais de saúde às notificações de reações adversas, incluindo as reações adversas graves. Tendo em vista que as ações de fomento à notificação ainda estão em andamento, é esperado que esse indicador continue a aumentar, destoando da referência esperada inicialmente.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O campo de atuação da vigilância sanitária brasileira é principalmente a proteção da saúde, incluindo também ações de promoção. Assim, sua finalidade é proteger a saúde da população por intermédio do controle sanitário da produção, da circulação e da comercialização de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária, inclusive dos ambientes, dos processos, dos insumos e das tecnologias a eles relacionados, bem como o controle de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados. As competências do Sistema Único de Saúde (SUS) relacionados ao trabalho de proteção à saúde dão a

dimensão da importância da vigilância sanitária neste sistema. A produção, distribuição e comercialização de medicamentos, cosméticos, saneantes, alimentos e outros produtos de saúde, bem como a prestação de serviços de saúde pode se converter em um risco para a população caso esses processos não tenham sido feitos com um padrão de qualidade que garanta a sua utilização de forma segura.

A ingestão e outras formas de contato com substâncias potencialmente prejudiciais à saúde podem acarretar uma série de danos, podendo, eventualmente, levar à morte. A circulação de pessoas por intermédio dos meios de transporte provenientes do exterior ou de outros Estados brasileiros é outro foco de atuação da vigilância, inclusive no controle das condições sanitárias dos portos, aeroportos, fronteiras e terminais alfandegados por onde transitam viajantes e mercadorias, incluindo ações de vigilância epidemiológica, imunização e vigilância ambiental. Por meio dessa ação, previne-se a entrada e disseminação de doenças, seus agentes e vetores e reservatórios. A promoção da saúde, e não só o tratamento da doença, encontra amparo na concepção dos constituintes sobre os programas sociais

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Realização de cerca de 27 mil fiscalizações de produtos e de serviços sujeitos ao controle da vigilância sanitária e mais de um milhão de fiscalizações sanitárias em portos, aeroportos, postos de fronteiras e terminais alfandegados.

• Proibição da fabricação e distribuição de 210 medicamentos similares, de alto risco sanitário, devido à insuficiência de testes de biodisponibilidade relativa realizados em seres humanos.

• Realização de inspeções internacionais em 883 unidades fabris de medicamentos que exportam produtos para o Brasil, pela necessidade de cumprimento de regras sanitárias estabelecidas previamente para produtos que entram no território brasileiro.

• Capacitação de 57 profissionais de saúde dos Centros de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos (CNCDO) e de 120 profissionais dos serviços de vigilância estaduais e municipais, visando treiná-los para a inspeção de Bancos de Tecidos Musculoesqueléticos (BTME) e Bancos de Células e Tecidos Germinativos (BCTG).

• Recepção de 9.733 notificações de eventos adversos e queixas técnicas dos produtos sob vigilância sanitária, provenientes de todos os Estados do País e registradas Notivisa. A partir das notificações são realizadas análises para identificação dos possíveis riscos apresentados e, concomitantemente, são emitidos alertas registrados no próprio Sistema.

• Avaliações de preços em cerca de 2.000 novas apresentações de medicamentos novos, no âmbito da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (Cmed), órgão intergovernamental responsável por controlar os preços de medicamentos.

• Capacitação de 317 docentes, 136 profissionais que atuam em vigilância sanitária, 50 técnicos dos órgãos de proteção do consumidor (Procon) e 867 alunos para estimular o hábito da reflexão crítica sobre o uso racional de medicamentos, em especial na comunidade escolar. O Projeto Educação e Promoção da Saúde no Contexto Escolar – o contributo da Anvisa para o uso racional de medicamentos tem como público-alvo professores e alunos do ensino fundamental e médio de escolas públicas, profissionais, técnicos da vigilância sanitária e dos Procons, sendo desenvolvido em 45 escolas e atingindo aproximadamente 15.000 alunos.

• Edição da Portaria GM/MS nº 1.998, de 21 de agosto de 2007, que regulamenta o repasse de recursos financeiros para Estados, Distrito Federal e Municípios, cuja finalidade é o fortalecimento da capacidade de execução e a delimitação das responsabilidades dos gestores do SUS, por meio do estabelecimento de metas de cobertura e da definição de indicadores de desempenho. Estes são componentes relevantes para o processo de pactuação entre os entes federados e para o estabelecimento de programações locais de vigilância sanitária compatíveis com a capacidade de gestão apresentada.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O desempenho das ações da Anvisa foi positivo no ano de 2007. Das 10 ações com metas propostas - distribuídas em três programas - sete foram cumpridas, tendo sido a execução, em termos dessas metas, de 70%. Vale ressaltar que a própria dinâmica do setor saúde, com o advento do Pacto pela Saúde, requer uma reorganização e uma reorientação das atividades o que prejudicou, em parte, a evolução de algumas metas e indicadores. Tendo em vista que o conjunto de atividades que a Anvisa realiza é de um volume maior do que as que são escolhidas para compor a estrutura de monitoramento do PPA, tem-se o entendimento de que o desempenho geral da instituição está em torno de 84% - considerando também o alcance das metas do Plano Nacional de Saúde (PNS) e do Contrato de Gestão, para o ano de 2007).

Os recursos orçamentários destinados ao Programa foram suficientes e liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. Não houve problemas de fluxo financeiro para atendimento da execução financeira. Foram executados 92,6% dos recursos previstos.

Em 2007, as transferências para as ações de vigilância sanitária financiadas com recursos da Anvisa e do FNS totalizaram R$ 157,3 milhões, o que representou aportes financeiros às Unidades Federadas equivalentes a 63,82% da arrecadação total da Agência naquele ano (R$ 246,6 milhões). Com esses recursos, foram inspecionados 73,88% dos estabelecimentos pactuados, o que equivale a 37.462. Vale ressaltar que a alteração da dinâmica de pactuação (Portaria GM/MS 1998/07) gerou descontinuidade e irregularidade no envio sistemático das informações relativas às inspeções pelos gestores estaduais. A integração entre a gerência do Programa e os entes executores ocorre mediante a estratégia de apoio técnico descentralizado que a gerência desenvolve e pelo monitoramento semestral, realizado em conjunto com a Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do MS, que inclui visitas *in loco*.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Para o monitoramento das ações, a Anvisa realiza visitas técnicas semestrais a Estados e Municípios de grande porte, com o objetivo de monitorar as ações pactuadas entre os três entes e apoiar as atividades das esferas subnacionais numa visão de gestão compartilhada. Além disso, a Anvisa elabora semestralmente e ao final de cada ano o Relatório de Avaliação do Contrato de Gestão, enviado ao MS, ao Conselho Consultivo da Anvisa e ao Conselho Nacional de Saúde (CNS). É elaborado, também, o Relatório de Atividades da Anvisa, que tem escopo maior que o Contrato de Gestão e é encaminhado e apresentado no Congresso Nacional. Ambos os relatórios são meios de prestação de contas das ações e do desempenho da Anvisa associados ao recurso público utilizado.

É importante registrar, contudo, dificuldades em relação à temporalidade entre a captação dos dados e o período de alimentação do Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação de Ações em Saúde (SISPLAM), visto que as informações são geradas nos Municípios e consolidadas nos Estados.

Entre os mecanismos de participação social adotados pelo Programa, cabe destacar:

a) reunião com grupos de interesse, por meio das 10 câmaras setoriais atualmente existentes, que se constituem em espaços de discussão com representantes de outras instâncias governamentais, do setor regulado e dos usuários. Os integrantes das câmaras reúnem-se quando identificam temas prioritários e discutem propostas de diretrizes estratégicas a serem seguidas pela Anvisa;

b) audiências e consultas públicas, dentro das diversas áreas de atuação da vigilância sanitária;

c) conselho setorial, onde os assuntos de relevância da vigilância sanitária são levados para discussão no CNS. Em 2007, em reunião ordinária do CNS, foi aprovado o Plano Diretor de Vigilância Sanitária (PDVISA);

d) Ouvidoria, que recebe, pela Internet, e-mail, cartas, fax ou pessoalmente, demandas dos cidadãos que vão desde denúncias à solicitação de informações. O sistema "Anvis@tende" (formulário eletrônico) permite que haja um prazo de atendimento (15 dias úteis) e uma resposta para todas as mensagens enviadas. Elas recebem um número de registro e são acompanhadas pela equipe da ouvidoria e pelo próprio remetente. Em 2007, foram recebidas cerca de 20.507 mensagens.

O MS, em termos de desenho do Programa, considera insuficiente uma avaliação baseada nos resultados dos indicadores. Como o Programa tem uma considerável abrangência, quaisquer que sejam os indicadores definidos, eles representam apenas um recorte de uma função ou campo da vigilância sanitária. No que se refere à suficiência das ações, tendo em vista a abrangência do Programa seria necessário um maior número de ações para alcançar as várias funções e os vários campos de atuação da vigilância sanitária.

No que se refere à suficiência das ações, tendo em vista a abrangência do Programa seria necessário um maior número de ações para alcançar as várias funções e os vários campos de atuação da vigilância sanitária. No entanto, na estrutura do PPA 2008-2011 foi feito um enxugamento das ações, buscando agregá-las, de forma a facilitar o monitoramento. Nesse sentido, as ações têm uma abrangência maior que a do PPA 2004-2007, entretanto foi mantido o mesmo número de produtos e consqüentes metas físicas. Isso dificulta a avaliação quantitativa do PPA, uma vez que não se consegue medir com uma única meta uma ação que comporta mais de uma função e/ou campo de atuação da vigilância sanitária.

MINISTÉRIO DAS CIDADES

- Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Pequeno Porte
- Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Médio e Grande Porte
- Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros
- Financiamento Imobiliário Habitacional
- Fortalecimento da Gestão Urbana
- Habitação de Interesse Social
- Mobilidade Urbana
- Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H)
- Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais
- Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos
- Serviços Urbanos de Água e Esgoto
- Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para o Ministério das Cidades (MCidades), foram utilizados **R$ 13.618.620.700,30** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R$ 9.101.566.191,00	Realizado orçamentário:	R$ 7.145.667.027,00
Recursos não-orçamentários previstos:	R$ 10.450.788.787,08	Realizado não-orçamentário:	R$ 6.472.953.673,30
Total previsto:	**R$ 19.552.354.978,08**	**Total realizado:**	**R$ 13.618.620.700,30**

Além disso, do total de **R$ 2.457.529.869,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram executados **R$ 1.143.583.809,00**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do MCidades, no período do PPA 2004-2007, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Finalístico	6002 Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Médio e Grande Porte	3,49%	5,06%	6,18%	3,82%	4,56%
	6001 Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Pequeno Porte	7,78%	15,54%	16,17%	9,79%	12,08%
	1295 Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros	24,95%	24,39%	18,26%	8,82%	15,84%
	1136 Fortalecimento da Gestão Urbana	1,01%	1,38%	0,32%	0,46%	0,66%
	9991 Habitação de Interesse Social	16,46%	16,95%	6,62%	11,67%	12,04%
	9989 Mobilidade Urbana	3,99%	3,87%	3,56%	5,76%	4,68%
	0810 Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H	0,02%	0,03%	0,01%	0,01%	0,01%
	1137 Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais	1,05%	0,34%	0,30%	0,16%	0,34%
	6004 Revitalização da Infra-estrutura em Áreas do Patrimônio Histórico Nacional	0,00%	0,08%	0,00%	0,00%	0,01%
	0660 Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos	2,14%	1,80%	1,58%	1,05%	1,44%
	0122 Serviços Urbanos de Água e Esgoto	25,76%	21,26%	22,64%	26,50%	24,56%
	1128 Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários	12,80%	8,39%	22,97%	23,46%	19,30%
Finalístico Soma		**99,45%**	**99,08%**	**98,62%**	**91,50%**	**95,52%**
Gestão de Políticas Públicas	0310 Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano	0,55%	0,92%	1,38%	8,50%	4,48%
Total Global		**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

AVALIAÇÃO SETORIAL

Em 2007, a área de habitação avançou na implementação do Sistema Nacional de Habitação (SNH), dando início à elaboração do Plano Nacional de Habitação (PLANHAB), integrado a um conjunto de ações e medidas institucionais, econômicas e jurídicas. Inserido

no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o setor habitacional foi contemplado com um montante de recursos significativos. Para o quadriênio 2007-2010, entre recursos oriundos ou geridos pelo Governo Federal, foram destinados R$ 55,9 bilhões (incluindo contrapartidas estimadas em R$ 9,3 bilhões) para um atendimento estimado de 4,2 milhões de famílias. Esses recursos se destinam à construção de casas, urbanização de favelas, aquisição de terrenos, implantação de infra-estrutura, reforma de imóveis e compra de material de construção. Com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), em 2007, foram contratados R$ 650 milhões para urbanização de 146 assentamentos precários, R$ 304,4 milhões para provisão habitacional, R$ 35,7 milhões para elaboração de planos habitacionais pelos Municípios e R$ 9,7 milhões na contratação de assistência técnica.

Desde 2006, ano em que entrou efetivamente em operação, o FNHIS vem alocando R$ 1 bilhão por ano, mesmo montante previsto por ano até 2010, destinado a atender, em 2007, as necessidades habitacionais de aproximadamente 76 mil famílias de baixa renda.

A necessidade de focar a aplicação dos recursos disponíveis das diversas fontes no atendimento de famílias na faixa de renda de até cinco salários mínimos resultou na ampliação dos investimentos e na revisão dos programas, bem como na revisão das diretrizes de aplicação dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), a maior fonte de recursos do setor habitacional. Em 2007, destaca-se ainda, no âmbito do FGTS, a retomada das operações do Pró-Moradia, ação voltada a oferecer acesso à moradia adequada para a população em situação de vulnerabilidade social por intermédio de concessão de financiamento do setor público. Foram selecionadas propostas que totalizam R$ 1,3 bilhão.

Na perspectiva de promover um significativo avanço rumo à universalização dos serviços de saneamento básico no País, compreendendo seus quatro componentes: abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos urbanos e manejo de águas pluviais urbanas, o MCidades tem empreendido incansáveis esforços no sentido de viabilizar condições favoráveis à reestruturação legal e institucional do setor e ao incremento, cada vez mais significativo, do nível de investimentos em ações de saneamento.

No tocante à reestruturação legal, o ano de 2007 foi bastante representativo, uma vez que foi sancionada a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico. Baseada no planejamento integrado, na regulação, na cooperação federativa e no controle social, a nova legislação deverá trazer um forte impulso ao setor, propiciando condições seguras para alavancar investimentos, além de definir novos patamares de eficiência e de respeito aos direitos dos usuários.

Em reconhecimento à relevância do saneamento como agente promotor da saúde pública, além de grande gerador de empregos e promotor de desenvolvimento econômico e social, o setor foi contemplado no âmbito do PAC. Como plano estratégico de investimentos do Governo Federal para o período 2007-2010, o PAC contempla expressivos

investimentos em saneamento. Para saneamento, são previstos R$ 40,0 bilhões, dos quais R$ 20,0 bilhões provêm de recursos de financiamento do FGTS e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), sendo R$ 12,0 bilhões para o setor público e R$ 8,0 bilhões para o privado. Do Orçamento Geral da União (OGU) serão viabilizados R$ 12,0 bilhões, sendo que destes R$ 8,0 bilhões serão aplicados por intermédio do MCidades e R$ 4,0 bilhões pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), além de R$ 8,0 bilhões a serem aportados como contrapartida dos proponentes. A garantia destes recursos é fruto da priorização dada pelo Governo Federal ao setor e deverão beneficiar 7 milhões de famílias com abastecimento de água e 7,3 milhões de famílias com esgotamento sanitário. Os investimentos federais deverão alavancar outros investimentos nas esferas municipais e estaduais por parte de seus respectivos prestadores públicos de serviços de saneamento, principais responsáveis pelos investimentos diretos no setor.

O Estatuto da Cidade, que regulamenta os artigos da Constituição Federal referentes à Política Urbana, constitui a base da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) e representa um dos maiores avanços da legislação urbanística brasileira. O compromisso do Governo Federal com a implementação do Estatuto, cuja aplicação concreta nas cidades depende do estabelecimento de processos inovadores de planejamento urbano e gestão fundiária locais, requer uma atuação decidida do MCidades no sentido de disponibilizar meios e recursos, assim como mobilizar e sensibilizar o País para a necessidade de sua implementação.

O MCidades inovou ao incorporar novas áreas de atuação no âmbito do Governo Federal na temática urbana, passando a apoiar fortemente o planejamento territorial municipal, mediante a elaboração de Planos Diretores de caráter participativo, auxiliando os Municípios na gestão da situação fundiária dos assentamentos de população de baixa renda, com vista à regularização dos lotes, trabalhando junto a estes na prevenção e contenção de riscos em assentamentos precários e estimulando a reabilitação de áreas centrais em Municípios estratégicos.

O MCidades desenvolveu também uma ação de mediação voltada para evitar desfechos violentos em conflitos fundiários urbanos. Foram monitoradas 63 situações de conflito em 31 Municípios de 15 Estados, envolvendo 30.200 famílias. Desse total, 22 casos (14 Municípios), com 9.207 famílias, avançaram para soluções pactuadas e pacíficas. Nesse tema, o Conselho Nacional das Cidades criou o grupo de trabalho de Conflitos Fundiários Urbanos, que organizou o Seminário Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos na cidade de Salvador, ocorrido no mês de agosto de 2007, com o apoio do Governo do Estado da Bahia. O objetivo deste encontro foi levantar subsídios para a construção da Política Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos. Estiveram presentes representantes dos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, além de movimentos sociais e entidades de todo o Brasil que, por meio de debates estruturados a partir da realidade dos conflitos fundiários no País e das experiências existentes neste campo, buscaram identificar os principais desafios e questões que devem ser abarcados pela Política Nacional.

Além das atividades desenvolvidas especificamente nas diversas áreas, o MCidades participou da elaboração de Legislação Federal voltada para a remoção de obstáculos à concretização do direito à moradia. Nesse sentido, participou da elaboração da Lei nº 11.481, de

31 de maio de 2007, que trata da regularização fundiária e do acesso aos imóveis da União por beneficiários de programas habitacionais. Essa lei fortalece os instrumentos de reconhecimento do direito de posse da população de baixa renda, retira os principais entraves jurídicos e aperfeiçoa a legislação patrimonial simplificando os processos de entrega de títulos, além de criar os instrumentos para a alienação e transferência de imóveis ociosos para projetos habitacionais de interesse social. A aprovação dessa lei significa um grande avanço na segurança da posse e na ampliação do acesso a terra no País. Inovações e alterações presentes no texto, utilizados conjuntamente, abarcam toda uma cadeia de acesso à terra e aos financiamentos públicos, como é o caso da possibilidade de doação de imóveis da União, do reconhecimento da posse como garantia real para financiamento e da gratuidade do primeiro registro.

Participou também da elaboração da Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007, que dispõe sobre o término do processo de liquidação e a extinção da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA). Esta lei representa mais um avanço conquistado para regularização fundiária de imóveis públicos ocupados por população de baixa renda. Dentre os assuntos ligados à temática da regularização fundiária, destacam-se as possibilidades de alienação: por venda direta aos ocupantes de baixa renda, dos imóveis não-operacionais residenciais, beneficiários ou não de programas de regularização fundiária e provisão habitacional de interesse social; e, por venda direta, de imóveis não-operacionais aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal, entidades públicas e fundos de investimentos imobiliários, desde que a destinação seja para programas de regularização fundiária e provisão habitacional de interesse social e programas de reabilitação de áreas urbanas. Os bens imóveis da extinta RFFSA ficam transferidos à União, sendo que a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) passa a ser a responsável pelos imóveis não-operacionais e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura do Transporte (DNIT) do Ministério dos Transportes (MT) pelos imóveis operacionais.

Finalmente, o MCidades participa do processo de revisão da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, tendo elaborado propostas para sua transformação no novo marco regulatório da política fundiária urbana, a partir de amplas discussões realizadas no âmbito do Conselho das Cidades e no Governo Federal. O Projeto de Lei nº 20/2007 aguarda a apreciação do Plenário da Câmara dos Deputados.

As ações do Governo Federal de implantação, modernização e recuperação de sistemas metroferroviários tiveram, em 2007, aprovados recursos no montante de R$ 579,7 milhões, sendo R$ 106,8 milhões para a implantação do trecho rodoviário Camaragibe (TIP-TIMBI) e modernização do trecho rodoviário Recife-Cabo, do Sistema de Trens Urbanos de Recife, R$ 14,6 milhões para a implantação do trecho Eldorado–Vilarinho e do sistema de trens urbanos de Belo Horizonte, R$ 76,8 milhões para apoio à implantação dos trechos Sul e Oeste, do sistema de trens urbanos de Fortaleza, R$ 69,4 milhões para a implantação do trecho Lapa–Pirajá e modernização do trecho Calçada–Paripe, do sistema de trens urbanos de Salvador, e R$ 12,2 milhões para a recuperação dos sistemas de trens urbanos de Natal (RN), João Pessoa (PB) e Maceió (AL). Também foram assinados convênios com o Estado de São Paulo para apoio à implantação de trecho da Linha 2 do sistema

metroviário de São Paulo (SP), no valor de R$ 270,0 milhões, e com o Distrito Federal, para a implantação do trecho Taguatinga-Ceilândia do sistema metroviário de Brasília, no total de R$ 30,0 milhões. A assinatura dos novos convênios com a prefeitura de Salvador (BA) e com o Estado do Ceará garantiu a retomada dos projetos naquelas capitais, com o escopo original, restabelecendo, em Fortaleza (CE), a implantação do trecho subterrâneo e, em Salvador (BA), o trecho Acesso Norte-Pirajá, além da complementação do orçamento para a modernização do trem de subúrbio entre Calçada e Paripe. Em Recife (PE), na linha diesel, entre Cajueiro Seco e Cabo, a operação será feita com Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), da mesma forma que na linha Oeste de Fortaleza (CE).

No exercício de 2007, o MCidades teve como premissa básica a necessidade de qualificação dos gastos de forma a assegurar que os recursos alocados sejam aplicados com eficácia e eficiência, revertendo em benefícios diretos à população e, por mais um ano consecutivo, o direcionamento de grande parte dos recursos foi orientado por processo de seleção pública de propostas, com divulgação prévia dos requisitos e critérios de seleção e com transparência na aplicação do respectivo regulamento, privilegiando o atendimento às áreas mais carentes.

Ao MCidades compete tratar da política de desenvolvimento urbano e das políticas setoriais de habitação, saneamento ambiental, transporte urbano e trânsito. O órgão trabalha de forma articulada e solidária com os Estados e Municípios, além dos movimentos sociais, organizações não-governamentais, setores privados e demais segmentos da sociedade. Foram realizadas todas as ações e atividades de manutenção e funcionamento do Conselho das Cidades previsto para o ano, tais como: cinco reuniões do Conselho, incluindo uma extraordinária, quatro reuniões do Comitê de Habitação, três reuniões ordinárias do Comitê de Planejamento e Gestão do Solo Urbano, três reuniões do Comitê de Transporte e Mobilidade Urbana, 11 reuniões da Coordenação Executiva da 3ª Conferência Nacional das Cidades, três reuniões do grupo de Trabalho do Orçamento do Ministério, dentre outras, o que demonstra a grande participação da sociedade nos assuntos afetos ao MCidades.

Ao implementar políticas públicas ou programas, o Governo e suas organizações têm interesses em atingir determinados resultados, os quais são denominados de objetivos programáticos. A partir destes objetivos programáticos é possível avaliar se este Programa, ao ser implementado produz ou não tais resultados. A estrutura organizacional projeta e organiza os relacionamentos dos níveis hierárquicos e o fluxo de informações essenciais do Ministério. Em organizações complexas, nas quais se insere o MCidades, qualquer melhoria de eficácia torna-se impossível sem que a forma organizacional se transforme no sentido de acompanhar as estratégias e as mudanças impostas, como condição para lograr as metas de melhoria de eficácia.

A estrutura programática possui, como principal finalidade, demonstrar as realizações do Governo e o resultado pretendido, e trata diretamente das ações focadas por segmento, setor, natureza e localização do problema e dos seus resultados concretos. O MCidades precisa atuar e agir com rapidez para garantir o alcance de suas metas em face das inúmeras variáveis a que o ambiente o expõe. A competência organizacional passa obrigatoriamente pelo saber, pelo saber fazer e pelo saber agir, dentro de um ambiente de incertezas. A velocidade da resposta torna-se um fator crítico de êxito. As relações de interdependência

são percebidas com clareza. O MCidades possui coesão entre a atual estrutura programática e a sua estrutura organizacional. A articulação entre as unidades é satisfatória, mas não é a ideal. Os programas e as ações estão devidamente alocados nas diversas unidades e são compatíveis com os objetivos do órgão. Face às demandas existentes, que crescem continuamente, a estrutura organizacional tornou-se insuficiente. O Ministério possui um quadro de pessoal muito reduzido e faz-se necessário ampliar a qualificação. O espaço físico também é inadequado e insalubre, gerando insatisfação e desmotivação por parte dos servidores. Diante de tais fatos, o MCidades está elaborando a sua revisão organizacional, que irá melhorar a comunicação interprocessos, racionalizar os fluxos de informações e otimizar as suas atividades, entre outros benefícios. Quando da sua implementação, haverá uma adesão ainda maior entre a estrutura organizacional e a estrutura programática.

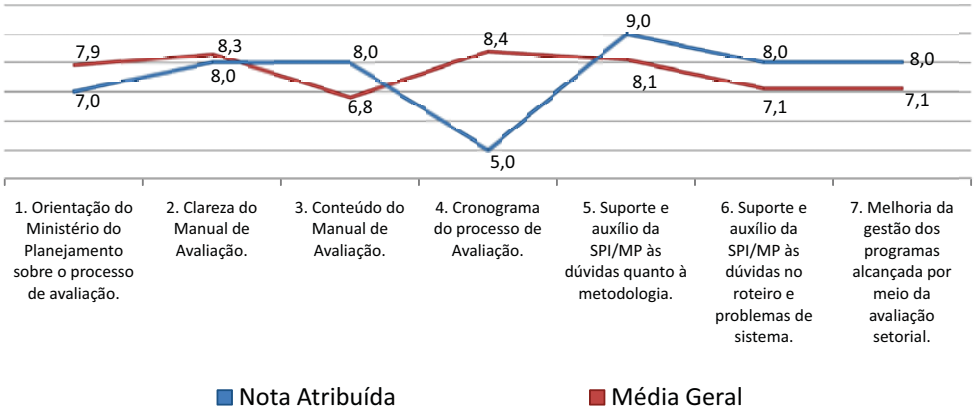
ASPECTOS RELEVANTES

Beneficiado pelo excelente desempenho da economia nos últimos anos, o setor habitacional tem se destacado bastante com recordes de expansão de volume de crédito e de financiamentos concedidos. O aumento do crédito e o barateamento dos juros reduziram as prestações dos financiamentos, impulsionando a demanda não só das classes média e alta como das classes mais baixas. A título de exemplo, comparando-se apenas a variação de um ano, de 2006 para 2007, na cidade de São Paulo, os empréstimos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) dobraram (variação positiva de 96%) e os lançamentos imobiliários cresceram 30%.

O PAC, iniciado em janeiro de 2007, lançou pesados investimentos nas áreas de saneamento, habitação e mobilidade urbana, projetando a aplicação de dezenas de bilhões de reais nestas áreas entre 2007 e 2010, através de fontes orçamentárias e não-orçamentárias. Alguns efeitos já podem ser sentidos como a expansão das dotações dos setores e a seleção de grandes projetos estruturantes em níveis regionais. Apesar dos resultados deste Programa só poderem ser analisados em sua concretude em 2010, a partir de 2008, o PAC já deve mostrar seus efeitos sobre os índices de habitação e saneamento.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pelo MCidades mediante a atribuição de notas, no intervalo de zero a 10, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas por item pelo MCidades e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:



APOIO AO DESENVOLVIMENTO URBANO DE MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE

GERENTE DO PROGRAMA

Leodegar da Cunha Tiscoski

OBJETIVO

Apoiar a adequação urbana por meio da adequação de recursos de infra-estrutura urbana que contribuam para a qualidade de vida da população, inclusive adequação de vias para sistemas motorizados e não-motorizados.

PÚBLICO-ALVO

População urbana de Municípios com até 100.000 habitantes

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.050.485.668,00	Empenho Liquidado:	R$ 797.496.192,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 797.496.192,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

O Programa não possui indicadores.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa surgiu tendo em vista a baixa qualidade de infra-estrutura urbana em Municípios de pequeno porte, prejudicando o desenvolvimento sustentável local.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Conclusão 2.944 obras de infra-estrutura no País correspondendo a investimentos de R$ 467 milhões entre 2002 e 2007. Empenhados mais de R$ 735 milhões para obras de infra-estrutura no País no ano de 2007. O número de 2.921 Municípios será beneficiado quando as intervenções forem concluídas.

• Os recursos orçamentários alocados para o Programa não foram empenhados em sua totalidade. Porém, o volume de recursos empenhados corresponde a mais de 76% do total consignado no Orçamento.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações são as visitas *in loco* e, a partir de 2006, a gerência do Programa adotou como rotina a efetivação de vistorias presenciais para acompanhamento da execução de algumas obras para as quais foi aplicado valor significativo de recursos, ou mesmo daquelas operações estrategicamente posicionadas, sendo as vistorias selecionadas por amostragem, com cobertura nacional, tendo em vista o grande volume de contratos firmados no âmbito do Programa. Há, ainda, os sistemas informatizados, nos quais o registro de acompanhamento da evolução das obras contratadas ocorre, também, por meio de consultas às informações disponibilizadas na Internet , na página da Caixa Econômica Federal (CEF).

A execução física ficou entre 40% e 80% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Antes de analisar a execução física é necessário prestar alguns esclarecimentos importantes. Predominantemente, as iniciativas de melhoria de obras de infra-estrutura urbana são plurianuais, uma vez que envolvem, via de regra, a execução de obras de engenharia para as quais são previamente exigidos, em muitos casos, o licenciamento ambiental, contratação de projetos básicos e executivos de engenharia, aspectos que demandam tempo para a concretização e apresentam inúmeras facetas e variações.

Levantamento empreendido pela equipe da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA) demonstra que já foram concluídas mais de 2.944 intervenções de melhoria de infra-estrutura urbana financiadas pelo Ministério das Cidades (MCidades) entre 2001 e dezembro de 2007. Nesse contexto, é equivocado se esperar que haja execução física significativa no mesmo ano de contratação da intervenção. Por isso, a apuração da execução física deveria ser empreendida em cada ano, a partir das iniciativas concluídas durante aquele exercício, e cujo desembolso está computado essencialmente na rubrica de restos a pagar (RAP) de anos anteriores. Também não consideramos correta a apropriação parcial da execução física das intervenções efetuada ano a ano a partir dos desembolsos financeiros realizados, pois as obras de melhoria de infra-estrutura urbana somente beneficiam a população após sua conclusão, e não durante sua execução. A esse respeito é importante destacar, ainda, que a forma de implementação da ação determina a maneira como se interpreta o desembolso financeiro. O MCidades, por trabalhar por meio de Contratos de Repasse, só efetua o desembolso financeiro de cada etapa da obra após a execução física, aferida pela Caixa Econômica Federal, de forma que, a execução física precede a financeira. Essa forma de trabalho pode comprometer o resultado de qualquer avaliação fundamentada em indicadores de desempenho financeiro.

Os recursos orçamentários executados foram suficientes. Especialmente se for considerado o empenho de R$ 791 milhões, correspondente a 79% da dotação autorizada na LOA 2007, reforçando a avaliação positiva do desempenho do Programa.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução física programada. O fluxo de recursos financeiros tem sido insuficiente, instável e com previsibilidade baixa, determinando a paralisação freqüente das obras e o encarecimento das intervenções.

A infra-estrutura na equipe gerencial é inadequada, principalmente devido à carência de sistema de informática e espaço físico apropriado. Há ainda carência de recursos materiais nas equipes executoras para acompanhamentos sistemáticos em campo de todas as iniciativas.

Mesmo após a execução do concurso público para criação de quadro próprio do MCidades, a quantidade de recursos humanos alocados na Gerência do Programa ainda não é suficiente. Ainda, é necessária uma maior quantidade de recursos humanos nas equipes executoras, pois além das atividades finalísticas do Programa, existem as tarefas administrativas inerentes que são também importantes para a execução adequada das atribuições do Programa.

O contingenciamento orçamentário interfere na finalização das intervenções, postergando o benefício a ser oferecido à população e tornando insegura a gestão do Programa e as intervenções mais onerosas.

Em vista da natureza das intervenções, os recursos financeiros de um exercício estão completamente ou quase comprometidos com pagamento das despesas das obras contratadas em anos anteriores e em execução.

Devido à baixa capacidade técnica e institucional da grande maioria dos Municípios, existe atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios. Uma parte significativa dos Municípios apresenta grande desconhecimento da legislação, acarretando em dificuldades em licitações e celebração de contratos.

A falta de estrutura dos órgãos de meio ambiente, que em muitos casos não estão preparados para atender às demandas regulares apresentadas, acarreta em muita lentidão na liberação de licenças ambientais, prejudicando, com isso, o andamento normal das iniciativas apoiadas.

O desempenho da execução das ações implementadas em outras unidades administrativas do próprio Ministério (programas intra-setoriais) é médio. Os repasses dos recursos à CEF para pagamento dos desembolsos aos Municípios beneficiados são de inteira responsabilidade das Subsecretarias de Planejamento, Orçamentário e Administração (SPOA).

As informações necessárias foram disponibilizadas pela unidade administrativa executora das ações. A SPOA encaminha mensalmente para a gerência responsável do Programa, planilha de empenhos para acompanhamento.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social. Os executores devem estimular a participação das famílias em todas as etapas do projeto, na gestão dos recursos financeiros da União destinados ao Programa, bem como na manutenção do patrimônio gerado por esses investimentos.

A participação da comunidade, mesmo incipiente, é sempre positiva para o desenvolvimento do Programa. Por isso, a SNSA busca estimular a participação da sociedade.

O Programa não avalia a satisfação de seus beneficiários. Este tipo avaliação ainda não foi planejada pelo MCidades. Há uma enorme carência de recursos humanos e materiais na área que tem impedido o planejamento deste tipo de avaliação.

O Programa apresenta boas práticas de gestão que poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal. A partir do exercício de 2005, o MCidades implementou um mecanismo de controle da gestão dos projetos contratados no âmbito dos programas sob sua responsabilidade. Esse instrumento tornou possível ao Ministério acompanhar, de fato, as diversas modalidades de obras que serão executadas especialmente com os recursos do Programa Pró-Municípios, uma vez que até então não havia sido adotado nenhum tipo de processo de gerenciamento dos projetos apoiados pelo Programa.

A metodologia utilizada para o monitoramento dos Contratos de Repasse firmados constitui na análise das informações prestadas pela entidade mandatária, a CEF, sobre os projetos beneficiados com recursos alocados ao orçamento do MCidades. Tais informações, apresentadas de forma sintetizada, possibilitam que a análise das especificações relativas a cada intervenção contratada, com a finalidade precípua de autorizar ou não o prosseguimento do avençado . A avaliação do relatório denominada Síntese de Projeto Aprovado (SPA) permite verificar a conformidade do valor do repasse e da correspondente contrapartida, o quantitativo de famílias beneficiadas e de projetos apoiados, bem como o tipo de intervenção a ser executada e a respectiva localização.

O MCidades ressalta a necessidade de incorporar ao Programa uma seleção criteriosa de projetos regida pela equipe técnica do órgão. A realização de seleção pública para a escolha de propostas é um poderoso instrumento para romper a cultura de ineficiência e clientelismo que caracterizava a aplicação dos recursos no setor de Saneamento Ambiental e Infra-Estrutura. A propósito, ressalta-se que a adoção de critérios técnicos para escolha dos projetos torna-se indispensável para o alcance de bons resultados.

Nesse sentido, é possível listar uma série de exigências que contribuem para incrementar a eficiência técnica, econômica e operacional dos projetos apoiados pela União, destacando-se: condicionar o aporte de recursos à regularização da situação da concessão, cobrar taxa ou tarifa específica para o serviço, conforme o caso, exigir um grau de institucionalização mínimo para que o proponente possa acessar aos recursos, comprovar o pleno andamento das obras anteriores financiadas ou apoiadas com recursos da União e implementadas pelo tomador (se existem obras anteriores paralisadas, não iniciadas ou concluídas, mas sem operação regular, o proponente não pode acessar aos recursos enquanto não regularizar a situação), e os níveis mínimos de eficiência na prestação dos serviços pelo tomador.

Ao delimitar competências claras, criar condições mínimas para especializar as equipes técnicas e permitir a retomada do planejamento setorial das iniciativas, incluindo a montagem de um sistema conjunto de monitoramento e avaliação das intervenções e do desempenho das instituições envolvidas, certamente o Governo obterá mais resultados positivos para a melhoria da situação da infra-estrutura e também do saneamento ambiental dos Municípios brasileiros, atingindo, assim, o objetivo de prover efetivamente serviços públicos de qualidade.

APOIO AO DESENVOLVIMENTO URBANO DE MUNICÍPIOS DE MÉDIO E GRANDE PORTE

GERENTE DO PROGRAMA

Leodegar da Cunha Tiscoski

OBJETIVO

Apoiar a implantação e/ou adequação de recursos de infra-estrutura urbana que contribuam para a qualidade de vida da população por meio de obras ou ações que não se enquadrem nas ações típicas de outros programas.

PÚBLICO-ALVO

População urbana de Municípios com mais de 100.000 habitantes

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 510.160.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 310.841.530,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 310.841.530,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

O Programa não apresenta indicador.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Baixa qualidade de infra-estrutura urbana em Municípios de médio e grande porte, prejudicando o desenvolvimento sustentável local.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Conclusão 1.065 obras de infra-estrutura no País, correspondendo a investimentos de aproximadamente de R$ 224 milhões entre 2002 e 2007. Empenhados mais de R$ 281 milhões para obras de infra-estrutura no País no ano de 2007, sendo beneficiados 133 Municípios quando as intervenções forem concluídas.

Os recursos orçamentários alocados para o Programa não foram empenhados em sua totalidade. Porém, o volume de recursos empenhados corresponde a mais de 61% do total consignado no orçamento.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações são as visitas *in loco*, e, a partir de 2006, a gerência do Programa adotou como rotina a efetivação de vistorias presenciais para acompanhamento da execução de algumas obras para as quais foram aplicados valores significativos de recursos, ou mesmo daquelas operações estrategicamente posicionadas, sendo as vistorias selecionadas por amostragem, com cobertura nacional, tendo em vista o grande volume de contratos firmados no âmbito do Programa.

A execução física ficou entre 40% e 80% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. Antes de analisar a execução física é necessário prestar alguns esclarecimentos importantes. Predominantemente, as iniciativas de melhoria de obras de infra-estrutura urbana são plurianuais, uma vez que, via de regra, envolvem a execução de obras de engenharia para as quais é previamente exigido, em muitos casos, o licenciamento ambiental, contratação de projetos básicos e executivos de engenharia, aspectos que demandam tempo para a concretização e apresentam inúmeras facetas e variações. Levantamento empreendido pela equipe da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA) demonstra que 1.065 intervenções de melhoria de infra-estrutura urbana financiadas pelo Ministério das Cidades (MCidades) foram concluídas entre janeiro de 2002 e dezembro de 2007. Nesse contexto, é equivocado se esperar que haja execução física significativa no mesmo ano de contratação da intervenção. Por isso, a apuração da execução física deveria ser empreendida em cada ano, a partir das iniciativas concluídas durante aquele exercício e cujo desembolso está computado essencialmente na rubrica de restos a pagar de anos anteriores.

Não se considera correta a apropriação parcial da execução física das intervenções, efetuada ano a ano a partir dos desembolsos financeiros realizados, pois as obras de melhoria de infra-estrutura urbana somente beneficiam a população após a sua conclusão e não durante sua execução. A esse respeito é importante destacar, ainda, que a forma de implementação da ação determina a maneira como se interpreta o desembolso financeiro. O MCidades, por trabalhar por meio de contratos de repasse, só efetua o desembolso financeiro de cada etapa da obra após a execução física, aferida pela Caixa Econômica Federal (CEF), de forma que a execução física precede a financeira. Essa forma de trabalho pode comprometer o resultado de qualquer avaliação fundamentada em indicadores de desempenho financeiros.

Os recursos orçamentários executados foram suficientes. Entende-se o resultado dos recursos orçamentários executados como suficiente, especialmente se considerarmos que se empenhou R$ 310 milhões, correspondente a 61% da dotação autorizada na LOA 2007, reforçando a avaliação positiva do empenho do Programa.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução física programada. O fluxo de recursos financeiros tem sido insuficiente, instável e com previsibilidade baixa, determinando a paralisação freqüente das obras e o encarecimento das intervenções.

A infra-estrutura na equipe gerencial é inadequada. A infra-estrutura ainda não está adequada para atender satisfatoriamente, principalmente, devido à carência de sistema de informática e espaço físico apropriado.

Há carência de recursos materiais nas equipes executoras para acompanhamentos sistemáticos em campo de todas as iniciativas.

Mesmo após a execução do concurso público para a criação de quadro próprio do MCidades, a quantidade de recursos humanos alocados na gerência do Programa ainda não é suficiente. Ainda é necessária uma maior quantidade de recursos humanos nas equipes executoras, pois além das atividades finalísticas do Programa, existem as tarefas administrativas inerentes que são também importantes para a execução adequada das atribuições do Programa.

O contingenciamento orçamentário interfere na finalização das intervenções, postergando o benefício a ser oferecido à população e tornando insegura a gestão do Programa e as intervenções mais onerosas.

Em vista da natureza das intervenções, os recursos financeiros de um exercício estão completamente, ou quase, comprometidos com o pagamento das despesas das obras contratadas em anos anteriores e em execução.

Devido à baixa capacidade técnica e institucional da grande maioria dos Municípios, existe atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios. Uma parte dos Municípios apresenta desconhecimento da legislação, trazendo dificuldades para licitações e celebração de contratos.

A falta de estrutura dos órgãos de meio ambiente, que em muitos casos não estão preparados para atender às demandas regulares apresentadas, acarreta em muita lentidão na liberação de licenças ambientais, prejudicando, com isso, o andamento normal das iniciativas apoiadas.

O desempenho da execução das ações implementadas em outras unidades administrativas do próprio Ministério (programas intra-setoriais) é médio. Os repasses dos recursos à CEF para pagamento dos desembolsos aos Municípios beneficiados são de inteira responsabilidade da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA).

As informações necessárias foram disponibilizadas pela unidade administrativa executora das ações. A SPOA encaminha mensalmente, para a gerência responsável do Programa, planilha de empenhos para acompanhamento.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social. Os executores devem estimular a participação das famílias em todas as etapas do projeto, na gestão dos recursos financeiros da União destinados ao Programa, bem como na manutenção do patrimônio gerado por esses investimentos.

A participação da comunidade, mesmo incipiente, é sempre positiva para o desenvolvimento do Programa. Por isso, a SNSA busca estimular a participação da sociedade.

O Programa não avalia a satisfação de seus beneficiários. Esse tipo de avaliação ainda não foi planejada pelo MCidades. Há uma enorme carência de recursos humanos e materiais na área que tem impedido o planejamento deste tipo de avaliação.

O Programa apresenta boas práticas de gestão que poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal. A partir do exercício de 2005, o MCidades implementou um mecanismo de controle da gestão dos projetos contratados no âmbito dos Programas sob sua responsabilidade. Esse instrumento tornou possível ao Ministério acompanhar, de fato, as diversas modalidades de obras que serão executadas especialmente com os recursos do Programa Pró-Municípios, uma vez que até então não havia sido adotado nenhum tipo de processo de gerenciamento dos projetos apoiados pelo Programa.

A metodologia utilizada para o monitoramento dos Contratos de Repasse firmados constitui-se na análise das informações prestadas pela entidade mandatária, a CEF, sobre os projetos beneficiados com recursos alocados ao orçamento da Pasta das Cidades. Tais informações, apresentadas de forma sintetizada, possibilitam que a análise das especificações relativas a cada intervenção contratada, com a finalidade precípua de autorizar ou não o prosseguimento da avença. A avaliação do relatório denominada Síntese de Projeto Aprovado (SPA) permite verificar a conformidade do valor do repasse e da correspondente contrapartida, o quantitativo de famílias beneficiadas e de projetos apoiados, bem como o tipo de intervenção a ser executada e a respectiva localização.

Segundo o Ministério, deve-se incorporar ao Programa uma seleção criteriosa de projetos regida pela equipe técnica do MCidades. A realização de seleção pública para a escolha de propostas é um poderoso instrumento para romper a cultura de ineficiência e clientelismo que caracterizava a aplicação dos recursos no setor de Saneamento Ambiental e Infra-Estrutura. Ressalta-se que a adoção de critérios técnicos para escolha dos projetos torna-se indispensável para o alcance de bons resultados.

Nesse sentido, é possível listar uma série de exigências que contribuem para incrementar a eficiência técnica, econômica e operacional dos projetos apoiados pela União, destacando-se em condicionar o aporte de recursos à regularização da situação da concessão, à cobrança de taxa ou tarifa específica para o serviço, conforme o caso, à exigência de um grau de institucionalização mínimo para que o proponente possa acessar os recursos, à comprovação do pleno andamento das obras anteriores financiadas ou apoiadas com recursos da União e implementadas pelo tomador (se existem obras anteriores paralisadas, não iniciadas ou concluídas, mas sem operação regular, o proponente não pode acessar aos recursos enquanto não regularizar a situação), e aos níveis mínimos de eficiência na prestação dos serviços pelo tomador.

Ao delimitar competências claras, criar condições mínimas para especializar as equipes técnicas e permitir a retomada do planejamento setorial das iniciativas, incluindo a montagem de um sistema conjunto de monitoramento e avaliação das intervenções e do desempenho das instituições envolvidas, certamente o Governo obterá mais resultados positivos para a melhoria da situação da infra-estrutura e também do saneamento ambiental dos Municípios brasileiros, atingindo, assim, o objetivo de prover efetivamente serviços públicos de qualidade.

DESCENTRALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS

GERENTE DO PROGRAMA

Elionaldo Maurício Magalhães Moraes

OBJETIVO

Melhorar os sistemas de transporte ferroviário urbano de passageiros e transferir as suas gestões para os governos locais.

PÚBLICO-ALVO

População das regiões Metropolitanas de Belo Horizonte (MG), Recife (PE), Fortaleza (CE), Salvador (BA) e Porto Alegre (RS) e das cidades de Maceió (AL), João Pessoa (PB) e Natal (RN)

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 726.017.640,00	Empenho Liquidado:	R$ 718.350.066,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 718.350.066,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte (MG) - Milhar	-	32023.00	35557.00	39490.00	44308.00	89,13%
2. Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza (CE) – Milhar	-	9436.00	7656.40	6271.00	9500.00	66,01%
3. Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de João Pessoa (PB) – Milhar	-	2386.00	2591.00	2874.00	2677.00	107,36%
4. Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Maceió (AL) – Milhar	-	1815.30	1499.70	1564.00	1820.00	85,93%
5. Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Natal (RN) – Milhar	-	2409.00	2443.00	2794.00	2713.00	102,99%
6. Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre (RS) – Milhar	-	47250.00	4082.01	45335.00	48500.00	93,47%

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
7. Número de Passageiros Transportados no Sistema De Trens Urbanos de Recife (PE) – Milhar	-	54331.00	57211.00	56615.00	72749.00	77,82%
8. Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Salvador (BA) – Milhar	-	4403.00	4166.30	3606.00	4400.00	81,95%
9. Taxa Ponderada de Transferência da Gestão dos Sistemas de Trens Urbanos – Porcentagem	-	75.40	75.40	75.40	84.30	89,44%

1. NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS NO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE (MG)
Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Este resultado foi superior em 11% ao realizado em 2006, chegando a transportar 155 mil passageiros em um dia. Em relação à meta prevista para 2007, o resultado ficou 29,5% abaixo, função da não conclusão do terminal de integração de Vilarinho e também do terminal de José Cândido da Silveira, que já está concluído, mas ainda não entrou em operação.

2. NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS NO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE FORTALEZA (CE)
Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O atraso nas obras, devido a renegociações necessárias para inclusão da ação no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) agora com o escopo previsto inicialmente, foi o fator mais forte para não se atingir as metas previstas.

3. NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS NO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE JOÃO PESSOA (PB)
Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O sistema de João Pessoa transportou, em 2007, 2.874 mil passageiros, superando em 10,9% ao realizado em 2006. Esse crescimento é resultado da manutenção da tarifa de R$ 0,50, muito inferior ao modal concorrente, associado a uma boa prestação de serviços. Este é o melhor resultado dos últimos 16 anos.

4. NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS NO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE MACEIÓ (AL)
Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Neste ano, o sistema teve reduzido o número de viagens, a partir de agosto, de 16 para 10 viagens/dia, retomando 16 viagens somente em novembro, devido à falta de segurança

na via permanente. O sistema, ainda não apresentando sua capacidade total, opera com 16 viagens/dia quando o normal seria de 22 viagens/dia dentro dos limites de segurança.

5. NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS NO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE NATAL (RN)
Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Esses resultados são reflexos das melhorias e investimentos realizados na recuperação do sistema, com a aquisição de materiais para manutenção da via permanente e do material rodante. Em 2007, a Superintendência de Trens Urbanos de Natal (RN) recebeu, para o tráfego, sete carros de passageiros totalmente reformados, além de ter investido na qualificação de pessoal, em cursos de informática, gestão pública e nas áreas de manutenção e operação.

6. NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS NO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE (RS)
Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Em 2007, foram transportados 45,33 milhões de passageiros. Este número vem crescendo de forma constante e significativa. Porém, entre 2006 e 2007, houve variação de -0,99%, correspondendo a uma redução de 452.676 passageiros em 2007.

7. NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS NO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE RECIFE (PE)
Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O desempenho ficou abaixo das metas estabelecidas para o exercício em função do menor número de dias úteis em 2007, e, principalmente, em decorrência de atrasos que não possibilitaram o cumprimento do cronograma do início de operação dos trechos de via e estações, tais como o início da operação comercial do trecho Imbiribeira-Porta Larga, o início da operação da ampliação do terminal de integração Joana Bezerra e da inauguração do terminal de Aeroporto.

8. NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS NO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE SALVADOR (BA)
Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O atraso nas obras, devido às renegociações necessárias para inclusão da ação no PAC agora com o escopo previsto inicialmente, foi o fator mais forte para o não cumprimento das metas previstas.

9. TAXA PONDERADA DE TRANSFERÊNCIA DA GESTÃO DOS SISTEMAS DE TRENS URBANOS

Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O último sistema com a gestão transferida ao governo local foi o sistema de trens urbanos de Salvador (BA), transferido à Prefeitura Municipal de Salvador em 2005. Desde então, a Taxa Ponderada de Transferência da Gestão dos Sistemas de Trens Urbanos tem-se mantido inalterada.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os sistemas operados pelo Governo Federal devem ser transferidos a Estados e Municípios por determinação constitucional. Sob gestão local, torna-se possível sua integração com outros modos de transporte e com o planejamento urbano específico de cada região. Para viabilizar as transferências, o Governo Federal realiza um programa de investimentos nos sistemas, destinados a sua expansão e/ou modernização, propiciando melhoria na eficiência e de qualidade dos serviços, bem como melhores condições de mobilidade às populações urbanas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Recife (PE): melhoramentos na linha centro (LC), estações, terminais e vias permanentes (VP); climatização, entornos na linha Sul (LS), licitação para aquisição de Veículo Leve sobre Trilhos (VLT). Medida Provisória nº 381: sinalização, recuperação de sistemas elétricos e Trens Unidade Elétrica (TUE). Medida Provisória nº 406: revitalização/climatização de TUE, implantação da sinalização, intervenções na LC, estações, terminais, oficinas e sistemas.

• Belo Horizonte (MG) - Linha 1: obras civis Terminal Vilarinho, sistemas de sinalização e telecomunicações, projeto de estacionamento em Vilarinho.

• Natal (RN): recuperação de quatro carros, revisão de locomotiva e aquisição de dormentes e fixações.

• João Pessoa (PB): recuperação de carros, locomotivas, estações, construção de galpão e duas estações, equipamentos de sinalização.

• Maceió (AL): recuperação e aquisição de materiais de VP, de locomotivas e rodas.

• Salvador (BA) Lapa-Pirajá: obras civis nas estações, túneis e elevado, projeto de sinalização. Calçada-Paripe: obras civis nas estações, rede aérea; VP conclusão de projeto executivo da ponte São João, conclusão da recuperação de três trens série 4800 e supervisão de projeto executivo do terminal integração.

• Fortaleza (CE) Sul: obras civis nos trechos de superfície e subterrâneo, controle de

qualidade, internalização de tecnologia e reestruturação organizacional. Oeste: montagem de canteiro; aquisições de materiais para VP. Contratação de consultoria em bilhetagem eletrônica. Licitações para recuperação e modernização de material rodante; aquisição de VLT.

• Porto Alegre (RS) - Trensurb: bilhetagem eletrônica com interoperabilidade com demais modais da região Metropolitana. Projeto de Multimídia: plataforma de comunicação suportando qualquer serviço de telecomunicação. Fornecimento de sistema de freio microprocessado e obras na Estação Mercado e entorno.

Os resultados, aquém do esperado, devem-se basicamente à necessidade de renegociação dos convênios no caso de Fortaleza (CE) e Salvador (BA), reincorporando o escopo inicial dos projetos. Os convênios somente foram assinados no final de 2007 comprometendo o andamento esperado das obras. Em Recife (PE) e Belo Horizonte (MG), atrasos em licitações e execução de serviços contribuíram para o não cumprimento da meta. Em Belo Horizonte (MG), também contribuiu a frustração da licitação para construção do estacionamento em Vilarinho.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações são as reuniões de trabalho e visitas *in loco* realizadas pelas equipes gestoras da Companhia de Trens Urbanos (CBTU) e das empresas responsáveis pela implantação dos projetos. Não há periodicidade definida sendo agendadas conforme a necessidade dos trabalhos. Também são utilizados os sistemas informatizados para acompanhamento dos projetos, desenvolvidos pela CBTU, constantemente atualizados pelos gestores dos projetos. Na Trensurb, foi criado, em janeiro, o grupo de trabalho (GT) para desenvolver e implantar o Sistema de Gestão Ambiental (SGA). Já está em operação o Sistema de Gestão Estratégica (SGE), implantado em toda a empresa, sendo usado por todos os gestores no processo de planejamento.

O Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) é atualizado mensalmente, sendo as informações ali inseridas fruto de discussões entre as equipes gestoras da CBTU e das empresas responsáveis pela implantação dos projetos, com subsídios aos relatórios de gestão que são elaborados mensalmente, com base nas informações prestadas pelos gestores.

O acompanhamento das metas físicas é mensal por apuração da efetiva realização da meta. No caso da maioria das ações do tipo atividade e do tipo projeto, esta apuração já faz parte do processo de acompanhamento e gestão da execução das ações. Pretende-se implementar melhorias na apuração das metas físicas das ações de recuperação dos sistemas ferroviários de Natal (RN), João Pessoa (PB) e Maceió (AL), com a possibilidade do início da execução com maior continuidade destas ações. O fluxo das informações apuradas pelos parceiros, caso das ações de implantação dos metrôs de Fortaleza (CE) (METROFOR) e Salvador (CTS), que, em 2005, não apresentava regularidade, foi normalizado em 2006 e reformulado em 2007, a partir da inclusão das ações no PAC, agora com o escopo total das ações, conforme previsto inicialmente.

A execução física ficou entre 40% e 80% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007, observando-se a seguinte distribuição:

a) em Recife (PE), a meta 2007 era 17,5% e foi realizado 4,4%. Essa meta física não foi atingida por atrasos em licitações e serviços, sendo que os recursos da Medida Provisória nº 406 não foram contabilizados para incremento da meta;

b) em Belo Horizonte (MG), trecho Eldorado-Vilarinho (Linha 1), a meta 2007 era 6,87% e foi realizado 4,61%. Essa meta física não foi atingida por atrasos em licitações e serviços, frustração da obra do estacionamento de Vilarinho, fornecimento e montagem de prensa e serviços da sinalização de São Gabriel-Vilarinho. No trecho Barreiro - Hospitais (Linha 2), a meta 2007 era 10% e foi realizado 0,0%, pois não houve liberação orçamentária para as ações da Linha 2 do metrô de BH;

c) em Fortaleza (CE), METROFOR Linha Sul, a meta 2007 era de 11,7% e foi realizado 5,5%, devido à baixa execução orçamentária, destacando-se os recursos inscritos em restos a pagar. Na linha Oeste, a meta 2007 era 71,2%, realizada 4,3%. Os serviços estão em fase de licitação/contratação e de mobilização, acarretando baixa execução orçamentária, explicitada pelos repasses em restos a pagar para 2008. Não foi registrado avanço físico desejado, não atingindo a meta para 2007;

d) em Salvador (BA), trecho Lapa-Pirajá, o previsto 2007 era de 18,6% e foi realizado 8,8%, devido à baixa execução orçamentária, por atrasos em licitações e serviços, destacando-se o total de recursos inscritos em restos a pagar. No trecho Calçada-Paripe, o previsto 2007 era de 33,9%, realizado 18,1%, devido à baixa execução orçamentária;

e) para Natal (RN), João Pessoa (PB) e Maceió (AL), as metas 2007 eram de 9,7%, 9,9% e 8,3% respectivamente. Sendo realizados 4,6%, 6,5% e 5,1% também respectivamente. As metas não foram atingidas devido ao atraso na entrega de trilhos para recuperação de VP e atraso em licitações/contratações de serviços durante o ano, sendo que o crédito suplementar da Medida Provisória nº 406 não foi contabilizado para incremento da meta;

f) em Porto Alegre (RS), para a Trensurb (Modernização do sistema), a meta 2007 era de 2,8% e foi realizado 1,8%.

Os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes. O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução física programada. Na CBTU, a gestão orçamentária exigiu ação intensiva objetivando recompor o orçamento de 2007, visto que as dotações inicialmente aprovadas na LOA estavam abaixo dos valores ideais para a execução das ações. Igual atuação também teve que ser adotada para liberação dos limites orçamentários para empenho, em especial para as ações não incluídas no PAC, no sentido que estas disponibilizações, em suas parcelas

e no tempo, atendessem as necessidades da CBTU. Para os investimentos, a liberação dos créditos extraordinários para as ações incluídas no PAC foi atendida de acordo com as solicitações encaminhadas ao MCidades. As ações de investimento não incluídas no PAC exigiram pedidos especiais de liberação de recursos para a sua disponibilização. Estas ações (Recuperação dos Sistemas de Natal, de João Pessoa e de Maceió) foram as únicas ações orçamentárias da Companhia cujo pedido de crédito suplementar foi encaminhado ao Congresso Nacional e os recursos aprovados foram liberados em dezembro. Para as atividades também ocorreu contingenciamento orçamentário ao longo do exercício, o que gerou solicitações de liberação de limites orçamentários objetivando a sua execução regular. A Trensurb tem operado, nos últimos anos, com um orçamento bastante austero nas despesas de custeio. Sistematicamente, têm-se buscado racionalizar gastos e economizar recursos. Importante ressaltar que está sendo operado um sistema de trens que já chega aos 23 anos de funcionamento ininterrupto, o que eleva constantemente as necessidades de manutenção, seja nos trens e estações, seja nos sistemas de sinalização e via permanente.

Os recursos gastos na Ação Gestão e Administração do Programa (GAP) são compatíveis com a execução das ações do Programa, compreendendo despesas não apropriadas nas ações finalísticas e pertinentes às necessidades administrativas da Administração Central da CBTU.

O atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios foi uma das restrições que interferiram no desempenho das ações de maior impacto:

a) Fortaleza (CE): para a Linha Sul já foram efetuadas três remessas de recursos. Após a 2ª Prestação de Contas, o METROFOR se habilitou ao recebimento da 4ª remessa, no valor de R$ 68,2 milhões, correspondente ao saldo do restos a pagar 2006 (R$ 29,9 milhões) e de parte do orçamento de 2007 (R$ 38,3 milhões). Para a Linha Oeste, foi repassada, em novembro de 2006, a primeira parcela de recursos, no valor de R$ 190 mil do orçamento de 2006. O saldo, de R$ 39,8 milhões, foi integralmente inscrito em restos a pagar. Em maio de 2007, foi repassada a segunda remessa no valor de R$ 5,5 milhões e não houve mais transferência de recursos até outubro. Com a comprovação dos recursos relativos à 1ª remessa (R$ 190 mil), o METROFOR se habilitou ao recebimento da 3ª remessa de recursos, no valor de R$ 18,7 milhões, correspondente a parte dos restos a pagar 2006 (R$ 34,3 milhões), restando, deste orçamento, R$ 15,6 milhões inscritos em restos a pagar;

b) Salvador (BA): para o trecho Lapa-Pirajá foram empenhados, como restos a pagar 2006, R$ 119,64 milhões dos quais foram repassados R$ 18,5 milhões em janeiro de 2007, na 3ª remessa e que já teve a prestação de contas apresentada. Em maio, foi remetida a 4ª parcela no valor de R$ 47,1 milhões e em setembro, a 5ª parcela no valor de R$ 36,3 milhões, cuja prestação de contas deverá ser concluída em janeiro de 2008. No trecho Calçada-Paripe, foram repassados para CTS, até dezembro de 2006, R$ 9,2 milhões (restos a pagar da LOA 2005) e R$ 14,1 milhões referentes a crédito extraordinário, acordados no convênio. A terceira e última parcela destes restos a pagar (R$ 9,91 milhões) foi postergada para 2007 e não foi repassada para a Companhia de Transporte de Salvador (CTS)

por depender de prestação de contas de recursos encaminhados em 2006. Estes atrasos comprometeram muito o repasse do saldo dos restos a pagar 2005 e a aplicação do restante do orçamento de 2005, já transferido. Foi postergado, dos restos a pagar 2005 (crédito extraordinário), o saldo de R$ 8,3 milhões para 2008.

Outra restrição que interferiu no desempenho das ações de maior impacto foi a de que, tendo em vista a inclusão das ações de Salvador e Fortaleza no PAC, foi necessário renegociar os convênios, uma vez que os escopos, agora, passaram a contemplar todo o projeto, como inicialmente previsto, antes da redução imposta pelo Projeto-Piloto de Investimentos (PPI). Essa renegociação envolveu os governos locais e os fornecedores, prolongando-se durante praticamente todo o exercício e não permitindo um bom desempenho orçamentário.

O desempenho da execução das ações com recursos descentralizados foi médio. A CBTU tem quatro ações de execução descentralizada (repasse de recursos):

a) implantação do trecho Lapa-Pirajá do Sistema de Trens Urbanos de Salvador;

b) modernização do trecho Calçada-Paripe do Sistema de Trens Urbanos de Salvador;

c) implantação do trecho Sul - Vila das Flores-João Felipe do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza;

d) modernização do trecho Oeste - João Felipe-Caucaia do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza.

Na execução dessas ações, houve permanente integração entre a gerência do Programa e as áreas executoras, com disponibilidade das informações necessárias.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social mediante os serviços de atendimento ao usuário, via ouvidoria, existentes nos sistemas ferroviários de Recife, Belo Horizonte e Porto Alegre, e o atendimento ao usuário de forma direta pelo pessoal da área de operação, nos sistemas de Natal (RN), João Pessoa (PB) e Maceió (AL), além das pesquisas de opinião visando a apuração do índice de satisfação do usuário, atos que incluem também o enfoque à Ouvidoria relativa à operação e expansão dos sistemas.

As ações de implantação, expansão e modernização dos sistemas, bem como o processo de regionalização dos sistemas vêm sendo discutido com os principais atores envolvidos em especial os governos locais.

Em 2007, foi criada, para acompanhamento do PAC, a Sala de Situação dos trens e metrôs, com reuniões semanais, integrando a Casa Civil, Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), da Fazenda (MF), das Cidades (MCidades), CBTU e Trensurb.

O Programa avalia a satisfação de seus beneficiários. No que se refere à operação dos sistemas de trens urbanos, além dos serviços de atendimento ao usuário, existentes nos sistemas do Recife (PE), Belo Horizonte (MG) e Porto Alegre (RS) (nos sistemas de Natal (RN), João Pessoa (PB) e Maceió (AL), o atendimento ao usuário é realizado apenas da forma direta pelo pessoal da área de operação), são realizadas, periodicamente, pesquisas de opinião visando a apuração do índice de satisfação do usuário, procedendo-se uma tabulação dos resultados. Por meio de análise destes resultados, são auferidos subsídios para implementação de melhorias no atendimento, conforto e segurança nas estações e trens.

A respeito dos aspectos do Programa referentes à operação dos sistemas de trens urbanos, há necessidade de se adequar o quantitativo de pessoal de forma que seja compatível com as implantações/expansões dos sistemas que estão se verificando.

FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO HABITACIONAL

GERENTE DO PROGRAMA

Inês da Silva Magalhães

OBJETIVO

Ampliar o mercado imobiliário, permitindo novas formas de acesso ao financiamento habitacional.

PÚBLICO-ALVO

Famílias com renda superior a cinco salários mínimos

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): -	Empenho Liquidado:	-
	Pago Estatais:	-
	Total:	**-**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 5.033.007.424,59	R$ 8.821.892.184,39	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Núcleo do *deficit* Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda acima de 10 Salários Mínimos - Unidade	-	-	-	-	633079.00	-
2. Núcleo do *deficit* Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda acima de Cinco Salários Mínimos - Unidade	-	-	-	-	1509002.00	-
3. Taxa de domicílios alugados com Ônus Excessivo de Famílias com renda acima de Cinco Salários Mínimos – Porcentagem	-	-	-	-	5.55	-

1. NÚCLEO DO DEFICIT HABITACIONAL QUANTITATIVO DE FAMÍLIAS COM RENDA ACIMA DE 10 SALÁRIOS MÍNIMOS

Valores dos índices alcançados ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Os índices não foram apurados em 2007 tendo em vista que a fonte de referência dos indicadores é o *Deficit* Habitacional do Brasil - Fundação João Pinheiro, cuja última publicação está fundamentada no levantamento da Pesquisa Nacional por Amostragem (Pnad) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2006.

2. NÚCLEO DO DEFICIT HABITACIONAL QUANTITATIVO DE FAMÍLIAS COM RENDA ACIMA DE CINCO SALÁRIOS MÍNIMOS
Valores dos índices alcançados ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Os índices não foram apurados em 2007 tendo em vista que a fonte de referência dos indicadores é o *Deficit* Habitacional do Brasil - Fundação João Pinheiro, cuja última publicação está fundamentada no levantamento da Pnad realizada pelo IBGE em 2006.

3. TAXA DE DOMICÍLIOS ALUGADOS COM ÔNUS EXCESSIVO DE FAMÍLIAS COM RENDA ACIMA DE CINCO SALÁRIOS MÍNIMOS
Valores dos índices alcançados ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Os índices não foram apurados em 2007 tendo em vista que a fonte de referência dos indicadores é o *Deficit* Habitacional do Brasil - Fundação João Pinheiro, cuja última publicação está fundamentada no levantamento da Pnad realizada pelo IBGE em 2006.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O *deficit* quantitativo habitacional brasileiro da ordem de 6,6 milhões implica a necessidade de construção de novas moradias, tanto para a reposição (domicílios rústicos e domicílios depreciados pela idade) como para o incremento (domicílios improvisados, domicílios com coabitação familiar e domicílio com ônus excessivo de aluguel) do estoque existente.

A produção de moradias dotadas de infra-estrutura para a população com renda até cinco salários mínimos apresenta vários problemas relacionados à baixa participação dos setores empresarial e cooperativo (estima-se que 70% das novas moradias são produzidas por autogestão), dos baixos padrões de tecnologia aplicada na produção de moradias, de um passivo financeiro elevado.

Há que se considerar que, historicamente, as fontes de financiamento da Política Habitacional não aportaram recursos suficientes para o atendimento de parcela significativa da demanda constituída pela população com renda familiar de até três salários mínimos, extrato onde se concentra o *deficit* habitacional. Importa registrar a existência no País de um expressivo número de imóveis urbanos vagos que não estão necessariamente ajustados à demanda habitacional, tanto no que se refere a sua adequação para moradia como para atendimento dos grupos sociais mais carentes.

Em termos relativos, o *deficit* habitacional equivale a 14,8% dos domicílios particulares permanentes brasileiros, proporção ligeiramente inferior nas áreas urbanas (14,5%) e ligeiramente superior em áreas rurais (16,5%). A expressão relativa do *deficit* habitacional tende a ser maior nos Estados nordestinos e áreas urbanas do Norte. Esta porcentagem é de 13,7% nas áreas metropolitanas, tendendo, também, a ser mais expressivo naquelas localizadas nas regiões Norte e Nordeste.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• O Programa está estruturado para atuar nas seguintes frentes: financiamento a pessoas físicas para aquisição de imóvel novo ou usado, construção, reforma ou ampliação e aquisição de material de construção com recursos da Caderneta de Poupança da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), bem como financiamentos a pessoas jurídicas para construção de moradias com recursos do FGTS e antecipação do fluxo de caixa de empresas privadas do ramo da construção civil, este com recursos da CEF. Entre as ações que compõem o Programa, destaca-se, em volume de recursos contratados, a Ação Financiamento Imobiliário, operada no âmbito do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), com recursos de Caderneta de Poupança operados pela CEF, que atingiu volume de contratação da ordem de R$ 5,4 bilhões, correspondente a 250% da meta estabelecida. Vale destacar que, além das operações concretizadas pela CEF, o volume de novas contratações de crédito imobiliário feitas pelos agentes do SBPE, que operam com recursos das cadernetas de poupança, atingiu R$ 18,3 bilhões no ano de 2007, 96% acima de 2006 beneficiando 196 mil famílias. O número de unidades financiadas atingiu 195.981, com aumento de 72% em relação a 2006.

Este resultado, que consolida a retomada do crédito imobiliário iniciada em 2003, está baseado, principalmente, na estabilidade econômica, na recuperação da renda real e na maior segurança jurídica das operações, que criaram condições aos agentes do SBPE de flexibilizar as condições de crédito - maiores prazos, juros menores e ampliação da parcela financiada de cada imóvel.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações são os sistemas informatizados pelos quais a CEF disponibiliza informações mensais das aplicações e os relatórios de gestão no que se refere às ações com recursos do FGTS, elaborados pelo MCidades, gestor da aplicação dos recursos do Fundo.

A execução física ficou acima de 100% do previsto no PPA para 2007, alcançando 250% da meta física prevista.

Porém, a quantidade de funcionários na equipe gerencial é considerada insuficiente (somente um empregado). Apesar de que as ações são executadas quase que exclusivamente pela CEF, que prestou adequadamente as informações sobre as ações sob sua coordenação.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa realiza parcerias não-governamentais para sua execução. Embora as ações do Programa sejam destinadas ao financiamento direto à pessoa física, existe a previsão de parcerias no caso de operações estruturadas de forma associativa em grupos formados por condomínios, sindicatos, cooperativas, associações, entre outras.

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social, contribuindo para o aprimoramento das diretrizes programáticas de alçada deste Ministério por meio da Ouvidoria da CEF e discussão em conselho setorial, o Conselho Curador do FGTS, no caso das ações com recursos deste Fundo.

O Programa não avalia a satisfação de seus beneficiários, pois não conta com estrutura de recursos humanos e financeiros para a realização de pesquisas de satisfação dos beneficiários.

FORTALECIMENTO DA GESTÃO URBANA

GERENTE DO PROGRAMA

Benny Schasberg

OBJETIVO

Fortalecer a capacidade técnica e institucional dos Municípios nas áreas de planejamento, serviços urbanos, gestão territorial e política habitacional.

PÚBLICO-ALVO

Prefeituras Municipais

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 47.533.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 37.146.735,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 37.146.735,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 823.000.000,00	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Municípios com Cadastros Imobiliários – Porcentagem	-	81.50	-	-	86.50	-
2. Taxa de Municípios com Planos Diretores Aprovados e Elaborados – Porcentagem	-	20.00	67.18	79.37	32.00	248,03%
3. Taxa de Municípios Consorciados para Habitação – Porcentagem	-	1.20	-	-	5.00	-
4. Taxa de Municípios Consorciados para Serviços de Coleta de Lixo – Porcentagem	-	2.00	-	-	12.00	-
5. Taxa de Municípios Consorciados para Serviços de Esgotamento Sanitário – Porcentagem	-	1.60	-	-	7.50	-

1. TAXA DE MUNICÍPIOS COM CADASTROS IMOBILIÁRIOS
Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Dentro do Programa Fortalecimento da Gestão Urbana não foi priorizada a ação voltada para Municípios com Cadastros Imobiliários. De acordo com a Pesquisa de Informações Básicas Municipais divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica (IBGE), em 2006, aproximadamente 93,51% da totalidade dos Municípios brasileiros possuem cadastros imobiliários.

Não foram obtidos dados atualizados para o ano de 2007 sobre Municípios que possuem cadastros imobiliários.

2. TAXA DE MUNICÍPIOS COM PLANOS DIRETORES APROVADOS E ELABORADOS
Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Ao longo dos anos de 2005 e 2006, foram intensificadas as ações da Secretaria Nacional de Programas Urbanos (SNPU) para que os Municípios, com obrigatoriedade legal de aprovação do Plano Diretor, elaborem seus respectivos planos, atendendo ao prazo definido pela Lei nº 10.257, de 10 de Julho de 2001, e seguindo as Resoluções Recomendadas do Conselho das Cidades. Foram firmados contratos de repasse com 250 Municípios, além de ações conjuntas com outros Ministérios, como Ministério da Integração Nacional (MI), Ministério do Turismo (MTur), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e Ministério da Cultura (MinC), para apoiar as ações que tratassem de elaboração de Planos Diretores. Além dessas ações, foi realizada a Campanha Nacional Plano Diretor Participativo: Cidade de Todos que mobilizou e capacitou cerca de 21.000 pessoas e atingiu aproximadamente 1.350 Municípios, o que reforçou o cumprimento de uma meta muito superior ao previsto no PPA.

3. TAXA DE MUNICÍPIOS CONSORCIADOS PARA HABITAÇÃO
Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Dentro do Programa Fortalecimento da Gestão Urbana não foi priorizada a ação voltada para Municípios Consorciados para Habitação. De acordo com a Pesquisa de Informações Básicas Municipais de 2005 do IBGE, esse índice se encontra em 1,91%. Com os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em especial, na área de habitação, a tendência é que haja um crescimento desses arranjos intermunicipais.

Esclarece-se que a ausência do índice ocorreu, pois no Programa Fortalecimento da Gestão Urbana não foi priorizada a ação voltada para Municípios consorciados para habitação.

4. TAXA DE MUNICÍPIOS CONSORCIADOS PARA SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO
Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Dentro do Programa Fortalecimento da Gestão Urbana não foi priorizada a ação voltada para Municípios consorciados para serviços de coleta de lixo. De acordo com a Pesquisa de Informações Básicas Municipais divulgada pelo IBGE em 2005, aproximadamente, 6,16% da totalidade dos Municípios brasileiros participavam de consórcio intermunicipal voltado para Saneamento e/ou Manejo de Resíduos Sólidos. Com os investimentos do PAC, em especial, na área de saneamento, a tendência é que haja um crescimento desses arranjos intermunicipais.

Esclarece-se que a ausência do índice ocorreu, pois não foram obtidos dados atualizados para o ano de 2007 sobre Municípios consorciados para serviços de coleta de lixo.

5. TAXA DE MUNICÍPIOS CONSORCIADOS PARA SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Dentro do Programa Fortalecimento da Gestão Urbana não foi priorizada a ação voltada para Municípios consorciados para serviços de esgotamento sanitário. De acordo com a Pesquisa de Informações Básicas Municipais divulgada pelo IBGE em 2005, aproximadamente 6,16% da totalidade dos Municípios brasileiros participavam de consórcio intermunicipal voltado para Saneamento e/ou Manejo de Resíduos Sólidos. Com os investimentos do PAC, em especial, na área de saneamento, a tendência é que haja um crescimento desses arranjos intermunicipais.

Esclarece-se que a ausência do índice ocorreu, pois não foram obtidos dados atualizados para o ano de 2007 sobre Municípios consorciados para serviços de esgotamento sanitário.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Desde a Constituição Federal de 1988, houve um crescimento significativo de novos Municípios no Brasil, na sua maioria de pequeno porte e com pouca sustentabilidade econômica e ambiental. Contudo, uma dificuldade comum tanto a novos como a antigos Municípios reside na sua parca capacidade de gestão e planejamento urbano e territorial, particularmente na questão do manejo e controle do uso e ocupação do solo. Do mesmo modo, as problemáticas do desenvolvimento institucional e da capacitação técnica constituem desafios à gestão e ao planejamento territorial dos Municípios.

Por outro lado, dentro do Sistema de Cidades Brasileiras, em nenhum outro lugar, a tomada de decisões no nível supra-local assume tamanha importância como nas áreas metropolitanas, tendo em vista não só o caráter sistêmico das relações e funções assumidas pelos Municípios que as compõem, mas, principalmente, pelo fato de vivenciarem problemas comuns causados pelo intenso processo de urbanização que compartilham. Muitos destes problemas extrapolam as fronteiras de seus Municípios, tendo em vista o fenômeno da conurbação e a mobilidade diária de seus moradores, tornando problemas como transporte, saúde, saneamento ambiental etc. impossíveis de serem solucionados individualmente.

Desta forma, verifica-se também a necessidade de se construir e disseminar novos arranjos de gestão metropolitana e de consórcios intermunicipais para permitir a adoção de políticas participativas e integradas ao nível supralocal para o enfrentamento de problemas comuns.

A manutenção do atual padrão de ausência de planejamento e gestão territorial com exclusão social, econômica e territorial e precarização da qualidade de vida da população de baixa renda são conseqüências da não-implementação do Programa.

A vontade política de enfrentar o problema, a intenção do Ministério de realizar intervenções integradas, a experiência consolidada no Ministério das Cidades (MCidades) para atuar neste segmento e a existência de instrumentos urbanísticos adequados previstos no Estatuto da Cidade são condicionantes favoráveis para a implementação.

A falta de estrutura e de capacitação das prefeituras para atuar neste segmento, o processo demorado de intervenção e a ausência de recursos suficientes são condicionantes desfavoráveis.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Celebração de doze convênios de Assistência Técnica para Implementação de Instrumentos de acesso à terra urbanizada dos Planos Diretores Participativos, Zonas Especiais de Interesse Social, beneficiando treze Municípios em 2007.

• Celebração de dois convênios com os governos dos Estados de Pernambuco e Mato Grosso para desenvolvimento de atividades de Assistência Técnica e Capacitação em nível supralocal e microrregional, beneficiando um Município com a elaboração do Plano Diretor Participativo e 13 Municípios com apoio à Implementação de Instrumentos do Estatuto da Cidade.

• Articulação da Rede Nacional de Avaliação e Capacitação para a Implementação dos Planos Diretores Participativos, abrangendo 526 Municípios brasileiros.

• Elaboração da Cartilha "Implementação dos Planos Diretores Participativos: terra urbanizada para todos", atendendo, aproximadamente, à demanda dos 1.700 Municípios brasileiros com Planos Diretores Participativos elaborados e aprovados e reimpressão de 3.000 cartilhas "Os vereadores no processo de elaboração de Planos Diretores Participativos".

• Conclusão da Pesquisa para monitoramento e avaliação dos processos de elaboração e do conteúdo dos Planos Diretores Participativos aprovados e elaborados pelos Municípios.

• Participação nas conferências e seminários de sensibilização e apoio técnico-conceitual na discussão dos principais temas da 3ª Conferência Nacional das Cidades: A Política de Desenvolvimento Urbano e as Intervenções nas Cidades, Capacidade e Forma de Gestão das Cidades e Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano.

Em 2007, o desafio do Programa era desenvolver uma nova estratégia de ação pautada na construção de uma política de acesso à terra urbanizada para todos, voltada para a implementação dos Planos Diretores Participativos, visto que o prazo para aqueles Municípios com obrigatoriedade definida na Lei nº 10.257/01 findou em outubro de 2006. A pesquisa realizada pelo MCidades apurou que 79,37% dos Municípios haviam elaborado, revisado ou aprovado seu Plano Diretor. Nesse sentido, para o ano de 2007, foi construída uma política de Assistência Técnica e Capacitação para Implementação de Instrumentos do Estatuto da Cidade previstos nos Planos Diretores elaborados e aprovados.

Dentro dessa nova política, foi essencial, para sua consolidação, a articulação de uma Rede Nacional de Avaliação e Capacitação para Implementação dos Planos Diretores Participativos que realizará uma avaliação qualitativa dos planos elaborados e capacitará agentes governamentais e da sociedade civil em torno dessa nova agenda abrangendo um número maior de Municípios que serão beneficiados com as ações do Programa.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações são:

a) reuniões de trabalho: com relação aos convênios de responsabilidade da Secretaria Nacional de Programas Urbanos (SNPU), foi realizada reunião de trabalho com todos os convenentes no início dos trabalhos, para discutir a Política de Acesso à Terra Urbanizada que vem sendo implementada, e uma segunda reunião de trabalho ao final das atividades para avaliação e troca de experiências. Como atividade de monitoramento da Rede Nacional de Avaliação e Capacitação foram previstas quatro reuniões de trabalho com representantes de todos os Estados para discutir e fazer uma avaliação de conteúdo durante o processo e acompanhar o andamento das atividades. Além dessa coordenação ampliada, o monitoramento do desempenho físico é realizado por uma coordenação executiva que vem se reunindo periodicamente desde o início do processo;

b) visitas *in loco*: no âmbito de todos os convênios assinados para a implementação de instrumentos de acesso à terra urbanizada dos Planos Diretores Participativos, estão previstas visitas *in loco* dos fiscais dos convênios para acompanhamento das atividades e monitoramento do andamento dos convênios;

c) sistemas informatizados: para os convênios de assistência técnica, foi criado, no sítio do MCidades, o Fórum de Convênios da SNPU, um sistema de comunicação para agregar informações relacionadas aos convênios firmados com o Ministério por meio da SNPU, bem como para permitir a troca de experiências entre os convenentes. Através desse instrumento será possível acompanhar o andamento das atividades e identificar avanços e dificuldades, sendo possível para o gestor agir no momento da execução;

d) Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan): o preenchimento mensal pelos coordenadores é um importante instrumento para o monitoramento das ações, fornecendo ao gerente do Programa uma visão global e agregada da execução tanto física quanto financeira das ações que compõem o Programa;

e) relatórios de gestão: permitem uma avaliação do desempenho operacional e dos resultados do Programa de forma consolidada, trazendo análises quanto às disfunções, medidas corretivas, gestão das ações e resultados, o que subsidia o gerente para ajustes, correções e rearranjos necessários.

São utilizados ainda, como mecanismos de monitoramento do desempenho físico do Programa, os relatórios de monitoramento e a análise dos produtos durante o processo de execução, o que permite um controle maior sobre a qualidade das atividades que estão sendo executadas.

Com relação aos contratos de repasse vigentes, a Caixa Econômica Federal (CEF) envia mensalmente ao MCidades uma planilha com os dados de execução físico-financeira e os gestores do Ministério acompanham e monitoram os contratos a partir dessa base de dados. Além disso, os técnicos do Ministério mantêm contato constante com os membros do Executivo Municipal e com profissionais da CEF para suporte técnico e resolução de problemas. Quando necessário, são realizadas reuniões com todos os atores envolvidos nos Estados.

A execução física ficou entre 80% e 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. As ações do Programa Fortalecimento da Gestão Urbana cumpriram, em sua maioria, a meta física estabelecida na LOA 2007. As ações Apoio à Capacitação de Gestores Municipais e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano (0612) e Apoio à Implementação dos Instrumentos Previstos no Estatuto das Cidades e à Elaboração de Planos Diretores (0642), ultrapassaram os valores definidos como metas para 2007, devido à realização de atividades que buscavam abranger um público-alvo maior, não se restringindo aos contratos de repasse, enquanto a Ação Apoio à Gestão Metropolitana e ao Consorciamento Municipal para o Desenvolvimento Urbano (0588) não foi executada e a Ação Apoio à Modernização Institucional dos Municípios para Atuação na Melhoria das Condições do Setor Habitacional no Segmento das Famílias de Baixa Renda (Habitar- Brasil) (0652) teve uma execução física abaixo do previsto na LOA 2007.

Dessa forma, os recursos liberados não foram suficientes para atender à demanda dos Municípios e Estados na execução de atividades de Assistência Técnica e Capacitação para Implementação de Instrumentos do Estatuto da Cidade e Desenvolvimento Urbano. É importante ressaltar que no ano de 2007 houve demanda por parte dos Estados por recursos do Programa, situação inexistente nos anos anteriores.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução física programada. Apesar de algumas descontinuidades na liberação dos recursos, em especial, com relação aos contratos de repasse, houve atraso no cumprimento do cronograma por parte dos Municípios, mas a execução do Programa não ficou prejudicada.

O impacto das ações com recursos não-orçamentários foi muito baixo. Em 2007, o Programa só utilizou recursos de origem não-orçamentária na parceria que mantém com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) no Projeto Tal Ambiental. A exeqüibilidade desses recursos é baixa, pois esbarra em cronogramas e exigências diferenciados, o que atrasa a execução.

Os recursos materiais são insuficientes na equipe gerencial do Programa. O MCidades não possui *softwares* de georreferenciamento distribuídos entre as secretarias, o que dificulta o gerenciamento das informações territorializadas. É importante comentar também a

situação das prefeituras municipais – público-alvo do Programa. A capacidade técnica instalada e a infra-estrutura institucional de muitos Municípios ainda são precárias, o que dificulta, em muitos casos, a boa execução das ações.

A quantidade de recursos humanos na equipe gerencial também é inadequada. A equipe técnica que atua no Programa Fortalecimento da Gestão Urbana foi bastante reduzida no ano de 2007, o que dificultou o atendimento e a ampliação das atividades realizadas, por ser muito demandada pelo público-alvo do Programa. Ainda em 2007, foram retirados vários cargos da Secretaria Nacional de Programas Urbanos, em especial, da área de Planejamento Urbano, que foram nomeados em outras áreas do Ministério, reduzindo ainda mais a capacidade de operação e gestão da Secretaria.

A qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial é insuficiente. Em consonância com o que foi apresentado acima, a equipe técnica ficou reduzida aos servidores do concurso realizado pelo MCidades no final de 2005, que apresentam uma qualificação mais baixa devido ao pouco tempo de administração pública. No entanto, a Secretaria vem investindo na capacitação desses servidores e, no ano de 2007, foram realizados cursos de capacitação sobre transferências voluntárias e licitações, mas ainda há a necessidade de maior qualificação dos servidores.

Nas equipes executoras, com relação aos contratos de repasse, há uma sobrecarga dos técnicos da CEF, que demoram na avaliação dos produtos dos contratos, contribuindo para o atraso nos cronogramas de execução.

A quantidade e a qualificação das equipes dos Municípios também é um problema a ser enfrentado. A grande maioria dos beneficiários não possui pessoas capacitadas para executar as ações, além de não possuir quadro próprio. A continuidade das ações de capacitação desenvolvidas no âmbito do Programa tem buscado minimizar esse quadro. No entanto, a rotatividade do quadro de servidores dificulta o fortalecimento da capacidade técnica dos Municípios.

As restrições que interferiram no desempenho das ações de maior impacto foram:

a) contingenciamento orçamentário: os recursos liberados não foram suficientes para atender à demanda dos Municípios e Estados na execução de atividades de Assistência Técnica e Capacitação para Implementação de Instrumentos do Estatuto da Cidade e Desenvolvimento Urbano. É importante ressaltar que no ano de 2007 houve demanda dos Estados por recursos do Programa, situação inexistente nos anos anteriores;

b) atraso na liberação de recursos: o atraso na liberação de recursos por parte do MCidades atrasa e interfere no cronograma de execução dos convênios e contratos de repasse;

c) dificuldades de celebração de convênios na gerência: houve algumas dificuldades na tramitação dos processos de celebração de convênios dentro do MCidades por ser uma atividade nova no Ministério;

d) dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes: a inadimplência dos entes dificulta tanto a celebração de convênios quanto a liberação de recursos por parte do Ministério, o que leva a atrasos no Cronograma de Execução dos instrumentos assinados.

O desempenho da execução das ações com recursos descentralizados foi médio. A baixa capacidade institucional dos Municípios - problema que se pretende enfrentar com o Programa - se reflete também na hora da execução dos recursos repassados pelo MCidades. Há também dificuldades na realização de licitações por parte dos entes, pois em muitos casos as empresas não apresentam propostas ou apresentam propostas inconsistentes. Na execução das ações, há problemas também na atuação da CEF como agente executor na relação com os Municípios, pois muitos não conseguem cumprir as exigências da instituição, o que muitas vezes leva à perda de recursos orçamentários, e à prestação de informações qualitativas por parte da instituição é baixa, dificultando o monitoramento por parte do Ministério. Ainda, o andamento das atividades realizadas pelas Gerências Internas de Desenvolvimento Urbano (GIDUR/CEF) é muito variável, o que demanda gestões diferenciadas do Ministério com a CEF para o acompanhamento e andamento das ações.

Quando demandados, os agentes executores disponibilizaram as informações necessárias à Secretaria Nacional de Programas Urbanos (SNPU) e houve uma maior integração entre a gerência e os executores, pois se adotou como instrumento de repasse de recursos não apenas os contratos de repasse, mas também os convênios.

O desempenho da execução das ações do Programa implementadas em outros Ministérios é muito baixo. Uma das ações do Programa é executada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que não tem aportado recursos.

O desempenho da execução das ações implementadas em outras unidades administrativas do próprio Ministério é baixo. A distribuição de ações de um mesmo Programa em unidades administrativas diferentes dificulta o monitoramento e avaliação do Programa, pois o desempenho de cada unidade depende de variáveis externas ao gestor do Programa. Além disso, há uma dificuldade no fluxo das informações e não há um controle efetivo na qualidade de preenchimento dos dados de monitoramento e avaliação. Da mesma forma, a análise qualitativa do Programa e de sua efetividade no cumprimento do objetivo fica prejudicada.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O desempenho dos parceiros não-governamentais na execução de tarefas e cumprimento das metas ainda não pode ser avaliado, pois as atividades estão em andamento. No entanto, é importante ressaltar que esses parceiros já atuam nas áreas de concentração do Programa e demonstram total interesse na boa e regular execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas diante da expectativa dos beneficiários do Programa.

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social:

a) audiência pública: é um dos instrumentos previstos no artigo 43 do Estatuto da Cidade para a Gestão Democrática da Cidade. A metodologia de Plano Diretor desenvolvida pela Secretaria Nacional de Programas Urbanos trazia a realização de audiências públicas como instrumento obrigatório para participação social. Da mesma forma, a recomendação é que a aprovação de Lei Municipal que vise a Regulamentação de Instrumentos previstos no Plano Diretor do Município seja precedida de audiência pública;

b) consulta pública: é um dos instrumentos previstos no art. 43 do Estatuto da Cidade para a Gestão Democrática da Cidade. A recomendação é que a aprovação de lei municipal que vise à Regulamentação de Instrumentos previstos no Plano Diretor do Município seja precedida de debates, audiências e consultas públicas;

c) reunião com grupos de interesse: a metodologia desenvolvida pela Secretaria Nacional de Programas Urbanos prevê que sejam realizadas reuniões com os diversos grupos de interesse presentes na sociedade local, por temática e por localização, com o objetivo de realizar a leitura da realidade do Município, que dará subsídios para a discussão e priorização das ações. Na implementação de instrumentos do Estatuto da Cidade, como as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), a recomendação é que sejam realizadas reuniões com os grupos de interesse local e seja criado um grupo gestor dos Planos de Ocupação/Urbanização da ZEIS contemplada, composto por representantes das prefeituras e dos diversos segmentos sociais;

d) discussão em conselho setorial: o artigo 43 do Estatuto da Cidade prevê o estabelecimento de órgãos colegiados de política urbana em nível Nacional, Estadual e Municipal. A metodologia desenvolvida pela SNPU para a elaboração dos Planos Diretores prevê que sejam criados no âmbito dos Municípios os Conselhos das Cidades.

Além dos mecanismos de participação social já apontados, há o Conselho das Cidades, em nível nacional, composto por membros dos poderes públicos Federal, Estadual e Municipal, movimentos populares, trabalhadores, empresários, entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e organizações não-governamentais, espaço de discussão da PNDU com a participação da sociedade.

A participação social teve papel fundamental para a superação da meta definida para a Ação de Apoio à Implementação de Instrumentos Previstos no Estatuto da Cidade e à Elaboração de Planos Diretores. A participação da sociedade civil na Campanha Nacional Plano Diretor Participativo: Cidade de Todos foi fundamental para que o Programa e as atividades da Ação atingissem aproximadamente 1.350 Municípios - com uma taxa de Planos Diretores aprovados e elaborados de 79,37% - taxa bastante superior à atendida diretamente com repasse de recursos. A participação da sociedade civil é uma das garantias para a efetivação e o desenvolvimento da Gestão Democrática da Cidade.

A SNPU não possui infra-estrutura e recursos humanos que permitam a realização de avaliações constantes da satisfação de seus beneficiários. No entanto, existe uma avaliação não sistematizada realizada pelos conselheiros do Conselho das Cidades (membros dos poderes públicos Federal, Estadual e Municipal, movimentos populares, trabalhadores, empresários, entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e organizações não-governamentais) e pelas entidades sociais nos Estados. Algumas considerações ainda podem ser feitas a esse respeito: com relação aos beneficiários diretos das atividades de elaboração de Planos Diretores, as prefeituras municipais, há uma insatisfação quanto ao processo de transferência dos recursos por meio de contratos de repasse operados pela CEF; e com relação aos beneficiários indiretos, os habitantes, não é possível avaliar a satisfação, pois o impacto da elaboração e aprovação da Lei de Plano Diretor não é imediato.

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

GERENTE DO PROGRAMA

Inês da Silva Magalhães

OBJETIVO

Ampliar o acesso à terra urbanizada, à moradia digna e promover melhoria da qualidade das habitações da população de baixa renda nas áreas urbana e rural.

PÚBLICO-ALVO

Famílias com renda familiar até cinco salários mínimos

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.096.071.089,00	Empenho Liquidado:	R$ 950.371.123,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 950.371.123,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 4.700.001.174,99	R$ 3.955.813.869,51	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Núcleo do *deficit* Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda até Três Salários Mínimos - Unidade	-	-	-	3.349.650.00	2.351.825.00	-
2. Núcleo do *deficit* Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda até Cinco Salários Mínimos - Unidade	-	-	-	3.661.405.00	2.388.744.00	-
3. Taxa de Domicílios Alugados com Ônus Excessivo de Famílias com Renda até Cinco Salários Mínimos - Porcentagem	-	-	-	22.30	20.40	-

1. NÚCLEO DO DEFICIT HABITACIONAL QUANTITATIVO DE FAMÍLIAS COM RENDA ATÉ TRÊS SALÁRIOS MÍNIMOS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto:

- Análise e Justificativa:

Em que pesem os indicadores serem adequados aos objetivos do Programa de Habitação de Interesse Social (HIS), as mensurações vêm sendo prejudicadas ao longo do PPA 2004-2007, tendo em vista as mudanças de metodologia desenvolvidas pela fonte (Fundação João Pinheiros) de onde os índices utilizados são extraídos.

2. NÚCLEO DO DEFICIT HABITACIONAL QUANTITATIVO DE FAMÍLIAS COM RENDA ATÉ CINCO SALÁRIOS MÍNIMOS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Em que pesem os indicadores serem adequados aos objetivos do HIS, as mensurações vêm sendo prejudicadas ao longo do PPA 2004-2007, tendo em vista as mudanças de metodologia desenvolvidas pela fonte (Fundação João Pinheiros) de onde os índices utilizados são extraídos.

3. TAXA DE DOMICÍLIOS ALUGADOS COM ÔNUS EXCESSIVO DE FAMÍLIAS COM RENDA ATÉ CINCO SALÁRIOS MÍNIMOS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

Em que pesem os indicadores serem adequados aos objetivos do HIS, as mensurações vêm sendo prejudicadas ao longo do PPA 2004-2007, tendo em vista as mudanças de metodologia desenvolvidas pela fonte (Fundação João Pinheiros) de onde os índices utilizados são extraídos.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O *deficit* quantitativo habitacional brasileiro da ordem de 6,6 milhões implica a necessidade de construção de novas moradias, tanto para a reposição (domicílios rústicos e os depreciados pela idade) como para o incremento (domicílios improvisados, com coabitação familiar e domicílios com ônus excessivo de aluguel) do estoque existente.

A produção de moradias dotadas de infra-estrutura para a população com renda até cinco salários mínimos apresenta vários problemas relacionados à baixa participação dos setores empresarial e cooperativo (estima-se que 70% das novas moradias são produzidas por autogestão), dos baixos padrões de tecnologia aplicada na produção de moradias de um passivo financeiro elevado.

Há que se considerar que, historicamente, as fontes de financiamento da Política Habitacional não aportaram recursos suficientes para o atendimento de parcela significativa da demanda constituída pela população com renda familiar de até cinco salários mínimos, estrato onde se concentra o *deficit* habitacional. Importa registrar a existência no País de um expressivo número de imóveis urbanos vagos que não estão necessariamente ajustados à demanda habitacional, tanto no que se refere a sua adequação para moradia como para atendimento dos grupos sociais mais carentes.

Em termos relativos, o *deficit* habitacional equivale a 14,8% dos domicílios particulares permanentes brasileiros, proporção ligeiramente inferior nas áreas urbanas (14,5%) e ligeiramente superior em áreas rurais (16,5%). A expressão relativa do *deficit* habitacional

tende a ser maior nos Estados nordestinos e áreas urbanas do Norte. Esta porcentagem é de 13,7% nas áreas metropolitanas, tendendo, também, a ser mais expressivo naquelas localizadas nas regiões Norte e Nordeste.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• A necessidade de focar a aplicação dos recursos disponíveis na faixa de renda até cinco salários mínimos resultou, em 2007, na revisão das diretrizes de aplicação dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), a maior fonte dos recursos do setor habitacional, gerando uma grande mudança no uso dos subsídios. Estes resultados refletiram nas ações deste Programa cuja fonte de recursos é o FGTS, resultando na aplicação de R$ 3,210 bilhões que beneficiaram 175.584 famílias com renda até cinco salários mínimos, com produção/aquisição de imóveis novos e usados, superando a meta de R$ 3 bilhões prevista no PPA e atingindo 60% da meta física estabelecida.

• As contratações no âmbito do Programa de Arrendamento Residencial (PAR), iniciadas em 1999, alcançaram em dezembro de 2007, 1.677 empreendimentos, contemplando 259.898 imóveis, com um total de R$ 6,8 bilhões, gerando empregos para 651.121 pessoas e beneficiando outras 1.055.186 famílias, estando presente em 237 Municípios da Federação.

• No âmbito da Ação Crédito Solidário, foi investido no exercício de 2007, o montante de R$ 106,5 milhões, provenientes do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), beneficiando 5.655 famílias com renda mensal de até R$ 1.050,00, em 63 Municípios de 18 Estados da Federação. Este investimento representou 53,25% do orçamento previsto para o exercício que era de R$ 200 milhões.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Como mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações, pode-se citar que a Secretaria Nacional de Habitação (SNH) coordena e acompanha os agentes executores das ações do Programa por intermédio de banco de dados disponibilizado mensalmente pela Caixa Econômica Federal (CEF) e demais agentes financeiros, no caso do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH). Porém, esse sistema de acompanhamento ainda não contempla o universo de variáveis necessárias a possibilitar uma avaliação mais precisa, como no caso das ações com recursos do Orçamento Geral da União (OGU).

A execução física foi de 80% a 100% do previsto na LOA 2007, sendo que o Programa contempla ações orçamentárias e não-orçamentárias. A meta financeira global para o Programa foi atingida em 84%.

Pela natureza do problema que envolve este Programa, o *deficit* habitacional na faixa de renda até cinco salários mínimos, de aproximadamente 7 milhões de moradias, os recursos

disponíveis para a totalidade das ações ainda é insuficiente. Mas, os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação física.

É relevante o impacto das ações com recursos não-orçamentários, em especial, aquelas cuja fonte de recursos é o FGTS e o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), tendo em vista o elevado volume de recursos não-orçamentários disponibilizado no ano em comparação aos recursos orçamentários.

Os recursos materiais e/ou a infra-estrutura não são adequados para a implementação do Programa. Para a equipe gerencial, o espaço físico é insuficiente para acomodação.

Também os recursos humanos na equipe gerencial têm quantidade inadequada. Em que pesem os concursos para admissão de novos servidores, em 2006, a maioria deles solicitou exoneração em função de aprovação em outros concursos de órgãos com melhores remunerações.

O desempenho da execução das ações com recursos descentralizados foi considerado médio. Essas ações, na sua maioria, são executadas pela CEF, que possui rede de agências adequada ao atendimento das demandas. Havendo cumprimento das diretrizes programáticas das ações.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa realiza parcerias não-governamentais para sua execução. A Ação Crédito Solidário é operada em parceria com cooperativas, associações e demais entidades sem fins lucrativos que participam do Programa Crédito Solidário na qualidade de agentes organizadoras. As referidas entidades ainda necessitam de apoio técnico, especialmente, na fase de elaboração de projetos autogestionários.

O Programa possui discussões em Conselhos Setoriais que promovem a participação social. Pode-se citar os Conselhos Curadores dos Fundos: FGTS, FDS e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), assim como o Conselho das Cidades. As contribuições da participação social para os resultados do Programa foram, especialmente, a organização da demanda de beneficiários para os projetos.

Tendo em vista a diversidade de fontes de recursos e condições operacionais no âmbito deste Programa, a avaliação da satisfação de seus beneficiários deve ocorrer separadamente por tipo de ação. No caso da Ação Arrendamento Residencial executada pela CEF, são realizadas pesquisas de satisfação pela empresa *Vox Populis* (já foram realizadas pesquisas nos anos de 2004, 2006 e 2007).

MOBILIDADE URBANA

GERENTE DO PROGRAMA

Luiz Carlos Bueno de Lima

OBJETIVO

Promover o aumento da mobilidade urbana, de forma sustentável, favorecendo os deslocamentos não-motorizados e o transporte coletivo, com vistas a reduzir os efeitos negativos da circulação urbana, e contribuindo para a melhoria da prestação de serviços de transporte metroferroviários estaduais ou municipais por meio da modernização e expansão dos respectivos sistemas.

PÚBLICO-ALVO

População urbana nas metrópoles e grandes cidades

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 642.755.513,00	Empenho Liquidado:	R$ 468.846.343,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 468.846.343,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 3.100.000.000,00	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Coeficiente de Mobilidade Urbana - Viagens ao dia/habitante	-	-	-	-	2.00	-

1. COEFICIENTE DE MOBILIDADE URBANA
Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O indicador estabelecido para avaliar o Programa, embora válido, mostrou-se de difícil apuração, considerando a pouca disponibilidade de dados; portanto, não houve apuração do índice. Além disso, a unidade de medida do indicador estabelecido é de difícil mensuração, considerando que não houve disponibilidade para execução de pesquisa que definisse o coeficiente de mobilidade para avaliação do Programa.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A ocupação das cidades de forma irracional e socialmente excludente e as dificuldades do Poder Público em garantir meios e sistemas adequados e suficientes para o deslocamento

das pessoas vêm gerando uma redução expressiva na mobilidade e acessibilidade urbana. A alta densidade populacional existente nas regiões metropolitanas, a saturação das vias principais de acesso às áreas centrais e o grande contingente populacional, que reside em áreas cada vez mais distantes dos centros urbanos vêm comprometendo a qualidade de vida de toda a população urbana, assim como, promovendo deseconomias importantes para os Municípios componentes das regiões metropolitanas.

Os pedestres, as pessoas com restrição de mobilidade, os usuários de veículos não-motorizados e a população de baixa renda, residentes nas periferias das cidades, sofrem com maior intensidade os efeitos das deficiências dos sistemas de transportes urbanos. Os seus direitos básicos de cidadão, como o acesso à oportunidade de trabalho, aos serviços de saúde e educação e às atividades sociais, religiosas e de lazer estão comprometidos.

Os serviços de transportes urbanos oferecidos nas cidades mostram deficiências no planejamento, na gestão e na utilização de tecnologias, na inadequação do uso das vias, na inexistência de calçadas, vias e sinalização que permitam o deslocamento a pé ou de bicicleta, de forma segura, na inacessibilidade do uso dos transportes coletivos, pela população de baixa renda, devido aos valores tarifários praticados pelas municipalidades, incompatíveis com a renda desta população. O tempo gasto em longos percursos e em congestionamentos, as perdas de vida ocorridas nas vias urbanas, a impossibilidade de mobilidade das pessoas com deficiências, o alto gasto com energias não-renováveis, as doenças causadas pela poluição ambiental, tendo os veículos de transporte como os principais agentes poluidores, são efeitos da insuficiência e inadequação dos sistemas de transportes urbanos de massa adotados nas grandes cidades e regiões metropolitanas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Apoio a projetos de corredores estruturais de transporte coletivo urbano – adequação de vias urbanas e estruturas de apoio, com um repasse de R$ 7,31 milhões para Salvador (BA).

• Apoio a projetos de sistemas de circulação não-motorizados, com um repasse de R$ 0,29 milhão, para Belo Horizonte (MG).

• Em São Paulo (SP), com apoio à implantação de corredor expresso de transporte coletivo urbano – trecho Parque Dom Pedro II-Cidade Tiradentes (R$ 74,66 milhões). Trechos 1 e 2 inaugurados em março de 2007, com oito quilômetros (km) ligando a Estação D. Pedro II ao Terminal Sacomã e no trecho 3, com 2,8 km ao longo da Av. Luís Inácio de Anhaia Mello, foram realizadas obras de superestrutura e de infra-estrutura do trecho elevado, totalizando 70% de execução no trecho elevado.

• Contrato com a empresa Viação Canarinho do Município de Jaraguá do Sul em Santa Catarina. Através desse projeto serão edificados 180 abrigos de passageiros de ônibus, o que representará ganhos consideráveis para os usuários dos serviços de transporte coletivo do Município contribuindo significativamente para a qualidade do sistema.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os mecanismos de monitoramento, no âmbito da gerência, sobre o desempenho físico das ações são:

a) reuniões de trabalho: em 2007, foi elaborado um Programa de monitoramento e avaliação dos projetos em andamento e dos realizados com recursos da Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana (SeMob). Para sua elaboração, foram realizadas várias reuniões de trabalho com os técnicos da área;

b) visitas *in loco*: foram estabelecidas algumas visitas às obras com baixo desempenho visando identificar os fatores que dificultam o bom desenvolvimento do Programa. O plano de visitas *in loco* definido pelo Programa de monitoramento iniciou-se em maio de 2007, através de monitoramento piloto, e a partir de março de 2008, o plano de monitoramento será reiniciado;

c) sistemas informatizados: em 2007, foi elaborado um sistema de informações onde todos os dados dos projetos apoiados pela SeMob encontram-se disponibilizados para consulta interna. A proposta é inserir novos dados no sistema como a localização georreferenciada das obras, fotografias etc.;

d) relatórios de gestão: foram elaborados relatórios de gestão visando informar os órgãos de governo sobre os resultados alcançados pelo Programa e pelas ações geridas pela secretaria.

A execução física ficou abaixo de 40% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007. A baixa execução física foi motivada pelo empenho tardio dos recursos do OGU disponíveis para o Programa Mobilidade Urbana e pelo fluxo de recursos, que sofreu descontinuidade.

Os recursos orçamentários executados foram insuficientes. O volume de recursos alocados para o Programa Mobilidade Urbana é insuficiente diante da magnitude dos problemas brasileiros no âmbito de infra-estrutura urbana para a mobilidade (transporte, circulação e acessibilidade).

O impacto das ações com recursos não-orçamentários foi baixo. A SeMob dispõe de duas ações que utilizam recursos não-orçamentários: Pró-Transporte com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Programa de Infra-Estrutura para a Mobilização (Pró-Mob) com o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O baixo rendimento dos mesmos decorre de:

a) Pró-Transporte: necessidade de excepcionalização dos recursos por parte do Conselho Monetário Nacional (CMN);

b) Pró-Mob: demora excessiva para avaliação da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) quanto à possibilidade de endividamento do proponente. Necessidade de revisão das normas do Programa Pró-Mob de modo a torná-lo mais atrativo.

Os recursos materiais são insuficientes na equipe gerencial do Programa. Os equipamentos da área de informática estão desatualizados, havendo necessidade de aquisição de novos em quantidade e qualidade. A infra-estrutura na equipe gerencial está inadequada e o quantitativo de pessoal é insuficiente para o desempenho das ações previstas no Programa.

Nas equipes executoras, ainda existe insuficiência de recursos materiais como computadores mais atualizados e espaço físico mais adequado para o desenvolvimento do trabalho, e falta atualização da infra-estrutura, o que tem contribuído para o baixo desempenho destas equipes.

A quantidade de recursos humanos nas equipes executoras e na gerencial é inadequada. A equipe executora é insuficiente para atender às exigências do trabalho de acompanhamento, monitoramento e avaliação do Programa. E a equipe gerencial deveria ser composta por pessoas com conhecimento e experiência técnica gerencial. Além disso, a equipe executora necessita de atenção quanto à capacitação para as atividades desenvolvidas para o melhor desempenho das suas atividades.

As restrições que interferiram no desempenho das ações de maior impacto foram:

a) contingenciamento orçamentário - os recursos do Programa não são suficientes e o contingenciamento é um dos fatores que impede melhorar o impacto;

b) atraso na liberação de recursos - o atraso na liberação de recursos gera dificuldades no cumprimento das metas físicas definidas no PPA contribuindo para o baixo desempenho do programa;

c) conflitos decorrentes de outras políticas setoriais, inclusive entre esferas de poder ou entre esferas de governo - no que tange ao recurso do OGU, há necessidade de aprimoramento do fluxo de informações disponibilizadas pela Caixa Econômica Federal (CEF), agente operador dos contratos de repasse, o que tem dificultado as ações de gerenciamento. O Pró-Transporte (não-orçamentário), que utiliza recursos do FGTS, apesar de ter sido criado em 2002, contemplou até hoje, somente dois projetos, devido à necessidade de excepcionalização dos recursos destinados à qualificação do transporte público brasileiro.

O desempenho da execução das ações com recursos descentralizados foi baixo. As justificativas são insuficiência de recursos, empenhos tardios e excessiva burocracia do agente operador.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social, por meio de reunião com grupos de interesse: foram diversas reuniões que discutiram temas como acessibilidade, redução tarifária, capacitação de gestores e profissionais, mobilidade urbana em geral e de discussão em conselho setorial: participação das reuniões do Conselho das Cidades, Conselho Setorial e do Conselho Curador do FGTS. Também há a coordenação com os Ministérios da Saúde (MS), do Trabalho (MT), da Educação (MEC), da Defesa (MD) e Secretaria dos Direitos Humanos (SEDH) para o desenvolvimento de projetos prioritários que envolvem os diversos órgãos.

A contribuição da participação social para os resultados do Programa foi o aprimoramento dos conceitos das políticas desenvolvidas pela SeMob.

O Programa não avalia a satisfação de seus beneficiários. Em 2007, foi estabelecido um plano de monitoramento e avaliação que está sendo implementado e deverá resultar em um processo de avaliação sistêmico das ações do Programa.

O Programa apresenta boas práticas de gestão que poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal. A definição de conteúdos normativos para a orientação das diversas instâncias, a articulação permanente com os interlocutores dos Estados e Municípios, além da implantação de sistemática de monitoramento e avaliação do Programa configuram-se como a busca pela eficiência do desenvolvimento das políticas públicas na área de mobilidade.

QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT (PBQP-H)

GERENTE DO PROGRAMA

Inês da Silva Magalhães

OBJETIVO

Elevar os patamares da qualidade e produtividade da construção civil, por meio da criação e implantação de mecanismos de modernização tecnológica e gerencial, contribuindo para ampliar o acesso à moradia para a população de menor renda.

PÚBLICO-ALVO

Profissionais, empresas e entidades civis e governamentais, públicas e privadas que compõem a cadeia da construção civil

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.700.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 734.174,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 734.174,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 500.000,00	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Desperdício de Materiais e Componentes – Porcentagem	24.00	-	-	-	22.00	-
2. Taxa de Qualidade dos Materiais e Componentes da Construção Civil – Porcentagem	-	83.10	82.00	80.10	87.50	91,54%

1. TAXA DE DESPERDÍCIO DE MATERIAIS E COMPONENTES
Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Conforme exposto nas avaliações do PPA dos exercícios de 2004 a 2006, esse indicador não representa corretamente os resultados das ações desenvolvidas no âmbito do PBQP-H, além de ser um indicador que relaciona dados de difícil obtenção, não sendo apurado por esse motivo. Dessa forma, foram propostos três indicadores possíveis, para demonstrar, de forma mais compatível, os resultados do Programa em relação à qualidade das empresas de serviços e obras, e dos materiais de construção:

a) satisfação dos usuários do Programa;

b) ocorrência de problemas construtivos pós-ocupação nos empreendimentos produzidos e que obedecem às diretrizes do PBQP-H;

c) número de empresas de serviços e obras com certificado vigente de avaliação da conformidade do Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil (SiAC)/PBQP-H.

2. TAXA DE QUALIDADE DOS MATERIAIS E COMPONENTES DA CONSTRUÇÃO CIVIL
Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A natureza do Sistema de Qualificação de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos do PBQP-H é extremamente dinâmica e evolutiva. O Indicador de Conformidade Setorial é obtido a partir da média dos Indicadores de Conformidade dos Programas Setoriais da Qualidade (PSQ). Novos PSQ podem ser inseridos continuamente no Sistema, fazendo com que esse índice reduza, uma vez que normalmente um novo PSQ não possui indicador de Conformidade Setorial apurado, ou o tenha com um valor bem menor do que o desejado. Além disso, outro fator que também impacta a previsão de viabilidade média do alcance do índice final do PPA, em 2007, é a renovação periódica dos parâmetros normativos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em relação a determinados materiais, o que tem reflexos ocasionais nos índices de conformidade dos PSQ. Entretanto, como previsto na última avaliação do PPA, para melhor expressar os resultados do Programa em relação à qualidade dos materiais, propôs-se uma comparação entre dois indicadores: a Taxa da Qualidade e o número de PSQ com indicador constantemente calculado e monitorado. Em 2006, a taxa foi de 82,0%, considerando o número de 14 PSQ; em 2007, a taxa foi de 80,1%, considerando o mesmo número de PSQ.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Um dos maiores desafios do Estado brasileiro e da construção civil é encontrar soluções para a melhoria das condições do ambiente construído. A baixa qualidade das edificações e de seu entorno imediato prejudica fundamentalmente os segmentos de baixa renda da população. O setor da construção de edifícios habitacionais no País tem se caracterizado, historicamente, por um baixo grau de desenvolvimento e de evolução tecnológica, comparativamente a outros setores industriais. A base da produção nos canteiros de obras é ainda, predominantemente, manufatureira com baixa produtividade e elevados índices de desperdício de material e de mão-de-obra. Essa condição, associada às altas taxas de inflação verificadas até os anos 80, fazia com que a lucratividade do setor fosse obtida mais em função da valorização imobiliária do produto final do que da melhoria da eficiência do processo produtivo. A partir da década de 90, em função de vários fatores, com o fim das altas taxas de inflação, os efeitos da globalização da economia, a redução do financiamento, a retração do mercado consumidor e o aumento da competitividade entre as empresas, entre outros, tem havido uma modificação desse cenário. As empresas construtoras começam

a tentar viabilizar suas margens de lucro a partir da redução de custos, do aumento da produtividade e da busca de soluções tecnológicas e de gerenciamento da produção de forma a aumentar o grau de industrialização do processo produtivo. Porém, vários são os fatores que impedem alavancar esse movimento e o início de uma nova fase de evolução sustentada do setor, entre os quais podem ser citados:

a) baixa produtividade do setor, em que pese a evolução recente, estimada em cerca de um terço da de países desenvolvidos;

b) ocorrência de graves problemas de qualidade de produtos intermediários e finais da cadeia produtiva e os elevados custos de correções e manutenção pós-entrega;

c) desestímulo ao uso mais intensivo de componentes industrializados devido à alta incidência de impostos e conseqüente encarecimento dos mesmos;

d) falta de conhecimento do mercado consumidor, no que diz respeito às suas necessidades em termos de produto a ser ofertado;

e) carência de normalização técnica, de legislação e de regulação para o setor;

f) falta de capacitação técnica dos agentes da cadeia produtiva para gerenciar a produção com base em conceitos e ferramentas que incorporem as novas oportunidades de crescimento.

Percebe-se, a partir dessa rápida descrição, a importância de um diagnóstico baseado numa visão sistêmica da cadeia produtiva, que propicie a identificação das necessidades e aspirações dos seus diversos segmentos. Além disso, é notória a necessidade da construção de uma visão de futuro para o desenvolvimento da cadeia, de modo a identificar quais são os fatores críticos que dificultam a melhoria do desempenho da cadeia e propor as ações necessárias para superá-los. No caso da habitação, o resultado disso é a persistência de um elevado *deficit* habitacional no País, estimado acima de 6,6 milhões de unidades, dos quais cerca de 5,3 milhões em áreas urbanas. Esse *deficit* vem crescendo linearmente desde 1981 e tem representado custo social extremamente elevado, principalmente levando-se em conta que 55% da carência habitacional refere-se a famílias com renda de até três salários mínimos.

Nesse contexto, o fortalecimento e a melhoria do desempenho da cadeia produtiva certamente contribuirá para o:

a) fortalecimento da economia e do setor produtivo nacional;

b) aumento da capacidade tecnológica do País;

c) aumento da geração de emprego e renda;

d) combate ao *deficit* habitacional e suas conseqüências sociais e urbanas, a melhoria

das condições de vida das comunidades urbanas em geral, e, particularmente, as de baixa renda.

Em síntese, no caso da habitação, além da questão relacionada ao *deficit* quantitativo, existe ainda uma deficiência na qualidade das construções e obras que compõem o ambiente construído. Historicamente, frente à necessidade de reduzir o custo de seus produtos, a construção civil teve dificuldades em manter o padrão de qualidade dos projetos e obras, resultando em soluções insatisfatórias e de curta vida útil. Grande desigualdade de padrões de qualidade, prática da não-conformidade intencional, desarticulação, concorrência predatória, desperdício da produção e baixo nível de inovação tecnológica têm se refletido em um ambiente construído de baixa qualidade, necessitando de constantes reparos e serviços de manutenção. Este ainda é o retrato da construção civil, um dos setores produtivos mais importantes da economia, mas que necessita de um esforço conjunto em busca da qualidade e produtividade. Esse esforço ganhou corpo com a criação pelo governo do PBQP-H, que passou então a apoiar a reestruturação do setor produtivo em torno de duas questões fundamentais: a melhoria da qualidade e a modernização produtiva.

O setor público participa principalmente como indutor de um processo evolutivo de qualidade e estimulador do aumento da produtividade, e o setor privado assume o compromisso com a implementação dos sistemas de qualidade e combate ao desperdício. Para tanto, os recursos fiscais do Programa representam apenas uma parte menor do que normalmente é investido pelos principais agentes do setor, significando uma forma de alavancar os recursos das parcerias público/privado: Caixa Econômica Federal (CEF), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e empresas privadas. O grande montante dos recursos alocados pelo setor privado, envolvendo as entidades, as empresas produtoras de materiais, de componentes e de serviços (construtoras, projetistas, etc.) são destinados ao desenvolvimento de mecanismos de promoção e de avaliação da qualidade, principalmente, à adaptação das empresas aos padrões de qualidade exigidos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Considerando a abrangência do Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil (SiAC), podemos nos basear na soma do levantamento das empresas aderidas em todos os níveis de certificação do SiAC/PBQP-H como método de aferição de resultado. Nesse sentido, podemos dizer que o total de empresas no Sistema foi em dezembro de 2006 de 516 (não considerando as empresas aderidas ao SIQ, predecessor do SiAC, extinto em 2007) para 1.425 em dezembro de 2007, o que representa uma variação 2006-2007 de mais de 276%.

• Para o Sistema de Qualificação de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos (SiMaC), calcula-se o percentual de materiais produzidos em conformidade com as normas técnicas em relação ao total da produção nacional: o Índice de Conformidade (IC) por PSQ. Foram criados mais dois PSQs no ano de 2007, oito PSQs tiveram variação positiva de seus IC, dois mantiveram e apenas dois apresentaram variação negativa. A média da variação dos IC foi de + 5,5%.

• Apoio à Expo Construção realizada em Salvador (BA) em agosto de 2007, uma grande feira de negócios da construção para o Norte e Nordeste. No âmbito da feira, foi realizado o I Fórum de Habitação de Interesse Social (FHIS), que reuniu prefeitos, secretários de obras, engenheiros, construtoras, entidades de classe e movimentos populares para a discussão de conceitos, políticas e práticas que envolvem a habitação popular.

• Em comemoração aos seus 10 anos e visando aproximar o Programa dos especificadores - em especial os arquitetos - e dos consumidores finais da construção, o PBQP-H participou da 7ª Bienal Internacional de Arquitetura, que ocorreu de 10.11.2007 a 16.12.2007 em São Paulo. Foram montados painéis e um espaço institucional, onde inclusive ocorreu a 5ª reunião da Comissão Nacional do Sistema de Qualificação de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos (CN-MaC) e a 42ª reunião do Comitê Nacional de Desenvolvimento Tecnológico da Habitação (CTECH).

• Em função das dificuldades provenientes do contingenciamento de recursos orçamentários e financeiros, não foram possíveis avanços significativos nos resultados físicos. No entanto, no que diz respeito às ações contínuas do Programa, referentes aos sistemas de qualidade já implantados (SiAC e SiMAC), houve indicadores positivos.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os mecanismos de monitoramento, no âmbito da gerência, sobre o desempenho físico das ações, são as reuniões de trabalho, conforme disposto pela Portaria de criação do Programa (Portaria nº 134/98 do então Ministério do Planejamento e Orçamento). O PBQP-H fundamenta seu arranjo institucional na gestão compartilhada, para isso contando com uma estrutura composta por: uma Coordenação Geral, um Comitê Nacional de Desenvolvimento Tecnológico da Habitação (CTECH - instituído pela Portaria Interministerial nº 5, de 16 de fevereiro de 1998), uma Coordenação Nacional de Projetos e Obras, uma Coordenação Nacional de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos, Coordenações Estaduais e/ou Regionais, e um Grupo de Assessoramento Técnico.

Todas essas instâncias de gestão permitiram, no exercício de 2007, o monitoramento sobre o desempenho físico das ações do Programa. Já a representação Estadual do PBQP-H, conta com pessoas escolhidas em cada Estado da Federação para coordenar as atividades relacionadas ao Programa naquele Estado. Eleitos em plenária, nas reuniões da etapa de sensibilização, eles representam os setores público e privado. O papel do representante estadual é fundamental no monitoramento dos resultados do Programa, por sua proximidade com os usuários finais: realiza a divulgação do PBPQ-H, em nome das Coordenações Gerais e Nacionais, junto às entidades de todos os segmentos do setor no Estado; apóia as diversas instituições na formulação de seus PSQs e na implementação das ações estruturantes do Programa.

Os sistemas informatizados, no âmbito do PBQP-H, são viabilizados pela Internet que oferece uma série de vantagens como canal principal de comunicação com seu público-alvo, tendo em vista a sua conveniência para o usuário do Programa, sua acessibilidade, sua capacidade de fornecer grandes quantidades de informações a um baixo custo, e a

possibilidade de rápida atualização, além do alcance nacional, uma vez que o público do PBQP-H abrange todo o Território Nacional. O Programa já possui um fluxo de informações com os seus parceiros.

A execução física ficou abaixo de 40% do previsto na LOA 2007. Em função das dificuldades provenientes do contingenciamento de recursos orçamentários e financeiros, não foram possíveis avanços significativos nos resultados físicos.

Os recursos orçamentários executados foram insuficientes, em virtude dos recursos orçamentários liberados e efetivamente transferidos corresponderem a apenas 30% do inicialmente previsto. Constatou-se, então, uma execução orçamentária abaixo do esperado, comprometendo o planejamento inicial para o ano de 2007.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução física programada e tem afetado negativamente a implementação das atividades do Plano de Trabalho nos últimos anos.

O impacto das ações com recursos não-orçamentários é alto. A estimativa dos investimentos das empresas de serviços e obras que participam do Sistema da Avaliação de Conformidade (SiAC) no âmbito do PBQP-H é de que, na implementação do sistema nos níveis D, C, B e A, a certificação envolve o custo de auditorias que avaliam periodicamente a qualidade do sistema de gestão implantado que é num valor anual estimado por empresa de R$ 60.000,00, perfazendo o total ano na ordem de R$ 84,0 milhões para uma quantidade de 1.400 empresas.

Para os investimentos dos setores produtores de materiais, relacionados ao desenvolvimento dos PSQ e ao comprometimento com a manutenção dos níveis de qualidade estabelecidos no PBQP-H, a estimativa para a implementação do PSQ, envolvendo as atividades de normalização técnica, desenvolvimento de programas de avaliação da conformidade, realização de auditorias e de ensaios laboratoriais, acompanhamento dos indicadores da conformidade técnica do setor e outras atividades de Tecnologia Industrial Básica (TIB) é de um valor anual estimado por PSQ de R$ 600.000,00, o que faz um total anual de R$ 15,6 milhões para uma quantidade de 26 PSQs.

Para a manutenção dos níveis de qualidade estabelecidos no PBQP-H pelas empresas do setor envolvendo atividades de controle da qualidade, realização de ensaios ao longo da produção e do produto acabado, implementação de sistemas da qualidade e capacitação dos profissionais de qualidade e outras atividades do TIB, a estimativa é de um valor anual por PSQ de R$ 3,0 a 4,0 milhões, o que perfaz valores totais anuais de R$ 78,0 a 104,0 milhões para uma quantidade de 26 PSQs.

Os recursos da Ação de Gestão e Administração do Programa (GAP) são utilizados para manutenção da equipe técnica, como gastos com a folha salarial de profissionais contratados, custeio de passagens e diárias, suporte às atividades de relacionamento institucional e para atividades que dão suporte ao desenvolvimento das consultorias. Avalia-se que, dentro dos recursos liberados, o montante gasto com as despesas administrativas foi proporcional às

atividades que puderam ser executadas no exercício de 2007, uma vez que essa Ação pressupõe a execução de atividades que necessitam de monitoramento constante, como renovação dos acordos para dar continuidade à implementação do Programa nos Estados, formalização dos acordos de cooperação técnica, além da operacionalização do sistema de informações, com a alimentação do banco de dados. Cumpre ressaltar o importante papel desempenhado pelo sítio do PBQP-H, que se tornou busca obrigatória quando se trata de informações a respeito das empresas certificadas, nos níveis D, C, B e A do SiAC e da conformidade de materiais.

Os recursos materiais na equipe gerencial são insuficientes. Da mesma forma como ocorreu em 2006, esses recursos materiais mantiveram-se insuficientes durante o ano de 2007, devido ao contingenciamento e à necessidade de realocação dos recursos disponibilizados para fins prioritários.

A infra-estrutura na equipe gerencial é inadequada. As principais limitações quanto à infra-estrutura estão relacionadas à disponibilidade insuficiente de espaço físico, para que a equipe técnica da Coordenação Geral realize eventos/reuniões necessários à condução da gestão do Programa, e de espaço físico/mobiliário para a organização de documentos técnicos relativos ao Programa.

A quantidade de recursos humanos na equipe gerencial é inadequada. A equipe gerencial composta em 2007 manteve-se com um número inapropriado para a execução do Programa: três técnicos de nível superior e dois técnicos de nível médio, ficando comprometida sua capacidade de implementação e monitoramento pleno das atividades. Além do que, houve rotatividade dos técnicos envolvidos, necessitando de nova capacitação a cada chegada de novo servidor.

A morosidade dos processos de licitação e celebração de contratos, agravada pela operacionalização via Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), representou forte restrição à execução das ações do Programa.

O trabalho da Coordenação-Geral do Programa e dos executores das ações ocorreu de forma integrada, não havendo obstáculos para a disponibilização de informações para a execução das ações.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa realiza parcerias não-governamentais para sua execução. O PBQP-H possui, como uma de suas características marcantes, forte articulação com seus parceiros institucionais. Devido ao seu objetivo de induzir a melhoria da qualidade e produtividade da cadeia produtiva, do setor da construção civil, parte significativa de suas ações é realizada devido ao intenso processo de articulação e parcerias, consolidados em um acordo setorial. Representados por suas entidades de classe, os diversos atores da construção civil possuem assento na estrutura de Gestão do PBQP-H e compartilham as decisões a serem implementadas no âmbito do Programa. Isso, no entanto, não elide certo desequilíbrio na capacidade de resposta de cada um dos segmentos que compõem o setor, o que reforça ainda mais a importância da atuação do Estado na condução dos processos de negociação. Essa articulação com os parceiros não-governamentais poderia ser ainda aperfeiçoada

pelo fortalecimento de seus colegiados gestores e pela ampliação da visibilidade do Programa, via organismos de agregação municipal, instituições acadêmicas, intercâmbio e cooperações internacionais, assim como pela solidificação dos resultados já alcançados com seus projetos estruturantes, como forma de legitimar e dar maior credibilidade ao PBQP-H, como instrumento de segurança e proteção do mercado da construção, pelo desenvolvimento de um ambiente de competição saudável.

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social:

a) reunião com grupos de interesse: o Programa conta com uma estrutura que procura agregar os diversos setores integrantes da cadeia produtiva da construção civil: profissionais, empresas e entidades civis e governamentais, públicas e privadas. Parte dessa estrutura materializa-se nas reuniões das Comissões Nacionais do SiAC e do SiMaC, que agregam profissionais e entidades representativas de associações ou sindicatos de caráter nacional, de organismos de fomento e financiamento, do setor de materiais ou de serviços e obras, além de instituições de controle/regulamentação;

b) discussão em conselho setorial: o PBQP-H estrutura-se sobre instâncias participativas, na função de conselhos setoriais, como é o caso do Fórum dos Representantes Estaduais e o Comitê Nacional de Desenvolvimento Tecnológico (CTECH). Os mecanismos de controle social do Programa consolidam-se por sua constante atuação em parceria com o setor privado e por meio dessas instâncias de discussão/deliberação, que fazem parte da estrutura do PBQP-H, como os já descritos anteriormente: CTECH, o Fórum dos Representantes Estaduais, o Grupo de Assessoramento Técnico do PBQP-H (GAT) e mesmo as comissões nacionais. Nesses fóruns, diversas entidades governamentais, da sociedade civil e do setor privado, além de entidades ligadas à pesquisa, opinam, definem diretrizes e avaliam as ações implementadas pelo Programa. Como a maior parte dessas instâncias já está formalmente inserida no PBQP-H, entende-se que os mecanismos disponíveis de controle social do Programa são satisfatórios.

O Programa avalia, de forma ainda não totalmente sistematizada, a satisfação de seus beneficiários. Ela é realizada por meio das instâncias de participação social do Programa, em especial pela interlocução feita com os Representantes Estaduais, que acompanham, de perto, a implementação das ações. Durante os Fóruns, os Representantes entregam relatórios e debatem os quadros da implantação local do PBQP-H.

O Programa apresenta boas práticas de gestão que poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal. Todas as ações relativas à implementação do Programa nos Estados são consensuadas entre os diversos segmentos da cadeia produtiva da construção civil, resultando em acordos setoriais, nos quais são definidos metas e prazos a serem cumpridos. Esse modelo vem sendo praticado de forma descentralizada, respeitando-se as diversidades regionais e permitindo a ampla legitimação do Programa pelos seus beneficiários. Por isso, o PBQP-H vem servindo como referência para outros programas governamentais, ou mesmo iniciativas de organizações da sociedade com interesses afins ao Programa.

REABILITAÇÃO DE ÁREAS URBANAS CENTRAIS

GERENTE DO PROGRAMA

Benny Schasberg

OBJETIVO

Promover a reabilitação urbana e o adensamento de áreas centrais desocupadas em capitais e Municípios integrantes de regiões metropolitanas, de forma a otimizar a infra-estrutura instalada, recuperar o estoque habitacional e a dinâmica econômica.

PÚBLICO-ALVO

População residente ou usuária das áreas urbanas centrais de capitais e Municípios integrantes de regiões metropolitanas

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 35.180.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 13.269.766,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 13.269.766,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 1.600.000.000,00	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Domicílios Vagos nas Áreas de Intervenção - Porcentagem	-	-	-	-	8.60	-

1. TAXA DE DOMICÍLIOS VAGOS NAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO
Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O indicador escolhido para o Programa está de acordo com suas principais diretrizes, que se referem à diminuição dos imóveis vazios e subutilizados nas áreas centrais. Da parte do Programa e dos Municípios apoiados, verifica-se que foram tomadas providências e realizadas ações possíveis para receber os investimentos necessários para alterações de usos e funções dos imóveis vazios recolocando-os no mercado e vinculando-os às políticas habitacionais de interesse social. No entanto, para que haja a transformação esperada desta realidade é necessário que sejam desenvolvidos programas habitacionais específicos para reforma de imóveis, ação esta que não foi implantada no Governo Federal e, por conseguinte, não se estruturou nos Estados e nos Municípios, que são financeiramente subsidiários dos investimentos federais nas políticas habitacionais de interesse social. Por outro lado, o maior proprietário de terras e imóveis do País, a União, apesar de finalizar a disponibilização de sete imóveis ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), ainda não tomou providências

concretas para a implementação de uma política de disponibilização de imóveis vazios para habitação de interesse social, segundo a Lei nº 11 481, de 31 de maio de 2007.

Esclarece-se que não houve apuração em 2007, pois a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (Pnad), através da qual o indicador é obtido, ainda não foi publicada.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Existe *deficit* habitacional total de quase 6 milhões de moradias conjugada com simultânea ocorrência de 4,5 milhões de imóveis urbanos vazios; existência de moradias localizadas em áreas de risco e insalubres; disponibilidade de infra-estrutura urbana e um expressivo acervo de imóveis habitacionais e comerciais subutilizados ou em desuso, localizados em áreas centrais; expansão desordenada e/ou desnecessária das cidades brasileiras, existência de imóveis antigos com situação fundiária irregular e subaproveitamento e degradação do patrimônio cultural nas áreas centrais antigas.

A falta de critérios racionais de priorização no que concerne à expansão das cidades brasileiras, a continuidade dos riscos de vida e dos relativos à saúde para os moradores dos imóveis em situação precária, o desperdício ambiental e a perda do patrimônio cultural, em prejuízo das gerações futuras, são conseqüências da não-implementação do Programa.

A vontade política de alguns setores do poder público em trabalhar de forma articulada, a existência dos instrumentos do Estatuto da Cidade, a disponibilidade de infra-estrutura, o estoque de imóveis residenciais não-ocupados, as leis de incentivo fiscal aplicáveis em áreas de interesse cultural, o baixo custo das obras de infra-estrutura, uma vez que haverá o aproveitamento daquela já existente, são condicionantes favoráveis da implementação do Programa.

A falta de vontade política de alguns setores do Poder Público, o alto custo das obras de reabilitação, o baixo grau de desenvolvimento no Brasil de tecnologias e técnicas adequadas à reabilitação, o pouco interesse do setor da construção civil na reabilitação, a insuficiente capacitação profissional dos setores público e privado atinente às questões de reabilitação urbana, a inadequação/insuficiência das linhas de financiamentos voltadas para reabilitação urbana, a falta de flexibilidade na operacionalização das leis de incentivo fiscal, aplicáveis em imóveis simultaneamente de interesse cultural e social, são condicionantes desfavoráveis.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Elaboração/discussão, com o Governo e com a sociedade, da Medida Provisória nº 335 até a sanção da Lei nº 11.481, de 31 de maio de 07, que trata dos imóveis da União.

• Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica entre União, Governo da Bahia e Prefeitura de Salvador, para reabilitação do centro histórico de Salvador (BA).

• Assinatura de convênios com os Estados da Bahia (BA), Rio de Janeiro (RJ) e Minas Gerais (MG) para implementação de ações de reabilitação.

• Alienação de sete imóveis do INSS para Habitação de Interesse Social (HIS).

• Finalização da etapa de apoio técnico ao Projeto Recife-Olinda, Pernambuco (PE). Elaboração do modelo econômico e de minuta de consórcio público para implementação das ações.

• Acompanhamento de 77 casos de conflitos fundiários urbanos.

• Execução de obras de requalificação urbana e recuperação de imóveis em Duque de Caxias (RJ), Nova Iguaçu (RJ), Salvador (BA), Maceió (AL) e Rio de Janeiro (RJ).

• Elaboração de proposta de Política Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos, em parceria com o Grupo de Trabalho (GT) de conflitos fundiários do Conselho Nacional das Cidades.

• Participação nos Grupos de Trabalhos Interministeriais (GTIs) criados pelo Ministério dos Transportes (MT) para a revitalização das áreas portuárias de Santos (SP) e Salvador (BA).

• Inclusão das diretrizes do Programa na agenda social do Governo, parcerias com a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) e com o Ministério da Cultura (MinC) nos temas de acessibilidade universal e acesso ao centro.

• Elaboração do Plano Guia de Arquitetura de São Luís (MA) e do Manual de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais com o Governo Espanhol.

• Manutenção da Rede Centros para divulgação de ações do Programa, de experiências locais, agenda e temas correlatos à reabilitação destes centros.

• Disponibilização de Imóveis Públicos para Habitação: foram concluídos sete processos de destinação de imóveis públicos para habitação de interesse social. Apoio Direto do Orçamento Geral da União (OGU): na Ação Apoio a Projetos de Infra-Estrutura e Requalificação de Espaços de Uso Público em Áreas Centrais de Capitais e Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas (0610), o resultado foi abaixo do esperado (abaixo de 40% para realização financeira e entre 40% e 80% para realização física); na Ação Apoio à Elaboração de Planos de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais de Capitais e Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas (0602), o resultado ficou abaixo do esperado (realização física acima de 80% e realização financeira entre 40% e 80%).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações são:

a) reuniões de trabalho: as reuniões de trabalho são realizadas sempre que necessário, quando há problemas no andamento dos contratos de repasse do OGU ou necessidade de articulação com os parceiros. Esse tipo de monitoramento é feito somente nas localidades onde existem ações de cooperação federativa, nos contratos da Ação 0602 - Ação Apoio à Elaboração de Planos de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais de Capitais e Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas e nos contratos da Ação 0610 - Ação Apoio a Projetos de Infra-Estrutura e Requalificação de Espaços de Uso Público em Áreas Centrais de Capitais e Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas, que se enquadram nos critérios do Programa (ser capital ou Município integrante de região metropolitana). Devido à escassez de recursos, não é possível a realização freqüente de viagens para acompanhamento *in loco*, predominando o acompanhamento feito a distância, via correio eletrônico e por telefone, inclusive através de teleconferências. No caso da disponibilização de imóveis do INSS, reuniões de trabalho foram realizadas periodicamente em Brasília (DF) ou em São Paulo (SP) para acompanhamento dos processos com as partes envolvidas, a saber, INSS, Ministério das Cidades (MCidades), Caixa Econômica Federal (CEF), Poder Público local, assessorias técnicas e movimentos sociais;

b) visitas *in loco*: é realizada, em média, uma visita *in loco* por contrato da Ação 0602 - Ação Apoio à Elaboração de Planos de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais de Capitais e Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas, que visa auxiliar o Município na elaboração de um plano de trabalho e na construção de estruturas de gestão para planejamento e implementação das políticas e ações relacionadas à área central. Em alguns casos mais consolidados e em projetos mais complexos são assinados convênios intersetoriais para a reabilitação de um perímetro determinado, como é o caso do Projeto Recife-Olinda (PE), do Rio de Janeiro (RJ) e de Salvador (BA). Nesses casos as visitas *in loco* são mais freqüentes. Quanto aos imóveis, em geral, as visitas *in loco* são realizadas sempre que necessário;

c) sistemas informatizados: é utilizada uma base de informações sobre a execução física e financeira dos contratos fornecida pelo agente operador da CEF e compilada pelo setor orçamentário do MCidades. A base é atualizada semanalmente e permite o acompanhamento da execução orçamentária de todos os contratos além de fornecer informações resumidas sobre o andamento dos serviços. As informações físicas, entretanto, costumam estar desatualizadas necessitando de monitoramento por telefone junto aos Municípios e agentes locais da CEF a fim de complementar as informações recebidas e para a resolução de possíveis

entraves e pendências no andamento dos contratos. Para o acompanhamento dos convênios é utilizado o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) para pagamentos e conferência de situação de regularidade do convenente;

d) relatórios de gestão: são realizados na periodicidade dada pela Presidência da República (PR), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), Gabinete do Ministro e segundo demandas do Secretário.

A execução física ficou entre 40% e 80% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007 (87,5% para a Ação 0602 - Ação Apoio à Elaboração de Planos de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais de Capitais e Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas e 54,6% para a Ação 0610 - Ação Apoio a Projetos de Infra-Estrutura e Requalificação de Espaços de Uso Público em Áreas Centrais de Capitais e Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas). É importante ressaltar que, a partir do trabalho de monitoramento e articulação da equipe do Programa, as emendas parlamentares propostas para a alocação de recursos nesta ação passaram a relacionar-se com os Planos de Reabilitação apoiados e com a definição de diretrizes, objetivos, escopo e público-alvo do Programa. Esses recursos não onerosos passam cada vez mais a compor com fontes de financiamento, viabilizando os projetos previstos nos Planos de Reabilitação.

Os recursos orçamentários executados foram insuficientes. Na Ação 0602 - Ação Apoio à Elaboração de Planos de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais de Capitais e Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas, a execução orçamentária foi de 72,29% do valor autorizado. É importante ressaltar que apesar da redução de orçamento em relação aos anos anteriores, cresceu o número de Municípios apoiados em relação ao ano de 2006, possibilitando o cumprimento de 87,50% da meta física estabelecida para o ano de 2007. Na Ação 0610 - Ação Apoio a Projetos de Infra-Estrutura e Requalificação de Espaços de Uso Público em Áreas Centrais de Capitais e Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas, a execução orçamentária foi de 36,07% do previsto na LOA 2007. Entretanto, os recursos desta ação são alocados através de emendas parlamentares, o que dificulta a execução do Programa no sentido de compatibilizar suas ações, vinculando os recursos de obra ao planejamento Municipal, e deve-se levar em conta também os cortes orçamentários na ação.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução física programada. É procedimento padrão do MCidades estabelecer um índice de execução orçamentária em média 20% adiante da execução física a fim de não prejudicar o andamento dos trabalhos no Município. O repasse, no entanto, tem sofrido descontinuidade, com grandes liberações precedidas de longos períodos sem nenhum repasse financeiro. Na Ação 0602 - Ação Apoio à Elaboração de Planos de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais de Capitais e Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas, a descontinuidade prejudicou de maneira decisiva o andamento dos trabalhos. Na Ação 0610 - Ação Apoio a Projetos de Infra-Estrutura e Requalificação de Espaços de Uso Público em Áreas Centrais de Capitais e Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas, a descontinuidade prejudicou alguns Municípios de forma decisiva levando à paralisação e ao atraso nas obras.

O impacto das ações com recursos não-orçamentários foi alto. Apesar de contar com poucos recursos, o Programa tem conseguido, através da articulação federativa e intersetorial, colocar em discussão e operação uma nova forma de urbanização baseada na reabilitação e ocupação dos centros, em contraposição à política de expansão e periferização de nossas cidades, que historicamente contribuíram para a segregação espacial e ampliação dos custos de implantação de infra-estruturas urbanas. Entre as ações não-orçamentárias do Programa estão disponibilizar imóveis públicos para habitação de interesse social em centros urbanos, as cooperações internacionais e a articulação federativa e mediação de conflitos fundiários em áreas centrais.

Os recursos materiais e/ou a infra-estrutura não são adequados para a implementação do Programa, pois o espaço físico é totalmente inadequado, inclusive do ponto de vista de padrões mínimos de permanência e salubridade e em grande parte das prefeituras com as quais o Programa desenvolve ações, as quais tem deficiência de infra-estrutura, sobretudo em se tratando de Municípios menores conurbados com capitais e grandes metrópoles. Nesses casos, a deficiência de infra-estrutura prejudica o bom andamento dos trabalhos.

Os recursos humanos não são adequados para a implementação do Programa:

a) quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial: a equipe é composta apenas por seu coordenador e dois técnicos, sendo que existem 50 contratos ativos e em andamento de obras de requalificação, 15 contratos ativos e em andamento de Planos de Reabilitação, quatro cooperações internacionais, três Acordos de Cooperação Técnica e três convênios com governos Estaduais, além do trabalho de articulação com parceiros do Governo Federal para disponibilizar imóveis públicos para habitação social em áreas centrais e mediação de conflitos fundiários em centros urbanos;

b) insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial: os dois técnicos da equipe não são especialistas no tema, sendo a especialização adquirida no ofício. Não houve, em 2007, uma política de capacitação específica para os técnicos, sendo a mesma efetuada de maneira esporádica e de acordo com a oferta;

c) insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras: a reabilitação de centros, por sua natureza, necessita de grandes esforços de articulação e integração de políticas no nível local. As equipes municipais, de modo geral, não possuem um corpo técnico qualificado para tratar de tais temas, sendo, além disso, prejudicadas pela alta rotatividade de quadros devido a questões de ordem política.

Restrições interferiram no desempenho das ações de maior impacto:

a) contingenciamento orçamentário: no ano de 2007, o Programa sofreu contingenciamento em aproximadamente um quarto do orçamento previsto pela LOA. Os cortes afetaram, sobretudo, as ações de custeio, a saber, a elaboração de Planos de Reabilitação, que é a principal ação do Programa, e a Gestão e

Administração do Programa (GAP). A Ação 0610 - Ação Apoio a Projetos de Infra-Estrutura e Requalificação de Espaços de Uso Público em Áreas Centrais de Capitais e Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas também foi prejudicada;

b) financeiro comprometido por restos a pagar: acontece desde 2004, devido ao passivo de contratos celebrados com Municípios fora dos critérios do Programa e com recursos destinados através de emenda parlamentar;

c) dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes: as exigências do SIAFI em questões do Cadastro Único de Convênios (CAUC) para o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) vinculados à administração direta vêm impedindo o início das atividades nos três convênios celebrados com governos Estaduais em 2007;

d) conflitos decorrentes de outras políticas setoriais, inclusive entre esferas de poder ou entre esferas de governo: a visão patrimonialista vinculada aos bens imóveis impera no setor público, tornando impossível disponibilizar os mesmos, ainda que vazios e onerando a própria União para as políticas sociais e de reabilitação urbana. Não há programas específicos de habitação que contemplem a reforma de imóveis, sendo a maior parcela dos recursos destinados a novas habitações, o que inviabiliza os princípios do Programa.

Existe uma grande dificuldade de interlocução com o agente executor dos recursos CEF, devido ao excesso de burocracia na tramitação dos processos e das solicitações e à cultura coorporativa do órgão, além de uma dificuldade na questão do monitoramento das ações de planejamento, pois estas possuem natureza diferente das ações de obra nas quais a CEF possui grande experiência de acompanhamento e avaliação.

O desempenho da execução das ações do Programa implementadas em outros Ministérios foi muito baixo. A ação conjunta com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que consta no PPA 2004-2007 nunca foi levada a termo. Para 2008, foi incluída no PPA uma ação conjunta com o MinC, a ser executada pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (IPHAN).

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa realiza parcerias não-governamentais para sua execução. São parcerias com movimentos sociais e assessorias técnicas para viabilização de imóveis para a Habitação de Interesse Social (HIS) e para a mediação de conflitos fundiários. Essa parceria vem sendo bastante positiva no sentido de construir uma arena de articulação política nacional em torno dos movimentos de luta por moradia, constituindo um grupo de pressão junto ao Governo Federal e à sociedade para encaminhamento de questões relacionadas à produção de moradia. Existem, entretanto, dificuldades de ordem técnica que dificultam o trabalho com os movimentos sociais,

como por exemplo, a carência de assistência técnica para elaboração de projetos e construção de viabilidade de empreendimentos habitacionais nos imóveis públicos.

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social: por meio de audiência pública, quando solicitada pelos Municípios; mediante consulta pública que é prevista no manual do Programa para contratação e destinação de recursos; através de reuniões com grupos de interesse de acordo com a demanda de cada projeto em execução e por discussão em conselho setorial, conforme cronograma dos acordos de cooperação técnica, no caso dos conselhos municipais e de acordo com agenda estabelecida, no caso do Conselho Nacional das Cidades.

O Programa não avalia a satisfação de seus beneficiários. Tem focado suas ações no Planejamento Urbano. Somente a partir da implementação das ações previstas nos Planos Municipais será possível verificar mudanças qualitativas na realidade local e, por conseguinte, colher dados relativos à satisfação dos usuários e beneficiários.

O Programa apresenta boas práticas de gestão que poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal. Ao definir políticas e ações transversais nos três níveis de governo e a superação do trabalho setorial, o Programa avança na ação Federativa com reforço das ações Municipais ao consolidar parcerias mediante convênios e acordos, mudando o foco da ação do Estado para uma lógica territorial a partir de ações integradas.

SEGURANÇA E EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO: DIREITO E RESPONSABILIDADE DE TODOS

GERENTE DO PROGRAMA

Alfredo Peres da Silva

OBJETIVO

Reduzir a mortalidade, a gravidade e o número de acidentes de trânsito no País.

PÚBLICO-ALVO

Usuários do serviço de trânsito

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 88.026.000,00	Empenho Liquidado:	R$ 85.917.324,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 85.917.324,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Coeficiente de Acidentes de Trânsito - 1/100.000	-	-	91.10	71.20	82.40	-
2. Coeficiente de Mortalidade por Acidente de Trânsito - 1/100.000	-	-	14.00	10.70	8.70	-
3. Coeficiente de Vítimas por Acidente de Trânsito no Brasil - 1/10.000	-	-	271.70	218.30	180.70	-

1. COEFICIENTE DE ACIDENTES DE TRÂNSITO
Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Os recursos orçamentários liberados de 2004 a 2006 foram inferiores aos previstos no PPA, sendo a maior parcela dos recursos liberados aplicados na imprescindível manutenção dos sistemas Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam), Registro Nacional de Habilitação (Renach) e Registro Nacional de Infrações (Renainf). Assim, as ações que contribuem mais efetivamente para redução dos índices de acidentes e conseqüentemente dos indicadores ficaram prejudicadas. Além disso, desde 2003, o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) vem reunindo esforços no sentido de melhorar as estatísticas de trânsito através da padronização, informatização e treinamento dos profissionais dos órgãos de trânsito, resultando na criação do sistema e do Portal de estatísticas do

Registro Nacional de Acidentes e Estatísticas de Trânsito (Reanest), apoiados em nova legislação (Resolução do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) nº 208/2006 e Portaria Denatran nº 82/2006). Houve alteração na metodologia, abrangência e melhoria na coleta de informações de ocorrências que atualmente é feita *on line* pelos órgãos executivos e rodoviários de trânsito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Desta forma, considerando que o treinamento dado a quase mil órgãos responsáveis pelo envio das informações terminou recentemente e que muitas dessas ficaram incompletas ou incorretas, ficou prejudicada a comparação do índice de referência do indicador com os índices atualmente apurados.

2. COEFICIENTE DE MORTALIDADE POR ACIDENTE DE TRÂNSITO
Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Aplica-se a mesma justificativa do indicador 1.

3. COEFICIENTE DE VÍTIMAS POR ACIDENTE DE TRÂNSITO NO BRASIL
Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

Aplica-se a mesma justificativa do indicador 1.

CONTEXTUALIZAÇÃO

De acordo com os registros estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o processo de crescimento das cidades, nos últimos 60 anos, elevou a taxa de urbanização de 31,4% para cerca de 78% da população. Nesse período, 130 milhões de pessoas passaram a viver em cidades e são responsáveis por cerca de 90% do Produto Interno Bruto (PIB). As cidades no Brasil passaram a ser vistas, portanto, como focos de concentração de atividades e de irradiação de inovações, funções essas essenciais no contexto do processo de desenvolvimento econômico e social do País. Acompanhando o crescimento urbano, o fenômeno trânsito passou a ser visto como elemento de preocupação na gestão intra e interurbana, principalmente no que se refere à melhoria da qualidade de vida da população.

O sistema de trânsito ocupa um papel de destaque sob o aspecto social e econômico, na medida em que envolve, no dia a dia, praticamente todos os cidadãos brasileiros no exercício pleno do seu direito de ir e vir, de locomover-se livremente para satisfação de suas necessidades, em busca de seu bem-estar e da comunidade em que vivem. Diversos são os meios de locomoção por via terrestre que envolvem diretamente o cidadão e o transporte de produtos diversos em seu benefício. Tais dinâmicas, intensas e ininterruptas, caracterizam o trânsito em seus desdobramentos urbanos, regionais e nacionais, o qual se organiza em um sistema nacional que deve produzir resultados focados no cidadão brasileiro.

Por outro lado, gera um grande número de problemas, desafiando governos e toda a coletividade para a sua solução. Tais problemas traduzem-se, por exemplo, em elevadas

taxas de ocorrência e de severidade de acidentes de trânsito, em congestionamentos e na degradação do ambiente urbano, influenciando negativamente a qualidade de vida da população. O Denatran, órgão máximo executivo de trânsito da União, no empenho de cumprir sua missão de promover o desempenho eficiente e eficaz dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Trânsito (SNT), administra políticas, regulamenta e executa programas que contribuem para a fluidez e a segurança do trânsito, respeitando o meio ambiente e visando a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Os acidentes de trânsito representam uma das mais freqüentes causas de óbitos no Brasil. De acordo com as estatísticas ocorreram 307.287 acidentes com vítimas no ano de 2001. Nestes, cerca de 374.557 foram vítimas não-fatais e 20.039 vítimas fatais de acidentes de trânsito. Segundo o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), 55% das vítimas fatais situam-se na faixa etária economicamente ativa (de 20 a 49 anos), representando um custo social estimado da ordem de R$ 4 bilhões por ano.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Foram mantidos e melhorados os sistemas informatizados do Denatran, tais como o Renavam, o Renach e o Renainf, que são sistemas com uma arquitetura de bases distribuídas que oferece várias formas de acesso e apresenta uma enorme variedade de conexões, processando 420.932.574 transações (acessos) aos dados constantes em suas bases em 2007. O Renavam possui cerca de 49 milhões de veículos cadastrados e o Renach possui cerca de 45 milhões de condutores habilitados. Foi concluída a reformulação do Renaest, como também a implantação do Renainf, permitindo que os órgãos autuantes integrados ao SNT apliquem multas com base nas placas de veículos cadastrados em qualquer uma das 27 Unidades da Federação, como também enviar para o prontuário do condutor responsável pela infração a pontuação de penalidade equivalente à multa aplicada.

• Foram divulgadas, em diversas mídias, campanhas de utilidade pública abordando utilização do seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores Terrestres (DPVAT) e questões relacionadas à juventude no trânsito. Também foram editadas e distribuídas aos órgãos e entidades do SNT e às dioceses dos 27 Estados da Federação 10 milhões de exemplares da cartilha Os *10 Mandamentos do Trânsito Seguro*, projeto realizado em parceria com a Frente Parlamentar em Defesa do Trânsito Seguro, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Destaca-se, ainda, a produção da série Trânsito Consciente, composta por vinte programas educativos versando sobre diferentes temáticas relacionadas ao trânsito e exibida semanalmente pela TV Cultura, sendo distribuídos aos órgãos e entidades do SNT cinco mil conjuntos contendo DVD e caderno educativo. Os conteúdos apresentados na série foram também dispostos em uma publicação dirigida ao público jovem, distribuída a 84.000 alunos dos últimos anos do ensino médio em 47 Municípios brasileiros.

• Visando suprir as necessidades de aprimoramento e de formação dos técnicos envolvidos com a gestão do trânsito em todo o Denatran, deu-se continuidade ao Programa de Capacitação de Profissionais de Trânsito com a realização do Curso de Educação de Trânsito e do Curso de Agentes de Trânsito, capacitando 940 profissionais. Editou-se e distribuiu-se,

aos órgãos e entidades do SNT, 25 mil exemplares do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) com a Legislação complementar em vigor, 26 mil exemplares do Código em formato de bolso e 41 mil exemplares do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito.

• Em sua 7ª edição, o Prêmio Denatran de Educação para o Trânsito, destinado a crianças, jovens, educadores, profissionais de trânsito e profissionais da comunicação contou com a participação de 1.023 Municípios e recebeu cerca de 100.000 trabalhos. Esta edição conferiu prêmios a 36 estudantes, profissionais e entidades em diversas categorias, além da premiação conferida à cidade de Itu (SP) por ser o Município com o maior número de trabalhos enviados, 6.773 trabalhos.

• Em cumprimento às atribuições determinadas pela Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o CTB, o Denatran procedeu a análise e emissão de 2.120 Certificados de Adequação a Legislação de Trânsito (CAT), licenciou através de Portarias publicadas no Diário Oficial da União 199 Instituições Técnicas Licenciada (ITL), prestou ao Poder Judiciário informações sobre 2.800 consultas de condutores e veículos, analisou 2.674 Processos de Recursos de Multas encaminhados ao Contran, além de responder a 9.800 consultas realizadas através do endereço eletrônico do Departamento.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O mecanismo de monitoramento, no âmbito da gerência, sobre o desempenho físico das ações cabe ao Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), sendo realizado mensalmente pelos coordenadores de ação. Também são feitas visitas às unidades responsáveis pela consolidação dos dados para monitoramento, avaliação e adequação das informações prestadas.

A execução física ficou entre 40% e 80% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2007, pois os recursos orçamentários executados foram insuficientes. Foi priorizada a utilização dos recursos liberados na manutenção e melhoria dos sistemas Renavam, Renach e Renainf, não sendo possível investir na realização dos estudos e projetos previstos para o exercício, assim como a realização de convênios com órgãos e/ou entidades do SNT.

O fluxo dos recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução física programada. A programação mensal foi prejudicada, pois a unidade ficou impedida de cumprir os compromissos assumidos, especialmente o contrato celebrado com o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), a realização de campanhas educativas e outras ações, cuja execução ocorreu somente no mês de dezembro, quando da liberação dos recursos.

Os recursos humanos não estão adequados para a implementação do Programa e sua quantidade nas equipes executoras está inadequada. O acompanhamento de projetos e visitas a órgãos de trânsito Municipais e Estaduais ficaram prejudicados em razão do quantitativo insuficiente de servidores. E, também, a qualificação dos recursos humanos das equipes executoras é insuficiente. A alta rotatividade em razão dos baixos salários não permite a

qualificação ideal dos servidores em exercício no Denatran, uma vez que há necessidade de conhecimentos específicos em engenharia de tráfego e educação de trânsito.

A principal restrição que interferiu no desempenho das ações de maior impacto foi a impossibilidade de utilização da totalidade dos recursos arrecadados pelo Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (FUNSET) devido aos contingenciamentos.

O desempenho da execução das ações com recursos descentralizados foi médio. Em virtude da necessidade de utilização dos recursos da LOA e crédito suplementar para pagamento do SERPRO, responsável pela manutenção e melhoria nos sistemas Renach, Renavam e Renainf, não puderam ser efetivados os estudos previstos, com baixo desempenho principalmente na Ação 4398 - Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico na área de Trânsito (35,73%).

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social, através das Câmaras Temáticas do Contran, integradas por especialistas que têm o objetivo de estudar e oferecer sugestões e embasamento técnico sobre assuntos específicos para decisões do Conselho. São constituídas por representantes de órgãos e entidades dos Executivos da União, dos Estados ou do Distrito Federal, e dos Municípios, além de especialistas representantes dos diversos segmentos da sociedade relacionados com o trânsito.

Todas as Resoluções do Contran foram originadas e/ou analisadas pelas seis Câmaras Temáticas integradas por representantes de órgãos e entidades dos Executivos da União, dos Estados ou do Distrito Federal, e dos Municípios, além de especialistas representantes dos diversos segmentos da sociedade relacionados com o trânsito.

O Programa não avalia a satisfação de seus beneficiários. Em razão da insuficiência de recursos, não foram realizadas pesquisas, sendo priorizados atividades e projetos considerados de maior relevância para o Programa.

SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO

GERENTE DO PROGRAMA

Leodegar da Cunha Tiscoski

OBJETIVO

Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços públicos urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

PÚBLICO-ALVO

População urbana de menor nível sócio-econômico, e a residente em áreas de habitação subnormal, em periferias de grandes centros e em Municípios de pequeno porte

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.972.807.667,00	Empenho Liquidado:	R$ 2.158.244.751,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 2.158.244.751,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 2.795.250.000,00	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Cobertura dos Serviços Urbanos de Abastecimento de Água - Porcentagem	-	-	-	-	94.00	-
2. Taxa de Cobertura dos Serviços Urbanos de Coleta de Esgoto - Porcentagem	-	-	-	-	57.90	-
3. Taxa de Tratamento de Esgotos Coletados - Porcentagem	-	-	-	-	36.20	-

1. TAXA DE COBERTURA DOS SERVIÇOS URBANOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
Valores dos índices alcançados ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O nível de cobertura não possui apuração anual, pois depende de levantamento amplo realizado via de regra pelo IBGE. A apuração do índice de cobertura dos serviços de saneamento é realizada nacionalmente em dois momentos: no Censo Nacional; e na Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB), que doravante será realizada quadrienalmente.

Além destes instrumentos de apuração, dispõe-se ainda da Pnad, cujos resultados não permitem um nível profundo de detalhes de todo o Território Nacional, por seu caráter

amostral. A última apuração da Pnad refere-se, no entanto, ao índice do ano de 2006, publicado em 2007. Portanto, anterior ao período desta avaliação. Devido ao seu caráter amostral e à diversidade brasileira, seus resultados são, em geral, um pouco diferentes dos apurados nos Censos. O índice apurado pela Pnad 2006 foi de 93,2% de domicílios abastecidos pela rede de água. Outra importante fonte de informações é o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), administrado pelo Ministério das Cidades (MCidades), cuja base de dados possui atualização anual. Segundo o SNIS, no ano base de 2006, o índice médio nacional de Abastecimento Urbano de Água é de 93,1%.

2. TAXA DE COBERTURA DOS SERVIÇOS URBANOS DE COLETA DE ESGOTO
Valores do índice alcançados ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

O nível de cobertura não possui apuração anual, pois depende de levantamento amplo realizado via de regra pelo IBGE. A apuração do índice de Cobertura dos Serviços de Saneamento é realizada nacionalmente em dois momentos: no Censo Nacional; e na PNSB, que doravante será realizada quadrienalmente.

Além destes instrumentos de apuração, dispõe-se ainda da Pnad, cujos resultados, não permitem um nível profundo de detalhes de todo o Território Nacional, por seu caráter amostral. A última apuração desta pesquisa refere-se, no entanto, ao índice do ano de 2006, publicado em período anterior ao desta avaliação. Devido ao seu caráter amostral e à diversidade brasileira, seus resultados são, em geral, um pouco diferentes dos apurados nos Censos. O índice apurado pela Pnad 2006 foi de 56,40% de domicílios abastecidos por rede de coleta de esgoto. Outra importante fonte de informações é o SNIS, administrado pelo MCidades, cuja base de dados possui atualização anual. Segundo o SNIS, no ano base de 2006, o índice médio nacional de Serviços Urbanos de Coleta de Esgoto é de 48,3%.

3. TAXA DE TRATAMENTO DE ESGOTOS COLETADOS
Valores dos índices alcançados ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A Taxa de Tratamento de Esgotos Coletados não possui apuração anual, pois depende de levantamentos amplos realizados via de regra pelo IBGE. A apuração do índice é realizada nacionalmente em dois momentos: no Censo Nacional; e na PNSB, que doravante será realizada quadrienalmente.

A PNSB de 2000 revelou que no Brasil, dos 52,2% dos Municípios que tinham esgotamento sanitário, 32,0% tinham serviço de coleta e 20,2% tinham serviço de coleta e tratamento de esgoto. Além destes instrumentos de apuração dispõe-se ainda da Pnad, cujos resultados, não permitem um nível profundo de detalhes de todo o Território Nacional. A última apuração da Pnad refere-se, no entanto, ao índice do ano de 2006, anterior, ao período desta avaliação. Devido seu caráter amostral e à diversidade brasileira, seus resultados são, em geral, um pouco diferentes dos apurados nos Censos. Outra importante fonte de informações é o SNIS, administrado pelo MCidades, cuja base de dados possui atualização

anual. Segundo o SNIS, no ano base de 2006, o índice médio nacional de Tratamento de Esgotos Coletados é de 32,2%.

Em uma análise geral dos indicadores, mesmo considerando o expressivo número de contratações de obras em 2004, 2006 e 2007, a interrupção das contratações de recursos onerosos em 2005 colocou em risco o alcance da meta, para que sejam atingidas será necessário:

a) manter em patamares elevados as contratações de novos investimentos em 2008;

b) melhorar a gestão dos convênios e contratos firmados nos anos de 2003, 2004, 2005 e 2006 de forma a agilizar a execução das obras, especialmente nas regiões Nordeste e Sudeste;

c) melhorar o gerenciamento financeiro dos convênios e contratos com recursos não onerosos, de maneira a minimizar problemas de interrupção de obras provocada por atraso no repasse de recurso;

d) continuar contando com uma conjuntura favorável aos operadores de serviços de saneamento, de forma a possibilitar o incremento dos investimentos em saneamento com recursos próprios.

Cumpre salientar que mesmo mantendo elevado o índice de execução dos investimentos programados no PPA, corre-se o risco de não atingir as metas programadas. Nas últimas Pesquisas Nacionais de Amostras de Domicílios (Pnad), o Instituto Brasileiro Geografia e Estatística (IBGE) tem detectado que a taxa de crescimento de novos domicílios tem se mantido em níveis elevados, superiores a 3,5% ao ano. Com taxas de crescimento de domicílios desta magnitude, o denominador do indicador de cobertura é afetado, com viés de baixa. Com o aporte expressivo de recursos para contratações em 2007, em virtude do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), espera-se uma melhoria nos índices de cobertura do serviço.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Deficiências de cobertura e de qualidade dos serviços de saneamento ambiental, que atingem de forma mais intensa a população de menor nível sócio-econômico, com conseqüências negativas sobre o ambiente e a qualidade de vida nas cidades.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Em 2007, com os recursos orçamentários, foram empenhados R$ 2.158.244.749,00 e desembolsados R$ 571.988.052,24 para o Programa avaliado. Além disso, com recursos onerosos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), foram contratados R$ 2.875.913.542,11 e desembolsados R$ 1.324.553.425,14 no período.

• Em virtude do PAC, foram contratados, no MCidades, 692 empreendimentos, sendo 241 com recursos onerosos (valor total de investimento de R$ 4.638.234.219,02) e 451 com recursos não-onerosos (valor total de R$ 8.397.878.661,48). Nestes valores estão incluídas as contrapartidas dos Estados e Municípios. No âmbito das ações Apoio à Implantação e Ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios com População Superior a 30 mil habitantes (0636) e Apoio à Implantação e Ampliação de Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos Sanitários em Municípios com População Superior a 30 mil (0654), foram concluídas 50 obras, com o valor liberado de R$ 21.288.504,20.

• A respeito dos resultados da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), a Ação de Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 30.000 habitantes (0800), atualmente existem 186 convênios de cooperação técnica, dos quais 38 foram formalizados em 2007, beneficiando 680 Municípios. Na Ação Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios até 50 mil habitantes(10GD), foram atendidas 132.946 famílias. Na Ação Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos (7652), foram beneficiadas 28.384 famílias. Na Ação Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Esgotamento Sanitário para a Prevenção e Controle de Agravos em Municípios com até 30.000 (7654), foram beneficiadas 10.608 famílias. Na Ação Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Minicípios de até 50.000 Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) (10GE), a Funasa beneficiou um total de 113.256 famílias. Na Ação Apoio à Implantação e Ampliação de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário em Municípios com mais de 50 mil Habitantes, não Integrantes de Regiões Metropolitanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) 008L, foram 904 famílias beneficiadas.

• O PAC aumentou os recursos disponíveis para o Programa em R$ 1.359.627.887,00, que possibilitou um incremento de recursos orçamentários de 88,92% em relação aos previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2007. De acordo com a Funasa, as ações Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Abastecimento de Água para Prevenção e Controle de Agravos em Municípios de até 30.000 Habitantes (3861) e Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Esgotamento Sanitário para a Prevenção e Controle de Agravos em Municípios de até 30.000 Habitantes (7654) não atingiram suas metas porque tiveram grande parte de seus recursos bloqueados e remanejados para o PAC/Funasa.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações são:

a) reuniões de trabalho: a partir do segundo semestre de 2007, foram realizadas reuniões periódicas (videoconferências) entre equipes do MCidades, técnicos da

Caixa Econômica Federal (CEF) e representantes dos Estados e/ou Municípios beneficiados pelos recursos para acompanhamento e monitoramento do andamento dos contratos e dos empreendimentos. Ainda, foram realizadas reuniões para avaliação do andamento geral dos contratos de repasse ou de financiamento e levantamento de situações críticas que devem merecer visitas *in loco*. Estas reuniões contam com a participação das gerências nacionais da CEF;

b) visitas *in loco* do MCidades: acompanhamento *in loco* das obras problemáticas, mesmo que por amostragem, com vistas a avaliar o desempenho e adotar as providências necessárias para superação das dificuldades. A grande dificuldade para implementação deste Plano de Monitoramento é a carência de recursos humanos no MCidades e, em especial, na Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA);

c) sistemas informatizados: no âmbito do MCidades, as informações são captadas por meio de um sistema informatizado operado e alimentado pela CEF. O Ministério não dispõe de estrutura necessária para fazer, por meios próprios, o monitoramento da execução física das iniciativas apoiadas. O sistema de informações é atualizado semanalmente, mediante um arquivo de banco de dados Access disponibilizado pela CEF. Algumas informações mais simplificadas de cada contrato também estão disponíveis *on line*, via Internet, no sítio da CEF. No âmbito da Funasa, existem sistemas informatizados como o Sistema de Convênios (Siscon) e Sistema Gerencial de Acompanhamento de Projetos de Saneamento (Sigesan) que são alimentados diariamente pelos técnicos das coordenações regionais, permitindo à central acompanhar e monitorar o desenvolvimento das ações nos Estados. Também são realizadas supervisões do nível central em cada Unidade da Federação (UF) para verificar o desenvolvimento das ações. No âmbito da Agência Nacional de Águas (ANA), o acompanhamento dos contratos é realizado sistematicamente, a cada três meses, por meio de relatórios enviados pelos contratados e visitas de campo esporádicas realizadas pela equipe técnica da ANA.

A execução física ficou entre 80% e 100% do previsto na LOA 2007. É necessário prestar alguns esclarecimentos. As iniciativas de saneamento são plurianuais por natureza, uma vez que envolvem a execução de obras de engenharia complexas, que demandam licenciamento ambiental, contratação e elaboração de projetos básicos e executivos de engenharia. Neste contexto, é imprudente esperar que haja execução física significativa no mesmo exercício de contratação/convênio da intervenção. Desta forma, há dificuldades de apurar os benefícios a população, tendo em vista que as obras são plurianuais. A esse respeito, é importante destacar ainda que a forma de implementação da ação determina a maneira como se interpreta o desempenho financeiro. Um bom exemplo é a comparação da execução da Funasa com a do MCidades. A Funasa, por trabalhar mediante convênios, adianta recursos ao executor para a implementação de cada etapa da obra, o que significa que o desembolso financeiro precede à execução física. Já o MCidades, por trabalhar mediante contratos de repasse, só efetua o desembolso financeiro de cada etapa da obra após a sua execução física aferida pela CEF. Estas duas formas de trabalho para o mesmo objeto podem comprometer o resultado de avaliação fundamentada em indicadores de desempenho financeiro.

Os recursos orçamentários executados foram suficientes. Entre os recursos não-onerosos, de uma dotação global autorizada para o Programa de R$ 2.972.807.667,00, foram empenhados R$ 2.158.244.749,00 correspondentes a 72,60% da dotação prevista para 2007 (LOA + créditos). Em 2007, foram pagos R$ 111.511.388,44. No entanto, com base no exposto no parágrafo anterior, se a este valor adicionarmos os restos a pagar liquidados de anos anteriores teríamos uma execução financeira total de R$ 571.988.052,24, correspondente a 19,80% da dotação de 2007. Entende-se este resultado como satisfatório, especialmente, se considerarmos que parte da dotação original foi contingenciada e que 60,5% dela correspondia a recursos, oriundos de emendas parlamentares, sobre os quais o contingenciamento foi mais expressivo, notadamente nas chamadas emendas de bancada.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução física programada. Nos últimos anos, os recursos financeiros para as ações do MCidades têm sido insuficientes, instáveis e com previsibilidade baixa, o que determinou a paralisação freqüente das obras e contribuiu para o encarecimento das intervenções. Essa situação foi revertida, mediante o PAC, a partir do segundo semestre de 2007, em que houve aumento dos recursos para os investimentos e foi garantida a estabilidade dos repasses. Já nas ações da Funasa, a liberação financeira ocorreu de acordo com as necessidades, não prejudicando o desenvolvimento das ações. Como as situações são distintas, optamos pela alternativa mais desfavorável entre as opções acima. No que se refere a ANA, o total dos recursos é transferido para uma conta aberta em nome do contratado na CEF, sendo que os recursos ficam bloqueados para o contratado até a liberação pela ANA, mediante o atendimento de metas estabelecidas em contrato.

O impacto das ações com recursos não-orçamentários foi alto. O total de recursos comprometidos com fontes onerosas em 2007 foi de R$ 2.875.913.542,11 e desembolsados R$ 1.324.553.425,14, valor que ressalta a importância das fontes não-orçamentárias para o alcance dos resultados do Programa. Destaca-se que os desembolsos estão vinculados à execução de cada etapa de obra e da respectiva medição pela CEF. Sendo assim, estão diretamente condicionados ao gerenciamento das intervenções pelos tomadores dos recursos (Governos Estaduais, Municipais e Empresas Públicas e Privadas).

As despesas de custeio do Programa são baixas (1,55% da dotação e 1,89% da execução), declinantes em relação ao exercício anterior e estão compatíveis com a natureza do Programa. De acordo com informações da Funasa, estas despesas são fundamentais para o bom, o regular e o adequado acompanhamento das intervenções na ponta.

A infra-estrutura da gerência, como um todo, deixa muito a desejar. Há carência de equipamentos de informática, o espaço físico é pequeno e não existem *softwares* de gerenciamento disponíveis. Apesar das reformas realizadas, a sede atual da Presidência da Funasa e as sedes das coordenações regionais não apresentam as condições ideais para o desenvolvimento das atividades, principalmente, em relação ao espaço físico. Está prevista a continuação das reformas.

Há carência de recursos para o acompanhamento sistemático das iniciativas no campo (passagens, diárias, etc.) e para o pagamento dos serviços de supervisão da execução realizados pela CEF. Algumas coordenações regionais da Funasa não contam com materiais suficientes

para o devido acompanhamento e execução das ações. Entretanto, a Funasa tem feito esforços no sentido de resolver estes problemas, como a aquisição de veículos, de computadores e a recuperação de equipamentos como as máquinas de perfuração de poços.

Nas ações do MCidades, o acompanhamento da execução das ações é realizado pela CEF. O Ministério não dispõe de equipe para implementação do Programa. As ações sob sua responsabilidade são coordenadas por apenas alguns servidores, que além dessas são responsáveis por outras atividades. A realização de concurso público para contratar servidores supriu apenas em parte esta deficiência. Cumpre salientar que em função da baixa competitividade das remunerações ofertadas aos novos servidores de nível superior no mercado, é possível prever uma elevada rotatividade entre os recém-contratados.

A equipe técnica da Presidência da Funasa é insuficiente para coordenar, supervisionar e normatizar o trabalho das equipes locais e executar as atividades necessárias junto aos parceiros externos.

Na Funasa, as equipes técnicas locais de engenharia são insuficientes para analisar projetos, acompanhar a execução das obras por parte dos proponentes e cooperar tecnicamente com Estados e Municípios.

Há necessidade de investir em melhor qualificação do pessoal da CEF responsável pela análise dos projetos de engenharia e pelo acompanhamento da execução das obras e, principalmente, dos Governos Estaduais e Municipais. Na CEF, o que se observa é que o pessoal técnico é responsável pelo acompanhamento de uma grande diversidade de empreendimentos de engenharia (de eletrificação rural a saneamento, de habitação a edificações públicas), dificultando a especialização dos profissionais. Nos Municípios, são escassos os quadros técnicos próprios, comprometendo até mesmo iniciativas de capacitação em decorrência da elevada rotatividade.

Em vista da natureza plurianual das intervenções de saneamento, os recursos financeiros de um exercício estão, *a priori*, completamente ou quase integralmente comprometidos com o pagamento das despesas das obras contratadas em anos anteriores e em execução.

Parte dos Estados e dos Municípios conveniados à Funasa apresentaram dificuldade na prestação de contas, muitas vezes atrasando a entrega das mesmas. Esta dificuldade é decorrente da capacidade técnica insuficiente de Estados e Municípios para execução das intervenções, da reunião e organização da documentação necessária. O desconhecimento da legislação entre os servidores dos Estados e Municípios é um fator importante, além da elevada rotatividade dos mesmos, especialmente a dos Municípios, comprometendo o aprendizado institucional. Outro fator que retarda a formalização dos convênios e contratos é a obtenção dos certificados de regularidade fiscal e previdenciária exigidos pela legislação em vigor. Os Municípios de pequeno porte apresentam baixa capacidade institucional, trazendo dificuldades na celebração dos convênios. Estas dificuldades são de ordem técnica como a baixa qualidade dos projetos apresentados, ou de ordem administrativa, não apresentando os documentos necessários.

Por deficiência de estrutura dos tomadores dos recursos (Estados e Municípios) e dos órgãos estaduais do meio ambiente que, em muitos casos, não estão adequadamente preparados para dar vazão célere às demandas regulares apresentadas, os processos de licenciamento ambiental têm sido muito morosos, impedindo o andamento normal das iniciativas apoiadas.

Um dos principais problemas que dificultam a formalização de contratos e convênios para execução de obras de saneamento é a dificuldade dos Municípios e Estados para comprovar a regularidade fundiária do terreno onde será edificada a obra, ou parte dela. Quando há posse pública dos terrenos, ela não está formalizada exigindo um demorado processo de regularização ou de desapropriação do terreno. Essa demora é, em geral, incompatível com o ritmo pactuado para execução do projeto, provocando atrasos que encarecem as intervenções, quando não comprometem sua funcionalidade. Tendo em vista que todas as intervenções em saneamento são obras delegadas, ou seja, utilizam recursos descentralizados, pode-se afirmar que o desempenho da execução das ações foi alto.

Há dificuldades de se obter informações sobre as iniciativas junto aos Estados e aos Municípios. As poucas informações fornecidas, em geral, possuem problemas de qualidade e consistência. A gerência relaciona-se com os agentes supervisores das ações (CEF, MCidades e Coordenações Regionais da Funasa). Essas últimas é que se relacionam com os Estados e os Municípios no dia-a-dia, provocando um distanciamento muito grande entre o tomador de decisão e o executor, que pouco contribui para o aperfeiçoamento do Programa.

A multissetorialidade, exercitada neste Programa mediante a implantação conjunta do Projeto de Saneamento Ambiental em Regiões Metropolitanas, tem sido benéfica às duas instituições. Avaliamos que este processo tem permitido um maior contato com as condições de trabalho dos outros órgãos, em especial da Funasa, e uma maior interação entre as equipes técnicas e gerenciais. Este processo está proporcionando uma reavaliação de procedimentos e criando oportunidades para que as equipes técnicas proponham alternativas para enfrentamento dos problemas usuais. Julgamos que o desempenho geral pode ser melhorado, mas será necessário o enfrentamento de questões que estão fora da governabilidade das equipes técnicas e gerenciais dos setoriais, entre as quais se encontram, como já referido anteriormente: contingenciamento, imprevisibilidade e falta de regularidade do fluxo financeiro, emendas parlamentares, deficiências quantitativas e qualitativas de recursos humanos e materiais.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social. Há acompanhamento do Programa por parte do Conselho Nacional das Cidades e, no caso das ações da Funasa, pelos Conselhos Municipais/Estaduais e Nacional de Saúde.

Há trabalho social e projetos de educação sanitária e mobilização social. O Programa prevê a participação da sociedade na implementação e acompanhamento das ações, por meio de campanhas educativas, de conscientização sobre saneamento básico, educação sanitária, ambiental e ainda incentivo e estratégias de mobilização e participação social.

A participação da comunidade, mesmo incipiente, é sempre positiva para o desenvolvimento do Programa, por isto a SNSA e a Funasa buscam estimular a participação desde o

planejamento das ações até a implementação e operação dos serviços de saneamento por meio do Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social (PESMS).

A avaliação da satisfação dos beneficiários do Programa não foi planejada pelo MCidades. Há uma enorme carência de recursos humanos e materiais na área que tem impedido o planejamento deste tipo de avaliação. No entanto, a Funasa desenvolveu metodologia de avaliação de impacto das ações de saneamento em conjunto com a Organização Pan-americana da Saúde (OPAS), Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), Universidade de Brasília (UnB) e Universidade Federal da Bahia (UFBA). Esta metodologia tem um componente antropológico, no qual está prevista a observação da relação do público-alvo com os serviços implantados. Dessa forma, será possível aferir, mesmo que subjetivamente, como as comunidades estão recebendo as ações implantadas. A metodologia ainda não foi aplicada no Programa.

O Programa apresenta boas práticas de gestão que poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal. São elas:

a) escolha das iniciativas apoiadas ou financiadas por processo de seleção pública de propostas, com divulgação prévia dos requisitos e critérios de seleção e com transparência na aplicação do regulamento. A simples realização de seleção pública para a escolha de propostas é um poderoso instrumento de justiça na aplicação dos recursos no setor;

b) adoção de critérios técnicos para escolha dos projetos financiados ou apoiados. A dimensão técnica é observada pelo estágio de preparação dos projetos de engenharia, agilizando a implementação das iniciativas, o que implica reduzir o tempo de retorno dos investimentos e agilizar a satisfação das necessidades da população. A dimensão financeira é representada pela priorização de iniciativas onde o percentual de contrapartida ofertado pelo proponente é maior, incrementando o volume de recursos investidos no setor e aumentando o comprometimento do tomador com o sucesso da iniciativa;

c) formalização de Acordos de Melhoria de Desempenho (AMD) com os tomadores de recursos elencando um conjunto de indicadores de eficiência e eficácia na prestação dos serviços e estabelecendo metas a serem atendidas pelo prestador. A formalização destes acordos é condição para o acesso aos recursos da União e implica na montagem de um sistema de monitoramento da evolução dos indicadores pactuados e na avaliação do cumprimento das metas. O não-cumprimento das metas pode tanto interromper o repasse de recursos como inabilitar o proponente de acesso a novos recursos, enquanto o pactuado não for atingido;

d) clara repartição de competências entre os diversos órgãos intervenientes nas questões de saneamento, no âmbito da União, incluindo o planejamento conjunto de iniciativas e a construção, consolidação e gestão de programas multissetoriais de saneamento no PPA. Estas inovações foram implementadas apenas parcialmente e não tiveram o alcance devido em direção às emendas parlamentares.

URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

GERENTE DO PROGRAMA

Inês da Silva Magalhães

OBJETIVO

Melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários, reduzir riscos mediante sua urbanização e regularização fundiária, integrando-os ao tecido urbano da cidade.

PÚBLICO-ALVO

Famílias de baixa renda moradoras de assentamentos humanos precários

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.208.621.707,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.910.219.328,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	**R$ 1.910.219.328,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 750.030.187,50	R$ 162.534.085,00	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Domicílios em Assentamentos Subnormais com Adensamento excessivo - Porcentagem	-	-	-	10.40	6.59	-
2. Taxa de Domicílios em Assentamentos Subnormais nas Áreas Urbanas - Porcentagem	-	-	-	4.20	2.82	-
3. Taxa de Domicílios em Assentamentos Subnormais sem Infra-Estrutura Urbana Adequada - Porcentagem	-	-	-	31.30	28.25	-
4. Taxa de Domicílios Urbanos com Irregularidade Fundiária Ocupados por Famílias com Renda até Cinco Salários Mínimos – Porcentagem	-	-	-	-	3.80	-

1. TAXA DE DOMICÍLIOS EM ASSENTAMENTOS SUBNORMAIS COM ADENSAMENTO EXCESSIVO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

A apuração mais recente refere-se ao ano de 2006 e, em linhas gerais, confirmam uma tendência de queda, sugerindo um impacto positivo das ações do Programa. Contudo ainda superior ao inicialmente previsto para 2007.

2. TAXA DE DOMICÍLIOS EM ASSENTAMENTOS SUBNORMAIS NAS ÁREAS URBANAS
Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A título de esclarecimento, observa-se que os indicadores utilizados para o Programa são extraídos de estudos realizados pela Fundação João Pinheiro, que utiliza microdados do Censo Demográfico 2000, com atualização posterior baseada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/2005) e mais recentemente na Pnad/2006. O índice de referência (4,23%) refere-se ao ano de 2005 (31.12.2005) e o apurado em 2007 (4,20%) refere-se a 2006. Historicamente, a tendência é de queda, agora indicando uma estabilidade relativa da inadequação de domicílios em assentamentos subnormais, comparativamente ao total de domicílios permanentes. Esses números, contudo, somente se confirmarão com os dados do próximo Censo.

3. TAXA DE DOMICÍLIOS EM ASSENTAMENTOS SUBNORMAIS SEM INFRA-ESTRUTURA URBANA ADEQUADA
Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A apuração mais recente refere-se ao ano de 2006 e, em linhas gerais, confirmam uma tendência de queda, sugerindo um impacto positivo das ações do Programa. Contudo ainda superior ao inicialmente previsto para 2007.

4. TAXA DE DOMICÍLIOS URBANOS COM IRREGULARIDADE FUNDIÁRIA OCUPADOS POR FAMÍLIAS COM RENDA ATÉ CINCO SALÁRIOS MÍNIMOS
Valores do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto
- Análise e Justificativa:

A apuração do indicador para o ano de 2006 refere-se ao total de domicílios com irregularidade fundiária em relação ao total de domicílios (todas as rendas) e monta a 3,9%. Em linhas gerais, confirma uma tendência de queda acentuada para este indicador, sugerindo um impacto positivo das ações do Programa nos vetores de adensamento excessivo, infra-estrutura inadequada, irregularidade fundiária. Contudo, em termos absolutos, no caso das habitações com inadequação fundiária, houve aumento para o total do País, de 1,509 milhão em 2000, para 1,795 milhão em 2006. Em números percentuais, de maneira geral, as maiores alterações aconteceram nas regiões metropolitanas. Algumas apresentaram queda substantiva, como Belém (PA), Recife (PE), Salvador (BA) e Porto Alegre (RS) enquanto situação inversa ocorreu no Rio de Janeiro (RJ) e em São Paulo (SP).

Não há dados que permitam o cálculo na faixa de renda de até cinco salários mínimos. Em 2007, não houve ainda medição, mas é de se esperar que seja superior ao inicialmente previsto de acordo com dados básicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/Pnad 2006. Segundo Relatório Intermediário sobre o *Deficit* Habitacional no Brasil em 2006, de outubro de 2007, da Fundação João Pinheiro, o Governo de Minas Gerais, que trata da atualização das estimativas do *deficit* habitacional e da inadequação dos domicílios com base na Pnad 2006.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Dados oficiais revelam que, do total da população brasileira, 82% vivem em cidades, sendo que 15,1 milhões de moradias apresentam uma ou mais das seguintes inadequações:

a) carência de infra-estrutura urbana (10,2 milhões de domicílios);

b) adensamento excessivo (2 milhões de domicílios);

c) indefinição fundiária (1,5 milhão de domicílios);

d) inexistência de unidade sanitária interna (1,4 milhão de domicílios).

A maior parte desse contingente de moradias está nos assentamentos precários, que fazem com que a cidade irregular cresça quatro vezes mais depressa que a cidade formal, à margem das normas urbanísticas, em áreas ambientalmente não recomendadas, com riscos à vida da população, agressão à natureza e custos adicionais à economia. Na década de 80, por exemplo, verificou-se um crescimento populacional das regiões metropolitanas da ordem de 24%, enquanto a população que mora em áreas faveladas aumentou em 118%. As conseqüências desse quadro são as ocorrências freqüentes nos noticiários de perda de vidas humanas e de bens materiais das famílias e doenças originadas pela ausência de saneamento básico nos locais onde residem. Existem estudos que comprovam que para cada R$ 1,00 investido em água tratada, serão gastos menos R$ 4,00 em serviços de saúde. Além da baixa qualidade de vida, morar nestas localidades também implica estar sujeito a um processo de estigmatização e exclusão social e territorial, limitando o acesso desta população aos mecanismos formais de sua reprodução econômica e social. Residir numa propriedade legalizada, de endereço reconhecido, e integrado ao tecido da cidade permite não só ampliar a qualidade de vida e a mobilidade da população, como também viabilizar o acesso ao crédito e ao emprego.

O Programa é voltado a apoiar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e contempla intervenções necessárias à segurança, à salubridade e à habitabilidade da população localizada em áreas inadequadas à moradia, visando a sua permanência ou seu reassentamento por intermédio da execução de:

a) parcelamento de glebas;

b) regularização fundiária;

c) implantação de melhoria de habitações;

d) construção de instalações hidráulico-sanitárias domiciliares;

e) obras e serviços de infra-estrutura, prevenção de riscos e recuperação ambiental;

f) construção de equipamentos comunitários e trabalho social e comunitário.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• O total recebido corresponde ao aumento expressivo dos recursos, de 64,19% em relação ao exercício anterior, e de 64,3% do previsto para 2007. Os recursos do orçamento acrescidos dos créditos extraordinários responderam pelo maior percentual de realização, de 86,5%, contraposto à condição dos recursos de restos a pagar, de 45%, e dos não-orçamentários, 22%.

• A Ação Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários (Habitar-Brasil) (0644) promoveu a implementação de projetos integrados de urbanização. Integrando o Programa de Aceleramento do Crescimento (PAC), ganhou destaque expressivo, quando parte das obras recepcionadas, as de grande porte, foram priorizadas pelo Governo Federal. Foram contratadas operações no montante de R$ 5,3 bilhões. O orçamento previsto atingiu R$ 1,128 bilhão, com empenhos de R$ 1,125 bilhão (99,7% do previsto), sendo R$ 150,0 milhões para o Habitat-Brasil do Banco Interamericano de Desenvolvimento (HBB/BID), com recursos ainda provenientes de fonte externa e com R$ 32,2 milhões relativos a restos a pagar (RAP). Com o fim do Acordo de Empréstimo 1126/OC-BR, as obras, agora alavancadas pelo PAC, terão continuidade com recursos do Orçamento Geral da União (OGU). A execução dos contratos em andamento e dos novos compromissados alcança 98,87% do previsto.

• A Ação Apoio a Empreendimentos de Saneamento Integrado em Assentamentos Precários em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico ou Municípios com mais de 150 mil Habitantes (006H) acolheu iniciativas de recuperação ambiental de áreas degradadas, implementando projetos integrados de saneamento e urbanização de favelas. Foram contratadas operações no valor global de R$ 3,7 bilhões, em 96 Municípios e com 287.363 famílias beneficiadas até 2010. Foram empenhados R$ 559,7 milhões para 44.000 famílias beneficiadas, alcançando 98,37% da meta orçamentária prevista.

• Na Ação Financiamento a Pessoas Físicas para Melhoria Habitacional (9569), destinada a concessão de créditos a pessoas físicas para aquisição de materiais de construção para produção, reforma/ampliação de habitações, foram contratados R$ 162,5 milhões, beneficiando 37.054 famílias e atingindo 54,18% do orçamento previsto.

Os recursos comprometidos em termos das metas financeiras corresponderam a 64,3% do previsto para o período. Inicialmente, importa esclarecer que as metas do Programa são estabelecidas em função dos recursos disponíveis, portanto, como os recursos são limitados, as metas estabelecidas estão aquém das reais necessidades. Pela natureza do problema, para resolvê-lo são necessários recursos majoritariamente do OGU que, muitas vezes, mesmo consignados na Lei de Orçamento Anual (LOA), sofrem contingenciamentos orçamentários e financeiros, tornando impossível atingir as metas estabelecidas. Observa-se, no entanto, que os recursos não-onerosos previstos na LOA e acrescidos dos créditos extraordinários foram bastante significativos se comparados com os do exercício anterior (cerca de 64% a mais). Esses recursos não-onerosos responderam pelo maior percentual de realização, 86%, com participação maior das liberações via crédito extraordinário, em razão do PAC do Governo Federal.

Os recursos onerosos, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mais abundantes, destinados ao financiamento do setor público também apresentam graves restrições para uso, face aos limites de concessão de crédito, associados à reduzida margem de endividamento dos Estados, Distrito Federal e Municípios, determinadas pela política de ajuste fiscal. Muito embora tenha havido aprovação pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) do limite de R$ 1 bilhão para contratar operações de crédito com o setor público, a demanda manifesta ultrapassou a fase de seleção ao final do ano, sem terem sido lançados os resultados de contratação, de 32% daquele limite. Com a incorporação desse resultado, o desempenho final do Programa ficaria em torno de 73%, um pouco acima dos 64,3% contabilizados.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações são os sistemas informatizados, em que o MCidades coordena e acompanha o desempenho físico das ações do Programa por intermédio de banco de dados disponibilizado mensalmente pela Caixa Econômica Federal (CEF) e demais agentes financeiros. Porém, esse sistema de acompanhamento ainda não contempla o universo de variáveis necessárias a possibilitar uma avaliação mais precisa e a conseqüente adoção de medidas corretivas em tempo hábil para aprimoramento das ações. O Ministério está buscando aperfeiçoar os diversos procedimentos operacionais de monitoramento e controle dos contratos para melhorar a qualidade e a tempestividade das informações geradas em cada operação. No caso de ações que envolvem a articulação com diversos parceiros institucionais como a Secretaria do Patrimônio da União (SPU), a Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), por exemplo "Papel Passado", é necessário grande esforço na obtenção de informações. Há casos em que ocorre divergência de informações, tendo em vista que as fontes são secundárias.

A execução física ficou entre 40% e 80% do previsto na LOA 2007. Embora o cumprimento das metas físicas de algumas ações tenha se dado dentro do esperado, com créditos extraordinários e sem contingenciamento, no geral, a execução das mesmas ficou aquém do previsto, principalmente, face aos contingenciamentos orçamentários, aos limites financeiros e à irregularidade de sua disponibilização.

Os recursos orçamentários executados foram insuficientes. Considerando as demandas que aportam por ocasião das chamadas públicas, tem-se a conta de que as necessidades estão bem acima das que vem sendo executadas. Para exemplificar, registre-se que o Programa, no processo de apresentação e seleção das propostas, regido pela Instrução Normativa nº 14, de 25 de abril de 2007, deste Ministério, e que regulamentou as ações programáticas no âmbito do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), finalizado no último agosto, contou com a proposição de 1.450 Municípios, totalizando, aproximadamente, 3.209 propostas para a área de habitação, totalizando solicitação de recursos da ordem de R$ 8,53 bilhões, dentre as quais foram selecionadas 145 propostas, com recursos para repasse da ordem de R$ 649,95 milhões de reais para beneficiar diretamente 440,88 mil pessoas.

Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação

física. O contingenciamento que ocorreu foi em relação às emendas parlamentares. Assim, à medida em que os contratos foram sendo executados, a liberação aconteceu, notadamente nas ações apoiadas no PAC do Governo Federal.

Foram gastos 86,5% dos recursos previstos no orçamento e, com a intensificação da gestão demandada pelas obras recepcionadas pelo PAC, em termos de controle e acompanhamento, há indicação de aumento das necessidades de recursos no âmbito da Ação de Gestão e Administração do Programa (GAP).

Os recursos materiais são insuficientes na equipe gerencial. Há a necessidade de maior disponibilidade de recursos financeiros para viagens, oficinas, acompanhamento de contratos, capacitação de equipes técnicas do MCidades e demais atores envolvidos.

A infra-estrutura é inadequada na equipe gerencial. As instalações, os equipamentos e os sistemas de informações disponíveis no MCidades são insuficientes para que seja realizado o gerenciamento dos Programas de forma adequada.

Os recursos materiais e a infra-estrutura são insuficientes também nas equipes executoras. Não há avaliação precisa, mas, pelo desempenho dos executores, é possível inferir que a infra-estrutura disponível nas prefeituras municipais e nos Governos Estaduais não seja adequada.

A quantidade de recursos humanos na equipe gerencial é inadequada. Apesar de o MCidades contar, desde o início de 2006, com um quadro de servidores permanentes, o mesmo ainda é extremamente reduzido para o gerenciamento dos novos desafios decorrentes das necessidades do Programa, especialmente frente às demandas do PAC-Cidades. Adicionalmente, registre-se que os novos concursados permanecem pouco tempo nos cargos iniciais, pela pouca atratividade frente a outras oportunidades de trabalho.

A qualificação dos recursos humanos das equipes executoras é insuficiente. As ações ocorrem por meio de contratos de repasse ou de financiamento com entes públicos ou privados de modo que o sucesso da implementação da política depende fortemente da capacidade de execução dos entes federados que é reconhecidamente frágil, representando um importante obstáculo. Assim, pode-se apontar como restrições constantes a inexistência de carteiras de projetos em nível executivo, por ocasião das chamadas públicas do Governo Federal e a insuficiente capacidade técnica e institucional da maioria dos Municípios e dos Estados brasileiros, que torna a montagem dos projetos, a efetivação do processo de licitação, a obtenção do licenciamento ambiental, a regularização fundiária e o atendimento das demais exigências normativas verdadeiros impeditivos para contratação e execução das obras.

Esses aspectos reforçam a necessidade de se apoiar ações de desenvolvimento institucional no âmbito do Programa.

A falta de regularidade na liberação de recursos, em especial nos primeiros meses do ano, acarreta atrasos na execução das obras contratadas que, muitas vezes, chega a paralisar, fato grave para intervenções que, por natureza, demandam, em geral, mais de um ano de

execução, fazendo com que os produtos efetivamente gerados e o cumprimento das metas só se concretizem em exercícios seguintes. A demora na liberação dos limites financeiros e a disponibilização dos recursos dificultam qualquer possibilidade de planejamento das intervenções, pois não se sabe quanto nem quando haverá recursos disponíveis.

A inadimplência dos entes públicos locais impede não só a assinatura de contratos como a liberação de recursos para ações em andamento, acarretando maior lentidão na execução do Programa.

O desempenho da execução das ações com recursos descentralizados foi alto. As principais ações contribuíram para o alcance dos objetivos do Programa, em função do acréscimo de recursos, em relação aos anos anteriores, sem sofrerem contingenciamentos.

As informações necessárias foram disponibilizadas pelos entes executores e houve integração entre estes e a gerência do Programa. Há ações com diferentes estratégias de implementação e, com isso, diferentes níveis de integração com os executores. No caso das ações Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários/Habitar-Brasil e Apoio a Projetos de Saneamento Ambiental em Assentamentos Precários (PAT/PROSANEAR), por exemplo, pelo fato de contarem com equipes de gerenciamento específicas, fazem um acompanhamento mais próximo dos executores das ações.

O desempenho da execução das ações implementadas em outras unidades administrativas do próprio Ministério é médio. O Programa possui três ações implementadas por outras unidades administrativas e, segundo avaliação dos próprios coordenadores, os resultados obtidos se deram dentro do esperado. Porém, ao longo do exercício, não foi possível estabelecer mecanismos e rotinas para a gestão e coordenação conjunta das ações.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O MCidades instituiu o Conselho das Cidades, que reúne representantes de entidades de movimentos populares, trabalhadores, empresários, organizações não-governamentais (ONGs) e entidades acadêmicas e profissionais, com a missão de assessorar e propor diretrizes para o desenvolvimento urbano, políticas de habitação, saneamento ambiental, trânsito, transporte e mobilidade urbana. É um instrumento que assegura a participação cidadã nas decisões sobre as políticas públicas. Além disso, com a implementação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), atua continuamente, desde 2006, por meio do Conselho Gestor do FNHIS, órgão de caráter deliberativo que contempla a participação de órgãos e entidades do Poder Executivo e de representantes da sociedade civil ligados à área de habitação.

Os agentes executores devem estimular a participação das famílias nas principais etapas do projeto, na gestão dos recursos financeiros da União destinados ao Programa, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos. São realizadas reuniões com as comunidades beneficiárias com o objetivo de contribuir na elaboração, aprovação,

concepção dos projetos, e fiscalização da execução das obras. Isto ocorre, em especial e com maior intensidade, nas ações Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários/ Habitar-Brasil, Papel Passado, Apoio à Prevenção e Erradicação de Riscos e Apoio a Projetos de Saneamento Ambiental em Assentamentos Precários (PAT/PROSANEAR).

Como principal resultado dessa participação, pode-se apontar as normas de execução do Programa, consubstanciadas nos manuais operacionais aprovados nas instâncias de controle e participação sociais já mencionadas anteriormente, os critérios de seleção de propostas, a distribuição dos recursos por região, dentre outros, levando a execução de projetos mais próximos da necessidade e dos anseios da população e o maior comprometimento na manutenção do patrimônio gerado. Esses resultados deverão melhorar com a implementação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) nos Estados/Municípios, por meio da implantação dos Fundos e dos Conselhos locais voltados para as definições de sua política de habitação, com foco em habitação de interesse social.

O Programa não avalia a satisfação de seus beneficiários. Ele atua em todo o Território Nacional de forma muito pulverizada. Para captar a satisfação dos beneficiários seria necessária a contratação de metodologia e empresa para sua execução, o que implica em custos elevados, além de recursos humanos disponíveis na gerência do Programa para promover e acompanhar a pesquisa.

CONTINUA: VOLUME I - TOMO II - PARTE 2

SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conselhos aos Governantes

Coletânea de textos de Isócrates, Platão, Kautilya, Nicolau Maquiavel, Erasmo de Roterdã, Miguel de Cervantes, Cardeal Mazarino, Maurício de Nassau, Sebastião César de Meneses, D. Luís da Cunha, Marquês de Pombal, Frederico da Prússia e D. Pedro II.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo

Para adquirir essa ou outra publicação:

1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)
Agência: 4201-3
A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP
Conta-corrente: 170.500-8
Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.

EDIÇÃO DE HOJE: 902 PÁGINAS

(OS: 15137/2008)